

XI

CB

PD

**XI CONGRESSO BRASILEIRO DE
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**
Pesquisa e Intervenção para a Promoção
de Saúde ao longo do Ciclo Vital

ANAIS

21 a 24 de Novembro
Aracaju, Sergipe
www.cbpd2017.com.br



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
ABPD

ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

1ª. Edição

Aracaju-SE
ABPD
2018

Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento

Anais

11º Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento

São Cristóvão, SE: CBPD, 2017 (368 páginas)

Realização



Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento



Universidade Federal de Sergipe

Patrocínio



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

Apoio



Equilíbrio's
PSICOLOGIA

Equilíbrio's Psicologia



Grupo PIO Décimo

Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (11., 2017, Aracaju, SE).
Anais do XI CBPD – Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, 21 a 24 de novembro, 2017, Aracaju, SE, Brasil.
ISBN: 978-85-7822-616-9

Evento realizado pela Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD), Aracaju, SE.

1. Psicologia. 2. Psicologia do Desenvolvimento 3. Saúde

O Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (CBPD) é um congresso bianual, promovido pela Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD) e tem ocorrido desde 1996 em diferentes estados do Brasil. Em assembleia ordinária da ABPD, realizada em 10 de junho de 2016 na cidade de Maceió (AL), ficou decidido que a décima primeira edição seria realizada na cidade de Aracaju – Sergipe. A Universidade Federal de Sergipe (UFS) sediou o evento, que ocorreu entre os dias 21 e 24 de novembro de 2017. Sendo encabeçado pela UFS, o evento contou com a participação de outras instituições de ensino superior (IES) do Estado de Sergipe, em formalização de acordo de cooperação com todos os cursos de graduação em Psicologia do Estado (UNIT, PIO Décimo, Estácio, além da UniAges, na Bahia). Tratou-se do maior evento brasileiro que congrega pesquisadores, profissionais e discentes que estudam o Desenvolvimento Humano sob diferentes perspectivas: Psicologia, Saúde, Educação, Ciências Jurídicas, etc.

Para o XI CBPD foram convidados pesquisadores renomados de várias IES do país e pesquisadores internacionais com ênfase nos líderes de pesquisa dos países da América Latina, América do Norte e da Europa. O tema oficial do congresso foi “*Pesquisa e Intervenção na Promoção de Saúde ao Longo do Ciclo Vital*”, cuja amplitude e complexidade nortearam o planejamento do temário científico, apresentação de trabalhos e todas as atividades que foram desenvolvidas. Contou-se com a importante contribuição de renomados profissionais, educadores, pesquisadores nacionais e internacionais que trabalham em importantes centros de pesquisa sobre o desenvolvimento humano. Assim, conquistou-se uma imensa oportunidade de enriquecimento profissional pela importância de trocarmos nossas experiências em uma abrangência maior onde há muito a ser compartilhado.

A dinâmica de atividades teve como objetivo a participação contínua de nossos congressistas em total imersão, possibilitando espaço para a troca de experiências, atualização no conhecimento de produtos e serviços aplicados ao desenvolvimento humano, formação de consciência aos futuros profissionais de áreas afins, e formadores de opinião de nossas especialidades, sendo ainda um importante espaço para as inovações científicas; cenário que justificou a importância da realização do XI CBPD.

Dessa forma, o objetivo do XI CBPD foi promover discussões e intercâmbios entre pesquisadores, profissionais e estudantes de Psicologia e áreas afins, enfatizando a produção do conhecimento e intervenções em Psicologia do Desenvolvimento. O tema do evento visou a facilitação da interface entre saúde e desenvolvimento humano, contribuindo com a resolução de desafios da população e o enfrentamento de questões atuais.

Durante o XI CBPD reuniram-se 847 congressistas de todos os Estados do Brasil, além de participantes internacionais. Foram oferecidas conferências e palestras ministradas por 20

convidados nacionais e 3 convidados internacionais. Apresentaram-se 267 trabalhos de Comunicação Oral; 24 mesas redondas; 19 Simpósios; 14 cursos pré-congresso; e, 286 pôsteres. Os trabalhos apresentados no XI Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento incluíram debates teóricos, resultados de estudos empíricos e relatos de experiência em uma das seguintes linhas temáticas (LT):

LT 01 – Desenvolvimento Humano e Saúde

LT 02 – Processos de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida

LT 03 – Tecnologias e Desenvolvimento Humano

LT 04 – Direitos Humanos

LT 05 – Desenvolvimento Sociocognitivo e Aprendizagem

LT 06 – Educação, ressocialização e práticas sócio culturais

LT 07 – Família e relações intergeracionais

LT 08 – Emoção e afetividade

LT 09 – Transtornos do Desenvolvimento e inclusão

LT 10 – Violência, vulnerabilidade e políticas de proteção

LT 11 – Neuropsicologia e desenvolvimento

LT 12 – Desenvolvimento moral e Desenvolvimento social

LT 13 – Gênero, Sexualidade e Desenvolvimento Humano

LT 14 – Processos clínicos e Desenvolvimento Humano

LT 15 – Medidas e Avaliação Psicológica no Desenvolvimento Humano

LT 16 – Desenvolvimento e saúde em populações vulneráveis

LT 17 – Modalidades e experiências de intervenção psicológicas

A realização do XI CBPD em Sergipe constitui-se como um marco para a área de Psicologia do Desenvolvimento na região. Dessa forma, cumpre-se um dos principais objetivos da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD) que é a difusão do conhecimento científico e fomento para o crescimento da área. Sem dúvida, o XI CBPD estimulou jovens estudantes em contato com experientes pesquisadores que tiveram a oportunidade de debater sobre seus trabalhos.



Prof. Dr. Elder Cerqueira-Santos

Presidente do Comitê Organizador do XI CBPD

XI

CB

PD

**XI CONGRESSO BRASILEIRO DE
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**
Pesquisa e Intervenção para a Promoção
de Saúde ao longo do Ciclo Vital

SIMPÓSIO

21 a 24 de Novembro
Aracaju, Sergipe
www.cbpd2017.com.br



A escola como contexto de brincadeira

Sabrina Torres Gomes

A escola, na contemporaneidade, assume lugar de destaque no cotidiano das crianças, tanto em centros urbanos, como em áreas rurais. Mesmo caracterizada por um tempo prioritariamente pedagógico, estruturado em horários e rotinas pré-estabelecidos que acentuam a importância atribuída às atividades curriculares, a escola é, também, um lugar em que as crianças brincam. Tomando a educação infantil como recorte do contexto escolar, este Simpósio propõe refletir sobre possibilidades e limites das brincadeiras empreendidas em diversos espaços da escola: parque, brinquedoteca, pátio, alpendre, sala. Com base em pesquisas desenvolvidas em escolas públicas, privada e ainda escola do campo, que utilizaram métodos diversificados, tais como observação direta de brincadeiras livres, registro fotográfico e escrito, ou abordagens mais participativas, como a escuta da criança através de interlocuções com desenho, discute-se como as crianças, brincando com seus colegas, ocupam, se apropriam e ressignificam o ambiente físico da escola, suas normas e restrições; como, das (e nas) brincadeiras, emergem estratégias criativas de negociação e superação de imposições e obstáculos ao brincar, revelando a força coletiva da cultura de pares. Assim, o Simpósio se estrutura em três investigações. O primeiro estudo captura a percepção das crianças sobre os momentos de brincadeira, revelando suas preferências em relação às atividades escolares e às brincadeiras; foca, também, no papel assumido pela professora enquanto as crianças brincam e aponta diferenças entre centros educacionais infantis municipal e particular. O segundo estudo, considerando as brincadeiras espontâneas como expressão genuína das crianças e tomando como base o constructo proposto por Rasmussen (2004) – lugar para crianças (planejados por adultos) e lugar de crianças (inventado pelas crianças a partir de significado e investimento afetivo autorais), expõe não apenas a engenhosidade criativa dos grupos de brincar na interação com o contexto escolar, mas explicita também equívocos que podem existir na leitura e interpretação das brincadeiras por parte dos educadores, convidando (e instigando) à tessitura de novos olhares, novas compreensões sobre o brincar. O terceiro estudo traz reflexões e questionamentos em relação à escola do campo enquanto contexto de brincadeira. Demonstrando como materiais empregados nas brincadeiras e nos espaços lúdicos da escola interferem no próprio brincar, revela e sublinha a criatividade das crianças, ao tempo em que apresenta dados inusitados à discussão corrente sobre brincadeiras em áreas rurais. É um achado importante que possibilita indagar sobre a oferta de brinquedos alinhados às características ambientais e socioculturais da comunidade em foco, conforme preconiza leis vigentes. Embora independentes, os três estudos mostram-se afinados, não apenas por tomarem como sujeitos crianças de uma mesma faixa etária, mas principalmente por escolherem como diretriz colocá-las, através de suas brincadeiras, em uma posição de centralidade, respeitando e abrindo espaço à sua expressão lúdica, diversa e vibrante. Dessa forma, o Simpósio visa contribuir para uma maior compreensão da importância do brincar, notadamente do brincar livre, na escola, na qual dialogam, não sem tensões, múltiplos e diferentes (divergentes) interesses – aqueles impostos pela cultura adulta, estabelecida; e aqueles defendidos e negociados pelas culturas infantis.

1º Trabalho

Brincadeira e Atividade Escolar: Como as crianças percebem esses fenômenos

Sabrina Torres Gomes (Universidade Federal do Recôncavo Baiano)

A brincadeira é um fenômeno cultural que historicamente caracteriza as infâncias e também os espaços que as crianças costumam frequentar regularmente. Essas por sua vez, traduzem através das culturas da infância, não de forma literal, mas autoral (do ponto de vista das crianças), aquilo que acontece no mundo adulto e, portanto, nos ambientes dos quais participam. Nesse sentido, as escolas, especialmente durante os anos da educação infantil, constituem-se ambiente propício para o surgimento e manutenção de tudo que é considerado lúdico, com destaque para as brincadeiras. No entanto, devido à proposta escolar com foco na aprendizagem, os contextos educacionais costumam ter seus espaços e horários bem definidos, deixando claro para professoras e crianças que existirão momentos e lugares para brincadeira dentro de um tempo prioritariamente pedagógico. Apesar da valorização da brincadeira no ambiente educacional, pesquisas que investigaram a perspectiva de professoras no contexto da educação infantil indicaram que a brincadeira livre deve estar limitada ao horário do recreio, momento em que as profissionais apenas supervisionam as atividades infantis. Considerando essas afirmações e compreendendo a necessidade de mudar o olhar na pesquisa com crianças, o presente trabalho teve como objetivo escutar das crianças como elas percebem os momentos de brincadeira fora do parque e os momentos de atividade escolar. Para isso foram convidadas dezessete crianças com idades entre quatro e seis anos, nove matriculadas em um centro educacional infantil municipal e oito matriculadas em um centro educacional infantil particular. Os dados foram obtidos através de interlocuções individuais realizadas a partir da sugestão de que cada criança desenhasse sobre o tema da brincadeira na escola. Enquanto elas desenhavam falavam sobre suas preferências relacionadas às brincadeiras no contexto educacional infantil, sendo as relações entre brincadeira fora do parque

ou horários determinados e a realização de atividades escolares/educacionais, apenas um dos aspectos daqueles investigados. As falas das crianças indicaram que, apesar de compreenderem bem as regras sobre hora e lugar da brincadeira na escola, essas atividades também podem ocorrer em momentos e lugares não específicos, visto que, afirmaram que, além do parque, brincam na sala de aula e na hora da saída, enquanto aguardam seus pais. Por outro lado, no centro educacional infantil particular cinco das oito crianças participantes apontaram a hora do recreio, ou seja, o momento de estar fora da sala, como o adequado para brincadeiras. No entanto, existiram dois momentos em que a brincadeira foi percebida por elas como menos rígida em relação aos espaços: quando está chovendo e quando terminam a atividade. Quando fizeram referência a suas preferências entre atividades escolares e brincadeiras, a maioria das crianças do contexto particular escolheu a brincadeira como atividade preferida e não demonstraram compreender qualquer separação entre brincadeira livre e dirigida. Para as crianças da escola pública as atividades tiveram a preferência das crianças, mas pela recompensa de poderem brincar em seguida. Houve também diferenças na compreensão das regras e do papel da professora sobre os momentos de brincar, pois no contexto educacional público as crianças não tinha hora do recreio como rotina.

2º Trabalho

Reverendo brincadeiras na educação infantil

Ilka Dias Bichara (UFBA)

Crianças da educação infantil brincam espontaneamente na escola, apesar das muitas restrições: prioridade das atividades didáticas, áreas lúdicas inadequadas, compreensão e monitoramento do brincar segundo prescrições curriculares e normativas. Reunidas em grupos de brinquedo, elas interagem com seus pares e, coletivamente fortalecidas, empreendem negociações e estratégias de defesa de seus interesses que se refletem nas interações com educadores e com o ambiente físico do contexto escolar. Pesquisa realizada com crianças de grupos de cinco anos em uma escola pública de uma capital do Brasil identificou como uma dessas estratégias a criação do que Rasmussen (2004) denominou de lugares de crianças – lugares concretos ou imaginários, que emergem nas (e das) brincadeiras, recebendo significados próprios e investimento afetivo que os tornam especiais aos olhos das crianças. Tal conceito se complementa com a noção de lugares para crianças – aqueles planejados por adultos visando a segurança e o bem-estar das crianças. Na escola o lugar de e o lugar para se sobrepõem, mas não se confundem – como exemplificam as áreas lúdicas (parquinho e brinquedoteca). Ao criar lugares de, as crianças demonstram, através de suas brincadeiras, formas autorais, genuínas de ocupar, se apropriar e ressignificar as áreas lúdicas da escola, revelando posições e interpretações, ricas e complexas, peculiares à cultura de pares. No entanto, em geral, tais criações e expressões não são percebidas e compreendidas pelos educadores que tendem a percebê-las como situações de bagunça, desobediência ou comportamentos socialmente inadequados. Aqui se situa a contribuição desta pesquisa ao Simpósio proposto, que objetiva refletir a escola como contexto de brincadeiras – ou seja, a pesquisa convida a re-ver (ver de novo, ver diferente, ver com outros olhos e olhares) as brincadeiras das crianças no contexto da educação infantil. Reflete-se, assim, sobre cinco situações observadas nas brincadeiras empreendidas no parquinho e na brinquedoteca, a saber: (1) os lugares de crianças vistos como locais de bagunça, sem que se perceba a profundidade de seu significado pessoal ou compartilhado, isto é, sem que se reconheça e se qualifique as tramas complexas (e belas!) da cultura de pares que revelam o processo de desenvolvimento infantil; (2) a defesa de espaços interativos como expressão egoísta das crianças e não como tentativa de manter redes de interações sociais já estabelecidas que dão sustentação às brincadeiras em curso; (3) o desconhecimento da importância das brincadeiras de luta (turbulentas), resultando em sua proibição; (4) o compartilhamento obrigatório dos brinquedos de posse institucional, sem que se considere a brincadeira na qual a criança está envolvida, mediada pelo vínculo e apego a brinquedos específicos; (5) os limites ao brincar espontâneo, em geral acudado por aulas e outras atividades curriculares, não se reconhecendo a importância do brincar pelo próprio (prazer de) brincar. Acredita-se que tal discussão, pertinente aos desafios da contemporaneidade, na qual a escola ocupa um lugar de destaque, poderá auxiliar na revisão de práticas educativas (quicá de políticas públicas educacionais), aproximando educadores das brincadeiras infantis, (re)vistas sob novos e necessários prismas.

3º Trabalho

(Im)possibilidades da escola do campo como contexto de brincadeira

Carmem Virgínia Moraes da Silva (UESB)

As pesquisas exploratórias sobre o brincar no contexto da escola do campo se constituem em um processo de investigação importante para os estudos acerca do desenvolvimento infantil, na medida em que fornecem as condições nas quais as brincadeiras são produzidas, com os limites e as possibilidades impostos pela escola. Este trabalho discute as possibilidades de uma escola do campo como contexto de brincadeira para crianças inseridas

na Educação Infantil. Tal discussão é proposta a partir da observação, ao longo de um semestre letivo, com registro fotográfico e escrito das atividades da turma composta por 8 crianças, com foco nos materiais empregados pelas crianças nas brincadeiras e nos espaços da escola explorados para brincar. Sobre o uso dos espaços é possível dizer que houve alguma exploração do pátio e do alpendre, sendo que a maioria das brincadeiras ocorreu na sala. De forma específica e direcionada, a brincadeira com a trâmela da porta da sala (na qual uma criança brincou de girar a trâmela e produziu um som de motor com a boca) foi a única que empregou um elemento que faz parte da estrutura física da escola. Já com relação ao uso/interação com elementos da natureza, não foi observada em nenhuma brincadeira, dado que destoa das discussões sobre brincadeira em áreas rurais (BARROS, 2012; TEIXEIRA, 2009; MORAES e OTTA, 2003; LOPES, 2012). Tal escassez pode estar relacionada à estrutura da escola: apenas a salas, alpendre e pátio, sem árvores, sombras no pátio e outros equipamentos. Se considerarmos que “a criança identifica-se com o espaço por elementos de sua cultura, por experiências gratificantes ali acontecidas e pela troca com outros sujeitos que compartilham o espaço” (MARTINS e GONÇALVES, 2014, p. 623) é possível inferir que na escola não há uma identificação plena com os espaços abertos, que possibilitariam brincadeiras mais livres. Sobre os materiais empregados para brincar, o caráter criativo das crianças foi realçado no emprego de peças de jogos com finalidade diferente daquela para qual o jogo foi feito, tais como: peças de alfabeto, de sílabas e de palavras na construção do que fora imaginado. Podemos encontrar o diálogo entre o local e o global que Bichara, Cotrim e Brandão (2012) sinalizam como presentes na discussão sobre brincadeira que fazem, especialmente provenientes de pesquisas em ambientes não urbanos: os temas das brincadeiras têm relação com o contexto local, mas o material empregado na brincadeira é de origem industrializada, revelando a penetração global, urbana. A realidade observada vai de encontro ao que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) quando prevê que a escola do campo ofereça brinquedos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade atendida. Diante disso e ao destacar as especificidades das brincadeiras das crianças na escola, questiono esse contexto como um dos meios no qual a criança do campo vivencia sua infância: a escola oferece à criança do campo um ambiente diversificado, que contempla e reflete as suas características ambientais e socioculturais?

As vozes no brincar

Celina Maria Colino Magalhães

O Grupo de trabalho: Brinquedo, Aprendizagem e Saúde, faz parte da ANPEPP, e tem por principal objetivo constituir um núcleo integrado de pesquisadores de várias regiões do país que seja gerador de pesquisas com sólida base teórica sobre o brincar, em suas múltiplas intersecções com aprendizagem e saúde. Dessa forma, este simpósio tem como objetivo apresentar e discutir pesquisas sobre o brincar considerando as vozes dos brincantes, realizadas em diferentes estados e universidades brasileiras, incluindo norte, nordeste e sudeste. Os trabalhos foram conduzidos com faixas etárias e contextos diversos, tendo como fio condutor as vozes dos brincantes. Inicialmente, será apresentado o trabalho desenvolvido pela Prof^a. Sabrina Torres Gomes, que apresentará o que crianças pré-escolares dizem sobre as brincadeiras que são realizadas no contexto educacional. O segundo estudo, realizado por Paula Sanders Pereira Pinto, apresentará o que as crianças dizem a respeito dos espaços públicos onde brincam. O terceiro estudo da doutoranda Dalízia Amaral Cruz abordará as percepções de crianças, em acolhimento institucional, sobre os espaços e pessoas, reveladas a partir de contação de histórias. Para finalizar o trabalho da prof^a Cleusa Kazue Sakamoto, que apresentará um relato de experiência, realizado com estudantes universitário, sobre o brincar como estratégia de diminuir o estresse. Dessa forma, a partir da discussão conjunta das pesquisas, em diferentes locais do país, espera-se poder contribuir para uma discussão e aprofundamento da questão de dar e considerar as vozes dos brincantes, na estruturação de locais, parceiros e brincadeiras em buscar de um desenvolvimento saudável.

1º Trabalho

Brincadeiras e as pesquisas com crianças

Sabrina Torres Gomes (Universidade Federal do Recôncavo Baiano)

Os estudos sobre brincadeira são de interesse recorrente na psicologia do desenvolvimento, principalmente por ser tanto um fenômeno típico da infância quanto um recurso de acesso às crianças. Dentre eles, historicamente ganham destaque as pesquisas que usam como método a observação direta dos comportamentos lúdicos das crianças e entrevistas com adultos que lidam com elas durante a ocorrência dessas atividades. Por sua vez, o acesso direto aos comportamentos infantis, como é o caso das entrevistas com crianças, especialmente as menores de seis anos, ainda é considerado incipiente. Esta lacuna empírica tem sido questionada por autores da sociologia da infância que, através de críticas argumentativas sobre o lugar sociopolítico das crianças, vem provocando

reflexões e contribuições para a forma com a qual alguns psicólogos do desenvolvimento vêm transformando as pesquisas sobre crianças em pesquisas com crianças. Considerando essas novas perspectivas de realizar pesquisas com crianças, o presente trabalho teve como objetivo identificar o que crianças em idade pré-escolar dizem sobre as brincadeiras no contexto educacional infantil. Para isso foram convidadas dezessete crianças com idades entre quatro e seis anos, nove matriculadas em um centro educacional infantil municipal e oito matriculadas em um centro educacional infantil particular. Os dados foram obtidos através de interlocuções individuais realizadas a partir da sugestão de que cada criança desenhasse sobre o tema da brincadeira na escola. Enquanto elas desenhavam falavam sobre suas preferências relacionadas às brincadeiras da educação infantil. Os resultados indicaram algumas diferenças de acordo com o contexto, se público ou particular, o que indica que as microculturas são fatores relevantes na socialização das crianças. As crianças participantes demonstraram possuir uma maneira particular de compreender as brincadeiras, assim como se mostraram informantes competentes ao falar sobre suas preferências e sobre a visão que possuem dos aspectos que envolvem suas brincadeiras ou atividades lúdicas, não havendo por parte delas uma diferenciação entre estas e aquelas. Pode-se notar com esse trabalho que, mesmo crianças pequenas são capazes de se expressar claramente sobre assuntos que lhes dizem respeito, ainda que algumas tenham se expressado de forma mais fácil do que outras. As falas das participantes reforçaram a importância de valorizarmos participações mais efetivas das crianças em pesquisas, cujos olhares apresentam novas possibilidades de inserção e produção de cultura, especialmente através das brincadeiras.

2º Trabalho

O que as crianças dizem a respeito dos espaços públicos onde brincam

Paula Sanders Pereira Pinto (Universidade Salvador – UNIFACS)

O brincar é um comportamento importante para a interação da criança com o meio e os espaços públicos relevantes contextos para brincadeiras, por gerarem oportunidade de trocas sociais e com a natureza e incentivarem o desenvolvimento em diferentes aspectos. O ambiente social possibilita que a criança brinque com seus pares e, por outro lado, através da brincadeira, a criança adquire habilidades e conhecimentos sociais. Existem poucos estudos científicos no Brasil que já se dedicaram a estudar sobre como as crianças utilizam e percebem os espaços públicos onde brincam na contemporaneidade. Sabe-se do seu potencial como sujeitos de construção social, com capacidade de contribuir a respeito das temáticas que impactam em suas vidas. Tal capacidade foi incluída como um direito na Convenção dos direitos das Crianças, promovido pela Assembleia Geral da ONU em 1989, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, no Brasil. Estas normativas não apenas enfatizam a sobrevivência e proteção da criança como também os seus direitos em serem ouvidas e de serem ouvidas quanto a questões que lhes dizem respeito. Este trabalho teve por objetivo identificar o que crianças dizem a respeito de espaços públicos onde brincam. Para tanto, foi feita uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e analítica onde entrevistou-se 28 crianças, entre 7 e 11 anos, moradoras de diferentes bairros de Salvador-BA-BR, para as quais também foram solicitados desenhos dos locais onde brincavam em seus bairros. Os dados foram analisados qualitativamente. A pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética via Plataforma Brasil. As crianças relataram brincar em áreas não planejadas e planejadas para elas, tais como ruas, ladeiras, parques, praças, campos de futebol e canteiros centrais da cidade, com preferência por locais perto de suas residências, onde havia menor supervisão de adultos. Identificou-se uso criativo dos espaços e dos equipamentos onde brincavam. As crianças se queixaram da pouca segurança dos espaços públicos e manifestaram interesse por mais espaços livres, limpos e seguros para suas brincadeiras. Notou-se uma diferença de apropriação dos espaços públicos entre crianças que brincavam em bairros populares para aquelas que moravam em Condomínios fechados. As primeiras brincavam mais nas ruas próximas às suas casas ou em campos de futebol e pracinhas do bairro. As últimas raramente frequentavam espaços públicos, não demonstrando apropriação pelas ruas da cidade. Os únicos espaços que frequentavam eram parques metropolitanos, quando levados por seus pais. Identificou-se o potencial das crianças em identificar problemas bastante reais em seus bairros e também de elaborar sugestões que são de utilidade para adultos e crianças, demonstrando um amadurecimento social. Ficou nítida sua capacidade de perceber e se apropriar dos espaços onde brincavam. Com este estudo busca-se gerar reflexões sobre a necessidade de se conhecer as demandas da infância a partir do que dizem as próprias crianças.

3º Trabalho

Percepções De Crianças Em Acolhimento Institucional: A Brincadeira Revelada A Partir Da Atividade De “Contaçon” De Histórias

Dalizia Amaral Cruz (SEMAS-PREFEITURA DE BARCARENA)

Crianças em acolhimento institucional precisa ter sua voz garantida e respeitada, conforme preconiza as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009). No Brasil,

alguns trabalhos discutem esta perspectiva, de dar voz às crianças (Gabatz, Neves, Padoin & Terra, 2010; Garzella & Serrano, 2011; Marzol, Bonafé & Yunes, 2012; Muller, 2014; Silva & Magalhães, 2011). No entanto, durante muito tempo, as crianças tiveram suas vozes silenciadas e suas experiências desconsideradas. No âmbito da pesquisa, apesar de estarem sempre presentes, elas eram consideradas como meros objetos de estudo (Thorne, 2002). Muitos pesquisadores nacionais (Alexandre & Vieira, 2004; Souza & Castro, 2008) e internacionais (Christensen & Prout, 2002; Elbers, 2004; Thorne, 2002) consideram a criança colaboradora de pesquisa, com direito de voz. Este trabalho, assim, visa discutir as percepções de crianças sobre suas experiências de acolhimento. Participaram da pesquisa seis crianças, de ambos os sexos, de um abrigo infantil da região metropolitana de Belém/Pará/Brasil. Para a coleta dos dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e contos infantis. As entrevistas foram transcritas na íntegra para a análise de conteúdo (Bardin, 2011) a partir da qual emergiram as categorias. Para o presente trabalho, serão apresentados os resultados da categoria “Aspectos sociais do ambiente: interações e atividades estabelecidas na instituição”. Os principais resultados demonstram que as crianças eram livres para brincar em diferentes espaços da instituição, favorecendo a interação entre irmãos, bem como revelam o conteúdo das brincadeiras entre elas e os brinquedos preferidos. Pode-se dizer que o trabalho com os contos infantis revelou-se como elemento favorável para apreender a percepção das crianças sobre suas experiências de acolhimento, pois abriu para a produção de sentidos e possibilidades de vida, além de favorecer a elaboração de conflitos às crianças, pois elas riram, sentiram compaixão dos personagens, ficavam felizes e tristes, entrando em contato com diversos sentimentos.

4º Trabalho

Brincar como estratégia de abordagem ao estresse – uma experiência com universitários

Cleusa Kazue Sakamoto (Faculdade Paulus de Comunicação)

A sociedade contemporânea reinventou o cotidiano, tornou-o mais exigente em demandas de agilidade e inovação cuja rotina gera inevitavelmente estresse, especialmente para os adultos. Estudantes universitários, por exemplo, enfrentam situações de alta complexidade (trabalho intelectual sofisticado relativo ao ensino superior e exercício profissional especializado), que desafiam a capacidade de adaptação frente o processo integrador que busca conciliar o preparo profissional associado ao desenvolvimento de talentos pessoais e o exercício ocupacional eficaz. Abordar o estresse de estudantes universitários mostra-se importante medida de cuidado preventivo em saúde física e mental que pode se tornar um recurso tático relevante como coadjuvante aos objetivos educacionais das instituições de ensino superior. As escolas que se ocuparem do ambiente de estudo e das condições facilitadoras necessárias ao bom aproveitamento acadêmico, poderão se tornar locais diferenciados de formação profissional, bem como se constituírem modelos de ambientes acadêmicos a serem pesquisados e aperfeiçoados. Uma instituição particular de ensino superior da cidade de São Paulo criou recentemente, uma estratégia de abordagem ao estresse frente à queixa frequente de seus discentes propondo uma “campanha antiestresse” que veiculou informações técnicas sobre causas prováveis, sintomas comuns, ao mesmo tempo em que introduziu atividades lúdicas no cotidiano – Jogos de Tabuleiro, como abordagem contra tensão e convite a uma pausa do trabalho intelectual. A iniciativa incluiu a confecção de tabuleiros com material reciclável, o aprendizado de regras de jogos e o estímulo à reflexão do discente para que ele próprio passe a agir no enfrentamento do estresse, com o restabelecimento de uma condição de bem estar. A continuidade do projeto pretende encaminhar um estudo sobre o impacto da atividade lúdica sobre o estado emocional dos alunos, com a aplicação de um Questionário em que pretendemos investigar: 1- a percepção dos discentes frente a estados de sofrimento e busca de soluções, 2- a experiência de “brincar” no cotidiano. Brincar não é atividade exclusiva de crianças ou tampouco se mostra restrita ao divertimento no lazer. Brincar é interação entre o indivíduo e seu mundo, é expressão da individualidade, é uma atividade de exploração e curiosidade, de exercício da criatividade, é comunicação, um modo de estar no mundo. Adultos também brincam, embora apresentem uma estética diferente do brincar de crianças e jovens; as atividades em todas as idades parecem manter características semelhantes, como: imaginação, espontaneidade, curiosidade e a íntima relação com a identidade de quem se dedica à ação, entre outros elementos. Lançar-se a uma experiência sem finalidade previamente determinada, é tradução de espontaneidade e favorável à criatividade, ao mesmo tempo, gera prazer. Adultos muitas vezes estão à volta com problemas que os deixam tensos, mas o estimulam a buscarem respostas novas, que surgem de tentativas inesperadas em que a imaginação possibilita estados de relaxamento e emergência de insights. “Brincar” com o pensamento por sua vez, permite descobrir soluções surpreendentes. O processo de elaboração mental de situações críticas, muitas vezes pode ser desencadeado favoravelmente a partir de um momento lúdico e criativo, como participar de um jogo de tabuleiro nos intervalos de aula no ambiente universitário.

Atenção ao desenvolvimento no Brasil e na Espanha: uma análise em diferentes contextos

Simone Souza da Costa Silva

Esse simpósio pretende discutir e contextualizar a Intervenção Precoce em diferentes realidades no Brasil e na Espanha. O conceito de intervenção precoce abrange intervenções direcionadas a criança com atraso ou risco de atraso no desenvolvimento causado por diferentes fatores. O objeto principal é oportunizar o mais cedo possível recursos multidimensionais que atendam as necessidades de desenvolvimento da criança. Antes dos anos 70 os atendimentos eram chamados de Estimulação Precoce e eram direcionados exclusivamente a atendimentos a criança focando suas competências motoras, cognitivas, linguagem e sensoriais. Hoje o entendimento ultrapassa a ideia de que o atendimento deva ser oferecido somente à criança. A partir da visão Bioecológica do desenvolvimento que postula a influência de diferentes sistemas na vida da criança, surge em português o termo “Intervenção Precoce” (IP) ou em espanhol “atención temprana” (AP) que amplia o olhar que antes era exclusivamente voltado a criança e passa a entender a família e o contexto a que a criança pertence como importantes fontes de influências no seu desenvolvimento. Assim, observa-se uma mudança de paradigma que traz muitos desafios pois, a IP ou AP é centrada na família, embasada nos recursos da comunidade e não somente no atendimento especializado, e realizada por um trabalho de equipe interdisciplinar. Para que esse trabalho possa acontecer de forma adequada e integral muitas barreiras ainda precisam ser vencidas principalmente na realidade brasileira que vai desde o desconhecimento dos profissionais sobre este conceito, até as questões de investimento financeiro e diferenças regionais considerando a amplitude territorial do Brasil. Neste sentido, pretende-se neste simpósio discutir algumas iniciativas desenvolvidas em programas de assistência ao desenvolvimento infantil realizados na região Sul e Norte do Brasil, suas dificuldades e conquistas. Ademais, esta reflexão será realizada considerando experiências bem sucedidas nesta área realizadas no contexto Espanhol. Para tanto, em um dos trabalhos que compõe esta proposta será apresentado o modo como está estruturado os serviços de “atención temprana” na Espanha, de modo particular na comunidade autônoma da região de Murcia onde tem se observado importantes avanços nesta área.

1º Trabalho

Atendimento a crianças com deficiência em Belém (Pará): Descrevendo o serviço oferecido por uma instituição pública

Simone Souza da Costa Silva (Universidade Federal do Pará)

No Pará, especialmente em sua capital Belém, os serviços de estimulação ao desenvolvimento oferecido a crianças com deficiência é realizado por órgão governamentais ligados as secretarias de saúde do Estado e/ou do município e por órgãos que sobrevivem com recursos federais. Em termos gerais, observa-se que não existe uma organização centralizada que controle os atendimentos oferecidos a população que não pode pagar por profissionais especializados. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é descrever como crianças com deficiência são atendidas em um Centro de Atendimento à Saúde da Mulher e da Criança (CASMUC). Este Centro é vinculado a faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Pará, inaugurado em 2013, prestando serviços médicos à comunidade nas áreas de pediatria, alergia, ginecologia e gastroenterologia. A área pediátrica é composta pelos ambulatórios de desenvolvimento, de dificuldade de aprendizagem e autismo. O atendimento pediátrico é oferecido para crianças na faixa etária de 0 – 12 anos, tendo seu início com encaminhamento do paciente pelos postos de saúde da atenção básica, vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A criança ao ser encaminhada para este centro passa inicialmente pela triagem médica e, de acordo com suas características é direcionada para o ambulatório específico. Posteriormente, é realizada investigação clínica com o objetivo de se elaborar um diagnóstico. Em seguida, a criança é encaminhada para terapias (fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia e avaliação psicológica) que são realizadas na Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (UASCA), dentro do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, na UFPA. Esta unidade, anteriormente, conhecida como Serviço Caminhar, iniciou suas atividades em 2002, com o objetivo de realizar acompanhamento clínico para crianças até 12 anos, que apresentavam alterações de crescimento e desenvolvimento infantil, síndromes genéticas, epilepsias e ataxias.

2º Trabalho

La Atención Temprana en España

Julio Pérez López (Universidad de Murcia)

Tras la publicación del Libro Blanco de la Atención Temprana en el año 2000, en el que se mostraba la necesidad de que la atención temprana fuera un servicio público y gratuito, se han producido importantes avances en las 17 Comunidades Autónomas que componen España.

Concretamente, el Libro Blanco (GAT, 2000), ha servido:

- de referencia para las administraciones públicas y para los profesionales.
- para promover y organizar la Atención Temprana (AT) en cada una de las Comunidades Autónomas.
- para señalar una serie de conceptos y formas de trabajo que son básicas e indiscutibles en cualquier terreno, tales como, la prevención, la detección, la intervención temprana, la interdisciplinariedad en los servicios, la coordinación entre los diferentes ámbitos, la sectorización y el derecho universal a ser atendidos todos los niños del país que presenten cualquier tipo de dificultad en el desarrollo o riesgo de padecerlo así como a sus familias.

La interdisciplinariedad y la coordinación son fundamentales, no solo para los profesionales que trabajan en un equipo, sino para todos aquellos sectores implicados en este ámbito de trabajo. La sectorización de los servicios facilita la coordinación y es necesaria para acercar la intervención temprana a todos los usuarios.

Según el mismo Libro Blanco nos dice, es necesario que la Atención Temprana sea un servicio público, universal y de provisión gratuita para todos los niños y familias que lo precisen.

En el territorio español existen grandes diferencias, debidas posiblemente a las políticas de descentralización y a la historia socio-cultural propia de cada Comunidad Autónoma. Haremos un comentario general sobre ellas, pero solo abordaremos de forma más precisa la de la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia. Para ello, haremos la descripción en cuanto a organización y funcionamiento de un Centro de Desarrollo Infantil y Atención Temprana (CDIAT).

Los CDIAT son unos espacios donde un equipo multidisciplinar (compuesto por psicólogo, pedagogo, trabajador social, fisioterapeuta, logopeda, médico) trabaja con una metodología interdisciplinar, alrededor de un tema común y con un tiempo compartido, para conseguir que los niños con trastornos en su desarrollo o de riesgo, sus familias y sus entornos educativos, sociales y de la salud, sean capaces de obtener un equilibrio lo más ajustado a sus capacidades y necesidades.

El trabajo del CDIAT comienza cuando se recibe la solicitud por parte de la familia o por parte de cualquier profesional o institución. Esta intervención, se realizará en base a toda la información obtenida del niño, la familia y el entorno, y consta de varias partes: valoración inicial, diagnóstico o evaluación, planteamiento de la necesidad de tratamiento o no con el niño y la familia, y el seguimiento, coordinación y derivación cuando fuese necesario.

La intervención no será igual en todos los casos, ni todo el equipo participará siempre, ni se deberá llevar a cabo en todos los casos en el centro. Habrá niños que requieran atención domiciliaria, otros un seguimiento mayor en el centro educativo, otros necesitarán de una coordinación intensiva médica, otros de un apoyo emocional a los padres.

3º Trabalho

Intervenção Precoce: possibilidades e dificuldades na realidade brasileira/Região Sul

Maria de Fatima Minetto (UFPR)

A nova concepção sobre Intervenção Precoce tem mobilizados profissionais da área da saúde e educação para mudanças de ações. O Ambulatório da Síndrome de Down (SD) do Hospital de Clínicas da UFPR, criando em 1997, possui mais de 4 mil pacientes com SD e suas famílias em acompanhamento longitudinal. Objetivo: atender de forma transdisciplinar com equipe composta por profissionais da área da saúde/educação (médicos, assistente social, dentista, enfermeiros psicólogos, pedagogos) numa . O método ultrapassa o âmbito de atendimento da pessoa com SD apenas, a equipe de forma integrada organiza acolhimento à família, suas necessidades e orientações sobre seus direitos, além de ações nas escolas. Ao identificar necessidades específicas das famílias ou das escolas, essas são encaminhadas um projeto vinculado ao ambulatório o PRACRIANÇA (Programa de Atenção a Criança com Risco Estabelecido/ Setor de Educação - UFPR), esse projeto atende qualquer deficiência principalmente os casos de autismo que tem apresentado grande demanda. Neste projeto são realizadas “Rodas de Conversas” para orientações e visitas domiciliares e ou escolares. Resultado: No ambulatório são realizadas em média 1.320 atendimentos por ano, e em torno de 25 rodas de conversas com participação de 130 pais e 200 professores. Muitas pesquisas são realizadas para confirmar e aprimorar o trabalho. Apesar dos resultados positivos, inúmeras barreiras burocráticas, financeiras e ainda de outros profissionais que não entendem esse formato de intervenção, tem sido um desafio para a equipe. Conclusões: São identificados percepções dos pais, reavaliação crenças e valores, fomento de reações adequadas para lidar com estresse, ampliação a rede de apoio dos pais, motivação da autonomia, promoção da inclusão e conscientização das famílias da importância de contar com a equipe nas situações de necessidades.

Avaliação do clima escolar em diferentes contextos e relações com ambiente sociomoral, desempenho, nível de perspectiva social e adesão a valores

Alessandra de Morais

Não obstante poderem ser identificadas diferentes formas de conceituar o clima escolar, as pesquisas têm em comum a ideia de que consiste no conjunto de percepções dos diversos membros da escola sobre o ambiente educativo e têm demonstrado que a forma como os indivíduos percebem coletivamente essa atmosfera traz significativas influências, principalmente, à qualidade da aprendizagem e das relações interpessoais. Assim, uma avaliação sobre o clima escolar permite realizar um diagnóstico do ambiente socioeducativo, de forma a fundamentar projetos que visem transformações na instituição. Ainda que largamente discutido em outros países, o clima escolar é pouco estudado no Brasil, ressaltando-se a escassez de instrumentos validados para sua avaliação que levem em conta a realidade escolar brasileira. Em contribuição, este simpósio tem como propósito apresentar cinco pesquisas que têm como eixo comum a temática do clima escolar, abordando-a no concernente à sua avaliação e aos diferentes contextos escolares, assim como em sua relação com variáveis como desempenho escolar, adesão a valores sociomoraes e nível de perspectiva social. Os trabalhos iniciarão com a pesquisa “Em busca de caminhos que promovam a convivência respeitosa em sala de aula todos os dias: investigando o clima escolar”, a partir da qual os demais estudos tiveram seus desdobramentos. A referida pesquisa teve como objetivos construir, testar e validar três instrumentos para avaliar o clima escolar em alunos do 7º ano em diante, docentes e gestores do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para seu desenvolvimento contou com a participação de 92 escolas públicas e particulares, de diferentes estados brasileiros, totalizando uma amostra de aproximadamente 12.000 indivíduos. O estudo apresentado na sequência, realizado em quatro escolas públicas, averigua a relação entre o clima escolar, a partir da percepção de seus estudantes, com a adesão desses mesmos alunos a valores sociomoraes, procurando responder se esses dois construtos caminham na mesma direção. Em prosseguimento, são analisados os resultados de uma pesquisa sobre a qualidade do clima em variados ambientes escolares – público tradicional, público de tempo integral e particular democrático –, constatando-se diferenças não somente com relação à qualidade do clima escolar, como em sua concepção e forma de avaliação. O quarto estudo aborda a relação entre ambiente sociomoral de escolas com desempenho escolar distintos e nível de perspectiva social em julgamento moral de alunos. Por fim, o último estudo traz dados de avaliação do clima escolar em alunos, docentes e gestores do ensino fundamental e ensino médio de escolas pública e privada, chamando-se a atenção para as divergências de avaliação entre os diferentes atores da escola.

1º Trabalho

O clima escolar em estudantes, professores e gestores: construção e validação de três instrumentos

Alessandra de Moraes (Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília)

Compreendendo-se o clima escolar como o conjunto de percepções e expectativas compartilhadas pelos diferentes integrantes da escola, decorrente das experiências vividas nesse contexto com relação a diversos fatores inter-relacionados, tais como normas, objetivos, valores, relações humanas e estruturas física, pedagógica e administrativa, a pesquisa teve como objetivos elaborar, testar e validar instrumentos de medida para avaliar o clima escolar em alunos a partir do 7º ano, docentes e gestores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, de escolas públicas e particulares. Sua relevância se justifica pela escassez de instrumentos elaborados e validados no Brasil para esse fim, assim como pela necessidade de as escolas ouvirem os diferentes membros da comunidade escolar em busca de melhorias. O estudo foi realizado em duas fases. A primeira fase consistiu na revisão de literatura nacional e internacional para a elaboração do construto do clima escolar, da matriz de referência e dos itens que compuseram os instrumentos; análise de conteúdo dos itens, realizada por juízes especialistas na área; primeira testagem empírica em amostra de 797 alunos, 243 professores e 102 gestores; análise dos dados decorrentes para averiguação das primeiras evidências de validade de construto e de conteúdo dos instrumentos; reestruturação dos instrumentos e revisão da matriz de referência. Na segunda fase, com as novas versões dos instrumentos, realizou-se a segunda testagem empírica em uma amostra de 9.112 alunos (a partir do 7º ano do Ensino Fundamental), 1.533 professores (do Ensino Fundamental II e Ensino Médio) e 871 gestores (da Educação Básica). Tendo como perspectiva teórica a hipótese de que o clima escolar tem como pressuposto o Modelo formativo (as diferentes e compartilhadas percepções dos atores escolares sobre dimensões avaliadas são geradoras do clima escolar), o processamento das propriedades psicométricas dos instrumentos se deu por Análise de Componentes Principais (ACP) e Confiabilidade Composta (CC). Em todas as dimensões dos três instrumentos os índices obtidos no teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foram superiores a 0,7, assim como os valores no teste de esfericidade de Bartlett apresentaram nível de significância ($p < 0,01$), sendo considerados, portanto, como bons índices para o processamento da ACP. Com relação às cargas componenciais dos itens dos instrumentos nos diferentes componentes a maioria apresentou valor superior a 0,30, mostrando-se adequadas para o modelo empregado. Quanto à CC foram alcançados valores superiores a 0,85, podendo-se afirmar a precisão da estrutura interna dos instrumentos. Assim, chegou-se às versões definitivas dos instrumentos,

adequadamente validadas, de modo que possam ser disponibilizadas ao uso pelas instituições escolares a fim de orientar o planejamento de intervenções. Poderão, ainda, ser empregados por pesquisadores que desejarem realizar investigações nessa área.

2º Trabalho

Avaliando o clima escolar e a adesão a valores sociomoraes em escolas: uma pesquisa comparativa

Maria Suzana S. Menin (UNESP)

A presente pesquisa tem como objetivo investigar relações entre clima escolar e adesão a valores sociomoraes a partir dos instrumentos Escala de valores sociomoraes, desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas abordando os valores de: solidariedade, respeito, justiça e convivência democrática, e Questionário sobre Clima Escolar, abrangendo seis dimensões definidas pelo grupo. Os dois instrumentos foram aplicados em 1544 alunos de quatro escolas públicas caracterizadas por estarem em uma região de alta vulnerabilidade social. Os quatro valores escolhidos para a escala foram definidos com base em Piaget, 1977/1932; Kohlberg, 1992; e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) e foram mensurados através da apresentação de pequenas histórias que terminavam com uma questão sobre o que se deveria fazer, seguida de cinco alternativas: duas contra o valor em foco e três afirmando o valor, todas em três perspectivas sociais: egocêntrica, sociocêntrica e moral. O questionário sobre Clima Escolar foi apresentado na forma de frases ou afirmações em que se deveria marcar numa escala de 1 a 4, o quanto ocorriam ou o quanto se concordava com as mesmas. As seis seções deste questionário foram: relações com o ensino e com a aprendizagem; as relações sociais e os conflitos na escola; regras, as sanções e a segurança na escola; situações de intimidação entre alunos; família, escola e comunidade; infraestrutura e a rede física da escola. Para análise dos resultados, foi estabelecida uma pontuação em termos das respostas e uma escala com amplitude de 1 a 100 e média estabelecida em 50. Considerando as características de cada escala para comparação procuramos criar a mesma pontuação para clima e valores. De modo geral, podemos dizer que a pontuação obtida pelas escolas foi baixa, pois as médias variaram de 48 a 54 pontos tanto em clima como em valores. Os resultados das escolas foram muito semelhantes. Destacaram-se apenas a Escola 1 com a adesão mais baixa ao valor de solidariedade e a Escola 3 com a adesão mais alta em convivência democrática. Quanto ao clima, destacaram-se a Escola 3 que apresentou resultados mais baixos, o que não correspondeu a sua pontuação em valores, e a Escola 4 onde o inverso aconteceu: uma pontuação um pouco mais alta que as demais em clima e mais baixa em valores. Esses resultados mostram que a relação entre a mensuração das percepções de clima escolar e de adesão a valores podem não acontecer na mesma direção: uma percepção negativa de clima pode ser acompanhada de uma adesão mais positiva de valores e vice-versa. As diferenças dessas medidas são discutidas e assim como suas implicações educacionais.

3º Trabalho

Clima escolar em ambientes escolares não tradicionais: escola de período integral e escola democrática

Patricia Unger Raphael Bataglia (UNESP)

Temos como tema de estudo o clima escolar, entendido como o conjunto de percepções dos atores do ambiente em relação a fatores relacionados à organização, as estruturas pedagógica e administrativa, além das relações humanas que ocorrem nesse espaço. Visando contribuir com o trabalho do grupo que desenvolveu o Questionário sobre o Clima Escolar aplicamos o questionário em uma escola pública tradicional, uma escola pública de tempo integral e uma escola particular democrática. Nas escolas públicas utilizamos o questionário fechado do modo como foi elaborado pela equipe da pesquisa “Em busca de caminhos que promovam a convivência respeitosa em sala de aula todos os dias: investigando o clima escolar” coordenado pela Profa. Telma Vinha e equipe. Na escola democrática utilizamos uma versão aberta, ou seja, em um grupo focal colocamos os temas e principais indicadores de cada fator analisado no questionário. A partir desses dados coletados realizamos algumas reflexões sobre o questionário e sobre o próprio conceito de clima. A missão apresentada no projeto da escola de tempo integral, no que se refere à formação do adolescente e jovem tem como base a formação de valores morais, espírito crítico e inovador, características consideradas imprescindíveis para uma educação integral de nossa época, inclusive, devem também ter a consciência ambiental e conhecimento acerca da evolução tecnológica atual. É interessante notar que ao analisar toda a proposta verifica-se o vínculo direto com os princípios da Escola Nova, cuja formação deu-se, em nosso país, no início de 1930, semelhante, por sinal, ao movimento das Escolas Democráticas, que conforme menciona Singer (2010), foi um movimento que nasceu na descoberta da psicologia infantil e como uma crítica à escola tradicional. Os dados apontam para melhores resultados na escola integral do que os da escola de tempo parcial, porém, os resultados são sempre na faixa de

neutro, com exceção de duas situações: na dimensão intimidação, a escola de tempo parcial obteve o resultado de clima negativo, sugerindo que há várias situações de violência que merecem atenção; a outra situação que difere do neutro é na dimensão infraestrutura em que a escola de tempo integral tem a avaliação de clima positivo. Nas dimensões infraestrutura e relações sociais e conflitos na escola, ocorre uma diferença entre os grupos, favorável à escola de tempo integral. Na escola democrática, a pesquisa com o grupo focal trouxe vários elementos para a reflexão. Um dos mais interessantes foi o fato de apesar de vários índices positivos nos fatores, a crítica dos membros é muito mais aguçada em relação ao resultado geral do trabalho.

4º Trabalho

Relações entre ambiente sociomoral, desempenho escolar e perspectiva social em julgamento moral

Claudiele Carla Marques da Silva (PMPP/UNESP)

Esta pesquisa investigou relações entre ambiente sociomoral de escolas com desempenho escolar distintos e nível de perspectiva social em julgamento moral de alunos. A amostra foi composta por alunos e professores de duas classes do 5º ano do ensino fundamental, uma turma pertencente à escola selecionada como tendo bom desempenho escolar (Escola A) e outra turma da escola com baixo desempenho (Escola B), segundo notas obtidas no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Para avaliar o ambiente sociomoral, realizamos 40 horas de observações em cada escola e adaptamos um questionário sobre clima escolar. Os níveis da perspectiva social dos alunos foram avaliados por meio de nove pequenas histórias na forma de situações-problema baseadas em cenas do cotidiano escolar que envolvem o valor justiça. Essas histórias foram inspiradas na pesquisa “Avaliando valores em escolares e seus professores: proposta de construção de uma escala”. O ambiente sociomoral da classe na escola A foi caracterizado como propenso à cooperação e na classe da escola B como tendência coercitiva, de acordo com os critérios utilizados na pesquisa. Na literatura nacional e internacional, estudos mostram que há relação positiva entre ambiente sociomoral da escola, especialmente o clima educativo, e o desempenho acadêmico dos alunos. Nesta pesquisa essa relação também foi confirmada, pois a escola A se mostrou mais favorável à aprendizagem dos alunos ao disponibilizar um ambiente harmônico, com poucos casos de violência e de relações hostis, em que os profissionais demonstraram estar comprometidos com a educação dos alunos e tinham uma alta expectativa em relação à aprendizagem; as regras eram conhecidas por todos, os discentes podiam questionar sobre dúvidas em relação ao conteúdo e havia a pessoalidade de tratamento. Os alunos demonstraram estar mais satisfeitos com a escola, com os colegas e com os profissionais em comparação aos alunos da escola B. Em contrapartida, na escola B, as normas e regras que regiam as relações não eram debatidas ou mesmo de conhecimento da maioria dos alunos; violência, incivilidade e indisciplina faziam parte do cotidiano dos alunos e eram tratados como “naturais”. Os conflitos eram erroneamente tratados, ou por serem ignorados ou por serem aplicadas sanções expiatórias. As percepções dos alunos sobre ações de justiça da escola e do professor foram mais positivas na escola A quando comparada à escola B. No julgamento moral sobre as histórias sobre justiça constatamos que as crianças que convivem em um ambiente mais democrático/cooperativo (Escola A) tendem a dar mais respostas pró-valores em seus julgamentos, baseando-se nas normas sociais convencionais, em contratos coletivos, na necessidade do uso do diálogo para resolver conflitos ou em valores considerados universalizáveis. Na escola B, as respostas basearam-se em contravalor e pró-valor numa perspectiva individualista ou egocentrada ou centrada nas relações grupais e em normas sociais mais convencionais. Portanto, constatamos que um ambiente sociomoral cooperativo/democrático na escola influencia o desempenho acadêmico dos alunos e, também, seu desenvolvimento nas perspectivas sociais em que fazem julgamentos de justiça.

5º Trabalho

Avaliando o clima escolar em busca de uma convivência respeitosa: uma análise em escola pública e privada

Juliana Aparecida Matias Zechi (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

A presente pesquisa tem como objetivo compreender e avaliar o clima escolar em alunos, docentes e gestores do ensino fundamental (7º ao 9º ano) e ensino médio de escolas pública e privada na cidade de Paranaíba-MS. Entende-se por clima escolar o conjunto das percepções dos membros da comunidade escolar em relação à instituição de ensino que envolve fatores relacionados à organização, às estruturas pedagógica e administrativa, e também as relações sociais que ocorrem neste ambiente. A avaliação do clima escolar se deu por meio de questionário construído e validado. Foram elaborados três questionários em formato Likert (escala de 1 a 4) direcionados a alunos, professores e gestores abrangendo oito dimensões que compõem o clima: a infraestrutura e a rede física da instituição; a relação da escola com a família e a comunidade; as relações com o ensino e com

a aprendizagem; as relações sociais e os conflitos; as regras, as sanções e a segurança na escola; as situações de intimidação entre alunos; as relações com o trabalho; a gestão e a participação. Foram aplicados 400 questionários em uma instituição da rede pública estadual e 121 em uma escola da rede particular, ambas de ensino fundamental (ciclo II) e médio na cidade de Paranaíba - MS. Para a análise, elaborou-se tabelas de frequência das variáveis categóricas (itens de clima escolar) e estatísticas descritivas dos dados numéricos (escores dos itens). Com base em tais análises identificou-se as percepções dos grupos sobre cada dimensão do clima, sendo avaliação negativa (escores de 1.00 a 2.25), neutra (2.26 a 2.75) e positiva (2.76 a 4.00). Os resultados de ambas as instituições foram muito semelhantes. Os atores escolares participantes, de modo geral, tiveram uma percepção positiva sobre as dimensões do clima escolar. As “situações de intimidação entre os alunos” foram avaliadas mais positivamente entre os discentes de ambas as escolas e os professores e gestores da escola particular; em contraponto, 43,8% dos professores da escola pública tiveram uma percepção negativa da dimensão. Destacaram-se como dimensões avaliadas mais negativamente pelos discentes das duas escolas a “infraestrutura e a rede física da escola” e “família, a escola e a comunidade”; nestas as respostas dos professores se dividiram, predominantemente, entre neutra e positiva; metade dos gestores da escola pública avaliaram negativamente a infraestrutura da instituição. Também a “gestão e a participação” foi avaliada negativamente pela metade dos docentes da escola pública. Esses resultados mostram a necessidade de uma análise pormenorizada dos itens que compõem cada dimensão, considerando que mesmo quando a análise geral resulta em uma percepção positiva, encontra-se itens relevantes para a constituição de um clima escolar positivo avaliados negativamente e que se contradizem entre os respondentes. Por fim, o diagnóstico realizado permite um maior conhecimento sobre o clima escolar contribuindo com a elaboração de propostas de intervenções para a melhoria da convivência na escola.

Contribuições da Psicologia do Desenvolvimento para o campo da Educação Infantil

Pompéia Villachan-Lyra

A primeira infância constitui-se como um período de grande relevância no processo do desenvolvimento humano que ocorre, inevitavelmente, no contexto de interações socioafetivas e culturais. São crescentes as evidências da contribuição das Neurociências para a área educacional, em particular para o processo de desenvolvimento infantil, sendo importante construirmos novas aproximações entre os campos da Educação, das Neurociências e da Psicologia do Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, também são crescentes os estudos que destacam a importância da escola e, em especial da Educação Infantil, como um espaço singular para a promoção do desenvolvimento na primeira infância. Dessa forma, além das figuras parentais e do contexto familiar, outras pessoas têm se ocupado com os cuidados infantis e a qualidade de tais cuidados constitui-se um importante elemento no processo de desenvolvimento infantil. Nesse cenário, este simpósio tem por objetivo apresentar algumas contribuições da Psicologia do Desenvolvimento e da Neuropsicologia do Desenvolvimento para o campo da Educação Infantil. Esta proposta é resultado de um diálogo que vem sendo estabelecido entre três grupos de pesquisa, a saber: O NINAPI (Núcleo de Investigação em Neuropsicologia, Afetividade, Aprendizagem e Primeira Infância) da Universidade Federal Rural de Pernambuco; o NEISDI (Núcleo de Estudos em Interação Social e Desenvolvimento Infantil), da Universidade Federal da Paraíba e o Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade (GPIEDUC), da Fundação Joaquim Nabuco. Com olhares complementares para essa temática, quatro pesquisadoras apresentarão algumas possibilidades de diálogos entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Educação Infantil (creche e pré-escola).

a. Pompéia Villachan-Lyra (UFRPE-NINAPI) e Mirella Almeida abordarão algumas características do neurodesenvolvimento infantil, ressaltando a importância, alguns desafios e possibilidades de intervenção com bebês com microcefalia decorrente da Síndrome Congênita do Vírus da Zika nas creches, com vistas à promoção do seu desenvolvimento em contexto escolar.

b. Fabíola Braz Aquino (UFPB-NEISDI) e Lorena Fernandes Rodrigues ancoram-se na concepção de que a cultura e a linguagem exercem um papel constitutivo nos processos de aprendizado e desenvolvimento humano para discutir concepções e práticas de docentes e psicólogos acerca do processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, tendo como base a noção mais geral de transições de desenvolvimento.

c. Patrícia Simões (FUNDAJ-GPIEDUC) e Pompéia Villachan-Lyra apresentam uma discussão sobre o papel da avaliação na educação infantil, com vistas à promoção do desenvolvimento da criança no contexto escolar. São destacadas algumas contribuições da Psicologia do Desenvolvimento a esse respeito.

d. Emmanuelle Chaves (UFRPE-NINAPI) e Pompéia Villachan-Lyra apresentarão um Programa de Formação em Desenvolvimento Cognitivo, com base nas Neurociências, para Profissionais da Educação Infantil, com vistas a contribuir para a promoção do desenvolvimento da criança no context escolar.

Entendemos que as temáticas trazidas em cada palestra podem colaborar para fortalecer a aproximação entre esses importantes campos do conhecimento, buscando contribuir para a formação dos profissionais que atuam na educação infantil e, sobretudo, na promoção do desenvolvimento de bebês e crianças na primeira infância.

1º Trabalho

Acolhimento aos bebês com microcefalia nas creches: contribuições da Psicologia do Desenvolvimento e da Neuropsicologia

Pompéia Villachan-Lyra (UFRPE); Mirella Almeida

Dadas as características de plasticidade e imaturidade do sistema nervoso na primeira infância, as experiências vividas pelo bebê/criança nesse período serão cruciais para a organização estrutural e funcional do seu cérebro, com importantes impactos no seu desenvolvimento. Assim, bebês e crianças são extremamente sensíveis às influências ambientais. Isso ganha maior destaque quando nos referimos à bebês/crianças com alterações no neurodesenvolvimento, como é o caso dos bebês com microcefalia decorrente da Síndrome Congênita do Vírus da Zika (SCVZ). No decorrer do ano de 2015, o surto do vírus da Zika foi alvo de atenção Mundial. Um dos impactos mais graves da infecção pelo vírus ocorreu nos bebês nascidos de mães infectadas durante a gestação. Esses bebês nasceram com a SCVZ que, dentro outros sintomas, está a microcefalia e diversas calcificações no sistema nervoso central. Sendo assim, os bebês nascem com a cabeça subdimensionada e tecido cerebral muitas vezes calcificado, podem ter problema de deficiência intelectual, paralisia cerebral, epilepsia, dificuldade de deglutição, irritabilidade, hiperexcitabilidade, choro excessivo, anomalias dos sistemas visual, auditivo e motor, déficits cognitivos, distúrbios do comportamento, além do crescimento prejudicado, dependendo da etiologia e da idade em que ocorreu a infecção. Além da complexidade e gravidade do quadro, chamou a atenção o grande número de casos identificados, somando quase 3.000 até o momento. Como mencionado anteriormente, dada a característica de plasticidade do SNC na primeira infância, a intervenção precoce é fundamental para que esses bebês atinjam o máximo do seu potencial de desenvolvimento. Além do ambiente clínico e doméstico, a escola se constitui como um espaço privilegiado para a promoção do desenvolvimento desses bebês. Prevê-se a entrada de um grande número de crianças que apresentam a SCVZ em nossas creches e pré-escola. No entanto, o início da vida escolar desses bebês é uma questão complexa. Por um lado, envolve insegurança das famílias em deixar tais crianças aos cuidados dos docentes na instituição escolar, alegando que eles não estão preparados para recebê-los. Os professores, por sua vez, também alegam precisarem de uma formação específica para lidar com essa nova realidade. Nesse cenário, o NINAPI tem realizado diferentes iniciativas buscando contribuir com a promoção do desenvolvimento desses bebês. Nesse simpósio serão apresentadas algumas dessas iniciativas como: elaboração de um livro sobre marcos do desenvolvimento típico e possíveis atividades com vistas à promoção do desenvolvimento; 2. Um guia de orientações às famílias e aos cuidadores de crianças com alterações no desenvolvimento, que se constitui como uma iniciativa da UNICEF, dentro de um projeto mais amplo chamado “Redes de inclusão”; 3. Elaboração de uma cartilha informativa sobre a microcefalia e a SCVZ para os profissionais de educação. Nessa cartilha, além de explicarmos as características do quadro clínico, são também propostas atividades pedagógicas que podem ser realizadas com os bebês no ambiente da creche; 4. Uma pesquisa com professores, buscando investigar suas concepções a respeito dos principais desafios e demandas no que se refere ao acolhimento dos bebês nas creches e 5. Elaboração de uma proposta de formação de educadores.

2º Trabalho

Psicologia do desenvolvimento, educação infantil e transição escolar: pesquisa e intervenção

Fabíola de Sousa Braz Aquino (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA); Lorena Rodrigues Fernandes

Aborda-se nessa exposição parte de um conjunto de trabalhos que vem sendo realizados pelo Núcleo de Estudos em Interação Social e Desenvolvimento Infantil (NEISDI/UFPB/PPgPS) na interface Psicologia do desenvolvimento, Educação Infantil e atuação de psicólogos em contextos de educação. Esses estudos orientam-se por pressupostos da teoria Histórico-cultural e por formulações de pesquisadores contemporâneos que tem explorado o papel constitutivo da cultura e da linguagem nos processos de aprendizado e desenvolvimento humano. Partindo da psicologia do desenvolvimento, mais especificamente de estudos do campo da comunicação e linguagem inicial, essas pesquisas exploram: (a) configurações dos tipos de brinquedos e episódios de brincadeira presentes em interações educador(as)-crianças; (b) levantamento e análise de habilidades comunicativas intencionais de bebês no contexto da brincadeira, em ambiente natural e de pré-escolar; e (c) o uso intencionalmente pedagógico de recursos estéticos/artísticos em ambiente pré-escolar, visando o fomento de habilidades e funções psicológicas superiores. Destaca-se desses estudos o trabalho que analisa as concepções e

práticas de docentes e psicólogos acerca do processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, tendo como base a noção mais geral de transições de desenvolvimento (Zitton, 2004; 2010; 2016). O processo de transição escolar dá-se em um período relacionado às mudanças e rupturas de um contexto para outro o que demanda das crianças e sujeitos com os quais interagem novos aprendizados e modos de agir sobre cada contexto, rotinas e relações com seus pares, educadores e docentes. Essas transições demandam de profissionais da educação estratégias que favoreçam a gradativa apropriação por parte das crianças de modos culturais e conhecimentos sistemáticos sociohistoricamente acumulados. Pontua-se nesses estudos a relevância do trabalho da(o) psicóloga(o) escolar no contexto da educação infantil no sentido de propor intervenções que ampliem o olhar de educadores e familiares acerca das peculiaridades, dinâmica e complexidade que revestem o desenvolvimento de crianças nos primeiros anos de vida, em especial do processo de transição escolar. Por meio do suporte teórico e metodológico este profissional pode exercer o papel de mediador das interações educadores/crianças, e colaborar para que os profissionais de instituições de educação infantil formulem propostas que contribuam para o processo de transição escolar e para o aprendizado e desenvolvimento humano.

3º Trabalho

Dimensões da Avaliação na Educação Infantil e a Contribuição da Psicologia do Desenvolvimento

Patricia Maria Uchôa Simões (Fundação Joaquim Nabuco); Pompéia Villachan-Lyra (UFRPE)

No cotidiano das creches, como em qualquer instituição educacional, um elemento importante a ser considerado é o processo de avaliação. Este processo tem pelo menos três dimensões: a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento, a avaliação das práticas pedagógicas e da gestão escolar e a avaliação das políticas, dos programas e dos sistemas educacionais. Essas dimensões estão interligadas, são interdependentes, se articulam e se complementam no cotidiano e nas práticas pedagógicas. Buscando contribuir para a formação de profissionais da Educação Infantil, com base nos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento, focalizaremos nas duas primeiras dimensões. Inicialmente, cabe ressaltar que qualquer processo de avaliação educacional traz consigo concepções de criança, de desenvolvimento e de educação e essas diferentes concepções terão impacto na maneira como vamos lidar com a própria criança e realizar o planejamento pedagógico. A partir de uma abordagem sócio-histórica e visando contribuir com a promoção do seu desenvolvimento infantil no ambiente escolar, propomos a reflexão: por que avaliar, para que avaliar, o que avaliar e como avaliar na Educação Infantil, especialmente na creche. Avaliar envolve uma intenção pedagógica, é a busca de informações e subsídios para se compreender o desenvolvimento da criança no contexto escolar. Vale ressaltar que para cada item da avaliação, há aspectos do contexto que se relacionam, interferindo positiva ou negativamente no que está sendo foco da avaliação. Além disso, é importante que a avaliação seja, sobretudo, qualitativa, destacando as principais características apresentadas pela criança em relação a determinado aspecto do desenvolvimento. Outro ponto relevante nessa reflexão é que não devem ser feitas comparações entre desempenhos das crianças ou dos níveis de desenvolvimento delas. A avaliação serve para orientar a prática do professor e indicar que aspectos do trabalho pedagógico devem ser enfatizados, no sentido de promoção do desenvolvimento infantil. Diante do que foi posto, entendemos que o processo de avaliação se constitui como uma ferramenta de grande importância na prática pedagógica do profissional que trabalha na Educação Infantil, bem como se apresenta como uma estratégia poderosa para conhecer as particularidades de cada criança, seus pontos fortes e aqueles que demandam um maior incentivo para o seu desenvolvimento. Nesse processo, a Psicologia do Desenvolvimento pode oferecer uma valiosa contribuição, na medida em que nos apresenta as características e marcos do desenvolvimento desse bebê e dessa criança, contribuindo para a reflexão a respeito das noções que cada um de nós tem do que é ser criança, de como entendemos esse bebê e essa criança que chegam à creche e como essa compreensão pode contribuir para o planejamento pedagógico nesse contexto e, assim, favorecer o desenvolvimento deles.

4º Trabalho

A Psicologia do Desenvolvimento e a formação de profissionais da Educação Infantil: contribuindo para a promoção do desenvolvimento de crianças nas creches e pré-escolas

Emmanuelle Christine Chaves da Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco); Pompéia Villachan-Lyra (UFRPE)

Ao destacar as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento em investigar o ciclo vital, é inegável o fato de que os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os estudos que focalizam o período reconhecido como primeira infância (da gestação aos 6 anos de vida da criança) têm ressaltado como essenciais as transformações ocorridas neste momento e que alcançam desde o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais até o desenvolvimento cognitivo, socioemocional, da

personalidade, etc. Toda esta ênfase sobre os primeiros anos de vida e o papel que o ambiente tem nesse processo tem implicado numa crescente preocupação social com o cuidado e a Educação Infantil. Neste cenário, as creches e pré-escolas surgem como possíveis espaços onde o desenvolvimento deve ser potencializado e, para isto, é necessário uma proposta pedagógica centrada na criança e em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Dentro desta proposta a formação de profissionais para atuar com crianças de zero a seis anos e lidar com suas especificidades têm se constituído como uma necessidade. Neste sentido, pesquisadores da Psicologia do Desenvolvimento de São Paulo (NANI – UNIFESP) e de Recife (NINAPI – UFRPE) desenvolveram um programa de formação continuada para profissionais que atuam na Educação infantil. Esse programa surgiu a partir do levantamento das necessidades formativas desses profissionais em escolas de dois municípios brasileiros: cidade de São Paulo e Recife-PE. Foram levantadas tanto as demandas sobre suas práticas diárias como aquelas relativas aos conhecimentos sobre o desenvolvimento humano. Assim, o “Programa de Formação em Desenvolvimento Cognitivo, com base nas Neurociências, para Profissionais da Educação Infantil” ocorreu em 10 encontros, com aulas expositivas e debates, realizados quinzenalmente. Os temas discutidos abordaram o universo da primeira infância, compreendendo o que é ser criança; o crescimento e desenvolvimento da criança, os marcos do desenvolvimento, o sono, a alimentação; o desenvolvimento cognitivo na primeira infância, abordando o desenvolvimento motor, da linguagem, a atenção e o comportamento executivo; o desenvolvimento emocional e comportamental, discutindo aspectos como birra, choro, agressividade, autonomia, aceitação de regras, etc; sinais de atraso no desenvolvimento que possam ser decorrentes de condições clínicas, como síndromes genéticas, autismo, e ainda as práticas pedagógicas e o processo de aprendizagem na educação infantil, discutindo atividades práticas possíveis de serem implantadas em sala e que estimulam os domínios discutidos nas aulas. Considerando as especificidades encontradas nas demandas trazidas pelos profissionais de Recife-PE foi incluído o tema da microcefalia e aspectos relativos ao desenvolvimento de crianças com a síndrome congênita do Zica vírus. As contribuições deste programa de formação são discutidas na medida em que os conhecimentos sobre o desenvolvimento na primeira infância, construídos ao longo dos encontros, podem ser integrados à prática pedagógica desses profissionais de maneira que os mesmos possam, por exemplo, organizar atividades que contribuam de modo significativo com diversos aspectos do desenvolvimento, e ainda permitir que os mesmos possam ou reconhecer algum indício de um possível atraso neste desenvolvimento ou ainda favorecer a diminuição de problemas de comportamento, expressão emocional e crescimento físico.

Desafios da parentalidade em um mundo em transformação

Mauro Luís Vieira

Vivemos hoje em um mundo em transformação com diferentes formas de organização social e relacionamento entre pessoas. Esse cenário também se reflete no contexto familiar. Por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho é um fator que levou os homens a assumirem maiores responsabilidades dentro do lar. O trabalho fora de casa diminui o contato da mãe com seus filhos e o pai, que antes passava a maior parte do tempo fora de casa para garantir o sustento familiar, tem novos desafios que se relacionam com sua participação mais efetiva na dinâmica familiar. Passa a ter mais contato direto com as crianças e também, em função de uma igualdade de deveres e direitos, em muitos casos, tende a compartilhar com sua companheira as tarefas do cuidado com as crianças e as tarefas de casa. Ainda que ocorrendo em escala bem menor que se pode esperar, a participação e o envolvimento do pai no cuidado com os filhos e nas funções do lar estão sendo intensificadas, mesmo que a mãe ainda seja identificada como a principal responsável pelo cuidado e pelas tarefas de casa. Além disso, outros aspectos presentes no contexto contemporâneo e que, interferem na dinâmica familiar, são os meios de comunicação e a utilização da internet. O acesso à informação e o tempo que as pessoas passam conectadas à internet são aspectos presentes em muitos lares. Nesse sentido, é importante investigar de que forma isso tudo tem impacto nas relações familiares. Em função da complexidade familiar, nem sempre é possível abordar todos os aspectos envolvidos nesse processo. Sendo assim, o presente simpósio tem como objetivo trazer algumas reflexões a partir de dados de pesquisa sobre a estrutura e a dinâmica familiar em alguns casos específicos. No primeiro estudo Lacerda, por meio de dados extraídos do IBGE em uma cidade específica do país (Cuiabá, MT) mostra que, mesmo com as transformações sociais e culturais, ainda é frequente que a guarda dos filhos fique com a mãe. Logo em seguida, Vieira, por meio da análise de uma expressiva amostra de pais e mães no sul do país, mostra a complexidade do envolvimento materno e paterno em função de diferentes variáveis no contexto familiar. Por sua vez, Teixeira, Lordelo e Resende salientam a importância de se estudar diferentes aspectos da história de vida no contexto familiar, especialmente os relacionados aos pais e à figura do pai. E, por fim, Cardoso, Nalini, Souza, Resende e Batista apresentam reflexões sobre o desafio de estudar o impacto das mídias interativas no desempenho da parentalidade. A partir dos resultados do conjunto dessas quatro pesquisas,

conclui-se que a parentalidade nesse momento da sociedade brasileira é algo complexo. Além disso, é importante destacar que os fatores da modernidade como a cultura de igualdade de direitos e o contexto das mídias interativas são importantes para se entender os desafios da parentalidade no mundo em transformação.

1º Trabalho

Como pais e mães têm dividido a tarefa de cuidar dos filhos em Cuiabá-MT

André Luís Ribeiro Lacerda (UFMT)

Inspirado no consenso que emerge do corpo de estudos da sociologia da família contemporânea, esse trabalho defende a hipótese geral de que após quase seis décadas de aumento no nível de emprego das mulheres que são mães, não houve mudanças significativas no sentido de uma distribuição mais equitativa no tempo para cuidar de filhos entre pais e mães. Dados secundários extraídos da Estatística do Registro Civil (IBGE) sobre responsáveis pela guarda de filhos em situações de separações judiciais e divórcios em Cuiabá, entre 1984 e 2013, sustentam a hipótese geral. A classificação dos dados nas quatro categorias - marido, mulher, ambos e outros - indicou números inexpressivos para as categorias ambos e outros e números pouco significativos para a categoria marido. A flutuação do número de pais e mães responsáveis pela guarda dos filhos não apresenta mudanças significativas em suas dinâmicas nas duas situações, separações judiciais e divórcio, ou seja, parece que a função social de cuidar de filhos continua sendo uma tarefa basicamente materna. A partir desses dados, formulou-se uma hipótese que pode fazer contribuições para a psicologia do desenvolvimento: (1) Que as três variáveis apresentadas pela sociologia comparativa da família para explicar a insignificante mudança em relação a uma distribuição mais equitativa no tempo de cuidar de filhos entre pais e mães - (a) disponibilidade limitada de tempo, (b) recursos relativos desiguais e (c) conformidade com a ideologia tradicional de gênero – podem ser desigualmente afetadas pelas transformações experimentadas pela família nuclear em decorrência da modernização social. Se a estrutura social da família constitui um ambiente de desenvolvimento no sentido de que realiza socializações, os tipos e intensidades de modernização social provavelmente influenciarão diferenciadamente pais e mães em relação às suas disponibilidades de tempo, recursos e conformidade com a ideologia tradicional de gênero, o que, por sua vez, influencia a estrutura social da família e seu ambiente de socialização. Se a função social de cuidar de filhos continua a ser uma tarefa fundamentalmente materna e as mães dispõem de menos tempo para essa tarefa porque estão no mercado de trabalho, investigar como as mães trabalhadoras compatibilizam os papéis de mãe e trabalhadora pode ser um bom ponto de partida para entender a psicologia do desenvolvimento dessas famílias.

2º Trabalho

Especificidades e complementariedade entre pais e mães com relação às práticas parentais

Mauro Luís Vieira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Existem divergências teóricas e de resultados de pesquisas sobre as diferenças e os efeitos do pai e mãe para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é investigar quais são as especificidades e semelhanças entre envolvimento paterno e materno e os efeitos sobre o comportamento das crianças. Participaram da pesquisa 171 famílias biparentais heteroafetivas com crianças entre 4 a 6 anos. A média de idade das mães foi 35 anos e dos pais 38 anos. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de questionários e escalas, totalizando 342 participantes, sendo metade mães e a outra metade pais. As mães relataram exercer mais Estímulo à Perseverança que os pais; essa foi a única diferença estatisticamente significativa entre médias dos participantes. Ademais, por meio de clusterização foi possível distinguir quatro perfis de Abertura ao Mundo para os pais (Ativador, Pouco ativador, Imprudente e Autoritário) e outros quatro perfis para as mães (Ativadora, Pouco ativadora, Imprudente e Protetiva). Em outra análise constatou-se que há perfis tanto de pais quanto de mães que incentivam a abertura ao mundo da criança. Especificamente sobre o pai, também por meio da análise de cluster, constatou-se a existência de quatro perfis quando se relaciona a ativação paterna com a personalidade do pai: a) Pais perseverantes e emocionalmente envolvidos; b) Pais inconsistentes ou ambivalentes; c) Pais envolvidos e estimuladores e d) Pais distantes e pouco envolvidos. Esses dados, em conjunto, sinalizam para a variabilidade do comportamento paterno e materno. Com relação à mediação materna, que facilita ou dificulta o controle de acesso do pai ao(a) filho(a), constatou-se que as mães: 1) têm crenças e expectativas, com maior frequência do que os pais (homens), de que o trabalho familiar é principalmente função sua e não dos parceiros; 2) as mães que parecem confiar nas competências e habilidades dos maridos tendem a aumentar seu senso de identidade materna; 3) as mães percebem a influência da mediação de acesso do pai para com a criança de forma mais permissiva do que controladora, ainda que os índices sejam de moderados para baixos. Esses resultados parecem indicar a importância do compartilhamento de tarefas familiares entre o casal. Por fim, o suporte emocional materno correlacionou-se significativamente com 4 das 5 dimensões do comportamento da criança

(negativamente com problemas de comportamento, hiperatividade e problemas de relacionamento com pares e positivamente com o comportamento pró-social). Por sua vez, as dimensões do envolvimento paterno relacionadas com a abertura ao mundo é que tiveram maior impacto sobre o comportamento da criança. Ou seja, parece que existem efeitos diferentes e complementares do pai e da mãe sobre a criança. Portanto, conclui-se que o envolvimento paterno e materno são fenômenos complexos e multidimensionais. Embora possam existir teorias que enfatizam uma ou outra dimensão da maternidade e paternidade, é importante considerar a complexidade desses fenômenos psicológicos. Suporte financeiro: CNPq.

3º Trabalho

Diferenças e semelhanças regionais quanto à influência de eventos estressores relacionados ao pai no estilo de apego adulto em mulheres adultas

Briseida Dogo de Resende (IP USP)

A presença paterna durante os primeiros anos de vida é uma variável decisiva para a estratégia de história de vida de um indivíduo. A Teoria de História de Vida prevê que determinados eventos, como perda do pai, brigas constantes entre os pais, presença de padrasto, parentalidade paterna rígida, entre outros, modula o desenvolvimento. Duas estratégias possíveis são previstas, uma rápida e outra lenta, sendo a primeira pontuada por eventos estressores altamente impactantes, e resultante em um apego adulto inseguro. A literatura aponta associação entre pobreza e eventos estressores, o que afetará o estilo de apego adulto. Para explorar estas questões, comparamos duas amostras de mulheres brasileiras de 18 a 45 anos: uma de Salvador, Bahia, de classe média (N= 150), e uma de São Paulo, São Paulo, de classe baixa (N= 99). Nas duas pesquisas foram utilizados questionários sociodemográficos, um inventário de eventos estressores (diferente para cada amostra) e a Escala de Estilo de Relacionamento (estilo de apego adulto). Na amostra de Salvador, as mulheres tinham uma média de idade de 28,6 (DP=5,65) e escolaridade média de 14,6 anos (DP= 3,343). Eventos estressores relacionados aos pais foram mediantemente frequentes na amostra: “pais se separaram” (23,3%), “relacionamento negativo entre os pais” (19,7%), “conflito entre os pais” (18,2%), “pai ficou desempregado” (17,5%), “atitude negativa do pai” (16,5%). Os de baixa frequência, mas alto impacto foram: “conflito com o pai” (6,8%), “conviveu com padrasto” (5,6%), e “pai morreu” (4,7%). Na amostra de São Paulo, as mulheres tinham uma média de idade de 29,1 (DP=7,21) e em sua maioria tinham acabado o ensino médio (57,5%). Quanto aos eventos estressores relacionados aos pais, dois deles foram muito comuns e muito impactantes: “conflito entre os pais” (47,5%) e “relacionamento parental infeliz” (37%). Quanto à prevalência de apego seguro, em Salvador foi de 48%, e em São Paulo, de 42%. Eventos estressores relacionados à falta material não se relacionaram com estilo de apego, mas aqueles relacionados aos pais e especificamente ao pai, sim. Tanto em Salvador como em São Paulo, eventos estressores como relacionamento infeliz entre os pais, morte do pai, desemprego parental, e ser ignorado pelos pais, se relacionaram com apego inseguro. A percentagem similar de frequência de apego seguro nas duas amostras, e estressores em comum relacionados ao estilo de apego adulto mostra que a pobreza não é em si só um causador de insegurança, mas que outros aspectos da história de vida, especialmente os relacionados aos pais e à figura do pai estão envolvidos. Suporte financeiro: CNPq, CAPES, DAAD.

4º Trabalho

O impacto das mídias interativas na interação familiar e aspectos da parentalidade

Briseida Dogo de Resende (IP USP)

Os dispositivos móveis (smartphones e tablets) se tornaram objetos ubíquos e afetaram significativamente a maneira como lidamos com a informação e nossas interações sociais. Paralelo à popularização desta tecnologia uma infinidade de conteúdos midiáticos destinados ao público infantil foram desenvolvidos. O avanço deste mercado é explicado em parte pelas características tecnológicas dos dispositivos móveis; outro aspecto que contribui para esse fenômeno são os próprios pais, fonte primária das primeiras experiências das crianças com a mídia móvel. As possibilidades educacionais para esta tecnologia são diversas; todavia, no desejo de prover experiências cognitivas ou de entretenimento aos seus filhos, os pais podem inadvertidamente aumentar os riscos associados à superexposição às mídias interativa na infância. O Brasil é o quarto maior mercado de smartphones no mundo e as estimativas mais recentes apontam para uma média de 1,7 smartphones por habitante. O primeiro acesso à internet tem sido cada vez mais precoce e o smartphone o principal meio de acesso à rede entre as crianças e os adolescentes brasileiros. Neste trabalho, revisamos a literatura sobre o uso de tecnologia móvel e mídia interativa na primeira infância; o papel dos pais na exposição das crianças a este tipo de mídia e os efeitos da exposição no desenvolvimento social e cognitivo das crianças. Em seguida, traçamos e definimos algumas linhas de investigação pertinentes ao uso de tecnologia pelas crianças. Finalmente, discutimos os resultados preliminares do Projeto APP - Aplicativo Primeiros Passos; apresentamos a versão Android™ de duas tarefas de

causalidade utilizadas na pesquisa de imitação em crianças e animais não humanos; descrevemos também as funcionalidades do aplicativo para pesquisadores. Os resultados de experimento sobre transferência de aprendizagem entre a versão física tridimensional e em aplicativo sugerem o papel do modelo sobre o engajamento e o desempenho das crianças na tarefa de causalidade em aplicativos se assemelha aos observados utilizando versões físicas. Na amostra de 60 participantes com idade entre 2 e 4 anos de idade, 95% das crianças relataram ter contato com tablets ou smartphones, sugerindo que o uso precoce de mídias interativas acompanha a mesma tendência observada em outros países. Discutimos os desdobramentos da pesquisa, enfatizando a maneira como padrões de parentalidade podem afetar a experiência das crianças com a tecnologia móvel. O fenômeno atual de uso precoce de tecnologia móvel pelas crianças se apresenta como um interesse científico e também como oportunidade de inovação para a psicologia do desenvolvimento. Suporte Financeiro: CNPq e FAPEG; Apoio: PNPd/CAPES.

Desenvolvimento e saúde da criança e do adolescente: Propostas inovadoras em pesquisa e intervenção

Sônia Regina Fiorim Enumo

s graves indicadores internacionais e nacionais de saúde da população, incluindo a infância e adolescência, têm colocado as áreas de conhecimento das Ciências da Saúde diante de desafios teóricos e metodológicos para minimizar e prevenir as consequências dessas condições sobre a saúde física e mental, e o bem-estar das pessoas. Particularmente para os períodos críticos do desenvolvimento humano, que incluem o nascimento, a primeira infância, os anos escolares e a adolescência, o campo da Psicologia que contribui para melhorar esse quadro, com a produção e aplicação de conhecimento, é a Psicologia Pediátrica. Essencialmente multidisciplinar e interprofissional, esse campo exige do pesquisador habilidades de integrar, analisar e sintetizar o conhecimento e os recursos disponíveis que dependem de criatividade e flexibilidade para encontrar soluções inovadoras e adaptadas aos contextos. A proposta deste simpósio inclui comunicações que abordam questões teóricas e metodológicas dessa área, além de propostas e produtos inovadores para avaliação e intervenção em contextos de saúde da criança e do adolescente e seus cuidadores. Este desafio de sistematizar e destacar alguns temas inovadores da área foi aceito por três pesquisadores de universidades de dois estados do país, que participam do Grupo de Trabalho de Pesquisas em Psicologia da Saúde da Criança e do Adolescente, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Serão discutidos conceitos cuja integração facilita e proposição de avaliações e intervenções com essa população e seus familiares. Focalizando a primeira infância, será apresentada uma plataforma de projetos de pesquisas voltada para a promoção da ciência baseada em inovações. Serão apresentadas também propostas criadas como soluções para avaliação e intervenções em contextos de saúde para crianças e adolescentes, com seus desafios teóricos e metodológicos. Têm-se, assim, uma mostra deste campo interdisciplinar que procura se adaptar e responder a ambientes com constantes mudanças de cuidados na saúde de crianças e adolescentes.

1º Trabalho

Promoção e prevenção do desenvolvimento na primeira infância: Experiências no “Frontiers of Innovation”

Maria Beatriz Martins Linhares (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto USP)

Frontiers of Innovation (FOI) refere-se a uma plataforma do Center on the Developing Child at Harvard University, coordenado por J. Shonkoff, que reúne projetos de pesquisa baseados no Translational Science Model (TSM). Este modelo prevê a troca de conhecimentos entre pesquisa e prática, de acordo com o National Advisory Mental Health Council. O FOI visa a acelerar o desenvolvimento e a adoção da ciência baseada em inovações, que são diretamente dirigidas a uma comunidade com seus desafios relacionado a crianças e famílias, a fim de atingir progressivamente uma projeção de mudanças em larga escala. O FOI propõe uma estrutura de pesquisa, mas flexível, que facilita a geração, o desenvolvimento, a implementação e os testes e ciclos rápidos em pequena escala, que podem ser repetidos e ajustados a cada novo ciclo realizado. Prevê uma comunidade de cientistas e profissionais trabalhando em conjunto, seguidores dos princípios do TSM, com o objetivo comum de acumular e compartilhar conhecimentos, almejando acelerar o conhecimento científico translacional em estratégias de alto impacto para promover mudanças resultantes de projetos de intervenção. O modelo TSM visa a ir além do objetivo tradicional de examinar a efetividade ou eficácia de intervenções para atingir como de fato determinada intervenção funcionou, para depois colocar em larga escala. Desta forma, obtém-se maior precisão, segurança e redução de custos e tempo. Portanto, o TSM adiciona novos componentes à pesquisa a fim de responder às questões: O que funcionou na intervenção? Como funcionou? Para quem a intervenção funcionou e para quem

não funcionou? Em que contexto funcionou? A apresentação nesta mesa focalizará os princípios do TSM e discutirá a aplicação em um projeto, sob nossa coordenação no Brasil, na área da primeira infância, visando a promoção e o fortalecimento de práticas parentais efetivas para proteção à saúde mental da criança.

2º Trabalho

Produtos de pesquisas em Psicologia Pediátrica: Propostas de avaliação e intervenção

Sônia Regina Fiorim Enumo (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

A Psicologia Pediátrica surgiu nos anos 60 como um campo inovador, desenvolvendo-se como uma área criativa e produtiva na pesquisa e na prática de cuidados psicológicos da saúde da criança e do adolescente. É um campo interdisciplinar, que se baseia no conhecimento gerado pelas Ciências do Ciclo Vital, que incluem a Biologia (Epigenética e Neurociências), a Ecologia (ambiente físico e social), a Saúde e Desenvolvimento (aprendizagem, comportamento e bem-estar físico e social), as Ciências do Desenvolvimento Humano, que incluem, além da própria Psicologia do Desenvolvimento, também a Psicopatologia do Desenvolvimento, a Psicologia da Saúde, as Ciências Cognitivas, a Saúde Pública e as Ciências Sociais, procurando gerar um conhecimento baseado em evidências. Está voltada para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, em suas relações com a saúde e a doença em crianças, adolescentes e suas famílias. Adaptar-se às necessidades de crianças e adolescentes e seus familiares no contexto de saúde, e ter uma atuação interprofissional para oferecer um serviço coerente de cuidados que atenda às demandas individuais dos pacientes, exigem do pesquisador e do psicólogo da área focalizar seus esforços, sua inteligência e criatividade para dar respostas adequadas, teórica e metodologicamente fundamentadas e baseadas em evidências. Com este enfoque e diante da escassez de propostas e publicações nacionais, procurando atender a necessidade da área de divulgar e integrar produções e produtos cientificamente embasados, um grupo de pesquisadores de duas universidades da Região Sudeste do país tem desenvolvido estudos de avaliação e intervenção com crianças e adolescentes com condições crônicas e específicas de saúde. Esta comunicação apresenta as propostas derivadas de pesquisas realizadas em contextos de saúde, como o ambiente hospitalar, destacando os desafios e soluções encontradas diante de um sistema em constante mudança. O foco nos processos de estresse-coping e seus impactos na saúde, com uma perspectiva desenvolvimentista e motivacional, tem orientado esses estudos ao longo da última década. Foram desenvolvidos instrumentos para avaliação e intervenção no coping da hospitalização e da anemia falciforme para crianças em idade escolar, e no coping da dor em bailarinos, sendo elaborados jogos e cartilhas como instrumentos com caráter psicoeducativo, também para o coping de mães de recém-nascidos internados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, entre outros instrumentos. Mostrar as possibilidades de avaliação e intervenção nesse contexto de saúde, com uma perspectiva desenvolvimentista, como uma forma de agregar valor aos serviços prestados à população, promovendo a adesão ao tratamento e diminuindo os custos dos serviços, é imperativo para o avanço da área e da qualidade dos atendimentos oferecidos em saúde.

3º Trabalho

A avaliação do coping da hospitalização em crianças segundo uma perspectiva desenvolvimentista

Alessandra Brunoro Motta Loss (Universidade Federal do Espírito Santo)

Avanços teóricos e metodológicos em Psicologia Pediátrica têm contribuído para a compreensão das relações entre o estresse decorrente da hospitalização, o coping e desfechos desenvolvimentais. Esses avanços resultaram no desenvolvimento de instrumentos de avaliação do coping elaborados para contextos específicos, como o da hospitalização, e dirigidos para crianças, considerando aspectos desenvolvimentais do coping. Propõe-se nesta comunicação apresentar o processo de desenvolvimento do Instrumento de Avaliação do Enfrentamento da Hospitalização (AEH e AEHcomp) e da Escala de Coping da Hospitalização (COPE-H), em termos de seus atributos criativos e inovadores para a assistência psicológica à criança hospitalizada. O AEH é composto por cenas desenhadas, coloridas, com versão para meninos e meninas, que avaliam comportamentos, estratégias e macrocategorias de coping, baseadas na Teoria Motivacional do Coping (TMC). O AEH agrega elementos criativos, como o desenho e a forma de registro da resposta; e tem sido utilizado em pesquisas no Brasil e em Portugal, permitindo o aperfeiçoamento do instrumento ao longo dos últimos 15 anos. A versão computadorizada do AEH (AEHcomp) representou importante inovação tecnológica, agilizando a aplicação e análise dos dados e tornando o instrumento mais atrativo para a criança. Teoricamente, o uso da TMC contribuiu para a compreensão do processo de coping e direcionou programas de intervenção que se mostraram eficazes na redução de comportamentos de coping mal adaptativos. O COPE-H foi desenvolvido, inicialmente, como uma adaptação do AEH para uma versão de escala normatizada, sendo uma inovação do instrumento. Esta nova escala preservou a característica lúdica do AEH e a inovação metodológica do formato escala permitiu a obtenção de evidências de

validade do instrumento. O COPE-H foi aplicado em uma amostra de 133 crianças, com idade entre 6 e 12 anos, hospitalizadas no Estado do Espírito Santo e seus responsáveis, além de 33 profissionais de saúde, apresentando normas para 6 a 9 anos e para 10 a 12 anos, considerando as diferenças nas estratégias de enfrentamento da hospitalização utilizadas ao longo do desenvolvimento. Espera-se alcançar critérios que conferem ao COPE-H a qualidade de instrumento de avaliação de coping bem estabelecido, capaz de guiar propostas de intervenção baseadas em evidência. Essa condição constitui importante inovação em Psicologia Pediátrica, integrando a pesquisa à prática do psicólogo hospitalar com crianças e adolescentes e seus familiares.

Desenvolvimento sociomoral: teoria dos domínios sociais e neurociência

Luciana Maria Caetano

A proposta desse simpósio é estabelecer diálogo entre pesquisadores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento sociomoral. Em tempos atuais, duas perspectivas teóricas têm se destacados nos estudos de juízo e desenvolvimento moral: a Teoria dos Domínios Sociais, cujos trabalhos iniciados por Elliot Turiel, foram ampliados por outros pesquisadores e estão presentes nos principais periódicos e congressos internacionais sobre a temática. Todavia poucos trabalhos são realizados no Brasil tomando como base tal perspectiva teórica. A outra perspectiva teórica diz respeito as contribuições da neurociência para os estudos da moralidade. Nesse campo ainda há muita controversa e diferentes perspectivas e abordagens. Esse Simpósio se propõe a discutir ambas as temáticas partindo de pesquisas brasileiras que têm se dedicado a pensar teoricamente e metodologicamente a contribuição dessas perspectivas. O primeiro trabalho a ser apresentado nesse Simpósio discute a temática do uso de substâncias psicoativas por adolescentes e suas condutas sociais, e apresenta a perspectiva teórica dos Domínios Sociais como adequada para investigar em que área a pessoa classifica o uso de drogas, ou seja, moral, convencional, pessoal ou prudencial. O segundo trabalho apresenta resultados de pesquisas com pais, adolescentes e crianças, sobre concepções educativas, legitimidade da autoridade parental e tipos de julgamentos de regras, ou seja, diferentes perspectivas do estudo da parentalidade também tomando como base a Teoria dos Domínios Sociais. Finalmente o terceiro trabalho discute as pesquisas de Neurociência e Moralidade, dando visibilidade para as contribuições dessa área do conhecimento para os estudos desenvolvimentais da moral, promovendo espaço para problematização e discussão. Os resultados são interessantes e propõem a discussão, uma vez que revelam diferenças importantes em relação a estudos semelhantes desenvolvidos em outras culturas.

1º Trabalho

Condutas sociais e uso de substâncias psicoativas

Raul Aragão Martins (Universidade Estadual Paulista – UNESP)

Uma questão atual é o uso de substâncias psicoativas (SPA), como o álcool, tabaco, maconha, cocaína, entre outras drogas, por adolescentes. Na medida em que este uso é feito em situações de interação social, tais como festas, encontros de grupo ou mesmo nas escolas, podemos pensar esta conduta como socialmente construída. Considera-se que a forma como os adolescentes percebem o engajamento nessas atividades pode auxiliar no planejamento de programas preventivos e/ou educativos. A análise de julgamento e classificação de condutas pode ser estudada dentro das teorias de desenvolvimento moral ou, mais especificamente, dentro da teoria de domínios sociais de Turiel, que considera que os julgamentos sobre os fatos sociais dependem da forma que as pessoas os classificam. Tomando como base que o mundo social individual inclui outras pessoas, relações sociais e sistemas institucionalizados de interação social, este autor conclui que as interações das pessoas com o meio ambiente social são recíprocas e que os tipos qualitativamente diferentes de eventos experienciados por elas produzem três grandes domínios de pensamento: o psicológico, o social e o moral. A análise teórica e empírica de Turiel está voltada para dois domínios: o das convenções e o da moralidade. O primeiro entendido como uniformidades comportamentais que coordenam as interações sociais, tais como as formas de tratamento entre as pessoas. O domínio moral por sua vez está relacionado com as questões de justiça e bem-estar do outro. Berkowitz, Guerra e Nucci revisando a relação entre desenvolvimento sociomoral e uso de álcool e drogas, concluem que a decisão de usar drogas é multifacetada e não pode, em princípio, ser colocada no domínio moral. Eles propõem o uso do modelo de domínios sociais para investigar em que área a pessoa classifica o uso de drogas. Nesta perspectiva, os resultados de pesquisas apontam, entre estudantes norte-americanos, um entendimento que o uso de drogas psicoativas é um assunto pessoal, não moralizado, o que contrasta com o pensamento dos adultos dessa mesma sociedade, que consideram o uso de drogas moralmente errado e que não deve ser tolerado. Os resultados da pesquisa de Martins, entre estudantes de Ensino Médio, de uma escola pública do interior do estado de São Paulo, mostram que a teoria de domínios sociais é adequada para investigar este tema, embora pareça não ser clara para estes adolescentes, a distinção entre moral e convenção, aspecto que

precisa ser melhor investigado. Este último fato pode ser devido à forma de pesquisa utilizada, com questionários de escolha forçada. Optou-se por este formato em razão da estrutura da pesquisa, na qual a investigação deste julgamento não foi o único foco. Uma sugestão é a realização de uma pesquisa em que se investigue, com instrumentos mais abertos, esta forma de raciocínio. Independente dos resultados, a teoria de domínios sociais tem se mostrado útil nesta área de pesquisa e considera-se que se pode investigar, juntamente com os padrões de uso, de que modo os adolescentes julgam o uso destas substâncias, bem como, quem eles consideram responsáveis pela delimitação do uso de SPA.

2º Trabalho

Estudos sobre parentalidade e desenvolvimento moral

Luciana Maria Caetano (Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP)

Este estudo apresenta resultados de três diferentes pesquisas sobre parentalidade e desenvolvimento moral, na perspectiva da Teoria do Domínio Social. O primeiro estudo investigou a legitimidade da autoridade parental em um grupo de 17 mães e 5 avós (responsáveis legais) de crianças e adolescentes com diagnóstico de TDAH atendidos por uma instituição filantrópica especializada localizada na cidade de São João da Boa Vista, interior do estado de São Paulo. O segundo estudo investigou a legitimidade da autoridade parental em um grupo de adolescentes de 11 a 14 anos (53). O terceiro estudo investigou regras do contexto familiar para crianças de 6 a 12 anos (126). O instrumento utilizado no primeiro e segundo estudos foi o Questionário de legitimidade parental, e o terceiro estudo perguntou as crianças três regras da família e questionou cada uma das regras quanto à justificativas, punições, alterabilidade da regra, generabilidade da regra, legitimidade parental e tipos de Domínios das regras. Estudos sobre o contexto familiar de crianças com TDAH revelam as dificuldades inerentes ao processo de educar essa população. Todavia as mesmas dificuldades são encontradas nas respostas de crianças de desenvolvimento típico. As mães de crianças com TDAH tendem a legitimar a autoridade das regras em todos os domínios. O mesmo tipo de resposta é encontrado entre adolescentes que com pouca variação também legitimam a autoridade dos pais em todos os domínios, com uma pequena diferença no Domínio Pessoal. Quando as crianças são questionadas sobre regras no contexto familiar, o resultado também surpreende, pois reafirmam o papel da autoridade parental na elaboração das regras e na demanda por punições expiatórias. Além disso as regras familiares dizem respeito à higiene, organização do ambiente e rotina, com pouca presença de regras que regulam as relações com o outro, portanto, morais. Os dados brasileiros não corroboram com os dados de parentalidade de pesquisas americanas. Entendemos que novas pesquisas necessitam ser realizadas no tocante ao papel da família (para desenvolvimento típico e atípico) como contexto favorecedor ou não da construção da autonomia moral dos sujeitos.

3º Trabalho

Moralidade e neurociência: implicações para o desenvolvimento infantil

Betânia Alves Veiga Dell'Agli (Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE)

A presente apresentação tem como objetivo apresentar os achados da neurociência no que se refere à moralidade. Os avanços tecnológicos têm possibilitado descobertas significativas do funcionamento cerebral em todas as áreas do conhecimento graças aos exames de neuroimagem. De igual forma, os avanços no campo da neuropsicologia vem complementar a compreensão sobre as disfunções cognitivas, afetivas e volitivas. Tais condições permitem que pensemos nas dimensões biológicas e ambientais e suas inter-relações. O primeiro caso descrito na literatura foi Phineas Gage, em 1848, que após um acidente que lesionou a região órbita-frontal, passou a apresentar alterações da personalidade e deixou de demonstrar qualquer respeito pelas convenções sociais e os princípios éticos interferindo nas interações sociais. Pesquisas contemporâneas reconstruíram a localização da lesão e permitiu pensar em outros problemas comportamentais vinculados ao comportamento moral que pudessem estar associados à alterações neurobiológicas. No que se refere à infância problemas de comportamento como agressividade e transtorno opositor desafiante têm causado impacto significativo no ambiente familiar e escolar o que coloca as crianças em condições de vulnerabilidade. São crianças que apresentam impulsividade, são facilmente irritáveis e apresentam explosões de raiva. Tais comportamentos são classificados como externalizantes. Dois problemas são destacados: no autocontrole de emoções e no comportamento. Apresentam comportamentos que violam os direitos dos outros e colocam o indivíduo em conflito significativo com normas sociais ou figuras de autoridade o que o que levaria ao transtorno do uso de substâncias e em alguns casos evoluiria para o transtorno de personalidade antissocial. É mais comum no sexo masculino, com início na infância ou na adolescência. Apresentam humor raivoso/irritável, comportamento questionador/desafiante ou índole vingativa. Geralmente não se consideram raivosos, opositores ou desafiadores,

justificam seu comportamento e é mais prevalente em famílias com práticas agressivas, inconsistentes ou negligentes de criação dos filhos. Com isso, levanta-se algumas questões: seriam estes os problemas resultado de disfunção neurobiológica? Se sim qual o papel da educação para minimizar os impactos e favorecer o desenvolvimento mais saudável? Os estudos são unânimes em dizer que a interação entre fatores neurobiológicos e comportamentais estão em constante interação neste caso. No entanto, existem poucos voltados ao transtorno, mas muitos vinculados à delinquência e à violência escolar que de alguma forma podem ter relação com o transtorno. A persistência do comportamento quando não for identificado e tratado, se torna menos modificável. Conclui-se que é necessário refletir sobre as dimensões do desenvolvimento moral nestas crianças que muitas vezes são avessas às intervenções que as levem a se colocar no ponto de vista do outro, a se sensibilizarem com os estados afetivos alheios (empatia) e que julgam as dimensões morais pautados nos benefícios próprios. Além disso, tais crianças precisam de um apoio interdisciplinar envolvendo a área da saúde, da educação, da assistência social e da família e que criem uma rede de proteção.

Diferentes formas de preconceito em diferentes ciclos da vida: aproximações teóricas e metodológicas sobre exclusão e desenvolvimento

Sheyla Christine Santos Fernandes

Embora indivíduos e grupos minoritários sejam reconhecidos como iguais e tenham direitos juridicamente assegurados nos dias atuais, na prática o que se observa é que seguem experimentando cotidianamente um processo claro de exclusão social, sofrendo preconceitos, discriminações e formas explícitas de violência. A proposta deste Simpósio é fomentar o debate sobre exclusão social e preconceito, considerando diferentes tipos em função da idade e dos tipos de medida. Para fundamentar essa discussão, parte-se dos resultados de algumas pesquisas empíricas, desenvolvidas no campo da Psicologia Social, por pesquisadores de três Instituições diferentes (Universidade Salvador - UNIFACS, Universidade Federal de Alagoas - UFAL e Universidade Estácio de Sá do Ceará), vinculados ao GT da ANPEPP “Relações Intergrupais: Preconceito e Exclusão Social”. O referido GT contempla diversas temáticas relacionadas aos grupos minoritários, seja em função da orientação sexual, cor da pele, idade, enfermidade, gênero ou origem geográfica, que são investigadas por métodos e abordagens distintas, de natureza qualitativa e/ou quantitativa.

A pesquisa apresentada por Saulo S. M. de Almeida (UNIFACS) e Marcos Emanuel Pereira (UFBA) analisa o processo de socialização através do desenvolvimento moral das mães e sua relação com os traços e conteúdos estereotípicos apresentados pelas crianças acerca da cor de pele de crianças brancas e negras.

A pesquisa apresentada por Sheyla Fernandes (UFAL) analisa o preconceito contra três grupos minoritários (mulheres, negros e homossexuais), considerando a percepção de jovens estudantes acerca das crenças atribuídas a essas minorias e o papel da teoria da infra-humanização nas análises do preconceito moderno.

A pesquisa apresentada por Juliana Fernandes Eloi (UNIFOR) investiga o efeito psicossocial, cognitivo e cultural da prática do ageísmo no contexto cearense e avalia o preconceito e a discriminação que idosos usuários do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Fortaleza-CE vivenciam em seu cotidiano.

Em conjunto, esses trabalhos contribuem para avançar nas discussões sobre os processos de exclusão social e preconceito que no cenário atual têm se constituído em modos distintos, seja manifesto como forma clara de violência, ou de forma indireta, escondendo-se em discursos de igualdade e justiça e, portanto, sendo mais difícil de ser identificado e combatido. A discussão apresentada neste Simpósio pode contribuir para dar visibilidade à realidade experimentada por essas minorias sociais, bem como às diferentes formas de exclusão a que estão submetidas. Em relação às estratégias de medida, espera-se colaborar com o debate acerca da conexão entre novas formas de expressão do preconceito versus novas estratégias de medida.

1º Trabalho

O processo de socialização de crianças e o desenvolvimento moral das mães: estudos da expressão de conteúdos e traços estereotípicos de crianças brancas e negras acerca da cor de pele

Saulo Santos Menezes de Almeida (UNIFACS)

O presente estudo parte da investigação de como o processo de socialização, através de agentes socializadores (neste caso, a mãe e os pais) influenciam a reprodução e/ou reflexão de traços e conteúdos estereotípicos na criança frente a outra criança em razão de sua cor de pele (brancas ou negras). No primeiro estudo, foram selecionadas 200 crianças, sendo 125 crianças classificadas pelos juízes como negras e 75 brancas, com faixa etária entre 8 a 11 anos de idade ("x" = 10; "s" = 1,41). Destas 200 crianças, 100 crianças foram do

Estado de Sergipe (32 brancas e 68 negras) e 100 crianças do Estado da Bahia (42 brancas e 58 negras). Elas foram solicitadas a se classificarem quanto a cor de sua pele e também a exporem seus pensamentos com o uso de traços e conteúdos estereotípicos relacionados à atratividade física, capacidade cognitiva, comportamento normativo e nível socioeconômico, e qual a sua preferência de cor de pele de uma outra criança (uma criança negra e outra branca, apresentadas em fotos) quando há a possibilidade de um contato direto ou proximidade. No segundo estudo, os participantes foram constituídos por 30 mães de crianças negras participantes do estudo, e todas residentes na Bahia. Os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos foram um questionário sociodemográfico e o DIT – Questionário de Opiniões Sociais. A partir dos resultados encontrados, a criança branca apresenta um menor espectro de cores em comparação com a criança negra. No entanto, os itens da escala de categorização da cor de pele não apresentaram tendências a distinguirem significativamente a criança brancas e negras apresentadas em fotos, com exceção das características de atratividade física e nível socioeconômico. Em termos de contato e proximidade, a criança também não apresentou uma tendência a escolher com mais frequência a criança branca para manter um contato. Isto traz à tona a sustentação de que a criança, mesmo que socializada em um contexto social onde a cor de pele negra possa ser alvo de estereótipos negativos, apresenta crenças que coadunam com a realidade objetiva, não configurando traços estereotípicos negativos aos negros quando estes devem ser associados a aspectos internos ao sujeito. As diferenças de estágio de desenvolvimento moral das mães também não se mostraram diretamente relacionadas com as escolhas e preferências de características e/ou estereótipos da criança. O processo de socialização não se torna imperativo em termos de crenças, estereótipos ou comportamento moral, mas provoca contextos onde a criança se coloca como um sujeito capaz de intervir e repensar as situações expostas.

2º Trabalho

Preconceito contra negros e contra mulheres à luz da teoria da Infra-humanização

Sheyla Christine Santos Fernandes (UFAL)

Na psicologia, os estudos sobre a infra-humanização se iniciaram com as hipóteses levantadas por Leyens e colegas há aproximadamente 15 anos. Tais hipóteses referem que o essencialismo das diferenças entre os grupos foi redimensionado ao paradigma da atribuição de emoções primárias e secundárias às categorias sociais em função da relação endogrupo e exogrupo. Grupos de alto estatuto social detêm as emoções secundárias (emoções experimentadas apenas pelos seres humanos) e de baixo estatuto, as primárias (emoções experimentadas por humanos e animais), sendo geralmente infra-humanizados. Quando se fala em essencialismo, racismo, hierarquização das diferenças, negação de atributos tipicamente humanos, sejam características, traços ou emoções a alguns grupos, se remete a alguma dimensão do processo de infra-humanização. Logo, pode-se dimensionar a infra-humanização como uma faceta ou forma de expressão do preconceito. A presente pesquisa analisa o preconceito contra dois grupos minoritários (negros e mulheres), considerando a percepção de universitários acerca das crenças atribuídas a essas minorias e o papel da teoria da infra-humanização nas análises do preconceito moderno. Para a análise do preconceito contra negros, participaram do estudo 164 estudantes universitários da cidade de Maceió, AL, sendo 45,4% do sexo masculino e 54,6% do sexo feminino. A idade dos participantes variou de 17 a 32 anos ($x = 20,67$; $s = 2,72$). Os participantes responderam a 2 instrumentos: (1) a escala de crenças em relação aos negros e (2) a escala de atribuição diferenciada de emoções aos negros. Para a análise do preconceito contra as mulheres, participaram 309 estudantes universitários, sendo 52,1% do sexo masculino e 47,9% do sexo feminino, com idades entre 18 e 33 ($x = 23,3$; $s = 3,80$). Os estudantes responderam à escala de atribuição diferenciada de emoções às mulheres. Os instrumentos foram aplicados em sala de aula, com tempo médio de resposta de 12 minutos. Sobre o preconceito contra negros, os resultados demonstraram que as crenças direcionadas aos negros enfatizam o preconceito sofrido por eles e as diferenças raciais, bem como, foram realizadas mais atribuições de emoções primárias aos negros. Sobre o preconceito contra as mulheres, foi possível evidenciar que quando comparadas às atribuições de emoções para homens e mulheres, as últimas receberam mais emoções primárias. Em conjunto os dados indicam duas considerações importantes: (1) ao se compararem os instrumentos menos incisivos com os instrumentos mais explícitos de atitudes antinormativas, como é o caso do preconceito, tem-se dois tipos de respostas acerca do mesmo alvo, as mais negativas, que indicam elevados índices de preconceito, e as camufladas, que são associadas ao politicamente correto. (2) a teoria da infra-humanização se apresenta como uma perspectiva bastante atual que vem ampliando seu papel nas análises do preconceito contemporâneo, tendo em vista o mascaramento das atitudes que ferem a norma da igualdade. Desta forma, pode-se concluir que o preconceito contra minorias permanece existindo, tendo apenas alterado sua forma de expressão, dado que indica a necessidade urgente de reflexões e medidas atentas a esse novo formato.

Preconceito e Discriminação – Um Estudo Acerca da Percepção do Ageísmo em Idosos Usuários do CRAS

Juliana Fernandes Eloi (Estácio do Ceará)

É notável que o crescimento da população que vivencia a idade adulta avançada está representativamente marcada em nossos cotidianos. O Ageísmo é uma forma de expressão de preconceito associado a grupos etários, especialmente o grupo dos idosos. Ou seja, na velhice se reproduz a manutenção de estigmas e institui a inserção da pessoa idosa em uma sub-cultura estereotipada demarcada pela desvalorização e inferiorização. Deste modo, se faz pertinente investigar o efeito psicossocial, cognitivo e cultural da prática do ageísmo no contexto cearense. Para tanto, este estudo teve como objetivo avaliar o preconceito e discriminação que idosos usuários do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Fortaleza-CE vivenciam em seu cotidiano. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa do tipo exploratório, descritivo, realizada com 217 idosos frequentadores do CRAS em Fortaleza-CE. Foram utilizados três instrumentos para coleta de dados, um questionário de caracterização sociodemográfica, a escala ageism survey e o diário de campo com as principais falas, gestos, sentimentos e ideias que emergiram dos participantes quando respondiam o questionário. Para análise dos dados foi utilizado o Statistical Package for Social Science - SPSS, versão 20 e a análise de conteúdo categórica. Dentre os 217 participantes, 82,9% são do sexo feminino e 37% do sexo masculino com idades entre 60 a 93 anos ($x = 70,57$; $dp = 7,489$). Em relação ao estado civil, 36,9% dos participantes são casados, 35% viúvos, 17,5% solteiros e 10,6% são divorciados. Quanto à escolaridade, observou-se um baixo nível de escolaridade da população estudada, a maioria dos participantes (41,5%) possuem o ensino fundamental incompleto, 33,6% não foram alfabetizados, 6,9% têm o ensino médio completo e 3,2% são graduados. A maioria dos participantes (90,8%) informou ter filhos, 78,3% não vivem sozinhos, 47,5% não praticam atividade física, e 75,1% possui algum tipo de lazer. Os resultados deste estudo revelam uma maior predominância da ocorrência de ageísmo contra os idosos em relação a associação de dores à idade (61,8%), ser demasiado velho/velho demais para fazerem algo (57,6%) e atitudes paternalistas (52,5%). Considera-se que o ageísmo é praticado socialmente a comportamentos como infantilização de idosos, eufemismos, paternalismos, dentre outras discriminações, potencializam a vivência do sofrimento e vulnerabilidade na velhice, o que promovem, muitas vezes, o isolamento e o sofrimento psíquico. Neste sentido, é preciso destacar que os idosos podem perceber o ageísmo como prática naturalizada do cotidiano, podendo ser algo negativo e hostil. Conclui-se que o ageísmo é um fenômeno social que se apresenta com bastante frequência nos contextos culturais que perpassam a velhice.

Moral e Contemporaneidade

Eloá Losano de Abreu

Este simpósio se propõe a discutir temas da moral na contemporaneidade. Serão apresentados trabalhos realizados por professores membros do GT: Psicologia e Moralidade da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP. Duas questões norteadoras levantadas pelo Prof. Dr. Yves de La Taille no encontro de 2009 motivaram a discussão dos trabalhos. Em suas reflexões sobre a moral e a ética na contemporaneidade, La Taille fez duas perguntas: A primeira foi: “que elementos característicos da pós-modernidade seriam passíveis de exercer alguma influência sobre as reflexões e atitudes morais dos indivíduos?” Essa pergunta busca identificar se, e como, as mudanças e características da sociedade moderna (ex. o aumento da violência e da sensação de insegurança, o uso das redes sociais, os casos de corrupção política, etc.) podem influenciar ou estar relacionadas aos julgamentos morais das pessoas ou a adesão delas a determinados valores morais. A segunda pergunta foi: “qual é o juízo moral que indivíduos fazem a respeito de temas sociais característicos da contemporaneidade?” e indica a necessidade de se compreender como as pessoas utilizam seu julgamento moral na interpretação e solução de problemas sociais contemporâneos, (ex. a discussão sobre relações homoafetivas, mudanças na legislação penal, distribuição de renda e de vagas em setores públicos, crenças ideológicas, etc.). Norteados por essas perguntas, os trabalhos que serão apresentados trazem as seguintes contribuições para essas questões: Martins e Cruz apresentam uma análise da presença e adesão de valores morais em estudantes e professores do ensino fundamental e médio, e do tipo de perspectiva social adotada por eles; Lepre discute a influência das redes sociais na expressão de questões morais; Menin e Tavares fazem uma verificação e discussão sobre a influência das características da sociedade moderna na adesão de crianças e adolescentes aos valores de solidariedade, justiça, respeito e convivência democrática; Moreira, Rique e Abreu buscam verificar a estrutura das crenças ideológicas das pessoas e sua relação com o seu julgamento moral; e, finalmente, Queiroz e Camino apresentam um estudo sobre as concepções de mães sobre a homossexualidade, um tema latente em abordagens da modernidade, mas talvez presente nas abordagens da pós-modernidade.

1º Trabalho

O Desenvolvimento Moral em adolescentes na contemporaneidade

Raul Aragão Martins (Universidade Estadual Paulista – UNESP)

A sociedade manifesta seus valores através da arte, da cultura, de suas discussões econômicas e políticas e, principalmente, através das atitudes cotidianas dos seus personagens. As discussões sobre essas “atitudes” têm provocado o questionamento quanto à universalidade e atemporalidade dos valores, assim como transparece a ausência de um consenso quanto à melhor maneira de se realizar a educação moral nas escolas. Nesta perspectiva procura-se responder a pergunta motivadora das reflexões deste Simpósio, proposta por La Taille: se haveriam elementos característicos da contemporaneidade capazes de influenciar as reflexões e atitudes morais dos indivíduos. Procurando responder esta questão uma equipe de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, da Unesp e da Unicamp, desenvolveu um instrumento visando avaliar a presença e a adesão à valores morais entre estudantes do ensino fundamental, do ensino médio e entre professores em exercício dos níveis apontados, que resultou na Escala de Valores Morais. Essa Escala partiu dos quatro valores apresentados no volume Ética, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (a justiça, a solidariedade, o diálogo e convivência democrática e o respeito), e fundamentou-se nos trabalhos sobre desenvolvimento moral de Piaget e Kohlberg. De tal investigação, derivaram inúmeras outras, inclusive esta que está sendo relatada, resultante do pós-doutorado de Maria Cecília Bergamo Braga sob supervisão do primeiro autor desta proposta. A presente pesquisa objetivou identificar como jovens de duas cidades do interior do estado de São Paulo aderiam aos valores morais investigados pela Escala, considerando as perspectivas sociais egocêntrica, sociocêntrica e para além da sociedade de Kohlberg, e possíveis correspondências com suas representações de si. Participaram da pesquisa 122 jovens do Ensino médio, sendo 55,9% desses alunos da rede particular e 44,1% da rede pública e, destes, encontrou-se o dobro de estudantes do sexo feminino: 66,7% de meninas e 33,3% de meninos. A idade dos alunos variou de 16 a 18 anos, com predomínio dos com 16 anos de idade (66,9%). Dois instrumentos foram utilizados. O primeiro, a Escala de Valores Morais e, o segundo, um questionário contendo duas perguntas dissertativas sobre representação de si: “O que eu mais admiro em mim é...?” e “O que eu mais admiro nos outros é...?”. Tais questões objetivaram provocar a manifestação dos valores mais importantes para os jovens e foram inspiradas por pesquisa anterior realizada por Tognetta. Os resultados deste estudo apontam como tendência, na maioria dos valores investigados, para o Nível III da escala, ou seja, para uma perspectiva sociocêntrica. Em termos de conduta, traduzem uma direção intermediária entre uma perspectiva social egocêntrica e a moral propriamente dita. Quanto as suas representações de si e suas relações com seus julgamentos morais verificou-se que alunos inseridos em lares que estabelecem rotina, limites e apoio emitiram maiores índices de respostas morais. Confirma-se a hipótese de que uma boa representação de si corresponde a um melhor desenvolvimento moral, visto que a identidade de cada um está pautada na significação que se atribui a cada coisa. Os resultados apresentados acabam por enfatizar a importância dos fatores ambientais no projeto do vir a ser ético dos jovens.

2º Trabalho

Aspectos morais presentes em site de redes sociais online

Rita Melissa Lepre (UNESP)

Este resumo é decorrente da tese de doutorado que vem sendo desenvolvida pela aluna Aline Kadooka, do Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, sob a orientação da Prof.^a Adj. Rita Melissa Lepre. Tendo como referência a pergunta de La Taille: “Que elementos característicos da pós-modernidade seriam possíveis de exercer alguma influência sobre as reflexões e atitudes morais dos indivíduos?”, propomos uma investigação sobre aspectos morais nas redes sociais e suas possíveis relações com elementos da pós-modernidade, tais como a fluidez das relações interpessoais, a impessoalidade e a flexibilização que, segundo Sennett (2012), causam forte impacto na formação do caráter pessoal. A relação entre o uso de redes sociais e a pós-modernidade pode ser balizado pelas formas como as relações interpessoais se desenrolam por meio dos instrumentos disponíveis na virtualidade, assim como as expressões da moralidade são registradas nas redes sociais pelos seus usuários. O uso de equipamentos digitais e o acesso à rede mundial de computadores têm contribuído para ampliar a complexidade das relações sociais. Se por um lado, as redes sociais têm facilitado a vida dos indivíduos, por outro, vários riscos e problemas assolam os seus usuários (hiperconexão, hipervirtualidade, distância emocional, imediatismo-impulsividade, cyberbullying). Alguns usuários da rede sentem-se mais à vontade para executar ações virtuais, por vezes despercebidas, que acabam por perpetrar o assédio através das redes (desrespeito, perseguição, difamação, violação de privacidade, exclusão social). A fragilidade de um código moral que oriente os sujeitos acaba por ser a principal responsável pela origem desses problemas. A presente pesquisa justifica-se na necessidade de estudos que investiguem a moral presente nos sites

de redes sociais, pois não encontramos nenhum estudo que trate especificamente sobre esse assunto. Temos como objetivo geral verificar e analisar como as questões morais, tais como a justiça ou injustiça, o respeito ou não à regra, roubo, mentira, cooperação e altruísmo, são expressas nas publicações dos usuários das redes sociais online. Utilizaremos como aporte metodológico a netnografia, como pleno participante, através da imersão nos sites de redes sociais, em busca de publicações, comentários, notícias, reportagens; que tenham em seu conteúdo essas questões morais. Utilizaremos como instrumentos o Diário de campo e a Entrevista Online. Os resultados dessa pesquisa poderão fornecer importantes subsídios para a ampliação e encorajamento de novos estudos.

3º Trabalho

Valores sociomorais de estudantes na contemporaneidade e suas relações com características de perfil e de contextos escolares

Maria Suzana S. Menin (UNESP)

A presente pesquisa foi realizada por uma equipe de professores de várias instituições: Tavares, M. R.(FCC); Menin, M. S.S. S.; Tognetta, L. P.(UNESP); Bataglia, P. U. (UNESP); Martins, R. A.(UNESP); Vinha, T. P.(UNICAMP); Moro, A.(FCC); Andrade, D. V. (UFF), Valle, R. C. (FCC), Bizzocchi, M. (FCC). A principal inspiração, para sua discussão, foi uma das questões que La Taille colocou ao Grupo de trabalho de Psicologia da Moralidade da ANPPEP que se refere às relações entre moral e contemporaneidade. A questão nos instiga a pensar que elementos característicos da pós-modernidade (ou contemporaneidade) seriam passíveis de exercer alguma influência sobre as reflexões e atitudes morais dos indivíduos. Nos anos de 2013 a 2016 realizamos uma investigação sobre a adesão a valores de solidariedade, respeito, justiça e convivência democrática em 8696 alunos do ensino fundamental (de 5º ao 9º ano) e médio de escolas públicas e particulares (SP) . Trata-se neste momento, além de mostrar os procedimentos e resultados, identificar e discutir fatores da chamada pós-modernidade que podem ter influenciado os modos de adesão aos valores obtidos. Os valores foram investigados através de questionário com histórias em que os respondentes deveriam escolher alternativas pró-valor ou contravalor, em diferentes níveis de descentração de perspectiva social: do mais egocêntrico, ao sociocêntrico e culminando no nível moral (KOLHBERG, 1992). A análise dos dados, com a utilização Teoria de Resposta ao Item (TRI) permitiu a obtenção de estatísticas para cada aluno e sua classificação em escalas para cada valor. Os valores de maior adesão foram os de solidariedade, seguido de respeito e em menores médias, o de justiça e de convivência democrática. Realizamos um segundo tratamento através de Árvores de classificação (AID – Automatic Iteration Detector), e evidenciamos como as médias de valores se associaram com variáveis de perfil (idade, sexo, nível de ensino, composição familiar, classe social, tipo de escola) e de contexto (qualidade das relações sociais na escola, na família, uso de internet e autoestima). Quanto às variáveis de perfil, estar no ensino médio e ser do sexo feminino foram mais fortemente associadas às médias mais altas nos valores. Quanto às variáveis de contexto, quanto melhor a qualidade das relações escolares, como: sentir-se bem tratado pelos professores e ver pouco ou nunca situações de agressão entre professores e alunos, associaram-se à maior a adesão aos quatro valores investigados. O individualismo e a afirmação do mérito, além da obediência à regras pré-estabelecidas em histórias de convivência democrática e de justiça, foram os contravalores que mais afetaram menores adesões a esses valores. Por outro lado, estudantes que podem vivenciar situações mais frequentes de diálogo em relações respeitadas entre si e com seus professores, mostraram médias de adesão maior em todos os valores. Desse modo, embora características da contemporaneidade possam estar afetando a adesão a valores, o desenvolvimento moral continua a ser possível em ambientes cooperativos e respeitosos.

4º Trabalho

Julgamento moral e posicionamento político dos jovens na contemporaneidade

Pollyana de Lucena Moreira (Universidade Federal da Paraíba)

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada a partir da seguinte reflexão proposta por La-Taille (2014): qual é o Julgamento Moral (JM) que os indivíduos fazem a respeito de temas sociais característicos da contemporaneidade? La-Taille e Menin (2009) debatem se a sociedade atual vive uma crise de valores (i.e., perda de valores) ou se são os valores que entram em crises (i.e., perda de crença nos valores). Uma posição nesse debate é, primeiramente, defender que o iluminismo-constructivista sempre gera crises que afetam as pessoas cognitivamente e afetivamente ao assistirem na cultura os ciclos de avanços ou perdas de liberdade, igualdade e solidariedade. E, secundamente, que o JM das pessoas não é esperado mudar com as crises, pois ele é forma e não conteúdo. O JM utiliza as estruturas lógico-cognitivas para compreender os fatores das crises, que são sempre contemporâneos e políticos. São contemporâneos porque o iluminismo foi uma revolução na forma de pensar a qual não se atem a um tempo histórico. Acaba-se com o iluminismo quando acabarem com as pessoas com pensamentos iluministas. São políticos porque refletem disputas ideológicas com posições conservadoras

nacionalistas vs. posicionamentos liberais sobre formas de governo, relações internacionais etc. Considerando-se essa unicidade da moral com as ideologias, uma das formas de avaliação do JM perante as crises contemporâneas é a verificação da estrutura das crenças ideológicas das pessoas por dentro de cada perspectiva sociomoral. A pesquisa adotou o modelo universalista de raciocínio moral proposto por Kohlberg (1984) com dois níveis de JM: convencional e pós-convencional, e buscou verificar qual é a forma do JM em relação à Simpatia Ideológica (SI) de jovens no momento atual do Brasil. A literatura indica correlações positivas entre JM e SI. Pessoas com JM convencional defendem um posicionamento conservador enfatizando o respeito à autoridade e a obediência irrestrita. Pessoas com JM pós-convencional defendem um posicionamento político liberal enfatizando a justiça, igualdade, liberdade e respeito aos direitos humanos. Participaram do estudo 485 jovens de 16 a 25 anos, sendo 62,9% mulheres. Foram utilizados dois dilemas do DIT (Camino et al., 1998) e uma escala de Simpatia Ideológica (Doise et al., 1998). Os resultados principais mostraram o predomínio do JM pós-convencional entre os universitários e do JM convencional entre os estudantes do ensino médio. A relação do JM com a ideologia foi verificada através de uma análise fatorial por grupos: convencional vs. pós-convencional na escala de SI. A composição dos fatores foi distinta entre os grupos: os jovens convencionais indicaram uma estrutura de posicionamento ideológico com três fatores: (I) humanitário, (II) político, e (III) individualista. E os jovens pós-convencionais indicaram uma estrutura de posicionamento ideológico com dois fatores: (I) político-humanitário e (II) individualista. O JM pós-convencional não dissocia o posicionamento político do humanitário, nele os ideais de liberdade, solidariedade e igualdade se associam ao respeito aos DH e valores como o perdão. Democracia requer respeito a essas estruturas distintas e ao diálogo. E, uma educação moral para o desenvolvimento da compreensão da igualdade político-humanitária.

5º Trabalho

Concepções de mães de diferentes contextos socioeducativos sobre a homossexualidade

Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Rafaela Gomes da Silva

Considerando a questão de La Taille: “qual é (ou como é) o juízo moral que indivíduos fazem a respeito de temas sociais característicos da contemporaneidade?”, buscou-se conhecer as Representações Sociais (RS) que mães cujos filhos estudavam em distintos contextos socioeducativos (escolas públicas e privadas) tinham sobre a homossexualidade. O presente trabalho tem como principal aporte teórico a abordagem psicossociológica de Willem Doise sobre as RS e o destaque dado por Martín Hoffman às mães como importantes agentes de socialização para a internalização de padrões morais de crianças e adolescentes. 120 mães divididas igualmente em função do contexto socioeducativo dos seus filhos responderam em uma entrevista semi-estruturada à pergunta: o que você pensa sobre a situação dos gays, lésbicas, travestis? Os dados foram analisados por meio do software de análise lexical IRAMUTEC. Os resultados indicaram a existência de um dendrograma com seis classes organizadas em três eixos. O eixo superior, denominado de ‘Representações de mães sobre a homossexualidade’, que conteve, de um lado, a classe ‘Crítica religiosa’ (Classe 6) - caracterizada por concepções que condenavam a homossexualidade e que ancoravam na religião protestante, no contexto de escola pública e em renda inferior a 2 salários-mínimos - e, no lado oposto, as demais classes agrupadas no eixo denominado de ‘Aspectos sociais e pessoais’ (Classes 1, 2, 3, 4 e 5). Esse eixo, por sua vez, agrupou, de um lado, a classe ‘Escolha pessoal’ (classe 5) - que entendia a homossexualidade como uma opção individual que não dizia respeito a terceiros e que ancorou no contexto de escola pública, religião católica e idade acima de 50 anos - e do outro, um eixo que continha as classes 1, 2, 3 e 4, intitulado ‘Aspectos sociais’. Esse último eixo, por seu turno, compreende dois outros: um denominado ‘Aceitação condicionada a aspectos sociais’ que incluiu a classe 2 (Liberdade condicionada) - ancorada no contexto de escola pública e em idade até 25 anos - e a classe 4 (Respeito condicionado) - ancorada em contexto de escola privada e em mães com pós-graduação - e, o eixo chamado de ‘Desafios e mudanças sociais’ formado pelas classes 1 (Mudanças sociais), ancorada no contexto de ensino privado e em mães com pós-graduação, e 3 (Desafios para a aceitação), também ancorada no contexto privado de ensino. Verificou-se, ainda, que, na Análise Fatorial de Correspondência, as RS sobre a homossexualidade organizaram-se em função de dois princípios: Nível de aceitação da homossexualidade e Nível de complexidade das RS sobre a homossexualidade. De modo geral, acredita-se que os resultados corroboram os pressupostos teóricos que destacam a importância da pertença grupal na construção das RS e responde à questão de Yves de La Taille, indicando que as mudanças nas RS a respeito da homossexualidade parecem estar relacionadas à fluidez nos julgamentos sobre a sexualidade, próprios da contemporaneidade, que encontram suporte na mídia e na luta dos movimentos sociais. Considerando os princípios organizadores verificados, acredita-se a difusão de conhecimento sobre a homossexualidade pode ser um importante meio de mudança das RS sobre esse tema.

Parentalidade e Desenvolvimento Infantil

Luciana Fontes Pessôa

A necessidade em investigar crenças parentais e as noções que orientam práticas de cuidado e suas diferenças culturais está presente na produção científica atual referente a parentalidade. Contemporaneamente, a literatura apresenta evidências e importantes discussões sobre o papel das concepções e metas de cuidadores e de suas práticas de cuidado no desenvolvimento infantil. Pesquisas têm destacado o quanto valores e ideias parentais sobre as emoções afetam as práticas e estratégias de socialização de emoção e, portanto, o desenvolvimento emocional da criança. Ressalta-se a importância de compreender o ambiente de socialização em que crianças aprendem a expressar emoções. Caminhos diversos para o desenvolvimento da criança são traçados com base nesse conjunto de convicções que se repercutem no desenvolvimento sociocognitivo e emocional, assim como no desenvolvimento de um self mais autônomo ou mais interdependente. Além disso, é importante que os pais saibam identificar situações de bullying e entendam sua responsabilidade em proporcionar ambientes de interação saudáveis para seus filhos, auxiliando-os no desenvolvimento de capacidades e competências que os conduzam a relacionamentos saudáveis. A partir desses pressupostos teóricos, Luciana Fontes Pessôa verificou as diferenças na valorização de metas de socialização da obediência de pais e mães de crianças com até dois anos de idade, em três diferentes configurações familiares. Deise Maria Leal Fernandes Mendes investigou o que pais pensam a respeito do seu papel como agentes de socialização da emoção e da importância que conferem à expressão emocional nos filhos, considerando as variáveis sociodemográficas. Além disso, Juliane Callegaro Borsa discutiu o papel dos pais enquanto fator de risco e/ou de proteção para o envolvimento em situações de bullying. Carina Nunes Bossardi propôs uma investigação a respeito das formas como os pais caminhoneiros referem participar da vida de seus filhos. Tais resultados permitem considerar as possíveis relações com a promoção do desenvolvimento infantil, bem como as voltadas para as competências sociais da infância.

1º Trabalho

VALORIZAÇÃO DE TRAJETÓRIAS E METAS DE SOCIALIZAÇÃO DA OBEDIÊNCIA INFANTIL EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES DO RIO DE JANEIRO

Luciana Fontes Pessôa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

A literatura clínica infantil aponta a aprendizagem da obediência como uma das mais importantes metas de socialização na criação de filhos devido ao seu papel no desenvolvimento de comportamentos de autocontrole, autonomia e autorregulação. A obediência tem sido apontada como um dos mais importantes comportamentos pró-sociais a serem desenvolvidos nos primeiros anos de vida das crianças. Como meta de socialização, a obediência está intimamente ligada aos valores, sistemas de crenças e práticas que são valorizadas pelos cuidadores. Na definição de Harkness e Super (1996), as metas de socialização são parte integrante da psicologia dos cuidadores, um dos três subsistemas do nicho de desenvolvimento – contexto no qual o desenvolvimento ocorre – juntamente com o ambiente físico/social e as práticas compartilhadas de cuidado. Desta forma, as metas de socialização representam os valores que os pais desejam para a criação de seus filhos e exercem uma função fundamental no desempenho do papel parental, orientando não apenas as práticas de cuidado dos pais como os próprios sistemas de crenças que serão desenvolvidos pelos filhos. Partindo da concepção da família como o centro do contexto de socialização infantil, constituindo-se, na maioria dos casos como o primeiro agente de inserção social das crianças, e considerando também que a psicologia dos cuidadores é parte integrante do nicho de desenvolvimento infantil, investigar como as metas de socialização se apresentam nas novas famílias contemporâneas é uma importante tarefa para a psicologia do desenvolvimento. Assim, o objetivo principal do estudo foi explorar as diferenças na valorização de metas de socialização da obediência de pais e mães de crianças com até dois anos de idade, em famílias com três diferentes configurações: monoparentais, reconstituídas e nucleares. Além disso, foram exploradas outras possíveis variáveis mediadoras na socialização da obediência infantil, tais como o gênero e a idade da criança. Participaram da pesquisa 10 famílias monoparentais, 10 famílias reconstituídas e 10 famílias nucleares. Dentre os respondentes, 30 eram mães (60%) e 20 pais (40%), visto que as famílias monoparentais do estudo eram compostas apenas pelas mães. As crianças da amostra são, em sua maioria, meninos (n=30, 60%) com média de idade de 13,3 meses (DP= 7,54). Foi utilizado o Inventário de Metas de socialização/desenvolvimento. Os resultados indicam que as famílias de diferentes configurações parecem se assemelhar a tendência encontrada em estudos prévios com famílias nucleares, nos quais o bom comportamento foi uma meta de socialização altamente valorizada. Quando solicitados a atribuir um escore de um a cinco para as metas, pais e mães em sua maioria atribuíram o valor máximo para a meta aprender a obedecer aos pais e para a meta aprender a obedecer às pessoas mais velhas, apenas nas famílias reconstituídas as respostas não se

concentraram, em sua maioria, no valor máximo, mas essa diferença não apresentou significância estatística ($\chi^2_{10}=15.94$, $p = 0.101$). No entanto, a associação da valorização das metas com a idade e gênero das crianças apresentou diferenças relevantes.

2º Trabalho

METAS PARENTAIS ACERCA DE EMOÇÕES NOS FILHOS

Deise Maria Leal Fernandes Mendes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A preocupação em investigar metas parentais sobre desenvolvimento emocional nos filhos está presente na produção atual acerca da parentalidade. Tem trazido evidências e importante discussão sobre o papel das concepções e metas de cuidadores e de suas práticas de cuidado no desenvolvimento infantil. Pesquisas têm destacado o quanto valores e ideias parentais sobre as emoções afetam as práticas e estratégias de socialização de emoção e, portanto, o desenvolvimento emocional da criança. Em contextos brasileiros ainda parecem ser raras as investigações com esse foco de interesses. Contudo, tanto as formulações teóricas, quanto os resultados obtidos em estudos internacionais e nacionais indicam a necessidade de ampliação e aprofundamento das investigações. Modelos conceituais que tratam do processo de socialização emocional destacam o quanto as metas de socialização e concepções parentais sobre as emoções participam da formulação de estratégias e pautam as práticas de socialização de emoção. Metas parentais de emoções atuam associadas a crenças parentais, contribuindo para que a criança crie seus próprios esquemas de mundo e de self em relação às emoções. Visando somar esforços no preenchimento da lacuna na literatura nacional, o presente estudo objetivou explorar o que pais desejam quanto a características emocionais para seus filhos quando forem adultos. Para tanto, foram aplicados instrumentos, sendo um específico sobre metas parentais de emoção, a 60 casais do Rio de Janeiro, com filhos de até três anos. Os resultados indicaram uma preponderância de características emocionais desejadas pelos pais para seus filhos quando adultos, voltadas para a automaximização (51%; $\chi^2_3 = 70,2$; $p < 0,05$). Tal preponderância se manteve se analisadas as características desejadas, separadamente, por sexo da criança (52% para menino e 50% para meninas; $\chi^2_3 = 27,23$; $p < 0,05$ e $\chi^2_3 = 44,35$; $p < 0,05$). Do mesmo modo, foi mantida, se analisadas para mães e pais, separadamente (54% para mães e 46% para pais; $\chi^2_3 = 41,73$; $p < 0,05$ e $\chi^2_3 = 30,26$; $p < 0,05$). Não foram encontradas diferenças entre pais e mães quanto às características emocionais desejadas ($\chi^2_3 = 3,69$; $p > 0,05$). Quanto às condições necessárias para que os filhos desenvolvam as características emocionais desejadas, houve preponderância da categoria “Centradas no contexto” (51,3%). Não foram encontradas diferenças significativas entre as respostas de mães e pais quanto à esta questão ($\chi^2_4 = 0,82$; $p > 0,05$). Ainda que tenha caráter exploratório, acredita-se que esses achados explicitam tendências nas metas de pais do contexto sociocultural estudado. Espera-se que esse estudo possa contribuir para o avanço do conhecimento sobre metas parentais de emoção em contextos brasileiros, bem como para fomentar novas pesquisas nesse campo.

3º Trabalho

OS PAIS, AS CRIANÇAS E O BULLYING ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE MANEJO

Juliane Callegaro Borsa (PUC-Rio)

O bullying é um problema recorrente na relação entre pares, sendo comumente reportado pelos pais e pelas escolas. O bullying pode implicar em diferentes prejuízos socioemocionais ao longo do desenvolvimento, tanto das vítimas quanto dos agressores. A relação entre pais e filhos pode se configurar como um importante fator preditor de desenvolvimento socioemocional na infância, minimizando o risco de envolvimento em relacionamentos interpessoais conflituosos, incluindo o bullying. Assim, é importante que os pais tenham ciência da sua responsabilidade em proporcionar aos seus filhos ambientes de interação protetivos, auxiliando-os no desenvolvimento de capacidades e competências que os conduzam a relacionamentos interpessoais saudáveis. O presente trabalho tem como objetivo geral discutir o bullying escolar e o papel dos pais enquanto fator de risco e/ou de proteção para o envolvimento em situações de bullying. Para ilustrar tais inferências, serão apresentados os resultados de um estudo empírico que investigou a visão dos pais ou cuidadores em relação ao bullying escolar. Participaram do estudo 401 respondentes (77,1% mães; $M = 39,1$ anos; $DP = 8,20$), de crianças estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, de escolas públicas e privadas brasileiras. A análise quantitativa e qualitativa dos dados foi conduzida por meio dos softwares SPSS e IRAMUTEQ, respectivamente. Os resultados indicaram que os pais reconhecem as diferentes formas de praticar bullying – relacional, verbal e física. Dentre as características das crianças que facilitam seu envolvimento como vítimas de bullying, a maior parte dos respondentes considerou a aparência física, a timidez e a impopularidade. Já dentre as características das crianças que facilitam seu envolvimento como praticantes de bullying, a agressividade a popularidade e a baixa condição socioeconômica foram as características mais citadas. Mesmo reconhecendo que se trata de uma prática violenta

e prejudicial às vítimas, os respondentes acreditam que o bullying pode estar associado a resultados positivos para o agressor, como maior popularidade no grupo social. Mais da metade dos respondentes (62%) afirmou que sua criança já sofreu bullying e 83% dos respondentes disseram que sua criança já presenciou situações de bullying na escola. Porém apenas 84% deles afirmou que seu filho nunca praticou bullying. Os dados encontrados neste estudo apontam para a relevância do tema e a necessidade de se incluir os cuidadores nos programas de intervenção para combate e redução do bullying e outros tipos de agressividade comuns na infância. É importante que os profissionais possam capacitar os pais para a identificação de situações de bullying, auxiliando-os no desenvolvimento de estratégias que os conduzam ao manejo adequado de tais situações.

4º Trabalho

PARTICIPAÇÃO PATERNA NO CUIDADO COM OS FILHOS: UM ESTUDO SOBRE O ENVOLVIMENTO DE PAIS CAMINHONEIROS

Carina Nunes Bossardi (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ)

Frente às transformações sociais e familiares, amplia-se o interesse na investigação a respeito do envolvimento ou da participação do pai nos cuidados com as crianças e com as tarefas domésticas. Diante das mudanças sociais ao longo do tempo, nem sempre pais e mães conseguem estar sempre presentes fisicamente e manter uma convivência familiar ativa diretamente. Pretendeu-se focalizar a participação de pais (homens) que, em virtude das funções relacionadas à jornada de trabalho, acabam por ter o contato direto com a família reduzido. O interesse foi investigar pais caminhoneiros, tendo em vista que as demandas da profissão acabam por tornar difícil a tarefa de participar mais ativamente nos cuidados com a família. O presente estudo teve como objetivo analisar as características do envolvimento de pais caminhoneiros no cuidado a crianças de 0 à 6 anos de idade. Sessenta pais responderam ao Questionário Socioeconômico e ao Questionário de Engajamento Paterno, o qual é formado por 36 itens distribuídos em seis dimensões. Constatou-se que o pai caminhoneiro, apesar das intercorrências proporcionadas por sua jornada de trabalho, está engajado no cuidado de seus filhos, porém apresenta variações no nível de engajamento em dimensões específicas. Destacam-se as dimensões referentes a suporte emocional, evocações e disciplina em comparação àquelas que se referem a cuidados básicos e tarefas de casa, o que demonstra que o envolvimento ainda não é igual para todas as dimensões do cuidado. Os pais que ficam até 15 dias longe de casa tendem a evocar mais (pensar, lembrar e/ou falar da criança) em relação às demais dimensões, enquanto que os pais que ficam acima de 15 dias fora de casa tendem a realizar mais Suporte Emocional. A dimensão com menor escore tanto num grupo como no outro foi Cuidados Básicos. O teste Mann-Whitney revelou diferenças significativas entre o envolvimento paterno em Disciplina em relação aos dias em que ele passa fora de casa ($Z = -3,59$; $p < 0,01$). Dessa forma, pais que viajam mais de 15 dias relatam disciplinar mais as crianças. É possível verificar que o pai além do papel de principal mantenedor, é tido ainda como figura que representa autoridade, mesmo em meio às diversas transformações que estão ocorrendo, conforme trazem Silva e Piccinini (2007) quando elencam que em algumas famílias os pais assumem juntamente com a mãe a função de desempenhar disciplina, de educação além do compromisso de sustento familiar, demonstrando evidências no interesse de participação e de envolvimento paterno. O teste de Pearson Chi-quadrado indicou diferenças significativas entre o envolvimento total do pai e as faixas de jornada de trabalho [$X^2(120) = 174,74$; $p < 0,05$], o que indica que o envolvimento do pai em termos gerais pode sofrer variações em função da jornada de trabalho. Evidenciou-se que pais caminhoneiros estão engajados com seus filhos, sendo que a variação de escores entre as dimensões indica que no exercício da paternidade se mesclam atividades tradicionais e atividades de um pai moderno e mais participativo. Características e influências essas que são importantes para indicar as funções paternas e sua relação com o desenvolvimento infantil.

Perspectivas da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil para a Próxima Década

Mauro Luís Vieira

Hoje em dia vivemos um momento na história de rápido crescimento da produção intelectual mundial. Além disso, principalmente em função da rede mundial de computadores, é possível ter acesso a uma expressiva parcela desse conhecimento de casa ou do local de trabalho. No entanto, é importante ter uma reflexão crítica sobre o contexto dessa produção e de que maneira ela contribui para a melhoria da qualidade de vida da população. Também é importante pensar e planejar estratégias efetivas para dar conta das demandas futuras no nosso cotidiano. Contudo, devido a amplitude e diversidade das áreas do conhecimento, torna-se relevante identificar o que cada área ou sub-área poderá contribuir. Nesse sentido, o presente simpósio tem como objetivo propor reflexões sobre as perspectivas da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil para a próxima década. Na primeira apresentação, o presidente atual da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento, o prof.

Mauro Luís Vieira traz informações e reflexões sobre possíveis temas que a Psicologia do Desenvolvimento terá pela frente para contribuir com conhecimentos e intervenções para os desafios que se projeta para a próxima década, como por exemplo, o envelhecimento. Esse é um tema que já vem sendo investigado por outras áreas como a enfermagem e a medicina, mas que no contexto da psicologia precisa se tornar mais consistente. Outros temas a serem salientados na apresentação são: violência doméstica, dinâmica familiar e o mundo do trabalho, além de questões étnico-raciais. Na segunda apresentação, a profa. Maria Lucia Seidl-de-Moura traz reflexões importantes no sentido de tentar conciliar o excesso de informações com a compreensão e a sabedoria. Além disso, é necessário refletir sobre a mudança qualitativa e significativa na produção do conhecimento e, não apenas na quantidade, que realmente contribuem para o avanço do conhecimento e no bem-estar das pessoas. A professora Maria Lucia traz reflexões no sentido de examinar as metas sustentáveis estabelecidas pela ONU para mudar nosso mundo no futuro próximo e o papel da Psicologia do Desenvolvimento nesse contexto. Para fechar o simpósio, a professora Silvia Helena Koller apresenta suas reflexões também a partir da "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" da ONU que destaca o bem-estar e o desenvolvimento saudável das pessoas. Temas como pesquisas translacionais, internacionalização, inovação e transdisciplinariedade serão destacados e suas implicações e repercussões para a Psicologia do Desenvolvimento no Brasil. Conforme pode ser constatado pelo conjunto dessas três apresentações, muitos são os desafios a serem enfrentados. No entanto, ao explicitá-los poderemos estabelecer estratégias de produção e socialização do conhecimento. O objetivo é contribuir para a promoção de uma sociedade brasileira mais justa e solidária para todos, tendo como base o desenvolvimento sustentável, promovendo o bem estar das pessoas e o gerenciamento adequado do meio ambiente.

1º Trabalho

Produção e Socialização do Conhecimento da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil para os Próximos 10 anos

Mauro Luís Vieira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre os caminhos promissores da Psicologia do Desenvolvimento no sentido de desenvolver estratégias de produção de conhecimento e promoção de qualidade de vida das pessoas. Em termos de conhecimento, muito se tem produzido nessa área. No entanto, em termos de lacunas, uma das áreas que precisa ser pensada com destaque é o envelhecimento. Em função da nova configuração de idade da população brasileira, a pessoa idosa é um foco importante de investigação e aplicação do conhecimento. Segundo o IBGE (2013), a expectativa de vida ao nascer deve atingir os 81,2 anos em 2060 e a população acima de 65 anos deve passar de 14,9 milhões, em 2013, para 58,4 milhões, em 2060. Ou seja, significa um aumento de quatro vezes em um período de 47 anos. Devemos incentivar a criação de linhas de pesquisa nessa área, para que os profissionais em psicologia possam ter uma atuação qualificada no atendimento à essa população. Por outro lado, o Brasil ocupa o 5º. lugar no ranking no número de mulheres assassinadas (são 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres). Segundo o Mapa da Violência 2015, dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares. Foram cerca de 13 homicídios de mulheres a cada dia em 2013. E essa situação é mais agravante para mulheres negras, um aumento de 54% em 10 anos. No mesmo período houve decréscimo de 9,8% no número de homicídios de mulheres brancas. Ou seja, essa área sobre violência também deve merecer destaque no desenvolvimento de pesquisas e aplicações do conhecimento, uma vez que tem repercussões importantes no ciclo de desenvolvimento humano. Outro tema relevante e que vai merecer destaque nos próximos anos é sobre a dinâmica familiar e o mundo do trabalho e que muitas vezes acaba sobrecarregando a mulher para dar conta da família e da carreira profissional. Segundo o IBGE, de 2005 a 2015 houve um aumento na carga horária de trabalho para homens e mulheres de cerca de 7%. No entanto, a média de horas trabalhadas pelos homens em atividades domésticas se manteve a mesma: dez horas semanais. Ou seja, embora se constate que o pai esteja participando de modo mais direto com a família, ainda existem discrepâncias e desequilíbrios que precisam ser mais bem investigados para que se promova a qualidade de vida para todos os membros da família. Outros aspectos importantes são as questões étnico-raciais, sociais e culturais e que possuem impacto importante no desenvolvimento psicossocial humano ao longo do ciclo de vida. Não só o estudo e a investigação científica desses fenômenos psicossociais, mas também a criação de estratégias de intervenção para que se promova um contexto saudável de desenvolvimento e que todos consigam ter acesso ao conhecimento e à tecnologia produzida pela ciência psicológica. Suporte financeiro: CNPq

2º Trabalho

Psicologia do Desenvolvimento: Futuro e Desafios

Maria Lucia Seidl-de-Moura (UERJ)

Nessa apresentação pretende-se retomar o diálogo iniciado na conferência de abertura do último congresso da ABPD, em que falei sobre alguns desafios de nossa área. Um deles é superar o dilema entre um excesso de informação e dados e a compreensão e sabedoria. No meio de um mar de evidências em milhares de publicações, questiona-se como fica nosso conhecimento sobre o desenvolvimento humano. Parece estar em falta a reflexão teórica e a análise das implicações das evidências para o status das teorias. Também será discutido, como há uma carência de artigos que foram transformadores de nossa compreensão da mente humana, como, entre outros “The ontogenesis of speech acts” e “From joint attention to the meeting of minds”, de J. Bruner; “Capacity for joint attention in the infant”, de M. Scaife e J. Bruner; “Imitation of facial and manual gestures by human neonates” de A. N. Meltzoff e M. K. Moore; “Towards a mechanism of joint visual attention in human infancy” de G. Butterworth e G. Cochran; “Does the autistic child have a “theory of mind”?”, de S. Baron-Cohen, A. M. Leslie e U. Frith; e “The infant’s response to entrapment between contradictory messages in face-to-face interaction” de E. Tronick e colegas. Trabalhos como esses levaram a mudanças significativas em nossas concepções. Pergunta-se o que tem tido o mesmo impacto nas últimas décadas, e como se pode passar de publicar para ninguém ler para dar uma efetiva contribuição ao conhecimento. Finalmente, visa-se examinar as metas sustentáveis estabelecidas pela ONU para mudar nosso mundo no milênio e discutir se e como a psicologia do desenvolvimento pode contribuir para seu atingimento. Elas são: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir a educação básica de qualidade para todos; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater a AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento; e Garantir que as melhorias obtidas na luta pelo cumprimento dos objetivos do milênio promovam igualdade de condições para brancos e negros. O que nossa área tem a oferecer à sociedade, e o caminho para concretizar um efetivo compromisso com trabalhos de intervenção baseados em evidências, são questionamentos que serão levados a discussão. Não se pretende oferecer respostas, mas promover a inquietação e o desejo de contribuir para uma psicologia do desenvolvimento viva e engajada, tanto com o conhecimento como com a comunidade em que vivemos.

3º Trabalho

A Psicologia do Desenvolvimento e os Próximos 10 Anos no Brasil

Sílvia Helena Koller (UFRGS)

O objetivo deste resumo é apresentar alguns pontos fundamentais para o avanço da pesquisa em psicologia do desenvolvimento no Brasil. Tomando como base a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" da UNICEF publicada em 2015 muitos desafios se apresentam para os estudos nesta área, especialmente para países em desenvolvimento como o Brasil. A Agenda 2030 estabelece como um dos seus principais objetivos a promoção de sociedades pacíficas, inclusivas e orientadas para a justiça social, com vista ao bem-estar e ao desenvolvimento saudável dos seres humanos. A realização deste objetivo requer a execução de estudos que evidenciem a proposição de ações concretas, baseadas em evidências e amplamente divulgadas para melhorar a qualidade de vida das populações de todas as idades e em todos os continentes. Portanto, propõe-se como avanços estudos translacionais, que produzam tecnologias sociais avaliadas em sua efetividade, como ações concretas. As ações baseadas em evidências podem efetivamente atender às demandas por meio de intervenções, apresentar melhor relação custo-benefício, constituir uma estratégia para melhorar os serviços públicos e podem ser aplicadas em políticas públicas. Para além dos estudos diretos, mais integração e divulgação com as pesquisas internacionais, permitirão divulgar o que é realizado no Brasil, bem como a troca de conhecimentos sobre temas de ponta como neuropsicologia, instrumentalização e produção de teorias. Para além destes aspectos, a melhor formação dos psicólogos da área passam pela aprofundamento em temas metodológicos, bem como pela busca de transdisciplinariedade como foco para a inovação em Psicologia do Desenvolvimento. Portanto temas como pesquisas translacionais, internacionalização, inovação e transdisciplinariedade serão abordados neste simpósio com apresentação de exemplos e ampla discussão de casos.

Saúde e Desenvolvimento da população LGBT: Efeitos da vivência do preconceito em contextos e tempos diversos

Elder Cerqueira-Santos

A estruturação social imposta às minorias no seu cotidiano é uma realidade que pode contribuir para a gênese de inúmeras patologias capazes de comprometer a saúde mental e a qualidade de vida desses indivíduos. O estigma sexual, o preconceito e a discriminação contribuem para o aumento da prevalência de problemas de saúde mental nesse grupo, além de construir fatores que podem dificultar o acesso aos serviços de saúde. Levando-se em consideração a forma depreciativa com que grupos não-heterossexuais são geralmente tratados

socialmente, esta proposta visa discutir efeitos na saúde de indivíduos LGBT em diferentes contextos e tempos desenvolvimentais. O primeiro trabalho trata de um levantamento sobre saúde geral, ansiedade e aspectos de proteção em indivíduos LGBT. Aponta correlação entre a vivência e introjeção do preconceito com sintomas de saúde mental, além de discutir diferenças geracionais neste efeito. O segundo estudo teve como objetivo analisar a vulnerabilidade e as práticas preventivas frente às IST's nas relações afetivo sexuais de jovens lésbicas. Os resultados evidenciam elementos de ordem individual, social, bem como deficiências programáticas, que se relacionam e podem influenciar para a situação de maior vulnerabilidade em saúde das lésbicas. O terceiro estudo objetivou conhecer as demandas e barreiras no acesso a serviços de saúde relativos ao HIV e específicos para pessoas trans em dois estados do Brasil. Os resultados apontam para dificuldades no acesso à saúde devido à discriminação, a falta de informação e as barreiras no acesso, especialmente para as travestis. A vivência do preconceito e discriminação aumentou a evitação de serviços de saúde. De forma geral, os estudos apontam efeitos nocivos do preconceito nos indicadores de saúde e no acesso aos serviços públicos. Revelam-se diferenças contextuais e desenvolvimentais para os diferentes grupos de faixas de idades.

1º Trabalho

Indicadores de Saúde Geral e Ansiedade na população LGB: Efeitos da vivência do preconceito em diferentes gerações

Elder Cerqueira-Santos (Universidade Federal de Sergipe)

O estigma sexual, o preconceito e a discriminação contribuem para o aumento da prevalência de problemas de saúde mental para a população não-heterossexual. Homens gays, lésbicas e bissexuais constituem um grupo vulnerável para o desenvolvimento de transtornos mentais, tais como depressão, ansiedade, estresse, ideação e tentativa de suicídio. Entendendo-se que: 1) as “determinações” sociais constituem-se como eixo central do processo saúde-doença dessas minorias; 2) a busca pela terapêutica dessa população deve se orientar não somente na intervenção sobre o indivíduo afetado, como também na sociedade de forma geral. O que se objetivou nesse estudo foi descrever uma amostra populacional LGBT buscando entender aspectos geracionais que afetam a vivência do preconceito e estado de saúde geral e ansiedade. Foi realizada uma survey envolvendo 542 indivíduos, 60% autodeclarados homens, entre 18 e 64 anos ($M=24,23$; $DP=5,77$); e, 97% autodeclarados não-heterossexuais. Todos com práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo. Foram utilizados instrumentos de homonegatividade internalizada, vivência do preconceito contra homossexualidade, ansiedade, afetos positivos e negativos e saúde geral. Os participantes apresentaram níveis de ansiedade moderados (19 pontos), afetos positivos e negativos dentro da média geral (31 e 17 pontos) e bom nível de saúde geral (29). Os dados demonstraram correlação significativa entre a vivência do preconceito contra homossexualidade e ansiedade (positiva), afetos negativos (positiva) e saúde geral (negativa). Já a homonegatividade internalizada teve significância apenas com os afetos negativos. Tais dados estão coerentes com o que relata a literatura. No entanto, percebe-se que indivíduos mais velhos apresentam maiores níveis de internalização da homonegatividade e piores escores de ansiedade e saúde geral. Indicando alguma diferença geracional na vivência da sexualidade e nos indicadores de saúde associados. Discute-se que a vivência da sexualidade é uma realidade que pode contribuir para a gênese de inúmeras patologias capazes de comprometer a saúde mental e a qualidade de vida em indivíduos de diferentes idades.

2º Trabalho

Vulnerabilidades nas Práticas Afetivosexuais de Lésbicas: Um Retrato da Exclusão

Ana Alayde Werba Saldanha (Universidade Federal da Paraíba)

Partindo da premissa de que as formas como lésbicas vivenciam suas práticas afetivo sexuais não estariam unicamente relacionadas a existência de fatores de ordem interna e individual, mas também a elementos programáticos e aspectos que compõem a ordem social relacionados aos estigmas, mitos e sentidos construídos na sociedade sobre a homossexualidade feminina, teve-se como objetivo analisar a vulnerabilidade e as práticas preventivas frente às IST's nas relações afetivo sexuais de lésbicas. A amostra foi composta por 18 participantes mulheres que se autodefinem lésbicas, com idades variando de 19 a 42 anos ($M=26$; $DP=6,1$). Para a coleta dos dados foram utilizados um questionário sociodemográfico e entrevistas semiestruturadas a partir do método de “bola de neve”. Foram recorrentes nos relatos a ideia de maior vulnerabilidade associada a presença masculina na relação, ficando subjacente nos discursos que o relacionamento apenas entre mulheres poderia ser um fator de proteção. Emergiram relatos sobre a ausência de maiores esclarecimentos acerca da existência, formas de uso e eficácia de insumos preventivos às IST's que possam ser utilizados nas relações entre mulheres ou evidenciados que os métodos existentes não seriam próprios, específicos ou pensados para na prevenção às IST's entre mulheres, constituindo-se em adaptações de métodos já existentes, como o preservativo masculino ou adaptações de itens originalmente com outras finalidades. A confiança na parceria e na existência de uma fidelidade

presumida foram elementos citados como estratégias de prevenção. O preconceito foi relacionado à ausência de campanhas que orientem às lésbicas sobre a necessidade de prevenção nas relações sexuais. A presença do elemento constrangimento foi destacado como um fator impeditivo para a busca por atendimento médico ginecológico. A falta de preparo dos profissionais de saúde emergiu como um elemento que pode influenciar no aumento da vulnerabilidade em saúde desta população, tendo como consequência que a maioria das participantes não revelam sua orientação sexual aos médicos ginecologistas, configurando em invisibilidade lésbica. Estes resultados evidenciam elementos de ordem individual, social, bem como deficiências programáticas, que se relacionam e podem influenciar para a situação de maior vulnerabilidade em saúde das lésbicas, constituindo-se em processo de exclusão social, seja pela ausência de insumos, seja pela invisibilidade nos serviços de saúde sexual.

3º Trabalho

Necessidades de saúde e barreiras ao acesso aos cuidados relativos ao HIV e específicos para pessoas trans entre homens e mulheres trans e pessoas com outras identidades de gênero

Angelo Brandelli Costa (PUCRS)

O objetivo desse estudo foi conhecer as demandas e barreiras no acesso a serviços de saúde relativos ao HIV e específicos para pessoas trans em dois estados do Brasil - Rio Grande do Sul e São Paulo -, que iniciaram de forma pioneira o atendimento a essa população. Foram investigadas, ainda, as experiências de discriminação no contexto de saúde que impactavam o acesso à saúde em geral. Responderam a um survey 710 pessoas trans ou com outras identidades de gênero. Apesar de existirem serviços que atendem a população nesses estados desde o final dos anos 1990, os resultados apontam para dificuldades no acesso à saúde devido à discriminação, a falta de informação e as barreiras no acesso, especialmente para as travestis. Análise de qui-quadrado mostrou que o histórico de discriminação aumentou em 5,76 vezes (odds ratio IC 95% [3,46, 9,59]) a frequência de evitação de serviços de saúde. Discute-se a urgência da adequação das políticas de saúde às necessidades da população trans no Brasil e capacitação de profissionais em vários níveis.

Sua vez de jogar: uso de jogos e ferramentas eletrônicas no estudo do comportamento cooperativo em crianças

Leonardo Rodrigues Sampaio

Por que o ser humano, como ser social, expressa comportamentos tão opostos como cooperar e competir? O que leva um indivíduo a escolher ajudar outro? Em que circunstâncias é mais vantajoso competir? Que aspectos podem motivar a colaboração? Como o comportamento cooperativo se desenvolve ao longo da infância? Estas e outras perguntas são particularmente intrigantes e têm sido estudadas por diferentes áreas da ciência como a psicologia, economia e etologia. Compreender o comportamento cooperativo é desvendar uma trama de custos e benefícios distintos a depender do contexto, dos indivíduos envolvidos, do tempo de interação e dos possíveis retornos em curto e longo prazo, por exemplo. Neste sentido, torna-se particularmente interessante entender como comportamentos tão complexos e variados são expressos desde tenra idade e como se desenvolvem ao longo da vida. O presente simpósio objetiva abordar de modo amplo a expressão da cooperação em crianças, tendo como ponto de partida o uso de diferentes jogos e ferramentas computacionais nestas investigações. Os trabalhos que integram esta atividade discutem a relação entre empatia e comportamento de partilha de bens em crianças, a relação entre características infantis e comportamento de ajuda, o uso de jogos, especialmente digitais, como ferramenta lúdica e segura para o estudo da cooperação em crianças, e o desenvolvimento de ferramentas para modelagens e simulações computacionais que possam ser utilizadas por pesquisadores interessados em comportamento cooperativo e distributivo de forma fácil e versátil. A partir destes trabalhos pretende-se alcançar um maior entendimento sobre as variáveis envolvidas na cooperação ao longo do desenvolvimento infantil e estimular que futuras investigações adotem ferramentas eletrônicas para acessar de modo confiável estes comportamentos.

1º Trabalho

Meritocracia ou Necessidade: como crianças avaliam estes dois princípios em situações distributivas

Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade federal do vale do São Francisco – UNIVASF)

Crianças usam diferentes princípios para partilhar bens, a depender de suas idades, com uma tendência ao igualitarismo e altruísmo maiores à medida que suas idades avançam (Fehr, Bernhard & Rockenbach, 2008). De forma mais específica, experimentos utilizando jogos econômicos indicam que até os setes anos de idade as crianças preferem modelos distributivos que as favoreçam, mesmo que reconheçam a importância da regra da igualdade (Blake & McAuliffe, 2011; Sampaio & Pires, 2015). Por outro lado, a partir dos oito anos a adesão ao igualitarismo se torna tão forte que as crianças aplicam esta regra mesmo quando o produto final da distribuição deixa de favorecê-las (Blake & Rand, 2010). Além disso, fatores como o valor dos bens, o comportamento moral dos envolvidos e o grau de proximidade entre o alocador e os beneficiários influenciam a forma como as crianças tomam suas decisões distributivas, o que indica a presença de uma sensibilidade para fatores contextuais (Posid, Fasio & Cordes, 2015), em idades anteriores ao que Piaget havia identificado em seus estudos sobre o desenvolvimento moral (Piaget, 1932/1994). Apesar de se reconhecer a importância desses estudos para o campo da justiça distributiva, ainda são escassas investigações nas quais se busca testar as relações entre a forma como as crianças partilham bens e componentes do desenvolvimento afetivo durante a infância, tais como a empatia. Neste sentido, a presente pesquisa buscou avaliar o comportamento distributivo infantil em situações envolvendo o mérito pessoal e o cuidado com o próximo. 163 crianças entre 5 e 12 anos participaram de um jogo eletrônico chamado de “O Sabichão” durante o qual tinham que nomear animais e podiam decidir como a recompensa deveria ser dividida entre elas e seus adversários. No delineamento experimental, informações sobre o estado emocional do adversário após o fim da partida e sobre o desempenho individual do participante foram manipuladas. Análises de Variância demonstraram que as crianças mais velhas, aquelas que souberam que seu adversário de jogo ficaria triste por ter perdido, e as mais empáticas partilharam mais suas recompensas. Esses resultados confirmam o modelo de desenvolvimento proposto por Piaget (1932/1994), em termos da sequência evolutiva de utilização de princípios distributivos, mas também corroboram pressupostos da teoria de Hoffman (2000) a respeito das relações entre empatia e justiça distributiva, demonstrando que a mobilização de sentimentos empáticos, por meio da evocação da representação mental de uma suposta vítima em potencial, pode mobilizar as crianças a escolher o igualitarismo como um modelo mais justo de partilha de bens, suplantando uma possível superioridade decorrente do mérito pessoal.

2º Trabalho

Jogos digitais como ferramenta para investigação de comportamento cooperativo em crianças

Guilherme Ribeiro Eulalio Cabral (Univasf)

Os seres humanos destacam-se de outras espécies pelo seu caráter social (Tomasello, 2014). A cooperação entre as pessoas pode ser identificada já na primeira infância em diferentes aspectos (Warneken & Tomasello, 2009). Entretanto, ainda se questiona o que levaria os indivíduos a adotarem comportamentos custosos a eles mesmos em benefício de outro (Nowak, 2006). Muitas são as formas de tentar elucidar esta questão, estando o uso do Dilema do Prisioneiro, do Dilema da Caça ao Cervo e do Jogo dos Bens Públicos entre os mais adotados (Alencar & Yamamoto, 2008). Contudo, os estudos com crianças ainda são raros em comparação às pesquisas com adultos em relação ao Dilema do Prisioneiro (Tedeschi, Hiester e Gahagan, 1969; Matsumoto, Haan, Yabrove, Theodorou e Carney; 1986; Fan, 2000; Blake, Rand, Tingley e Warneken; 2015), Caça ao Cervo (Wyman, Rakoczy e Tomasello, 2013) ou Bens Públicos (Alencar, Siqueira e Yamamoto, 2008; Keil, Michel, Sticca, Leipold, Klein, Sierau, Klitzing, e White, 2016). Isto pode ser devido à dificuldade de compreensão das crianças para a resolução dos referidos dilemas. Do nosso conhecimento, apenas Blake e colaboradores (2015) e Keil e colaboradores (2016) realizaram seus experimentos utilizando uma plataforma digital, com o objetivo de tornar os dilemas mais intuitivos e de fácil compreensão para as crianças. Jogos digitais como ferramentas de pesquisas não são novidade na pesquisa científica. Segundo Washburn (2003), o primeiro estudo psicológico em que jogos de computadores são mencionados foi em 1976, no qual se permitia que os participantes jogassem um jogo de computador para testar os efeitos de feedback de desempenho na sua motivação. Desta forma, buscando investigar o comportamento cooperativo de uma maneira lúdica e interessante para crianças, apresentamos como proposta de ferramenta de pesquisa dois jogos. Eles foram desenvolvidos com dinâmicas análogas ao Dilema do Prisioneiro, podendo tais dinâmicas serem convertidas em um dilema da Caça ao Cervo ou dos Bens Públicos. Para tanto, optou-se pelo desenvolvimento de um jogo casual, por se caracterizar como divertido, simples e fácil de aprender e jogar. A dinâmica do primeiro jogo consiste em acertar latas sobre o muro com o uso de um estilingue, em uma perspectiva de primeira pessoa. Cada jogador pode escolher entre acertar suas latas ganhando pontos ou acertar as latas do outro jogador, dando pontos. No segundo jogo, os jogadores devem ajustar a posição de seus carrinhos com o objetivo de captar recursos que caem em sua direção. Os jogadores podem optar por pegar para si os recursos individualmente ou cooperar com o outro jogador para conseguir mais recursos. As

possíveis pontuações obtidas nos jogos simula a matriz de recompensa do Dilema do Prisioneiro. Nossa hipótese é que os jogos servirão como uma ferramenta de pesquisa tão confiável quanto métodos mais tradicionais utilizados por pesquisadores com crianças, mas que proporcionarão uma alavancagem nas pesquisas por se tratar de um processo que engajará as crianças na sua participação. Além disso, podendo ser utilizado de forma abrangente por diversos pesquisadores, inclusive, de forma simultânea e sem restrições de espaço físico para seu uso.

3º Trabalho

Quem vê cara pode prover cooperação: crianças fofinhas suscitam comportamento de ajuda

Monique Bezerra Paz Leitão (IFRN)

Ainda que seja amplamente conhecido pelo senso comum o fato de que as crianças são vistas como fofinhas aos nossos olhos, compreender o que as torna graciosas passou a ser um desafio científico. As primeiras proposições surgiram há mais de 70 anos com as ideias do etólogo Konrad Lorenz, que sugeriu que determinados aspectos físicos e comportamentais dos bebês e das crianças ativavam a percepção de fofura e o comportamento de cuidado. Esses aspectos envolvem principalmente uma proporção de traços físicos que se distinguem da proporção adulta, de modo que bebês e crianças apresentam a cabeça grande e membros curtos em relação ao tamanho do corpo, olhos e testa grandes em relação ao rosto e traços como nariz e boca pequenos em relação ao rosto. Esta configuração denominada esquema de bebê foi teorizada como sendo responsável por evocar as percepções positivas direcionadas aos infantes e motivar o cuidado. Entretanto, apenas nas últimas décadas se intensificaram os estudos precisos destes traços e de como os mesmos afetam a percepção de fofura, de piedade, de preocupação empática e, em alguns casos, possíveis comportamentos de ajuda. O objetivo deste trabalho foi verificar a relação entre traços específicos dos rostos das crianças e as respostas competitivas e de ajuda recebida por elas durante uma interação de rodadas do jogo da velha. Participaram da pesquisa três tipos de díades compostas por crianças de 4-5 anos que jogavam com crianças mais velhas ou com adolescentes ou com adultos. As interações competitivas e cooperativas foram registradas durante a observação do experimento. Fotografias das crianças permitiram analisar o esquema infantil dos rostos de cada uma. Os resultados apontaram que certos traços estão correlacionados a respostas de competição e cooperação, de acordo com a faixa do indivíduo que interagia com a criança. Estes dados confirmam a ideia de que traços infantis têm como função evolutiva promover o intenso cuidado parental exigido pelas crianças humanas ao nascer e que se prolonga durante o desenvolvimento infantil dado ao grau de dependência e à extensa gama de aprendizados necessários até o indivíduo se tornar autônomo.

4º Trabalho

Ferramentas de simulação para modelagem de comportamentos cooperativos e distributivos centrada no usuário

Giordano Ribeiro Eulalio Cabral (Universidade Federal de Pernambuco)

O desenvolvimento de ferramentas de simulação comportamental é uma abordagem possível para explorar conseqüências de interação entre indivíduos, e se mostra um dos recursos chave em pesquisas em psicologia (Debove, Baumard, & André, 2015; 2016). Isso tem sido potencializado com avanços tecnológicos, como processadores e linguagens de programação em paralelo. Entretanto, o desenvolvimento de ferramentas específicas pode ser custoso, e em geral exige conhecimento técnico, que os pesquisadores não possuem (Martins, Cabral, Junior, Martins, & Cabral, 2017). Por outro lado, diversas ferramentas de simulação de propósito geral (não necessariamente voltadas a pesquisas em psicologia) tem sido desenvolvidas (Van Hemel, MacMillan, & Zacharias, 2008). Elas são facilmente utilizáveis por pesquisadores de várias áreas, mas são pouco flexíveis.

Temos, portanto, criado ferramentas de simulação, cujo desafio é manter a flexibilidade e versatilidade, ainda assim sendo específicas para um domínio específico (Silva, 2016). Nossos esforços se concentram em ferramentas que simulem comportamentos entre agentes ao realizarem atividades de divisão de recurso através de jogos típicos da Teoria dos Jogos. Para explorar as diversas possibilidades de comportamentos, e as ferramentas devem permitir explicitar facilmente quais as regras de interação entre os agentes, quais aspectos relevantes a serem considerados em seus comportamentos e como eles mudam estes comportamentos de acordo com os resultados que obtêm. Desta forma, as ferramentas visam criar vastas populações que evoluam ao longo de um número considerável de iterações. A disponibilização desta ferramenta visa expandir as possibilidades de pesquisa por especialistas, propiciando uma forma fácil de explorar possibilidades de simulação extremamente complexas, e lidar com problemas que seriam difíceis de serem delineados experimentalmente.

As ferramentas foram desenvolvidas por especialistas em diversas áreas. Todo o processo de implementação da ferramenta foi acompanhado por um especialista no problema, o qual deveria testar a ferramenta e apontar vantagens e desvantagens para realizar a evolução sistemática do programa. A cada versão foram aprendidas lições do que se deve e não deve ser aplicado a modelagem para se chegar ao resultado esperado. Após a finalização, foi obtida uma ferramenta simples e poderosa para a simulação de comportamentos, podendo ser utilizada facilmente por qualquer pessoa com experiência no tema de Comportamento Distributivo e Teoria dos Jogos, permitindo a sua flexibilidade para adição de novas regras, jogos ou funcionalidades, de forma fácil mesmo para os não conhecedores de programação. Por fim, foram realizados vários testes com a finalidade de verificar a corretude das saídas do simulador, sendo este repassado para um grupo de usuários finais para testes e comentários.

Trajetórias de desenvolvimento do self: bases teóricas e desafios da prática – um tributo a

C. Kağıtçıbaşı

Rafael Vera Cruz de Carvalho

O presente simpósio representa um tributo à saudosa professora e pesquisadora turca Çiğdem Kağıtçıbaşı (1940-2017). Com uma extensa contribuição para a Psicologia Social, Transcultural e do Desenvolvimento, Çiğdem Kağıtçıbaşı deixou um legado teórico e de estudos que merece ser divulgado, estudado e debatido, especialmente no Brasil, onde é relativamente pouco conhecido. O objetivo deste simpósio é ser uma iniciativa nesse sentido, apresentando as bases teóricas propostas pela autora, situando-as na área de estudo das trajetórias de desenvolvimento do self (noção de si) e levantando um conjunto de evidências que suportam sua teoria, especialmente os trabalhos desenvolvidos no Brasil por um conjunto de pesquisadores de diversas instituições. Carvalho apresentará a vida e a obra da autora, com os marcos de suas importantes contribuições para a Psicologia do Desenvolvimento: sua versão preliminar da teoria, seu extenso projeto de intervenção, a nova síntese saudável de trajetória de desenvolvimento do self e as reformulações do seu modelo teórico nas dimensões de agência e distância interpessoal. Fioravanti-Bastos relatará os desafios na elaboração de instrumentos na tentativa de aferir os conceitos teóricos da autora, exemplificando com a experiência da adaptação e validação brasileira das Escalas de Kağıtçıbaşı. A ênfase no modelo de self autônomo-relacionado parece ser uma característica de diversos contextos brasileiros, o que traz a necessidade do aprimoramento e desenvolvimento de instrumentos para melhor mensurar esses conceitos teóricos. Seidl-de-Moura defenderá o argumento que o Brasil é um bom “laboratório cultural” para a testagem da teoria de Kağıtçıbaşı, dada a variedade de características socioeconômicas e culturais do nosso país, especialmente a mudança da proporção da nossa população entre áreas rurais e urbanas. Apresentará uma síntese dos estudos feitos nesse sentido, além dos desafios já enfrentados e outros a enfrentar. Vieira versará sobre as implicações de se adotar as dimensões de autonomia e relação do modelo teórico da autora, comparativamente a modelos de outros autores que contemplam a temática das trajetórias de desenvolvimento do self. A necessidade de desenvolver modelos teóricos brasileiros e a experiência de atividades extensionistas no Brasil também serão discutidas, visando levantar reflexões sobre como contribuir para o desenvolvimento em nosso país, em um paralelo aos projetos da autora na Turquia. As reflexões que serão apresentadas neste simpósio representam o trabalho dos autores em diversos estudos no Brasil, sob a luz de ideias de Ç. Kağıtçıbaşı e outros autores da área. Esperamos que esta sessão possa levar a um público maior aspectos importantes da contribuição da pesquisadora turca, assim como as características e evidências do seu modelo teórico e os desafios para a sua aplicação na prática, tanto na pesquisa básica quanto nas intervenções.

1º Trabalho

Ç. Kağıtçıbaşı: Vida, obra e contribuição teórica para a Psicologia do Desenvolvimento

Rafael Vera Cruz de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Nascida em Istambul, Turquia, em 1940, a professora e pesquisadora Çiğdem Kağıtçıbaşı foi uma das mais importantes autoras das áreas da Psicologia Social, da Psicologia Transcultural e da Psicologia do Desenvolvimento. Coursou Psicologia com um compromisso social de ideal na luta pela modernização da Turquia. Em 1961, concluiu seu bacharelado em Psicologia no Wellesley College (Estados Unidos). Em 1967, tornou-se doutora em Psicologia Social pela University of California, Berkeley (Estados Unidos), sendo a primeira professora de Psicologia Social de seu país, para o qual retorna para atuar no mesmo ano. Foi professora de algumas universidades turcas e, desde 1995, estava na Koç University, em Istambul, onde era, desde 2010, diretora do Centro de Estudos de Gênero e de Mulheres. Recebeu diversos prêmios e homenagens. Dentre eles, em 2015, tornou-se chair da UNESCO para Igualdade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável. Faleceu em 2017, deixando dois filhos. Com uma produção bastante expressiva, Kağıtçıbaşı escreveu mais de 13 livros e 170

artigos e capítulos, somente considerando em inglês. De sua obra, podemos destacar quatro marcos importantes: a primeira forma de apresentação da sua teoria; o seu projeto de intervenção de 22 anos; sua proposta de uma nova síntese de trajetória do desenvolvimento do self; e suas reformulações e atualizações teóricas. Apesar de já desenvolver estudos desde a década de 1970 sobre a mudança social e os seus efeitos no desenvolvimento, a forma preliminar da sua teoria foi apresentada em 1984, em um simpósio durante a conferência da International Association for Cross-Cultural Psychology (IACCP). No ano seguinte, foi publicado um livro-coletânea do evento, onde a autora apresenta sua Teoria da Mudança Familiar, que foca na mudança social dos contextos do desenvolvimento no mundo, em termos de nível de desenvolvimento socioeconômico e de aspectos culturais. Essa mudança social se dá pelo processo de globalização, que leva o aumento da população em contextos urbanos, que apresentam características favorecedoras do desenvolvimento de indivíduos que valorizam a autonomia e a competitividade. O Projeto de Aprimoramento Precoce Turco (TEEP – Turkish Early and Enrichment Project) representou um projeto de intervenção de 1982-1986, com acompanhamentos até 2004, visando promover o desenvolvimento sociocognitivo de crianças de três a cinco anos de idade, através de protocolos de intervenção nas creches e com as mães, em áreas de baixa renda de Istambul. Até então, os modelos teóricos sobre o desenvolvimento do self (a noção de si) consideravam basicamente duas trajetórias possíveis: uma mais voltada para a autonomia e outra para a interdependência. Uma nova síntese de trajetória do desenvolvimento do self foi apresentada pela autora em 1996, quando propôs a autonomia-relacionada como um equilíbrio saudável e desejável para o mundo globalizado. Posteriormente, em 2005, Kağıtçıbaşı reformulou seu modelo teórico, enquadrando suas propostas de trajetórias em duas dimensões, de agência e de distância interpessoal. Em resumo, o núcleo do seu pensamento está na relação entre o desenvolvimento humano (mais especificamente, o desenvolvimento do self) e o contexto familiar, através de uma perspectiva transcultural. Reflexões teóricas com base em seu modelo serão discutidas.

2º Trabalho

Desafios na adaptação e validação de instrumentos – as Escalas de Kağıtçıbaşı

Ana Carolina Monnerat Fioravanti (Universidade Federal Fluminense)

Diferentes contextos apresentam formas diferentes de valorização do que é ser socialmente competente e esses valores se refletem em práticas que estimulam o desenvolvimento de pessoas mais autônomas e/ou mais relacionadas. Kağıtçıbaşı desenvolveu um conjunto de três escalas para avaliar as características de indivíduos com base em sua concepção de duas dimensões de agência e distância interpessoal, focalizando três tendências de desenvolvimento do self: de autonomia, de relação e de autonomia relacionada. As três escalas foram originalmente desenvolvidas e validadas em uma amostra de 677 sujeitos, resultando em 27 itens distribuídos em três fatores, com carga acima de 0,45 e nove itens em cada fator. Análises transculturais na Bélgica, Alemanha, Hong Kong, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos confirmaram os padrões ideais de self previstos pela teoria. A adaptação brasileira da escala consistiu da tradução reversa por dois juízes, e a validação semântica por grupo de pesquisas em família. A versão final foi aplicada em 207 sujeitos, 31,4% homens e 68,6% mulheres (média de idade de 31,58 anos e 26,63 anos respectivamente), da cidade do Rio de Janeiro, a maioria com curso superior completo. A análise de componentes principais (ACP) nas três escalas resultou na explicação de uma proporção substancial da variância no primeiro componente, apontando, com ressalvas, para a unidimensionalidade de cada escala. Para avaliar melhor essa proposta recorreremos à análise fatorial exploratória, Principal Axis Factoring (PAF) e rotação Varimax, confirmando esse padrão. O modelo de autonomia separada está teoricamente presente em pessoas que apresentam alto grau de agência e, ao mesmo tempo, de distância interpessoal. Os itens da escala de autonomia se referem a “pessoas próximas” e, ao mesmo tempo, tratam de agência, de autonomia, da tomada de decisão ou ação por si só. Na escala de Self relacionado, a tendência não é tão clara. Há itens de distância interpessoal e “pessoas próximas”, não havendo itens sobre polo de heteronomia, da dimensão de agência. Apenas na escala de Self autônomo relacionado, os itens parecem estar contemplando conjuntamente as duas dimensões. Uma discussão sobre o conteúdo semântico dos itens se faz relevante. Há itens em que a tradução final não reflete seu significado original, caindo em uma oposição. Houve o agrupamento de itens reversos na escala de Self Autônomo, por exemplo, e alguns itens apresentando crossloading ou não contribuindo para a escala. O Alfa de Cronbach revelou consistência interna moderada para todas as três escalas. O instrumento demonstra limitações, apontado para a necessidade do aprofundamento das discussões sobre o desenvolvimento de um instrumento que avalie as dimensões de agência e distância interpessoal, no contexto brasileiro, sendo esse o principal objetivo do presente trabalho. Discutiremos então, os desafios de aferir os conceitos teóricos do modelo, levando em conta a dimensionalidade de traços latente e as divergências culturais, exemplificadas pela característica Autônomo-Relacionada de regiões do Brasil, que influenciam a elaboração de itens que atendam ao modelo proposto por Kağıtçıbaşı.

3º Trabalho

Trajétórias de desenvolvimento e estudos brasileiros da teoria de Kağıtçıbaşı: um “laboratório cultural”

Maria Lucia Seidl-de-Moura (UERJ)

A verificação da ausência de estudos interculturais explorando contextos brasileiros (um país da “maioria do mundo” segundo Kağıtçıbaşı, levou a iniciativas diversas de explorar crenças e ideias de pais e outros cuidadores em contextos variados do país há 15 anos. Esses estudos foram orientados pelo pressuposto de que pesquisas transculturais com pequenos grupos de contextos diversos, ou grupos prototípicos não representam a melhor opção metodológica para conhecer trajetórias de desenvolvimento, porque pressupõem homogeneidade intracultural onde pode não haver. Tomando o modelo de Kağıtçıbaşı, vimos estudando essas diversas trajetórias de desenvolvimento em contextos brasileiros. Acreditamos que o país é um bom cenário para investigar trajetórias de socialização, devido a sua extensão e diversidade, constituindo-se em um “laboratório cultural”. Por um lado, tem uma influência católica que pode favorecer uma cultura da relação. Por outro lado, existe uma trajetória crescente de urbanização, que pode promover certas mudanças, em que passamos a compartilhar os valores de outras sociedades urbanas ocidentais, como a importância da autonomia. O país tem uma população de 204.860.101 habitantes vivendo principalmente em centros urbanos (84,72%) e o processo de urbanização de sua população foi rápido nas últimas cinco décadas. Aspectos históricos e culturais com as três influências importantes que formam o povo brasileiro: os colonizadores portugueses; os povos indígenas, de diferentes grupos étnicos; e africanos, de diferentes origens tornam esse contexto mais instigante, com a contribuição de vários grupos de imigrantes de todos os continentes, que interagiram uns com os outros formando uma sociedade complexa e diversificada. Essa complexidade se expressa de diferentes formas nas cinco regiões geográficas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), as quais possuem características ecológicas diversas e uma variedade de perfis culturais, econômicos e sociais. A população da região Norte, localizada principalmente na Bacia Amazônica inclui muitas tribos indígenas, que, embora diversificadas, representam estilos de vida tradicionais e contextos coletivistas. Os centros urbanos dessa região, como Belém, são influenciados por estes estilos de vida, mas também por europeus. Em contraste, na região Sul a maior influência vem de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. A região Sudeste, que inclui as duas maiores cidades do país, as capitais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, tem recebido várias ondas de imigrantes brasileiros e estrangeiros por sua influência econômica e histórica. Por fim, um dos estados do Nordeste, Bahia, onde estudamos dois contextos, apresenta uma forte influência cultural e religiosa africana. Fica evidente a diversidade social entre as realidades regionais, entre as populações urbanas e rurais, assim como entre classes sociais, embora a urbanização e outras influências tenham levado a certa homogeneidade nos estilos de vida, com a predominância de um sistema simbólico ‘moderno’ e urbano. Assim, como apontado, o país, em função da sua diversidade social e cultural, pode funcionar como um bom modelo para testar hipóteses da Teoria da Mudança Familiar. Será apresentada uma síntese de estudos feitos nesse “laboratório”, que confirmam hipóteses de Kağıtçıbaşı e serão discutidas dificuldades e perspectivas a serem consideradas em estudos futuros.

4º Trabalho

Implicações práticas das dimensões de autonomia e relação em um grupo de intervenção com pais, mães e cuidadores de crianças e adolescentes

Mauro Luís Vieira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Segundo Kağıtçıbaşı, autonomia e relação são duas necessidades básicas do ser humano e uma trajetória de desenvolvimento ideal deve incluir essas duas dimensões. A autonomia tem sido priorizada, principalmente no mundo ocidental individualista, muitas vezes à custa da relação interpessoal. No entanto, é importante que se desenvolvam estratégias para que os interesses pessoais estejam em sintonia com os interesses coletivos. Além dos aspectos teóricos e metodológicos, Kağıtçıbaşı foi responsável por um projeto na Turquia de enriquecimento precoce com crianças e que também envolveu a intervenção com pais e mães em um extenso estudo longitudinal, que está sendo realizado por mais de duas décadas. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma proposta de intervenção aqui no Brasil tendo como base as dimensões da autonomia e relação. Foram realizados grupos de pais, mães e/ou cuidadores de crianças e adolescentes para promover reflexões a respeito de temáticas relacionadas com as práticas parentais e o desenvolvimento infantil. O foco dos grupos é na prevenção e tem como objetivo promover: o desenvolvimento de competências parentais que possibilitem práticas educativas mais adequadas ao desenvolvimento saudável das crianças; promover um espaço de reflexão e partilha de experiências; facilitar o autoconhecimento e desenvolvimento integral dos pais; reforçar os conhecimentos e as competências dos pais e por fim, promover um maior envolvimento das famílias na educação e bem estar das crianças. O projeto

é desenvolvido no Serviço de Atenção Psicológica da Universidade Federal de Santa Catarina. Constitui-se como um grupo fechado, com periodicidade semanal e duração de uma hora e meia cada encontro, num total de sete encontros, envolvendo os seguintes eixos temáticos: envolvimento parental; coparentalidade; características individuais das crianças; limites; relação família-escola. Nos primeiros grupos os temas foram definidos em função de temas de investigação de grupos de pesquisa do Departamento de Psicologia. Em grupos posteriores, na primeira sessão foi realizado um levantamento de temas de interesse dos participantes. Um dos temas diferentes que apareceu foi o impacto da tecnologia no dia a dia da família. Por meio da análise dos relatos dos participantes constatou-se que o grupo reflexivo foi um importante espaço de troca de experiências com outros cuidadores e uma oportunidade singular para refletir sobre as experiências e expectativas de como é e como pode ser a criação e educação de crianças e adolescentes. Durante os encontros ficou evidente a preocupação de pais, mães e educadores de valorizar a autonomia da criança e do adolescente, em função de suas características de desenvolvimento, que vão se modificando com a idade. No entanto, nas falas dos participantes também apareceu crenças e valores relacionadas para que seu(sua) filho(a) tenha uma relação interpessoal adequada e saudável com colegas e amigos. Portanto, conclui-se que autonomia e relação, conforme preconizado por Kağıtçıbaşı, são duas dimensões fundamentais e que projetos de pesquisa e intervenção devem levar em consideração em seus aspectos teóricos e práticos.

Violência contra a mulher: produção de dados, intervenção e denúncia

Simone dos Santos Paludo

Esse simpósio tem como objetivo discutir a violência contra a mulher, as possibilidades de intervenção e denúncia. A Lei Maria da Penha criada para proteger efetivamente a mulher vítima tipifica a violência doméstica e/ou familiar em cinco categorias: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, contudo as formas identificadas nas mais diversas situações de violação vão muito além de tais classificações. A violência sofrida por mulheres que vivem em situação de rua, por exemplo, evidencia um cenário muito mais complexo do que aquele indicado nos documentos legais. Nem todas as situações estão previstas, mas esse fato não impede que elas atuem na vida de inúmeras mulheres. Já existem formas de enfrentamento importantes, a própria legislação vigente garante espaços de assistência e proteção, entretanto, ainda são poucas as mulheres que buscam nesses lugares a garantia dos seus direitos. O medo, a vergonha e a culpa são obstáculos importantes na busca por apoio tanto na área da segurança pública como na área da saúde. É nesse momento que a Psicologia emerge e pode contribuir para o enfrentamento dessa problemática. É preciso conhecer a mulher que vivencia a violência, as suas histórias e as suas vivências para que possam ser planejados atendimentos mais efetivos e eficazes. Para tanto, o presente simpósio apresentará dados de pesquisas sobre mulheres que vivenciam a violência em diferentes espaços e irá debater possibilidades de atenção, atendimento e intervenção clínica.

1º Trabalho

A violência em mulheres moradoras de rua

Clarissa De Antoni (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

A presença de mulheres moradoras de rua é uma realidade crescente no Brasil e há escassas pesquisas sobre esse fenômeno. O objetivo desse estudo foi investigar as diferentes formas de violência nas quais essas mulheres estão expostas no cotidiano da rua e como elas se sentem frente a essa condição. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e transversal. Participaram seis mulheres, moradoras de rua, da cidade Porto Alegre, Brasil. O intervalo de idade das participantes foi de 25 a 55 anos, a etnia autorreferida como sendo negra (3), branca (2) e parda (1). Cinco são solteiras e uma viúva. Todas têm filhos, com variação de um a cinco filhos. O tempo de moradia na rua é de 10 a 36 anos. Observa-se que foram variados os motivos que levaram a morar na rua, porém todas relataram pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade social e ter vivenciado a morte de familiares, o abandono dos pais, conflitos familiares e a violência conjugal. Foi realizada uma entrevista semi-dirigida e os dados submetidos a análise de conteúdo. A partir da compreensão da violência existente em seus sistemas ecológicos, por meio da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foram identificadas a violência institucional, violência estrutural, a violência interpessoal (física, sexual e emocional). Essas violências estão presentes em todos os contextos ecológicos (micro-, meso-, exo- e macrosistema). Na institucional, evidenciou-se principalmente aquela perpetrada por profissionais vinculados a instituições públicas; na estrutural, relacionada às diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. Na interpessoal, destaca-se o estupro, espancamento e humilhação. Conclui-se que a existência de múltiplas formas

de violência leva a situações de vulnerabilidade que agravam ainda mais o quadro de miserabilidade a que estão expostas e a qualidade de vida dessas moradoras.

2º Trabalho

Violência conjugal contra mulheres: Protocolo de avaliação psicológica e intervenção clínica

Luísa F. Habigzang (PUCRS)

O Brasil ocupa o quinto lugar no número de feminicídios em um ranking de 83 países. A violência contra mulheres é considerada um problema de saúde pública, devido aos altos índices de ocorrência. Dados epidemiológicos apontam maior prevalência de violência no contexto doméstico e os parceiros íntimos ou ex parceiros são os principais autores de violação de direitos de mulheres. Dentre os fatores de risco envolvidos na violência conjugal contra mulheres, pode-se citar fatores individuais, como histórico de maus tratos na infância e fatores culturais, como a desigualdade de gênero. A Lei Maria da Penha foi criada em 2006 para atuar no combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa Lei tipifica cinco tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A exposição à violência está associada a efeitos negativos para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial das mulheres. A Psicologia pode contribuir de diferentes formas para o enfrentamento dessa problemática. Uma destas formas é por meio do desenvolvimento de protocolos para avaliação e intervenção clínica. Tais protocolos devem estar baseados em evidências de efetividade e ter como objetivos minimizar sintomas psicológicos, reestruturar crenças distorcidas de culpa, promover a construção de estratégias para autoproteção, flexibilizar estereótipos de gênero que contribuem para manutenção da violência, e por fim, contribuir para um plano futuro de vida. O presente estudo apresentará resultados da avaliação psicológica de mulheres com histórico de violência conjugal, bem como resultados de impacto e processo de intervenção clínica estruturada. O protocolo de psicoterapia foi desenvolvido para mulheres que possuem medidas protetivas em decorrência de violência conjugal e é constituído por 16 sessões, divididas em quatro etapas: psicoeducação sobre violência de gênero contra mulher; exposição a memórias traumáticas e regulação emocional; resolução de problemas e estratégias para prevenção à violência.

3º Trabalho

Denunciando a violência sofrida

Simone dos Santos Paludo (FURG)

A violência sofrida por muitas mulheres ainda é mantida em segredo. A vergonha, a culpa e o medo frequentemente impedem a revelação das situações de violência sofridas tanto no contexto privado como no contexto público. Estima-se que apenas um pequeno percentual das mulheres vítimas notifique a ocorrência das violações nas Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM). Tais serviços foram criados com o objetivo de oferecer medidas de proteção e assistência às vítimas de violência doméstica e familiar e punição e reeducação aos agressores. Para compreender os motivos que levam as mulheres a notificar e buscar apoio nas Delegacias e conhecer as suas expectativas após a notificação foi realizado um estudo qualitativo com as mulheres acolhidas no projeto intitulado “Plantão psicológico na DEAM” em um município do sul do Brasil. Dentre os atendimentos realizados, 24 mulheres aceitaram fazer parte do estudo e seus dados foram submetidos a análise. A maior parte das mulheres acolhidas rompeu com a violência sofrida e buscou a DEAM quando os eventos violentos se estenderam a outros familiares, especialmente aos filhos. A exposição dos filhos a violência física parece ser o limiar, contudo a violência é multifatorial e não é possível atribuir a revelação a um único fator. A vergonha é o sentimento mais emergente revelando que a violência de gênero e o estigma social ainda atravessam fortemente a mulher vítima. O desejo de que o sistema de justiça as mantenha em segurança e distantes do agressor, seja através da prisão ou de medidas protetivas, evidencia que a mulher percebe a violência sofrida como um problema de segurança pública e não de saúde. É importante refletir sobre essa percepção, uma vez que pode explicar a dificuldade que muitas mulheres têm de buscar os serviços da área da saúde e da assistência social. Para elas, a busca pelos serviços de saúde acontece apenas quando existe alguma necessidade de cuidados médicos. Interessante também salientar que a maioria das mulheres entende que não precisa de cuidados psicológicos, uma vez que percebe que o problema vivenciado está no comportamento do seu parceiro. Para elas, quem precisa de atendimento é o agressor, afinal é ele quem tem um comportamento inadequado. Talvez essa avaliação comprometa a busca de ajuda nos serviços de saúde e de assistência social, pois na visão da mulher o problema que ela está enfrentando compete aos órgãos de segurança pública. Os resultados ainda evidenciam que a mulher desconhece o conjunto de serviços existentes destinados ao atendimento da vítima. Dessa forma, é necessário pensar em trabalhos que busquem fortalecer a rede de apoio afetivo e social das vítimas. É fundamental que as mulheres reconheçam os diversos serviços da política de assistência social e da política de saúde. Afinal,

ela precisa ter apoio para enfrentar a violência e precisa saber que pode contar com pessoas significativas na vida dela e com profissionais preparados para acolhê-la.

XI

CB

PD

**XI CONGRESSO BRASILEIRO DE
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**
Pesquisa e Intervenção para a Promoção
de Saúde ao longo do Ciclo Vital

**MESA
REDONDA**

21 a 24 de Novembro
Aracaju, Sergipe
www.cbpd2017.com.br



A Construção do pertencimento a uma geração: uma leitura de conflitos e resistências

Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa

Esta mesa redonda busca propiciar uma reflexão instigante sobre o pertencimento geracional, explorando o tema a partir de três trabalhos investigativos, dois com crianças pequenas e um com adultos jovens. Partindo de enfoques teóricos diferentes, o pertencimento geracional é problematizado em suas dimensões de percepção de categorias geracionais e de processos de enfrentamento e/ou conflitos, que, teoricamente, instigam a construção da autonomia durante a ontogênese humana. Na primeira apresentação – Indícios de pertencimento geracional em crianças de três a cinco anos a partir de uma atividade de classificação – a autora problematiza o conceito de geração e discute os achados de sua investigação em que crianças de 3 a 5 anos classificam figuras humanas de diferentes períodos de vida. Nessa tarefa, há maior quantidade de acertos quando as figuras são de crianças, comparativamente a de adultos ou de velhos, ou seja, elas dão mostras de que discriminam melhor as figuras de seu grupo geracional. Esses achados são interpretados a partir de estudos sobre categorização social, relacionados ao fenômeno de endogrupo e exogrupo. A segunda apresentação se intitula “Resistência ao adulto: um exercício de autonomia e de pertença ao grupo de brinquedo em crianças de 2-3 anos.” A autora discute comportamentos de resistência ao adulto que são demonstrados pelas crianças quando em situação de brincadeira com seus pares. Esses comportamentos são transgressões ao estabelecido pelo adulto, como regras, organização do ambiente, castigos atribuídos a elas, entre outros. Há indícios de que parceiros fortalecem as oposições ao adulto quando estabelecem situações de cumplicidade, aliando-se ao transgressor ou alterando ligeiramente a brincadeira de modo a torná-la mais aceitável ao adulto. Esses comportamentos são tomados como indícios de construção do processo de autonomia-heteronomia e de pertença ao grupo de brinquedo, reconhecendo suas rotinas, regras e valores compartilhados que propiciam uma identidade lúdica coletiva – “nós crianças” e “eles adultos”. A terceira apresentação, Dilemas no sentido de pertencimento entre os jovens índios Xukuru do Ororubá, explora trajetórias de vida de jovens índios dessa etnia, residentes em Pesqueira-PE, e analisa documentos compiladores de decisões tomadas nas assembleias anuais da etnia. Conflitos geracionais são instaurados porque os jovens desejam estudo, emprego e melhores condições de vida, diferentemente do que almejam para eles os idosos e as lideranças Xukuru, que valorizam a luta da terra e manutenção da agricultura, de seus costumes e valores culturais. Essas divergências, entretanto, não impedem o sentimento de pertença à etnia Xukuru por parte dos jovens. Em seu conjunto, as três apresentações contribuem para a discussão do tema pertencimento a um grupo geracional, apontando indícios de construção desse processo na etapa da infância, e dilemas bem instaurados entre idosos e adultos jovens.

1º Trabalho

Indícios de pertencimento geracional em crianças de três a cinco anos a partir de uma atividade de classificação

Danyelle Almeida de Andrade (UFPE)

O presente estudo buscou explorar a capacidade de discriminação geracional que crianças pequenas, com idades entre 3 e 5 anos, possuem, bem como perscrutar processos que permeiam esta atividade. Parte da consideração de que gerações – infância, adultez e velhice – podem ser consideradas marcadores identitários por diferenciar e classificar sujeitos como pertencendo a determinados grupos. Ressalta-se também que para cada etapa da vida são criadas normas, comportamentos e expectativas, de acordo com os valores de cada sociedade, que recairão sobre os indivíduos que as integram (Almeida & Cunha, 2003). Aos poucos, as crianças se apropriam desse conhecimento advindo de seu meio social, tanto para que possam assumir um lugar no mundo, quanto para serem reconhecidas como tal (Pedrosa & Santos, 2009). Assim, essa seria uma dimensão que também participaria da construção da identidade individual e social dos sujeitos (Torres & Camino, 2013). A pesquisa foi realizada em duas instituições públicas de educação infantil da cidade do Recife (PE), que agrupavam as crianças de acordo com suas idades. Ao todo, participaram do estudo 60 crianças, sendo 25 delas com idades entre três e quatro anos (Grupo III), 18 com idades entre quatro e cinco anos (Grupo IV) e 17 com idades entre cinco e seis anos (Grupo V). As crianças eram conduzidas em trios ou, em alguns casos, em duplas para uma sala da instituição, previamente organizada para recebê-las. Para a atividade proposta foram utilizadas 15 figuras, extraídas da Internet, com pessoas de diversas faixas etárias, representando o processo de desenvolvimento humano desde o início da infância até a velhice. Após apresentar as figuras para as crianças, era solicitado que elas as alocassem em três casas desenhadas em uma folha de papel craft: uma destinada a crianças, uma a adultos e outra a velhos. Esses momentos foram videogravados, o que possibilitou uma posterior transcrição e a contabilização das classificações feitas pelas crianças, gerando uma tabela de apuração. A partir desta organização, buscou-se investigar as características dos acertos e erros cometidos, bem como os processos e critérios subjacentes a essas classificações. Ao total foram realizadas 209 classificações, sendo 149 delas consideradas acertos e 60

consideradas erros. As crianças mais velhas obtiveram maiores números de acertos, demonstrando maior habilidade discriminatória. Em todas as idades houve maiores percentuais de acertos na categoria geracional de crianças e uma tendência à confusão entre as categorias de adultos e velhos, com maior quantidade de erros, entre eles, a frequente troca entre as casas referentes a essas figuras. Essas evidências empíricas indicam que as crianças demonstraram uma maior capacidade de discriminação do seu próprio grupo geracional. A isto também se encontram relacionadas características do processo de categorização social (Alvaro & Garrido, 2006), como as diferentes percepções entre o endogrupo (grupo ao qual me identifico) e o exogrupo (grupo que reconheço como sendo diferente do meu).

2º Trabalho

Resistência ao adulto: um exercício de autonomia e de pertença ao grupo de brinquedo em crianças de 2-3 anos

Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

As crianças, em convivência cotidiana com parceiros, disputam objetos, espaços, participam de rotinas e, em brincadeiras já instauradas no grupo, parecem dispostas à resistência, oposição, conciliação e acordos diante de empreendimentos lúdicos coletivos. Wallon (1934/1971) explica que a ontogênese humana ocorre por embates e conflito sociais, que impelem o ser humano a perdas e ganhos, e que estruturam ou apontam novas ações. A busca de autonomia e o reconhecimento da heteronomia são forjados na interação social e instados por esta. Os adultos têm o reconhecimento social de que seu papel é orientar e disciplinar as crianças (filhos, alunos, etc.). Corsaro (2009; 2011) argumenta que as crianças apresentam resistências aos comandos dos adultos, buscando um protagonismo autônomo e independente. O estudo das culturas de pares infantis demonstram inúmeras formas de resistência e de estratégias para se livrarem do comando dos adultos. Ao assumirem um papel de adulto numa brincadeira de faz de conta, por exemplo, os meninos e meninas revelam o modo como o percebem, ao protagonizarem personagens dominadoras, que castigam e impõem limites. Por sua vez, ao assumirem um papel de subalternas, as crianças, provocam o adulto e transgridem regras definidas por este (Sarmiento, 2005). Em certo sentido, as estratégias de enfrentamento das crianças para com os adultos falam de um lugar de conquista, em que testam possibilidades e limites, de aceitação e transgressão, de autonomia e heteronomia. A suposição teórica que embasa o presente estudo concebe a criança como um ser ativo, capaz de coconstruir suas trajetórias de vida, e que em seu percurso tece o reconhecimento de si própria e o reconhecimento do outro; e sua relação com os adultos é marcada por obediência, mas também por resistências e transgressões. O binômio autonomia/alteridade implica similaridades e diferenças entre o eu e o outro, uma vez que ambos são atores sociais (Seidl de Moura & Ribas, 2009). O presente estudo investigou crianças de dois anos, brincando livremente em uma sala de atividades da creche que frequentavam, na presença de duas ou três educadoras que as atendiam quando solicitadas ou evitavam ações das crianças que jugassem poder causar-lhes algum dano. Houve seis sessões de observação, com duração média de 20 minutos, registradas em vídeo. Foram selecionados para análise, segmentos de registro (episódios) em que as crianças reagem de modo espontâneo e pertinente às imposições dos adultos que circunscrevem o seu cotidiano, tais como: reorganização do espaço físico da sala; desobediência ou demora em obedecer ao comando do adulto; apoio ou cumplicidade ao parceiro, fortalecendo a ação de transgressão; e transformação da atividade proibida em outra atividade “mais palatável” ao adulto. A discussão dos resultados sugere que no processo de apropriação do mundo físico e social, a criança pequena enfrenta muitos desafios e obstáculos que precisam ser superados, compreendidos e dominados. Nesse processo ela demonstra um protagonismo ativo, com comportamentos que podem ser considerados indicadores de construção do “eu-outro” e do “nós-eles”, construindo a si própria e o seu grupo social de pertença.

3º Trabalho

Dilemas no sentido de pertencimento entre os jovens índios Xukuru do Ororubá

Vanessa Cavalcanti de Torres (Faculdade do Belo Jardim-FBJ)

Parte-se da concepção de que o homem possui uma natureza dialética na dinâmica das atividades do dia a dia e estas podem ser promotoras de transições, refletindo-se em diversas consequências na trajetória do desenvolvimento (Zittoun, 2009, 2011, 2014). Assim, as experiências compartilhadas no contexto semiótico passam por um processo de conexão entre passado, presente e possível previsibilidade de futuro, em um contexto promotor (ou não) de integralidade do ser (Marková, 2007). Nesse entendimento, os dilemas enfrentados na vida, requerem exigências de posicionamentos, em um processo contínuo de esforço, para minimizar sentimentos de desigualdades. Esses sentimentos podem afetar o sentido de pertencimento em relação a algo ou ao local que se vive, em especial, destacando-se a luta de grupos minoritários e invisíveis, considerados muitas vezes desta maneira, para a sociedade e as políticas públicas (Torres, 2011). Nessa perspectiva, o presente estudo buscou

analisar as trajetórias de vida de jovens índios Xukuru do Ororubá, residentes em Pesqueira-PE, a fim de perceber o sentido de pertença nessa geração, conhecendo as mudanças/transições/bifurcações intra/interpessoais e suas relações. Por meio de análises realizadas com um grupo focal, e em documentos compiladores de decisões tomadas nas assembleias anuais da etnia, pode-se perceber um possível conflito geracional entre índios idosos e jovens, acerca de suas projeções de futuro. Os resultados apontam para uma identidade étnica consolidada por lutas na retomada do território e na figura de liderança do cacique Xicão, assassinado em perseguições por conta da luta da terra. Entretanto, conflitos emergem, ao se perceber que os jovens índios demandam necessidades diferentes das atribuídas pelos idosos. Entre os jovens, há um desejo por estudo e emprego, inerentes a geração que vivem, independentemente de etnia. Existe uma expectativa dos idosos e das lideranças sobre a forma de perpetuação e manutenção étnica; vivência do terreiro sagrado, seus ritos e subsistência por meio da agricultura; eles não admitem diferentes possibilidades colocadas pelos jovens, daí surgirem dilemas entre as duas gerações. Entende-se que há riscos no projeto de futuro dos Xukuru do Ororubá, uma vez que os interesses não estejam imbricados com a cultura a que pertencem, a luta travada, suas tradições e resistências. Todavia, a própria dinâmica da vida pode gerar possibilidades de um vir a ser, sem deixar de se reconhecer pertencente ao movimento social que os envolvem. A questão que parece subjacente é a necessidade de fortalecer um senso de coletividade entre os indígenas das duas gerações (jovens e idosos).

A importância do desenvolvimento de metas pessoais e objetivos de vida em adolescentes

Bruno Figueiredo Damásio

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano na qual as pessoas normalmente experimentam diversos papéis sociais, vivenciam novas formas de relacionamentos, desenvolvem novas habilidades e assumem novas normas de conduta. Nesta etapa, a pessoa passa por muitas mudanças em nível fisiológico, psicológico e social, gerando um período de desenvolvimento global. É durante a adolescência que os sujeitos desenvolvem habilidades cognitivas que os tornam capazes de pensar de forma abstrata, ou seja, capazes de desenvolver e considerar teorias hipotético-dedutivas. São estas novas habilidades que permitem ao adolescente começar a refletir sobre si mesmo e sobre os outros, em termos abstratos, e começar a construir uma teoria sobre si mesmo que, como qualquer outra teoria, busca ter consistência interna e evitar contradições. É durante a adolescência, também, que se inicia a tendência a desenvolver e conquistar metas e objetivos significativos que, em última instância, é a base para o desenvolvimento de sentido de vida. A presente mesa redonda, tem por objetivo discutir o tópico do desenvolvimento de metas e projetos de vida em adolescentes. Para tanto, serão apresentados três estudos empíricos, implementados em adolescentes de diferentes estados, e em diferentes contextos sociais. No primeiro estudo, é investigado como diferentes características pessoais e contextuais impactam no desenvolvimento de metas pessoais e de sentido de vida em um grupo de adolescentes brasileiros. Especificamente, buscou-se investigar como variáveis psicológicas (disposições da personalidade), características de foco regulatório (i.e., diferentes estratégias de manutenção ou mudança de foco) e variáveis contextuais (dados sociodemográficos) influenciavam a realização de metas, o sentido de vida e o bem-estar subjetivo de um grupo de jovens brasileiros. Os resultados do estudo elucidam possibilidades de intervenção visando ao desenvolvimento de metas pessoais nessa população. O segundo estudo se foca em adolescentes em conflito com a lei. São caracterizados os projetos de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, por meio de um estudo de casos múltiplos, utilizando grupos focais. Participaram do estudo 25 adolescentes, entre 15 e 19 anos, internos em unidades socioeducativas nas Regiões Metropolitanas do Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Nesse trabalho, é discutido, também, em que medida a instituição de medida socioeducativa é capaz de promover, de maneira efetiva, projetos de vida nesses adolescentes. O terceiro estudo, por fim, busca apresentar dados de uma nova escala desenvolvida para mensurar objetivo de vida em adolescentes brasileiros. A Escala de Projetos de Vida para Adolescentes (EPVA) visa avaliar os projetos de vida de adolescentes e é composta por sete dimensões: Relacionamentos Afetivos, Estudo, Trabalho, Aspirações Positivas, Bens Materiais, Religião/Espiritualidade e Sentido da Vida. Sua construção é justificada pela ausência de instrumentos nacionais para acessar os projetos de vida dos adolescentes e pela importância de se estudar esta temática, uma vez que projetos de vida funcionam como um fator protetivo e positivo para a vida do adolescente. A mesa redonda, portanto, é coesa e se foca de maneira detalhada em um único tema, projetos de vida em adolescentes, sendo, portanto, uma importante contribuição à área.

1º Trabalho

Sentido de vida e metas pessoais: A influência do foco regulatório e de características pessoais e contextuais

Sentido de vida pode ser definido como a percepção de ordem e coerência na própria existência, aliada à busca e ao cumprimento de metas/objetivos significativos, que resulta na sensação de realização e/ou felicidade. Atualmente, é consensual na literatura que o construto SV é composto por uma dimensão cognitiva (percepção de sentido) e uma dimensão motivacional (busca e cumprimento de metas/objetivos significativos). Entretanto, estudos que busquem avaliar os aspectos pessoais e contextuais que auxiliem no desenvolvimento de metas e, conseqüentemente, no sentido de vida, em adolescentes são escassos. Nesse estudo, buscou-se investigar como variáveis psicológicas (disposições da personalidade), características de foco regulatório (i.e., diferentes estratégias de manutenção ou mudança de foco) e variáveis contextuais (dados sociodemográficos) influenciavam a realização de metas, o sentido de vida e no bem-estar subjetivo de um grupo de jovens brasileiros. Ademais, buscou-se investigar o quanto os índices de sentido de vida e felicidade são impactados pelo desenvolvimento e concretização de objetivos de vida. Participaram do estudo 390 jovens (255 mulheres, 64,4%), com idades variando de 18 a 30 anos. Os participantes responderam a uma bateria sociodemográfica, bem como a escalas de sentido de vida, satisfação com metas, personalidade, otimismo, esperança e foco regulatório frente a objetivos. Os resultados demonstram que as variáveis pessoais influenciam de maneira mais significativa os níveis de realização de metas, sentido de vida e bem-estar subjetivo, quando comparada com variáveis sociodemográficas. Ademais, é demonstrado que diferentes estratégias de foco regulatório resultam em diferentes níveis de concretização de metas nos adolescentes. Mais especificamente, é demonstrado que foco de aproximação (approach) é preditor positivo de desenvolvimento de metas e sentido de vida e que foco evitativo (avoidance) resulta em menor nível de concretização de objetivos pessoais. Ainda, ficou demonstrado que, de fato, a concretização de metas é um fator preditor de desenvolvimento de sentido de vidas em jovens.

2º Trabalho

Projetos de Vida de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação

Vinicius Coscioni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Sílvia Helena Koller (UFRGS)

No Brasil, adolescentes autores de atos infracionais são submetidos a medidas socioeducativas que visam simultaneamente à retribuição pela conduta infracional e a restauração a partir do delineamento de intervenções de cunho pedagógico. O período de cumprimento da medida socioeducativa, nesse sentido, deve favorecer a elaboração de projetos de vida, que possibilitem aos adolescentes se desvincularem da conduta infracional. O objetivo do presente trabalho é caracterizar projetos de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Trata-se de um estudo de múltiplos casos realizado por meio da condução de quatro grupos focais. Participaram do estudo 25 adolescentes, entre 15 e 19 anos, internos em unidades socioeducativas nas Regiões Metropolitanas do Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Os dados foram organizados em temas, a partir da realização de uma Análise Temática de perspectiva êmica. As unidades temáticas foram interpretadas, de modo a se propor quatro asserções que explicaram os dados. 1) Os projetos de vida dos adolescentes pareciam condicionados a um contexto de desigualdade social, que se relacionava à baixa profissionalização e escolaridade dos participantes. Esta defasagem curricular desfavorecia a inserção no mercado de trabalho, de modo que o mundo do crime aparecia como possibilidade de acesso a recursos financeiros. 2) Os adolescentes consideravam que o mundo do crime favorecia o acesso a bens de consumo, drogas, prestígio social e uma espécie de prazer que sentem ao andarem armados e cometerem atos infracionais. Em razão disto, planejavam o futuro tendo como base dois tipos de carreiras possíveis: o enriquecimento a partir de práticas de roubo; e o crescimento no mundo do tráfico. 3) Os adolescentes revelaram que a permanência no mundo do crime estava associada à morte precoce e a uma nova possibilidade de encarceramento. Esses desfechos negativos levavam os adolescentes a repensarem a permanência no mundo do crime. 4) Os adolescentes apresentavam expectativas de futuro com relação a educação, trabalho e família, concebidos como um sonho distante. Entretanto, não apresentavam um plano de ação futuro que permitisse tornar essas expectativas reais. Verificaram-se, assim, duas formas de conceber o futuro entre os participantes: 1) a partir de projetos de vida vinculados à criminalidade, que incluíam um sentido de ação futuro claro; e 2) a partir de expectativas de futuro relacionadas à educação, família e trabalho, mas sem um sentido de ação futuro. Os resultados aludem, pois, quanto à inefetividade do programa socioeducativo em promover projetos de vida. Realçam, ademais, o contexto de desigualdade social que favorece o aliciamento de adolescentes ao mundo do crime. As intervenções dirigidas a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação devem levar em consideração suas atuais expectativas de futuro: 1) aos adolescentes com projetos de vida vinculados à criminalidade, devem ser dirigidas intervenções que apresentem novas possibilidades de vida, distantes do mundo do crime; 2) aos adolescentes com expectativas de futuro ligadas à

educação, trabalho e família, devem ser dirigidas intervenções que possibilitem elaborar um plano de ação futuro, por meio do qual seja possível tornar tais expectativas reais.

3º Trabalho

Construção da Escala de Projetos de Vida para Adolescentes (EPVA)

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas)

A Escala de Projetos de Vida para Adolescentes (EPVA) visa avaliar os projetos de vida de adolescentes e é composta por sete dimensões: Relacionamentos Afetivos, Estudo, Trabalho, Aspirações Positivas, Bens Materiais, Religião/Espiritualidade e Sentido da Vida. Sua construção é justificada pela ausência de instrumentos nacionais para acessar os projetos de vida dos adolescentes e pela importância de se estudar esta temática, uma vez que projetos de vida funcionam como um fator protetivo e positivo para a vida do adolescente. Para fins da construção da escala, foram desenvolvidos três estudos: (a) construção do instrumento, (b) busca por evidências de validade baseadas na análise de conteúdo e (c) grupos focais para verificação da adequação dos itens para a faixa etária selecionada. No primeiro estudo, foram construídas as sete dimensões que compõem o construto em questão e a versão inicial do instrumento, composta por 116 itens. Para o segundo estudo, participaram cinco psicólogos interessados no construto projeto de vida e/ou peritos em construção de instrumento. Os resultados desse estudo apontaram para evidências positivas para a maioria dos itens criados. Nessa fase do estudo, a escala continha 91 itens. Por fim, no terceiro estudo, cujo objetivo foi verificar a adequação dos itens da escala à faixa etária alvo, participaram 18 adolescentes com idades entre 14 a 17 anos, de ambos os sexos. Eles foram divididos em cinco grupos focais nos quais se solicitou que comentassem cada um dos itens da escala (91 itens), informando à pesquisadora o que entendiam em cada um deles. Os resultados mostraram que 21 itens foram reformulados e cinco itens foram excluídos, totalizando 86 itens espalhados nas sete dimensões (Relacionamentos Afetivos = 19, Estudo = 15, Trabalho = 12, Aspirações Positivas = 14, Bens Materiais = 10, Religião/Espiritualidade = 10 e Sentido da Vida = 06). De maneira geral, concluiu-se que os itens da EPVA se encontram adequados às faixas etárias estudadas, alcançando os objetivos dos estudos realizados.

A importância dos relacionamentos interpessoais em diferentes contextos sociais

Anderson Siqueira Pereira

Os relacionamentos interpessoais são importantes em todo o ciclo vital. É neles que construímos vínculos significativos que desempenham um papel fundamental na construção da personalidade. Da mesma forma, os relacionamentos interpessoais podem ser uma importante fonte de apoio social, principalmente em situações de vulnerabilidade. O objetivo desta mesa redonda é discutir os relacionamentos interpessoais em diferentes contextos e seu impacto na vida das pessoas. Para tanto, são discutidos aspectos a partir de quatro trabalhos: “As relações interpessoais e o processo motivacional de professores universitários”, apresentado pela Dr^a Livia de Melo Barros, no qual discute as relações entre os relacionamentos interpessoais e a motivação de professores universitários; “Impacto das Relações Interpessoais e Autoeficácia Ocupacional sobre os Índices de Engajamento no Trabalho”, no qual Dra. Clarissa P. P. de Freitas traz dados sobre o impacto de aspectos positivos e negativos dos relacionamentos interpessoais no ambiente de trabalho influenciam o engajamento; em “As Relações interpessoais como elemento constitutivo dos processos identitários: algumas reflexões” a Dra Ana Beatriz Garcia Costa Rodrigues traz algumas reflexões sobre como os relacionamentos interpessoais podem atuar como elementos constitutivos da identidade pessoal; e por fim, “Relacionamentos interpessoais, Habilidades sociais e apoio social em Adultos Jovens”, no qual o Me. Anderson Siqueira Pereira apresenta dados sobre as relações entre as habilidades sociais e os relacionamentos interpessoais, além de buscar avaliar o impacto destas relações no apoio social de jovens adultos. Desta forma, os trabalhos apresentados buscam discutir a importância dos relacionamentos interpessoais e o impacto dos mesmos na vida das pessoas, em diferentes contextos, além de refletir sobre possíveis intervenções e ações que possam melhorar a qualidade destas relações.

1º Trabalho

As Relações interpessoais como elemento constitutivo dos processos identitários: algumas reflexões.

Ana Beatriz Garcia Costa Rodrigues (UNIVERSIDADE TIRADENTES)

Este trabalho tem a intenção de discutir as relações interpessoais como elementos constitutivos dos processos identitários do indivíduo. Não consideramos aqui a identidade como algo estático, imóvel, mas sim como um processo móvel, fluido e multifacetado. Entende-se nesta perspectiva que a identidade não pode ser considerada inata ao ser humano e, sim, histórico-social, ou seja, uma singularidade edificada, histórica e

socialmente, nas relações do indivíduo com seus semelhantes. Os valores e os significados cognitivos e emocionais gerados no indivíduo pelos grupos e categorias sociais de que este faz parte são fundamentais para a formação de parte do seu auto-conceito e, conseqüentemente, da sua identidade social. Afirma ainda este autor que categorização social em um determinado grupo tem a função de auxiliar o indivíduo a estruturar a compreensão causal do meio social e, por meio dessa compreensão, elaborar suas ações. A inter-relação indivíduo e sociedade demonstra a complexidade e a dinâmica dessa relação, em que a unidade indivíduo-sociedade depende da diversidade de funções, da reciprocidade existente entre eles. Por isso, o indivíduo não pode ser considerado de forma isolada, mas como parte do contexto das relações. A alteração de um indivíduo em particular repercute no contexto social e vice-versa. Percebe-se, assim, que as estruturas individuais e sociais modificam-se, de maneira concomitante, de forma dinâmica, entrelaçada, de modo que a singularidade específica de cada indivíduo, ou seja, seu caráter individual é moldado de acordo com as relações humanas e através delas. Neste âmbito, Berger e Luckman (2004, p. 55-56) afirmam que a identidade individual é, antes de tudo, social e que as estruturas da consciência individual são formadas pelas estruturas sociais. Isso ocorre porque as instituições sociais e seus esquemas são internalizados na consciência do indivíduo, substituindo seus instintos e conduzindo suas atitudes. De acordo com Hall (2003), a identidade, é a intercessão entre o mundo interno pessoal e o externo público. Com as mudanças culturais e institucionais próprias à pós-modernidade, o indivíduo não é mais um ser detentor de uma identidade única e estável, ao contrário, a identidade individual está se tornando, cada vez mais fragmentada, formando várias identidades, que muitas vezes se contradizem, e que se conformam aos diferentes contextos culturais e as diferentes relações que cercam o ser humano. Nesse sentido, o indivíduo assume a identidade que lhe é solicitada por um determinado sistema cultural em um determinado momento. Em vista disso, conclui-se que, em bons aspectos, as expressões “experiência social” e “experiência individual” talvez sejam meramente coloquiais, não se circunscindem de forma consistente, pois há uma perspectiva de unicidade indissolúvel, permitindo cogitar um possível paradoxo, o de que as projeções das coisas e do mundo no indivíduo são as projeções do próprio indivíduo nas coisas e no mundo. Daí, certamente, as sínteses de identidade, subjetividade, intersubjetividade, em suma, do viver humano.

2º Trabalho

As relações interpessoais e o processo motivacional de professores universitários

Lívia de Melo Barros (Universidade Tiradentes)

As relações interpessoais são fundamentais no processo de internalização de valores, costumes, normas, muitas vezes utilizando recompensas e punições para modelar o comportamento, principalmente da criança nas fases iniciais do desenvolvimento, a longo prazo. Esses motivadores extrínsecos que foram regulados socialmente podem ser internalizados, e até mesmo fazer parte do processo de autorregulação. A teoria da autodeterminação entende que as formas autônomas de regulação do comportamento são mediadas pelas interações sociais e poderá satisfazer, ou não, as necessidades psicológicas básicas, tais como: competência, autonomia, pertencimento. Partindo desse pressuposto, esse trabalho tem como objetivo apresentar o impacto das relações interpessoais no processo motivacional de professores universitários pelo viés da teoria da autodeterminação. Para isso, utilizamos o método qualitativo, realizamos uma entrevista semiestruturada, com cada um dos participantes. A amostra foi definida por saturação, no total foram entrevistados doze professores de uma universidade privada (das seguintes áreas do conhecimento: 04 das exatas, 04 das humanas e sociais, 04 da saúde e ciências biológicas). As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas a luz da Análise Textual Discursiva. Os resultados foram divididos em três categorias: relação professores e alunos; professores e colegas de profissão; professores e coordenadores. É importante destacar que em relação a interação professor – aluno, os discentes emergem nos discursos como agentes motivadores, quando convidam os docentes para as formaturas, homenageiam os mestres atribuindo um reconhecimento social à formação profissional. Para Seco (2002), neste caso, o reconhecimento social implica em um aspecto informativo da recompensa, que produzirá um feedback positivo, tendo como consequência o aumento da sua competência e eficácia na execução das tarefas docentes. Outro aspecto motivador é a participação nas aulas. Em contrapartida, nos dados analisados os alunos em algumas situações poderá desmotivar o docente, é o caso de turmas apáticas, e/ou que não respeitam o professor, déficits de aprendizagem, comportamentos hostis. Na interação professores com colegas de profissão foram identificados que em alguns momentos, os colegas irão motivar uns aos outros, acolhendo-se mutuamente, compartilhando experiências, aumentando o sentimento de pertencimento. Observamos ainda que quando as relações interpessoais entre os colegas de trabalho ocorrem de modo acolhedor, são capazes de reduzir as dificuldades encontradas no espaço laboral, além de produzir um bem-estar psicológico, melhorando a saúde mental nos docentes. Nessa inter-relação o fator desmotivador emergente foi a competitividade. Enquanto que na interação professor – coordenador, identificamos que em alguns momentos é colocado como o motivador dos docentes, em outros, como

desmotivador por meio de feedbacks. De acordo com a teoria da Autodeterminação, o feedback tanto pode ser positivo quanto negativo. O positivo aumenta a percepção de competência do indivíduo, enquanto o negativo diminui a percepção de competência. Com esse estudo inferimos que as relações sociais possibilitam uma melhora no desempenho profissional, repostas emocionais assertivas, reduzindo o estresse e aumentando o bem-estar psicológico, produzindo percepções no sujeitos de autonomia, eficácia, pertencimento e competência. Além disso, a vinculação social pode auxiliar no aperfeiçoamento de estratégias de ensino.

3º Trabalho

Relacionamentos interpessoais, Habilidades sociais e apoio social em Adultos Jovens

Anderson Siqueira Pereira (INSTITUTO DE PSICOLOGIA)

A adultez emergente é um fenômeno do desenvolvimento presente em países industrializados que ocorre em decorrência das mudanças econômicas e culturais que ocorreram desde a segunda metade do século XX. Ela se caracteriza como uma fase marcada pela postergação da assunção dos papéis da vida adulta. Esta postergação proporciona um maior tempo para a exploração da identidade, ao mesmo tempo, faz com que esta fase seja caracterizada também por ansiedades e incertezas. Neste contexto, as relações interpessoais podem atuar como uma fonte de apoio social eficaz a qual os jovens podem recorrer em situações de necessidade. Para tanto, as habilidades sociais dos jovens são fundamentais para o desenvolvimento destas relações, visto que elas são utilizadas para o desenvolvimento e manutenção destas relações. Da mesma forma, déficits nas habilidades sociais podem ter diversas consequências negativas durante esta fase, tanto em relação a dificuldade em estabelecer relacionamentos sociais de qualidade quanto quando se leva em consideração que estes jovens são inseridos a diversos novos contextos sociais, como o ambiente de trabalho e a universidade, que demandam habilidades específicas para um bom desempenho. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi avaliar os níveis de habilidades sociais, da qualidade das relações interpessoais e de apoio social em adultos emergentes. Participaram do estudo 200 adultos emergentes entre 18 e 30 anos (74,5% feminino) que responderam um questionário online composto pelos instrumentos: Questionário sociodemográfico, EMES-M, GRIMS, Escala de relacionamento com os pais, Escala McGill e Escala de apoio social. Para a análise de dados foram realizadas correlações para avaliar as relações entre as habilidades sociais e cada um dos relacionamentos interpessoais e regressões para avaliar as relações entre a qualidade dos relacionamentos e o apoio social. Os resultados demonstram que existem correlações positivas entre as habilidades sociais e a qualidade dos relacionamentos de amizade e com os pais. Não foi encontrada uma correlação com a qualidade do relacionamento amoroso. Em relação ao apoio social, os três tipos de relacionamento avaliados explicaram a variação dos níveis de apoio social, sendo que o relacionamento de amizade foi o que mais explicou esta variação. Estes resultados demonstram existir uma relação entre as habilidades sociais e a qualidade dos relacionamentos interpessoais de amizade e com os pais. Em relação à qualidade do relacionamento romântico, hipotetiza-se que esta correlação não foi significativa porque existem outras variáveis que tem um impacto maior nesta qualidade durante esta fase. Em relação ao apoio social, o peso maior das relações de amizade pode ser explicado porque muitas vezes os relacionamentos de amizade são vistos como uma fonte de apoio maior, visto que estes estão vivendo situações semelhantes de vida pela proximidade de idade. Além disso, os relacionamentos românticos podem ainda não ser estáveis, visto a própria característica da adultez emergente, o que pode explicar o menor impacto no apoio social. Desta forma, os resultados apontam a importância das relações interpessoais para o apoio social, e o impacto das habilidades sociais para a qualidade destas relações. Pesquisa realizada com apoio de bolsa de doutorado do CNPq.

4º Trabalho

Impacto das Relações Interpessoais e Autoeficácia Ocupacional sobre os Índices de Engajamento no Trabalho

Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO)

As relações interpessoais caracterizam-se como uma dimensão relevante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos. O Modelo de Demanda e Recursos aponta as relações interpessoais positivas (e.g., apoio social dos colegas e supervisor) como recursos que podem beneficiar os trabalhadores, e relações interpessoais negativas (e.g., assédio moral no trabalho) como demandas que podem reduzir os índices de bem-estar dos profissionais. O Modelo de Demanda e Recursos tem sido bem-sucedido em demonstrar as relações positivas do apoio social dos colegas e supervisor sobre os níveis das dimensões vigor, dedicação e absorção do engajamento no trabalho, assim como das associações negativas do assédio moral sobre o engajamento no trabalho. Com base nesses achados, o presente estudo buscou investigar as relações dos níveis de apoio social dos colegas, apoio social do supervisor e assédio moral com índices de vigor, dedicação e absorção de profissionais brasileiros. Além disso, foi avaliado se autoeficácia ocupacional atuava como uma variável

moderadora entre as relações interpessoais (apoio social dos colegas, apoio social do supervisor e assédio moral) e o engajamento no trabalho (vigor, dedicação e absorção). A autoeficácia foi inserida no modelo, pois evidências demonstram que essa pode atuar no aumento do engajamento (vigor, dedicação e absorção), assim como atuar minimizando o impacto negativo das demandas de trabalho sobre os índices de bem-estar dos profissionais. Desta forma, foi analisado se as relações dos níveis de apoio social dos colegas, apoio social do supervisor e assédio moral com índices de engajamento de profissionais são moderadas pela autoeficácia ocupacional, assim como se os níveis de autoeficácia ocupacional predizem as dimensões vigor, dedicação e absorção do engajamento no trabalho. Participaram desta pesquisa 505 (75,2% mulheres) profissionais, com idade média de 35,4 anos (DP = 10,2 anos). Foi realizada uma path-analyses utilizando os escores fatoriais das variáveis para investigar as relações propostas no estudo. Os índices de autoeficácia ocupacional, apoio social do supervisor e assédio moral contribuíram para explicar os níveis das três dimensões de engajamento vivenciadas pelos profissionais. Os índices de autoeficácia ocupacional e apoio social do supervisor estiveram positivamente associados aos níveis de vigor (respectivamente, $\beta = 0,39$, $\beta = 0,27$), dedicação (respectivamente, $\beta = 0,40$, $\beta = 0,33$) e envolvimento (respectivamente, $\beta = 0,38$, $\beta = 0,33$). A presença de altos índices de assédio moral estiveram negativamente relacionados aos níveis de vigor no trabalho ($\beta = -0,16$). Foi observado que os níveis de autoeficácia ocupacional não moderou as relações entre o apoio social do supervisor e o assédio moral com as dimensões de engajamento. Os resultados do estudo sugerem que profissionais que possuem altos índices de autoeficácia ocupacional e estão inseridos em um contexto laboral com altos níveis apoio do supervisor e baixos índices de assédio moral podem apresentar maiores índices de energia para trabalhar, envolverem-se com suas atividades laborais e dedicarem-se na realização das mesmas. Este cenário pode fazer com que os trabalhadores vivenciem altos índices de engajamento com maior frequência.

A Operacionalização da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano em Pesquisas com Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade

Vinicius Coscioni

O objetivo desta mesa redonda é relatar a operacionalização da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) em três pesquisas conduzidas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A TBDH é um referencial teórico de orientação contextualista, desenvolvida pelo psicólogo Urie Bronfenbrenner. Didaticamente, a TBDH pode ser dividida em três fases, de modo a se perceber a evolução de um modelo teórico centrado no contexto, para outro no qual as interrelações cotidianas tornam-se centrais. Em sua última fase, o Modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (Modelo PPCT) é proposto, a partir do qual se observa a principal premissa ontológica da TBDH. Nesse sentido, compreende-se que o desenvolvimento ocorre por meio de interrelações cotidianas intituladas processos proximais, que sofrem a moderação de características da pessoa, do contexto e do tempo, pessoal e histórico. Compreendidos como força propulsora do desenvolvimento humano, os processos proximais são conceituados como as interrelações recíprocas e progressivamente mais complexas entre um organismo humano biopsicologicamente ativo, em evolução, e pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente externo imediato. Devido a sua centralidade na formulação do Modelo PPCT, pesquisas embasadas na TBDH devem eleger os processos proximais enquanto aspecto central em análise. As pesquisas devem partir, assim, de estudos em modo descoberta, como forma de observar as interrelações complexas entre os quatro elementos do Modelo PPCT. A formulação da TBDH, enquanto sistema ontológico-epistemológico, foi guiada também por pressupostos éticos, tendo em vista que Bronfenbrenner recorrentemente enfatizava a necessidade de pesquisas em desenvolvimento humano promover o desenvolvimento saudável, especialmente de crianças, adolescentes e famílias. Por esta razão, a TBDH muito frequentemente é utilizada como aporte teórico de pesquisas conduzidas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nesta mesa redonda, serão apresentadas três pesquisas, conduzidas com: 1) adolescentes em conflito com a lei; 2) adolescentes em situação de rua; e 3) crianças vítimas de abuso sexual. Estas pesquisas possuem em comum, além o referencial teórico, o uso de métodos qualitativos, utilizando-se como instrumento grupos focais, entrevistas semiestruturadas e o mapa dos cinco campos. Como forma de operacionalizar a teoria, particular ênfase foi dada à análise do estabelecimento de processos proximais nesses diferentes contextos. O objetivo do primeiro estudo foi compreender de que maneira as relações interpessoais estabelecidas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação contribuíam para a elaboração de seus projetos de vida. O segundo estudo investigou a percepção de adolescentes em situação de rua acerca da intervenção de um serviço de abordagem social. O terceiro estudo verificou quais mudanças ocorreram na rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual e se, na percepção delas, o Serviço de Enfrentamento à Violência passou a constituir sua rede de apoio. Os resultados dos estudos trouxeram importantes reflexões sobre a forma como eram ofertados os serviços dirigidos a estas

peças, de modo a contribuir para futuras intervenções e pesquisas a serem desenvolvidas nestes e em outros grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade.

1º Trabalho

Os Processos Proximais na Elaboração de Projetos de Vida de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação

Vinicius Coscioni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Danielly Bart do Nascimento (Universidade Federal do Espírito Santo); Sílvia Helena Koller (UFRGS); Edinete Maria Rosa

Adolescentes autores de ato infracional no Brasil são submetidos a medidas judiciais intituladas socioeducativas. Durante o período de cumprimento dessas medidas, as relações interpessoais estabelecidas com os adultos e demais adolescentes devem otimizar a elaboração de projetos de vida, de modo a possibilitar a desvinculação das práticas infracionais. O objetivo do presente trabalho é compreender de que maneira as relações interpessoais estabelecidas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação contribuem para a elaboração de seus projetos de vida. Trata-se de um estudo de múltiplos casos realizado a partir da condução de quatro grupos focais. Participaram do estudo adolescentes entre 15 e 19 anos, internos em unidades socioeducativas nas Regiões Metropolitanas do Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O conteúdo dos grupos focais foi inicialmente tratado a partir de uma Análise Temática de perspectivaêmica e interpretado com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Nesse sentido, a compreensão da influência das relações interpessoais sobre os projetos de vida dos participantes deu-se a partir da análise do estabelecimento de processos proximais durante o período de privação de liberdade. Adolescentes que tinham projetos de vida vinculados à criminalidade, tendiam a se desinteressar pelos atendimentos técnicos e pela presença dos agentes socioeducativos, o que desfavorecia a realização de um trabalho socioeducativo que promovesse outros projetos de vida. Adolescentes que tinham expectativas de futuro ligadas a educação, trabalho e família, por sua vez, usufruíam da presença dos funcionários, que junto com os familiares, pareciam promover a motivação para a elaboração de projetos de vida desvinculados de práticas infracionais. O contato com funcionários e familiares, contudo, parecia pouco efetivo na elaboração de um sentido de ação que possibilitasse a desvinculação do mundo do crime, o que se relacionava à precarização do trabalho e dos espaços de visitas familiares promovidos nas instituições. As relações estabelecidas com os demais adolescentes internos, em direção oposta, pareciam contribuir para a elaboração de projetos de vida vinculados à criminalidade, a partir da troca de informação sobre a organização do mundo do crime, bem como maneiras mais efetivas de praticar atos infracionais. As relações interpessoais estabelecidas com funcionários e familiares pareciam, assim, favorecer o desenvolvimento de processos proximais, que eram propulsores de expectativas de futuro positivas. Esses processos proximais eram inefetivos, contudo, no desenvolvimento de habilidades e competência para o planejamento futuro. A otimização do trabalho dos funcionários a partir do investimento em recursos humanos e materiais poderia favorecer o estabelecimento de processos proximais efetivos nesses aspectos. A otimização dos espaços de visitas familiares e um atendimento familiar mais planejado também poderia favorecer esses processos proximais. Com relação às relações interpessoais estabelecidas entre os pares, observou-se também o estabelecimento de processos proximais, ainda que com desfechos considerados negativos, a partir de critérios psicológicos. Uma rotina pedagógica que estimule os adolescentes com diversas atividades, poderia diminuir a efetividade desses processos proximais, em detrimento de outros com desfechos mais positivos.

2º Trabalho

Abordagem social na perspectiva de adolescentes em situação de rua: uma reflexão a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Lirene Finkler (Unilasalle)

A rua é ambiente de desenvolvimento, lazer, trabalho e socialização para diferentes grupos sociais, especialmente para adolescentes em contextos comunitários de exclusão, pobreza e desigualdade social. Como forma de atender a estes grupos sociais, a abordagem social de rua foi institucionalizada como prática no campo da Assistência Social a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social. O presente estudo investigou a percepção de adolescentes em situação de rua acerca da intervenção de um serviço de abordagem social (Ação Rua) na cidade de Porto Alegre. Participaram do estudo sete adolescentes (13-18 anos) com vivência de rua. Os conteúdos foram debatidos durante encontro de grupo focal e posteriormente transcritos e submetidos à análise qualitativa com base nos pressupostos de evidências de Yin (2005). Três eixos de análise foram sistematizados: 1) intervenções com foco nos adolescentes; 2) intervenções com foco na família; 3) o Ação Rua enquanto parte de um sistema de cuidado. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi adotada como referencial teórico, pois permite considerar a complexidade sistêmica implicada na intervenção e a interrelação

dos diferentes contextos que repercutem na vida dos adolescentes. O serviço de abordagem social é parte de um macrossistema de cuidados que estabelece relações muito próximas com os jovens e se torna um microsistema relevante em suas vidas. Este contribui para a ocorrência de transições ecológicas que favorecem a integração em contextos sociais anteriormente não acessíveis. As análises indicam que os processos proximais devem ser estabelecidos a partir de apoio social disponibilizado em todas as suas modalidades: apoio emocional (especialmente a partir de escuta e relações de confiança), apoio instrumental (assistência em tarefas práticas), apoio informacional (orientação e oferta de diferentes informações), apoio afetivo (demonstrações de afeto e de ampla aceitação) e apoio de interação positiva (“fazer junto”, tais como acompanhar nos primeiros contatos com demais serviços da rede de proteção). A proximidade e a afetividade, aliadas à constância e regularidade da equipe no espaço da rua, mostraram-se fundamentais na metodologia de intervenção, pois criaram uma estabilidade presencial que se contrapõe à imprevisibilidade da rua. Tais elementos são enfatizados pela Teoria Bioecológica e podem favorecer também intervenções dirigidas a outras populações em vulnerabilidade e risco social.

3º Trabalho

A rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual: um estudo embasado na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Danielly Bart do Nascimento (Universidade Federal do Espírito Santo); Érica Lima e Silva; Edinete Maria Rosa

O abuso sexual contra crianças caracteriza-se quando pessoas maiores, que exerçam alguma influência e poder sobre a criança, a submetem a gratificações sexuais para benefício próprio. São formas de abuso sexual: o aliciamento, a linguagem ou gestos sexualmente sugestivos, o exibicionismo, carícias, dentre outros, podendo ser intrafamiliar ou extrafamiliar. Para a superação dessas situações estressoras, a pessoa em desenvolvimento precisa contar com uma rede de apoio social e afetiva, que é um conjunto de sistemas e pessoas envolvidos nos aspectos relacionais do desenvolvimento humano, fazendo parte do contexto na qual a pessoa se desenvolve. A rede de apoio está implicada diretamente na formação de vínculos e suporte em situações de risco, caracterizando-se como importante recurso que pode contribuir para um desenvolvimento satisfatório, auxiliando na construção de estratégias de enfrentamento. O objetivo do presente estudo foi verificar quais mudanças ocorreram na rede de apoio social e afetiva de crianças vítimas de abuso sexual e se, na percepção delas, o Serviço de Enfrentamento à Violência passou a constituir sua rede de apoio. Considerando a influência dessa rede no desenvolvimento, foi utilizada como referência a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com particular ênfase sobre a análise do estabelecimento de processos proximais. No caso das crianças vítimas de abuso sexual, podemos prever que os processos proximais estabelecidos com pessoas e rede de apoio possam atuar como inibidores de disfunções, como exposição a recorrências de abuso, timidez, dificuldades relacionais. Trata-se de um estudo qualitativo, de replicação teórica, cujos participantes foram: um menino de 10 anos e uma menina de 11 anos, ambos vítimas de abuso sexual extrafamiliar; seus pais e mães; e a Psicóloga e a Assistente Social do Serviço de Enfrentamento. Utilizou-se como instrumentos entrevista semiestruturada – aplicada aos adultos, no início e após seis meses de participação no Serviço; e Mapa dos Cinco Campos (que avalia a estrutura da rede de apoio observando a quantidade e qualidade dos vínculos estabelecidos) – aplicado nas crianças, no início e após seis meses de atendimento. Houve mudanças expressivas no Mapa do menino entre a primeira e segunda aplicação, demonstrando aumento no aspecto estrutural e funcional da rede de apoio, principalmente relacionado à família, escola e Serviço. Observou-se, assim, que processos proximais identificados ocorriam mais frequentemente na relação dele com objetos disponíveis no ambiente do Serviço. No Mapa da menina, destacou-se a importância da qualidade dos vínculos, havendo entre as aplicações maior aproximação com pessoas significativas, principalmente sua mãe, demonstrando reconhecer o apoio recebido. Ambos confirmaram o caráter dinâmico da rede de apoio e a importância do uso da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento humano na compreensão das relações interpessoais estabelecidas pelas crianças, visto a forma como essas relações contribuíram para a superação da situação vivida.

A Prática da Avaliação Psicológica Infantil em Diferentes Contextos e Demandas

Juliane Callegaro Borsa

A avaliação psicológica é um processo técnico-científico de coleta de dados que visa conhecer as características psicológicas das pessoas enquanto resultantes da sua relação com o contexto. Para tanto, utiliza diferentes métodos de coleta de informações, como testes, jogos, entrevistas, observações, análise de documentos, entre outros. A avaliação psicológica é uma prática que pode contribuir para a compreensão das dificuldades presente na vida das pessoas, bem como para a compreensão de quais as variáveis individuais e contextuais estão

associadas à etiologia e manutenção destas dificuldades. Ao se pensar na prática da avaliação psicológica é necessário que sejam levadas em consideração as características desenvolvimentais da pessoa avaliada. O desenvolvimento humano é um processo complexo e multidimensional que se estende ao longo de todo o ciclo vital, sendo fortemente influenciado por fatores biológicos e psicossociais. Especificamente na infância, importantes aquisições motoras, cognitivas, emocionais e sociais são observadas, as quais devem ser consideradas no momento de se realizar o planejamento do processo de avaliação e da definição dos métodos de coleta de dados a serem utilizados. Importante referir que, no Brasil, é elevado o número de crianças submetidas à avaliação psicológica, em diferentes contextos e para diferentes finalidades. Considerando a relevância dessa temática para o campo de atuação do(a) psicólogo(a), a presente mesa redonda se propõe a discutir as características, particularidades, possibilidades e limitações da avaliação psicológica de crianças em diferentes contextos e para diferentes demandas. No primeiro trabalho são discutidas as especificidades, as etapas e os cuidados técnicos e éticos necessários para a prática da avaliação psicológica clínica infantil. No segundo trabalho são discutidos os subsídios básicos para a realização de avaliações psicológicas de casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes. Já no terceiro trabalho são apresentadas as dificuldades e especificidades da avaliação de crianças com deficiência visual. Por fim, no quarto e último trabalho, é apresentado um relato de experiência de um projeto de avaliação psicológica associado a um treinamento de habilidades socioemocionais com crianças.

1º Trabalho

Especificidades da avaliação psicológica clínica com crianças

Juliane Callegaro Borsa (PUC-Rio)

A avaliação psicológica de crianças é uma prática recorrente, principalmente nos âmbitos clínico, jurídico e educacional. A avaliação psicológica permite identificar as dificuldades e potencialidades da criança, auxiliando na tomada de decisão e no direcionamento das intervenções, diminuindo a taxa de abandono e não-adesão à terapia. Sabe-se que a infância é uma etapa do desenvolvimento caracterizada por importantes aquisições neurológicas, cognitivas, afetivas e sociais. Nesse sentido, a prática da avaliação psicológica com crianças requer uma série de cuidados técnicos e éticos que garantirão sua efetividade, sobretudo no que se refere à escolha e aplicação de diferentes técnicas e instrumentos adaptados para a realidade desse público. Em relação ao psicólogo que conduz a avaliação psicológica, é necessário o conhecimento das características do desenvolvimento típico e atípico, bem como dos marcos e períodos críticos do desenvolvimento humano. É necessário também, que o psicólogo reconheça o caráter multifatorial e dinâmico das dificuldades apresentadas pela criança, analisando aspectos do seu contexto familiar, social e cultural. Para que a avaliação psicológica seja conduzida adequadamente, é necessária a utilização de diferentes técnicas, incluindo entrevistas, observações, análise documental, jogos e testes psicológicos, as quais devem ser compreendidos quantitativa e qualitativamente. Considerando a escassez de instrumentos aprovados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) para uso na avaliação psicológica de crianças, é necessário, também, que o psicólogo recorra a outras fontes de informação para além da própria criança, como os pais e a escola. Considerando o exposto, o presente trabalho propõe discutir as particularidades da avaliação psicológica com crianças, suas etapas, os cuidados éticos e técnicos necessários, bem como as dificuldades e possibilidades associadas a essa prática. Serão apresentadas possibilidades de estratégias alternativas aos testes padronizados, especialmente o uso de atividades lúdicas, a inclusão de múltiplos informantes, a aplicação de tarefas ecológicas e a observação in loco. Tais estratégias permitirão ao psicólogo obter informações importantes sobre as características individuais e contextuais da criança, garantindo, assim, uma visão sistêmica da queixa apresentada no início da avaliação psicológica. Finaliza-se destacando o caráter preventivo da avaliação psicológica com crianças, uma vez que permite identificar suas dificuldades, permitindo a tomada de decisão mais adequada para cada caso.

2º Trabalho

Avaliação Psicológica em casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes

Jean Von Hohendorff (Mestrado em Psicologia IMED)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Brasil, 1990) indica que a notificação de casos de suspeita e/ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus tratos contra crianças e adolescentes é obrigatória aos profissionais da saúde e educação. A notificação tem como principal objetivo a proteção da criança e do(a) adolescente. Além da proteção da provável vítima, a notificação desencadeia diferentes encaminhamentos (e.g., serviços de saúde física e mental, delegacia). Dentro desse contexto, profissionais da psicologia costumam realizar avaliações psicológicas de casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes. Portanto, o objetivo desse trabalho é apresentar os subsídios básicos para a

realização de avaliações psicológicas de casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa pode ter dois objetivos distintos: a) avaliação psicológica visando auxiliar o judiciário na tomada de decisão acerca da responsabilização dos agressores, uma vez que a violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada um crime; b) avaliação psicológica visando o planejamento de intervenções psicoterápicas e/ou psicossociais. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2013), a avaliação psicológica consiste em um processo amplo e dinâmico de coleta e integração de informações provenientes de diferentes fontes (e.g., testes, entrevistas), cujo objetivo é orientar a tomada de decisão dos psicólogos. Independente do objetivo da avaliação psicológica de casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes, o(a) profissional deve possuir amplo conhecimento sobre o fenômeno, principalmente em relação à dinâmica da violência sexual contra crianças e adolescentes, às consequências comumente apresentadas pelas vítimas e às práticas baseadas em evidências para obtenção do relato da criança ou do(a) adolescente. A avaliação psicológica deve ser planejada de forma minuciosa, incluindo: a) formação de vínculo com a provável vítima; b) obtenção do relato da violência sexual com uso de protocolos específicos; c) verificação de fatores de risco e de proteção; d) certificação de que a notificação e encaminhamentos necessários (e.g., avaliação médica) já foram realizados; e) avaliação de presença de sintomas e transtornos psicológicos; f) avaliação de risco de suicídio; g) presença de outras formas de violência; h) avaliação da rede de apoio social e afetiva. Paralelamente, é recomendado que se faça entrevista com cuidadores, contato com a escola e contato com demais serviços que atendem a criança e/ou adolescente. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2009), 1/3 dos psicólogos que trabalham em serviços de atendimento às vítimas de violência sexual não se percebem capacitados para o atendimento dessa demanda. Sendo assim, é necessário investir maciçamente na capacitação dos psicólogos visando a realização de avaliações e intervenções mais efetivas.

3º Trabalho

O Processo de Avaliação Psicológica junto a crianças com deficiência visual

Manuela Ramos Caldas Lins (Centro Universitário de Brasília)

A avaliação psicológica é uma das atividades mais frequentes dos psicólogos sendo realizada em diversos contextos com os mais variados fins. Independente do contexto, para que a avaliação seja conduzida de forma adequada é necessário que o profissional disponha de ferramentas cuidadosamente elaboradas para a mensuração das características relevantes ao comportamento humano de interesse. Quando se fala em pessoas com deficiência, contudo, há restrição de instrumentos. Especificamente no que se refere aos deficientes visuais, identifica-se que não há teste psicológico aprovado para uso desenvolvido especialmente para esse público ou sequer com evidências de validade. Atualmente, para realizar avaliações, os profissionais utilizam testes construídos para videntes – com ou sem modificações –, o que parece ser a alternativa mais fácil e acessível, mas que apresenta uma série de entraves. Os testes podem, entre outras características, estar baseados na estrutura e fundamentação lógica usadas na construção de testes para videntes. Desta forma, não há garantias que a capacidade real do sujeito esteja sendo avaliada. Identifica-se, a partir de revisões da literatura, que algumas pesquisas vêm sendo desenvolvidas na área, entretanto, os produtos delas decorrentes ainda não chegaram aos institutos especializados no atendimento a esse público, nem aos consultórios dos psicólogos que os atendem. O que se observa na prática, então, é a ausência de testes psicológicos adaptados para essa população, ficando a avaliação circunscrita ao uso de entrevistas (anamnese, lúdicas e devolutivas) e observações. Tais instrumentos, apesar de importantes, não tem se mostrado suficientes para a mensuração de determinados construtos como, por exemplo, inteligência. Nesse sentido, espera-se que cada vez mais pesquisadores se debrucem sobre essa área tentando encontrar opções mais viáveis e que possam auxiliar os que trabalham com esse público. Embora as dificuldades sejam muitas e pareçam intransponíveis não podem justificar a falta de envolvimento e a busca de soluções.

4º Trabalho

Férias com emoção: Avaliação e treinamento de habilidades socioemocionais na infância

Diogo Araújo DeSousa (UNIVERSIDADE TIRADENTES)

O objetivo deste trabalho é apresentar um relato de experiência de um projeto de avaliação psicológica e treinamento de habilidades socioemocionais com crianças de seis a dez anos. O projeto ‘Férias com Emoção’ foi desenvolvido como uma proposta multidisciplinar combinando a atuação de três psicólogos, fonoaudióloga, pedagoga, psicopedagoga e neuropediatra. Participaram da primeira edição do projeto 12 crianças com idades entre seis e dez anos, sendo sete meninas e cinco meninos. A avaliação foi realizada em duas etapas anteriores à semana de treinamento e o treinamento foi realizado durante cinco dias consecutivos de uma semana. A avaliação foi composta por duas etapas: inicialmente, um protocolo de triagem por telefone que utilizou o Strengths and

Difficulties Questionnaire (SDQ) como base para investigar queixas principais de sintomas internalizantes e externalizantes das crianças; em seguida, as crianças que apresentaram níveis sintomáticos muito elevados foram encaminhadas para serviços de saúde, enquanto que aquelas que apresentaram níveis sintomáticos menores foram convidadas a uma sessão de entrevista de avaliação. A entrevista de avaliação foi realizada pela equipe de psicólogos e focou na investigação de sintomas internalizantes e externalizantes e habilidades socioemocionais das crianças. Após as etapas de avaliação, tiveram início os encontros do projeto ‘Férias com Emoção’. O treinamento foi realizado a partir de técnicas cognitivo-comportamentais operacionalizadas no formato de jogos e atividades lúdicas. Os cinco encontros ocorreram em uma chácara na cidade de Aracaju/SE, com ampla área verde, horta, refeitório, salão de atividade física, e outros espaços abertos. Os encontros de treinamento tinham início às 8h e seguiam até as 12h com pausa para lanche das crianças às 10h. A equipe multiprofissional acompanhou todos os encontros e as atividades propostas eram combinadas em conjunto com as crianças antes de sua realização. Dentre as habilidades socioemocionais treinadas, foram abarcados os temas: reconhecimento de emoções em si e no outro; manejo de raiva; manejo de ansiedade; expressão de gratidão; competição saudável; comportamentos de ajuda; expressão de emoções via habilidades artísticas; cognição emocional; técnicas de relaxamento; cooperação e assertividade. No último encontro, os pais das crianças foram convidados a participar para a avaliação do projeto. Foi realizada a avaliação de processo do treinamento a partir do autorrelato das crianças e do relato parental in loco, no último encontro. Os resultados indicaram desenvolvimento de novas habilidades socioemocionais, maior controle sobre reações emocionais das crianças; e maior frequência de comportamentos adaptativos. Os resultados do projeto são discutidos a partir das teorias de habilidades socioemocionais na infância, com sugestões de direções futuras de avaliação de impacto para as futuras edições do ‘Férias com Emoção’.

Adulthood emergent: policies, university and social skills

Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Maior investimento na formação escolar/profissional e tendência de adiamento dos papéis de adulto são típicos da transição para a vida adulta, em sociedades industrializadas. São observadas mudanças na construção da identidade e no relacionamento com os pais e os pares, além de instabilidades, expectativas e inseguranças, que podem afetar a Saúde Mental. O objetivo desta Mesa Redonda é discutir transformações, que caracterizam a adultez emergente, apresentando pesquisas feitas no Brasil e considerando as diferenças entre as classes sociais. Nesse sentido, são trabalhados três problemas principais relativos à experiência de tornar-se adulto, em um determinado contexto, identificando as implicações para o desenvolvimento psicológico: (1) para a definição e implementação de políticas públicas, diante de uma nova fase de desenvolvimento, é importante reconhecer as diferenças e as especificidades encontradas entre os(as) jovens brasileiros(as); (2) a presença de fatores de proteção, que auxiliem na superação das dificuldades é essencial nesta fase, destacando-se as habilidades sociais e os relacionamentos interpessoais; (3) especificando o contexto universitário, que é vivido pela soma de esperanças e de dúvidas, e precisa de reconhecimento e de acolhimento, observa-se a necessidade de propostas de intervenção. Essas problematizações geram questões específicas, desenvolvidas pelos três trabalhos, abaixo descritos, apresentando e discutindo políticas públicas, fatores de risco e de proteção para o adoecimento, incluindo sofrimento psíquico dos(as) jovens e as suas relações interpessoais, com foco na psicoeducação. Apresentando “Políticas públicas para jovens diante do prolongamento da transição para a vida adulta: novas demandas sociais e desenvolvimentais”, Luciana Dutra-Thomé, UFBA, discute dados de uma pesquisa realizada com jovens de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, o que leva a considerações sobre políticas para a adultez emergente, diante de necessidades específicas dessa fase e de diferentes classes sociais. Considerando igualmente diversos contextos, Anderson Siqueira Pereira, UFRGS, aborda, em “Habilidades Sociais e Relacionamentos Interpessoais na Adultez Emergente”, uma pesquisa com jovens, que considera o impacto das habilidades sociais, como um fator de proteção para o desenvolvimento, em sua articulação com a rede de apoio dos(as) adultos(as) emergentes. Em “Promoção de saúde de universitários(as): desafios emocionais e relacionais (DERA)”, Edna Lúcia Tinoco Ponciano, UERJ, apresenta um projeto voltado para jovens universitários, desenvolvido desde março de 2016, com alunos(as) de graduação, entre 18 e 29 anos, visando à promoção da saúde mental, ao trabalhar a regulação emocional e intersubjetiva. Os trabalhos apresentados, portanto, além de caracterizar a adultez emergente, relacionando a diferentes problemas/questões, aborda a instabilidade desse momento e apresenta reflexões que podem embasar a elaboração de políticas públicas e propostas de intervenção para o desenvolvimento saudável dos(as) jovens.

Políticas públicas para jovens diante do prolongamento da transição para a vida adulta: Novas demandas sociais e desenvolvimentais

Luciana Dutra-Thomé (UFBA)

O prolongamento da transição para a vida adulta, observado principalmente no contexto urbano de países industrializados, revela uma nova forma de se tornar adulto de jovens entre 18 e 29 anos. Essas mudanças afetam os modos de vida juvenis em todo o mundo de forma tão marcante que foi proposta a existência de uma nova fase desenvolvimental, diferente da adolescência e da adultez, chamada “adultez emergente”. A adultez emergente possui marcadores sociodemográficos (ex.: postergação casamento e planejamento de filhos; inserção laboral tardia) e psicológicos (ex.: ambivalência), que indicam haver um aumento da instabilidade e insegurança para jovens de diferentes níveis socioeconômicos em vários âmbitos de suas vidas. O objetivo deste trabalho é discutir até que ponto políticas públicas brasileiras dão conta das diferentes juventudes presentes no grupo etário entre 15 e 29 anos, uma vez que, comumente, não atendem as especificidades de grupos mais próximos da adolescência (em torno dos 18 anos) e aqueles mais próximos da adultez (em torno dos 29 anos). A abordagem teórica que guiará essa discussão é a nova proposta de período desenvolvimental de Jeffrey Arnett, recentemente estudada no Brasil. Como base para a discussão proposta, será apresentado estudo sobre adultez emergente no Brasil realizado com 700 jovens entre 14 e 33 anos, de diferentes níveis socioeconômicos, residentes no contexto urbano da região metropolitana de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Análises descritivas e bivariadas indicaram haver diferenças relacionadas a idade e ao nível socioeconômico na forma que jovens vivem sua transição para a vida adulta. Jovens de nível socioeconômico mais baixo possuem menos probabilidade de viver um período prolongado de transição para a vida adulta. E jovens mais próximo da adolescência apresentaram níveis inferiores de autonomia em relação aos mais velhos. Esses resultados indicam haver demandas sociais e desenvolvimentais diferentes entre os jovens, o que precisa ser considerado na elaboração de políticas públicas. A perspectiva da adultez emergente pode ser útil para orientar as políticas públicas, em especial ao se constatar que, no Brasil, essas políticas integram num mesmo grupo jovens entre 15 e 29 anos, um intervalo de idade em demasia vasto para dar conta das diferentes necessidades dos jovens que estão na adolescência ou início dos 20 anos, e aqueles próximos dos 30 anos. O Estatuto da Juventude, elaborado em 2013 pela Secretaria da Juventude do governo federal, dispõe de importantes conquistas para jovens estudantes e de nível socioeconômico baixo, mas não leva em consideração essas especificidades. No Brasil, jovens em transição para a vida adulta podem se beneficiar de políticas que levem em consideração o fenômeno da adultez emergente, diante: da insegurança dos jovens devido à instabilidade em diversos campos (ex.: família e profissão); da falta de educação, oportunidades profissionais e apoio familiar e institucional, especialmente nos contextos do baixo nível socioeconômico.

2º Trabalho

Habilidades Sociais e Relacionamentos Interpessoais na Adultez Emergente

Anderson Siqueira Pereira (INSTITUTO DE PSICOLOGIA)

A adultez emergente é uma nova fase do desenvolvimento humano que tem surgido em decorrência das mudanças socioeconômicas e culturais que ocorreram nos países ocidentais desde meados do século XX. Nela, a assunção de papéis adultos é postergada para que se possa ter mais tempo para se preparar educacional e profissionalmente para os desafios da vida adulta. Entre estes papéis destaca-se a entrada no mercado de trabalho, a independência financeira, o casamento e a paternidade. Estas mudanças fazem com que os antigos modelos de ser adulto não se encaixem, fazendo com que, esta fase seja um momento de exploração da identidade, na qual jovens irão buscar diversas experiências, tanto profissionais, quanto relacionais para construir o tipo de pessoa que pretendem ser. Da mesma forma, esta fase é um momento de incertezas e ansiedades, na qual muitas vezes os jovens são inseridos em contextos sociais aos quais não estão habituados e precisam constantemente repensar suas trajetórias. Este contexto faz com que os adultos emergentes sejam particularmente vulneráveis a diversos tipos de estressores e fatores de risco, que podem prejudicar sua saúde física e mental. Levando isto em consideração, a presença de fatores de proteção que possam auxiliar na superação das dificuldades é essencial nesta fase, com destaque para as habilidades sociais e os relacionamentos interpessoais. É nestes relacionamentos que os jovens irão explorar sua identidade e buscar apoio em situações de vulnerabilidade. Para tanto, é necessário que a qualidade destes seja positiva, do contrário, eles não serão uma rede de apoio efetiva. O objetivo deste trabalho é relatar os resultados de um estudo quantitativo transversal realizado com 521 adultos emergentes provenientes das cinco regiões brasileiras que buscou avaliar as habilidades sociais destes jovens, a qualidade das relações interpessoais com seus pais e amigos e fatores de risco e proteção para o desenvolvimento. Os resultados do estudo apontaram que o grupo com maiores habilidades sociais tendia a ter relações com maior qualidade, e, ao mesmo tempo, apresentavam maiores índices em fatores positivos, como autoestima e autoeficácia. Em contrapartida, o grupo com baixas habilidades sociais tende a ter qualidades inferiores nas relações e níveis

significativamente inferiores em autoestima e autoeficácia, além de níveis mais elevados de ansiedade social. Destaca-se também o significativo número de jovens com histórico de tentativas de suicídio na amostra. Este grupo apresentou relações com menor qualidade, escores de autoestima, autoeficácia e habilidades sociais inferiores e de ansiedade social e de presença de estressores sociais superiores quando comparados com jovens sem histórico de tentativas de suicídio. É discutido o papel das habilidades sociais como um fator de proteção no desenvolvimento de adultos emergentes e na articulação destes com a sua rede de apoio, tanto no desenvolvimento desta rede, como na manutenção de sua qualidade.

3º Trabalho

Promoção de saúde de universitários(as): desafios emocionais e relacionais (DERA)

Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Ao viver um período de intensas experimentações, que varia conforme a classe social e o contexto cultural, o(a) jovem pode se encontrar desorientado(a). Atualmente, a instabilidade é vivida em um período de intensa transformação: estilos de vida e de relacionamentos íntimos variados, sem necessariamente assumirem as responsabilidades de um adulto ou deixar a casa dos pais; autonomia para tomarem decisões, sem o ônus da completa independência; formação profissional prolongada, sem garantias de trabalho e sem garantias de independência financeira, além de escolhas profissionais flutuantes. Em pesquisas anteriores, foi observado que há um sofrimento psíquico ocorrendo por dois principais fatores: devido à novidade dessa fase, já que a entrada na vida adulta não é mais linear, e devido à falta de informações, que auxiliem a lidar com a insegurança desse momento. Mais frequentes na classe média e alta, a exploração de identidades e os investimentos na educação marcam o aumento de expectativas e de insegurança. Hoje, porém, o acesso à universidade se amplia para jovens de diferentes origens sociais, devido a políticas públicas. A extensão do período de formação profissional, com mais jovens escolhendo a universidade, é acompanhada de esperança e de dificuldades, tendo consequências para o bem-estar e a confiança no futuro. Nesse sentido, a Saúde Mental exige maior atenção, devido ao possível aumento de sofrimento psíquico, sendo um período de vulnerabilidade, já que estão expostos a diversos fatores de estresse e encontram-se numa fase de surgimento de muitos transtornos mentais. Uma perspectiva de promoção da saúde pode ser desenvolvida com objetivos psicoeducacionais, preparando os jovens universitários para o enfrentamento dos desafios dessa fase, enfocando, principalmente as emoções e as relações vividas na adultez emergente. O objetivo deste trabalho é apresentar o projeto DERA, desenvolvido na UERJ, desde março de 2016, com alunos(as) de graduação, entre 18 e 29 anos, discutindo conceitos, tais como: promoção e prevenção de saúde, psicoeducação e regulação emocional e intersubjetiva. Há duas frentes de atuação: palestras e grupos (focais e psicoeducativos). As palestras têm funcionado como uma forma de primeiro contato com os(as) alunos(as), para que a demanda seja mapeada e trabalhada, visando à implementação dos grupos. Com a estratégia da psicoeducação, ao levar informações e propor atividades para o treinamento da regulação emocional e intersubjetiva, trabalha-se a autonomia emocional no contexto relacional. Até o momento, tivemos repostas positivas dos participantes, considerando que as informações trazidas contribuíram para uma maior consciência do processo emocional e relacional. A partir das palestras, confirmamos o interesse dos presentes em participar de pequenos grupos, conforme pretendemos realizar. Desse modo, está sendo criado um espaço de acolhimento e de trabalho para implementar estratégias de regulação emocional e intersubjetiva, o que pode ter efeitos terapêuticos e contribuir para a Saúde Mental dos participantes.

Altas Habilidades/ Superdotação: Tendências e Desafios

Angelica de Fatima Piovesan

A cada ano, aumenta o desafio para nós professores para lidarmos com as novas situações em sala de aula, uso de tecnologias, mudanças culturais, responsabilidades direcionadas à instituição e ao docente. Isso sem levar em consideração os diagnósticos de transtornos que a cada semestre tem aumentado. No entanto, esse trabalho é direcionado para tratarmos dos alunos com altas habilidades/Superdotação que também fazem parte desses desafios, tanto para a família como para a escola. A definição oficial de superdotação que consta no documento intitulado Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008), considera alunos com altas habilidades/superdotação aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. O objetivo para a proposta da mesa redonda é apresentar sob a perspectiva de 4 profissionais de diferentes Universidades e regiões do Brasil, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos nos estados em que residem. A primeira proposta irá apresentar os Projetos de Extensão que estão sendo

desenvolvidos com alunos com indicativos de Superdotação na Universidade Tiradentes, em Aracaju, Sergipe. Participam do Projeto alunos da educação básica, ensino fundamental e médio.

Em “Os estágios da superdotação na vida adulta” tem como objetivo - Analisar indivíduos superdotados dentro das etapas de sua trajetória de vida faz com que se levantem vantagens, dificuldades e desafios que eles enfrentam, uma vez que a grande intensidade que os caracteriza amplifica cada pequeno detalhe de sua existência. Esse encontro vai abordar a vida do superdotado adulto e descrever muitas situações que são pertinentes a cada um dos estágios de seu desenvolvimento global. O trabalho é desenvolvido em Curitiba, Paraná.

A terceira proposta tem como objetivo discutir os fatores psicossociais associados ao desenvolvimento do talento e as principais intervenções utilizadas nessa direção, como aconselhamento, mentoria, e atendimento às famílias. O desafio desse novo paradigma encontra-se em compreender esse processo a partir da integração dos distintos sistemas que influenciam e são influenciados pelo indivíduo, bem como de que modo esses sistemas preservam as condições de saúde e as funções adaptativas dos organismos, facilitando ou dificultando a manifestação do seu potencial. Universidade de Brasília- Unb.

E em “Cenários e discrepâncias no Atendimento Educacional Especializado para o Aluno com Altas Habilidades/Superdotação” será apresentado sobre a importância do avanço nos aspectos legais, apesar da persistência de desigualdades no AEE entre aqueles que são o seu público-alvo, especialmente os alunos superdotados. Desta forma, será discutido como deve ser realizado o atendimento educacional especializado para os alunos superdotados. Universidade de Brasília- Unb.

1º Trabalho

Atividades de Enriquecimento com alunos com Indicativos de Superdotação em Aracaju, SE

Angelica de Fatima Piovesan (Universidade Tiradentes)

No Brasil, a conceituação vigente de superdotação é apresentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que considera alunos com altas habilidades/superdotação aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008). A definição também pode estar atrelada ao tipo de programa montado de acordo com as áreas de atendimento propostas pelos organizadores. Entretanto, o superdotado pode apresentar desempenho superior específico numa área, podendo outras características se manifestarem no decorrer dos atendimentos (RENZULLI & REIS, 1997; VAN TASSEL-BASKA, 1998; ALENCAR, FLEITH, 2001). A análise da superdotação deve ser o resultado da interação de três fatores: Habilidades Acima da Média, Envolvimento com a Tarefa e Criatividade (Renzulli, 1976). Seu conceito deve ser entendido como dinâmico, ou seja, um comportamento ou condição que pode ser desenvolvido em determinados momentos da vida de algumas pessoas com habilidades acima da média da população, em certas ocasiões e sob certas circunstâncias da vida (RENZULLI & REIS, 1997). Pode ser descrita como acadêmica ou produtiva-criativa (RENZULLI, 1986). O objetivo desta proposta é apresentar o Projeto de Extensão que está sendo realizado com alunos com indicativos de Superdotação no estado de Sergipe. As atividades são desenvolvidas na Universidade Tiradentes e contemplam alunos de escolas públicas e particulares, cursando educação básica, ensino fundamental e médio, sexo feminino e masculino, faixa etária dos 3 anos e 6 meses aos 16 anos. São dois grupos que iniciaram em momentos diferentes. São oferecidas oficinas de artes, teatro, robótica para o primeiro grupo em que já foi traçado o perfil dos participantes. Para o segundo que iniciou em 2017, realizamos atividades na instituição, utilizando os laboratórios de engenharias e os da saúde para traçarmos o perfil dos alunos. Levamos em consideração o Modelo Triádico de Enriquecimento tipo I, II e III (RENZULLI, 1977) para a elaboração e desenvolvimento das atividades propostas. Contamos com 18 monitores que cursam os cursos de psicologia, enfermagem, engenharia mecatrônica, administração, nutrição, direito, medicina, engenharia de petróleo e gás, 1 professora de sala de recursos do município, 1 aposentada que trabalhou no NAAHS/SE, 2 psicólogas e 1 matemática. Hoje temos 36 alunos participantes dos projetos. No segundo semestre de 2017, os alunos serão encaminhados para atividades específicas de acordo com o perfil e habilidades identificadas.

2º Trabalho

Aconselhamento, Mentoria, e Atendimento às famílias

Renata Muniz Prado (Universidade de Brasília)

Os estudos sobre superdotação e desenvolvimento de talentos têm avançado e buscado compreender as variáveis significativas nesse processo para além da inteligência. Verifica-se uma tendência em ressaltar o

impacto de fatores ambientais, sociais e emocionais na expressão de habilidades superiores. Essa preocupação demonstra uma mudança de paradigma na área. Ademais, o talento, como processo, pode ser identificado e promovido de acordo com as etapas do desenvolvimento humano. A infância é associada à identificação do potencial, já na adolescência, percebe-se maior engajamento em uma área específica, mas é durante a fase adulta que a produtividade criativa e de excelência poderá emergir. As continuidades e mudanças progressivas ocorridas a partir de interações estabelecidas em múltiplos contextos, desde processos biológicos até mudanças sóciohistóricas, caracterizam o desenvolvimento do talento ao longo do curso de vida. Portanto esse trabalho terá como objetivo discutir os fatores psicossociais associados ao desenvolvimento do talento e as principais intervenções utilizadas nessa direção, como aconselhamento, mentoria, e atendimento às famílias. O desafio desse novo paradigma encontra-se em compreender esse processo a partir da integração dos distintos sistemas que influenciam e são influenciados pelo indivíduo, bem como de que modo esses sistemas preservam as condições de saúde e as funções adaptativas dos organismos, facilitando ou dificultando a manifestação do seu potencial.

3º Trabalho

Cenários e discrepâncias no Atendimento Educacional Especializado Para o Aluno com Altas Habilidades/Superdotação

Jane Farias Chagas Ferreira (Universidade de Brasília)

Apesar do avanço nos aspectos legais, ainda persistem desigualdades no atendimento educacional especializado entre aqueles que são o seu público-alvo, especialmente para alunos superdotados. Esse fato fica evidente, ao compararmos os dados do censo escolar dos últimos quinze anos, quando há verificado o aumento de quase 700% nas matrículas no ensino especial, sendo esse aumento também expressivo com relação ao atendimento ao superdotado que passou de 0,001 a 1,5%. Apesar do crescimento vertiginoso, os mesmos dados revelam ainda situação preocupante, uma vez que persiste a invisibilidade dos alunos superdotados no sistema de educação brasileiro. Fato que reforça o efeito “Gasparzinho” alertado por vários autores (Alencar, 2007; Carneiro, 2015; Cupertino, 2008; Delou, 2007, 2008; Fleith & Alencar, 2004; Lima & Lustosa, 2013; Garcia, 2013; Pérez & Freitas, 2011, 2012; Tentes, 2013). Algumas variáveis ambientais e individuais podem impedir ou dificultar a indicação desses alunos ao AEEs como: a dupla excepcionalidade, os estereótipos ligados à classe social ou minorias étnicas e de gênero (Chagas, 2003; Chagas & Fleith, 2006, 2009; Miller & Gentry, 2010; Olszewski-Kubilius & Clarenbach, 2012). O baixo desempenho escolar associado às características mencionadas também levam a uma supervalorização de suas fragilidades com uma consequente exclusão dos processos educacionais. A partir do cenário traçado, encontra-se em diversas pesquisas, a necessidade de planejamento de atividades interdisciplinares avançadas e desafiadoras, programas específicos que visem o desenvolvimento de talentos e o investimento na formação de professores, como forma de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado para estudantes com altas habilidades/superdotação. Nesse sentido, Delpretto e Zardo (2010) orientam que o atendimento educacional especializado para alunos superdotados deve: (a) potencializar a participação e interação desses alunos no contexto escolar por meio de enriquecimento curricular e atendimento individual; (b) dar acesso a recursos tecnológicos, pedagógicos e bibliográficos vinculados às áreas de interesse e de talento; (c) promover a participação em atividades de prática de pesquisa, em projetos que estimulem e exponha o superdotado a temáticas diversificadas e que levem a produção de conhecimentos (Chagas-Ferreira, 2017).

4º Trabalho

Os estágios da superdotação na vida adulta

Maria Lúcia Prado Sabatella (Instituto para Otimização da Aprendizagem-INODAP)

A pesquisa relacionada aos ciclos de vida do ser humano busca mapear as expectativas que as pessoas criam em relação à uma determinada idade e às alterações pessoais que avançam através das fases da idade adulta. Quase sempre o foco principal não é a perspectiva de desenvolvimento, pois estas fases pertinentes ao ciclo são concebidas de forma horizontal, não significando que necessariamente sejam qualitativamente diferentes. Essa perspectiva procura permitir identificar períodos de transição que acontecem e estão sinalizados não apenas pela faixa etária vivenciada, como também pelas expectativas sociais e emocionais que ocorrem em cada fase.

Analisar a superdotação dentro das etapas do desenvolvimento dos indivíduos faz com que se levantem as vantagens e os desafios que estas pessoas têm que se deparar, pois a grande intensidade que os caracteriza amplifica cada pequeno detalhe de suas vivências.

Adultos superdotados, em sua maioria, encontram-se frente a frente com um grande paradoxo: viver a vida ao máximo, mergulhando totalmente em tudo o que fazem e buscando realizar aquilo que é significativo ou viver

uma vida limitada, de desespero silencioso, escondendo quem são, assim como seus mais profundos pensamentos e sentimentos.

Como acontece com as crianças superdotadas, também os adultos sofrem com mitos e concepções errôneas a respeito de sua capacidade, conduta e integridade emocional. Acredita-se, equivocadamente, que adultos inteligentes têm consciência de sua capacidade e do impacto da inteligência em suas vidas; que suas habilidades são sempre um trunfo em relação a seus colegas e supervisores; que eles vão ter sucesso em todas as áreas que escolherem.

A vida adulta é entendida, de forma geral, como um momento de estabilidade que pressupõe o alcance da maturidade. No entanto, a literatura mais relevante mostra que esta fase é marcada por períodos de estabilidade e outros de transformação. A vida do indivíduo é constituída por alternâncias entre estruturas estáveis e transição, podendo estas estruturas serem representadas por faixas etárias aproximadas. Estudiosos começam a entender que isto também acontece na superdotação, mas deve-se considerar as particularidades e diferenças existentes nesse universo.

Analisando a vida do adulto superdotado com base na teoria do desenvolvimento psicossocial, pode-se descrever situações que são pertinentes a cada um dos estágios de seu desenvolvimento global. As principais etapas podem ser descritas dentro de determinadas faixas: o primeiro estágio do jovem-adulto - (dos 18 aos 30 ou 35 anos); o segundo estágio, do adulto médio (35 aos 55 ou 65) e o estágio da maturidade (dos 55 a 60 em diante). No transcurso da vida dos superdotados, as imagens esperadas de adultos maduros e sedentários não correspondem à sua realidade. Atualmente superdotados mais velhos atuam em suas casas, frequentam academias, aulas de artes, dança, universidades, fazem voluntariado, são ativos na política, viajam, etc.

"A alta potência do cérebro/mente que impulsiona a vida de uma pessoa superdotada não muda para uma velocidade lenta simplesmente porque algum marco cronológico foi atingido. A persistência da curiosidade, a necessidade de estimulação e o desejo de fazer coisas que não se desvanecem." Streznewski.

As redes sociais digitais e a análise da cultura de pares entre as crianças e os adolescentes: Aspectos metodológicos, identidade, ludicidade, riscos e oportunidades envolvidas nessas interações

Bianca Becker Lepikson

A proposição desta mesa-redonda tem por finalidade discutir as possibilidades de utilização das redes sociais mediadas pela internet para a obtenção de dados que ajudem na compreensão da interação lúdica de crianças e de adolescentes. É possível analisar rede social sob dois diferentes aspectos: 1) como um elemento constituinte do design metodológico para a investigação da interação lúdica, e também 2) como um contexto social onde crianças e adolescentes se inserem para iniciar e/ou manter a interação. Em outras palavras, a rede social pode ser tanto um aspecto metodológico de investigação quanto um contexto para a interação. As interações lúdicas serão foco principal de análise por serem objeto de estudo cujo método de investigação englobe a rede social digital e igualmente por terem sua ocorrência instanciada pelo contato mediado por redes sociais digitais. A epistemologia desenvolvida pela nova ciência de redes no que se refere ao enfoque nas relações em contraposto ao das coisas ou objetos e a descrição da topologia dessas relações para compreensão do comportamento individual é fundamental para ajudar a diferenciar os comportamentos de redes sociais presenciais das virtuais. No que tange as considerações das redes sociais digitais como contexto de interação é imprescindível 1) analisar os elementos envolvidos no processo de construção da cultura e da identidade pessoal através da interação lúdica e das práticas interacionais na internet e 2) estimular problematizações e ponderações sobre a gama de oportunidades e riscos envolvidos em interações mediadas pelas modernas tecnologias de informação e comunicação. A partir da caracterização dos conceitos de ambiente e contexto, tais como a ampliação da noção de ambiente físico, ambiente virtual, zona lúdica e continuum on/off-line, pretende-se uma abordagem da cultura de pares bem como de sua intersecção com a noção de cultura digital e as implicações de tal aproximação para a análise da construção das brincadeiras considerando o uso lúdico das tecnologias digitais. Após a exposição destes conteúdos, será possível construir argumentações que envolvam a construção da identidade nos ambientes físicos e, finalmente, caracterizar e discutir as possibilidades e os riscos presentes na interação tecnologicamente mediada de crianças e adolescentes, tomando como exemplo a prática do sexting, a transmissão de mensagens de textos, fotos ou vídeos, com conteúdo pessoal nitidamente sexual, e que atualmente representa um exercício de sexualidade tecnologicamente mediado.

1º Trabalho

Nova ciência de redes: apontamentos para uma discussão das redes sociais

A nova ciência de redes se propõe como um novo campo transdisciplinar com o objetivo de estudo das redes complexas. A imagem de rede faz parte do *Zeitgeist* da pós-modernidade. A internet (World Wide Web), as redes sociais, as redes organizacionais, as redes neurais, as cadeias alimentares, as redes de citações e de artigos científicos, são alguns dos exemplos que compõem o nosso modo atual de olhar o mundo. Apesar de uma história um tanto recente já apresenta uma robustez epistemológica e metodológica. Muito de sua acelerada evolução deveu-se a avanços dramáticos impulsionados pelo grande aumento do banco de dados científicos em vários campos, pelo aumento do poder de computação que permitiu investigar Redes contendo milhões de componentes, pela lenta quebra epistemológica das fronteiras das disciplinas e finalmente, há uma voz cada vez maior para ir além das abordagens reducionistas para tentar compreender o comportamento do sistema como um todo. Nesta apresentação pretende-se discutir dois elementos de natureza epistemológica para compreensão do fenômeno de rede: o estudo focado nas relações em contraposto ao das coisas ou objetos e a descrição da topologia dessas relações para o entendimento do comportamento individual. Concebe-se que esses aspectos são fundamentais para diferenciar os comportamentos de redes sociais presenciais para as virtuais.

2º Trabalho

Crianças em rede: a tecnologia como mediadora de interações criança-criança e a garantia do “brincar junto”

Bianca Becker Lepikson (Universidade Federal da Bahia)

Propomos um debate sobre os usos e apropriações das tecnologias digitais e das redes sociais mediadas pelo do grupo cultural infantil, como parte intrínseca da efetivação de uma cultura de pares contemporânea e como garantia de manutenção do “brincar junto” perante rotinas altamente atribuladas e institucionalizadas. Compreendidas como artefatos diferenciadores da cultura contemporânea, as tecnologias digitais, cada vez mais disseminadas no cotidiano das pessoas, inauguraram um período da história das relações homem-máquina caracterizado pela ampliação e aprofundamento de diversas experiências humanas, entre elas, a experiência lúdica. No entanto, as propriedades destes artefatos digitais não definem a emergência de comportamentos e contornos culturais específicos, mas sim, são apropriadas, reconfiguradas por meio de redes de significações de acordo com sistemas de referências culturais compartilhadas. Quando realizadas pelo subgrupo cultural infantil, estas apropriações criativas das tecnologias digitais possuem majoritariamente finalidades lúdicas, ou seja, são reconfiguradas e reinterpretadas criativamente de acordo com os interesses lúdicos dos grupos de pares. Neste sentido, configuram-se dois olhares sobre as tecnologias apropriadas pelas crianças em suas atividades lúdicas: a tecnologia como “coisa” e a tecnologia como “meio”. Compreendida como “coisa”, a tecnologia se destaca como mais um dos diversos produtos culturais concretizados em ferramentas, instrumentos e artefatos, apropriados criativamente pelos grupos de crianças e incorporados aos episódios de brincadeira, transformando-se, conseqüentemente, em artefatos lúdicos, ou em outras palavras, em brinquedos. Por outro lado, as tecnologias também são consideradas “meio”, ou seja, configuram-se como contextos mediadores de interação criança-criança. Destacá-las a partir desta função mediadora, diz muito sobre o caráter interacional e relacional das atividades lúdicas contemporâneas e, conseqüentemente, sobre a importância dos grupos na constituição da cultura de pares infantil. A função mediadora das tecnologias, efetivada pela apropriação criativa das redes sociais, parece fundamental para a manutenção dos grupos de brinquedo e perpassa toda a rotina lúdica infantil, desde a escolha do dispositivo preferido para brincar, até os usos e apropriações das redes sociais digitais e dos softwares comunicacionais não lúdicos como os instant messengers (ex. Whatsapp) e os programas de vídeo-comunicação (ex. Skype) dentro dos episódios lúdicos, além da emergência de novos e inovadores tipos de brincadeiras, mediadas pelos dispositivos tecnológicos, entre amigos fisicamente distantes. Estas atividades altamente diferenciadas consolidam importantes e reveladores indícios da emergência de uma nova lógica cultural, tanto trazendo entendimentos completamente inovadores do “brincar junto” mesmo a longas distâncias, quanto mantendo a estrutura das brincadeiras tradicionais de origem. Dessa forma, entendemos que incorporação dos dispositivos tecnológicos conectados à internet e da apropriação criativa das redes sociais parecem confluir para um mesmo e importante objetivo: a manutenção da interação entre pares e a garantia do “brincar junto”.

3º Trabalho

O sexting entre adolescentes e a necessidade de implemento nas redes de apoio para lidar com a vivência da sexualidade tecnologicamente mediada

Fabricio de Souza (Universidade Federal da Bahia)

É comum observar, nos dias atuais, a interação social entre adolescentes sendo mediada pelas tecnologias digitais. Um padrão comportamental tem chamado a atenção e trazido preocupação a pais e professores: o

intercâmbio de conteúdos pessoais sexuais por meio de mensagens de texto, fotos ou vídeos (Simpson, 2013). Essa troca de conteúdos envolvendo “nudes” é tecnicamente denominada de sexting e se constitui como uma expressão sexual tecnologicamente mediada. Apesar do aspecto interacional do sexting, seu caráter de novidade deve induzir a questionamentos acerca dos perigos e da sua utilidade para a socialização dos adolescentes (Ringrose, Gill, Livingstone e Harvey, 2012). Dentre os perigos inerentes a esta prática está a disseminação de conteúdos sem a autorização e o posterior constrangimento à pessoa neles retratada. O sexting é considerado “pornografia infantil” pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e sua presença como uma prática interacional atual (Simpson, 2013) nos apresenta o imperativo de repensar os valores e os conceitos sobre a formação de identidade, o exercício da sexualidade e a aquisição da autonomia dos adolescentes quanto às práticas interacionais. É indiscutível, no contexto atual, o papel importante desempenhado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) na construção de um espaço de sociabilidade entre as pessoas. Assim, as interações sociais mediadas pelas TIC’s, e especificamente a “troca de nudes” entre adolescentes, indicam que a aceitação social, o controle social, o autoconhecimento e o fortalecimento dos laços sociais são elementos motivacionais mantenedores desta interação. Ainda é possível observar uma questão de gênero importante que é o fato das consequências aversivas do sexting recaírem com mais intensidade em relação às moças. Diante desta realidade, é de suma importância o questionamento e a discussão envolvendo 1) a rede de apoio onde esses adolescentes buscam ajuda para enfrentar as consequências negativas surgidas do sexting; e 2) a avaliação, feita pelos próprios adolescentes, do sexting como uma interação presente na socialização mediada pelas TIC’s. Este trabalho, partindo dessas constatações apresentadas, propõe uma discussão da interação social mediada pelas tecnologias digitais e de como os adolescentes nela envolvidos assumem seu papel de difusores e construtores da cultura que caracteriza tais práticas. Também é proposta problematização da maneira pela qual são estabelecidas as redes de apoio social para o enfrentamento das consequências aversivas do sexting visto que tanto os adolescentes quanto seus pais e professores parecem não possuírem habilidades adequadas para este enfrentamento. Medo e vergonha para solicitar ajuda a adultos (pais, demais familiares e professores) estão muito presentes entre adolescentes indicando o seu despreparo para lidar com as condições que fogem ao seu controle. Lidar com a sexualidade ainda é motivo de vergonha e tabu, o que faz com que a expressão dessa sexualidade se dê de maneira inconsequente e despreparada. A educação para uma vivência autônoma, consciente e responsável da sexualidade mostra-se necessária, tomadas as devidas proporções, tanto para adolescentes envolvidos em sexting quanto para adultos a quem estes poderão e precisarão recorrer.

Cinema e imagens no Desenvolvimento Humano

Fabrcia Teixeira Borges

A proposta desta mesa redonda refere-se a uma discussão do desenvolvimento humano a partir de filmes cinematográficos e imagens na literatura. Como vivemos num mundo do espetáculo (Debord, 1997) em que construímos o conhecimento do cotidiano também por meio de ferramenta simbólicas geradas e geradoras de imagens propomos o cinema e as imagens como instrumentos influenciadores das mudanças e, portanto, do desenvolvimento humano. A linguagem neste mediadores, cinema e literatura, é definida por sua relação com as imagens. Para se entender o filme, precisamos acompanhá-lo com os olhos e com os ouvidos, uma vez que a imagem, o movimento da imagem, a trilha sonora e a narrativa compõem seu discurso. Sobre isto dispomos o lugar do espectador. Falamos de quem vê e sente o filme. Falamos também da intencionalidade de quem produz os filmes e as ilustrações em um livro de literatura. À atividade mental, que antecipa as cenas, vão se criando novas formas de se compreender a narrativa, isto se dá no filme e na leitura com imagens. Entendemos que os aspectos significativos que se apresentam aos indivíduos contribuem para o seu desenvolvimento psíquico, por isso, a leitura do que se passa, também, revela-se como uma construção dialógica em que cada pessoa indivíduo desenvolve formas específicas de entender e significar a história que é apresentada. Assim, o encontro do espectador e de suas expectativas com o que o filme e com a história do livro tem a dizer possibilita a construção de formas diferenciadas de significação por meio das vozes do filme, dos livros e dos indivíduos que os lêem. Sabe-se, no entanto que, como narrativa, as imagens, tanto no filme como em uma leitura possui uma estrutura que possivelmente seja sentida por todos como um eixo que direciona a interpretação, mas que, como outros processos, possui flexibilidades no processo de construção do conhecimento que é assimétrica, dependendo das histórias pessoais, das motivações e da imaginação. Assim, esta mesa redonda apresentará 4 discussões sobre imagens, em filmes e na literatura, e sua relação com o desenvolvimento humano. O primeiro, o prof. Dr. Marcos e a profa. Dra. Michela da Universidade Federal de Sergipe apresentarão uma proposta sobre o filme O sonho de Wadjda, para pensar as possíveis representações e construções de gênero. A doutoranda Renata Naves, traz uma discussão sobre a animação “Sing” e a promoção de recursos simbólicos produzidos por ele. A profa. Eileen

Flores traz a experiência do projeto de extensão “Livros Abertos” (UnB) a partir da leitura dialógica dos livros ilustrados, e coloca no centro de sua discussão as imagens dos livros literários. Já nos filmes *Moonlight* e *A Curiosa História de Benjamin Button*, a Dra. Fabrícia Borges faz uma discussão de como podemos discutir o desenvolvimento humano a partir de dois parâmetros, o social e o temporal. E como estes dois lugares de discussão produzem processos de significação diferente em cada um dos filmes.

1º Trabalho

Devir-criança em “O sonho de Wadjda” ou de como fazer vibrar relações de gênero e reinventar a vida

Marcos Ribeiro de Melo (Universidade Federal de Sergipe)

Este trabalho parte da necessidade de movimentar saberes, poderes e verdades naturalizadas sobre “a” infância. Saberes-poderes-fazerem que circulam e dão vida a campos de conhecimento, tendo efeitos e produzindo determinados corpos infantis. O incômodo que incita esta proposta é o de como Psicologias do Desenvolvimento, além de outros campos científicos, têm escrutinado, colonizado e reduzido a infância a um acúmulo de fases e invariantes universais. A proposta é seguir movimentos no contra-fluxo das tentativas de captura das crianças, esses “seres selvagens que não falam a nossa língua” em mapas políticos e linguísticos, balbuciando uma ética infantil que inquieta “a segurança de nossos saberes, (...) o poder de nossas práticas” (LARROSA, 2006, p. 184). A ideia norteadora do trabalho é a de que o exercício de um pensamento por meio de um agenciamento com artes visuais pode nos colocar em contato com infâncias e suas línguas nascentes e brincantes. As artes aventuram-se para além dos limites do comunicável e somente elas podem tentar escutar a infância (experiência limite da e na linguagem) e dar formas ao inexprimível, pondo-a em sons, palavras e imagens (AGAMBEN, 2008; PRADO JR., 2010). Como afirma Fischer (2011, p. 142), “assistir a um filme e entregar-se a tal experiência significa realizar um trabalho que se esforça por ir além das interpretações fáceis, da exclusiva leitura das entrelinhas, de uma decifração do que não teria sido dito (mas que possivelmente ‘se quiser dizer’)”. Com o auxílio da etnografia de tela, nos debruçamos sobre “O Sonho de Wadjda”, reconhecido como o primeiro longa-metragem completamente rodado na Arábia Saudita, um país onde, por motivos religiosos, desde a década de 1970, não há salas oficiais de cinema. No encontro com Wadjda, encaramos uma dupla jornada, acompanhando os passos da menina-personagem e da diretora do longa-metragem, Haiffa Al Mansour, em suas possibilidades de retorcção da realidade, fazendo vibrar visibilidades e dizibilidades sobre modos de ser e viver. Enquanto esta subverte seu lugar de mulher-cineasta na cultura androcêntrica/patriarcal árabe, Wadjda, em sua potência criancieira, guiada por seu desejo de comprar uma bicicleta verde, põe em xeque as engrenagens religiosas e escolar, e as regulações de gênero que essas instituições fazem veicular. O agenciamento Wadjada/Haiffa desfaz gênero, reinventando a própria vida.

2º Trabalho

Divertida Mente - Como Promotor De Recurso Simbólico

Renata Magalhães Naves (Universidade de Brasília – UnB)

Os filmes possuem a capacidade de estabelecer relações entre o cotidiano das pessoas e a arte representada cinematograficamente e, por geralmente representarem crenças, valores e comportamentos instaurados na vida contemporânea, eles auxiliam para a formação e desenvolvimento do humano. Na vertente da Psicologia Cultural do Desenvolvimento a concepção de cultura está relacionada ao processo que possibilita à pessoa, por meio dos signos, adquirir novos sentidos e significados tanto na esfera reflexiva, através das palavras, quanto no afetiva. Estas esferas conseguem exercer regulação sobre a experiência da pessoa, orientando-a. No decorrer da vida a experiência é semioticamente mediada e o pensamento, afeto, imaginação e ação - processos psicológicos, constitui a dimensão humana de forma complexa e integral - denominada de cultura pessoal por meio do qual a pessoa é capaz de interpretar, negociar, modificar e alterar os posicionamentos, se constituindo de maneira singular e única. (Valsiner, 2007). O filme *Divertida Mente* (2015) nos apresenta as experiências vividas por uma criança relacionadas as suas emoções a partir de algumas mudanças do cotidiano. O enredo se desenvolve com a união de cinco emoções – alegria, tristeza, medo, raiva e nojo que são responsáveis por processar as informações e armazenar as memórias, visto que, todas essas emoções são necessárias e importantes para a constituição e desenvolvimento do humano. Assim, o objetivo proposto para esta mesa é apresentar o filme *Divertida Mente* como promotor de recursos simbólicos para um grupo de crianças/adolescentes participantes de uma Organização Não Governamental (ONG). É recente a concepção de recurso simbólico como objeto de investigação teórica sistemática (Zittoun, 2007). Este conceito, descrito por Zittoun, propõe a compreensão sobre o que cada pessoa faz quando utiliza artefatos culturais. A utilização desses artefatos, neste caso o filme, propicia às pessoas a utilização de recursos simbólicos com base em suas experiências, que exigem o entrelaçamento entre passado e

futuro no presente. O ser humano recorre às memórias, aos sentimentos e às emoções para compreender sua experiência em meio a cultura. A análise e discussão proposta para esta mesa, estão embasadas em dados construídos pelas narrativas de oito crianças/adolescentes participantes de uma ONG com idades entre 9 e 13 anos em um grupo focal, após assistirem ao filme *Divertida Mente*. Em seus relatos e interações foi possível perceber o quanto algumas passagens do filme desencadearam processos imaginativos e possibilitaram a expansão das experiências vivenciadas em seus contextos socioculturais. O cinema é um artefato cultural e artístico capaz de possibilitar um encontro entre a ficção e o vivido e auxiliar as pessoas na constituição de novos sentidos e significados às suas vivências e experiências.

3º Trabalho

"Eu não sabia que era possível ler assim.": o lugar da imagem na formação de mediadores de leitura.

Eileen Pfeifer Flores (Universidade de Brasília)

O Livros Abertos é um projeto de extensão interdisciplinar da Universidade de Brasília em que estudantes e profissionais realizam mediação de leitura em escolas da rede pública e em outras instituições (cf. Revista Livros Abertos, s.d.). Recentemente, os chamados álbuns ilustrados têm sido cada vez mais utilizados nas rodas de leitura dialógica do projeto. Álbuns ilustrados são livros em que as imagens evocam sentidos em articulação com o texto, exigindo sua apreensão conjunta (Van der Linden, 2011). Imagem e texto, nessas obras, possuem relações complexas de diálogo, complementaridade, ironia, humor, contradição, antecipação, etc. Há ainda preocupação com a qualidade da arte gráfica (cf. Moraes, Hanning e Paraguassu, 2012). As imagens permitem múltiplas possibilidades de interpretação e, frequentemente, são abordados temas controversos ou pouco usuais em livros infantis convencionais (Evans, 2015). A leitura dessas obras no contexto do Livros Abertos suscitou, inicialmente, surpresa, em seguida encantamento com os múltiplos sentidos evocados pelas imagens. Os mediadores relataram que não haviam exercitado, na escola, a arte de olhar, como expressa a frase de uma mediadora que aparece no título deste trabalho. Como aponta Ramos (2011), faltam-nos inclusive palavras para falar de nossas relações com as imagens. A leitura conjunta de álbuns ilustrados nas reuniões do projeto levou os mediadores a problematizarem a concepção do livro ilustrado como algo que interessaria exclusivamente a um público infantil ou que se subordinaria a demandas didáticas. Diversificaram-se os lugares ocupados pelas rodas de leitura dialógica, na cidade e na universidade. Alguns pontos que serão discutidos a partir dessa experiência incluem (a) a tensão entre os conceitos de "leitura de imagens"-e "cultura visual" na formação do mediador de leitura; (b) os livros-álbum como catalisadores da reflexão acerca do caráter grafocêntrico de nossa formação; (c) a importância de garantir o acesso à variedade de grafismos, técnicas e estilos presentes nos álbuns ilustrados, em contraste com o caráter estereotipado das ilustrações de livros infantis convencionais; d) a superação de concepções que consideram a obra infanto-juvenil um gênero menor, desinteressante e até desprezível ; (e), conseqüentemente, a abertura de novas possibilidades de horizontalidade e dialogicidade na interação com crianças, que se torna impossível quando a própria obra que se está mediando é considerada de menor valor e portanto adequada apenas para os "ouvintes" e não para o próprio mediador.

4º Trabalho

O desenvolvimento humano nos filmes “O curioso caso de Benjamin Button” e “Moonlight: sob a luz do luar”.

Fabrcia Teixeira Borges (UNIVERSIDADE DE BRASILIA)

O cinema não apenas faz parte do mundo metropolitano, de seu aspecto de lazer e cultura de consumo como também enfoca a dinâmica da própria vida atual. Na atividade diária da vida urbana, vive-se o movimento das imagens como algo de ser do cotidiano. A vida passa a ser a construção e vivência dessas imagens que são transmitidas pelos meios de comunicação, mas que, antes de tudo, são vividas saindo de casa, indo para o trabalho, levando as crianças para a escola, parando no sinaleiro e olhando os outdoors. Por isto o destaque sobre os estudos fílmicos no desenvolvimento humano transcende o científico e faz morada no cotidiano das pessoas, de suas vivências e da construção de seus conhecimentos.

O filme de Benjamin Button (2009) se distancia de “Moonlight” (2016) em sete anos, contando da data de seus lançamentos. Distanciam-se também em suas narrativas e em suas propostas de entendimento do desenvolvimento humano. Enquanto o caso de Benjamin Button apresenta um processo em que a temporalidade é o que rege o processo do desenvolvimento de Benjamin, em Moonlight as questões sociais e culturais são decisivas para a constituição de Chiron. A temporalidade e os processos culturais e sociais são presente nos dois, no entanto é o ênfase da narrativa cinematográfica que nos faz refletir sobre aspectos diferenciados para a

constituição de si que se apresentam nos protagonistas das duas narrativas. Pensar em uma temporalidade inversa, em que se nasce velho e vai ficando jovem até o estado de recém nascido é uma das possibilidades das narrativas de ficção que apesar de não retratar o mundo real como ele é, nos propicia a refletir sobre aspectos do desenvolvimento humano e refletir sobre eles. Em *Moonlight*, Chiron é negro, pobre e homossexual, e vive sob uma configuração social, política e cultural que o produz enquanto pessoa e cidadão. Sua sexualidade e sua sensibilidade é desmerecida por ele em função de sua emergência da expectativa social. Constrói-se sob esta expectativa, sob um processo ideológico que convive lado a lado com outras ideologias, mas faz par com seus anseios. A discussão dos dois filmes, ainda que diferentes em suas propostas narrativas e temáticas permite, colocar no centro das discussões os aspectos do desenvolvimento humano de formas diferentes. Se por um lado nos permite acessar sobre os desenvolvimentos no campo das pesquisas, também propicia refletir como estas informações podem encontrar-se com as pessoas em seus cotidianos e como este conhecimento podem mediar seus entendimentos de si.

Comunicação e Desenvolvimento no Começo da Vida

Nadja Maria Vieira da Silva

Propõe-se aqui um espaço para atualização e discussão acerca da relação entre comunicação e desenvolvimento humano. Assume-se que o começo da vida é um desafio para pesquisadores interessados na produção de conhecimento sobre essa relação. Isto porque, no começo da vida, os processos de comunicação revelam uma assimetria entre a mãe (ou cuidador) e o bebê que exige desses pesquisadores uma habilidade para proposição de procedimentos que alcancem processos que, em primeira instância, são descartados por sua natureza não observável e de difícil objetivação. Incluem-se entre esses processos, por exemplo, as ações comunicativas dos bebês e sua efetiva participação na dimensão intersubjetiva dos processos comunicativos configurados no começo da vida. Além disso, a observação de que o desenvolvimento humano nessa fase é caracterizado por muita intensidade e diversidade instiga aos pesquisadores questões sobre a extensão e implicações das ações dos bebês nesses cenários. Entretanto, também é verdade, que as ações dos bebês são difíceis para avaliação, sobretudo quando se consideram a sua função comunicativa, no caso de se optar apenas por métodos de pesquisas experimentais clássicos. Defende-se que, para o alcance desses processos intersubjetivos a comunicação humana precisa ser abordada superando modelos de medidas discretas para oportunizar parâmetros conceituais dialógicos, fomentados na interface entre a Psicologia e a Linguística, enquanto disciplinas que historicamente assumem a comunicação como objeto de conhecimento e práticas. Na presente proposta de atualização e discussão aponta-se a necessidade dessa interdisciplinaridade, para se diversificar e ampliar questões no âmbito da aquisição de linguagem, na expectativa de se tecer explicações cada vez mais abrangentes acerca da relação entre comunicação e desenvolvimento humano. Na composição de um cenário potencial para realização desses objetivos incluem-se como temas dessa proposta, uma discussão acerca da produção de sentidos no começo da vida, a partir de pressupostos da Psicologia cultural, uma discussão sobre a prosódia na comunicação mãe-bebê, a partir de uma perspectiva dialógica da aquisição da linguagem e uma discussão sobre a argumentação e o humor na linguagem de crianças também numa perspectiva dialógica. A expectativa é que nesse espaço interdisciplinar, esses temas sejam explorados de forma a sustentar um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas aplicadas à construção de informações sobre a relação entre comunicação e desenvolvimento humano no começo da vida.

1º Trabalho

Passado e futuro no presente: Considerações sobre a regulação semiótica na produção de sentido no começo da vida

Nadja Maria Vieira da Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS)

Exploram-se nesse estudo, explicações da Psicologia Cultural sobre o funcionamento psicológico humano. De acordo com a Psicologia cultural a base do funcionamento psicológico são processos de significação dos seres humanos acerca de suas experiências no mundo. No âmbito da psicologia cultural, o desenvolvimento humano se traduz no conhecimento sobre a regulação semiótica nas experiências culturais do self (VALSINER, 2001; 2002; 2012; 2014). Assumem-se aqui esses pressupostos e consideram-se esforços de outros pesquisadores neles fundamentados (LYRA, 2007; BERTAU; GONÇALVES, e RAGATT, 2013) para construir informações sobre os reguladores semióticos emergentes em situações comunicativas no começo da vida. Reguladores semióticos são definidos nessa abordagem, como parâmetros hierárquicos que atuam organizando e dirigindo a dinâmica de transformação de significados configurada em cenários da interação humana, onde se implicam, o movimento de cada agente para se distinguir na interação e o impacto do tempo irreversível nesse processo. Em outras palavras,

os reguladores semióticos são configurações de significados que refletem decisões e posicionamentos do self sobre suas experiências culturais emergentes em situações de diálogo. Discute-se aqui uma exploração dessas explicações em um estudo de caso. O objetivo desse estudo foi investigar a produção de sentidos na comunicação entre mãe e bebê. Os dados foram registros longitudinais videografados de uma díade mãe-bebê. No início dos registros o bebê estava com quatro semanas de vida. Os registros foram realizados uma vez por semana, sempre no mesmo ambiente físico, onde se encontravam invariavelmente uma cadeira e quatro brinquedos. Para início dos registros, a instrução apresentada para a mãe foi que ela se comportasse naturalmente satisfazendo as necessidades do bebê quando surgissem durante a videografia. Os registros foram encerrados quando o bebê estava com quarenta semanas. Analisaram-se um total de trinta e seis vídeos de aproximadamente vinte minutos. A abordagem dos dados foi idiográfica e microgenética. Nessa perspectiva, exerceu-se na análise um olhar para as transformações e desenvolvimento de novas configurações na produção de sentido no diálogo entre mãe-bebê. Essas transformações foram capturadas observando-se o alinhamento entre ações e respostas na dinâmica de alternância de turnos configurada na interação. Nos resultados, destacaram-se como reguladores semióticos, as ações tanto da mãe quanto do bebê, que sinalizaram o resgate de experiências passadas para situações comunicativas imediatamente presente, assim como, ações que sinalizaram o investimento em possibilidades de ações futuras. Estas últimas sinalizações foram típicas dos turnos das mães. Concluiu-se que o resgate de experiências passadas e antecipação de possibilidades de ações futuras para a produção de sentidos em situações imediatas denunciaram o modo como a função simbólica opera na comunicação no começo da vida, vinculando o organismo e os processos psicológicos às possibilidades e alcances das experiências culturais. Dessa forma, os processos comunicativos são fundamentais para o desenvolvimento humano.

2º Trabalho

A prosódia e o desenvolvimento da negação nas produções de uma criança brasileira e uma criança francesa

Angelina Nunes de Vasconcelos (Unicamp)

O presente trabalho tem por tema o desenvolvimento da negação a partir do estudo de registros longitudinais de uma criança brasileira durante seus trinta primeiros meses de vida, em comparação a registros realizados com uma criança francesa também durante este período. Para tanto, foram analisadas as produções infantis interpretadas pelos adultos como protestos, oposições e negações. Neste sentido, vários estudos têm se concentrado sobre as habilidades perceptuais infantis, afirmando como recém-nascidos já são capazes de tratar e discriminar aspectos prosódicos da fala dirigida à criança (NAME, 2011a; 2011b; PAPOUSEK; PAPOUSEK, SYMMES 1991). De maneira semelhante, pesquisadores concentram-se sob as produções infantis, sublinhando como bebês de apenas nove meses de idade são capazes de produzir características rítmicas e entonacionais de sua língua materna (KONOPCZYNSKI, 1990; 1991). A partir desta linha de investigação, analisam-se registros videográficos realizados em contexto natural e cotidiano de interação entre a criança e seus pais (durante banho, refeições e brincadeiras). Os vídeos foram analisados a partir dos programas PHON, PRAAT e ELAN. A partir do programa PHON e ELAN realizou-se notação da sincronização entre os movimentos gestuais e as produções negativas das duas crianças. As análises acústicas foram realizadas a partir do programa PRAAT, no qual foram registradas a duração silábica das produções infantis em milissegundos (ms) e os valores de Fo (altura da voz da criança em Hertz/HZ). Os resultados são organizados em quatro seções. Inicialmente descrevem-se os protestos e oposições, conforme interpretados pelos pais, produzidos pelas crianças no período que antecede o surgimento das primeiras negações linguisticamente estruturadas (por volta dos 16 meses de idade). Em seguida, classificam-se as negações produzidas pelos adultos e criança em funções (rejeição/recusa, expectativas insatisfeitas, ausência/desaparição, proibição/comando, oposição/correção, rogativa negativa, negação epistêmica e negação funcional) conforme descritas por Beaupoil-Hourdel (2013). Posteriormente, os gestos produzidos pela criança são descritos e, por fim, as características prosódicas das últimas negações registradas (entre 29 e 32 meses) são analisadas. Como conclusão, destaca-se o papel da prosódia no desenvolvimento da negação, tanto na caracterização das primeiras produções negativas infantis, quando na estruturação dos primeiros enunciados negativos. Destacam-se similaridades nos dois casos analisados como a observação de que a função negativa rejeição/recusa; é a primeira a ser produzida pelas duas crianças, sendo expressa através de marcadores simples como ‘não’ e ‘non’. Sobre a produção gestual das duas crianças, é possível observar uma especialização funcional nos gestos produzidos, como a utilização de gesto com a mão espalmada em contextos de rejeição e gesto de apontar em situações de proibição. É possível concluir que o uso de gesto aliado à prosódia fornece recursos importantes para a criança que os utiliza na construção da negação de maneira multimodal. Destaca-se também a complexificação progressiva das negações produzidas pelas duas crianças através da inclusão de pronomes pessoais em seus enunciados, bem como através da introdução de variações nas partículas negativas utilizadas.

Argumentação e humor na linguagem da criança

Alessandra Jacqueline Vieira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Partindo de uma perspectiva dialógico discursiva, de base bakhtiniana (BAKHTIN, 1997,1999; VYGOTSKY, 2001, 2007; BRUNER, 1984, 2001, 2004, SALAZAR-ORVIG, 1999, 2010; FRANÇOIS, 1994, 2006; DEL RÉ et al, 2014a e 2014b), este trabalho tem por objetivo analisar os diferentes tipos de incongruência no discurso humorístico e argumentativo infantil, produzidos por uma criança brasileira entre 24 e 42 meses, em situação de interação com os pais e em contextos cotidianos, como o jantar, durante suas brincadeiras etc.. Esta proposta insere-se em um projeto mais amplo, intitulado RIHA - Rire, Humour et Acquisition du langage, coordenado pela Prof. Dr. Aliyah Morgenstern, docente na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3, na França, e pela Profa. Dra. Alessandra Del Ré, docente da Universidade Estadual Paulista-Araraquara, no Brasil, e coordenadora do grupo NALingua (UNESP-Araraquara/CNPq). Os dados da criança foram filmados uma vez por mês, durante 1h, do nascimento aos sete anos de idade e foram transcritos a partir do programa CLAN, com as normas de transcrição CHAT, do sistema CHILDES. Trata-se, portanto, neste trabalho, de investigar de que modo a argumentação e o humor estão relacionados na fala da criança, a partir da categoria de incongruência. Nesse viés, podemos definir o humor como um fenômeno que é efetivamente social, ligado às situações afetivas e emotivas, que vão além do apenas fazer rir e de questões gramaticais (DEL RÉ, 2003; DEL RÉ, 2011, DEL RÉ, DE SANTIS, no prelo), pois envolve questões culturais, sociais, ideológicas etc.. Na busca por cercar todas as categorias que estão envolvidas no humor (apesar de todas as diferentes definições encontradas na literatura), acreditamos que a incongruência (ruptura), as marcas de divertimento (o riso, o sorriso, o olhar), a situação (propícia para o surgimento de um discurso humorístico), a intencionalidade do locutor, a atenção conjunta (BRUNER, 2004) são alguns dos elementos essenciais na análise dos dados de humor na fala das crianças. Assim como o humor, a argumentação, enquanto um fenômeno de linguagem que tem um papel fundamental no desenvolvimento e na aquisição de conhecimento pela criança, também é analisada por nós a partir de um viés que vai ao encontro de nossa perspectiva dialógico-discursiva, e tem base nas discussões elaboradas por Selma Leitão (2000, 2001, 2007a, 2007b, 2008), que afirma que a argumentação é “uma atividade discursiva que se caracteriza pela defesa de ponto de vista e levam em consideração perspectivas contrárias” (LEITÃO, 2007a, p. 57), composta por três elementos fundamentais, o argumento, o contra-argumento e a resposta. Neste texto, enfatizamos a importância do contra-argumento, pois acreditamos que ele seja um ponto importante a ser aprofundado, uma vez que é nesse momento que a incongruência parece surgir no enunciado como uma ruptura no discurso, uma oposição ao argumento que foi trazido à tona por um dos interlocutores. Nesse sentido, buscaremos verificar em que momento a incongruência gera um embate, o riso ou quando ela desencadeia os dois elementos ao mesmo tempo.

Coparentalidade em diferentes contextos de desenvolvimento

Carina Nunes Bossardi

Atualmente, ao se falar em configurações familiares, alguns autores preferem, ao invés de focar a influência exercida por um dos pais, enfatizar a influência conjunta de ambos os pais, por meio da definição da coparentalidade (Figueiredo & Lamela, 2014; Gagnon & Paquette, 2009). A coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos seus filhos, ou seja, pai e mãe dividem a liderança e se apoiam nos seus papéis de chefes da família e nos papéis parentais (Feinberg, 2002; Feinberg, 2003). Autores que escrevem a respeito de famílias modernas, concordam que dentre as configurações familiares sejam elas, biparentais homoafetivas ou heteroafetivas, monoparentais, recasadas ou divorciadas tem sido apontada uma divisão mais igualitária entre as funções e o pais passaram a desempenhar funções denominadas coparentais, devido a um maior compartilhamento de funções com seus parceiros ou parceiras. Mesmo ainda existindo algumas diferenças no tempo e nas atividades que pai e mãe realizam com a criança, perspectivas do sistema familiar encorajam o desenvolvimento de relações coparentais e o desenvolvimento de programas interventivos que promovam um aumento no envolvimento paterno e que forneçam suporte à manutenção das relações coparentais mesmo depois da dissolução do relacionamento conjugal (Kotila et al., 2013). O conceito de coparentalidade funciona como um sistema mais amplo que influencia e é influenciado pelos demais subsistemas familiares. Nesses termos, possui influência sobre o desenvolvimento infantil. Tradicionalmente a coparentalidade foi investigada em famílias compostas por casais heterossexuais e pais divorciados que tivessem filhos com desenvolvimento típico. Essa proposta visa discutir esse fenômeno em diferentes contextos de desenvolvimento, em famílias homoafetivas, casais heterossexuais e em pais de crianças

com Transtorno do Espectro Autista. O Trabalho de Carina Nunes Bossardi e colaboradora, apresenta estudo de caso realizado com casais homoafetivos. Os participantes responderam a entrevistas nas dimensões propostas pela Escala de Relação Coparental e os resultados evidenciaram relações recíprocas e com apoio coparental. O estudo com 171 famílias de Carolina Duarte de Souza e colaboradores objetivou investigar as repercussões da coparentalidade, do envolvimento paterno e do comportamento infantil em famílias biparentais heteroafetivas com crianças pré-escolares. Por meio de modelagem de equações estruturais foi possível perceber o impacto da coparentalidade no comportamento de crianças com desenvolvimento típico. Entretanto, o nascimento de um filho com alguma deficiência poderá provocar um desequilíbrio na família, devido à ruptura das expectativas de um filho ideal. Esse fato pode interferir na qualidade da interação dos pais e na relação coparental. É por essa razão que João Rodrigo Maciel Portes e colaboradores avaliaram a relação coparental de famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Esse trabalho vai ao encontro da proposta dessa mesa redonda por discutir o fenômeno da coparentalidade em outro contexto de desenvolvimento, nesse caso de famílias de crianças com desenvolvimento atípico. Espera-se que tais discussões venham ao encontro do avanço no conhecimento e na relevância social e científica de estudos com famílias nas mais diversas configurações contemporâneas.

1º Trabalho

Estudo de caso no contexto da coparentalidade homoafetiva

Carina Nunes Bossardi (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ)

A concepção de família na contemporaneidade é bem mais ampla que a tradicional nuclear. A diversidade de configurações familiares nos tempos atuais abre um campo de pesquisa investigativo para além dos papéis de homem e de mulher com suas concepções de gênero. As configurações homoafetivas são cada vez mais comuns, validando assim a necessidade de compreensão dos papéis exercidos por pais e mães de um mesmo sexo no desenvolvimento de seus filhos (Bossardi & Vieira, 2015; Cecilio & Scorsolini-Comin, 2016). Para fins deste estudo considera-se que família vai além de laços consanguíneos, compreendendo sua construção social e diversificada. Deste modo, entende-se por coparentalidade a extensão na qual os pais, independente de gênero, dividem a liderança e se apoiam na “chefia” da família e seus papéis parentais. A coparentalidade é observada no envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida dos seus filhos, ou seja, pais e mães dividem a liderança e se apoiam nos seus papéis de chefes da família e nos papéis parentais (Feinberg, 2002). A visibilidade da homoafetividade e da homoparentalidade na contemporaneidade tem motivado a discussão e a pesquisa sobre o fenômeno. Pesquisadores se interessam por diversas questões que repercutem desse novo arranjo familiar. Sendo assim, através da concepção de família contemporânea e suas diversas configurações, faz-se necessário caracterizar a relação coparental em casais homoafetivos. Participaram quatro casais homoafetivos com filhos ou filhas na idade entre 6 e 8 anos (dois casais masculinos e dois femininos). Os pais e as mães responderam a uma entrevista semiestruturada baseada nos itens e dimensões presentes na Escala de Relação Coparental (ERC). Os elementos da entrevista permitiram o levantamento da constituição da família e dados a respeito de categorias como, acordo coparental, divisão de tarefas, proximidade, reconhecimento do parceiro, suporte, sabotagem e conflito. Para a análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo. Os casais entrevistados relataram bons indícios de coparentalidade, atestando um relacionamento conjugal cooperativo, embora desafiador. As quatro famílias apresentam constituições diferentes e escolhas distintas sobre o como ou porque decidiram se tornar pais e mães. A forma de constituição do casal e a preparação para a parentalidade são indicadores importantes a serem analisados. Os pais e mães relataram como se organizam para os cuidados com os filhos, bem como a intensidade do investimento afetivo aplicado em sua parentalidade. Os altos índices de coparentalidade indicam qualidades do casal como estratégias para a promoção do desenvolvimento infantil. O acordo entre os casais e o reconhecimento da parentalidade do outro, possibilitam segurança na execução do papel parental e indicam consistência para a criança. A coparentalidade é um fenômeno ainda pouco estudado no Brasil, conseqüentemente ainda menos estudada é a coparentalidade homoafetiva, indicando a necessidade de mais estudos e maior aprofundamento neste aspecto. Sugere-se a necessidade de se ampliar as reflexões a respeito da constituição de casais homoafetivos que desejam se tornar pais e mães, investigando suas conseqüências e formas de intervenção para garantir o atendimento a todas as necessidades infantis.

2º Trabalho

Mediação do envolvimento paterno pela coparentalidade: implicações para problemas de comportamento da criança

Carolina Duarte de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina)

Uma coparentalidade positiva entre os pais é preditora de um envolvimento paterno adequado, para pais em geral, sejam adultos, adolescentes, casados ou divorciados (Finzi-Dottan, & Cohen, 2015; Schoppe-Sullivan et al., 2008). Pouco se sabe, entretanto, sobre as repercussões para o desenvolvimento infantil, das relações entre a coparentalidade, considerando as dimensões propostas por Feinberg (2003) mais as dimensões de mediação materna do envolvimento do pai com os filhos (maternal gatekeeping, Allen & Hawkins, 1999), e o envolvimento paterno, considerando a relação de ativação de Paquette e Bigras (2010). Este estudo objetivou investigar as repercussões da coparentalidade, do envolvimento paterno e do comportamento infantil em famílias biparentais com crianças pré-escolares da região sul do Brasil, considerando essas dimensões supracitadas. Foram pesquisadas 171 famílias, acessadas por meio de instituições de educação infantil de quatro microrregiões do sul do Brasil, escolhidas por acessibilidade e amostragem “bola de neve”. Os instrumentos utilizados foram: Questionário Sociodemográfico; a Escala da Relação Coparental (Feinberg, Brown, & Kan, 2012), para avaliar a coparentalidade positiva; o Questionário de Mediação Materna do Envolvimento Paterno nas Atividades Domésticas (Allen & Hawkins, 1999), para avaliar a coparentalidade negativa; o Questionário de Abertura ao Mundo (Paquette, Eugene, Dubeau, & Gagnon, 2009) e as Dimensões de Suporte Emocional e Cuidados Diretos e Indiretos do Questionário de Engajamento Paterno (Paquette et al., 2000), para fornecer um índice de envolvimento parental; e o Questionário de Capacidades e Dificuldades da Criança (Woerner et al., 2004). Pesos amostrais foram calculados a partir dos dados do Censo 2010, por meio de pós-estratificação por escolaridade e faixa etária. Os escores das escalas foram analisados por meio de modelagem de equações estruturais utilizando estimador robusto de máxima verossimilhança. Cada escore foi incorporado aos modelos como um parcel relativo a uma variável latente. Dois modelos foram comparados: o primeiro considera que a coparentalidade, tanto negativa quanto positiva, afetam o comportamento negativo da criança diretamente e também é mediada pelo envolvimento paterno; o segundo considera que a coparentalidade afeta o comportamento negativo da criança mediada exclusivamente pelo envolvimento paterno. Ambos os modelos obtiveram um ótimo ajuste aos dados (Modelo 1: $X^2(3) = 0.06$, $p = 0.97$; CFI=1; RMSEA=0; SRMR=0.01; Modelo 2: $X^2(5) = 3.66$, $p = 0.45$; CFI=1; RMSEA=0; SRMR=0.05), mas o segundo se mostrou superior ao primeiro em um teste de razão de verossimilhança ($X^2(2) = 2.99$, $p = 0.22$). Isso significa que o impacto da coparentalidade sobre o comportamento negativo dos filhos depende exclusivamente da maneira como ela afeta o envolvimento paterno. Os coeficientes de regressão são compatíveis com o esperado teoricamente: a coparentalidade positiva afeta diretamente o envolvimento paterno, enquanto a coparentalidade negativa o afeta de maneira inversa; o envolvimento paterno, por sua vez, afeta inversamente o comportamento negativo da criança. As pesquisas sugerem que isso ocorre pelo fato da relação pai-criança ser mais afetada por influências sociais e familiares que a relação mãe-criança (Elliston, McHale, Talbot, Parmley, & Kuersten-Hogan, 2008). Isso aponta a importância de políticas públicas considerarem a coparentalidade ao incentivar o envolvimento paterno.

3º Trabalho

Coparentalidade no contexto familiar de crianças com Transtorno do Espectro Autista

João Rodrigo Maciel Portes (Universidade do vale do Itajaí)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se principalmente por prejuízos persistentes na comunicação social recíproca e na interação social, apresentando também padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014). Os comportamentos das crianças com TEA interferem nas interações no contexto familiar e podem contribuir para o aumento do estresse parental e na qualidade da relação coparental. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral avaliar a relação coparental de famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista e como objetivos específicos descrever as variáveis sociodemográficas das famílias e das crianças e verificar a correlação entre as dimensões da coparentalidade de pais e mães com os dados sociodemográficos. Essa investigação caracteriza-se como de caráter exploratória, descritiva e correlacional. Nessa pesquisa participaram 45 casais, pais ($n=44$) e mães ($n=45$) de crianças diagnosticadas com TEA com média de idade de 59 meses. Os dados foram coletados no Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CER II) em Itajaí-SC. Primeiramente foi aplicado um questionário elaborado pelo grupo de pesquisadores do NEPeDI-UFSC para investigar dados sociodemográficos com apenas um dos genitores e depois foi aplicado a Escala da Relação Coparental - ERC com cada membro do casal separadamente. Esse instrumento está baseado na Teoria da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2002; 2003). As respostas dos instrumentos foram analisadas com o auxílio de programa de análise estatística, por meio de análises do tipo descritiva e inferencial não paramétrica. A análise dos dados sociodemográficos revelaram que 75% das famílias eram do tipo nuclear com os pais biológicos dos filhos. A criança com autismo, em 82% dos casos, era do sexo masculino. O cuidado do filho em 49% das famílias fica sob responsabilidade das mães e 42% delas são donas de casa. Por outro lado, todos os pais exercem atividade

remunerada fora de casa. Quanto à escolaridade, a maioria dos pais e das mães possuem o ensino médio completo. A análise da ERC revelou que no grupo do pai a dimensão do reconhecimento da parentalidade do parceiro ($M=5,47$; $DP=0,69$) foi a mais significativa na relação coparental. No grupo da mãe as dimensões mais frequentes foram o reconhecimento da parentalidade do parceiro ($M=5,20$; $DP=0,92$) e a proximidade coparental ($M=5,11$; $DP=0,95$), mas não houve diferença estatisticamente significativa entre as dimensões. Os casais também revelaram um baixo nível de conflito e sabotagem na relação coparental. As análises entre as dimensões reconhecimento da parentalidade do parceiro nos pais e a sabotagem nas mães revelaram uma correlação com força moderada ($r= -0,43$ $p<0,01$), o que significa que quanto mais o pai se sente reconhecido no seu papel parental diminui as crenças das mães que o seu companheiro possa sabotá-la na criação do seu filho. As análises de correlação entre o nível de escolaridade dos participantes e as dimensões da ERC não obtiveram resultados significativos. Conclui-se que essa família tem conseguido reconhecer o papel do companheiro na função parental com poucos conflitos, o que favorece a relação coparental, contribuindo para promover o desenvolvimento da criança com TEA.

Desenvolvimento e educação infantil: pesquisa e intervenção a partir da perspectiva ecológica e histórico cultural

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa

A educação infantil constitui um importante contexto para a educação e desenvolvimento das crianças, na medida em que caracteriza-se como um dos principais responsáveis pela socialização infantil e sua apropriação do saber culturalmente compartilhado. Nesse contexto se realiza, de forma sistemática, mediações pedagógicas e psicológicas intencionais que podem contribuir para os processos cognitivos, linguísticos, sociais e culturais de crianças em interação com seus pares e adultos. Assim, ao frequentarem a educação infantil, as crianças passam a ter mais oportunidade de interagir com diferentes pessoas, crianças e adultos, o que contribui para o seu desenvolvimento em geral. Os educadores desempenham influência significativa na socialização da criança, mediando sua relação com o grupo cultural do qual faz parte, como também com a cultura mais ampla (Raj & Raval, 2013). Suas concepções e expectativas sobre o desenvolvimento infantil estão atreladas ao contexto cultural da educação infantil e guiam as práticas educativas e interação com as crianças (Borges, Vasconcelos & Salomão, 2016; Hseh & Barton, 2006). Nesse sentido, a partir de relato de pesquisas em contextos urbanos e não urbanos, e experiências de supervisão de estágio na educação infantil, a presente proposta de mesa redonda pretende refletir sobre as possíveis contribuições da Psicologia do desenvolvimento e da Psicologia Escolar Educacional nesses contextos, baseado na literatura brasileira contemporânea (Amorim & Dias, 2012; Chaves, 2015; Braz-Aquino & Albuquerque, 2016; Rossetti-Ferreira, Amorim & Oliveira, 2009; Vasconcelos, 2015; Chagas & Pedroza, 2013; Costa & Guzzo, 2006; Guimarães, Petroni, & Senem, 2013). Assim, serão apresentados os resultados de duas pesquisas de campo sobre as concepções de educadores em relação ao desenvolvimento das crianças e o papel deste profissional na educação infantil, uma em contexto urbano e a outra em contexto não urbano, ambas na região nordeste, discutidas a partir da perspectiva ecocultural do desenvolvimento humano. Também será apresentada a experiência de supervisão de estágio em Psicologia Escolar Educacional na educação infantil em um contexto urbano da região nordeste, a partir da perspectiva histórico cultural. Essas pesquisas são articuladas à ideia de que o trabalho do psicólogo no contexto da educação infantil constitui-se como relevante, dado que pode contribuir para criação de espaços de diálogo entre educadores, crianças, pais e demais profissionais inseridos nesse contexto, acompanhar o desenvolvimento infantil, promover e dispor assessoria a equipe de trabalho em parceria com o docente, mediando processos de desenvolvimento e colaborando na promoção da educação e saúde, assim como na promoção de práticas intencionalmente pedagógicas que respeitem e potencializem as habilidades infantis. Defende-se que os conhecimentos adquiridos por esse profissional sobre o desenvolvimento e as habilidades infantis, quando socializados com a equipe de profissionais e pais, podem ampliar o entendimento acerca da diversidade e complexidade do desenvolvimento humano, e favorecer as relações que se estabelecem em contextos de educação infantil.

1º Trabalho

Concepções de educadoras sobre desenvolvimento e educação infantil em contexto não urbano.

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF)

A concepção de criança como sujeito ativo e participativo, capaz de aprender e transformar sua cultura conduziu a novas propostas pedagógicas, caracterizando a creche como um serviço de atendimento para todas as

crianças, com o objetivo de cuidar e educar de forma indissociável, complementando o trabalho da família (Brasil, 2010). As crianças que estão na creche passam a maior parte do dia em contato com seus educadores e pares, mais do que com seus pais. Desse modo, pode-se dizer que as interações que ocorrem nesse ambiente têm significativa influência sobre seu desenvolvimento. No caso do educador, esse profissional é o responsável pela sistematização dos conhecimentos e práticas pedagógicas a serem desenvolvidas com as crianças (Chaves, 2015). Por sua vez, tais processos são guiados pelas concepções que eles elaboram sobre o desenvolvimento e educação infantil, construídos por meio da interação sociocultural do indivíduo, e apresentam variações entre contextos (Harkness & Super, 2013; Super et al., 2011). Relativamente aos contextos não urbanos, onde o número de centros de educação infantil ainda é escasso e a qualidade de seu funcionamento precária (Lima & Silva, 2015), a realização de estudos nesse contexto se torna importante para futuras intervenções. Nesse sentido, essa mesa redonda apresenta uma pesquisa com 21 educadoras de duas instituições de educação infantil, situadas em dois contextos não urbanos de um município do interior de Pernambuco, com o objeto de analisar suas concepções acerca do desenvolvimento da criança e a educação infantil em contexto não urbano. Essas profissionais tinham idade média de 26 anos. A maioria era solteira (42,9%) e possuía o 2º grau completo (57,1%). Como instrumentos foram utilizados um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturada, composta por dez questões relativas aos objetivos da pesquisa. As respostas das entrevistas foram analisadas a partir do processo de categorização temática (Bardin, 2010), cujos resultados agruparam-se em 04 classes temáticas, descritas a seguir, com as respectivas concepções das educadoras: classe temática 1: aspectos importantes para a criança se desenvolver - de acordo com as participantes, seriam a educação, cuidados com a saúde, socialização e afetividade; classe temática 2: percepção sobre o desenvolvimento das crianças na educação infantil – consideradas crianças ativas, educadas, participativas, carentes de afeto e atenção; classe temática 3: importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança – oferecer atendimento às necessidades básicas e estímulo ao desenvolvimento; classe temática 4: papel do educador na educação infantil - estimular o desenvolvimento, dar afeto, disciplinar a criança. Considera-se que as características do contexto sociocultural em que estão situadas as instituições educativas são importantes para a compreensão dos resultados encontrados. Nesse sentido, esses resultados são discutidos com base nas pesquisas sobre desenvolvimento e educação infantil (Carvalho, 2014; Chaves, 2015; Diniz & Koller, 2010; Ramos & Salomão, 2013), assim como a partir da análise das características físicas e socioculturais do contexto onde estão situados os centros de educação infantil estudados, baseada na perspectiva ecocultural e sociocultural do desenvolvimento humano (Harkness & Super, 2013; Pasqualini, 2010; Super et al., 2011; Vygotsky, 1984/2015).

2º Trabalho

Educação infantil em contexto urbano: concepções de educadoras sobre o desenvolvimento infantil

Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFPB)

O contexto ecológico, social e cultural em que as pessoas vivem se relaciona fortemente em suas concepções a respeito do cuidado e do desenvolvimento infantil. Considerando o desenvolvimento a partir de uma perspectiva cultural, esta pesquisa teve o objetivo de identificar e analisar as concepções de educadoras que trabalham na educação infantil em um contexto urbano da região nordeste a respeito do desenvolvimento infantil. Foram entrevistadas 20 educadoras - dez de centros de educação infantil públicos e 10 de centros de educação infantil privados. Os dados foram analisados a partir das contribuições teórico-metodológicas da análise de conteúdo propostas por Bardin. Todas as educadoras participantes da pesquisa eram do sexo feminino, e a média da idade foi de 32 anos. As respostas das participantes sobre os fatores que favorecem o desenvolvimento infantil foram agrupadas nas seguintes categorias: ‘interação’ (85%), ‘escola’ (60%), ‘estímulo’ (30%), ‘contexto’ (25%) e ‘afetividade’ (10%). Esta última só foi citada pelas educadoras da educação infantil pública. As educadoras afirmaram que desempenham o papel de profissionais da educação infantil a partir das seguintes categorias: ‘educação formal’ (55%), ‘educação cotidiana’ (40%) e ‘afetividade’ (10%). A categoria ‘educação cotidiana’ foi mais citada pelo grupo das educadoras que trabalham em instituições privadas (50%) que pelo grupo das que atuam em instituições públicas (30%). Observa-se uma perspectiva ampliada sobre desenvolvimento, uma vez que são considerados os aspectos contextuais e interacionais. Entretanto, a afetividade foi pouco citada pelas participantes, e pesquisas indicam a indissociabilidade entre o afeto e a cognição, (Jacob e Loureiro, 1996; Tacca e Branco, 2008, Portugal e Isabel, 2013; e Gomes, 2014), destacando-a como um fator intrínseco ao próprio processo de desenvolvimento e integração na sociedade (Brazão, 2015). Além disso, aspectos físicos e biológicos do desenvolvimento como alimentação, higiene, saúde e temperamento das crianças não foram mencionados nem como fatores que contribuem para o desenvolvimento infantil nem como fatores relacionadas a prática da educação infantil. Esses resultados vão de encontro aos de Alves e Veríssimo (2006) e Vasques-Menezes (2002),

em que as educadoras destacaram os cuidados com as crianças pequenas como formas de exercer os seus trabalhos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Art. 61, 87, 1996) - também chama a atenção para a necessidade de compreender a prática do profissional do educador da educação infantil como uma ação integrada entre cuidar e educar. As respostas das educadoras desta pesquisa, no entanto, se aproximam dos resultados do estudo de Veríssimo e Fonseca (2003), em que as educadoras procuraram focalizar o aspecto educativo do seu trabalho, que exige formação profissional, minimizando a função do cuidado por ele ser compreendido como uma função de suporte. Essa é uma possível hipótese de que a afetividade e o cuidado tenham sido pouco citados pelas educadoras deste estudo. Tais concepções devem ser consideradas em propostas de intervenção que visem à promoção do desenvolvimento infantil de forma integral.

3º Trabalho

Psicologia do Desenvolvimento e Educação Infantil: fundamentos para a prática do psicólogo escolar

Fabíola de Sousa Braz Aquino (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA)

Aborda-se nessa exposição a relevância do trabalho do psicólogo no contexto da educação infantil, em especial seu papel de mediador das interações educador crianças e criança-criança no que tange aos processos de aprendizado e desenvolvimento. Defende-se o período da Educação infantil como importante para a apropriação, por parte das crianças, de habilidades e funções psicológicas superiores, tipicamente humanas, bem como um momento importante para a formação de conceitos, atitudes e comportamento que podem colaborar para o processo de transição escolar. O desenvolvimento de tais funções psicológicas e comportamentos pode ser favorecido pela criação e planejamento de atividades intencionalmente pedagógicas nas quais a presença de elementos lúdicos e estéticos podem ser as principais ferramentas utilizadas pelas educadoras e psicólogos durante suas interações e intervenções junto aos grupos de educadores e crianças. Nesse contexto, afirma-se como relevante o trabalho do psicólogo por contribuir para criação de espaços de diálogo entre educadores, crianças, pais e demais profissionais inseridos nesse contexto, bem como acompanhar o desenvolvimento das crianças e dos demais seguimentos da instituição, e dispor assessoria à equipe de trabalho, em especial aos educadores, visando mediar processos de desenvolvimento e a promoção de práticas que respeitem e potencializem as habilidades infantis. Defende-se que os conhecimentos adquiridos por esse profissional sobre o desenvolvimento e as habilidades infantis, quando socializados com a equipe de profissionais e pais, podem ampliar o entendimento acerca da diversidade e complexidade do desenvolvimento humano, e favorecer as relações que se estabelecem em contextos de educação infantil. Essas proposições são articuladas com relatos de intervenção de psicólogos escolares em espaços de educação infantil a partir de experiências de estágio supervisionado no referido contexto, partindo de pesquisas no âmbito da psicologia do desenvolvimento infantil e de experiências de intervenção em psicologia escolar relatadas na literatura brasileira contemporânea.

Desenvolvimento moral: Julgamentos e Emoções

Luciana Maria Caetano

A proposta desse mesa é discutir pesquisas que investigam julgamentos morais (dimensão cognitiva) e emoções morais (dimensão afetiva), especialmente amparados pela abordagem da Teoria dos Domínios Sociais. Para essa abordagem a moral é um dos domínios que compõem o conhecimento social, sendo que crianças e adolescentes, conforme se desenvolvem vão estabelecendo relações com as pessoas e com todo o mundo social, interpretando e construindo conhecimento sobre a existência de distintos territórios no que se refere à organização das relações sociais: o moral, o convencional e o pessoal. Segundo essa abordagem, aspectos do contexto, bem como aspectos do indivíduo, interferem no tipo de julgamento das situações vivenciadas. As pesquisas que essa mesa apresentará utilizam-se desse referencial teórico para investigar diferentes temáticas, bem como para discutir aspectos do contexto (no caso do estudo de exclusão) e aspectos do indivíduo (no caso da pesquisa com crianças com queixas de agressividade, da pesquisa sobre a interferência da admiração nos juízos e da relação entre empatia e exclusão homofóbica). O primeiro estudo apresenta julgamentos de crianças sobre situações que envolvem o machucar e analisa a diferença dos julgamentos em relação a pessoas genéricas e personagens de um desenho animados, analisando a interferência da admiração nos julgamentos das crianças participantes. O segundo estudo investiga julgamentos sobre situações de exclusão motivadas pelo preconceito homofóbico, analisando o papel da empatia e de algumas variáveis sócio demográficas nesses julgamentos. O terceiro estudo que compõem a mesa redonda é um estudo sobre as emoções morais de crianças com queixas de agressividade. Os resultados revelam importantes aspectos do papel do contexto, bem como do papel de aspectos do indivíduo no desenvolvimento moral.

1º Trabalho

Os critérios de julgamentos sobre o machucar envolvendo a admiração aos personagens admirados

Luciana Maria Caetano (Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP)

De acordo com a Teoria do Domínio Social os julgamentos morais podem alterar conforme a idade e o sexo dos participantes. A fim tentar encontrar outros elementos que exercem essa diferença no julgamento moral, os objetivos desse projeto foram: Investigar critérios de julgamentos de crianças de 6 a 11 anos sobre situações envolvendo “machucar o outro” e comparar os julgamentos feitos às pessoas genéricas com os personagens do desenho animado Frozen: Uma Aventura Congelante, a fim de dimensionar a interferência da admiração no julgamento. A pesquisa desenvolvida por este projeto é exploratória, descritiva e de análise qualitativa e quantitativa. Participaram desse estudo, 53 crianças de 6 a 11 anos de idade. Para identificar e investigar as quatro características do Domínio Moral, na perspectiva da Teoria do Domínio Social (Turiel & Davidson, 1986), foi apresentada aos participantes quatro situações sobre o machucar (situação relacionada diretamente com o território moral), sendo eles: machucar sem intenção; machucar psicologicamente; machucar para se beneficiar; e, machucar por vingança. Com os resultados do instrumento, pode-se afirmar que as crianças diferem seus julgamentos frente ao nível de admiração, não demonstrando uma diferença qualitativa nas suas respostas conforme o crescimento da idade. O item que apresentou maior diferença no julgamento moral pelos participantes foi machucar por vingança, uma vez que pessoas genéricas não podem expressar esse tipo de comportamento, mas que o mesmo não se aplica às pessoas admiradas na perspectiva dos entrevistados. Por fim, os estudos sobre a temática dos desenhos animados com a Teoria do Domínio Social são poucos, assim, o trabalho contribuirá com o desenvolvimento dela.

2º Trabalho

Desenvolvimento moral e exclusão: julgamentos de adolescentes sobre situações de exclusão contra homossexuais

Jackeline Maria de Souza (UNIVERSIDADE SÃO PAULO – USP)

Esse trabalho trata-se de resultados parciais da tese de doutorado em andamento no Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na USP. A base teórica adotada é a Teoria do Domínio Social e o diálogo com os estudos do preconceito a partir de uma leitura das relações intergrupais, denominada na literatura de nova perspectiva desenvolvimental social-cognitiva do preconceito. Para esses autores, a complexidade das relações excludentes está no fato de se tratarem de uma relação na qual a criança tem que ponderar entre a identidade grupal e a preservação das normas grupais, com o desenvolvimento moral das suas crenças sobre equidade e justiça. Segundo a Teoria do Domínio Social, a moral é um dos conhecimentos sociais existentes e tem como principal critério as consequências intrínsecas do ato e como estas afetam o bem-estar de outras pessoas. A coexistência desse conhecimento com os domínios convencionais e pessoais e os pressupostos informacionais elucidam a complexidade dos julgamentos. Essa base teórica tem sido confirmada com diversos achados empíricos que sinalizam o caráter situacional dos julgamentos, o qual é alterado em função de variáveis do contexto. Diante disso, o objetivo geral da tese é investigar como variáveis sociodemográficas (idade, sexo, religião e cidade), níveis de empatia dos participantes e fatores específicos da pesquisa em exclusão (grau de contato, experiência como vítima de preconceito, opinião acerca da homossexualidade e percepção de influência) se relacionam com julgamentos de domínio moral frente situações de exclusão contra homossexuais. Tal relação será verificada por critérios quantitativos. Há como hipótese uma relação direta entre as variáveis sociodemográficas e os julgamentos de domínio moral, bem como, através da mediação da percepção de atitudes dos pais, pares e professores. Espera-se observar também uma relação entre o grau de contato com o grupo excluído e a experiência como vítima com o domínio moral, contudo, essas relações seriam mediadas pela empatia. O contato com o grupo alvo também seria mediado pela construção de uma opinião positiva e consequentemente juízos de domínio moral. Todas essas análises serão realizadas conjuntamente, o que permitirá ver como as variáveis conversam entre si. Até o momento, participaram 50 adolescentes (20 meninos e 30 meninas) com idade média de 15 anos. Esses adolescentes responderam a um questionário auto aplicado. Os dados são parciais e ainda não foi possível realizar uma análise conjunta de todas as variáveis, contudo, os primeiros dados sinalizam para uma maior concordância dos meninos nos dois domínios que justificavam a exclusão como certa, pessoal e convencional ($p < 0,05$). Aqueles participantes que já foram alvos de algum tipo de preconceito apresentaram um nível maior de concordância com justificativas morais [$t(38) = -2,31, p < 0,05$]

e pessoais [$t(43) = -2,89, p < 0,01$] de porque é errado excluir. Em relação ao grau de contato, observa-se que essa aproximação esteve correlacionada significativamente com justificativas de domínio moral ($r = 0,461$).

3º Trabalho

Emoções morais em crianças com queixa de agressividade

Betânia Alves Veiga Dell'Agli (Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE)

Os comportamentos agressivos são considerados fatores de risco para o desenvolvimento e podem levar a prejuízos psicológicos, sociais e físicos nos agressores e em suas vítimas. As expressões de agressividade são precursoras de problemas de adaptação e interação social. Esse estudo teve como objetivo investigar as emoções morais em crianças com queixa de agressividade. Participaram do estudo 20 crianças, sendo 18 do sexo masculino, com idades entre 6 e 11 anos ($M=9,4$; $DP=1,54$) que apresentavam queixa de agressividade e/ou problemas de conduta de uma instituição que realiza trabalhos sociais e educacionais no contraturno. Foi utilizada a bateria MacArthur Story Stem Battery (MSSB) para avaliar as emoções morais, o Teste de Vocabulário Auditivo por Figuras (TVAF) para medir o vocabulário e o desenvolvimento da linguagem das crianças. Os responsáveis preencheram a versão brasileira do Inventário de Comportamento para Crianças e Adolescentes (CBCL). O CBCL apresentou escores bem heterogêneos. Os resultados mais significativos, acima de 60%, foram TDAH ($M= 61,35$; $DP=18,91$) e opositor ($M=66$; $DP = 21,13$) e podem ser indicadores de possíveis transtornos ou comorbidades. Os resultados do TVAF mostraram que a maior parte das crianças obteve pontuação nas faixas de classificação “muito rebaixado” (40%) e “rebaixado” (35%). A análise das respostas das crianças na bateria MSSB e com base na teoria piagetiana sobre a moralidade foram elaboradas duas categorias: autonomia e heteronomia. As condutas autônomas apareceram 45 vezes, das quais as pró-sociais apareceram em 67 respostas, seguidas por obediência de intenção com frequência de 61 respostas. As respostas heterônomas apareceram com frequência de 31 vezes. O tema que apresentou mais frequente foi obediência por coação ($n=35$). Respostas egocêntricas apareceram 11 vezes. Foram consideradas respostas egocêntricas as que apresentaram comportamentos antissociais/desobediência/satisfação com o sofrimento do outro. Em 63 julgamentos atribuídos pelas crianças (100 julgamentos [20 participantes x 5 histórias], sendo 35 deles não foram relatados e 2 não souberam responder) todos afirmaram emoções negativas (27 relacionados à tristeza/ruim, 19 à raiva, 11 vergonha e 6 respostas relatando indiferença) a si e a supostos agressores. Os resultados mostraram que as crianças com perfil de agressividade atribuíram mais emoções negativas a si e a transgressores hipotéticos, além de apresentarem um número maior de condutas autônomas ao responder a MSSB.

Educação e socialização parental para valores

Fernanda Maria Palhares Castro

Nesta mesa-redonda, apresentam-se resultados de pesquisas sobre a formação de valores na família, realizadas em diferentes contextos, valendo-se de diversas abordagens metodológicas. Discutem-se ainda as implicações dos resultados dessas pesquisas para o estabelecimento de intervenções e/ou políticas públicas específicas para as populações estudadas. Os trabalhos abordam quais são os valores que os pais julgam importantes transmitir aos filhos e como eles estão socializando seus filhos para esses valores. Por um lado, os estudos realizados diferem em abordagem e foco sobre essas questões; por outro, compartilham a concepção de que os valores são adquiridos nas trocas das crianças com os agentes do mundo exterior e se desenvolvem ao longo das interações. Nesse sentido, a família e, particularmente, os pais assumem um papel fundamental na formação de valores dos seus filhos.

No primeiro trabalho, examina-se a influência da socialização materna e representações sociais (RS) sobre os direitos humanos (DH). Apresenta-se um conjunto de três estudos, nos quais se investiga: (a) as RS de mães sobre os DH; (b) a percepção dos filhos sobre o estilo de socialização dos pais e (c) a influência da verbalização materna no conhecimento dos DH pelos filhos.

No segundo trabalho, buscou-se conhecer os estilos disciplinares maternos e a técnica indutiva por explicação em relação à compreensão do perdão nos filhos. Realizaram-se dois estudos: (a) os participantes foram 92 adolescentes entre 14 e 16 anos e 41 jovens adultos entre 22 e 24 anos; (b) entrevistaram-se adolescentes entre 14 e 17 anos de escolas particulares do nordeste do país.

No terceiro trabalho, investigaram-se os valores que os pais desejam que seus filhos desenvolvam e suas justificativas. Participaram da pesquisa 22 famílias de jovens entre 9 e 16 anos, as quais responderam a uma escala e participaram de uma entrevista semiestruturada sobre valores.

O quarto trabalho buscou conhecer os valores que os pais mais desejam (e menos desejam) que seus filhos desenvolvam, em diferentes contextos culturais. Participaram deste estudo 79 famílias: 26 americanas, 26 brasileiras e 27 de imigrantes brasileiros que vivem nos EUA.

1º Trabalho

Socialização materna e compromisso dos filhos com os direitos humanos

Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

O presente trabalho apresentará os principais resultados de um recorte de três pesquisas que buscaram compreender as relações entre a socialização materna e as Representações Sociais (RS) sobre os Direitos Humanos (DH). Os principais aportes teóricos utilizados foram a abordagem psicossociológica de Willem Doise sobre as RS, a perspectiva de gerações de direitos proposta por Bobbio e teorias relacionadas à Socialização parental. A primeira dessas pesquisas teve como principal objetivo a análise, por meio do software ALCESTE, das RS de mães de diferentes contextos socioeducativos sobre os DH. A segunda buscou verificar a relação entre a percepção que adolescentes e idosos tinham da socialização exercida por seus pais sobre os DH e o comprometimento que diziam ter com esses direitos. A terceira, realizada com díades mães-filhos, buscou verificar a pertinência de um modelo teórico que preconizava a influência da verbalização materna acerca dos DH sobre a percepção dos filhos acerca dessas verbalizações e a influência dessas duas variáveis sobre o comprometimento de adolescentes com os DH. Dentre os resultados da primeira pesquisa, destaca-se que as classes referentes a uma visão negativa e mais restrita dos DH estão relacionadas a mães de classe socioeconômica baixa e de baixo nível de escolaridade. Por outro lado, uma visão positiva e mais ampla dos direitos provém de mães de classe média e de nível de escolaridade superior. Ainda, é importante ressaltar que as classes que apresentam uma visão de que o governo é o responsável pela implementação dos direitos, tanto em questões mais gerais como em questões mais específicas, são constituídas, principalmente, por mães de classe média e que tinham nível de escolaridade superior. Em relação aos resultados da segunda pesquisa, verificou-se que: os estilos Indulgente e Autoritativo foram os que mais se relacionaram com a percepção dos filhos acerca discurso materno sobre os direitos; as mães dos adolescentes falavam mais dos direitos às Liberdades que as mães dos idosos; o estilo negligente se correlaciona menos com o compromisso com os DH que os demais estilos; e os idosos têm um nível de compromisso com os DH maior que o dos adolescentes. No que concerne à terceira pesquisa, de modo geral, os resultados indicam que o modelo proposto é adequado; que as verbalizações das mães, a percepção dos filhos e o comprometimento dos filhos com os DH são mais elevados entre os filhos de 12-13 anos do que entre aqueles de 16-17 anos; e que escores mais elevados, nessas 3 variáveis, estão relacionados a direitos não polêmicos. Apesar disso, verifica-se uma tendência de comprometimento futuro dos filhos com direitos polêmicos um pouco maior do que a verbalização materna e a percepção dos filhos sobre essa verbalização. De modo geral, os resultados corroboram pressupostos da abordagem psicossociológica em relação a ancoragem das RS em aspectos sociais; destacam a influência de diferentes formas de socialização em como os filhos percebem a verbalização de conteúdos relativos aos DH; e, por fim, como a socialização materna exerce um papel importante na construção das RS dos DH.

2º Trabalho

Prática disciplinar materna e compreensão dos Filhos sobre o perdão

Júlio Rique Neto (Universidade Federal da Paraíba)

Os estudos no NPDSM defendem um modelo disciplinar para os valores via o uso da técnica indutiva por explicação associada à verbalização sobre a empatia que as mães sentem por pessoas e situações de injustiça como facilitadora da compreensão dos valores e comprometimento dos filhos com os mesmos valores no futuro (Camino et al., 2016). Este trabalho apresenta os resultados de duas pesquisas sobre estilos disciplinares maternos e técnica indutiva por explicação em relação à compreensão do perdão nos filhos. Piaget (1932/1994) informa que o perdão é construído em relação ao pensamento de justiça como equidade. A equidade é uma concepção de justiça que considera os elementos particulares dos conflitos e a compaixão na elaboração de julgamentos justos. Assim, a equidade favorece o perdão quando a pessoa que violou as regras é julgada, mas permanece no grupo preservando a convivência no coletivo. Esse princípio se aplica na família quando os filhos violam as regras, surgem conflitos entre irmãos etc. Para educar com amor e firmeza os pais procuram ser justos, manter a convivência harmônica do grupo e, ainda assim, explicar ao filho(a) as consequências da ação. Rique e Silva (2015) elaboraram pressupostos que inclui o perdão em uma comunicação construtiva disciplinar através da técnica indutiva por explicação associada a verbalização sobre a empatia que os pais sentem pelos filhos e a responsabilidade pessoal que os filhos tem pelo seu comportamento. Estudos empíricos ainda estão em andamento para verificar o modelo, mas se apresenta aqui os resultados de dois estudos preliminares já

concluídos. Considerando-se que a técnica indutiva por explicação precisa respeitar as condições cognitivas por idade, Maia e Rique (2011) compararam dois grupos de idade compostos por 92 adolescentes de 14 - 16 anos e 41 jovens adultos de 22- 24 anos em relação a concordância com concepções de perdão. Os resultados mostraram que os jovens adultos concordaram com concepções de perdão mais complexas favorecendo a expressão de sentimentos, julgamentos e comportamentos positivos em relação ao ofensor mais do que os adolescentes, que se pautaram na condenação, retribuição ou compensação pelo que foi perdido a partir da ação do outro. Outro estudo, Santos (2014) verificou a percepção dos filhos sobre os estilos disciplinares maternos: autoritário, autoritativo, negligente e indulgente em relação a concordância com as concepções de perdão. Participaram do estudo jovens de 14 a 17 anos, estudantes de escolas privadas do ensino médio em uma cidade de médio porte do nordeste brasileiro. Os resultados mostraram que os filhos que perceberam as mães utilizando a técnica indutiva por explicação (estilo autoritativo) concordavam com compreensões mais complexas de perdão e favoreciam a harmonia no grupo, por exemplo, parar de sentir ressentimento, voltar a confiar e amar o outro, ajudar o outro a não cometer mais o erro etc. Portanto, os resultados iniciais indicam que a técnica indutiva por explicação, respeitando as condições cognitivas por idade, favorece maior concordância com o perdão. Finalmente, estudos que estão em andamento buscam verificar o modelo de transmissão via a empatia e responsabilidade pessoal.

3º Trabalho

Quais valores os pais consideram importantes que seus filhos desenvolvam?

Felipe Queiroz Siqueira (UFRGS)

É comum ouvir pessoas mencionando uma possível falta ou inversão de valores na sociedade (La Taille & Menin, 2009). Os pais, muitas vezes, são considerados os responsáveis por essa situação, visto que há um entendimento geral de que cabe a eles transmitir a seus filhos aquilo que eles próprios valorizam (Tam, Lee, Kim, Li, & Chao, 2012). Entretanto, os valores que os pais consideram importantes variam de acordo com o estágio de desenvolvimento em que seus filhos se encontram (Barni, Alfieri, Marta, & Rosnati, 2013; Tudge et al., 2013). Dessa forma, parece ser relevante investigar aquilo que os pais valorizam em diferentes fases do desenvolvimento de seus filhos. Apesar de existirem estudos brasileiros sobre valores na criação dos filhos, a grande maioria deles encontra-se nos Estados Unidos (Martins et al., 2015). Além disso, há um predomínio de pesquisas quantitativas (e.g., Kohn et al., 2001; Vieira et al., 2010), com pais de bebês (e.g., Martins et al., 2015; Tudge et al., 2013) ou somente de adolescentes (e.g., Macedo, Kublikowski, & Berthoud, 2006; Sarriera et al., 2012). O objetivo deste estudo foi identificar, em pais de crianças e adolescentes, quais os valores que eles consideram mais e menos importantes para seus filhos, assim como analisar qualitativamente suas justificativas. Participaram da investigação 22 familiares de jovens entre 9 e 16 anos de idade, os quais responderam a uma escala por meio da qual deveriam avaliar a importância de 27 valores. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os participantes, na qual eles foram solicitados a elencar os três valores mais importantes e os três menos importantes, bem como justificar suas escolhas. Evidenciaram-se como mais importantes para essa amostra a honestidade, a justiça e a determinação. Os menos importantes foram a ambição, seguir regras dos pais e a liderança. Dentre as justificativas dos mais importantes, destacaram-se o respeito à alteridade, ser um meio para atingir os objetivos e englobar outros valores. Nos menos importantes, destacaram-se prejudicar a si e aos demais, não ser um valor tão importante e não ser garantia de sucesso. A honestidade foi mais mencionada e está relacionada à carência desse valor na sociedade brasileira, enquanto que a ambição foi menos citada e está ligada ao dinheiro e ao poder. Discutem-se os resultados à luz da literatura, ressaltando que a investigação dos valores de pais em relação a seus filhos remete a uma transmissão de valores entre gerações, a qual influi tanto no desenvolvimento individual quanto no funcionamento da sociedade (Barni et al., 2013).

4º Trabalho

Influências culturais dos valores que os pais consideram importantes para seus filhos

Fernanda Maria Palhares Castro (UFRGS)

O valor é um investimento afetivo que nos move e guia nossas ações em certa direção (Freitas, 2003; Menin, Tavares, & Moro, 2013; Piaget, 1954/2005). Sendo assim, podemos pensar que esse investimento se faz presente nas relações familiares, uma vez que os pais elegem os valores que gostariam de ver desenvolvidos em seus filhos. Entretanto, os valores podem variar de acordo com o tipo de cultura no qual as famílias estão inseridas. Perspectivas teóricas como a de Kağıtçıbaşı (2012) têm-se mostrado uma boa abordagem em estudos transculturais. Essa teoria introduz duas dimensões: agência e conectividade. Agência é a dimensão vertical e se refere à forma como os pais criam seus filhos em termos de autonomia e heteronomia. Conectividade é a dimensão horizontal, que se refere a quanto os pais desejam que seus filhos sejam independentes ou mantenham relações com os grupos aos quais pertencem. Estudos realizados na Turquia deram suporte às ideias de Kağıtçıbaşı e

indicaram que pais com maiores níveis de educação, que vivem em centros urbanos, têm como valores para seus filhos a autonomia e a relação (Kağıtçıbaşı & Ataca, 2005). Com base no exposto, o presente estudo buscou avaliar os valores mais e menos importantes que os pais acreditam que devam nortear a vida de seus filhos, e se existe alguma influência da cultura que justifique suas escolhas. Participaram da pesquisa 79 famílias com filhos entre 7 e 14 anos que compuseram três diferentes grupos: (a) 26 famílias americanas; (b) 26 famílias brasileiras; e (c) 27 famílias de brasileiros que vivem nos EUA. Todos responderam a uma escala por meio da qual avaliaram a importância de 27 valores. Além disso, os participantes que deveriam destacar os três valores que eles consideravam mais importantes e os três menos importantes para que seus filhos desenvolvam. Considerando-se a pontuação total dos valores, em cada grupo deste estudo, constatou-se que americanos consideram mais os valores que dizem respeito ao self, ou seja, a independência, enquanto que brasileiros e imigrantes consideram mais valores que estejam relacionados aos outros, às relações. Analisaram-se, a seguir, as frequências dos valores mais e menos importantes. Os resultados indicam que, em todos os grupos, o valor mais importante foi a honestidade. Americanos também elegeram: (a) respeito e (b) autoconfiança. Os brasileiros escolheram ainda: (a) lealdade e (b) persistência. Brasileiros imigrantes nos EUA: (a) justiça e (b) autoconfiança. Todos os grupos consideraram que ser apresentável não é valor prioritário. Todavia, entre os valores tidos como menos importantes também encontram-se algumas diferenças: para os americanos: (a) persistência e (b) ser sociável; para os brasileiros, seja os que vivem no Brasil seja os que moram nos EUA.: (a) liderança e (b) ambição. Discutem-se os resultados à luz da literatura de forma a compreender as influências culturais nas escolhas de valores.

Envelhecimento e Práticas Gerontológicas

Ludgleydson Fernandes de Araújo

A presente mesa redonda é fruto de um livro que reúne capítulos sobre Envelhecimento e Práticas Gerontológicas e que movimentam reflexões de pesquisadores comprometidos com suas práticas disciplinares, exercidas interdisciplinarmente junto a questões de envelhecimento e velhice. Dessa forma, os quatro trabalhos que compõem esta mesa vão encadeando aspectos diversos e singulares do envelhecimento, e escritos de modo a retirar peso à linguagem, tal como é requisito a começar do título de um texto dirigido não exclusivamente aos pares da academia, mas a um público desejoso de conhecer, de forma mais objetiva, mas mais alargada, as problemáticas de um presente e futuro longo. Pode-se dizer, em suma, que se tem, nesta mesa redonda que é fruto de um livro, um repertório de estudos relevantes e pertinentes a práticas gerontológicas bem-sucedidas, tratados sob perspectivas teóricas diversas, mas que se aproximam por “tocarem” aspectos ligados, direta ou indiretamente, à pessoa idosa. A primeira proposta trata-se de uma revisão crítica e sistemática da literatura, de abordagem exploratória e descritiva. Como resultado dos dados, verificou-se a confirmação dos estereótipos negativos em relação à pessoas homoafetivas, e estes são ainda mais acentuados quando relacionados com a velhice. O segundo trabalho visa compreender a relação entre trabalho e envelhecimento, em especial, ao que diz respeito à leitura que se faz deste período como um “deixar de produzir/trabalhar” na atual sociedade devido à aposentadoria. Assim, destaca-se a importância na preparação para o afastamento do ambiente do trabalho, com vistas a minimizar os impactos da mudança com o planejamento para encontrar novas formas de lidar com o tempo, antes gasto no trabalho. O trabalho seguinte discorre acerca do envelhecimento em contextos rurais, analisando as necessidades em saúde a partir do quadro teórico da vulnerabilidade. Para tanto, inicialmente, apresentam-se algumas concepções e definições acerca do rural enquanto categoria de análise, bem como discorre-se acerca do envelhecer nesse contexto. E por último, traz uma breve discussão sobre estudos importantes realizados sobre a resiliência na velhice. Com isso, ocorreu a busca por dados referentes ao perfil biopsicossocial da pessoa idosa para que ocorra uma maior compreensão de questões importantes que se relacionam com os estudos da resiliência, desenvolvidos por pesquisadores renomados. Assim, espera-se que este conjunto de trabalhos apresenta uma pluralidade de pontos de vista em temas relativos às pessoas idosas. Destaca-se a importância de compreender as pessoas idosas e o seu processo de envelhecimento em termos de exigências e necessidades específicas advindas das suas diferenças de gênero, etnia, orientação sexual e atuação profissional.

1º Trabalho

COMPREENDENDO A VELHICE LGBT: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Ludgleydson Fernandes de Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

Falar em velhice LGBT não compreende apenas gays ou lésbicas, necessita-se entender que a travesti, o transexual, o transgênero e outros, estão envelhecendo e com isso quebrando paradigmas perpetuados pela sociedade. Assim, os estudos sobre idosos LGBT estão aumentando, devido ao número de pessoas LGBT que estão chegando na velhice, que é resultante das melhorias no acesso à saúde e assistência social. Trata-se de uma

revisão crítica e sistemática da literatura, de abordagem exploratória e descritiva. Que busca contemplar temáticas que tratem sobre a Velhice LGBT, perfazendo uma compreensão de como vêm sendo construída esta temática na sociedade. Para tanto, utilizou-se as bases de dados eletrônicas: SCIELO, PUBMED e GOOGLE SCHOLAR. Os trabalhos que investigam a velhice LGBT são mínimos, devido a isto, optou-se por selecionar não apenas artigos de periódicos, mas também, publicados em anais de congressos e dissertações de mestrado. Foram recuperados 11 estudos científicos. A partir das publicações analisadas, evidencia-se que a velhice LGBT, instiga um grande desafio aos homossexuais, devido a esta fase do desenvolvimento que já é estigmatizada por si só, e neste sentido, dizeres como “veado velho” e “maricona”, revelam a existência do preconceito explícito, em que nas representações sociais da população a velhice LGBT reflete solidão, dificuldade e mitos que perpetuam na sociedade. Em grande parte das pesquisas observa-se também um desejo nos idosos LGBT em contribuir com outras pessoas, falando de suas experiências, ajudando-os a declararem-se homossexuais, ajudando-os a lidar com as angústias da auto-aceitação e da possibilidade de ser estigmatizado pelos outros. Como resultado dos dados, verificou-se a confirmação dos estereótipos negativos em relação à pessoas homoafetivas, e estes são ainda mais acentuados quando relacionados com a velhice. Todos os artigos recuperados nesta revisão, tratam de alguma forma os estereótipos negativos da sociedade frente a velhice LGBT, e à medida que abordam o tema, expõem que os estudos são contribuintes para a redução do preconceito e para documentar que os estereótipos perpetuados na sociedade encontram-se diminuindo, mesmo que paulatinamente. Outro fator observado neste estudo é que até mesmo os idosos homossexuais tem resistência em aceitar a sua condição de idoso, e quando o fazem, já é com o estigma de que já estão no final da vida e não há mais motivos para vivenciar a sexualidade. Por fim, percebe-se que em meio há tantos estigmas e preconceitos, muito já se tem avançado, tanto na melhora da qualidade de vida, como no desenvolvimento de políticas públicas e tecnologias voltadas aos idosos LGBT, e que as experiências vividas por estes idosos deixam um legado para ajudar aqueles que ainda têm dificuldade na sua auto-aceitação, bem como na sua afirmação social.

2º Trabalho

Reflexões sobre o trabalho e o envelhecimento: um olhar acerca da aposentadoria

Raquel Pereira Belo (Universidade Federal do Piauí)

O trabalho se configura como uma das atividades mais importantes na vida das pessoas, sendo comumente relacionado aos conceitos como sucesso pessoal e status social, constituindo-se como um forte influenciador da construção da identidade e autoimagem. O processo de envelhecimento, por sua vez, é permeado por diversos elementos biológicos, sociais, culturais e econômicos. Em meio a isso, destaca-se a importância de se compreender a relação entre trabalho e envelhecimento, em especial, ao que diz respeito à leitura que se faz deste período como um “deixar de produzir/trabalhar” na atual sociedade devido à aposentadoria. Dessa forma, surge a demanda de se pensar a relação entre o envelhecimento e o trabalho, especialmente, em virtude do aumento significativo que vem ocorrendo no mundo da população situada nessa faixa-etária. O envelhecimento pode ser entendido a partir de várias perspectivas, tais como a biológica/comportamentalista, a economicista, a sociocultural e a transdisciplinar. Papalia, Olds e Feldman (2006) apontam que a classificação mais indicada para as pessoas idosas corresponde à classificação por idade funcional que, se refere à quão bem uma pessoa funciona em um ambiente físico e social em comparação com outras da mesma idade cronológica: o envelhecimento se constitui em um processo biológico marcado pelo declínio da vitalidade do corpo humano, no entanto, ele não se apresenta da mesma forma para todas as pessoas, pois, recebe influência de fatores ambientais, culturais, econômicos, comunitários e familiares e, com isso, nota-se a importância de compreender os vários fatores envolvidos neste momento da vida. Atualmente, um termo comum usado para retratar essa fase da vida é a Terceira Idade que diz respeito a uma construção contemporânea livre de conotações depreciativas e que, de modo geral, refere-se àqueles idosos que estão na faixa dos 55 aos 70 anos e que possuem boa saúde e tempo livre para o lazer e novas experiências, entretanto, no Brasil, considera-se uma pessoa idosa a partir dos 60 anos de idade (Estatuto do Idoso, 2010). Fomentar discussões a este respeito justifica-se pela importância em refletir criticamente acerca da relação entre o trabalho e o envelhecimento na contemporaneidade bem como a respeito da percepção da aposentadoria, pois a forma como a aposentadoria repercute na vida dos indivíduos e como este “deixar de produzir” é percebido por parte da sociedade e pelo próprio aposentado fala muito a respeito do referido processo. Neste sentido é pulsante a necessidade de ampliar o olhar acerca do envelhecer e da própria aposentadoria com o intuito de desfocar o olhar das “perdas” para priorizar um campo de oportunidades que pode vir a surgir. Por fim, destaca-se a importância na preparação para o afastamento do ambiente do trabalho, com vistas a minimizar os impactos da mudança com o planejamento para encontrar novas formas de lidar com o tempo, antes gasto no trabalho. Tais medidas possuem um impacto direto no modo como são vivenciados e experimentados, não só a aposentadoria, mas sobretudo o envelhecimento.

3º Trabalho

O envelhecimento em cidades rurais e a análise das vulnerabilidades em saúde

Ana Alayde Werba Saldanha (Universidade Federal da Paraíba)

Dentre os aspectos relacionados com a longevidade, destacam-se os avanços importantes no âmbito das políticas públicas em saúde e assistência social, bem como as melhorias nas condições de vida da população e o acesso à renda e à escolaridade. Todavia, em país como o Brasil, tais melhorias variam em diversos estados da federação, sobretudo quando se compara contextos urbanos e rurais, sendo estes últimos os que apresentam maiores dificuldades. Este estudo tem por objetivo discorrer acerca do envelhecimento em contextos rurais, analisando as necessidades em saúde a partir do quadro teórico da vulnerabilidade. Para tanto, inicialmente, apresentam-se algumas concepções e definições acerca do rural enquanto categoria de análise, bem como discorre-se acerca do envelhecer nesse contexto. Depois, o quadro teórico da vulnerabilidade é apresentado enquanto perspectiva de análise para as necessidades em saúde da pessoa idosa em contextos rurais, seguido da caracterização do panorama das vulnerabilidades em saúde nesse contexto. A análise das vulnerabilidades em saúde nesse contexto demonstra a existência de iniquidades em saúde, uma vez que as diferenças existentes em relação aos grandes centros urbanos poderiam ser evitadas. Tais desigualdades, entretanto, se inscrevem num conjunto de outras desigualdades, que expressam historicamente diferenças entre o mundo urbano e rural, entre as classes sociais e também diferenças entre os diversos grupos etários. Os contextos rurais já não se caracterizam como “um lugar distante”, apresentando complexidades econômicas, políticas e culturais. Pode-se afirmar que tem havido esforços no sentido de constituir políticas públicas que propiciem qualidade da assistência às pessoas que vivem nesses espaços, em que a superação de iniquidades e desigualdades apresenta-se como desafio para os que defendem a vida como direito ao bem público e à cidadania. Tais ações tem procurado garantir a atenção em saúde através de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo integralidade da atenção a população idosa, considerando suas especificidades e necessidade de saúde. Embora tenha ocorrido, na última década, aumento no investimento público e ampliação de políticas públicas por parte do governo federal, ainda existem demandas estruturais que afetam o cuidado com a saúde dos idosos residentes em cidades rurais. Assim, o enfrentamento a estas demandas exige ações em saúde e políticas públicas que abarquem as esferas individual, social e programática, sobretudo quando se considera que a vulnerabilidade varia ao longo do tempo em função das estratégias e recursos que os idosos dispõem para se proteger. Espera-se que as respostas para tais reflexões mobilizem o direcionamentos de pesquisas e intervenções que levem em conta os idosos de cidades rurais, haja vista a necessidade de ampliação dos estudos nesses cenários. Espera-se, ainda, que as ações reflitam os interesses e necessidades da população, viabilizando adifícil tarefa de articular políticas públicas e subjetividades. Neste sentido, a noção de vulnerabilidade oferece ferramentas úteis para o estudo dos determinantes sociais das necessidades em saúde em contextos rurais e para a promoção da dignidade da pessoa idosa.

4º Trabalho

Resiliência e Velhice: discussões acerca do construto e suas práticas

Ludgleydson Fernandes de Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

O presente estudo traz uma breve discussão sobre estudos importantes realizados sobre a resiliência na velhice. Com isso, ocorreu a busca por dados referentes ao perfil biopsicossocial da pessoa idosa para que ocorra uma maior compreensão de questões importantes que se relacionam com os estudos da resiliência, desenvolvidos por pesquisadores renomados. Na realização do estudo investigativo sobre o perfil psicossocial da população idosa em termos demográficos, procurou-se verificar os aspectos quantitativos desta população nos últimos anos e com isso, perceber as mudanças que vão ocorrendo em todo o meio social em que o idoso está inserido. Houve a análise das conquistas sociais adquiridas pela sociedade para a obtenção das políticas públicas que vão de encontro à busca e implantação dos direitos dos idosos, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, que amplia questões referentes aos direitos e deveres desta camada da população. Ressalta-se que a resiliência é constituída como um recurso importante para o desenvolvimento. Neste sentido, pessoas que têm uma auto-estima elevada, podem ser consideradas resilientes. Com isto, é de se supor que em meio á velhice, ter a resiliência sempre presente, faz com que ocorra a obtenção de um envelhecimento bem-sucedido. Embora a velhice seja um período de mudanças significativas, muitas vezes composta por fatores negativos, ela é também marcada pelo crescimento e desenvolvimento, com pontos positivos na trajetória de vida das pessoas idosas, tendo em vista as muitas experiências e aprendizagens que são adquiridas ao longo dos anos. É relevante mencionar sobre a importância das redes informais de apoio como os vizinhos, familiares e amigos, ou seja, as pessoas mais próximas que fazem parte do convívio social do idoso, especialmente no caso de idosos mais dependentes. Quando as redes formais, como hospitais ou centros comunitários estão em falta, sendo insuficientes ou

insatisfatórias, as redes informais assumem um papel fundamental. As relações que os idosos mantêm com as redes informais exercem papéis de grande importância para a manutenção do bem estar psicológico. Diante dos estudos já realizados e expostos neste presente estudo, pode-se concluir que a resiliência na velhice é um construto importante, pois promove saúde e transforma visões ou formas negativas de encarar a vida em concepções positivas desta, abrindo novos caminhos. Vale ressaltar a sua relevância, tendo em vista as questões relacionadas ao perfil biopsicossocial e ao aumento do número de idosos nos últimos anos. Como ficou evidente, nas pesquisas realizadas a palavra resiliência se remete a uma força ou capacidade para lidar com os desafios e problemáticas que a vida apresenta. Especialmente no caso dos idosos esta questão é de extrema importância, tendo em vista as fragilidades pelas quais este contingente populacional está acometido e como se pode pensar, pelo próprio processo da senescência que ocorre no decorrer da vida do sujeito e que aumenta com o passar dos anos.

Envolvimento Paterno: dimensionalidade, formas de mensuração e repercussões no comportamento infantil

Carolina Duarte de Souza

O envolvimento paterno, o grau de implicação do pai na criação dos filhos (Lamb, 1997), é considerado multidimensional (Palkovitz, 1997; Schoppe-Sullivan, McBride, & Ringo Ho, 2004). O modelo pioneiro de Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1987), concebia esse construto como tridimensional (engajamento: interações do pai com a criança em atividades face-a-face como brincadeiras e alimentação; acessibilidade: a disponibilidade física e emocional do pai para com filho/a; e responsabilidade: pai se responsabiliza pelos cuidados e bem-estar do/a filho/a ao estabelecer acordos para educação da criança, atentando-se para quando a criança precisa ir ao médico). Posteriormente, outros pesquisadores criticaram essa proposta (Hawkins, & Palkovitz, 1999; Palkovitz, 1997). A partir destas críticas ocorreram revisões e ampliações desse modelo (Day & Lamb, 2004; Palkovitz 1997; Pleck, 2010; Schoppe-Sullivan, McBride et al. 2004). Essa falta de consenso na literatura sobre o envolvimento paterno (Schoppe-Sullivan, McBride et al. 2004) nos faz refletir sobre a contribuição da Teoria da Relação de Ativação de Paquette (2004; Paquette & Bigras, 2010; Paquette & Dumont, 2013) para essa discussão ao destacar funções paternas específicas para o desenvolvimento infantil. Esse construto é composto por três dimensões a disciplina (punir ou repreender a criança se ela desobedece, não se esforça ou quebra algo), a estimulação que por sua vez compõe um fator de estímulo à perseverança (encorajar a criança a cumprir tarefas difíceis, superar seus limites e perseverar diante de adversidades, introduzi-la nos esportes, convidá-la a explorar o ambiente e tomar a iniciativa do primeiro contato com uma criança desconhecida) e o estímulo à correr riscos (encorajar a criança a se envolver em atividades arriscadas e dar bastante autonomia para ela explorar o ambiente). Essa mesa redonda propõe uma discussão do envolvimento paterno à luz da teoria da Relação de Ativação. O estudo de Quele de Souza Gomes e colaboradores objetivou caracterizar o envolvimento paterno a partir das dimensões suporte emocional, abertura ao mundo, cuidados básicos, jogos físicos, evocações, disciplina e tarefas de casa em função do sexo da criança. Já o estudo de Carolina Duarte de Souza e colaboradores correlacionou o envolvimento paterno a partir das dimensões da relação de ativação, cuidados diretos e indiretos e suporte emocional com as dificuldades e capacidades da criança. O estudo de Julio Macário de Medeiros e demais autores verificou se, para além do engajamento paterno e sexo da criança, a qualidade da relação de ativação predizia a assunção de risco da criança; e se o sexo da criança moderava a associação entre a qualidade da relação de ativação e a tomada de risco da criança. Por fim o estudo de Ana Maria Xavier Faraco e colegas apresentou um protocolo quantitativo de registro da observação da Situação de Risco, com adaptações ao contexto brasileiro. As discussões propostas nessa mesa visam ampliar o conhecimento a respeito do envolvimento paterno, especialmente no que se refere à sua participação direta no cuidado com as crianças, bem como gerar novos estudos em busca de melhor compreensão sobre as especificidades nas funções paternas e suas repercussões para o desenvolvimento infantil.

1º Trabalho

Pai de menino, pai de menina: diferenças no envolvimento paterno em função do sexo da criança

Quele de Souza Gomes Santos (Universidade Federal de Santa Catarina)

Algumas investigações têm indicado que os pais se envolvem mais nos cuidados e na interação com os filhos do que com as filhas (Paquette & Dumont, 2013; Backes, 2015; Planalp & Braungart-Rieker, 2016), contudo, ainda não existe consenso a esse respeito (Aznar & Tenenbaum, 2016; Gomes, Crepaldi, & Brigas, 2013; Mascaro, Rentscher, Hackett, Mehl, & Rilling, 2017). Desse modo, o objetivo deste estudo foi caracterizar o envolvimento paterno em função do sexo da criança. Participaram deste estudo 42 pais de meninos e 39 pais

de meninas, residentes em Salvador. Eles responderam a ficha de dados sociodemográficos e o Questionário de Engajamento Paterno (QEP), que caracterizou o envolvimento paterno a partir das dimensões suporte emocional, abertura ao mundo, cuidados básicos, jogos físicos, evocações, disciplina e tarefas de casa. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética Pesquisa com Seres Humanos (EEUFBA), sob o parecer consubstanciado de nº 632.503. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e testes de Correlação de Spearman e Mann-Whitney. Os resultados indicaram diferenças entre os grupos somente na dimensão cuidados básicos, com maior envolvimento paterno entre os pais de meninos. Entretanto no grupo de pais de meninos, foram encontradas correlações negativas entre a idade do pai e a dimensão disciplina, e positiva entre essa dimensão e a carga horária de trabalho materna. No grupo de pais de meninas, foram verificadas correlações positivas entre a escolaridade paterna, a renda familiar e as dimensões cuidados básicos e abertura ao mundo. Uma possível explicação para que os pais se engajem mais nos cuidados básicos com os filhos do que com as filhas, relaciona-se ao fato deles apresentarem mais habilidades para cuidar do menino, tendo em vista a similaridade biológica entre os corpos. Além disso, de acordo com Backes (2015), pais de meninas relatam ter dificuldades para vestir e arrumar os cabelos das filhas, preferindo compartilhar esse tipo de atividade com as mães. Em relação as correlações, no grupo dos pais de meninos, o fato da mãe estar menos disponível para o cuidado com o filho em virtude da carga horária de trabalho, exige que o pai participe mais ativamente na criação dos filhos (Gracia, 2014) que, por serem considerados mais ativos, podem contribuir para que os pais sejam mais disciplinadores (Paquette & Dumont, 2013). Já, as correlações encontradas no grupo de pais de meninas podem ser explicadas pelo fato de que os pais mais escolarizados e com maior renda tendem a apresentar menos crenças relacionadas à divisão sexual do trabalho e aos estereótipos de gênero, o que contribui para que eles se envolvam mais nos cuidados básicos e incentivem suas filhas a serem mais autônomas (Macon, Tamis-Lemonda, Cabrera, & Mcfadden, 2017). A despeito dos resultados deste estudo, é importante o envolvimento efetivo do pai na criação dos filhos, independentemente do gênero e condição da criança. Além disso, cada vez mais se deve valorizar e promover o papel ativo do pai na dinâmica familiar no sentido de dividir tarefas domésticas e de cuidar das crianças.

2º Trabalho

Envolvimento paterno e capacidades e dificuldades da criança

Carolina Duarte de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina)

O envolvimento paterno é compreendido como um construto multidimensional (Palkovitz, 1997; Schoppe-Sullivan, McBride, & Ringo Ho, 2004), que tem relação com o funcionamento sócio emocional da criança (Lamb, 1997). Objetivou-se compreender as relações entre o envolvimento paterno e o comportamento da criança em famílias heteroaletivas com crianças pré-escolares de quatro regiões do sul do Brasil. Para tanto, 172 famílias foram investigadas em relação às dimensões do envolvimento paterno de: estímulo ao risco, estímulo à perseverança e disciplina por meio do Questionário de Abertura ao Mundo (Paquette, Eugene, Dubeau, & Gagnon, 2009), e de suporte emocional e cuidados básicos por meio do Questionário de Engajamento Paterno (Paquette et al., 2000). Com relação ao comportamento da criança mensurou-se as dimensões de sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas no relacionamento com pares e comportamento pró-social por meio do Questionário de Capacidades e Dificuldades da Criança (Woerner et al., 2004). Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e teste de Correlação de Pearson. O envolvimento paterno teve média relativamente alta com 4,32 (DP 0,43) em um intervalo entre 1 e 6, e as médias paternas para as dimensões do envolvimento em ordem decrescente foram de 5,10 (DP 0,69) em suporte emocional, 4,95 (DP 0,68) em estímulo à perseverança, 4,17 (DP 0,88) em cuidados básicos, 3,76 (DP 1,10) em estímulo ao risco, e 2,79 (DP 0,84) em disciplina. Dentre as dimensões do envolvimento paterno apenas a disciplina não se correlacionou com o índice geral e que este se correlacionou negativamente com os sintomas emocionais das crianças ($r = -0,27$; $p \leq 0,01$) e com os problemas de relacionamento com os pares ($r = -0,16$; $p \leq 0,05$). Ainda se encontraram correlações negativas entre as dimensões de: estímulo a perseverança paterna e sintomas emocionais das crianças ($r = -0,27$; $p \leq 0,01$) e hiperatividade ($r = -0,18$; $p \leq 0,05$), estímulo ao risco e sintomas emocionais das crianças ($r = -0,21$; $p \leq 0,01$) e problemas de relacionamento com os pares ($r = -0,15$; $p \leq 0,05$), cuidados básicos e sintomas emocionais das crianças ($r = -0,15$; $p \leq 0,05$) e problemas de conduta ($r = -0,21$; $p \leq 0,01$). A dimensão de disciplina se correlacionou positivamente com problemas de conduta ($r = 0,21$; $p \leq 0,01$) e hiperatividade ($r = 0,20$; $p \leq 0,01$). Não foram encontradas correlações significativas entre o suporte emocional do pai e o comportamento pró-social da criança. Os dados contribuem para a discussão sobre a relação entre o envolvimento paterno e o comportamento pró-social infantil. Conforme apontado por Paquette (2004) o pai exerce importante função na mediação da agressividade infantil e contribui para o desenvolvimento social das crianças. Pode-se inferir que quanto maior o envolvimento paterno menor a presença de problemas de comportamento da criança. Ao incentivar as crianças a se abrirem para o mundo (estimulação) enquanto estabelece os limites apropriados para

sua segurança (disciplina), os pais fomentariam o vínculo afetivo necessário para desenvolver o sentido de segurança e autoconfiança das crianças. Somente a dimensão de disciplina apresentou relação positiva com os problemas de comportamento infantil. Talvez isso se deva ao fato dessa ser composta por itens de ações punitivas paternas e não de imposição de limites adequados.

3º Trabalho

Relação de ativação pais-criança e assunção de risco na primeira infância: efeito de moderação do sexo da criança

Julio Cesar Macário de Medeiros (Université de Montréal)

A relação de ativação pais-criança é o vínculo afetivo de estimulação à exploração e à abertura ao mundo, balizadas por limites (disciplina) que visam a garantir a segurança da criança (Paquette, 2004). Em função da reação da criança a situações de risco e à disciplina parental, ela pode ser categorizada como subativada (evitação de risco e pouca exploração), ativada (exploração prudente) e superativada (exploração sem prudência). Embora essa relação se construa entre a criança e cada um dos seus pais, indivíduos do sexo masculino assumem mais riscos (Cárdenas et al., 2012; Paquette, 2015) e na interação com a criança, o pai pode desempenhar um papel de catalisador da assunção de risco para ela, promovendo o equilíbrio entre exploração do ambiente e prudência (StGeorge et al., 2015). Os objetivos deste estudo foram: a) verificar se, para além do engajamento paterno e sexo da criança, a qualidade da relação de ativação prediz a assunção de risco da criança; e b) verificar se o sexo da criança modera a associação entre a qualidade da relação de ativação e a tomada de risco da criança. Díades pai-criança e mãe-criança (n=121, 50% meninas) foram observadas no procedimento Situação de Risco (Paquette & Bigras, 2010) para avaliação da relação de ativação e a frequência de assunção de risco da criança foi obtida pela média dos escores de ambos os pais ao Injury Behavior Checklist (Speltz et al., 1990). O engajamento paterno (auto-reportado) representa o total de horas/semana que o pai passa com a criança-participante. Por meio de análises de caminhos (path analysis), foram avaliados os efeitos diretos do sexo da criança, engajamento paterno e relação de ativação pai/mãe-criança aos 12-18 meses, bem como os efeitos de interação entre relação de ativação e sexo da criança para predizer sua assunção de risco aos 24-30 meses. Para além do sexo da criança e do engajamento paterno, nenhuma associação direta entre a assunção de risco das crianças e a relação de ativação com qualquer dos pais foi encontrada. Um efeito de moderação foi observado: a superativação mãe-criança está significativamente associada à maior frequência de assunção de risco, mas apenas para os meninos. A superativação pelo pai não está associada à assunção de risco da criança. Conclui-se que para a amostra estudada, a relação de superativação mãe-criança constitui um fator de risco para o incremento da frequência de comportamentos de assunção de risco nos meninos.

4º Trabalho

Protocolo de Observação da Situação de Risco adaptado para o contexto brasileiro

Ana Maria Xavier Faraco (Universidade Federal de Sta Catarina)

A relação de ativação pai-criança é uma forma de vínculo afetivo que favorece a abertura da criança para o mundo (Paquette, 2004). A qualidade dessa relação pode ser acessada por meio da Observação da Situação de Risco (Paquette & Bigras, 2010), e analisada por um protocolo de registro qualitativo. Com intuito de utilizar esse procedimento observacional, no contexto brasileiro, bem como efetuar análises estatísticas, constatou-se a necessidade de uma adaptação quantitativa do protocolo de registro. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o protocolo quantitativo de registro da observação da Situação de Risco, com adaptações ao contexto brasileiro. Além desta adaptação, foi elaborado um manual para aplicação desta versão quantitativa do protocolo com uma descrição minuciosa de sua utilização para que, o registro das observações possa ser efetuado e analisado também por medidas quantitativas em diversos contextos. O protocolo adaptado é constituído por uma ficha de codificação, uma ficha de classificação, uma descrição dos fenômenos analisados nas fichas e um manual de como se utilizam essas fichas. Os resultados indicaram que o protocolo adaptado mostrou-se um instrumento útil para avaliar a relação de ativação pai-criança, em famílias biparentais com crianças de quatro ou cinco anos de idade, no contexto brasileiro. Por fim, o cunho quantitativo do protocolo e a descrição de sua utilização no manual possibilitam que pesquisadores de outros contextos possam utilizá-lo e obter dados que permitam a ampliação ou especificação de análises estatísticas variadas na caracterização, na investigação e no conhecimento do fenômeno da relação de ativação nas interações pais-filhos. Vale ressaltar que a Teoria da Relação de Ativação (Paquette, 2004), que tem como foco duas dimensões: a) estimulação (stimulation); b) disciplina (discipline), é recente e refere-se a um dado específico sobre o envolvimento paterno, nesse sentido, são escassos os estudos no cenário brasileiro sobre a temática. Essa adaptação envolve a especificidade ou complementaridade dos papéis parentais e ainda refere dados sobre a criança ser ativada, subativada ou superativada por meio do tipo de interação do pai.

A partir da situação de risco busca-se observar se, quando encorajadas a enfrentar desafios, as crianças desenvolvem confiança em si mesmas e nos outros, abrindo-se para o mundo. Crianças bem ativadas tendem a ser menos depressivas, menos ansiosas, menos isoladas e menos dependentes, além de estarem associadas à boa competência social. Espera-se que instrumentos como esse, adaptados ao contexto brasileiro, venham a contribuir para intensificar os conhecimentos sobre a parentalidade, especialmente no que se refere à especificidade da relação pai-criança e sua repercussão para o desenvolvimento infantil.

Estratégias adaptativas no desenvolvimento de adolescentes e adultos emergentes: orientação de futuro, emoções autoavaliadoras e prolongamento da transição para a vida adulta

Tânia Abreu da Silva Victor

Determinados comportamentos são necessários para a sobrevivência dos sujeitos inseridos em um ambiente físico e social em momentos específicos do ciclo vital. Alguns aspectos adaptativos, típicos da juventude e que não são necessariamente utilizados na fase adulta, foram selecionados para benefício do longo período de imaturidade característico do ciclo vital da espécie humana. Do ponto de vista ontogenético, esta imaturidade permite grande plasticidade e que habilidades, amadurecidas no transcurso do ciclo vital, cheguem a uma complexidade maior, possibilitando maior aptidão (sobreviver e deixar descendentes). Apesar dos riscos existentes em um longo período de imaturidade, com a possibilidade de morte antes de se atingir a idade reprodutiva, estender o período da juventude tem vantagens adaptativas. O desenvolvimento humano não apresenta momentos de modificações radicais, suas transformações são graduais e contínuas. Entretanto, em alguns momentos ocorrem maiores alterações como, por exemplo, o crescimento físico na infância e na adolescência. A adolescência (transição entre a fase juvenil e a adulta) engloba os processos de maturação física, social e pessoal, tempo de se explorar os papéis sociais e sexuais e refinar as estratégias relacionadas à competência social. Com isto o objetivo da mesa é apresentar algumas destas estratégias inerentes a esta fase do ciclo vital. A diversidade dos trabalhos e abordagens teóricas favorece a reflexão do tema a partir de um ponto de vista comum que é discutir um momento específico do ciclo do desenvolvimento, a adolescência/juventude. As variáveis abordadas pela mesa incluem a orientação de futuro de jovens e o quanto características do contexto como violência e disponibilidade de recursos influenciam nestas expectativas, a experiência emocional autoavaliadora vivida como conquistas e fracassos e a influência no self adolescente, a adultez emergente e o prolongamento da passagem para a vida adulta, de forma a postergar a assunção de papéis adultos tradicionais como casar e ter filhos. Compreendemos que esta fase do desenvolvimento é de extrema relevância para o amadurecimento de habilidades e competências sociocognitivas, possibilitando maior aptidão para a fase adulta e os diferentes temas abordados pela mesa busca apresentar algumas dessas estratégias.

1º Trabalho

Orientação de futuro de jovens moradores de uma comunidade na cidade do Rio de Janeiro submetida a políticas públicas de segurança: relação com variáveis psicológicas e socioculturais.

Tânia Abreu da Silva Victor (Colabora Grupo de Pesquisa Interação Social e Desenvolvimento – UERJ)

O presente trabalho baseia-se na perspectiva Evolucionista da Psicologia e centra-se nas estratégias que orientam o comportamento humano e nossas expectativas de futuro. De acordo com esta perspectiva, os processos e mecanismos que compõem a mente humana foram selecionados para responder de maneira adaptativa às variáveis contextuais. Considerando o processo ontogenético, os jovens podem assumir riscos de acordo com a imprevisibilidade do ambiente em que vivem. Este comportamento pode variar também de acordo o sexo e com a experiência individual, dentre outras variáveis do ambiente. Este estudo se propõe a analisar como as transformações ocorridas em uma favela podem influenciar nas expectativas de futuro e nos comportamentos dos jovens inseridos neste contexto. O alvo desta investigação foi a Rocinha, pacificada em novembro de 2011 e que recebeu uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 2012. Os objetivos desse estudo são: analisar como os jovens da Rocinha percebem a comunidade antes e após o processo de pacificação e implantação da UPP; à avaliação de segurança e satisfação no contexto, à experiência de violência e a relação dessa percepção com sua orientação para o futuro. Participaram do estudo, 120 jovens de ambos os sexos, todos com idade variando entre 16 e 30 anos completos. Quarenta dos participantes foram recrutados antes do processo de pacificação e implantação da UPP e os outros 80 depois. A hipótese desse estudo é que diferenças serão encontradas antes e após a UPP para as variáveis: desconto do futuro, exposição a violência e avaliação do contexto em relação a

violência e disponibilidade de recursos. Os resultados encontrados mostraram que não houve diferenças significativas quando comparados os dois grupos para as variáveis citadas, antes e após a UPP na Rocinha. Apenas para a satisfação com o contexto, quanto a disponibilidade de recursos, houve diferença significativa, indicando que após o processo de Pacificação o contexto foi melhor avaliado pelos jovens. Apesar dessa diferença, as transformações esperadas com o processo da UPP, não parecem ter atingido o objetivo idealizado pelo programa. Com isso, a percepção dos jovens sobre o contexto não mudou em relação a outros aspectos além da disponibilidade de recursos. Não foram observadas diferenças em relação ao desconto do futuro. É necessária a continuação do processo de UPP para que seus objetivos possam ser plenamente atingidos, o contexto possa ser mais favoravelmente percebido pelos jovens moradores da Rocinha e esses possam usar mais estratégias a longo prazo em suas vidas.

2º Trabalho

Culpa, vergonha e orgulho na adolescência: uma interface entre as emoções avaliadoras e o desenvolvimento do self.

Ana Paula Simeão Faria (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Edna Lúcia Tinoco Ponciano

As emoções autoavaliadoras (culpa, vergonha e orgulho) podem influenciar o desenvolvimento do self, devido à importância das emoções para a experiência subjetiva. A adolescência é uma fase de construção de si, sendo marcada pela autonomia e por decisões de projetos de vida, que implicam realizações e fracassos. Nesse processo de autorrealização, o adolescente constrói sua identidade. As emoções têm a função de auxiliar o indivíduo em sua adaptação e sobrevivência, em relação a algo significativo. As atividades cognitivas o preparam para ação ou comportamento adequado. A mobilização intensa da experiência emocional, na cognição e no corpo, pode reforçar pensamentos positivos ou negativos, que o indivíduo tem sobre si, sobre alguém ou sobre algo. Uma perspectiva sociológica indica que normas e regras sociais vigentes, em sociedades industrializadas, exigem do indivíduo sucesso e realização, como forma de reconhecimento e de valor. O indivíduo, em constante avaliação de si, percebe-se como realizado (orgulho) ou fracassado (culpa/vergonha). Nesse sentido, o(a) adolescente interpreta suas emoções de culpa, de vergonha e de orgulho, inseridas em um contexto social, validando-as como positiva ou negativa, o que influencia o desenvolvimento do self. Relacionando as emoções autoavaliadoras e o desenvolvimento do self adolescente, realizamos uma pesquisa de mestrado tendo como objetivo investigar de que modo a experiência emocional autoavaliadora, vivida como conquistas e fracassos, demarca o self adolescente, considerando, ainda, o vínculo parental como um auxílio para a regulação emocional e para a saúde mental dos(as) jovens. Apresentamos os resultados dessa pesquisa, realizada com metodologia qualitativa, ao entrevistar 12 adolescentes, seis rapazes e seis moças, entre 15 e 19 anos de idade, residentes na cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos um roteiro com perguntas norteadoras. As entrevistas foram transcritas e adotamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2008). Extratos das entrevistas exemplificam os eixos temáticos: (1) Self na adolescência, (2) Relação com os pais e (3) Emoções. A partir do relato dos(as) jovens, identificamos a influência das emoções autoavaliadoras para o desenvolvimento do self. Os(as) jovens que alcançaram alguma realização, tal como passar em um concurso, têm um discurso sobre si seguro e positivo. Os(as) jovens que não tinham alguma realização e puderam contar com o suporte parental, para regular suas experiências emocionais negativas, têm igualmente uma narrativa positiva sobre si. No entanto, as jovens que apresentam um ambiente familiar fragilizado, devido a diversos fatores, demonstram um discurso negativo sobre si. Na conclusão, destaca-se a relação dos pais com seus filhos(as), sendo apresentada como fundamental para enfrentar as frustrações, para o reconhecimento das conquistas dos(as) jovens e para a construção da identidade e da regulação emocional.

3º Trabalho

Transição para a vida adulta no Brasil: Fatores de Risco e de Proteção na Adulter Emergente.

Luciana Dutra-Thomé (UFBA)

O presente trabalho aborda a transição para a vida adulta no Brasil a partir de uma perspectiva atual no campo da psicologia do desenvolvimento chamada “adulter emergente”. A adulter emergente é um tema recente no Brasil e de refere ao grupo de jovens entre 18 e 29 anos que está vivendo um prolongamento da passagem para a vida adulta, de forma a postergar a assunção de papéis adultos tradicionais como casar e ter filhos. Esse prolongamento é observado, sobretudo, no contexto urbano de países industrializados. Focalizamos essa temática levando em consideração fatores de risco e de proteção no contexto do Brasil. Serão relatados estudos brasileiros sobre a adulter emergente e discutidos fatores sociais, educacionais e econômicos que afetam a transição para a vida adulta.

Serão apresentados resultados de quatro estudos brasileiros, com amostras variando entre 510 e 920 participantes, os quais usaram métodos quantitativos e análises estatísticas variadas (equações estruturais, ANOVAS e regressão). Os estudos identificaram quatro fatores promocionais durante a idade adulta emergente: conexão com outras pessoas, amizades, habilidades sociais e objetivos de vida. De maneira sintônica, os quatro estudos apontam a importância da rede de apoio para o desenvolvimento dos jovens, em destaque para o papel da família e instituição educacional no aumento da autoestima, autoeficácia e habilidades sociais. Consideramos que é primordial compartilhar com a comunidade científica esses resultados, devido a necessidade de identificar alvos de intervenções focadas na promoção do desenvolvimento positivo durante a adultez emergente.

Estudos sobre Acolhimento Institucional: Práticas Educativas e Interações Positivas

Débora Dalbosco Dell'Aglio

Diversos estudos sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes têm sido desenvolvidos no Brasil, contribuindo para o debate atual sobre o reordenamento dessa política pública. Houve mudanças das legislações que regulamentam o funcionamento dos serviços de acolhimento no Brasil, mas ainda é necessário que se conheça melhor os processos que ocorrem nas interações entre as crianças, adolescentes, educadores sociais e famílias dos jovens que se encontram em acolhimento institucional ou em casas lares. Além disso, as práticas educativas que ocorrem nesse contexto também precisam ser discutidas, de forma que práticas de cuidado positivas possam se estabelecer como promotoras de desenvolvimento em momentos da rotina institucional. Dessa forma, esta mesa-redonda tem como objetivo apresentar e discutir pesquisas sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes, realizadas em diferentes estados e universidades brasileiras, incluindo sul, norte, nordeste e sudeste. Inicialmente, será apresentado o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência (NEPA/UFRGS), coordenado pela Profa. Débora Dalbosco Dell'Aglio, e que discute as práticas educativas positivas utilizadas pelos educadores, no cuidado das crianças e adolescentes em acolhimento institucional. O segundo estudo, realizado pelo grupo de pesquisa das Professoras Lilia Cavalcante e Celina Magalhães, da UFPA, teve por objetivo realizar um levantamento das práticas de cuidado utilizadas pelos educadores responsáveis pelo cuidado diário a crianças em acolhimento institucional de quatro capitais da região Norte (Belém, Macapá, Manaus e Palmas). A terceira apresentação refere-se a um estudo desenvolvido pela equipe da Kátia de Souza Amorim, da Universidade de São Paulo (USP), enfocando as interações adulto-bebê-objetos e o compartilhamento de produtos culturais, no contexto do acolhimento institucional. Finalmente, a quarta apresentação, refere-se a um estudo, realizado pela Profa. Hivana Rosa da Fonseca, do Piauí, que investigou as interações entre as instituições de acolhimento e as famílias. Dessa forma, a partir da discussão conjunta das pesquisas desenvolvidas, em diferentes locais do país, espera-se poder contribuir para uma discussão e aprofundamento da questão do acolhimento institucional, como uma realidade complexa, que envolve múltiplos contextos e olhares. Além disso, pretende-se destacar a importância da capacitação de profissionais que atuam junto a essa população e da necessidade de discussão de políticas públicas relacionadas a essa questão, de forma que os espaços de acolhimento possam se configurar com um fator de proteção ao desenvolvimento dos jovens em vulnerabilidade.

1º Trabalho

Práticas Educativas Positivas no Contexto do Acolhimento Institucional

Bruna Wendt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

As instituições de acolhimento assumem um importante papel no desenvolvimento de muitas crianças e adolescentes que se encontram afastados de seus lares, em situações de vulnerabilidade pessoal, familiar ou social. Embora a família siga sendo a principal fonte de segurança e bem-estar da criança e do adolescente, o contexto institucional pode operar como fator de proteção em casos de violação de direitos, proporcionando suporte social e relações afetivas estáveis. Frente à importância que as instituições de acolhimento têm no desenvolvimento dos acolhidos, é fundamental compreender quais práticas educativas vêm sendo utilizadas e como adequá-las à uma perspectiva mais positiva de cuidado. As práticas educativas utilizadas por pais e educadores são caracterizadas como ações e estratégias empregadas na orientação e socialização do comportamento de crianças e adolescentes. No contexto institucional é importante refletir sobre as práticas efetivadas por indivíduos que promovem o cuidado, como os educadores sociais, principais cuidadores das crianças e jovens institucionalizados. Estudos têm demonstrado que os acolhidos também reconhecem essa função, considerando-os elemento fundamental em sua rede de apoio social e afetivo. As orientações e normativas legais preveem que as práticas educativas no meio institucional sirvam para orientar e preparar o acolhido, com vistas a desenvolver sua autonomia, autoestima e independência. Compreende-se que as práticas educativas que mais contribuem para o desenvolvimento positivo

das crianças e adolescentes são aquelas que se baseiam no diálogo e no respeito ao outro, aplicando os limites com afeto e coerência. Estabelece-se uma relação de confiança com o acolhido e abre-se espaço para que ele expresse suas opiniões, tome decisões e construa um pensamento crítico que o auxilie no enfrentamento da violência. A maioria dos estudos tem focado as estratégias e práticas negativas usadas por educadores sociais. Todavia, é importante dar ênfase aos bons exemplos, ou seja, às práticas educativas positivas que vêm sendo adotadas e que podem servir como bons modelos a serem seguidos. Portanto, o objetivo desta apresentação é evidenciar boas práticas que podem ser implementadas nas instituições de acolhimento com vistas a melhorar as interações sociais nestes espaços. É imprescindível valorizar as forças pessoais e as potencialidades de cada acolhido, construindo emoções positivas e enaltecendo os aspectos saudáveis de cada um. Além de reconhecer e validar os esforços e as realizações do acolhido, é importante dar suporte e manifestar apoio quando os objetivos não são atingidos. Destaca-se ainda, a relevância de permitir que ele participe da rotina diária e dar autonomia para que ele organize seu espaço na instituição, auxiliando-o na construção de sua identidade e autoestima. Promover o desenvolvimento de habilidades sociais, como a empatia e a assertividade, também é fundamental para seu desenvolvimento social. Embora as instituições de acolhimento não se constituam enquanto solução a longo prazo, é importante resgatar e valorizar a sua função educativa, fazer a revisão contínua das práticas e das metodologias de trabalho utilizadas, adequando-as, sempre que possível, à uma perspectiva mais positiva de cuidado.

2º Trabalho

Práticas de cuidado em ambiente de acolhimento: Um olhar sobre o educador em instituições infantis da Região Norte

Laiane da Silva Corrêa (Universidade Federal do Pará)

Os estudos que focalizam práticas de cuidado e interações entre educador e criança discutem importantes contribuições para o entendimento das relações estabelecidas nos espaços de acolhimento. Possibilitam, além disso, uma visão da rotina institucional e das práticas adotadas pelo educador que é essencial ao desenvolvimento das crianças que vivem em ambiente de acolhimento, o que pode oferecer consequências decisivas. Assim, o educador deve ser visto enquanto figura de referência, rede de apoio e de extrema importância para o desenvolvimento de crianças que vivem em ambientes de acolhimento institucional. O objetivo deste estudo é traçar o perfil pessoal e institucional de educadores e identificar suas práticas de cuidado com crianças acolhidas em instituições da região Norte. Participaram, portanto, 107 educadores responsáveis pelo cuidado diário a crianças em acolhimento institucional de quatro capitais da região Norte (Belém, Macapá, Manaus e Palmas). Os dados foram coletados através de entrevista, para tanto utilizou-se um questionário de caracterização do perfil sociodemográfico e levantamento das práticas de cuidado dos educadores. O estudo ocorreu em instituições governamentais e não governamentais de Belém (2), Macapá (1), Palmas (1) e Manaus (3). Entre os principais resultados, identificou-se que a maioria dos educadores é mulher (94,4%), com média de idade de 38 anos (DP=8,75), ensino superior (55,1%), com filhos (72%) e possuem experiência na função, mas que não frequentaram cursos de capacitação (67,3%). No que concerne as práticas adotadas, verifica-se que este profissional aponta a execução com frequência, de sempre a muitas vezes, de ações típicas da rotina institucional, tais como: acolhida da criança na chegada e saída da instituição, alimentação, descanso, higiene, brincadeira, situações de conflito e interações sociais positivas, grupo de irmãos, entre outros. Percebe-se uma menor frequência de práticas voltadas à investigação, por parte do educador, das preferências individuais, especialmente em relação à alimentação, vestuário e horários, bem como sobre à sexualidade da criança. Estes profissionais justificam a baixa frequência destas práticas relatando a rigidez das normas e regras institucionais vigentes. Apontam também, a dificuldade em lidar com o tema da sexualidade, ou ainda, que são práticas que não fazem parte de suas atribuições, e que devem ser abordados pela equipe técnica do serviço. A partir dos resultados encontrados foi possível identificar um conjunto de educadores experientes, tanto pessoal como profissionalmente, em sua maioria mulheres e que apresentam escolaridade compatível com o que é exigido por normativas que regem os serviços. Observou-se, ainda, que a falta de investimento em cursos de capacitação e aprimoramento pode estar contribuindo para certa confusão de papéis por estes educadores, e ainda, para a não execução de práticas de cuidado promotoras de desenvolvimento em momentos da rotina institucional. Há, portanto, a necessidade de valorização do trabalho desenvolvido pelos educadores, e uma das formas de se garantir isto, é oferecendo melhores condições ambientais, de trabalho e salário, e cuidando deste cuidador, para que assim se tenha um atendimento de qualidade e promotor de desenvolvimento as crianças que estão sob os seus cuidados.

3º Trabalho

Bebês em serviços de acolhimento: Interações adulto-bebê-objetos e o compartilhamento de produtos culturais

Gabriella Garcia Moura (FFCLRP)

Cuidar e educar bebês compõem o mesmo processo de socialização. Ao cuidar, o Outro também educa, inserindo os bebês no universo semiótico. Nesse cotidiano, inúmeros objetos estão presentes, produtos culturais com usos e significados compartilhados pelo grupo social. Com o uso destes objetos, acompanhados de gestos (como oferecer ou apontar), da fala e de expressões emocionais, o adulto estabelece com o bebê ações conjuntas, que ocorrem desde o nascimento e viabilizam, por exemplo, a emergência da atenção conjunta, o uso de signos e o desenvolvimento linguístico e cognitivo. Contudo, estudos sobre interações bebê-adulto-objetos têm sido realizados, usualmente, em contextos laboratoriais ou domésticos (enfocando fundamentalmente relação mãe-bebê), o que suscita a questão: como se dão essas interações em contextos de assistência a bebês alijados do convívio familiar de origem, como instituições e famílias acolhedoras? Assim, o presente estudo objetivou conduzir estudos de caso exploratórios para verificar como se dão interações adulto-bebê-objetos em dois diferentes contextos de acolhimento – familiar e institucional. Sustentado em cuidados éticos, dois bebês focais (ambos apresentados com nomes fictícios) foram acompanhados por todo período de acolhimento através de videografações semanais: Cecília, dos 6 aos 11 meses, no acolhimento familiar; e, Luíza, dos 3 aos 5 meses na instituição. Foi realizada observação sistemática, com 9 horas e 20 minutos das videografações, sendo mapeados a cada 10 segundos todos os episódios interativos; posteriormente, foram selecionados episódios de interação bebê-adulto-objeto para análise microgenética, verificando-se construção e transformação do processo. No caso Cecília, resultados mostraram que a pessoa que mais interagiu com ela era a mãe da família acolhedora. Entre elas, o enredo interativo mais frequente foi atividades conjuntas, que inclui diferentes tipos de situações lúdicas e de ensino-aprendizagem, sendo uma delas as interações com objetos (que abrangeram em média de 12 a 22% do tempo total de cada gravação). A demonstração do uso convencional dos objetos foi acompanhada da utilização de mediadores semióticos linguísticos e gestuais e, também, de trocas afetivas. Observou-se que tais interações possibilitaram a Cecília tocar objetos, observá-los, fazer usos rítmicos, não-convencionais, convencionais e, nas últimas semanas de gravação, inclusive, usos já simbólicos (como ninar uma boneca, fazendo-a dormir). Na instituição, o campo interativo de Luíza variou conforme o turno de trabalho das cuidadoras, enquanto os enredos interativos referiram-se, exclusivamente, aos cuidados básicos. Em apenas uma situação observou-se uma cuidadora colocando um objeto na mão de Luíza, mas não houve ação conjunta, nem ocorreram demonstrações e gestos. Sozinha, a criança manipulou este objeto à sua maneira, durante 58% do tempo da gravação, evidenciando a baixa interação com a cuidadora. Como estudo exploratório, não se propõe aqui comparar os processos, inclusive pela diferença de idade das crianças. Discute-se, porém, a relevância dos resultados para a reorganização dos contextos, especialmente o institucional, além de maior investimento em estudos sobre acolhimento familiar. Discute-se, especialmente, necessidade de formação continuada dos cuidadores/educadores, quanto ao papel da relação com a criança e da mediação semiótica, favorecendo interações e experiências variadas das quais emergem novas habilidades e aprendizagens.

4º Trabalho

Perspectiva ecológica das interações entre famílias e serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Hivana Raelcia Rosa da Fonseca (FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ – FAESPI)

Os serviços de acolhimento são medidas protetivas para crianças e adolescentes em situação de violação de direitos. Constituem uma medida excepcional e provisória, classificada como alta complexidade dentro da Política de Assistência Social. Enquanto a criança ou adolescente permanece na instituição de acolhimento é necessário que se faça o acompanhamento à sua família de origem a fim de fortalecer sua função protetiva e contribuir para a superação das situações que motivaram o acolhimento. O acompanhamento deve ser realizado de modo compartilhado na rede de proteção, envolvendo diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, tais como as unidades de acolhimento, Vara da Infância e Juventude, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, escolas, unidades de saúde, conselho tutelar, entre outros. O envolvimento de diferentes atores contribui para atender as demandas das crianças, adolescentes e suas famílias o mais integralmente possível. É importante, para isso, que todo o Sistema de Garantias de Direitos funcione de modo articulado. Entende-se que a forma como a família se relaciona com a instituição de acolhimento e com as demais unidades da rede de proteção tem impacto no processo de acompanhamento geral e, conseqüentemente, no próprio acolhimento das crianças e adolescentes. Foi realizado um estudo qualitativo acerca da interação entre serviços de acolhimento e as famílias das crianças e adolescentes acolhidas. A pesquisa foi realizada por meio da Inserção Ecológica e teve como base teórica a Teoria Biocológica do Desenvolvimento Humano. Essa teoria

compreende o desenvolvimento a partir de quatro núcleos, a saber: pessoa, processo, contexto e tempo. Essa pesquisa buscou observar os processos relacionais estabelecidos entre dois contextos microssistêmicos para as crianças e adolescentes em acolhimento: suas famílias e as pessoas que compõem os serviços de acolhimento nos quais estão inseridas. Esses dois microssistemas formam um mesossistema fundamental ao processo geral de acolhimento, pois neles são desenvolvidas as ações e estabelecidos os processos necessários ao acompanhamento, e subsidiam decisões sobre o encaminhamento da criança ou adolescente afastado do convívio familiar. Os resultados do estudo indicaram a existência de barreiras como a desconfiança mútua e a dificuldade de compreensão das famílias acerca da medida de acolhimento. Além disso, foi observado que aspectos relacionados ao acompanhamento por outros órgãos e unidades da rede de proteção, inclusive a relação que estabelecem com as famílias também podem influenciar a interação entre os serviços de acolhimento e as famílias das crianças e adolescentes. Nesse sentido, cabe salientar que é fundamental que seja dada atenção às relações que são estabelecidas no processo de acompanhamento, visto que podem favorecer ou dificultar o engajamento das famílias em todo o processo de acolhimento, inclusive influenciando no tempo de permanência das crianças e adolescentes no serviço, bem como nos encaminhamentos posteriores.

Imaginação, Criatividade e Desenvolvimento Humano

Geisa Nunes de Souza Mozzer

Seria a criança mais imaginativa que o adulto? Será que é somente a criança que se vale da imaginação e da fantasia para compreender o que para ela é incompreensível ou esta característica se mantém em estágios ulteriores? Essa Mesa Redonda pretende discutir a imaginação como a base do pensamento e como processo vital para o desenvolvimento de processos cognitivos atuais e posteriores. A imaginação aqui é entendida como um processo cognitivo que está pautada a partir do mundo real, mas que vai além dele e se propõe a criar, mesmo em situações adversas como, por exemplo, num Centro de Internação de Adolescentes. A Prof^a Geisa Mozzer apresenta uma pesquisa realizada com adolescentes privados de liberdade que produziram uma tela coletiva contando suas histórias e apresentando seus planos futuros. O que leva esses adolescentes, em condições tão adversas, imaginar e produzir algo novo e de valor social? A pesquisadora traz um conceito de criatividade, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, baseando seus estudos desde a perspectiva vigotskiana da década de 1920. A Prof^a Gleice Paixão, seguindo essa mesma perspectiva teórica, discute a imaginação que vai além da realidade vivenciada, mas que parte dela, e se expande para outros espaços. Tal processo desenvolve uma capacidade de planejamento e organização mental, fazendo com que o sujeito retorne à sua realidade tendo expandido a sua experiência. Esse imaginário nos acompanha por todo o ciclo de vida. É o que nos sustenta e nos leva a superar limitações e necessidades básicas para a sobrevivência. A prof^a Marilúcia Lago traz em seus estudos a necessidade de transcendermos para enfrentarmos as barreiras do dia a dia. A dimensão poética sustentada pela imaginação e fantasia permite que o indivíduo enfrente sua realidade e a supere. Discute a imaginação a partir de um referencial psicanalítico e as psicopatologias como possíveis lacunas do imaginário. A pesquisadora alerta para o fato de existir uma possível relação entre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, o Transtorno de Conduta, o Transtorno de Oposição e Desafio e o Transtorno de Personalidade Antissocial na vida adulta com o desenvolvimento da imaginação e da fantasia. Assim, propomos o debate sobre a imaginação, criatividade e desenvolvimento humano à luz dessas duas perspectivas teóricas a fim de promover o debate entre os próprios participantes da mesa e entre os participantes e o público.

1º Trabalho

Criatividade numa perspectiva histórico-cultural – expressão e desenvolvimento em situações adversas

Geisa Nunes de Souza Mozzer (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Seria possível aprender mais com os próprios erros do que com o êxito? Será que a extrema adversidade pode ser convertida em oportunidade através da produção de algo novo e de valor social? Ao analisar o processo de criação em situação de extrema adversidade, esta palestra discorre sobre o conceito de criatividade, seu desenvolvimento e formas de expressão na adolescência. Analisa os recursos psíquicos com os quais a criatividade está relacionada, seu significado social, bem como, o significado que o ato criativo pode representar no processo de desenvolvimento e na necessidade de bem-estar do indivíduo. Entendendo a criatividade como um processo psicológico não inato, mas que se constitui no sujeito desde muito cedo e que expressa e desenvolve-se a partir da relação com o outro e com aspectos da subjetividade social e individual (Mitjans Martínez, 1997), interessou-nos compreender melhor como este fenômeno se forma e com quais processos inter e intrapsíquicos se relaciona. Existe consenso entre educadores e psicólogos que o contexto social no qual o indivíduo está inserido

tem um papel fundamental na formação das particularidades psicológicas do indivíduo segundo sua idade. O que está em questão aqui é até que ponto práticas e vivências contribuem para mudanças ocorridas no próprio adolescente que, por sua vez, condicionam o caráter da influência do contexto social sobre seu desenvolvimento psíquico ulterior. A partir daí, serão analisados o conceito de situação social do desenvolvimento de Vigotski (1924-2004) e de vivência (Bozhovich, 1976) no desenvolvimento e expressão da criatividade no contexto de adolescentes que cumprem medidas sócioeducativas com privação total de liberdade. Esse modo de vida pode estar relacionado também com a produção de algo novo e que tenha certo grau de valor social, mesmo que seja um valor para aquele que cria. Esse caráter ativo do indivíduo como sujeito de seu modo de vida define condições mais saudáveis de existência. Alguns estudos sobre a saúde psicológica (Mitjans Martínez, 2007; May, 1982; Rogers, 1997, dentre outros) encontram elementos comuns entre uma personalidade mais saudável e aqueles que foram apontados como associados ao comportamento criativo. Criatividade aqui entendida não exclusivamente como a produção de algo novo e de valor, mas sim como processo complexo que está diretamente relacionado com a subjetividade (sujeito e personalidade), ou seja, o desenvolvimento da capacidade subjetiva de viver de modo criativo. Nesse quesito, esses adolescentes são imbatíveis!

2º Trabalho

Aonde está o bebê que eu deixei aqui? Deficiências do imaginário em alguns transtornos do desenvolvimento.

Marilúcia Pereira do Lago (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Imaginário pode ser definido como um território íntimo e próprio a cada indivíduo, uma sorte de campo de “sonho acordado”, por meio do qual, cada um de nós exerce sua faculdade de imaginação, livres da barreira da realidade e de seus impedimentos. Nesse território podemos superar nossas limitações físicas e nossas dificuldades pessoais. Podemos nos recriar e reinventar novas maneiras de estar no mundo. Desta forma, o imaginário se apresenta como uma capacidade extremamente importante do pensamento e determina em certa medida, a riqueza dessa função. O imaginário também se manifesta nos processos da criatividade, do jogo, da arte, da literatura e outras formas de expressão. O imaginário sustenta a dimensão poética que permite que todo ser humano possa confrontar seus conflitos inconscientes e não se desesperar, possa suportar ficar sozinho, desejar e imaginar a presença do outro e assim, querer amar. Também é no campo do imaginário que plantamos nossos primeiros sonhos e ideais e nos projetamos, imaginando o que seremos e o que faremos, e assim, aprendemos a ter esperanças no futuro. Essa capacidade se organiza no início da vida e se transforma à medida que crescemos. Entre os 2 e os 6 primeiros anos de vida, a criança tem uma imaginação particularmente ativa. É um período intenso no qual a criança é muito curiosa e desejosa de explorar o mundo ao seu redor. Como ela ainda não pode compreender o que o mundo lhe apresenta, a criança apela para o imaginário para que este responda suas indagações e complete as lacunas do seu pensamento. Assim, por meio da imaginação, a criança pode experimentar elaborar suas primeiras compreensões e teses a respeito das coisas que vê. O imaginário também ajuda a criança a desenvolver suas habilidades sociais. Por meio do brincar, imaginando ser um outro alguém, um herói, um médico, um bombeiro, por exemplo, a criança desenvolve sua capacidade empática e o reconhecimento do outro. Também é por meio do imaginário que a criança aprende a superar seus medos e desenvolve a auto-confiança necessária para enfrentar seus monstros e se posicionar eticamente no mundo. A compreensão do Bem e da compaixão também é fruto das grandes batalhas imaginárias da infância, nas quais aprendemos a vencer o mal. Mas, o que acontece quando essa capacidade de imaginar é deficitária no indivíduo? Quais os danos para o desenvolvimento quando o pensamento é caracterizado por uma pobreza simbólica? A psicopatologia psicanalítica tem enfatizado a carência do imaginário em algumas estruturas de personalidade tais como a personalidade limite e a personalidade perversa, como também, em alguns problemas do desenvolvimento da criança ligados a aprendizagem e a conduta. A possível relação entre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, o Transtorno de Conduta, o Transtorno de Oposição e Desafio e o Transtorno de Personalidade Antissocial na vida adulta também nos leva a investigar o papel da imaginação no desenvolvimento da personalidade.

3º Trabalho

Imaginação como “lugar” de expansão da experiência humana: apontamentos da Psicologia Sociocultural

Gleice Aline Miranda da Paixão (Secretaria de Educação do Distrito Federal)

Partindo da perspectiva sociocultural, entendemos a imaginação como um processo psicológico que, acima de tudo, amplia as experiências e as aprendizagens pessoais – e coletivas – e impulsiona o desenvolvimento humano. Portanto, compreendemos a imaginação como um processo central que nos guia ao longo do nosso curso

de vida (Zittoun & Gillespie, 2016), que é possibilitado pelos artefatos culturais e que, dependendo do contexto cultural, pode ser permitido ou reprimido. Assim como Vigotski (2004), discordamos do entendimento de que seria um divertimento ocioso da mente ou uma atividade suspensa no ar, pois admitimos que a imaginação é uma necessária função vital da pessoa, que a desengaja da realidade primária, desconectando-a da percepção imediata e a leva a vivenciar novas realidades e novos espaços imaginários. Diante do exposto, neste trabalho, propomos discutir as questões relativas à imaginação, localizando-a como um processo central inclusive no desenvolvimento de processos cognitivos. Aportando-nos em pesquisas realizadas nos últimos dez anos (Fleer, 2013; Fleer & Peers, 2012; Ketsman, 2013; Trotman, 2008; Yang 2015), propomos discutir a relação entre imaginação e desenvolvimento, concentrando-nos nos aspectos educacionais e naquilo que a instituição escolar pode proporcionar aos estudantes. Defendemos que a escola, como uma esfera de experiência (Zittoun & Gillespie, 2016), pode propiciar a fruição da imaginação, bem como nutri-la com diversos recursos, tanto materiais como de cunho psicológico. Além disso, ao apresentarmos a imaginação como um processo psicológico central no desenvolvimento humano temos como intuito refutar a ideia corrente de que a imaginação se configuraria em um processo mágico e totalmente desvinculado do mundo real. Muito pelo contrário, acreditamos e defendemos o princípio de que a imaginação só acontece porque se pauta no mundo real, uma vez que é a realidade que proporciona recursos para que ela aconteça. Apesar de estar pautada no mundo real, a imaginação expande a realidade vivenciada, porque atua como um loop que leva a pessoa a se desengajar da realidade primária e a projeta a outros espaços - imaginativos - fazendo com que a pessoa retorne à sua realidade tendo expandido sua experiência (Zittoun & Cerchia, 2013).

Infâncias e Direitos Humanos: a educação como vetor de inclusão social

Adelaide Alves Dias

Esta mesa focaliza aspectos diversos de uma mesma possibilidade de se estudar as crianças e suas infâncias em contextos de interação social em creches e pré-escolas, com especial ênfase para as práticas de inclusão social balisadas pela afirmação dos direitos humanos de crianças invisibilizadas historicamente em sua construção social. Prioriza a construção de contextos educativos que valorizam e põem em relevo a criança e suas infâncias a partir de uma perspectiva psicossocial, incluindo aqueles contextos de produção de saberes requeridos para a efetivação do desenvolvimento do trabalho docente de professoras de educação infantil. As três pesquisas que constituem a mesa são todas de natureza qualitativa e estão vinculadas a dois núcleos de pesquisa (NUPEC/UEPB e Culturas da Infância /UPE), envolvendo três instituições de ensino superior públicas (UEPB, UEPB e UPE). Esses grupos de pesquisa vêm mantendo interlocuções constantes com o objetivo do desenvolvimento de pesquisas que têm como foco conceitos como: cultura, identidade, linguagem, representações, crianças, suas infâncias e aprendizagens. Parte da compreensão que a diversidade de temas e as interfaces com outros campos de atuação propiciam a produção de conhecimentos nas áreas de cultura e educação infantil, no propósito de produzir efeitos nas subjetividades e nas práticas sociais. As três pesquisas, de natureza qualitativa, aqui apresentadas, possuem, ainda, a marca das produções acadêmicas ancoradas em concepções de desenvolvimento infantil como multifacetado e multidimensional, de forma que a seu estudo prescindem de categorias analíticas rígidas e determinadas aprioristicamente. Assim, o primeiro trabalho, intitulado “As crianças autistas e sua inclusão educacional: políticas e práticas”, configura-se como uma pesquisa que visou analisar as políticas públicas de inclusão educacional de crianças com autismo e identificar os limites e os avanços de tais políticas para a plena efetivação da garantia do direito à educação e, conseqüentemente, da vivência plena de cidadania das crianças autistas. O segundo trabalho intitulado “Concepções docentes sobre infância, criança e currículo” tem como objetivo central discutir as concepções das professoras sobre infância, criança e currículo e educação infantil, como também, investigar se as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil estão ancoradas nos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI e se as mesmas respeitam as singularidades das crianças. A terceira e última pesquisa intitulada “A afirmação da identidade da criança e negra”, visou examinar a questão da autoidentificação racial das crianças para após mais de uma década da implementação da Lei nº 10.639/03, compreender como em um Centro Municipal de Educação Infantil da rede municipal do Recife como vinte e seis crianças do Grupo IV, entre 4 e 5 anos, fazem a sua identificação racial. Salienta-se que todas as pesquisas aqui apresentadas têm, ainda, como propósito, contribuir com a melhoria das práticas educativas que acontecem no interior de creches e pré-escolas e, assim, propiciar o desenvolvimento integral das crianças pequenas.

1º Trabalho

As crianças autistas e sua inclusão educacional: políticas e práticas

O objetivo geral deste trabalho é analisar as políticas públicas de inclusão educacional de crianças com autismo e identificar os limites e os avanços de tais políticas para a plena efetivação da garantia do direito à educação e, conseqüentemente, da vivência plena de cidadania das crianças autistas. A afirmação dos direitos das crianças e dos adolescentes é o resultado de uma história de lutas, retrocessos e avanços. Desde 1990, as perspectivas de consolidação política voltavam-se para a garantia do direito à educação, principalmente em torno da criança e do adolescente visto que esses direitos foram enunciados na Carta Magna, e em legislação própria, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sob a lei nº 8069, uma conquista importante na defesa dos direitos deste segmento populacional. O ECA introduz importantes mudanças na gestão da política pública de atendimento à infância e à juventude para que seja possível a articulação de diferentes agentes na defesa, no controle social e na promoção destes direitos, entre eles, o direito à educação. Para garanti-lo, o ambiente educacional precisa dispor de uma estrutura plural para atender ao quesito inclusão de crianças com deficiência, visando ao acesso e à permanência desses sujeitos no ambiente escolar, a fim de promover um acesso igualitário à educação. A pesquisa, de cunho exploratório e natureza qualitativa, envolveu análise documental, observações e entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a 13 (treze) profissionais, divididos em quatro grupos, sendo 02 (dois) gestores da Secretaria de Educação, 07 (sete) gestores escolares, 1 (um) supervisor escolar e 03 (três) professores das salas de recurso, de dez instituições de educação infantil, sendo quatro Centro de Referência em Educação Infantil (CREIS) e seis escolas. As instituições foram selecionadas de acordo com o número de alunos autistas matriculados, sendo escolhidas aquelas com o maior número de crianças incluídas. Após a coleta, o procedimento para tratar os dados deu-se através de Análise de Conteúdo, dividido em três fases: pré-análise, exploração do material, codificação e categorização. Com base na organização dos dados das entrevistas foi possível a elaboração de seis categorias: primeiro contato com a criança autista; formação continuada; formas de avaliação; inclusão social das crianças autistas com as crianças em geral; interação dos professores e gestores com os autistas; políticas públicas de inclusão da criança autista. Os resultados evidenciaram que, embora existam políticas constituídas no âmbito nacional e internacional com o intuito de favorecer o processo de inclusão do autista no espaço educacional, as lacunas ainda existentes se configuram enquanto elementos impeditivos para a efetivação das práticas educacionais inclusivas no campo institucional pesquisado. Podemos constatar que o processo de garantia do direito à educação inclusiva de crianças autistas no município de João Pessoa carece de maior efetividade. Ações como a formação dos cuidadores e o envolvimento da família como parceira da escola foram apontados como uma importante ação, a qual se atribui um papel importante no desenvolvimento da criança e em seu processo de inclusão.

2º Trabalho

Concepções docentes sobre infância, criança e currículo

Lenilda Cordeiro de Macedo (Universidade Estadual da Paraíba _ UEPB)

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as concepções das professoras sobre infância, criança e currículo e educação infantil e investigar se as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil estão ancoradas nos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI e se as mesmas respeitam as singularidades das crianças. Parte-se do pressuposto de que a forma como as professoras concebem os conceitos implicados na prática pedagógica interfere na qualidade do seu trabalho junto às crianças e que a qualidade da educação oferecida à criança faz parte do seu direito humano à cidadania. A pesquisa, de natureza qualitativa foi realizada em 8 creches públicas de Campina Grande, que atendem crianças de 4 meses a 5 anos de idade. Os dados foram construídos através de questionários e de entrevistas semi-estruturadas, com professoras que atuam nas três etapas da educação infantil: berçário, maternal e pré-escola. Os resultados dos 61 questionários analisados, dos três níveis da educação infantil: berçário, maternal e pré-escola, nos indicaram que a maioria das professoras entrevistadas tem uma boa formação: 91,1% são formadas em nível superior 63,7% são pós-graduadas. Em relação participação na elaboração das propostas pedagógicas das instituições, 56,4% afirmaram que participaram. 49% afirmaram que consultam a proposta pedagógica para elaborar o planejamento das práticas. 77% afirmaram que consultam o RCNEI. As entrevistas revelaram que 61% das professoras veem a infância como fase/etapa da vida/ tempo de preparação para a vida futura. Enquanto que 20,7% pensam a infância como tempo de brincar. No tocante a criança, para 38% das entrevistadas é um ser carente. Deste ponto de vista, emerge um currículo compensatório, preparatório. 23% das professoras ressaltaram que as crianças são inteligentes, ativas, participativas. É uma visão positiva, afirmativa das crianças contribui para um currículo elaborado com as crianças, no qual elas são autoras/ protagonistas do processo. Em relação às Propostas Pedagógicas ficou evidenciado que as professoras não são conhecedoras do conteúdo das DCNEI, sabem que se trata de um documento, mas não se apropriam dele em seus discursos e práticas, as PP são meras formalidades,

portanto, não se materializam nos planejamentos das professoras. O documento orientador das práticas da maioria das professoras, além dos temas oriundos da secretaria de educação, é o RCNEI. Concluímos que o currículo nas instituições pesquisadas são decisões centralizadoras, que inibem a construção da proposta pedagógica da instituição a partir de suas necessidades e dificuldades, como também sua consulta para elaborar os planos/projetos de ensino, os quais, mesmo sendo elaborados pelas professoras, seguem a forma/tema da secretaria de educação. Tal contexto destitui as professoras de autonomia e as crianças, seus desejos, necessidades, são deixados à margem do currículo.

3º Trabalho

A afirmação da identidade da criança e negra

Tarcia Regina da Silva (Universidade de Pernambuco)

Nessa pesquisa, retomamos a questão da autoidentificação racial das crianças para após mais de uma década da implementação da Lei nº 10.639/03, compreender como em um Centro Municipal de Educação Infantil da rede municipal do Recife como vinte e seis crianças do Grupo IV, entre 4 e 5 anos, fazem a sua identificação racial. Reconhecendo que as crianças são protagonistas sociais, bem como sujeitos de direitos, propusemos como metodologia para a pesquisa que as crianças fizessem o seu autorretrato e descrevessem suas características, bem como estabelecessem relação com alguém parecido. Nesse contexto, o que se pretendeu no presente estudo foi visibilizar a percepção das crianças sobre a questão racial. Nesse contexto, as crianças que se identificaram como brancas apresentaram perspectivas diferentes de ver-se como branco. Assim, encontramos crianças que se reconhecendo como branco, reconhecem também que são poucos os brancos da sua turma, mas destacam que a cor não é importante para selecionar os colegas na hora de brincar, bem como, criança que ao fazer a sua autoidentificação afirmam que tem a “cor da pele”, demonstrando no seu depoimento a incorporação do legado ocidental. As crianças, que ao se autoidentificarem integrariam a categoria dos pardos, utilizaram um verdadeiro degradê para se autoidentificarem, comprovando a dificuldade do que é se definir como pardo no Brasil. Desde pequena, as crianças vivem de acordo com Munanga (2004, p. 96), como a maior parte da população afro-brasileira, numa zona vaga e flutuante, esperando o dia de fazer o “passing”. Dessa maneira, é preciso reconhecer e fortalecer a compreensão de que as crianças que se autoidentificam como marrons, marronzinhas, caramelos, também são crianças e negras, e que essa identidade precisa de referências que as ajudem a compor o entendimento da sua identidade racial. Na autoidentificação dos meninos e das meninas que se reconheceram como pretos/as, houve uma variação de gênero. A conversa com os meninos foi permeada por silêncios, pausas, ausências, fugas. Um deles afirmou: “Eu queria ser laranja, cor de todo mundo”. O menino enxerga um mundo branco o qual está distante do seu, certamente cheio de benefícios não por ele desfrutados. Preto como ele não são os bonecos, os super-heróis. Em contrapartida, as meninas demonstraram orgulho e prazer da sua cor e evidenciam que a dimensão estética, um dos princípios educativos da Educação Infantil, é uma das prioridades assumidas no cotidiano do Centro Municipal. Essa ação contínua de valorização da beleza vivificada na negritude das meninas coopera para que as crianças tornem-se mais resistentes aos padrões estéticos hegemônicos presentes na nossa sociedade, bem como, possibilita uma relação positiva delas com o seu corpo. A estratégia do desenho juntamente com a autoidentificação revelou que as crianças estão aptas para se nomearem racialmente, pois apesar de não fazerem uso dos termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Estatística, nem dos termos empregados no Censo Escolar proposto pelo MEC/INEP, elas se aproximam bastante das categorias comumente utilizadas pela população brasileira.

Interação social e afetividade ao longo do ciclo de vida

Juliana Maria Ferreira de Lucena

Propomos discutir interações humanas em diferentes momentos do ciclo de vida. Dois trabalhos empíricos, apoiados na psicoetologia, são colocados em diálogo com a teoria da relação de ativação (PAQUETTE, 2004). Esta teoria considera que a maneira pela qual pais e mães contribuem para o desenvolvimento socioafetivo de seus filhos não é a mesma e que podem ser contribuições específicas e complementares. A relação de ativação é o elo afetivo de estimulação à abertura ao mundo e à exploração balizados por limites (disciplina) que asseguram a integridade da criança. A qualidade desse vínculo é associada à história da relação específica de cada um dos pais com sua criança, sobretudo em relação ao estímulo à assunção de risco da criança, não só no nível físico, mas também no social. Segundo a teoria, na disputa por recursos do ambiente, a propensão de crianças em utilizar prioritariamente estratégias mais agressivas, colaborativas, ou simplesmente ceder (evitar o confronto), estaria associada à qualidade da relação de ativação que estabeleceram com seus pais. Ampliamos a discussão da relação afetiva pais-criança para a relação entre pares de idade. Buscamos discutir características do comportamento

social de crianças pré-escolares e adolescentes. O primeiro trabalho empírico avalia se idade, gênero e parceria preferencial (amigo ou parceiro neutro) influenciam no comportamento de acesso a uma brincadeira que crianças pré-escolares utilizam durante interações lúdicas em grupo de pares de idade. As autoras concluem que apenas idade, mas não gênero ou parceria preferencial, seria um elemento orientador do comportamento de acesso à brincadeira. Já o segundo trabalho empírico avalia a correlação entre o bullying/vitimização e as variáveis de popularidade percebida, preferência social e impacto social, num grupo de adolescentes entre 12 e 14 anos. Os resultados evidenciam o papel de destaque social dos perpetradores de bullying dentro do grupo de pares, sendo este um importante motivador para a ocorrência de bullying. Coloca-se em discussão a importância de propostas de intervenções para o enfrentamento de conflitos em adolescentes e um projeto de intervenção que favoreçam a qualidade da relação de ativação pai-criança baseada na brincadeira física. Essas propostas dialogam com o pressuposto etológico de que em humanos, a interação social tem consequências sobre o desenvolvimento de processos sociocognitivos e afetivos.

1º Trabalho

Efeito da idade, gênero e parceria preferencial no comportamento de acesso à brincadeira de crianças pré-escolares

Juliana Maria Ferreira de Lucena (Universidade de Pernambuco)

A psicoetologia compreende que a brincadeira entre pares é um ambiente ecologicamente relevante para o desenvolvimento da criança e para a observação do seu comportamento social. Meninos e meninas pré-escolares têm preferência por parceiros e orientam seus comportamentos para engajar-se em brincadeiras já iniciadas. Lucena, Pedrosa e Bussab (2015) identificaram sete comportamentos de acesso à brincadeira: aproximação sem conflito; aproximação com conflito; intermediação; imitação; chamar atenção; ação coordenada por ação complementar; oferta/pedido/convite. Neste estudo buscamos avaliar se idade, gênero e parceria preferencial (amigo ou parceiro neutro) influenciam no comportamento de acesso a uma brincadeira que crianças pré-escolares, com desenvolvimento típico, utilizam durante interações lúdicas em grupo de pares de idade. Observamos 51 crianças (50% meninas e 50% meninos), igualmente distribuídas em três grupos de idade (três, quatro e cinco anos) de um Centro Municipal de Educação Infantil em 12 sessões de videogravação de 20 minutos. Nos primeiros 10 minutos uma dupla de crianças brincava livremente em uma sala previamente estruturada com brinquedos. Após 10 minutos, uma terceira criança entrava para brincar com uma dupla amiga ou parceira neutra. Para avaliação de amizade e montagem dos trios utilizamos entrevistas sociométricas com as crianças e suas professoras. Testamos a normalidade (Teste de Komolgorov-Smirnov) e homostaticidade (Teste de Leneve) dos dados e as suposições foram respeitadas. Verificamos quais variáveis de interesse influenciam no comportamento de acesso das crianças à brincadeira com o uso de Análises de Variância Univariadas (ANOVAs) e Multivariadas (MANOVAs). Por meio de análise fatorial exploratória, os comportamentos de acesso foram agrupados em: Fator 1: aproximação física com conflito e intermediação; Fator 2: aproximação física sem conflito e imitação; Fator 3: ação coordenada por ação complementar, chamar atenção e oferta/pedido/convite. Os resultados mostraram que há efeito de idade e de parceria preferencial na ocorrência do fator 3. Quando idade e parceria preferencial foram testadas em conjunto foi encontrada uma diferença global significativa apenas da idade em função dos comportamentos de acesso subdivididos em fatores. Testes univariados subsequentes revelaram associação significativa da idade apenas sobre o fator 3. Comparações dois-a-dois feitas por meio do teste Tukey-b mostraram que crianças de três e quatro anos realizaram significativamente menos ações coordenadas por ações complementar, menos comportamentos de chamar atenção e menos oferta/pedido/convite que crianças de cinco anos. Concluímos que apenas idade, mas não gênero ou parceria preferencial, seria elemento orientador do comportamento de acesso à brincadeira utilizado por crianças pré-escolares. Em humanos, interagir com outros parceiros tem consequências sobre o desenvolvimento de processos sociocognitivos. Planejamos análises futuras para verificar se comportamentos de acesso nas interações lúdicas estão relacionados com o desempenho das crianças pré-escolares em testes que avaliam compreensão social.

2º Trabalho

Vitimizado ou agressor, querido e popular: contribuições psicoetológicas para compreensão do bullying

Briseida Dogo de Resende (IP USP)

Pela abordagem psicoetológica, as agressões entre pares podem ser interpretadas como uma das formas possíveis de lidar com conflitos sociais. Neste sentido, os perpetradores de bullying nas escolas poderiam ser pessoas que buscam popularidade ou poder, o que explicaria por que este comportamento ser realizado por adolescentes tidos como populares. A fim de testar esta hipótese, avaliamos neste estudo a correlação entre o

bullying/vitimização e as variáveis de popularidade percebida, preferência social e impacto social, num grupo de adolescentes entre 12 e 14 anos na cidade de São Paulo, Brasil. Para avaliação do bullying e da vitimização utilizamos o questionário Peer Assessment e, para avaliar o status social e a popularidade percebida, usamos dois testes sociométricos, cada um com duas perguntas. Verificamos a interação entre as variáveis e os efeitos principais com o uso de Equações de Estimção (GEE) com efeito aleatório. Os resultados mostraram que os adolescentes menos queridos por seus pares têm mais chance de serem vitimizados, e os mais populares, de serem agressores. Além disso, há correlação direta entre a agressividade e o impacto social de cada um (o quanto é lembrado pelos pares), e há uma relação inversa entre agressividade e preferência social. Concluímos que as pessoas consideradas queridas pelos pares não estão envolvidas em episódios de bullying nem como vítimas, nem como agressoras. Mas aquelas apontadas como populares podem estar envolvidas como agressoras, o que ressalta o papel de destaque social dos perpetradores de bullying dentro do grupo. O destaque social pode ser um motivador para o comportamento, sendo este um importante fator a ser considerado em intervenções escolares para o enfrentamento de conflitos.

3º Trabalho

A relação de ativação pai-criança e o desenvolvimento socioafetivo na primeira infância

Julio Cesar Macário de Medeiros (Université de Montréal)

A teoria da relação de ativação (PAQUETTE, 2004) considera que a maneira pela qual pais e mães contribuem para o desenvolvimento socioafetivo de seus filhos não é a mesma e que podem ser contribuições específicas e complementares. A relação de ativação é o elo afetivo de estimulação à abertura ao mundo e à exploração balizados por limites (disciplina) que asseguram a integridade da criança. A qualidade desse vínculo é associada à história da relação específica de cada um dos pais com sua criança, sobretudo em relação ao estímulo à assunção de risco da criança (PAQUETTE; BIGRAS, 2010). Paquette e Bigras (2010) criaram e validaram um procedimento para avaliar a ativação nas crianças entre 12 e 18 meses, a Situação de Risco, e em seguida adaptaram-no para crianças em idade pré-escolar, entre dois e cinco anos (GAUMON; PAQUETTE, 2013). Segundo as reações das crianças face a situações de risco físico (uma escadaria) e social (um homem desconhecido que interage com elas), bem como a uma interdição parental, esses procedimentos permitem classificá-las em subativada, ativada e superativada. No nível físico, crianças subativadas exploram pouco o ambiente, as ativadas fariam uma exploração prudente, enquanto que as superativadas explorariam o espaço físico de modo impulsivo e imprudente. No nível social, os subativados tenderiam a evitar confrontos e ceder o acesso a recursos aos outros, os ativados seriam prossociais (liderança), mas podendo recorrer à coerção se necessária, enquanto que os superativados apresentariam mais comportamentos agressivos na busca pela dominância sobre os parceiros a curto prazo (PAQUETTE, 2015). Para uma ativação ótima, o pai/a mãe deve estimular mais a criança tímida, sem ultrapassar os seus limites de estimulação e controlar mais as que são impulsivas, com instruções adaptadas ao nível de compreensão da criança (PAQUETTE, 2014). O estilo de interação característico da relação pai-criança, muito apoiado em situações desestabilizantes e estimulantes (e.g. pela brincadeira física) (PRUETT, 1998) o colocaria numa posição privilegiada para ativar a criança. As brincadeiras físicas pai-criança, sobretudo as brincadeiras turbulentas, seriam ocasiões excelentes para que a criança tenha estimulação e limite ao mesmo tempo (DUMONT; PAQUETTE, 2013) e, nesse contexto, o pai ajudaria especialmente as crianças a regular suas emoções de modo socialmente mais aceitável (PAQUETTE, 2004). A sensibilidade parental aos sinais da criança (capacidade parental de perceber quando a criança está tendo prazer na brincadeira, bem como de ajustar as instruções ao nível de entendimento dessa última) pode ter um papel importante para a qualidade da relação de ativação. O objetivo deste trabalho é apresentar aspectos centrais da teoria da relação de ativação pai-criança, relacionando-os com o desenvolvimento das habilidades sociais nas crianças. Conclui-se com a apresentação de um projeto de intervenção para favorecer a qualidade da relação de ativação pai-criança baseada na brincadeira física.

Narrativas dialógicas: princípios de dinâmica intersubjetiva em interpretações de si em transição

Silviane Bonaccorsi Barbato

No estudo do desenvolvimento nos interessa compreender as interpretações de si, com foco na produção de significados em narrativas e explicações sobre eventos de transição. A complexidade que envolve os estudos de desenvolvimento como situado, dinâmico e multifacetado em vertentes culturalistas e a preferência por estudar em profundidade dinâmicas individuais e intersubjetivas no desenvolvimento do self e de processos de identificação, nos levou a colaborar para a produção de avanços metodológicos que nos possibilitassem utilizar

também multimétodos em pesquisas qualitativas e mistas, aplicando princípios de ética dialógica. Nesta sessão, apresentaremos e discutiremos os princípios que orientam propostas metodológicas qualitativas que considera diferentes vertentes do dialógico de Bakhtin e Buber, que convergem em diferentes pontos e direcionam as ações em campo e de análise com foco em dinâmicas de intersubjetividade, considerando que nos desenvolvemos a partir das relações que estabelecemos com o mundo individuais-e-imersas em práticas culturais de diferentes coletividades. O processo de colaboração na atividade de produção de conhecimento está direcionado a estudos sobre formação de identidade e de interpretação do vivido e também a estudos sobre a processos interventivos; e constitui um território de análise de significativa importância para a compreensão dos fenômenos experienciados pelo sujeito em desenvolvimento, em suas fronteiras de contato nas relações Eu-Tu, tu és- eu sou, Eu-Isto, nas tensões entre dialógico e monológico. Para tanto, temos refletido ao longo dos anos sobre as tensões no entre, denominado por Buber the inbetween, gerados no encontro de pesquisador-participante e na própria produção de interpretações de si, quando o participante narra e explica eventos de suas vivências, utilizando também a mediação de objetos, imagens e outros recursos, como documentos pessoais e a escrita de cartas. O diálogo ocorre sobretudo na produção de pontes entre as perspectivas de Buber e Bakhtin, em que os interlocutores enfocam as possibilidades Eu-Outro, a compreensão e aprendizagem com o outro, da apreciação do engajamento e da produção de elos de pertencimento, em dinâmicas que vão se tecendo em reciprocidade assentadas numa ética, em que tensões e assimetrias desencadeiam negociações de significados, num processo de concencionalização com a formação de um chão comum.

1º Trabalho

Recursos da perspectiva dialógica Buberiana na pesquisa e intervenção com crianças com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)

Priscila Pires Alves (Universidade Federal Fluminense); Tainá Mani Almeida

Na perspectiva dialógica proposta por Buber, a necessidade de compreensão sobre os modos de enunciação do que nomeia como palavras princípio que seriam EU-TU e EU-ISSO, torna-se fundamental. O homem é um ser de relação. Em sua constituição ontológica, o princípio EU-ISSO refere-se a pragmática da existência, dimensionada naquilo que visa uma objetivação. O EU-TU revela um modo de interação na qual a humanidade se revela entre homens. Isto é, dialogam e se abrem para um encontro autêntico. Nessa interação, dois sujeitos ao dialogar se constituem mutuamente. Na interação dialógica, novos modos de ver e criar significados em conjuntos estão em tela, possibilitando a atividade de cooperação no processo de reflexão e captura do vivido. EU-TU e EU-ISSO compõem a experiência humana e revelam atitudes do homem com a existência. Nesse campo, a presença, o encontro, e o que dele emerge enquanto vitalidade produz significados e afetos. É nessa dimensão que podemos ser e estar-com. Sendo assim, o diálogo circula no entre, produzindo significados tal como se revelam à experiência imediata dos interlocutores. Como método de pesquisa, podemos considerar que esse modo de dialogar só é possível quando o pesquisador se percebe também como cooperador para a configuração da realidade que se revela para si. O que se constitui como material derivado da investigação são modos de participar e de compreender uma experiência que se revela no encontro dialógico, cuja atitude básica fundamental é de perceber-se como participante do diálogo e não observador. No trabalho com crianças com TEA, um dos grandes desafios é o de estabelecer o contato com seu modo de ser. Oferecer-se à compreensão de seu modo de expressão e comunicação a partir da observação e da interação, constitui-se como um importante recurso para o desenvolvimento de práticas e intervenções potencializadoras de seu vir-a-ser. O registro e observação de cada interação que a criança estabelece no ambiente lúdico a fim de compreender seu funcionamento e formas de expressão, produz a possibilidade de se identificar seus singulares modos de abrindo-se então a oportunidade para se forjar os melhores caminhos para que a constituição do vínculo e da interação possam se estabelecer a partir de um projeto terapêutico singular. Esse dispositivo tem se revelado um importante recurso para a construção de um ambiente favorável a intervenção e ao estabelecimento da interação com a criança com TEA. Estabelecer contato com a criança autista é um intenso e permanente estar aberto para que o OUTRO da criança se apresente tal como ele é ao seu EU. É deixar e se permitir ser afetado pelas produções musculares, vocais, olhares emitidos pelas crianças, produzindo assim um encontro onde possamos nos abrir para incluir a realidade dela com isso criar estratégias de intervenção que se ofereçam ao seu desenvolvimento de forma particular, única e singular. A perspectiva dialógica assim, constitui-se como recurso para intervenção e método de investigação que favorecem o desenvolvimento de práxis que potencializam e revelam o sujeito em questão.

2º Trabalho

Diálogo e multimétodos para estudos de interpretação de si em transição

Silviane Bonaccorsi Barbato (Universidade de Brasília)

Nesta sessão, apresento os princípios que temos utilizados para a aproximação de campo, entrevistas e análises em estudos multimétodos no estudo de narrativas de si e processos de identificação em processos de transição, numa perspectiva dialogista. A perspectiva dialógica implica no reconhecimento que na comunicação há um jogo entre dialogia e monologia que cria uma constante tensão na intersubjetividade em que os interlocutores são responsivos e têm o foco um no outro, a quem a fala é endereçada. Sendo a polifonia a propriedade central do dialogismo, produção e compreensão de significados e conhecimentos dependem das múltiplas vozes concretizadas ao longo das cadeias de enunciados que perfazem o encontro, geradas pelo estar com o outro e por processos de circularidade que dizem respeito ao posicionar-se/me e ouvir-se/me estando com o outro, e exotopia e acabamento gerados pelo excedente de visão e processos reflexivos. A atividade de contar para outro e explicar eventos situa-se num cronotopo de cultura e gera o próprio cronotopo num processo de contextualização em que as quebras de comunicação geram negociações de significado, dissonâncias e harmônicos, prosódia e movimento sinalizam, enfatizam, conotam reverberam. No em sendo da atividade, um conjunto de posições ilumina certa perspectiva sobre o mundo enquanto produzimos, em interlocução, uma bolha semiótica em comum e vai-se vislumbrando o idiográfico: o individual imerso em práticas culturais num cronotopo em temporalidades que indicam as experiências pessoais, as descontinuidades e continuidades. Considero, nesta sessão, alguns princípios relevantes: a curiosidade em relação ao tema de estudo escolhido, a abertura às surpresas quanto ao contexto e aos participantes, a reciprocidade como elemento principal nas tensões da intersubjetividade, a importância do interesse do pesquisador em manter o foco no participante o no que ele/ela tem a contar e suas explicar. Os encontros canalizados para a experiência de produção de conhecimento possibilitam a manutenção de um cronotopo aberto ao mesmo tempo em que geram cronotopos nas sessões de narrativas alternando-se com explicações gerando uma estética do humano, do outro. Aplica-se e avança-se sobre o que Bakhtin enuncia sobre o herói: Não me interessa falar sobre o que o herói sabe ou como ele está no mundo. Me interessa aprender com o herói suas interpretações de si, do outro e do mundo e como elas foram mudando. Neste aprender com o outro formam-se pontes entre Bakhtin, Volosinov e Buber.

3º Trabalho

Multimétodos na produção de significados intergeracional de homens sobre o planejamento familiar

Júlio César dos Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Na busca por um método qualitativo para o estudo da produção de sentidos intergeracionais em comunidades rurais, elegi a narrativa por possibilitar expressões do si mesmo, baseadas em memórias pessoais e lembranças que perfazem as interpretações de si. Os processos de negociação surgem na narrativa com resultados em partilhas sociais de conhecimentos no contexto: negociação entre a experiência e a marca da história no curso de vida, bem como a negociação com interlocutores que se convencem ou não da veracidade da história. Nesta sessão, apresento o método utilizado em estudo que teve por objetivo analisar a produção de sentidos individual e intergeracional de homens com relação ao planejamento familiar. Supomos que focar dinâmicas de construção de explicações de si nas narrativas masculinas possibilitaria identificar mudanças de posicionamentos, relacionando crenças e valores dos antepassados sobre o planejamento familiar às gerações seguintes, e que nas novas gerações haveria marcas das políticas públicas. Optamos por uma metodologia qualitativa, com a participação de nove homens, de três gerações, de três famílias da cidade de Santo Antônio de Jesus, Bahia. Realizamos a construção de dados na casa dos participantes, em dois momentos, com os seguintes procedimentos: (a) uma entrevista de história de vida; (b) uma entrevista episódica seguida por uma semiestruturada mediada por fotografias/objetos trazidos pelos participantes que lembrassem filhos, pais e avós. Os documentos da política pública foram submetidos à análise de conteúdo temática, e as entrevistas à análise dialógica e de pragmática discursiva. Devido à complexidade do trabalho de campo e a fim de manter o foco na produção de significados do narrador, nos preparamos com a produção de cenários possíveis de interlocução que denominamos árvores de decisão, escrevendo alguns roteiros em que anotamos possíveis trajetórias de responsividade e como poderíamos manter as narrativas fluindo, fazendo perguntas, retomando eventos, se, por exemplo, houvesse enunciação precoce de finalização da narrativa (coda) etc. A entrevista episódica é, em si mesma, uma tentativa de colocar em termos concretos a ideia da triangulação interna do método, através da combinação de diferentes enfoques do tipo narrativo e argumentativo de temas do estudo para aumentar a qualidade dos dados, das interpretações e dos resultados. Os critérios para esta narrativa podem ser definidos como: a) combine narrativas de acontecimentos concretos com perguntas mais gerais para respostas mais amplas: definições, argumentações de relevância contextual; b) mencione situações concretas em que se supõe que o participante possui determinadas experiências; c) permita que o participante selecione episódios que quer contar e a forma de apresentação que quer dar; d) a construção da entrevista guia-se por diferentes fontes: a experiência do pesquisador, dimensões

teóricas da área, de resultados de outros estudos, da análise preparatória com aspectos relevantes com explicações sobre o teor das perguntas ao participante para familiarizá-lo com a prática: “Nesta entrevista eu lhe pedirei várias vezes que conte situações em que você teve experiência como filho, pai e avô”.

4º Trabalho

Narrativas em deslocamento: o movimento dos adolescentes nas ruas da cidade

Suzi Brum de Oliveira (PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE)

As pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa Pensamento e Cultura (UnB) e minha trajetória de pesquisadora do mestrado ao meu doutoramento se traduzem em interesse na produção científica sobre a experiência humana narrada. Estamos orientados pelo esforço de construção metodológica sobre a narrativa de eventos de rupturas biográficas no estudo do desenvolvimento humano diante os desafios que a contemporaneidade impõe com seus novos instrumentos mediacionais e novas formas de socialização. Enquanto estudiosos de humanidades nos interrogamos sobre o fazer pesquisa qualitativa enquanto problema metodológico e ético, visto que o fazer-se humano situa como lócus de negociação e produção de significado o espaço intersubjetivo em seu caráter dialógico. As dinâmicas da intersubjetividade posicionam os sujeitos da relação em contextos de negociação de significados pessoais e culturais, novelas polifônicas, em que autor-personagem, e, mesmo, o pesquisador-participante, constroem realidades e sentidos em diferentes temporalidades: o global e o local. O diferente desestabiliza, cria impasses e quebras de significação, mas torna-se potência enquanto espaço de produção de conhecimento e não mera reprodução. Falamos do sujeito autoral que pela via da autoreflexão e agencialidade, no contexto das interações, negocia entre permanências e mudanças, para atualizar novas formas de ação e comunicação, situando como paradigma o caráter transformador do sujeito/fenômeno. Abandonamos, pois os critérios de quantificação, medição e definição para tratarmos da condição humana em sentido ético-estético-político. Que não sendo indiferente ao outro é por se evocar como não-finalizado e ser de definições moveis que humaniza a si e o outro. É da processualidade, transitividade e intencionalidade que os significados são concretizados, no aqui-e-agora, da pesquisa. Das dinâmicas da intersubjetividade histórias geram histórias, uma evoca a outra, de um interlocutor que se põe a falar para uma audiência com sua presença/ausência. Cada voz é cheia de tantas outras vozes, insiste, resiste e contesta porque se faz no/pelo diálogo. Enquanto pesquisadores participantes de campos de expressividade e multiplicidade de eventos selecionados por estratégias discursivas e semióticas deparamos com sentidos e entonações, palavras e ritmos. Nosso interesse de pesquisa sobre a movimentação humana, nos espaços urbanos, destaca a capacidade do sujeito explorar territórios/espaços como condição de constituição do self e dinâmicas de produção de identidade. Indagamos: qual a produção de significação sobre o estar/permanecer na rua do adolescente morador de um bairro pobre e sua influência na constituição da identidade? Que jovens e como os jovens estão redimensionando o espaço e se produzindo num espaço-tempo esquadrihado com diferentes interesses em seus deslocamentos. Pelas fronteiras, espaços da rua, em seus encontros e dinâmicas intersubjetivas, os jovens marcam a si, a cidade e a movimentação humana. Vê-los em trânsito, compondo e desenhando as ruas com seus corpos, que ocupantes, nômades e transeuntes põe-se em relação e a ampliar a territorialidade como uma das possibilidades do humano. Aproximamo-nos assim da arte desenhada pelos corpos e histórias adolescentes que preenchem as ruas de vida, partindo do pressuposto que desenvolver políticas públicas é necessário ouvir aqueles a quem se destinam.

O bebê além da solidão cognitiva. Novidades e perspectivas contemporâneas sobre o desenvolvimento e a inclusão

Francisco José Rengifo Herrera

Embora no contexto acadêmico vivenciamos, discutimos e organizamos textos, debates e aulas sobre o bebê, a realidade do cotidiano sobre esse momento do desenvolvimento e sobre as práticas e crenças que o envolvem parecem bastante distantes do olhar da pesquisa e da teoria. As conquistas sobre leis, programas e ações da sociedade para garantir cuidado e educação aos bebês são inegáveis. Não obstante, ainda há um longo trecho a ser percorrido para tentar rever a forma como esses processos são realizados. O primeiro aspecto que queremos salientar na mesa redonda é o olhar sobre modelos alternativos que venham a colocar na discussão, na metodologia e na intervenção novos conceitos e práticas acerca do desenvolvimento do bebê. As relações da tríade adulto-objeto-criança permitem-nos experimentar olhares sobre fatos que a Psicologia nem sempre considerou como relevantes. Os objetos carregam uma série de elementos semióticos e históricos fundamentais para o bebê. Nesse sentido o adulto é um precursor e um amparo para ampliar as possibilidades de ação da criança. Por outro lado, se traz à tona aspectos vinculados com a Linguagem. A fala e a linguagem tornam-se elementos essenciais na organização e coordenação das ações ao longo do tempo. A linguagem tem um papel fundamental

na regulação para compreender as instruções do adulto e para gerar os focos de atenção nas atividades da tríade. Igualmente os usos da linguagem (balbucios, choros e agitações) por parte do bebê configuram um importante espaço de relacionamento e organização das trocas, dos turnos e das interações em diferentes momentos. Em função das colocações realizadas até agora, se discute o processo de desenvolvimento à luz das perspectivas indicadas acima, porém, se focando na situação dos bebês considerados com deficiência. As políticas públicas indicam o que fazer, como se realizar as ações gerais. A proposta apresentada aqui faz um uso da brincadeira como um elemento fundamental para ampliar e enriquecer as interações. Um dos aspectos mais relevantes está relacionado com a forma como a brincadeira facilita uma responsividade que permite o engajamento da tríade e a potencialização das ações e afetos envolvidos. A necessidade de pensar que além da política pública, deverá se impulsionar a construção de relacionamentos afetivos extremamente ricos, carregados de sentidos sobre o lúdico

1º Trabalho

A relação triádica Adulto-Objeto-Bebê: Jatos de signos por toda parte

Francisco José Rengifo Herrera (Universidade de Brasília)

O desenvolvimento psicológico do bebê é hoje o palco de diversas discussões e debates sobre como compreender e se aproximar dele. O que fazer? O que é pode ser feito para a ampliação das possibilidades da criança? Não obstante estarmos imersos em leituras, debates e pesquisas, as ações no cotidiano parecem não ter sido alcançadas pelo que no contexto acadêmico se diz. O que as Teorias contemporâneas propõem e trazem à tona para ampliar a compreensão do bebê? Os bebês não entram na troca semiótica com o mundo apenas no nascimento. Campos afetivo-semióticos prefiguram a dinâmica que irá o cercar no pós-parto e posterior crescimento. Nesse ponto, o contexto social interage a partir de elementos como a linguagem, os ritmos, e especialmente, a partir dos objetos. As interações estão, regularmente, orientadas por objetos mediadores. Nesse sentido, podemos ver que durante vários momentos da primeira infância há uma clara relação entre Adulto-Objeto-Criança. Os objetos são apresentados ao bebê para serem usados. Porém, o uso dos objetos é opaco e não natural. Pelo contrário, o objeto precisa de ser apresentado na sua histórica social, de crenças, valores, práticas, bem como na sua pragmática cotidiana. Os signos advêm das relações com outros e é justamente isso que acontece nos bebês, inclusive, antes de nascer. Os processos de internalização e externalização semiótica que a criança constrói ao longo do desenvolvimento estão atrelados às escoras que os adultos oferecem. Igualmente, esse amparo oferecido pelo cuidador, coloca o adulto na posição de precursor das ações e signos que vem à tona nas interações com os objetos e com os bebês. A relevância das ações, do engajamento e envolvimento do adulto nas interações com o bebê são fundamentais. Os aspectos de reconhecimento e exploração dos objetos abrem aos usos convencionais e simbólicos uma janela de oportunidades para a criança. Esses usos surgem nesse universo de relacionamentos cotidianos da tríade mencionada acima. Desde os chocalhos, passando pelos brinquedos e chegando até o uso dos talheres observamos uma evidente relação triádica. Os adultos apresentam os objetos, os objetos permitem/restringem ações em função das suas características pragmático-culturais. Por fim, a criança se apropria/ressignifica esses usos a partir de se relacionar com os usos, significados e sentidos dessa relação. Os aspectos semiogenéticos e afetogenéticos serão destacados. As análises microgenéticas desenvolvidas especialmente pela Escola de Genebra e os posteriores revisões a partir da análise de vídeos e entrevistas permitirão vislumbrar uma nova face do desenvolvimento do bebê. Não precisamos mais de estágios ou fases para entender o desenvolvimento. Irregularidade, variabilidade, rupturas e reorganizações são hoje algumas das categorias que vão nos permitir uma aproximação que saliente o que a criança faz e não o que deveria ser feito. Para ilustrar e ampliar o que está sendo discutido aqui apresentarei dois exemplos de duas situações que evidenciam o papel do adulto como precursor, a exploração do objeto e a complexidade da relação triádica. O primeiro numa interação usando sagu e o segundo numa situação de alimentação em contexto escolar

2º Trabalho

O desenvolvimento da fala na primeira Infância

Maria Fernanda Farah Cavaton (Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação)

A construção de significados em que o objeto é protagonista só é possível a partir da interação mãe/bebê/objeto (RODRIGUES, 2007). O bebê ainda não fala, mas sua mãe faz isso o tempo todo. O bebê apesar de não entender as palavras semanticamente, ele sabe o que vai acontecer quando chora. O adulto tira o bebê berço, troca, alimenta e nina. Portanto, nessa fase da fala o bebê se comunica com o adulto por meio de emoções. A regulação entre eles, variando com ação e reação, vai se construindo a comunicação e os significados. Ato ainda não intencionais, ao passar pelas experiências vivenciadas e significadas, tornam-se intencionais. A origem do ato voluntário, tipicamente humano, é a comunicação. A criança não age de acordo com o sentido e sim de acordo com a voz do adulto. A origem da função reguladora da linguagem é a capacidade da criança, inicialmente,

se subordinar à linguagem do adulto, às instruções verbais da mãe que organizam a atenção da criança. A linguagem do adulto provoca aumento de atenção na criança (LURIA, 1987). Com o desenvolvimento motor do bebê aliado a várias relações estabelecidas entre bebê e adultos, vivências e significados sendo construídos, resultam em manifestações voluntárias de pedir colo, objeto, chupeta e sonoras. São os balbucios que os bebês testam os vários fonemas e a atenção dos adultos. Depois irá se desenvolver a união de reações motoras e verbais. O pedir da criança começa com ela gesticulando e vocalizando de uma forma interpretável, indicando que quer algo. Sinais como choro, agitação e o fato da criança esticar-se na direção do objeto desejado, ocorrem por volta dos oito meses (BRUNER, 2007). Desse processo de extensão da criança no sentido do objeto se converte numa extensão provocativa, caminhando para os pedidos intencionais. A referência é quando a criança vai aprendendo o nome das coisas, na pragmática da fala. E ao dominar os nomes dos objetos, ela já não precisa depender da perícia interpretativa da mãe ou do poder deíctico da sua sinalização (BRUNER, 2007). Há a fala egocêntrica quando a criança começa a interiorização da fala e cria a ação voluntária e autônoma de seus atos. Diante uma dificuldade, ela conversa consigo para apontar possíveis soluções. Assim durante a primeira infância, a fala é constantemente alta, com passar dos anos ouve-se apenas sussurros e movimentos dos lábios. Assim, a fala infantil exterior foi interiorizada, surgindo função intelectual e ação voluntária complexas de sistema autorregulador em que a fala interior tem estrutura reduzida comparada à linguagem exterior. A linguagem interior orienta ação futura, indicando o que se deve realizar (LURIA, 1987; Vigotski, 1988).

3º Trabalho

A brincadeira no desenvolvimento do bebê em processo de inclusão

Gabriela Sousa de Melo Mioto (Universidade de Brasília/ Instituto de Psicologia)

Os processos disparados pela promoção de políticas públicas inclusivas têm colocado inúmeros desafios à sociedade nas últimas décadas. A construção de uma realidade mais inclusiva propõe que possamos, em atos cotidianos, refletir e transformar o convívio social em relação a populações marginalizadas, como as pessoas consideradas com deficiência. Torna-se urgente não mais atribuir a estas pessoas a responsabilidade por sua condição. Precisamos, ao contrário, admitir as limitações da própria sociedade que muitas vezes permanece livre da reflexão sobre sua incapacidade de enxergar o potencial de todos os indivíduos, desde a mais tenra infância. A brincadeira é atividade principal da infância e está na origem de todos os hábitos cotidianos. Na interação que vai sendo construída entre bebês e os adultos que lhes prestam cuidados, são apresentadas às crianças as realidades materiais, simbólicas e afetivas do seu entorno cultural, muitas vezes, em situações de brincadeira. A princípio estas brincadeiras são propostas pelos adultos (ou pares mais experientes), até que o bebê, responsivamente, possa engajar-se em suas próprias iniciativas. Diante de um bebê a quem é atribuído algum quadro de diagnóstico médico que possa sinalizar um atraso em seu desenvolvimento neuropsicomotor - como prematuridade, microcefalia, paralisia cerebral, deficiências sensoriais, físicas ou intelectuais - não é incomum que práticas terapêuticas ou educacionais, substituam, em seu cotidiano, os espaços de livre brincar por atividades terapêuticas mediadas por recursos lúdicos. Desta forma, observamos, reiteradamente, que ao bebê com desenvolvimento atípico não é reservado o direito de brincar, mas sim, apenas o direito a um tratamento, uma vez que os próprios planejamentos educativos costumam estar pautados na reabilitação. Em pesquisas anteriores discutimos que o nível de reflexividade do professor sobre sua própria ação influencia a sua forma de inovar ou não no uso das ferramentas ao seu dispor, com ênfase do desencadeamento de novas funções do brinquedo (como objeto) ou da brincadeira (como atividade), mais do que na preocupação com a modificação somente do uso técnico dessa atividade mediadora, mas, principalmente, como signo mediador transformador que pode favorecer interações entre crianças incluídas e seus pares, e, conseqüentemente, dos seus processos de desenvolvimento. Nesta mesa redonda pretendemos discutir a importância de se garantir ao bebê considerado com desenvolvimento atípico a construção de interações que privilegiem o livre brincar e não apenas o brincar como recurso terapêutico. Partimos do pressuposto de que a tentativa de garantir a todos os bebês o direito de exercitarem a brincadeira de forma livre, em interações espontâneas com seus cuidadores e pares, permitirá não apenas a construção de condições de equidade no seu desenvolvimento, mas também, a construção de interações que sejam, de fato, inclusivas.

4º Trabalho

A importância da língua de sinais no desenvolvimento linguístico do bebê surdo

Maria Izabel dos Santos Garcia (Universidade Federal Fluminense)

É crescente nos últimos anos o número de pesquisas em torno dos processos psicológicos e linguísticos das pessoas surdas. Pesquisas, orientaram-se no sentido de assegurar às línguas de sinais um status linguístico e apontar para o seu papel decisivo na educação de surdos. É, entretanto, necessário observar que os estudos sobre

as gramáticas das línguas de sinais são ainda recentes e carecem de um sistema de notação linguística que consiga apreender a dinâmica e a tridimensionalidade presentes nessa modalidade de língua, a saber: modalidade gestual-visual. No caso dos bebês surdos, quanto mais cedo for detectada essa condição, maiores serão as chances de sua potencialidade linguística e cognitiva ser desenvolverem plenamente. Daí a importância de um exame diferencial cuidadoso, uma vez que muitas crianças surdas são diagnosticadas como autistas (ou TEA). Assim, ao ser diagnosticada a surdez maiores são as possibilidades desse bebê/criança surda ter seu desenvolvimento cognitivo e linguístico preservados. Vale realçar que os bebês surdos não são necessariamente mais atrasados em seu desenvolvimento linguístico e cognitivo que os bebês ouvintes (aqueles que ouvem pelo canal auditivo). O que pode prejudicar seu pleno desenvolvimento nessas áreas, é a ausência dessa detecção em seus primeiros meses de vida e/ou a não aceitação por dos pais que, em geral, negam ou são orientados a não aprenderem a língua de sinais. Outra questão implicada, é que a educação para surdos no Brasil ainda é falha e está longe dos anseios das comunidades de surdos. Os trabalhos desenvolvidos por Vygotsky (1987) apontam que as capacidades humanas para o pensamento e a linguagem ainda que pareçam entidades idênticas, são dois processos independentes e com curvas de desenvolvimentos disjuntas, mas que convergem para uma mesma trajetória em certo momento. Ao reproduzir os experimentos, já realizados com macacos antropóides, mas dessa vez com crianças ouvintes os resultados foram semelhantes. Assim, pode se observar que as duas funções da fala/linguagem – social e de comunicação de estados emocionais – podem ser observadas no primeiro ano de vida do bebê. Por volta de seus dois anos, a fala e o pensamento se unem, dando origem a uma nova forma de comportamento. Atualmente, algumas instituições, no Brasil e em outros países, se preocupam com o diagnóstico precoce de bebês surdos e tentam desde cedo que esses possam ser acompanhados por profissionais que dominam a língua de sinais, para que essa exposição linguística não interfira em seu desenvolvimento. Esses profissionais, em sua maioria nativos da língua de sinais, atuam em creches e, como nas atividades lúdicas ofertadas aos bebês ouvintes, estimulam a brincadeira e o desenvolvimento dos aspectos simbólicos através da estimulação da potência para a visualidade (Campello, 2007) que esses bebês apresentam. Esses estudos, entretanto, não são suficientes para – desde sua tenra idade – possibilitar aos bebês surdos o pleno acesso àquela que será sua língua materna: a língua de sinais.

O desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos: conhecimento de pais e professores sobre a criança em creches e pré-escolas do rio de janeiro

Karla da costa Seabra

Considerando que o desenvolvimento humano é um processo que ocorre através das interações com outras pessoas em ambientes organizados culturalmente, este simpósio pretende levantar reflexões sobre o desenvolvimento da criança em instituições de Educação Infantil, na perspectiva do olhar do educador, da família e da própria instituição como um todo. Nesta direção é importante que todos os participantes envolvidos no processo de desenvolvimento tenham noção de que a criança na instituição de Educação Infantil influencia e é influenciada por esse ambiente físico e social. É necessário favorecer o desenvolvimento de todas as capacidades, mas com respeito à diversidade e as diferenças entre as crianças. O desenvolvimento não pode ser considerado a expansão automática das potencialidades da criança, mas sim um processo complexo resultado da interação entre adulto e criança. Assim, a instituição de Educação Infantil é um contexto que pode oferecer condições ótimas de desenvolvimento a partir das vivências, experiências compartilhadas, frustrações e todas as situações que a criança vivencia com a ajuda dos educadores e de outras crianças (BASSEDAS, HUGUET & SOLE, 1999). De acordo com Lima (2007), quando pensamos em desenvolvimento da criança, precisamos considerar alguns aspectos essenciais, dentre eles: o tempo, o espaço, a comunicação, a imaginação e a fantasia, a curiosidade, as práticas culturais e a experimentação. Caberia a instituição escolar a tarefa de tornar efetivas as possibilidades de desenvolvimento, proporcionando um contexto que dê prioridade aos processos interativos entre as crianças e outras pessoas, que permita a experimentação, que torne acessíveis todos os bens culturais e a exploração própria da idade. Ou seja, que possibilite uma qualidade de ação e interação de forma que a criança possa aproveitar as mediações para seu desenvolvimento. Também salienta que outro aspecto essencial é deixar a criança realizar as ações em seu próprio tempo, sem rupturas geradas por fatores externos de organização do espaço. A organização do espaço muitas vezes é realizada para tornar confortável a ação do adulto, mas atropela a criança, exigindo uma adaptação ao tempo do adulto, podendo levar a um comprometimento no processo de desenvolvimento infantil. Construir uma ação pedagógica que contemple este processo dialético de formação e desenvolvimento é um dos grandes desafios que enfrentamos na Educação Infantil. E é nesta direção que pretendemos caminhar nesta mesa redonda, pensando o desenvolvimento da criança na perspectiva dos diferentes atores envolvidos: família, educadores e a própria instituição.

Karla da Costa Seabra (UERJ) apresentará “Professores de berçário: o que sabem sobre desenvolvimento dos bebês?”. Leila Sanches de Almeida (UFRJ) apresentará “Sentidos atribuídos aos cuidados infantis: olhares e demandas das famílias”. Thaís de Oliveira Trindade (PUC-RJ) e Maria Lucia Seidl de Moura (UERJ) apresentará “Crenças de professores e pais sobre o desenvolvimento da criança durante a Educação Infantil”.

1º Trabalho

Professores de berçário: o que sabem sobre o desenvolvimento dos bebês?

Karla da costa Seabra (UERJ)

O pressuposto teórico que norteia esse trabalho é que as interações sociais são essenciais para o desenvolvimento humano, independente da cultura em que a criança está inserida, ela passa por um processo de maturação biológica em seu desenvolvimento, apresentando características que são universais, mas que, em amplo aspecto, depende de um “outro social”. Pressupõe-se que a família é o primeiro ambiente de socialização do bebê, mas é sabido que, em nossa sociedade ocidental urbana, é cada vez mais precoce a inserção de bebês em creches. Nessa direção, é importante que o educador da creche tenha noções de que a criança na instituição de Educação Infantil influencia e é influenciada por esse ambiente físico e social, considerando que o desenvolvimento humano é um processo que ocorre através das interações com outras pessoas em ambientes organizados culturalmente. Não podemos deixar de discutir a influência das práticas cotidianas com o bebê provindas de seus cuidadores, especificamente aqui, educadores de creche. Atualmente o atendimento de zero a cinco anos possui objetivos próprios, sendo privilegiada a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Mas, observa-se que grande parte dos educadores dos bebês de zero a dois anos ainda apresenta muita dificuldade em colocar em prática essa indissociabilidade, continuando muitas vezes com uma proposta puramente assistencialista com os bebês. O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Formação de educadores e práticas pedagógicas com bebês” e tem como objetivo investigar o nível de conhecimento de educadores de crianças de 0 a 2 anos sobre o desenvolvimento infantil. Como objetivos mais específicos pretende-se investigar: o nível de conhecimento de educadores sobre desenvolvimento em seus variados aspectos e a forma como foram adquiridos; o nível de formação dos educadores; os teóricos e teorias de desenvolvimento dos quais se apropriam; a relação entre o conhecimento do desenvolvimento de bebês e a prática cotidiana de educadores; comparar o conhecimento de educadores da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é realizada através de uma entrevista semi-estruturada, composta por 18 perguntas, gravadas e transcritas. As entrevistas são realizadas nos locais de trabalho dos participantes tanto da rede pública, quanto da rede privada. Além da entrevista os participantes assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste trabalho analisaremos as entrevistas realizadas com 43 educadores de creches privadas e da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. A partir dos dados coletados foi realizada uma análise do conteúdo das respostas. Os resultados obtidos apontam que mesmo com uma formação acadêmica no nível de graduação da maioria dos participantes, há uma defasagem no tocante ao domínio de conhecimentos precisos sobre o desenvolvimento global dessa faixa etária. Espera-se a partir dos resultados desta pesquisa que seja viabilizado um melhor planejamento das disciplinas de desenvolvimento infantil nos cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, contribuindo para a formação de um profissional mais próximo das necessidades do cotidiano, articulando os saberes e a teoria à prática profissional.

2º Trabalho

Sentidos atribuídos aos cuidados infantis: olhares e demandas das famílias.

Leila Sanches de Almeida (UFRJ)

A história social da família, da infância e dos cuidados infantis, o processo de globalização e as mudanças da legislação no âmbito da educação infantil são alguns dos fatores sociais que participam do processo de subjetivação dos sujeitos quando, em uma família, decidem definir um tipo de cuidado, na ausência da figura materna, para um filho de até três anos de idade. O sujeito contemporâneo tem continuamente contato com novos e diversos códigos de conduta, atrelados a variados papéis sociais. Isto gera novas necessidades, desejos e identificações, levando-o a se deslocar dinamicamente entre posições sociais muitas vezes antagônicas. Neste panorama, no âmbito da Psicologia, pensar a subjetividade com base na dicotomia individual-social resulta em um modelo simplista da psique humana. Torna-se necessária uma outra articulação entre o social e o individual, dialógica, recursiva, que destaque o processo de significação e o contexto. Portanto, que não tome a subjetividade enquanto produto, mas sim como um processo de subjetivação. É a continuidade nas experiências do sujeito que leva à unidade do self, mas a descontinuidade, também presente nessas experiências, igualmente o integra. Deste modo, a subjetividade diz respeito à organização dos processos de significação e produção de sentidos, em diferentes níveis no sujeito e nos diferentes contextos que o sujeito atua. Assim, na abordagem da Rede de

Significação (REDSIG), o processo de significação envolve contextos sociais, conteúdos da matriz sócio-histórica (sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais) e é mediado por pessoas, que lhe atribuem diversos sentidos e significados por vezes contraditórios (Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva, Carvalho, 2004). A partir dessas considerações, e fundamentando-se na REDSIG, o presente estudo visa compreender os sentidos construídos nas famílias sobre os dispositivos que lhes ajudam a cuidar e educar seus filhos, a partir de três estudos realizados com famílias. Famílias de classe média que têm filhos matriculados em um determinado espaço público de Educação Infantil valorizam a creche na formação e desenvolvimento de suas crianças. Mas muitas famílias, também de classe média, compreendem o ambiente familiar como preferencial para cuidar e educar suas crianças pequenas, preferindo deixá-las na companhia de uma avó ou, em menor proporção, com uma babá. Já famílias de um complexo de favelas cariocas preferem que seus filhos sejam cuidados em uma creche e diante da dificuldade de encontrarem vagas nas unidades de Educação Infantil, demandam pela construção de mais unidades. Entretanto, no que diz respeito ao sentido atribuído à creche, enquanto um espaço desejado pelas famílias, observa-se uma mudança. Dados da PNAD 2015 (IBGE 2017) mostraram que, na região sudeste, 59,6% dos pais com filhos até 01 ano de idade, 71,7% com filhos de 02 anos de idade e 80,1% com filhos de 03 anos de idade gostariam de ter seus filhos matriculados em uma creche. Como, de um modo geral, nas pesquisas desenvolvidas em espaços de educação infantil, a creche é considerada um outro contexto para o desenvolvimento e educação infantil, que este se torne o olhar hegemônico.

3º Trabalho

Crenças de professores e pais sobre o desenvolvimento da criança durante a educação infantil.

Thaís de Oliveira Trindade (Espaço Cria)

Com base na teoria de U. Bronfenbrenner e na noção de nicho de desenvolvimento de C. Super e S. Harkness, o presente trabalho focaliza as metas de pais e professores sobre o desenvolvimento global das crianças de quatro a cinco anos e suas crenças sobre o papel da escola e da família durante a Educação Infantil. As crenças e metas dos pais são entendidas a partir do contexto social no qual estão inseridas. A literatura mostra exemplos de diferentes conjuntos de crenças de cuidadores de diferentes contextos. As crenças construídas por membros de uma sociedade influencia os cuidados das crianças e pode resultar em diferenças em seu desenvolvimento. O presente trabalho tem como objetivo analisar e comparar as metas de pais e de professores sobre o desenvolvimento na pré-escola e suas crenças sobre o papel da escola e da família da rede pública e privada no Município do Rio de Janeiro. Participaram deste estudo dois pais e 14 mães; 15 professoras da rede particular de ensino do Rio de Janeiro e um pai e 13 mães; 16 professoras da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, em idades variadas. Foi utilizado um instrumento sociodemográfico e uma entrevista com três perguntas abertas. Para os pais/mães: (a) “O que você gostaria que seu filho desenvolvesse durante a pré-escola?”, (b) “Qual o papel da escola para que essas metas sejam atingidas?”, (c) “Qual o seu papel para que essas metas sejam atingidas?”. Para as professoras: (a) “O que você gostaria que as crianças de quatro a cinco anos da sua turma alcancem durante a pré-escola?”, (b) “Qual o seu papel para que essas metas sejam atingidas?”, (c) “Qual o papel da família?”. A análise de conteúdo foi feita com a criação de categorias a partir do exame das respostas às perguntas feitas aos participantes. Os resultados indicam maior valorização ao desenvolvimento cognitivo feita pelos pais dos dois grupos. Já os professores também dos dois grupos, apresentam maior valorização do desenvolvimento social das crianças dessa idade. Com relação ao papel da família, encontrou-se, como função principal para os pais, ajudar e dar o exemplo. Para os professores, cooperação e diálogo entre pais e professores. O papel principal do professor mencionado pelos professores das escolas particulares foi a escuta da criança, e as questões relativas à produção de atividades pedagógicas, pelos das escolas públicas. Segundo os pais, a escola tem como função principal ensinar, proteger e dar o exemplo. Acredita-se que tais achados podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a relação família-escola.

Parentalidade: conceitos, variáveis influenciadoras e instrumentos de medida

Erikson Kaszubowski

O sistema parental exerce influência direta no desenvolvimento infantil. Os familiares possuem funções específicas que são desempenhadas ao longo da vida. A parentalidade envolve as funções desempenhadas por pais e mães em prol do desenvolvimento das crianças. Pode ser compreendida como um sistema composto por comportamentos, emoções e cognições que os pais despendem nos cuidados com os filhos. Nas diversas formas de interação pais-crianças encontram-se diferentes estilos parentais que são, geralmente, ancorados em atividades complexas e, de acordo com contexto e tempo, mas que possibilitam ações voltadas para cuidados básicos,

didáticos, materiais e no campo da linguagem dirigidos às crianças (Figueiredo; Lamela, 2014). Os estilos diferenciam-se das práticas parentais, tendo em vista que os estilos constam de atitudes que moldam o ambiente em que as práticas ocorrem. Tanto as práticas como os estilos parentais influenciam e são influenciadas pelo desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a parentalidade pode ser determinada por múltiplos fatores tais como, as variáveis pessoais (personalidade, idade, sexo e escolaridade dos pais); as variáveis das crianças (temperamento, idade e sexo); e as variáveis sociais (renda, ambiente e jornada de trabalho dos pais e relacionamento conjugal) (Belsky, 1984; Lamb, 1997). Para tanto, são necessárias algumas condições para uma parentalidade adequada, de acordo com o período do desenvolvimento e as necessidades físicas e psicológicas das crianças. Em conformidade com esse cenário de influências, o estudo de Quele de Souza Gomes e colaboradores objetivou identificar preditores da parentalidade paterna. A escolaridade foi preditora de uma melhor parentalidade, e o fato do pai frequentar uma religião foi preditor do comportamento de controle e disciplina paterna. A escolaridade possibilita acesso à informação e contribui para compreensão dos pais do desenvolvimento infantil e desenvolvimento de competências parentais (Barroso & Machado, 2015). Pais religiosos costumam apresentar altos níveis de expectativa em relação aos comportamentos morais, e podem compreender a obediência como um atributo divino, o que pode incentivá-los a exercerem mais controle parental a fim de que os filhos adquiram essa virtude (Kim & Wilcox, 2014; Lane, 2015). O estudo de João Rodrigo Maciel Portes e colaboradores visou identificar os estilos parentais dos pais e das mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista, uma variável da criança que pode influenciar na parentalidade dos pais. Os pais adotam mais o estilo autoritativo, considerado o mais adequado para promover o desenvolvimento da competência social na infância, o que pode atenuar comportamentos disfuncionais do TEA (Macana & Comin, 2015). Por fim o estudo de Erikson Kaszubowski e colaboradores objetivou apresentar os resultados de um estudo sobre estilos parentais na região noroeste do Rio Grande do Sul e fazer uma análise preliminar de evidências de validade da versão do CRPR de Gagnon (2012). Os resultados apontaram para a existência cinco dimensões diferentes das duas teoricamente esperadas. Isso sugere que os determinantes da parentalidade nessa amostra de pais utilizam um mescla de práticas autoritárias e democráticas. Espera-se que discussões como essas no campo da parentalidade possam gerar intervenções direcionadas à uma parentalidade adequada, promovendo, assim, o desenvolvimento infantil saudável.

1º Trabalho

Preditores da parentalidade masculina

Quele de Souza Gomes Santos (Universidade Federal de Santa Catarina)

A parentalidade pode ser entendida como um conjunto de atividades desempenhadas pelos genitores, conjunta ou separadamente, com o objetivo de promover os cuidados e recursos necessários ao desenvolvimento da criança (Barroso & Machado, 2015; Belsky, 1984; Macarini, Crepaldi, & Vieira, 2016). Belsky (1984) identificou que fatores individuais, sociais, econômicos e culturais influenciam o modo como pai e mãe se engajam nessa tarefa. Com o objetivo identificar os preditores da parentalidade paterna no contexto de uma cidade do Nordeste do Brasil, este estudo investigou 81 pais de crianças entre 4 e 6 anos de idade. Eles responderam à ficha de dados sociodemográficos e ao Questionário de Engajamento Paterno (QEP), instrumento utilizado para avaliar as dimensões cuidados físicos, cuidados emocionais, controle e disciplina do modelo integrativo de parentalidade de Hoghughi (Barroso & Machado, 2015). Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e inferenciais de Análise de Regressão. A partir dos resultados da regressão, constatou-se que a escolaridade paterna foi preditora de uma melhor parentalidade. Frequentar um culto religioso foi considerado preditor do comportamento paterno na dimensão controle e disciplina. Como já abordado na literatura, a escolaridade funciona como uma fonte de acesso à informação que contribui para que os pais possam compreender aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, assim como desenvolver competências parentais (Barroso & Machado, 2015). Já a religião pode ser considerada uma fonte de suporte social que valoriza o envolvimento dos pais na criação dos filhos, haja vista que as instituições religiosas tendem a disseminar crenças relacionadas à responsabilidade parental de contribuir para que os filhos desenvolvam um bom caráter, perpetuando, desse modo, a cultura religiosa para futuras gerações (Kim & Quek, 2013; Kim & Wilcox, 2014; Petts, 2011). Some-se a isso, o fato de que pais religiosos apresentam altos níveis de expectativa em relação aos comportamentos morais, assim como compreendem a obediência como um atributo divino, o que, por sua vez, pode incentivá-los a exercerem mais controle parental a fim de que os filhos adquiram essa virtude (Kim & Wilcox, 2014; Lane, 2015). Esses resultados enfatizam a importância de se compreender quais são e como funcionam os determinantes ambientais da parentalidade, tendo em vista a implementação de programas de intervenção para o exercício da parentalidade positiva.

2º Trabalho

Estilos parentais utilizados por pais e mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista

João Rodrigo Maciel Portes (Universidade do vale do Itajaí)

A parentalidade se refere às ações que visam garantir a segurança e o crescimento dos filhos (Hoghugh, 2004). Essa é uma das principais funções dos pais na criação da geração mais nova para lhe garantir o necessário para sobrevivência e desenvolvimento em termos físicos, econômicos e psicossociais ao longo da infância e adolescência (Bornstein, 2002). Para cumprir essa tarefa os pais costumam empregar algumas estratégias específicas para orientar os seus comportamentos. As estratégias de socialização são conhecidas como as práticas parentais, essas se caracterizam por técnicas de controle e reforço do comportamento. Compreende-se que o estilo parental é formado pelo conjunto de práticas parentais (Kobarg, Vieira & Vieira, 2010). As características da criança também influenciam na interação entre pais e filhos e nas práticas educativas empregadas pelos cuidadores (Ceconello, De Antoni & Koller, 2003). Uma das características da criança mais marcantes é quando ela possui alguma deficiência, como é o caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse transtorno caracteriza-se principalmente por prejuízos persistentes na comunicação social recíproca e na interação social, apresentando também padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014). Entende-se que uma criança com TEA pode interferir de forma negativa nos estilos parentais, devido as suas características comportamentais pode aumentar o comportamento de controle e proteção dos pais (Woolfson & Grant, 2006). Nesse sentido, essa pesquisa objetivou identificar os estilos parentais dos pais e das mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Essa investigação caracteriza-se como descritiva e exploratória. Participaram 45 casais - 44 pais e 45 mães, de crianças diagnosticadas com TEA com média de 59 meses de idade. A coleta de dados foi realizada no Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CER II) em Itajaí-SC. Aplicou-se um questionário de dados sociodemográficos com apenas um dos genitores e o Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP) com cada membro do casal separadamente, composto por 32 itens, divididos em três dimensões autoritativo, autoritário e permissivo, baseados no modelo teórico de Baumrind. O QDEP é uma versão portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ) (Pedro et al., 2015). As respostas do instrumento foram analisadas com o auxílio de programa de análise estatística, por meio de análises do tipo descritiva e inferencial não paramétrica. Os dados revelaram que o grupo de pais obteve os seguintes escores no QDEP: estilo autoritativo (M= 3,66 DP=0,55), estilo autoritário (M=1,61 DP=0,44) e permissivo (M=2,18 DP=0,85). As mães obtiveram resultados semelhantes ao grupo de pais nos três estilos, autoritativo (M=3,84 DP=0,48), autoritário (M=1,71 DP=0,45) e permissivo (M=2,23 DP=0,82). O teste Kruskal Wallis revelou que nos dois grupos houve diferença estatisticamente significativa dentre os estilos, e o mais prevalente é o estilo autoritativo. Os pais autoritativos se caracterizam por fornecer muito afeto aos filhos acompanhado de controle sobre o seu comportamento (Baumrind, 1997). Esse resultado sugere que os pais adotam mais o estilo autoritativo, considerado o mais adequado para promover o desenvolvimento da competência social na infância, o que pode atenuar comportamentos disfuncionais do TEA (Macana & Comin, 2015).

3º Trabalho

Estilos parentais na região noroeste do Rio Grande do Sul: resultados iniciais e evidências de validade de uma versão do Child Rearing Practices Report - CRPR

Erikson Kaszubowski (Universidade Federal de Santa Catarina)

Os estilos e práticas educativas parentais estão pautados em valores, crenças e conceitos dos pais e podem tanto promover como dificultar o desenvolvimento das crianças (Biasoli-Alves, 1997; Dessen & Junior, 2005). Nesse sentido, é importante que pesquisadores disponham de instrumentos de medida adequados e adaptados transculturalmente para a mensuração dos estilos parentais (Hambleton & Patsula, 1998). O Child Rearing Practices Report – CRPR – foi desenvolvido por Block (1965) para avaliar os estilos parentais de pais e mães por meio de um Q-set. Posteriormente, várias versões em questionário foram propostas por diferentes grupos de pesquisadores (Dekovic, Janssens & Gerris, 1991; Kochanska, Kuczynski & Radke-Yarrow, 1989; Rickel e Biasatti, 1982), em geral a partir de dois fatores: nurturance (cuidado adequado) e restrictiveness (controle restritivo). A dimensão de cuidado adequado avalia a disposição do progenitor de compartilhar com a criança seus sentimentos e experiências, de ser afetivo, demonstrar-lhe aceitação e ser responsivo às suas necessidades. Os itens da dimensão de controle restritivo descrevem as práticas parentais de alto nível de controle comportamental da criança, o estabelecimento de limites rigorosos e a aprovação das regras, expectativas e restrições rígidas. Esse estudo objetivou apresentar os resultados de um estudo piloto sobre estilos parentais na região noroeste do Rio Grande do Sul e fazer uma análise preliminar das evidências de validade da versão do CRPR utilizada. Participaram do estudo 77 mães/avós e 27 pais/avôs responsáveis por crianças com idades entre

4 e 10 anos. Eles reponderam a um questionário sociodemográfico e a versão adaptada para a língua portuguesa do CRPR originalmente empregada em Gagnon (2012). Nessa versão, os itens são apresentados como afirmações acompanhadas de uma escala ordinal de tipo Likert com seis graus de concordância. Os itens foram analisados por meio de análise fatorial exploratória, com o objetivo de identificar a melhor solução fatorial para a amostra. Comparando modelos sequencialmente mais complexos por meio do teste de razão de verossimilhança, escolhemos a solução com cinco fatores. O conteúdo dos itens sugerem que esses fatores se referem à comunicação com a criança (M=5.1, DP=0.5), afetividade positiva (M=5.6, DP=0.4), controle restritivo (M=4.4, DP=0.5), controle permissivo (M=4.1, DP=0.6) e autoritarismo (M=4.5, DP=0.8). A divisão dos itens em duas dimensões propostas por outros estudos não parece ser suficiente para modelar satisfatoriamente a matriz de correlação entre os itens e a solução encontrada sugere que a separação clara entre dois estilos parentais não reflete as nuances encontradas na amostra brasileira. As médias dos cinco fatores foram relativamente altas, com destaque para afetividade positiva e comunicação com a criança. Isso sugere que os pais dessa amostra utilizam um mescla de práticas autoritárias e democráticas. É importante, que futuras estratégias de intervenção para promoção de parentalidade positiva considerem essas peculiaridades na elaboração de programas educativos. Cabe ainda, ressaltar a relevância de estudos futuros que verifiquem a dimensionalidade dessa versão do CRPR.

Preconceito e exclusão na velhice nos contextos da família, dos processos psicoterápicos e vivências da sexualidade

Doris Firmino Rabelo

Essa mesa tem o objetivo de discutir o preconceito e a exclusão na velhice e suas consequências para a população idosa. Serão apresentadas noções de preconceito e estereótipo, principalmente da discriminação baseada nas construções etárias, com o intuito de fazer uma introdução teórica destas questões. A análise do preconceito e da exclusão social do idoso será discutida nos contextos da família, dos processos psicoterápicos e da sexualidade. Primeiro, será analisado como o preconceito contra as pessoas idosas influencia nas relações familiares na velhice e as repercussões do ageism na distribuição de autoridade, status, poder e recursos dentro da família. Serão considerados os eventos de transição ao longo do curso de vida e serão apresentados os resultados de um estudo realizado no interior da Bahia. Em segundo lugar, a discriminação e exclusão no âmbito da psicologia clínica serão analisadas a partir da demanda por psicoterapia na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia no último ano, assim como, o processo psicoterápico de três pacientes maiores de 55 anos, em psicoterapia a mais de um ano. Por último, será apresentado um estudo realizado em Fortaleza, sobre as vivências das sexualidades de mulheres na velhice para refletir sobre como a vivência do ageism alicerça o preconceito nas relações intergeracionais, e atua contra a saúde psíquica e a experimentação da sexualidade vivida em idades avançadas.

1º Trabalho

Preconceito e exclusão na velhice: o contexto familiar

Doris Firmino Rabelo (UFRB)

Na família, tarefas, responsabilidades e comportamentos são organizados segundo a idade, e modelam autoconceitos e interações sociais que tem consequências sobre o domínio de recursos socialmente valiosos. As atribuições sociais negativas referentes ao velho e à velhice materializam-se nos discursos cotidianos e envolve atitudes prejudiciais e práticas discriminatórias com relação ao exercício dos papéis desempenhados por idosos e sua função na família. Os estereótipos desempenham um papel importante na formação de atitudes e interações entre pessoas. Podem afetar o contexto de desenvolvimento das pessoas idosas influenciando o comportamento das pessoas em relação a eles, por exemplo, levar ao isolamento através de tratamento discriminatório. Estereótipos são internalizados influenciando nas expectativas sobre aposentadoria, saúde, preocupações com a morte e a própria longevidade. É nesse contexto que as interações interpessoais são socialmente construídas de forma a confirmar as atuais crenças e atitudes que possuímos de nós mesmos e dos outros. Pessoas idosas são submetidas a um tratamento desigual com impacto negativo no seu status, por exemplo, mediante a infantilização, o desrespeito à sua dignidade e autonomia em nome do que é “bom” para elas, a crença de que estas são incompetentes, dependentes, “ranzizas” ou teimosas. Assim, as pessoas idosas perdem autonomia e autoridade, são menos ouvidas e influentes nas decisões familiares. Além disso, as relações familiares se diferenciam quanto à fase do ciclo de vida e quanto às características físicas e psicológicas dos membros idosos e as emoções desempenham um papel importante na motivação para o suporte intergeracional e nas implicações desse suporte. Para discutir como o preconceito contra as pessoas idosas influencia nas relações familiares na velhice, analisaremos as repercussões do ageism na distribuição de autoridade, status, poder e recursos dentro da família,

considerando-se os eventos de transição ao longo do curso de vida. Apresentaremos os resultados de um estudo realizado no interior da Bahia que buscou analisar, a partir da perspectiva dos idosos, as relações entre a configuração familiar, as condições psicológicas e de saúde e o funcionamento familiar. Os resultados indicam associações com o gênero, com a função financeira e de chefia familiar, e com a saúde física e psicológica do idoso. O ageism, em conjunto com a baixa renda, baixa escolaridade, isolamento, incapacidade funcional e doença podem resultar em exclusão social. A família é um microssistema que reproduz o preconceito e as iniquidades e os eventos de transição como a aposentadoria, a viuvez, a doença e dependência, afetam o curso de vida familiar e como a família lida com as mudanças do envelhecimento. Espera-se que a discussão possa contribuir para o crescimento e fortalecimento da Psicologia do desenvolvimento da vida adulta e fomentar outras investigações sobre a família brasileira em envelhecimento.

2º Trabalho

Psicoterapia na velhice: rompendo as barreiras do preconceito e exclusão no âmbito da clínica psicanalítica

Airton Pereira do Rêgo Barros (Universidade Federal de Uberlândia)

Já faz algum tempo que os especialistas em desenvolvimento humano consideram que a velhice compreende uma etapa a mais do ciclo vital e como tal merece por parte dos investigadores a mesma atenção e interesse que todas as etapas do desenvolvimento. Entretanto sabe-se que esta fase da vida possui suas especificidades e exige do especialista um olhar que as considere. Porém, as questões que são próprias ao envelhecimento na maioria das vezes são utilizadas, pelo senso comum, como elementos que reforçam estereótipos e preconceitos em relação às pessoas que tiveram a sorte de envelhecer. Os problemas de saúde, as limitações físicas, a perda do frescor juvenil, o desconhecimento acerca de determinados códigos sociais das novas gerações, além da manutenção de hábitos, crenças e valores considerados ultrapassados, muitas vezes são transformados pelas novas gerações em estereótipos que acabam marcando a vida dos idosos e conduzindo-os a discriminação e exclusão social. Este tipo de discriminação e exclusão também acaba por afetar o âmbito da psicologia clínica e, mais especificamente, da psicanálise que muitas vezes exclui a pessoa idosa do setting analítico, reproduzindo tais estereótipos. Quem nunca proferiu ou escutou a frase: se não mudou até agora com essa idade é que não muda mais. Desta forma o objetivo deste trabalho foi analisar a demanda por psicoterapia na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia no último ano, assim como, o processo psicoterápico de três pacientes maiores de 55 anos, em psicoterapia a mais de um ano. Percebeu-se que no período de um ano apenas 8,6% dos pacientes que buscaram terapia na clínica possuem idade superior a 55 anos, e 3,9% idade superior a 60 anos, o que nos leva a inferir que as pessoas dessa faixa etária procuram menos psicoterapia. A análise dos três casos que ilustram esse estudo demonstra que os pacientes apresentaram uma resistência maior a demanda por psicoterapia, porém, tal resistência, através de uma análise mais profunda dos casos, demonstrou ser incentivada pelo preconceito internalizado contra a velhice. Também se verificou que sintomatologia desses pacientes foi influenciada pela discriminação e isolamento social a que estavam submetidos. Também se pôde observar que estes pacientes apresentaram um forte desejo de mudança e a mesma capacidade de estabelecer uma relação transferencial como qualquer pessoa e que tais estereótipos não consideram a resiliência e a capacidade de superação de uma pessoa nesta etapa do desenvolvimento.

3º Trabalho

Vivências do Preconceito Contra a Sexualidade de Mulheres na Velhice

Juliana Fernandes Eloi (Estácio do Ceará)

O aumento da população de idosos é um acontecimento que vem ganhando notoriedade não somente no contexto brasileiro, mas configura-se como um fenômeno mundial, em que se estabelecem maiores investimentos em relação ao envelhecimento no sistema de saúde, campo social, econômico e político. Contudo, os estigmas que perpassam a velhice corroboram a vivência de preconceitos e a manutenção de estereótipos que classificam a identidade do idoso de modo pejorativo, como por exemplo, a negação da sexualidade na velhice. Deste modo, estrutura-se uma concepção ilusória de uma velhice assexuada e que prevalece, muitas vezes, entre os próprios idosos como modelo de postura e conduta a ser tomada, resultando no sofrimento psíquico destes sujeitos. A sexualidade na velhice, é um fenômeno historicamente negado por normas socioculturais que promoveram o tabu da sexualidade durante a idade adulta avançada. Embora a realidade atual do idoso na sociedade tenha conquistado novas formas de se expressar, a velhice ainda é marcada pela anjificação e assexualidade dos corpos. Ou seja, ainda presenciamos nos dias atuais, a estruturação de motivações culturais preconceituosas em que os estereótipos que envolvem a velhice são tomados como verdade absoluta e sempre estão relacionados ao isolamento social, desprestígio e à assexualidade. Assim, foi realizada uma discussão do ageismo que alicerça o

preconceito entre as relações intergeracionais, contra a impossibilidade do retorno a juventude e por último, a sexualidade vivida em idades avançadas. A vivência do ageísmo se apresenta como um interdito ao associar três grandes perspectivas desvalorizadas socialmente, possui restrita discussão teórica e é perpassada por convencionalismos que generaliza a sexualidade como vivência típica da juventude. Diante do contexto apresentado, este estudo objetivou compreender especificamente as vivências das sexualidades de mulheres na velhice na cidade de Fortaleza. As entrevistas foram realizadas com três mulheres idosas e analisadas a partir da análise de conteúdo. Os achados foram divididos em quatro categorias temáticas, são: 1) trajetórias de vidas; 2) envelhecimento, sexualidade e geração; 3) família e homofobia e 4) relacionamentos atuais. Os resultados evidenciaram a existência de novas experimentações da sexualidade na velhice, em que se reinventa uma velhice que se desdobra em meio aos preconceitos geracionais, corporais e sexuais. Conclui-se que, independente do fator geracional, a sexualidade se desenvolve junto às satisfações básicas dos sujeitos, e não há estatuto que estabeleça como experimentá-la durante as diversas fases da vida. Com isto, a ausência de sexualidade na velhice é um mito, que se afirma como norma social, gerando expectativas ilusórias e negativas em relação a uma vida sexual na velhice.

Processos psicossociais de exclusão social e desenvolvimento humano

Ludgleydson Fernandes de Araújo

Esta mesa redonda aborda os processos psicossociais de exclusão social e desenvolvimento humano. Para tanto, a primeira exposição objetivou conhecer as possíveis influências das vivências de prazer e sofrimento no trabalho sobre o planejamento de carreira dos profissionais garçons. Participaram da pesquisa garçons de ambos os sexos – 20 homens e 10 mulheres com faixa etária mínima de 18 anos. Por meio das respostas elaboradas por parte dos entrevistados foi possível perceber que os principais fatores de sofrimentos são promovidos pela equipe de trabalho e pela sobrecarga de atividades, por outro lado, os principais fatores de promoção de prazer no trabalho estão vinculados ao relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho. O segundo trabalho tem como escopo identificar e analisar as representações sociais da velhice LGBT entre brasileiros. A amostra foi composta por 1000 pessoas adultas da população brasileira em geral. Nos resultados as representações sociais direcionadas a velhice LGBT como fase de solidão e sofrimento, que a sociedade ainda está conhecendo o fenômeno. O terceiro trabalho que compõe esta mesa redonda buscou discutir a experiência do racismo tem efeito negativo na qualidade de vida e não se resume a respostas provenientes de interações entre indivíduos, mas está profundamente condicionada por fatores estruturais. Devido as práticas discriminatórias com base na raça, os idosos negros têm questões únicas que precisam ser enfrentadas na velhice. Na literatura, são escassos os estudos que caracterizam as diferenças existentes entre idosos negros e brancos. Contudo, alguns estudos evidenciam diferenças, por exemplo, em relação às condições de saúde, com maior impacto para os idosos negros. O envelhecimento da população negra será discutido destacando o preconceito e as relações raciais enquanto mediadores de vulnerabilidades e processos de exclusão social. Para tanto, será abordado o preconceito e as relações raciais em idosos negros considerando as vulnerabilidades em saúde, relações familiares, pobreza e exclusão social. Em seguida é apresentado estudo que teve como objetivo de analisar como universitários atribuem estereótipos para mulheres, negros, gays e pessoas com deficiência. Esses grupos foram aqui assumidos como minorias sociais, tendo em vista os processos de exclusão social a que são submetidos. Os estereótipos podem estar relacionados aos sentimentos de preconceito e comportamentos discriminatórios, podendo estar relacionados a pensamentos irracionais e componentes valorativos que justificam estruturas sociais. O estudo foi realizado com 177 estudantes de uma instituição privada de ensino superior, da cidade de Fortaleza. Os resultados indicam que todos os grupos, com exceção das pessoas com deficiência, pontuam mais alto na dimensão competência do que na dimensão de sociabilidade. Por último, o estudo que visa analisar as queixas escolares ocorridas com pessoas transexuais no processo de ensino e aprendizagem. É uma pesquisa de caráter qualitativa, contou com a participação de 38 pessoas trans, respondendo um questionário semiestruturado e Teste de Associação Livre de Palavras, descrevendo lembranças de sua infância na vida escolar, como vêm a transexualidade e o sofrimento ético-político que enfrentam no atual contexto. Todos os participantes da pesquisa afirmam que em algum momento do processo acadêmico sofreu algum tipo de preconceito.

1º Trabalho

Prazer e sofrimento no trabalho: influência sobre o planejamento de carreira

Raquel Pereira Belo (Universidade Federal do Piauí)

Considerando a importância do trabalho na vida da sociedade, assim como as vivências de prazer e sofrimento no ambiente organizacional e as mudanças no planejamento de carreira dos profissionais, o presente

estudo objetivou conhecer as possíveis influências das vivências de prazer e sofrimento no trabalho sobre o planejamento de carreira dos profissionais garçons. A fim de alcançar o objetivo do estudo, foram realizadas entrevistas com os garçons (seguindo um roteiro semiestruturado) no contexto dos bares e restaurantes das praias de Atalaia, Peito de Moça e Coqueiro, localizadas na cidade de Luís Correia – PI. As entrevistas foram gravadas com recursos de áudio para registrar e preservar os dados obtidos. Participaram da pesquisa garçons de ambos os sexos – 20 homens e 10 mulheres, totalizando 30 participantes com faixa etária mínima de 18 anos, todos tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado contendo nove perguntas junto a um questionário sociodemográfico para a caracterização dos participantes. Os resultados foram analisados de acordo com a Técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (BARDIN, 2011). Por meio das respostas elaboradas por parte dos entrevistados foi possível perceber que os principais fatores de sofrimentos são promovidos pela equipe de trabalho e pela sobrecarga de atividades, por outro lado, os principais fatores de promoção de prazer no trabalho estão vinculados ao relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho, à vontade de continuar trabalhando na organização e à obtenção de uma remuneração satisfatória para manter os estudos. Como planejamento de carreira mais citados estiveram: 1) formação superior, 2) deixar a organização, 3) montar negócio próprio e 4) buscar um emprego com melhor estrutura. Por fim, para a realização do planejamento de carreira, as metas que mais se destacaram foram: manter-se no trabalho de garçom e a formação superior e técnica. Ao investigar a referida temática o presente estudo buscou tratar de um assunto relevante e atual, além de objetivar obter informações sobre o contexto profissional estudado e contribuir com a categoria profissional, com as organizações e com o desenvolvimento profissional, visto que a compreensão de tais elementos viabiliza o entendimento da saúde mental no contexto de trabalho.

2º Trabalho

Velhice LGBT e vulnerabilidades psicossociais: estudo com adultos da população brasileira.

Ludgleydson Fernandes de Araújo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

A pessoa idosa convive com estigmas e preconceitos que tornam alguns assuntos tabus, entre eles, a sexualidade. Mesmo que hajam concepções de que a velhice é uma fase assexual, a sociedade vem apresentando mudanças ao abordar o tema. A sexualidade vai além da dimensão do ato sexual, e neste ponto, que a sexualidade na velhice deve ser entendida como uma forma de trazer bem-estar físico e emocional, visto que, estudos registram que idosos atribuem a essência da sexualidade através do companheirismo, fantasias, desejo e as relações de afeto. Mesmo que poucos, os estudos acerca da sexualidade na velhice prevalecem em torno da heterossexualidade. Sabe-se que os idosos LGBT vivenciam estigmas e preconceitos tanto pela idade, quanto pela orientação sexual, sendo que os estudos a respeito deste tema ainda são pouco viabilizados, mas na última década houve mais interesse por parte dos pesquisadores. A velhice LGBT é uma conquista de anos de luta, em que a militância foi fundamental para a redução da homofobia, além disto, outro fato que contribuiu para a diminuição da mortalidade do público LGBT foi o conhecimento das formas de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis. A presente pesquisa buscou identificar e analisar as representações sociais da velhice LGBT entre brasileiros. A amostra foi composta por 1000 pessoas adultas da população brasileira em geral, com idade média de 27,5 anos (DP= 9,25), sendo 64,9% mulheres. Utilizou-se entrevista estruturada que foi analisada a partir do programa Iramuteq, além de dados sociodemográficos. Nos resultados, a Classificação Hierárquica Descendente repartiu o corpus textual em quatro classes de proximidade representacional. Por um lado, representações sociais direcionadas a velhice LGBT como fase de solidão e sofrimento, que a sociedade ainda está conhecendo o fenômeno. Do outro, discussões baseadas em respeito, atenção e cuidado, além de velhice LGBT como uma conquista atribuída a felicidade. Elaborar-se um contexto de que a não aceitação da sua orientação sexual e identidade de gênero devido a opressão social que antigamente era muito mais intensa, onde na velhice ocorre uma descarga de arrependimento de não ter experienciado desde a juventude, e nesta fase do desenvolvimento resta a solidão e a busca do sexo com jovens. Numa sociedade que cultua a beleza jovem, ser idoso LGBT é sofrer duplamente (ser idoso e LGBT) com o abandono e até mesmo depressão. Destaca-se que as classes 1 e 2, apresentam-se mais positivas que as classes 3 e 4, sendo possível visualizar nos subcorpus dois lados de representações sociais. Discute-se que a diversidade amostral resulta nas diferentes representações sociais, e os dados revelam que a sociedade está se direcionando a compreender as diferenciações de gênero e orientação sexual na qual a velhice é uma fase na qual todos podem vivenciar.

3º Trabalho

Racismo e envelhecimento da população negra

Doris Firmino Rabelo (UFRB)

A experiência do racismo tem efeito negativo na qualidade de vida e não se resume a respostas provenientes de interações entre indivíduos, mas está profundamente condicionada por fatores estruturais. Devido as práticas discriminatórias com base na raça, os idosos negros tem questões únicas que precisam ser enfrentadas na velhice. Na literatura, são escassos os estudos que caracterizam as diferenças existentes entre idosos negros e brancos. Contudo, alguns estudos evidenciam diferenças, por exemplo, em relação às condições de saúde, com maior impacto para os idosos negros. Estas e outras dificuldades decorrem de um processo histórico de desigualdades e injustiças sociais. O baixo nível de escolaridade, o reduzido acesso aos serviços de saúde, a violência física e psicológica e as precárias condições socioeconômicas são aspectos que perpassam processo de envelhecimento da população negra. O envelhecimento da população negra será discutido destacando o preconceito e as relações raciais enquanto mediadores de vulnerabilidades e processos de exclusão social. Para tanto, será abordado o preconceito e as relações raciais em idosos negros considerando as vulnerabilidades em saúde, relações familiares, pobreza e exclusão social. Será apresentado os resultados de um estudo realizado no interior da Bahia com a população idosa negra, que investigou as relações entre a configuração familiar, as condições psicológicas e de saúde e o funcionamento familiar. A partir destes aspectos, espera-se contribuir para reflexões acerca das múltiplas desvantagens proveniente do ageism e das desigualdades econômicos, sociais e psicológicos, além dos encargos adicionais de viver numa sociedade em que a igualdade racial permanece um mito.

4º Trabalho

Escolarização e transexualidade: processos de exclusão e vulnerabilidades.

Fauston Negreiros (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ)

O estudo visa analisar as queixas escolares ocorridas com pessoas transexuais no processo de ensino e aprendizagem. Objetivou-se alcançar a descrição das principais concepções medicalizantes e patologizantes da escolarização junto às práticas educacionais que compõem as trajetórias de vida e memórias escolares; identificar as principais queixas escolares dos alunos trans, como eram tratados pelos gestores, professores e colegas da escola durante o período escolar; identificar medidas medicalizantes ou segregadoras por parte dos professores ou gestores da escola em que o aluno estava inserido. É uma pesquisa de caráter qualitativa, contou com a participação de 38 pessoas trans, respondendo um questionário semiestruturado e Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), descrevendo lembranças de sua infância na vida escolar, como vêm a transexualidade e o sofrimento ético-político que enfrentam no atual contexto. Todos os participantes da pesquisa afirmam que em algum momento do processo acadêmico sofreu algum tipo de preconceito.

Sistemas parentais e desenvolvimento infantil

Deise Maria Leal Fernandes Mendes

Estudos no campo da parentalidade, incluindo crenças, valores, práticas de cuidado e metas de socialização têm tido expressiva presença, nas últimas décadas, na literatura científica. Os impactos da parentalidade no desenvolvimento infantil têm sido amplamente investigados, considerando-se diferentes contextos socioculturais. Particularmente, pesquisas têm destacado o quanto concepções e metas parentais sobre as emoções afetam as práticas e estratégias de socialização de emoção e, com isso, o desenvolvimento emocional da criança. Mães e pais, além de outros cuidadores, exercem papel de grande relevância no processo de desenvolvimento da criança: o que pensam e almejam para seus filhos e a forma como atuam com relação à criança moldam seu desenvolvimento. Além disso, compreender o exercício do papel de mãe e pai implica uma reflexão que contemple não apenas as diferenças culturais e de ambientes sociais distintos, mas as diferenciadas estruturas familiares da atualidade que incluem as famílias homoparentais. A partir das questões que se colocam e com base nos princípios teóricos norteadores de estudos dessas temáticas, esta mesa tem como objetivo discutir aspectos da parentalidade e seus impactos no desenvolvimento infantil, abordando os sistemas parentais em famílias homoparentais, além de questões sobre crenças parentais e metas de socialização voltadas para as emoções. Serão realizadas três apresentações sobre essa temática com abordagem quantitativa e/ou qualitativa dos dados. Na ordem, Ana Beatriz de Mota e Souza e Deise Maria L. Fernandes Mendes abordarão resultados de uma investigação sobre a compreensão emocional em crianças e crenças maternas sobre competência emocional, Bianca Reis e Lília Iêda Cavalcante trarão evidências de um estudo sobre metas de socialização de emoção de mães residentes em área rural do estado do Pará, e Jéssica Moraes Rosa e Luciana Fontes Pessôa abordarão os sistemas parentais descritos por H. Keller e a valorização destes no exercício da parentalidade por homens vivendo relações homoafetivas. Em conjunto essas três apresentações traçarão um panorama da importância de serem considerados sistemas de crenças, metas e práticas parentais na compreensão de processos de desenvolvimento de crianças.

1º Trabalho

Compreensão emocional em crianças e crenças maternas sobre competência emocional

Ana Beatriz de Mota e Souza (COMANDO DA AERONÁUTICA)

Algumas abordagens em psicologia, especialmente a psicologia evolucionista, e as neurociências, têm resgatado o papel protagonista das emoções na vida humana e investigado seus impactos nos processos cognitivos, na motivação e na ação. Dessa forma, ressalta-se a relevância de sensibilizar pais e cuidadores acerca da importância do desenvolvimento emocional. As crenças e metas parentais relacionadas ao papel das emoções na vida dos filhos forjam os processos de socialização da emoção desejados pelos pais. Este estudo se propôs a examinar a compreensão emocional em crianças e a sua relação com crenças maternas sobre a competência emocional. A hipótese norteadora do estudo é a de que mães que atribuem grande relevância a componentes da competência emocional possuem filhos com melhor desempenho em tarefas relacionadas à compreensão de emoções. Participaram deste estudo 25 crianças de quatro a cinco anos de idade e suas mães. Foram aplicados às mães os Formulários de identificação, de Dados Sociodemográficos e realizada uma entrevista estruturada, com cinco questões abertas, buscando investigar o que elas pensavam acerca de capacidades emocionais em crianças e sobre seu papel no desenvolvimento emocional dos filhos. Em relação às crianças, foram aplicadas duas tarefas: uma tarefa de identificação de emoções e uma tarefa de atribuição e nomeação de emoções a situações apresentadas. A análise de dados contemplou análises quantitativas e qualitativas. No que se refere à entrevista realizada com as mães, foi realizada análise de conteúdo temático-categorial das respostas fornecidas às cinco perguntas formuladas, das quais foram extraídas categorias. As crianças obtiveram um melhor desempenho nas tarefas envolvendo o reconhecimento de expressões faciais de emoções. Não foi encontrada correlação significativa entre a idade materna com os escores dos filhos nas tarefas realizadas. Nas entrevistas com as mães, as capacidades relacionadas ao convívio social foi a categoria com maior frequência de evocações (23%), como habilidades desejadas de serem adquiridas pelos filhos, seguidas das capacidades relacionadas à competência emocional (21%). No entanto, a hipótese de que mães que valorizassem as capacidades emocionais teriam filhos com melhor desempenho nas tarefas realizadas não se confirmou. A quase totalidade das mães acredita poder contribuir para o desenvolvimento emocional de seus filhos, enfatizando as conversas sobre as emoções como uma estratégia nesse sentido. A expressão das emoções foi a habilidade mais valorizada, seguida da compreensão emocional. Espera-se que este estudo possa contribuir para a ampliação da discussão acerca da importância das emoções para o desenvolvimento infantil.

2º Trabalho

Metas de socialização da emoção: um estudo de mães residentes no meio rural

Bianca Reis Fonseca (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

As metas de socialização da emoção referem-se a valores e ideias que os pais possuem sobre as emoções, que se concretizam em práticas e estratégias de socialização ao longo do desenvolvimento do filho. As metas de socialização como objetivos que o pai e/ou a mãe estabelecem em termos do desenvolvimento emocional e da promoção da autoestima dos seus filhos, baseiam-se no contexto e na cultura em que vivem. Este estudo se propôs a investigar as metas de socialização que expressam expectativas e objetivos relacionados ao desenvolvimento emocional da criança por 40 mães residentes no distrito de Apeú, no município de Castanhal-PA. Para a coleta dos dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: Formulário de Identificação dos Participantes (FIP), Formulário de Dados Sociodemográficos (FDSD) e Questionário de Metas de Socialização da Emoção (QMSE). Empregou-se a análise temática categorial para o tratamento dos dados do questionário. As frequências de respostas dos participantes para cada categoria e os dados sociodemográficos foram analisados de maneira descritiva. Em termos de caracterização sociodemográfica, constatou-se que a idade das mães participantes variou entre 13 e 36 anos ($M = 23,8$ anos, $dp = 5,2$) e a média do número de filhos foi de 1,8 ($dp = 0,9$). No que corresponde à escolaridade, verificou-se que a maioria possuía ensino médio (77,5%). Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a maior parte das mães (67,5%) referiu não exercer atividade remunerada, dedicando-se às atividades voltadas para o lar. Em razão disto, a maioria delas (97,5%) declarou destinar parte considerável do tempo disponível à criação dos filhos. Com base nos dados dos questionários aplicados, constatou-se ainda que a maioria das mães nasceu no município de Castanhal (37,5%) e foi criada no mesmo local (42,5%). Tomando como base os resultados referentes às metas de socialização emocional materna, buscou-se identificar as características emocionais que as mães desejam para o futuro dos filhos, as condições necessárias para o desenvolvimento das características mencionadas e o papel da atuação parental no desenvolvimento delas. Constatou-se que a maioria das mães mencionou metas relacionadas à automaximização (47,7%) e à emotividade (19,3%). Além disso, a maior parte destas ressaltou a preocupação de exercer um papel ativo no desenvolvimento

emocional dos filhos (44,7%), contribuindo diretamente para que a criança adquira características emocionais desejadas a partir do aconselhamento e exemplos diários (69,7%). Tais resultados sugerem que as mães, no meio rural, permanecem na companhia da criança durante um longo período de sua rotina diária, por isso, tendem a transmitir com mais intensidade certas emoções (felicidade, amabilidade e afetividade ao próximo), além de auxiliar na compreensão das experiências emocionais vivenciadas na infância. Nessa lógica, constata-se que as etnoteorias parentais prototípicas do contexto rural influenciam as mães na definição das metas de socialização da emoção, sendo necessário, por esta razão, novos estudos que possam captar suas permanências e mudanças.

3º Trabalho

Homoparentalidade masculina e os sistemas parentais: a valorização dos sistemas de cuidado

Luciana Fontes Pessoa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Jessica Moraes Rosa

Diante das inúmeras modificações sofridas ao longo da história, a sociedade ocidental deparou-se com o surgimento de novos modelos de configurações familiares, dentre eles as famílias homoparentais. Diante dessas transformações, a parentalidade fornece suporte para repensar a família, indo além dos vínculos biológicos. Ressalta-se a importância do aspecto social nas funções parentais, principalmente no tocante às práticas educativas das crianças, referindo-se aos valores e crenças das pessoas responsáveis pela educação destes, que exercem o papel parental. Já as práticas parentais representam as relações estabelecidas entre os pais e os filhos, sendo permeadas por necessidades distintas que envolvem o cuidado, a educação e o desenvolvimento infantil. Os seres humanos possuem uma predisposição a um conjunto de sistemas parentais independentes e a mecanismos interacionais que formam alianças sociais. Estes sistemas podem ser definidos como conjuntos de comportamentos que podem ser exercidos por qualquer pessoa, são eles: cuidado primário, contato corporal, estimulação corporal, estimulação por objeto, contato face a face e o envelope narrativo. A forma como esses sistemas se moldarão aos cuidadores dependerá de característica que dizem respeito aos mecanismos de interação com a criança. O objetivo da presente pesquisa consistiu em investigar a valorização dos sistemas de cuidado parental em homens cuidadores residentes da cidade do Rio de Janeiro, que encontravam em relações homoafetivas e que possuíam filhos com idade até 11 anos. A partir de uma entrevista semi-estruturada realizada com 20 sujeitos, os resultados apontaram para uma valorização dos sistemas de cuidados parentais de contato corporal e contato face-a-face, enfatizando-se a importância do afeto na constituição dessas famílias, descrito, por alguns entrevistados, como essencial para a construção da homoparentalidade. Os achados contribuem, ainda que de maneira preliminar, aos estudos das famílias homoparentais, possibilitando reflexões e discussões à temática e trazendo dados importantes referentes às novas configurações familiares.

XI

CB

PD

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
Pesquisa e Intervenção para a Promoção
de Saúde ao longo do Ciclo Vital

COMUNICAÇÃO
ORAL

21 a 24 de Novembro
Aracaju, Sergipe
www.cbpd2017.com.br



A fantasia e a realidade nas brincadeiras de faz de conta de crianças de quatro a seis anos na Educação Infantil

*Ilana Figueiredo Brandão (União Metropolitana de Educação e Cultura; Universidade Salgado de Oliveira);
Ilka Dias Bichara (Universidade Federal da Bahia)*

Ao brincar de faz-de-conta, a criança vive e constrói a realidade e trata elementos de fantasia de modo a aproximá-lo no mundo real. Cada cena lúdica envolverá características específicas e peculiares do contexto sócio-histórico em que a criança está inserida. Porém, a criança transcende a realidade e reconstrói suas experiências adquiridas nos espaços, externaliza a sua compreensão da vida, permite o acesso à cultura, recria situações do cotidiano e situações vivenciadas na mídia e desenvolve suas possibilidades de ação no mundo. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é descrever os elementos referentes a conteúdos de realidade e de fantasia em brincadeiras de faz-de-conta de crianças. Esta pesquisa foi desenvolvida em três instituições escolares, os instrumentos utilizados foram o registro cursivo e a filmagem dos comportamentos nas brincadeiras de faz-de-conta em situação natural durante as atividades livres em dois ambientes das escolas (pátio e sala de aula) e sem interferência de adultos. Foram realizadas 12 sessões de observação e foram encontrados 51 episódios de brincadeira de faz-de-conta. Após a inserção no campo de pesquisa, partimos para registrar as atividades livres das crianças nas sessões de observação. A análise de dados foi realizada a partir da relação entre os elementos culturais específicos da cultura local e dos aspectos presentes na cultura midiática, relacionando com as brincadeiras de faz-de-conta e o gênero das crianças e nestas foram observados os objetos e suas possíveis transformações, comportamentos motores e verbais, que indicassem conteúdo de fantasia e realidade, de modo a classificar os temas a partir dos conteúdos emergentes na cena lúdica. Os resultados mostraram a forte influência das atividades domésticas nas brincadeiras das meninas (n=8) e predomínio de temas de aventuras e fantasia nas brincadeiras dos meninos (n=22). Portanto, o modo de vida da família nas atividades femininas ainda reflete o estereótipo de gênero em que as meninas estão associadas a cuidar da casa e dos filhos, enquanto os meninos experienciam atividades que requer super-poderes, encenando temas aventura e fantasia ao criar uma realidade paralela ao transgredir a realidade presente. Esses achados confirmam os dados encontrados na literatura sobre o predomínio de temas realísticos sobre os temas fantasiosos nas meninas condizentes com a cultura local e o desenvolvimento de papéis de super-heróis nos meninos associados a cultura global midiática.

A música no cotidiano da primeira infância: percepções e práticas parentais sobre a relação música-bebê em uma comunidade da zona rural no Oeste do Pará

Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA); Niely Santos (UFOPA); Adria Juliana Miranda da Silva (UFOPA); Raquel Correa (UFOPA); Samara Tavares (UFOPA); Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA)

A música está presente na vida humana mesmo antes do nascimento. Bebês, portanto, entram em contato muito cedo com o som, sendo frequente o uso da música no cotidiano, para variados fins. Esta pesquisa objetivou investigar as percepções e práticas parentais quanto à relação música-bebê no cuidado cotidiano, em uma comunidade do campo na região Oeste do Pará, situada no Km 152 da Rodovia Transamazônica. Participaram 23 pais, com idades entre 15 e 23 anos, com rendas variando de R\$ 362,00 a R\$ 5.068,00. A escolaridade ficou assim dividida: 15 participantes com ensino fundamental, 6 participantes com ensino médio e 1 participante com ensino superior. Os dados foram coletados mediante roteiro de entrevista individual e folha de dados sociodemográficos e transcritos, para análise utilizando-se o software IRAMUTEQ. A Análise Hierárquica Descendente realizada considerou 21 textos e o programa dividiu esses textos em 103 segmentos de textos. Foram reconhecidas 657 formas, 3342 ocorrências, que geraram 2 eixos e 6 classes, que agruparam as crenças e práticas parentais sobre a questão em investigação. Nesse trabalho são relatados apenas os resultados referentes ao eixo 1, que agrupou as percepções e práticas parentais musicais no dia-a-dia dos bebês dessa localidade. A classe 5 tratou das “percepções parentais quanto às preferências e comportamentos musicais dos bebês”: os pais destacaram em suas falas as reações dos filhos à música, dando ênfase à “música agitada”, que faz o bebê dançar. A classe 4 trouxe as “práticas musicais parentais no cotidiano de cuidados dos bebês”, percebendo-se a música utilizada com fins instrumentais, para dar banho, alimentar e acalmar, dentre outros. A classe 4 trouxe ainda o uso instrumental da música no cotidiano, mas em um contexto específico, sendo denominada de “Práticas musicais parentais na hora do sono” Essa classe agrupou falas relacionadas ao uso instrumental da música no momento de colocar o bebê para dormir, havendo usos e não usos da mesma. Os resultados tomados conjuntamente trouxeram as práticas musicais presentes no cotidiano de cuidados, sendo averiguado o uso predominantemente instrumental da música. Foram identificadas ainda as percepções parentais quanto à relação música-bebê, havendo percepção da preferência dos bebês por “músicas agitadas”. Os resultados poderão ser usados para criação de programas que incentivem o maior uso da música no cotidiano, não apenas para fins instrumentais mas também objetivando a fruição musical e a diversidade de repertório.

A percepção dos profissionais da educação sobre o impacto da Guarda Compartilhada no processo de escolarização e socialização das crianças e adolescentes.

Andréa Dias Garzesi Souza Sobrinho (UCB); Gleicimar Gonçalves Cunha (Universidade Católica de Brasília); Maria Aparecida Penso (Universidade Católica de Brasília); Cláudia Cristina Fukuda (Universidade Católica de Brasília); Anna Carolina Madeira Silva (Universidade Católica de Brasília); Stefane Lorrane Fernandes Alves (Universidade Católica de Brasília); Suelayne Moreira Andrade (Universidade Católica de Brasília)

A pesquisa analisou a percepção de professores, coordenadores e/ou orientadores educacionais sobre o impacto da guarda compartilhada no processo de escolarização e socialização de estudantes que se encontram nessa situação e a influência da mesma no desenvolvimento da criança/adolescente. O estudo está inserido no projeto de pesquisa: “Guarda compartilhada de crianças e adolescentes: impactos nas famílias e em suas relações com a escola”, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF) e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Católica de Brasília (CEP/UCB), sob número de protocolo: 1.325.119/2015. A guarda compartilhada foi estabelecida a partir da Lei 13.058 de 22 de dezembro de 2014, consiste em uma modalidade, cujos pais separados e filhos buscam uma relação harmônica e as tomadas decisões são decididas por ambos os pais, tal como o compartilhamento das responsabilidades. Esse modelo de guarda prioriza o desenvolvimento integral da criança, reforça atitudes cooperativas entre os genitores e prioriza a redefinição de novos papéis parentais diante do processo de escolarização. Concebe-se as práticas parentais como um dos mais importantes aspectos promotores de desenvolvimento social e aprendizagem. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Participaram do estudo, vinte e sete profissionais da educação que possuíam experiência com crianças/adolescentes em situação de guarda compartilhada. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada. Os dados foram interpretados a partir da proposta de Bardin, sendo identificadas as categorias: 1) o impacto da guarda compartilhada no comportamento do aluno; 2) a influência da guarda compartilhada no processo de aprendizagem; 3) a percepção do impacto da guarda compartilhada no desenvolvimento dos estudantes; 4) a percepção dos profissionais sobre a relação da família com a escola e 5) responsabilidades parentais diante das atividades escolares. Os professores entendem que a guarda compartilhada favorece a relação dos filhos com os pais, garantindo a manutenção dos vínculos afetivos, que por ora se encontram fragilizados, em decorrência da separação conjugal. Entretanto, os profissionais relataram que após a separação dos cônjuges as relações parentais ficam perpetradas de agressões de diferentes modalidades, e as crianças se demonstram mais propensas a sofrimentos psicológicos e ao aparecimento de queixa pedagógica (baixo rendimento acadêmico e dificuldade na socialização). Os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança são melhor resguardados quando são preservadas a coparentalidade e uma relação saudável entre pais e filho; e quando há maturidade emocional dos pais para lidarem com o surgimento de conflitos que poderão ocorrer mediante esse novo enquadre familiar.

A sexualidade como parte do cuidado integral à saúde dos moradores das residências terapêuticas de Aracaju-SE

Jamille Maria de Araujo Figueiredo (UNIVERSIDADE TIRADENTES); Livia de Melo Barros (Universidade Tiradentes); Elder Cerqueira-Santos (Universidade Federal de Sergipe)

A negação do exercício da sexualidade às pessoas com transtornos mentais pode comprometer o cuidado integral em saúde conforme propõe a política de saúde mental brasileira. Destarte, realizamos o presente estudo com o objetivo de compreender a relação entre sexualidade e o cuidado integral à saúde dos 6 moradores, 5 homens e 1 mulher, de uma residência terapêutica (RT) de Aracaju-SE. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa na qual foi utilizada a análise textual discursiva como técnica de análise de dados. Os mesmos foram produzidos em um primeiro momento a partir de entrevistas semiestruturadas com 4 colaboradores da Rede de Atenção Psicossocial (REAPS) do referido município. No segundo momento ocorreu uma oficina de desenho com os moradores. Os principais resultados apontaram que dentre as expressões sexuais dos moradores das RT, a masturbação era mais frequente e foi associada à abstinência de sexo em decorrência da socialização restrita. Ademais, que já foram realizadas práticas que visavam a garantia ao exercício da sexualidade nas residências e os colaboradores relacionaram a prática sexual à melhora das condições gerais de saúde dos usuários do serviço. Essas experiências demonstraram que ao contrário do que a literatura aponta acerca do psicótico, não havia embotamento afetivo e para os moradores o sexo estava sempre relacionado à afetividade. Ressaltamos que a moradora participante dessa pesquisa se mostrava resistente a falar sobre sexo e negava qualquer vivência sexual, o que pode ser um reflexo da repressão sexual a que as mulheres foram submetidas socialmente. Por fim, sugerimos que as ações de promoção da saúde que contemplem a sexualidade sejam potencializadas e

pretendemos com esta pesquisa colaborar com a construção de estratégias de atenção às pessoas com transtornos mentais, a partir de um modelo assistencial que torne as experiências sexuais dos sujeitos parte do cuidado na saúde mental legitimando a condição humana dos envolvidos.

Abordagem da dimensão relacional nas práticas de Orientação para Aposentadoria: um debate acerca das políticas públicas de envelhecimento ativo

Marcos Henrique Antunes; Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (UFSC)

A Orientação para Aposentadoria caracteriza-se como uma prática desenvolvida em distintos contextos, dentre os quais estão a Clínica e as Organizações de Trabalho, com a finalidade de promover reflexão, análise e avaliação de elementos que influenciam na vivência do processo de aposentadoria, assim como a constituição de projetos de vida para esse período. Entende-se que a execução dessas práticas pode favorecer a tomada de decisão consciente por parte dos trabalhadores em relação ao novo momento de suas carreiras, considerando aspectos de ordem individual, relacional, econômica e social. Este trabalho de natureza teórica foi desenvolvido com o objetivo de compreender como a dimensão relacional é abordada nas políticas públicas de envelhecimento ativo que referenciam a atuação em Orientação para Aposentadoria. Para tanto, foram consideradas a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994), a Política Nacional de Saúde do Idoso (Ministério da Saúde, Portaria 1.395/1999) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Acrescentou-se, ainda, o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (PIAE), em razão de que o mesmo sustenta princípios fundamentais para as ações nesse campo. Observa-se que os documentos fazem alusão às noções de prevenção e promoção de saúde, mencionando os determinantes que implicam sobre essa dimensão, dentre os quais estão os fatores sociais e os vínculos familiares. Enfatizam a relevância da execução de programas com o intuito de capacitar as pessoas acerca dos seus direitos sociais, cidadania e estabelecimento de projetos para a etapa do ciclo vital tardio. Cabe destacar que a Orientação para Aposentadoria é citada nesses documentos como ação possível e indicada, sem discutir detidamente sua relevância para a promoção de saúde do indivíduo e da família, tampouco são estabelecidos parâmetros diretos de como essas práticas devem ser desenvolvidas. Também a compreensão de família carece ser problematizada, pois na medida em que assenta-se como núcleo de proteção e assistência psicológica e social, a caracterização da dinâmica relacional particular à cada família pode ficar subvalorizada como instrumento para identificar as potencialidades inerentes a esse sistema. Frente à isto, ressalta-se a importância do debate em torno das políticas públicas de envelhecimento ativo considerarem devidamente a imbricação entre os distintos elementos que constituem o contexto de vida das pessoas e famílias no processo de aposentadoria, bem como a intersecção entre as diferentes políticas de saúde e assistência social, de modo a incrementar subsídios para uma práxis ético-política coerente com as demandas dessa população.

As potencialidades dos bebês até 12 meses: material informativo sobre brincadeira e desenvolvimento infantil

Géssica Aline dos Santos Leal; Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará); Daisy Medeiros De Oliveira Pereira (Universidade Federal do Pará); Ingrid Cidade Velasco (Universidade Federal do Pará)

O crescimento da população carcerária feminina expõe algumas problemáticas, entre elas a maternidade, fenômeno recorrente nas unidades prisionais, pois estas mulheres são jovens, em idade fértil e, comumente, não participam de programas voltados ao planejamento familiar. Acredita-se que uma das maneiras de se incentivar a vinculação afetiva entre mãe e bebê é dispor à cuidadora materiais que sugerem manuseios e conhecimentos adequados ao cuidado e estimulação infantil. Este trabalho apresenta a avaliação de um material de suporte informacional para mães custodiadas a respeito do desenvolvimento de bebês durante o primeiro ano de vida. A cartilha “as potencialidades do bebê até 12 meses” foi distribuída para mães custodiadas na UMI - SUSIPE, localizada em Ananindeua-Pa. A elaboração do material é fruto do projeto de extensão, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Pará e SUSIPE, que incentiva as relações afetivas na díade. As informações contidas no material foram coletadas de artigos e manuais de Psicologia do Desenvolvimento. As informações sobre o desenvolvimento dos bebês são distribuídas em seções, correspondendo ao período de zero a 12 meses. Têm-se onze seções, haja vista que os dois primeiros meses foram agrupados. Foram realizadas entrevistas, com apoio de um questionário. Participaram 12 mulheres, sendo seis grávidas e seis lactantes. Oito mulheres declararam não ter recebido informações sobre desenvolvimento infantil anteriormente. Quatro receberam orientações de familiares, equipe de saúde e profissionais que atuam no projeto. Onze mães disseram ser possível seguir as orientações da cartilha e, portanto, não terem dificuldades em compreendê-las e praticá-las. A compreensão do conteúdo da cartilha foi citada como resultado da estrutura em tópicos, linguagem e tamanho da fonte. Foi sugerida pelas participantes a utilização de fotos com alta resolução e criação de uma cartilha sobre

alimentação infantil. Todas as participantes declararam concordar com o potencial informacional da cartilha, principalmente quando entregue à primíparas e recomendariam o material para outras mães, inclusive fora da unidade. Sendo assim, pode-se afirmar que há aceitação entre as participantes sobre o uso e adoção das práticas recomendadas na cartilha, capacitando-as como vigilantes do desenvolvimento infantil de seus bebês. Logo, reforça-se a produção de tecnologias e instrumentos que auxiliem a vivência da maternidade no contexto de cárcere, pelos profissionais e/ou pesquisadores. Estas ações tem potencial na minimização dos efeitos da privação de liberdade que tende a se estender à criança, favorecem as práticas de cuidado e vinculação afetiva entre mãe e bebê.

Autoeficácia em cuidadores de Crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Carolina Moraes Dourado; RUTHDAYSE CAPISTRANO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ); SIMONE SOUZA DA COSTA E SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ); FERNANDO AUGUSTO RAMOS PONTES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é um dos distúrbios do neurodesenvolvimento mais comuns na infância. Não é raro os cuidadores de crianças com TDAH declararem ter autoestima baixa, sensação de controle limitado sobre as dificuldades da criança e menos percepção na capacidade de lidar com estes problemas. Considerando isto, o objetivo deste trabalho foi o de descrever a autoeficácia em cuidadores principais de crianças com TDAH. Os participantes foram 17 cuidadores maiores de 18 anos; autodeclarados como cuidador principal de crianças com diagnóstico de TDAH com idades entre 6 a 12. Os dados foram coletados em uma sala de atendimento do Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMUC) vinculado a UFPA em Belém-Pará-Brasil. Foram utilizados um Roteiro de entrevista inicial e uma escala de Autoeficácia Parental. Os dados sociodemográfico e os dados de autoeficácia foram tabulados no pacote estatístico SPSS, versão 23, e foi realizada análises descritivas de frequência. Os resultados apontam que 82,4% eram mães com média de idade de 40,6 anos (DP=10,88), casadas ou autodeclaradas em união estável (64,7%) com nível médio completo de escolaridade (47,1%). A principal ocupação declarada pelos cuidadores foi a de “do lar” (70,6%). Considerando a autoeficácia relacionada aos comportamentos característicos do TDAH, percebeu-se que as maiores médias obtidas pelos cuidadores foram aquelas vinculadas aos comportamentos de desatenção: quando a criança não consegue prestar muita atenção a detalhes ou cometem erros por descuido nos trabalhos da escola ou tarefa (M=3,5; DP=5,0) e quando a criança parece não estar ouvindo quando se fala diretamente com ela (M=3,0 DP=5,2), foram os comportamentos que os cuidadores se sentiram mais confiantes para manejá-los. As médias mais rebaixadas estiveram ligadas aos comportamentos de desatenção e hiperatividade/impulsividade: quando a criança não segue instruções até o fim e não termina deveres de escola, tarefas ou obrigações (M=1,5; DP=1,6), quando tem dificuldade para realizar tarefas que exijam esforço mental prolongado (M=1,6; DP=1,4) e quando fala em excesso (M=1,6; DP=1,6), foram os comportamentos que os cuidadores apresentaram menos confiança para manejá-los. Apesar de se sentirem mais autoeficazes para lidarem com comportamentos vinculados a desatenção, esta opção parece não ser exaustiva, uma vez que a desatenção também esteve entre as médias mais baixas na percepção de autoeficácia dos cuidadores. A percepção de autoeficácia dos cuidadores pode estar vinculada ao ambiente onde manejam dados comportamentos e também na presença de quem, estes comportamentos são manejados.

Bullying e amizades como influências sobre a qualidade do sono entre adolescentes

Sarah Aline Roza (Universidade Federal do Paraná); Thiago Henrique Roza (Universidade Federal do Paraná); Josafá Moreira da Cunha (Universidade Federal do Paraná); Jonathan Bruce Santo (Universidade de Nebraska)

O bullying é uma agressão de um indivíduo ou grupo contra uma vítima vulnerável de forma repetitiva, durante longos períodos de tempo. Os envolvidos são mais suscetíveis a problemas, incluindo dificuldades de sono. A pesquisa verificou a associação entre o envolvimento em bullying, no contexto escolar, e a qualidade do sono em adolescentes brasileiros. Além disso, a influência da amizade como moderadora dessa relação também foi investigada. O estudo é baseado em uma análise secundária dos dados coletados durante o desenvolvimento da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 (PeNSE 2012), incluindo 109104 estudantes do 9º ano do ensino fundamental. As medidas da análise incluem a experiência de bullying na escola (item único, escala de 5 pontos: 0 = nunca, 4 = sempre), problemas de sono (item único, escala de 5 pontos: 0 = nunca, 4 = sempre), e ter amigos na escola (item único, escala de 4 pontos: 0 = não amigos, 3 = 3 ou mais amigos). A hipótese do estudo aponta que o bullying teria um impacto negativo na qualidade do sono e que a amizade autorrelatada dos participantes moderaria essa associação. Os coeficientes de correlação mostraram que todas as medidas têm relações

significativas com problemas de sono: ter amigos na escola foi associado a níveis mais baixos de problemas de sono ($r = -0,07$; $p < 0,01$) e o bullying estava associado a uma menor qualidade do sono ($r = 0,16$; $p < 0,01$). A idade foi positivamente correlacionada aos problemas do sono ($r = 0,04$; $p < 0,01$), e as meninas relataram níveis mais altos de problemas de sono em relação aos meninos ($r = 0,21$; $p < 0,01$). Os resultados para as meninas mostraram que, os problemas de sono foram positivamente preditos pelo bullying ($\beta = 0,19$; $p < 0,01$) e negativamente preditos pela amizade ($\beta = -0,07$; $p < 0,01$), sem interações significativas entre bullying e amizade. Para meninos, os problemas de sono foram positivamente preditos pelo bullying ($\beta = 0,25$; $p < 0,01$), sem efeitos diretos de amizades ($\beta = 0,01$; $p = 0,20$), com uma interação significativa entre bullying e amizade ($\beta = -0,09$; $p < 0,01$). A associação positiva entre bullying e problemas de sono foi atenuada entre meninos que relataram ter pelo menos um amigo na escola. A discussão reconhece as implicações para estudos futuros, destacando o bullying como uma influência potencialmente prejudicial ao sono.

Competências e condições psicológicas de universitários

Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro (Universidade Federal de São Paulo/Baixada Santista); Fernando Ramos Martins (Departamento de Ciências do Mar-UNIFESP); Rodolfo Scachetti (Departamento de Ciências do Mar-Unifesp)

Parâmetros para os novos cursos de bacharelado interdisciplinar no Brasil destacam um conjunto de habilidades, atitudes e valores para a necessária formação de recursos humanos, destacadamente para o âmbito profissional. Aspectos de condições psicológicas positivas e especialmente condições de competências sociais e competências profissionais genéricas permeiam tais parâmetros. O estudo tem o objetivo de avaliar condições de competências e condições psicológicas de estudantes e egressos de um curso de Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia. Na primeira etapa da pesquisa, foram investigados 220 participantes, egressos ou concluintes desse tipo de bacharelado, com uso do Inventário de autoavaliação para adultos de 18 a 59 anos (ASR) da bateria ASEBA e de uma Escala de Competências Genéricas (EAC). Resultados parciais acerca de problemas internalizantes (emocionais) e externalizantes (comportamentais), pelas variáveis sexo e faixa etária serão apresentados. O estudo é financiado pela FAPESP (2016/1906-1) e tem como instituição sede a Universidade Federal de São Paulo/campus Baixada Santista.

Contribuições para a formação de educadoras de creche: uma proposta a partir de workshops com ênfase em aspectos reflexivos

Tatiele Jacques Bossi; Beatriz Schmidt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Marcela Bortolini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Mônia Aparecida Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Denise Ruschel Bandeira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Cesar Augusto Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Observa-se, a cada ano, crescimento no número de crianças matriculadas em creches no Brasil, sejam públicas ou privadas. Segundo dados do Observatório do Plano Nacional da Educação – PNE (2017), 30,4% das crianças até o terceiro ano de vida estavam matriculadas em creches em 2015. Entretanto, a meta do PNE é o acesso à educação infantil para 50% das crianças nessa faixa etária até 2024. Isso remete à necessidade de qualificar um grande contingente de profissionais da educação infantil, a fim de dar conta dessa crescente demanda. Para a atuação nesse contexto, muitas competências são necessárias às educadoras, destacando-se conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e aspectos da interação educadora-criança. Contudo, a formação das educadoras nem sempre abrange de forma satisfatória esses conteúdos. Com o objetivo de proporcionar reflexões sobre temáticas relacionadas ao desenvolvimento de crianças com idade entre 0 e 3 anos, o Núcleo de Infância e Família e o Grupo de Estudos, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, firmaram parceria com a Secretaria de Educação de Porto Alegre para efetivação de um projeto de extensão, que visava contribuir ao aprimoramento da formação de educadoras de berçário e de maternal. Foram realizados workshops para aperfeiçoamento teórico e troca de experiências. Participaram quatro grupos de educadoras (dois de berçário e dois de maternal), compostos por 45 participantes (em um total de 180). Os encontros foram coordenados por psicólogas que apresentavam temáticas relacionadas às pesquisas desenvolvidas pelos Núcleos, em atendimento às demandas levantadas pela Secretaria de Educação. Os temas abordados foram: marcos do desenvolvimento infantil; necessidades emocionais, diferenças individuais e importância das relações iniciais na infância; e sensibilidade na interação educadora-criança. Os procedimentos utilizados consistiram em treinamento instrucional, vinhetas de vídeos e discussões entre as participantes. Como os encontros foram organizados de forma a priorizar, sobretudo, que as participantes falassem sobre o seu dia a dia com as crianças, aspectos desafiadores e gratificantes do trabalho na educação infantil foram mencionados. Conforme avaliações escritas e

anônimas realizadas pelas participantes, os workshops contribuíram para o aprimoramento de sua prática profissional, com destaque à sensibilização para a afetividade na relação com a criança. Salienta-se que a ênfase a aspectos mais reflexivos, em detrimento aos psicoeducativos, mostrou-se importante nesse contexto, respeitando as educadoras como protagonistas da sua prática e responsáveis por mudanças na mesma, quando necessárias para favorecer o processo de desenvolvimento infantil.

Coparentalidade de mães de crianças com paralisia cerebral assistidas em um hospital universitário público de Belém-PA.

Priscilla Bellard Mendes de Souza (UFPA); Simone Souza da Costa Silva (UFPA)

A coparentalidade refere-se à divisão de cuidados existentes entre minimamente dois cuidadores sobre uma ou mais crianças, sendo descrita como uma importante variável que influencia o desenvolvimento e qualidade de vida das crianças e seus cuidadores. O objetivo do presente trabalho foi investigar a coparentalidade de mães de crianças com paralisia cerebral atendidas pelo hospital universitário público de Belém-Pará-Brasil, durante o ano de 2014. Participaram 84 mães de crianças com paralisia cerebral (PC) de até doze anos de idade. Os instrumentos utilizados foram um Questionário de Coparentalidade, subdividido em três subescalas como a cooperação coparental (cinco itens), a triangulação coparental (quatro itens) e o conflito coparental (cinco itens); um Inventário Sociodemográfico para caracterização da amostra; um Sistema de Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS) que avalia o desenvolvimento motor em cinco níveis. As mães foram convidadas a participar da pesquisa, sendo entrevistadas no ambulatório hospitalar nos dias que as crianças possuíam atendimentos agendados em diversas clínicas, como neuropediatria, toxina botulínica e psicologia. Os dados foram submetidos à estatística descritiva para obtenção da média de coparentalidade das participantes. Os resultados mostraram que as mães de baixa renda, possuindo idade média de 32,93 anos. As crianças apresentaram média de idade de 6,06 anos, na sua grande maioria meninas avaliadas pela GMFCS possuindo elevado comprometimento motor (nível V). Constatou-se que todas as mães somente desenvolviam os cuidados aos filhos, e serviços domésticos, pois aquelas que trabalhavam antes do nascimento, tiveram que deixar seus empregos para dedicarem-se exclusivamente aos cuidados maternos. Das 84 crianças, a metade frequentava a escola, todas na educação infantil e escolas públicas. Quanto à coparentalidade, obteve-se média maiores para os itens da cooperação coparental, verificando que as mães contam com o auxílio paterno, principalmente em atividades que envolvem a disciplina das crianças. Porém também foram identificadas médias elevadas de conflito coparental principalmente relacionadas às diferenças quanto à forma de cuidados. Conclui-se que a amostra de mães de crianças com PC de elevado nível de comprometimento motor, apesar de possuírem com quem dividir os cuidados aos filhos, também vivenciam potenciais fatores de riscos que são configuradas pelos conflitos coparentais, o que pode comprometer sua qualidade de vida e o desenvolvimento das crianças.

Crianças hospitalizadas: enfrentamentos lúdicos frente ao imperativo do “Não Pode”

Priscila Mary dos Santos Bahia (Hospital Ana Nery); Ilka Dias Bichara (Universidade Federal da Bahia)

Qualquer hospital que tenha crianças como público-alvo deve incluir a singularidade infantil e as suas expressões, tais como os choros, os barulhos, as birras, as brincadeiras, contudo o que se encontra é justamente o contrário. Há uma censura a essas crianças e aos seus atos; a permissão na instituição é apenas para a técnica, rotinas e procedimentos. Percebe-se assim que a assistência no hospital volta-se exclusivamente para o órgão a ser tratado, com baixa reflexão sobre o cuidado para a criança que adocece. Na verdade, na instituição hospitalar, são adotadas prioritariamente posturas restritivas para o aparecimento da subjetividade dos pacientes, com isso, a equipe espera sempre pelo bom paciente: aquele que não chora, não corre e não faz barulho. Entretanto, embora esse formato potencialmente adverso, tem se verificado que as crianças encontram saídas e se manifestam como sujeitos no hospital, subvertendo o prescrito e esperado pela instituição. A sua ludicidade, por exemplo, quando irrompe nesse cenário, convoca essa equipe a enxergar sujeitos, protagonismos, existências singulares, atores, sujeitos desejantes, não meros objetos de cuidado. Considerando esses aspectos, o presente trabalho teve por objetivo analisar os enfrentamentos lúdicos desenvolvidos por crianças hospitalizadas frente às restrições impostas pela instituição hospitalar. Para isso, foram observados os comportamentos lúdicos de 12 crianças, com idades de seis a 12 anos, internadas em um hospital público localizado em Salvador-Ba. Os registros observacionais foram feitos no ambiente da enfermaria em sessões de 30 minutos. Os resultados demonstraram que, apesar do imperativo do “Não Pode” evidenciado na instituição, as crianças encontraram saídas para serem brincantes, ora concentrando as suas atividades nos quartos da enfermaria, “protegidas” do veto da equipe em decorrência do menor trânsito dos membros por tal área, ora envolvendo-se em atividades lúdicas permitidas, tais como a pintura e os jogos no celular. Contudo, destaca-se que as mesmas também desafiaram a equipe e a cultura institucional, brincando de pega-pega e corrida em pleno corredor, mostrando que ali tem um corpo para além do

biológico. Deste modo, conclui-se que as crianças hospitalizadas tenderam a organizar as suas atividades lúdicas considerando as particularidades do contexto, o que demonstra a sua sensibilidade diante do entorno que lhe é apresentado, ao qual se encontra envolvido, porém elas também o desafiaram, rompendo com uma tradição disciplinar da instituição.

Desenvolvimento Infantil, Contação de Histórias e a Atuação de Equipe Multiprofissional na Escola

Sheila Marocco (INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE); JANE FARIAS CHAGAS-FERREIRA

Estudiosos sobre o desenvolvimento infantil têm se debruçado, cada vez mais, sobre questões sociais e afetivas, para além das cognitivas, buscando como premissa a qualidade de vida (Abed, 2014; Cruces 2003; Galvão, 1995; Murta, 2007; Murta et al 2009 e Rodrigues 2004) a partir de uma perspectiva multifacetada sobre o desenvolvimento da criança (Chagas-Ferreira, 2016; Vokoy & Pedroza, 2005). O objetivo desta comunicação oral é apresentar uma revisão de literatura vinculada à mediação estética a partir da contação de histórias enfatizando a atuação de equipe multiprofissional no contexto escolar. A contação de histórias tem sido apresentada por vários autores (Abramovich, 2002; Amarilha, 2006; Antunes, 2001; Bettelheim, 2002; Del Prette & Del Prette, 2005; Perrow, 2010; Rodari, 1982) como uma estratégia eficiente na promoção do desenvolvimento psicossocial e afetivo da criança. Histórias falam à mente e ao coração (Antunes, 2001; Bettelheim, 1980; Dohme, 2002; Moraes, 2016; Perrow, 2008), assim, há um caráter socioemocional entre a fantasia e a realidade (Vigotski 2002), que caminham juntas, gerando novas ações, atrelando experiência à imaginação, por meio da contação de história. Os estudos realizados por Mateus, et al. (2014), Sousa e Bernardino (2011), Zendron, et al. (2013), sugerem ainda que a contação de histórias é um recurso importante no contexto pedagógico com vistas ao acolhimento da equipe, dos pais e dos alunos; também como estratégias para a intervenção no planejamento curricular. Com isso, espera-se a partir dessa revisão contribuir com a atuação e intervenção da equipe multiprofissional, diante do planejamento de ações e intervenções mais centradas na mediação estética e no desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais associadas à imaginação, fantasia e criatividade, e desenvolvimento de habilidades para a vida na vida da criança.

Elementos do contexto institucional pela lente da criança

Laiane da Silva Corrêa (Universidade Federal do Pará); Monalisa Pereira Furtado (Universidade Federal do Pará); Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará)

Estudos destacam que a partir do momento em que a criança passa a ser vista como sujeito de direitos, sua voz adquire um “peso” que até então não existia. O acolhimento institucional é constituído como um contexto de desenvolvimento planejado pelos adultos com regras, práticas e rotinas, por vezes mais ou menos estruturadas com seus profissionais, mais ou menos preparados para este papel de educador/cuidador. É essencial a atenção para o que a criança tem a dizer a respeito do espaço que foi pensado para o bem estar dela, mas não desenvolvido por ela. O estudo teve por objetivo conhecer as percepções das crianças sobre os ambientes da instituição de acolhimento, foram participantes cinco crianças entre três e nove anos, que estavam em acolhimento institucional no período do estudo. Utilizou-se um Questionário, para realizar a caracterização das crianças, além de lápis de cor, canetas coloridas e folhas de papel A4 para atividades de desenho com as crianças, diário de campo preenchido pela pesquisadora diariamente. A coleta foi feita após a solicitação de autorização institucional concomitante à submissão do projeto ao Comitê de Ética. Foi realizado o reconhecimento do ambiente institucional e posteriormente, o preenchimento da caracterização das crianças, coleta dos desenhos e entrevista, onde foi perguntado: O que gosta no espaço? O que não gosta? O que alteraria?. Os principais resultados demonstram: No tocante ao perfil, 60% das crianças não possuíam o nome do pai no registro civil; Os principais motivos para o acolhimento foram o abandono e negligência; Todos os participantes possuem irmão na instituição; Os prontuários apresentavam diversas lacunas, principalmente sobre as condições de moradia e perfil das famílias. Quanto aos desenhos: As figuras desenhadas envolveram animais, transporte, paisagem, brinquedos, A figura da casa, foi frequente, com explicações adicionais salientando que era a sua casa. Figuras humanas representando os familiares (pais, irmãos, avós) e as educadoras. As entrevistas revelaram que as crianças gostam do espaço, pois podem brincar, assistir televisão e jogar bola; Entre os elementos que não gostam, apareceram a referência a cuidadoras e ao espaço geral; Entre as mudanças foi citado o voltar para casa; Algumas situações do cotidiano da instituição são percebidas como uma violência por parte das crianças. Os resultados podem ser utilizados para melhorar a dinâmica da instituição, incluindo registro sistemático das informações das crianças e seus cuidadores principais e adequações quanto ao espaço físico e formação dos educadores almejando qualidade no cuidado.

Envolvimento parental: um estudo comparativo com famílias residentes no Brasil e no Canadá

Lauren Beltrão Gomes (Fundação Universidade Regional de Blumenau); Carina Nunes Bossardi (Univali); Simone Dill Azeredo Bolze (Universidade Federal de Santa Catarina); Mauro Luís Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina); Maria Aparecida Crepaldi (Universidade Federal de Santa Catarina)

O envolvimento de pais e mães com seus filhos tem importantes implicações no desenvolvimento infantil, de modo que pesquisadores tem buscado compreender os papéis maternos e paternos a partir de uma perspectiva histórico-cultural (Planalp et al., 2013). Nessa pesquisa, que está inserido no âmbito de um projeto maior realizado em convênio entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Québec em Montreal (UQÀM) e Universidade de Montreal (UM), buscou-se comparar os envoltimentos de pais e de mães com seus filhos em famílias residentes no Brasil e no Canadá. Participaram 150 casais residentes em Santa Catarina e 160 casais residentes em Montreal. Os participantes responderam o Questionário de Engajamento Parental (QEP), composto por sete dimensões: suporte emocional, cuidados básicos, disciplina, abertura ao mundo, jogos físicos, evocações e tarefas de casa. As respostas foram analisadas através do Programa SPSS, versão 18. Constatou-se, nas duas amostras, que tanto a mãe quanto o pai se mostraram envolvidos com seus filhos, o que corrobora a tendência de crescimento do envolvimento paterno (Vieira et al., 2014), e que mães foram significativamente mais envolvidas, em comparação ao pai, de forma geral e também nas dimensões avaliadas pelo QEP, com exceção de jogos físicos, reforçando as ideias de que o homem privilegia atividades relacionadas a brincadeiras e de que pais e mães cuidam de seus filhos de forma diferenciada e complementar (Paquette, Coyl-Shepherd & Newland, 2013). Tanto pais quanto mães, nas duas regiões, realizavam com maior frequência atividades de suporte emocional da criança, o que indica o processo de transformação pelo qual passa a paternidade. A segunda dimensão com a qual as mães mais se envolveram, nas duas amostras, foi cuidados básicos. A segunda dimensão com maior score para o pai residente no Brasil foi disciplina e para o pai residente no Canadá foi jogos físicos, indicando que o envolvimento do pai, em comparação a mãe, é mais variável de uma cultura para outra. Resultados de pesquisas sobre envolvimento parental podem, além de contribuir para o enriquecimento de teorias, embasar propostas de intervenção que favoreçam o envolvimento de pais e de mães com os filhos, possibilitando o incremento de políticas públicas de apoio à família. Mais além, o conhecimento ampliado das características da paternidade em diferentes culturas, bem como de suas repercussões no desenvolvimento da criança, propicia o reconhecimento da importância das funções paternas e abre a possibilidade de que o pai seja mais valorizado socialmente.

Estresse de estudantes com deficiência e com transtornos funcionais específicos da Universidade Federal do Pará: Uma análise bioecológica

Rosamaria Reo Pereira (Universidade Federal do Pará)

O estudo objetivou descrever a percepção sobre estresse de estudantes com deficiência e com transtornos funcionais específicos (TFE) da Universidade Federal do Pará. A pesquisa contou com a participação de 50 estudantes. Esta amostra foi obtida a partir de uma população de 192 alunos com deficiência e com TFE matriculados na UFPA. Em função dos dados obtidos nos instrumentos quantitativos selecionou-se, 29 alunos com alto nível de estresse e 21 com baixo nível de estresse. Dos 29 alunos com estresse, 11 aceitaram participar da fase qualitativa do estudo e dos 21 restantes, oito concordaram em participar desta etapa, ou seja, 19 estudantes participaram da fase qualitativa. Os instrumentos utilizados foram: Questionário sociodemográfico semiestruturado, Escala de Estresse Percebido e Roteiro de entrevista com perguntas abertas. Os resultados foram analisados por meio da estatística de análise descritiva para encontrar medidas de tendência central, assim como a técnica de análise de conteúdo para avaliar os dados qualitativos. Os resultados revelaram que alunos que apresentaram elevados níveis de estresse foram menos positivos e determinados, apresentaram menos recursos e sofreram mais com o preconceito. Perceberam os contextos com menos serenidade e avaliaram seu passado com mais relatos de conflitos emocionais. Em relação aos processos proximais, se mostraram mais estressados no envolvimento de atividades acadêmicas, sendo capazes de estabelecer menos relacionamentos e amizades do que os alunos com baixo nível de estresse. Concluiu-se que os alunos que apresentaram níveis elevados de estresse estão mais sujeitos a apresentarem problemas emocionais e físicos, merecendo atenção dos gestores da Universidade Federal do Pará.

Estresse e resiliência em imigrantes brasileiros residindo na Alemanha

Clauber Wellington Pinheiro Torres (centro de referência da assistência social); Edson Marcos Leal Soares Ramos (universidade federal do pará); Maely Ferreira Holanda Ramos (universidade federal do pará);

Christoff de Oliveira Kaeppler (Technische Universität Dortmund); Simone Souza da Costa Silva (Universidade Federal do Pará); Fernando Augusto Ramos Pontes (Universidade Federal do Pará)

A imigração constitui-se em um desafio intenso, sobretudo nos anos iniciais diante de novos ambientes e contextos que precisam ser explorados e conhecidos. Esta transição ecológica configura-se em um ambiente potencialmente de risco, contudo desafiador, que mobiliza o imigrante em busca de recursos para superar as adversidades (Monteiro, 2009). Nesta transição a mudança de ambientes, papéis e relações implica em um conjunto de situações difíceis e hostis que se desdobra provocando tensões físicas, sociais e psicológicas (Knobloch, 2015; Roberto & Moleiro, 2015). Por outro lado, se considera que a migração é percebida como um conjunto de novas oportunidades que proporcionam crescimento pessoal, profissional e econômico. A migração pode ser um evento rico em recursos que desperta a resiliência na tentativa de superar adversidades do estresse (Roberto & Moleiro, 2015). Este trabalho teve por objetivo descrever os níveis de estresse e resiliência de imigrantes brasileiros que vivem na Alemanha. Participaram 111 brasileiros, a quem foi aplicado o PSS14 para avaliar o estresse e o CD-RISC para resiliência. Esses questionários foram apresentados por uma plataforma virtual na internet. Os resultados indicaram correlações negativas entre estresse e resiliência. Imigrantes residindo na Alemanha há menos de 5 anos apresentaram índices altos de estresse e os que viviam acima de 5 anos tiveram níveis moderados. O tempo de residência inferior a 3 anos indica maior estresse em imigrantes, diminuindo conforme o tempo passa e o sujeito se integra a sociedade (Coutinho, Rodrigues e Ramos, 2012; Monteiro, 2009). Em relação ao gênero, os baixos níveis de estresse do migrante masculino e os níveis moderados das mulheres são consistentes com outros achados, no qual o gênero tem correlações significativas com o estresse (Castanheira, 2013). Ademais, imigrantes casados, com filhos e escolaridade superior, têm baixo estresse e altos níveis de resiliência. O contato familiar representa um fator protetivo na medida em que favorece o enfrentamento dos desafios diários ao oferecer auxílio financeiro, resolução de problemas, habilidades de comunicação e a sensação de não estar sozinho (Peixoto & Martins, 2012). Alto nível de escolaridade também está relacionada a menor vulnerabilidade ao estresse (Monteiro, 2008).

Estresse em cuidadores de crianças com TDAH

Irlana Lessa França; Ruth Daisy Capistrano de Souza (NTPC – UFPA); Patricia da Silva Bezerra (UFPA); Simone Souza da Costa Silva (UFPA); Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento com sintomas persistentes de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade. Devido às características comportamentais desse transtorno, os cuidados dispensados a crianças com TDAH pode ser fonte de estresse para o cuidador e afetar a saúde psicológica destes, especificamente o estresse. Estresse parental é definido como reações negativas diante das atividades que envolvem a parentalidade, podendo afetar o desenvolvimento próprio assim como de sua criança. O objetivo desse estudo foi avaliar o estresse de cuidadores de crianças com TDAH. Para tanto 19 cuidadores, cujas crianças de 6 a 12 anos de idade, diagnosticadas com TDAH responderam ao Inventário Sociodemográfico e o Questionário de Estresse para Pais de Pessoas com Transtorno no Desenvolvimento (QE-PTD). Tabularam-se os dados na versão 20.0 do software SPSS e analisou-se através da estatística descritiva. Os resultados mostraram que os cuidadores tinham entre 27 e 70 anos (M=40,68, Dp=10,56), sendo a maioria mães (78,9%). Além disso, 52,6% haviam concluído ou não o ensino médio e 63,4% se ocupavam dos serviços domésticos da própria casa. Em geral, os participantes apresentaram baixo nível de estresse, uma vez que a média do escore geral obtido no QE-PTD foi de 46,4 (Dp=5,3), estando abaixo do ponto médio da escala (48). A dimensão de sobrecarga emocional apresentou maior média. O perfil sociodemográficos dos participantes é semelhante aos dados apresentados por Bellé e cols, (2008), Faria e Cardoso (2016), Tavernad (2015) que também abordaram a temática deste estudo. Elucidando as discussões que mães são responsáveis pelos cuidados à criança e apresentaram baixa escolaridade e ainda, exercem ocupações domésticas em seu próprio lar. Por outro lado, há divergência na literatura quanto ao estresse apresentado pelos cuidadores dessas crianças. Bellé e cols (2008) e Faria e Cardoso (2016) apontam a presença de estresse para esses cuidadores. Tavernad (2016), corroborando com dados apresentados por este estudo, afirma que o estresse de cuidadores de crianças com TDAH foi menor em relação aos cuidadores de crianças sem TDAH. Embora os cuidadores tenham apresentado baixo nível de estresse parental, a dimensão com maior média disse respeito a sobrecarga emocional que está relacionada aos seus próprios problemas ou da família em relação às características da criança com TDAH. Destaca-se que o fenômeno investigado diz respeito às instabilidades produzidas diante das atividades relacionadas a parentalidade. Isso quer dizer que, demais instabilidades podem influenciar a saúde do cuidador.

Estresse em recém-nascido pré-termo e proteção ao desenvolvimento em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal: revisão sistemática da literatura

Nathália de Figueiredo Silva (FMRP USP); Maria Beatriz Martins Linhares (FMRP USP); Cláudia Maria Gasparido (FMRP USP)

Introdução: A Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) é considerada o primeiro contexto de desenvolvimento do recém-nascidos pré-termo (RNPT), porém faz-se importante analisar os diversos indicadores que levam à caracterização da UTIN também como um fator de risco ao desenvolvimento, devido aos estímulos ambientais estressores e procedimentos dolorosos, os quais podem causar danos ao sistema nervoso ainda em formação desses bebês. Os sinais de estresse na fase neonatal devem ser identificados e manejados por meio de estratégias ambientais que favoreçam a regulação biocomportamental do bebê, a fim de minimizar os impactos negativos do estresse para o seu desenvolvimento. Objetivo: Realizar uma revisão sistemática da literatura indexada sobre o impacto de intervenções de proteção ao desenvolvimento nos indicadores de estresse de RNPT internados em UTIN. Fontes de dados: Foram selecionados 22 estudos identificados nas bases de dados eletrônicas Pubmed, Web of Science, PsycINFO e Scielo, por meio das palavras-chave “preterm neonates”, “stress” e “developmental care”. A avaliação da qualidade metodológica dos estudos foi realizada segundo o instrumento Effective Public Health Practice Project. Resultados: Foram identificadas nove estratégias de proteção ao desenvolvimento, realizadas tanto no próprio RNPT, quanto no ambiente da UTIN, com resultados positivos de redução de indicadores de estresse neonatal, tanto nos indicadores fisiológicos quanto comportamentais dos bebês. Por outro lado, houve também resultados negativos, como aumento dos níveis de estresse no indicador fisiológico de frequência cardíaca. Em relação à avaliação da qualidade metodológica, 54% dos estudos foram classificados com escore global moderado, sendo que os demais estudos obtiveram escore forte (23%) e escore fraco (23%) de qualidade metodológica. Conclusões: Embora exista um crescente interesse científico no desenvolvimento de intervenções para minimização do estresse neonatal de bebês prematuros hospitalizados, ainda não há consenso em relação às medidas de avaliação, e as estratégias de cuidado ao desenvolvimento encontram-se em sua maioria em estágio exploratório. Futuros estudos com delineamento de ensaio clínico randomizado, que integrem a avaliação de medidas fisiológicas e comportamentais e que explorem as estratégias de cuidado ao desenvolvimento já utilizadas são necessários a fim de fundamentar a prática clínica, para que esta seja baseada em evidências científicas.

Estresse parental e práticas socioeducativas parentais no diabetes mellitus tipo 1

Ariane de Brito; André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

O diabetes mellitus tipo 1 (DM1) é uma doença crônica de alta incidência na população infantil, sendo necessário para seu controle e tratamento a combinação de vários aspectos e práticas comportamentais. No caso de uma criança portadora de DM1, são os pais/mães os principais responsáveis pelo tratamento da doença do filho. No entanto, as práticas parentais podem aumentar os níveis de estresse experienciados por eles, que além de lidar com as demandas da própria parentalidade, precisam lidar com as demandas do tratamento do filho. O presente estudo objetivou avaliar as relações entre o nível de estresse parental e as práticas socioeducativas parentais em dois grupos: grupo controle (GCO; n = 90), pais ou mães de filhos sem doença crônica, e grupo clínico (GDM; n = 45), pais ou mães de filhos portadores de DM1. A média de idade do GCO foi de 35,0 anos (DP = 8,60; abrangência de 18 a 66) e a do GDM foi de 35,7 anos (DP = 7,52; abrangência de 19 a 55). Foram utilizadas a Escala de Estresse Parental (EPPa), o Inventário de Práticas Parentais (IPP) e um questionário de caracterização da amostra. Os dados foram analisados através do programa estatístico SPSS, no qual foram feitas análises descritivas e inferenciais. A média obtida da amostra total no escore global da EPPa foi de 14,7 pontos. A partir dessa média os dois grupos foram estratificados, formando com isso quatro subgrupos: GCO baixo estresse, GCO alto estresse, GDM baixo estresse e GDM alto estresse. Na comparação entre eles, a ANOVA indicou diferenças significativas [$F(3,131) = 100,954$; $p < 0,001$] e o teste post hoc revelou diferenças entre todos os grupos ($p < 0,05$), exceto entre os grupos GCO baixo estresse e o GDM baixo estresse ($p > 0,05$). A análise de regressão logística multinomial demonstrou na comparação entre os grupos, tendo como grupo de referência o GCO baixo estresse, diferenças significativas nas dimensões Afeto ($p = 0,002$), Educação ($p = 0,010$) e Disciplina ($p < 0,001$) das práticas socioeducativas parentais. Apenas a dimensão Social não apresentou diferenças entre grupos ($p = 0,754$). Percebeu-se com isso que os pais ou mães do GCO baixo estresse apresentaram maiores chances de uso de práticas de afeto, educação e disciplina, quando comparados com os outros grupos. Tais resultados indicam que essas práticas são positivas, pois maximizam e otimizam as relações familiares, colaborando com o tratamento da doença do filho.

Etologia e TDAH: uma possível relação

Carolina Moraes Dourado; CELINA COLINO MAGALHÃES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ); SIMONE SOUZA DA COSTA E SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ); FERNANDO AUGUSTO RAMOS PONTES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é classificado como um transtorno mental, com alterações comportamentais evidentes. Sabemos hoje que aspectos emocionais, de comunicação e linguagem, e, sobretudo déficits nas funções executivas, estão envolvidos na base deste transtorno. Apesar de pesquisas na perspectiva evolutiva destacarem o transtorno como criação da sociedade moderna, este se apresenta com bases neurobiológicas que fundamentam sua discussão sob um enfoque etológico evolutivo, em níveis de análise próximos e distais. Neste sentido, podemos entender que algumas características do TDAH, como impulsividade, podem ser remetidas a dimensão filogenética e aos circuitos neuropsicológicos, individuais e da espécie que estão entrelaçados. Sob a perspectiva de um raciocínio evolutivo, pode-se considerar que indivíduos com as características do TDAH, em algum momento na história da espécie, obtiveram vantagem por apresentá-las e estas características foram selecionadas e transmitidas a seus descendentes. Um membro com as características do transtorno representava benefícios e desvantagens de modo individual e coletivo no palco original da evolução. Isto porque, muitos dos desafios que representavam perigos para a sobrevivência do grupo e também de modo individual, eram experimentados por estes indivíduos como a exploração de novas áreas, experimentação de plantas duvidosas, investimento em parceiras sexuais, etc. Neste sentido, estas características, exibidas por uma minoria dentro do bando garantiam sobrevivência dos demais, apesar de muitas vezes ceifar a vida do sujeito experimentador. Se por um lado à presença destas características apresentavam-se como arriscadas a vida de quem as exibiam, por outro, os sujeitos que emitiam estes padrões comportamentais também encontravam vantagens para sua sobrevivência, uma vez que, como eram eles que exploravam novas situações, acabavam se beneficiando de descobertas que os outros não tinham acesso por conta de não apresentarem padrão altamente exploratório como estes indivíduos. Além disto, a busca por novidades garantia a eles mais parceiras reprodutivas. Restritas características do TDAH foram reveladas como adaptativas para o sujeito no palco original da evolução, o que dizer de sua permanência na contemporaneidade? Hoje podemos compreender que as características relativas ao transtorno não demonstram mais a representatividade de antes, isso porque as necessidades dos indivíduos foram reorientadas e novas exigências colocadas no lugar. Neste sentido, se antes a impulsividade e a busca obsessiva por novos estímulos geraram ganhos evolutivos para o indivíduo e para a espécie, no atual, geram custos cognitivos e sociais elevados que com constância interferem de modo crítico em sua adaptação.

Fatores preditores para sintomas psicofuncionais em bebês de mães jovens do Rio Grande do Sul

Gabriela Nunes Maia (UFCSPA); Daniela Centenaro Levandowski (UFCSPA)

Os sintomas psicofuncionais (SP) em bebês caracterizam-se como problemas de saúde e de comportamento recorrentes e refratários a tratamentos de saúde, que sinalizam dificuldades na relação pais-bebê e/ou do contexto, por não terem uma causa orgânica identificada ou definida. O presente estudo comparou um grupo de bebês com e outro sem sintomas SP, filhos de mães jovens do Sul do Brasil, buscando identificar possíveis características - variáveis sociodemográficas, indicadores de saúde mental materna e percepção materna de ajustamento conjugal e de suporte familiar - associadas à presença dessa sintomatologia infantil. Foi realizado um estudo quantitativo transversal, descritivo e correlacional, com 65 díades mães jovens-bebês (média de idade=20.75; DP=2.29), no qual se aplicaram uma Ficha de Dados Sociodemográficos e uma de Dados Clínicos, o Symptom CheckList, a Escala Beck de Ansiedade, a Escala Beck-II de Depressão, a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS), a Escala Revisada de Ajustamento Conjugal (R-DAS) e o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF). Além da estatística descritiva, realizaram-se análises de correlação de Spearman e Kruskal-Wallis, para verificar eventuais associações entre as variáveis e, com as que apresentaram relevância significativa, fez-se regressão linear múltipla, para identificar os preditores de SP nos bebês. Entre os principais achados, na análise de regressão, sintomas depressivos (EPDS) foram preditores da presença de SP de medo e de alergia. Além disso, a demonstração de afeto entre os membros da família (fator afetivo-consistente, IPSF) predisse SP de comportamento. Destaca-se a importância de se avaliar o contexto da díade mãe jovem-bebê, quando os SP se fazem presentes, uma vez que não apenas a saúde mental materna, como também o apoio familiar percebido pela jovem auxiliam no entendimento da dinâmica e no manejo da díade.

Indicadores cognitivos, de atenção e de comportamento em crianças nascidas pré-termo na fase escolar: um estudo longitudinal-prospectivo

Doane Sábio Servidone (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto); Fabíola Dantas Andréz Nobre Arantes de Carvalho (FFCLRP-USP); Maria Beatriz Martins Linhares (FMRP-USP)

Os primeiros anos de vida exercem papel fundamental na trajetória da criança por tratar-se de um período em que o desenvolvimento cerebral ocorre mais intensamente e o nascimento prematuro constitui-se em fator de risco que ameaça o desenvolvimento, podendo levar a problemas cognitivos, de atenção e comportamento. O presente estudo longitudinal-prospectivo teve por objetivo caracterizar os indicadores cognitivos, de atenção e de comportamento em crianças nascidas pré-termo (< 37 semanas de idade gestacional -IG) e comparar dois momentos, aos 6 anos e aos 9-11 anos de idade. A amostra foi composta por 23 crianças nascidas pré-termo (IG média = 30 semanas [26-34] e com peso ao nascimento médio de 1.188 g [650-1.500] participantes de um programa de follow-up em um hospital universitário de nível terciário do Estado de São Paulo. As crianças foram avaliadas pela Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - WISC-III aos 6 anos e WISC-IV aos 9-11 anos e pelo Teste de Atenção por Cancelamento. Os responsáveis responderam o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ) e a ficha de caracterização. Foi realizada a análise estatística descritiva e a análise intra-grupo (teste t para amostras pareadas no caso de variáveis contínuas e o teste de Wilcoxon para variáveis categóricas). Para análise de associação entre as variáveis cognitivas foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman. O nível de significância foi de $p \leq 0,05$. Os resultados da comparação entre as fases de 6 e 9-11 anos indicaram que houve um aumento significativo nos problemas de comportamento no segundo momento. As crianças apresentaram aumento dos problemas na amostra nas áreas de: total de problemas (43% para 52%), hiperatividade (43% para 61%) e sintomas emocionais (57% para 78%). Em contrapartida, houve diminuição significativa dos problemas de conduta (61% para 52%). Houve também uma diminuição significativa nos escores da atenção seletiva aos 9-11 anos, em comparação com a fase de 6 anos; porém, em ambos os momentos, os escores situaram-se dentro da faixa média. Verificou-se correlação significativa positiva entre os escores obtidos na avaliação cognitiva nas duas fases; quanto maior os escores no WISC obtidos aos 6 anos, maiores os escores aos 9-11 anos. Em conclusão, as crianças nascidas prematuras apresentaram um aumento nos problemas de comportamento 9-11 anos em comparação aos indicadores apresentados na fase anterior aos 6 anos de idade, o que exige incremento de estratégias preventivas nessa fase escolar.

Integrando o brincar e a saúde: os desafios da utilização da brinquedoteca como espaço para promoção de saúde e desenvolvimento infantil

César Filipe da Silva Oliveira (Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira); Janicleide Nascimento de Souza (UFPE); Mariana Bentzen Aguiar (UFPE)

O surgimento das brinquedotecas tem como finalidade resgatar e garantir o direito à brincadeira e à infância. Este espaço é preparado para estimular o desenvolvimento motor e psicossocial da criança, possibilitando a interação dela com o ambiente hospitalar, de modo que sua recuperação aconteça com uma melhor qualidade de vida (VIEGAS, 2008). A implantação dessa estrutura faz parte de ações de humanização do serviço, proporcionando um espaço de socialização entre crianças e acompanhantes (BRASIL, 2004). Este estudo visa apresentar uma revisão integrativa, ou seja, construir intercessão entre experiência empírica e a revisão bibliográfica buscando compreender/contemplar determinada temática em todas as suas dimensões (SOUZA et al, 2010). Neste caso em particular, utiliza-se da experiência da atuação na Brinquedoteca do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), localizado em Recife, juntamente a literatura específica para debater o fenômeno da baixa procura de brinquedotecas dos hospitais, apesar de, costumeiramente, contarem com uma gama de recursos e possibilidades para promoção de saúde e incentivar o desenvolvimento infantil. Como resultado, foram debatidos aspectos emergentes nessa relação entre a prática e a teoria, construindo-se os seguintes tópicos: a) a localização da Brinquedoteca e sua distância das enfermarias e ambulatórios pediátricos; b) a relação entre o brincar e a saúde pela visão de profissionais e usuários do serviço; e c) o surgimento de uma nova geração incluída na Era da tecnologia. Assim, discute-se sobre: i) como a dinâmica institucional reflete-se sobre a função que a Brinquedoteca desempenha tanto no espaço físico quanto na subjetividade de profissionais e usuários; ii) como da cultura institucional emerge concepções distintas de saúde: uma ligada estritamente ao bem-estar biológico e outra concepção mais ampla já reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS); e iii) como as mudanças culturais, como a inserção da tecnologia e as novas relações familiares, tem impulsionado a necessidade de mudanças das brinquedotecas. Por fim, se apresentam maneiras de fortalecer o lugar das Brinquedotecas enquanto espaço de saúde, ora propondo mudanças no setor ora demonstrando como os diversos recursos já existentes podem promover o desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, gerar mudanças na cultura hospitalar sobre a relação entre o brincar e a saúde.

O acolhimento durante a admissão hospitalar na visão dos acompanhantes de crianças hospitalizadas

Bruna Ostrowski Carvalho (Universidade do Vale do Itajaí); Marina Menezes (Universidade Federal de Santa Catarina); Fabiola Hermes Chesani (Universidade do Vale do Itajaí)

A presença do familiar acompanhante durante a hospitalização da criança exigiu que as instituições hospitalares adaptassem não só o espaço físico, mas também as práticas de cuidado, que precisaram se tornar integral com o objetivo de incluir o familiar acompanhante. Com o objetivo de humanizar o atendimento aos usuários no ano de 2003, o Ministério da Saúde lança a Política Nacional de Humanização (PNH), que tem como uma de suas principais diretrizes o acolhimento dos usuários. O acolhimento, como diretriz da PNH, necessita ocorrer em todos momentos dos serviços de saúde e visa um atendimento com resolutividade e responsabilização, capaz de assistir o usuário em suas necessidades. Neste sentido, o momento da admissão hospitalar se constitui no início do processo de hospitalização e onde o acolhimento tem significativa importância para que a hospitalização seja vivenciada de forma menos traumática, tanto para paciente como para o familiar acompanhante. Através do método qualitativo, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de compreender a percepção de acompanhantes de crianças hospitalizadas sobre o acolhimento na admissão hospitalar. A pesquisa ocorreu nos meses de Agosto a Outubro de 2016 e foi realizada em um hospital pediátrico do Sul do Brasil, com 12 acompanhantes de crianças hospitalizadas. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram a entrevista semi-estruturada realizada com os acompanhantes e a observação participante. A análise dos dados foi realizada através da análise do conteúdo das entrevistas e utilizou como embasamento teórico a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento. Os resultados demonstraram que fatores relativos ao repasse de informações e o esclarecimento de dúvidas, foram apontados como aspectos que dificultaram o acolhimento dos acompanhantes na instituição pesquisada. Sentimentos de incapacidade, tristeza, ansiedade, solidão e impaciência, estiveram presentes durante a experiência de acompanhar uma criança hospitalizada. A recuperação da criança e o retorno para casa, foram aspectos apontados como o melhor momento do processo de hospitalização. Para que o processo de admissão seja considerado acolhedor fatores relacionados a comunicação, cuidados com a criança, tempo de atendimento, repasse de informações e ambiência, são considerados essenciais. A realização da pesquisa possibilitou a construção do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano dos acompanhantes de crianças hospitalizadas, que possibilita visualizar as interações que se estabelecem nos diversos contextos da experiência de acompanhar uma criança hospitalizada. Além disso, foi possível propor diretrizes para a construção de um protocolo de acolhimento de acompanhantes de crianças hospitalizadas.

O brincar e as concepções de conceitos matemáticos de crianças de cinco anos

Denise Soares Oliveira (SEEDF); Jane Farias Chagas Ferreira (Universidade de Brasília)

Frequentemente as crianças são desafiadas a elaborar estratégias para resolverem situações-problema enquanto brincam. Sem que as crianças percebam, estão usando conceitos espontâneos apreendidos de suas vivências culturais. Nesse sentido, desde a Educação Infantil, o ensino da matemática por meio da brincadeira poderá proporcionar melhores resultados futuros. Esta pesquisa teve por objetivo investigar como as crianças de 5 anos utilizam os conceitos matemáticos nas brincadeiras durante o recreio no parque e se esses conceitos são apropriados em sala de aula. Essa investigação de natureza qualitativa foi conduzida em escola pública de educação infantil e está fundamentada nos pressupostos da perspectiva histórico-cultural. Para a construção de informações foram realizadas observações, entrevista semi-estruturada, análise dos planos de aula das professoras e do documento institucional que orienta as ações pedagógicas do Centro de Educação Infantil. Participaram da pesquisa, doze crianças com cinco anos de idade de duas turmas do segundo período e suas professoras. Os resultados apontaram que, as crianças enquanto brincavam durante o recreio no parque, utilizavam uma ampla gama de conceitos matemáticos relacionados à capacidade, quantidade, medição, forma e números. Os conceitos matemáticos empregados pelas crianças se diferenciavam em função do espaço onde ocorreram as brincadeiras, sendo nas brincadeiras na areia onde uma maior quantidade de conceitos foi apresentada. Esses conceitos eram utilizados para iniciar as brincadeiras, para solucionar problemas e como conteúdo importante dos processos comunicativos e interacionais. Ainda ficou demonstrado que as professoras tinham consciência de que as crianças utilizam de conceitos matemáticos enquanto brincam durante o período de recreação no parque, mas não havia intervenções ou mediações diretas sobre esses momentos. No Projeto Político Pedagógico da escola foram delineados dez diferentes projetos a serem desenvolvidos durante o ano letivo. No entanto, nenhum deles estava explicitamente relacionado com a aprendizagem matemática. Os conceitos matemáticos cultural e socialmente apreendidos pelas crianças e que foram observados durante a pesquisa parecem não ser objetos de análise ou intervenção intencional e sistematizada para a implementação de estratégias pedagógicas contextualizadas. Deste modo, torna-se relevante o olhar mais apurado dos professores com relação ao que acontece no tempo de

recreação livre das crianças, pois este espaço se constitui em um momento rico para o planejamento de atividades significativas de aprendizagem matemática. Uma das limitações do estudo refere-se a não observação da aplicação dos planejamentos pedagógicos em sala de aula para a análise comparativa dos dados construídos na pesquisa.

O Desenvolvimento da Empatia por meio da Contação de Histórias: Pesquisa e Intervenção

Sheila Marocco (INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE); JANE FARIAS CHAGAS-FERREIRA

Esta comunicação oral visa apresentar a revisão de literatura e os resultados parciais de uma pesquisa-intervenção que teve como objetivo investigar os fatores que promovem o desenvolvimento da empatia por meio da contação de histórias. O estudo teve como base epistemológica o Modelo Bioecológico elaborado por Urie Bronfenbrenner, que define, a partir desses pressupostos, que o desenvolvimento é um processo que se dá por meio das interações da pessoa com o ambiente em que vive, sendo caracterizado pela reciprocidade, visto que este tanto influencia quanto é influenciado pela pessoa ao longo do curso da sua vida e entre as gerações (Bronfenbrenner, 1996, 2005; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Chagas-Ferreira, 2016; Koller, 2004). Vários pesquisadores têm estudado meios para o desenvolvimento de habilidades sociais no contexto educacional (Cabalo, 2003; Ceconello & Koller, 2000; Del Prette & Del Prette, 2005; Murta, 2007), haja vista a sua importância no desenvolvimento biopsicossocial infantil. A pesquisa teve um delineamento qualitativo e a construção de dados se deu por meio de 10 encontros de contação de histórias, para crianças em situação de risco e vulnerabilidade social com seis anos de idade. Os instrumentos utilizados foram a análise documental, a Técnica de Histórias Incompletas (THI - Antunes, 2005; Ceconello e Koller, 2000; Perrow, 2008), onde o contador começa a história e a criança finaliza, e a Técnica do Reconto da História (TRH - Abramovich, 1993; Coelho, 1997; Morrow, 1986; Rodari, 1982; Zanotto, 2003), onde foram observados elementos empáticos trazidos pelas crianças. Os resultados parciais indicaram que as crianças após participarem de todos os encontros recontaram as histórias preferidas expondo traços empáticos em suas falas e desenhos, demonstrando ainda melhoria nos comportamentos e relações sociais entre os seus pares. Este estudo poderá contribuir em âmbito escolar e institucional, fornecendo indicadores para o desenvolvimento das habilidades sociais de empatia, considerada por alguns autores como a base para o desenvolvimento de outras habilidades sociais (Cabalo, 2003, Fernandes et al, 2012; Lordello & Oliveira, 2012). Para pesquisas futuras recomendamos a realização de estudo longitudinal com a finalidade de averiguar a efetividade e eficácia da participação de crianças em programas de desenvolvimento de habilidades sociais ao longo do tempo.

O que os pais e mães podem nos ensinar: Os desafios emocionais de abrir espaço interno para adaptar-se ao ritmo de sono do bebê aos três meses

Amanda Schöffel Sehn; Thais Espíndola de Jesus (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Cesar Augusto Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Rita de Cássia Sobreira Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A regulação do sono em bebês ocorre no contexto familiar (Teti, Shimizu, Crosby, & Kim, 2016) e, na fase de dependência absoluta, o bebê exige dos genitores uma adaptação as suas necessidades e ao seu ritmo (Winnicott, 1963), gerando grande sobrecarga emocional. O objetivo deste estudo foi investigar as exigências emocionais envolvidas na adaptação parental ao ritmo de sono do bebê aos três meses. Foram entrevistados 26 pais e 26 mães de bebês com aproximadamente 3 meses. Todos eram primíparos, com idade entre 20 e 40 anos. As entrevistas de maternidade, de paternidade e de desenvolvimento infantil foram analisadas por meio de análise de conteúdo qualitativa, com auxílio do software NVivo (versão 11), a partir das seguintes categorias: 1) Mudanças na rotina parental em função do ritmo de sono do bebê e 2) Exigências emocionais na adaptação parental ao ritmo de sono do bebê. Em relação à primeira categoria, identificou-se uma desorganização na rotina dos genitores frente à chegada do bebê, com variação nos horários e local de sono. Em muitas famílias (11) o bebê dormia no próprio quarto. Também eram frequentes práticas de co-leito ou cama compartilhada (10), as quais dependiam das cólicas, da amamentação e envolviam uma escolha materna relacionada à praticidade para atender o bebê. Metade das mães (13) era responsável pelo momento de sono, porém alguns pais (7) participavam dessa tarefa, ao assumi-la e ao dar suporte à dupla mãe-bebê. A maioria dos pais (18) relatou maior divisão de tarefas e participação na rotina familiar aos finais de semana. Quanto a segunda categoria, a grande maioria dos genitores relatou a intensidade desse momento inicial, em que estavam conhecendo o bebê e suas preferências. A maioria das mães (18) mencionou cansaço e exaustão no momento do bebê dormir. Os relatos associados à sobrecarga foram predominantemente maternos, devido ao despertar noturno para amamentação, por exemplo. Os pais também relataram mudanças no seu sono, relacionadas a um estado de maior atenção às manifestações do bebê à noite. Tais resultados ajudam a ilustrar quão exigente é adaptar-se ao ritmo do bebê na dependência

absoluta (Winnicott, 1963), especialmente para a mãe, em função da maior intimidade física e psíquica entre ela e seu bebê. Em suma, nesse processo de adaptação, o bebê exige dos genitores empatia, flexibilidade e abertura de um espaço interno para acolhê-lo.

Os espaços e as normas institucionais: Percepções de crianças moradoras em uma Casa de Acolhimento na região Oeste do Pará

Milca Aline Colares Gualberto (Polícia Militar do Pará); Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA); Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA); Adria Juliana Miranda da Silva (UEPA); Raquel dos Santos Correa (UFOPA); Samara Tavares (UFOPA); João Paulo Pantoja Braga (UFOPA)

Os estudos sobre a história da infância e a vivência em abrigos vêm crescendo nos últimos anos. Cada vez mais se ampliam os trabalhos que consideram as vozes de crianças em pesquisas nas áreas das ciências sociais e humanas. O presente estudo teve como objetivo investigar a percepção de crianças que vivem em uma casa de acolhimento sobre os espaços e normas institucionais. A investigação ocorreu no município de Santarém-Pará, interior da Amazônia. Participaram 10 (dez) crianças, sendo 4 (quatro) meninas e 6 (seis) meninos. Buscou-se a compreensão da criança sobre os espaços e suas diferentes condições de vida, como aprendem e se desenvolvem no abrigo, com base no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (2011). Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: Roteiro de Grupo Focal aplicado em dois grupos com idades aproximadas e Visita guiada pelas crianças nas dependências da instituição. Para a análise dos dados utilizou-se a Análise Narrativa (HUBERMAN e MILES, 1991). Os resultados mostram a importância da escuta às crianças, pois a partir dos relatos foi possível compreender a “rotina” associada às “normas institucionais” do abrigo. Durante a técnica de grupo focal, ambos os grupos trouxeram aspectos que compõem os hábitos, fazeres, atividades que as crianças desenvolviam na casa de acolhimento. E como dados da rotina através da visita guiada, as crianças ainda mencionaram as restrições presentes na casa, descrevendo o que podiam ou não fazer, procurando seguir o planejamento das atividades diárias. Em suas falas foram identificados espaços da casa que não eram frequentados como o quarto das meninas e dos meninos, a cozinha, área de lazer como o parquinho que devia ser utilizado uma vez por semana, em dia específico: às quartas-feiras, entre outros relatos. Concluiu-se que as crianças são atores sociais, protagonistas de seus processos de socialização, buscam vivenciar experiências na infância para tornar a vida completa de possibilidades. Por isso, a relevância em pensar no contexto de desenvolvimento como um processo de crescimento, estabilizações, mudanças das características biopsicológicas do indivíduo.

Parentalidade e personalidade de pais e mães: uma revisão integrativa da literatura

Maria Luíza Iusten da Silva

As características de personalidade permeiam o comportamento das pessoas de diferentes maneiras, podendo moldar a forma como o indivíduo experimenta e responde a uma variedade de tarefas desenvolvimentais. A parentalidade se refere ao conjuntos de atividades que visam assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança. Diferentes fatores podem influenciar a forma como pais e mães executam essas atividades. Belsky e Jaffee (2006) desenvolveram um modelo ecológico dos determinantes da parentalidade o qual propõe três conjuntos de determinantes que podem influenciar as práticas parentais: as características individuais dos pais (personalidade e psicopatologia), as características da criança e os fatores do contexto social, tais como relação conjugal, o trabalho dos pais e a rede de suporte social. A personalidade é considerada o determinante crucial, pois ela afeta o modo como os pais se sentem, como pensam e os tipos de pensamento, e a forma de agir. O objetivo desse trabalho foi revisar os estudos sobre personalidade parental e parentalidade. A busca foi realizada nas bases de dados Capes Periódicos, PubMed e BVS-Psi com as palavras-chave “parenting” e “parental personality”. Como critério de inclusão, optou-se por obras revisadas por pares que se referiram a aspectos da relação entre pais, mães e filho (a)s e à personalidade do pai e/ou da mãe em famílias biparentais nos idiomas inglês, francês, espanhol e português. Foram encontrados 138 estudos e 18 satisfizeram os critérios de inclusão. A revisão encontrou apenas estudos internacionais e permitiu verificar que há uma tendência de os estudos utilizarem o termo “parental personality” sem diferenciar nos resultados os aspectos relacionados ao pai e à mãe. O modelo teórico predominante nos estudos foi o dos Cinco grandes Fatores da Personalidade (Big Five). As características de extroversão e amabilidade se relacionaram a uma parentalidade calorosa e responsiva; o neuroticismo à rigidez ou permissividade; a abertura à experiência a uma parentalidade flexível e aberta ao novo; e a conscienciosidade à imposição de limites na educação. Concluiu-se que as características de personalidade de pais e mães podem ressoar em diferentes comportamentos em relação à parentalidade. Recomenda-se para pesquisas futuras a investigação de aspectos relacionados apenas ao pai e à mãe, que diferenciem o tipo de

interação entre pais, mães e filhos em relação ao gênero da criança e levantamentos longitudinais devido ao caráter de mutabilidade da personalidade ao longo do tempo.

Problemas psicológicos em crianças e adolescentes com Fibrose Cística

Carla Cristina Borges Santos; Nancy Ramacciotti de Oliveira-Monteiro (UNIFESP/Baixada Santista)

A Fibrose Cística (FC) é uma doença crônica, progressiva e fatal, com expectativa de vida inferior a 40 anos, que acomete, sobretudo, crianças e adolescentes. A adesão ao tratamento desafia a prática das equipes multiprofissionais que atendem esses pacientes nos Centros de referência no tratamento da doença. O adoecimento crônico é condição favorável ao surgimento de problemas psicológicos. O objetivo deste estudo foi verificar a ocorrência de problemas psicológicos em crianças e adolescentes com FC. Com uso do CBCL, foram investigados 28 pais/responsáveis por crianças e adolescentes com FC atendidos em três Centros de SP. Nos quatro grupos de análise, menino-criança, menino-adolescente, menina-criança e menina-adolescente, todos apresentaram algum tipo de problema psicológico. A prevalência de problemas emocionais (internalizantes) foi verificada em relação aos comportamentais (externalizantes). Como suas manifestações são mais sutis quando comparadas aos problemas comportamentais, os problemas emocionais podem ter emergido há mais tempo do que os comportamentais, sem que tenham recebido o devido cuidado. Embora o adoecimento crônico não seja obrigatoriamente condição de dificuldades psicológicas, os dados apontam a importância de avaliação desses aspectos em pacientes com FC, como mais um elemento a ser considerado no tratamento.

Referentes identificatórios na história de uma criança - apresentação do caso Otto

Denise Radesca Alvares Scuff (Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Belém/PA); Gean Holanda dos Santos (UFPA); Carla Borges (UNIFESP)

Este trabalho discute as produções em cena lúdica e de narrativas – orais e gráficas (desenho) – de um menino de 3 anos, participante de um projeto de pesquisa desenvolvido em uma creche que assiste a crianças em situação de vulnerabilidade social. Com o objetivo de compreender como os referentes identificatórios, imprescindíveis à constituição psíquica da criança, são enunciados por ela ao compor a trama de suas experiências cotidianas, foram realizados cinco encontros, nos quais Otto (nome fictício da criança) narrou conflitos de separação que vive a/em sua família. O conjunto de suas produções foi analisado à luz de conceitos clássicos da teoria freudiana, como Narcisismo e Transferência, e da clínica kleiniana, primordialmente o de Identificação projetiva. Podemos dividir a narrativa em dois atos: no primeiro (dois encontros iniciais) há o “carrinho de roda quebrada”, protagonista da história, que é repetido nas outras produções, coexistindo com uma cidade distante onde fica a “ecola” (escola) e no segundo, quando o pesquisador se coloca no papel através da produção de traços que ligam “o carrinho” e a “ecola”, local em que a mãe de Otto trabalha. O conflito de separação/perda da mãe é o drama da criança, que usa o desenho para dizer de si, projetando no papel a angústia da distância entre eles. A percepção do pesquisador desta realidade levou à intervenção, também pelo desenho, enquanto linguagem possível para a criança no momento, através de uma prática nos moldes do Jogo do Rabisco de Winnicott, na qual desenha um jovem adulto e retas paralelas que ligam “o carrinho” à cidade da “ecola”. Assim, estabelece-se a Transferência e cria-se um diálogo, um vínculo pesquisador-criança, marcado pelos traços criados entre o carrinho e a escola. Ao final deste segundo ato, Otto passa a construir estradas ligando os elementos de suas histórias (novos objetos são introduzidos nos desenhos), ante a presença de um jovem adulto que acompanha sua narrativa, permitindo-se elaborar e lidar com a angústia vivida. Frente à repetição do “carrinho de roda quebrada” e a escassez de outros elementos, o pesquisador intervém produzindo um traço, a escuta de um outro, que possibilita a expressão da angústia perante a distância em relação à “ecola” da mãe. Este momento marca a possibilidade de reinvestimento na relação com a mãe e a exposição da fragilidade iniciada com a separação dos pais de Otto. O traço é a condição de possibilidade de constituição do Eu.

Reflexões sobre mudanças geracionais e os comportamentos de consumo

Alexandre Rodrigues Sena

A segmentação geracional foi elaborada para observar as características dos indivíduos que nasceram em um período de aproximadamente duas décadas e compartilharam de atitudes, crenças, ideias e valores semelhantes. Os grupos pesquisados são: Baby boomers (1945 - 1964), Geração X (1965 - 1979) e Geração Y (1980 - 2000). A geração Baby Boomers foi responsável por provocar uma revolução a partir da contestação de tradições, padrões e costumes. A geração X desenvolveu a tecnologia e organizou novos valores e crenças sociais. A geração Y é desafiada a inovar a partir das conquistas adquiridas pelos pais. O estudo dos grupos geracionais é essencial para a compreensão do comportamento consumista. Os profissionais do marketing estudam as peculiaridades de cada segmento geracional com o objetivo de manter uma relação de consumo marcada pela

precisão e eficiência. Os contextos socioculturais e históricos como guerras, situações econômicas, desenvolvimento científico e tecnológico influenciam as atitudes materialistas dos indivíduos. Os acontecimentos sociais de grande impacto, vivenciados por jovens de 17 a 23 anos, são determinantes na construção de valores e crenças pessoais. Identificou-se, por exemplo, que os jovens desta idade que vivenciaram a Grande Depressão nos Estados Unidos em 1929, mantiveram o hábito de poupar recursos financeiros até os últimos dias de vida. A Geração Baby Boomers viveu um período de crescimento populacional e reconstrução após a segunda guerra mundial. A indústria ampliou o processo de produção em massa e os bens de consumo duráveis como automóveis, televisores e eletrodomésticos se tornaram objetos de desejo desta geração e também da seguinte. A Geração X se preparou para adquirir as novidades do mercado. Mesmo inseridos em um momento de recessão financeira, eles formaram famílias menores e se empenharam para proporcionar aos filhos o acesso aos bens e serviços. A Geração X também experimentou o início da produção tecnológica como computadores e celulares. A Geração Y surge numa época de estabilidade financeira e é identificada como a primeira geração a acessar a alta tecnologia. Este intenso e elaborado envolvimento com a internet, desenvolveu um comportamento de consumo virtual e sofisticado. No contexto sociocultural da geração Y, o consumo não se restringe ao ato de obter algo. A exposição de incontáveis produtos em lojas físicas e virtuais transferiu o comportamento de compras para uma dimensão de entretenimentos e experiências singulares. Na tentativa de compreender o comportamento de consumo na atualidade, é fundamental atentar-se às mudanças geracionais.

Relações coparentais e percepções de auto-eficácia parental de cuidadores de crianças com encefalopatia crônica.

Priscilla Bellard Mendes de Souza (UFPA); Simone Souza da Costa Silva (Universidade Federal do Pará)

A coparentalidade positiva e altos níveis de auto-eficácia parental têm sido apontados como preditores à saúde dos cuidadores de crianças com desenvolvimento atípico. O objetivo deste estudo foi descrever e analisar a coparentalidade e auto-eficácia parental de cuidadores primários de crianças com encefalopatia crônica da infância. Participaram 84 cuidadores de crianças com PC atendidos em um hospital universitário em Belém-Pará-Brasil. Os instrumentos foram o Coparenting Questionnaire; o Inventário Sociodemográfico; o Sistema de Classificação da Função Motora Grossa; a Escala de Auto-eficácia. A coleta de dados ocorreu na sala de espera do hospital nos dias que as crianças possuíam atendimentos marcados. Os dados foram analisados através da técnica estatística de análise de correspondência. Os resultados mostraram que as mães foram as cuidadoras principais, desempenhando principalmente funções “do lar”, cujas famílias eram de baixa renda. A maioria das crianças com PC foram meninas, e avaliadas majoritariamente no nível V de comprometimento motor. A coparentalidade e a auto-eficácia mostraram-se baixas na maioria dos cuidadores, associado estatisticamente ao gênero feminino das crianças, ao fato destas não estudarem, terem idades entre seis e 12 anos, e níveis GMFCS IV e V. A religião católica, o estado civil e o tipo de família também foram associados à baixa coparentalidade e auto-eficácia. Foram identificadas correlações estatisticamente significativas entre a baixa coparentalidade e altos níveis de conflito e triangulação coparental. Descritivamente a auto-eficácia parental dos cuidadores mostrou-se mais elevada para as situações que envolveram atividades relacionadas a rotina de cuidados básicos dos filhos (dar banho, alimentar, ficar sozinha em casa). Em contrapartida foi mais baixa para situações que envolveram ocorrência de convulsão e espasmos, assim como, para os aspectos subjetivos dos filhos como vê-los tristes. Não foram encontradas correlações entre os escores gerais de coparentalidade e auto-eficácia, porém a baixa auto-eficácia foi associada a alta triangulação coparental. Espera-se que estes dados possam subsidiar intervenções específicas a este público, promovendo saúde e qualidade de vida.

Relações entre perfis de personalidade e abertura ao mundo em pais de crianças de 4 a 6 anos

Maria Luíza Iusten da Silva

O envolvimento paterno é definido como a participação e a preocupação contínua da figura paterna acerca do desenvolvimento e bem estar físico e psicológico de seu filho. Esse envolvimento ocorre por meio das dimensões interação, acessibilidade e responsabilidade. Uma especificidade do comportamento paterno diz respeito à relação de ativação que se refere ao vínculo afetivo entre o pai e a criança, cuja função é promover abertura ao mundo, propiciando o desenvolvimento de autonomia e autoconfiança na criança. Essa abertura ocorre por meio dos comportamentos do pai de estimular a criança a assumir riscos, a perseverar diante dos obstáculos e também por punições que colocam limites que garantem a proteção e a segurança da criança. Esse envolvimento pode sofrer influência da personalidade do pai. Assim, o objetivo desse estudo foi analisar a relação entre a personalidade paterna e as dimensões da abertura ao mundo. Investigou-se a relação entre perfis de personalidade e as dimensões de abertura ao mundo em uma amostra de pais que tinham uma criança de quatro

a seis anos em famílias biparentais. Os participantes foram 171 pais, os quais foram selecionados em três estados do sul do Brasil. Foram utilizados os questionários: Sociodemográfico; Abertura ao mundo e o Inventário dos Cinco Grandes Fatores da personalidade. Realizou-se análise descritiva dos dados sociodemográficos, análise de cluster para a identificação de perfis de personalidade e modelagem de equação estrutural para verificar as diferenças entre os perfis com relação às dimensões da abertura ao mundo. Os pais apresentaram média de 37 anos de idade (DP= 6,77), média de 15 anos de escolaridade (DP= 5,85) e jornada de trabalho de 40 horas semanais (DP= 13,42). Foram identificados quatro perfis de personalidade que apresentaram comportamentos distintos em relação à abertura ao mundo. Esses perfis foram nomeados como Pais afetuosos que estimulam à perseverança, Pais inconsistentes ou ambivalentes, Pais envolvidos e estimuladores e Pais distantes e pouco envolvidos. Constatou-se que a participação do pai no contexto familiar encontra-se em transformação: alguns pais interagem e se envolvem emocionalmente com os filhos e outros estão mais distantes e focados em aspectos profissionais. Salienta-se que outros determinantes podem estar envolvidos nessa relação e, por isso, recomenda-se que estudos futuros investiguem a abertura ao mundo em outras configurações familiares, considerando além da personalidade, a relação conjugal, a coparentalidade e as características da criança.

Saúde e Desenvolvimento humano: experiência da disciplina de psicologia do desenvolvimento humano no curso de Odontologia

André Luiz Machado das Neves (Universidade do Estado do Amazonas)

A psicologia do desenvolvimento se tornou uma área de atuação importante para elaboração de programas de intervenção na prevenção e promoção de saúde, especialmente nos contextos das práticas de profissionais da área de saúde e da de educação (MOTA, 2005). No âmbito da odontologia, verifica-se que cada vez mais tem se admitido que cada faixa-etária demonstra características, qualidades e personalidades próprias de cada idade, como é o caso da odontopediatria e odontogeriatria, áreas de atuação do cirurgião dentista que têm objetivos de realizar a promoção e prevenção a saúde bucal de acordo as especificidades e demandas da infância e adolescência e idosos. Nesse sentido, no ano de 2015, a disciplina Psicologia do Desenvolvimento tornou-se obrigatória no currículo do curso de odontologia da Universidade do Estado do Amazonas. O presente trabalho, nessa acepção, teve como objetivo relatar a experiência de dessa disciplina, no contexto do ensino de graduação, destacando o caminho percorrido para contribuir na promoção de saúde bucal. A experiência relatada dessa disciplina se delinea do seu início até o primeiro semestre do ano corrente. Visa-se descrever as características da disciplina, com ênfase no caminho alternativo para promoção a saúde bucal numa perspectiva sócio-interacionista, qual seja, as tarefas do desenvolvimento humano na infância e adolescência; tarefas de desenvolvimento e interesse na vida adulta; teorias do desenvolvimento humano nos processos de aprendizagem na educação em saúde; utilização das teorias de desenvolvimento na comunicação e relação cirurgião-dentista/paciente de acordo com a faixa-etária. Discute-se a experiência enquanto meio de favorecer as condições de saúde adequadas a criança ou adolescente e idosos, desde que sejam consideradas as características, qualidades e especificidades próprias de cada idade. Essa disciplina levada como subsídio para efetivação do atendimento, pode ainda, proporcionar uma qualidade melhor no serviço odontológico, ampliar a relação do odontopediatra ou do odontogeriatra através da comunicação; promover de modo mais efetivo a promoção e a prevenção de saúde quando respeitado o desenvolvimento mental e crescimento orgânico em cada fase do ciclo de vida.

Ser criança: A infância na percepção de crianças institucionalizadas em Santarém- Pará

Milca Aline Colares Gualberto (Polícia Militar do Pará); Iani Dias Lauer Leite (Universidade Federal do Oeste do Pará)

O objetivo desta pesquisa foi investigar quais as concepções de crianças entre 5 (cinco) a 12 (doze) anos de idade que vivem em situação de acolhimento institucional no município de Santarém-Pará, têm sobre o que é ser criança. Para a composição teórica deste trabalho, a pesquisa ancorou-se no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (2011) compreendendo os aspectos e as dimensões individuais de crianças que, por algum motivo, foram afastadas da família e/ou responsável e se encontram sob tutela do Estado. Participaram 10 (dez) crianças, sendo 4 (quatro) meninas e 6 (seis) meninos. Os instrumentos para coleta de dados foram folha de dados sociodemográficos e o instrumento História pra completar (MARTINS, 2000). Os dados sociodemográficos foram coletados mediante preenchimento da folha pela assistente social do abrigo. Os dados quanto ao Ser criança foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2012). Para a questão “O que é ser criança” foram encontradas 13 (treze) ideias centrais: A: Criança é uma pessoa; B: Referência ao personagem João; C: Característica física; D: Não saber; E: Faz comparação com um adulto; F: A criança é um “fruto”, uma “flor”; G: Utiliza-se como referência; H: Relaciona ao gênero; I: Relaciona à moradia;

J: Faz referência à família; K: Relaciona à amizade; L: Ser criança; M: Relaciona ao sentimento. Para compreender melhor os resultados na perspectiva das crianças participantes foi realizada uma pergunta complementar: “O que criança gosta?” Foram encontradas 9 (nove) ideias centrais: A: Brincadeiras/ diversão; B: Ser criança; C: Utiliza-se como referência; D: Característica física; E: Faz referência a alimentação; F: Estudar/ ler; G: Faz referência aos animais; H: Relaciona ao ambiente/ abrigo; I: Não fazer nada. Os resultados trouxeram similaridades e diferenças de outros estudos já realizados sobre o tema. As ideias centrais relativas a ser uma pessoa, fazer referência ao João (personagem do instrumento de coleta de dados) comparar-se ao adulto e utilizar-se como referência, são similares aos encontrados por Priante (2015). O aspecto de ser criança relacionado à moradia apresentou-se como específico desse estudo. Nesse sentido, depreende-se que as crianças são protagonistas de seus processos de socialização e não devem ser compreendidas somente como um ser universal, mas como um ser cultural que vive uma experiência social e pessoal, construída e ressignificada cotidianamente.

Sobrecarga emocional nos cuidados ao bebê com Síndrome de Down: evidências a partir de um caso

Amanda Schöffel Sehn; Tatiele Jacques Bossi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Lisiane Machado de Oliveira-Menegotto (Universidade Feevale); Rita de Cássia Sobreira Lopes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

O nascimento de um filho implica em uma reorganização psíquica para a mãe, configurando-se como uma tarefa complexa para muitas mulheres. Na presença de deficiência no bebê, há a exigência de especificidades no cuidado materno, o que pode trazer sobrecarga emocional adicional à mãe (Chan, Lim, & Ling, 2015). Este estudo teve por objetivo investigar o impacto emocional na mãe diante da tarefa de cuidar de um bebê com Síndrome de Down (SD). Realizou-se um estudo de caso único, cuja participante foi Elis (22 anos), casada, mãe secundária de um bebê com SD (Bruna). Entrevistas semiestruturadas, realizadas no 3º e 8º mês de vida da bebê, foram analisadas qualitativamente, por meio de relato clínico (Epstein, 2011) - método tradicionalmente utilizado na clínica psicanalítica. Os resultados revelaram que a gestação não foi planejada e Elis somente soube do diagnóstico da filha após o parto, desconhecendo a SD. Aos 3 meses, revelou que, à medida que a filha crescia, preocupava-se com sua deficiência e surgiam dificuldades nos cuidados de Bruna. A mãe se sentia angustiada, tinha vontade de chorar, dificuldade em se conectar com a bebê e sensações de sufocamento, apresentando sintomas depressivos, momentos em que delegava os cuidados de Bruna ao pai. Elis ficava em dúvida se seus sentimentos estavam relacionados à deficiência da filha ou às suas questões pessoais. Aos 8 meses, os sintomas se intensificaram, Elis foi internada e passou a tomar medicação psiquiátrica. Bruna também teve complicações de saúde (cardiopatia grave), o que preocupava Elis e parecia agravar seu estado emocional. Inclusive, a mãe cogitava a possibilidade de entregar Bruna para a adoção, para que fosse melhor cuidada. Em síntese, tais resultados evidenciam que, somado à tarefa de cuidar de um bebê no estágio de dependência absoluta, por si só exigente (Winnicott, 1963), a demanda do bebê com SD por cuidados especializados pode ser potencialmente desorganizadora para a mãe, do ponto de vista emocional (Goff et al., 2016). Devido à idealização da maternidade na cultura ocidental, os sentimentos negativos quanto ao ser mãe e ao bebê podem não encontrar espaço para se expressarem (Chae, 2015). Ressalta-se a relevância de espaços de escuta para as mães de bebês com deficiência, pois a detecção precoce de sinais de sofrimento psíquico pode se constituir em fator de proteção ao desenvolvimento emocional da díade.

Sobreviver: Gênero, Pobreza e Resiliência familiar

Larissa Araújo Matos (universidade paulista); Hilda Rosa Moraes de Freitas-Rosário (universidade federal rural da Amazônia); Simone Souza Costa Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA))

A resiliência familiar envolve aspectos positivos quanto a fatores de risco presentes no contexto sociofamiliar de determinado grupo. Este estudo teve como objetivo compreender a resiliência familiar em mulheres em situação de pobreza, as condições vividas e ações/estratégias tomadas diante das adversidades presentes no contexto destas participantes. Participaram desta pesquisa 7 mulheres residentes de bairros considerados periféricos do município de Belém. Foi aplicado o Inventário Sociodemográfico e realizado dois grupos focais. Os resultados sociodemográficos mostraram que a média das idades foi de 35 anos, em relação ao estado civil: cinco participantes eram solteiras e duas viviam em união estável, o nível de escolaridade das mães mostrou que três possuíam o ensino fundamental completo, uma ensino fundamental incompleto, uma ensino superior incompleto, uma ensino médio completo e uma ensino médio incompleto. A média da renda das participantes foi R\$ 405,42 e a ocupação profissional mostrou que quatro participantes encontravam-se desempregadas, duas eram empregadas domésticas e uma vendedora de livros. Os dados qualitativos foram analisados manualmente de acordo com os passos dos processos de codificação aberta, axial e seletiva da

Grounded Theory. A análise linha a linha aplicada às transcrições resultou em vários códigos, conceitos e categorias, os quais foram organizados em torno de um conceito explanatório central identificado neste estudo pela categoria “sobreviver: condições e ações de mulheres em situação de pobreza”. Os dados mostraram como condições adversas enfrentadas pelas participantes: a ausência de apoio do ex companheiro, o uso de drogas por elas ou familiares próximos, a ausência de apoio familiar e a escassez de recursos financeiros. Já as ações/estratégias encontradas por estas mulheres para o enfrentamento de tais dificuldades foram: recorrer a crença religiosa, recorrer a outras instituições, recorrer a pessoas: filho, companheiro e a mãe e os “bicos” para amenizar a insuficiência de renda. Conclui-se pelos relatos das participantes que estas vivem sob algumas condições de dificuldades e diante de tais adversidades estas mulheres buscam ações para o enfrentamento dessas situações e esse processo se relaciona com a resiliência familiar representada pela categoria central “sobreviver: condições e ações de mulheres em situação de pobreza” que traz uma definição de: enfrentar e resistir a alguma coisa, logo, reflete bem o cotidiano dessas mulheres/famílias, assim como, de uma parte significativa da população pobre brasileira que sobrevive com o mínimo necessário, mas ainda, assim com todas as dificuldades demonstra manter um ambiente positivo e saudável, especialmente, para as gerações mais jovens.

Temperamento de crianças e envolvimento parental: evidências empíricas

Lauren Beltrão Gomes (Fundação Universidade Regional de Blumenau); Carina Nunes Bossardi (Univali); Simone Dill Azeredo Bolze (Universidade Federal de Santa Catarina); Beatriz Schmidt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Mauro Luís Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina); Maria Aparecida Crepaldi (Universidade Federal de Santa Catarina)

O temperamento configura-se como uma importante variável individual, a qual interage com variáveis ambientais e influencia trajetórias desenvolvimentais relacionando-se a desfechos adaptativos ou desadaptativos (Gracioli & Linhares, 2014). Na presente pesquisa, a qual está inserida no âmbito de um projeto maior realizado em convênio entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Québec em Montreal (UQÀM) e Universidade de Montreal (UM), buscou-se investigar a relação entre os envoltimentos de pai e de mãe com seus filhos e o temperamento de crianças entre quatro e seis anos de idade. Pais e mães de 150 crianças responderam o Questionário de Engajamento Parental (QEP) e o Children’s Behavior Questionnaire (CBQ). As respostas foram analisadas por meio do Programa SPSS, versão 18. Evidenciou-se que os pais estavam mais envolvidos quanto mais a criança apresentava controle com esforço e, por sua vez, mães pareciam estar menos envolvidas quando a criança apresentava mais afeto negativo. Dessa forma, os achados sugerem que o envolvimento de pais e mães foi mais elevado quando seus filhos apresentavam maior autorregulação e temperamento menos difícil, coadunando resultados de outros estudos (Planalp & Braungart-Rieker, 2016; Ursache et al., 2013). Nesse sentido, hipotetiza-se que crianças que manifestam níveis mais elevados de regulação emocional e comportamental estejam mais propensas a contarem com maiores níveis de comportamento parental positivo, de modo que a rotina de cuidados parentais tende a ser mais prazerosa e menos estressante (Ursache et al., 2013). Identificou-se ainda que as médias de controle com esforço foram progressivamente maiores de acordo com a idade das crianças. Sugere-se a importância de tal fator do temperamento no sentido de fortalecer os efeitos benéficos dos cuidados parentais numa variedade de resultados desenvolvimentais, tais como a competência social e os problemas de comportamento. Conclui-se que, por intermédio da identificação das disposições temperamentais infantis, pode-se intervir preventivamente, orientando os cuidadores e auxiliando-os a compreender as diferenças individuais, de modo a dar suporte para que aprendam como manejá-las. Tais intervenções podem gerar um aumento da responsividade e sensibilidade dos cuidadores no processo de interação com as crianças, o que atua como fator de proteção à saúde mental infantil.

Adolescência e trabalho: compreendendo vivências na escolha profissional

Flávio Lúcio Almeida Lima (Universidade Federal de Campina Grande); José Lombardi de Carvalho Silva (Faculdade Maurício de Nassau); Aline Arruda Rodrigues da Fonseca (Faculdade Maurício de Nassau)

Introdução: A escolha profissional na adolescência é marcada por incertezas e indecisões que quando não consideradas podem ser razão de desilusão, decepção e tristeza na vida adulta. Nesse momento da vida compreende-se que não estão apenas em jogo interesses e aptidões individuais, mas também a maneira como o adolescente vê o mundo, como ele próprio se vê, as informações que possui acerca das profissões, as influências externas do meio social, dos pares e, principalmente, da família. Todos esses fatores psicossociais devem ser contemplados para que se possa compreender adolescência e profissão. Objetivo: Neste sentido, o presente estudo objetivou compreender as vivências de adolescentes acerca da escolha profissional. Método: Tratou-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem qualitativa. Foi realizada numa escola da rede pública no município de São José dos Ramos – Paraíba. Composto uma amostra não probabilística, por conveniência,

participaram do estudo 10 adolescentes, faixa etária de 15-19 anos, estudantes do ensino médio. Os instrumentos utilizados foram: 1- Entrevista semiestruturada: contendo perguntas específicas sobre o objeto de estudo, na construção do roteiro de entrevista consideraram-se os objetivos do estudo, bem como dados da literatura; 2- Questionário sócio demográfico: com fins de caracterização dos participantes, foram levantadas informações acerca da idade, sexo, escolaridade, renda, etc. Para se proceder a coleta foram considerados todos os critérios dispostos na Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde/MS que regulamenta a ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Salienta-se que o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Na análise dos dados, utilizou-se a Análise Categorical Temática de acordo com Figueiredo (1998). Resultados: Emergiram das entrevistas as seguintes classes temáticas e categorias, respectivamente: 1- Percepção da adolescência: a) Maturação Psicológica/ Fisiológica, b) Decepção/ Frustração, c) Enfretamento e d) Sentimentos Ambíguos; 2- Percepção de trabalho: a) Aprendizagem, b) Responsabilidade, c) Sustento e d) Satisfação/ Insatisfação; 3- Expectativa profissional: a) Realização, b) Receio, c) Indecisão/ Decisão e d) Necessidades; 4- Dificuldades psicossociais: a) Condições Financeiras, b) Instabilidade Política, c) Inserção/ Mercado de Trabalho e d) Ansiedade. Conclusão: De acordo com os resultados, conclui-se que as vivências experienciadas pelos adolescentes no contexto da escolha profissional parecem estar envoltas por uma atmosfera de instabilidade que não compreende apenas questões de cunho individual, mas também questões psicossociais. Portanto, torna-se importante a relevância de tais fatores na intervenção de pais e educadores junto a adolescentes que enfrentam este momento da vida.

Aproximações entre psicologia escolar na universidade e psicologia comunitária

Lígia Carvalho Libâneo (UnB)

O movimento de crítica da psicologia questiona as concepções fatalistas e a-históricas da atividade humana, as práticas adaptacionistas ao sistema social e político hegemônico, a importação acrítica de modelos teórico-metodológicos provenientes de realidades diferentes, entre outros fatores. Baseando-se nessa perspectiva crítica, a psicologia escolar contemporânea tem discutido as intervenções profissionais normatizantes no contexto educativo, pautadas em concepções que desconsideram a participação da instituição na produção dos desenvolvimentos das pessoas que ali convivem. A atuação do psicólogo escolar na educação superior tem sido defendida a partir de (a) críticas às concepções e práticas que individualizam e fragmentam as demandas em dificuldades dos estudantes, (b) reflexões sobre o papel do psicólogo escolar relacionado à mediação do desenvolvimento de identidades profissionais e cidadãos dos atores educacionais e sobre o papel social da educação superior, (c) propostas de participação do profissional na construção de políticas institucionais, a exemplo das ações afirmativas e de assistência estudantil. Nessa direção, assumimos a necessidade de apropriação de novos métodos de intervenção para que o saber psicológico seja colocado a serviço da construção da justiça social, da equidade e da conquista da autonomia de povos oprimidos. Diante disso, propomo-nos a apresentar saberes da psicologia comunitária que podem contribuir com a atuação do psicólogo escolar em universidade. Entre esses saberes destacamos a valorização do potencial comunitário, do poder local e do saber popular para a construção de um novo mundo possível e necessário. Nos aportes da psicologia comunitária, esse mundo se constitui a partir da desideologização da experiência cotidiana, da luta contra as relações de opressão e de violência estruturadas no modo de produção capitalista, do reconhecimento do caráter ativo dos seres humanos como produtores da história, e da construção de sujeitos comunitários, problematizadores e transformadores da realidade vivida. Esses pressupostos têm contribuído com nossa atuação como psicóloga escolar em universidade, concretizando-se (a) na valorização da originalidade e da diversidade dos povos latino-americanos que fazem a universidade, (b) na reflexão junto a membros da comunidade acadêmica sobre nosso modo de vida na universidade, (c) no reconhecimento das potências humanas, (d) na busca pela constituição de uma sociabilidade contra-hegemônica, (e) na participação ativa dos membros da comunidade acadêmica na construção da práxis da psicologia escolar. Para finalizar, esperamos que a mediação da psicologia comunitária fundamente e inspire novos olhares, fazeres e saberes da psicologia escolar em universidade.

As consequências da violência sexual para o desenvolvimento humano: uma análise a partir da Teoria Bioecológica

Danielly Bart do Nascimento (Universidade Federal do Espírito Santo); Edinete Maria Rosa (UFES)

O objetivo do presente ensaio é utilizar a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBE) para fazer uma análise de como a experiência de violência sexual vivenciada durante a infância ou adolescência pode afetar o desenvolvimento humano tanto imediatamente quanto ao longo da vida de uma pessoa. A violência sexual é um evento estressor que pode ter consequências físicas e/ou psicológicas, que dependendo de como são percebidas pela pessoa vão influenciar o seu desenvolvimento e afetar suas características pessoais. A TBE define

características pessoais em três categorias, força, recurso e demanda. As características de força generativas são capazes de promover e sustentar os processos proximais como, curiosidade, tendência para engajar-se e persistir em atividades, responsividade e autoeficácia; as características de força inibidoras do desenvolvimento são dificuldade em manter o controle sobre suas emoções e comportamentos. As características de recurso são características biopsicológicas que podem limitar o desenvolvimento como, baixo peso ao nascer, deficiência física ou mental e doenças crônicas; enquanto as características facilitadoras são, capacidades, conhecimentos, habilidades e experiências. As características de demanda são qualidades da pessoa que podem convidar ou desencorajar interações no ambiente social tais como idade, gênero e etnia. Crianças e adolescentes que experienciam a violência sexual podem apresentar como consequência imediata alterações nas características de força intensificando ou manifestando características inibidoras, como, isolamento, timidez, agressividade e redução na comunicação. Quanto às características de recurso, podem apresentar desde alterações físicas, como doenças sexualmente transmissíveis a alterações psicológicas como o déficit de atenção. Ao longo da vida, as consequências da violência podem tornar-se persistentes e influenciar no engajamento de comportamentos sexuais de risco, consumo de substâncias psicoativas e dificuldades no desempenho de papéis na vida adulta. Para a TBE o desenvolvimento humano é um fenômeno de continuidades e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos que ocorre ao longo da vida e, a violência sexual, como evento estressor, pode gerar impactos de disfunção nesse desenvolvimento. Entretanto, processos proximais são capazes de ajudar as pessoas que viveram a experiência da violência sexual a superar suas consequências negativas. Os processos proximais ocorrem em contextos presentes na vida da pessoa em desenvolvimento ao longo do tempo e são interações capazes de promover um resultado competente no desenvolvimento ou diminuir os impactos das disfunções, atualizando as características pessoais. Desta forma, a TBE é uma teoria que nos permite pensar nas superações, ao invés de se fixar no sofrimento decorrente da violência.

Aspectos positivos e negativos das etapas do ciclo vital na percepção de adolescentes, adultos e idosos do extremo norte do país

Fernanda Ax Wilhelm (Universidade Federal de Roraima); Ana Paula da Rosa Deon (UFRR); Idonézia Collodel Benetti (UFSC); João Paulo Roberti Junior (UFSC)

O objetivo deste estudo foi analisar os aspectos positivos e negativos das etapas do ciclo vital na percepção de adolescentes, adultos e idosos. Foram participantes 19 adolescentes, 20 adultos e 19 idosos residentes no extremo norte do país. Foi utilizado um questionário semiestruturado com categorias de análise pré-estabelecidas: dados de caracterização geral, percepção sobre ser adolescente, adulto ou idoso e aspectos considerados positivos e negativos nestas fases da vida. Os dados foram analisados com base na abordagem da análise de conteúdo, conforme categorias pré-estabelecidas e somatório dos atributos com maior e menor ocorrência de indicação. Dentre os resultados obtidos, a indagação “Para você o que é ser adolescente?” gerou respostas relativas à vivência de novas descobertas, transformações físicas e cognitivas e a condição de ser dependente por ainda não ter alcançado a maioridade. Os aspectos positivos indicaram que os itens mais relevantes foram sair com os amigos e ganhar liberdade. Quanto aos aspectos negativos, os itens mais indicados estiveram voltados para as transformações físicas e para a dependência financeira dos adultos. Quanto aos adultos, a pergunta “Para você o que é ser adulto?” revelou que é ter responsabilidade, ter consciência sobre suas escolhas e tomada de decisões. Sobre os aspectos positivos foram relacionados os seguintes itens: maturidade, liberdade, autonomia, independência, entre outros. Os aspectos negativos apontaram: preocupações diversas, responsabilidades, questões voltadas ao mundo do trabalho. Em relação à percepção de idosos sobre a pergunta “Para você o que é ser idoso?” as percepções foram tanto positivas (oportunidade de viver muitos anos) como negativas (ser dependente, declínio da saúde física). Os aspectos positivos foram: aquisição de experiências, sabedoria, família (filhos e netos); os negativos foram: declínio da saúde física (doenças, incapacidades); ser dependente, apresentar incapacidades diversas (relacionadas ao trabalho; ao cansaço físico, às limitações físicas). Os idosos evidenciaram aspectos voltados à solidão, desvalorização e desrespeito. Observaram-se, entre os participantes adolescentes e idosos, percepções diferenciadas sobre a vivência nestas fases da vida, com conotações positivas e negativas para aspectos semelhantes: responsabilidade (adolescentes) e convivência com familiares (idosos). Os resultados demonstraram a relevância da percepção sobre os diferentes ciclos de vida, bem como a necessidade de compreender como as pessoas significam suas vivências, quando relacionadas a atributos positivos e negativos, no sentido de promover melhorias na qualidade de vida e bem-estar para os indivíduos, ao longo de todo o ciclo vital.

Atuações de psicólogas escolares junto a estudantes recém-ingressos na Universidade

Lígia Carvalho Libâneo (UnB); Marina Figueredo Machado (Universidade de Brasília)

O nascimento de uma criança é algo absolutamente novo, que suspende as certezas que temos do mundo, sendo um verdadeiro início. No contexto escolar, essa compreensão nos convida a nos abirmos à experiência do encontro com o outro, nos deixarmos surpreender pela originalidade e capacidade criativa de cada criança. Entendemos a chegada à Universidade como um novo nascimento. Muitas das publicações em psicologia escolar fazem referência à atuação profissional voltada a práticas de acolhimento aos calouros. Essas ações são importantes na medida em que a comunidade acadêmica como subjetividade social, histórica, mutável, dinâmica também é responsável pela constituição do papel de estudante universitário, acolhendo-o em suas singularidades, buscando integrá-lo à cultura institucional e ao mesmo tempo transformando essa cultura a partir deste encontro. Admite-se desafios contemporâneos para a atuação do psicólogo escolar com a diversidade de públicos que frequentam as instituições de educação superior, os mais velhos, os muito novos, as mães, os moradores de bairros periféricos, os que necessitam compartilhar estudo e trabalho, os deficientes, os negros, os indígenas. Aponta-se a necessidade de que o psicólogo esteja aberto à experiência do encontro com esse novo estudante, deixando-se surpreender pelo olhar de encantamento e de estranhamento que apresenta diante da instituição. Acredita-se que o acolhimento dos saberes, histórias, necessidades dos novos estudantes na construção das políticas universitárias favorece o desenvolvimento da autonomia para a vida no contexto universitário e para a vida adulta. Nessa comunicação, propomo-nos a apresentar algumas reflexões que temos tecido sobre nossa atuação junto aos calouros da Universidade de Brasília, buscando superar o paradigma da adaptação, que exige do recém-ingresso a assimilação de normas e regras institucionais para adquirir status de membro. Como contraponto, pensamos a participação de todos os membros da comunidade acadêmica (estudantes veteranos, docentes, coordenadores de curso, gestores, servidores técnico-administrativos, funcionários) na recepção aos calouros e construção de uma cultura institucional de acolhimento. A convivência com os calouros tem nos inspirado, a cada dia, a adotar uma postura de estranhamento diante da instituição e com olhar de estrangeiro questionar práticas e processos institucionais e pedagógicos que geram vivências de violação de direitos, exclusão e discriminação. Essa convivência também tem oportunizado a criação de linhas de fugas para novos modos de viveres e fazeres na universidade que contemplem a diversidade e as singularidades.

Brasileiros na Alemanha: percepções sobre o contexto migratório

Clauber Wellington Pinheiro Torres (centro de referência da assistência social); Maely Holanda Ferreira Ramos (universidade federal do pará); Christoff de Oliveira Kaeppler (Technische Universität Dortmund); Simone Souza da Costa Silva (universidade federal do pará); Fernando Augusto Ramos Pontes (universidade federal do pará)

Desde o início, a humanidade atravessa territórios na busca de melhores condições para sua sobrevivência. Com o desenvolvimento das sociedades, o processo migratório evoluiu motivado por interesses econômicos, sociais, políticos e religiosos (Becker & Borges, 2015a). A migração é um processo de transição ecológica em todos os níveis do desenvolvimento humano que envolve mudança de ambiente, relações sociais, percepções sobre si mesmo e tempo. Ela demanda adaptação ao novo contexto, é gradual e se dá por diferentes etapas que podem ser percebidas como mais ou menos complexas de acordo com a habilidade de cada migrante (Von Muhlen, Dewes & Leite, 2010). Nesta perspectiva, a estrutura conceitual do modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 2011), se apresenta como uma ferramenta que permite compreender o jogo estabelecido entre a pessoa em desenvolvimento (o imigrante) e o contexto (país de destino) durante o processo de transição ecológica (migração).

Este estudo descreveu a percepção de imigrantes brasileiros na Alemanha sobre seu processo de adaptação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de método descritivo e transversal. Participaram 113 brasileiros de várias nacionalidades, de diferentes regiões na Alemanha, através de entrevista via plataforma virtual. A amostragem foi não probabilística por conveniência. Foi utilizado o questionário sociodemográfico, constituído por 10 questões acerca da situação civil, número de filhos, sexo, idade, renda, escolaridade, profissão, tempo de residência e religião e duas questões para identificar a percepção dos imigrantes sobre sua adaptação: “Por favor, indique de 3 a 5 aspectos que facilitaram a sua adaptação na Alemanha” e “Agora me diga de 3 a 5 aspectos que dificultaram a sua adaptação na Alemanha.”. A análise de conteúdo foi adotada utilizando o software Nvivo10, ferramenta para tratamento de dados qualitativos.

Os resultados indicaram que os imigrantes encontraram diversos desafios, mostrando que imigrantes brasileiros destacaram mais os aspectos que dificultaram do que os que facilitaram a adaptação no novo contexto. Entre as dificuldades, o idioma foi o mais citado pelos participantes, entre outros, como a cultura, o clima e a interação com os alemães. Por outro lado, os recursos pessoais foram os principais aspectos facilitadores da adaptação. Novamente, o idioma foi a categoria mais citada para se referir ao recurso pessoal de maior significado na adaptação. Os dados apontaram também que o apoio da família de origem e amigos é visto como facilitador

da adaptação do imigrante. A qualidade da estrutura física, social e cultural oferecida pela Alemanha foi outro aspecto citado como facilitador.

Brincadeira de Família em Contexto de Educação Infantil: Processos de Significação e Cultura de Pares

Renata da Costa Maynard (Universidade Federal de Alagoas); RENATA DA COSTA MAYNART (Universidade Federal de Alagoas); LENIRA HADDAD (Universidade Federal de Alagoas)

Investigar processos de significação e a criação de cultura de pares infantis em brincadeiras de crianças de 5 anos que teve como tema o objeto social “família”, em contexto de educação infantil foi objetivo da pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – PPGE/UFAL (MAYNART, 2017). O estudo se ancora nos referenciais teóricos da psicologia sociointeracionista em consonância com a perspectiva psicoetológica (BRUNER, 2007; WALLON, 2008; CARVALHO, IMPÉRIO-HAMBURGER, PEDROSA, 1996; CARVALHO, PEDROSA, 2002; COELHO, PEDROSA, 2012), em diálogo com a abordagem interpretativa da sociologia da infância, especialmente a perspectiva da reprodução interpretativa de Willian Corsaro (1992; 2002; 2005; 2009, 2011). Foi desenvolvido em um Centro Municipal de Educação Infantil de Maceió, com um grupo de 7 crianças, 3 meninos e 4 meninas, com idade de 5 anos. Partindo-se de uma concepção de criança como agente de criação e transmissão de cultura e do seu próprio desenvolvimento, a brincadeira infantil é aqui defendida como locus constitutivo da cultura de pares: revela fragmentos de significações de objetos sociais e também propicia a construção das próprias significações, tese defendida no estudo. Como proposta metodológica, foram realizadas sessões de observação participante, oficinas de brincadeira de família, estas últimas consistiram no convite às crianças a planejar e brincar de família em um espaço permanente da instituição estruturado para a brincadeira. Tais oficinas, inspiradas em pesquisas desenvolvidas no LabInt (Laboratório de Interação Social Humana - UFPE) e no Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano - (GPEIDH/UFAL. A cada sessão, a pesquisadora perguntou às crianças se/quais objetos elas gostariam que fossem acrescentados para brincar de família. Assim acrescentou, gradativamente, novos objetos, atendendo à solicitação explícita ou sinalizada pelas crianças no intuito de enriquecer as brincadeiras. Todas as oficinas de brincadeira de família foram videogravadas, sendo selecionados episódios que foram transcritos e submetidos à análise microgenética. A investigação possibilitou a geração de um material empírico com detalhes relevantes das relações sociais do grupo e como vão sendo construídas e reveladas. Possibilitou a apreensão de fragmentos de significação das crianças a respeito do objeto social família e como essas significações vão sendo apropriadas pelo grupo de brincadeira. Levando-se em consideração que esse processo ocorre nas condições de produção disponibilizadas pela pesquisadora, conclui-se que a própria brincadeira constrói fragmentos de significações de família ao mesmo tempo em que os fragmentos de significação de família dão suporte à criação da brincadeira.

Brincadeiras de meninos e de meninas em um parquinho escolar

Shiniata Alvaia de Menezes (UFBA); Ilka Dias Bichara (UFBA)

O parquinho da escola é um local de convivência e de brincadeiras, prevalecendo as interações sociais, notadamente a interação criança-criança, a qual é influenciada pela estrutura (tamanho e outras condições físicas, densidade, equipamentos, brinquedos e materiais disponibilizados), planejada ou não, dessa área lúdica. Pesquisa realizada com vinte crianças de grupos de 05 anos em escola pública de uma capital brasileira focou nas brincadeiras espontâneas exibidas durante o recreio no parquinho escolar, improvisado em uma varanda de 64,12m, também utilizado pela escola como palco de reuniões e de celebrações. A pesquisa foi conduzida em duas fases, objetivando-se investigar de que, onde e como as crianças brincavam no parquinho. Os dados foram obtidos a partir de observação de situações cotidianas, utilizando-se registro cursivo focal, em sessões de 5 minutos cada, no mínimo (Fase 1) e de 30 minutos, na Fase 2, durante o recreio. A análise deu-se em duas dimensões: descritiva - criação de tabelas e gráficos; analítica - análise dos registros dos episódios de brincadeiras. O presente resumo refere-se ao recorte das diferenças de gênero registradas no parquinho, extraídas dos dados obtidos na dimensão descritiva. Os resultados obtidos indicaram que as crianças brincaram de 62 modalidades diferentes de brincadeiras, distribuídas em 71 episódios (31 de meninas, 26 entre meninos e 14 em grupos mistos). Confirmou-se uma tendência apontada em outros estudos: meninos preferem brincadeiras que ocupam grandes espaços e com muita movimentação e meninas preferem ocupar espaços mais restritos e organizados. Destacou-se as brincadeiras de contingência física (34) e as brincadeiras simbólicas (32). Percebeu-se estreita relação entre a brincadeira turbulenta (proibida na escola) e a brincadeira simbólica, exemplificada nos temas de faz de conta exibidos pelos meninos - luta, ataque, tiros. Em geral as crianças brincaram mais de forma cooperativa (40 episódios), seguida de brincadeiras solitárias (28). Houve expressivo predomínio de grupos homogêneos de

meninos e de meninas, indicando elevada segregação de gênero. Concluiu-se que, exibindo diferenças quanto ao tipo e local preferido das brincadeiras, e ainda em relação ao modo de interação, ambos, meninos e meninas, ocuparam o parquinho brincando de forma criativa, assegurando o brincar mesmo em situações adversas observadas, tais como restrições variadas, punições, limitações de tempo e de espaço, negociações das brincadeiras com colegas e com adultos, entre outras.

Concepções parentais sobre o que influencia o desenvolvimento infantil

*Gabriela Marcolino Alves Machado; Gabriela Marcolino Alves Machado (Universidade Federal da Paraíba);
Laísy de Lima Nunes (Universidade Federal da Paraíba); Nádia Maria Ribeiro Salomão (Universidade
Federal da Paraíba)*

Uma das inclinações mais marcantes na psicologia do desenvolvimento e social é a ênfase cada vez mais cognitiva em estudos de interação social, os quais tentam explicar o que os pais pensam sobre os seus filhos, como eles explicam o comportamento das crianças e como eles justificam seu próprio comportamento (Miguel, Valentim & Carugati, 2009). Os conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil, que os pais empregam diariamente, têm um papel fundamental no sistema de crenças parentais, e, desta forma, influenciam significativamente a interação entre pais e filhos. Esses conhecimentos envolvem crenças sobre os períodos mais prováveis para aquisição de habilidades, os tipos de cuidados, de higiene e segurança importantes para a saúde das crianças e também os fatores que podem influenciar o desenvolvimento infantil (Silva, 2008; Souza, Machado, Nunes & Braz-Aquino 2014). Diante disso, objetiva-se investigar as concepções parentais sobre o que influencia o desenvolvimento no primeiro ano de vida do bebê. Por meio de uma pesquisa de campo com delineamento transversal, o estudo foi realizado com 20 casais de pais, com bebês com idades de 3, 6, 9 e 12 meses, as mães tinham entre 23 e 39 anos (DP: 4,47) e os pais tinham entre 23 e 38 anos (DP: 4,15). A maioria dos participantes possuía ensino superior completo ou incompleto (92,5%). Todos eram moradores da cidade de João Pessoa (PB) e região metropolitana. Os participantes responderam um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, todos os procedimentos éticos foram atendidos. As entrevistas foram transcritas literalmente, e para a análise dos dados foi realizada uma análise qualitativa de conteúdo (Bardin, 1977/2004). Aos participantes foi perguntado quais fatores influenciam no desenvolvimento infantil. Os resultados indicaram que a maioria (75%) das mães e 35% dos pais, consideram a interação adulto-bebê como um dos fatores que influenciam o desenvolvimento infantil. Outros fatores que obtiveram maior frequência nas falas tanto de pais quanto de mães foram: o ambiente familiar em que a criança está inserida, aparecendo em 70% das falas dos participantes. Em seguida foram destacados os aspectos emocionais presentes em 57,5% das falas maternas e paternas. Esses dados serão discutidos destacando a importância das concepções parentais e sua influência nas interações iniciais, considerando o nível socioeducacional dos participantes e as questões atuais referentes à parentalidade.

Contribuição dos Novos Estudos Sociais da Infância para a Compreensão dos Processos de Socialização e de Desenvolvimento

Riva Resnick (PPGECI - Fundaj/UFRPE); Patrícia Maria Uchôa Simões (Fundaj)

A temática da socialização humana, sendo essencialmente transdisciplinar e complexa, não pode mais ser pensada na perspectiva do desenvolvimento humano linear, descontextualizado e fragmentado em etapas. De acordo com os novos estudos sociais da infância, a criança produz significados e cria culturas, modificando o meio em que está inserida, ao mesmo tempo em que se desenvolve. Numa abordagem dialética, a socialização passa a ser estudada como um constante processo de transformações individuais e da sociedade. As concepções de criança protagonista como ator social possibilita uma quebra dos paradigmas clássicos, onde a criança é tratada como objeto passivo na socialização. Este estudo apresenta uma reflexão sobre a contribuição dos novos estudos sociais da infância para a compreensão dos processos de socialização e de desenvolvimento. A perspectiva em questão rompe com as concepções adultocêntricas onde a criança é tratada como objeto passivo na socialização. A socialização é compreendida como um processo que se dá no coletivo, onde a criança incorpora sua experiência nas culturas infantis que, por seu turno, influenciam na cultura da sociedade. Em contraposição à concepção da socialização como um processo de internalização da ordem social adulta, o conceito de reprodução interpretativa ressignifica a concepção de socialização, como expressão da capacidade criativa da criança, em sua experiência de coletividade, mediada por sistemas simbólicos. Aliado a essa ideia, o conceito de mimese, componente constitutivo das relações culturais, permite que a criança estabeleça um diálogo com as subjetividades do meio social onde está imersa. Assim, na socialização infantil, a mimese é mediadora de processos de apoderamento daquilo que é expressão do adulto no cotidiano. Ademais, a mediação da mimese não se limita a reprodução dos elementos sociais, mas permite a transformação da cultura pelas crianças que integram os elementos da sociedade

adulta, gerando sentidos próprios que são agregados a cultura do seu meio. Desta forma, defende-se que a reprodução interpretativa e a mimese se aproximam conceitualmente oferecendo um suporte para se conceber a socialização infantil como uma construção social partindo das ações das próprias crianças.

Descrições paternas sobre o desenvolvimento infantil: um estudo longitudinal

Laísy de Lima Nunes; Gabriela Marcolino Alves Machado (UFPB); Nadia Maria Ribeiro Salomão (UFPB)

O desenvolvimento infantil é o processo de formação da criança que ocorre pela construção de novas habilidades e formações que não estão presentes de forma pronta nas fases iniciais. Ele é marcado pelo entrelaçamento de aspectos naturais e culturais, particularmente as interações sociais. Essas interações são influenciadas, direta ou indiretamente, pelo modo como os pais compreendem o desenvolvimento infantil (Vieira et al., 2010; Valsiner, 2012). Apesar de as pesquisas sobre interações e concepções maternas serem mais frequentes, pontua-se o papel do pai ao longo do desenvolvimento e a necessidade da participação paterna em estudos da área (Fantinato & Cia, 2015; Polli, Gabriel, Piccinini, & Lopes, 2016). Diante disso, objetivou-se conhecer e discutir as descrições apresentadas pelos pais sobre o desenvolvimento global dos seus filhos aos 3, 6, 9 e 12 meses. Participaram 20 pais, entre 23 e 35 anos de idade, a maioria tinha o ensino superior completo. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, todos os procedimentos éticos foram atendidos. As entrevistas foram transcritas literalmente e analisadas de acordo com a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2002). Foi solicitado aos participantes que descrevessem o desenvolvimento dos seus filhos em cada etapa da pesquisa. As respostas foram organizadas de acordo com os domínios específicos do desenvolvimento. Os resultados indicaram que os participantes percebem os bebês aos 3 meses como passando de um estado de passividade para maior atividade. Sobre o domínio motor, eles destacaram aquisições que proporcionaram maior interação do bebê com o meio, marcada por comportamentos de manipulação e exploração dos objetos e do ambiente. Tais comportamentos infantis tendem a aumentar o engajamento paterno e a facilitar a construção do vínculo pai-bebê (Castoldi et al., 2014; Polli et al., 2016). Na dimensão sociocomunicativa, a emissão de sons, o sorriso, os gestos e o choro foram mencionados na maioria das etapas da pesquisa. Nos discursos, o sorriso e o choro foram, progressivamente, substituídos por comportamentos mais sofisticados como as vocalizações e os gestos, cada vez mais dotados de intenção (Tomasello, 2003). Sobre o domínio cognitivo, os participantes relataram a habilidade dos bebês de compreender melhor os contextos nos quais estão inseridos. Sobre o domínio socioemocional destaca-se a satisfação demonstrada pelos pais ao perceberem que os bebês também expressam apego a figura paterna. Considera-se que essa pesquisa apresenta contribuições relevantes à área da psicologia do desenvolvimento, especialmente ao estudo das concepções paternas.

Desenvolvimento adulto e alienação: reflexões sobre o suposto não desenvolvimento na vida adulta

*Cândida Beatriz Alves (Instituto Federal de Brasília); Cândida Beatriz Alves (Universidade de Brasília);
Regina Lúcia Sucupira Pedroza (Universidade de Brasília)*

É possível dizer que a Psicologia do Desenvolvimento surgiu com um interesse em estudar aqueles aspectos do desenvolvimento humano que seriam universalizáveis. Por isso o estudo sobretudo da infância e da adolescência, associados à maturação. A concepção de desenvolvimento humano que por muito tempo vigorou – e que ainda hoje é prevalente no senso comum – é a que assemelha as transformações no ciclo vital com uma plataforma, em que há evolução na infância e adolescência, estagnação na fase adulta e declínio na velhice. Neste trabalho teórico, nosso objetivo é compreender, à luz da teoria da alienação de Marx, por que a vida adulta é tida como um momento de não desenvolvimento. De acordo com a etimologia da palavra alienação, esta se refere a tornar algo alheio, estranho ao ser humano. O conceito de alienação em Marx se assenta sobre a ideia de que a capacidade de agir sobre a natureza, transformando-a, a fim de atingir um objetivo, é o que caracteriza o ser humano enquanto tal, distinguindo-o de outros animais. É o que o ser humano tem de mais próprio e o define enquanto espécie. A atividade produtiva age como mediadora na relação entre ser humano e natureza, permitindo ao sujeito conduzir um modo humano de existência. Ao estabelecer uma distância entre sujeito e objeto, o trabalho se mostra como a próprio fonte da consciência. O trabalho é o que há de mais próprio ao ser humano e é nesse sentido que Marx utiliza a palavra essência. A alienação surge então quando o ser humano não se reconhece no produto do seu trabalho, esse lhe é tornado estranho. É isso que acontece no modo de produção capitalista, em que o trabalhador não trabalha para usufruto próprio e tampouco é responsável pela produção do início ao fim. A alienação, diz respeito, por um lado, ao estranhamento do ser humano com relação à natureza e a si mesmo e, por outro, a esse mesmo processo na relação ser humano-humanidade e ser humano-ser humano. E de que forma isso se relaciona com o desenvolvimento? É na fase adulta, tipicamente, que se consolida a inserção no mercado de trabalho, controlado pelos princípios do sistema capitalista. Assim, o sujeito se vê imerso na alienação do

trabalho, o que leva a uma estagnação do potencial criativo e de transformação próprios do desenvolvimento humano.

Desenvolvimento infantil em contexto não urbano: um estudo das concepções maternas

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF); Dalila Castelliano de Vasconcelos (Universidade Federal da Paraíba); Nádia Maria Ribeiro Salomão (Universidade Federal da Paraíba)

De acordo com autores da perspectiva ecocultural do desenvolvimento humano (Harkness, & Super, 2013), o ambiente em que vivem as crianças não é uma aglomeração aleatória de costumes, valores, crenças e interações. Todos esses processos são regulados dinamicamente pela cultura e pelo contexto do indivíduo, assim como pela cultura maior. Desse modo, a educação dos filhos relaciona-se às crenças, concepções e expectativas que os pais cultivam em relação ao seu futuro, às necessidades reais de vida e aos valores culturais da comunidade em que se inserem. Neste estudo, ressaltamos a importância da construção dos processos de desenvolvimento infantil no contexto ecocultural não urbano, especialmente os microambientes onde a criança estabelece interações face a face, como a família. Como principais cuidadores da criança nos primeiros anos de vida, os pais, principalmente a figura materna, desempenham um importante papel na organização do contexto da experiência dela, por meio de suas crenças e comportamentos. Nesse estudo, buscou-se analisar as concepções maternas acerca do desenvolvimento de seus filhos, residentes em contextos não urbanos. A importância dessa pesquisa reside na compreensão de que o estudo das concepções maternas acerca do desenvolvimento infantil ajuda a compreender as práticas de cuidado e demais interações sociais entre mães e filhos, aspectos pouco estudados em contexto não urbano do interior do nordeste. Para tanto, participaram trinta mães de um contexto não urbano do interior de Pernambuco, com idade entre 17 e 49 anos, com filhos na faixa etária entre 06 e 36 meses e renda média familiar em torno de um salário mínimo, correspondente ao ano de 2013, período em que foi realizada a pesquisa. Como instrumento, foram utilizados um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado. As respostas da entrevista foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo temática (Bardin, 2010). Os resultados mostraram a predominância de uma percepção positiva das mães em relação ao desenvolvimento de seus filhos no que se refere ao aspecto cognitivo, físico-motor e linguístico das crianças. Mostraram, ainda, que as mães consideram como fatores prioritários para o bom desenvolvimento infantil, os cuidados com a saúde, as relações afetivas, a educação e os processos de socialização na infância. A discussão desses resultados baseia-se nas características físicas e socioculturais do contexto não urbano estudado e nos estudos da perspectiva ecocultural do desenvolvimento humano (Bornstein, 2013; Super & Harkness, 2002; Rogoff, 2015).

Escala de Projetos de Vida para Adolescentes (EPVA): Grupos focais para verificação da adequação dos itens para a faixa etária selecionada

Bruna Caroline Pereira; Jessica Particelli Gobbo (Pontifícia Universidade Católica de Campinas); Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

A Escala de Projetos de Vida para Adolescentes (EPVA) visa avaliar os projetos de vida de adolescentes e é composta por sete dimensões: (a) Relacionamentos Afetivos, (b) Estudo, (c) Trabalho, (d) Aspirações Positivas, (e) Bens Materiais, (f) Religião/Espiritualidade e (g) Sentido da Vida. Para fins da construção da escala, foram desenvolvidos três estudos. Neste trabalho, apresentam-se os resultados do terceiro estudo, cujo objetivo foi verificar a adequação dos itens para a faixa etária selecionada. Participaram 18 estudantes matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio de uma escola estadual de uma cidade do interior de São Paulo. As idades variaram entre 14 a 17 anos, sendo 13 participantes do gênero feminino. Utilizou-se a segunda versão da EPVA, composta por 91 itens. Para fins da realização dos grupos focais, organizou-se uma apresentação no PowerPoint contendo a instrução para responder a EPVA e todos os itens que a compõem. Foi solicitado aos participantes de cada grupo para que dissessem o que entenderam e sugerissem, caso necessário, melhorias para cada item. Inicialmente, realizaram-se quatro grupos focais separados quanto à idade (14, 15, 16 e 17 anos). As sugestões dadas pelos adolescentes para a melhoria dos itens foram implementadas e, após a reformulação da EPVA, realizou-se um quinto grupo focal composto por 11 dos 18 adolescentes que haviam participado dos grupos anteriores, com idades variadas. Somente os itens reformulados (22 itens) foram apresentados para esse grupo. Os resultados indicaram que os adolescentes mais novos (14 anos) tiveram mais dificuldades quanto à compreensão dos itens e os adolescentes mais velhos mostraram mais facilidade para compreendê-los. A partir desse estudo, 21 itens foram reformulados, cinco itens foram excluídos e um item foi transformado em dois para melhor compreensão dos adolescentes. Assim, a EPVA passou a ter 86 itens. Pode-se dizer que o contato direto com adolescentes foi fundamental para propiciar melhorias importantes na EPVA e que a escala encontra-se adequada para a linguagem adolescente.

Expectativas e Idealização de Adolescentes para Alcançar a Autonomia Comportamental

Moisés Fernandes de Araújo Silva; Cleonice Pereira dos Santos Camino (UFPB)

Vários estudos dedicaram-se a avaliar a autonomia comportamental em termos das expectativas de idade que os adolescentes tinham de alcançar a autonomia para a realização de diversas atividades, contudo, esses estudos não consideraram a idade que os adolescentes julgavam ser ideal ou correto. Nesta perspectiva, objetivou-se verificar se existiam diferenças entre as expectativas de idade e o julgamento da idade ideal para alcançar a autonomia comportamental de adolescentes em função das variáveis Idade, Gênero e Tipo de escola. Participaram do estudo 245 estudantes de escolas públicas e privadas, com idades variando entre 13 e 18 anos, que responderam à Escala de Expectativas de Idade para Autonomia Comportamental - EEIAC - e à Escala de Julgamento da Idade Ideal para Autonomia Comportamental – EJIIAC, bem como a questões sociodemográficas. Esses instrumentos apresentam igualmente uma estrutura bifatorial, em que o primeiro se refere a relacionamentos amorosos e o segundo fator se refere a prerrogativas pessoais. Utilizando o software IBM SPSS (versão 22), foram realizados teste t e MANOVA com as médias dos fatores das duas escalas. As análises permitiram verificar que: (1) os adolescentes julgavam que a idade ideal para alcançar a autonomia comportamental era superior à idade que eles esperavam poder alcançar essa autonomia; (2) as expectativas de idade e o julgamento da idade ideal para autonomia comportamental referente a relacionamentos amorosos foram mais tardios do que em relação a questões de ordem pessoal. As análises da influência das variáveis sociodemográficas permitiram verificar que: (1) as adolescentes, em relação aos comportamentos amorosos, não só esperavam, como julgavam ser ideal alcançar a autonomia comportamental mais tardiamente do que os adolescentes esperavam e julgavam; (2) em relação às prerrogativas pessoais, as adolescentes esperavam alcançar a autonomia mais cedo do que os adolescentes; (3) os adolescentes de escolas privadas mostraram não apenas que esperavam mais precocemente, mas que também julgavam ser ideal alcançar a autonomia comportamental para questões pessoais mais cedo do que os de escolas públicas, e estes, por sua vez, julgavam ser ideal alcançar a autonomia para comportamentos referentes a relacionamentos amorosos mais tardiamente; (4) os estudantes no início e no meio da adolescência não só esperavam, como também julgavam ser ideal alcançar a autonomia mais cedo para questões pessoais do que os estudantes no final da adolescência. Sugere-se que investigações futuras busquem entender se o julgamento da idade ideal seria uma variável mediadora entre as expectativas de pais e filhos.

Expressões emocionais de bebês e práticas de cuidado e educação em diferentes contextos de desenvolvimento

Ludmilla Dell'Isola Pelegrini de Melo Ferreira (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP); Kátia de Souza Amorim (FFCLRP-USP)

O bebê comunica-se, especialmente, por meio das expressões emocionais, enquanto os adultos realizam diversas ações ao interagirem com a criança. Essas ações são constituídas através da articulação de diversos elementos – cultura, contexto, relações, história de vida, características pessoais –, que compõem uma rede complexa de sentidos e significados. Na revisão sistemática da literatura sobre como é investigado e apreendido o entrelaçamento das expressões emocionais dos bebês às ações de cuidado/educação dos adultos, certas lacunas foram evidenciadas. Uma delas é que os contextos e participantes dos estudos estão focados fundamentalmente no ambiente familiar e em instituições de educação coletiva, como a creche; outro aspecto é que basicamente a mãe e, algumas vezes, a educadora são sujeitos focais. De forma geral, não se investiga, portanto, essa mútua constituição em contextos diversos, como instituições de acolhimento e família acolhedora. Neste sentido, este trabalho propõe investigar como as práticas de cuidado/educação realizadas pelos adultos estão entrelaçadas às expressões emocionais dos bebês, considerando o dialogismo das interações, em diferentes contextos (família biológica, família acolhedora, instituição de acolhimento e creche). Estão sendo conduzidos qualitativamente quatro estudos de caso, cujo material empírico (videografações) pertence ao Banco de Dados do CINDEDI. Selecionou-se um bebê de cada contexto, tendo como critério de inclusão aquele que tivesse idade entre quatro e oito meses de vida. Para a construção do corpus empírico, realizou-se a seleção e descrição de um episódio de cada bebê (aos quatro meses). Este material foi analisado microgeneticamente, buscando apreender como as ações dos parceiros de interação articulam-se às expressões emocionais do bebê. A emergência do choro, por exemplo, esteve mais vinculada aos momentos que os bebês estiveram sozinhos, enquanto o sorriso esteve circunscrito às situações de interação com o adulto. Nos contextos familiares (família biológica e acolhedora), observou-se que o adulto manteve interações mais duradouras com o bebê, estimulando e brincando com a criança. Nos contextos institucionais (creche e acolhimento), o bebê esteve por mais tempo no berço/colchão, sendo atendidos somente nos momentos de choro. Em todos os contextos evidenciou-se preocupação em observar e atender as demandas do bebê, especialmente àquelas relacionadas ao choro. Por meio dessa análise, identificou-se que as

manifestações emocionais dos bebês emergem tanto em função da organização e funcionamento do contexto quanto das interações que os adultos estabelecem com elas, explicitando a complexidade e dialogicidade dos diferentes contextos e interações investigados, os quais circunscrevem as possibilidades de desenvolvimento socioemocional dos bebês.

Expressões emocionais de bebês e práticas de cuidado e educação: entrelaçamentos possíveis na literatura

Ludmilla Dell'Isola Pelegrini de Melo Ferreira (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP); Kátia de Souza Amorim (FFCLRP-USP)

Os bebês humanos nascem com um aparato biológico capaz de atrair a atenção e o cuidado dos adultos, que, por sua vez, constroem e compartilham práticas de cuidado e educação que possibilitam a sobrevivência, a constituição cultural e a subjetividade das crianças. Partindo deste ponto, buscou-se identificar e analisar, através de revisão sistemática da literatura, como se apresenta o entrelaçamento entre as expressões emocionais do bebê e as práticas de cuidado/educação dos adultos. Tendo como base de dados a BVS e a PsycINFO, realizou-se buscas integradas com as palavras-chave: emoção and bebê and cuidado ou educação (português e inglês), considerando o período de 2010 a 2017. Os trabalhos completos selecionados foram analisados e categorizados quanto: 1) ao tipo de publicação, procedimentos e delineamentos metodológicos; 2) aos contextos e participantes focais das pesquisas; 3) às temáticas abordadas. Os resultados apontam que existe estreita relação entre as expressões emocionais de bebês e as práticas de cuidado/educação dos adultos. De diferentes formas, as pesquisas mostram que as manifestações dos bebês são reguladas e transformadas pelas ações e práticas dos adultos, em seus contextos e relações específicas. Os estudos empíricos são construídos a partir de diferentes aportes teóricos e delineamentos metodológicos, mas certas lacunas são evidenciadas, como a limitação dos contextos e participantes estudados, já que as pesquisas estão concentradas no ambiente familiar, tendo a mãe como principal sujeito focal. Observou-se também a ausência de pesquisas que investiguem as práticas mais concretamente realizadas, uma vez que os estudos consideram basicamente o que se diz sobre as práticas, não contemplando como elas são constituídas cotidianamente na relação com o bebê. Ainda que existam tais lacunas, as quais devem ser preenchidas com estudos futuros, o conjunto de artigos analisados nesta revisão oferece complexo aporte teórico sobre a correlação entre as manifestações emocionais dos bebês e as práticas de cuidado/educação, destacando a emoção no primeiro ano de vida e as ações dos adultos na interação com bebê como aspectos elementares ao desenvolvimento socioemocional na infância.

Guarda compartilhada de crianças e adolescentes: impactos nas famílias e em suas relações com a escola

Gleicimar Gonçalves Cunha (Universidade Católica de Brasília); Andrea Dias Garzesi Sousa Sobrinho (UCB); Maria Aparecida Penso (UCB); Maria Eveline Cascardo Ramos (UCB); Alexandre Cavalcanti Galvão (UCB); Ana Tereza Reis Barbosa (UCB); Alana Maria Jorge Avelino (UCB)

A guarda compartilhada de crianças e adolescentes após a separação conjugal, tema abordado nesta pesquisa, foi definida na Lei 13.058 de 22 de dezembro de 2014. Ela determina que “o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e o pai, sempre tendo em vista os interesses dos filhos”. Mãe e pai detêm, ambos, o poder familiar e a tomada de decisões, independentemente do tempo que os filhos passem com cada um deles. O crescente número de famílias nesta situação; o impacto que essas novas configurações familiares exercem sobre os processos de desenvolvimento dos sujeitos diretamente envolvidos e a carência de pesquisas e de revisões de literatura sobre esse assunto justificaram esta pesquisa, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF) e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UCB - protocolo: 1.325.119/2015). Buscou-se avaliar o impacto da guarda compartilhada na família e na relação desta com a escola. Para composição do grupo de participantes, adotou-se a técnica não probabilística - snowball – de cadeia-de-informantes (PENROD, et al 2003). Desse processo, compôs-se uma amostra de 22 famílias. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com pais, mães e filhos. As transcrições destas foram analisadas conforme sugere Turato (2003), segundo suas zonas de sentido, visando a construção de categorias. Desta análise, no eixo relação família-escola, foram propostas 6 categorias no que diz respeito ao acompanhamento por parte dos pais da vida escolar de seus filhos: acompanhamento pedagógico, comunicação, atividades extraclasse, acompanhamento de atividades extraclasse, cuidados gerais relativos à escola, condução do filho à escola. Segundo os entrevistados, quando existe um processo de comunicação bem estabelecido entre pai e mãe, ambos participam da vida escolar dos filhos em situação de guarda compartilhada. Quando não, a relação família-escola fica sob a responsabilidade da mãe, que se encarrega de conduzir os filhos até a escola, preparar lanche para merenda, zelar pelo uniforme, acompanhar as tarefas de casa, participar de reuniões pedagógicas, escolher e levar

os filhos em atividades extraclasse. Esses resultados indicam que o instituto da guarda compartilhada, embora tenha um caráter pedagógico, na medida em que sugere revisão do modelo patriarcal de educação dos filhos, segundo o qual o pai é o provedor e a mãe, a cuidadora, ainda não alcançou seu propósito de colaborar com a revisão dessas tarefas, posto que a mãe permanece mais engajada nos cuidados diários junto aos filhos que os pais.

Importância das brincadeiras espontâneas no cotidiano das crianças: percepções de adultos e crianças sobre o desenvolvimento

Paula Sanders Pereira Pinto (Universidade Salvador – UNIFACS);

Estudos indicam a importância do brincar para o desenvolvimento, se expressando de maneira distinta a depender da faixa-etária, cultura, gênero e contexto da criança. Trata-se de um comportamento que evolutivamente permaneceu no repertório de diferentes espécies. O meio ambiente e as interações sociais atuam como importantes estimuladores, quando permitem um brincar espontâneo e criativo. Observa-se que atualmente há muita preocupação dos adultos em dirigir brincadeiras ou ocupar crianças com diferentes atividades de cunho pedagógico durante períodos que antes eram destinados ao brincar espontâneo, como o turno oposto à escola ou durante os intervalos escolares, dificultando o fluxo natural do aprendizado através do brincar. Este estudo teve por objetivo investigar como crianças e adultos percebem a importância do brincar espontâneo para o desenvolvimento. Foi feito um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, em um condomínio fechado, um Parque Municipal e uma escola da rede particular. Foram entrevistadas 13 crianças, 12 pais, 5 babás e 4 professores. O projeto foi aprovado por um Comitê de Ética direcionado pela Plataforma Brasil. Houve uma percepção positiva da importância do brincar espontâneo para o desenvolvimento, entretanto, poucos horários eram disponibilizados para este fim. Nas áreas de lazer do condomínio fechado foram encontradas mais crianças até seis anos de idade, as mais velhas estavam ocupadas com atividades extra escola ou jogos eletrônicos em casa. A frequência ao Parque público se resumia a poucos finais de semana, onde brincavam espontaneamente, porém sob supervisão dos pais. Na escola identificou-se que o tempo para intervalo reduzia conforme aumentava a série da criança. Em todos os contextos as mais novas eram mais estimuladas a brincadeiras dirigidas e havia maior preocupação com a segurança durante o brincar. As crianças achavam as brincadeiras espontâneas importantes para o seu desenvolvimento por serem criativas e divertidas, se incomodavam com as interferências dos adultos, porém, consideravam adequadas por motivo de segurança ou quando proporcionavam interação com os pais. A maior parte dos adultos valorizava brincadeiras espontâneas, ressaltando a criatividade, as interações sociais e a autonomia, porém algumas vezes achavam importante direcionar brincadeiras para que as crianças aprendessem novos repertórios ou formas antigas de brincar. Torna-se muito importante investigar este tema para conscientizar os adultos de que precisam proporcionar espaços e tempo para que as brincadeiras espontâneas ocorram, já que essas geram desenvolvimento e são prazerosas para crianças. Quando intervirem, que seja de uma maneira participativa, incentivando o brincar criativo e a geração de significados e cultura.

Investigações participativas com crianças: uso de maquetes e entrevistas em pesquisas sobre o brincar

Paula Sanders Pereira Pinto (Universidade Salvador – UNIFACS); Ilka Dias Bichara (Universidade Federal da Bahia)

Na contemporaneidade têm surgido novas perspectivas metodológicas que consideram crianças como atores sociais, com voz e ação e que trabalham em parceria com os adultos no processo de investigação dos fenômenos da infância. As investigações participativas são um tipo de procedimento metodológico onde crianças e adultos são parceiros no processo de investigação e há um equilíbrio de autonomia, cooperação e hierarquia, com um compartilhamento das responsabilidades de tomada de decisão. É possível entender com esta estratégia metodológica o que as crianças pensam, suas representações sociais e significados, tratando-as como um grupo social com direitos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente é direito das crianças influenciar nas decisões sobre a sua cidade, expressar suas opiniões sobre o que querem e precisam e de terem acesso aos espaços públicos, marcando sua cidadania. Sendo o brincar um fenômeno típico da infância, torna-se fundamental ser estudado a partir do ponto de vista da própria criança. O presente estudo teve como objetivo escutar crianças que brincam juntas, compreender como percebem espaços públicos onde brincam e como elaboram uma proposta coletiva de melhoria para os mesmos, através de entrevistas coletivas e maquetes. Trata-se de um estudo qualitativo, participativo e analítico, realizado com quatro crianças, de oito a onze anos, ambos os sexos, moradoras de um bairro popular de Salvador-BA. Os dados foram analisados pelos pesquisadores e crianças. O estudo foi aprovado por um Comitê de Ética direcionado pela Plataforma Brasil. As crianças demonstraram possuir uma capacidade argumentativa ao falar sobre questões da infância como o brincar e os espaços públicos

onde brincam. Era na rua, em frente às suas casas, que as mesmas conseguiam se reunir e se apropriar dos espaços públicos para as brincadeiras, apesar de apontarem diferentes incômodos, como o excesso de carros estacionados nas calçadas, presença de lixo, som alto e insegurança. Foi sugerida a construção de um parquinho infantil e um campo de futebol na rua, além da colocação de um coletor de lixo e melhor colocação dos carros. Este estudo deixa claro o quanto as crianças são capazes de realizar uma nova interpretação dos temas que perpassam o seu cotidiano e contextos lúdicos. Durante toda a pesquisa notou-se que as mesmas tiveram muito o que dizer, com interesse em serem ouvidas. A utilização de entrevistas e maquetes auxiliou na expressão das crianças. Este procedimento marca seu pertencimento à cultura, respeitando diferentes vivências e maneiras de subjetivação.

Multimétodos na produção de significados intergeracional de homens sobre o planejamento familiar.

Júlio César dos Santos (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

O resumo é integrante da mesa "Narrativas dialógicas: princípios de dinâmica intersubjetiva em interpretações de si em transição." Na busca por um método qualitativo para o estudo da produção de sentidos intergeracionais em comunidades rurais, elegi a narrativa por possibilitar expressões do si mesmo, baseadas em memórias pessoais e lembranças que perfazem as interpretações de si. Os processos de negociação surgem na narrativa com resultados em partilhas sociais de conhecimentos no contexto: negociação entre a experiência e a marca da história no curso de vida. O método teve por objetivo analisar a produção de sentidos individual e intergeracional de homens com relação ao planejamento familiar. Supomos que enfocar dinâmicas de construção de explicações de si nas narrativas masculinas possibilitaria identificar mudanças de posicionamentos, relacionando crenças e valores dos antepassados sobre o planejamento familiar às gerações seguintes, e que nas novas gerações haveria marcas das políticas públicas. Optamos por uma metodologia qualitativa, com a participação de nove homens, de três gerações, de três famílias da cidade de Santo Antônio de Jesus, Bahia. Realizamos a construção de dados na casa dos participantes, em dois momentos, com os seguintes procedimentos: (a) uma entrevista de história de vida; (b) uma entrevista episódica seguida por uma semiestruturada mediada por fotografias/objetos trazidos pelos participantes que lembrassem filhos, pais e avós. As entrevistas foram submetidas à análise dialógica e de pragmática discursiva. Devido à complexidade do trabalho de campo e a fim de manter o foco na produção de significados do narrador, nos preparamos com a produção de cenários possíveis de interlocução que denominamos árvores de decisão, escrevendo alguns roteiros em que anotamos possíveis trajetórias de responsividade e como poderíamos manter as narrativas fluindo, fazendo perguntas, retomando eventos. Segue os critérios da narrativa: a) combine narrativas de acontecimentos concretos com perguntas mais gerais para respostas mais amplas: definições, argumentações de relevância contextual; b) mencione situações concretas em que se supõe que o participante possui determinadas experiências; c) permita que o participante selecione episódios que quer contar e a forma de apresentação que quer dar; d) a construção da entrevista guie-se por diferentes fontes: a experiência do pesquisador, dimensões teóricas da área, de resultados de outros estudos, da análise preparatória com aspectos relevantes com explicações sobre o teor das perguntas ao participante para familiarizá-lo com a prática: "Nesta entrevista eu lhe pedirei várias vezes que conte situações em que você teve experiência como filho, pai e avô"

Narrativas dialógicas: princípios de dinâmica intersubjetiva em interpretações de si em transição

Suzi Brum de Oliveira (PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE)

ESTE RESUMO É PARTE DA PROPOSTA DE MESA ENVIADA POR SILVIANE BARBATO "NARRATIVAS DIALÓGICAS: PRINCÍPIOS DE DINÂMICA INTERSUBJETIVA EM INTERPRETAÇÕES DE SI EM TRANSIÇÃO. RESUMO: As pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa Pensamento e Cultura e minha trajetória de pesquisadora do mestrado ao meu doutoramento se traduzem em interesse na produção científica sobre a experiência humana narrada. Orientados pelo esforço de construção metodológica sobre a narrativa de eventos de rupturas biográficas no estudo do desenvolvimento humano diante os desafios que a contemporaneidade impõe. Enquanto estudiosos de humanidades nos interrogamos sobre o fazer pesquisa qualitativa enquanto problema metodológico e ético, visto que o fazer-se humano situa como lócus de negociação e produção de significado o espaço intersubjetivo em seu caráter dialógico. As dinâmicas da intersubjetividade posicionam os sujeitos da relação em contextos de negociação de significados pessoais e culturais, novelas polifônicas, em que autor-personagem, e, mesmo, o pesquisador-participante, constroem realidades e sentidos em diferentes temporalidades: o global e o local. Falamos do sujeito autoral que pela via da autoreflexão e agencialidade, no contexto das interações, negocia entre permanências e mudanças, para atualizar novas formas de ação e comunicação. Abandonamos, pois os critérios de quantificação, medição e definição para

tratarmos da condição humana em sentido ético-estético-político. Que não sendo indiferente ao outro é por se evocar como não-finalizado e ser de definições moveis que humaniza a si e o outro. Das dinâmicas da intersubjetividade histórias geram histórias, uma evoca a outra, de um interlocutor que se põe a falar para uma audiência com sua presença/ausência. Cada voz é cheia de tantas outras vozes, insiste, resiste e contesta porque se faz no/pelo diálogo. Nosso interesse de pesquisa sobre a movimentação humana, nos espaços urbanos, destaca a capacidade do sujeito explorar territórios/espaços como condição de constituição do self e dinâmicas de produção de identidade. Indagamos: qual a produção de significação sobre o estar/permanecer na rua do adolescente morador de um bairro pobre e sua influência na constituição da identidade? Que jovens e como os jovens estão redimensionando o espaço e se produzindo num espaço-tempo esquadrihado com diferentes interesses em seus deslocamentos. Aproximamo-nos assim da arte desenhada pelos corpos e histórias adolescentes que preenchem as ruas de vida, partindo do pressuposto que desenvolver políticas públicas é necessário ouvir aqueles a quem se destinam.

O conceito de vivência na pesquisa com cuidadores residentes em instituições de acolhimento

Blenda Carine Dantas de Medeiros (Unesp- Assis); João Batista Martins (Unesp- Assis)

O processo de desenvolvimento ocorre por todo o ciclo de vida dos seres humanos, transformação marcada por influências que vão desde as características de espécie, da cultura, do momento histórico em que se vive, do grupo social ao qual pertence, até as características próprias de cada indivíduo, de modo tal que não há duas pessoas com desenvolvimento psicológico idêntico (Palacios, 1995).

Segundo Oliveira (2004), esse conjunto de fatores que influencia o desenvolvimento resulta, para a abordagem histórico-cultural, da interação de quatro planos genéticos: filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese. Desse modo, quando em situação de pesquisas, devemos estar atentos ao percurso histórico dos sujeitos investigados, contextualizando-os nas relações em que estão envolvidos.

Considerar os diversos aspectos que influenciam o desenvolvimento dos sujeitos nos leva a resgatar o conceito de vivência (tradução livre da palavra russa *perezhivanie*) proposto por Vygotsky (Vygotski, 1996), para compreender o caráter dialético da relação entre a personalidade do sujeito com o meio.

As vivências se caracterizam pela implicação no próprio fato de existir do sujeito, e especificamente dos processos psicológicos a ela articulados (Toassa, 2009; Blunden, 2016). Assim, Vygotsky (2010) explica que “não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas, sim, o elemento interpretado pela vivência da criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro” (p. 684).

Acerca desses aspectos, Kozulin (2016) aponta a vivência enquanto unidade dinâmica da consciência, à medida que constitui a totalidade do subjetivo com o objetivo, abarcando experiências pessoais, sentimentos e o ambiente.

Tendo em vista as considerações anteriores, este trabalho, que é parte de uma pesquisa de doutorado apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo nº 2016/09622-2), objetiva estudar a vivência do trabalho de cuidadoras residentes que atuam em instituições de acolhimento na modalidade casa-lar, enfatizando o caráter histórico e explicativo-relacional proposto pela perspectiva vygotskiana, que compreende os fenômenos a partir das e pelas relações em que dialeticamente eles se constituem, considerando-se os aspectos sociais, históricos e culturais intrinsecamente relacionados para constituição do sujeito e suas relações (Zanella, Reis, Titon, Urnau, & Dassoler, 2007).

Portanto, ao centralizar o estudo na vivência das cuidadoras residentes, ou seja, a significação das experiências decorrente do seu fazer cotidiano, devemos compreender o caráter de unidade da vivência (Vygotski, 2010; Vygotski, 1996), onde os aspectos afetivos e cognitivos são considerados numa dimensão dialética.

Práticas Parentais E Interação Mãe-Bebê: Possíveis Relações E Intervenções

Isabela Rocha Izidoro; Dayana Insfran Jorcuvich (UFGD); Isabela Rocha Izidoro (UFGD); Veronica Aparecida Pereira (UFGD)

Pautando-se nas variáveis que estão envolvidas na qualidade da interação mãe-bebê e as implicações da mesma para o desenvolvimento saudável infantil, buscou-se identificar a relação entre a qualidade das interações diádicas e os estilos parentais das mães. Participaram do estudo 13 díades que frequentam um serviço de intervenção precoce em atendimentos mensais. As mães foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No primeiro mês, realizou-se uma entrevista semiestruturada, sobre o período pré-natal e puerperal, para a obtenção das informações sociodemográficas. A amostra se constituiu por bebês entre três e seis meses ($M=4,05; DP 1,77$), e mães entre 22 a 50 anos ($M=27,46; DP 4,01$). A média de idade gestacional foi 39,54 semanas ($DP 1,26$). Para um dos bebês não foi indicada a idade

gestacional pelo dado ser desconhecido pela mãe adotiva. A escolaridade materna teve média de 11,92 anos de escolaridade (DP 2,28). Para a avaliação dos estilos parentais foi utilizado o Inventário de Estilos Parentais Mãe-Bebê (IEPMB), aplicado na quinzena do terceiro mês do bebê. Na primeira quinzena do terceiro e do sexto mês do bebê a interação mãe-bebê foi registrada em filmagem de até cinco minutos, analisadas por meio do Protocolo de Observação da Interação Mãe-Bebê 0-6 meses (POIMB 0-6), em episódios de 20 segundos, por dois avaliadores independentes. A análise de concordância entre observadores foi superior a 80%. A interação mãe-bebê, avaliada em uma escala de 1 a 5, obteve melhores pontuações para comportamentos maternos (M=3,95;DP=0,53) do que os comportamentos dos bebês (M=2,96;DP=0,72) e interação diádica geral (M=2,88;DP=1,05). Os dados do IEPMB foram coletados de 13 mães e as respostas foram organizadas em cinco classes: monitoria positiva, punição inconsistente, negligência, monitoria relaxada e abuso físico, submetidos ao teste de Spearman. Os dados mostram uma correlação negativa entre práticas parentais de negligência e os comportamentos maternos na interação (rô de Spearman 0,017), assim como entre práticas parentais de disciplina relaxada com a qualidade da interação diádica geral (0,046). Uma tendência à correlação positivas entre práticas parentais de abuso físico e de negligência (0,094), e correlações negativas entre práticas parentais de disciplina relaxada e comportamentos do bebê na interação (0,097). Os dados confirmam achados da literatura acerca da influência de práticas parentais negativas em prejuízo da interação diádica, reforçando a necessidade de intervenções familiares no primeiro semestre de vida do bebê que possam favorecer interações positivas e o aprendizado da maternagem.

Regulação emocional e interação pais-filhos(as) na adolescência.

Ana Paula Simeão Faria (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Edna Lucia Tinoco Ponciano (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A regulação emocional é o principal aspecto do desenvolvimento emocional na adolescência (Morris et al, 2007; Santrock, 2014; Silva & Freire, 2014; Steinberg, 2005). Na perspectiva da Psicologia Evolucionista, a autorregulação está presente desde os primeiros meses de vida, quando ocorrem as primeiras experiências de regulação emocional. A evolução da espécie humana desenvolveu um sistema neurocognitivo com habilidade para detectar rapidamente os olhos do outro, permitindo a interação entre o bebê e o cuidador, favorecendo condições ideais para o 'ajuste' do bebê (Aquino & Salomão, 2009). Ao longo do desenvolvimento, são aprimoradas a capacidade de antecipar as respostas do outro e de desfrutar da sensação de conforto e de familiaridade, formando o vínculo emocional (Parker-Rees, 2014). A dinâmica dessa interação envolve a capacidade de compreender e interpretar o outro, baseando-se em trocas sociocomunicativas, que modulam a experiência. Portanto, é um fenômeno possível pela interação entre a emoção e a cognição, que se aprimora durante a adolescência. O ambiente também propicia condições para o desenvolvimento da capacidade de regulação das emoções, sendo a interação familiar o principal espaço de trocas e de aprendizagem (Morris et al., 2007). Os padrões de interação, característicos da cultura, compõem um fator importante, que modulam o desenvolvimento subjetivo e emocional dos(as) filhos(as). Estudos apontam que é fundamental que os pais compartilhem as emoções com os(as) filhos(as), estimulando-os(as) a falarem, de modo a favorecer um ambiente no qual as emoções são identificadas e nomeadas (Olivia, Vieira, Mendes & Martins, 2017). Nosso objetivo é apresentar uma discussão teórica sobre a regulação emocional na adolescência, considerando a relação pais e filhos(as) em contextos de famílias cariocas, a partir de uma pesquisa inicial de doutorado. No ciclo vital, a adolescência se caracteriza como uma fase de mudanças e de transformações, especialmente nos campos psicológico e emocional. Na interação cotidiana, pais e filhos(as) expressam suas emoções e demonstram como lidam com elas, ou seja, como regulam suas emoções, desenvolvendo padrões adaptativos de comportamento (Izard, Stark, Trentacosta, & Schultz, 2008). Acreditamos que o estudo e a compreensão da regulação emocional, vivida na interação familiar, podem contribuir para a elaboração de estratégias individuais e relacionais, embasando propostas de intervenção para o desenvolvimento emocional saudável.

Relações entre saúde mental materna, interação mãe-bebê e desenvolvimento no terceiro mês de vida

Catiele Paixão; Zelma Soares (Universidade Federal da Bahia); Antônio Carlos Santos da Silva (Universidade Federal da Bahia); Vitor Hugo Gil Santana (Universidade Federal da Bahia); Paula Kleize Costa Sales (Universidade Federal da Bahia); Patrícia Alvarenga (Universidade Federal da Bahia)

Sintomas de depressão e ansiedade podem afetar os comportamentos da mãe durante a interação com o bebê, que são importantes preditores do desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida. Este estudo investigou as relações entre a saúde mental materna, a interação mãe-bebê e indicadores do desenvolvimento aos três meses de vida. Participaram do estudo 64 díades mãe-bebê. No terceiro mês da criança, as mães responderam ao SRQ-

20 e ao BDI para informar sintomas de transtornos mentais comuns e de depressão. Também foram filmadas interagindo com seus bebês em um episódio de brincadeira livre. O desenvolvimento dos bebês foi avaliado com a EDCC, que verifica comportamentos em estabilização (cerca de 90% dos bebês costumam apresentar), em normalização (entre 67% e 90% dos bebês costumam apresentar), e comportamentos em aparecimento (até 67% dos bebês costumam apresentar). Quanto à saúde mental e o comportamento materno durante a interação, foram encontradas as seguintes correlações: a) frequência de sorrisos maternos e sintomas de transtornos mentais comuns ($r=-0,23$; $p<0,05$) e de depressão ($r=-0,36$; $p<0,01$); b) frequência de estimulação tátil e com objetos e sintomas transtornos mentais comuns ($r=-0,25$; $p<0,05$) e de depressão ($r=-0,22$; $p<0,05$). A análise de regressão (stepwise) confirmou o poder preditivo da depressão materna sobre a frequência de sorrisos, que explicou 10,9% da variância de sorrisos. Os transtornos mentais comuns foram excluídos do modelo. O segundo modelo testado, em uma regressão simples, não confirmou o poder preditivo dos sintomas de depressão sobre a frequência de estimulação tátil e com objetos. No que diz respeito às relações entre os comportamentos maternos durante a interação e o desenvolvimento do bebê, foram constatadas correlações entre: a) total de comportamentos em estabilização apresentados pelo bebê e a frequência de intrusividade materna ($r=-0,22$; $p<0,05$), e entre esse tipo mesmo tipo de comportamento infantil e a frequência de estimulação tátil e com objetos ($r=0,26$; $p<0,05$). A análise de regressão (stepwise) confirmou o poder preditivo da estimulação tátil e com objetos sobre o total de comportamentos em estabilização apresentados pelo bebê, enquanto variável intrusividade foi excluída do modelo. O modelo de regressão múltipla explicou 5,5% da variância total nos comportamentos estabilizados do bebê aos três meses. Discutem-se as evidências do impacto dos sintomas de depressão materna sobre suas demonstrações de afeto positivo e sobre a frequência da estimulação não-verbal durante a interação, e da importância desse tipo de estimulação para o desenvolvimento motor nos primeiros meses de vida.

Representações de Masculinidades e Feminilidades Delineando Identidades de Gênero entre Meninos e Meninas em Contexto de Educação Infantil

Ericka Marcelle Barbosa de Oliveira (SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DE ALAGOAS); Lenira Haddad (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL)

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa mais ampla (OLIVEIRA, 2015) que buscou investigar como o gênero é vivido, significado e representado pelas crianças, quais conhecimentos, saberes e elementos sociais e culturais são atuantes nesse processo de construção do gênero e como as crianças usam o que sabem e aprendem sobre esses elementos nas interações e relações sociais que estabelecem com seus pares e com os adultos em contexto de educação infantil. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa com crianças, apoiada em metodologias interpretativas, realizada com um grupo de crianças com idades entre quatro a seis anos, sendo cinco meninos e oito meninas, de uma turma do Segundo período (4 a 5 anos) de uma instituição de educação infantil da cidade de Maceió/Alagoas. Para a geração de dados foram utilizados quatro procedimentos metodológicos: oficinas de brincadeiras, realizadas em um ambiente especialmente estruturado com brinquedos distribuídos em áreas de interesses; oficinas de conversas com as crianças sobre as brincadeiras realizadas; oficinas de conversas a partir de cenas do filme “O menino do vestido cor de rosa”; oficinas de conversas a partir de imagens de homens e mulheres que contrariavam estereótipos de gênero. Embora os meninos e as meninas tenham brincado juntos na maior parte das vezes durante as sessões das oficinas de brincadeiras, foi possível perceber diferenças nos modos como as meninas e os meninos organizaram suas práticas de brincadeiras intra-gênero nessas rotinas do brincar, sobretudo a partir de sua dimensão corporal. Desta forma, o recorte proposto para esta apresentação focou na interação dos meninos e das meninas entre o próprio gênero, na tentativa de conhecer particularidades, diferenças e semelhanças nos modos como os meninos vivem masculinidades e as meninas vivem feminilidades entre o grupo de crianças pesquisado. Entre as meninas, foram frequentes atividades de partilha de uma cultura feminina relacionada à beleza e à vaidade através do uso de vestidos, maquiagens e sapatos de salto. Já entre os meninos, além do desafio aos estereótipos de gênero ao usarem maquiagens, destacaram-se trejeitos de “super-herói” em suas posturas corporais e gestualidades ao longo das brincadeiras, assim como representações feitas acerca do mundo masculino adulto. A partir das análises empreendidas, evidenciou-se que as crianças possuem conhecimentos acerca da expressão de determinadas formas de feminilidades e de masculinidades, que se destacam e produzem efeitos na forma como se posicionam enquanto meninas e meninos nas interações entre pares no contexto pesquisado.

Significados Êmicos da Atratividade ao Longo do Desenvolvimento do Ciclo Vital Humano e os Impactos a Cognição.

Normando José Queiroz Viana (SERVIDOR PÚBLICO); EPITACIO NUNES DE SOUZA NETO (FACULDADES INTEGRADAS DO SERTÃO – FIS)

A dimensão da atratividade ao longo do desenvolvimento do ciclo vital humano tem figurado como aspecto relevante da vida em sociedade em diferentes perspectivas, especialmente, no que tange a vida conjugal e as diferentes expressões do enlace afetivo/sexual.

À luz deste debate, o presente trabalho de caráter qualitativo, oriundo da tese de Viana (2016), objetiva descrever os significados êmicos da atratividade, com base na hipótese de que há, ao menos, duas diferentes dimensões da atratividade, uma de caráter “físico”, expressa pela apreciação, geral ou específica, dos aspectos anatomo-fisiológicos dos corpos, a qual tem sido, de modo isolado, costumeiramente, relacionada a tal constructo, e outra de caráter “não físico”, atrelada ao âmbito da sociabilidade, com atenção à moralidade, intelectualidade e ao comportamento.

Tal hipótese encontra fundamento no fato de que, apesar do construto atratividade ser de interesse de diferentes áreas de produção do conhecimento científico, a exemplo das ciências agrárias, exatas e da saúde, no âmbito das ciências humanas, em especial na psicologia, os poucos esforços identificados têm apontado para uma compreensão da atratividade que mais se debruça sobre sua face física atribuindo pouca importância à sua dimensão não física. Mais rara ainda é a investigação da atratividade na seara da cognição que aborde o construto em questão enquanto um aspecto específico do autoaspecto, o qual se inscreve no self esquemata das pessoas conformando um modo próprio de autoapreciação e autoengajamento.

Neste contexto, a fim de levantar, emicadamente, o repertório de sentido atribuído à atratividade, foram consultados 80 participantes, considerando aspectos etários (adolescentes, jovens, adultos e idosos), de sexo e orientação sexual (homens e mulheres heterossexuais e homossexuais), os quais foram recrutados, em sua maioria, em grupos de adolescentes, idosos, academias de ginástica e centros universitários, grupos e instituições formalmente contatados para tal fim, bem como, pessoalmente, a partir da técnica da “bola de neve” (Biernacki, P. & Waldorf, D, 1981).

Do ponto de vista metodológico, a consulta a tais participantes se deu por intermédio da triangulação de três diferentes técnicas: 1. Escrita livre; 2. Associação livre, e 3. Entrevista fenomenológica em profundidade.

Os resultados advindos da coleta de dados foram então submetidos à Análise de Conteúdo (Bardin, 1979), fazendo emergir desta um universo de sete categorias a partir das frequências mais robustas, e que receberam a seguinte titulação: (F1) Sensualidade, (F2) Inteligência, (F3) Bom Humor, (F4) Afetividade, (F5) Apresentação Pessoal, (F6) Moralidade e (F7) Asseio.

Sujeito epistêmico não faz aniversário: sobre as dificuldades de uma cronologia etária dos estágios piagetianos

Nilson Guimarães Doria (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Uma questão que sempre assombrou os estudiosos do desenvolvimento psicológico humano é a dos estágios de desenvolvimento. Posturas continuístas e descontinuístas sobre os processos de desenvolvimento convivem desde o início da disciplina. Alguns dos autores mais influentes do campo como o casal Bühler, Freud, Erikson e Piaget, assumiram uma postura francamente descontinuísta cada qual apresentando uma sequência de estágios de desenvolvimento em suas teorias. No presente trabalho focaremos especificamente no problema suscitado pela teoria piagetiana concernente à tipificação cronológica dos estágios e sub-estágios desenvolvimentais. Ou seja, trata-se das dificuldades suscitadas pela pergunta pragmática (e plenamente justificável por critérios político-pedagógicos): com que idade as crianças costumam/devem atingir um dado estágio? Piaget de maneira coerente com o teor de sua obra sempre procurou se esquivar desta questão considerando-a de menor importância. Muitos consideram esta saída tergiversação, acreditamos que não. Em nosso trabalho partimos do pressuposto que a preocupação primeira de Piaget não era o estudo da Psicologia Infantil, mas sim o estudo da Epistemologia Genética. Retomando interpretações da obra de Piaget como um neokantismo (evolutivo ou construtivo, a depender do autor) acreditamos que o caráter transcendental do sujeito epistêmico piagetiano é o que afasta o autor da preocupação cronológica. Neste sentido propomos que uma interpretação kairológica da temporalidade do sujeito epistêmico esteja mais de acordo com a perspectiva da epistemologia genética, que a interpretação cronológica hegemônica. A valorização de uma temporalidade kairológica sobre uma cronológica para abordar a questão não se dá sem problemas, contudo, em especial quando se trata de conciliar o conceito de “ação”, tão central na perspectiva piagetiana (tão central que não é possível mais dizer que se trata de um autor kantiano, mas neokantiano), desenvolvimento. Por outro lado, tal abordagem parece dar conta de outros aspectos igualmente substanciais da teoria piagetiana, como: a) a negação do empirismo e do indutivismo enquanto opções epistemológicas defensáveis no plano de uma epistemologia naturalizada, como o é a epistemologia genética; b) a conseqüente menor importância dada ao aspecto quantitativo das experiências na construção do conhecimento (não se trata de um número X de experiências estabelecer um novo conhecimento por indução, mas de uma ação

ser capaz de propiciar a construção de um novo conhecimento pelo sujeito em interação com o objeto e transformação epistêmica mútua).

Transição para a velhice: desafios contemporâneos para a pesquisa sobre envelhecimento

Julianin Araujo Santos; Marilena Ristum (Universidade Federal da Bahia)

Essa proposta de comunicação oral objetiva apresentar um ensaio teórico acerca dos desafios contemporâneos da pesquisa sobre transição para a velhice. A organização cultural do tempo vivido nas sociedades capitalistas levou a segmentação do curso da vida em estágios definidos, ao estabelecimento de fronteiras etárias, a construção de imagens dos corpos humanos e a definição de normas de conduta e papéis sociais convencionadas socialmente para serem desempenhados em cada momento da vida. O desenvolvimento humano como algo linear e encadeado por estágios que se sucedem de modo evolutivo e universal, parece ameaçada se considerarmos o contexto sociocultural contemporâneo. As divisões entre as idades são arbitrárias. Embora as categorias e os grupos de idade constituam-se elementos privilegiados para dar conta da plasticidade cultural e das transformações históricas não é possível tratar a 'idade' dos indivíduos como uma característica independente do contexto no qual ela toma sentido, pois a sua fixação é produto de uma luta que envolve diferentes gerações. Um fenômeno eminentemente biológico – o acúmulo do tempo vivido – é também construído socialmente. Na sociedade contemporânea percebe-se a desconstrução do curso de vida em nome de um estilo etário único: "juventude". Sua transformação em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através de estilos de vida adequados e de formas de consumo exclui a referência cronológica aos anos vividos. O que tem implicado no embaçamento das fronteiras etárias e na juvenilização das idades adultizando precocemente as crianças e juvenalizando os(as) idosos(as). Idades ou segmentos geracionais como "juventude" ou "terceira idade" passaram a expressar um modo de ser e de estar no mundo. Diante disso como é possível falar de transição para velhice? Como é possível estudar o curso de vida humano? Essas questões apontam a necessidade de revisão de sistemas conceituais, delineamento metodológico e métodos de pesquisa, na psicologia do desenvolvimento, com intuito de dar conta da natureza dinâmica do curso da vida nesse contexto de mudanças socioculturais. A psicologia cultural semiótica vem propondo alternativas nesse sentido, desde sua concepção do desenvolvimento humano como um sistema aberto submetido às transformações em constante relação com o ambiente e o tempo irreversível até seu foco nas mudanças qualitativas do desenvolvimento, na interdependência entre organismo e ambiente; na cultura como parte do sistema psicológico da pessoa, no protagonismo humano que recria de modo pessoal a sua realidade cultural através do processo de significação da própria experiência no mundo.

"Online Counseling": Intervenção psicológica e uso da tecnologia como mediadores do desenvolvimento do talento feminino

Renata Muniz Prado

Verifica-se um consenso entre estudiosos do talento feminino sobre a necessidade de desenvolver intervenções que atendam as necessidades específicas das mulheres em seu curso de vida. Características de multipotencialidade, perfeccionismo, dificuldade em conciliar os múltiplos papéis e expectativas sociais, são fatores que podem influenciar positivamente ou negativamente o desenvolvimento do talento em mulheres. Buscar estratégias para o desenvolvimento do potencial feminino, portanto, envolve a sincronia entre o momento histórico, as oportunidades e o perfil dessa mulher em dado momento de sua trajetória de vida. Ademais, a virada do século XX para o XXI potencializou o estabelecimento de novas formas de interação humana, com ênfase na mediação tecnológica. As pessoas encontram-se mais livres para produzirem, conectarem-se e remodelarem o que circula pelas redes, vivenciando novos tipos de interação social. Muitos benefícios são apontados em uma intervenção online: (a) a autonomia em escolher o melhor horário para participar do programa, (b) a possibilidade de interagir com mulheres de diversas regiões do país, (c) a amplitude de ferramentas que podem ser utilizadas, a partir da combinação de texto, som e image, e (d) a rápida atualização dos conteúdos, que podem ser inseridos em tempo real. Portanto, este trabalho irá apresentar os resultados de uma pesquisa de doutorado, descritiva e exploratória, que constituiu na elaboração, implementação e avaliação de um programa online de desenvolvimento de talentos para mulheres brasileiras. O estudo analisou a percepção de 25 participantes, estudantes de pós-graduação, acerca da influência do programa na identificação de suas potencialidades e dos aspectos internos e externos associados ao desenvolvimento dessas potencialidades, e na percepção de bem-estar e autorrealização. Esta pesquisa buscou integrar teoria, pesquisa e prática e, além de ampliar a compreensão do talento feminino, oferece subsídios para o planejamento de ações inovadoras com vistas à promoção de condições favoráveis à identificação e expressão do potencial feminino, bem como possibilitou dar visibilidade a área do talento, superdotação e eminência como campo legítimo de pesquisa e prática em psicologia.

A residência multiprofissional e a formação do psicólogo da saúde: um relato de experiência

Beatriz Andrade Oliveira Reis; Beatriz Andrade Oliveira Reis (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe); Catiele Reis (Universidade Federal de Sergipe)

Este trabalho objetivou discutir, com base em um relato de experiência, a formação em Psicologia da Saúde no modelo da Residência Multiprofissional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe. Como foco da problematização, utilizaram-se dois eixos norteadores extraídos da experiência: 1. A demanda prospectiva do atendimento do psicólogo residente, e 2. O trabalho em equipe multiprofissional e a expectativa da equipe quanto à prática do psicólogo. Entende-se o modelo de atendimento prospectivo como a ação do residente ir ao encontro do paciente e oferecer-lhe seus serviços. Se por um lado este modelo possibilitou a ampliação deste serviço para um maior número de usuários, por outro lado apresentou uma dificuldade, por parte dos pacientes, de adesão ao mesmo. Esta constatação levou a reflexões sobre limitações no suporte técnico e educacional ofertado pelo programa a tais residentes. A respeito disso, vale mencionar que os residentes contavam somente com um profissional de referência em Psicologia, que atuava no único setor do hospital, a pediatria, que não fazia parte dos cenários assistidos pela residência. O que tornava o psicólogo residente responsável por toda a assistência dos setores que atuava, mesmo ainda não tendo formação suficiente. Sobre a atuação em equipe multiprofissional e da expectativa desta por parte do psicólogo, sabe-se que esta atuação favoreceu ao residente a ampliação do conhecimento sobre o processo saúde-doença. Porém, durante esta prática, foram observadas expectativas equivocadas, por parte da equipe, em relação ao papel do psicólogo residente. Considerou-se que tal equívoco pode ter sido gerado em razão da própria dúvida do residente em relação ao seu papel, considerando o processo pelo qual tal especialidade tem se estabelecido, ainda muito recente e com pouco espaço de discussão durante a formação inicial dos profissionais. Dado o exposto, acredita-se que o modelo de formação em discussão ainda apresenta pontos a serem aperfeiçoados. Pontos estes que estão ligados ao exercício da profissão da Psicologia, mais especificamente ao conhecimento teórico e a aplicação prática deste conhecimento. Assim, cabe à instituição formadora dar atenção ao aspecto da atuação profissional específica ao contexto da saúde no seu processo de formação.

A sexualidade tecnologicamente mediada: A prática de sexting entre adolescentes.

Fabricio de Souza (Universidade Federal da Bahia); Emerson Neves Dourado Matos (Universidade Federal da Bahia); Fernanda Carneiro dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

INTRODUÇÃO: Um padrão comportamental exibido por adolescentes tem chamado a atenção de pais e professores. O sexting é o intercâmbio de conteúdo pessoal sexual e se constitui em expressão sexual tecnologicamente mediada. Seu caráter de novidade deve induzir a questionamentos acerca dos perigos e da sua utilidade para a socialização. Dentre os perigos está a disseminação de conteúdos sem autorização e o constrangimento posterior. O sexting é considerado “pornografia infantil” pelo ECA (Lei 8.069/90). Simpson (2013) ressalta a necessidade de repensar valores e conceitos sobre identidade, sexualidade e autonomia dos adolescentes frente a essa modalidade de interação. **OBJETIVO:** Este trabalho objetivou o levantamento de dados sobre o sexting entre adolescentes atendidos pelo canal Helpline da Safernet Brasil. **MÉTODO:** Os dados foram coletados nos registros de atendimentos prestados a adolescentes que sofriam alguma ameaça ou constrangimento decorrentes desta prática. Os registros foram submetidos a análise de conteúdo resguardando a identidade dos usuários. **RESULTADOS:** Trinta e três casos foram analisados. Apenas 50% dos adolescentes solicitaram ajuda apenas no canal Helpline sem que outro adulto fosse contatado. Tanto adolescentes quanto pais e professores não demonstraram habilidade para lidar com as consequências do sexting. A maioria dos conteúdos transmitidos foram de moças e disseminados por ex-namorados (pornografia de vingança) ou capturados por webcam com ou sem consentimento. O compartilhamento se deu em redes sociais e/ou páginas de pornografia. **DISCUSSÃO:** Os relatos de medo dos pais foi muito presente nas falas dos adolescentes. A preocupação com as reações dos pais e a vergonha em pedir ajuda a eles indica que ainda é muito presente o tabu em torno da sexualidade. Mesmo entre aqueles que obtiveram ajuda de pais ou familiares foi observada a ausência de orientação adequada tanto para o exercício da sexualidade como elemento de socialização quanto para um repertório de responsabilidade frente às consequências do sexting. A sexualidade feminina foi alvo de maior preconceito e discriminação quando comparada à masculina. Muitos dos usuários demonstraram desconhecer o caráter delituoso envolvido em produzir, transmitir e armazenar tais conteúdos. **CONCLUSÃO:** É preciso que em pesquisas futuras sejam investigadas as motivações e os elementos mantenedores da prática do sexting de forma que seja possível planejar programas de intervenção eficazes que 1) capacitem pais e professores para a adequada orientação aos adolescentes; e 2) auxiliem os adolescentes para que tenham uma vivência responsável e habilidosa da sexualidade mediada pelas modernas tecnologias de comunicação e informação.

A visão das crianças sobre as apropriações das tecnologias digitais: em busca de investigações participativas

Bianca Becker Lepikson (Universidade Federal da Bahia); Ilka Dias Bichara (Universidade Federal da Bahia)

Dentro da trama dos grupos socioculturais humanos, a infância diferencia-se por suas formas próprias de participação social. A brincadeira destaca-se como prática cultural primordial da infância, profundamente marcada pelo contexto em que se manifesta e também como meio de expressão e protagonismo ativo das crianças. Vivemos um contexto sociocultural marcado pela presença massiva das tecnologias digitais no cotidiano. Esta crescente proliferação do acesso às tecnologias digitais na rotina comum das pessoas e a constituição de uma cultura amplamente conectada, abrem possibilidades para a emergência de novas práticas lúdicas, diretamente influenciadas pelas características tecnológicas. Considerando as crianças atores sociais ativos e competentes, esta investigação objetivou conhecer os usos e formas de apropriação das tecnologias digitais em atividades lúdicas e os processos de constituição de uma nova cultura lúdica, através da perspectiva da própria criança. Para tanto, apresentamos um estudo exploratório delineado e analisado a partir da participação conjunta de adultos e crianças-investigadoras de nove a 12 anos que formaram o grupo de investigação. Nossos achados sugerem a crescente importância dedicada pelas crianças às tecnologias na sua vida cotidiana, com especial ênfase às possibilidades que se abrem em torno de novas práticas lúdicas que emergem com a apropriação criativa das tecnologias móveis. Além disso, este estudo evidenciou alguns fenômenos relacionados à infância contemporânea, como a denúncia sobre a retirada das crianças dos espaços externos e a internalização e normatização dos tempos e espaços infantis. Ressaltamos ainda inúmeras aproximações e diferenças nos olhares e nos discursos de crianças e adultos sobre este fenômeno e a constante reivindicação do grupo infantil por uma maior atenção por parte dos adultos. Este trabalho reafirmou a competência das crianças para debater assuntos que lhes envolvem diretamente e a evidência de que não são sujeitos passivos de uma cultura conectada, e sim participantes ativos na construção desta cultura através da vivência de processos que ressignificam os elementos culturais de acordo com os interesses dos grupos culturais infantis. Dessa forma, sublinhamos a dimensão ética e política deste trabalho, por meio da efetivação do protagonismo infantil na pesquisa como um importante passo na direção da construção gradual de uma atmosfera de participação social por parte das crianças.

Adolescentes e Moralidade: Um estudo sobre os sites de Redes Sociais

Aline Kadooka (UNESP); Rita Melissa Lepre (UNESP – Bauru)

A sofisticação dos meios de comunicação e a massificação do uso da Internet na chamada “sociedade em rede” estão proporcionando grandes mudanças em diferentes âmbitos da sociedade contemporânea e tem contribuído para ampliar a complexidade das relações sociais. Se por um lado, as redes sociais tem facilitado a vida dos indivíduos, por outro, vários riscos e problemas assolam os seus usuários. Pesquisadores têm ressaltado a preocupação e o medo dos pais no cuidado com os seus filhos em relação à Internet e as Redes Sociais, pois o seu uso é de difícil controle e possibilita e facilita o acesso a todo tipo de conteúdo. Nesse contexto, encontra-se o desafio de determinar o limiar entre bom e o mau uso da rede mundial. Quando nos dispomos a pensar no caráter bom ou mau de algo estamos envolvidos com avaliações de cunho tipicamente moral. Os usuários, muitas vezes, cobertos pelo véu do anonimato e sob a justificativa de estarem em ambiente virtual ou coletivo, sentem-se livres e acabam por perpetrar o assédio através das redes. Temos como objetivo verificar e analisar como as questões morais são expressas nas publicações dos adolescentes nas redes sociais online. Utilizaremos como aporte metodológico a Netnografia e adotaremos como instrumentos o Diário de Campo, a Entrevista Online e a discussão virtual de Dilemas Morais. La Taille (2002) embora não discuta a questão da moral no contexto virtual, faz importantes apontamentos sobre a questão dos limites morais. Para o autor quando citamos a palavra “limites” possivelmente seríamos levados a pensar na questão do monitoramento ou do controle parental. De acordo com o autor, atualmente, os pais possuem dificuldades na hora de impor limites, tal dificuldade os influenciaria a não expor claramente as questões da existência dos deveres e dos limites, e como resultado as crianças e os jovens não reconheceriam a existência de regra alguma (anomia). Parece que de fato ainda há valores morais nos adolescentes, no entanto, o conteúdo dos valores está se modificando, de morais, por valores estranhos ou até contrários à moralidade. A falta de uma educação moral na vida do sujeito acaba por ser a principal responsável pela origem da prática de atitudes de desrespeito ao próximo, seja ela em forma de violência, injustiça ou descumprimento de regras. Essa nova realidade de relações interpessoais, explicitadas pelas inúmeras formas de interação virtual, trazem para o horizonte novos desafios contemporâneos que devem ser compreendidos e analisados.

As preocupações de crianças e adolescentes brasileiras no uso da internet

Os estudos na área de tecnologia e mídias digitais não alcançam a velocidade com que progredem as mudanças tecnológicas. Nós, estudiosos da psicologia do desenvolvimento, corremos, buscando entender como as novidades interagem com o desenvolvimento da criança e do adolescente. Segundo pesquisas realizadas pelo Cetic.br (2012-2015), a porcentagem de usuários da internet com idade entre 10 e 17 aumentou de 77% em 2013 (86% na região sudeste), para 79% em 2015 (88% na região sudeste). Houve também um aumento considerável no uso do telefone celular para acessar a internet. Enquanto em 2012 apenas 21% de crianças e adolescentes o usavam, em 2013 já eram 53%, em 2014 há um salto expressivo para 82% e, em 2015, a proporção sobe para 87%. A interação com os tablets não cresceu menos. Se em 2012, 2% os usava para acessar a internet, em 2013 este número aumentou para 16%. Um resultado alarmante foi de que, enquanto 38% dos participantes já adicionaram às suas redes sociais pessoas que não conheciam, apenas 8% dos pais acredita que seus filhos já tenham se exposto a algum tipo de risco na internet. Perante este cenário, é nosso objetivo entender o que crianças de diferentes idades e perfis sociodemográficos pensam sobre o uso que pessoas de sua idade veem como risco. Para isso, analisamos a única questão aberta dos questionários de 2012 e 2013 em que se pediu que os participantes respondessem o que “incomodaria, chatearia ou assustaria” pessoas de sua idade na internet. As respostas foram codificadas agrupando os códigos em famílias. Assim como em 2012 (Nogueira et al, 2016), o risco mais citado pelas crianças em 2013 está relacionado à conduta das pessoas na internet. Agressão verbal foi o mais frequente, seguido por pornografia. Um achado intrigante foi que a família de Risco de Contato foi a segunda menos citada pelas crianças e adolescentes, sendo que ela inclui pedofilia, assédio e outras formas de relacionamento desrespeitoso. Cabe investigar se a menor preocupação é devido aos usuários não se exporem tanto a essas possibilidades, o que seria muito bom, ou se apenas não percebiam como é grave o contato com estranhos na internet. Esta última hipótese é sem dúvida a mais perigosa. Na discussão, chamamos atenção para a importância da mediação da família no sentido de educar suas crianças para o uso consciente, informado e responsável da internet.

Fontes de informações parentais

Gabriela Marcolino Alves Machado; Gabriela Marcolino Alves Machado (Universidade Federal da Paraíba); Laísy de Lima Nunes (Universidade Federal da Paraíba); Nádia Maria Ribeiro Salomão (Universidade Federal da Paraíba)

A partir de uma perspectiva interacionista, o desenvolvimento humano deve ser compreendido com um olhar nas práticas e nas circunstâncias culturais de suas comunidades, que estarão sempre em transformação e atravessando os processos de desenvolvimento (Rogoff, 2005). Os períodos de mudança na família, tais como a gravidez e a transição para a parentalidade, são importantes momentos promotores de desenvolvimento. Nesse contexto, ressaltam-se a importância de informações e aconselhamentos para os novos pais durante esse período de transição (Deave, Johnson, & Ingram, 2008). Esse apoio e as informações recebidos durante a gravidez e os primeiros meses de vida influenciam significativamente as concepções parentais e conseqüentemente o desenvolvimento infantil (Silva, 2003). Diante disso, e considerando o impacto da internet nas buscas de informações, objetivou-se investigar as fontes de informações que auxiliam na formação das concepções de pais e mães primíparos sobre o desenvolvimento dos seus filhos de 3, 6, 9 e 12 meses. Através de uma pesquisa de campo com delineamento transversal, a pesquisa foi realizada com 20 casais de pais, a idade das mães variou entre 23 e 39 anos (DP: 4,47) e a dos pais entre 23 e 38 anos (DP: 4,15). Todas as mães tinham ensino superior completo ou incompleto, e (85%) dos pais possuíam ensino superior completo ou incompleto. Todos eram moradores da cidade de João Pessoa (PB) e região metropolitana. Os participantes responderam um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada e todos os procedimentos éticos foram atendidos. As entrevistas foram transcritas literalmente, e para a análise dos dados foi realizada uma análise qualitativa de conteúdo (Bardin, 1977/2004). Foi solicitado aos participantes que indicassem meios que utilizam para adquirir informações sobre o processo de desenvolvimento de seus filhos. Os resultados indicaram que todas as mães utilizam sites para buscar informações acerca do desenvolvimento dos seus filhos, e 65% dos pais fazem uso desse instrumento. O site mais utilizado para a busca dessas informações é o BabyCenter.com. Tanto os pais quanto as mães indicaram ter um nível de confiança médio em relação às informações encontradas nos sites. Outras fontes de informações citadas por pais e mães foram: os profissionais de saúde (95%) e os familiares (72,5%). Esses dados serão discutidos, a partir da visão de Rogoff (2005), a qual considera que a amplitude dos processos culturais nas atividades e no desenvolvimento humano, se relacionam às tecnologias que usamos, aos nossos valores e às tradições institucionais e de nossa comunidade.

Impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em crianças na segunda infância

Marília Gurgel de Castro; Marília Gurgel de Castro (Universidade de Coimbra); Ravenna Maria Lima Loiola (Instituto de Gestalt do Ceará); Maria Paula Barbas de Albuquerque Paixão (Universidade de Coimbra)

A nossa sociedade vivencia de forma intensa a inserção das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com a constante criação de atraentes aparelhos tecnológicos que em pouco tempo estão ao alcance de muitas pessoas, inclusive das crianças. Considerando que a vinculação do indivíduo com as tecnologias influencia seu modo de se relacionar, é pertinente compreender os aspectos atuais da segunda infância nesse contexto de crescente tecnologia digital. A pesquisa desenvolvida é de abordagem qualitativa e de cunho descritivo, na qual foram entrevistadas dez mães de crianças que estão na segunda infância. Visto que o jogo de faz-de-conta, característico desta fase, desenvolve a função simbólica e contribui no desenvolvimento emocional e cognitivo infantis, o objetivo principal deste estudo foi compreender como as TIC têm estado presentes no cotidiano das crianças de três a seis anos de idade, do município de Sobral – Ceará. Os dados colhidos foram organizados em categorias de acordo com o método de análise de conteúdo. Emergiram seis categorias: Caráter educativo; Prejuízo e benefícios das TIC; Sentimento de adequação ao grupo; Primazia da televisão e do tablet; Outras brincadeiras; e TIC e parentalidade. Dentre os resultados, a primeira categoria mostrou que, dentre os motivos que levaram os pais a dar os aparelhos para os filhos, o mais pertinente é o fato de outras crianças já terem as mídias, como uma tentativa de incluir os filhos. A categoria “primazia da televisão e do tablet” apresenta que estas são as mídias mais utilizadas na segunda infância, e que as crianças ainda estão a usar brinquedos não tecnológicos. Quanto à categoria “TIC e parentalidade”, os resultados demonstram que os pais vêm acompanhando o que os filhos interagem nas mídias. Através da pesquisa, verifica-se que desde pequeninas as crianças, sobretudo as da segunda infância, já têm acesso às TIC’s. Verificamos que as TIC apresentam tanto prejuízos quanto benefícios, sendo que os principais benefícios seriam o seu caráter educativo e de entretenimento, pois contribuem para a aprendizagem da criança. Por outro lado, os prejuízos seriam os de distanciar as crianças das brincadeiras tradicionais e presenciais; de deixar de vivenciar momentos importantes em família para estar com as mídias; e de gerar “vício” no uso das TIC. Concluímos que é interessante a família estar aberta e flexível ao uso das novas TIC pelas crianças, e atenta à necessidade de estabelecer regras e limites para que não prejudique o seu desenvolvimento saudável.

Infância e novas tecnologias: uma reflexão sobre aspectos metodológicos a partir de um relato de pesquisa

Larissa Krüger Fernandes; Fabrícia Teixeira Borges (Universidade de Brasília)

O presente trabalho tem como objetivo trazer reflexões sobre a elaboração e condução de pesquisas com crianças na área de desenvolvimento humano que tenham como tema tecnologia. A partir de um relato de pesquisa realizada com 4 crianças que teve como objetivo analisar as narrativas orais e audiovisuais produzidas pelas crianças sobre a presença das tecnologias em suas vidas, propõe-se pensar os aspectos relacionados à escolha e aproximação do campo, contato com os participantes e procedimentos metodológicos mais adequados. Pesquisar crianças traz algumas implicações para o desenho metodológico do estudo. Faz-se necessário considerar barreiras culturais e sociais que localizam crianças e adultos em lugares e papéis muito diferenciados, muitas vezes opostos, os quais marcam a relação do pesquisador com seus participantes. Esses fatores não podem ser ignorados, tanto no processo de elaboração do método da pesquisa, como na execução da pesquisa em si. Na presente pesquisa utilizaram-se instrumentos de produção audiovisual – câmeras de vídeo e smartphones – no processo de produção de informações. Dessa forma, as crianças interagiram livremente com esses aparelhos ao longo de todo o processo, o que trouxe características muito específicas para o processo em si e para as informações produzidas. Foram conduzidas duas rodas de conversa, uma anterior à produção dos vídeos pelas crianças e outra posterior. Ao final da primeira roda de conversa, as crianças foram convidadas a produzirem um vídeo sobre a tecnologia em suas vidas e, após 3 semanas, foi realizada a segunda roda de conversa, na qual os vídeos foram assistidos e comentados por todos os participantes. Pôde-se perceber que ao longo do processo, as crianças deram pistas sobre como pensavam os procedimentos metodológicos propostos e indícios de como se relacionavam com o pesquisador e com os outros participantes. Partindo de uma posição que entende a construção de conhecimento como produto da interação dialógica entre todos os envolvidos no processo da pesquisa e com o objetivo de contemplar as vozes das crianças, os pontos levantados foram: aproximação de prováveis participantes facilitada pelo vínculo com outras crianças; a necessidade de reflexão contínua sobre os procedimentos metodológicos propostos a partir das reações dos participantes; e o impacto da relação das crianças com o tema tecnologia e do uso dos aparelhos digitais para a produção das informações, considerando que o manejo desses aparelhos para

expressão de suas ideias as coloca em um lugar privilegiado pela própria história de interação que essas crianças têm com eles.

Infância, participação social e tecnologias digitais: reflexões metodológicas sobre pesquisas com crianças em contextos de educação contemporâneos

Aunia Heyde Candy Dantas da Silva (Faculdade Joaquim Nabuco); Flavia Mendes de Andrade e Peres (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

O presente trabalho oferece reflexões metodológicas sobre a pesquisa educacional acerca do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por crianças. Serão abordados aspectos iniciais de uma pesquisa de mestrado que tem como principais perspectivas a teoria histórico-cultural de Vygotsky, a Sociologia da Infância, representada por Sarmiento e Corsaro, e as considerações de Foucault sobre a escola como instituição disciplinar. O questionamento central deste ensaio diz respeito à relação cada vez mais próxima das crianças com as tecnologias digitais, apropriadas como contextos lúdicos para socialização e subjetivação, mas percebe-se que os usos na Educação Infantil dividem pesquisadores. Em um levantamento bibliográfico inicial, encontra-se que as pesquisas sobre o tema ora alcançam resultados sobre potenciais benefícios das TICs ao desenvolvimento infantil, ora apresentam prejuízos. No entanto, a metodologia dessas pesquisas, em sua maioria, não contempla as vozes das crianças no processo de uso dos artefatos digitais, e seus dados partem de considerações dos adultos sobre a infância, não capturando a produção de sentidos sobre as regras estabelecidas socialmente por adultos e vivenciadas por crianças em contextos escolares. O percurso metodológico da pesquisa aqui proposta atenta para a importância de ouvir as crianças na construção dos dados, entender suas estratégias de participação social em relações de poder, que envolvem as TICs no espaço escolar. Acredita-se que o ajuste do foco de pesquisa para contemplar as ações desses indivíduos permite conhecer as motivações infantis para o uso de TICs, questão relevante às discussões em pauta. Assim, encontra-se na pesquisa etnográfica uma possibilidade de entender a rede de significados tecida entre os sentidos atribuídos pelas crianças e os enunciados estabelecidos pelo grupo social adulto sobre TICs. A unidade de análise é a ação das crianças na apropriação das regras que restringem o uso desses artefatos em contexto escolar. Essas ações tanto se refletem nas submissões e aceitações, como nas estratégias de resistência a tais regras. Os recursos usados para construção dos dados (entrevistas, diário de campo e videografia) voltam-se para as interações nas culturas de pares infantis, e não para os grupos sociais adultos. O trabalho de pesquisa que emerge dessas diretrizes metodológicas situa-se entre as abordagens que realçam as crianças como ativas no processo de participação social e inserção em contextos digitais. E reflete-se sobre as tensões teóricas que vivem no limite entre a proteção às crianças e o desenvolvimento infantil em atividades e práticas sociais com TICs.

O Estabelecimento de Relações Amorosas Virtuais entre Jovens Adultos

Marília Gurgel de Castro; Marília Gurgel de Castro (Universidade de Coimbra); Maria Paula Barbas de Albuquerque Paixão (Universidade de Coimbra)

Os impactos do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos comportamentos humanos vêm sendo objeto de estudo em diferentes disciplinas das ciências sociais e da saúde, pois promoveu mudanças na forma como nos relacionamos inter e intrapessoalmente e com o mundo. Através deste estudo quantitativo-descritivo, no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, interessou-nos verificar se é tendência, entre jovens adultos em Portugal, utilizar TIC para procurar o amor, a intimidade e o sexo. E ainda, que impactos esse uso promoveria nos seus bem-estar e autonomia. Os objetivos deste estudo foram 1) investigar os aspectos relativamente ao bem-estar dos jovens adultos que fazem e dos que não fazem uso da Internet para fins de relacionamento amoroso; 2) analisar o grau de internalização da regulação comportamental no domínio da intimidade online, e 3) verificar se os relacionamentos amorosos online, entre jovens adultos, têm predominantemente características de paixão, de intimidade ou de compromisso. O inquérito aplicado foi composto de um questionário para investigação sociodemográfica, da versão portuguesa reduzida da Escala de Afeto Positivo e Negativo – PANAS-VRP; da Escala de Satisfação com a Vida – ESV; da Escala de Motivações para Atividades Relacionais – EMAR; e da Escala Triangular do Amor de Sternberg reduzida – ETAS-R. Por amostragem de conveniência, o estudo contou com 176 participantes (127 mulheres e 49 homens), com uma média de idade de 25,4. A maioria é de solteiros (81,8%), que vivem com os pais ou com colegas, de nacionalidade Portuguesa (65,9%) ou Brasileira (29,5%) e estudantes graduados (45,5%) e mestres (29,5%). Em média, os jovens desta amostra informaram que acedem aos sites de relacionamento e redes sociais por dez horas semanais. Apenas 21,2% dos participantes declararam usar sites de relacionamento, sendo que 93 participantes já estabeleceram relacionamentos online. A maioria prefere fazer uso de redes sociais, como o Facebook (52,8%) e Instagram, como um lugar complementar para conhecer novos amigos. Como resultados, verificamos que os

jovens que usam a Internet para iniciar relacionamentos amorosos obtêm valores mais elevados no afeto positivo; os jovens adultos comunicam os seus sentimentos e assuntos pessoais no relacionamento amoroso mediado pela Internet, mais por uma motivação autodeterminada; os jovens, independente de gênero, escolaridade ou de nacionalidade estão a estabelecer mais relacionamentos baseados na paixão e menos no compromisso. Concluímos que os jovens em Portugal que comportam-se mais autonomamente, preferem explorar relações apaixonadas e usam a Internet para iniciar novos relacionamentos sentem mais bem-estar.

Processos de significações de si da criança na interação com a webcelebridade

Silvana maria grisi Sarno (universidade católica do salvador)

Os avanços ocorridos nas últimas décadas na construção interdisciplinar da ciência do desenvolvimento propõem uma mudança na forma de pensar o estudo do desenvolvimento humano, que longe de ser um fenômeno linear, é considerado um processo dinâmico e complexo, permitindo a coexistência de explicações de naturezas teóricas diversas. No que se refere a uma abordagem sobre desenvolvimento e tecnologia, interessante ainda provocar um diálogo com outras ciências como a Sociologia e a Comunicação. Nossa proposta de Comunicação é um ensaio, derivado do projeto de pesquisa, ainda em fase inicial, vinculado ao Programa de Pós-Graduação, doutorado de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, na linha de Transições desenvolvimentais, sobre os processos de significação de si na relação entre crianças e as webcelebridades. Considerando que na contemporaneidade tecnológica os diários virtuais postados pelos youtubers, alguns reconhecidos como webcelebridades, refletem novas formas de sociabilidade e de interação em rede, nosso objetivo é discutir os processos de internalização e externalização de crenças e valores, mediados pelas mídias digitais, funcionando como signos promotores na construção de significados. Do ponto de vista teórico situamo-nos na perspectiva da Psicologia Cultural de orientação semiótica, mais especificamente no estudo dos Campos Afetivos Semióticos.

Rede de cuidado ao idoso: uma proposta para melhoria do serviço em ILPI

Priscila Albuquerque Monteiro (FSCMPA); PRISCILA ALBUQUERQUE MONTEIRO (FSCMPA); ESLEANE VILELA VASCONCELOS (UFPA)

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as percepções de cuidadores formais acerca de suas práticas de cuidado ao idoso em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Descrever estas percepções e elaborar um plano de ação para melhorias no serviço. Foi realizada em uma ILPI em Belém/PA com 27 participantes. O quantitativo foi delimitado por saturação teórica. É um estudo descritivo de abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevista semi-estruturada, contendo aspectos gerais e 5 perguntas com a temática do idoso e cuidados a este. Na análise de dados, utilizou-se o método de Bardin. Os dados foram divididos em duas partes: A primeira, com dados sócio-demográficos, que caracterizaram os participantes em sua maioria: sexo feminino, sem experiência ou capacitação para o cuidado geriátrico. Porém, com um diferencial importante comparado às pesquisas com este público: a maioria dos entrevistados possui nível superior. A segunda parte, foi organizada em cinco categorias: 1) “O ser idoso”; 2) “Cotidiano de trabalho”; 3) “Habilidades”; 4) “Dificuldades, Facilidades e Sentimento”; 5) Melhorias. As categorias e subcategorias geradas demonstraram que: o conceito acerca do ser idoso é positivo, em sua maioria; sobre as habilidades para lidar com idosos institucionalizados, os cuidadores apontam que há necessidade de conhecimento e abordagens específicas para lidar com idosos que apresentam diferentes graus de dependência; a quarta categoria, que abordou as dificuldades, facilidades e sentimentos, demonstrou que quase todos, possuem dificuldades no cuidado. Sobre as melhorias propostas pelos cuidadores, estas geraram 3 subcategorias elencadas por ordem de maior expressão do que gostariam que fosse priorizado: a administração e estrutura da ILPI; aspectos profissionais e para o idoso. A pesquisa derivou um produto, juntamente com um plano de ação: o site “Colcha de Retalhos”, endereço “<http://www.rededecuidadoaidoso.com.br>”, tem a proposta de contemplar a carência de informações expressada pelos resultados. Conclui-se há semelhanças com outras pesquisas realizadas com cuidadores formais e ILPI's, ainda que esta seja uma pesquisa qualitativa, que visa conhecer e não generalizar. Como ocupação em expansão, o cuidador formal precisa ser instrumentalizado, acompanhado, valorizado e ter afinidade com o cuidado. Por ser um trabalho constituído através de um inter-relacionamento, da subjetividade do cuidador e do idoso, impactará na capacidade funcional do idoso, na qualidade de vida de ambos e na ILPI. Destaca-se a necessidade de maior atenção às ILPI's e ao funcionamento destas, bem como, a emergência de outras modalidades para os idosos no Brasil.

Experimentação política da amizade em uma experiência de Psicologia Comunitária

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo (Universidade Federal de sERGIPE); Ana Marillya de Matos Carneiro (UFS); Gracielle Lima de Oliveira (UFS); Laís Sousa Batista de Oliveira (UFS)

As práticas comunitárias envolvem intrincados processos sociais que abrangem formas de mobilização e organização e diferentes modos de participação, cuja interseção se dá na vida cotidiana dos participantes. Nos trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade apresenta-se como desafiadora a tarefa de construir e cultivar uma cultura democrática, em que sejam compartilhados os valores de justiça e dignidade, bem como construir e consolidar redes comunitárias dentro de uma concepção de solidariedade - gestos condizentes com a experimentação política da amizade.

A experimentação política da amizade favorece relações democráticas, na medida em que promove os atos político do agir e falar que implicam a parceria, a companhia dos outros para que a ação desempenhe um ciclo completo de experiência inaugural. A amizade compõe uma relação privilegiada de estima ao amigo na qual os corpos são motivados a questionar seus pensamentos e valores, a ampliar seus horizontes de conhecimentos, bem como a engajar-se em ações condizentes com a afirmação da vida. Este trabalho visa apresentar resultados de uma pesquisa intervenção que está sendo realizada em uma comunidade rural em Sergipe, com o intuito de possibilitar o aumento da potência de reflexão e ação dos corpos para a produção das estratégias de enfrentamento dos problemas e afirmação dos interesses comuns.

Os resultados foram obtidos através da análise de entrevistas semi-estruturadas com doze sujeitos adultos de ambos os sexos, bem como dos registros em diário de campo a partir do acompanhamento semanal da comunidade e rodas de conversa.

As rodas de conversas se constituíram como campo discursivo que possibilitou o levantamento dos problemas, identificação de metas e prioridades comuns. Além do desafio para mobilizar a participação das pessoas, lidamos com o descaso do poder público que reforça a individualização e desestimula a participação política de busca por melhorias comunitárias. O movimento do grupo junto aos órgãos públicos viabilizou a conquista de uma banca em uma feira de produtos orgânicos, esse espaço foi muito importante para garantir o escoamento da produção, no entanto, uma dificuldade encontrada está sendo a falta de compromisso da secretaria da agricultura com o acordo de disponibilizar transporte para que a comunidade possa participar da feira. Durante o processo de pesquisa podemos perceber as falhas que permeiam a criação e implementação de políticas públicas eficazes e que realmente façam parte do contexto da população, ficando por vezes incompletas e dificultando o desenvolvimento da comunidade.

Universidade para Todos: A Inclusão das Pessoas com Deficiência na Educação Superior.

Juliane Kelly de Figueiredo Freitas (IFRN); Josanilda Mafra Rocha (IFRN); Lenina Lopes Soares Silva (IFRN)

Este trabalho tem como objetivo elucidar se o Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado em 2004 e regulamentado através da Lei de nº 11.096/2005, cumpre sua proposta de “Universidade para todos”, facilitando o ingresso e, garantindo a permanência no ensino superior seja em instituições públicas ou privadas por todas as camadas da população e por toda e qualquer pessoa seja ela com ou sem deficiência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com análise que se aproxima da histórico-dialética uma vez que observam de maneira histórico-crítica, as condições políticas, legais e ideológicas para que se estabelecesse no Brasil um mercado educacional strictu sensu. Utilizando para isso dados contidos no sítio do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) acessados em 20 de julho de 2017, tendo como recorte temporal dos anos 90, quando o Estado Brasileiro deixa de atuar como interventor na economia e passa a ser provedor direto nos setores sociais, aos anos 2015 com a promulgação da Lei de nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Onde se observa um crescimento de aproximadamente 163,5% ,saltando de 1.133,102 para 2.985,405 matrículas nesse período, mostrando a trajetória de lutas e conquistas ainda que de maneira ínfima por essas pessoas.

A qualidade do clima escolar e sua relação com o desempenho acadêmico

Simone Gomes de Melo (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo); Alessandra de Moraes (Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília)

Um clima escolar positivo proporciona, segundo pesquisas (SUMMER, 2006; TAYLOR, 2008; CANGUÇU, 2015), além de bem-estar, melhor desempenho acadêmico . O presente trabalho objetivou verificar a relação do clima escolar com o desempenho de escolas públicas de Ensino Médio representativas de um estado brasileiro, a partir da percepção de alunos, professores e gestores, sendo o desempenho avaliado a partir de resultados decorrentes do ENEM 2015. Os instrumentos (questionários elaborados e validados por equipe de pesquisadores do GPEM UNESP/UNICAMP e de outras instituições brasileiras, com financiamento da FAPESP e da Fundação Lemann) para avaliação do clima escolar foram construídos baseados na realidade escolar brasileira envolvendo as dimensões: relações com o ensino e a aprendizagem; relações sociais e conflitos; regras,

sanções e segurança; situações de intimidação entre os alunos, relações entre a família, comunidade e a escola; infraestrutura e a rede física da escola; relações com o trabalho; e gestão e participação. A metodologia utilizada foi de tipo descritivo e próxima do nível explicativo, quanto à natureza dos dados é quantitativa e correlacional. Os questionários do clima escolar foram aplicados em uma amostra de 46 escolas públicas de Ensino Médio, distribuídas de modo proporcional em um estado do Brasil, com a participação de 2731 alunos, 426 docentes e 173 gestores. O primeiro resultado referente aos dados de correlação de clima escolar e desempenho no ENEM nos valores brutos não foi considerado estatisticamente significativo. Em seguida analisou-se a regressão linear múltipla que mostrou relações positivas e significantes nas variáveis independentes Indicador Nível Socioeconômico (Inse) e Taxa de Participação e nas variáveis Inse e dimensão Intimidação. Considerando que tais fatores contextuais foram significativos para explicar o desempenho, foi realizada uma análise controlando a variável Inse, em que com a divisão das escolas em quartis foi possível chegar em três grupos: escolas com desempenho abaixo (Grupo 1), dentro (Grupo 2) e acima (Grupo 3) do esperado. Por meio de uma análise mais específica das escolas de Grupo 1 e 3, no que se refere ao clima escolar geral, e também por dimensões, obteve-se uma tendência em que as escolas de Grupo 3 apresentaram uma avaliação de clima escolar mais positiva que as escolas do Grupo 1. Concluímos que a qualidade do clima escolar possibilita um espaço mais propício para estudar e aprender, e ainda, funciona como um fator protetivo para que escolas alcance um desempenho melhor no ENEM.

Ansiedade proveniente da avaliação escolar: decorrências na aprendizagem

*Milena Cristina Aragão Ribeiro de Souza (Faculdade Estácio); Marly Inácio Nascimento (Faculdade Estácio);
Anne Margareth Santana (Faculdade Estácio)*

Vários fatores contribuem para a aprendizagem no ambiente escolar. Estudos comprovam que a aprendizagem transcende a capacidade intelectual do sujeito, dependendo das influências do relacionamento com professores, colegas e como se sente e percebe o ambiente escolar. Ao mesmo tempo em que esse ambiente influencia as aquisições emocionais, ele pode ser o causador de situações ansiosas. Oliveira e Sisto (2002) asseveram que ao chegar à escola, a criança depara-se com uma realidade diferente da sua, a qual muitas vezes a obriga a fazer silêncio, entrar na fila, ficar de castigo, escutar, calar, obedecer e relacionar-se com pessoas que nunca viu; situações que podem gerar ansiedade. Todavia, os autores afirmam que a ansiedade em escolares não ocorre apenas quando vão pela primeira vez às escolas, ela pode ocorrer em alunos veteranos, em especial em situações avaliativas. Assim, é possível apontar as avaliações escolares como uma das situações ocorridas no ambiente escolar que remete o aluno à situação de ansiedade. Diante deste contexto, uma interrogação faz-se pertinente: como a ansiedade impacta na aprendizagem da criança? Desta forma, a presente pesquisa objetivou analisar os impactos da ansiedade na aprendizagem da criança causados pela avaliação, tendo como objetivos específicos analisar os efeitos causados pela ansiedade em situações de estresse para a criança; o impacto da avaliação como punição na aprendizagem da criança; os efeitos causados pelo medo de reprovação em avaliações escolares; e, por fim, propor possibilidades de ação frente a esta problemática. Como caminho metodológico, foi utilizada a pesquisa-ação, a partir da qual – baseada em metodologias ativas - foi realizado um grupo com 25 alunos do quinto ano do ensino fundamental na Escola Adventista de Lagarto, situada na cidade de Lagarto/SE. Como resultado, observou-se que as crianças sentem-se ansiosas e amedrontadas com o período avaliativo, bem como percebem a avaliação como punição e não como caminho para o conhecimento, não entendendo, portanto, sua eficácia como fator educativo. A discussão foi realizada fundamentada em autores como Luckesi (2011); Bzuneck (2004); Gonçalves e Damke (2007); Muniz e Fernandes (2016), entre outros. A partir deste estudo, foi possível analisar os impactos da ansiedade na aprendizagem da criança causados pela avaliação, bem como colaborou para a reflexão da avaliação como um instrumento de construção da aprendizagem infantil.

Aprendizagem e brincadeira em sala de aula: elaboração do significado de palavras cotidianas para crianças

Aline Arruda Rodrigues da Fonseca (Uninassau-JP); Flávio Lúcio Almeida Lima (Universidade Federal de Campina Grande); Sócrates Pereira Ferreira (Uninassau-JP)

O contexto escolar tem influência direta na vida das crianças e esse processo social vai caracterizar um desenvolvimento que recebe contribuições, principalmente, das relações familiares. O desenvolvimento cognitivo, segundo Piaget, para essa faixa etária, encontra-se na fase das operações concretas, na qual a criança é capaz de enunciar um objeto com bases concretas. O trabalho foi realizado em uma escola pública da cidade de João Pessoa-PB, durante o mês de setembro de 2016, com crianças na faixa etária dos 7 aos 8 anos. Após solicitação da realização da atividade à gestora da escola, seguiu-se um período de observação do comportamento dos alunos em sala e em horários de intervalo/recreio. Com a interação gradual dos observadores ao grupo. Por

fim, no último dia, foi feita uma dinâmica em sala, com colaboração da professora, sobre a construção de um pequeno dicionário de palavras cotidianas, elaborado pelas crianças. Dessa atividade, recebemos os seguintes significados: Amor: “É carinho na família”; Alegria: “É brincar com os brinquedos”; Paz: “É a amizade entre muitas pessoas para o país, e para as mulheres que sofrem violência”; Raiva: “Brigar com as pessoas”, “Puxar os cabelos”, “Dá um murro”, “Quando a minha mãe bate em mim”; Saudade: “Mandar uma pessoa para outro lugar”, “Quando uma pessoa morre. Minha avó morreu, meu pai morreu, fiquei com saudade”; Doença: “Quando fica tossindo, gripado, fica ruim e fraco”; Tristeza: “Chorar porque o amigo foi embora. Não dá vontade de fazer nada. Dá vontade de ficar em casa sem fazer nada”; Respeito: “Respeitar os mais velhos. O que mandar fazer é preciso fazer”. Podemos perceber pelo que observamos na sala de aula que mesmo quando algumas crianças não conseguiam realizar as tarefas propostas, elas tentaram desenvolvê-las pelo fato de ver outras crianças conseguindo realizar tais tarefas, sendo possível entender o que Bandura afirmou em sua teoria do comportamento por modelagem social sobre os processos de aprendizagem por observação, sendo eles: atenção, retenção, produção e incentivo. Além disso, através do dicionário, foi possível observar a realidade dessas crianças, que trazem em suas traduções o seu cotidiano e suas realidades vividas, corroborando Vygotsky ao falar de um desenvolvimento e aprendizagem sócio-contextual que marca a experiência e construção de conhecimento das crianças.

As práticas docentes diante do bullying na sala de aula: um estudo de caso

Sarah Aline Roza (Universidade Federal do Paraná); Nádia Artigas (Universidade Federal do Paraná); Lucia Helena Pires (Secretária de Estado de Educação do Paraná); Ana Moreira Borges de Macedo (Universidade Federal do Paraná)

O bullying pode ser compreendido como uma forma de interação caracterizada pelo predomínio de poder exercido por meio de comportamentos agressivos e negativos de um ou mais membros de um grupo sobre outro (s). Trata-se de um fenômeno presente nas interações de adolescentes nas escolas e que pode impactar de forma negativa no desempenho escolar. Nesse contexto, a intervenção docente diante dessas situações pode contribuir com a qualidade da interação social e com o desempenho acadêmico dos estudantes. A presente pesquisa teve por objetivo investigar a relação entre bullying e práticas docentes e verificar que ações interventivas podem diminuir a incidência de comportamentos de bullying e contribuir para um maior engajamento dos estudantes com atividades e práticas escolares em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, delineou-se uma pesquisa em formato estudo de caso para identificar as principais medidas e estratégias que um professor pode utilizar para diminuir situações de bullying e contribuir para um engajamento maior dos estudantes. Participaram da pesquisa 33 estudantes matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental, da rede pública da cidade de Curitiba (PR) e 5 professores da mesma instituição. Os professores utilizaram um Projeto contra o bullying, o qual tem a finalidade de promover interações positivas nas Escolas, que foi adaptado para essa pesquisa e organizaram atividades interventivas com a turma, acompanhando os níveis de engajamento e de desempenho escolar dos estudantes por meio de notas e do envolvimento dos mesmos com as atividades escolares durante o processo de pesquisa. Para a intervenção diante de episódios de bullying e situações de vitimização entre pares os professores apontaram o uso de diversas ações interventivas como: dialogar, acompanhar, mediar e oferecer suporte. Os professores avaliaram situações de agressão relacional como mais graves do que agressão direta e física. Com base no estilo de liderança de professores a partir do estilo de modelos parentais, percebeu-se que professores que orientam e mediam situações conflituosas com equilíbrio entre responsividade e exigência criam um clima escolar que promove relações positivas e com suporte social entre os estudantes. As intervenções foram estabelecidas com os agressores, as vítimas e os expectadores. Os resultados sugerem que o professor pode atenuar os efeitos negativos do bullying a partir do diálogo e da mediação com foco no desenvolvimento de relacionamentos que incentivem o suporte social de amigos e pares no ambiente escolar.

Avaliação escolar: história, devir e perezhivania

Joao Batista Martins (Universidade Estadual de Londrina)

O processo de aprendizado é circunscrito por várias dimensões: a relação entre professor e estudantes, a interdisciplinaridade, a inter-serialidade, etc. Dentre essas dimensões a questão da avaliação é um problema central pois é partir dela que se pode vislumbrar a implementação de uma proposta pedagógica mais justa, mais democrática, mais igualitária. Consideramos que a escolarização tem um papel fundamental no processo de inserção social dos indivíduos, pois ao proporcionar aos estudantes sua inscrição na cultura letrada, cria as condições de operação mental capaz de apreensão de conceitos mais elaborados e complexos. Assim, a questão do conhecimento explicativo da realidade passa a ser central e direcionador da potencialidade da escola numa sociedade como a nossa, pois é nesse espaço social que se engendrarão as possibilidades de superação das

condições de sobrevivência - na medida em que é oferecido aos estudantes a possibilidade de se apropriarem de um conhecimento acumulado historicamente – proporcionando as condições para as devidas mudanças sociais na perspectiva de uma sociedade melhor.

A partir destas considerações, apresentamos uma proposta de avaliação escolar tendo como suporte teórico as ideias de L. S. Vigotski. Para Oliveira (1998), sob a perspectiva vigotskiana, o aprendizado é considerado como um o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, com o meio ambiente, com as outras pessoas. Segundo a autora, uma vez que Vigotski enfatiza o aprendizado enquanto um processo sócio histórico, se considera a interdependência dos indivíduos envolvidos no mesmo. O termo por ele utilizado em russo (obuchenie) nos leva a considerar o “processo de ensino-aprendizagem”, o que inclui sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas (Oliveira, 1998). Assim, o que se deve se avaliado são as relações que se estabelecem ao longo do processo.

Assim, vislumbramos a avaliação escolar a partir da relação aprendizagem e desenvolvimento, através da noção de zona de desenvolvimento proximal (Vygotski, 1932-1934/1995a, Chaiklin, 2011). Localizamos a situação de aprendizagem como uma “situação social de desenvolvimento” (Vygotski, 1932-1934/1995b); entendemos que tal situação deve ser vivenciada pelos estudantes como um “drama” (Veresov, 2014), onde estão implicados tanto os aspectos cognitivos, como os afetivos, o que vai caracterizar as perizhivania – vivências (Vigotski, 1935/2010), tanto dos professores como dos estudantes. A articulação destes conceitos nos permite uma análise do processo de ensino x aprendizagem em sua historicidade, numa perspectiva contextualizada e dialética.

Brincadeiras, jogos e brinquedos na infância: lentes através das quais é possível ver e experimentar o mundo

Fernanda Ax Wilhelm (Universidade Federal de Roraima); Ana Paula da Rosa Deon (UFRR); João Paulo Roberti Junior (UFSC); Idonézia Collodel Benetti (UFSC)

As brincadeiras infantis possibilitam o desenvolvimento das crianças com influência marcante no comportamento de respeito, sociabilidade, emoções e reações, que acontecem durante o ato de brincar. O objetivo desta pesquisa, de abordagem qualitativa com base na Análise de Conteúdo, foi verificar a importância dos brinquedos, brincadeiras e jogos para o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, social e moral de crianças na cidade de Boa Vista – RR. Participaram do estudo 120 indivíduos – 60 do sexo feminino e 60 do sexo masculino – com idade a partir dos 18 anos. Os participantes responderam um questionário semiestruturado, que gerou quatro categorias: 1) desenvolvimento psicomotor; 2) desenvolvimento cognitivo; 3) desenvolvimento social e moral; e 4) contribuição das brincadeiras para o aprendizado infantil fora do ambiente escolar. Os resultados, na categoria de desenvolvimento psicomotor, apontaram para mais agilidade com o corpo, coordenação motora, comportamento discreto e silencioso, desenvolvimento do corpo (físico e psicológico) e habilidades corporais e espaciais. Quanto ao desenvolvimento cognitivo, foi observado que as brincadeiras promovem aprendizagem mais rápida, agilidade no raciocínio lógico, matemático e analítico, auxílio na aprendizagem da fala e leitura, aprendizagem de inglês e espanhol, mais atividade da visão periférica e do reflexo, criatividade, pensamento mais rápido, melhora no desenvolvimento da atenção e concentração e orientação na busca por estratégias de soluções para situações diversas. Com relação ao desenvolvimento social e moral, observou-se que brincar promove mais socialização, harmonia, comportamento de paciência, enfrentamento das diferenças e divergências, interação e convivência em grupo, obediência e respeito a regras, confiança, colaboração, respeito e compreensão, senso de coletividade, desenvolvimento da empatia, afetividade e responsabilidade, noção de limites, enfrentamento de desafios, contribuição para a formação de valores; desenvolvimento de liderança, resiliência; administração de conflitos; honestidade; disciplina; pontualidade; respeito ao espaço do outro; desenvolvimento da identidade; formação da personalidade; tomada de decisões e fomento na formação da cultura. Na categoria contribuição das brincadeiras para o aprendizado infantil fora do ambiente escolar evidenciou-se que todos os entrevistados percebem que as brincadeiras são oportunidades para aprender a raciocinar mais rápido, ler e escrever, melhorar o raciocínio lógico e matemático, buscar informações sobre diversos assuntos, estudar línguas, ter raciocínio analítico, criar estratégias e desenvolver atenção e concentração. Os dados confirmam que as brincadeiras, jogos e brinquedos durante a infância não são apenas um divertimento, permitindo, ainda, o desenvolvimento integral e dinâmico da criança, contribuindo de forma efetiva na construção de uma aprendizagem mais significativa.

Características cognitivo-emocionais e seu papel sobre o desempenho escolar: resultados preliminares

Bianca Cristine Gomide Costa (CNPq/UnB); Cristiano Mauro Assis Gomes (Universidade de Minas Gerais); Denise de Souza Fleith (Universidade de Brasília)

A investigação das variáveis ligadas ao bom desempenho acadêmico tem sido apontada como uma das formas de subsidiar ações voltadas à melhoria da qualidade da educação. Pesquisas acerca dos aspectos cognitivo-emocionais dos alunos têm indicado que essas variáveis possuem papel importante na explicação do desempenho acadêmico. No entanto, ainda são escassos os estudos que investigam a relação das diferentes variáveis e seu impacto sobre as notas escolares, dificultando a elaboração de um modelo mais completo para a explicação do desempenho acadêmico. O presente estudo tem como objetivo a construção e avaliação de um modelo multivariado de variáveis cognitivo-emocionais, a saber: abordagens à aprendizagem, bem-estar, autoeficácia, autoconceito e autoestima escolar, valor atribuído à escola, metacognição e inteligência, na explicação do desempenho acadêmico. Participaram do estudo 805 estudantes do ensino médio, 415 homens e 390 mulheres com idade média de 16,22 anos ($dp=1,02$), sendo 449 alunos de escolas particulares e 356 de escolas públicas das cidades de Viçosa e Belo-Horizonte, Minas Gerais. Os alunos responderam aos seguintes instrumentos: Escala de Abordagens de Aprendizagem, Escala de Afeto Positivo e Negativo, Escala Multidimensional de Satisfação com a Vida, Escala de Satisfação de Vida Global, Escala de Cognições Acadêmicas Autorreferentes, Conjunto de Testes de Inteligência Fluida e Cadernos de Testagem do Conhecimento Acadêmico e da Metacognição. Os dados foram analisados por meio de modelagem por equação estrutural, sendo considerados critérios de bom ajuste CFI 0,95 e RMSEA 0,06. Em análises preliminares, a única variável que apresentou poder explicativo sobre o ENEM foi o monitoramento metacognitivo, que explicou 73% da variância ($\beta=0,57$), apontando que alunos com maior habilidade de revisar seu processo de produção acadêmica tendem a apresentar melhores rendimentos. Sugere-se assim a inserção de programas de desenvolvimento da metacognição nas atividades escolares. Destaca-se ainda que, apesar de não apresentar efeito direto sobre o desempenho, o autoconceito mostrou-se relevante na definição da abordagem de aprendizagem utilizada pelos alunos, explicando de forma positiva 48% da variância da abordagem profunda ($\beta=0,73$) e de forma negativa 35% da variância da abordagem superficial ($\beta=0,67$). Indicando que alunos que possuem visão mais positiva de si mesmos no contexto escolar tendem a envolver-se de forma mais ativa com os processos de ensino e apresentarem maior motivação intrínseca. Uma vez que, conforme aponta a literatura, a abordagem profunda está ligada a uma aprendizagem mais significativa, estimular o autoconceito positivo dos alunos pode, indiretamente, favorecer a qualidade de sua educação.

Descenração e docência: o egocentrismo como obstáculo pedagógico

Nilson Guimarães Doria (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Não há dúvidas sobre a centralidade do conceito de egocentrismo na obra de Piaget, como também não há dúvida sobre seu caráter polêmico, a ponto de Flavell (1996) afirmar tratar-se do “conceito piagetiano que talvez seja o mais conhecido (embora, talvez, seja também o menos compreendido): egocentrismo”. Classicamente identificado como característica marcante do período pré-operatório, o conceito tem sido constantemente revisitado e ampliado. Uma linha fecunda de pesquisa a este respeito relaciona o egocentrismo residual no adulto docente e a qualidade do trabalho do mesmo (Robertson, 1999 e 2000; Marques e Becker, 2009). Embora os dois modelos apontados acima diverjam em uma série de aspectos, nestes trabalhos os autores defendem uma proposta de desenvolvimento docente em que a paulatina descenração de suas práticas representa o marco evolutivo. O modelo de Marques e Becker segue uma orientação francamente piagetiana, com 3 estágios, o primeiro caracterizado pelo fato do professor “não pensar no aluno, porque o aluno não existe” no qual haveria um centramento na tarefa de reprodução do conteúdo previsto sem preocupação especial com a compreensão do aluno. O segundo teria por característica “pensar no aluno a partir de si próprio”, no qual há preocupação com a compreensão, mas o professor leva em consideração as suas próprias ferramentas e estruturas cognitivas ao planejar suas aulas e cursos. Na terceira etapa, o docente “pensa o aluno a partir do aluno”, isto é, leva em consideração a perspectiva e as estruturas cognitivas alheias na hora de planejar suas intervenções. Na proposta de Robertson encontramos um modelo de desenvolvimento tridimensional em sequência genética, no seguinte ordenamento: egocentrismo (autocentrimento do docente), aliocentrismo (centramento no aluno), e sistemocentrismo (centramento nas relações entre docente e aluno). Apesar de ambos os modelos apresentarem três etapas, podemos ver que elas não são coincidentes, pois o modelo de Robertson apresenta um grau a mais de descenração que o modelo de Marques e Becker, que corresponderia ao sistemocentrismo. Por outro lado, poderíamos pensar que os segundo e terceiros estágios de Becker poderiam corresponder a dois subestágios da etapa aliocêntrica de Robertson. O aprofundamento na investigação da temática aponta para potenciais ganhos teóricos e práticos, respectivamente: a) ao estender de forma consistente com a proposta piagetiana um dos conceitos-chave de sua perspectiva desenvolvimental (desenvolvimento cognitivo e moral como descenramento progressivo); b) ao prover modelos testáveis de dimensões específicas do desenvolvimento dos profissionais da educação, o que pode repercutir em políticas públicas educativas.

Desenvolvimento cognitivo e avaliações em larga escala: um estudo da aplicação da taxonomia revisada de Bloom na Prova Brasil

Andrea Maria dos Santos Matos; José Júnior de Santana Sá (Universidade Federal de Sergipe); Alessandra Pereira Gomes Machado (Universidade Federal de Sergipe); Raquel Meister Ko. Freitag (Universidade Federal de Sergipe)

A Prova Brasil é uma avaliação em larga escala da educação básica cujo objetivo é avaliar o desempenho em leitura e resolução de problemas. Seus resultados têm sistematicamente apontado níveis de desempenho abaixo do esperado nas áreas e anos avaliados. No entanto, o fato do desempenho ser abaixo do esperado não significa que os alunos não tenham progresso no desenvolvimento cognitivo, o que a Prova Brasil não avalia. Verificar o progresso do desenvolvimento cognitivo dos alunos a partir dos resultados da Prova Brasil pode auxiliar o professor no planejamento da sua prática pedagógica. Para contribuir com este propósito, objetivamos comparar as orientações das Matrizes de Referências da Prova Brasil, utilizando a Taxonomia Revisada de Bloom (ANDERSON, 2001; KRATHWOHL, 2002) com o desempenho dos alunos em um teste padronizado semelhante à Prova Brasil, a partir da classificação dos processos cognitivos dos descritores. A análise das Matrizes de Referência consistiu do levantamento da frequência dos verbos contidos nos descritores e da classificação dos itens do teste padronizado conforme os níveis da dimensão do processo cognitivo do referencial utilizado. O teste padronizado foi aplicado a alunos de duas escolas públicas, totalizando 227 participantes dos 6º e 9º anos (CAAE nº 65781617.1.0000.5546). Nas Matrizes de Referência, classificamos 101 habilidades (64% para Matemática e 36% para Língua Portuguesa); em Matemática, foram identificadas 65 habilidades (Lembrar 46%, Compreender 13% e Aplicar 41%); em Língua Portuguesa, foram identificadas 36 habilidades (Lembrar 65%, Compreender 27% e Analisar 8%). Nos testes padronizados, identificamos a frequência de Lembrar (21%), Compreender (31%) e Aplicar (48%) para Matemática; e Lembrar (17%), Compreender (73%) e Analisar (10%), para Língua Portuguesa. A comparação entre os itens e o desempenho dos alunos aponta um progresso no desempenho cognitivo básico. As médias de acertos em cada nível, em Matemática, foram: Lembrar, no 6º ano, 72,16 e, no 9º ano, 67,6; Compreender, no 6º ano, 77 e, no 9º ano, 71,33; Aplicar, no 6º ano, 55,7 e, no 9º ano, 53,69. Em Língua Portuguesa, foram: Lembrar, no 6º ano, 76,75 e, no 9º ano, 65,75; Compreender, no 6º ano, 74,53 e, no 9º ano, 67,94; Analisar, no 6º ano, 84 e, no 9º ano, 78,25. Em todas as habilidades, e nos dois níveis avaliados, as médias se mostram estáveis, exceto em Aplicar, em Matemática, o que aponta uma atenção para as habilidades dos níveis mais altos como Aplicar.

Entre passos criativos e ajustamentos linguageiros, a criança movimenta a língua e (re)constrói sentidos.

Suzana Rosa de Almeida (Universidade Federal de São Paulo); Márcia Romero (Universidade Federal de São Paulo)

A linguagem da criança é objeto de estudo e foco de interesse de diferentes ciências. Inscrito nos campos da Psicologia e da Linguística da Enunciação em interface com a Aquisição da linguagem, este trabalho tem por objetivo delimitar os movimentos criativos e os ajustamentos linguageiros por parte da criança vinculados ao processo de co-construção de sentido. Para tanto, partimos da análise sobre as condutas de negociação de sentidos nas quais se verificam, nas interações, os movimentos de ajustamento intersubjetivo que ocasionam significações estabilizadas pelos enunciadores nelas envolvidos. Como corpus, é analisada a fala de uma criança do sexo feminino, dos 36 aos 48 meses, cujos dados, coletados em registro audiovisual, são transcritos por meio do sistema CLAN. Destacamos, nas análises, os momentos em que a criança confere sentidos às expressões da língua, bem como a posição do seu interlocutor em relação aos sentidos por ela atribuídos em seu discurso. Buscamos compreender como ocorre à negociação e a co-construção de sentidos por parte dos enunciadores (criança-interlocutor) às expressões da língua. Essa pesquisa, ao enfatizar como a criança adquire, utiliza, constrói e transforma palavras e expressões linguísticas, colaborando como sujeito ativo na produção de uma rede de sentidos, é de fundamental importância para que se repense a normatividade atribuída ao funcionamento da língua e se evidencie a essência dinâmica inerente a língua(gem). A investigação toma por fundamento teórico-metodológico os conceitos de níveis de representação e de atividade epilinguística propostos pela Teoria das Operações Enunciativas (CULIOLI, 1990; DUCARD, 2013; ROMERO, 2016), bem como as contribuições da Psicologia em interface com a Psicanálise (FREUD, 1912), vertente esta que, notabilizada pelas reflexões sobre os aspectos inconscientes da atividade de linguagem, permite-nos estabelecer uma aproximação com os conceitos oriundos do campo da Linguística da Enunciação que subsidiam o estudo em Aquisição. Os resultados deste estudo revelaram que a posição criativa da criança, ao mesmo tempo em que emprega uma nova palavra e lhe

atribui sentido, reconstrói-se em diferentes ajustamentos em interação com seu interlocutor. Neste movimento, ela alimenta a vivacidade da língua, transformando-a e sendo por ela transformada.

Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica: Uma Aprendizagem da Atividade Profissional

Nádia Oliveira da Silva (UFPE); Candy Marques Laurendon (UFPE)

Este trabalho busca contribuir para a reflexão sobre o estágio clínico supervisionado que corresponde a um período crucial na formação do psicólogo, uma vez que o aluno deixa sua posição de estudante para assumir uma postura profissional. Nesse contexto, o futuro psicólogo encara o desafio de articular os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação com a prática. Não obstante, o estágio supervisionado para a maioria dos alunos de psicologia, é a única experiência prática vivenciada ao longo da graduação, e por isso estabelecer relações entre a teoria e a prática do contexto clínico, pode tornar-se um exercício laborioso. Neste sentido, a supervisão é fundamental para a formação do futuro profissional, tendo em vista que é nesse espaço de aprendizagem que ele poderá aprimorar sua escuta e manejo clínico, a partir de reflexões sobre sua experiência prática com os atendimentos psicoterapêuticos. Assim, considera-se a supervisão clínica como uma Zona de Desenvolvimento Proximal do estagiário a partir de dois níveis: um nível de desenvolvimento real (atingido nos atendimentos psicoterapêuticos) e o nível de desenvolvimento potencial (aquele possível com a mediação de um profissional mais experiente, como o supervisor de estágio). A partir da discussão dos casos clínicos, o supervisor com a sua escuta auxilia o futuro psicólogo a refletir sobre sua prática, ao se representar as experiências com os receios e outras emoções vivenciadas nos atendimentos com o paciente, de modo à ressignificá-las. Com base nessa discussão, e considerando o campo da didática profissional, o estágio supervisionado em psicologia apresenta-se como uma experiência que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento do profissional, na qual o sujeito aprende na prática, e a partir da reflexão sobre esta. Desse modo, falar de desenvolvimento de competências necessárias para o exercício clínico como a escuta, manejo terapêutico e uma postura ético-profissional, implica em falar de um processo de aprendizagem que ocorre mediante a atividade dos atendimentos psicoterapêuticos, aprimoradas no espaço de supervisão. O estágio supervisionado em psicologia clínica contribui para formação do futuro psicólogo, ao possibilitar um encontro entre a forma predicativa do conhecimento e a forma operatória construída na atuação como estagiário profissional. Por esse motivo, é importante propor reflexões sobre a formação do psicólogo, alinhado a atividade profissional ao longo do curso de graduação, tendo em vista a escassez de literatura nessa área.

Estudo preliminar sobre as diferenças mediacionais para aprendizagem entre o ambiente presencial e o virtual

*Emanuel Duarte de Almeida Cordeiro; Marina Assis Pinheiro (Universidade Federal de Pernambuco/UFPE);
Candy Estelle Marques Laurendon (Universidade Federal de Pernambuco/UFPE)*

Uma das principais marcas da cultura contemporânea é o acesso em massa às ferramentas tecnológicas virtuais transformadoras das relações do sujeito junto ao outro social, ao conhecimento e às formas de produção cultural. No universo dos gadgets e suas plataformas virtuais oportuniza-se uma diversidade de ambientes promotores de novas formas de aprendizagem. Neste contexto, constitui-se ainda como um desafio à Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento, a modelização conceitual-metodológica das mutações comunicativas-interacionais emergentes na realidade virtual. De acordo com a perspectiva sócio-histórica vygotskyana as ferramentas mediadoras da relação entre o sujeito e o mundo provocam mudanças no amálgama pensamento-linguagem. O objetivo desse trabalho constitui-se em apresentar uma proposta de análise favorecedora da diferenciação entre as formas interacionais e comunicacionais próprias à sala de aula presencial e sua configuração no ambiente virtual. Participaram da pesquisa que inspira a presente discussão, uma turma de 26 alunos do ensino superior, estudantes do 7º período do curso de Psicologia de uma Universidade Pública e o professor. A investigação procedeu-se a partir de duas aulas: a primeira aula presencial foi videogravada e transcrita e a segunda aula ocorreu em um grupo privado no Facebook e também transcrita. Para a análise dos dados e produção de categorias analíticas, observou-se que a literatura não apresenta convergência sobre os modelos interpretativos das modalidades interacionais-comunicativas no ambiente presencial. Diferentemente da escassez de modelos para o ambiente virtual, encontra-se maior concentração de estudos focados no conteúdo da aprendizagem (Leffa, 2003), na arquitetura social da sala de aula (Philips, 2009; Schulz, 2007; Goffman, 2002) ou ainda na atuação pedagógica do professor presencialmente (Assis, Frade & Godino, 2013). Deste modo, o presente trabalho pretende discutir um modelo de análise em desenvolvimento de pesquisa de mestrado, baseado na compreensão da ZDP como espaço simbólico-virtual produtor de transformações dos modos de aprender e agir (Meira & Lerman, 2010). Os dados da investigação indicam uma expressiva diferença entre os dois ambientes

em termos dos padrões comunicativos dos sujeitos e, conseqüentemente, na relação entre conhecimentos prévios e os conteúdos formais das aulas.

Experimentando posições: contribuições do teatro de fantoches para o desenvolvimento do self

Lara Rani Souto Maior Siqueira Lima; Nadja Maria Vieira da Silva (UFAL)

A abordagem dialógica do self preza pela noção de posicionamento na interação e postula que somos constituídos por uma multiplicidade dinâmica de vozes (HERMANS, 2001). A partir das reflexões de Bakhtin, a teoria do self dialógico enfatiza o papel da alteridade na constituição do self, esclarecendo que nos formamos a partir das palavras dos outros desde que nascemos. Defendemos, nesse estudo, que o self se transforma com experiência literária na medida em que experimenta posições através da alteridade, ou seja, a partir da possibilidade de ser como outros personagens em outros contextos sem deixar de sermos a nós mesmos aqui-e-agora. Os resultados aqui apresentados são baseados em uma dissertação de mestrado em psicologia cognitiva (SOUTO MAIOR, 2017), que investigou a relação entre self e literatura e seus impactos para o desenvolvimento. Como estratégia para construção de dados foi conduzida uma pesquisa de intervenção longitudinal em ambiente escolar, onde foram promovidas 12 oficinas de literatura para 46 crianças do primeiro ano do ensino fundamental, utilizando 3 formas de mediação: contação oral, leitura do livro e teatro de fantoches. Nesse recorte focamos as oficinas de teatro de fantoches, onde seis crianças foram registradas em vídeo. Observou-se que as oficinas literárias que utilizaram o recurso do teatro de fantoches e a dramatização espontânea apresentaram relações qualitativamente diferenciadas, prestando uma contribuição única para o exercício da alternância de posições na interação ao propiciar que as crianças experimentassem posições do self em diversos contextos, dando voz aos personagens e relacionando a história contada com outras histórias. Em resumo, os resultados indicaram que a dramatização possibilitou uma relação imbricada do self com a literatura, em uma dinâmica que revelou a identificação e a distinção entre o self e o outro; em suma, o movimento contraditório da produção de sentido e da própria constituição do self, que se fundamenta na alteridade sem dissolver-se nela, ao manter a possibilidade de diferenciar-se na relação. É nesse sentido que a dramatização com fantoches pode ser apropriada pela escola como recurso promotor do desenvolvimento, na medida em que mobiliza mecanismos linguísticos, psicológicos, sócio-culturais, históricos e fomenta a produção de sentido da história pela criança. Além disso, as atividades curriculares voltadas para essa modalidade artística, fundamentadas no pressuposto da compreensão ativa e recriativa da obra pelo leitor, desenvolvem a capacidade de percepção, organização e inovação das experiências e posições do self. Ou seja, favorecem o desenvolvimento do self através da experiência literária.

Letramento literário e desenvolvimento humano: estreitando as relações entre a arte e a vida

Lara Rani Souto Maior Siqueira Lima; Nadja Maria Vieira da Silva (UFAL)

Situando-nos na interface de dois campos do saber – a psicologia do desenvolvimento humano e a educação – e partindo dos conceitos bakhtinianos de dialogismo e responsividade, percebemos na relação do self com a literatura em situações de letramento um potencial de mútua transformação, em que tanto o leitor quanto o texto se modificam no processo de produção de sentido. Apesar de essa ser uma afirmação de difícil contestação e do número crescente de pesquisas que discutem o letramento literário na escola, a compressão de como se dá esse processo ainda apresenta grandes lacunas. Partindo dessa problemática, foi conduzida uma pesquisa de intervenção longitudinal em uma escola municipal de Rio Largo – AL, que consistiu na realização de 12 oficinas de literatura para turmas do primeiro ano do ensino fundamental. Os resultados dessa pesquisa (SOUTO MAIOR, 2017), indicaram que podemos potencializar as situações de leitura e compreensão ao estreitar as relações entre a literatura e as experiências de self do leitor nas situações de letramento. Entendendo que o leitor, ao construir significados, também significa a si mesmo na sociedade em que vive e que cada obra carrega em si as marcas que refletem a sociedade em que foi produzida, sem que, no entanto, sejam homogêneas e passíveis de um único sentido, argumentou-se que, no que diz respeito à relação humana com a literatura, o cerne da questão não está na capacidade de decodificação do leitor, mas na intertextualidade estabelecida entre as experiências de self e as experiências narradas nas obras, pois essa intertextualidade será a base para a ação de significar a si mesmo a partir da vivência da leitura e de produzir sentido para a obra ao relacioná-la com as próprias experiências. Essa configuração suscita momentos preciosos para o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, para o processo de desenvolvimento humano, principalmente quando consideramos o papel da linguagem no funcionamento psicológico e da alteridade na constituição do self. Compreendemos, por fim, que ao estreitarmos as relações entre a arte literária e a vida podemos promover práticas com a literatura plenas de sentidos para o leitor, para a obra e para a sociedade e que esse deve ser o norte para a utilização da literatura em sala de aula.

Mensuração de Habilidades Socioemocionais em Crianças e Adolescentes: Relatos Empíricos do Programa Semente

Bruno Figueiredo Damásio (UFRJ)

As habilidades socioemocionais (HSE) são compreendidas como um construto multidimensional, composto por variáveis emocionais, cognitivas e comportamentais que auxiliam no desenvolvimento saudável ao longo do ciclo vital. Estudos recentes têm demonstrado que as HSE podem ser desenvolvidas e aprendidas. Nesse sentido, há, atualmente, ampla concordância que o sistema educacional de ensino deve focar não só no desenvolvimento cognitivo, mas também no desenvolvimento das competências sociais e emocionais de crianças e adolescentes. O presente estudo descreve o procedimento de criação e as propriedades psicométricas de seis instrumentos de avaliação de HSE, bem como a estrutura para avaliação de efetividade do Programa Semente - um novo programa brasileiro de desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Os instrumentos mensuram as facetas propostas pelo CASEL, a saber: autoconhecimento, autocontrole, perseverança, empatia, decisões responsáveis e comportamentos prossociais. Participaram do estudo de desenvolvimento e validação das escalas um total de 2659 crianças, sendo 1375 meninas (51,7%), com idades variando de 10 a 16 ($M = 11,99$; $DP = 1,19$), estudantes do 6 ao 9 ano do Ensino Fundamental, de 15 escolas brasileiras. Todos os instrumentos apresentaram adequada evidências de validade (estrutura fatorial, fidedignidade, invariância configural, métrica e escalar) bem como na relação com medidas externas (padrões de validade convergente e/ou concorrente). A versão final da bateria é composta por 45 itens. Juntos os construtos formam um fator de segunda-ordem, denominado HSE, que, também apresentou adequados índices de ajuste. A avaliação de efetividade do Programa Semente segue um delineamento quasi-experimental, composto por um grupo experimental e um grupo de comparação. O grupo experimental é composto por 10788 crianças, sendo 5947 meninas (55,1%), com idades variando de 10 a 17 anos ($M = 12,23$; $DP = 1,53$), estudantes do 6 ao 9 ano do Ensino Fundamental de 45 escolas, de todas as regiões do Brasil. O grupo de comparação, por sua vez, é composto por 1408 alunos (748 meninas, 53,1%), com idades variando de 10 a 16 anos ($M = 12,10$; $DP = 1,49$), alunos do 6 ao 9 ano do Ensino Fundamental. Os resultados preliminares demonstram que as crianças brasileiras apresentam maiores níveis de empatia e perseverança. Por outro lado, autoconhecimento e autocontrole emocional são os construtos que apresentam menores escores. Os dados do pós-teste (ainda não coletados) informarão o potencial do Programa Semente em desenvolver os níveis de HSE de crianças escolares brasileiras.

Mudanças nos estudantes decorrentes da experiência universitária na graduação: a importância das atividades acadêmicas não obrigatórias

Edleusa Nery Garrido (Universidade do Estado da Bahia – Uneb); Fátima Mira Magalhães Palmeira de Olinda (Universidade do Estado da Bahia - Uneb)

Os anos de permanência na Universidade possibilitam experiências curriculares e extracurriculares, às quais produzem impactos expressivos na educação geral dos estudantes, repercutindo em mudanças, especialmente no âmbito pessoal, social e acadêmico dessa população. Isso porque a imersão no ambiente universitário é marcada por rupturas (COULON (2008) e apontada como responsável pelas mais importantes transições ao longo da trajetória estudantil dos indivíduos (CARMO; POLYDORO, 2010). O presente estudo investigou as experiências acadêmicas não obrigatórias dos graduandos de uma universidade pública baiana e seus impactos nesses estudantes. Entende-se por experiências acadêmicas não obrigatórias aquelas oportunizadas no ambiente da universidade ou a este relacionado e que, embora não façam parte da estrutura curricular exigida, possuem relevância na trajetória estudantil. Educação geral, por sua vez, compreendida, para além da formação profissional, como um processo de desenvolvimento humano e social (DIAS SOBRINHO, 2007). Para embasamento teórico, optou-se pelas teorias de impacto, que buscam compreender como o contexto universitário se constitui como lócus de influência para mudanças significativas nos estudantes (PASCARELLA; TERENCEZINI, 2005). Em complemento, experiência é aqui trazida como os sentidos atribuídos aos eventos que os sujeitos estão imersos, (CONTRERAS; LARA 2013) ou seja, uma análise subjetiva daquilo que se vivencia (ANDRADE, VERGNE; GUEDES, 2016). Para a pesquisa, de natureza qualitativa, foram entrevistados seis estudantes de três cursos do departamento de educação daquela instituição. A partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008), os resultados mostraram que os estudantes se envolvem em atividades oferecidas pela universidade e outras instituições, tais como congressos, simpósios palestras, grupos de pesquisa, cursos de extensão e estágios não obrigatórios e também em atividades concebidas pelos próprios estudantes como encontros religiosos, festas, saraus, grupos de socialização e encontros informais no ambiente institucional ou fora deste. Em se tratando dos impactos decorrentes dessas experiências, foram citados ganhos acadêmicos como o aumento de conhecimento, aquisição de habilidades para a pesquisa e atuação profissional e ampliação de

conhecimento sobre a realidade social; melhoria nas relações interpessoais, ampliação da rede social, exercício da solidariedade entre colegas, diversão e diminuição do estresse. Os resultados sugerem que uma gama de situações propicia experiências diversas durante a graduação e contribui para a educação geral dos estudantes. Nesse sentido, as universidades precisam criar mais condições para envolver os estudantes na construção de um percurso acadêmico de participação ativa.

NARRATIVAS DOCENTES: a imaginação infantil na perspectiva dos professores

Gleice Aline Miranda da Paixão (Secretaria de Educação do Distrito Federal); Fabrícia Teixeira Borges (Universidade de Brasília)

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que tem como intuito investigar como os processos imaginativos infantis têm sido tratados nas salas de aula. Para fins de produção de dados, escolhemos turmas de anos iniciais de ensino fundamental, pois compreendemos que as crianças não se limitam ao público da educação infantil. Baseadas na perspectiva da Psicologia Cultural, defendemos que a imaginação é um processo psicológico que leva à ampliação das experiências humanas, que gera aprendizagens pessoais – e coletivas – e, por conseguinte, que impulsiona o desenvolvimento humano. De acordo com Zittoun & Gillespie (2016), a imaginação é um processo central que guia o desenvolvimento humano ao longo do curso de vida. Ademais, a imaginação é possibilitada pelos artefatos culturais e, a depender do contexto cultural, pode ser permitida ou reprimida. Diante disso, acreditamos que a sala de aula, por meio da prática do professor e das relações estabelecidas entre professor-aluno e aluno-aluno, pode proporcionar o desenvolvimento e o fomento da imaginação. Para fins de investigação, realizamos entrevistas narrativas com professores (as) de anos iniciais para compreendermos qual a percepção que eles (as) têm sobre imaginação. A opção pelas entrevistas narrativas se pauta no entendimento de que a partir da narrativa podemos ter acesso ao que o outro pensa sobre si e, em se tratando de professor (a), sobre o que pensa sobre sua prática docente. A partir do relato da prática docente e do que compreendem por imaginação infantil, analisamos como a emergência de processos imaginativos influencia na dinâmica da sala de aula ou, mesmo, se a imaginação é desconsiderada e tratada como algo fantasioso e/ou desvinculado da realidade.

O afeto como fator de motivação no processo de aprendizagem

Livia d'Oliveira Tohmé

Ao se falar do processo de aprendizagem, surge como questão central, fazendo cifra para os principais teóricos da aprendizagem, tais quais Piaget, Vigotsky e Wallon, a seguinte pergunta: como o sujeito aprende? Delimitando ainda mais, o que nos motiva à aprendizagem? Este é o eixo central do presente artigo, que objetiva explorar como o afeto funciona motivando o processo de aprendizagem na perspectiva da educação integral. Para isso, se desenvolverá uma ampla revisão de literatura e discussão sobre estes temas, objetivando inter-relacioná-los em nosso percurso.

A motivação à aprendizagem é um problema de ordem prática e urgente, pois dados apontam para salas de aula repletas de alunos desinteressados e altos índices de evasão escolar, e pesquisas anteriores já tratam da desmotivação dos discentes como fator importante nesse processo. Assim, primeiramente analisou-se o conceito de motivação sob a perspectiva da pirâmide de Maslow e diferenciando a motivação intrínseca da extrínseca.

Entre os fatores essenciais para a construção da aprendizagem, se destaca um: a afetividade. Os consagrados teóricos da aprendizagem, Piaget, Vigotsky e, principalmente Wallon, destacam a relação entre o afeto e o processo do aprender. Wallon, destacado neste artigo, dá à afetividade um lugar central em sua teoria ao colocar a criança como um ser primeiramente constituído pelas emoções e que depois se formará como ser sócio-cognitivo. Ele valoriza a integralidade do sujeito e, portanto, em sua visão, somos indissociáveis de nosso aspecto afetivo, que é mediador da aprendizagem.

A ideia de integralidade presente já em Wallon vai ser o ponto chave de uma política educacional já implementada pela Lei de Diretrizes e Bases Nacionais que se chama Educação Integral. Esta determina que o período escolar deve se estender, sendo complementado por atividades extracurriculares que enriqueçam a formação. No entanto, esta mudança no sistema de ensino não deve ser vista simplesmente como um aumento de carga horária. Quando se fala de educação integral, tem-se o princípio da integralidade imbuído como filosofia, no que se refere à construção dos sujeitos como um todo. Uma educação integral deve buscar o desenvolvimento das mais diversas potencialidades do ser humano, incluindo aí o social e emocional. Na medida em que a afetividade também é um componente reconhecidamente integrante da aprendizagem, torna-se essencial compreender de que maneira os afetos que perpassam as relações escolares, sejam professor-aluno, entre os colegas, com a instituição de ensino ou com o próprio conteúdo, tornam-se motivadores da aprendizagem para estes estudantes.

Percepções maternas acerca do desenvolvimento infantil e dos tipos de brinquedos e brincadeiras utilizados por bebês aos 9, 12 e 15 meses

Ana Cristina Ramos Costa; Fabíola de Sousa Braz-Aquino (universidade federal da paraíba)

O objetivo da presente pesquisa é apresentar a análise dos relatos maternos sobre o desenvolvimento de bebês nos dois primeiros anos de vida, destacadamente, as percepções maternas sobre os tipos de brincadeiras e de brinquedos relatados como os que mais chamam a atenção dos bebês, e as percepções das mães quanto às possíveis mudanças relativas aos tipos de brinquedos e suas modalidades de uso. Para tanto foram entrevistadas seis mães, sendo duas de bebês com 9 meses, duas de bebês com 12 meses e duas de bebês de 15 meses. Para conhecer as percepções maternas sobre desenvolvimento dos bebês e a brincadeira foi utilizado um roteiro de entrevista do tipo semi-estruturada. Os relatos maternos foram registrados por meio de um gravador de voz e transcritos literalmente para análise. Os resultados demonstraram que as mães percebiam o desenvolvimento dos seus bebês de forma positiva, expressos por termos como “super bem”, “ativo”, “muito bom” e “satisfatório”. Quanto aos brinquedos e brincadeiras de mais interesse para os bebês de 9 meses foram citados brinquedos de morder e de fazer barulho, como garrafas plásticas com grãos que produziam sons; aos 12 meses montar e brincar de bola, e aos 15 meses ver livros e mexer em objetos musicais. Em relação a mudanças quanto ao tipo e usos de brinquedos, as mães de bebês com 9 meses relataram que estes usavam mais brinquedos que emitiam barulho e que podiam morder; as mães de bebês com 12 meses relataram que seus filhos usavam bonecas e brinquedos de encaixe e aos 15 meses brinquedos com imagem e músicas. Esses resultados são discutidos considerando as pesquisas no campo do desenvolvimento sócio comunicativo e linguístico inicial, com destaque ao papel da brincadeira como principal atividade da infância e ferramenta mediadora nos processos de aprendizado e desenvolvimento.

Processo de aprendizagem de enfermeiros urgentista/emergentista a luz da teoria sociointeracionista e da didática profissional

Fabiana França de Amorim (Clínica de Psicologia); Candy Marques Laurendon (UFPE)

O presente trabalho propõe uma discussão acerca do processo de aprendizagem profissional do enfermeiro urgentista/emergentista, a partir da perspectiva teórica sócio-histórica sobre o desenvolvimento cognitivo e da didática profissional. No Brasil a formação profissional é um tema que vem sendo discutido enfatizando a reformulação curricular, para que a parte teórica desta formação esteja relacionada à prática profissional, inclusive na enfermagem. No contexto específico de urgência/emergência, o enfermeiro lida diretamente com pacientes em situação de risco potencial de vida, requerendo uma atuação rápida e competente que exige uma articulação entre uma complexidade técnica e conhecimentos científicos. Neste sentido, a partir da perspectiva da didática profissional que investiga o desenvolvimento de competências profissionais de adultos em diversos contextos, considera-se que os saberes do enfermeiro urgentista/emergentista, oriundos de uma formação teórico-prática, se elaboram e reelaboram ao longo da sua experiência profissional, no confronto com novas situações de emergência que demandam uma tomada de decisões rápida e uma capacidade de resolução em um curto prazo. Estes saberes mobilizados para resolver as situações problemáticas do contexto profissional são de ordem conceitual, teórico-práticos, mediados por representações simbólicas. Por outro lado, a concepção sócio-histórica explica como o processo de aprendizagem das competências profissionais só é possível graças a mediação com outros colegas mais experientes que auxiliam o aprendiz na resolução de problemas, contribuindo para a apropriação dos novos conhecimentos em um determinado contexto sociocultural. Estes saberes capacitam o enfermeiro para desempenhar seu papel profissional de modo a ser útil ao outro na relação do cuidado. Neste sentido torna-se relevante propor uma discussão sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento destes saberes teórico-práticos do enfermeiro urgentista/emergentista, a fim de contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento cognitivo do adulto, este sendo proporcionado por estas experiências profissionais específicas a um contexto sociocultural.

Supervisão em Psicologia Clínica: Reflexões sobre o Desenvolvimento da Prática Profissional do Supervisor de Estágio

Nádia Oliveira da Silva (UFPE); Candy Marques Laurendon (UFPE)

A supervisão da prática clínica psicológica é um espaço de formação crucial para os futuros psicólogos, visto que é considerada por muitos autores como uma prática de “ensino” e aprendizagem que contribui para o desenvolvimento de competências necessárias para o manejo clínico. De um modo geral, o processo de supervisão é coordenado por um profissional mais experiente, que irá acompanhar os profissionais em formação a partir da

escuta dos relatos de atendimentos clínicos. Considerando a teoria sócio-histórica de Vygotsky, o espaço da supervisão clínica de estágio pode ser vista como uma Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), na qual o futuro psicólogo irá consolidar os pressupostos teóricos que norteiam a sua atividade profissional, com o auxílio de um profissional mais experiente nessa atividade. Além disso, essa relação mediada entre supervisor e supervisionando propicia reflexões sobre a prática clínica para os futuros psicólogos, assim como o desenvolvimento de competências necessárias para o exercício da clínica psicológica, como a escuta e o manejo terapêutico. Apesar de ser uma etapa fundamental para a formação dos psicólogos que estão prestes a ingressar no mercado de trabalho, não existe uma homogeneidade nas práticas de supervisão clínica, além de ser desconhecida a existência de instituições dirigidas para a capacitação específica de supervisores em psicologia. Por esse motivo, é possível encontrar uma variedade de métodos e formas de supervisões clínicas, que geralmente são influenciadas pela formação profissional do supervisor e a abordagem teórica que norteia sua prática nos atendimentos psicoterápicos. No entanto, um breve levantamento na literatura a respeito desse tema revela a escassez de trabalhos sobre a prática da supervisão clínica, mais relacionados a relatos de experiência dos supervisores, e a descrições de modelos de supervisões guiados pela abordagem teórica do supervisor. Existe, assim, um consenso acerca da necessidade de estudos que proponham uma reflexão sobre a prática das supervisões clínicas de maneira mais sistemática. Com base na discussão levantada até o momento, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento da prática dos supervisores clínicos de estágio, com o objetivo de contribuir na formação dos profissionais que estarão lidando diretamente com o sofrimento psíquico no espaço da clínica.

A importância do espaço estruturado de ateliê para as interações sociais de crianças nas atividades criativas em artes plásticas na educação infantil

Paulo Nin Ferreira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS)

Este trabalho trata do papel das interações sociais infantis para o processo de construção de produções artísticas em dinâmicas lúdicas e imaginativas, num ateliê de artes plásticas em escola de Educação Infantil, considerando que a socialização e as culturas infantis são fenômenos situados, isto é, "acontecem" em contextos sociais, históricos, culturalmente determinados. O objetivo é observar como o contexto estruturado de um ateliê de artes plásticas pode oferecer um bom suporte para a socialização das crianças nas atividades de artes plásticas, com o pressuposto de que a constituição de vínculos de amizade entre parceiros que compartilham interesses, preocupações e valores são significativos para a compreensão do desenvolvimento de habilidades representacionais e a construção de sentidos, especificamente nas atividades artísticas. A pesquisa se apoia na psicoetologia, de Almeida Carvalho e Pedrosa, e em Malaguzzi sobre o papel do ateliê na educação infantil. A pesquisa de campo, de tipo interpretativo, realizou-se em uma escola da rede pública municipal de Maceió, Alagoas, com 11 crianças de 4 a 5 anos. A sala de leitura e vídeo foi reorganizada para fins da pesquisa com a introdução de um espaço de ateliê de artes plásticas, com mobiliário e materiais para a produção de trabalhos de desenho, colagem, pintura, modelagem e construção. Foram 12 sessões de oficina de artes plásticas, com 45 minutos cada, duas vezes por semana, entre julho e outubro de 2016, onde as crianças atuaram na produção compartilhada de objetos visuais. Foram selecionados 3 episódios, transcritos na íntegra, cujas narrativas descrevem as ações, gestos, olhares, expressões faciais e falas. Em todas as sessões as ações e falas das crianças foram videogravadas e as produções visuais fotografadas. Essas transcrições serviram de base para uma microanálise das interações entre os diversos atores, no contexto de ateliê de artes plásticas para crianças com seus materiais específicos. A análise evidenciou que as oficinas têm a sua validade ao proporcionar ganhos observacionais que não poderiam ter sido alcançados por outros meios, porque as intervenções no ateliê revelaram aspectos importantes das relações sociais das crianças. Tais ganhos dizem respeito aos posicionamentos das crianças nas situações de interações sociais, mediante a variedade de materiais que foram dispostos no ambiente. Dessa forma, a análise revelou que as significações construídas pelas crianças foram afetadas pelas disposições concretas do espaço e dos materiais, indicando a importância do contexto para as trocas simbólicas e a construção da cultura de pares, incitando a imaginação infantil.

A intenção dos jovens em cursar o ensino superior a partir da Teoria de Ação Planejada.

Helenizia Santos Sobral (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACEIÓ); Sheyla Christine Santos Fernandes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL); Karla Polyana de Barros Correia (UFAL)

Com o crescente aumento da taxa de desemprego, sendo os jovens os mais atingidos, autores como Pochmann (2002), Alves (2007) e Matos (2007) enfatizam a importância da qualificação para produção da força de trabalho, ou seja, a educação se torna uma condição necessária para inserção no mercado profissional. Alves (2007) salienta que, embora a qualificação não garanta o ingresso do sujeito no mercado de trabalho, capacita-o

para concorrer por um emprego. Frente ao cenário descrito, se torna relevante a compreensão das crenças relacionadas a intenção dos jovens em cursar o ensino superior, tendo em vista que muitos resolvem cursar o nível técnico ou recorrem a trabalhos rotineiros. Objetivo: Verificar a aplicabilidade da Teoria da Ação Planejada – TAP na avaliação da intenção comportamental dos jovens em cursar o ensino superior. Método: Utilizaremos no ensaio a pesquisa bibliográfica que oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram, a partir das bases de dados que abordem a temática. Conclusão: Quando pensamos em explicar o comportamento humano, percebemos que com toda sua complexidade a tarefa não é nada fácil, como relata Ajzen (1991). O comportamento pode ser abordado com base em diferentes níveis de explicação e estar relacionado tanto a um extremo com processos psicológicos, como no outro, com processos sociais/ institucionais. Em estudos como o de Souza (2009), que analisou o comportamento de compra de estudantes do ensino médio à luz da TAP, verificou-se que a família (norma subjetiva), a infraestrutura da instituição (controle percebido) e projetos voltados para comunidade (intenção comportamental) influenciaram o comportamento de compra dos estudantes na escolha por instituições privadas de ensino superior. Portanto, torna-se relevante utilizarmos a Teoria da Ação Planejada, desenvolvida por Ajzen, que tenta aplicar o conhecimento das possíveis causas do comportamento humano, para abordarmos a intenção dos jovens em cursar o ensino superior.

A medida de privação de liberdade e o desafio da socioeducação

Carmem Plácida Sousa Cavalcante; Ilana Lemos de Paiva (UFRN)

O conceito de socioeducação perpassa por questionamentos em decorrência da não efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Na tentativa de romper com uma lógica punitiva, o SINASE propõe a responsabilização deste(a) adolescente na perspectiva da garantia de direitos. Questiona-se a medida de privação de liberdade, quando esta, na tentativa de responsabilizar o(a) adolescente, impõe a retirada de um direito fundamental a convivência familiar e comunitária. Questiona-se, neste trabalho, a medida de internação enquanto aspecto contribuinte para o estabelecimento da socioeducação, posto que esta afasta o adolescente de sua família, interrompendo ou dificultando seus laços. O objetivo deste trabalho consiste em problematizar a concepção de socioeducação no âmbito da medida socioeducativa de internação. Neste sentido, foi realizada uma revisão na literatura, bem como a observação em unidades de atendimento socioeducativo, na tentativa de perceber alinhamentos entre as práticas e a literatura e ao SINASE. Alguns autores consideram que a socioeducação consiste em educar para a liberdade, colocando-a como um conjunto de práticas que têm como objetivo seu retorno ao convívio social. Considera-se que um retorno à sociedade não será frutífero, se esta continua a enxergar este adolescente como um “infrator”. Além disso, as formas de ressignificar este sujeito social, tentando recolocá-lo num novo lugar, desembocam na discussão de qual lugar seria esse. Este(a) adolescente é gerado por um sistema que necessita dele para sua manutenção. Diante do conflito imposto, este sujeito ocupa, na sociedade, o lugar a ele destinado: “prisão ou vala”. O socioeducando internado encontrará menos possibilidades de retornar a sua vida anterior ao ato infracional, lhe restando o retorno ao crime e a prisão ou a morte. Em espaço institucional, ele é destituído do controle de sua vida e de seu corpo, implicando, na restrição de sua autonomia, entrando num processo de “assujeitamento”. Como resultado, veem-se as unidades de internação como espaços de controle e exercício de poder sobre estes sujeitos, de modo que os impossibilita (ou dificulta) no processo de alargar seus passos na construção de um projeto de vida junto à família e à sociedade em que vive. Trata-se da necessidade de discutir a socioeducação mediante a garantia de direitos, enfatizando a participação mais ativa do(a) adolescente, de sua família e de sua comunidade, ampliando este viés e enxergando o contexto macrossocial do fenômeno neste rol de posicionamentos (ideológicos, políticos, históricos e midiático).

A percepção do professor acerca da agressividade infantil no ambiente escolar

Israel Jairo Santos; Emilia Silva Poderoso (Universidade Federal de Sergipe)

Ao tratar da temática da agressividade infantil no ambiente escolar é preciso considerar que a ela extrapola as linhas divisórias da instituição, considerando a participação de outros entes envolvidos neste fenômeno: pais, crianças, professores, ambiente social e até mesmo aspectos biológicos das crianças. Compreendemos que a existência de impulsos agressivos é intrínseca à constituição do homem, conforme afirmam Klein (1970) e Winnicott (1939/1987). Para eles as formas e as razões da agressividade se destacam no funcionamento psíquico, fomentando o que conhecemos como delinquência e o comportamento antissocial na vida adulta, na verdade constituem um processo que se inicia precocemente e está estreitamente ligado ao desenvolvimento infantil. No entanto, por se tratar de temática ampla e abrangente, foi considerado nesse estudo o enfoque no ponto de vista dos professores a respeito do fenômeno de agressividade infantil, cujo objetivo foi analisar as concepções e atitudes dos professores de escolas públicas de Aracaju relacionadas à expressão da agressividade infantil na

escola. Para tanto, realizou-se uma avaliação qualitativa, por meio de entrevistas individuais semiestruturadas com 10 professores de uma escola pública de Aracaju, utilizando da análise de conteúdo para tratamento dos dados, onde se buscou analisar as percepções dos professores acerca do fenômeno, as queixas mais comuns, os aspectos do contexto familiar envolvidos e as estratégias de manejo utilizadas pelos professores e instituição para lidar com as situações que envolvem a agressividade infantil. Como resultados foi percebido um certo grau de intolerância dos professores aos alunos que não se adequam às normas. Uma estereotipagem negativa em relação às suas famílias antecedia a um exame apurado da situação. O discurso de falta de estrutura familiar, condições socioeconômicas se confundem com uma perspectiva preconceituosa. De modo geral, as ações dos professores permeiam sobre a conduta de passar o problema para a coordenação pedagógica. Ainda permanece uma visão de que o aluno agressivo é aluno problema e responsabilidade da escola. As ações se limitam à punição do aluno agressivo e a tentativa dele de se ajustar às normas por meio da coação.

Apoio Psicossocial a Estudantes Universitários Estratégias para Promoção do Desenvolvimento e da Saúde Mental de Acadêmicos

Sueli Barros da Ressurreição (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA); Daíse Guimarães Abreu (Universidade do Estado da Bahia); Vanessa Ribeiro Meneghetti (Universidade do Estado da Bahia); Maria Luíza Tapioca Silva (Universidade do Estado da Bahia)

O presente trabalho discute resultados preliminares do projeto de pesquisa/intervenção em andamento, denominado Grupo de Apoio Psicossocial aos Estudantes da UNEB (GAPEU), desenvolvido no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017. A pesquisa tem o propósito de conhecer, orientar e acompanhar estudantes dos primeiros semestres dos cursos de graduação de uma universidade pública, no processo de afiliação institucional e acadêmica, prestando-lhes apoio psicológico através de grupos de discussão como método de intervenção e investigação (WELLER, 2006). Enquadra-se na área de Desenvolvimento Humano e Educação e ancora-se nos referenciais da Etnometodologia (COULON, 2008; LAPLANTINE, 2004) e na perspectiva sociocultural da Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (BRUNER, 2000; VIGOTSKI, 2003; VALSINER 2012; ZITTOUN, 2012), aplicados em contextos educativos. A proposta metodológica de cunho qualitativo assume perfil teórico-metodológico da pesquisa-ação (BARBIER, 1977). Em cada semestre é formado um grupo de até vinte participantes, graduandos dos três primeiros semestres de qualquer curso dos quatro departamentos do campus universitário. As principais ferramentas de investigação e de intervenção breve, focal e multireferencial são: técnicas psicocorporais e diários de campo construídos após a realização de oficinas autobiográficas (DELORY-MOMBERGER, 2012). As reuniões são planejadas com base em três eixos temáticos: trajetória formativa de acesso (biografia dos estudantes); experiência universitária (rupturas-transições vivenciadas e etnométodos) e projeto pessoal (planejamento da vida acadêmica e expectativas para vida profissional). Os dados analisados mostram que as redes de apoio (família, pares, professores, eventos científicos e espaços de convivência) atuam como agentes catalisadores na experiência universitária, pois formam um elo entre os signos da cultura coletiva e pessoal como suporte para a construção dos dispositivos semióticos que regulam e promovem o desenvolvimento. A potencialização desses agentes ocorre através do sentido de pertencimento acadêmico, da escuta dos significados que atribuem à experiência universitária, das referências aos valores culturais, dos deslocamentos territoriais e de outros aspectos simbólicos e socioeconômicos que os envolvem. Assim, este trabalho desperta para a necessidade de investigar os aspectos da qualidade de vida da comunidade universitária de modo a tornar esse ambiente um catalisador positivo para promoção do desenvolvimento e da saúde mental dos estudantes universitários. Para tanto, o aprimoramento de políticas dos setores responsáveis pela assistência estudantil é crucial para fortalecer práticas que favoreçam a afiliação institucional e intelectual e as condições para o bem-estar psicológico através da criação de núcleos de estudo ou observatórios e programas de apoio psicossocial aos acadêmicos.

As Transições do Desenvolvimento nas Narrativas de Indígenas Universitários

Sueli Barros da Ressurreição (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA); Sonia Maria Rocha Sampaio (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

O trabalho em pauta discute resultados de uma pesquisa de doutorado de abordagem qualitativa que teve como um dos objetivos analisar os significados e as estratégias construídas pelos jovens indígenas para integrar-se à vida universitária como, igualmente, os impactos desse ambiente nos seus processos de transição desenvolvimental. A Psicologia Cultural de orientação semiótica, a Etnometodologia e os estudos antropológicos sobre interculturalidade foram as lentes teórico-metodológicas que guiaram as análises e interpretações das narrativas (Barth, 2010; Coulon, 2008; Valsiner, 2012; Zittoun, 2012). As entrevistas do tipo episódica (Flick, 2008) foram realizadas com oito estudantes autodeclarados indígenas na faixa etária de 18 e 29 anos, de ambos

os sexos, matriculados a partir do 2º ano de curso em diferentes áreas do conhecimento, aprovados no sistema de cotas racial e social numa universidade pública. Na análise dos casos únicos, foram identificados núcleos temáticos centrados nas ambivalências e signos, emergentes das narrativas sobre trajetórias e posicionamentos identitários. Os resultados mostraram que a condição de cotista indígena envolvida por um passado de pobreza material, precariedade da escola pública confrontada com as exigências da educação superior, a ambivalência entre pertencimentos socioculturais e a relocação espaço-temporal, decorrente da mudança de território, foram as principais tensões e ambivalências sentidas como rupturas no processo de desenvolvimento. A presença desses jovens na educação superior, através das cotas, constrói um processo de reconfiguração cultural e identitária, para permanecer e serem reconhecidos na universidade como sujeitos de direitos. As cotas levam o selo das etnias, aumentam a visibilidade política dos indígenas na educação superior e realçam as fronteiras interculturais. Entretanto, os estudantes carregavam consigo o medo dos preconceitos, que os conduzem a um modo peculiar de criar estratégias para serem incluídos como membro do grupo de universitários (pertencimento acadêmico), ao mesmo tempo para serem reconhecidos em suas diferenças como sujeitos coletivos (pertencimento étnico). Assim, foi possível compreender que as transições dos indígenas na universidade são guiadas por diferentes posicionamentos identitários, ou seja, modos como utilizam os recursos simbólicos nas suas relações de pertencimentos, quais sejam: coemergentes, híbridos ou ocultos. Percebeu-se que o processo de emergência desses estudantes se traduz pelo seu protagonismo na busca de novos pertencimentos e redirecionamentos de suas trajetórias. Concluiu-se que demanda de inclusão dos indígenas não se esgota na formação acadêmica, mas inclui também a coexistência de saberes indígenas e saberes científicos e o reconhecimento de políticas diferenciadas para promoção do seu desenvolvimento e sucesso acadêmico.

Atuação do psicólogo no combate ao Bullying no contexto escolar

Israel Jairo Santos; Emilia Silva Poderoso (Universidade Federal de Sergipe)

A crescente visibilidade social dessa nova expressão da violência presente no ambiente escolar, tem ganhado destaque em noticiários, revistas e na produção dos pesquisadores. Isso porque enquanto fenômeno social, o Bullying tem provocado inquietações nos pais, educadores e na sociedade de um modo geral, em razão dos danos psíquicos de interferência negativa no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos envolvidos (Fante, 2008). Embora o bullying não seja uma novidade no ambiente escolar, a percepção da prática como violência entre os pares, nas mais variadas formas de agressão, intencional e repetitiva, adotadas por um ou mais indivíduos em uma relação desigual de poder, veio a partir dos estudos de Olweus (1993). Em razão da necessidade de ações assertivas para amenizar o impacto, ou mesmo diminuir a frequência desta forma de agressão no ambiente escolar é que este estudo objetivou investigar o bullying a partir dos aspectos sociais e os possíveis impactos psicossociais sob a ótica do psicólogo escolar, bem como identificar as ações efetivas deste profissional no tocante ao enfrentamento da realidade de violência juvenil que tem composto o quadro das instituições escolares. Para tal, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada de perguntas abertas, constituído por 15 perguntas, que objetivavam o levantamento de conteúdo acerca da bullying e sobre a prática profissional da psicologia escolar. Os sujeitos deste estudo foram escolhidos ao acaso, compondo uma amostra de 04 psicólogos da rede privada de ensino no município de Aracaju/SE. As entrevistas foram realizadas durante um período de 4 dias alternados, nas escolas onde os profissionais atuavam levando em consideração a disponibilidade da instituição e sujeitos. Como forma de tratamento dos dados coletados, utilizamos o método de análise de conteúdo em pesquisa qualitativa, produzindo temas de discussões a partir dos dados coletados, considerando os tópicos recorrentes ou mais significativos. A análise dos dados obtidos apresenta uma uniformidade em perceber a complexidade do fenômeno que necessita de enfoque familiar, educacional e intervencionista. Pôde-se perceber certa ocorrência de características comuns as vítimas. E uma prática empobrecida de ações que visem o combate ao bullying, o que fez gerar um novo problema de pesquisa: qual a efetiva eficácia de palestras e dinâmicas psicoeducativas na diminuição de ocorrência do bullying.

Concepções de educadores da educação infantil acerca do desenvolvimento de crianças na faixa etária de 24 a 35 meses de idade

Ronaldo Matos Albano (Universidade Federal do Piauí); Nádia Maria Ribeiro Salomão (Universidade Federal da Paraíba)

Introdução

O presente estudo objetivou analisar as concepções de educadores de creches públicas acerca do desenvolvimento da criança na faixa etária de 24 a 35 meses de idade, considerando que o processo de constituição das concepções apresenta um caráter dinâmico na medida em que são influenciadas pelo contexto

social, histórico e cultural do indivíduo, estando sujeitas a mudanças e transformações de acordo com as inter-relações que esse indivíduo estabelece com o mundo.

Metodologia

Fundamentados nos pressupostos teóricos da perspectiva do desenvolvimento de Vygotsky (1991a; 1991b; 1996; 1998; 2003), foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com três educadoras de creches públicas da cidade de João Pessoa-PB, as quais trabalham nas salas de crianças com faixa etária entre 24 e 35 meses de idade. Esta faixa etária foi escolhida em razão deste ser um período do desenvolvimento da criança que se caracteriza como ponto-chave no desenvolvimento linguístico da mesma (Ramos & Salomão, 2012). Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo temática.

Resultados e Discussão

No âmbito da análise das concepções das educadoras acerca do desenvolvimento infantil, as mesmas apontam quais as influências da educação infantil para o desenvolvimento da criança. Nesta categoria, emergiram três subcategorias: base para etapas posteriores (Campos, 2013; Lordelo, 2002; Rosenberg & Artes, 2012); desenvolvimento enquanto processo (Palácios, 2004); início do processo de aprendizagem para além do brincar e do cuidar (Borges, Vasconcelos e Salomão, 2016; Campos, 2013; Rossetti-Ferreira, 2002; Silva e Souza, 2014).

As concepções sobre o desenvolvimento infantil para as educadoras perpassam ainda pelos aspectos que julgam significativos no desenvolvimento da criança de dois anos especificamente, tais como cognição, socialização, linguagem, motricidade, identidade e autonomia (Van der Veer & Valsiner, 2014; Vygotsky, 1991b), os quais são concebidos como inter-relacionados e interdependentes entre si, ou seja, o desenvolvimento de um aspecto perpassa o desenvolvimento de outro aspecto na criança.

Considerações Finais

As educadoras afirmam que a educação infantil influencia enquanto uma base importante para as etapas posteriores da escolarização e desenvolvimento da criança, concebem ainda esta enquanto processo, com ênfase em dimensões pedagógicas do ensino às crianças que não se limitam ao brincar e ao cuidar.

Constatamos, portanto, que as concepções das educadoras de creches públicas acerca do desenvolvimento infantil apresentam aspectos gerais positivos sobre o desenvolvimento da criança, especialmente a criança de dois anos, e que, tais concepções refletem as experiências destas educadoras no cotidiano da sala de aula com os seus alunos.

Concepções de leitura e escrita em aulas de ciências e o desenvolvimento da linguagem escrita

Maria Cordeiro de Farias Gouveia Matos (Colégio de Aplicação da UFRJ)

A construção da leitura e da escrita são processos complexos dependentes do desenvolvimento de funções psicológicas superiores, compreendidas como aquelas que possibilitam a realização de operações mentais articulando gestos, movimentos e/ou instrumentos culturais com signos para resolução de problemas. Abordagens vigotskianas destacam o papel das interações sociais, culturais e históricas no desenvolvimento dessas funções psicológicas superiores, incluindo a aprendizagem da linguagem escrita.

A consideração do papel das interações traz diferentes concepções sobre leitura e escrita, que podem ser compreendidas com foco no texto (como código a ser decifrado), com foco no autor ou leitor (como capaz de reconhecer e utilizar a estrutura da língua), ou com foco nas interações entre os sujeitos e destes com o mundo através dos textos (que são dependentes dos contextos sociais e culturais).

O presente trabalho é parte da pesquisa que realizamos sobre produções escritas em aulas da disciplina escolar Ciências. Analisamos a entrevista de uma professora de Ciências e observações de suas aulas em uma turma de sexto ano do ensino fundamental de uma escola municipal do Rio de Janeiro em 2016. O objetivo é discutir concepções de leitura e de escrita trazidas pela professora em articulação com atividades pedagógicas realizadas.

Os resultados mostraram que concepções de leitura e escrita como espaços de interação aparecem articuladas com entendimentos mais simplistas. A importância das interações sociais no desenvolvimento da escrita é salientada pela professora, por exemplo, ao colocar como sua voz aparece na escrita dos alunos ou como um aluno é mais capaz de escrever em aulas experimentais, das quais participa ativamente, do que em outras atividades pedagógicas. Destaca-se também em uma atividade de leitura realizada na aula na qual a professora constrói um diálogo com os alunos relacionando imagens do material didático de Ciências com lugares que eles conhecem na cidade. Tal compreensão da leitura e da escrita como atividades interativas realça o papel da professora como mediadora das interações entre os próprios alunos e entre esses e os textos, conforme observado nas aulas. Entendimentos mais simplistas de leitura e de escrita aparecem quando a professora coloca que os alunos não conseguem interpretar palavras que estão nos textos ou quando valoriza a cópia como atividade de

escrita. Esperamos que a pesquisa contribua com a compreensão da disciplina Ciências como um espaço para o desenvolvimento da linguagem escrita na escola, etapa importante para o desenvolvimento humano.

Crenças de professores e pais sobre o desenvolvimento da criança durante a Educação Infantil

Thaís de Oliveira Trindade (Espaço Cria)

O presente trabalho focaliza as metas de pais e professores sobre o desenvolvimento global das crianças de quatro a cinco anos, suas crenças sobre o papel da escola e da família durante a Educação Infantil; partindo das bases teóricas de U. Bronfenbrenner e na noção de nicho de desenvolvimento de C. Super e S. Harkness. Os estudos sobre crenças são entendidas a partir do contexto social no qual estão inseridas. O conjunto de crenças construídas conjuntamente por membros de uma sociedade influencia o cuidado da criança e pode resultar em diferenças no desenvolvimento. O objetivo do presente trabalho foi analisar e comparar as metas de pais e de professores sobre o desenvolvimento na pré-escola e suas crenças sobre o papel da escola e da família da rede pública e privada no Município do Rio de Janeiro. Participaram deste estudo dois pais e 14 mães; 15 professoras da rede particular de ensino do Rio de Janeiro e um pai e 13 mães; 16 professoras da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro, em idades variadas. Foi utilizado um instrumento sociodemográfico e uma entrevista com quatro perguntas abertas e uma delas foi “Cite cinco aspectos/características que você deseja que as crianças de quatro a cinco anos alcancem durante a pré-escola?”, feita para os pais/mães e professoras. A análise de conteúdo foi feita com a criação de uma lista com todas as palavras citadas pelos participantes nas categorias de pais da rede particular da cidade do Rio de Janeiro, pais da rede pública do município do Rio de Janeiro, professoras da rede particular da cidade do Rio de Janeiro e professoras da rede pública do município do Rio de Janeiro. A partir disso, foi levantada a frequência dessas palavras e criada uma nuvem de palavras que ilustra o que cada grupo deseja em maior e menor frequência que a criança de quatro a cinco anos alcance durante a pré-escola. A questão da alfabetização apareceu frequentemente na fala dos pais das duas redes (pública e privada), enquanto que os professores mostraram maiores preocupações com o desenvolvimento social e da autonomia da criança dessa idade. Acredita-se que os dados obtidos no estudo podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam a relação família-escola.

Demandas e possibilidades de atuação do(a) psicólogo(a) escolar

Miriane da Silva Santos Barboza (Universidade Federal da Paraíba); Francisco Romario Silveira (Universidade Federal da Paraíba); Aryellen Cristhine Freire Matoso (Universidade Federal da Paraíba); Thaise Filgueira de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba)

Ao tratar do desenvolvimento humano, Vygotsky (1979) postulou que este é um processo situado entre uma linha natural (de ordem biológica) e uma linha cultural (de natureza social). Para o autor, o desenvolvimento é diretamente influenciado pelas aprendizagens as quais estamos sujeitos nos mais diferentes contextos nos quais convivemos cotidianamente, e através da interdependência entre esses dois processos (desenvolvimento e aprendizagem) é possível ao indivíduo apropriar-se dos conhecimentos, aptidões e habilidades típicos de sua cultura. Dentre os contextos nos quais o indivíduo tem acesso a essa cultura, está a escola, instituição formalmente estruturada e que culturalmente traz subjacente em seu currículo e em suas práticas diferentes concepções de desenvolvimento (Coll, 1999). A partir da inserção do(a) psicólogo(a) nas instituições escolares, estreitaram-se os laços entre Psicologia e Educação e desde então são constantes os questionamentos e discussões a respeito das contribuições desse profissional nos espaços destinados à educação formal. Em uma análise acerca da atuação do psicólogo escolar educacional (PEE), Martinez (2010) a classifica em dois grupos: tradicional e emergente. Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo investigar a atuação do(a) psicólogo(a) no contexto escolar, e mais especificamente quais as estratégias por ele(a) utilizadas frente à demanda das dificuldades de aprendizagem. Participaram do estudo 14 psicólogas que atuam em escolas públicas, as quais responderam a uma entrevista estruturada contendo questões sobre sua formação e atuação profissional. As entrevistas foram realizadas individualmente e após transcrição na íntegra, as respostas foram analisadas por quatro juízes segundo a análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Esta análise dos dados indicou que: 1) com relação a sua formação, as profissionais revelaram que a graduação ofereceu um aporte insuficiente; 2) no que se refere às principais demandas atendidas, observou-se a citação a questões majoritariamente ligadas aos alunos (dificuldades de aprendizagem, de comportamento, de socialização, etc.); 3) quanto às estratégias para lidar com as demandas escolares mais gerais e com as dificuldades de aprendizagem de um modo específico, ainda persiste a atuação pautada numa perspectiva tradicional (avaliação, diagnóstico, orientação, escuta, encaminhamento). Os resultados desta pesquisa enfatizam, dentre outros aspectos, a importância de se discutir a formação dos psicólogos escolares, a qual tem impacto direto sobre a prática desses egressos, bem como sua participação em

formações complementares fundamentadas numa perspectiva crítica, a partir da qual seja possível visualizar a escola enquanto contexto promotor de aprendizagem e desenvolvimento.

Motivação na aula de inglês para envelhescentes e terceira idade

Maria Augusta Rocha Porto (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE; Héctor Julián Tejada Herrera (Universidade Federal de Sergipe); Raquel Meister Ko Freitag (Universidade Federal de Sergipe)

Em 2025, o Brasil será o quinto país do mundo em população idosa, ao tempo em que decresce o número de nascimento de crianças, configurando a inversão da pirâmide etária. Essa realidade demanda planejamento de políticas públicas que visem a saúde e o bem estar desta população. Estudos têm evidenciado que o aprendizado de uma segunda língua favorece as ações cognitivas, inclusive a reativações da zona neuronal (BIALYSTOK, 2001; IZQUERDO, 2002, 2004; LENT, 2005; DEHEANE, 2012, entre outros). Além dos ganhos cognitivos, o aprendizado de uma segunda língua, em um curso, propicia momentos de sociabilização, o que pode interferir nas motivações dos participantes envelhescentes e idosos, atuando no seu bem-estar. Com o propósito de verificar os efeitos da motivação na participação de envelhescentes e idosos em um curso de língua estrangeira, neste trabalho, apresentamos o resultado de aplicação de testes emocionais na entrada e na saída das aulas. Os dados foram coletados com os participantes da sexta edição do curso de extensão “A aula de inglês para a terceira idade”, oferecido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe (PORTO, 2013). A oferta do curso é anual, com aulas duas vezes por semana (turma 1) e uma vez por semana (turma 2), com, com 2h30min de duração. Participaram 15 alunos da turma 1 e 4 alunos da turma 2, no período de março a junho de 2016 (CAAE 65725717.100005546). Os testes emocionais foram tabulados e apontam que, de maneira geral, os participantes têm uma atitude positiva em relação ao curso, tanto na entrada como na saída (happy, hopeful, confident, surprised, smile, pleased, laughing). Nos dias em que a atitude de entrada foi negativa (angry, dejected, hungry, shy, confused, sad, disappointed), no teste de saída, houve a mudança para atitudes positivas (happy, determined, hopeful). Este comportamento pode ser explicado pelo fato de haver intervalos entre as aulas para o coffee break, quando os alunos têm a oportunidade de se sociabilizar e desempenhar role plays (reprodução dos aprendizados dos textos das aulas do curso de extensão em inglês). Tais resultados sugerem que a interação social entre os participantes de um curso de língua estrangeira para envelhescentes e terceira idade, com as experiências e a sociabilização, podem contribuir para o bem-estar deste público, minimizando riscos de doenças, como depressão e demências do envelhecimento, o que pode ser explorado como uma política pública para a promoção de bem-estar social.

O Pedagogo-Orientador Educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa

Izete Santos do Nascimento (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL); Pulino, Lúcia Helena Cavazin Zabotto (Universidade de Brasília)

Este trabalho baseou-se no estudo sobre o papel do Pedagogo-Orientador Educacional (P-OE) no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em escolas da rede pública de ensino no Distrito Federal. Objetivo geral analisar a atuação do P-OE junto aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa. Como temas: Contextualização do Serviço de Orientação Educacional na educação brasileira e Desenvolvimento Humano Adolescente na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, inspirada na Epistemologia Qualitativa, de natureza construtivo-interpretativa. Contou com 4 P-OE e 14 estudantes que cumpriram medida socioeducativa. Utilizou-se um Fórum de Debates com os P-OE : O que é ser P-OE na Rede Pública de Ensino do DF? Qual a sua compreensão sobre Socioeducação? Que tipo de conhecimento teórico/prático você considera importante para contribuir com seu trabalho junto aos jovens no contexto da Socioeducação? Como o P-OE e a respectiva instituição de ensino compreendem o papel da escola na rede Socioeducativa? De que maneira é feito o acolhimento e acompanhamento do estudante adolescente que esteja em cumprimento de medida de Liberdade Assistida (LA)? Quais as contribuições da instituição de ensino na inclusão de estudantes em medida de LA? Com os adolescentes realizou-se uma Oficina de Jogos Teatrais na metodologia do Teatro do Oprimido do teatrólogo Augusto Boal. As análises e discussões foram feitas a partir da construção de indicadores, na perspectiva de González Rey: posição de reflexão e crítica ao trabalho do P-OE no ambiente escolar aparecem inseparáveis; empatia e caráter de orientação estudantil e da família; o que cada um é e o que não é na sua função na escola; posição pessoal frente aos desafios no ambiente escolar; reconhecimento da incompletude das políticas públicas na rede socioeducativa; Socioeducação, teoria e prática no contexto da escola; Qual o papel da escola na vida do adolescente autor de ato infracional; escola como espaço de acolhimento; a inclusão como um direito de todos no cenário da escola; o que mais preocupa e interessa aos jovens: diferentes olhares. Concluímos que não há uma padronização entre os P-OE no acolhimento e

acompanhamento de estudantes em LA; existe carência de literatura sobre o entendimento da prática da Socioeducação pelo profissional; entre outros. Propomos discussões temáticas nos espaços escolares sobre: a compreensão da adolescência como um período de desenvolvimento construído; o entendimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos; a necessidade da oferta da educação em e para os direitos humanos.

O preconceito racial e discriminação contra o negro em crianças brancas e não brancas da cidade de Alagoínas-Bahia

Rozelia dos Anjos Oliveira Santos; Rozelia dos Anjos Oliveira santos (UFS); Keliane de oliveira Souza (UFS)

O presente estudo tem por objetivo analisar o preconceito racial e discriminação contra o negro em crianças brancas e não brancas da cidade de Alagoínas-Bahia. O preconceito pode ser definido como uma atitude negativa em relação a um indivíduo ou a um grupo. Esse preconceito e a discriminação racial ainda persistem, mais são expressos de forma indireta e sutis. Neste estudo, foram apresentados os resultados, que contou com uma amostra de 112 crianças com idades entre 05 e 12 anos, sendo distribuídas em dois grupos em função da idade: 5-7 anos, 8-12 anos. Sendo 60 (53,57%) do sexo masculino e 52 (46,43%) do sexo feminino; 25 (22,35%) brancas e 87 (77,7%) negras. As crianças eram oriundas de escolas de ensino fundamental, particulares e públicas, localizadas no município de Alagoínas, Bahia. O nível de preconceito nas crianças foi aferido através de um instrumento baseado nos estudos de França e Monteiro (2011), onde analisou-se os seguintes indicadores de preconceito racial: a discriminação racial, os estereótipos e as preferências intergrupais. Os resultados apresentados mostram que as crianças entre 5-7 anos apresentam um nível mais elevado de preconceito do que as com idade entre 8-12 anos. Em relação ao gênero observou-se que meninos e meninas discriminam da mesma forma. Com relação à etnia percebeu-se que as crianças branco-negras distribuem mais recompensas para as crianças negras e que as crianças menores tendem a discriminar mais do que as crianças mais velhas.

Percepções das Mães sobre Deficiência e seu Papel de Cuidadoras de Crianças com Paralisia Cerebral

Ruth Daisy capistrano de Souza; Luisa de Souza Leão Almeida (UFPA); Ruth Daisy Capistrano de Souza (UFPA); Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA); Simone Souza da Costa Silva (ufpa)

A chegada de uma criança com deficiência afeta suas famílias, sobretudo, os cuidadores que desempenham função central na vida desta, exercendo um impacto marcante sobre as figuras parentais. Portanto, este trabalho teve por objetivo analisar as percepções de mães/e ou cuidadores de crianças com paralisia cerebral sobre o seu papel de cuidadoras. O projeto foi submetido e aprovado pela comissão de ética em pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (UFPA) – ICS, sob o parecer (nº 473. 140). Participaram da pesquisa 12 mães/cuidadoras de crianças com paralisia cerebral, atendidas em um hospital Universitário de Belém-Pará-Brasil. Os dados foram coletados em salas da faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFPA, durante um processo de intervenção. A intervenção foi estruturada através de encontros grupais, organizadas em seis módulos e utilizou-se os recursos: técnicas de integração, filmes e dinâmicas para discussão dos conteúdos e ainda os materiais: prancheta, pasta, papel, caneta, datashow, computador, aparelho de som e câmera filmadora. A análise dos dados seguiu uma perspectiva qualitativa utilizando-se a análise do discurso, feita a transcrição das falas de 12 mães de crianças com paralisia cerebral. A transcrição das falas teve duração aproximada de 10 horas, gerando 98 páginas de material escrito. Em seguida, o banco de dados foi lido e relido pela pesquisadora. Como resultado observou-se a emergência das subcategorias: preconceito, pena, aceitação, aprendizado e enfrentamento das dificuldades, compiladas em uma categoria maior: percepção sobre deficiência. As categorias ora observadas apontam para a centralidade da vida da criança na construção da percepção que a mãe tem sobre deficiência, especificamente a paralisia cerebral e o mundo ao seu redor. Apontam ainda para um processo de constante construção e reformulação de tal percepção a partir de experiências, crenças, valores e do processo de desenvolvimento da criança. Observou-se que é preocupação das participantes as expectativas e perspectivas sobre a deficiência e a luta pela superação dos obstáculos. Muitos desses aspectos foram fundamentais para a compreensão dos sentidos que estas mães constroem sobre sua própria percepção e apontam para a necessidade de se abrir espaço em pesquisas para aprofundar tais questões. Destaca-se que a relevância da realização de grupos de intervenção, como o da presente pesquisa, possibilita grande potencial de informação, acolhimento e troca entre as mães que poderão contribuir para o cuidado dos filhos com deficiência e principalmente para o atendimento de demandas emocionais e instrumentais das mães.

Redes sociais significativas e a inclusão dos surdos no ensino superior

Christianne Rocha Gomes (Instituto Federal de Sergipe – IFS); Joilson Pereira da Silva (UFS); Rita de Cácia Santos Souza (UFS)

O presente estudo teve como objetivo identificar as redes sociais que contribuíram, ao longo da trajetória escolar, com o processo de inclusão de alunos surdos inseridos nos cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe – UFS, campus São Cristóvão. Esta pesquisa foi idealizada a partir da constatação do limitado número de estudos no campo da educação inclusiva dos surdos no ensino superior, da necessidade de disseminar pesquisas e conhecimentos sobre essa temática em todo território nacional e da escassez de estudos realizados por pesquisadores na área da Psicologia. Realizou-se uma pesquisa qualitativa que coletou os dados por meio de uma entrevista semiestruturada para a construção do Mapa de Rede, priorizando e valorizando o aspecto visual, e procedeu-se com a análise através do método de análise de conteúdo categorial temática. Diante dos dados analisados, identificou-se que as redes sociais significativas, especificamente a família, a escola e as associações e instituições para surdos, são importantes no processo de inclusão destes no ensino superior, sendo colaboradoras ativas no reconhecimento e valorização linguística do surdo. Identificar as redes sociais significativas é de suma importância para que políticas públicas sejam elaboradas, promovendo capacitação e orientação às pessoas e instituições que compõem essa rede. Ressalta-se a importância da Libras para constituição da subjetividade do surdo e para o desenvolvimento das suas potencialidades. Presumi-se que esta pesquisa traz uma grande contribuição para as áreas da Psicologia e da Educação, visto que essas ciências têm muito a contribuir com o campo da surdez. Espera-se que sirva de gatilho para investigações encabeçadas por profissionais de diversas áreas, em especial por psicólogos, visto que esta ciência tem muito a contribuir com a proposta da educação inclusiva dos surdos. Além disso, poderá contribuir para o aprimoramento de ações que favoreçam a inclusão desses sujeitos, suscitando subsídios para a comunidade surda e para a Universidade como um todo, podendo servir de base para a elaboração de políticas públicas e intervenções, favorecendo a inclusão social do surdo. Por fim, a presente investigação revela também a necessidade de futuras pesquisas que busquem ampliar este estudo abrangendo outros cursos, universidades privadas, como também, investiguem os alunos surdos egressos do ensino superior.

A aplicação da guarda compartilhada pelo olhar de acadêmicos do curso de Direito

Gabriela Clerici Christofari; Dorian Mônica Arpini (Universidade Federal de Santa Maria)

Este trabalho objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou compreender qual é o entendimento de acadêmicos do curso de Direito a respeito da guarda compartilhada e de sua aplicabilidade. Fizeram parte deste estudo oito acadêmicos, dos cursos de Direito, diurno e noturno, de uma Universidade Pública de Ensino Superior. A pesquisa teve caráter qualitativo e foi realizada através de entrevistas semi-dirigidas de questões abertas (MINAYO, 2014). A análise dos dados deu-se através da análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Entende-se a guarda compartilhada como alternativa para que ambos os pais possam estar presentes no dia-a-dia de seus filhos, assumindo suas responsabilidades. Assim, procura-se garantir que pai e mãe possam conviver com seus filhos, acompanhando o desenvolvimento, exercendo seus papéis complementares e tomando decisões sobre a vida das crianças e adolescentes pelos quais são responsáveis, em conjunto (PEREIRA, 2011; ALVES, ARPINI, CÚNICO, 2014; BRASIL, 2014; ROSA, 2015). Os resultados apontam que o principal entendimento dos participantes sobre a guarda compartilhada é a necessidade de compartilhamento das responsabilidades entre os pais. Ainda, questionam a efetividade da modalidade de guarda em questão, trazendo algumas restrições quanto à sua aplicabilidade. Quando questionados sobre a aplicação prática da guarda compartilhada, os participantes trouxeram aspectos importantes a serem analisados, pois suas falas indicaram que poderia haver certo critério seletivo quanto à oferta dessa modalidade e que este estaria relacionado à condição das famílias. As colocações apresentadas pelos participantes quanto à aplicabilidade da guarda conjunta em todos os contextos e mesmo algumas dúvidas quanto à sua efetividade ou aspectos negativos de sua utilização, parecem estar atravessando a opinião dos acadêmicos. Ademais, percebe-se a importância de estudos que tenham como participantes famílias de grupos populares, de forma a relativizar os possíveis atravessamentos que foram apontados referentes a tais contextos.

A dinâmica relacional entre pais e filhos na aposentadoria: um estudo com casais aposentados

Marcos Henrique Antunes; Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (UFSC)

A partir da efetivação do desligamento laboral acontecem mudanças que afetam tanto a identidade do indivíduo quanto o seu contexto relacional. A família, comumente, é um dos principais espaços habitados pelo aposentado, de modo que as relações instituídas nesse âmbito influenciam diretamente no acolhimento e na percepção de bem-estar no ciclo vital tardio. Com base nisso, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de caracterizar a dinâmica relacional estabelecida entre pais e filhos na aposentadoria, a partir da perspectiva de casais aposentados. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, no qual participaram 06 casais que

encontravam-se aposentados há, pelo menos, um ano, e que possuíam entre um e dois filhos cada. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a Entrevista Semiestruturada e o Genograma Familiar. Os dados foram analisados seguindo os princípios da Grounded Theory, sendo que os mesmos foram organizados em um sistema composto por três categorias de análise. Constatou-se que os participantes compreendem a aposentadoria como um período no qual a pessoa possui mais tempo livre para investir nas relações familiares, especialmente, se comparado ao momento em que ainda se está envolvido em atividades laborais, sendo que os cônjuges e os filhos representam os principais relacionamentos de interesse e dedicação. Nesse sentido, a relação parental na aposentadoria foi caracterizada como uma oportunidade dos pais prestarem cuidado e atenção aos filhos, o que envolve desde o cumprimento de atividades cotidianas até a intensão de realizar projetos de vida para esse período baseados na companhia e convivência direta. A satisfação com o trabalho foi descrita pelos participantes como um valor que a família deve transmitir aos seus componentes, representando a relevância que essa dimensão possui na socialização na fase adulta. Verificou-se que a dinâmica relacional entre pais e filhos varia, principalmente, frente ao nível de autonomia emocional e financeira adquirido pelos componentes mais jovens da família, tendo em vista que, nos casos em que os filhos ainda não haviam definido uma profissão ou conquistado condições de independência de suas famílias de origem, os progenitores relataram perceber-se impossibilitados de constituir projetos em outras dimensões de suas vidas, visando atender prioritariamente às funções parentais. Mediante estes dados, ressalta-se a importância de considerar devidamente o contexto relacional do indivíduo no processo de aposentadoria, cujo elemento possibilita uma apreensão abrangente das motivações e condições que poderão facilitar e/ou dificultar a adaptação à esse período da vida.

A função de Abertura ao Mundo para Pais e Mães

Larissa Paraventi; João Paulo Koltermann (UFSC); Rovana Kinas Bueno (UFSC); Carolina Duarte de Souza (UFSC); Mauro Luís Vieira (UFSC)

As mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas implicaram novas configurações familiares e mudanças nos papéis parentais (Sutter & Bucher-Maluschke, 2008). Diante dessas mudanças, constata-se uma crescente valorização da figura paterna, atribuindo-lhe um papel importante na dinâmica familiar que estaria principalmente relacionado à função de Abertura ao Mundo segundo a Teoria da Relação de Ativação (TRA) (Paquette, 2004). Embora se reconheça a importância da figura masculina em outras dimensões do cuidado e da interação social com as crianças, a ênfase da referida teoria é que o envolvimento do pai é visto, sobretudo, relacionado com brincadeiras e atividades de estímulo e disciplina com a criança. Ou seja, o pai estimula os filhos(as) a assumir riscos e a perseverar diante de adversidades, ao mesmo tempo em que estabelece os limites necessários (disciplina) para garantir a segurança da criança (Dumont & Paquette, 2012). A TRA propõe que tal função seria mais relacionada com o pai ou a figura masculina havendo uma lacuna quanto à compreensão de tal função para as mães. Nesse sentido, este estudo objetiva compreender e comparar a Abertura ao Mundo de pais e mães. Para tanto, 171 casais heteroafetivos com crianças de 4 a 6 anos responderam ao Questionário de Abertura ao Mundo (QOM), composto por 27 itens, respondidos numa escala de frequência de 6 pontos. As mães relataram exercer mais Estímulo à Perseverança que os pais; essa foi a única diferença estatisticamente significativa entre médias dos participantes. Ademais, por meio de clusterização foi possível distinguir quatro perfis de Abertura ao Mundo para os pais (Ativador, Pouco ativador, Imprudente e Autoritário) e outros quatro perfis para as mães (Ativadora, Pouco ativadora, Imprudente e Protetiva). Os resultados apontam que tanto os pais quanto as mães exercem a função de abertura ao mundo. Essa igualdade precisa ser contextualizada e relativizada, uma vez que não significa que pais e mães interajam da mesma forma com seus filhos(as), mas destaca que a abertura ao mundo não é exercida exclusivamente pelo pai nesta amostra. Além disso, também pode haver diferenças entre o próprio grupo de pais e o grupo de mães, com relação à forma de interagir com as crianças. Conclui-se que a abertura ao mundo é uma importante dimensão de envolvimento parental, e segundo os resultados desta pesquisa, aponta-se a relevância de novas pesquisas investigarem tal função tanto para pais quanto para mães, visto que as mães também parecem exercer tal função.

A importância do envolvimento paterno para o ajustamento social dos filhos, ao longo da infância

Ligia de Santis; Elizabeth Joan Barham (Universidade Federal de São Carlos)

Existem muitas preocupações em relação ao desenvolvimento social de crianças, considerando as mudanças que vêm ocorrendo nas suas rotinas, em comparação com gerações anteriores. Uma mudança positiva, neste cenário, é a ampliação do envolvimento de homens na criação de seus filhos. Entretanto, tradicionalmente, os pais tendem a interagir mais com seus filhos mais velhos do que com os mais novos. Assim, não é claro se a influência dos pais sobre o desenvolvimento social do filho é sempre importante ou se esta influência é maior

entre pais com filhos mais velhos. Neste estudo, portanto, foi examinada a relação entre o envolvimento paterno e o desenvolvimento social do seu filho, considerando crianças de 3, 6 e 10 anos de idade. Participaram um total de 74 homens, residentes no interior do estado de São Paulo, que responderam: (a) uma medida sobre a qualidade do seu envolvimento paterno, recentemente adaptado para uso no Brasil (o Inventário de Envolvimento Paterno – IFI-BR) e (b) uma medida sobre o comportamento social do filho (uma versão adaptada do instrumento para avaliar o comportamento social de uma criança de 3 anos, do Inventário Portage Operacionalizado, ou a escala de Habilidades Sociais do Social Skills Rating System – BR, para pais de crianças de 6 e 10 anos). Verificou-se que a correlação entre a percepção dos pais em relação à qualidade do envolvimento paterno e à capacidade social do filho foi moderada ou alta ($r = 0,581$, $p = 0,001$, $n = 23$; $r = 0,483$, $p = 0,012$, $n = 26$; e $r = 0,627$, $p = 0,001$, $n = 25$, para pais de crianças com 3, 6 e 10 anos, respectivamente). Assim, quanto mais positiva a percepção dos pais em relação à qualidade do seu envolvimento, mais positiva sua percepção sobre o desenvolvimento social do filho, em acordo com estudos anteriores, mas agora com resultados mais fortes, com o uso do IFI-BR e com pais de crianças mais novas. A relação pai-filho parece ser importante para crianças de cada faixa etária, embora ainda seja preciso confirmar estes resultados com uma amostra maior de pais e com um estudo longitudinal. Além disso, será importante verificar se uma intervenção para aumentar a qualidade do envolvimento de pais que relatam relacionamentos mais fracos com seus filhos pode contribuir para melhorias no repertório social destas crianças, na percepção dos pais, bem como na opinião de outros informantes.

A maternidade após a separação conjugal: um estudo com mães guardiãs

Valéria Brandão Pereira; Heliane de Almeida Lins Leitão (Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa em andamento que tem como objetivo analisar a experiência da maternidade para mães separadas que detém a guarda dos filhos. Justifica-se pelo número crescente de separações conjugais na atualidade, as quais implicam na reorganização da família e no desenvolvimento de novas formas de exercício parental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza entrevistas semiestruturadas como meio de conhecer e compreender as percepções e os sentimentos das participantes acerca de suas experiências. De forma específica, o estudo pretende apreender como as mães separadas percebem o exercício da maternidade após a separação conjugal. Os critérios para a seleção das participantes foram: mulheres adultas, com idade acima de 18 anos; que tivessem pelo menos um filho na faixa de 0 (zero) a 12 anos de idade; que tivessem passado por um processo de separação conjugal do pai do(s) seu(s) filho(s), tendo esta separação ocorrida num período de até 5 anos; que não estivessem recasadas e que fossem as guardiãs do(s) filho(s) após a separação. A pesquisa toma como fundamentação os estudos sobre família, apoiando-se também no aporte teórico de D.W. Winnicott, principalmente no seu conceito de ambiente, o qual afirma a indissociabilidade entre as experiências humanas individuais e o contexto em que o indivíduo está inserido. Tal pressuposto permite compreender a experiência da maternidade pós-divórcio como um processo psicossocial, que se constitui na relação com o ambiente relacional e sociocultural no qual estas mulheres estão inseridas. Os resultados preliminares evidenciam que a separação conjugal afeta o exercício da maternidade, destacando-se as seguintes mudanças: diminuição da renda familiar, necessidade de adaptação a um novo contexto de vida, aumento de atribuições e responsabilidades e a falta da presença paterna para a criação dos filhos. Além disso, observou-se que estas mães frequentemente contam com uma rede de apoio, geralmente constituída por familiares, amigos ou vizinhos, no intuito de dar conta das suas atividades diárias, dentre as quais destaca-se o trabalho. Ademais, salienta-se que o estudo poderá contribuir com o aprofundamento da discussão acerca do tema, assim como poderá contribuir com o desenvolvimento de programas e políticas de intervenção e assistência a essas mulheres e suas famílias.

Atividades conjuntas entre avós e netos: um estudo sobre a importância do relacionamento intergeracional

Maria Teresa Barros Falcão Coelho (Faculdade Pernambucana de Saúde); Cristina Maria de Souza Brito Dias (UNICAP - Univ. Católica de Pernambuco); Priscilla Machado Moraes (UniEvangélica)

Atualmente, vários pesquisadores têm focalizado as mudanças nos arranjos familiares e a crescente importância dos avós para a família e a sociedade. No Brasil, é possível identificar a década de 90, como o marco para o início dos estudos sobre a relação entre avós e netos. Desde essa época, as pesquisas tendem a focar a vivência dos avós sob vários aspectos: significado familiar e função social do papel de avós; relações entre avós e netos; possibilidades educativas ofertadas pelos avós; importância dos avós para a família. Já a perspectiva dos netos passou a ser foco de interesse das pesquisas no Brasil somente a partir de 2010, o que de certa maneira explica a concentração dos estudos considerando a perspectiva dos avós. Em relação às estratégias de investigação sobre as relações entre avós e netos, constata-se uma nova tendência que se configura na realização de

investigação da díade, a qual traz novos enfoques e amplia o foco de análise das investigações individuais realizadas com os avós ou com os netos, separadamente. As pesquisas com foco diádico debruçam-se sobre a relação entre avós e netos, suas similaridades e diferenças, investigando, por exemplo, a frequência de contato, as atividades partilhadas, os sentimentos um pelo outro, existência ou não de consenso de valores, dentre outras temáticas. O presente estudo corresponde a um recorte da pesquisa de tese de doutorado e fundamenta-se na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para investigar a relação entre avós guardiões e netos no cenário atual, em que várias mudanças sociais repercutem nos papéis assumidos por avós ao criarem os netos, assim como no relacionamento que estabelecem entre si. Desta forma, buscou-se investigar como avós e netos percebem e avaliam seu relacionamento, explorando as atividades que realizam juntos. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com avós guardiões e seus netos adolescentes. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas de acordo com as etapas da Análise de Conteúdo Temática. Como resultados, obteve-se que tanto os avós como os netos referiram prazer em realizar atividades esportivas e de lazer em conjunto, corroborando com os estudos que afirmam que tais atividades favorecem a construção e manutenção de laços afetivos estáveis entre avós e netos. Discute-se sobre a importância da aproximação entre as gerações através de programas intergeracionais que visam favorecer processos coeducativos que beneficiam avós e netos.

CRIANÇAS COM CUIDADOS TERCEIRIZADOS: Uma análise a partir da perspectiva das professoras da educação infantil

Eduardo Pacheco de Aquino Fonseca (Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE)

A família é uma instituição formadora da nossa primeira identidade social, sendo uma das instituições responsáveis pela formação e pela preparação das crianças para participar da vida social, transmitindo os papéis, os valores e as normas sociais. No contexto atual das relações familiares no Brasil, os pais têm dificuldades de conciliar as demandas de cuidado e de educação das crianças com o cumprimento das obrigações profissionais. A dedicação excessiva à profissão e a sobrecarga advinda desse envolvimento têm modificado as relações paterno-filiais. Visando solucionar essa dificuldade, as famílias têm terceirizado os cuidados dos rebentos para as babás, as escolas e os avós. Compreendemos por terceirização dos cuidados dos (as) filhos (as), para efeito dessa pesquisa, o processo de transferência para terceiros da obrigação de cuidar e se responsabilizar pelas crianças (FONSECA, 2016). A pesquisa em tela está investigando a terceirização para as escolas dos cuidados das crianças a partir da perspectiva das professoras de educação infantil de escolas particulares de classe média na cidade de Recife. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas como instrumento para coletar os dados. Os dados estão sendo analisados por meio da análise de conteúdo, agrupando em categorias os depoimentos das entrevistadas. Na realidade, as entrevistas se tornam “textos” capazes de serem agrupados em torno de categorias que revelam os sentidos dados pelos sujeitos ao processo de terceirizar os cuidados das crianças (BARDIN, 2000). Segundo as professoras entrevistadas, à medida que as escolas cuidam, parcial ou integralmente das crianças, podem contribuir para negligência e desobrigação dos pais da tarefa de cuidar. Ainda, segundo as professoras, as escolas são capazes de assegurar o suporte instrumental do cuidado: alimentação, higiene e educação. No entanto, faltam as crianças com cuidados terceirizados o suporte emocional, isto é, as trocas afetivas importantes nas relações paterno-filiais. Terceirizar os cuidados para as escolas é uma alternativa cômoda, porém pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social das crianças.

Cuidando dos cuidadores: práticas psicológicas com pais

Melina de Carvalho Pereira (UNIVASF); Marcelo Silva de Souza Ribeiro (UNIVASF)

Tomando como provocação uma discussão proposta em uma atividade do Núcleo de Estudos e Práticas sobre Infâncias e Educação Infantil – NUPIE, em 2014, quando uma mãe de uma criança questionou a falta de espaço para cuidadores compartilharem experiências, dois servidores da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) no âmbito do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia – CEPPSI, apresentaram uma proposta de estágio profissionalizante. Desde então, a proposta vem sofrendo algumas transformações no sentido de buscar aperfeiçoamentos, mas também visando atender às reiteradas demandas. O serviço de orientação aos pais e/ou cuidadores se apresenta na modalidade individual ou em grupo, entre seis a oito sessões e tem como foco de intervenção a qualidade da relação parental. Além dos atendimentos feitos à comunidade no próprio CEPPSI, o serviço de atendimento aos pais, efetivados pelos estagiários de Psicologia, têm também atendido pedidos externos como escolas, CRAS, Vara da Infância e outras instituições públicas e privadas. Durante esse período o serviço já atendeu 98 pais e/ou cuidadores nas sessões individuais e ou grupais. Nos encontros, ocorrem momentos de dinâmicas de grupos, trocas de experiências e exposição sucinta de conhecimentos sobre a Psicologia do Desenvolvimento e temas afins. Trata-se de uma proposta semiestruturada de intervenção: alguns conteúdos são concebidos previamente, porém a disposição, sequência e cronologia podem variar de acordo com

as especificidades dos grupos acompanhados. Embora não existam receitas de como educar os filhos, há saberes e sensibilidades necessários que influenciam a maneira como pais e educadores se relacionam com crianças e adolescentes. É comum notar pais muito preocupados chegarem ao serviço se questionando como “controlar” seus filhos; como não se sentir culpados; por que colocam o filho como o centro único de suas vidas. Também se dão conta do quanto vivenciam alienações parentais, ou que fazem predileções entre os filhos ou mesmo o quanto reproduzem suas histórias de vida do ponto de vista parental na relação com os filhos. Nesse contexto, o Grupo de Pais surge como meio de escuta, compreensão, acolhimento e troca de experiências entre pais/cuidadores, tendo como principais temáticas as histórias de vida, permissividade e autoritarismo, culpa, excesso de cuidado e responsabilização, com foco na relação pais e filhos. Este serviço tem proporcionado melhora na qualidade das relações parentais, permitindo novos modos de subjetivação dos adultos participantes e, indiretamente, ganhos em saúde mental para as crianças cujos pais estiveram refletindo sobre o processo de educar.

Desafios enfrentados por avós guardiões ao criar os netos: um olhar a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Maria Teresa Barros Falcão Coelho (Faculdade Pernambucana de Saúde); Cristina Maria de Souza Brito Dias (UNICAP - Univ. Católica de Pernambuco)

No Brasil tem-se ampliado o número de lares onde se verifica a coresidência, nos quais várias gerações residem juntas, assim como aqueles em que os avós criam seus netos. Nesta condição, os avós são chamados de guardiões por assumirem a criação e o cuidado dos netos em tempo integral, o que implica enfrentamento de vários desafios durante o desenvolvimento dos mesmos. Este trabalho tem como fundamentação a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, a qual compreende o desenvolvimento como uma relação dinâmica de interações entre o indivíduo e o meio ambiente que, por sua vez, são influenciadas pelos diversos contextos em que estão inseridos. Cabe salientar que para essa teoria, importa conhecer como o contexto é percebido pela pessoa em desenvolvimento. Estudos sobre avós que criam netos foram analisados a partir de uma perspectiva sistêmica bioecológica e agrupados de acordo com os dilemas enfrentados pelos mesmos em: individuais, intrafamiliares e extrafamiliares. Este trabalho corresponde a um recorte da tese de doutorado da autora e tem por objetivo identificar e analisar os desafios enfrentados por avós guardiões ao criar os netos. Trata-se de um estudo qualitativo que utilizou como instrumentos roteiros de questionário sociodemográfico e de entrevista semidirigida aplicados individualmente a seis avós guardiões, participantes da pesquisa. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas de acordo com as etapas da Análise de Conteúdo Temática. Como resultados obteve-se que os avós mencionaram três dimensões de desafios: em relação aos netos, a si mesmos e ao contexto. Discute-se a relevância da perspectiva bioecológica para a análise dos dados.

Famílias monoparentais: uma revisão da literatura nacional em Psicologia

Angela Roos Campeol; Caroline Rubin Rossato Pereira (UFSM); Mônica Sperb Machado (UFSM); Ana Paula Benatti (UFSM)

O cenário social contemporâneo vem passando por transformações que possibilitam às famílias constituírem-se de diversas maneiras. Diferentes eventos ampliaram a forma de se relacionar como família, tais como: a inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle da natalidade proporcionado pelos métodos contraceptivos, a maior participação do homem na vida dos filhos e nas tarefas domésticas, os procedimentos de guarda (IBGE, 2010), entre outros. Diante dos diversos arranjos familiares encontram-se as famílias monoparentais, caracterizadas pela presença de um dos pais e de seus filhos no âmbito do lar (DIAS, 2010; LACERDA, 2006; RAMIRES, 1997), com controvérsias na literatura quanto a participação ou não do cônjuge que não coabita com a família. No passado, o termo família monoparental se referia aos casos de viuvez, mas nas últimas décadas passou a englobar em sua definição os casos de separação, adoção, reprodução assistida, ou seja, a possibilidade de um adulto cuidar e manter um filho sozinho (SOUZA, 2008). O IBGE registrou crescimento do índice de famílias com filhos menores de 16 anos e com a presença de apenas um dos pais, de 19,2%, em 1997, para, 21,8%, em 2007 (IBGE, 1997/2007). Dessa maneira, evidenciando a complexidade inerente as vivências nas famílias monoparentais, o objetivo do estudo foi realizar uma revisão da produção nacional no campo da psicologia sobre a temática da monoparentalidade. Para esta revisão da literatura, efetuou-se uma busca de artigos através de revistas brasileiras indexadas nas bases de dados BVSPsi, IndexPsi, Lilacs, Scielo, PePSIC, publicados a partir da década de 1980 até junho de 2017. Como descritores foram utilizados os seguintes termos: “monoparental”, “monoparentalidade”, “uniparental”, “mãe(s) ou pai(s) solteira(o)”, “guarda unilateral”. Utilizou-se como filtros produções publicadas em revistas brasileiras. Os artigos foram analisados integralmente. A partir de uma análise de frequência serão apresentadas as seguintes categorias: ano de publicação, método de pesquisa, abordagem teórica, unidade federativa (estado) dos autores, tema principal. Outra categoria apresentará os

principais resultados, considerando-se apenas os artigos empíricos, após realizada Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979). O estudo propõe-se, desta forma, a sintetizar e aprofundar o conhecimento científico já produzido acerca das famílias monoparentais, contribuindo para produções científicas e intervenções nesse campo.

Iniciação Esportiva e a Influência dos Pais e Treinadores: Foco na Regulação Emocional dos Atletas

Ana Luisa Amaral Alves; Edna Ponciano (UERJ)

Apresentamos e discutimos os dados de uma pesquisa qualitativa sobre a influência de pais e de treinadores na regulação emocional de atletas, em iniciação esportiva. As avaliações cognitivas são influenciadas pelo desenvolvimento das representações das emoções, incluindo suas causas e consequências, na visão dos(as) atletas (Gross & Thompson 2007). O entendimento do atleta sobre como se sente e sobre o que pode ajudar ou atrapalhar os treinamentos e as competições podem auxiliar na conquista de um bom desempenho. Na infância e no início da adolescência, o incentivo dos familiares é fundamental para a prática esportiva, e o modo como eles se portam antes, durante e depois das competições pode afetar o desempenho dos(as) filhos(as) (Silva & Fleith, 2010). Já as responsabilidades do treinador envolvem um conjunto de aspectos indissociáveis das suas funções: o desenvolvimento pessoal do praticante, a formação das qualidades esportivas e a construção dos fundamentos de uma carreira esportiva (Serpa, 2013). O treinador tem a seu cargo promover o desenvolvimento tático, técnico e físico, tendo consequências para o desenvolvimento psicológico. O desenvolvimento socioemocional, que influencia a performance esportiva, tem como aliado a relação dos pais com seus(suas) filhos(as) e a dos(as) jovens atletas com seu treinador. Portanto, o referencial teórico utilizado encontra-se na Psicologia do Desenvolvimento, na Psicologia do Esporte e na Psicologia da Família. A regulação emocional é uma habilidade que tem um desenvolvimento progressivo ao longo da vida (Machado 2010). Se os padrões de comportamento dos responsáveis pelos(as) atletas criam segurança, maior investimento cognitivo em novas explorações pode ser observado. A regulação emocional, trabalhada desde a entrada na iniciação, favorece a resolução de problemas e de conflitos sociais, pois eles aprendem estratégias adaptativas de regulação, sendo relevante no âmbito esportivo. Foram feitas 15 entrevistas semiestruturadas com atletas de 10 a 13 anos, seus responsáveis e treinadores, que treinam os(as) púberes entrevistados(as). Com a Análise do Conteúdo, percebe-se a participação de pais e de treinadores e a necessidade de um programa de Psicologia, visando ao acompanhamento e ao aprimoramento da iniciação esportiva, auxiliando tanto os pais quanto os treinadores no manejo e no desenvolvimento das emoções e da sua regulação, para atletas nessa faixa etária, que visam a atividades de competição.

Laços e distanciamentos afetivos dentro da família: uma visão a partir da Psicologia Cultural

Janicleide Nascimento de Souza; Maria C. D. P. Lyra (Universidade Federal de Pernambuco); Mariana Bentzen Aguiar (Universidade Federal de Pernambuco)

A família se modificou e não é mais identificada como um modelo único, ideal. Aqui, consideramos a família como uma comunidade mínima, um grupo com uma história comum, que funciona coordenando as ações orientadas por metas dos indivíduos que a constituem (VALSINER, 2012). Ademais, compreendemos a cultura como processo semiótico que, dinamicamente, constitui as pessoas em uma troca constante entre a construção única do sujeito (cultura pessoal) e a cultura coletiva – historicamente construída e reconstruída (Ibidem). Assim, esta pesquisa analisou as tensões intergeracionais dentro dessa comunidade mínima que permeia a significação da criança no ambiente cultural que está inserida. Foram feitas entrevistas semiestruturadas, elaboradas com base na Entrevista Narrativa e na Entrevista Episódica (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002; FLICK, 2002) e audiogravadas. Aplicamo-las em duas famílias: duas mães de crianças saudáveis (0-3 anos), uma avó e uma tia-avó. Transcrevemos as entrevistas na íntegra. Na análise encontramos tensões entre o papel de avó e o papel de mãe nas relações familiares. A incerteza sobre o papel de avó acarreta vacilações na postura com o infante, pois as predeterminações socialmente estabelecidas falham, gerando tensões e oposições nos significados da criança. Evidenciamos na família A – quando a tia-avó não sabia se seria avó ou tia-avó da criança – e na família B – quando a avó se colocou no papel de mãe do seu neto e de sua própria filha. Neste âmbito, os diversos arranjos familiares acabam por redefinir os papéis dos componentes da família (OLIVEIRA, 2009). Ainda, encontramos pontos de transição, rupturas experienciais nas trajetórias de ambas famílias, as quais suscitam

processos de ajuste entre a avó, a criança e a mãe. Essas transições são expressas quando: (i) a tia-avó (família A) considera a sobrinha-neta como mais uma criança que teve de cuidar. Assim, apesar da preocupação com ela, distancia-se afetivamente dela e da mãe. (ii) Na família B, a avó se distancia do neto para não gerar um sofrimento já vivido em momento anterior. Em suma, cada família, aqui ilustradas pelos papéis de avó, significa

e resolve de forma distinta os impasses com respeito à criança. Essas duas decisões são tomadas a partir de contextos distintos e de relações díspares. Apesar disso, sobressalta-se a similaridade entre essas duas comunidades mínimas. Ou seja, ao mesmo tempo que a dinâmica familiar é única em cada família, existe um sentido de regulação dos significados coletivos disponíveis, aqui evidenciado pela dinâmica do papel de avó.

O que é Desenvolvimento? Respondem pais de bebês de 0 a 3 anos residentes em uma comunidade do campo na Rodovia Transamazônica, Pará

Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA); Niely Santos (UFOPA); Adria Juliana Miranda Santos (UEPA); Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA); Raquel Correa (UFOPA); Samara Tavares (UFOPA)

Crenças parentais sobre diversos assuntos tem sido pesquisados devido ao entendimento de que as crenças estão relacionadas às práticas e que é necessário o conhecimento das crenças dos pais, para que seja possível compreender e intervir nas práticas parentais, quando preciso. Nesse sentido, Goodnow (1988) afirmou a existência da relação entre crenças e práticas, ao escrever que a forma como os pais cuidam dos filhos é consequência da maneira como eles concebem o desenvolvimento e a tarefa de criá-los. Essa pesquisa teve como objetivo averiguar as crenças sobre Desenvolvimento infantil de pais moradores de uma comunidade do campo à beira da Rodovia Transamazônica, no interior do Pará. Participaram 23 pais, na faixa etária de 15 a 33 anos, com escolaridade, em sua maioria, Ensino Fundamental Completo ou Incompleto. Os dados foram coletados mediante questionário sociodemográfico e roteiro de entrevista individual e transcritos. Posteriormente foram tratados para inserção no software IRAMUTEQ, que realiza análises quantitativas de dados qualitativos. A análise inicial revelou 21 textos, com 52 segmentos de texto, 231 formas e 1634 ocorrências. Foram utilizadas na análise 124 formas ativas e 30 formas suplementares. A Análise Hierárquica Descendente realizada mostrou estrutura com dois eixos principais. No eixo 1 foram agrupadas as classes 2, 4, e 3. As classes 7, 6, 5 e 1 ficaram reunidas no eixo 2. O eixo 1 agrupou crenças relacionadas aos recursos necessários para o desenvolvimento (classe 2 - recursos afetivos, lúdicos e educacionais) e as concepções de que desenvolver é crescer (classe 4) e aprender (classe 3). O Eixo 2 trouxe a concepção de que fatores externos influenciam o desenvolvimento: A educação (classe 7), relacionamentos interpessoais e alimentação (amizades, família, alimentação – classe 6), comportamento dos pais (classe 5) e escola (classe 1). Observou-se a presença contínua, mas diversas classes geradas, dos pais e da escola, como fatores influenciadores do desenvolvimento, na concepção dos pais pesquisados. Ao analisar as crenças tomadas em conjunto, nota-se o predomínio da crença de que fatores externos são responsáveis pelo desenvolvimento, havendo poucas referências a fatores genéticos ou internos. Espera-se que os resultados obtidos possam ser utilizados para melhor compreensão das práticas parentais realizadas nessa comunidade, de maneiras a propiciar subsídios para criação de programas de intervenção que estimulem o desenvolvimento saudável das crianças que vivem nesse local.

Os castigos na escolarização infantil: Sobre Habitus e relações familiares

Milena Cristina Aragão Ribeiro de Souza (Faculdade Estácio)

No universo escolar, os castigos são utilizados como punição para o aluno indisciplinado, o qual assume diferentes características a depender do período histórico-cultural vivenciado: há sessenta anos era comum a palmatória, hoje não mais. Contudo, não há um manual comunicando aos docentes como estes devem proceder frente a um ato de burla, sendo assim, é válido indagar: como o docente aprende a castigar, no que se baseia? A presente pesquisa objetivou, portanto, compreender a construção das práticas de castigos utilizados em sala de aula. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com dez professoras atuantes no ensino fundamental em Aracaju/SE, tendo como instrumento de coleta de dados a história oral temática. Como resultado, as narrativas docentes apontaram ter sido na família onde elas construíram o habitus que lhes proporcionou lidar com o universo infantil: “mainha era muito disciplinada, não gostava de nada fora do lugar e eu acho que cresci com isso, na minha sala também não gosto”; “aprendi com painho que criança deve obedecer ao adulto, senão...”. A discussão dos dados versou sobre a relação entre castigos e habitus, definido como o resultado de saberes – internalizados em crenças, valores, modos de ser e agir - acumulados ao longo da vida, que norteiam escolhas e ações. O habitus é construído nos contatos entre os membros familiares, na percepção das definições de papéis e de poder, nas relações intergeracionais (com suas lutas e contradições), nos valores que são passados durante conversas e ajustes familiares, nas crenças disseminadas intragrupo. (BOURIDEU, 1996). Assim, quando as docentes disseram construir sua forma de castigar com base na família, a primeira reflexão que advém desta assertiva não reside na forma como agem, mas na maneira como pensam a relação entre adulto e criança; na relação hierárquica e de poder que se aprende no campo doméstico, isto é, quando são incorporadas, desde a infância, a ideia de hierarquia bem como de consequências quando esta é transgredida. Diante disso, é fundamental que as reflexões sobre os castigos escolares envolvam considerar a “bagagem” de crenças, valores,

modos de ser e agir edificados culturalmente, que funcionam como reguladores de processos educacionais dirigidos à criança. Embora cada sujeito demonstre esta bagagem de maneiras diferentes, há uma aprendizagem cultural coletiva que atua como marco das condutas individuais, dotado de certa estabilidade que o torna relativamente constante no tempo, tornando urgente sua problematização.

Paternidade e saúde reprodutiva: implicações na adesão ao pré-natal masculino

Flávio Lúcio Almeida Lima (Universidade Federal de Campina Grande); Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli (Universidade Federal da Paraíba)

Introdução: Os estudos sobre a “nova paternidade” defendem uma concepção de paternidade fundada no envolvimento afetivo do homem-pai com a família. A participação ativa do pai no ciclo gestacional, por exemplo, é essencial para a interação pai-filho e na construção de vínculos afetivos familiares, tal fato proporciona ao homem-pai uma nova visão de autocuidado e saúde reprodutiva. Nesta conjuntura, a participação no pré-natal irá promover o acesso dos homens aos serviços de saúde, proporcionando a oportunidade de prevenção e promoção de sua saúde (Brasil, 2008). O serviço “pré-natal masculino” compõe estratégia de atenção integral à saúde do homem que tem o intuito de inclusão masculina no contexto da saúde reprodutiva e autocuidado em saúde. Objetivo geral: Apreender as concepções masculinas acerca da saúde reprodutiva e as implicações para o pré-natal masculino. Método: Tratou-se de um estudo na abordagem qualitativa, onde se buscou compreender os significados atribuídos ao fenômeno. A pesquisa foi realizada na região metropolitana da cidade de João Pessoa – Paraíba. Os participantes foram selecionados de forma aleatória, utilizando-se da técnica “bola de neve”, distribuídos de acordo com a classe socioeconômica (renda e nível de instrução), faixa etária e a condição de ter acompanhado ou não o pré-natal feminino. Participaram 40 homens-pais na faixa etária de 22-47 anos, tempo de parentalidade mínimo de 1 ano, relacionamento estável, e classes sociais diversas. Foram utilizados como instrumentos: 1. Entrevista Semiestruturada para apreender discursos acerca da paternidade e saúde reprodutiva; e 2. Questionário sociodemográfico para se traçar perfil dos participantes. Para se proceder a coleta dos dados foram considerados todos os critérios dispostos na Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde/MS que regulamenta a ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Salienta-se que o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As entrevistas foram analisadas por Análise Categórica Temática. Resultados: Da análise dos dados emergiu a classe temática Saúde Reprodutiva composta pelas categorias e subcategorias: 1. Pré-natal (Acompanhamento, Prevenção/ Cuidado, Exames clínicos, Preparação parto); 2. Pré-natal masculino (Orientação paterna, Saúde masculina, Preparação psicológica); 3. Participação masculina (Objetiva, Subjetiva); 4. Serviços de saúde (Inclusão, Exclusão); e 5. Obstáculos (Trabalho, Falta de interesse, Desconhecimento). Considerações finais: Conclui-se que a participação paterna na saúde reprodutiva é influenciada pelo tempo histórico em transição e por questões de gênero. Tal constatação pode servir para o planejamento e implementação de políticas públicas no campo da saúde reprodutiva, masculinidades, desenvolvimento humano e saúde da família.

Práticas parentais e discurso midiático: um estudo sobre a educação de crianças na atualidade

Melina de Carvalho Pereira (UNIVASF); Kathary Loory Soares Silveira (UNIVASF); Emily Ribeiro da Silva (UNIVASF)

Os pais exercem grande influência no processo de desenvolvimento social, cognitivo e psicológico dos filhos, por serem os responsáveis pelos primeiros referenciais interpretativos da criança sobre o mundo a partir da interação estabelecida com os mesmos. Os roteiros de alguns filmes se desenvolvem justamente em torno das relações estabelecidas entre membros familiares, utilizando-se de contextos sociais, cada vez mais estrategicamente munidos de significações sobre as práticas exercidas. Pressupondo assim, que a mídia infantil explora conteúdos morais compartilhados socialmente, ao mesmo tempo em que instiga, de modo sutil, modelos educacionais que são propensos a serem seguidos, observa-se a importância em compreender os modos que a mídia reproduz os contextos familiares, analisando-os conjuntamente com a realidade de pais atualmente. Dessa forma, objetivou-se especificamente descrever e analisar a ocorrência de estilos parentais em personagens de filmes de família contemporâneos, bem como analisar o discurso de dez pais/mães sobre suas práticas parentais e, a partir disso, perceber a rejeição ou aceitação dos mesmos sobre os estilos parentais apresentados em um filme de família, contrapondo com o que eles relatam sobre suas próprias condutas. A pesquisa foi subdividida em três etapas: a primeira se deu através da análise de animações que seguissem alguns critérios, como serem contemporâneas e trazerem a presença explícita de relações familiares sendo esta temática relevante, independentemente da configuração familiar; na segunda etapa ocorreram análises de entrevistas com pais/mães de crianças matriculadas em uma escola que atende a classe média da cidade do Recife. Eles foram avaliados por

meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, buscando-se explicitar indícios tomados como reveladores dos estilos e das significações que os pais atribuíam ao tema; por fim, na terceira etapa, ocorreu uma avaliação criteriosa realizada por juiz independente, que analisou os dados colhidos, a fim de contrastar com os resultados encontrados pela equipe de pesquisa. Averiguou-se a preponderância do estilo parental participativo como método utilizado pela maioria dos entrevistados e dos personagens pais das películas. A utilização de punição física esteve pouco presente nos contextos investigados, havendo maior espaço para diálogo aberto. Em contraste, foi observado alto nível de ausência dos pais durante a semana, acabando por preencherem o tempo ocioso dos filhos com atividades extraescolares. Espera-se que os resultados obtidos fortaleçam o desenvolvimento de pesquisas na área, contribuindo para a Psicologia do Desenvolvimento Infantil, podendo ter seu conteúdo explorado na orientação de pais, em diversos contextos, trazendo maior qualidade para as relações pais-filhos.

Produção Acadêmica sobre Paternidade: revisão sistemática

Marianna Ribeiro Guimarães (UFAL); Gline Cavalcante Costa (UFAL); Paula Orchiucci Miura (UFAL)

As discussões sobre a construção social da paternidade vêm gerando interesse e debates pertinentes às dinâmicas contemporâneas; expressão de um tempo onde paternidade tem sido problematizada. Autores destacam a fragilidade da concepção de pai no século XIX, pois nesse momento os direitos das crianças se consolidaram e coube aos pais se respaldar neles. Ou seja, o pai deveria fazer, enquanto parte de sua função, aquilo que estava descrito na legislação que regulava os direitos das crianças. O objetivo deste estudo foi investigar e analisar a produção acadêmica sobre a paternidade no campo da psicologia. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura. Foram utilizados os descritores “pai” e “paternidade” nas bases de dados Scielo e PePsic, no período de 2010 a 2017. Foram selecionados artigos na língua portuguesa. Para amostra final selecionou-se 48 artigos, 36 no Scielo e 12 no PePsic. Foi observado que a paternidade é compreendida sob dois pontos de vista complementares, na relação pai-bebê que se inicia na gestação, e a paternidade como um processo histórico social que reverberou na contemporaneidade na relação pai-filho de cuidado e afeto. Esses pontos de vista fundamentam a noção de paternidade atual, onde é reconhecida a importância do pai no desenvolvimento infantil, e isto se inicia desde o período gestacional, bem como o sentimento de paternidade, que é exposto, e a participação ativa na relação de cuidados com os filhos. É importante salientar que as experiências de paternidade são vividas e sentidas de modo particular, não existindo um modo único. A sociedade e o percurso histórico da paternidade têm denotado o aspecto subjetivo da paternidade fruto de mudanças sociais que perduram por séculos, e sobre a construção da paternidade como importante para o desenvolvimento infantil e associado ao afeto e ao cuidado.

Relações coparentais e pobreza em cuidadores que vivem em Belém

Simone Souza da Costa Silva (Universidade Federal do Pará); Yasmin Borges Farias (UFPA); Carolina Moraes Dourado (UFPA); Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA)

A coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida de seus filhos, ou seja, a divisão que ocorre nos cuidados à criança assim que ela nasce. O exercício da coparentalidade pode sofrer influência de diversos aspectos, com destaque para os socioeconômicos, como a pobreza e miséria. A pobreza é um fenômeno multidimensional, resultante de diversas privações relacionadas a fatores como saúde, educação, geração de emprego e renda, esporte e lazer. Prejudica o sujeito, influenciando diretamente nas relações familiares, principalmente entre pais e filhos, uma vez que interfere na capacidade dos pais em proverem cuidados para a criança, e conseqüentemente na forma de dividi-los. O objetivo desse trabalho foi avaliar as relações de coparentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Belém, considerando os aspectos de Cooperação, Triangulação e Conflito na relação parental. Foram coletados dados de 150 cuidadores de 36 bairros nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de Belém. Utilizou-se para a coleta de dados o Inventário Sócio Demográfico (ISD), o Inventário de Pobreza Familiar (IPF) e o Questionário de Coparentalidade (QCOP). Os instrumentos foram aplicados nas dependências do CRAS, com famílias representadas pelos pais ou responsáveis cadastrados no Bolsa Família, casados ou em união estável. A amostra é composta por responsáveis por filhos de 5 a 18 anos, moradores das localidades pesquisadas, possuindo o número do NIS (Número de Identificação Social). Os participantes eram na maioria mães (91,3%), casados ou em união estável, possuindo idade média de 35,1 anos ($dp=7,83$), com escolaridade até o Ensino Médio (60,7%). Os participantes distribuíram-se entre Alta e Baixa Pobreza e observou-se que, em geral, possuíam uma alta coparentalidade (62,7%), com Alta Cooperação (72,7%), Baixa Triangulação (93,3%) e Médio Conflito (50%). Aspectos que podem influenciar a boa coparentalidade, apesar das adversidades ocasionadas pela pobreza são discutidos neste trabalho.

Suporte Social e Acidente Vascular Cerebral

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma doença neurológica ocasionada pela ruptura ou supressão dos vasos sanguíneos que irrigam o cérebro. O aparecimento desta doença é repentino e caracteriza-se pelo acometimento de sequelas transitórias ou permanentes que fazem, na maioria dos casos, as pessoas dependerem de cuidadores até para as atividades mais básicas como alimentação e higiene. As sequelas, por serem limitantes, fazem com que a pessoa tenha uma relação passiva com relação aos cuidados que lhe são empreendidos. Ou seja, cabe as vítimas colaborarem para o tratamento e a reabilitação, sendo otimistas com relação ao futuro. Por causa disso, a percepção que as pessoas possuem sobre o suporte social pode atuar de forma positiva ou negativa sobre o tratamento facilitando ou contribuindo para o aparecimento de morbidades, como depressão e ansiedade. Assim, este trabalho objetivou analisar a percepção acerca do Suporte Social entre pessoas que sofreram AVC. Participaram da pesquisa 23 pessoas, entre 18 a 65 anos que sofreram AVC há pelo menos seis meses. Estes submeteram-se a uma entrevista não estruturada baseada no eixo temático Suporte Social. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas através da Classificação Hierárquica Descendente – CHD, com o auxílio do programa IRAMUTEQ. A análise gerou um dendograma contendo três classes principais: Suporte comunitário, ressignificação da vida laboral e apoio familiar. Os principais resultados que após o AVC há uma ruptura na vida social e trabalhista ocasionada pelo repentino aparecimento de limitações e o intenso processo de reabilitação. Destacou-se aqui a importância do suporte comunitário no retorno a vida social e na ressignificação do trabalho. Em suma, pode-se perceber que o Suporte Social foi visto com uma conotação positiva em todas as três classes e mostrou o quanto o auxílio das pessoas, tanto no sentido emocional quanto no instrumental produz sentimentos positivos.

TER um filho com deficiência: condicionantes e consequências da confirmação do diagnóstico

Hilda Rosa Moraes de Freitas Rosário (Universidade Federal Rural da Amazônia); Simone Souza da Costa e Silva (UFPA)

O diagnóstico de uma deficiência, embora se configure como um momento de crise que marca não apenas a trajetória de vida da pessoa como também do grupo familiar, requerendo dos pais que se adaptem à condição do filho e às demandas dela decorrentes, é um processo complexo que ultrapassa a análise apenas de aspectos disruptivos necessitando, portanto, de estudos voltados para uma perspectiva contextual dos processos de confirmação do diagnóstico e de adaptação dos pais. Neste sentido, objetivou-se identificar as estratégias dos pais, suas consequências e seus condicionantes, ao vivenciarem a condição de deficiência intelectual ou múltipla de seu filho adulto ou criança. Para isso foi aplicada a Grounded Theory. Foram entrevistados nove pais (um pai e oito mães), a partir de um roteiro semiestruturado. Os dados coletados foram transcritos e posteriormente analisados manualmente conforme os processos de codificação aberta, axial e seletiva. As macrocategorias foram: TER um filho com deficiência e SER pai/mãe de um filho com deficiência. Na macrocategoria TER um filho com deficiência foram identificadas as seguintes categorias: Aspectos pré, peri, pós-natais; Tempo; Características dos pais; Características do filho e Esforçar-se para o filho não perceber a sua preocupação que é diferenciada. Já na macrocategoria SER pai/mãe de um filho com deficiência obteve-se: Perspectiva assumida pelo profissional; Agregar em sua identidade a condição de deficiência do filho; Tempo; Adaptar-se à nova característica do filho e à sua e Aceitação/Rejeição. A confirmação do diagnóstico, portanto, desencadeou neles não apenas um processo de adaptação a esse diagnóstico, mas também à sua identidade de pai/mãe de um filho em condição de deficiência, através do exercício da parentalidade. Dessa forma, aplicar a metodologia da Grounded Theory para analisar o exercício da parentalidade por esse grupo favoreceu uma compreensão detalhada não apenas das ações dos pais e seus condicionantes, na confirmação do diagnóstico de seu filho, como também das consequências que retroalimentaram esse processo, permitindo uma discussão contextualizada do momento do diagnóstico.

Transmissão geracional e responsabilidade subjetiva em psicanálise

Pollyana Silveira de Almeida

Seja qual for a sua composição ou dinâmica, a família é quem toma o bebê – filhote prematuro – e o humaniza, por assim dizer. Segundo Lacan (1938), a família “estabelece entre as gerações, uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental”. Logo, vê-se que a hereditariedade que se pretende discutir nada tem a ver com o determinismo genético ou jurídico. Este ensaio parte do seguinte problema: como a psicanálise freudo-lacanianiana concebe a transmissão entre gerações em sua relação com a responsabilidade subjetiva de cada um? Este artigo foi costurado com o termo hereditariedade, que entra aqui para além das dimensões da biologia

ou da justiça, mas como uma provocação, apropriando-se dele para falar em nome de uma transmissão, mas de significantes, e que, como tal, é a premissa da causação do sujeito, já que é necessário que ele se aliene. Sem a herança simbólica do Outro, o sujeito não advém. E dessa transmissão entre as gerações, Lacan (1961) afirma que “o que nos interessa é a coerência significativa que existe entre a primeira constelação e aquela que se segue”. Recebemos os fios da linguagem de um Outro e, com eles, vamos tecendo nossa própria costura simbólica. Uns fios ficam no caminho, outros elegemos como imprescindíveis na composição do tecido, e é a essa trama que estamos peados. Assim, a hereditariedade é a própria função de resíduo necessária para a constituição subjetiva. Contudo, aquilo que se oferta é sempre uma aposta sem garantias, portanto podemos concluir que não há determinismo hereditário em psicanálise, pois o único laço possível entre família e inconsciente é, segundo Gallano (2007), “só o da transmissão do mal-entendido do verbo, falando em um semi-dizer e sem saber o que diz”. Desse modo, a linguagem enquanto ferramenta furada, tal qual o tear, permite que, na “herança” recebida, o sujeito se engaje, recorte, cole, borde, desmonte, rasgue e, talvez, construa nova trama, novo enredo. Até o seu nome próprio, com ele é possível operar, inventar uma assinatura e, quem sabe, ao longo de uma análise, escrever o próprio nome de gozo, um pouco mais separado das identificações alienantes de outrora, como na frase de Goethe recuperada por Freud (1913): “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”.

A Socialização das Emoções e a sua Relevância no Desenvolvimento Emocional da Criança

Ana Beatriz de Mota e Souza (COMANDO DA AERONÁUTICA); Deise Maria Leal Fernandes Mendes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O desenvolvimento humano é um processo que emerge das relações complexas estabelecidas entre o indivíduo e o ambiente do qual faz parte. No início da ontogênese, dentre essas interações, aquelas que ocorrem com os cuidadores primários, em geral os pais, são apontadas como tendo grande relevância, na medida em que o ser humano tem o mais longo período de imaturidade no estágio inicial da vida e depende dos adultos para sobreviver. O modelo teórico de nicho de desenvolvimento traz uma contribuição valorosa para a discussão da socialização das emoções, especialmente através de um de seus subsistemas: a psicologia dos cuidadores, que engloba crenças e valores dos pais sobre como criar e educar os seus filhos. O sistema de crenças parentais exerce significativa influência no desenvolvimento infantil, considerado em todos os seus aspectos. Partindo desse enfoque, este ensaio teórico pretende incitar uma reflexão acerca do extremo valor do estudo das crenças parentais para uma melhor apreensão dos processos envolvidos no desenvolvimento da criança, especialmente no desenvolvimento emocional. A maneira como os pais pensam e agem com os seus filhos e com eles mesmos acerca das emoções, forjam processos de socialização da emoção, afetando o desenvolvimento emocional das crianças. A socialização da emoção refere-se aos processos de socialização, expressos em comportamentos parentais implícitos ou explícitos, relacionados aos componentes da competência emocional da criança. As estratégias parentais de socialização das emoções são suscetíveis de afetarem o funcionamento da criança em diversos aspectos como, por exemplo, na forma da criança expressar emoções em dado contexto, na sua regulação emocional, assim como na sua compreensão de emoções e na formação de esquemas sobre o self, os relacionamentos e o mundo social. De acordo com o exposto, a compreensão dos processos de socialização das emoções é peça fundamental para se entender o desenvolvimento emocional da criança. Considera-se muito importante que esforços sejam envidados no sentido de que esses processos sejam contemplados, cada vez mais, com estudos empíricos e teóricos. Nessa direção, as autoras do presente ensaio teórico, buscam promover uma discussão e reflexões sobre o tema, delineando necessidades de investigação empírica. No âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vêm realizando estudos sobre os impactos das estratégias de socialização das emoções no desenvolvimento das competências emocionais, objetivando sensibilizar pais e cuidadores para sua importância enquanto agentes privilegiados de socialização de emoções.

AFETIVIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professores sobre a importância do papel das relações afetivas na promoção do desenvolvimento de Crianças com Síndrome Congênita do Vírus da Zika.

Mirella Rabelo Almeida Farias; Mirella Rabelo Almeida Farias (UFRPE/FUNDAJ); Pompéia Villachan-Lyra (UFRPE/FUNDAJ)

A LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constitui como direito das crianças com deficiência o atendimento nas creches da Educação Infantil, na idade de zero a seis anos de idade, visando a promoção do desenvolvimento de aspectos sócio afetivos, biológicos, neurológicos, cognitivos e culturais. A qualidade das relações sócio afetivas estabelecidas entre estes bebês e os seus cuidadores (as) na escola, promoverá forte influência no curso do seu (neuro)desenvolvimento comprometido. O presente trabalho tem por

finalidade compreender a importância do papel das relações afetivas, para docentes das creches municipais do Recife, no acolhimento de crianças com Síndrome Congênita do Vírus da Zika(SCVZ). Para isto foi realizado um estudo quali-quantitativo. Foi aplicado como instrumento um questionário semiestruturado com 76 professoras da Educação Infantil. Foi constatado que 94% das docentes compreende a importância das relações afetivas para o desenvolvimento das crianças com SCVZ e que momentos como a hora do banho, hora da alimentação, hora do sono, atividades lúdicas possibilitam o desenvolvimento das relações afetivas que influenciarão no desenvolvimento dos bebês porém, destas, apenas 27% inclui a afetividade em seus objetivos pedagógicos. 88% dos docentes afirmaram que a afetividade é um dos conhecimentos necessários a serem adquiridos para a contribuição sobre o desenvolvimento integral dos bebês com SCVZ. As relações afetivas no período da primeira infância, dentro da escola, são importantes para o desenvolvimento da criança, por ser esse um lugar em que os bebês e as crianças passam boa parte do seu dia na primeira infância e compreendendo que nesta fase a criança encontra-se no período crítico do desenvolvimento, em que o cérebro está mais sensível a receber determinadas influências do meio. A compreensão do papel das relações afetivas pelos professores é de suma importância, levando em consideração o comprometimento no (neuro)desenvolvimento destes bebês, sendo de suma importância que ocorra um estabelecimento de relações interpessoais afetivas positivas (VILLACHAN-LYRA, 2017; AMORIM E NAVARRO, 2012; REGO, 2007). Indispensavelmente, será o professor que terá a importante tarefa de proporcionar um ambiente afetivo na acolhida dos bebês com SCVZ, planejando sua prática pedagógica inclusiva, tendo em vista não apenas a construção dos conhecimentos, mas sim o sujeito como um todo, diferente, cognitiva, neurológica e afetivamente falando, em cada fase do seu desenvolvimento. Uma compreensão clara pode influenciar o modo como estes profissionais percebem a riqueza de oportunidades que pequenas ações na rotina, podem exercer sobre o desenvolvimento e na promoção da inclusão destas crianças.

Desenvolvimento de atletas do brasileiro jiu-jítsu e fatores relacionados ao desempenho

Cleberson Franclin Tavares Costa (Universidade Tiradentes); Marliete Maldonado Vargas (Universidade Tiradentes (SE))

O jiu-jítsu brasileiro é o esporte de maior ascensão no Brasil, tornando-se objeto de estudos em diferentes áreas das ciências do esporte, mas ainda pouco estudado sob a ótica da Psicologia, sendo o estresse pré-competitivo o principal elemento estudado até então. Através da prática desta arte marcial é possível desenvolver funções motoras, cognitivas e sociais. O presente estudo teve como objetivo investigar o cotidiano esportivo de atletas de diferentes níveis de desenvolvimento e faixa etária que praticam o brasileiro jiu-jítsu, e os fatores que relacionados aos seus desempenhos. Trata-se de uma pesquisa de base etnográfica, realizada durante a temporada 2017 com 14 atletas, de ambos os sexos, diferentes graduações (faixas) e idades, de um centro de treinamento de Aracaju/SE. Foram utilizados dados coletados a partir dos marcos teórico conceituais do desenvolvimento cognitivo de Aron Beck. Por meio de entrevistas e observações de expressões não verbais foram conceituadas as ocorrências evidenciadas, descritas cada situação, investigado o tipo de pensamento e emoção desencadeada. Os resultados apresentados nesse estudo se referem a um período de sete meses de estudo de campo com acompanhamento direto dos sujeitos. Constatou-se que a relação interpessoal tem sido o fator mais prevalente no desempenho dos atletas, em especial as relações: atleta x atleta e atleta x mestre. Observou-se que o clima de competitividade entre os colegas de equipe se sobrepunha ao de amizade, principalmente entre os atletas que residem na “Casa do Atleta”, sendo frequentes pequenos conflitos, que ocasionam emoções negativas, com prevalência da tristeza e raiva, e elevação dos níveis de ativação em competições que repercute, segundo os sujeitos, num desempenho abaixo da expectativa. A relação entre atletas e mestre, especialmente em competições, também foi vista como geradora de emoções negativas como medo, vergonha e tristeza; e potencializadora dos níveis de ativação, gerando em muitos atletas uma tensão excessiva e queda no rendimento. Identificou-se, também, que a baixa autoestima, aliada a emoções negativas, como o medo do mau desempenho, estão entre os principais desencadeadores do estresse pré-competitivo desses atletas. Evidenciou-se que, o processo emocional, através das situações-estímulo como as relações interpessoais, possui importante relação com o desempenho esportivo, e considera-se que a relação mais importante para o desenvolvimento do atleta e seu bom desempenho é aquela que se estabelece entre mestre e discípulo, cabendo ao mestre preparar o discípulo para alcançar sabedoria e controle emocional, conforme princípios das artes marciais orientais.

Emoções infantis: o que mães e pais acham que os bebês podem sentir e expressar

Laísy de Lima Nunes; Gabriela Marcolino Alves Machado (UFPB); Nadia Maria Ribeiro Salomão (UFPB)

Compreender o desenvolvimento emocional requer considerar os componentes biológicos, assim como a transmissão cultural de crenças, valores e ideias (Lewis, 2014). Pesquisas nessa área (Legerstee, 2013; Leppänen et al., 2010; Mendes & Pessoa, 2013) têm buscado compreender como as emoções se desenvolvem e quando os

bebês são capazes de expressá-las, bem como as concepções dos cuidadores sobre o tema. Diante disso, buscou-se analisar as concepções parentais sobre o desenvolvimento emocional dos bebês aos 3, 6, 9 e 12 meses de vida. Participaram do estudo 20 mães e 20 pais, com idades entre 20 e 36 anos. Dez casais participantes eram pais de meninos e 10 casais pais de meninas. Os bebês nasceram a termo e apresentavam desenvolvimento típico. A maioria dos participantes tinha o ensino superior completo. Foi utilizado um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas de acordo com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2002). Todas as exigências éticas para pesquisa com seres humanos foram atendidas. Os resultados indicaram que os participantes percebem seus filhos, ao longo do primeiro ano de vida, como capazes de sentir e expressar emoções, principalmente as positivas, tais como felicidade, amor e surpresa. Segundo os participantes, após os seis meses, os bebês expressavam amor de forma mais ativa por meio de expressões de carinho. Os pais atribuíram o choro ao sentimento de tristeza mais frequentemente do que as mães, justificando algumas vezes que era tristeza do bebê por estar longe da mãe. Verificou-se que as mães concebem que os bebês são capazes de sentir raiva mais novos do que o que é percebido pelos pais. Os relatos sobre a capacidade infantil de sentir culpa foram mais frequentes à medida que os bebês estavam mais velhos; e os pais perceberam esse sentimento mais do que as mães. Verificou-se, de modo geral, que ao falarem sobre as emoções infantis, os participantes destacaram as expressões faciais. Essas expressões representam um importante sinal social, organizado de modo flexível em configurações que transmitem mensagens sobre o estado interior e as emoções de bebês (Mendes & Seidl de Moura, 2009). Considera-se que foi possível identificar o que os pais pensam sobre o desenvolvimento emocional dos seus filhos e esses dados podem fornecer pistas sobre as interações sociais iniciais e práticas parentais de cuidado.

Gravidez na adolescência e relação mãe-bebê: estudo de caso

Gline Cavalcante Costa (UFAL); Paula Orchiucci Miura (UFAL)

A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo e multifacetado, devendo ser considerados os processos intrapsíquicos e psicossociais para uma compreensão ampla da situação. Durante a gestação, depende da mãe e do apoio e sustentação oferecidos pelo ambiente, para que o feto possa ter um desenvolvimento estável e seguro. Essas experiências, anteriores ao nascimento, contribuem para o desenvolvimento de aspectos maturacionais e para a preparação da maternidade, incluindo a identificação com o bebê. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo compreender e analisar o processo de desenvolvimento da maternidade em uma adolescente grávida. Trata-se de um estudo de caso de caráter exploratório, descritivo e qualitativo. Participou desta pesquisa uma adolescente grávida. Foram utilizados os seguintes instrumentos: formulário de caracterização do perfil socioeconômico e de produção e reprodução social, entrevista semiestruturada e; Procedimento de Desenho de Famílias com Estórias. A teoria psicanalítica de Winnicott embasou a análise das entrevistas e os Desenhos da Família com Estórias, foram analisados conforme as recomendações de Trinca e Tardivo. A adolescente de 18 anos, primigesta, no sétimo mês de gestação, nasceu em Maceió, Alagoas, cursou o ensino médio completo, não tem histórico de repetência, porém interrompeu o curso de técnico de laboratório ao descobrir que estava grávida. Atualmente não está trabalhando, casou ao descobrir a gravidez, e está em um relacionamento de um ano e quatro meses com o pai do bebê (18 anos), morando com o mesmo, com seus genitores, que a acolheram e aceitaram a gestação da filha, auxiliando nos cuidados necessários, e um irmão mais novo. Pode-se identificar que para a jovem, o aparecimento de uma gestação na adolescência, implicou em um desafio duplo, ao reconfigurar sua atual dinâmica familiar e ingressar antecipadamente no universo adulto, abandonando hábitos e convívios da infância. Necessitou assim, transpor a imaturidade, para posteriormente identificar-se com seu bebê, lidando com suas expectativas e com o bebê real, diferente das características idealizadas. Por meio dos desenhos pôde-se observar que a adolescente apresenta a representação tanto de sua família de origem, bem como de sua própria família que está vindo a se constituir. Concluiu-se que a mesma demonstrou recursos psíquicos no desenvolvimento da maternidade, com o apoio do marido e da família, preparando-se para a chegada do bebê, inserindo-o assim, em uma cadeia geracional.

Algumas reflexões acerca das práticas diagnósticas no campo da infância na atualidade

Rosanny Moura Cavalcante (Consultório particular)

Este trabalho tem como objetivo apresentar e refletir questões acerca das práticas diagnósticas no campo da infância na atualidade. Pretendemos articula-las as questões relativas à cultura, a compreensão psicanalítica do desenvolvimento infantil e as formas de classificação psicopatológicas vigentes na contemporaneidade. Para tanto recorreremos a leituras de autores em textos referenciados pela teoria psicanalítica acerca do tema.

Desde Freud falar da clínica psicanalítica é falar também do campo social. Nesta perspectiva consideramos a infância como uma leitura do social. É sempre em relação a um Outro que a criança pode existir. Este Outro pensado aqui como instância social, que se transforma em cada período histórico.

A criança chega ao especialista quando apresenta algo que é lido como um sinal de desvio da norma vigente. Tal desvio pode ser então classificado como um transtorno. Hoje a classificação diagnóstica vigente vem através do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM).

O DSM apresenta-se como uma classificação dos transtornos mentais direcionados para uso clínico, educacional e de investigação. Elsa Hilda Coriat afirma que (2011, p. 266) que de acordo com sua prática clínica o DSM é inoperante e tem “obscuras consequências de sua proliferação na cultura” já que o número de diagnósticos como os de Autismo, Hiperatividade e Deficit de atenção aumentaram em número de forma considerável após o uso do DSM como parâmetro diagnóstico.

Leda Bernardino (2011) aponta que na classificação proposta pelo DSM há um predomínio das questões cognitivas, em detrimento da questão da constituição subjetiva. Se, por um lado, os comportamentos cognitivos são observáveis, a organização da constituição subjetiva necessita de uma dedução. Ou seja, a questão da subjetividade fica invisibilizada já que esta não se pode medi-la em termos químicos, genéticos ou de neuroimagens. Assim, não é considerado as problemáticas que envolvem o longo processo de desenvolvimento sediado na infância, ou seja, há uma ausência da concepção de sujeito.

Desse modo, concordamos com os vários autores, tais como Alfredo Jerusalinsky (2011), Leda Bernardino (2011), Hilda Coriat (2011), Julieta Jerusalinsky (2017) quando estes indicam a emergência de se pensar e repensar os efeitos produzidos pelas classificações diagnósticas da atualidade, seja do ponto de vista clínico até o ponto de vista cultural.

Dados preliminares do estudo da trajetória acadêmica de estudantes diagnosticados com TDAH: como alcançaram e cursam o ensino superior?

Cátia Regina Papadopoulou (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO); Zena Winona Eisenberg (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio)

Esse trabalho traz resultados parciais da minha tese de doutorado em curso que tem como objeto de estudo a trajetória escolar/acadêmica de estudantes universitários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio que foram diagnosticados com TDAH. A literatura sobre o transtorno mostra que um estudante diagnosticado apresenta na maioria dos casos: dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar; dificuldades com o funcionamento das funções executivas, como por exemplo se organizar e se planejar para o futuro; e dificuldade em escolher caminhos onde a recompensa é a longo prazo em detrimento a um sacrifício, como por exemplo, ingressar no ensino superior (BARKLEY, 2002; POETA E ROSA-NETO, 2004; PHELAN, 2005;). Assim, o objetivo da tese foi investigar como esses estudantes conseguiram alcançar e prosseguem cursando a faculdade, buscando compreender e analisar os fatores que estão implicados nesse processo. Portanto, as questões que surgem são: O que fez essas trajetórias acadêmicas serem exitosas? Eles pensam que o diagnóstico e intervenção causaram algum tipo de impacto em suas vidas acadêmicas? Se sim, que tipo de impacto? Os estudantes têm perspectivas futuras quanto à suas vidas acadêmica e profissional? Quais? A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi adotada como aporte teórico-metodológico para responder estas questões, considerando que o desenvolvimento humano ocorre de maneira contextual, apoiado em quatro elementos centrais que se inter-relacionam: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo (Bronfenbrenner, 1996). A pesquisa é de cunho qualitativo e o instrumento utilizado para a produção de dados foi a entrevista semiestruturada com dez estudantes dos diversos cursos oferecidos pela Instituição. O tratamento dos dados está sendo baseado na análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Os resultados parciais apontam que elementos como o apoio familiar e escolar, o uso de estratégias de compensação e o tratamento medicamentoso foram ferramentas auxiliaadoras para essas trajetórias exitosas. O diagnóstico trouxe, por um lado, explicação para a dificuldade de gerenciamento da atenção, do corpo e do tempo desses estudantes e, por outro, insatisfação por ter um transtorno. Eles planejam concluir a faculdade, fazer pós-graduação ou ingressar no mercado de trabalho, a fim de conquistar a independência financeira. A conclusão parcial indica para a necessidade de fomentar mais a discussão sobre uma agenda política, ética, médica, social e educacional que favoreça o desenvolvimento nas diversas áreas da vida dessas pessoas.

Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência Intelectual: Compensação e Emoção

Fabiola Ribeiro de Souza (Secretaria de Estado de Educação do DF)

Nesta sessão a emoção é compreendida como um importante processo para o desenvolvimento compensatório da Deficiência Intelectual -DI. Estudos fundamentados na psicologia histórico cultural teorizam sobre esta possibilidade com foco na aprendizagem e de como pessoas com Desenvolvimento Típico (DT) interagem com estes indivíduos. Entretanto, pouca atenção vem sendo dada aos motivadores afetivos, que se relacionam com a construção de significados da pessoa DI sobre o ambiente externo, a partir do que consideram relevante para próprio desenvolvimento. Compreende-se que a compensação da DI pode se relacionar com processos de adaptação frente a demandas geradas pela emoção nas relações interpessoais em contextos de coletividades sociais, em especial típicas.

Para avanços, investigam-se emoções de pessoas com SD, com foco nos componentes internos, subjetivo, motivacional e tendências de ação para averiguar relações com a compensação da DI, ou seja, com atividades e ou condutas que requerem habilidades no FE normalmente enfraquecidas pela anomalia. Os colaboradores são indivíduos com DI de ordem biológica, com Síndrome de Down (SD), que perpassaram toda a educação básica na escola regular, concluíram o Ensino Médio (EM) e participam e/ou finalizaram cursos acadêmicos e/ou exercem funções empregatícias que exigem diplomação no EM. Compreende-se que os investigados estão em processo de compensação, considerando-se a perspectiva histórica cultural, pois realizam ações dificultadas pela DI, que requerem inteligência funcional, ocupando posições valorizadas socialmente, e de difícil acesso mesmo para jovens de DT. Os dados foram coletados considerando-se pressupostos da Teoria Fundamentada (TF) por meio de narrativas totalmente abertas e observação da rotina dos participantes, realizadas em mais de 3 encontros onde estes falaram e mostraram aspectos que elegeram como relevantes em suas vidas. Os dados estão em fase de transcrição. Na análise serão selecionados os episódios emotivos, a fim de nomear as emoções e relacioná-las a pessoas e ou atividades que os indivíduos exercem, identificando componentes qualitativos da emoção. Estes componentes poderão ser relacionados a funções executivas normalmente afetadas pela DI a fim de explicar quais motivadores afetivos influenciaram na compensação.

Teoricamente, espera-se contribuir para uma compreensão da DI mais dinâmica, resultando em métodos e intervenções que considerem a vida prática destes indivíduos. Socialmente, reforçar a importância de políticas públicas para o empoderamento de pessoas com DI, que devem ter voz ativa com relação a intervenções feitas em seu favor, pois o que pensam a respeito de si mesmos e do ambiente externo é crucial para o desenvolvimento e bem estar.

Educação Especial, Desenvolvimento Profissional e Formação Docente: um olhar sobre a literatura nacional

Maciel Cristiano da Silva (Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ)

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o diálogo entre os campos da formação docente e educação especial, compreendendo o desenvolvimento profissional de professores na atuação com crianças alvo da Educação Especial. Com isso, partimos do entendimento do Desenvolvimento Profissional Docente como uma perspectiva dialógica enquanto um processo contínuo de desenvolvimento pessoal, cultural, social e profissional que são afetados reciprocamente e interage com os saberes e práticas que envolvem sua atuação. Em que “o conceito ‘desenvolvimento’ tem uma conotação de evolução e continuidade que, em nosso entender, supera a tradicional justaposição entre formação inicial e formação contínua dos professores”(MARCELO, 2009b, p. 9). Realizamos um levantamento da produção nacional sobre a articulação dos temas de Educação Especial e Inclusão Escolar com Formação e Desenvolvimento Profissional Docente. Para isso, nos debruçamos sobre os artigos que apresentassem uma revisão de literatura que abordavam a formação de professores, de modo a entender os avanços conceituais na área, bem como localizamos os trabalhos que tratassem sobre educação especial, educação inclusiva ou educação para diversidade. Concomitante, cruzamos os levantamentos da produção sobre educação especial que tiveram como foco o tema da formação docente. Os estudos de revisão indicaram produções da década de 1990 até 2014, nos possibilitando compreender a constituição do campo da Formação docente e a articulação realizada pela área da Educação Especial. Em seguida, aprofundamos e atualizamos as revisões de literatura com as publicações realizadas nos anos de 2015 e 2016, na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE). Como resultados, percebemos que André(2010) relata a mudança de concepção que as pesquisas sobre formação professores passaram desde a década 1990. Apesar disso, Jesus, Barreto e Gonçalves(2011) refletem que essas mudanças não dialogam com o campo da Educação Especial, sendo necessário estreitar laços com as perspectivas teóricas e metodológicas com as demais áreas da educação, compreendendo a complexidade do campo de formação docente e seu processo de desenvolvimento profissional. Apesar do alerta emitido por Jesus e colaboradores, a revisão de literatura publicada posteriormente por Prais & Rosa(2017) e os artigos dos anos de 2015 e 2016 encontrados na RBEE (FIGUEIREDO, 2015; TAVARES; SANTO; FREITAS, 2016; TENOR; DELIBERATO, 2015; TOGASHI; WALTER, 2016) parecem não

evidenciar o aprofundamento nas proposições expostas de forma a possibilitar uma construção do conhecimento fluídica e dialógica entre as áreas da educação.

Escolarização de crianças autistas: o olhar do professor e a teoria histórico-cultural de Vygotsky.

Christiane Cordeiro Silvestre Dalla Vecchia; Carla Luciane Blum Vestena (UNICENTRO-PR)

O presente trabalho é um recorte da dissertação intitulada A escolarização de crianças autistas na perspectiva da educação inclusiva: um olhar do professor, a qual teve como objetivo analisar o processo de escolarização de crianças autistas no ensino fundamental regular na rede municipal de Guarapuava-PR, a partir do olhar dos professores. Para tanto, foi delimitado como base teórica da pesquisa a teoria histórico-cultural para discutir e compreender os processos de aprendizagem que ocorrem com estas crianças, juntamente com a análise do discurso das entrevistas realizadas com quatro professoras do ensino fundamental do município de Guarapuava. A pesquisa foi dividida em duas partes no referencial teórico sendo estas: em Linguagem e Pensamento da criança autista e Desenvolvimento e Aprendizagem no autismo. No primeiro momento busca conceituar e relacionar as entrevistas de acordo com os conceitos de Vygotsky (1989, 1993, 1995, 2014) sobre como ocorre a formação do pensamento e da linguagem no desenvolvimento humano, voltando estes conceitos para o autismo observa-se que nos critérios diagnósticos do autismo, notam-se dois grandes aspectos: a falta de relação social e a ausência de fala. Diante disto, pode-se notar a ausência de fala em algumas crianças autistas, porém isto não representa ausência de pensamento e de aprendizagem. No segundo momento faz-se uma relação dos conceitos de Vygotsky (1989, 1993, 1995, 2014) com as relações de aprendizagem no autismo e desta forma Vygotsky (1989, 1993, 1995, 2014), em sua teoria, traz conceitos importantes como o de mediação, zona de desenvolvimento proximal e real. Para refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem da criança autista, é preciso a compreensão dos instrumentos de mediação utilizados pelos professores. Além disso, é primordial discutir a zona de desenvolvimento proximal da criança autista, compreender as relações sociais, os níveis de aprendizagem e a linguagem das mesmas. Os níveis de aprendizagem são importantes ao pensar em ensino e aprendizagem de crianças autistas. A partir da análise dos dados foi possível obter como resultado a forma como os professores têm trabalhado com essas crianças, as mediações e instrumentos utilizados para favorecer sua aprendizagem, bem como as dificuldades encontradas pelos professores e a importância da formação (PISKE, 2017), para trabalhar com os alunos autistas em classes regulares, uma vez que cada aluno reage de diferentes maneiras e se adapta a diferentes instrumentos.

Estresse e Enfrentamento em Irmãos de Indivíduos Com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Paula Hisa Paranaíba Goto (UNILAGO); Ana Lúcia Rossito Aiello (Universidade Federal de São Carlos)

Irmãos de indivíduos com TEA podem apresentar dificuldades no relacionamento fraternal. A intervenção em grupo pode ser uma forma de oferecer suporte para que esclareçam dúvidas, compartilhem experiências e aprendam estratégias para lidar com dificuldades vivenciadas com o irmão com TEA. O objetivo deste trabalho foi apresentar os resultados de estresse e enfrentamento antes e após intervenção em grupo com irmãos. O delineamento foi quase-experimental, com grupo experimental (GE) e grupo controle (GC), avaliações pré e pós-teste. O GE foi composto por seis irmãos e GC por quatro (8-15 anos), ambos os sexos. Foram realizados cinco encontros em grupo (2h cada), nos quais foram trabalhados aspectos emocionais e informativos. Os resultados apresentados foram obtidos por meio do Inventário de Estresse e Enfrentamento de Irmãos aplicado individualmente. A primeira parte do inventário é composta por sete itens sobre eventos estressores, na qual pontua-se frequência e nível de raiva. A segunda parte possui 16 itens, subdivididos em quatro tipos de estratégias de enfrentamento: comportamentos dirigidos ao ambiente, cognições dirigidas ao ambiente, comportamentos próprios e autocognições, pontua-se frequência e efetividade de cada estratégia. Os resultados para o GC foram aumento de 3% na frequência de eventos estressores e aumento no nível de raiva. Para o GE, a frequência de estressores foi mantida e houve queda do nível de raiva. Sobre as estratégias de enfrentamento, para o GC a mais utilizada nas duas fases foi comportamentos próprios; cognições dirigidas ao ambiente manteve a mesma pontuação; houve aumento das autocognições e redução dos comportamentos dirigidos ao ambiente. Para o GE, a estratégia mais utilizada foi autocognições; comportamentos próprios teve pontuações similares nas duas fases; houve aumento dos comportamentos dirigidos ao ambiente e a maior mudança para o GE foi a redução das cognições dirigidas ao ambiente. A estratégia mais efetiva para GC foi comportamentos próprios e para o GE autocognições. Comportamentos dirigidos ao ambiente foi a menos efetiva para os dois grupos. Para GC manteve-se a frequência do uso das estratégias mais e menos efetiva e para o GE houve redução da menos efetiva e aumento da mais efetiva. A amostra de participantes foi restrita, mas para o GE houve redução no nível de raiva e

otimização das estratégias de enfrentamento, enquanto para o GC houve aumento na frequência de eventos estressores e nível de raiva. Recomenda-se a realização de pesquisas longitudinais, com grupos maiores, intervenções mais longas e análise estatística dos dados.

Funcionalidade das crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus: pressupostos de uma intervenção em Salvador - BA

Fernanda Reis (Secretaria de Saúde de Salvador); Fernanda Reis (Universidade Federal da Bahia); Darci Neves dos Santos (Universidade Federal da Bahia); Camile Cabral (Universidade Federal da Bahia); Michelle Castro Montoya Flores (Universidade Federal da Bahia); Marcos Paulo Almeida Souza (Universidade Federal da Bahia)

A Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZ) desafiou o mundo a responder as incertezas enfrentadas pelos familiares e sociedade diante do comprometimento no desenvolvimento das crianças. Infecções Congênitas geralmente estão associadas a alterações no processo de aquisição e desenvolvimento de habilidades, todavia até o momento não é possível mensurar a severidade das limitações relativas à infecção intrauterina pelo zika vírus (COYNE; LAZEAR, 2016). As doenças que acometem a infância podem afetar o processo de aquisição de habilidades, dificultando o desempenho funcional de atividades cotidianas (HAGEDORN, 2003). Assim, essa comunicação objetiva apresentar os pressupostos de uma proposta de intervenção na Atenção Básica, em Salvador- BA e refletir sobre a funcionalidade das crianças com SCZ. Na primeira infância as crianças realizam atividades que dependem de habilidades adquiridas ao longo do processo de desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2011). Pesquisadores apontam que interações dinâmicas entre experiências, condições ambientais e influências genéticas são responsáveis pela fundação da arquitetura cerebral (FOX; LEVITT; NELSON III, 2010). Desse modo, o processo de realização de atividades envolve a capacidade de adequar as demandas para cada tarefa, responder ativamente aos estímulos, além de utilizar as habilidades e conhecimentos adquiridos para interagir apropriadamente nas situações cotidianas. A SCZ impactou no processo de desenvolvimento dessas crianças, bem como na sua funcionalidade, comprometendo suas possibilidades de se engajar em papéis, relações e ocupações comuns a sua idade e cultura. A participação de crianças com deficiência nas tarefas diárias, em diferentes ambientes, tem sido uma meta terapêutica compartilhada por pais e profissionais de reabilitação. O foco na funcionalidade tem crescido ao passo que as práticas reabilitadoras que visavam apenas “a reparação do corpo doente” (ROCHA, 2006) têm sido reduzidas, já que atualmente o paradigma de atenção às pessoas com deficiência visa a inclusão social e a eliminação de barreiras para a participação social. Dessa forma, o Projeto Desenvolvimento Infantil na Comunidade (DICa) da Universidade Federal da Bahia tem estruturado a proposta do Grupo de estimulação do desenvolvimento na comunidade, que visa potencializar o vínculo do(a) cuidador(a) com a criança com SCZ em um ambiente grupal facilitado por equipe multiprofissional na Atenção Básica, ampliando o olhar para as potencialidades da criança em diferentes funções, como também reconhecendo suas limitações. Além disso prevê a incorporação orientações para enriquecimento do ambiente domiciliar e o planejamento de estratégias para maior independência da criança na realização de atividades e inclusão comunitária.

Impacto do Transtorno do Espectro do Autismo nas relações familiares e no bem-estar dos irmãos com desenvolvimento típico: revisão da literatura nacional

Paula Hisa Paranaíba Goto (UNILAGO); Ana Lúcia Rossito Aiello (Universidade Federal de São Carlos)

O transtorno do espectro do autismo traz prejuízos significativos na vida do indivíduo e tem impacto em toda família. Dentro do sistema familiar, o subsistema fraternal é pouco explorado por pesquisadores. O objetivo deste trabalho foi apresentar uma síntese e análise crítica da literatura nacional acerca do impacto do TEA em irmãos com desenvolvimento típico. A busca foi realizada nas seguintes bases de dados e sites de busca: Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), PePSIC e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram irmã(s), irmão(s), fraterno, fraternal combinados com autismo, autista, autístico, transtorno, desenvolvimento. Os critérios de seleção foram: trabalhos nacionais que avaliassem relacionamento fraternal ou parental e bem-estar de irmãos com desenvolvimento típico. Os trabalhos deveriam estar publicados no formato de artigo, dissertação ou tese, disponíveis na íntegra e gratuitamente e não foi estabelecido limite temporal. Onze trabalhos se enquadraram nos critérios de seleção. E diferentes variáveis foram investigadas nos estudos (como personalidade, qualidade de vida, estresse, habilidades sociais, relacionamento familiar, dentre outros). Crianças, adolescentes e adultos fizeram parte da população estudada. Predominaram estudos do tipo caso-controle e descritivos; não foram encontrados estudos longitudinais e relatos de intervenção com irmãos. As diferenças metodológicas e de temas investigados indicam a complexidade do assunto e os resultados encontrados demonstraram influências positivas e negativas do TEA na vida dos irmãos.

Novas pesquisas são necessárias, especialmente de intervenção e com delineamentos longitudinais e experimentais.

Luto não reconhecido e a inclusão no ensino superior de indivíduos com transtorno do espectro autista

Augusta Renata Almeida do Sacramento (Faculdade Pio Décimo)

A importância atribuída à diversidade e à inclusão vem crescendo nos últimos anos, principalmente a partir do desenvolvimento de legislações específicas que asseguram o direito a todos de medidas necessárias à educação e à assistência. Haja vista os avanços adquiridos com a inclusão, sendo este o modelo vigente social e constitucional atual no Brasil, verifica-se que a prática integrativa ainda é uma perspectiva bastante presente no contexto social, principalmente no âmbito do ensino superior. O desenvolvimento de práticas nas instituições de ensino superior ainda se apresenta como um grande desafio aos profissionais que atuam neste setor. Partindo dessas considerações, verificamos que, por muitas vezes não há um processo seletivo e de construção de ensino edificadas no interior dessas instituições que considerem os diferentes elementos necessários para a inclusão de alunos com necessidades especiais, inclusive aqueles com diagnóstico do espectro autista. Logo, percebemos uma falha na contemplação das necessidades dos alunos, em suas particularidades, que não são preenchidas a partir do atual modelo de disciplinas curriculares ofertadas, como também pelo não reconhecimento da importância da formação de uma rede de informações e de significações construídas junto aos alunos, que englobem a identidade social e cultural destes. Como embasamento teórico para reflexão desta temática trazemos o conceito de luto não reconhecido, proposto por Doka (2002), que o descreve como aquele experienciado na ocorrência de uma perda que não pode ser publicamente reconhecida, lamentada ou socialmente apoiada. Para o autor, o luto não reconhecido pode se fazer presente a partir das seguintes ocorrências: a perda não é reconhecida, a relação não é reconhecida, o enlutado não é reconhecido ou as circunstâncias da perda não são reconhecidas. Em se tratando da inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista no ensino superior, observamos que as perdas vivenciadas por estas pessoas em muitos momentos não são reconhecidas e permissivas de elaboração, embora seja observada a escassez de políticas que asseguram a participação de alunos com limitações e que não apenas oferecem a integração ao sistema, mas sim a inclusão ao mesmo, não permitindo, portanto, o direito do alcance de uma formação de sucesso e com ganhos reais para o desenvolvimento cognitivo, social e psíquico destes.

Regulação semiótica na oposição de crianças com transtornos do espectro autista: Considerações sobre pesquisas e práticas de inclusão

Nadja Maria Vieira da Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS)

Neste estudo abordamos questões pouco esclarecidas nas pesquisas e práticas que definem os déficits de comunicação no diagnóstico de Transtornos do Espectro do Autismo – TEA, considerando apenas o neurodesenvolvimento. Argumentamos que a comunicação humana inclui processos de regulação semiótica não considerados na análise do neurodesenvolvimento. Defendemos que a análise dos processos comunicativos precisa de conceitos e métodos que alcancem a produção de significados que se revelam em permanente transformação em decorrência de sua constituição cultural e da interdependência entre falante e ouvinte. Nessa perspectiva, discutimos nesse estudo sobre o comportamento de oposição, frequentemente configurado durante atendimento terapêutico e educacional voltados para crianças com TEA. Abordamos a oposição, como fenômeno e parâmetro conceptual, para dar visibilidade a regulação semiótica e a função da cultura nas transformações dos significados emergentes na comunicação que envolve crianças com TEA. A perspectiva dessa pesquisa foi idiográfica e contou com a participação de quatro crianças diagnosticadas com TEA. Os dados foram registros videografados da interação durante sessões de terapia. Para análise desses registros demarcamos o início e o fim de situações de oposição. Foram analisados cerca de 60 minutos de interação, correspondente a 16 vídeos com diferentes durações. Foram identificadas 78 situações de oposição. As análises revelaram o comportamento de oposição das crianças com TEA como posicionamentos do self dialógico, no movimento para distinguir-se, ativamente, na interação. Além disso, os resultados indicaram que no alinhamento entre ações e respostas da terapeuta com as crianças sustentou-se o compartilhamento de significados e a atuação de processos intersubjetivos abrindo possibilidades para novos sentidos na comunicação. A expectativa é que mais pesquisadores possam ampliar essa abordagem, através da análise de outras situações de oposição de crianças com esses transtornos. Esses resultados sugerem a relevância de que profissionais de psicologia que atendam crianças com TEA, tanto no âmbito clínico quanto educacional, explorem em suas práticas essa ampla relação entre oposição, posicionamentos do self dialógico, processos comunicativos e desenvolvimento humano. Dessa forma será possível uma revisão de interpretações que indicam a correlação entre oposição e incapacidade ou

prejuízos nas habilidades comunicativas e interação social dessas crianças. Acreditamos que ao assumir essa correlação, ainda que lhes pareçam incoerentes com as suas próprias observações, os profissionais abdicam da possibilidade de conhecer as características específicas da produção de significados de cada criança com TEA e abrem mão de conhecer e avaliar criticamente as bases epistemológicas das informações que orientam suas ações.

A rede de apoio social e afetivo de adolescentes vítimas de violência doméstica e bullying de uma escola pública municipal do sul do Brasil

Grazielli Fernandes (Prefeitura Municipal de Canoas); Maria Angela Mattar Yunes (Universidade La Salle)

Este estudo teve por objetivo conhecer a rede de apoio social e afetivo de adolescentes vitimizados pela violência doméstica e bullying, estudantes de uma escola pública municipal da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Participaram do estudo 15 adolescentes (10 meninas e cinco meninos), que declararam sofrer violência doméstica e serem alvos e/ou autores de bullying, por meio do Questionário sobre Bullying (Bandeira, 2009) e de uma questão do Questionário Juventude Brasileira (Dell’Aglia et al., 2011). O instrumento de pesquisa utilizado foi o Mapa dos Cinco Campos que permite avaliar a estrutura e a função da rede de apoio. No Mapa, constam cinco campos de análise: Família, Escola, Parentes, Amigos/vizinhos e Contatos Formais. Foram analisados três aspectos: estrutura da rede, funcionalidade da rede e percepção das figuras da rede. A análise da estrutura da rede demonstrou que os adolescentes apresentaram maior número de contatos com pessoas nos campos Parentes, Família e Escola, ambientes onde ocorrem as primeiras interações e onde os primeiros papéis sociais são estabelecidos. A funcionalidade da rede permitiu perceber que a maior média de contatos dos adolescentes nos cinco campos está nos níveis mais próximos a eles, ou seja, há mais contatos positivos do que negativos com as pessoas com as quais eles convivem/conviveram nesses ambientes. Entretanto, um elemento fundamental para análises das relações foi o fato de alguns adolescentes indicarem os perpetradores de violência doméstica como contatos positivos. O maior número de contatos negativos foi indicado no campo Escola, ambiente fundamental no processo de socialização e que para alguns participantes não é visto como um lugar de agradável convivência, o que se justifica pelo envolvimento em bullying. A partir da análise da percepção das figuras da rede, constata-se que a Família é percebida como quem mais auxilia os participantes; no entanto, em duas situações, os indicados como fonte de apoio (pai e mãe) foram também citados como perpetradores de violência doméstica. Ainda que existam leis de proteção às crianças e adolescentes, estes resultados demonstram a necessidade de projetos de intervenção e políticas públicas que estimulem relacionamentos efetivamente positivos dos adolescentes, tanto na família quanto na escola. Estes devem ter como base o diálogo e a escuta e abolir práticas de violência como resolução de conflitos. Somente com uma rede de apoio eficaz será possível minimizar situações de violência doméstica e bullying.

As relações entre violência sexual e bullying na perspectiva de adolescentes escolares

Grazielli Fernandes (Prefeitura Municipal de Canoas); Maria Angela Mattar Yunes (Universidade La Salle)

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as relações entre violência sexual e bullying, a partir da percepção de adolescentes que sofreram ambas as formas de violência. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado com quatro adolescentes do sexo feminino de uma escola pública municipal da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O instrumento de coleta de dados foi a Entrevista Reflexiva, composta por dois encontros individuais. Para a pré-análise e análise dos dados, foi utilizada a grounded-theory, que permite a produção de uma teoria a partir da experiência estudada. Com os procedimentos propostos pela grounded-theory, é possível ao pesquisador descobrir temas que emergem dos próprios dados durante a análise. Assim sendo, a partir dos dados, elaborou-se um eixo de análise “Relações entre violência sexual e bullying”, da qual emergiram as categorias: “Mascarar as vivências” e “Dificuldades em dissociar as vivências”. Os resultados indicaram, num primeiro momento, que as adolescentes vitimizadas pelo abuso sexual reconhecem as vulnerabilidades da situação de violência: sua confiança na família no perpetrador e o fato de ele ser da família, o que facilita o acesso à vítima. Durante a Entrevista, as adolescentes indicaram comportamentos em consequência do abuso sexual, como choro compulsivo, pesadelos, tentativa de término de relacionamento e confusão de sentimentos. Quanto aos casos de bullying, as participantes relataram que não conseguiam se defender de agressões e, conseqüentemente, ficavam deprimidas, não conseguiam comer e isolavam-se. Ao relatarem suas experiências de abuso sexual e bullying, as adolescentes apresentaram clareza na sua visão sistêmica acerca das interfaces dessas duas formas de violência. Denotam a percepção de que as vivências de violência transpõem os limites do ambiente em que ela é praticada. Com vistas a evitar esse processo, adotam estratégias para tentar não demonstrar seus sentimentos. Entretanto, apesar das tentativas, na maioria das vezes, as adolescentes não conseguiram esconder suas vivências de abuso sexual na escola e exteriorizavam suas angústias, decepções e medos. Na visão das adolescentes, esse foi um fator fundamental para se tornarem alvos de bullying. A partir destes resultados,

acredita-se que somente com projetos de intervenção e políticas públicas que integrem escola e família seja possível tornar esses ambientes seguros e agradáveis para crianças e adolescentes.

Assédio Moral e Estratégias de Enfrentamento dos Profissionais da Assistência a Vítimas de Violência contra a Mulher

Karine David Andrade Santos (Consultório); JOILSON PEREIRA DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE); KARINE DAVID ANDRADE SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE)

O assédio moral no trabalho se materializa por atitudes, comportamentos, gestos e palavras praticadas de forma repetitiva e prolongada que atentam a dignidade e integridade física e psíquica e traz ofensas para personalidade do trabalhador alvo da agressão. Expõe a pessoa a situações humilhantes e pode causar o desligamento do empregado e a deterioração das condições de trabalho. Apesar do padecimento vivenciado por estas pessoas dentro do seu contexto laboral, verifica-se que nem todos os alvos desta violência têm a sua saúde física e mental comprometida visto que alguns administram esta situação adversa através de estratégias de enfrentamento. Deste modo, o estudo deste constructo teórico é crucial por possibilitar a demonstração dos mecanismos psicológicos implicados na adaptação de adversidades e na criação de trajetória de desenvolvimentos saudáveis, o que está muito relacionado às questões de bem-estar e qualidade de vida. Portanto, diante destas constatações, este estudo teve como objetivo descrever as situações de assédio moral e as estratégias de enfrentamento utilizadas face ao assédio moral no trabalho utilizadas por profissionais da assistência a vítimas de violência doméstica. Para tal empreendimento, este estudo foi estruturado dentro de um recorte qualitativo em que 12 profissionais da assistência a vítimas de violência contra a mulher da DAGV (Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis) da cidade de Aracaju e CREAMs (Centro Especializado no Atendimento à Mulher em Situação de Violência) do interior de Sergipe foram submetidos a um roteiro de entrevista. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas analisadas através da análise de conteúdo de Bardin. Os resultados demonstraram que os profissionais pesquisados vivenciavam as seguintes práticas de assédio moral: abuso de poder, questionamentos frequentes, desvalorização do serviço, tentativas de culpabilização e controle verbal. Para enfrentar o assédio moral no trabalho, o afastamento, a busca de suporte social e o autocontrole foram as estratégias mais mencionadas pelos participantes. A compreensão das formas de enfrentamento do assédio moral no ambiente laboral se torna fundamental dentro do ambiente da assistência a vítimas de violência doméstica uma vez que os sentimentos vividos pelos profissionais nos contatos com usuárias assistidas ocasionam a reprodução de uma dinâmica violenta nas relações laborais da equipe profissional.

Associação de violência escolar com violência intrafamiliar e saúde mental de adolescentes vítimas

Jaqueline Portella Giordani (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Débora Dalbosco Dell'Aglio (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Os adolescentes têm sido considerados o grupo populacional mais exposto pela violência, seja no ambiente familiar ou na comunidade. No contexto brasileiro, as escolas são os espaços sociais em que os adolescentes permanecem período significativo do dia, mas apesar de poder ser um espaço de prevenção à violência o mesmo também tem se constituído como contexto de vitimização e violação de direitos. A vitimização pode ocorrer no ambiente intrafamiliar, envolvendo pessoas com laços afetivos, ou no ambiente extrafamiliar - na vizinhança, nos espaços públicos e também nas escolas. Dados oficiais apontam que, no Brasil, os adolescentes fazem parte do grupo etário mais exposto à violência, sendo esta uma etapa de grande risco para mortes devido a causas externas. A associação entre vitimização em diferentes contextos já foi identificada em alguns estudos. Sabe-se também que exposição à violência pode provocar consequências diversas no desenvolvimento saudável dos adolescentes, podendo impactar em sua saúde mental. Sendo assim, o objetivo deste estudo foi analisar a relação entre violência escolar, violência intrafamiliar e saúde mental, com 426 adolescentes de escolas públicas de Porto Alegre, sendo 62% do sexo feminino, entre 12 e 18 anos ($M=14.91$; $SD=1.65$). Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico e a questões sobre violência intra e extrafamiliar do Questionário da Juventude Brasileira, e à Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse para Adolescentes (EDA-EA). Os resultados indicaram que 29,3% da amostra já foi vítima de violência na escola e este local foi identificado como sendo onde ocorrem significativamente mais situações de violência extrafamiliar, englobando 68,3% do total de relatos. Dos alunos que relataram terem sofrido ao menos um episódio de violência na escola, 59,3% foram também vítimas de algum tipo de violência intrafamiliar. Além disso, ter sofrido violência na escola se mostrou associado a escores mais altos de sintomas indicativos de depressão, de ansiedade e de estresse. Discutem-se ações de enfrentamento que possam promover o desenvolvimento saudável em todos os contextos de desenvolvimento, além de manejo de conflitos pelos próprios adolescentes.

Conflitos em uma moradia universitária: O estudante e seu novo "lar"

Natália Lins Pequeno de Assis (Universidade Federal da Paraíba – UFPB); Cleonice Camino (Professora da UFPB); Livia Braga (Servidora do Estado)

A presente investigação teve como objetivo compreender as principais queixas e conflitos existentes entre os residentes de uma moradia estudantil. A pesquisa se mostra relevante porque é a partir dos seus resultados que será elaborado um projeto de intervenção utilizando como base teórica os estudos de Piaget, Kohlberg e Hoffman, para o desenvolvimento da empatia e da justiça. Realizaram-se 40 entrevistas semiestruturadas com estudantes de graduação do sexo feminino e masculino, residentes em uma moradia estudantil vinculada a uma universidade pública paraibana. Através da Análise de Conteúdo, constatou-se que 42,5% dos participantes avaliaram de forma positiva as primeiras experiências dentro da residência. Já 25% avaliaram negativamente e 32% dos participantes disseram ter pouca convivência com os demais residentes, justificando a não avaliação. Os participantes apresentaram 133 queixas vivenciadas na residência, sendo então construídas 17 categorias. As categorias que apresentaram maior frequência de respostas foram: Barulho (18,05%), Consumo de drogas ilícitas (9,02%), Falta de Higiene/Limpeza (7,52%), Roubo/Furto (6,77%), Injustiça na distribuição de alimento (6,77%). Em relação as regras que os residentes consideraram importantes dentro da moradia estudantil, as de maior frequência foram: Não fazer barulho (30%), Diálogo/Respeito (22,5%), Higiene/Limpeza (12,5%) e Distribuição justa do alimento (6,25%). Quando a regra não é seguida, havendo a quebra do acordo, 34% dos participantes consideraram que há restauração pelo diálogo. Já 41% consideram que nem sempre há restauração, mesmo com tentativa, e 24,5% não veem a restauração ocorrer após quebra de acordo. 57% dos participantes não consideram os residentes amigos, 17,5% consideram e 22,5% consideram que apenas poucos residentes são amigos. Em relação à situações de injustiça, 52,5% (21) dos participantes disseram que já se sentiram injustiçados dentro da residência e 47,5% disseram que não. Os participantes que se sentiram injustiçados verbalizaram 24 situações, sendo categorizadas como Injustiça individual (50%) e Injustiça coletiva (50%). Em apenas 1/3 (33,33%) das 24 situações apresentadas, os estudantes buscaram fazer algo para amenizar este sentimento. Percebe-se, ao analisar os resultados, que mesmo com o investimento do governo em políticas de assistência estudantil – PNAES, há uma insatisfação dos estudantes beneficiários, já que muitos são os conflitos que estes passam dentro dos seus novos lares. São jovens com vulnerabilidade socioeconômica que sonham com um projeto profissional e que, para a realização deste, é necessário passar por embates cotidianos, que para alguns podem ser percebidos enriquecedores, mas, para uma grande parte, é de difícil superação, podendo causar danos psicológicos profundos.

Estupro de vulnerável e o papel do psicólogo em instituições de atendimento a essas vítimas no centro-sul de Sergipe

Alana Nagai Lins de Carvalho; Fernanda Cristina Andrade Uzeda (Faculdade Ages)

A presente pesquisa versa sobre atuação do psicólogo em casos de estupro de vulnerável, prestando o trabalho de atendimento/acompanhamento à vítima em diferentes instituições da rede, tendo como objetivo primeiro avaliar a participação de psicólogos no trabalho de atendimento à vítima de estupro de vulnerável, destacando a importância desses profissionais. Busca-se também conhecer as diferentes funções que o Psicólogo pode exercer individualmente e como colabora na equipe de trabalho, visando compreender também como a rede se articula para melhor cobertura dos casos, a nível de atendimento, intervenção e acompanhamento. A pesquisa é qualitativa, de campo, descritiva e exploratória, sendo utilizadas entrevistas semiestruturadas, aplicadas com 6 psicólogos que trabalham em diferentes instituições de atendimento e acolhimento a vítimas de estupro de vulnerável em cidades no interior do estado de Sergipe. Esse material possibilitou compreender como se dá a atuação do psicólogo nas instituições de trabalho, o trabalho em equipe, a atuação em casos de estupro de vulnerável, a construção de documentos psicológicos e a articulação da rede, sendo essas as categorias de análise. Constatou-se que o trabalho em casos de estupro de vulnerável pode ser desenvolvido pelo psicólogo sobre diferentes perspectivas práticas, nos diferentes contextos de atuação, em equipe e com a rede. Seis tipos de documentos psicológicos são utilizados, alguns regulamentados pelo Conselho, por serem resultantes de avaliação psicológica e outros servem como forma de registro dos procedimentos realizados. Muitas instituições trabalham em casos de estupro de vulnerável, tanto para recebimento e encaminhamento das denúncias, como para parcerias durante as intervenções. E em geral há uma preocupação em não revitimizar. As principais problemáticas levantadas referem-se ao modelo pericial desenvolvido, a falta de uso dos termos técnicos, a necessidade da busca dos profissionais por formação continuada, a incompletude de equipe, a necessidade de devidas vistorias técnicas nos serviços, a precária comunicação estabelecida entre os técnicos, a necessidade de desenvolver trabalhos com o agressor e a dificuldade em tecer teias de comunicação entre essas instituições.

Experiencia de atuação do psicólogo em equipe psicossocial em um Conselho Tutelar

Samia Dayana Cardoso Jorge (Servidor Público)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente; responsável por atendê-las e a seus responsáveis, podendo requisitar serviços e certidões, encaminhar demandas ao Ministério Público e Poder Judiciário, além de representar contra a violação dos direitos em nome do indivíduo e da família e reivindicar políticas públicas de proteção infanto-juvenil. Em Parnamirim/RN há uma equipe psicossocial que realiza assessoria técnica aos conselheiros tutelares apesar de, no inicialmente citado ECA, não haver especificidade acerca da presença e atuação destas profissionais. Ressalta-se a presença da psicóloga e da assistente social é advinda de determinação do Ministério Público, as servidoras são do quadro efetivo e cedidas da Secretaria Municipal de Assistência Social. A maior parte da demanda de atendimentos é oriunda dos conselheiros tutelares e ofícios da Promotoria da Infância e Adolescência. O psicólogo foi colocado em atuação sem capacitação prévia e buscou conhecimentos sobre o ECA, sistema de garantia de direitos, psicologia jurídica, SUAS e sistemas de proteção social, conselho tutelar e diálogo com os conselheiros. Os atendimentos são realizados, preferencialmente, à família e buscam combater a individualização e culpabilização dos sujeitos, além de consideração das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Também há proposta de capacitação dos conselheiros tutelares em temas como escuta, acolhimento, rede de proteção, etc. Há muitos desafios relacionados à pouca estrutura do local de trabalho, além de preconceitos e mitos no imaginário das famílias e profissionais. A maioria das queixas presentes nos atendimentos relaciona-se à alienação parental, negligência e abuso. Foram criados, com objetivo de facilitar a intervenção e acompanhamento das situações, três instrumentos: os formulários de Identificação; de Atendimento Individualizado/Escuta Qualificada e o de Visita Domiciliar. Todos levam em consideração a apresentação da criança/adolescente e de seus genitores/responsáveis, mas há particularidades: o primeiro enfatiza o histórico da denúncia/queixa, medidas aplicadas, serviços requisitados e análise técnica; o instrumento de Atendimento é direcionado ao registro dos relatos colhidos em escuta qualificada e o último é utilizado para registro em ocasião de visita domiciliar, que preferencialmente é realizada em companhia do conselheiro tutelar responsável. Em geral há confecção de relatórios informativos, remetidos ao solicitante, em que há descrito as sugestões da equipe psicossocial para o conselheiro responsável, que visam a proteção dos direitos infanto-juvenis e interlocução com a rede de proteção municipal.

Facilitadores e dificultadores no processo de enfrentamento de mães que tiveram filhos abusados sexualmente

Francieli Sufredini (Prefeitura Municipal de Florianópolis); Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (Universidade Federal de Santa Catarina); Scheila Krenkel (Universidade Federal de Santa Catarina)

O abuso sexual infanto-juvenil é considerado um problema de saúde pública, devido à elevada incidência epidemiológica e aos sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas. As estratégias adotadas por mães de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual influenciam diretamente o prognóstico das vítimas. O presente estudo objetivou identificar aspectos presentes na dinâmica familiar e social que facilitaram ou dificultaram o enfrentamento do abuso sexual, na perspectiva das mães. De natureza qualitativa, esta pesquisa foi realizada com famílias atendidas em serviços de proteção da Assistência Social de um município da região sul do Brasil. Participaram desse estudo 12 mães que estavam em atendimento psicossocial, cujos filhos foram abusados sexualmente, decorridos pelo menos seis meses a partir da revelação do abuso sexual. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, por meio do software Atlas-ti 7.5.7. Constatou-se que o apoio das instituições de atendimento, apoio da família, dos amigos e da comunidade atuaram como facilitadores do enfrentamento das mães. O conhecimento de que outras famílias também vivenciaram o fenômeno, a sobrevivência da criança ao abuso e convivência com os filhos também surgiram como aspectos facilitadores, da mesma forma que a crença religiosa e de “um sentido oculto” por trás da violência, os cuidados com a própria saúde e o envolvimento em atividades laborais. Quanto aos aspectos que dificultaram o enfrentamento da violência, foram mencionados o isolamento, a negação do fenômeno, falta de apoio familiar e restrição do assunto da violência sexual ao âmbito doméstico. Aponta-se a importância de que os profissionais que atuam nesta área incluam e fortaleçam a rede social significativa destas mães nos acompanhamentos psicossociais, como um recurso que favoreça a proteção e o cuidado das famílias frente à situação de abuso sexual. Além disso, faz-se necessário que as estratégias de enfrentamento continuem a ser pesquisadas, trazendo subsídios teóricos e científicos para as políticas públicas que atendem famílias que vivenciaram abuso sexual infantil.

Impactos à vida de mulheres que sofrem violência doméstica conjugal em Aracaju

Fábio Santos; Vítor José Araújo Matos (Universidade Tiradentes); Maira Pereira Machado (Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia); Jamile Santana Teles Lima (Universidade Tiradentes)

Reconhecida como um problema de saúde pública, a violência doméstica conjugal (VDC) contra a mulher atinge a sua integridade física, moral, patrimonial e psicológica. A violência psicológica geralmente é um dos tipos mais comuns de agressão sofrida pela mulher que experiencia a VDC durante e após seu relacionamento afetivo, fazendo-se presente nos xingamentos, abusos, humilhações, gritos e ameaças. Esse tipo de violência de gênero pode comprometer o desenvolvimento global da mulher: debilitando sua saúde física e psicológica, afetando as relações familiares e sociais, diminuindo a qualidade de vida e abalando sua autoestima. O presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto da violência doméstica conjugal sobre a vida de mulheres que buscaram atendimento numa delegacia aracajuana. Ao todo, 14 mulheres adultas, que fizeram o boletim de ocorrência (B.O.) contra atual ou ex-companheiro, participaram da pesquisa. A coleta de dados ocorreu durante um mês numa delegacia especializada no atendimento a mulheres. Nesse período, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as participantes. Tal instrumento foi composto por 12 perguntas, que versaram sobre dados socioeconômicos e aspectos subjetivos da experiência da mulher com a violência doméstica conjugal (motivos da produção do B.O., emoções sentidas na vivência da violência doméstica, formas de enfrentamento e mudanças percebidas na vida). A análise de conteúdo, empregada no tratamento dos dados qualitativos, permitiu identificar a violência psicológica como o tipo de abuso mais frequentemente relatado (54,3%), seguida de física e moral (17,1%) e patrimonial (11,4%). As principais emoções e sentimentos eliciados pela experiência da violência foram raiva (15,7%), medo (13,7%), tristeza (11,7%) e nojo (5,9%). As formas de enfrentamento mais reportadas pelas participantes foram apoio familiar (17,6%), social (14,7%), espiritualidade (11,7%) e lazer, trabalho e prestação do boletim de ocorrência (8,8%). As maiores mudanças em suas vidas foram isolamento (21%), desconfiança e depressão (10,5%), baixa autoestima (7,9%) e “libertação”, doenças psicossomáticas e afastamento do companheiro (8,6%). A prevalência da violência psicológica, de emoções negativas como a raiva, o medo e a tristeza, bem como as consequências psicossociais adquiridas durante e após um relacionamento abusivo destacam como o desenvolvimento pessoal das mulheres que sofrem VDC é extenso em seus prejuízos e agravos, sendo muitas vezes mais críticos de um ponto de vista psicológico do que físico. A revolta e a indignação, além da busca por apoio jurídico, denotaram assertividade por parte das participantes, todavia, o suporte social e institucional demonstra ser fundamental em seu reestabelecimento psicológico e social.

Mapeamento das ações de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em Natal/RN

Maria Luiza da Costa Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN); Ilana Lemos de Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN); Riane Maiara Feitosa Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN); Tabita Aija Silva Moreira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)

Crianças e adolescentes em situação de rua são caracterizados por sua heterogeneidade, bem como pela interrupção ou não dos vínculos familiares, com dificuldade de acesso às políticas públicas, utilizando logradouros públicos de forma permanente ou intermitente. Compreende-se que uma prática eficiente voltada para esse público que ainda se encontra sem rompimento de vínculos familiares, pode contribuir para a prevenção da ida efetiva para as ruas, a qual, geralmente, perpassa por uma fase de exploração. Desta forma, o presente trabalho visa realizar um levantamento das atuações com estas crianças e adolescentes no município de Natal a partir de 1990, na tentativa de vislumbrar os avanços e/ou retrocessos desse atendimento desde a promulgação da Doutrina da Proteção Integral, quando o público infanto-juvenil passou a ser considerado sujeito de direitos. O estudo ocorreu por meio do método histórico, que procura resgatar e investigar as instituições, processos e acontecimentos do passado, possibilitando-se assim, compreender sua influência no contexto atual. Salienta-se que tal mapeamento se trata de dados preliminares de uma pesquisa maior, em que as atuações serão melhor detalhadas e analisadas. Desta forma, o levantamento ocorreu por meio de uma pesquisa bibliográfica, no qual foram utilizados documentos oficiais dos serviços, bem como monografias e dissertações de mestrado que abarcavam tais práticas. Como resultados, podemos citar a atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, uma entidade civil sem fins lucrativos e autônomo, iniciado na década de 1980 e que se extinguiu na década de 2000; o Programa Canteiros da Cidadania da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMTAS, o qual foi reformulado, passando a se chamar Canteiros Reconstituindo Vidas, tendo início na década de 1990 e extinto em 2009; o Serviço Especializado em Abordagem Social, também da SEMTAS, iniciado em 2009 e que continua em vigor; e como parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, podemos citar o Consultório de Rua (CR), sendo reformulado e passando a atuar enquanto Consultório na Rua (CnaR), tendo início na década de 2010 e também em vigor. Podemos compreender que, diferentemente das ações iniciais, os serviços atuais não são

voltados exclusivamente para o público infanto-juvenil, perdendo-se a especificidade desta população. Observamos também que o poder público somente surge alguns anos depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo a primeira atuação realizada pela entidade civil supracitada.

O Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Natal/RN

Tabita Aija Silva Moreira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Ilana Lemos de Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Maria Luiza Da Costa Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Riane Maiara Feitosa Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

O núcleo familiar foi reconhecido como um lugar potencial para a formação dos cidadãos pela primeira vez na legislação brasileira com a promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil. Uma nova perspectiva, na qual o Estado coloca-se como parceiro, juntamente com a sociedade, na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Mudanças no campo legal, entretanto, demandam tempo e esforços para serem postos em prática, pois, as políticas públicas, que deveriam lhes oferecer sustentação, ainda se encontram em processo de reformulação, inserção e de apropriação teórica e técnica. Os Serviços de Acolhimento são responsáveis por cuidar das crianças e adolescentes cujas famílias ou responsáveis estão temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Levantamentos nacionais relativos aos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, tem mostrado reiteradamente a não provisoriedade da medida protetiva em Serviços de Acolhimento, aliadas a violações de direitos nas próprias instituições, com prejuízos diretos ao direito à convivência familiar e comunitária. O objetivo desse estudo foi discutir o atendimento às crianças e adolescentes acolhidas em Serviços de Acolhimento Institucional da Região Metropolitana de Natal/RN. Para tanto, foram realizadas visitas a oito instituições desta Região e entrevistas com os nove psicólogos das mesmas, de acordo com roteiros de visita e entrevista semiestruturados. O referencial para a análise dos dados foi o materialismo-histórico dialético. Também se utilizou da análise de conteúdo temática e um software de análise de dados qualitativos. A partir dos dados encontrados, verificou-se a atuação articulada com o Sistema de Garantia de Direitos e um movimento em direção a implementação das normativas referentes às suas atividades em especial a Lei 12.010 de 2009. Por outro lado, algumas instituições estavam localizadas em locais distantes do bairro de origem dos acolhidos, de difícil acesso e, submetidas a constantes mudanças de endereço, o que por si só já dificultava a convivência familiar e comunitária. A partir deste contexto, observa-se a necessidade de melhor conhecer a promoção do direito à convivência familiar e comunitária nos Serviços de Acolhimento do RN. Pois, além da expansão e municipalização do atendimento, é preciso considerar o melhor interesse da criança e a responsabilidade do serviço de promover sua reintegração familiar ou, na sua impossibilidade, integração em família substituta.

O Sistema de Garantia de Direitos no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em Natal/RN.

Riane Maiara Feitosa Silva (SEMTAS); Ilana Lemos de Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Maria Luiza da Costa Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte); Tabita Aija Silva Moreira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

A violência sexual contra crianças e adolescentes - VSCA, expressa por meio do abuso sexual e/ou exploração sexual, é definida como todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente (c/a), praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à c/a vítima. O Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu o Sistema de Garantia de Direitos, no qual instâncias públicas governamentais e sociedade civil devem atuar, de forma articulada e integrada, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos fundamentais dessa população. O objetivo desse trabalho foi realizar um mapeamento da rede de enfrentamento à VSCA no município de Natal/RN. O método utilizado foi o levantamento através de entrevistas exploratórias com profissionais e estudiosos da área, além de análise documental em canais e documentos oficiais; também foram realizadas visitas institucionais em alguns dos serviços levantados. Assim, foi identificado: uma Vara da Infância e Juventude e uma Promotoria competentes para matérias relacionadas à VSCA; uma Delegacia Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente – DCA; o Instituto Técnico-Científico de Perícia do Rio Grande do Norte (ITEP-RN); quatro Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS; doze Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; três Unidades de Acolhimento Institucional Municipais; Cinco Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; quatro Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Natal – COMDICA. No terceiro setor se destacaram: o Centro de Defesa dos Direitos

da Criança e do Adolescente - CEDECA, Casa Renascer; Projeto Vira-Vida e Aldeias Infantis SOS Brasil. O município está dividido nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste, referenciando cada região têm-se um CREAS e Conselho Tutelar. A DCA, apesar de recurso pessoal reduzido, recebe e investiga casos de atendimento especializados em todo o Estado. O ITEP é responsável pela atividade de perícia oficial, realizando avaliação psicológica e exame de corpo de delito em c/a de todo o RN e apresenta significativa defasagem de profissionais. O CEDECA se destaca pelo acompanhamento psicossocial às famílias, o Projeto Vira-Vida pela educação e qualificação profissional de adolescentes e o SOS Aldeias infantis pelo acolhimento institucional. O enfrentamento à VSCA requer o envolvimento articulado de toda rede de prevenção, promoção e proteção aos direitos fundamentais das c/a.

Política de Assistência Social e Negligência Parental: espaços de prevenção

Hivana Raelcia Rosa da Fonseca (FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ – FAESPI)

A negligência parental pode ser definida como um comportamento de cuidado parental que, dispondo de recursos, não atende às demandas das crianças e adolescentes de modo satisfatório ao desenvolvimento saudável. O contexto oferecido pela família para as crianças e adolescentes será fundamental para seu desenvolvimento saudável. Do mesmo modo, quando um cuidado adequado não é disponibilizado às crianças e adolescentes, isso pode ter consequências negativas a seu desenvolvimento. As diversas Políticas Públicas responsáveis por articular o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes deve propiciar às famílias oportunidades para ampliarem suas práticas de cuidado. O trabalho cotidiano com as famílias, a discussão de temas e promoção de reflexões sobre questões da vida cotidiana podem favorecer a aprendizagem de novas formas de relação e cuidado e, consequentemente na parentalidade e no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Fortalecer as estratégias de cuidado junto às famílias é fundamental tanto para prevenir situações de violência, tais como a negligência, como para promover o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. As Políticas Públicas, de modo geral, são espaços férteis para esse trabalho com os indivíduos, famílias e comunidades. A Política de Assistência Social, tanto através das ações no nível de proteção social básica como especial, pode ser um recurso de grande valor na atenção a famílias com ou sem incidência de negligência parental. Considerando que a parentalidade é um produto sociocultural, as intervenções no âmbito familiar e comunitário podem favorecer a reorganização das funções parentais de modo mais protetivo. O combate e a prevenção a situações de negligência perpassam necessariamente o processo socioeducativo e o acolhimento das famílias. O atendimento e acompanhamento integral são fundamentais para a construção de uma mudança progressiva que deve acontecer na família, mas também na comunidade e no contexto social mais amplo. Serviços no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como o Serviço de Atenção Integral a Famílias (PAIF), Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são espaços férteis de atendimento às famílias. É possível, através de rodas de conversa, palestras e atividades em grupo, trabalhar práticas educativas, direitos das crianças e adolescentes, desenvolvimento saudável e diversos outros temas que potencialize a função protetiva das famílias e possibilite às crianças e adolescentes se desenvolverem livre de toda violência ou negligência, conforme prega a legislação brasileira.

Preditores de credibilidade e incredibilidade frente a revelação do abuso sexual infantil

Francieli Sufredini (Prefeitura Municipal de Florianópolis); Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (Universidade Federal de Santa Catarina)

A Organização Mundial da Saúde considera que a violência mais devastadora em termos desenvolvimentais é o abuso sexual infanto-juvenil. A capacidade das crianças em lidarem com a experiência de abuso sexual está associada ao fato das mães acreditarem em seus relatos e também de darem apoio. O presente estudo objetivou identificar preditores de credibilidade e incredibilidade perante a revelação do abuso sexual infantil. Esta pesquisa de natureza qualitativa foi realizada com famílias atendidas em dois PAEFI/CREAS de um município da região sul do Brasil. Participaram 12 mães que estavam em atendimento psicossocial e que tiveram filhos abusados sexualmente, decorridos pelo menos seis meses a partir da revelação do abuso sexual. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada. Os dados obtidos foram organizados e analisados utilizando os princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, por meio do software Atlas-ti 7.5.7. Os resultados revelaram que o resultado positivo da avaliação psicológica realizada com as crianças/adolescentes abusados, os relatos minuciosos sobre a violência por parte da vítima e o fato de que ela/ele não mentia habitualmente antes da revelação do abuso atuaram como preditores de credibilidade. Foi constatado que um relacionamento harmônico entre a filha e o autor do abuso, assim como a falta de detalhes no relato da criança/adolescente abusada, dificultam a credibilidade da ocorrência do abuso por parte das mães. Conclui-se sobre a importância da intervenção profissional considerar os fatores que atuam como preditores de credibilidade ou descredibilidade

frente a revelação do abuso, esclarecendo os membros familiares acerca de suas crenças e fantasias a respeito dessa vivência.

Predizendo a intenção comportamental de permanecer em um relacionamento abusivo

Ingridd Raphaelle Rolim Gomes (Psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social); Sheyla C. S. Fernandes (Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas)

No Brasil, a violência contra a mulher, se apresenta com prevalência elevada e, portanto, esta problemática instituiu-se como um dos problemas prioritários a ser enfrentado pela saúde pública. Os dados mundiais a respeito da violência contra a mulher, concernentes aos homicídios, têm evidenciado o Brasil na quinta posição diante de um ranking com outros 83 países. Com os índices de violência contra a mulher, em suas mais variadas tipificações, maximizando-se assustadoramente, torna-se crescente, também, os estudos que objetivam compreender os aspectos que envolvem a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. A literatura tem indicado diversos fatores que contribuem para a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, tais como: dependência financeira, dependência psicológica, medo de morrer, esperança de mudança do companheiro, sentimentos de desvalorização, inferioridade e culpa, entre outros. O presente estudo objetiva compreender como se dá o processo decisório de manutenção/desistência de relacionamento abusivo em mulheres jovens e universitárias, com base na Teoria da Ação Planejada, além disso, busca identificar as crenças positivas e negativas do comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; definir os referentes modais salientes no comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo; identificar as crenças de controle do comportamento de permanecer em um relacionamento abusivo e, por fim, elaborar e validar um instrumento sobre a Intenção Comportamental feminina de permanecer em um relacionamento abusivo. Este estudo diz respeito a um fragmento de uma investigação mais ampla, realizado a partir de entrevistas semi-estruturadas com 25 mulheres, jovens adultas, com matrículas ativas em instituições de nível superior e que estivessem vivenciando algum tipo de relacionamento afetivo, hetero ou homossexual. Os resultados desse estudo encontram-se em processo de análise e, com eles, espera-se permitir a sugestão de outros estudos empíricos que considerem mulheres de diferentes faixas etárias, etnias, escolaridade e classe social, para ampliar as considerações feitas acerca da permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, além de propor ações estratégicas mais contextualizadas para a efetivação de políticas públicas.

Violência Intrafamiliar Repercussões no Desenvolvimento Sociocognitivo

Elias Fernandes Mascarenhas Pereira (UNIVASF); jeane saskya campos tavares (UFRB); Leonardo Rodrigues Sampaio (UNIVASF); Francis Natally de Almeida Anacleto (UNIVASF)

Introdução: A experiência da violência traz consigo uma série de repercussões negativas, entre elas, danos à memória, produção de comportamentos não adaptativos, déficits emocionais, fobias, restrições afetivas e cognitivas e transtornos mentais graves (CABALLO, 2003; DE SOUZA; GERMANO, 2013; REICHENHEIM, 2011). Assim, a cronificação da experiência de violência é facilitada no contexto intrafamiliar pela convivência cotidiana ou proximal entre as vítimas e os agressores. Objetivo: Descrever as repercussões da violência intrafamiliar no desenvolvimento sociocognitivo do indivíduo com foco nos padrões psicopatológicos a luz da terapia cognitiva-comportamental. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. O levantamento bibliográfico foi realizado na base de periódicos nacionais e in-ternacionais da Capes. Ressalta-se que o ponto norteador desse tipo de estudo não se encontra em critérios de sistematização para o levantamento e análise crítica das referências, mas na construção de um cenário capaz de contextualizar o tema investigado (ELIAS et. al., 2012). Resultados: Esse tipo de convívio conflituoso prejudica o desenvolvimento das relações intrafamiliares que evoluam afetos positivos. Dessa forma, o desenvolvimento de relações familiares prejudicadas tornam-se fatores de risco relacionados a uma ampla variedade de problemas de saúde mental. Assim, a literatura vigente aponta que a violência intrafamiliar influencia na formação de crenças negativas acerca de si mesmo, das pessoas e do mundo, impactando diretamente na saúde mental e na qualidade de vida dos indivíduos, gerando intenso sofrimento psicológico. As crenças negativas ainda estão relacionadas com diferentes quadros psicopatológicos, como o Transtorno de Ansiedade Generalizada; Fobias; Transtornos Alimentares; e Depressão (BECK, 2013; WRIGHT; BASCO; THASE, 2009). Conclusões: O psicólogo deve está atento ao histórico de violência intrafamiliar apresentado pelo paciente. Dessa forma, poderá perceber quais as repercussões desse fenômeno na criação de crenças negativas associadas à psicopatologia do indivíduo. A terapia cognitiva-comportamental oferece uma série de recursos e técnicas para a condução das intervenções terapêuticas em casos atravessados pelos mais diversos tipos de violência. Além do mais, a literatura aponta que a Terapia Cognitivo Comportamental tem se mostrado efetiva no direcionamento terapêutico de pacientes com intenso sofrimento psíquico que apresentam crenças negativas e modos operativos disfuncionais. O direcionamento psicoterapêutico

volta-se para que o paciente avalie a validade de suas crenças no presente e construam respostas mais adaptativas para lidar com as situações vivenciadas. À destarte, esse ensaio contribui para o aprofundamento sobre a temática servindo de suporte para psicólogos e pesquisadores.

“Imagine para uma menina”: percepções de adolescentes em conflito com a lei sobre o ato infracional e gênero

Luiza Lins Araújo Costa (Faculdade Sete de Setembro – FASETE); Carolina Seixas da Rocha (UERJ)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera o adolescente enquanto pessoa em situação de desenvolvimento e prevê medidas socioeducativas (MSE) como forma de responsabilização pela conduta infracional. Das MSEs, a mais danosa ao desenvolvimento é a internação. Porém, mesmo para tal medida, a finalidade prevista em lei ainda é promover a reflexão e auxiliar o retorno do adolescente ao convívio sociofamiliar. Ainda que haja muitos trabalhos sobre o contexto de privação de liberdade, a maior parte se concentra nos jovens do sexo masculino, dessa forma pouco se conhece sobre “as” adolescentes internadas. Este trabalho investigou como adolescentes em conflito com a lei do sexo feminino percebem o ato infracional, a privação de liberdade e diferenças de gênero nesse contexto. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro adolescentes inseridas em instituição socioeducativa de internação em Aracaju-SE. Os resultados foram submetidos a técnicas de Análise de Conteúdo e evidenciaram duas categorias empíricas. A primeira, denominada: “Esse negócio é mais para homem...”, contempla a percepção das adolescentes acerca da prática infracional e refere-se à “masculinidade” atribuída ao ato infracional e à violência, a qual existe por uma exigência social de que as meninas sejam comportadas e educadas, dessa forma, o envolvimento em situações ilícitas é “pior para uma menina”. A segunda categoria denominada: “Aqui as meninas são mais educadas” contempla uma representação das adolescentes acerca da MSE de internação, citando uma maior adequação feminina às normas de controle e conseqüentemente um clima institucional mais tranquilo em comparação à instituição masculina. Nesse sentido, discute-se a estigmatização e o preconceito associados a uma dupla inserção dessas adolescentes: por serem “meninas” e por serem “infratoras”, bem como a necessidade de programas voltados para o público feminino que considerem peculiaridades e encorajem o exercício dos direitos sexuais entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Avaliação Neuropsicológica de crianças de quatro a seis anos que vivem em situação de abrigo

Taciana Feitosa de Melo (Universidade federal de Pernambuco); Pompeia Villachan Lyra (UFRPE)

Objetivamos no presente estudo investigar o possível impacto de condições de vulnerabilidade e risco no neurodesenvolvimento de crianças que vivem em situação de abrigo. Tais crianças encontram-se em situação de vulnerabilidade por terem vivido experiências dolorosas que fizeram com que fossem retiradas de suas famílias. A literatura destaca a importância dos seis primeiros anos de vida para o desenvolvimento infantil, pois este período se constitui como um momento de maior plasticidade cerebral e uma etapa de proliferação, notadamente, da substância branca cerebral, responsável pela transmissão de informações e conexão entre as diferentes regiões no cérebro. Entende-se aqui por vulnerabilidade e risco os contextos nos quais experiências biológicas e psicossociais precoces afetam o desenvolvimento cerebral, sobretudo em função do aumento de cortisol no organismo. Participaram dessa pesquisa onze crianças de 4 a 6 anos, que vivem em duas casas de acolhida da cidade do Recife. Para a investigação da dimensão cognitiva, em particular da atenção/funções executivas, Linguagem e Percepção Social, foi utilizada a Bateria NEPSY-II. De modo geral, embora seja possível identificar atrasos no desenvolvimento de aspectos da atenção e funções executivas, esse foi o domínio que apresentou ainda alguma preservação. A linguagem foi avaliada sob os seus aspectos de compreensão e produção oral, e percebeu-se um importante rebaixamento nesse domínio. No entanto, foi no domínio da Percepção Social que se observou a maior dificuldade, sendo verificado rebaixamento de desempenho em todas as crianças investigadas. Os dados produzidos pela pesquisa reforçam a nossa compreensão da importância de propostas de intervenção precoce que podem permitir a minimização e/ou superação das dificuldades apontadas nos resultados do presente estudo. Adicionalmente, entendemos que esse estudo pode subsidiar propostas de políticas públicas destinadas às fases precoces do desenvolvimento infantil em contexto de abrigo, contribuindo para que este seja também um espaço de promoção de desenvolvimento infantil.

Os níveis de acometimento da Síndrome de Irlen e seus impactos no desenvolvimento e aprendizagem infantil

Mariana Bentzen Aguiar (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva); Janicleide Nascimento (UFPE)

A Síndrome de Irlen (SI) é caracterizada por uma alteração visuoperceptual, em níveis diversificados (leve à severo), ocasionada por um desequilíbrio da capacidade de adaptação à luz, produzindo alterações na percepção e déficits de leitura (IRLEN, 1991). Este estudo objetivou investigar os impactos da SI, em seus diferentes níveis de acometimento, na aprendizagem infantil. Para isso, participaram da pesquisa 38 crianças de 7-12 anos da rede pública de ensino de Pernambuco – tendo em vista que dos seis anos em diante dá-se início ao processo de alfabetização. A aprendizagem infantil foi mensurada a partir do desempenho escolar, obtido através do Teste de Desempenho Escolar (TDE); ao passo que utilizamos o teste do Screening, padrão do Método Irlen adaptado ao Brasil para averiguar o nível de acometimento dos estudantes. Cabe destacar que todos os voluntários tinham acuidade visual normal ou corrigida (6:6 ou 20:20) avaliados pela cartela de optotipos de Snellen e tiveram o consentimento explícito dos responsáveis no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados destacam uma ausência de correlação ($r=0,179$) entre a caracterização clínica da Síndrome de Irlen e o baixo desempenho escolar avaliado pelo TDE. Ademais, também encontramos uma ausência de correlação ($r=0,040$) entre o grau de severidade da SI e baixo desempenho escolar segundo o TDE. Assim, houve uma curva de desempenho similar tanto para os estudantes com, quanto para os estudantes sem a síndrome. Estes achados contradizem a literatura estrangeira (IRLEN, 1991), pondo em xeque os acometimentos no desenvolvimento, fundamentalmente na aprendizagem no período escolar, averiguados em estudos de outros países. Deprendemos deste estudo que outros trabalhos nesta direção são imperiosos para averiguar a lacuna encontrada: se os presentes resultados dizem de uma diferença cultural ou se devem ao instrumento empregado.

A influência das informações repassadas pela mídia na descentração social de julgamentos sociomoraís

Eloá Losano de Abreu; Júlio Rique Neto (Universidade federal da Paraíba); Cleonice Pereira dos Santos Camino (Universidade Federal da Paraíba)

A violência é um tema social que tem sido foco de diversos debates na Psicologia do Desenvolvimento. Nesse sentido, os estudos já identificaram que um dos recursos utilizados pela população em geral para embasar a sua tomada de decisões sobre problemas sociais dessa natureza é se guiar por informações fornecidas pela mídia televisiva ou por outros meios de comunicação de massa. Sendo assim, este trabalho verificou a influência das informações repassadas pela mídia na descentração dos julgamentos sobre adolescentes envolvidos em atos infracionais. Como aporte teórico foram utilizadas as teorias sobre descentração social e tomada de perspectiva de Piaget, e os modelos de Flavell, Selman e Hoffman. Foi realizada uma pesquisa exploratória de delineamento quase experimental utilizando quatro grupos, que receberam informações diferentes sobre o tema. As informações oferecidas para cada grupo foram apresentadas através de vídeos com reportagens televisivas. Buscando encontrar uma variação na descentração dos argumentos dos participantes ao analisarem a situação de acordo com o tipo de informação fornecida aos grupos, esperava-se que os grupos que receberam mais informações apresentassem argumentos mais descentrados ao analisar a questão social. Participaram do estudo, 26 universitários, com idades variando entre 17 e 28 anos, divididos nos quatro grupos. Como instrumentos, foram utilizados um questionário biodemográfico e uma Entrevista sobre o Pensamento Social, que consistiu num instrumento aberto com questões que abordavam o tema dos adolescentes envolvidos em atos infracionais. Para analisar os dados, foi efetuada uma análise de conteúdo das respostas individuais da entrevista e uma análise lexical da discussão em grupo, realizada pelo software Alceste, através dos procedimentos: análise padrão e análise cruzada. Como resultados, foi possível identificar uma influência dos conteúdos apresentados a cada grupo nas respostas dos participantes, de modo que o grupo que recebeu a maior quantidade de informações apresentou, em geral, as respostas com mais tomada de perspectiva social e mais manifestações de afetos empáticos. No que se refere ao Alceste, a análise padrão distribuiu as respostas em três classes, referindo-se a uma discussão mais abstrata sobre a justiça e as punições aos adolescentes e sobre as ações concretas que devem ser assumidas para melhorar o contexto de vida desses jovens. A análise cruzada apresentou os conteúdos lexicais mais relevantes dentro de cada grupo, evidenciando que os grupos apresentaram respostas com conteúdo relacionado ao tratamento experimental, confirmando a expectativa levantada. Os resultados são discutidos considerando suas implicações e sua relevância social e científica.

Agir moralmente ou obedecer a autoridade? O caso da exclusão por raça e gênero entre crianças

Jackeline Maria de Souza; Jackeline Maria de Souza (Universidade de São Paulo); Cecília Onohara da Silva (Universidade de São Paulo); Luciana Maria Caetano (Universidade de São Paulo)

Diferente de perspectivas teóricas estruturalistas e clássicas sobre o desenvolvimento moral, a teoria do domínio social (Turiel, 1989) afirma que crianças muito pequenas já julgam baseadas em princípios morais, no qual a preocupação com o bem-estar do outro e o julgamento não contingente à autoridade e sensível as consequências diretas das ações orientam os juízos. Dada a ausência de dados brasileiros, essa pesquisa retoma o caminho inicial da teoria e se propõem a investigar essa relação de contingência à autoridade e os juízos morais e convencionais, bem como, criar uma classificação brasileira de justificativas para julgamentos de situações de exclusão baseada na raça e no gênero entre crianças. Até o momento foram entrevistadas 46 crianças de escola pública da cidade de São Paulo, distribuídos semelhantemente entre idades de 6, 7, 8, 9 e 10 anos. Nessas entrevistas a criança era apresentada a uma situação fictícia na qual duas crianças novatas na escola eram excluídas em função do gênero e da raça. Consequente a essa situação, o participante era questionado sobre duas ocasiões nas quais outras crianças e a professora falavam que ela não poderia brincar com a criança novata por ela era menina/negro, e a criança era questionada sobre o que ela faria naquela situação. Os resultados indicaram que as crianças se apóiam em justificativas de domínio moral e optam pela inclusão. Porém, ressalta-se a existência de respostas baseada na tradição social, sendo estas mais frequente na condição de exclusão por gênero, enquanto que justiça e funcionamento grupal foram mais citados na condição de exclusão por raça. Frente a oposição de pares ou professores, observou-se que justificativas de subversão já aparecem aos 6 anos de idade, mas vão se tornando mais frequente com a idade. Também foi percebido que não há um padrão entre as diferentes faixas etárias na oposição a autoridade. Na condição de gênero, dos 46 participantes, apenas quatro mudam seus julgamentos em função da influência dos pares. Na situação com os professores esse número equivale a 13 participantes. Na condição de exclusão por raça esses números são 6 e 13 respectivamente. Desta forma, em todas as faixas etárias a influência dos professores é sempre maior do que a influência dos pares. Por fim, destaca-se que os resultados brasileiros trazem como novidades nas justificativas categorias como: amizade como valor e obediência como valor, não havendo essa categorização nos estudos internacionais.

As influências do temperamento no desenvolvimento moral

Rita Melissa Lepre (UNESP)

O desenvolvimento moral faz parte do desenvolvimento integral dos seres humanos. Refere-se, sobretudo, às construções de sociabilidade que ocorrem durante toda a vida do indivíduo, por meio das interações sociais, buscando compreender como e porquê os indivíduos legitimam determinados valores morais que podem orientar seus comportamentos. A abordagem teórica que adotamos é a de Jean Piaget, expressa em seus estudos reunidos no livro *O juízo Moral na criança*, de 1932. Pretendemos investigar sobre as influências do temperamento no desenvolvimento moral visando colaborar para o melhor entendimento e debate sobre a construção de tão importante dimensão do desenvolvimento humano. Resumidamente, podemos dizer que o temperamento é parte integrante da formação psicológica dos seres humanos, compondo a personalidade e apontando, de alguma forma, as diferenças individuais, com componentes inatos. O temperamento, no entanto, ainda que revele certo padrão genético, pode ter características alteradas por meio da interação com o meio sócio-cultural no qual o sujeito está inserido. Pode ser considerado, ainda, um fator importante na construção da personalidade porque influencia as formas de interação e, conseqüentemente, a construção de conteúdos psíquicos. Dessa forma nos perguntamos: Qual a influência do temperamento no desenvolvimento moral? Segundo Piaget (1932/1994), “há uma proposição sobre a qual todos os psicólogos e todos os educadores estão seguramente de acordo: nenhuma realidade moral é completamente inata.” (PIAGET, 1930, p.02). Os homens não nascem bons ou maus, heterônomos ou autônomos, mas constroem sua moral por meio de suas interações sociais. É interessante notar que, nessa afirmação de Piaget, a palavra “completamente” sugere que há algo de inato no sujeito que o dispõe a se relacionar com as regras morais de determinada forma. Entre as disposições internas, de caráter psico-biológico, acreditamos que o temperamento seja um dos fatores a serem considerados como elemento que interage com o meio sócio-cultural e com outros elementos da personalidade na construção da moralidade, lembrando que o temperamento é biologicamente determinado e a personalidade resultado da interação entre o temperamento e o ambiente social. Nesse sentido, pesquisas que buscam avaliar o papel da afetividade na construção da moralidade talvez possam considerar o aspecto temperamental nas interações sociais. Eis o que pretendemos discutir!

Atividades Lúdicas e Recreativas como Ferramentas Ressocializadoras para Pessoas Assistidas pelo Sistema Prisional

Elias Fernandes Mascarenhas Pereira (UNIVASF); Simone Luciana Triques (UNOESC); Leonardo Rodrigues Sampaio (UNIVASF); Francis Natally de Almeida Anacleto (UNIVASF)

Introdução: A realidade do sistema prisional brasileiro está longe de ser um exemplo de organização bem como de oferecer e garantir um acolhimento ressocializador e humanizado as pessoas que são assistidas

(STUDART, 2014). As contingências negativas presentes nesse ambientes muitas vezes acabam por contribuir para que essas pessoas permaneçam nas mesmas atividades ilegais. Neste sentido, diversas estratégias vêm sendo apontadas pela literatura como importantes para reintegrar novamente ao convívio social pessoas assistidas pelo sistema prisional (TUBINO; SCHROEDER, 2015). Objetivo: Descrever o uso de atividades lúdicas e recreativas como ferramentas ressocializadoras para pessoas assistidas pelo sistema prisional. Método: Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura que possibilita estabelecer o estado da arte sobre determinado assunto. O material consultado constituiu-se de periódicos científicos indexados nas bases de dados LILACS, MEDILINE e SCIELO. Os descritores utilizados foram: oficinas AND prisões; lúdico AND prisões; e recreativas AND prisões. Após leitura sistemática dos materiais encontrados os dados foram tratados qualitativamente e os principais achados foram descritos. Resultados: O processo de ressocialização de pessoas que cumprem pena de restrição total ou parcial de liberdade, em estabelecimentos carcerários, envolve várias dimensões, entre elas, sociais, psicológicas e ambientais. Assim, as atividades lúdicas e recreativas são apresentadas como ferramentas que facilitam a construção/desenvolvimento de habilidades sociocognitivas importantes para o relacionamento social e interpessoal, minimizando os fatores desfavoráveis convergentes que estão presentes na vida das pessoas assistidas pelo sistema prisional, conseqüentemente sua reintegração e ressocialização no convívio social. A Destarte, o processo lúdico foi descrito como fator importante para o desenvolvimento da autoestima, autoconceito e valores sociais. Destaca-se ainda o impacto positivo das atividades recreativas que envolvem atividade física para o funcionamento do organismo, bem como sobre a saúde física e mental. Conclusão: Os aspectos relacionados ao acolhimento ressocializador prestado por estabelecimentos penais exige que vários setores atuem de maneira integrada para garantir à população assistida todos os direitos garantidos enquanto pessoa humana. Há uma série de pesquisas que evidenciam que as atividades lúdicas e recreativas podem ser instrumentos de formação e transformação de construtos que estão relacionados com o processo ressocializador. Portanto, estes instrumentos são importantes ferramentas de enfrentamento das situações adversas que fazem parte do contexto das instituições penitenciárias podendo ser utilizadas para assegurar a ressocialização das pessoas assistidas pelo sistema prisional como também proteger este grupo da segregação social e da exclusão.

Avaliando os valores normativos ao longo do curso universitário: um estudo longitudinal

Thiago Medeiros Cavalcanti; Valdiney Veloso Gouveia (Universidade Federal da Paraíba); Heloísa Bárbara Cunha Moizeis (Universidade Federal da Paraíba); Bruna Paulino de Araújo Falcão (Universidade Federal da Paraíba)

No estudo dos valores se destaca a teoria funcionalista dos valores humanos (Gouveia, 2003; Gouveia, Fonseca, Milfont, & Fischer, 2011; Gouveia, Milfont, Fischer, & Coelho, 2009), que os define como aspectos psicológicos que cumprem ao guiar os comportamentos e representar cognitivamente as necessidades humanas. Uma estrutura básica propõem seis subfunções valorativas no qual todos os valores encontram representatividade. Em uma destas, a normativa, reflete a importância de preservar a cultura e as normas convencionais. Priorizar valores normativos evidencia uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante, segue normas convencionais e tem menos comportamentos anticonvencionais. Três valores que a representam são eles: obediência, religiosidade e tradição. O objetivo deste estudo é avaliar as mudanças dos valores normativos em estudantes ao longo do curso. Participaram 214 indivíduos, com média de idade de 20,26 (DP = 4,67) e 63,4% do sexo feminino. O instrumento respondido foi o Questionário de Valores Básicos (QVB), possui 18 itens que são respondidos em uma escala de sete pontos, entre 1 – Totalmente não importante e 7 – Totalmente importante. O respondente deve indicar a relevância de cada valor como princípio-guia na sua vida. O instrumento foi aplicado do primeiro período até o quarto semestre com os mesmos alunos. Realizando uma growth curve model por meio do software AMOS, encontrou-se índices de ajustes satisfatórios [$\chi^2(8) = 9,466$; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,03 (IC90% = 0,001 – 0,089)]. A média do coeficiente de estabilidade foi de -0,16 (DP = 2,212), $p < 0,05$. Além disso, o tempo 1 teve média de 5,38 (DP = 1,183) e o tempo 4 apresentou média de 5,24 (DP = 1,25). Concluindo assim que ocorreu uma diminuição da prioridade dos valores normativos no início do curso universitário.

Como adolescentes que cometeram atos infracionais experienciam vergonha e culpa? Qual a relação dessas emoções com a autoestima?

Lorena Maria Laskoski (Governo do Estado do Paraná/ Secretaria de Educação); Jacqueline Glaser (HC/UFPR); Gustavo Manoel Schier Doria (UFPR)

A autoestima é a avaliação que a pessoa faz de si mesmo, sendo estável ao longo do tempo e em diferentes contextos na vida adulta (Hutz & Zanon, 2011). Já culpa e vergonha são denominadas emoções morais, pois influenciam as atitudes das pessoas. A vergonha se refere a uma avaliação sobre si mesmo, principalmente, as

autoavaliações negativas relacionadas a preocupações com o que os outros pensam (Tangney, Stuewig & Mashek, 2007). Já a culpa há, frequentemente, a revelação de uma preocupação com uma transgressão específica e o desejo de que isso nunca tivesse ocorrido (Costa, 2008; Tangney & Tracy, 2011).

Método

Participaram destes estudos 40 adolescentes não infratores (grupo 1) e 60 que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação (grupo 2). A idade variou de 16 a 18 anos, sendo todos do sexo masculino. A coleta de dados (questionário sociodemográfico e as escalas de Autoestima (Hutz & Zanon, 2011), Vergonha (Laskoski, Natividade, & Hutz, 2011) e de Culpa (Laskoski, et al. 2011) ocorreu nas escolas e Centros de Socioeducação. Foram calculadas as médias e aplicado o teste Spermán para verificar a diferença atitudinal entre os dois grupos. A Escala de Autoestima possui 10 itens com a finalidade de avaliar tal constructo. A Escala de Culpa possui dois fatores, denominados de Reconhecimento do Erro e Arrependimento. A Escala de Vergonha possui um único fator.

Resultados

Observou-se correlação significativa para os respondentes do grupo 2 entre Autoestima e Culpa quanto ao fator Reconhecimento do Erro da Escala de Culpa ($p=0,02$). Esse mesmo resultado não foi significativo no grupo de adolescentes que não estava cumprindo medida socioeducativa. Em relação a Vergonha e Autoestima, as análises demonstraram que para o grupo de adolescentes que não haviam praticado ato infracional, houve correlação negativa e significativa entre os dois constructos. Tal resultado não foi encontrado em adolescentes do grupo 2.

Considerações finais

Em relação a autoestima, os dados apontam que quanto maior os níveis de autoestima, menores os de vergonha (ou vice-versa), mas somente para adolescentes não infratores. É importante ressaltar que a Escala de Vergonha avalia o sentimento de constrangimento diante de situações em que há a possibilidade de julgamento por outros. Em relação à Culpa e Autoestima, houve correlação positiva para o grupo de adolescentes em conflito com a lei, e tal resultado pode ser explicado que, quando o adolescente experiencia o Reconhecimento de um Erro, ele consegue fazer uma avaliação positiva de si mesmo.

CONSCIÊNCIA DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: alternativa para pensar o desenvolvimento saudável

Janine Marinho Dagnoni Neiva (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA)

O uso excessivo de substâncias psicoativas tem aumentado consideravelmente. Assim como Pratta e Santos (2009), define-se dependência química como um fenômeno multideterminado por fatores biopsicossociais. Silva e Laranjeira (2004) consideram alterações cognitivas e afetivas decorrentes do uso de drogas. Como a capacidade cognitiva interfere na resolução de problemas e no desenvolvimento da consciência e da prática das regras (Piaget 1932/1994), é importante considerar os impactos das drogas nestes processos. A partir das considerações de La Taille (2006), pensa-se a dependência química como consequência negativa do não despertar moral, da falta de consciência e do querer agir moral, o que, provavelmente, provoca dificuldades para o dependente químico atuar moralmente no mundo onde vive. Tais proposições valorizam a tomada de consciência do indivíduo quanto ao seu estado, ter vontade e assumir responsabilidade por seu processo de mudança, sentindo-se livre para agir e tendo apoio para mudar, na busca pela autonomia. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar concepções e juízos sobre a dependência química, em 5 duplas de irmãos, sendo um usuário do serviço do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (CAPS/AD), de uma cidade do Extremo Sul da Bahia e o outro não frequentador, sem experiência com uso de substâncias psicoativas ilícitas. A diferença de idade entre eles não foi maior que 5 anos, a idade média foi de 18,6 anos. Os dados indicam que não usuários de drogas referem-se ao problema dos usuários mais claramente como dependência química, enquanto os usuários revelaram mais ambivalência quanto à perspectiva de mudança e quanto à delimitação da sua situação como sendo de dependente. Os dados indicam, ainda, haver relação entre o uso de drogas e os comportamentos considerados comportamentos na contramão dos processos adaptativos que favorecem a auto-regulação rumo ao desenvolvimento saudável. Para Larson (2000), a capacidade de iniciativa é essencial para a vida adulta, pois implica organização voluntária de atividades estruturadas, motivação intrínseca e atenção profunda e os dados sugerem que os usuários tendem a afirmar atribuição externa como causalidade do seu comportamento. De maneira geral, os dados ressaltam diferenças entre as concepções de usuários e não usuários de drogas quanto ao nível de consciência das regras e à compreensão da dependência química. Considera-se, portanto, que o desenvolvimento da consciência da

dependência química pode ser pensada como importante fator de prevenção da dependência nos irmãos não dependentes e como fator importante no prognóstico do tratamento dos dependentes.

Considerações sobre a Educação Moral em Kohlberg

Rita Melissa Lepre (UNESP)

Kohlberg e colaboradores, a partir da década de 70, começaram a pensar na aplicação de sua teoria sobre o desenvolvimento do raciocínio moral à prática, objetivando o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. Concordando com Piaget (1932), Kohlberg propõe métodos ativos para um trabalho de educação moral, tais como a discussão de dilemas morais. Segundo Biaggio (2002), “Blatt demonstrou a eficácia dessa técnica que, por meio de um confronto de opinião dos participantes, gera um conflito cognitivo que, por sua vez, leva a maior maturidade de julgamento moral.” (p.50). Apesar da técnica de discussão de dilemas morais ter sido bastante utilizada, Kohlberg passou a questionar a necessidade de se incluir dilemas morais da realidade dos sujeitos buscando maior interação com a ação moral dos participantes. É nesse sentido que propõe, junto a colaboradores, o que chamou de técnica da “just community” (comunidade justa), na qual resgatou alguns pressupostos da teoria sociológica de Durkheim, ainda que o tenha criticado anteriormente por acreditar que a moralidade se tratava da internalização de valores sociais. No que diz respeito à educação moral, tanto Piaget como Kohlberg enfatizavam as relações com companheiros, ao passo que a ênfase de Durkheim era numa construção sólida do espírito de comunidade na sala de aula. (BIAGGIO, 2002, p. 53). A técnica da “comunidade justa” defende que a educação moral deve enfrentar problemas morais com consequências para o sujeito e para os outros. Também deve levar em conta o contexto social no qual os indivíduos tomam decisões e agem. A moralidade é, por natureza, social e o desenvolvimento moral dos sujeitos nunca pode ser atingido sem o desenvolvimento moral da sociedade da qual é parte. (p.212). Nesta comunicação oral pretendemos discutir a aplicação desses programas e avaliações para o contexto das comunidades brasileiras, assim como compartilhar pesquisas na área.

Cooperação através do esforço laboral favorece igualitarismo em atividades produtivas em adolescentes e adultos

Guilherme Ribeiro Eulalio Cabral (Univasf); Leonardo Rodrigues Sampaio (Univasf); Saulo Barreto Cunha (Univasf); Victor Eugênio de Santana Costa (Univasf)

A produção de recursos é uma das formas mais elementares de cooperação entre os humanos, consequentemente traz a necessidade de se decidir como distribuir a produção posteriormente (Moll & Tomasello, 2007). O julgamento distributivo pode ser investigado a partir de diferentes contextos produtivos, considerando-se, por exemplo, a contribuição na produção pelo esforço laboral, pela uso de ferramentas e pela disponibilização de insumos (Cabral, 2015). A tendência pelo igualitarismo já é encontrada em crianças com apenas três anos de idade ao distribuírem recursos produzidos em conjunto (Warneken, Lohse, Melis, & Tomasello, 2011). Civali, Rumiati e Rustichini (2013) defendem que a igualdade seria a regra distributiva básica, sendo modificada pela existência de outros elementos contextuais. Segundo Rand, Greene e Nowak (2012) decisões mais intuitivas acarretariam maior contribuição em um jogo dos Bens Públicos, pois as pessoas têm experiências mais vantajosas ao cooperar.

Neste trabalho solicitamos que adolescentes (n=204) e adultos (n=50) decidissem quanto dariam a outra pessoa, em situações hipotéticas nas quais as contribuições para produção dos bens poderiam ser feitas trabalhando-se com outra pessoa, utilizando-se da ferramenta ou da matéria-prima de outra pessoa. Os participantes distribuíam os produtos ou o dinheiro resultante da venda deles. Eles ainda foram divididos em dois grupos: no primeiro (n=103), foram dados nove segundos para realizar a distribuição (resposta intuitiva); no segundo grupo (n=151) só poderiam responder após quinze segundos (resposta deliberada). Para fins de análise, as distribuições foram classificadas em igualitárias e desiguais.

Os resultados indicaram que a contribuição pelo esforço laboral implicou na maior incidência de igualitarismo, enquanto a contribuição pelo uso da ferramenta de outro indivíduo a menor. Observou-se também que o tipo de recurso distribuído não impactou na proporção de igualdade na distribuição. As comparações dos princípios distributivos em relação às decisões intuitivas e deliberadas mostraram uma diferença na condição de trabalho conjunto, tanto para a distribuição do produto quanto do dinheiro; e na condição de uso de matéria-prima, apenas quando o recurso era dinheiro. Este efeito foi encontrado nos adolescentes, mas não para os adultos.

Estes resultados corroboram estudos anteriores em que, apesar da eficiência ser a mesma, os diferentes tipos de contribuição na produção de recursos está associada a diferentes princípios distributivos (Cabral, Roazzi, Souza, & Sampaio, 2016; Sampaio e Cabral, 2015). Além disso, sugere que uma decisão igualitária pode estar ligada a decisões intuitivas quando a atividade cooperativa está claramente apresentada (Civali, Rumiati & Rustichini, 2013).

Crenças de jovens acerca do Facebook: uma análise através da Teoria da Ação Planejada

Jorge Alves dos Santos Junior (Universidade Federal de Alagoas); Sheyla Christine Santos Fernandes (Universidade Federal de Alagoas)

O Facebook é uma rede social que tem crescido muito nos últimos anos e possui o maior número de usuários, dentre as demais redes sociais. Em um site onde se relacionam milhões de pessoas é possível encontrar os mais variados comportamentos. Nesse sentido, a Teoria da Ação Planejada se apresenta como uma teoria que pode auxiliar na compreensão e previsão dos comportamentos e considera as crenças como os componentes cognitivos para a formação de atitudes, normas subjetivas e controle comportamental. Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo analisar as crenças salientes de jovens que utilizam o Facebook utilizando a Teoria da Ação Planejada como aporte teórico para a compreensão deste fenômeno. Foram entrevistados 25 sujeitos, sendo utilizada a análise de conteúdo para a etapa qualitativa. Os resultados sugerem que os sujeitos percebem o Facebook como uma rede social vantajosa, e útil não para contatos sociais, mas também na academia. A TAP é uma teoria que pode fornecer dados mais completos acerca do uso desta rede social, e estudos posteriores podem fornecer mais dados acerca das crenças dos usuários.

Desenvolvimento Socio-Moral na escola: concepções de estudantes de Licenciatura em Pedagogia na cidade de Petrolina

Franciela Félix de Carvalho Monte (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO); Maria Aline Rodrigues de Moura (Universidade de Pernambuco); Pâmela Rocha Bagano Guimarães (Universidade de Pernambuco); Laila Barbosa Reis de Santana (Universidade de Pernambuco)

Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) defendem que as instituições educativas têm como principal objetivo a formação de cidadãos autônomos (MACEDO, 1994; SAMPAIO, 2007), compreendendo que o desenvolvimento sociomoral ocorre a partir de uma orientação ética cotidiana que propicia a discussão das regras, direitos e deveres de todos os membros da comunidade escolar (GOERGEN, 2001, 2007).

Assim sendo, esta pesquisa teve como objetivo principal compreender quais as concepções de alunos de Licenciatura em Pedagogia sobre o desenvolvimento sociomoral, bem como sobre as estratégias de viabilização do desenvolvimento no espaço educativo.

Procedimentos Metodológicos

Participaram da pesquisa 75 estudantes de Licenciatura em Pedagogia (42 ingressantes e 33 concluintes, predominantemente do sexo feminino) de uma universidade pública na cidade de Petrolina, os quais responderam a um questionário que versava sobre o conceito de educação moral, o papel da escola e dos professores nesse processo e quais estratégias, segundo eles, poderiam ser adotadas para o desenvolvimento sociomoral na escola.

Resultados e Discussão

O conceito de Educação Moral foi associado prioritariamente ao ensino de bons comportamentos e da obediência às regras (44,2% dos respondentes). Ademais, a responsabilidade sobre o desenvolvimento sociomoral do aluno foi atribuída exclusivamente aos pais (31 participantes), sem diferença entre ingressantes e formandos.

Quanto ao papel do professor, os participantes acreditam que ele pode fomentar o desenvolvimento vivenciando e discutindo a moralidade no cotidiano escolar. No entanto, enquanto os formandos acreditam que os projetos que envolvam alunos, família e/ou comunidade são mais eficientes, os ingressantes defendem que as conversas com os alunos, mostrando direitos e deveres são as melhores estratégias para promover o desenvolvimento sociomoral, sendo essas diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,001$).

Discute-se que, embora a formação sociomoral dos alunos seja dever da escola (BRASIL, 1997), os futuros professores pesquisados atribuem esse papel ainda prioritariamente à família, bem como ainda consideram o desenvolvimento sociomoral um conceito ligado apenas à obediência cega às normas, contrariando a literatura acadêmica (MONTENEGRO, 2001; SAMPAIO, 2007).

Considerações Finais

Entende-se que a formação de futuros professores deve aprofundar-se nesta temática, possibilitando maior apropriação para o desempenho da função de educador e promotor de desenvolvimento sociomoral.

Discriminação racial em adolescentes: Evidências a partir do apoio a procedimentos retributivos de justiça

Khalil da Costa Silva; Layanne Vieira Linhares (Universidade Federal da Paraíba (UFPB)); Ana Raquel Rosas Torres (Universidade Federal da Paraíba (UFPB)); José Luis Álvaro Estramiana (Universidad Complutense de Madrid (UCM/Espanha)); Alicia Garrido Luque (Universidad Complutense de Madrid (UCM/Espanha))

O presente trabalho analisou a discriminação racial em adolescentes a partir do apoio a dois procedimentos retributivos de justiça: a tolerância à violência policial e o apoio à redução da maioridade penal. Adotou-se como referencial teórico a Teoria do Domínio Moral, que defende que, a depender do contexto social, crianças e adolescentes adotam diferentes critérios de julgamento para avaliar uma transgressão. Dado que o apoio ao uso de procedimentos punitivos também varia a depender da percepção de legitimidade das relações sociais, esta pesquisa teve como objetivo adicional, verificar o papel da Crença no Mundo Justo (CMJ) sobre o apoio ao uso de justiça retributiva. Foram realizados três estudos quase-experimentais, utilizando crimes cometidos por adolescentes como cenário de investigação. Os estudos contaram com delineamento entre sujeitos e tiveram suas amostras compostas por alunos do ensino médio e do primeiro ano universitário. No Estudo 1 (N=118), analisou-se a influência do crime (assalto versus tráfico de drogas) e do alvo da ação criminosa (identificado versus difuso) sobre a tolerância ao uso de violência policial e o apoio à redução da maioridade penal. Os resultados apontaram que para o crime de assalto, os participantes manifestaram maior tolerância à violência policial e maior apoio à redução da maioridade penal. O Estudo 2 (N=343) ampliou o alcance explicativo do estudo anterior, analisando a relação entre o crime (assalto versus tráfico de drogas), o alvo da ação criminosa (identificado versus difuso) e raça do adolescente contraventor (branco versus negro) sobre a discriminação. Seus resultados indicaram que a tolerância à violência policial e o apoio à redução da maioridade penal eram maiores quando o contraventor era negro, sendo o efeito da pertença racial mais significativo num cenário de crime de assalto com vítima difusa. O Estudo 3 (N=316) replicou o anterior, acrescentando-se a CMJ como moderadora da discriminação. Obtiveram-se os mesmos resultados do Estudo 2, acrescentando-se que a CMJ acentua a tolerância à violência policial e apoio à redução da maioridade penal frente a crimes cometidos por adolescentes negros. A pesquisa evidenciou o apoio à justiça retributiva como processo de discriminação racial. Ao mesmo tempo, corroborou outros estudos que indicam que a depender do tipo de delito e do grupo social do contraventor, os adolescentes podem adotar julgamentos baseados na punição, contrastando com modelos desenvolvimentistas que concebem a adolescência como um estágio onde a orientação punitiva é gradativamente substituída por princípios universais e abstratos de justiça.

Educação em valores e jogos em grupo como dispositivos para a promoção da boa convivência na escola

Francisane Nayare de Oliveira Maia; Alessandra de Moraes (UNESP – MARÍLIA)

A escola tem se deparado com situações de violências e incivildades, diante das quais seus membros têm se sentido impotentes. Considerando os diferentes tipos de violência e as diversas formas de prevenção e tratamento que se deve dar aos mesmos, este projeto teve como objetivos o desenvolvimento de um Programa de Educação em Valores e a averiguação de sua eficácia, em uma escola pública municipal de Ensino Fundamental do interior do estado de São Paulo. Os participantes foram 80 crianças, de 07 a 08 anos, de quatro turmas de 2º ano do Ensino Fundamental I, de período integral. Também participou a professora responsável por uma das oficinas desenvolvidas com as turmas, no período da tarde. As atividades do Programa de intervenção foram desenvolvidas em sala de aula, durante o ano letivo, nos horários da oficina de “Temas transversais: vivendo em sociedade”, em sessões semanais com cerca de 120 minutos de duração, e visaram propiciar a reflexão e identificação com os valores de cooperação, de respeito mútuo, de empatia, de tolerância e de não violência, incluindo também problemas relacionados ao bullying. De modo integrado ao Programa de Educação em Valores foram desenvolvidas atividades diversificadas em grupos. Tais atividades consistiram na apresentação concomitante de diferentes jogos às crianças, que contemplaram os conhecimentos lógico-matemático, físico e social, os quais foram desenvolvidos em grupos de até 04 participantes. No início do programa as crianças responderam o Questionário Sociométrico para Crianças e o Questionário de Avaliação dos Programas de Educação acerca dos Valores, Adaptação à Diversidade e Melhoria da Convivência Ensino Fundamental, sendo possível realizar um diagnóstico inicial sobre as relações entre as crianças na sala de aula e de diferentes aspectos relacionados à convivência nesse ambiente. Foi possível observar como resultados do desenvolvimento do programa de intervenção: melhoria na qualidade de integração e nas estruturas das relações entre os alunos e entre estes e a professora da turma; na capacidade de cooperação, no desenvolvimento da tolerância e rejeição à violência. Espera-se, com este trabalho, dar continuidade ao trabalho de intervenção na escola participante, de modo a favorecer o interesse da equipe gestora e docente da escola pelo desenvolvimento de iniciativas voltadas para a formação do alunado em valores morais, assim como oferecer condições para que os próprios professores

venham a aplicá-lo e adaptá-lo aos diferentes objetivos, necessidades e contextos, resguardando seus princípios básicos.

Educação Moral e Personalidade: exercitando as virtudes na infância.

Carla Cristina Silveira de Souza (FUNDAÇÃO OSORIO E SME PMDC); Maria Judith Sucupira da Costa Lins (UFRJ)

O momento em que vivemos é propício e necessário a um estudo que se direciona à formação ética de crianças. A questão central desta pesquisa se formula na pergunta: Como desenvolver a personalidade na infância por meio das virtudes morais aristotélicas, mediante um processo educativo? A justificativa para a pesquisa encontra fundamentação teórica na afirmativa de Alasdair MacIntyre (2001) que denuncia a profunda “Desordem Moral” na qual estamos inseridos socialmente. O presente trabalho objetivou elaborar e aplicar um material didático de Educação Moral, que por meio das virtudes aristotélicas contribuísse para a formação da personalidade na infância. Levantou-se a hipótese de que é possível, a partir das estruturas básicas da personalidade formadas na infância, construir um trabalho educativo que desenvolva as potências humanas (inteligência, vontade e afetividade) contribuindo para a formação do caráter. Para responder à questão apontada, esta tese busca relacionar três áreas de conhecimento: a Psicologia, a Filosofia e a Educação. No campo da Psicologia, examinaram-se a constituição psíquica do ser humano, a formação da personalidade, os mecanismos neuropsicológicos e a reverberação da estrutura interna do indivíduo na vida prática, especificamente na infância. A Filosofia contribui com discussões sobre Ética, Moral e Virtudes. A Educação contribui com a fundamentação da prática em seu significado teleológico, enfatizando as questões da formação do caráter da criança. Situamos o termo personalidade nas definições propostas por Jung (1984), Allport (1970) e Erikson (1971). Para as concepções de infância, foi utilizada a teoria de Jean Piaget (1977). Os estágios de desenvolvimento da Moral e os dilemas morais, pesquisados por Lawrence Kohlberg (1977), são conceitos importantes que sustentaram a pesquisa de campo elaborada nesta tese. O referencial teórico de Sucupira Lins (2007) embasa as proposições sobre a necessidade de processos que envolvam a Educação Moral. O material ETHOS: Vivendo as Virtudes foi aplicado em crianças do estágio pré-operatório (PIAGET, 1989) durante seis meses. O material ETHOS é composto por pranchas de histórias inéditas sobre as virtudes morais elencadas: amizade, temperança, perseverança e justiça. Os dados apresentados na pesquisa de campo confirmaram a hipótese levantada, pois segundo as fichas e relatos colhidos, as virtudes foram aprendidas, vivenciadas e conceituadas de modo que os conflitos morais puderam ser ressignificados pelas crianças. É possível desenvolver a personalidade moral por meio das virtudes. Conclui-se que as virtudes inscritas num projeto de Educação Moral podem ser ensinadas contribuindo para a formação da personalidade na infância.

Expressões do preconceito racial em crianças: evidências a partir de uma abordagem sócio-normativa

Khalil da Costa Silva; Dalila Xavier de França (Universidade Federal de Sergipe (UFS))

Este trabalho teve como objetivo analisar novas formas de expressão do preconceito racial em crianças. Embora o preconceito seja condenado nas sociedades democráticas, estudos realizados no âmbito das relações intergrupais sinalizam sua manutenção, ainda que expresso de formas indiretas, em consonância com as normas sociais vigentes. Destaca-se o preconceito sutil, definido como uma forma velada ou indireta de expressão de atitudes preconceituosas. A fim de verificar a expressão de formas implícitas e flagrantes do preconceito racial entre crianças, foi utilizada uma adaptação do instrumento denominado de Medida de Resposta Múltipla de Atitudes Raciais (MRA, Doyle & Aboud, 1995). Concretamente, pediu-se a cada um dos participantes que avaliassem, utilizando 5 traços positivos e 5 negativos, os grupos branco e negro, representados, respectivamente por fotografias de uma criança branca e de uma criança negra. Havia a possibilidade de atribuir cada um dos traços apenas a um dos grupos (branco/negro), a ambos ou a nenhum. Participaram do estudo 72 crianças, entrevistadas individualmente em escolas da cidade de Aracaju-SE. O grupo é composto por crianças brancas, de ambos os sexos, com idades que variam dos 6 aos 12 anos. As respostas dos participantes foram agregadas em duas variáveis: preconceito racial explícito e atitude antirracismo. A primeira consistia na soma dos índices de avaliação positiva ao branco (endogrupo) e avaliação negativa ao negro (exogrupo). A atitude anti-preconceito foi calculada a partir da soma dos índices de avaliação positiva a ambos os grupos e avaliação negativa para nenhum dos grupos. Análises de variância indicaram que a expressão do racismo em crianças sofre variação ao longo do desenvolvimento sócio-cognitivo. As crianças com menos de 7 anos apresentaram níveis elevados de preconceito racial explícito e atitude antirracismo pouco expressiva. A partir dos 8 anos, observou-se mudança significativa da expressão do racismo. Após esta idade, as crianças apresentaram baixos níveis de preconceito racial explícito e, ao mesmo tempo, níveis elevados de atitude antirracismo. Todavia, comparações planejadas

indicaram que, mesmo após os 8 anos, as crianças atribuem mais qualidades positivas aos brancos que aos negros, o que evidencia a permanência do racismo a nível sutil. Os resultados corroboram a literatura atual sobre socialização de atitudes raciais na infância e demonstram que, a partir dos 8 anos, a criança reconhece a presença da norma anti-preconceito e manifesta o preconceito racial de forma sutil.

Funcionamento psicológico e desenvolvimento moral: um estudo sobre a construção de projetos de vida

Hanna Cebel Danza

Compreender o desenvolvimento moral dos jovens por meio da investigação de seus projetos de vida foi uma abordagem inaugurada pelos pesquisadores do departamento de Psicologia Moral da Universidade de Stanford. Tal abordagem, adotada desde 2008 por pesquisadores brasileiros, tem se mostrado muito fecunda devido ao fato dessa dimensão da vida conjugar elementos relativos a quem os jovens desejam se tornar no futuro, noção essa que mobiliza não apenas dimensões sociais, cognitivas e afetivas, mas também o sistema de valores de cada sujeito. Nesse sentido, compreender os projetos de vida dos jovens significa compreender quais valores são eleitos por eles para orientar a vida que desejam ter no futuro, e portanto, quais desses valores são imprescindíveis para a noção de si mesmo. Esse argumento se baseia em uma importante contribuição da psicologia contemporânea que afirma que a moralidade é uma dimensão psíquica que se integra ao self. Tal integração, estudada por pesquisadores como Augusto Blasi, Anne Colby e William Damon, parece ocorrer de modo gradual e raramente é total, o que indica que os valores morais podem ser integrados, ainda que parcialmente, à representação que os sujeitos fazem de si mesmos. Considerando essa abordagem, apresentaremos os resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo investigar o funcionamento psicológico que resulta na integração de valores morais aos projetos de vida de 120 jovens estudantes do Ensino Médio de uma escola privada da periferia da cidade de São Paulo. O estudo, que acompanhou os participantes ao longo de três anos, utilizou como instrumento para a coleta de dados um questionário composto por 13 questões referentes aos projetos de vida e à moralidade, que fora validado pelo grupo de pesquisa do Stanford Center on Adolescence. Os dados coletados nas três fases de pesquisa foram analisados na perspectiva da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, que nos concedeu o aporte teórico-metodológico necessário para investigar os processos de conservação e mudança de valores ao longo do Ensino Médio, assim como a integração de tais valores aos projetos de vida. A análise dos dados revelou que essa integração ocorre, sobretudo, no último ano do Ensino Médio, mediante um intenso processo de resignificação de valores já presentes no sistema de valores dos participantes, além de regularidades como o estabelecimento de complexas relações entre os valores, de modo que seus significados se tornam altamente imbricados no último ano da educação básica.

Funções Executivas e Habilidades sociais na infância

Renata Mascarenhas Aleixo Reis (Faculdade Adventista da Bahia); Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

As habilidades sociais (HS) referem-se a uma série de comportamentos, que são manifestos adequadamente em contextos sociais e colaboram com a manutenção de relacionamentos positivos entre pares (Del Prette & Del Prette, 2006), sendo que o baixo repertório de HS pode constituir fator de risco para o funcionamento psicossocial e gera consequências aversivas para os sujeitos envolvidos. A dificuldade no controle de impulsos, falta de empatia e de iniciativa podem estar associados a disfunções dos sistemas frontais do cérebro, mais especificamente ao controle das Funções Executivas (FE) (Wolfe et al., 2014).

Embora estudos anteriores indiquem a existência de possíveis relações entre as FE e as HS, até agora o foco das pesquisas tem sido em populações clínicas (Kenworthy et al., 2014). Nesta perspectiva, o objetivo principal desta pesquisa foi avaliar se FE estão associadas às HS, em crianças com desenvolvimento típico.

Participaram do estudo 75 crianças, entre sete a doze anos de idade, pertencentes a escolas da rede privada de ensino da cidade de Petrolina – PE. Os participantes responderam ao SMHSC e aos testes de “Stroop Dia e Noite” e à Torre de Hanói. Nos resultados observou-se que o desempenho em todas as tarefas melhorou entre os sete e doze anos de idade. Em relação às HS, foi observado maior presença de comportamentos habilidosos (CH) entre as crianças mais velhas e entre as meninas.

Em relação às FE, o controle inibitório não se correlacionou com nenhum tipo de comportamento social (não habilidosos e habilidosos). Por outro lado, a flexibilidade cognitiva foi associada a maiores frequências de CH. Conforme indicado pela literatura, a partir do desenvolvimento estrutural e funcional do córtex pré-frontal e dos reforçadores sociais (ambiente escolar e familiar, por exemplo), as FE vão se aprimorando, tendo seu ápice na idade adulta (Best et al., 2011). Assim, é de se esperar que a flexibilidade cognitiva contribua para o engajamento em comportamentos socialmente habilidosos, já que as interações sociais são dinâmicas e requerem

que as pessoas estejam continuamente avaliando monitorando e modificando seu comportamento, em função dos comportamentos de outrem, a fim de diminuir situações de conflitos ou reforçar interações satisfatórias entre pares (Silva & Cavalcante, 2015). Esses resultados contribuem para o conhecimento sobre as relações entre o desenvolvimento sociocognitivo e habilidades importantes para a vida em sociedade e podem subsidiar intervenções que visem aprimorar as HS durante a infância.

Julgamento Social de Adolescentes sobre o tráfico de drogas

Franciela Félix de Carvalho Monte (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO); Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Pâmela Rocha Bagano Guimarães (Universidade de Pernambuco); Laila Barbosa Reis de Santana (Universidade de Pernambuco); Maria Aline Rodrigues de Moura (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)

Introdução

Embora o Estado brasileiro conceitue o tráfico de drogas como um crime grave, o julgamento social desenvolvido por muitos sujeitos no cotidiano define-o como uma atividade comercial informal que não oferece danos diretos e inevitáveis aos outros (Cardia, 2012; Misse, 2007; Monte, 2012, 2016), logo, como uma questão convencional (Nucci, 2000; Turiel, 2008).

Diante disto, esta pesquisa teve como objetivo central compreender o Julgamento Social de adolescentes acerca do tráfico de drogas, comparando adolescentes com e sem conflito com a lei.

Procedimentos Metodológicos

Participaram do estudo 90 adolescentes (12 a 18 anos) do sexo masculino, divididos em três grupos: Grupo I (cometeram tráfico de drogas), Grupo II (cometeram roubo) e grupo III - adolescentes que não cometeram ato infracional. Além de responderem ao questionário socioeconômico, à associação livre para o estímulo “tráfico de drogas”, os participantes fizeram classificações sobre gravidade e punição para 16 comportamentos (incluindo o tráfico de drogas) da escala ACE - Avaliação de Comportamentos na Escola.

Os dados coletados foram tabulados e analisados a partir do Statistical Package Social Sciences, 18.0.

Resultados e Discussão

Na associação livre, o grupo I priorizou termos relacionados às consequências positivas do tráfico de drogas e o grupo III às consequências negativas e à violência relacionada ao tráfico.

Os grupos diferiram entre si quanto à gravidade atribuída na ACE à vender drogas ($\chi^2 = 45,017$; g.l. = 2; $p < 0,001$). O grupo I considerou este ato como menos grave que os outros dois, enquanto o grupo III atribuiu maior gravidade que o grupo II. Quanto à punição dos comportamentos da ACE, o grupo I dispensou menor punição que o grupo II e que o grupo III ($\chi^2 = 46,279$; g.l. = 2; $p < 0,001$).

Em suma, pode-se dizer que adolescentes que cometeram tráfico de drogas percebem esta atividade como um comportamento relativo ao domínio convencional, enquanto os adolescentes sem conflito com a lei julgam a atividade a partir do domínio moral, conforme Turiel (2008) e Nucci (2000).

Considerações Finais

Destaca-se que este estudo pode contribuir com modelos de intervenção mais eficazes, baseados no julgamento que os próprios sujeitos fazem da atividade de tráfico.

Medida de resolução de problemas interpessoais por meio do perdão: evidências de validade fatorial

Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo; Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo (UFPB); Júlio Rique Neto (UFPB)

Considerando que as escalas de perdão, principalmente em nível nacional, têm direcionado para a investigação de situações específicas ou para personagens particulares envolvidos na intensidade da magoa, mas que a literatura indica que a avaliação do processo do perdão passa pelo tipo de ofensa e pelo tipo de vínculo afetivo (referências), este trabalho possui como objetivo buscar evidências de validade fatorial para uma escala de resolução de problemas interpessoais por meio do perdão, que discriminem a concordância com o perdão para quatro personagens (Melhor amigo; parente próximo; parceiro romântico; Chefe) envolvidos em quatro eventos de injustiça (Mentira; Agressão física; humilhação; Promessa não cumprida). Para isso, contou-se com 203 estudantes universitários de um curso de graduação em psicologia de instituição pública. Com média de idade de 24,06 anos (DP = 78,01), maioria do sexo feminino e solteiras. A escala possui 16 itens respondidos em uma escala Likert. Utilizou-se o software AMOS para estimar medidas de ajuste da estrutura fatorial. A análise fatorial confirmatória testou o ajuste de três modelos: unifatorial (16 itens em um único fator), tetra fatorial (itens

discriminados em função dos quatro eventos de injustiça) e uma estrutura bi-fator (dois conjuntos de quatro fatores concorrentes, sendo um conjunto com os quatro fatores que representam os eventos e o outro conjunto com quatro fatores que representam os personagens). Os resultados indicam melhor ajuste da versão bi-fator [$\chi^2/(gl) = 1,68$; GFI = 0,93; TLI = 0,97; CFI = 0,98; RMSEA = 0,06], com diferença estatisticamente significativa das outras versões fatoriais ($p < 0,01$). Assim, eles dão suporte à hipótese que o processo de raciocínio sobre o perdão, considera uma interação entre o evento da injustiça e o personagem que pratica o evento. Só após esta consideração, o participante consegue se posicionar sobre a concordância com o perdão para resolver um conflito interpessoal. Considera-se que esta escala possa contribuir com futuros estudos na área do perdão, pois colabora para avaliar os diferentes julgamentos que fazemos durante a consideração do perdão.

Representações de si e julgamentos de gestores: um estudo sobre a moralidade no mundo do trabalho

Priscila Bonato Galhardo; Luciana Maria Caetano (Universidade de São Paulo)

O presente trabalho está pautado em uma pesquisa de mestrado que busca investigar concepções morais de gestores. Para tanto serão apresentados seu aporte teórico e resultados parciais. O mundo do trabalho contemporâneo tem sido marcado pelo mercado competitivo e pela cultura da urgência. O gestor é engajado com os objetivos da empresa e mantém sempre um bom relacionamento interpessoal. Contudo, para que se tenha um sistema integrado em busca da rentabilidade, muitos gestores tendem a mobilizar seus valores, seus julgamentos e sua construção social em torno do objetivo da empresa (Gaulejac, 2007). Nessa perspectiva, propõem-se reflexões acerca de como os gestores tem coordenado seus próprios valores e os valores organizacionais a partir de uma dimensão moral. Como referenciais teóricos ao estudo da moralidade caminham-se por duas abordagens, a do professor Yves de La Taille e a Teoria do Domínio Social. La Taille (2006) examina o conceito de “representações de si”, que corresponde às interpretações que o indivíduo faz sobre si mesmo, pressupondo uma assimilação cognitiva e um investimento afetivo que lhe atribui valor positivo ou negativo. A Teoria do Domínio Social investiga três domínios de conhecimento social adquiridos pelo ser humano ao longo do seu desenvolvimento, são eles: domínio moral, referente aos conceitos de bem-estar, direitos e justiça; domínio pessoal relacionado à privacidade e preferência individual, e domínio convencional caracterizado pelas tradições e normas sociais (Turiel, 1989). Esse trabalho tem como objetivo investigar se a presença de valores morais nas representações de si dos gestores está associada com o aumento da escolha de juízos de domínio moral. Até o momento da pesquisa, averiguou-se a opinião de cinco gestores no ramo varejista, por meio de três instrumentos: ficha de identificação, referente aos dados pessoais e profissionais; roteiro de entrevista, que identificará as “representações de si” como pessoa e gestor, e questionário de dilemas morais, que verificará quais domínios estão em evidência nos julgamentos dos gestores. Para a análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo, pela classificação em categorias (Bardin, 2016). Quanto aos resultados parciais observou-se que: os gestores que apresentaram valores morais nas respostas sobre as representações de si, com características como: honestidade e justiça, também apresentaram maior número de respostas de domínio moral em seus julgamentos aos dilemas. Entretanto, notou-se que muitas respostas se aproximaram ao domínio convencional, isto é, ao que a empresa ou a sociedade propõem como condutas.

Um Estudo sobre a Ação Política a partir da Psicologia Social do Desenvolvimento Moral

Pollyana de Lucena Moreira; Júlio Rique Neto (UFPB); Cleonice Camino (UFPB); José Manuel Sabucedo (Universidade de Santiago de Compostela)

Este trabalho teve como objetivo testar a hipótese de que a Psicologia Social do Desenvolvimento Moral representa uma perspectiva válida para a compreensão da ação política. Considerou-se que as diferenças na qualidade do julgamento moral (Kohlberg, 1984) afetariam construção das reflexões sobre o engajamento em ações políticas qualitativamente distintas. Para testar essa hipótese elaborou-se uma pesquisa correlacional, da qual participaram 251 jovens ($n = 251$; $M = 23,06$; $dp = 3,76$). Foram elaborados dois modelos de ação política: um com base no Julgamento Moral Convencional (JMC) e outro com base no Julgamento Moral Pós-Convencional (JMPC). Nesses modelos, considerou-se que a associação entre variáveis cognitivo-ideológicas (Ideologia Política, Percepção de Justiça Social) e variáveis cognitivo-atitudinais (Identidade Social, Identidade Ativista e Comprometimento, Saliência Política Pessoal e Percepção de Eficácia) explicariam a ação política nas formas de Ativismo e de Radicalismo. Considerou-se ainda o Propósito de Vida enquanto uma consequência dessas formas de ação. Como instrumentos, foram utilizados dois dilemas do DIT (Camino et al.1998) para investigar o julgamento moral; a Escala de Ideologia Política de Evans, Heath e Lalljee (1996); a Escala de Identidade Social, de Zomeren, Postmes e Spears (2012); a Escala de Percepção de justiça Social de Klandermans, van der Toorn e van Stekelenburg (2008), uma adaptação da Escala de Saliência Política Pessoal, de Duncan e

Stewart (2007), a Escala de Ativismo/Radicalismo de Moskalkenko e McCauley (2009), a escala de Identidade Ativista e Comprometimento de Klar e Kasser (2009), a Escala de Percepção de Eficácia de Hornsey et al. (2006), a Escala de Propósito de Vida, de Peterson, Park e Seligman (2005) e um Questionário Biodemográfico. Confirmou-se a hipótese de que diferenças na qualidade do julgamento moral implicam em diferenças na organização das reflexões e atitudes relacionadas ao engajamento em ações políticas. Para os jovens com JMC a associação entre os dois tipos de variáveis explicou a ação política na forma de Ativismo. Para os jovens com JMPC a associação entre esses tipos de variáveis explicou tanto o Ativismo como o Radicalismo Político. Para os jovens com JMC o Propósito de Vida apareceu como uma consequência do Ativismo Político, e para aqueles com JMPC, essa variável esteve associada às variáveis cognitivo-atitudinais, compondo a estrutura que leva a ação política. A partir desses resultados, confirma-se a validade da Psicologia Social do Desenvolvimento Moral para a compreensão de como diferenças no desenvolvimento psicossocial afetam a intenção de engajamento em ações políticas.

A Definição do sexo na infância: reflexões acerca de um caso clínico.

Suzana Rosa de Almeida (Universidade Federal de São Paulo); Rafaela Moura de Souza (Universidade Federal de São Paulo)

Os intersexuais referem-se a corpos de crianças nascidas com a genitália externa e/ou interna nem claramente feminina, nem claramente masculina (MACHADO, 2005). Eles constituem mais uma daquelas identidades que associamos à invisibilidade, pois sobre eles pouco se sabe e pouco se fala. A maior prova do desconhecimento e do tabu em torno da condição intersexo, é que apenas recentemente o assunto deixou de ser restrito aos saberes médicos sendo incorporado pelas discussões mobilizadas pelas ciências humanas (PINO, 2007). Inscrito nos campos da Psicologia Hospitalar e da bioética, este trabalho tem por objetivo ampliar a reflexão sobre a problemática acerca da condição intersexo na infância e o cuidado em saúde. Como corpus, é analisado um bebê (A.N) de dois meses, diagnosticado com genitália ambígua, cujo tratamento foi realizado na Enfermaria Cirúrgica em Pediatria do Hospital São Paulo. A análise toma por fundamento teórico o conceito de biopoder proposto por Michel Foucault (1984) em interface com as reflexões da bioética. A visibilidade intersexo é essencial para despertar a sociedade a respeito das cirurgias precoces de normalização. Observamos que apesar das decisões serem discutidas geralmente por uma equipe interdisciplinar, há um consenso entre os profissionais de que intervenções cirúrgicas devam ser realizadas idealmente antes dos dois anos de idade. O argumento baseado no bem-estar psicológico da criança que irá viver em uma sociedade que exige uma definição é o mais apoiado. Contudo, é necessário problematizar o tema da “definição de sexo” quando existe um “diagnóstico” médico de “genitália ambígua” uma vez que o processo das decisões aciona nos profissionais e nos familiares diferentes representações sobre o corpo, a saúde e a doença, sendo revelador de determinadas lógicas culturais. Os resultados sugerem a complexidade do caso corroborando com os grandes conflitos e dilemas éticos encontrados na literatura acerca desta temática, apontando a importância da articulação entre as ciências da saúde e a bioética na soma de esforços e no aprofundamento do conhecimento sobre os múltiplos efeitos da intervenção precoce sobre o corpo infantil. Com a consciência, portanto, da demanda por transformações culturais nos cenários do cuidado em saúde.

A Sexualidade da Mulher Idosa: um artigo de revisão

Renata Vieira; Eduardo Leal Cunha (Universidade Federal de Sergipe)

Este estudo consiste em uma revisão de literatura a respeito da sexualidade da mulher idosa, e se propõe analisar as temáticas que vêm sendo investigadas na literatura científica relativas à sexualidade da mulher idosa. Foram consultados artigos indexados nas bases de dados SciELO e PePSIC tendo como recorte o período de 2007 a 2016. Foram selecionados nove artigos que atenderam aos critérios de inclusão e foram lidos exaustivamente e agrupados em dois eixos: a relação entre o envelhecimento feminino e as mudanças corporais; e a vida sexual da mulher idosa. O primeiro eixo refere-se ao lugar atribuído ao corpo no processo de envelhecimento, e o segundo, às questões associadas à vida sexual da mulher idosa. A partir desse levantamento, foi possível perceber que os estudos focam em tais temáticas: corpo, envelhecimento, prática sexual e satisfação sexual. Os estudos apontaram, ainda, que a vivência da sexualidade feminina nessa etapa pode ser conduzida de maneira satisfatória, mesmo que haja alguns impactos negativos em detrimento do processo de envelhecimento. De modo geral, a análise aponta que diversos fatores interferem na vivência da sexualidade da mulher idosa e que, apesar do vasto número de publicações a respeito do envelhecimento, as pesquisas centradas na sexualidade da mulher idosa ainda são escassas.

A teoria do comportamento planejado na atenção à saúde sexual de lésbicas

Karla Polyana de Barros Correia (Universidade Federal de Alagoas); Sheyla Christine Santos Fernandes (Universidade Federal de Alagoas); Helenizia Santos Sobral (Universidade Federal de Alagoas)

Há uma lacuna nos serviços de educação e prevenção adequada às lésbicas, no combate das DSTs/Aids e, diante das estatísticas, é um equívoco acreditar que lésbicas não têm riscos de contaminação através do sexo. Verifica-se grande escassez de pesquisas brasileiras que tratam de forma específica questões de saúde relacionadas às lésbicas, além da falta de especificidade de orientação e práticas sexuais nos questionários aplicados sobre o tema. Em que pese a necessidade de sensibilização do profissional de saúde evidenciada na literatura, essa consciência ainda não se traduziu na formulação de políticas públicas, protocolos ou instrumentos de detecção, avaliação e mensuração que contemplem esta demanda (MELLO, 2011). Portanto, compreende-se que pesquisar aspectos relacionados à saúde de lésbicas, especificamente, a intenção destas mulheres em se prevenir de DSTs/Aids nas relações sexuais, configura-se como um desafio. Objetivo: Descrever a importância de aprofundar o debate acerca dos fatores de risco e demandas específicas na atenção à saúde sexual das lésbicas e verificar a aplicabilidade da Teoria do Comportamento Planejado na avaliação da intenção comportamental destas mulheres em se prevenir de DSTs/Aids. Método: Trata-se de um ensaio fundamentado em pesquisa bibliográfica, por meio das principais bases de dados em língua portuguesa que contemplam a temática abordada. Conclusão: A incidência de DSTs/Aids entre as mulheres vem aumentando rapidamente. Portanto, é importante observar que os materiais técnico-informativos e as campanhas na mídia têm destacado a penetração peniana como uma das principais formas de transmissão de DST/AIDS e pouco ou quase nenhum enfoque tem sido dado a outras formas de contato sexual (MELO, 2010). Diante desse contexto, verifica-se a importância da identificação das crenças que influem na intenção comportamental das lésbicas de prevenir as DSTs/Aids, para tanto compreende-se a relevância de tomar a Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen, como aporte teórico para esta investigação, compreendendo-se, que esta tem sido frequentemente adotada como modelo de investigação em estudos nas variadas áreas que dispensam atenção à adoção de comportamentos preventivos em saúde. Isso se deve a possibilidade de conhecimento das intenções de um dado comportamento relativo a uma determinada população, permitindo maior resolutividade e eficácia das estratégias em programas e políticas públicas de saúde (MOUTINHO; ROAZZI, 2010).

Concepções de gênero de educadoras da educação infantil: o que é ser menina e o que é ser menino?

Dalila Castelliano de Vasconcelos; Lucivanda Cavalcante Borges (Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF); Nádia Maria Ribeiro Salomão (Universidade Federal da Paraíba- UFPB)

Os adultos apresentam práticas de cuidados diferentes para meninos e meninas que se relacionam com suas concepções de gênero a respeito do que é feminino e masculino (Sampaio & Vieira, 2010). Isso inclui os cuidados oferecidos por educadoras nas instituições de educação infantil (Gomes, 2006). Dessa forma, a presente pesquisa tem o objetivo de identificar e analisar as concepções de educadoras de crianças de dois e três anos de idade a respeito da identidade de gênero na infância. Foram entrevistadas 20 educadoras da cidade de João Pessoa- PB- dez de centros de educação infantil públicos e 10 de centros de educação infantil privados. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin. As educadoras definem meninas e meninos de forma antagônica, porquanto afirmam que as meninas são ‘delicadas’ (45%), ‘afetivas’ (30%), ‘disciplinadas’ (20%), ‘brincam em grupos menores’ (20%) e ‘gostam de brincadeiras de meninas’ (20%), e que os meninos são ‘ativos’ 55%, ‘indisciplinados’ (25%), ‘brincam em grupos maiores’ (20%) e ‘gostam de brincadeiras de meninos’ (20%). Prevalece entre as participantes o entendimento de que a cada sexo cabe um gênero específico - à menina, a feminilidade, e ao menino, a masculinidade. Essa cristalização desconsidera uma infinidade de formas de ser menina e de ser menino (Louro, 2013) e pode limitar as possibilidades desenvolvimentais de algo mais amplo, que é o humano, a partir da condição de ser menina ou menino. As educadoras, a partir de tais definições, podem acabar por propiciar vivências cotidianas compatíveis com tais características que, efetivamente, acabam por constituir o que é ser menina e menino nesse contexto e nesse momento histórico. Tais resultados devem ser considerados em propostas educativas que visem o pleno desenvolvimento infantil e a equidade das relações de gênero desde a infância.

Diferenças de gênero nas brincadeiras de crianças em sites e/ou aplicativos: Segregação, estereotipia e tipificação

Iris Araujo dos Santos

As crianças estão em meio aos mais diversos aparelhos eletrônicos, como videogames, computadores, tablets, celulares, entre outros. Consequentemente, as tecnologias digitais têm influenciando o processo de socialização, de aquisição de novos valores, incluindo os modos de brincar e suas formas de interação, tornando

- se mais um contexto que propicia a interatividade do brincar, constituindo uma rede de comunicação, transmissão cultural e sociabilidade. Tais evidências se apresentam como fator preponderante para possíveis análises sobre a importância da relação das crianças com as novas tecnologias, principalmente no que se refere às questões de gênero. É possível encontrar uma infinidade de jogos para crianças disponíveis em sites e/ou aplicativos. A maioria destes estão especificados exclusivamente para meninos ou para meninas. Nos sites e/ou aplicativos para meninos, grande parte dos jogos estão relacionados a aventuras, combates, corrida, esportes e super-heróis. Já os sites e/ou aplicativos para meninas, estão relacionados à decoração de quarto, vestuário e moda, estética (maquiagem, salão de beleza), animais de estimação e profissões. Participaram deste estudo, seis crianças na faixa etária compreendida entre 8 e 11 anos que utilizam tecnologias digitais como meio de vivenciar brincadeiras. Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista mediada por tecnologias digitais móveis. Esta técnica consiste na realização da entrevista semi-estruturada tendo como instrumentos recursos tecnológicos digitais móveis (nesse caso, o tablet) para a condução das entrevistas com as crianças. Durante a entrevista, as crianças demonstraram opiniões distintas acerca das questões de gênero, pois apesar de apresentarem o discurso que a escolha por jogos independe do gênero, mas sim pela preferência pessoal, no momento de relatarem sobre o que costumam jogar, apresentaram na maioria escolhas tipificadas. Os meninos relataram preferência por jogos de luta, futebol, etc., enquanto as meninas, afirmaram preferência por jogos relacionados a cuidado, a moda, etc. As exceções ocorreram com dois participantes. Um participante afirmou ter como preferência jogos de cozinhar, já a outra participante afirmou gostar de jogos de futebol. Os valores que vem sendo construídos sobre gênero tem mudado a opinião, mas não a ação das crianças, pois o discurso de liberdade de escolha de jogos não foram condizentes ao se referirem aos seus jogos preferidos, pois as escolhas permaneceram predominantemente tipificadas.

Dos discursos que flertam com a norma: saberes de adolescentes acerca de gênero e sexualidade

Mozer de Miranda Ramos (UFS); Suzana Almeida Araújo (UFMG); Elder Cerqueira-Santos (UFS)

O presente trabalho investiga crenças de adolescentes sobre gênero e sexualidade, analisando como as normas sociais estão presentes nas percepções desses sujeitos sobre si e sobre o outro. As/Os adolescentes são vistos como aquelas/es que devem ser protegido de alguns discursos sobre sexualidade, mas ao mesmo tempo são inundadas/os por discursos moralizadores, repressores ou normativos. Esse trabalho pretende avaliar os saberes expressos por adolescentes acerca de temáticas que envolvem gênero e sexualidade, como as desigualdades de gênero, a diversidade sexual, o sexo e iniciação sexual. A pesquisa se caracteriza como de caráter qualitativo, descritiva e exploratória. Foi realizada no interior do estado da Bahia, com 12 adolescentes, sendo uma parte estudantes de escola pública e a outra, estudantes de escola privada para que o grupo pesquisado fosse mais heterogêneo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em espaços cedidos pelas instituições. Após transcritas e lidas, as entrevistas foram submetidas a uma análise temática de conteúdo, fazendo com que fossem divididos eixos de análise: concepções de gênero, onde foi possível ver que as meninas enxergavam de forma mais clara a existência de uma assimetria de gênero; diversidade sexual, onde aparecem diferentes narrativas explicativas para a homossexualidade; práticas sexuais, apesar do tabu de se verbalizar sobre esse tema, aparecem constatações das diferenças de gênero, e; construção de saberes sobre a sexualidade, que mostra diversas fontes de saberes e investimentos sobre este constructo. Nos resultados foi possível observar a importância da escola e sua aparelhagem (professores e currículo - oficial ou oculto) para construção dos saberes das/dos adolescentes sobre gênero e sexualidade. Além disso, as normas sexuais aparecem constantemente em suas posições, seja os limitando ou sendo desafiadas com suas posturas e experiências, são influenciadas/os por elas, como também tensionadoras/res dessas normas. Concluiu-se que há diferenças significativas nos discursos construídos pelas/os adolescentes, formulações profundas dividem espaço com rasas reflexões de massa, o que evidencia que esse grupo não está alheio às formulações discursivas da sociedade e da academia sobre sexualidade.

Homoparentalidade masculina e as metas de autonomia e interdependência

Jessica Moraes Rosa; Luciana Fontes Pessoa (PUCRIO)

É na relação cuidador/criança que se constitui o nicho de desenvolvimento primário, onde se dá o processo de socialização da criança e, portanto, a aquisição de normas, costumes, valores, conhecimentos, condutas e papéis transmitidos e regulados pela sociedade. Cabe ao cuidador estabelecer estas metas de socialização, que podem ser caracterizadas por crenças de autonomia e interdependência. Estas crenças estão relacionadas ao uso de estratégias educativas dos cuidadores, que utilizam seus valores pessoais e sociais para regular o comportamento socialmente aceitável da criança. A autonomia apresenta-se como uma tendência à independência

do outro, refere-se à motivação associada ao senso de eficácia e de obtenção ao resultado desejado. E a interdependência/relação abrange a necessidade de proximidade com o outro, bem como qualquer ação ou intenção direcionado a este. Assim, em relação ao desenvolvimento do self da criança, as crenças e valores parentais apontam para três tipos de orientação: o desenvolvimento de um self autônomo, o desenvolvimento de um self interdependente e o desenvolvimento de um self autônomo-relacionado. A presente pesquisa objetivou investigar a valorização das crenças de autonomia e interdependência/relação de homens cuidadores que compõem casais homoparentais e que possuem filhos de até 11 anos de idade, através do inventário de metas de socialização. Os resultados apontaram para a valorização tanto da autonomia quanto da interdependência no desenvolvimento do self de seus filhos, indicando uma tendência ao modelo autônomo-relacionado, que foca tanto na autonomia quanto na relação, havendo uma autorrealização quanto à independência, mas, ao mesmo tempo, enfatizando a manutenção das relações íntimas. Assim, os resultados apontados neste estudo contribuem para o entendimento de aspectos específicos da homoparentalidade masculina, destacando como as crenças e valores influenciam as metas de socialização desses cuidadores. Acredita-se que esses achados possam contribuir para o aprimoramento da referida temática de extrema relevância para a contemporaneidade.

Mitos e tabus sexuais na adolescência: uma análise de estudo em uma escola pública de Aracaju

Emília Silva Poderoso; Israel Jairo Santos (UFS)

A adolescência se caracteriza por um processo de desenvolvimento humano na qual se observa substanciais mudanças na vida e nos corpos infantis, abrangendo o surgimento de novas formas físicas e estéticas, transformações no funcionamento orgânico, sobretudo no sexual e reprodutivo; construções de relações intersubjetivas e manifestações de novos sentimentos, pensamentos e comportamentos o que reflete novas identidades e inserções no mundo interno e externo à família (Mandu, 2007). Nesse período o indivíduo vive suas primeiras experiências afetivo-sexuais e junto a estas, transformações físicas e psíquicas, tornando-se vulneráveis a determinações de valores sócio familiares, entre eles os mitos e proibições existentes em seu contexto sociocultural, impostas através das normas e valores sociais, além dos meios de comunicação que promovem certas ideologias, das quais os adolescentes tem poucas chances de se evadir, considerando a força com que elas se impõem. Assim, o presente estudo pretendeu analisar a existência de mitos e tabus sexuais na adolescência. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturada e aplicadas a 10 adolescentes de uma escola pública, sendo 05 homens e 05 mulheres, onde realizamos uma análise qualitativa, com base na análise de conteúdo de Bardin, onde foram classificadas três categorias temáticas cujas análises apontaram para existência de vários mitos e tabus sexuais entre os adolescentes, entre eles o da submissão feminina, baseados na lógica patriarcal, assim como os que envolvem a prática sexual em si. Todos tidos como influentes nas práticas e descobertas sexuais dos adolescentes, contribuindo com a delimitação de padrões comportamentais desses jovens, bem como numa visão limitante de gênero, baseados na lógica binária de construção dessa sexualidade.

O olhar dos profissionais que atuam nas escolas públicas de tempo integral e no ensino médio sobre os alunos adolescentes “trans” (transexuais e travestis)

Lívia de Melo Barros (Universidade Tiradentes)

A escola é um lugar propício para trabalhar a sexualidade e a diversidade, na maioria das vezes, o âmbito escolar reproduz os valores, regras e discursos arraigados na sociedade, gerando a cristalização de preconceitos, comportamentos discriminatórios e estigmas sociais. A principal tarefa da escola é desconstruir esses estereótipos. Para Maia, Navarro e Maia (2011), a escola é o local em que além da aprendizagem, é onde os debates e a prática do pensamento crítico devem acontecer constantemente entre todos os profissionais envolvidos no âmbito educacional, inferem ainda, que a escola tem negligenciado seu papel político como transformador social. Entendemos que isso ocorre por falta de capacitação sobre questões de identidade de gênero e sexualidade direcionada para o corpo de funcionários que atuam nesses espaços. Esse ensaio tem como objetivo compreender a perspectiva dos profissionais da Educação em relação aos sujeitos trans. Assim, foi necessário identificar conceitos, termos e/ou vocabulários empregados pelos profissionais que atuam nas escolas sobre identidade de gênero; entender a perspectiva dos atores pertencentes ao corpo de funcionários acerca dos direitos sociais aos alunos e profissionais “trans” inseridos na escola. Aplicamos questionários sócio demográfico e de conhecimentos sobre identidade de gênero em 207 profissionais de 3 instituições estaduais de ensino médio tempo integral em Sergipe. Em seguida foram sorteados 12 sujeitos participantes da primeira etapa, para a entrevista semiestruturada, a amostra foi definida por saturação teórica (Thiry-Cherques, 2009). É importante evidenciar que a pesquisa está em desenvolvimento e serão apresentados os resultados preliminares. Entre eles destacamos o alto índice de evasão dos sujeitos “trans” dos espaços educacionais principalmente no ensino médio, após

ocorrer algum episódio de discriminação. Outro dado inferido foi que muitos profissionais não possuem uma conceituação definida sobre os diferentes significados que remetem a terminologia “trans” (indivíduos transgêneros, transexuais e travestis). Muitos deles confundiram as nomenclaturas, outros não sabiam do que se trata, ou equiparavam a identidade de gênero com a orientação sexual. Entendemos que essa explanação permite problematizar, refletir e atribuir visibilidade aos adolescentes transexuais inseridos no contexto escolar, ao passo que legitima a diversidade sexual e a identidade de gêneros.

O que a Odontologia tem a ver com isto? Gênero, sexualidade e psicologia do desenvolvimento: experiência desse conteúdo em um curso de odontologia

André Luiz Machado das Neves (Universidade do Estado do Amazonas)

O presente texto teve como objetivo relatar a experiência do conteúdo de gênero e sexualidade na disciplina de psicologia do desenvolvimento, no curso de odontologia de uma universidade pública no Amazonas, destacando o caminho percorrido no primeiro semestre de 2017, acerca da mobilização para o respeito ao nome social na policlínica de odontologia da universidade. Em 2015, a disciplina de psicologia do desenvolvimento tornou-se obrigatória no curso de odontologia dessa universidade. Ela tem como objetivo desenvolver conduta teórica reflexiva com o objetivo de ampliar a capacidade crítica/analítica sobre o papel da psicologia do desenvolvimento no campo da odontologia e sua articulação com a sociedade contextualizada. Nesse aspecto, a disciplina é dividida em quatro unidades, sendo que a quarta e última do programa é denominada “Temas teóricos em psicologia do desenvolvimento: uma leitura da realidade”. Dentre esses temas encontra-se: Gênero e Sexualidade. A pergunta que nomeia este relato de experiência é a que circunda sempre no primeiro dia de aula quando apresentado o plano de ensino aos alunos e alunas. Na ocasião, são justificadas sucintamente a necessidade do atendimento humanizado; e durante a execução do conteúdo apresenta-se os aspectos essenciais e históricos sobre gênero e sexualidade, e, destaca-se a política de atenção integral a saúde LGBT, identidade de gênero, com ênfase ao respeito do uso do nome social na saúde pública e nos atendimentos particulares desses futuros profissionais. Na disciplina aponta-se o respeito à diversidade sexual e de gênero sendo fundamentais para acesso e permanência da população LGBT nos serviços de saúde. Esse conteúdo no primeiro semestre de 2017, foi disparador-incômodo, frente ao relato de alunas/os em torno de inúmeras situações constrangedoras, tanto das/os pacientes trans, quanto das/os alunas/os frente ao desrespeito do nome social das pessoas travestis e transexuais cotidiano nas aulas práticas do curso na Policlínica de odontologia. Diante disso, articulou-se um grupo de alunas/os junto ao professor da disciplina para encaminharem um documento que solicitou a efetivação do uso do nome social da recepção aos procedimentos da Policlínica. O documento foi enviado ao diretor da universidade e o da policlínica (ainda sem resposta). Destaca-se que esse é o ambiente principal da formação desses estudantes e todas as disciplinas de estágio do curso são realizadas neste local. Conclui-se, portanto, que a inserção desses conteúdos em cursos que predominantemente de formação biomédica, são necessários para promoção à saúde integral e humanizada. Afinal a odontologia tem a ver com isto!

O Que Pensam Adolescentes Escolares sobre Narrativas Musicais Baianas e Violência de Gênero: relato de experiência

Givanildo da Silva Nery (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA); Sinara Lima de Souza (UEFS); Rosely Cabral Carvalho (UEFS); Carina Pimentel Souza Batista (UEFS); Camila Cerqueira Rios (UEFS); Greice Kely Oliveira de Souza (FACULDADE PÍTAGORAS); Jordyr Matheus Magalhães Rocha (UEFS); Jaciele de Souza dos Santos (UEFS); Maria Margarete Brito Martins (UEFS); Mariedna Santos de Jesus (UEFS); Thayná Oliveira Militão (UEFS); Valéria Purificação Hamburgo (UEFS)

Introdução: A música, a sociedade e a cultura estão interligadas historicamente, pois os indivíduos utilizavam da música para propósitos avaliativos, como manifestações culturais e processos de identificação grupal. A música permeia os relacionamentos interpessoais tanto de adolescentes, jovens e adultos, de forma que a escolha de vestuários e até mesmo a atração/rejeição por determinados grupos são influenciados pelos estilos musicais. Nas representações das letras de determinadas músicas baianas, é possível perceber uma construção sexista, de modo que, por vezes, o machismo e a violência se entrecruzam. Objetivos: relatar a experiência de uma oficina com adolescentes sobre as narrativas musicais baianas e suas relações com a violência de gênero e apreender a percepção destes sobre o lugar do feminino na sociedade. Metodologia: este trabalho foi realizado juntamente com profissionais e estudantes da área de saúde em uma escola municipal do interior baiano, utilizando dinâmicas musicais e composições de grupos musicais baianos. Resultados: Os adolescentes relataram a música baiana como um reflexo da cultura em que estão inseridos, onde o machismo de cada verso musical se reproduz cotidianamente. Sobre essa questão, percebe-se no discurso das meninas e de uma minoria dos meninos uma atitude radical como solução, ou seja, não ouvir esse estilo musical; a maioria dos meninos relataram

dificuldade em filtrar a escuta destas músicas, uma vez que é um gênero tocado em muitos lugares (bares, rádios, ônibus); foi relatado também a dificuldade em se desprender de tais narrativas em função do ritmo dançante e envolvente, uma vez que essas músicas “ficam na cabeça” e se associam ao estilo jovem. Considerações Finais: Este trabalho apresentou o desafio de discutir com os adolescentes, as demonstrações do machismo presente nos diferentes gêneros musicais baianos e altamente difundidos pela indústria fonográfica. Constatou-se que meninos e meninas, embora reconheçam as implicações de tais narrativas musicais na representação feminina, ainda apresentam visões diferentes e contrastantes a respeito do tema, fato que reforça algumas práticas preconceituosas e machistas. Assim, ressalta-se que o universo simbólico dos adolescentes, em relação às narrativas musicais baianas, apresenta relação com o modo como eles veem as mulheres na sociedade.

Revisão sistemática sobre discussão do conceito de gênero no contexto educacional

Elaine Gasques Rodrigues Trevisan (Prefeitura de Petrolina); Euristela Barreto Sodré (UNIVASF); Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF)

Sabe-se que gênero e educação sexual estão previstos para serem trabalhados em temas transversais nas escolas do todo Brasil; temática respaldada em leis e documentos que postulam a diversidade do tema bem como a importância de discuti-lo no contexto educacional. De acordo com Vasconcelos (2017) a compreensão de gênero conjuntura o reconhecimento de que instituições e práticas sociais incluem maneiras sutis de naturalizar e definir feminilidade e masculinidade, que precisam ser problematizadas, e, neste contexto, a escola passa a ser alvo de análise. Em concordância com a perspectiva Histórico-Cultural, o desenvolvimento do ser humano acontece por meio da relação com a cultura, educação e tempo histórico em que os sujeitos estão inseridos, sendo a escola um local ideal para trabalhar a internalização de processos indispensáveis para promover a humanização e constituição de um sujeito ativo, capaz de mediações e adaptações de sociabilidade e comportamento (Martins & Rabatini, 2011). O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática sobre as pesquisas que abordaram as construções e concepções de identidade de gênero no contexto escolar brasileiro, nos últimos 05 anos. Com isso, realizou-se a busca nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC, utilizando os descritores “escola” e “gênero”. O banco final incluído na análise foi constituído por 29 artigos, publicados entre 2012 e 2017, em sua maioria provenientes das regiões Sul e Sudeste brasileira. Identificou-se aumento da produção nos anos entre 2013, 2014 e 2015, com expressiva redução em 2016. Notou-se que a maioria dos estudos (72,4%) abordaram questões referentes a gênero e identidade sexual com alunos e professores do ensino fundamental e médio. Alguns artigos exploraram as construções de gênero e escola relacionados com temáticas diversas, também presentes no desenvolvimento humano e atravessadas pela sexualidade, como os estudos referentes a bullying, autoestima, professores transexuais, sociabilidade e autoconceito, representando 20,6% da amostra analisada. De acordo com os resultados, foi constatada que as práticas educacionais ainda necessitam avançar para que a educação sexual no ambiente escolar realmente se cumpra, bem como a necessidade de elaboração de pesquisas que visem compreender e abordar a temática durante a infância e os primeiros anos escolares.

Sexualidade na Terceira Idade: concepções em transformação em um curso de Cuidador de Idosos

Cândida Beatriz Alves (Instituto Federal de Brasília)

Segundo a Organiza o Mundial de Saúde (OMS), são considerados idosos os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, nos países em desenvolvimento, e 65 anos, nos países desenvolvidos. Nas últimas décadas, o aumento da popula o idosa no Brasil e no mundo tem conduzido a aten o de pesquisadores para esse momento da vida. Contudo, observa-se interesse escasso, embora crescente, sobre a sexualidade nessa fase. A sexualidade na Terceira Idade   um tema rodeado de tabus, caudat rios de uma concep o preconceituosa e limitadora do que   ser idoso. Uma visão biologizante da sexualidade leva ao senso de comum de que, com o declínio das fun es orgânicas, esvai-se também o desejo sexual. Trata-se de uma manifesta o discriminatória do imaginário social que, ao supervalorizar a juventude, estabelece um tempo ideal para que as pessoas exerçam a própria sexualidade. Pesquisas apontam para a necessidade da forma o de profissionais informados sobre a sexualidade na terceira idade. Realizada como interven o, o objetivo dessa pesquisa foi compreender concep es de sexualidade na velhice em curso de forma o para cuidadores de idosos, com o intuito de transformar visões preconceituosas. Participaram dessa pesquisa 12 alunas do curso, com idade entre 19 e 46 anos. A interven o incluiu leitura e debate de texto e filme sobre o tema. Os resultados corroboraram o que vem sendo largamente veiculado pela literatura na área, que são os preconceitos em rela o   sexualidade dos idosos, que tendem a neg -la ou reprimi-la por meio dos mais diversos mecanismos perversos de controle social. Observamos, em nossa pesquisa, o mito da velhice assexuada bem como o uso de expressões pejorativas visando

a constranger aqueles idosos que manifestassem sua sexualidade. Após a oficina, as participantes demonstraram haver ressignificado seus preconceitos, ampliando seu conhecimento sobre o assunto e tendendo a respeitar a livre manifestação da sexualidade pelos idosos, ainda que algumas ainda tenham relatado certa dificuldade em aceitar. Chama-se assim a atenção para a necessidade de que esse seja um debate contínuo – e não uma intervenção pontual – durante a formação de profissionais que atuarão na área.

Sexualidade: uma análise das percepções de sujeitos surdos

Valéria Maria Azevedo Guimarães; Fábio Santos (Universidade Federal de Sergipe); Joilson Pereira da Silva (Universidade Federal de Sergipe)

A sexualidade é considerada um dos aspectos que auxilia na formação do sujeito e favorece o desenvolvimento salutar do mesmo. Este tema, enquanto abordado na sociedade, geralmente está associado aos medos, mitos e tabus, mesmo na atualidade. Isto também pode ser visto no contexto da surdez, mas é preciso se atentar a como a sexualidade está sendo abordada com os surdos, já que existem dificuldades na comunicação entre eles e os ouvintes que, por conta disso, passam a não os incluir na sociedade. Desta forma, assuntos considerados corriqueiros, como é o caso da sexualidade, geralmente não são discutidos com eles e conseqüentemente os deixam mais vulneráveis a situações de risco, já sabidas por muitos ouvintes, a exemplo da gravidez indesejada e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), assim como contribui para o fortalecimento de preconceitos contra orientações sexuais e de gênero, e a criar resistências para aceitar outras formas de expressão da sexualidade. Este estudo faz parte de uma pesquisa em andamento, o que torna os resultados parciais e que estão em processo de análise. O objetivo deste estudo é analisar as percepções dos sujeitos surdos sobre a sexualidade. Realizou-se um estudo qualitativo, descritivo com surdos universitários, de uma instituição de ensino superior do Estado de Sergipe, maiores de 18 anos de idade, sinalizadores fluentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Por intermédio da entrevista semiestruturada foram coletados dados referentes à sexualidade do surdo; como este tema era debatido no ambiente familiar; como eles conseguiam informações sobre o mesmo e qual a importância de abordar este tema. Para a realização da pesquisa, foi necessária a presença de um intérprete da Libras, o que contribuiu para o diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado. Espera-se com esta pesquisa a obtenção de dados que contribuam para o entendimento de como a sexualidade é debatida entre os surdos e/ou os ouvintes e como isso reflete em suas relações sociais e afetivas, em sua experiência psicossocial e no entendimento de como os participantes compreendem e se inserem no mundo.

Treinamento de habilidades sociais e combate ao preconceito contra a diversidade sexual na escola

Kelyane Oliveira de Sousa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE); Dalila Xavier de França (Universidade Federal de Sergipe)

O preconceito contra pessoas LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – é um fenômeno em evidência na sociedade contemporânea, pois o preconceito motivado pela orientação sexual ainda é manifestado de forma bastante clara e evidente. Com base nas crenças pessoais, nos estereótipos e nos sentimentos negativos nos quais o preconceito é sustentado, é válido fazer a relação desse constructo com o campo das habilidades sociais, já que este último é baseado em estudos pautados justamente na modificação de crenças e de comportamentos violentos, resolução de conflitos, dentre outros, visando dessa forma aprimorar o desempenho dos indivíduos na sociedade e, principalmente, no âmbito das relações interpessoais. Assim, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de verificar a efetividade de um programa de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero em adolescentes. Participaram do estudo 22 adolescentes com idades entre 14 e 17 anos, alunos do ensino fundamental de uma escola pública localizada no município de Aracaju, Sergipe. Um desenho quase experimental de série temporal descontínua com pré-teste e pós-teste foi utilizado. No pré-teste verificou-se os níveis de habilidades sociais e de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero dos adolescentes investigados. Em seguida, o tratamento experimental foi realizado através do treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual e, após uma semana do seu encerramento, executou-se o pós-teste, no qual os níveis de habilidades sociais e de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero foram novamente aferidos. Os instrumentos utilizados no pré e no pós-teste foram: Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes e a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero. A intervenção contou com o total de 10 sessões semanais, de 50 minutos cada, com abordagem psicoeducativa e cognitivo-comportamental através de técnicas delineadas estrategicamente de acordo com o objetivo geral do estudo. Os resultados do pré-teste demonstraram que os jovens tinham um baixo desempenho no índice de frequência geral das habilidades sociais, assim como nas habilidades específicas

relacionadas com a empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva, desenvoltura social e nível moderado de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Após a intervenção, os dados comparativos entre o pré e o pós-teste mostraram que houve redução significativa do nível de preconceito dos adolescentes e aumento significativo da frequência de emissão em três das seis subclasses de habilidades sociais, que foram: assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social.

“Menino não faz isso!”: diretivos sexistas utilizados por educadoras da educação infantil

Dalila Castelliano de Vasconcelos; Lucivanda Cavalcante Borges (Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF); Nádia Maria Ribeiro Salomão (Universidade Federal da Paraíba- UFPB)

As instituições de educação infantil são lugares privilegiados para a construção da identidade e das relações de gênero. Partindo do pressuposto da importância da qualidade das trocas interativas na primeira infância e do papel do educador para o desenvolvimento infantil, surge o interesse de investigar a utilização de diretivos sexistas, que indiquem que uma atividade não é apropriada para um determinado sexo, na interação das educadoras com crianças pequenas. Assim, a presente pesquisa teve o objetivo de identificar e analisar os diretivos sexistas utilizados por educadoras que atendem crianças de dois e três anos de idade da cidade de João Pessoa- PB. Foram entrevistadas 20 educadoras - dez de centros de educação infantil públicos e 10 de centros de educação infantil privados. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin. De acordo com os resultados, 25% das educadoras afirmaram que utilizavam diretivos sexistas na interação com meninas. Na interação com meninos, esse número se eleva para 65%, o que indica que os meninos sofrem mais interferências em seu comportamento do que as meninas. As participantes interferem nas ações das meninas (20%) e dos meninos (20%) quando os mesmos apresentam ‘comportamentos considerados do sexo oposto’. Além disso, as educadoras emitem diretivos sexistas apenas para os meninos quando eles ‘manipulam brinquedos considerados do sexo oposto’ (15%) e intencionam usar ‘roupas e acessórios considerados do sexo oposto’ (50%). O uso de estereótipos e rotulações de gênero pode ser um grande problema social, na medida em que podem restringir potenciais aspectos do desenvolvimento infantil, uma vez que estímulos, objetos, brinquedos e oportunidades são oferecidos de formas diferentes para meninos e meninas (Schwengber, 2013). Essas rotulações, de acordo com Louro (2012), implicam naturalizações de diferenças e um exercício de poder e de hierarquização do feminino e do masculino. Esses resultados indicam a necessidade de realização de políticas públicas que promovam concomitantemente a educação infantil e a equidade de gênero. Garantir a equidade das relações de gênero durante a infância é condição fundamental para a promoção do desenvolvimento infantil, para a garantia dos direitos humanos e para a vivência em uma sociedade livre de violência e de preconceito.

Desafios no atendimento a crianças com Transtornos do Espectro do Autismo: Construindo vínculos e favorecendo a interação em ambientes digitais de aprendizagem

Priscila Pires Alves (Universidade Federal Fluminense); Tainá Mani Almeida (Universidade Federal Fluminense); Vera Lucia Caminha (Universidade Federal Fluminense); Adriano Caminha (Universidade Federal Fluminense)

O presente trabalho apresenta os recursos que o atendimento lúdico pode oferecer para se ampliar a compreensão dos modos de funcionamento da criança autista em sua relação com o mundo. A partir dos atendimentos realizados no ambiente lúdico do Laboratório de Ambientes Digitais de Aprendizagem para Criança Autista, através das metodologias de observação do comportamento e diário de campo, observou-se a importância de se considerar a pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) com uma configuração que lhe é peculiar, valorizando o sentido de sua expressão singular e modos específicos de contato com o ambiente externo. Essa é a proposta da perspectiva dialógica que tem como subsídio a metodologia fenomenológica, ao valorizar a narrativa do sujeito a partir do que ele pode revelar e não a partir do que ele deve ser, ampliando possibilidades para a compreensão dos modos de ser do outro a partir do encontro dialógico que favorece a interação e a construção de vínculos potentes. Para a perspectiva dialógica, no princípio está a relação (BUBER, 2001). É a partir do modo como o homem passa a interagir com o mundo guiado pelos princípios EU-TU (relação inter-humana) e EU-ISSO (relação pragmática, objetiva) é que a vida e a condição humana se estabelecem. Nesse contexto, ao nos abirmos para o autêntico encontro inter-humano, visa-se ampliar as possibilidades de compreensão do OUTRO a partir da exploração de seus diferentes modos de expressão. Entende-se assim que o vínculo e a interação que podem se estabelecer no ambiente lúdico, favorecem a inclusão dialógica, ou seja a compreensão do modo de ser da criança com suas estereotipias e idiosincrasias. A comunicação passa a se estabelecer a partir da relação entre o que a criança nos oferece e o que podemos oferecer a ela para a construção de um vínculo de confiança e compreensão sobre sua particular forma de ser-no-mundo. Nesse contexto, a brincadeira e suas diferentes expressões simbólicas constituem-se como um importante recurso, que aproxima e

permite a comunicação da criança e amplia suas possibilidades de contato o que tem favorecido o desenvolvimento de estratégias de construção de projetos terapêuticos e de tecnologias assistivas adequados a cada modo de ser de cada criança, valorizando sua singularidade.

Interação social de crianças com TEA em contextos escolares: um estudo a partir de categorias comportamentais

Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos (Faculdades Integradas de Patos); Nádia Maria Ribeiro Salomão (UFPB)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) afeta precocemente e em diferentes graus o desenvolvimento nas áreas de comunicação e interação social, como também os padrões de respostas sensoriais e motoras. A literatura na área aponta uma diversidade de fatores relacionados à etiologia, bem como diferentes tipos de modalidades de tratamento. Neste sentido, a inclusão escolar tem sido abordada não apenas como um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases, mas, sobretudo como um espaço que oportuniza aprendizagens e trocas sociais fundamentais para o desenvolvimento. Tendo em vista os aspectos abordados, sob uma perspectiva sociointeracionista, o presente trabalho parte de categorias comportamentais para analisar e discutir as interações sociais de crianças com TEA nos contextos escolares. Para tanto, foi realizado um levantamento de estudos nacionais e internacionais na área e selecionados para análise aqueles que se utilizavam de categorias comportamentais. Posteriormente, estas categorias foram elencadas e analisadas, somando-se às categorias comportamentais elaboradas e definidas operacionalmente pelas autoras a partir de 8 observações sistemáticas com crianças com TEA em contextos escolares. Por fim, as categorias comportamentais foram divididas em duas áreas: comportamentos das professoras e comportamentos das crianças com TEA contemplando comportamentos verbais e não verbais. Quanto às categorias comportamentais das professoras citam-se: observar; apontar; gesticular; apoio físico; modelo; demonstração de afeto; diretivo de atenção; diretivo de instrução; informação e feedback. No que se refere às categorias comportamentais das crianças com TEA destacam-se: olhar pessoas; olhar objetos; olhar ações; iniciativa dirigida a pessoas; iniciativa dirigida a objetos; iniciativa dirigida a ações; resposta adequada; interação passiva; imitação, sorriso, demonstração de afeto, esquiva e isolamento. Nessa direção, sugere-se a partir deste trabalho o uso destas categorias comportamentais tanto para fins científicos, como também para fins avaliativos e interventivos em contextos escolares. No âmbito científico ressalta-se a relevância pela possibilidade de replicar o estudo com diferentes participantes favorecendo elementos para a compreensão acerca das características das mediações e interações sociais no desenvolvimento atípico. Tais achados fomentam bases para elaborar propostas de intervenção que favoreçam o desenvolvimento social destas crianças a partir de suas características e das mediações de um adulto ou mesmo de outra criança. Ademais, destaca-se o propósito avaliativo destas categorias comportamentais no sentido de acompanhar o processo de inclusão escolar a partir de parâmetros que possam ser utilizados pelos educadores ao longo do ano letivo.

O deciframento do brincar na clínica psicanalítica

Ila Nunes Silveira (FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA)

O brincar na clínica psicanalítica com criança não deve ser concebido enquanto ludicidade. Se assim fosse, melhor que a criança permanecesse em sua casa ou fosse levada ao parque. A distinção pode até ser simples, mas para a prática da(o) analista perfaz um desafio. Não só o desafio do deciframento do enigma que é o brincar, mas, o desafio maior de dar continuidade a esse brincar. Dos desafios, aquele que nos parece maior na clínica psicanalítica é o estabelecimento da transferência, que é estabelecida entre a criança e a(o) analista e entre a(o) analista e os “pais” (leia-se, aqueles que exercem tal função) da criança. E qual seria a relação entre o brincar e a transferência? Que postura tomarmos, nós analistas, diante do discurso frequente dos pais ao perguntarem à(ao) sua(seu) filha(o): “como foi a sessão?” E então ela(e) responde: “só fiz brincar!” Ora, se não é indicado racionalizar a teoria para a criança e seus pais nem é ético revelar o que acontece no setting terapêutico, como assegurar os pais de que o tratamento da criança se dá por essa via do brincar, mas que não é ludicidade? Essas indagações vieram da minha experiência com criança em consultório privado. E enquanto psicóloga referendada pela psicanálise busquei em Freud ([1920-1922]2006) a homenagem que faz à brincadeira da criança ao revelar que pode ser interpretada como uma transformação da sua experiência em jogo, porém, não se trata de uma mera repetição da experiência, pois o jogo não se encontra em situação passiva, dominada pela experiência, ao contrário, a experiência se repete no jogo mesmo que esta tenha sido desagradável, assumido o jogo um papel ativo de subjetivar, dar sentido à realidade. Tomando Lacan também como referência, Lacan ([1953]1998), em seu texto Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise diz que o brincar é um ato proveniente da articulação de significantes do sujeito. Lacan dirá que a criança interpreta com a língua e com ela se joga o jogo dos significantes, mesmo quando as palavras ainda não fazem sentido algum. A partir desses pressupostos, o

trabalho pretende ilustrar através de fragmentos de casos clínicos com criança, o manejo da transferência entre a(o) analista e a criança e a(o) analista e os pais da criança. Para tanto, o brincar será tratado aqui como instrumento que possibilita o acesso ao inconsciente da criança, trazendo assim um conteúdo manifesto a ser interpretado.

O sofrimento na adultez: dados de entrevistas iniciais para atendimento psicoterápico

Daniela Yumi Tsuchiya; Daniela Yumi Tsuchiya (Universidade Federal de Mato Grosso); Jessica Ortega Ventura (Universidade Federal de Mato Grosso); Paola Biasoli Alves (Universidade Federal de Mato Grosso); Natália Abido Valentini; Higor Souza da Silva; Gabriella Roberta Santos de Oliveira; Letícia Dias Branquino

A saúde mental do adulto é uma expressão plurideterminada, que envolve fatores genéticos, sociais e psicológicos (González Rey (2004a). A Organização Mundial de Saúde destaca os seguintes marcadores da qualidade de vida: trabalho, vida familiar, ambiente social e a vida sexual (World Health Organization, 2007). Frente a problemas sociais, emocionais e comportamentais a psicoterapia pode resultar em benefícios como redução destes fatores e a melhora na qualidade de vida (Roth & Fonagy, 2005). O efeito de uma intervenção psicoterápica pode ocorrer pela interação de variáveis relacionadas ao paciente, ao terapeuta e a relação estabelecida entre eles. A Psicologia Sócio-Histórica, em conjunto com o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e leituras no Materialismo Histórico Dialético contribuem para a compreensão de características do funcionamento psíquico humano, bem como das circunstâncias da vida cotidiana sob as quais esse psiquismo se aliena e também pode se desalienar. Para a composição do presente trabalho foram avaliados 128 prontuários de adultos atendidos em uma clínica escola em Mato Grosso na modalidade de psicoterapia na abordagem que combina elementos da Psicologia Sócio-Histórica e Modelo Bioecológico do Desenvolvimento. Nessa proposta, os adultos respondem, nas duas primeiras sessões de atendimento, a dois roteiros de entrevista, que buscam informações sobre as vivências dos pacientes dentro de aspectos considerados fundamentais nas teorias utilizadas. No primeiro roteiro de entrevista foram destacadas as categorias com maior representatividade nas respostas: 1) Dia comum: estudo; 2) Final de semana: convivência familiar; 3) Tempo que o adulto tem para si: não tem; 4) Queixa: aspectos psicopatológicos; 5) Hipóteses: eventos familiares. No segundo roteiro de entrevista foram destacadas as categorias com maior representatividade nas respostas: 1) Memórias boas da infância: vivências na família; 2) Memórias ruins da infância: vivências na família; 3) Memórias boas da adolescência: Relações interpessoais; 4) Memórias ruins da adolescência: vivências na família; 5) Memórias boas da adultez: Experiências de namoro, casamento, maternidade/paternidade; 6) Memórias ruins da adultez: Vivências na família. Os dados apontam a necessidade de investigações sobre a ausência de atividades de lazer, de partilhas interpessoais com membros externos à família e o papel de risco e de proteção da família na vida dos adultos em processos psicoterápicos. Também, é importante investigar a extensa divulgação de aspectos psicopatológicos na sociedade em geral, uma vez que os mesmos aparecem nos discursos dos adultos como queixas e os sintomas são definidos como definidores de um diagnóstico prévio à intervenção.

O treinamento de pais no atendimento psicológico de crianças nos estágios de Psicologia clínica do curso de Psicologia da Universidade Tiradentes. Aracaju/SE, Brasil

Ana Beatriz Garcia Costa Rodrigues (UNIVERSIDADE TIRADENTES);

Uma das principais ferramentas da psicoterapia comportamental. Através dela o terapeuta contextualiza o comportamento explicando o seu desenvolvimento e a sua manutenção em determinados contextos. No caso da psicoterapia infantil, a participação dos pais/responsáveis, é de grande importância, pois estes são controladores e arranjadores de grande parte das contingências de reforço na vida dos filhos. O presente trabalho teve como objetivo avaliar o atendimento de 20 crianças concomitante com o treinamento de pais, atendidos na Clínica escola de Psicologia da Universidade Tiradentes no município de Aracaju, no estágio curricular em Psicologia Clínica do curso de Psicologia desta mesma instituição. As queixas principais foram relacionadas a agressividade, desobediência, dificuldades de aprendizagem, TDHA e Ansiedade. Observou-se, a princípio, todos os pais chegam ao processo terapêutico considerando a criança como uma fonte de estímulos aversivos e culpabilizando as próprias crianças pelas queixas e problemas a serem focalizados no processo terapêutico. Muitos são os fatores que contribuem para essas queixas. Um deles é a dificuldade visível que esses pais demonstraram em dialogar com seus filhos e estabelecer limites. Verificou-se que as formas de atuação desses pais vão da permissividade à superproteção, ora tratando e esperando que as crianças ajam como adultos, ora subestimando sua capacidade de autonomia e auto-defesa. Contudo, com a orientação, própria do treinamento de pais, observou-se, em 83% dos casos de agressividade e desobediência por parte das crianças, modificações no contexto familiar e conseqüentemente diminuição dos comportamentos infantis aversivos. Foi observado também, que as crianças com dificuldades de aprendizagem, passaram a receber mais estímulos do seu ambiente familiar, associado a

administração de reforços positivos como atenção dos pais, durante a execução das tarefas escolares promoveram melhorias consideráveis no processo de aprendizagem. Nos casos do TDAH e ansiedade foi observado que as rotinas desorganizadas, a falta de manejo nas ordens e tarefas determinadas pelos pais e a grande demanda de tarefas diárias impostas às crianças servem de gatilhos e fomentos para estes quadros. Diante das análises desses casos e das intervenções realizadas gera a conclusão de que boa parte dos problemas infantis trazidos para a psicoterapia tem origem nas relações familiares e são mantidos pelos pais e não pelas crianças.

Pais psicóticos, filhos psicóticos? Repercussões da estrutura psíquica materna no desenvolvimento psíquico infantil

Mônica Ferreira Sampaio Venâncio (Hospital Universitário Edgar Santos)

Historicamente, a mãe tem tido a primazia nos cuidados das suas proles e inevitavelmente assumido a função do Outro primordial, esse que veicula, inicialmente, o campo simbólico ao se mostrar como faltante e desejante para o outro. Tendo em vista que é necessário que a falta seja transmitida à criança para que ela se constitua subjetivamente, pois a forma de lidar com a falta traz muito da estrutura de cada um, e que Lacan (1956-1957/1995), ao falar da relação da criança com a mãe, refere-se a esta como quem, a priori, já estaria inserida na ordem simbólica e que serviria de matriz para a criança, questiono: será que a estrutura psíquica da mãe traz alguma repercussão para o desenvolvimento psíquico do seu filho?

A clínica demonstra que é reducionismo afirmar que filhos de psicóticos seriam inevitavelmente psicóticos. Afinal, a função materna e a função paterna, por se tratarem de funções, não são exercidas exclusivamente pelos pais, podendo circular por outros que desejem ocupar esses lugares. Cauã*, filho de uma mãe de estrutura psicótica, ao sair do seu primeiro atendimento e se deparar com as embalagens vazias do lanche que a mãe havia feito, chorou copiosamente e já no chão, suplicou a praticante de psicanálise: “doutora, fala para ela não fazer mais isso! Diz para ela não me deixar sem nada!” A presença da mãe era sentida com tanta angústia por ele, apontando para a hipótese da falta, da castração ser transmitida de forma crua, no real e, se tornando da ordem do insuportável para ele, o que o fazia responder com angústia.

Como seria possível a presença da mãe marcar a incidência da falta se, a priori, para ela a falta não era admitida? Apesar do psicótico não se apresentar como faltante, há de se saber que a falta está presente, pois há, como recorda Soler (1997) uma impossibilidade inerente à linguagem, o que implica que a castração se faz presente naqueles que estão inseridos na linguagem, mas, alguns podem recalá-la, outros, denegá-la ou, ainda, forcluí-la. Notei também que Cauã vinha numa tentativa de separação da mãe, recusando a possibilidade de semelhança entre ambos e rebatendo as queixas que ela fazia dele. Ele vinha em uma tentativa de querer ser sujeito da sua enunciação, podendo vir a desejar saber o que há para além do dizer do Outro, e assim se constituir como sujeito dividido.

Quando o sintoma da criança pode ser constituição de subjetividade

Ila Nunes Silveira (FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA)

O tratamento dado ao sintoma da criança sob a égide de um saber descritivo e classificatório dos manuais: DSM e CID têm combatido a palavra da criança e lhe atribuído o estatuto de uma doença ou desordem, culminando em medicalização. Essa prática leva a psicanálise a acolher a criança que apresenta um sintoma, de maneira que ela possa subjetivar sua queixa. Para a psicanálise, o sintoma da criança pode representar algo da verdade do casal parental ou algo da subjetividade materna, sendo importante escutar a interpretação dada pelos pais e pela criança acerca da situação sintomática. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral: examinar o tratamento dado ao sintoma da criança, uma vez que no processo de constituição da subjetividade, o sintoma pode ser considerado uma expressão de singularidade. E de modo mais específico, os objetivos elencados são: analisar o discurso da criança e o discurso dos pais acerca do sintoma que a criança apresenta; identificar o lugar ocupado pelo sintoma da criança nos campos discursivos da clínica psicanalítica e da clínica guiada por manuais descritivos; investigar o sintoma da criança como recurso para que ela possa advir enquanto sujeito. A fim de alcançar tais objetivos, a pesquisa orientou-se pela escolha do método de estudo de construção de um caso clínico com criança tratado pela psicanálise e orientado pela ética de franquear ao sujeito bem dizer o seu sintoma.

Suicídio e Psicologia: Reflexões a partir da perspectiva Fenomenológico-Existencial

Beatriz Andrade Oliveira Reis; Beatriz Andrade Oliveira Reis (Universidade Federal de Sergipe); Carolina Araujo Dhein (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Objetivando refletir sobre o atendimento psicoterápico ligado ao fenômeno do suicídio na perspectiva Fenomenológica-Existencial, foram expostas as noções sobre Dasein, Cuidado e a Questão da Técnica pontuadas pelo filósofo Martin Heidegger. Também analisou-se sobre como a Psicologia tem-se colocado frente a este

fenômeno, trazendo a ilustração de uma situação clínica ligada à esta questão e sua análise a partir da perspectiva fenomenológico-existencial. O ser como Dasein (Ser-aí), cuja estrutura básica de sentido é presença ou ser-no-mundo, compreende o existir como abertura, como indeterminação, em jogo sempre a cada instante. O cuidado é entendido como um modo de ser do Dasein. Porém, o cuidado do qual aqui se parte é do modo da preocupação, daquele que conduz à reflexões sobre si e suas possibilidades como existente. Diferentemente do modo de cuidado da ocupação, que parte da premissa de que sabe-se sobre o existir do outro. Como “Era da Técnica” Heidegger intitula o atual movimento histórico no qual os sentidos são desvelados a partir da exploração e do cálculo prévio, do ponto de vista da técnica moderna, diferente da *Téchne Grega*. Sendo este modo de desvelamento limitado ao tentar compreender o existir humano. Deste modo, considera-se que a Psicologia, ao recorrer à manuais práticos de psicoterapia, tem reforçado este modelo de pensamento calculante ao adotar a postura de ciência aplicada que visa a produção de um efeito determinado dentro de uma margem de controle e previsibilidade. E acaba assumindo o modelo de cuidado substitutivo, ou seja, de ocupação. Na ilustração clínica, trazemos o caso de Lourdes, 48 anos, que apresentava queixas ligadas ao sentimento de solidão e as usava como justificativa para sua ideia suicida e as tentativas de por fim à própria vida. Durante a psicoterapia, foi procurado suspender o que se sabia a respeito do suicídio, não se referindo mais a este assunto, já que a mesma não o trazia nas seguintes sessões, e focado no que Lourdes apresentava em sua fala como questão, o sentimento de solidão e abandono. Assim, foi assumido o que se considera ser a postura do cuidado próprio do psicoterapeuta, aquele que compreende e, junto com o analisando, acompanha os caminhos ali desvelados, aguardando, talvez, outros modos possíveis de articulação de sentido.

Transitivismo e psicopatologia na infância

Hélida Vieira da Silva Xavier (Universidade Federal de Alagoas); Carolina Gubert Viola (Centro Lydia Coriat de Porto Alegre); Charles Elias Lang (Universidade Federal de Alagoas)

Pretende-se neste trabalho abordar a temática do fenômeno transitivista na infância e em paralelo discutir sua articulação com o autismo. Somado a isso, busca-se refletir acerca das implicações clínicas que o transitivismo denota na terapêutica psicanalítica de crianças. A proposta metodológica que norteou a produção deste trabalho se inscreve no âmbito de uma pesquisa do tipo teórica de releitura (Garcia-Roza, 1994). Para tanto, adotou-se como objeto de pesquisa um corpus textual produzido por quatro autores que se dedicaram à discussão do desenvolvimento psíquico infantil e que explanam o transitivismo, são eles: Henri Wallon (1971/1934), Jacques Lacan (1938, 1946, 1948, 1949), Jean Bergès e Gabriel Balbo (2002, 2003). O transitivismo é descrito como um fenômeno que responde ao caso em que uma criança sofre um golpe ou cai sem reagir e é outra que se queixa sem que o tenha sofrido; concernente a uma indeterminação causado pela fusão entre o eu e o outro, reabsorvendo-se num choque entre o agente da ação e o agente passivo. É um tipo de relação característica das crianças pequenas na qual está presente a imputação verbal, portanto, implica a linguagem. Wallon (1934) foi o precursor nos estudos sobre o transitivismo no campo da psicologia genética e coube a Lacan (1938, 1946, 1948, 1949) realizar um diálogo com a psicologia walloniana, integrando ao campo psicanalítico o conceito de transitivismo. Lacan (1938, 1946, 1948, 1949) circunscreve o transitivismo no prelúdio da relação com o outro como um fenômeno que se engendra nos precoces acontecimentos do desenvolvimento infantil e denota um momento da constituição subjetiva em estreita relação com a especularidade e a agressividade, com o sadismo e o masoquismo. Posteriormente, Gabriel Balbo e Jean Bergès (2002, 2003), inseridos no campo da psiquiatria e psicanálise de crianças, fazem avançar o projeto científico lacaniano notadamente, pelo viés da clínica e psicopatologia infantil. Ambos dedicaram-se à discussão do transitivismo na perspectiva da psicopatologia infantil, trazendo à tona uma reflexão acerca do autismo, da psicose infantil e da debilidade cognitiva ao demarcar a importância clínica e teórica do fenômeno transitivista na condução do tratamento de crianças. Estes autores destacam a importância do estabelecimento do vínculo primordial entre a mãe e o filho na instauração do transitivismo na criança, apontando que obstáculos e tropeços no processo de transitivismo encontram-se no cerne de manifestações psicopatológicas como o autismo.

Uso clínico da teoria histórico-cultural: um ensaio teórico

Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos (Faculdades Integradas de Patos); Fabíola de Souza Braz Aquino (UFPB)

O trabalho clínico-educacional realizado com crianças com desenvolvimento atípico, mais especificamente, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a atividade científica de pesquisa acadêmica tem demonstrado ao longo dos anos de atuação as possibilidades do uso clínico da teoria histórico-cultural. Considerando as particularidades comportamentais das crianças acometidas por este transtorno do desenvolvimento, bem como os prejuízos nas áreas de interação social, comunicação e simbolismo destacam-se a pertinência e a relevância desta

teoria no sentido de compreender, avaliar, diagnosticar e intervir clinicamente nestes casos. A teoria histórico-cultural tem, no Brasil, Vygotsky como principal representante, cujas premissas receberam marcantes influências de autores como: Marx. De acordo com um levantamento na literatura nacional, é evidente o uso desta perspectiva em termos da Psicologia geral, do desenvolvimento e da educação, sendo poucos os achados que abordam seu uso clínico. Destarte, o presente trabalho trata-se de um ensaio teórico acerca do uso clínico da teoria histórico-cultural com vistas a discutir o tema considerando a sua relevância teórica e científica destacando a originalidade do tema. Ao traçar um panorama histórico acerca das publicações do referido autor é possível identificar que os estudos sobre “defectologia” e “pedologia” oferecem importantes contribuições para compreensão do uso de suas premissas em contextos clínicos. No primeiro caso por tratar de estudos relacionados ao desenvolvimento atípico ressaltando os benefícios da interação social com pares com desenvolvimento típico e, no segundo, por referir-se ao estudo científico da criança adotando uma concepção dialética do sujeito e explicando, a partir do intercâmbio com outras disciplinas, o desenvolvimento e a emergência de processos psíquicos superiores. A partir da revisão na literatura citam-se as contribuições de autores como: Delari Jr, Valsiner, Van der Veer, González Rey e Bock ao abordarem aspectos como: concepção de sujeito e de subjetividade; o conceito de patológico e os aspectos relacionados ao contexto histórico e a produção de sentidos articulados ao uso clínico. Diante dos dados, concorda-se com os referidos autores que evidenciam as possibilidades do uso clínico da teoria histórico-cultural respaldados em aspectos históricos, científicos e conceituais da teoria. Acredita-se na relevância desta perspectiva, sobretudo nos casos de TEA, por oferecer subsídios para compreensão das funções psicológicas superiores, destacando a o raciocínio, a memória, a intencionalidade, a linguagem e as interações sociais. O conhecimento a respeito destas habilidades tipicamente humanas oferece respaldo para identificação precoce de patologias, como também para avaliação e a intervenção no âmbito clínico.

Adaptação e Validação de Medidas Referentes à Autonomia Comportamental

Moisés Fernandes de Araújo Silva; Cleonice Pereira dos Santos Camino (UFPB)

O objetivo deste estudo foi adaptar e validar dois instrumentos referentes à avaliação da autonomia comportamental. Esta dimensão psicológica é vista neste trabalho como uma habilidade do indivíduo de tomar decisões de forma independente. Nesta perspectiva, foram realizados dois estudos: o Estudo I visou adaptar e validar para o Brasil uma versão da Teen Timetables, posteriormente denominada Escala de Expectativas de Idade para Autonomia Comportamental - EEIAC -, e elaborar e validar uma Escala de Julgamento da Idade Ideal para Autonomia Comportamental – EJIAC; o Estudo II visou confirmar as estruturas fatoriais obtidas no Estudo I. Em relação ao Estudo I, a EEIAC e a EJIAC foram administradas a 245 alunos de escolas públicas e privadas do município de João Pessoa - PB, com idades de 13 a 18 anos. Após ter sido calculado o poder discriminativo dos itens e a fatorabilidade das matrizes de correlações da EEIAC e da EJIAC, constatou-se que cada um dos instrumentos apresentou uma estrutura fatorial constituída por dois fatores: Relacionamento e Pessoal. Em respeito à EEIAC, os dois fatores explicaram juntos 49,51% da variância total e apresentaram índice de consistência interna elevado ($\alpha = 0,90$). Em relação à EJIAC, a variância total foi de 50,86% e o índice de consistência interna também foi elevado ($\alpha = 0,92$). Assim, esses resultados permitiram reunir evidências de validade fatorial e de consistência interna das medidas utilizadas. Do Estudo 2, participaram também 245 sujeitos com as mesmas características do primeiro estudo. Os participantes responderam às mesmas medidas empregadas anteriormente. Os resultados das Análises Fatoriais Confirmatórias apresentaram parâmetros psicométricos satisfatórios, após os devidos ajustes dos modelos, o que permitiu comprovar as estruturas bifatoriais encontradas nas duas escalas: EEIAC - $\chi^2(62) = 128,57$, $p < 0,001$; $\chi^2/g1 = 2,07$; GFI = 0,96; AGFI = 0,90; CFI = 0,96; RMR = 0,07; RMSEA = 0,06; EJIAC - $\chi^2(74) = 153,47$, $p < 0,001$; $\chi^2/g1 = 2,07$; GFI = 0,91; AGFI = 0,88; CFI = 0,95; RMR = 0,06; RMSEA = 0,06. Os índices de consistência interna encontrados após os ajustes dos modelos foram: EEIAC ($\alpha = 0,87$) e EJIAC ($\alpha = 0,89$). Conclui-se que os resultados apresentados sobre as diferentes análises permitem o uso da EEIAC e da EJIAC em estudos futuros que pretendam avaliar a autonomia comportamental de populações semelhantes às avaliadas neste trabalho.

Associação entre a Qualidade do Ambiente de berçários e o Desenvolvimento Neuropsicomotor de bebês.

Elson Ferreira Costa; Samyra Said de Lima (Universidade Federal do Pará); Lilia Iêda Chaves Cavalcante (Universidade Federal do Pará)

Este resumo apresenta parte dos dados de uma dissertação que faz parte de uma pesquisa mais abrangente e intitulada “Desenvolvimento Neuropsicomotor de Crianças das Unidades de Educação Infantil de Belém-Pará”. Tal pesquisa foi conduzida pelo Grupo de Estudos de Educação Infantil e Desenvolvimento (GEEID), do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Teoria e

Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPGTPC/UFPA). O estudo teve como objetivo investigar a associação entre a qualidade dos ambientes de berçários públicos municipais e o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças de Belém-PA. Trata-se de um estudo transversal com abordagem descritiva e exploratória dos dados e abordagem quantitativa dos dados. Os participantes foram 54 crianças, divididas em dois grupos de berçários, a saber, com maior qualidade (N=27) e menor qualidade (N=27). A qualidade do ambiente foi obtida por meio da escala Infant/Toddler Environment Rating Scale, Revised Edition (ITERS-R). Para a avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) utilizou-se o Teste de Triagem de Desenvolvimento Denver II (TTDD-II). Do grupo de menor qualidade, 21 crianças apresentaram o resultado de suspeita de atraso no DNPM. Já no grupo com maior qualidade, 13 crianças apresentaram suspeita de atraso no DNPM. Os resultados apontaram associação estatisticamente significativa entre a qualidade dos berçários dos dois grupos e o desfecho (normal ou suspeita de atraso) gerado pelo TTDD-II ($p=0,04$). Diante dos achados desse estudo, reafirma-se a importância do processo de avaliação dos ambientes de educação infantil e a influência de sua qualidade na determinação do desenvolvimento de crianças matriculadas.

Avaliando o desenvolvimento infantil na primeira e segunda infância: Construção e propriedades psicométricas do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI)

Euclides José de Mendonça Filho (UFRGRS); Mônia Aparecida Silva (UFRGS); Denise Rurschel Bandeira (UFRGS)

Pesquisas na área de neurociência do desenvolvimento sugerem que os efeitos de experiências positivas e negativas durante a primeira e segunda infância podem impactar significativamente desenvolvimento infantil. Por ser caracterizado pelo processo pelo qual cada criança evolui desde a dependência em relação aos pais na infância até o alcance de uma maior autonomia, a identificação de atrasos é fundamental. A prevalência de crianças com atrasos no desenvolvimento é estimada em torno de 16 a 18%, sendo que menos de um terço dessas crianças são identificadas por serviços básicos de saúde. Estima-se que no Brasil a taxa de identificação de crianças com problemas do desenvolvimento é ainda menor uma vez que existe uma lacuna de instrumentos validados e normatizados para crianças de idades entre zero a seis anos de idade. Diante desta lacuna o Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI) tem por finalidade avaliar os seguintes domínios do desenvolvimento: cognitivo, comunicação e linguagem (expressiva e receptiva), motricidade (ampla e fina), socioemocional e comportamento adaptativo. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o processo de construção do IDADI, suas propriedades psicométricas e evidências de validade baseadas na relação com variáveis critério. O processo de construção foi guiado com o rigor teórico e metodológico indicado pela literatura e apresentou evidências favoráveis de validade de conteúdo. As Análises de Rasch indicaram consistência interna plenamente satisfatória e ótima discriminação dos participantes. Os itens forneceram uma medida compreensível do traço latente avaliado indicando validade de construto e precisão da escala. Evidências de validade baseadas na relação com variáveis critério indicaram associações esperadas pela literatura na diferenciação de grupo clínico do não clínico, diferenças esperadas entre os sexo e progressão não linear com a idade dos participantes. Os resultados indicam a potencialidade do IDADI para avaliação de diferentes domínios do desenvolvimento infantil no contexto brasileiro, tanto na clínica como na pesquisa.

Diferenças no desempenho neuropsicomotor de meninos e meninas em uma Unidade de Educação Infantil

Elson Ferreira Costa; Lilia Iêda Chaves Cavalcante (Universidade Federal do Pará); Samyra Said de Lima (Universidade Federal do Pará); Camila de Nazaré Alencar (Universidade Federal do Pará)

O desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) é um processo multidimensional que engloba os domínios cognitivo, motor e pessoal-social. Está relacionado às características biológicas, genéticas e pelo meio ambiente em que a criança está inserida. Este trabalho apresenta dados parciais de um projeto de doutorado. Este vêm sendo executada pelo Grupo de Estudos em Educação Infantil e Desenvolvimento (GEEID) no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará. O objetivo foi analisar a diferença entre meninos e meninas no desempenho neuropsicomotor de crianças em uma Unidade de Educação Infantil (UEI). Trata-se de um estudo descritivo, com delineamento longitudinal e abordagem quantitativa dos dados. Os participantes foram 70 crianças que frequentavam uma UEI pública do município de Belém-PA, no ano de 2016. O instrumento utilizado foi o a partir do Teste de Triagem de Desenvolvimento de Denver II (TTDD-II). Foram realizadas três aplicações do instrumento ao longo do ano. Foi estabelecida a hipótese de associação entre o desempenho das crianças no teste e a variável sexo. Verificou-se que os meninos obtiveram maior incidência de suspeita de atraso no DNPM nas três avaliações (avaliação 1 - 48,6%; avaliação 2 - 44,6% e

avaliação 3 - 43,1%). Observou-se ainda que os meninos tiveram maior percentual de suspeita de atraso na linguagem nas três avaliações (41,4%; 33,8% e 36,9%). Os dados foram analisados por meio do Teste Qui-quadrado mostrando associação estatisticamente significativa entre as variáveis sexo e desempenho neuropsicomotor nas duas primeiras avaliações ($p=0,034$; $p=0,044$), assim como na área da linguagem na primeira ($p=0,05$) e na última avaliação ($p=0,02$). Os resultados são discutidos com base na literatura que sugere a influência tanto das diferenças biológicas entre os sexos como dos estímulos oferecidos a meninos e meninas em seu processo de desenvolvimento. Conhecer o perfil do neurodesenvolvimento de crianças minuciosamente é importante na formulação de políticas públicas e na proposição de ações que possam efetivamente auxiliá-las na aquisição de habilidades decisivas para que o desenvolvimento infantil ocorra de forma satisfatória.

Escala de Cognições Acadêmicas Autorreferentes e suas implicações teórico-práticas: investigando o autoconceito, a autoeficácia e a autoestima em alunos do ensino médio

Bianca Cristine Gomide Costa (CNPq/UnB); Cristiano Mauro Assis Gomes (Universidade de Minas Gerais); Denise de Souza Fleith (Universidade de Brasília)

A visão que o aluno tem de si mesmo é apontada como um importante fator para o desenvolvimento saudável e o desenvolvimento escolar. Pesquisas têm investigado o papel de variáveis ligadas ao self, em especial o autoconceito, a autoeficácia e a autoestima, no desenvolvimento do aluno. No entanto, a área sofre com dificuldades na definição conceitual e diferencial dos constructos, o que implica em problemas de medida, bem como na dificuldade de embasamento teórico claro na elaboração de intervenções. Diante do exposto, este estudo objetivou construir e investigar evidências de validade estrutural da Escala de Cognições Acadêmicas Autorreferentes, que avalia autoconceito, autoeficácia e autoestima escolar e valor atribuído à habilidade escolar. Participaram do estudo 812 estudantes do ensino médio, sendo 378 (46,55%) do sexo masculino e 434 (53,45%) do sexo feminino, provenientes de 3 escolas públicas estaduais e 1 escola privada da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e 1 escola pública federal e 1 escola privada da cidade de Viçosa, Minas Gerais. A média de idade dos participantes foi de 16,5 anos ($dp=1,25$). Os dados foram analisados com modelagem por equação estrutural e teste de α de Cronbach. O modelo estrutural proposto apresentou bom ajuste aos dados: $\chi^2[145]=475,299$; CFI=0,98; RMSEA=0,053. Todas as relações item-fator propostas apresentaram betas maiores do que 0,30. Foram encontrados índices razoáveis de consistência interna: autoconceito escolar, $\alpha=0,69$; valor atribuído à escola, $\alpha=0,79$; autoeficácia escolar, $\alpha=0,74$; e autoestima escolar, $\alpha=0,72$. Os dados fornecem respaldo empírico quanto à validade estrutural da escala, dando indícios da adequação do instrumento na identificação das visões de si mesmo de alunos do ensino médio. Esse instrumento representa um avanço nas medidas de self, apontando a possibilidade de uma definição e mensuração diferencial dos constructos. Assim, parecem existir diferentes tipos de visões de si mesmo, de mesmo nível e especificidade: autoidentidade, autojulgamento de capacidade e autoavaliação emocional, estando todos relacionados à atribuição de valor dada ao contexto. Tal identificação possibilita uma melhor identificação de cada construto, auxiliando na mensuração e avaliação dos aspectos do self, bem como em intervenções psicológicas mais específicas, já que fornecem pontos de distinção acerca das diferentes visões que um indivíduo pode ter de si mesmo e sua relação com o valor atribuído à escola. Acredita-se que tais apontamentos podem gerar subsídios a intervenções escolares que favoreçam o desenvolvimento das visões positivas de si mesmo em alunos do ensino médio. Implicações teórico-práticas serão discutidas.

Resiliência infantil: processo de construção de instrumento

Karina da Silva Oliveira; Tatiana de Cássia Nakano (PUC-Campinas)

A resiliência tem sido compreendida como a capacidade de retomar o equilíbrio emocional após grandes adversidades. Devido a sua relevância, nota-se a necessidade de instrumentos que sejam eficazes na identificação de características resilientes. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi iniciar o desenvolvimento de um instrumento infantil para identificar características resilientes em crianças. Para isso, foram realizados três estudos, o primeiro referiu-se à seleção de um modelo teórico por meio de levantamento bibliográfico, que resultou na seleção de um modelo composto por seis elementos fundamentais, sendo eles: vulnerabilidade, coping, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, lócus de controle e habilidade. O segundo estudo envolveu o desenvolvimento dos itens do instrumento. De modo que, optou-se por desenvolver cinco itens para cada elemento fundamental supracitados. A fim de que o instrumento obtivesse um caráter lúdico, os itens foram construídos em forma de breves histórias. O terceiro estudo, teve como objetivo, verificar se as histórias desenvolvidas eram adequadas à faixa etária objetivada, verificar se as histórias eliciavam respostas com características resilientes, assim como, avaliar se havia diferença no conteúdo das respostas infantis, considerando possíveis diferenças de gênero. Para o terceiro estudo contou-se com a participação de 20 crianças, de ambos os sexos, com idades entre 8 e 12 anos, provenientes de escolas públicas e particulares do estado de São Paulo. Após

os trâmites éticos fundamentais, os participantes foram convidados a lerem as histórias e, em seguida, responderem como agiriam caso fossem o personagem principal em cada um dos itens. Procedeu-se, também, com a análise dos conteúdos das respostas, a fim de verificar se as histórias eliciavam temáticas resilientes concernentes ao modelo teórico selecionado, assim como verificou-se se havia diferenças nas respostas dadas por meninas e meninos. Os resultados apontaram que as histórias estão adequadas à faixa etária objetivada, tendo em vista que os participantes não reportaram dificuldades semânticas, ou outras questões. Observou-se que os conteúdos das respostas dos participantes apresentaram convergência de conteúdo considerando as descrições dos elementos fundamentais descritos no modelo teórico selecionado. E não foram observadas diferenças nos conteúdos das respostas considerando os grupos de meninos e meninas. Conclui-se que o instrumento apresenta adequação teórica, possui linguagem acessível à faixa etária objetivada e que não foram notadas diferenças de gênero no conteúdo das respostas dos participantes. Todavia outros estudos devem ser conduzidos a fim de investigar características psicométricas do instrumento.

Vivências acadêmicas de estudantes universitários (i)migrantes

Emily Souza Gaião e Albuquerque (UFPE); José Maurício Haas Bueno (UFPE)

Os estudantes migrantes e imigrantes são aqueles que atravessaram uma fronteira territorial (nacional ou internacional) com objetivos educacionais. Essa mudança de domicílio pode gerar algumas dificuldades (por exemplo: mudança de idioma, adequação climática e alimentícia, lidar com valores sociais distintos e adaptação cultural) que podem vir a se tornarem obstáculos para a adaptação deles ao novo contexto acadêmico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dessa população. A adaptação às vivências acadêmicas é um processo multifacetado que envolve o enfrentamento das demandas acadêmicas, dos relacionamentos sociais, de aspectos relacionados à identidade pessoal, vocação. Esse processo demanda dos alunos a resolução simultânea de atividades em quatro domínios principais: acadêmico; social; pessoal e vocacional/institucional. Diante desse contexto, o presente trabalho objetivou avaliar a adaptação às vivências acadêmicas de estudantes universitários migrantes e imigrantes. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e a versão reduzida do Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r) adaptada e validada para o contexto brasileiro, composta por 55 itens, que são respondidos em uma escala Likert de cinco pontos. A amostra foi composta por 64 estudantes vinculados a alguma IES da cidade de Porto Alegre – RS, provenientes de outros estados brasileiros ou de outros países. A média de idade dos participantes foi de 23,75 anos (DP = 2,9), sendo majoritariamente do sexo feminino (52,3%), latino-americanos (50%), graduandos (75%) da área de humanas (57,8%). Os dados foram armazenados em planilha eletrônica e analisados com auxílio do SPSS versão 20.0. Em seguida, foram submetidos às seguintes análises: Teste T (para verificar a existência de diferenças entre homens e mulheres, bem como entre brasileiros e intercambistas); ANOVA (para investigar a diferença entre os grupos de diferentes origens) e estatísticas descritivas de medidas de tendência central e de dispersão assimetria e curtose. Nas análises de diferença entre grupos, não foram encontradas diferenças, por isso as estatísticas descritivas foram realizadas para o grupo como um todo. Os resultados dessa análise indicaram que os estudantes apresentaram um nível de adaptação às vivências acadêmicas de intermediário tendendo levemente a bom (Pessoal: M = 3,69; DP = 0,68; Interpessoal: M = 3,48; DP = 0,51; Carreira: M = 3,98; DP = 0,49; Estudo: 3,71; DP = 0,54; Institucional: 3,44; DP = 0,50). Diante desses dados, percebe-se a necessidade de uma maior atenção a essa população vulnerável e a importância de políticas de apoio a ela por parte das instituições enquanto um fator protetivo ao desenvolvimento desses estudantes.

A epidemia de Zika como fenômeno social complicador da constituição psíquica do bebê

Fernanda Fernandes da Silva (USP)

Pretendemos discutir a relação entre a epidemia de Zika ocorrida no Brasil entre 2015 e 2017 e o cenário social fóbico estabelecido entre as gestantes e seus familiares a espera de um bebê. O objetivo é fazer uma exploração teórica, com base na psicanálise, acerca dos possíveis complicadores ao advir do sujeito num corpo pré-vestido pelo medo, considerando a constituição psíquica do bebê a partir de uma realidade social e familiar impregnada pelo medo de trazer ao mundo um bebê com necessidades especiais ou, ainda, com complicações incompatíveis com a vida. O pré-vestimento (fóbico) poderá funcionar como rejunte entre o corpo e o psiquismo em construção, obstaculizando a assunção ou a integração do sujeito.

É importante destacar que estamos transpondo um conceito da clínica psicanalítica para fazer uma leitura do fenômeno social em torno da epidemia de Zika. Essa pesquisa se deu em três etapas:

Na primeira parte fizemos um levantamento sobre as informações veiculadas pela mídia e as políticas públicas em torno do tema.

No segundo momento levantamos algumas hipóteses a partir da psiquiatria perinatal embasada nas pesquisas do francês Bernard Golse sobre como as “patologias da interação” poderiam interferir na constituição psíquica do bebê, assim como na construção da parentalidade.

A terceira etapa consiste no relato e interpretação sobre as informações colhidas acerca do primeiro caso confirmado de criança nascida com microcefalia decorrente da contaminação pelo vírus da Zika. É bastante inspirador o percurso feito pela mãe desta criança que, a despeito da falta de orientações e protocolos diante do ineditismo da síndrome congênita da Zika, iniciou um programa de tratamento e reabilitação para sua filha.

O elemento fóbico contido nas reportagens e na incerteza presente no discurso das autoridades médicas, característico de um período inicial de pesquisas, parece não ter influenciado negativamente a capacidade de investimento recíproco na família da criança acima citada. Ao que parece, o fator sustentação esteve presente no contexto desta criança. Isso pode ter favorecido o “olhar” dessa mãe para essa criança que é, para além da síndrome, uma criança!

Promover condições para que esses pais possam, em seu discurso, continuar o investimento no bebê em detrimento da síndrome, parece ser um caminho possível para a constituição tanto da parentalidade quanto da psique do bebê. Não se trata de ignorar, de modo algum, as possibilidades de comprometimento da criança em acompanhamento, mas de abrir espaço no imaginário parental para as potencialidades dessa criança.

A visita familiar no contexto do acolhimento institucional

Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará); Juliana Oliveira dos Santos (Universidade Federal do Pará); Monalisa Pereira Furtado (Universidade Federal do Pará)

A visita familiar no contexto do acolhimento institucional pode ser compreendida como um meio de preservação e fortalecimento de vínculos entre crianças e seus familiares que encontram-se afastadas do seio familiar, além de ser reconhecida como sendo uma forma de fazer valer o direito a convivência familiar e comunitária disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente (Silva, 2015). O estudo teve por objetivo analisar e descrever as visitas realizadas por familiares às suas crianças que estão acolhidas em uma instituição municipal. É um delineamento qualitativo do tipo descritivo. Participaram da pesquisa 12 crianças que estavam acolhidas na instituição no período entre Setembro de 2016 a Março de 2017. A pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento infantil da região metropolitana de Belém que acolhe crianças de zero a seis anos. Utilizou-se como instrumento um Questionário de Caracterização da criança, papel A4 e caneta para o registro dos encontros. Deu-se início a coleta após a autorização pelo Comitê de Ética de pesquisas com seres humanos. Realizou-se inicialmente o reconhecimento do ambiente institucional, posteriormente, o preenchimento da caracterização das crianças e a coleta dos registros das visitas, onde focalizou-se em três aspectos principais: o começo, o processo e o término da visita. Os resultados apontaram que: 1) O início da visita é marcado por comportamentos recíprocos que expressam afetividade entre os visitantes e os visitados; 2) No processo da visita percebeu-se uma passividade de pais para com a criança, e vice versa, onde haviam poucas interações na díade; 3) O término da visita é marcado por comportamentos que expressam insatisfação por parte da criança e de acalento por parte dos pais; Os resultados indicam que a visita é um elo fundamental para a manutenção e preservação dos vínculos familiares, no entanto, ela necessita de estratégias mais eficazes para que o sofrimento da criança e do familiar seja reduzido e a interação entre ambos seja proveitosa, como por exemplo: um ambiente favorável a visita, a execução da privacidade do encontro e uma melhor articulação entre a instituição e a família para o planejamento das visitas. Almeja-se cooperar com estudos na área e com a construção de estratégias para que a visita seja benéfica tanto para criança quanto para o familiar.

Ansiedade na comunicação: uma análise das estratégias comunicacionais dos surdos

Fábio Santos; Valéria Maria Azevedo Guimarães (Universidade Federal de Sergipe); Joilson Pereira da Silva (Universidade Federal de Sergipe)

Os estudos sobre a saúde da população surda apontam que esse grupo sofre diferentes impactos psicológicos, emocionais e comportamentais gerados pela surdez na vida cotidiana. Além da negligência e discriminação social, as dificuldades de comunicação entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda produzem efeitos ansiogênicos que impactam, com certa prevalência, as pessoas surdas. Cada situação ansiogênica vivida pelos surdos requer estratégias de enfrentamento úteis para lidar com essa experiência estressante. As estratégias de comunicação são exemplos de formas de enfrentamento úteis para lidar com o estresse e a ansiedade decorrentes das barreiras comunicacionais comumente vividas na interação entre pessoas surdas e ouvintes que não se expressam pela língua de sinais. O presente estudo é oriundo de uma pesquisa em andamento, cujos resultados são parciais, e estão em processo de análise. O seu objetivo é analisar como sintomas ansiogênicos que surgem na comunicação de alunos surdos são enfrentados a partir de estratégias

comunicacionais. Foi conduzido um estudo de abordagem qualitativa e finalidade descritiva com surdos universitários de uma instituição de ensino superior (IES) pública no Estado de Sergipe. Mediante entrevista semiestruturada foram coletados dados acerca da sua experiência comunicacional em casa, na universidade e em outros ambientes sociais; sua modalidade preferida de comunicação (língua de sinais e/ou oralização); sua percepção em torno da comunicação com surdos e ouvintes em situações cotidianas; e formas que encontra para lidar com o estresse e a ansiedade durante experiências de comunicação. A entrevista contou com a presença de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que auxiliou no diálogo entre os pesquisadores e os participantes. Os resultados conclusivos permitirão identificar seus modos de convivência e socialização, a maneira como produzem relações dentro e fora da comunidade surda e o impacto das dificuldades comunicacionais em sua vida cotidiana. Espera-se, com essa pesquisa, um maior entendimento de como os jovens surdos lidam com as dificuldades para se comunicar e interagir, quando isso suscita ansiedade e estresse.

Arte e Experiência Estética: contribuições para o desenvolvimento de crianças e adolescentes no contexto de uma ONG

Renata Magalhães Naves; Fabrícia Teixeira Borges (Universidade de Brasília – UnB)

No decorrer do desenvolvimento humano muitas mudanças acontecem em função das interações sociais que são necessárias e fundamentais para a negociação de significados estabelecidos na e pela cultura (Vigotski, 2009; Bruner, 1997). Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da arte e da experiência estética para o desenvolvimento de crianças e adolescentes socialmente vulneráveis participantes de uma Organização Não Governamental (ONG). A instituição atende cerca de 200 crianças e adolescentes, com idades entre 6 a 17 anos no contraturno escolar e oferece atividades relacionadas à Arte. Assim, as crianças e adolescentes podem constituir significados diversos oriundos desse contato, pois a arte “não duplica a vida, mas a multiplica de diversas formas e para direções variadas (Reis & Zanella, 2014, p. 100). Podemos dizer que a arte deve ser entendida como um produto cultural e mediador entre o individual e o coletivo e aquele que produz arte cristaliza nela complexas atividades mentais, que podem ser apropriadas pelas demais pessoas. Para a construção dos dados de pesquisa realizamos observações e interações diretas no contexto da instituição e videografações de rodas dialógicas com um grupo focal composto por oito crianças e adolescentes com idades entre 9 e 13 anos. A análise dos resultados foi realizada na perspectiva qualitativa e nos possibilitou perceber que a arte e a experiência estética oportunizam às crianças e adolescentes o desenvolvimento da alteridade, a partir de diferentes formas de expressão ao se depararem com o novo e com o inesperado. Esse contato com a arte e a experiência estética favoreceu às crianças e adolescentes percepções diferenciadas, sensíveis e criativas das experiências cotidianas. Dessa forma, a arte e a experiência estética podem contribuir para que as pessoas sejam agentes de suas histórias, capazes de transformar e construir uma sociedade mais justa. Conforme Reis (2011) é possível que a experiência estética possibilite às pessoas caminhos alternativos que os proporcionem outras formas de ver e viver em seus contextos socioculturais.

Referências

- Bruner, J. S. (1997). Atos de significação. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Reis, A. C. dos. (2011). A experiência estética sob um olhar fenomenológico. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 63, 75-86.
- Reis, A. C. dos & Zanella, A. V. (2014). Arte e vida, vida e(em) arte: entrelaçamentos a partir de Vygotsky e Bakhtin. Psicologia Argumento, 32, 97-107.
- Vigotski L. S. (2009). A construção do pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

Desenvolvimento em Contexto de Vulnerabilidade e o Fazer do Psicólogo: experiências em supervisão acadêmica de estágio em Psicologia Comunitária

Hivana Raelcia Rosa da Fonseca (FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ – FAESPI)

Os estágios supervisionados proporcionam aos estudantes experiências que favorecerão sua formação profissional e cabe ao supervisor acadêmico auxiliar a inserção do estagiário em campo, subsidiando suas ações do ponto de vista teórico e prático. Os estágios em Psicologia Comunitária podem acontecer em diversos espaços, instituições, projetos e serviços. Entretanto, o que é comum entre os todos esses lócus de intervenção são as inúmeras situações de vulnerabilidade que perpassam a vida das pessoas com as quais os estagiários lidam. É evidente, portanto, a prática comunitária vinculada a processos de desenvolvimento em contexto de vulnerabilidade, sendo necessário repensar a intervenção na comunidade enquanto prática de promoção de desenvolvimento, tanto da perspectiva dos indivíduos, das famílias, dos grupos e da comunidade. Problematicar o desenvolvimento humano em contexto de vulnerabilidade requer um olhar sensível para os reflexos da questão social, ao mesmo tempo em que se considera as demandas de desenvolvimento ao longo do ciclo vital. Nesse

sentido, é necessário ponderar as demandas e os recursos disponíveis, os problemas e as potencialidades que se interpõe em cada contexto comunitário e o modo como as pessoas lidam com isso. Potencializar e ampliar os recursos é essencial para o processo de empoderamento comunitário. As vias para que isso ocorra podem ser variadas e, de modo geral, são permeadas dos muitos desafios: limites institucionais e de recursos, desarticulação e insuficiência dos serviços, entre outros. Os desafios de supervisionar estudantes para lidarem com demandas tão intensas requer uma problematização constante entre a teoria psicológica, os desenhos das Políticas Públicas, projetos e serviços e a realidade cotidiana dos estágios. As frustrações costumam ser bastante intensas, tornando-se parte do trabalho de supervisão auxiliar os estagiários a lidarem com esses sentimentos frente aos campos de atuação. Ao mesmo tempo, os ganhos e o amadurecimento decorrentes fazem o contraponto às dificuldades. Supervisionar estágio em Psicologia Comunitária é auxiliar os estudantes a identificarem os processos de desenvolvimento e os efeitos da vulnerabilidade na vida das pessoas, mas também auxiliá-los a perceber que, enquanto pessoas e profissionais em desenvolvimento, também precisam cotidianamente reavaliar as próprias demandas e recursos, reinventando e reconstruindo seus fazeres e práticas que também são atravessados por inúmeras vulnerabilidades. O desafio de ser supervisor de estágio não é fazer o estudante se apaixonar pela área de atuação comunitária, mas desenvolver e potencializar nele recursos pessoais e profissionais para uma prática coerente e transformadora que o acompanhe por qualquer espaço de atuação.

Favorecendo a emancipação de adolescentes com história de acolhimento: uma revisão sistemática sobre intervenções

Luciana Cassarino Perez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Carme Montserrat (Universitat de Girona); Jorge Castellá Sarriera (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Esta revisão sistemática teve como objetivo geral mapear a produção científica dos últimos dez anos no que se refere a programas de intervenção para favorecer o processo de emancipação de adolescentes que deixam o sistema de proteção por motivo de maioridade. O estudo seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (Liberati et al., 2009), com buscas nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed, PsycINFO, ProQuest Psychology Journals e Web of Science. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “fostercare”; “fosteryouth”; “young adult”; “young people”; “transitionfrom”; “aging out”; “leaving”; “independent living” e “autonomy”, em inglês, “ex-tutelados” em espanhol, e “egressos/jovens”; “acolhimento institucional/abrigo” em português. Todas as combinações foram utilizadas, considerando todos os campos, sem empregar filtros. Eliminados os registros duplicados as buscas totalizaram 1585 artigos. Os resumos foram analisados por duas pesquisadoras independentes utilizando os seguintes critérios: (1) artigos empíricos; (2) dos últimos 10 anos; (3) em inglês, português ou espanhol; (4) com amostra de jovens entre 15 e 24 anos com história de acolhimento; (5) e que apresentassem e/ou avaliassem programas para favorecer a transição entre o acolhimento e a vida adulta. A primeira etapa de seleção por resumos resultou em 32 artigos. Na sequência, os textos foram lidos integralmente e outros 12 artigos foram excluídos por não cumprirem ao menos um dos critérios. Os 20 artigos da amostra final foram analisados a partir das: características dos estudos, características dos programas de intervenção e avaliação dos programas de intervenção. Os resultados apontaram a prevalência de pesquisas norte-americanas de delineamento quantitativo. Os estudos avaliaram os programas de intervenção através de análises do processo; efeito e impacto. As intervenções variaram em formato (moradia, pontuais e contínuos); conteúdo oferecido (habilidades para a vida independente, educação, trabalho) e método utilizado (participativo ou passivo). Discute-se a escassez de estudos e programas de intervenção sobre o tema no Brasil. As experiências internacionais analisadas revelam que, para favorecer o processo de transição de adolescentes acolhidos, os programas devem ter duração continuada; aliar treinamento em habilidades com inserção comunitária; respeitar diferenças individuais e considerar os participantes como agentes ativos. Estes componentes pressupõe o engajamento dos diferentes sistemas aos quais o adolescente pertence, através de uma integração já prevista na legislação nacional. Conclui-se que os resultados obtidos podem contribuir para pensar alternativas que favoreçam a efetivação das políticas públicas brasileiras já existentes para a população em situação de acolhimento.

Habilidades Sociais e Problemas de comportamento de crianças em situação de acolhimento institucional: uma análise descritiva e comparativa

Lívia Lira de Lima Guerra (Universidade Federal de São Carlos); Zilda Aparecida Pereira Del Prette (UFSCar)

Um amplo repertório de habilidades sociais (HS) tem sido apontado como fator de proteção a problemas de comportamento e outros no curso do desenvolvimento infantil, inclusive para crianças em situação de vulnerabilidade, como é o caso das crianças em situação de acolhimento institucional. A literatura aponta que estas apresentam déficits acentuados no desenvolvimento físico e cognitivo, se comparadas ao desenvolvimento

típico. Portanto, pode-se questionar como estaria o desenvolvimento socioemocional dessa população específica em termos de habilidades sociais e problemas de comportamento (PC). O presente estudo teve o objetivo de caracterizar o repertório de habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças em situação de acolhimento institucional. Pretendeu-se também comparar o repertório de HS e PC da amostra em relação à média normativa, a partir do escore geral de HS, PC e variáveis sociodemográficas. Participaram, de ambos os gêneros, 36 crianças, na faixa etária de 6 a 12 anos e 19 cuidadores de referência, como avaliadores do repertório das crianças. Os dados foram coletados em quatro instituições localizadas em três cidades de médio porte do interior do Estado de São Paulo/SP. Para tanto, foi utilizado o Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Desempenho acadêmico (SSRS), nas versões de HS (autoavaliação pela criança e avaliação pelos pais, modificada para cuidadores) e problemas de comportamento. As análises estatísticas descritivas e comparativas mostraram que: (1) Mais da metade da amostra de crianças foi classificada como tendo repertório deficitário e médio inferior em habilidades sociais, tanto na autoavaliação quanto na avaliação do cuidador; (2) O maior déficit foi na classe de empatia, já na classe de assertividade foram encontrados os maiores recursos em habilidades sociais; (3) A amostra de crianças apresentou repertório altamente comprometido em problemas de comportamento, sendo os do tipo externalizantes, os mais frequentes; (4) Na análise comparativa, a amostra de crianças apresentou escores muito abaixo da norma em habilidades sociais; (5) Não foram encontradas diferenças significativas em termos de HS e PC em relação a gênero e idade, o que seria esperado, de acordo com o manual do instrumento. Os resultados sugerem déficit significativo em desenvolvimento socioemocional na amostra, em termos do mínimo em habilidades sociais e o máximo em problemas de comportamento. Discute-se a importância de intervenções voltadas para a promoção de habilidades sociais das crianças institucionalizadas, como forma de contribuir para seu desenvolvimento.

Infância e Contextos de Vulnerabilidade Social: a atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde

Edda Bomtempo (Universidade de São Paulo); Mirian Ribeiro Conceição (Universidade de São Paulo)

Este estudo nasce das inquietações da vivência prática das atividades lúdicas em um grupo de brincadeiras, como intervenção de promoção, prevenção da saúde e reabilitação, na Atenção Básica, desenvolvido em uma região de vulnerabilidade social, da cidade de São Paulo. Os questionamentos surgidos nesta atuação orientam os objetivos deste estudo, que visa detectar, por meio das atividades lúdicas, fatores que pudessem influenciar o desenvolvimento de crianças em situação de risco social, e entender de que forma o contexto, no qual os participantes estão inseridos, influencia este desenvolvimento e facilita propostas de intervenções de profissionais nas áreas da saúde e da educação, que utilizem como recurso as atividades lúdicas junto às crianças em situações de risco social. Para tal, utiliza-se de metodologia qualitativa, em observação participante de cinco crianças entre seis e dez anos, sendo criadas, para análise dos resultados, três categorias – o corpo, o encontro e o fazer - a fim de se obter discussões que contemplem a multiplicidade da coleta efetuada. Os resultados nos apresentam diferentes afetações e interrelações com atividades lúdicas, em especial as simbólicas e os contextos, aos quais pertencem. A brincadeira apresenta-se, então, como potente instrumento de cuidado no que tange à construção de vínculo e ressignificação dos contextos de vida das crianças, tornando-se, portanto, meio de comunicação e expressão na infância, bem como mecanismo protetivo e promotor do desenvolvimento saudável. Assim, estas percepções quanto às atividades lúdicas ampliam e fazem relevância nas intervenções na infância em situação de vulnerabilidade social, como tecnologia de cuidado à infância para Atenção Básica de Saúde.

Intervenções da Psicologia Clínica com Pacientes Surdos e/ou Seus Familiares: Uma Revisão Integrativa

Valéria Maria Azevedo Guimarães; Janaína Bianca Barletta (Universidade Paulista – Unip)

Os surdos estão expostos aos estigmas da sociedade podendo gerar a exclusão e interferir no bem-estar biopsicossocial destes. A psicologia se mostra como facilitadora da adaptação e no desenvolvimento do surdo à sociedade. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é uma abordagem focada nos pensamentos, emoções e comportamentos humanos que pode ser apropriada para intervenções com esta população. Foi realizada uma revisão integrativa com o objetivo de identificar as publicações de artigos acerca de intervenções clínicas da psicologia em sujeitos surdos. O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de outubro e novembro de 2016 e no mês de março de 2017 nos seguintes bancos de dados: SciELO, Biblioteca Cochrane, Portal Capes, Pepsic, Lilacs e Psycinfo. A busca dos artigos ocorreu de forma avançada pelo cruzamento de descritores em três diferentes línguas, com a seguinte estratégia de busca: a) em português: (Terapia cognitiva ou psicologia clínica ou musicoterapia ou habilidades sociais) e (pessoas com deficiência auditiva ou surdez); b) em inglês: (cognitive therapy or psychology clinical or music therapy or social skills) and (persons with hearing impairments or

deafness) e; c) em espanhol: (terapia cognitiva o psicologia clínica o musicoterapia o habilidades sociales) y (personas con deficiencia auditiva o sordera). Os critérios de inclusão foram: a) abordar intervenção clínica psicológica (individual ou grupal); b) utilizar diferentes abordagens teóricas da psicologia; c) ter como sujeitos da pesquisa pessoas surdas. Os critérios de exclusão foram: a) ter como principal foco o implante coclear; b) artigos que abordam outras intervenções que não fossem da psicologia clínica; c) publicações duplicadas; d) publicações em outros formatos que não fossem artigo e; e) não disponibilização do texto completo. Após estes critérios, foram selecionados 10 artigos. Sobre o suporte teórico da pesquisa foram encontrados cinco artigos que não informaram a sua abordagem (dois destes possivelmente pertençam a TCC, pois usaram o Treino de Habilidades Sociais - THS), um de Psicanálise, um de Método Clínico de Piaget, um da Teoria de Sullivan e Scanlan e dois da TCC. Percebeu-se a escassez de estudos nacionais e internacionais referentes ao tema em questão, sugerindo que este público alvo não é foco de investigação da Psicologia. Acredita-se na possível eficácia na intervenção clínica que utiliza a TCC, pois a objetividade e utilização de aspectos concretos da vida do paciente tornam a terapia compreensível e aplicável ao dia a dia das pessoas surdas já que elas se comunicam de forma visogestual.

Musicoterapia e Interação Mãe-Bebê em contexto de cárcere

Géssica Aline dos Santos Leal; Thaciana Araújo (Universidade Federal do Pará); Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará); Daisy Medeiros De Oliveira Pereira (Universidade Federal do Pará); Ingrid Cidade Velasco (Universidade Federal do Pará)

A interação mãe-bebê é um dos contextos em que o desenvolvimento infantil acontece. As potencialidades do bebê emergem a medida que é disposto a ele uma diversidade de estímulos em seu ambiente e que o mesmo participe de atividades progressivamente mais complexas. Neste sentido, as técnicas e saberes da musicoterapia podem ser utilizados como uma das maneiras de estimular o desenvolvimento infantil. Portanto, o objetivo deste trabalho é relatar uma experiência de musicoterapia para mães e bebês, atendidos na Unidade Materno-Infantil da Superintendência do Sistema Penitenciário, em Ananindeua-Pará. Participaram da atividade 13 indivíduos, constituindo cinco díades e uma tríade. A faixa etária materna é de 20 a 41 anos, a moda para o índice de paridade é de três filhos, no grupo havia uma primípara. Entre os bebês, a faixa etária era de dois a sete meses, sendo dois do sexo masculino e cinco do sexo feminino, no grupo havia gêmeos univitelinos. Este momento foi conduzido por uma musicoterapeuta e uma psicóloga que orientavam as atividades direcionadas para o desenvolvimento motor, motricidade oral, cognição e percepção. Foram utilizados instrumentos musicais de percussão, lenços, violão e canções. As díades receberam instruções de como realizar os gestos com seus bebês, estimulando-os a imitarem, a produzirem sons orais e com instrumentos. Primeiramente, era fornecido às mães um modelo e, a seguir, estas faziam com seus bebês. As atividades foram: cantiga de apresentação dos bebês, apresentação dos instrumentos e sons que produziam e brincadeiras acompanhadas por cantigas (Cadê a mamãe? Cadê o bebê?). As mães receberam informações sobre o objetivo da atividade e o que se pretende estimular com tais ações, a fim de que possam reproduzi-las como brincadeiras em outros momentos do cotidiano. Houve o engajamento de todas as mães e seus bebês, indicando que é uma atividade com boa aceitação pelas internas atendidas naquele período. Os bebês engajaram-se nas atividades, segurando instrumentos, sacudindo-os, realizando contato visual com a musicoterapeuta e suas mães. Atividades como estas podem ser um dos instrumentos para criar um clima favorável à interação mãe-bebê, vinculação afetiva, bem como a estimulação precoce, sobretudo em contextos peculiares como o do cárcere.

Os efeitos de uma intervenção para favorecer a competência social de crianças sobreviventes de tumor cerebral

Catiele Paixão; Patrícia Alvarenga (Universidade Federal da Bahia)

Os prejuízos imediatos e tardios decorrentes tanto do adoecimento quanto do tratamento para tumor cerebral na infância, com frequência, acarretam agravos no desenvolvimento da competência social de crianças sobreviventes. Este estudo teve como objetivo adaptar uma intervenção individual para favorecer a competência social de crianças sobreviventes de tumor cerebral e avaliar qualitativamente o padrão de mudanças na competência social de cada um dos casos submetidos à intervenção, por meio de um delineamento de estudo de casos múltiplos. Duas díades mãe-criança receberam três visitas domiciliares, para a avaliação pré-intervenção, e outras três visitas domiciliares, dois meses após o término da intervenção, para a avaliação pós-intervenção. Durante as avaliações pré e pós-intervenção as mães responderam a uma ficha de dados sociodemográficos, ao Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência (CBCL/6-18 anos) e a entrevistas semiestruturadas sobre as dimensões ajustamento social e interação social do filho. As crianças responderam a entrevistas semiestruturadas sobre seu próprio ajustamento social e sobre suas interações sociais. As informações clínicas da

criança foram coletadas em prontuários médicos e através do contato com a equipe médica. A intervenção para o treinamento de habilidades sociais foi iniciada logo após a última semana de avaliação pré-intervenção e durou de sete a nove sessões, uma a cada semana, sendo que mãe e criança foram atendidas separadamente. Cada sessão durou em média 50 minutos e teve como foco um dos seguintes temas: interação social e novas amizades; cooperação; como manejar a provocação e o bullying; como resolver conflitos; empatia; e assertividade. Outras duas sessões foram reservadas para tratar das demandas específicas de cada díade. Os dados foram submetidos à técnica analítica de modelo lógico de nível individual. Os resultados revelaram uma melhora na competência social de ambos os casos, especialmente no padrão de interação social com pares. Os relatos maternos e infantis indicaram que, após reconhecerem suas limitações, as crianças conseguiram identificar suas emoções, avaliar as consequências de seus comportamentos e utilizar estratégias mais assertivas em interações sociais. Ademais, foram observadas reduções nos escores dos problemas emocionais e comportamentais e escores com classificação clínica reduziram para escores limítrofes ou não-clínico. A intervenção foi considerada efetiva para beneficiar a competência social de crianças sobreviventes de tumor cerebral, porém as mudanças ao longo do tratamento foram idiossincráticas para cada caso. Os achados desse estudo também revelaram importantes implicações das sequelas do adoecimento nos déficits e na promoção da competência social.

Os modos de circulação de crianças e adolescentes em situação de rua: Contribuições de um estudo longitudinal

Juliana Prates Santana (Universidade Federal da Bahia); Lucas Vezedek (Universidade Federal da Bahia)

A vida nas ruas é marcada pela elevada circulação entre diferentes contextos desenvolvimentais, sendo a família, a rua e as instituições de atendimento importantes exemplos. As pesquisas transversais não conseguem apreender essa circulação tão característica do desenvolvimento desse público. Buscando preencher essa lacuna serão analisados os dados de um estudo longitudinal realizado em três capitais brasileiras, sendo que o presente trabalho versa sobre os dados de Salvador/BA e objetiva compreender os modos de circulação das crianças e adolescentes em situação de rua. Pretende-se que tal análise ofereça maior entendimento sobre o desenvolvimento desses sujeitos e subsídios para futuras intervenções. Esta investigação multimétodos pautou-se na abordagem bioecológica de Urie Bronfenbrenner. Participaram 40 sujeitos (29 sexo masculino e 11 feminino), entre 09-17 anos ($M = 14,3$; $DP = 2,19$) que, em Salvador, foram acompanhados por quatro anos, em quatro momentos estruturados de coleta de dados, (três com intervalo de seis meses e o último de 12). A fase inicial do projeto foi composta pela inserção ecológica nos contextos de coleta, aplicação dos instrumentos em momentos formais e acompanhamento regular dos participantes. Após esta fase, tendo passado 12 meses, utilizou-se estratégias para retomar o contato com os participantes: buscas através de visitas institucionais, domiciliares e na rua; telefonemas para técnicos de referência, familiares, amigos e participantes; e contato através das redes sociais. Localizou-se 37 participantes, cujos dados serão aqui analisados, apesar de 14 não terem respondido aos instrumentos de T4. Observou-se grande variação entre os modos de circulação dos participantes entre todos os tempos de coleta, sendo que neste trabalho optou-se por analisar o local de moradia do participante em T1 e T4, considerando o intervalo máximo de tempo de acompanhamento dos mesmos. Os modos de circulação corroborou a formulação prévia de que a vinculação desses sujeitos com os contextos de desenvolvimento variam de acordo com a idade, tal como proposto na trajetória de vinculação institucional (TVI). As trajetórias encontradas incluem participantes que: permaneceram institucionalizados (12); foram desinstitucionalizados e passaram a compor diferentes arranjos familiares (12); continuaram frequentando serviços abertos e morando com a família (4); deixaram de frequentar serviços abertos e continuaram morando com a família (5); deixaram de frequentar instituições e voltaram para a rua (3); e participante cumprindo pena em unidade prisional (1). Para ilustrar as trajetórias serão utilizados fragmentos de casos que demonstram os modos de circulação encontrados e a relação com o motivo inicial de ida para a rua.

Percepção dos pais/responsáveis frente à inserção da criança no serviço de Saúde Mental

Michelly do Rocio Dellecave (Univali); Eliziane Lofy Pimentel (Univali)

Saúde mental é um campo de conhecimento e atuação no âmbito das políticas públicas de saúde, campo este complexo, plural, intersetorial e transversal (AMARANTE, 2013). O CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil) foi a primeira ação concreta do estado brasileiro de atenção às crianças e adolescentes com necessidades em saúde mental, marcando o rompimento e um caminho rumo à superação da história de desassistência, abandono e exclusão (BRASIL, 2005). Este trabalho buscou compreender a percepção dos pais/responsáveis de usuários do CAPSi frente à inserção da criança no serviço de saúde mental. A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, onde foram entrevistados dez sujeitos (pai/mãe ou responsável) de usuários de um CAPSi localizado no litoral norte de SC. Os critérios de

inclusão foram: ser pai/mãe ou responsável de usuários do CAPSi; de crianças na faixa etária que compreende dos seis aos onze anos de idade; que estejam até dois meses em atendimento no serviço; e que apresentassem interesse e disponibilidade em participar da pesquisa. Como instrumento para coleta de dados utilizou-se uma entrevista semiestruturada, elaborado pelas autoras, com base na literatura e nos objetivos do presente trabalho. Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011). Através da identificação dos elementos temáticos, foram elencadas quatro categorias de análise: compreensão do CAPSi, sentimentos/crenças atrelados ao encaminhamento, necessidade de atendimento e percepção das ações do CAPSi. Através dos resultados da pesquisa, pôde-se perceber que se faz necessário que o CAPSi viabilize meios para efetivar sua visibilidade frente à comunidade, como forma de garantir os avanços para a implementação de uma nova forma de ver e cuidar de crianças com sofrimento psíquico. Faz-se necessário divulgar e desmistificar o papel do CAPSi junto aos demais serviços das redes de atenção e de outras políticas públicas, pois o serviço ainda é pouco conhecido pela população pesquisada. Observou-se a existência de alguns estigmas referentes ao CAPSi, que percebem como lugar “louco” ou “problemático”. Romper as barreiras do preconceito, da alienação ainda é o grande desafio da Reforma Psiquiátrica, porém, mesmo identificando que ainda permeia o imaginário dos manicômios, estas percepções não interferiram na adesão ao tratamento, pois os entrevistados o consideram necessário e importante.

Relações entre o repertório social de crianças em situação de acolhimento institucional e Habilidades Sociais Educativas de seus cuidadores

Livia Lira de Lima Guerra (Universidade Federal de São Carlos); Zilda Aparecida Pereira Del Prette (UFSCar)

As habilidades sociais (HS) têm sido apontadas como fator de proteção no curso do desenvolvimento infantil, inclusive para crianças em situação de vulnerabilidade, como é o caso daquelas sob acolhimento institucional. Portanto, pode-se questionar como estaria o desenvolvimento socioemocional dessa população em termos de HS e problemas de comportamento (PC). O cuidador profissional é o adulto de referência para essas crianças, pode-se questionar também se e o quanto ele estaria promovendo esse desenvolvimento, por meio do uso das habilidades sociais educativas (HSE). O presente estudo teve o objetivo geral de investigar possíveis relações entre o repertório de HSE (e HS) dos cuidadores e o repertório de HS e PC das crianças. Participaram, 36 crianças na faixa etária de 6 a 12 anos e 19 cuidadores, de 23 a 62 anos, de referência. Os dados foram coletados em quatro instituições de acolhimento localizadas em três cidades de médio porte do interior do Estado de São Paulo/SP. Para tanto, foram utilizados: a versão brasileira do Social Skills Rating System (SSRS); o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-Del-Prette) e o Inventário de Habilidades Sociais Educativas (IHSE-Pais em versão para cuidadores). As análises estatísticas descritivas e inferenciais mostraram que: (1) A amostra de crianças apresentou escores abaixo da norma em habilidades sociais, principalmente na classe de empatia e os problemas de comportamento externalizantes, segundo os cuidadores, foram os mais frequentes; (2) Os cuidadores apresentaram, em sua maioria, escores classificados como repertório médio inferior e médio superior em habilidades sociais e deficitário e médio inferior em habilidades sociais educativas; (3) As crianças com maior repertório de habilidades sociais apresentaram menos problemas de comportamento e avaliaram mais positivamente o repertório dos cuidadores; (4) Não foi encontrado resultado significativo entre o repertório de HSE dos cuidadores e de HS das crianças, como é esperado no caso de pais e filhos. Levanta-se a hipótese de que possivelmente os cuidadores invistam mais justamente naquelas crianças com melhor repertório de habilidades sociais. Discute-se, portanto, a importância de os cuidadores serem modelos de vínculo seguro e de expressão de afeto para com a criança. Tais achados podem ser considerados também na contratação de cuidadores profissionais bem como no planejamento de intervenções pautadas em HSE. Os dados sugerem, ainda, a relevância de intervenções voltadas para a promoção de HS de crianças institucionalizadas como forma de contribuir para seu desenvolvimento socioemocional.

Significados da maternidade para mulheres que vivenciaram violência obstétrica

Patrícia Brito Ribeiro de Oliveira (Hospital Aliança); Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos (Universidade Federal); Márcio Santana da Silva (Universidade Federal)

A violência obstétrica é uma forma de violência de gênero, entendida como ações realizadas pelos profissionais de saúde, sejam elas físicas ou verbais, que anulam a autonomia da mulher nas decisões sobre o seu corpo e seu processo reprodutivo, através de uma assistência desumanizadora, do abuso da medicalização e da patologização dos processos naturais. No contexto de uma atenção obstétrica marcada por atos de violência, cabe uma reflexão sobre as emoções e as particularidades de cada vítima. A partir da perspectiva semiótica da Psicologia Cultural este estudo tem como objetivo geral compreender como as mulheres que vivenciaram a

violência obstétrica constroem os significados da maternidade. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e exploratório, que utilizou como delineamento o estudo de casos múltiplos. Participaram do estudo quatro mulheres com idades de 28 a 34 anos, escolaridade da alfabetização ao ensino superior incompleto. Residentes e naturais da cidade do Salvador, três das participantes vivenciaram a experiência do parto em instituições públicas de Salvador e apenas uma participante experienciou o parto em uma instituição pública na cidade de São Paulo. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram uma ficha de dados sociodemográficos e uma entrevista narrativa sobre violência obstétrica. Os dados foram analisados na perspectiva categorial baseada em conteúdo. Os resultados mostraram narrativas contrastantes e foram apresentados em duas subseções: (a) narrativas marcadas pela presença do discurso de violência obstétrica e (b) narrativas marcadas pela ausência do discurso de violência obstétrica. Os resultados, de modo geral, mostraram que todas as participantes foram afetadas pela violência obstétrica. Apesar de terem vivenciado a experiência de violência obstétrica de formas distintas, todas as participantes utilizaram o apoio familiar e a crença religiosa para lidar com a experiência do parto. Em relação as condições de emergência semiótica, os resultados sugerem que a tensão e a ambivalência parecem não ser constantes, pressupõe-se que flutuam entre período de baixa, média e alta tensão e ambivalência. A experiência da violência obstétrica contribuiu para emergência de novos significados da maternidade como força e plenitude.

“É IMPOSSÍVEL CONTAR TODO MUNDO” - Desafios na realização de pesquisa de mapeamento e contagem da População em situação de rua considerando todo o ciclo vital

Juliana Prates Santana (Universidade Federal da Bahia); Lucas Vezedek (Universidade Federal da Bahia)

O presente trabalho pretende discutir os desafios metodológicos, éticos e políticos de uma pesquisa de mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua que envolveu pessoas pertencentes a todo o ciclo vital. Tradicionalmente a população em situação de rua tem sido estudada a partir de dois segmentos distintos infância, englobando crianças e adolescentes, e população adulta, que envolve desde os jovens até os idosos. Como exemplo, tem-se a Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua realizada pelo MDS, em 2008, na qual foram consideradas apenas pessoas acima de 18 anos. A presente pesquisa foi realizada em Salvador/BA, a partir de uma iniciativa do Projeto Axé em parceria com a UFBA e o Movimento de População de Rua, com financiamento da UNESCO. A primeira fase da pesquisa consistiu no mapeamento e contagem da população em situação de rua, a partir da combinação de elementos muito importantes que culminou na construção de uma metodologia inovadora. Dentre estes elementos destacam-se: articulações institucionais, que garantiram a validade ecológica da pesquisa, o seu caráter participativo, assim como a sua viabilidade; a construção dos conceitos e indicadores de observação e da cartografia da cidade, através da realização de grupos focais com diversos segmentos que compreendem a cidade e a população em situação de rua; a participação da população em situação de rua, educadores sociais e estudantes universitários como pesquisadores; as estratégias de construir uma intimidade do olhar, garantida em diversos momentos de formação/treinamento das equipes; e perambular com inteligência pela rua, que consistiu no próprio processo de construção da pesquisa, das idas à campo até a própria contagem, na qual foi utilizada uma metodologia observacional. A segunda fase da pesquisa foi subsidiada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia e envolveu outras ações de mobilização dos(as) interessados no tema, desde o próprio povo de rua até todas as instituições e pessoas que trabalham com o tema; a construção de um instrumento de pesquisa composto por 80 questões que abarcam temas como saúde, educação, garantia e violação de direitos, dentre outros. Essa tarefa configurou um grande desafio, justamente pela necessidade das questões abarcarem todas as idades do ciclo vital. Os ganhos políticos de unificar o processo de contagem e descrição da população em situação de rua são inúmeros e inclui desde a maior visibilidade para a questão deste segmento populacional, como o fortalecimento de lutas que são complementares.

A atitude moral do perdão: um trabalho de intervenção com apenados

Thalita Lays Fernandes de Alencar; Júlio Rique Neto (UFPB)

Este estudo fundamenta-se na teoria do perdão interpessoal de Enright, que concebe o perdão como uma atitude moral e propõe o seu estudo em três dimensões: oferecer o perdão – dimensão referente às vítimas; receber o perdão e autoperdoar-se – dimensões referentes aos ofensores. Para cada dimensão são propostos processos clínicos com uma estrutura semelhante composta por quatro fases: reconhecimento, decisão, resolução e aprofundamento. Este trabalho de intervenção teve o objetivo de promover atitudes para receber o perdão e autoperdoar-se em um grupo de apenados. A intervenção foi baseada nas fases e unidades dos processos clínicos e foi realizada em 16 sessões com duração de aproximadamente 90 minutos cada. Foi utilizado um delineamento quase-experimental com dois grupos submetidos a pré-teste e pós-teste: um grupo experimental que recebeu o tratamento da intervenção e o grupo controle que não recebeu nenhum tratamento. Participaram do estudo 10 apenados do sexo masculino em regime semiaberto, sendo cinco participantes do grupo experimental, com idades

entre 28 e 47 anos, e cinco participantes do grupo controle, com idades entre 22 e 37 anos. Foram utilizadas medidas de Receber o Perdão, Autoperdoar-se, Desejabilidade Social, Vulnerabilidade, Ansiedade, Depressão e Autoestima. Os resultados mostraram que o grupo experimental apresentou diferenças significativas entre o pré-teste e o pós-teste nas seguintes variáveis: atitude para receber o perdão, desejabilidade social, vulnerabilidade e ansiedade. O método de Jacobson e Truax foi utilizado para analisar individualmente os participantes do grupo experimental sobre as mudanças que poderiam ser confiavelmente atribuídas à intervenção e sobre a significância clínica dessas mudanças, que indica se elas foram robustas o suficiente para serem consideradas relevantes. Verificou-se que quatro participantes apresentaram melhoras confiáveis na atitude para receber o perdão, dois participantes na atitude para autoperdoar-se, três participantes na autoestima, dois participantes na vulnerabilidade e um participante na depressão. Foram clinicamente significativas todas as mudanças na atitude para receber o perdão, na atitude para autoperdoar-se e na autoestima. Os melhores resultados com a dimensão receber o perdão estão de acordo com o esperado, visto que a literatura aponta que o processo de autoperdão é o mais difícil entre as três dimensões do perdão. Os resultados obtidos indicam que este estudo atingiu parcialmente o objetivo de contribuir para avanços significativos na promoção do perdão e para a melhoria do bem estar dos participantes da intervenção. Considera-se que as habilidades e estratégias trabalhadas poderão auxiliar participantes em suas relações interpessoais e na resolução de conflitos.

Brincando em Família: uma experiência de promoção ao desenvolvimento infantil através do brincar.

Nara Jesus Brito; Nara Brito (UFBA); Vania Bustamante (UFBA)

Esta apresentação tem como propósito elucidar e compartilhar os resultados clínicos e institucionais de seis anos de experiência do projeto Brincando em Família no que diz respeito aos avanços no trabalho de articulação de redes de atenção à saúde mental infantil na cidade de Salvador (Bahia – Brasil). O Brincando em Família orienta-se a partir de experiências similares, a Casa Verde de Dolto na França, a Casa da Família situada no Peru e em instituições no Brasil. Este se configura como uma extensão universitária que propõe acompanhamento psicoterapêutico grupal a crianças e suas famílias, tendo o brincar como principal instrumento, balizado pela acolhida, tendo a aceitação, conexão, ludicidade e empoderamento como norteadores elementares (Holmes, 2012). A partir de Winnicott, são utilizados os conceitos de handling e holding, a importância do brincar e os fenômenos transicionais. Baseia-se ainda, na teoria geral do cuidado (Figueiredo, 2009), em destaque, a presença em reserva e implicada. Igualmente, o projeto se dispõe a ocupar uma lacuna assistencial na atenção primária em saúde mental infantil da cidade, um espaço entre a atenção básica e a especializada, apoiando-se também nos paradigmas da Saúde Coletiva e nos princípios do Sistema Único de Saúde, de equidade, universalidade e integralidade do cuidado e acesso à saúde. Compreendendo o surgimento recente da atenção à saúde mental infantil no Brasil e no mundo, o projeto Brincando em Família propõe uma via inovadora, na qual a partir do acompanhamento dos casos, desenvolveram-se ações para a compreensão e atenção integral da criança e de sua família, nas quais se articula seu contexto familiar, visitas escolares, contato com serviços de atenção à saúde mental e de garantia de direitos, formando reais parcerias em direção à promoção da saúde mental e desenvolvimento infantil. Tal proposta se alinha ao que é preconizado nas políticas de atenção à saúde mental, a exemplo do projeto terapêutico singular construído para as necessidades de cada frequentador. O projeto é aberto à frequência livre de famílias e suas crianças com diversidades nas suas configurações e nas necessidades de atenção (questões comportamentais, desenvolvimentais, de aprendizagem, necessidade de socialização), funcionando também como um espaço de promoção do desenvolvimento, promovendo a brincadeira, socialização e a comunicação entre crianças e familiares. Dessa maneira, serão relatadas algumas experiências bem sucedidas de acompanhamento terapêutico a crianças e suas famílias, considerando a diversidade e suas singularidades, bem como a ênfase na importância da interseccionalidade das ações em saúde mental infantil.

Contribuições da Psicologia Positiva para promover a inclusão: do ensino médio para o contexto universitário

Daniele Borges de Mello dos Santos (Instituto de Psicologia PPGPS/UERJ); Edna Lúcia Tinoco Ponciano (Instituto de Psicologia PPGPS/UERJ)

Atualmente, o tema da inclusão escolar tem recebido destaque. O Brasil, na condição de uma nação que defende os direitos das pessoas com deficiência e apoia os preceitos da Declaração de Salamanca (1994), apresenta uma legislação abrangente direcionada a essa população, com vistas a melhorar o seu modo de estar no mundo. Apesar de todo esforço em prol da convivência desses sujeitos nos espaços coletivos, como a escola e a universidade, por exemplo, ainda são observadas muitas dificuldades por parte das instituições de ensino em promover uma educação inclusiva. Muitos educandos com deficiência enfrentam um processo de exclusão, sob

a capa da inclusão. É nesse contexto, que entendemos que a proposta teórica da Psicologia Positiva e suas modalidades de intervenção podem contribuir para uma mudança. A Psicologia Positiva almeja conhecer os recursos das pessoas e de que forma estes podem promover o bem-estar e uma melhor qualidade de vida (Seligman, 2011). Para tanto, apresenta três pilares: o estudo das emoções positivas; a identificação e a potencialização das forças de caráter e virtudes humanas; e a criação de instituições positivas, representadas por organizações que se preocupam com a felicidade. O presente trabalho está ancorado nas relações entre as forças de caráter dos educandos com deficiência e as emoções positivas. Pretendemos acompanhar a trajetória de jovens deficientes “incluídos” no ensino médio, que têm projeto de ingressar na universidade, com o objetivo de investigar os efeitos da identificação e da potencialização de suas qualidades na promoção da inclusão, pessoal e institucional. Estudos apontam que pessoas com deficiência, geralmente, enfrentam barreiras sociais, preconceitos e outras dificuldades durante essa fase de transição acadêmica. Embora, atualmente, no Brasil existam políticas públicas que asseguram práticas educacionais inclusivas, ainda são muitos os desafios vivenciados por esse público. Como participantes da pesquisa, selecionaremos pessoas com deficiência com idade entre 16 e 29 anos, do final da adolescência para o início do período conhecido como Adulterez Emergente (Arnett, 2005). A passagem da adolescência para a vida adulta é marcada por uma série de dilemas, como a escolha profissional, a inserção no mercado de trabalho e o investimento emocional em relacionamentos afetivos. Nesse trabalho, apresentamos uma discussão teórica inicial, envolvendo as temáticas descritas acima e especificando o desenvolvimento psicológico e a trajetória acadêmica do jovem com deficiência.

Contribuições dos conceitos winnicottianos para a relação educadora-bebê com deficiência em creche: evidências a partir de três casos

Tatiele Jacques Bossi; Cesar Augusto Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A busca por creches tem apresentado crescimento expressivo e, juntamente a isso, observa-se a inclusão de bebês com deficiência. Isto coloca novos desafios para a relação educadora-bebê. O objetivo deste estudo foi investigar as contribuições do Programa de Acompanhamento para Educadoras de Creche em Contexto Inclusivo-PROAECI, para a relação educadora-bebê com deficiência. O PROAECI é baseado em conceitos winnicottianos referentes às tarefas (holding, manuseio e apresentação de objetos) e competências da educadora (previsibilidade, adaptação ao saber materno e diagnóstico pedagógico). No presente estudo, investigaram-se essas tarefas e competências com base em um estudo de caso múltiplo. Participaram 3 educadoras de uma menina de 24 meses com deficiência física. Elas participaram dos seis encontros individuais do PROAECI que enfocavam temas referentes à relação educadora-bebê com deficiência. Os dados foram submetidos à análise qualitativa, na forma de relato clínico. Os resultados revelaram que todas as educadoras estimulavam as explorações da bebê no ambiente da creche (i.e. apresentação de objetos). Dessa forma, o PROAECI apenas referendou essa tarefa, que elas já mostravam junto à bebê. Ainda, duas educadoras já apresentavam a capacidade de servir como ambiente facilitador para o desenvolvimento da bebê, de modo que o segurar físico dispensado a ela, através do manejo delicado de seu corpo, representava um segurar emocional (i.e. holding e manuseio). Também se mostravam previsíveis em sua forma de se dirigir a bebê e de lhe oferecer os auxílios necessários (i.e. previsibilidade). Essas educadoras apresentavam conhecimentos sobre desenvolvimento infantil (i.e. diagnóstico pedagógico) e se mostraram respeitadas com a mãe da bebê, considerando-a como importante no processo inclusivo da filha (i.e. adaptação ao saber materno). Tais tarefas e competências, que essas educadoras já desempenhavam, precisaram apenas ser fortalecidas ao longo do PROAECI. Com relação à terceira educadora, essas tarefas e competências puderam ser desenvolvidas ao longo da intervenção, o que permitiu a ela se perceber mais sensível, de modo a se questionar se deveria ser mais disponível a bebê com deficiência. Conclui-se que a utilização da abordagem winnicottiana como norteadora do PROAECI mostrou-se promissora. Os conceitos referentes às funções maternas puderam ser estendidos às educadoras e podem ser considerados como padrões de qualidade de ação pedagógica e referência de ambiente educacional inclusivo na educação infantil. Dessa forma, entende-se a inclusão em creche como algo que é construído na relação educadora-bebê com deficiência, e contribui para isso às educadoras entenderem que devem exercer funções maternas junto a esses bebês.

Corpo e emoção: uma abordagem da autorregulação na adulterez emergente

Eduardo José Esteves Brito (UERJ-RJ)

Com foco nas sensações somáticas e nas emoções, componentes do processo autorregulatório, apresentamos um projeto de dissertação de mestrado, baseado no diálogo entre a Biologia e a Psicologia. A adulterez emergente, momento de aquisição de experiências, pode gerar uma situação de insegurança marcada pela instabilidade, falta de informação, incerteza, angústia, ansiedade, etc (Arnett, 2007). Na experiência de uma forte emoção, na expectativa de um futuro profissional, por exemplo, não se age, necessariamente, de acordo com o

que é socialmente demandado. Uma nova perspectiva para a Psicologia considera o tempo da auto-observação das sensações, durante a experiência vivida, considerando uma perspectiva evolutiva que caracteriza a emoção em termos de tendência de resposta (Gendlin, 2006). A habilidade de se observar na relação com o acontecimento permite a não fixação em uma experiência emocional. Definida como um processo pelo qual o indivíduo influencia suas emoções e é influenciado por elas, a regulação emocional é um processo que pode ser automático ou controlado, consciente ou inconsciente, e que tem efeitos na construção da subjetividade (Gross, 1998). A abordagem da Experiência Somática (SE) apresenta um modelo terapêutico cuja atenção e intervenção recaem sobre a experiência sensorial (interoceptiva, propioceptiva e cinestésica). A partir da atenção nos sinais internos, o SE objetiva acessar a autorregulação, enquanto forma de “integração” subjetiva (Levine, 2012). É um modelo naturalista biológico de resolução de estresse pós-traumático, desenvolvido pelo psicólogo e biofísico Peter A. Levine, baseado em estudos neurofisiológicos em animais e humanos, em estado de estresse. Neste trabalho, realizamos uma discussão teórica inicial e apresentamos uma proposta que começa a ser por nós desenvolvida no Instituto de Psicologia da UERJ, projeto Psicoeducativo Desafios Emocionais e Relacionais na Adolescência e na Adulter Emergente (DERA), iniciado em 2016. Ao trabalhar com o processo autorregulatório, evidenciando as sensações como parte integrante da regulação emocional, objetivamos contribuir para um melhor entendimento do tornar-se adulto(a). A metodologia utilizada nos grupos psicoeducativos, com alunos da graduação da UERJ, visa à expressão a partir de três perguntas básicas: o que, onde e como você sente. A emoção pode compor sentimento, postura, atitude, propiciando uma abertura para as experiências vividas no mundo. (Solomon, 2011). Nesse sentido, acreditamos que essa proposta pode auxiliar no modo como os (as) adultos(as) emergentes experimentam as emoções e as sensações corporais em seus contextos, além de ter efeitos terapêuticos para o desenvolvimento positivo dos jovens.

Corporeidade e emoção vivida no encontro: a dimensão intersubjetiva da constituição identitária

Karla Guimaraes Leite (profissional liberal); Edna Lúcia Tinoco Ponciano (Uerj)

Ao longo do ciclo de vida, os encontros, contribuem para a construção da identidade. Encontros afetivos, intensos, fortuitos, estranhos, sobretudo, potentes, pela sua permanente provocação, em que implicadas maneiras de viver diferentemente produzem novas experiências de si. A seguinte questão nos orienta: de que forma somos interpelados pela presença do outro em nosso campo subjetivo? . Desse modo, o nosso objetivo é observar de que maneira as qualidades da presença do outro, altera/modifica a minha condição corporal e condição identitária. Esta é uma perspectiva de constituição de self em permanente relação. A noção dialógica se apresenta nas instâncias interpessoal e intrapessoal. Esse modelo se estabelece nas rotinas dialógicas (Bell, Bellagamba, Fogel & Koeyer, 2015). O diálogo de que se trata é composto por um conjunto de eu(s), ou melhor, posições de eu, numa troca constante, animada pela alternância e combinação dessas posições (Hermans & Kempen apud Bell, H. et al., 1993). A posição de cada eu, real ou imaginária, tem uma qualidade psicológica conforme as disposições da história e do contexto. Cada qualidade observada experimenta a sua própria incorporação (Bruner, 1990; Fogel, 1995; Hermans & Kempen, 1993; Shotter, 1984 apud Bell, H., et al., 2015) A presença da emoção nos movimentos e expressões do corpo sugere uma dimensão biológica, mas também de interação; na ação com o outro as emoções vão sendo ajustadas e atualizada (Maturana apud Vanin, 2001). Pesquisadores que abordam essa questão (Maturana e Varela apud Vanin, 2001), afirmam que a nossa corporeidade é um objeto físico, com vivacidade e experiência vivida. Mediante a observação e a atenção consciente das sensações corporais, vividas no encontro, elegemos a contribuição da abordagem da Experiência Somática (SE), que apresenta um modelo teórico-clínico, para compreender o modo como as sensações corporais são experimentadas no encontro. A sensopercepção é a percepção consciente das sensações, dos sinais internos do corpo. A sensopercepção permite a conexão das áreas subcorticais e cortical (Netto, 2013) Nesse trabalho, apresentamos uma discussão teórica inicial, com uma revisão de literatura, que embasa uma proposta de pesquisa sobre a experiência corporal vivida no encontro, fundamentando propostas metodológicas de pesquisa e de intervenção. Por consequência, almejamos contribuir a uma perspectiva de desenvolvimento do self que considere a interdependência relacional para constituição e desenvolvimento saudável do jovem (Ponciano, 2016), destacando-se a constituição identitária nos encontros.

Desenvolvendo Habilidades de Enfrentamento em um caso de Fobia a Cães

Kayse Luiza Oliveira de Carvalho Alcântara (Autônoma); Janaína Bianca Barletta (UFS)

Esse trabalho objetiva a descrição de um caso clínico de um adolescente de 14 anos de idade que vinha apresentando comprometimento em sua vida social, estudantil e familiar devido à forte ansiedade e comportamentos evitativos em decorrência de uma fobia a cães (cinofobia). O medo e a ansiedade são emoções

ligadas à defesa da vida, portanto, emoções fundamentais para o ser humano (CARVALHO-NETO, 2009). É baseado neste raciocínio que Lotufo Neto (2011) destaca que o medo tem uma função evolutiva e faz parte do curso normal do desenvolvimento humano e funciona como adaptação do indivíduo ao ambiente, na medida em que aumenta a capacidade dele de reagir diante das situações temidas. No caso da fobia, as pessoas tentam a todo custo evitar o estímulo temido, vivendo, assim, uma ansiedade antecipatória e sofrimento intensos. Além dessa ansiedade antecipatória, os portadores da fobia têm medo dos sintomas físicos diante da situação temida. Nesse caso, a ansiedade vivenciada deixa de ser uma resposta do funcionamento normal do sujeito e passa a atuar como uma forma específica de medo levando o indivíduo a ter prejuízos sociais, afetivos e cognitivos (PELISOLE et al, 2007). A escolha da técnica ideal no tratamento psicoterápico baseado na Terapia Cognitivo-Comportamental se deu através de uma acurada investigação da queixa do paciente, suas características pessoais, familiares, sociais, além de conhecer os recursos pessoais que o paciente possuía e que poderiam ser úteis na terapia. Foi trabalhado nas sessões a possibilidade real ou imaginária da presença de um cão e para tanto será apresentado o plano de intervenção utilizado até a redução dos sintomas, abordando as técnicas que foram mais significativas nesse tratamento específico. Os resultados apontaram que a aplicação de técnicas, como psicoeducação, treino em respiração diafragmática, relaxamento e dessensibilização sistemática, possibilitou uma redução significativa dos sintomas através do controle da ansiedade e mudanças nos comportamentos diante do objeto temido.

CARVALHO-NETO, Eduardo Ferreira de. Medo e ansiedade: aspectos comportamentais e neuroanatômicos. Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo, vol. 54, n 2, p. 62-5, 2009. Disponível em http://www.fcmsantacasasp.edu.br/images/Arquivos_medicos/2009/54_2/vlm54n2_5.pdf acesso em 08 abr. 2017

LOTUFO NETO, F. Fobias Específicas. In: RANGÉ, Bernard (Org). Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 299-310.

PELISOLI, C.; BELLÉ, A.H; CAMINHA, R.M. Caracterização e tratamento da fobia específica em crianças. In: CAMINHA, R.M.; CAMINHA, M. G. A prática cognitiva na infância. São Paulo: Roca, 2007. p. 121-142.

Desenvolvimento sociocognitivo de crianças e adolescentes nadadores: Relato de experiência

Cleberson Franclin Tavares Costa (Universidade Tiradentes); Marliete Maldonado Vargas (Universidade Tiradentes (SE))

A inserção da criança no esporte se dá de maneira salutar quando auxilia no seu desenvolvimento psicomotor e social. Para que isso ocorra é necessário que a exposição à prática esportiva seja conduzida em consonância com as potencialidades e os recursos psicomotores e cognitivos que a criança dispõe. Trata-se de um relato de experiência numa equipe infanto-juvenil de natação de Aracaju/SE. O trabalho é realizado com 12 indivíduos de 8 a 13 anos, sendo subdivididos em dois grupos: até 10 anos e a partir de 11 anos, com seis integrantes cada um. Assim, a metodologia de trabalho é adequada para cada faixa-etária, sendo abordados os mesmos temas, mas com estratégias diferentes. No grupo mais jovem, quase todas as temáticas são trabalhadas através de atividades lúdicas, enquanto que no outro grupo etário se utiliza de mais conversação e reflexão crítica sobre os temas propostos. O trabalho é desenvolvido quinzenalmente com uma hora de duração para cada grupo. Foram trabalhados, até o momento seis temas: 1) práticas educativas sobre psicologia aplicada ao esporte; 2) esporte e competição: trabalhando o sentido de ganhar e perder; 3) bom atleta, bom filho, bom cidadão; 4) a dor no esporte; 5) ansiedade, vilã?; 6) Competitividade e trabalho em equipe. Os resultados de curto prazo alcançados foram, principalmente: a diferenciação entre adversário e inimigo; o estabelecimento do vínculo com o psicólogo e o entendimento do papel desse profissional no esporte; e maior integração entre os atletas. Os atletas passaram a conviver melhor entre eles (pois muitos competem entre si) e com os adversários de outras equipes, diminuindo o clima de rivalidade existente. O estabelecimento do vínculo e o entendimento do papel do psicólogo no esporte evidenciaram-se através da maior procura individual tanto em treinos quanto em competições, para trabalhar suas demandas internas ou externas ao esporte, mas que exercem influência no seu rendimento. No momento está sendo realizado o direcionamento para o trabalho mais individualizado com cada aluno e seu técnico, muito importante para o acompanhamento do desenvolvimento saudável e bem-estar de todos os nadadores acompanhados. Conclui-se que o papel do psicólogo, por meio do trabalho direto atleta-psicólogo, de assessoria atleta-treinador e de orientação aos responsáveis, tem sido muito importante ao desenvolvimento sócio cognitivo das crianças e adolescentes adeptos dessa prática esportiva.

Educação e Apoio Parental para famílias com filhos adolescentes: O Programa “Viver a Adolescência em Família”

Lirene Finkler (Unilasalle); Lirene Finkler (Universidade La Salle); Maria Angela Mattar Yunes (Universidade La Salle); Fernanda Maria Walker (Universidade La Salle); Fabiani Jacira Arguilar Lima (Universidade La Salle)

O programa “Viver Adolescência em Família” foi elaborado na Espanha e posteriormente traduzido e aplicado em Portugal e no Brasil. Trata-se de uma intervenção desenvolvida por módulos e atividades padronizadas para famílias com filhos adolescentes. A pesquisa acerca da proposta buscou avaliar as condições de aplicabilidade e efetividade dessa intervenção como promotora de resiliência parental em famílias residentes em Canoas. O programa é composto por cinco módulos de quatro sessões, realizados em aproximadamente seis meses de encontros semanais. A metodologia experiencial é a base da abordagem dos encontros. Assim, são valorizados os saberes, vivências prévias e trocas entre os participantes e dinamizadores. A principal tarefa do dinamizador é suscitar a reflexão dos participantes acerca dos temas abordados, possibilitando que sejam tensionados conhecimentos experienciais e se produzam novos significados para modos de exercer e desfrutar a parentalidade. Nesta proposta participaram em média 6 famílias que acessavam um serviço público comunitário em bairro de periferia em Canoas/RS. Os encontros contaram exclusivamente com mães de idades entre 27 e 43 anos, que possuíam de 2 a 12 filhos. Foram levantadas informações sociodemográficas sobre as famílias e utilizados os seguintes instrumentos de pré-teste: a) Questionário sobre as concepções parentais sobre adolescência; b) Questionário sobre supervisão parental na adolescência; c) Questionário de apoio social percebido. Ao final dos encontros foram aplicados os mesmos instrumentos como pós-teste, com o objetivo de verificar os efeitos do Programa junto às famílias. Foi aplicada também a Escala de satisfação com o programa de intervenção. Os resultados indicaram que as participantes identificam o período da adolescência como fase difícil nas dinâmicas familiares, sentem os adolescentes afastarem-se e questionarem orientações e poder parental. As análises apontaram satisfação em relação aos aspectos da organização do programa, como a acessibilidade ao local e horário dos encontros, a disponibilidade de lanches e de atividades paralelas para as crianças. As participantes destacaram percepção de respeito e acolhimento por parte das dinamizadoras. Foi evidenciada ainda a satisfação em relação aos assuntos abordados e à modalidade grupal da intervenção, elemento fundamental da metodologia experiencial. As participantes revelaram encontrar na intervenção, o apoio necessário para refletir, rever e repensar suas práticas e estilos parentais. Seus relatos e a adesão ao programa sugerem que houve forte vinculação ao grupo e melhoras significativas na convivência familiar. Conclui-se que o programa favorece a resiliência parental e pode ser utilizado satisfatoriamente como modelo de intervenção para o trabalho com famílias.

Estresse antes e após uma intervenção com cuidadores de crianças com TDAH

Irlana Lessa França; Ruth Daisy Capistrano de Souza (UFPA); Patricia da Silva Bezerra (UFPA); Simone Souza da Costa Silva (UFPA); Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é definido a partir da tríade comportamental de desatenção, hiperatividade e/ou impulsividade, é considerado transtorno do neurodesenvolvimento. O tratamento mais eficaz descrito na literatura é aquele que combina o medicamento (quando necessário) às intervenções comportamentais, tendo como foco a criança e a família. A presença de uma criança com TDAH, pode ser um fator que influencia a saúde psicológica de quem cuida, em especial o estresse. O estresse parental é definido como reações negativas diante das atividades que envolvem a parentalidade. O objetivo desse estudo foi avaliar o estresse de cuidadores de crianças com TDAH antes e após uma intervenção. Participaram desse estudo três mães com idade entre 39 e 41 anos cujas crianças tinham diagnóstico médico ou suspeita diagnóstica para o TDAH. Utilizou-se um Inventário sócio-demográfico para caracterização dos participantes e o Questionário de Estresse para Pais de pessoas com Alteração no Desenvolvimento (QE-PTD). A intervenção comportamental foi embasada em Soler e Medina (2013). Foi estruturada em 10 sessões com duração de cada encontro de 90-120 minutos, uma vez por semana. Nas 3 primeiras sessões abordou-se a apresentação dos pesquisadores, objetivo do grupo, informações sobre o transtorno e suas alterações básicas, desculpabilização, descrição do processo de coerção, habilidades de comunicação e de escuta e manejo de contingências. Nas sessões seguintes houve treinamento para uso das técnicas de manejo comportamental como: reforço, extinção e custo de resposta. Os dados coletados através do ISD e QE-PTD foram tabulados no software SPSS e analisados através de estatística descritiva. Este estudo encontra-se em andamento, por isso, os resultados apresentados são parciais. As crianças tinham em média 8, 33 (Dp= 2) anos. As mães eram casadas e duas possuíam o ensino superior completo e exerciam suas profissões, uma mãe tinha o ensino médio completo e sua ocupação era atividades domésticas de sua própria casa. A média do escore de estresse foi de 45, 33 (Dp=8, 5), abaixo do ponto de corte da escala (48), contudo essas mães apresentaram dificuldades de manejo do comportamento de seus filhos. Embora, em geral, a média do escore para o estresse esteve baixo, uma das mães apresentou alto nível de estresse como mostra o

desvio padrão. Destaca-se que o fenômeno investigado diz respeito às instabilidades produzidas diante das atividades relacionadas a parentalidade, outras instabilidades podem influenciar a saúde do cuidador, não somente as reações negativas frente a criança com TDAH.

Gestalt-terapia com idosas: um relato de experiência

Julianin Araujo Santos

O processo de envelhecimento e a velhice são fenômenos biopsicossociais que devem ser compreendidos como um todo integrado e não apenas pelas suas partes isoladas ou somadas. A velhice, enquanto categoria etária é uma construção social, o modo como a experiência corporal acumulada no tempo vem sendo culturalmente nomeada. No Brasil, semelhante a outros países, as pessoas estão envelhecendo mais rapidamente, cerca de quase oito milhões de idosas(os) por ano. As mulheres possuem maior expectativa de vida em relação aos homens, a chamada feminização da velhice. As leis e políticas públicas, voltadas para as(os) idosas(os) no Brasil, definem o envelhecimento e a velhice como praticamente uma questão de saúde pública. O problema que surge é como a Gestalt-terapia (GT) pode contribuir para a promoção de saúde da pessoa idosa? Essa proposta de comunicação é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em GT que objetivou responder essa questão através de uma reflexão teórica e um relato de experiência de mais de um ano de estágio em psicoterapia gestáltica de curta duração com três mulheres idosas na cidade de Salvador-Bahia. Um pressuposto da GT é que qualquer pesquisa em psicoterapia acerca da pessoa humana requer a compreensão de um campo no qual interagem pelo menos fatores psicológicos, socioculturais, animais e físicos. A GT pode contribuir para a promoção de saúde das pessoas idosas com sua visão holística e humanista de pessoa, mundo e saúde, com a psicoterapia individual e/ou grupal que se adéqua aos contextos de clínica ampliada numa abordagem de curta-duração e focalizada, com seus experimentos e recursos psicoterapêuticos. Para compreender a psicodinâmica da pessoa idosa no contexto clínico é preciso dar-se conta do campo no qual esta está envolvida, tanto do ponto de vista macrossocial quanto do ponto de vista individual/familiar, pois esse campo pessoa idosa/ambiente se configura de modo relacional. Na prática clínica percebeu-se que não há diferença da atuação da(o) gestalt-terapeuta com outros grupos etários, contudo, requer dessa alguns cuidados e adequações às especificidades das pessoas idosas. É preciso aprofundamento teórico acerca da GT, do processo de desenvolvimento/envelhecimento humano, principalmente sobre a velhice, do contexto social no qual a velhice é vivenciada e consciência crítica para evitar que o encontro psicoterapêutico se constitua em mais um espaço de estigmatização social da velhice e para favorecer o cumprimento do papel da psicoterapia gestáltica de viabilizar a auto-realização, completude e inteireza das pessoas idosas.

Grupo reflexivo com pais e mães: um relato de experiência

Larissa Paraventi; Monica Barreto (UFSC); Carolina Duarte de Souza (UFSC); Anndrey Kuhnn Sangaletti (UFSC); Meiridiane Domingues de Deus (UFSC); João Paulo Koltermann (UFSC); Larissa Fetter Wegner (UFSC); Maria Aparecida Crepaldi (UFSC); Mauro Luís Vieira (UFSC)

O entendimento que pais e mães constroem sobre suas funções parentais costuma influenciar no modo como se relacionam e criam seus filhos. Frente às mudanças culturais e sociais nas últimas décadas, é visível o efeito dessas transformações nos sentidos e modos de parentalidade que se apresentam na atualidade (Gorin, Mello, Machado, & Féres-Carneiro, 2015). Essa pluralização pode contribuir para o sentimento de insegurança sobre a adequação das práticas parentais utilizadas com as crianças. Dentre os programas elaborados para responder essas demandas encontram-se propostas de grupos para pais que promovam práticas parentais positivas (Schmidt, Staudt, & Wagner, 2016). Este resumo apresenta um estudo de caso de duas intervenções com grupo de pais voltados para a promoção de relações familiares saudáveis. A proposta do grupo está pautada no construcionismo social, especificamente pelos pressupostos dos processos reflexivos e pelo uso da equipe reflexiva (Andersen, 1998). Realizaram-se dois grupos, com sete encontros de 1h30 cada, semanalmente, coordenados por duas terapeutas e equipe reflexiva com seis integrantes. Participaram 5 e 8 pais, respectivamente, no primeiro e segundo grupos. Os temas foram: parentalidade, coparentalidade, características das crianças, limites e relação família-escola. A equipe reflexiva, em co-presença, observa em silêncio as conversações entre os coordenadores e os participantes, em um determinado momento é convidada pelos coordenadores a compartilhar suas reflexões e indagações entre si (Carrijo & Rasera, 2010). Durante a observação, atentam-se para: si mesmos (sentimentos, ideias e percepções corporais), o grupo e coordenadores (dinâmica, descrições, sentimentos e expressões corporais). Para os pais e mães o grupo reflexivo foi importante por ser um espaço de troca de experiências com outros cuidadores e pela oportunidade de refletir sobre suas preocupações, desafios, expectativas e experiências de ser responsável pela criação e educação de crianças. O compartilhamento também trouxe alívio aos pais, por perceberem que não são os únicos a vivenciarem dificuldades no exercício da

parentalidade. Além disso, os participantes experienciaram o lugar de ora serem modelo para os outros pais, e ora se espelharem nos outros participantes. Os diálogos ocorreram em uma relação entre pares, sem hierarquias de saber colocadas para terapeutas e membros da equipe reflexiva (Gelain & Waldow, 2012). O grupo reflexivo de pais tem apontado a potencialidade de intervir precocemente e dispensar intervenções mais sofisticadas e custosas econômica e temporalmente. Ofertar espaços para promoção de práticas parentais positivas pode prevenir problemas no desenvolvimento infantil além de propiciar tranquilidade e segurança aos participantes no exercício da parentalidade.

Grupos de convivência com crianças: uma experiência de atuação da psicologia.

Michelly do Rocio Dellecave (Univali); Isabelli Laís dos Santos (Univali)

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada dos usuários da política de assistência social, das famílias que buscam acesso aos direitos socioassistenciais, desempenhando um papel central no território onde está localizado (KOELZER et al, 2014). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos serviços ofertados no CRAS, que tem como objetivo o desenvolvimento do protagonismo e autonomia das famílias por meio de um conjunto de ações que envolvam principalmente a cidadania e a inclusão de crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2009). No SCFV são ofertadas oficinas com até 30 usuários, normalmente reunidos de acordo com o ciclo de vida (BRASIL, 2010). Esse trabalho teve por objetivo estimular o desenvolvimento de crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, através de atividades em grupo. O público-alvo eram crianças entre 7 a 11 anos. Foram levantadas demandas com o próprio grupo, bem como através de discussões com a equipe técnica do CRAS (psicóloga, assistente social e pedagoga) e através das visitas domiciliares. Foram realizados encontros semanais, tanto no período matutino quanto vespertino, com duração de 1 hora e 30 minutos. Foram realizadas atividades lúdicas, reflexivas e discussão de temáticas em torno dos direitos e deveres, do bullying, violências, protagonismo, cuidado consigo, com o outro e com o meio ambiente, expressão de sentimentos, projeto de vida. Desta forma, o grupo foi um espaço de trocas, reflexões, aprendizagem mediados pelo brincar. Após a realização de quinze encontros por grupo, realizou-se uma avaliação com as crianças, com a família e com a equipe técnica do serviço. A avaliação evidenciou o quanto a experiência contribuiu para o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, para o estímulo ao protagonismo, bem como possibilitou o aparecimento de algumas demandas de violações de direitos em algumas famílias, sendo estas repassadas e acompanhadas pela equipe técnica do serviço. Foi possível perceber o quanto a brincadeira é importante no processo de desenvolvimento da criança, pois proporciona momentos em que ela pode demonstrar suas aflições, refletir sobre o fazer, organizar e desorganizar, construir e reconstruir, crescer nos aspectos culturais e sociais. Através das brincadeiras, a criança trabalha a imaginação, desenvolvendo sua personalidade e suas habilidades, expressando sua autonomia diante dos objetos e trabalhando aspectos emocionais por meio das atividades lúdicas.

Habilidades de vida e o fortalecimento da relação entre pais e filhos(as) adolescentes no CRAS

Xênia de Andrade Domith; Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

A família apresenta-se como importante contexto de desenvolvimento, no qual a relação parental exerce papel fundamental para o bem-estar e para a saúde mental dos(as) filhos(as) adolescentes. Os pais, com frequência, verbalizam sobre o desafio de promover o desenvolvimento biopsicossocial saudável dos(as) filhos(as). Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) têm se revelado como significativos espaços para o fortalecimento dos vínculos, como fator de proteção. Segundo Snyder e Lopes (2009), o bem-estar subjetivo é um importante componente, o qual, acrescentamos, favorece a maneira como os pais se veem e percebem seus(suas) filhos(as) adolescentes, resultando em maior prazer de vivenciar a parentalidade. O Modelo Bioecológico (Bronfenbrenner, 1996) baliza o estudo da interrelação que envolve a pessoa, o processo, o contexto e o tempo, para a construção conjunta e análise do programa, no qual as Habilidades de Vida (Castellanos, 2005) apresentam-se como estratégia para o fortalecimento e desenvolvimento de competências, que auxiliem os pais a compreenderem as demandas de seus(suas) filhos(as), contribuindo para o exercício da parentalidade. A Psicologia Sócio-histórica (Bock, 2015), apresenta-se como monitora da qualidade da pesquisa contextualizada e aplicada à realidade do território, no qual trabalhamos. A presente pesquisa visa a promover o fortalecimento dos vínculos e a prevenir a violência intrafamiliar. Esta é uma proposta de pesquisa-ação com um grupo multifamiliar, formado por 15 famílias voluntárias, atendidas por um CRAS da cidade de Juiz de Fora-MG, com o qual se pretende realizar encontros semanais de 02 horas de duração, por 03 meses. Em grupo, são trabalhadas as habilidades de vida, a partir de dinâmicas e de jogos dramáticos. Uma avaliação da aplicabilidade dessas habilidades no cotidiano, será realizada com o grupo, após a implementação do programa e outra após 06

meses, para identificar avanços e recuos. Entrevistas e encontros serão gravados e transcritos para Análise de Conteúdo. Como uma pesquisa em andamento, pretendemos apresentar a discussão teórica que embasa nossa proposta de intervenção, assim como as primeiras aproximações com o CRAS e os pais de jovens. Desse modo, pretendemos discutir a viabilidade dessa pesquisa e as possíveis propostas de intervenção surgidas do grupo multifamiliar.

Luto e Família: a experiência de um grupo de familiares de pacientes internados em uma UTI.

Mônica Ferreira Sampaio Venâncio (Hospital Universitário Edgar Santos)

O modo como se concebe e como se lida com a morte e com o adoecimento mudou ao longo da história. As pessoas adoeciam e morriam no seio familiar e, hoje, a morte é relegada aos hospitais, e, especialmente, à UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Os hospitais ao mesmo tempo que afasta o moribundo do ambiente familiar, convoca, de algum modo, os familiares a acompanharem o adoecimento e a morte do seu ente de forma paulatina, e frequentemente, à morte em vida, já que o que resta do seu ente, muitas vezes, é a respiração ofegante proferida pelo respirador e os tracejados e os números no monitor.

Entendendo a morte, ou a sua possibilidade, como uma ruptura, uma descontinuidade que traz repercussões para a dinâmica familiar, surge o grupo de familiares de pacientes internados na UTI, mediado pela psicóloga e pela assistente social, com a proposta de:

- possibilitar aos familiares um espaço de expressão do aspectos emocionais associados à hospitalização de um ente na UTI;
- possibilitar esclarecimentos sobre a rotina e a dinâmica da UTI, seus aparelhos e suas finalidades, já que estas informações podem amenizar os fatores ansiogênicos associados ao ambiente da UTI e favorecer uma melhor interação entre familiar e paciente ;
- propiciar uma rede de apoio aos familiares a partir do trabalho em grupo e do fortalecimento de vínculo entre familiares/profissionais e familiares/familiares.

A partir da escuta dos familiares nesse grupo, foi possível perceber que ter seu ente transferido para a UTI já se tornava um elemento que agregava mais sofrimento para eles porque remetia a iminência da morte, porque restringia a visita e o acompanhamento dos familiares ao paciente e por submetê-lo a aparelhagem e procedimentos invasivos. Identifiquei também que a hospitalização de um ente, em muitos casos, convocava os familiares a uma reestruturação da rotina e da dinâmica familiar. Além disso, esse momento era vivenciado pelos familiares por uma série de sentimentos, por vezes, confusos e ambivalentes, apontando para formas singulares de enfrentamento da situação de perda. Para os familiares que ficam, aprender a reestruturar a vida sem o ente falecido exige a elaboração adequada do luto. Por fim, os familiares reconheceram a importância do grupo como um espaço de expressão emocional, de suporte e de ampliação da rede de apoio.

Psicologia no ambiente hospitalar e tecnologia: uma proposta de intervenção com uso de materiais digitais.

César Filipe da Silva Oliveira (Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira); Mariana Bentzen Aguiar (UFPE); Janicleide Nascimento de Souza (UFPE)

A partir do final do século XX a Psicologia intensificou sua atuação relacionada à saúde, sendo incluída na prática médica em seus diversos cenários (GORAYEB e GUERRELHAS, 2003). Nesse contexto, têm-se investido esforços na busca por uma atuação que proporcione formas de minimizar a angústia e ansiedade do paciente, favorecendo a expressão dos seus sentimentos e fantasias (CHRISTO e TRAESEL, 2009). As referidas tentativas têm como proposta auxiliar a compreensão da situação vivenciada, bem como promover um clima de confiança entre o paciente e família com a equipe de saúde. E, apesar de ampla literatura sobre estratégias de enfrentamento em crianças hospitalizadas (CALVETT, SILVA e GAUER, 2008), adolescentes (RONICKY e SILVA, 2009) e acompanhantes (LAUTERT, ECHER, UNICOVSKY, 1998), pouco tem se falado sobre a hospitalização sistemática de adultos. Com relação à hospitalização de adultos, a prática do psicólogo costuma se limitar a escuta clínica e psicoeducação, sendo quase inexistente a utilização de recursos lúdicos com esses pacientes. Nesse ponto, essa proposta visa ampliar a atuação na área ao apresentar o trabalho desenvolvido no setor de enfermarias da Hematologia do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), situado em Recife-PE, bem como suas repercussões. Esta intervenção é proposta nos atendimentos na enfermaria, apresentando-se materiais digitais como jogos, filmes, séries, animações, músicas ou livros digitais, com conteúdos que emergem dos discursos dos pacientes ou pela direta solicitação deles, sendo entregues por cartões de memória ou pendrive. Com a referida prática interventiva, ela se mostrou ser: (1) facilitador para o estabelecimento de vínculo terapêutico; (2) desencadeador para a expressão de sentidos e sentimentos sobre o

adoecimento, hospitalização, vínculos afetivos e relações familiares; (3) recurso facilitador para psicoeducação. Assim, esses três fundamentais eixos sinalizam as potencialidades da prática desenvolvida, útil para novas formas de atuar nesse cenário, onde se discute e apontam-se outras possibilidades de atuação e intervenção nesse contexto.

Quando o nascimento é prenúncio de ruptura: Interrupção Legal da Gestação, entre dores e dúvidas

Julia Torres Dias (TJ BA)

E quando o desenvolvimento é atravessado pelo imponderável e o nascimento é também prenúncio de ruptura? Nos últimos anos, a legalização da prática da interrupção gestacional em casos de anomalia fetal incompatível com a vida extrauterina passou a oferecer uma alternativa importante aos casais, ofertando-lhes maior autonomia perante o sofrimento experimentado e as formas de vivenciá-lo. Observa-se, no entanto, que na prática é uma escolha atravessada pelas diferentes abordagens médicas, necessidades institucionais, questões morais e religiosas. Uma decisão ética permeada por indagações de ambos os lados. Sua escolha, marcada por questionamentos de cunho moral: “como interromper a vida de outro ser?”. E sua recusa, causadora estranheza: “podendo-se abreviar o problema, por que prosseguir encarando-o?”. Alguns estudos realizados com mulheres que optaram pela interrupção evidenciam que um número expressivo delas sentiu-se pressionada nessa escolha.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa, retrospectiva e exploratória, realizada no Ambulatório de Medicina Fetal da Universidade Federal de São Paulo, com objetivo de compreender o significado da vivência de mulheres que optaram pela manutenção gestacional de bebês incompatíveis com a vida extrauterina, intencionando promover melhorias na qualidade da relação profissional-paciente-família-instituição de saúde.

Através da análise de conteúdo de transcrições dos atendimentos psicológicos de dez pacientes, utilizando o método clínico-qualitativo proposto por Turato, foram encontradas quatro categorias principais: 1. Comunicação Diagnóstica, 2. Significados da Gestação, 3. Reações Frente ao Diagnóstico e 4. Influências e Motivações para a Escolha.

As conclusões sobre os resultados obtidos demonstram que o respeito ao tempo de assimilação do diagnóstico e a relação estabelecida com a equipe possui grande importância sobre a exacerbação ou atenuação dos impactos emocionais vivenciados com o diagnóstico e sobre a vivência de um luto saudável. A coerência entre as crenças pessoais do casal e a escolha deve ter maior importância na decisão de interromper ou não a gestação. A escolha não refletida acarreta maior sofrimento visto que as repercussões emocionais estendem-se para além da resolução gestacional e pode favorecer ao desenvolvimento de um luto complicado. Este risco pode ser amenizado quando as gestantes experimentam a imparcialidade dos profissionais, o esclarecimento de suas dúvidas e entendimento de suas possibilidades, e desfrutam de uma assistência pré-natal adequada, respeitando-se as alterações gravídicas comuns e particulares de sua condição clínica. Sendo assim, o suporte psicológico mostra-se fundamental à reflexão das escolhas e ao enfrentamento do processo.

Relato de experiência: envelhecimento, saúde mental e institucionalização - limites e possibilidades de atuação em rede

Maria Eduarda Araújo Gonçalves

Este relato nasceu da experiência de estágio em psicologia em uma promotoria de cidadania do idoso, do Ministério Público de Pernambuco. Trata-se de uma idosa, à época com 84 anos, aposentada com salário mínimo. Solteira, sem filhos, apenas duas primas idosas residiam na mesma cidade. Morava em comunidade de difícil acesso, em casa própria, por cerca de 40 anos.

Anteriormente ao processo, que durou aproximadamente 1 ano, era independente e bastante ativa. Acompanhada há pelo menos 10 anos, por Unidade de Saúde da Família, foi encaminhada ao Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, após episódio agudo de adoecimento psíquico. Ao longo do acompanhamento, foi perdendo autonomia, caracterizando-se processo demencial. Sempre se posicionou contrariamente à saída de sua casa, oferecendo resistência às intervenções que sinalizavam para essa possibilidade. Todo o processo foi, perceptivelmente, bastante doloroso para a idosa.

A demanda, advinda do CAPS, era de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, por entender, desde o início, que a idosa não tinha condições de continuar só. Partindo de pressupostos teóricos e mesmo legais, como a lei da reforma psiquiátrica e o próprio Estatuto do Idoso, a atuação da promotoria prezava por manter a institucionalização como excepcionalidade, respeitando o desejo dos próprios idosos.

Aconteceram intervenções jurídicas e psicológicas, com visitas domiciliares à idosa, entrevista a componentes da sua rede de suporte, e principalmente interlocução com a rede de atendimento psicossocial e de

saúde, dentre outras. Apesar dos esforços contrários, a institucionalização aconteceu, como é comum em casos semelhantes, em que os idosos acabam por ficar em condições de risco à vida.

Em atuações similares, pesam diversos fatores, muitas vezes difíceis de mediar. Pesa sobre o psicólogo jurídico, a conciliação entre a demanda institucional e a demanda do sujeito. Pesa principalmente, a responsabilidade por um parecer com potencial decisivo sobre as vidas desses sujeitos. Pesa ponderar sobre os limites do respeito aos desejos e autonomia dos indivíduos, atravessados por decisões jurídicas que vão em direção contrária, mas que podem preservar suas vidas. Pesa também, o cuidado por não promover uma tutela não só desses sujeitos, como dos serviços da rede.

Casos assim, são ricos em mostrar as nuances envolvidas no processo de envelhecimento, bem como denunciam a fragilidade dos serviços de atendimento aos idosos, mesmo depois de 14 anos de Estatuto do Idoso. Mostram os consequentes limites de possibilidade de atuação profissional, e a necessidade de continuar pensando e trabalhando estes processos.

Vivências relatadas por apenados em uma intervenção para o perdão

Thalita Lays Fernandes de Alencar; Júlio Rique Neto (UFPB)

Este trabalho é oriundo de uma intervenção que objetivou favorecer atitudes para receber o perdão e autoperdoar-se em um grupo de cinco apenados em regime semiaberto. Os processos clínicos dessas atitudes desenvolvidos por Enright nortearam esta intervenção, que foi executada em 16 sessões com duração de 90 minutos cada. Um Diário de Campo foi construído para registrar os acontecimentos dos encontros e as reflexões acerca dos mesmos. Como os encontros não puderam ser gravados, a elaboração do Diário baseou-se em anotações realizadas pela pesquisadora e suas duas monitoras, sendo também utilizadas atividades escritas dos participantes. Neste estudo são tecidas considerações sobre as vivências relatadas pelos participantes ao longo da intervenção. Os registros do Diário evidenciaram a importância da intervenção ter sido realizada em grupo, pois os participantes puderam ampliar suas percepções e reflexões a partir do discurso do outro, havendo indícios de que a diversidade de perspectivas favoreceu o desenvolvimento individual dos membros do grupo. Também foi constatada a importância de abrir espaço para as demandas pessoais dos apenados (ex. dificuldades dentro do presídio), pois apesar de fugirem das temáticas originalmente planejadas, elas ajudaram no fortalecimento dos laços e no consequente reconhecimento do grupo como um espaço seguro e acolhedor, sendo destacada com frequência a importância de serem ouvidos e compreendidos. As demonstrações de afeição entre os participantes ocorreram em diversas situações, mas as principais incluíram: desejo de dividir cela com os companheiros do grupo; reconhecimento do grupo “como uma família” e reconhecimento da construção de amizades. Os participantes conseguiram desenvolver novas perspectivas sobre si mesmos, demonstraram em suas falas aquisição de conhecimentos sobre as temáticas discutidas (ex. perdão, tolerância, compaixão) e ressaltaram frequentemente a importância da ocorrência de mudanças reais. Percebeu-se que o propósito de motivar a ação a partir do conhecimento foi atingido. As discussões não se limitaram ao plano teórico e os participantes relataram situações de pedidos de desculpas, autocontrole das emoções, melhoras nas relações interpessoais e, inclusive, situações em que perdoaram outros. Todos demonstraram valorizar a intervenção e reconheceram a importância dos conteúdos discutidos, destacando as mudanças nas relações com familiares, colegas de trabalho e companheiros de cela. Considera-se que esses resultados corroboram a literatura, que aponta que o conhecimento sobre o perdão e a sua aplicação prática favorecem a internalização dessa atitude e das virtudes associadas a ela, que passam a integrar o conjunto de habilidades e estratégias de enfrentamento da pessoa em questão.

“Todo mundo é uma mudança”: reinvenção das narrativas de si na oficina terapêutica em um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS)

Janicleide Nascimento de Souza; Mariana Bentzen Aguiar (Universidade Federal de Pernambuco); Jacqueline Lorrane Brugalli Chagas Cagliari (Universidade Federal de Pernambuco)

Os atendimentos grupais ocupam, no campo da saúde mental, o status de principal recurso de intervenção psicológica dos serviços substitutivos ao modelo manicomial (BELLENZANI, COUTINHO e CHAVEIRO, s.d.). Compreendendo o homem como um ser social que participa de grupos, assim, o seu adoecimento acontece no âmbito social. Considerando isso, as modalidades de psicoterapia grupal permitem fazer o caminho inverso, lançando mão da coletividade como motor de transformação. Com base nisso, utilizamos da modalidade de oficina terapêutica (BRASIL, 2004) para trabalhar temáticas que tocam à identidade – compreendida aqui como uma identidade social, portanto, uma construção permanente (CIAMPA, 1987 apud HOLYNIK, 2005) – dos usuários do NAPS, situado no Recife-PE. Esta escolha se justifica pois: (i) há um grande impacto do estigma da pessoa em sofrimento psíquico (tida como louca ou nomeada por um CID) sobre sua compreensão de si; (ii) a oficina terapêutica com grupos possibilita aquisição de insights dos aspectos inconscientes tanto dos indivíduos

como da totalidade grupal, confrontando e viabilizando uma maior integração com o social, por meio de atividades diversas (NUNES, TORRES e ZANOTTI, 2015). Isto posto, a oficina intitulada “Oficina de narrativas” foi coordenada por duas profissionais de psicologia em cinco encontros com usuários de todas as idades (a partir de 16 anos), portadores de neuroses, psicoses, dependência química, depressão, ansiedade e fobias. O produto dessa intervenção permite situar a oficina como um contexto que dá condições que possibilitam o movimento de mudança no sujeito e, portanto, propicia a recriação e reinvenção de si. Outrossim, ao elaborar suas produções os participantes se descobrem autores de sua própria história, entendendo que podem retomar seu cotidiano.

XI

CB

PD

**XI CONGRESSO BRASILEIRO DE
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO**
Pesquisa e Intervenção para a Promoção
de Saúde ao longo do Ciclo Vital

PÔSTER

21 a 24 de Novembro
Aracaju, Sergipe
www.cbpd2017.com.br



A atitude de doar órgãos: um estudo com adolescentes da cidade de Aracaju (SE)

Laís Santos; Iracema Rocha Oliveira Freitas (Associação Psicanalítica de Aracaju); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

Apesar do crescente número de campanhas de incentivo e conscientização, muitas doações de órgãos não são efetivadas, entre outros fatores, pela recusa familiar. Sabe-se que a partir de 2001, a doação de órgãos, tecidos e partes do corpo de pessoas falecidas passou a depender da autorização de cônjuge ou parente de até segundo grau, maior de 18 anos, ou seja, com essa lei é a família quem autoriza a doação. Com isso, objetivou-se mensurar a atitude de adolescentes em relação à intenção de ser um doador e de autorizar a doação de órgãos de familiares. Participaram 500 adolescentes (287 meninas) de três escolas da cidade de Aracaju (SE), com idades entre 14 e 20 anos. Utilizaram-se um questionário sociodemográfico e um questionário sobre a doação de órgãos. Os resultados apontaram que 75% (n = 375) tinham “intenção de doar seus próprios órgãos” e 79,8% (n = 399) se mostraram favoráveis à “intenção de doar órgãos de familiares”. Entre a variável sexo e a intenção de doar órgãos, houve significância estatística ($X^2 = 4,147$; $p = 0,042$), as meninas demonstraram maior “intenção em doar os próprios órgãos” (60,0%; n = 225). Viu-se também significância entre a “intenção de doar seus próprios órgãos” e a “intenção de doar os órgãos de familiares” ($X^2 = 43,876$; $p = 0,000$). De 75,0% (n = 375) dos adolescentes que tem a “intenção de ser um doador”, 81,5% (n = 325) também a “intenção de autorizar a doação dos órgãos de familiares”. Estudos como esse subsidiam novas pesquisas e ações de educação sobre a importância da doação de órgãos, visto que os adolescentes são os potenciais doadores e responsáveis por autorizar o transplante de familiares e de conscientizar familiares e amigos a despeito do quanto essa atitude pode proporcionar mais qualidade de vida a muitas pessoas.

A ênfase de uma perspectiva positiva no ajustamento da criança em suas famílias

Juliana Barrozo dos Santos (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Sandra Salomão Carvalho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

O presente trabalho teve como objetivo investigar o ajustamento criativo no processo de interação da criança com o ambiente familiar a partir da visão holística da Gestalt-Terapia. Metodologicamente, realizou-se uma revisão narrativa de literatura a partir de livros e artigos nacionais e internacionais, produzidos através das contribuições teóricas provenientes da abordagem da Gestalt-Terapia. Nesta concepção, o conceito de ajustamento criativo se torna central, pois é através do contato com o mundo que é feita a autorregulação em direção à homeostase, buscando a forma mais eficiente possível de satisfazer as necessidades e manter o equilíbrio. Discute-se que os ajustamentos criativos e o modo como são efetivados fazem sentido para a criança dentro de suas possibilidades. Este processo dinâmico e ativo de interação da criança com o ambiente familiar sempre busca encontrar soluções que restaurem a harmonia e a saúde do organismo. Segundo a literatura, o ajustamento criativo irá ocorrer de maneira coerente com os recursos que encontra no meio, e, as vicissitudes aparentemente disfuncionais que aparecem no processo adaptativo. Entende-se que toda formação de sintoma foi, inicialmente, uma ferramenta importante e eficiente para manter a homeostase, e que se converte em uma forma cristalizada de atuação. A não adaptação à necessidade atual figural, impede a autorregulação satisfatória. Os estudos apontam que as dificuldades da família, escola e criança se instalam no processo de ajustamento ou quando o mecanismo de adaptação empregado se estagna, pois a criança pode ter interrompido a sua capacidade de dar respostas adequadas às necessidades que emergem pelo desequilíbrio em sua homeostase. Na busca da saúde surgem os padrões que interferem na complementação normal de uma Gestalt. Conclui-se que os sintomas surgem como tentativas de ajustamentos criativos na autorregulação da relação indivíduo-mundo, e considera-se que estes ajustes disfuncionais mascaram necessidades importantes que não foram satisfeitas: as gestalten abertas.

A importância do apoio da família a adolescente usuário de drogas

Alexmara de Barros Medeiros (Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ); Maria Jozina Ferreira (Unipê); Mary Ellen Valois da Mota Cândido (Unipê); Sammya Gabryella Soares Perreira Campos (Unipê)

O uso de drogas se constitui em um grave problema de saúde pública, com sérias consequências pessoais e sociais no futuro dos jovens e de toda a sociedade. Homens e mulheres de diversas faixas-etárias têm chances para desenvolver problemas relacionados ao uso abusivo das drogas, sendo importante destacar que os adolescentes possuem maiores chances para desenvolver estes problemas, tendo em vista um conturbado período de transição entre a infância e idade adulta. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo descritiva e de natureza qualitativa, no qual participaram 30 pais de adolescentes que possuíam entre 12 e 17 anos regularmente matriculados na Escola... Quanto a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada com perguntas específicas. Os resultados do questionário sociodemográfico foram tratados por meio do pacote estatístico SPSS, utilizando-se da estatística descritiva, e as

questões abertas foram analisadas pela técnica de Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2010). Diante dos resultados foram identificados que muito dos adolescentes que experimentam a droga pela primeira vez no período da adolescência possui uma família extremamente disfuncional. Também foi percebido que a família pouco apoia o adolescente usuário de droga, tornando, dessa forma, o usuário ainda mais vulnerável e com grande probabilidade de se tornar um futuro dependente da droga. Outro resultado observado está relacionado a idade do primeiro contato com a droga, no qual mais da metade obtiveram com 12 ou 13 anos, sem o conhecimento dos pais, enquanto os que experimentaram com 16 e 17 anos, disseram ter tido o contato com a droga apenas 2 ou 3 vezes, concluindo dessa forma que quanto mais novo o indivíduo maior tendência ele terá para se envolver com outras drogas e tornar-se dependente.

A importância do uso da cartografia para Residentes de Psicologia

Carla Izabel Morais Madeira

A Cartografia é um conceito usado na saúde com o objetivo compreender o processo do estado de saúde de um determinado território, nos indicando um procedimento de análise para as transformações e movimentos constantes de uma comunidade. Nesse sentido buscou-se realizar uma revisão bibliográfica utilizando as palavras-chaves “Cartografia”, “Atenção primária” e “Saúde coletiva” em site de dados da Scielo e Bireme; após realizou-se uma entrevista com os Agentes Comunitários de Saúde sobre a comunidade e após houve visitas in loco. Nesse sentido, objetivou-se realizar um relato de experiência acerca da importância do uso da cartografia na prática dos Residentes de Saúde Coletiva em uma comunidade quilombola, o Curiaú, localizado na cidade de Macapá-AP. Após a construção da cartografia, possibilitou-se a compreensão da situação saúde-doença da população adscrita na Unidade Básica de Saúde, podendo-se refletir mais acerca dos motivos de poucas procuras para atendimentos de Enfermagem e de Psicologia na Unidade Básica de saúde, nos possibilitando pensar sobre novas estratégias para combater a baixa procura nos serviços. Desta forma a cartografia facilitou na compreensão dos comportamentos e crenças que a comunidade possuía, ampliando a visão que os Residentes podem ter acerca das diferenças entre os territórios, posto que durante o Programa de Residência Multiprofissional os Residentes passam por diversas Unidades Básicas de Saúde. Assim a cartografia é de extrema importância por possibilitar um entendimento mais completo e dinâmico da comunidade atendida, visto que a cada território perpassado os comportamentos e crenças da comunidade muda diante de uma mesma demanda de saúde.

A influência da estimulação doméstica no desenvolvimento de crianças portadoras da Síndrome Congênita do ZIKV em Salvador, Bahia.

Lais Gomes da Silva; Mirela Maisa da Silva Souza (Faculdade Ruy Barbosa); Hebert Luan Pereira Campos dos Santos (Universidade Federal da Bahia); Karla Nicole Ramos de Oliveira (Universidade Federal da Bahia); Marcos Paulo Almeida Souza (Universidade Federal da Bahia); Leticia Marques dos Santos (Universidade Federal da Bahia); Darci Neves dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

Introdução

O conhecimento sobre as consequências decorrentes da Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZ) ainda é insuficiente, portanto, a qualidade do estímulo doméstico para o desenvolvimento cognitivo infantil, apresenta relevante importância diante das condições materiais e dinâmica familiar ofertadas à criança.

Objetivo

Avaliar a qualidade da estimulação doméstica de 66 crianças portadoras da SCZ, nascidas em Salvador, Bahia.

Metodologia

Trata-se da análise descritiva preliminar de 66 crianças portadoras da SCZ incluídas na coorte Desenvolvimento Infantil na Comunidade (DICA) realizada em Salvador, Bahia.

Para avaliar a qualidade da estimulação doméstica foi aplicado o Home Observation for Measurement of the Environment Inventory (HOME), composto de 45 questões distribuídas em 6 sub-escalas, capaz de mensurar a qualidade e a quantidade de estimulação, suporte social, emocional e cognitivo disponibilizado à criança no ambiente doméstico.

Resultados

Na sub-escala responsividade emocional e verbal da mãe, observou-se um escore médio de 8,86 pontos (DP 2,08). Para sub-escala ausência de punição e restrição o escore médio foi de 5,98 pontos (DP 1,12). Na sub-escala organização do ambiente físico e temporal encontramos o escore médio de 3,94 pontos (DP 1,12). Em

disponibilidade de materiais, brinquedos e jogos apropriados o escore médio foi de 5,39 pontos (DP 2,13). Na sub-escala envolvimento materno com a criança observou-se um escore médio de 4,14 (DP 1,44). Para sub-escala oportunidade de variação na estimulação diária o escore médio foi de 2,88 (DP 0,89). Quanto ao escore total observou-se a média de 31,20 (DP 5,92). Observou-se escores considerados como risco para o desenvolvimento infantil (menores que 28 pontos) para 36,4% da população estudada.

Conclusão

Quando trata das crianças portadoras da SCZ, a estimulação doméstica é necessária e extremamente recomendada. Entretanto observamos que 36,4% destas crianças estão inseridas em ambientes com baixos níveis de estimulação, o que pode desencadear prejuízos para o seu desenvolvimento.

A Influência da Vida Intrauterina na Constituição do Self

Isabela Fontes De melo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Marcus André Vieira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Nos estudos do desenvolvimento humano consideram-se as interações dos processos psicológicos e físicos ao longo das diferentes etapas de crescimento do indivíduo. Acredita-se que, desde o momento da concepção até o final da vida, o ser humano passa por diversas transformações mentais, emocionais e físicas. Desse modo, também constitui sua personalidade e seu funcionamento psíquico. A partir desses pressupostos, entende-se que o indivíduo é influenciado pela genética, aspectos biológicos e também por fatores externos, estes relacionados ao meio ambiente em que vive, o seu contexto sociocultural, especialmente, as interações sociais estabelecidas. Diante disso, o presente trabalho busca, fundamentalmente, examinar e articular evidências sobre o desenvolvimento fetal, a relação mãe-bebê e o processo de maturação emocional, e assim, verificar a existência da possível influência da vida intrauterina na constituição do self, enquanto formação do eu e que marca a individualidade. Nesse sentido, foi abordado como a embriologia e o surgimento da ultrassonografia, que possibilitaram observações mais complexas da formação biológica do bebê, relacionados com o interesse dos psicanalistas sobre a origem da vida psíquica, oportunizaram uma visão sobre o bebê e suas potencialidades. Sustentando assim, a hipótese de que o bebê deve ser abordado como ativo e provido de uma personalidade mesmo que rudimentar. Apresentou-se os argumentos de Freud, Lacan, Bion e Winnicott sobre a vida intrauterina, ressaltando suas diferenças teóricas a partir dos seguintes aspectos: o trauma do nascimento, a presença de memórias pré-natais e o método de observação de crianças na clínica analítica. Em virtude disso, observou-se que no decorrer de seu desenvolvimento biológico, o bebê obtém capacidade de movimentar-se, constrói um meio de comunicação com a mãe e torna-se apto a formar e guardar memórias da vivência fetal. Portanto, evidencia-se a continuidade entre a vida intrauterina e pós-natal, ressaltando os benefícios desse entendimento para o tratamento psicanalítico.

A visão da Gestalt-terapia sobre a automutilação na adolescência

Michele Santos de Oliveira Reis (Colégio Guadalupe); Geane Garcia dos Santos (Faculdade da Cidade do Salvador); Rosana de Jesus Oliveira (Faculdade da Cidade do Salvador)

O presente artigo tem como proposta a elucidação do processo de automutilação na adolescência e como a Gestalt-terapia pode contribuir para a compreensão dessa prática, considerando este, um processo patológico e a sua grande incidência na fase da adolescência. A automutilação, consiste na autolesão recorrente, sem intenção suicida, na tentativa de aliviar sentimentos negativos. Associado a esse processo encontram-se em muitos casos, as dificuldades de relações, o modismo e a necessidade de pertencimento que envolve a adolescência, além das mudanças corporais e psicológicas consequentes da puberdade. A Gestalt-terapia é por sua vez, uma abordagem da psicologia, considerada como terapia do contato, e reconhece o contato como o elemento essencial para o desenvolvimento psicossocial do sujeito, sendo o responsável pela relação com o outro e com o meio. Como metodologia, foi utilizada a revisão bibliográfica e a seleção dos principais autores sobre o tema, relacionando os conceitos de ajustamento criativo, canais de resistência ao contato e o ciclo de contato de Zinker, aos diversos contextos favoráveis a automutilação. Como resultado, foi visto que na adolescência, devido às tensões e relações sociais estabelecidas na fase, pode haver uma dificuldade no que se refere ao ajustamento criativo, uma vez que o sujeito pode não obter habilidades para lidar com o novo, não construindo assim a possibilidade de usar os recursos em busca do equilíbrio. Dessa forma, ao identificar suas sensações, reconhecidas como tensões e angústias, mas sem habilidade para externá-las, o adolescente age contra si mesmo como forma de eliminá-las, interrompendo o ciclo do contato e fazendo da automutilação um processo patológico e limitador do desenvolvimento do indivíduo.

Aconselhamento psicológico a adolescentes com epilepsia e seus familiares: desenvolvendo autonomia

Aline Souza Coêlho; FERNANDA AGUILLERA (FACULDADE PIO DECIMO)

A adolescência configura-se como passagem marcante na vida das pessoas, fase de transição em que deixam de serem crianças para tornarem-se adultos. Esse período revela-se entre os que concentram mais casos de uma doença neurológica grave: a epilepsia. A cada 100 adolescentes no Brasil, 7 a vivenciam, em média. Viver a adolescência nessa condição de adoecimento crônico suscita um emaranhado de sentimentos e emoções, podendo reverter-se em desajustamento psicossocial e familiar, pela insegurança e superproteção que geralmente acompanham o diagnóstico. Nesse contexto, o Aconselhamento Psicológico propicia espaço de acolhimento, desenvolvimento e amadurecimento das potencialidades dos adolescentes, vislumbrando soluções de conflitos intra e interpessoais. Relata-se experiência que objetiva oferecer suporte familiar através do aconselhamento pós-diagnóstico de epilepsia, para enfrentamento e desenvolvimento de habilidades adaptativas em relação à doença, garantindo melhor qualidade de vida aos envolvidos: adolescentes e família. A proposta se consolida por convênio com clínicas de neurologistas e psiquiatras, que tenham sala disponível e adequada para os atendimentos. O plano de ação contempla diagnóstico inicial, apoiado no Inventário EFE- Entrevista Familiar Estruturada, a que se seguem sessões de aconselhamento segundo particularidades de cada caso, como estratégia de promoção da saúde psicossocial dos envolvidos e orientações para prevenção de agravos decorrentes do problema. São oferecidos atendimentos individuais ou em grupo. Podem ser adotadas estratégias como confecção de diário e painel sobre as principais experiências, dificuldades e emoções, além de dinâmicas de grupo, atividades estruturadas, discussão de vídeos, vivências. Prevê-se avaliação processual durante acompanhamento dos casos, bem como é solicitado feedback aos clientes no final do programa. Como resultados, além da redução do estigma, considera-se possível desenvolver adolescentes e familiares para maior controle sobre adversidades, relativas ou não à doença, assim como prepará-los para melhor enfrentamento do problema, com segurança, qualidade de vida e aproveitamento de oportunidades presentes e futuras com plenitude.

Ajustamento conjugal e sintomas depressivos em mães jovens

Luiza Guazzelli da Costa Rodrigues (UFCSA); Gabriela Nunes Maia (UFCSA); Flávia Santos da Silva (UFCSA); Daniela Centenaro Levandowski (UFCSA)

Aspectos da conjugalidade podem estar, muitas vezes, relacionados a questões de saúde mental de um dos cônjuges, como a depressão. O objetivo do presente estudo foi investigar a relação entre a percepção do ajustamento conjugal e a presença de sintomas depressivos em mães jovens. Trata-se de estudo quantitativo transversal, cuja amostra consistiu de 72 jovens gaúchas, de 15 a 24 anos ($M=20,79$; $D=2,24$), mães de bebês entre 6 e 18 meses, sendo a amostragem não probabilística por conveniência. A maioria das participantes (81,7%) mantinha um relacionamento com o pai biológico do bebê. Avaliou-se a percepção do ajustamento conjugal por meio da Escala de Ajustamento Conjugal Revisada (R-DAS) e a depressão materna pela Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS). Empregou-se correlação de Spearman para verificar a existência de associações entre as variáveis. Das 72 jovens mães, 37 (58,7%) apresentaram um bom ajustamento conjugal e 21 tiveram indicativo de depressão materna (EPDS). Encontrou-se correlação positiva e significativa ($r=.326$; $p<0,01$) entre a presença de depressão materna e ajustamento conjugal ruim. Ou seja, mães com sintomas depressivos tenderam a apresentar ajustamento conjugal ruim. Os resultados concordam com a literatura da área, que investiga essas variáveis entre mães adultas, e apontam a necessidade de intervenções voltadas tanto para a prevenção e promoção da saúde mental das mães jovens como da saúde conjugal.

Ambiguidade genital e mídia: um dispositivo de segregação?

Alessandra Kamila de Almeida Cabral; Debora Araujo da Silva (Universidade Federal de Alagoas -UFAL); Susane Vasconcelos Zanotti (Universidade Federal de Alagoas – UFAL); Marcos Vinícius Santos Batista da Silva (Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

A ambiguidade genital é definida quando, ao ser realizado o exame macroscópico no recém-nascido, não é possível identificar se a genitália é feminina ou masculina. Em outros casos, o quadro clínico só apresentará manifestações na infância, na puberdade, ou na adultez (Maciel-Guerra & Guerra Junior, 2010). A situação de ambiguidade genital atinge a própria diferença sexual, no que diz respeito ao registro anatômico (Ansermet, 2003). Assim, o sujeito com ambiguidade genital, encontra-se à parte, justamente, por não corresponder ao binarismo do sexo. Considerando a grande influência da mídia na sociedade, este trabalho analisa a maneira que a ambiguidade genital é abordada pela mídia online brasileira. Foi realizado um levantamento de notícias, entre o período de 01 de Janeiro de 2010 a 31 de agosto de 2016, através do site de busca Google, utilizando o descritor "ambiguidade genital", incluindo reportagens, textos de blogs, colunas, notas, textos informativos, sobre o tema

estudado. A pesquisa foi realizada em três etapas: levantamento de notícias; classificação das notícias encontradas; análise do conteúdo das notícias selecionadas, a partir da teoria psicanalítica. Após o acesso às notícias, foram encontrados 100 itens de publicação, dos quais 19 foram selecionados para a análise (Bardin, 1977). Os resultados evidenciam que apesar de algumas notícias mencionarem as consequências psicossociais provenientes dessa condição ambígua da genitália, predomina as noções biológicas e médicas a respeito dessa questão. E as que o fazem, privilegiam a fala dos profissionais da saúde, de familiares e não do próprio sujeito. Conclui-se que a mídia contribui para um processo de segregação dos sujeitos com ambiguidade genital, ao caracterizá-la no campo do anormal e patológico, por não se enquadrar biologicamente nas categorias de diferenciação do sexo partilhadas como ideais pela cultura.

Análise de Estresse em Estudante Universitários

Claudia Mara de Oliveira Bezerra (Universidade Federal de Sergipe); Claudia Mara de Oliveira Bezerra (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

O estresse está relacionado à capacidade de adaptação interna e externa dos indivíduos as condições ambientais. Esse fenômeno é resultante de contínuas avaliações de estímulos percebidos através das pressões do ambiente, psicológica e de desajustes biológicos que necessitam de recursos para adaptação, diante da situação estressora. Entende-se que o contexto acadêmico fornece situações favoráveis para a criação e manutenção dos eventos estressores, ou seja, as situações estressoras estão presentes durante o decorrer dos cursos, com determinados momentos significativos que interferem na dinâmica adaptativa dos estudantes, tais como: o ingresso na universidade e carga horária semanal dos cursos de graduação. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo identificar índice de estresse de universitários de Sergipe, bem como a influência da variável sexo na ocorrência do estresse. Participaram 200 estudantes de diversos cursos de graduação, que responderam aos seguintes instrumentos: questionário com dados sociodemográficos e escala de estresse percebido PSS-10. Em seguida, realizou-se análise estatística das variáveis, comparando as diferenças entre duas condições com o teste t. A média de idade da amostra geral correspondeu a 24,1 anos (D.P. = 6,80), com mínimo de 18 e máximo de 53 anos. Os resultados revelaram uma média de estresse na amostra total de 17,6 (D.P.= 5,76) e extremos variando entre 5 e 35 pontos. A relação entre estresse e a variável sexo apresentou significância estatística [t(200) = -2,523; p < 0,012]. Com base no resultado, nota-se que os níveis de estresse quando comparado através do sexo apresenta uma prevalência maior no sexo feminino. O resultado referente ao sexo feminino corrobora o estudo original da escala de Estresse Percebido, quanto à relação de níveis de estresse mais elevado em mulheres.

Ansiedade, estresse e estratégias de coping em vestibulandos: Uma revisão sistemática

Andréia Santana Felício (Colégio Dinâmico); ANDREIA SANTANA FELICIO (UFS); Elder Cerqueira-Santos (UFS)

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática sobre a produção (inter)nacional relacionadas ao tema “Ansiedade, estresse e estratégias de coping em vestibulandos” nos últimos 5 anos. A escolha da profissão e o vestibular coincidem, geralmente, na fase da adolescência, esta que, é vivenciada de maneira subjetiva e multifatorial, não existindo uma única forma para conceituar a mesma; porém, algumas características gerais que marcam essa etapa do desenvolvimento são as mudanças físicas, psicológicas e sociais. A revisão sistemática foi realizada no período entre junho e julho de 2017, nas seguintes bases de dados: Scielo, Pepsic e Lilacs. A primeira etapa consistiu na busca através dos descritores “estresse and escola; coping and escola; estresse and escola” assim como sua variação na língua inglesa “anxiety, school, stress, coping”. Critérios de inclusão: artigos indexados e que apresentassem no resumo relevância ao tema pesquisado. Critérios de exclusão: publicações em sites não científicos, livros, ou trabalhos de obtenção de título acadêmico, e trabalhos que fugissem ao tema. Na pesquisa dos descritores foram identificadas um total de 1.503 estudos, nas outras etapas de leitura de título, resumo e texto na íntegra, foram resgatados 14 estudos. A maior prevalência de publicação foi no ano 2014 (4). Em relação ao país que mais publicou destacou-se o Brasil (11). O periódico com maior número de publicações foi a “Psicologia Argumento”. Os artigos selecionados foram escritos em português (10), espanhol (3), inglês (1). Os estudos apresentam como principais fatores para o estresse e ansiedade em adolescentes, os problemas familiares, questões que envolvem a sexualidade, e a autocobrança no contexto de provas. Identificou-se que indivíduos do sexo feminino apresentaram maiores níveis de estresse e ansiedade. Como principais estratégias de coping utilizadas pelos adolescentes destacou-se o uso regular do exercício físico moderado e o convívio com os pares na escola.

Arteterapia e Musicoterapia como ferramentas no desenvolvimento psicossocial da criança com deficiência

Lípio Emanuel Bezerra Lourenço (Centro de Referência de Assistência Social de Taperoá/PB (CRAS))

A arteterapia e musicoterapia trazem contribuições para o desenvolvimento e inclusão das crianças com deficiência, e oportuniza o avanço nas questões familiares e sociais. Buscando alcançar melhorias no atendimento clínico prestado à criança com deficiência, cada vez mais profissionais da saúde têm buscado implementar em seus atendimentos técnicas terapêuticas através da arte. Conhecendo e explorando os recursos artísticos, o profissional estará propiciando a estas crianças novas experiências de autoconhecimento e descobertas para o desenvolvimento de suas habilidades. Este estudo tem relevância acadêmica e social e contribui para compreensão das barreiras enfrentadas pela família e profissionais da saúde no processo de inclusão e desenvolvimento da criança com deficiência através da arte. Dessa forma, realizou-se o presente estudo com o objetivo de investigar os benefícios da arteterapia e musicoterapia no desenvolvimento psicossocial da criança com deficiência. Para tanto, realizou-se um estudo qualitativo, através de um relato de experiência, utilizando-se oficinas ludoterapêuticas baseadas em arteterapia e musicoterapia em um grupo de estimulação precoce para crianças com deficiência e suas mães, no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família) no município de Taperoá/PB. Foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas gravadas com as mães e profissionais (assistente social e fonoaudióloga) no período compreendido entre agosto e outubro de 2016. Após a coleta de dados e transcrição das entrevistas, os dados foram submetidos à análise temática categorial. Os resultados indicaram que a arteterapia e musicoterapia podem influenciar a criança com deficiência no processo de seu desenvolvimento psicossocial e contribuir significativamente para a estimulação de suas habilidades cognitivas, motoras e emocionais, a partir de sua interação com a arte, auxilia família e profissionais a compreenderem a deficiência e as dificuldades causadas à criança, ao mesmo tempo que os possibilita ser facilitadores para que este processo de desenvolvimento aconteça.

Aspectos comportamentais relacionados à vacinação

Juliane Ishimaru Orrico (Atos Capital); Gabriela de Queiroz Cerqueira Leite (UFS); RENATA ELLY BARBOSA FONTES (UFS); André Faro (UFS)

INTRODUÇÃO: A psicologia da saúde é uma área de estudos da psicologia que pesquisa o comportamento humano em contextos de saúde e doença, com foco voltado às práticas de promoção, prevenção e proteção à saúde. As interfaces desse ramo abrangem desde o individual ao social e uma delas é voltada ao comportamento de vacinação. **OBJETIVO GERAL:** O objetivo desse trabalho é compreender de que forma a psicologia da saúde e o comportamento de vacinação se relacionam. **MÉTODO:** Para isso, foram utilizadas quatro importantes bases científicas: BVS, PePSIC, Scopus e Pub MED nos meses de maio e junho de 2017. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Revisar as produções científicas mundiais sobre comportamento em relação à vacinação; identificar fatores considerados de risco para que haja recusa à vacinação; constatar fatores que façam os pais levarem ou não seus filhos para serem vacinados; e avaliar as campanhas de vacinação realizadas ao redor do mundo, a fim de reconhecer as mais eficazes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A partir do estudo, constatou-se que apesar da crescente adesão, a psicologia deve promover intervenções capazes de aumentar a adesão e diminuir o comportamento de recusa, além de desenvolver mais estudos que relacionem o comportamento de vacinação a aspectos como medo, crenças e valores sociais.

Aspectos emocionais de pacientes submetidos à cirurgia ortognática

Matheus Sousa de Macena; Letícia Dultra de Faro Menezes (Universidade Tiradentes); Marcelo Rodrigo de Souza Melo (Universidade Federal de Sergipe / PRODONTO); Lúvia de Melo Barros (Universidade Tiradentes)

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar associações entre indicadores emocionais de pacientes com deformidades dentofaciais submetidos à cirurgia ortognática. Objetivos específicos: Identificar e analisar as alterações emocionais após a realização do procedimento cirúrgico verificando quais os impactos da cirurgia ortognática para o paciente. Visando contemplar os objetivos, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, com uso de um questionário online disponibilizado através da plataforma Google Docs em uma rede social num grupo específico de pessoas que tem interesse pelo tema. Para a análise dos questionários semiestruturados utilizamos a análise textual discursiva proposta por Moraes e Galiuzzi (2016), cujos dados coletados estão resguardados sob os aspectos éticos previstos na Resolução nº 466/12. Os participantes (total 111, com média de idade de aproximadamente 26 anos) responderam ao questionário sobre a vida antes e depois da cirurgia, incluindo indicadores emocionais e funcionais e relações interpessoais. A cirurgia ortognática é um procedimento realizado por cirurgião-dentista bucomaxilofacial para resolução de deformidades dentoalveolares, provocando melhora na oclusão, harmonia facial e autoestima. Nos resultados obtidos destacou-se melhora significativa em problemas anatômicos e fisiológicos (respiração, mastigação, audição e mordida), relações

interpessoais e também na qualidade de vida do sujeito, especialmente no aumento da autoestima que foi avaliada de 0 a 10 referente ao pré e pós operatório (a média da autoestima subiu de 4,7 para 8,6). No entanto, houve relatos consideráveis sobre angústia, frustração, tristeza e – em casos específicos – episódio de depressão após o procedimento. Isto se deve à insatisfação com o resultado estético (dificuldade de autoreconhecimento) e/ou limitações do pós-cirúrgico (inchaço, dores e dificuldade para falar). Dessa forma, mesmo que o paciente ortognático obtenha uma melhora anatomofuncional, 10 participantes relataram dificuldades em adaptar-se ao novo estilo de vida. Sendo assim, o acompanhamento psicológico deve fazer parte do tratamento integral (pré-operatório, durante e pós operatório).

Aspectos relativos à saúde na perspectiva de mães de crianças com Paralisia Cerebral

Patrícia da Silva Bezerra; Simone Souza da Costa Silva (UFPA); Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA)

A Paralisia Cerebral (PC) pode ser definida como um grupo de desordens motoras, não progressivas, porém mutáveis. O momento do diagnóstico pode se tornar mais difícil devido ao modo como os profissionais envolvidos conduzem esta situação, assim como os momentos seguintes de acompanhamento da criança à especialistas, durante todos os seus estágios de desenvolvimento. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi descrever a percepção de mães de crianças com PC sobre aspectos relacionados à saúde. Trata-se de um estudo descritivo de caráter quali-quantitativo. A coleta dos dados foi realizada durante uma intervenção realizada com 12 mães de crianças com PC atendidas pelo serviço de um hospital da cidade de Belém/PA. As sessões de intervenção foram gravadas e, posteriormente transcritas no Software Word para análise. Foi aplicado um Inventário Sócio Demográfico com vistas a conhecer o perfil das participantes, que foi tabulado no Software Excel para análise. Os resultados mostraram que 100% das mães são naturais do estado do Pará, 75% vivem em Belém e 15% em cidades próximas, além disso, 75% não possuem plano de saúde e 25% possuem. As mães demonstraram percepções negativas em relação aos profissionais que deram o diagnóstico da PC. Observou-se um desconforto que pode ter sido ocasionado em função da forma como o diagnóstico foi apresentado. Além da repercussão complexa e imprevisível do diagnóstico poucos profissionais são capacitados para dar o diagnóstico de uma deficiência. Apesar disso, foi identificada uma percepção mais positiva das mães quanto aos profissionais que atenderam as crianças nos primeiros estágios do desenvolvimento. A literatura aponta para a importância do apoio à família por parte dos profissionais de saúde, que precisam estar junto dela, respeitando seus limites, dificuldades, crenças e valores, e que isso influencia diretamente no cuidado oferecido pela família a criança com deficiência.

Avaliação do bem-estar subjetivo de crianças em situação de vulnerabilidade social através do desenho da figura humana.

Iana Maria Rodrigues Cordovil; Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA); Raquel Santos Correa (UFOPA); Samara Tavares (UFOPA); Priscila Teixeira Castro (UFOPA); Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA)

Esta pesquisa utilizou a técnica do Desenho da Figura Humana (DFH), objetivando analisar o bem estar subjetivo (BES) em crianças oriundas de um projeto de inclusão social. O BES é compreendido como a avaliação que cada pessoa faz de sua própria vida e inclui conceitos como felicidade, afetos positivos e negativos e satisfação com a vida. Participaram 13 crianças na faixa etária de 8-11 anos (M=8,16). Cada participante foi convidado a produzir dois desenhos: primeiro de uma Pessoa Normal, o segundo, de uma Pessoa Feliz. A análise dos desenhos foi segundo os 18 itens propostos por Viapiana, Bandeira e Giacomoni. Os desenhos foram analisados conforme os itens, com graduação variando de 1 (ausente) a 5 (apresenta). Os itens variavam desde as características das linhas, simetria dos membros, presença de roupas até objetos contidos nos desenhos. Foi feito a média da avaliação em cada critério e a média total de cada criança nos 2 desenhos. As maiores médias para o desenho da Pessoa Feliz foram nos itens 3 (M=4,91), 12 (M=5,0) e 14 (M=5,0), que dizem respeito a integração da figura como um todo, formato da boca e braços estendidos. As menores médias foram nos itens 9 (M=2,0), 10 (M=2,67), 17 (M=2,33) e 18 (M=1,0): esses quatro itens tratam da presença de elementos externos no desenho. No desenho da Pessoa Normal, o item com maior média foi o 2 (M=4,83), que mostra união entre as linhas do desenho. Os itens com menores médias foram os mesmos da análise do desenho da Pessoa Feliz. As médias por participante variaram de 4,27 a 2,61 no desenho da Pessoa Feliz. No desenho da Pessoa Normal variou de 4,27 a 2,61. Os resultados, em termos globais, trouxeram indicativos de bem-estar para a maioria dos participantes, à exceção de 3 crianças, que apresentaram médias baixas conforme o DFH.

Avaliação do desenvolvimento de crianças com alterações neurológicas congênitas associadas ao Zika vírus na cidade de Salvador-BA

Manuela Rodrigues Requião; Adilane dos Santos Barbosa (UFBA); Cíntia Figueiredo Amaral (UFBA); Letícia Marques dos Santos (UFBA); Darci Neves Santos (UFBA)

O presente estudo integra a pesquisa “Efeitos das manifestações neurológicas congênitas associadas ao Zika vírus (ZIKV) sobre o desenvolvimento infantil: um estudo de coorte prospectiva no contexto da Atenção Básica, em Salvador-BA”, que pretende avaliar a influência das alterações neurológicas congênitas nos domínios do desenvolvimento: cognitivo, motor e de linguagem na primeira infância. Nosso objetivo é discutir a interferência das limitações perceptuais e motoras no desempenho cognitivo, motor e de linguagem em crianças com alterações neurológicas congênitas associadas ao ZIKV, a partir da aplicação da Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil (BSID-III). A população do presente estudo foi extraída dos 203 casos acometidos pela síndrome congênita do ZIKV, notificados e confirmados pelo Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde de Salvador, entre outubro/2015 e julho/2016. Destes, 52 foram avaliados com a BSID-III até o momento. O instrumento avalia os domínios desenvolvimentais cognitivo, linguístico e motor, a partir da apresentação de tarefas para a criança e observação das suas respostas. Muitas crianças avaliadas apresentavam baixa visão, estrabismo, hipertonía, artrogrípse, aspectos que podem comprometer o desempenho na realização das tarefas propostas. Atividades que exigem visualização de objetos e figuras, tornaram-se difíceis de serem realizadas, pelo comprometimento do funcionamento visual, o que reflete no desempenho cognitivo e motor. No âmbito da linguagem, as crianças avaliadas apresentaram um baixo desempenho. Tais resultados sugerem uma inter-relação entre fatores como maturação biológica, funcionalidade visual, desenvolvimento cognitivo e socioafetivo e que dificuldades em qualquer um destes domínios podem repercutir na aquisição dessa função. Embora a BSID-III seja um instrumento importante para avaliação global do desenvolvimento infantil, quando utilizado em crianças com comprometimento severo fazem-se necessárias adaptações, para facilitar a execução das tarefas e alcançar resultados compatíveis com o potencial da criança.

Características Sociodemográficas de usuários de substâncias psicoativas em um centro de saúde no México

Stefanie Silva Vieira; William Alves de Oliveira (Universidade Tiradentes); Oscar Donovan Casas Patiño (Universidad Autonoma del Estado de México); Maria Eliane de Andrade (Universidade Tiradentes); Ana Karen Alameda Esquivel (Universidad Autonoma del Estado de México); Maria Isabel Santiago Rodriguez (Universidad Autonoma del Estado de México); Gabrielle Barrozo Novais (Universidade Tiradentes); Cristiane Costa da Cunha Oliveira (Universidad de Sevilla)

As características sociodemográficas podem ser fatores que vulnerabilizam os indivíduos para o uso problemático de substâncias psicoativas que afetam o desenvolvimento psicossocial dos sujeitos. Este estudo investigou as características sociodemográficas de usuários de um centro de saúde relacionado ao uso de substâncias psicoativas no município de Nezahualcóyotl, Estado do México, México. Tratou-se de um estudo do tipo “survey” - levantamento de dados – com abordagem quantitativa, previamente aprovado pelo comitê de ética do município, com número 226 – 22 – DD. Utilizou-se uma ficha padronizada contendo categorias do “Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)” (2016). Foi realizada uma estimativa populacional e em seguida utilizou-se a fórmula de Barbeta (2010) para definição da amostra. Esta foi do tipo não probabilística consecutiva em que foram recrutados os sujeitos que atendiam ao critério de possuir idades iguais ou maiores de 18 anos e excluiu-se aqueles que apresentavam alterações cognitivas que os impossibilitavam de responder a ficha padronizada. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os resultados pudessem ser apresentados e mantidos em sigilo de suas identificações. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com distribuição de frequência absoluta e relativa dos dados sociodemográficos. Participaram do estudo 163 sujeitos, com idades entre 18 a 70 anos e predominância do sexo masculino, correspondendo a 60,1% da amostra, desempregados 47,2%, com faixa etária considerada adulto jovem 51, 5% e que moram com algum familiar 83, 4%. Conclui-se, que a maioria dos sujeitos que está presente no serviço de saúde é do sexo masculino, com idades jovens, desempregados e que vivem com seus familiares, assemelhando-se a características de estudos nacionais e internacionais. Ressalta-se, a importância de profissionais psicólogos a fim de pensar em estratégias junto a sociedade que possam diminuir fatores de vulnerabilidade social.

Correlatos valorativos das atitudes frente à criança com deficiência

Lucas José Bacalhau Silveira; Anderson Mesquita do Nascimento (Universidade Federal da Paraíba); Maria Aparecida Trindade (Universidade Federal da Paraíba); Isabella Leandra Silva Santos (Universidade Federal da Paraíba)

Um dos maiores desafios da atualidade é a inclusão social de pessoas com deficiência. Este fato não se restringe à acessibilidade física para atender às demandas desta população, mas também às variáveis sociais e

psicológicas implicadas nas relações que a população geral estabelece com este público. Desse modo, o presente estudo objetivou verificar de que forma os valores se relacionam com as atitudes frente à criança com deficiência. Participaram 200 crianças com faixa etária de 7 a 12 anos ($M=10,20$; $DP=1,42$), da cidade de Campina Grande (Paraíba), a maioria do sexo feminino (60,5%), católica (52%), estudantes de escolas da rede privada de ensino. Os participantes responderam à Escala de Atitudes Frente à Criança com Deficiência (EAFCD), ao Questionário dos Valores Básicos (versão infantil; QVB-I) e ao questionário sociodemográfico. O software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS, versão 21) foi empregado para a tabulação e análise dos dados, permitindo calcular estatísticas descritivas e a correlação de Spearman entre as variáveis. Os resultados indicaram que as subfunções valorativas obtiveram correlações significativas com as três dimensões das atitudes, ressaltando, sobretudo, que a atitude de integração social obteve correlação positiva com os valores interativos ($\rho=0,24$; $p<0,01$), suprapessoais ($\rho=0,30$; $p<0,01$), normativos ($\rho=0,19$; $p<0,01$) e de forma negativa com os valores de realização ($\rho=-0,24$; $p<0,01$); já a atitude de isolamento social correlacionou-se positivamente com a subfunção realização ($\rho=0,28$; $p<0,01$) e negativamente com a subfunção suprapessoal ($\rho=-0,17$; $p<0,01$) e, por último, a atitude de alta valoração correlacionou-se de forma negativa com as subfunções valorativas experimentação ($\rho=-0,15$; $p<0,05$) e realização ($\rho=-0,35$; $p<0,01$). Conclui-se que crianças que são mais guiadas por valores interativos (e.g., afetividade, apoio social e convivência), normativos (e.g., obediência, tradição e religiosidade) e suprapessoais (e.g., igualdade, artes, conhecimento) apresentam atitudes mais favoráveis frente à criança com deficiência.

Crenças a respeito do Suicídio: Um estudo com Adolescentes

Maisa Carvalho Silva (Universidade Federal de Sergipe); Laís Santos (Universidade Federal de Sergipe); Joelma Santos Araújo (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

O suicídio vem se transformando em um fenômeno de proporções epidêmicas em virtude do crescimento expressivo de óbitos no Brasil e em todo o mundo, especialmente na população jovem, impactando o âmbito social e da saúde. Diante deste panorama, o presente estudo objetivou investigar as crenças e os estereótipos acerca do suicídio na visão dos adolescentes, além da sua relação e mensuração da distância social. Participaram do estudo 286 estudantes do ensino médio de três escolas dos municípios de Itabaiana, Estância e Poço Verde, sendo 61,9% ($n = 177$) do sexo feminino e 55,2 % ($n = 158$) estudantes de instituições particulares. Os instrumentos utilizados foram uma escala de Medidas de Distância Social (MDS), uma Lista de Atributos sobre o Suicídio (LAS) e questionário sociodemográfico. Os dados foram analisados através do programa estatístico SPSS, no qual foram realizadas análises descritivas, de frequência e inferenciais paramétricas. A média do indicador geral da MDS foi de 2,4 ($DP = 0,84$), expressando baixos índices de distância social na amostra estudada. Já o indicador geral dos atributos positivos e negativos da LAS obtiveram médias de 3,1 ($DP = 1,0$) e 4,3 ($DP = 0,8$). No teste t de Student para uma amostra comparando os itens positivos da LAS com seu ponto médio (4), agradável ($M = 2,9$; $DP = 1,4$) e persistente ($M = 3,4$; $DP = 1,6$) obtiveram as médias mais distantes abaixo e acima do valor médio testado. A respeito dos negativos, acomodado ($M = 3,7$; $DP = 1,4$) e frágil ($M = 5,3$; $DP = 1,6$) foram os que mais se distanciaram abaixo e acima, respectivamente. Os resultados indicaram baixa distância social relativa ao suicídio na população estudada e a associação de estereótipos negativos como fraco e frágil para o suicida foi corroborada e confirmada pelos achados na literatura.

Crenças dos adolescentes em relação ao transtorno de ansiedade

Mariana Serrão da Silva Pinto; Mariana Serrão da Silva Pinto (Universidade federal de Sergipe); Joelma Araújo (Universidade federal de Sergipe); André Faro (Universidade federal de Sergipe)

O transtorno de ansiedade é um dos transtornos que apresenta alta prevalência no país e no mundo. Em adolescentes, a presença de algum distúrbio de ansiedade varia entre 10% e 30%, sendo o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) o mais prevalente (11%). O Modelo de Crenças em saúde sugere que as percepções norteiam os comportamentos dos indivíduos que avaliam suas consequências para adotarem ou não determinada atitude e, por isso, o objetivo do seguinte estudo foi analisar as crenças que os adolescentes têm em relação ao Transtorno de Ansiedade. A amostra foi composta por 300 adolescentes, com média de idade de 16 anos. Utilizou-se como instrumentos um questionário sociodemográfico e a Escala de Crenças em Doença Mental (ECDM), adaptada para o tema da ansiedade (ECDM-A). Ela é composta por afirmativas que contemplam seis fatores: Psicológicos, Socioeconômicos, Biológicos, Religiosos, Uso de drogas e Contingenciais. Dos participantes foram 38% ($n= 115$) meninos e 59% ($n= 178$) meninas. A ECDM- A, fator psicológico apresentou média de 18,4 pontos ($DP = 2,91$), o fator socioeconômico Média de 15,4 pontos ($DP = 3,03$). O fator biológico Média de 14,9 ($DP = 2,82$), com relação ao fator religioso a Média foi de 10,6 ($DP = 3,81$). O fator drogas, obteve Média de 18,2 ($DP = 3,29$) e o fator contingências, Média de 14,8 pontos ($DP = 2,99$). Ao cruzar-se a variável

sexo com os fatores da escala, obteve diferença significativa em relação ao fator 6 ($p = 0,004$), sendo que o sexo feminino exibiu maior média ($M = 14,9$; $DP = 2,64$) em comparação ao masculino ($M = 14,6$; $DP = 3,44$).

Crenças sobre depressão segundo adolescentes

Brenda Fernanda Pereira da Silva; Sara Ryzia Andrade Silva (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

A depressão é um transtorno de humor que acomete indivíduos de todas as idades, ocasionando alterações somáticas e cognitivas que afetam a capacidade de funcionamento do sujeito. Estudar a depressão na adolescência é muito importante, visto que esta é considerada uma fase de grande vulnerabilidade para desenvolvimento do transtorno, em decorrência das diversas transições pelas quais é marcada, comprometendo aspectos físicos, sexuais, cognitivos e emocionais. O presente estudo objetivou analisar crenças de adolescentes escolares acerca das origens da depressão. O levantamento foi realizado em escolas públicas e particulares do Estado de Sergipe, em turmas de 1º a 3º anos do Ensino Médio. Participaram 258 estudantes, com idades entre 13 e 21 anos. Para avaliar as crenças, foram utilizadas a Escala de Crenças sobre a Doença Mental – versão Depressão (ECDM-D) e um questionário sociodemográfico. Os resultados indicaram que adolescentes atribuem como principais causas da depressão fatores psicológicos e socioeconômicos (problemas financeiros, instabilidade emocional, desemprego, excesso de tristeza, entre outros), uso de drogas e crenças acerca da origem religiosa da depressão (falta de fé em Deus, manifestação de espíritos). Observou-se que a religiosidade dos adolescentes e a escolaridade dos pais podem influenciar as crenças sobre causas da depressão, indicando que adolescentes que seguem alguma religião ou frequentam alguma igreja acreditam mais na origem religiosa da depressão e menos na origem psicológica e socioeconômica. Entende-se que essa investigação foi importante visto que o conhecimento acerca da doença é um fator fundamental para definir como a pessoa vai se comportar em relação a esta, influenciando também a busca por ajuda e/ou tratamento. O conhecimento adequado acerca da doença, além de beneficiar o tratamento dos pacientes, possibilita o planejamento de intervenções com o objetivo de prevenir e mudar o comportamento relativo à saúde.

Culpa e Distúrbios da Diferenciação do Sexo

Alessandra Kamila de Almeida Cabral; Susane Vasconcelos Zanotti (Universidade Federal de Alagoas – UFAL); André Lucas Guedes De Souza (Universidade Federal de Alagoas – UFAL)

Os Distúrbios da Diferenciação do Sexo (DDS) compreendem condições congênitas em que há o desenvolvimento atípico do sexo cromossômico, gonadal/hormonal ou anatômico (Maciel-Guerra; Guerra-Júnior, 2002). Esses distúrbios podem se restringir ao aparelho genital, como também englobar variados sítios anatômicos. Todo o processo de investigação diagnóstica pode ser vivenciado pelos pais/responsáveis e pacientes, com extremo sofrimento. Partindo da hipótese de que o modo como os pais assimilam tal condição genética tem efeitos na constituição subjetiva do seu filho, o presente trabalho investiga o sentimento de culpa dos pais/responsáveis na clínica dos Distúrbios da Diferenciação do Sexo (DDS). A metodologia abarcou: realização de entrevistas do tipo semiestruturado com pais/responsáveis de pessoas diagnosticadas com DDS, atendidas no ambulatório de genética de um hospital universitário do Nordeste; análise qualitativa (Bardin, 1977) das entrevistas realizadas entre o período de 2013 a 2017 com pais/responsáveis e; discussão dos resultados à luz de revisão da literatura sobre o sentimento de culpa em psicanálise. A partir da análise de 26 entrevistas verificou-se que a maneira como a culpa se apresenta nas falas dos pais/responsáveis diz respeito a um receio de que seus filhos os culpem futuramente, no que concerne ao desenvolvimento corporal. Culpa que consiste em uma autorrecriminação (Freud, 1917) por tocar um ideal preestabelecido socialmente (LACAN, 1959/1960) ao gerar um filho que, no futuro, pode ser, por ex., infértil. Tais resultados auxiliam a desmistificar as ideias propagadas sobre a posição ocupada na relação pai-filho por pais/responsáveis de filhos com Distúrbios da Diferenciação do Sexo. Frente à angústia, conclui-se que culpabilizar a si próprio é uma das formas que os pais/responsáveis podem encontrar para lidar com o que se apresenta através do diagnóstico de DDS do filho.

Depressão em estudantes de Medicina: uma revisão sistemática de literatura

Amanda Santos de Souza; Karine Marques Tavares (Universidade Salvador); Paula Sanders Pereira Pinto (Universidade Salvador)

A produção científica sobre a saúde mental do estudante universitário tem crescido, especialmente o estudante de Medicina. Estudos mostram que há maior prevalência de sintomas depressivos e Transtorno Depressivo Maior (TDM) neste público do que na população geral, apontando que algumas características do curso, como cobranças excessivas, ambiente competitivo e contato direto com pessoas gravemente adoecidas, atuam como fatores de risco para esta manifestação clínica. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar artigos

que investigaram estudantes de Medicina que apresentavam sintomas depressivos e/ou TDM por meio de pesquisa qualitativa e descritiva em formato de revisão sistemática de literatura. Pesquisou-se a referida temática em cinco revistas médicas de qualis A1 e B1 publicadas nos últimos 10 anos. Nestas, foram encontrados 7 artigos, os quais foram analisados qualitativamente. Notou-se que a maioria (n=5) dos artigos se desenvolveram na região sul-sudeste, possuíam delineamento transversal e empírico, fazendo uso de ferramentas de pesquisa mais estruturadas (questionários, testes, etc.). Os objetivos centralizaram-se na investigação da prevalência de sintomas e de fatores causais/desencadeadores da depressão. A média geral de idade dos participantes correspondeu a 21,9 anos, com predominância do sexo feminino (n= 876 mulheres/n= 601 homens). Os semestres iniciais do curso foram mais contemplados pelos artigos encontrados, especialmente o primeiro. Os principais fatores apontados como estressores foram os aspectos da jornada acadêmica; interferência desta na vida pessoal e aspectos intrínsecos ao sujeito. As estratégias de enfrentamento mais utilizadas foram lazer, religiosidade, apoio social e uso de substâncias psicoativas. Os índices de sintomas depressivos foram consideráveis, especialmente em relação ao sexo feminino. Concluiu-se que a temática ainda é pouco estudada, apesar de muito relevante. Ressalta-se a importância da promoção de saúde e amparo psicológico a este público, que encontra-se em vulnerabilidade, por meio da efetivação de programas de apoio psicossocial e de medidas preventivas em saúde mental.

Desafios nas práticas de intervenção em instituições de longa permanência para idosos

Amanda Carolina Oliveira Sant'anna; Danusa Dias da Silva (Estácio Fase); Marques Natan dos Santos Andrade (Estácio Fase); Shirley Ramos Soares (Estácio Fase); Walter Lisboa Oliveira (Estácio Fase)

Envelhecer é um processo caracterizado por diversas transformações biológicas, psicológicas e sociais, que afetam o desenvolvimento e a vida de cada pessoa de maneira particular. Com o aumento do envelhecimento populacional, há uma demanda cada vez maior quanto aos cuidados do idoso, tanto em casa, quanto em instituições especializadas. Diante desse cenário, o presente trabalho teve como objetivo investigar as práticas e dificuldades enfrentadas por Psicólogos em Instituições de Longa Permanência para Idosos. Foram entrevistados dois profissionais da psicologia que atuam nessa área. Ambos descreveram as técnicas utilizadas para desempenhar suas funções no atendimento individualizado e em grupos para idosos e familiares. Também pontuaram a necessidade de conscientizar os demais profissionais sobre a importância dos aspectos psicológicos no cuidado ao idoso, visto que muitas vezes as práticas são voltadas à saúde física. Dentre as dificuldades, destacaram o pouco conhecimento dos demais profissionais sobre o papel do psicólogo, assim como a forma que lidam com o idoso, muitas vezes infantilizando-o ou objetificando-o. Tais comportamentos exigem do psicólogo intervenções que questionem e discutam práticas institucionais de maneira que sejam respeitadas as condições cognitivas e afetivas do idoso, propondo atividades nas quais eles sejam capazes de atuar. Observou-se que o cuidado integral exige dos psicólogos funções investigativa e preventiva, buscando observar e sanar todas as necessidades existentes, integrando família e sociedade nesse processo. Enfatiza-se a importância da atuação interdisciplinar, pois tal modelo indica maior efetividade quanto a saúde física e psicológica dos idosos institucionalizados, já que entrelaça os conhecimentos dos profissionais da equipe. Logo, o psicólogo precisa compreender todos os campos e compartilhar sua visão, para que assim possa intervir adequadamente.

Desenvolvimento cognitivo, de linguagem e motor em crianças acometidas pela Síndrome Congênita pelo Zika Vírus em Salvador, Bahia

Karla Nicole Ramos de Oliveira; Mirela Maísa da Silva Souza (UFBA); Lucas Monteiro Santos (UFBA); Laís Gomes da Silva (UFBA); Letícia Marques dos Santos (UFBA); Darci Neves dos Santos (UFBA)

Introdução:As alterações neurológicas decorrentes da Síndrome Congênita pelo Zika Vírus (ZIKV) possuem um potencial de influência no desenvolvimento infantil ainda pouco conhecido. No Brasil, em 2016, foram notificados 10232 casos suspeitos de alterações neurológicas possivelmente relacionadas à infecção pelo ZIKV, sendo 645 em Salvador. Torna-se relevante avaliar o desenvolvimento da criança nascida com a síndrome congênita para o planejamento de políticas públicas visando minimizar os efeitos da epidemia sobre o desenvolvimento infantil.

Objetivo: Avaliar o desenvolvimento cognitivo, de linguagem e motor de 52 crianças acometidas pela Síndrome Congênita do ZIKV, nascidas em Salvador, Bahia.

Metodologia:Trata-se de estudo descritivo, a partir de uma amostra de 52 crianças participantes da coorte Desenvolvimento Infantil em Comunidade (DICA). Utilizou-se a Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil III (BSID-III) para avaliar o desempenho cognitivo, linguístico e motor destas crianças.

Resultados:Das 52 crianças avaliadas, 59,6% eram do sexo feminino. A maioria das crianças da amostra (71,2%) apresentou idade desenvolvimental cognitiva inferior à média de idade cronológica (17 meses e 20 dias), sendo a diferença média identificada de 8,78 (DP 6,74) meses. Para a escala de linguagem, a maioria das crianças

(84,6%) apresentou idade desenvolvimental inferior a cronológica, com diferença média de 9,06 (DP 5,91) meses. Já para a escala motora, a porcentagem de crianças que apresentaram idade desenvolvimental inferior a idade cronológica foi de 76,9%, sendo a diferença média identificada, em meses, igual a 9,47 (DP 7,23).

Conclusão: As diversas alterações características da síndrome congênita do ZIKV geraram importantes prejuízos ao desenvolvimento infantil global, com maior impacto sobre o desenvolvimento de linguagem.

Desenvolvimento neuropsicomotor de crianças com cardiopatias congênitas: revisão sistemática

Ana Paula Pureza Pantoja (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ); Cintia Johnston (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO); Vanessa Cristina Waetge Pires de Godoy (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)

A cardiopatia congênita (CC) é a causa mais comum de anomalia congênita e está relacionada à morbidades referente ao próprio defeito cardíaco específico, intervenções cirúrgicas, instabilidade hemodinâmica, dentre outros. Desta forma, as crianças com CC possuem maior prevalência de atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) na primeira infância. O objetivo deste trabalho foi fornecer o perfil do DNPM de crianças com CC submetidas à cirurgia cardíaca nos primeiros meses de vida e classificar o nível de evidência e grau de recomendação dos estudos encontrados, através do método GRADE. Foi realizada uma revisão sistemática consultando as bases de dados: Lilacs, MedLine, SciELO e PEDro. Utilizou-se os descritores: “child development”, “motor development”, “heart diseases” e “congenital heart disease” e suas traduções. Foram incluídos: ensaios controlados, estudos observacionais, publicados entre 2006 a outubro de 2016, com amostra constituída por população neonatal e pediátrica (0 a 6 anos de idade). Inicialmente foram encontrados 150 artigos nas bases de dados, após triagem dos critérios de inclusão, foram selecionados 5 artigos para serem analisados nesta revisão. Identificou-se que crianças com CC submetidas à cirurgia cardíaca com média de idade de 2,4 meses de vida, revelaram um grau persistente de comprometimento no DNPM, principalmente nos domínios motores (100% dos estudos), sendo que a faixa etária de maior prevalência de atrasos foi na idade média de 9 meses, seguido do componente da linguagem (40%) e o domínio cognitivo (20%). Os principais fatores relacionados com esse atraso no DNPM: intervenção cirúrgica, utilização da circulação extracorpórea e o déficit do estado nutricional. Desta forma, os programas de vigilância do desenvolvimento são importantes para detectar precocemente alterações do mesmo, para construir medidas preventivas e de intervenção eficaz. Assim, de acordo o Método GRADE, o nível de evidência e grau de recomendação dos artigos desta revisão sistemática foi de 1B e 1C.

Distância social e estereótipos relacionados à depressão segundo adolescentes

Brenda Fernanda Pereira da Silva; Sara Ryzia Andrade Silva (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

A depressão é um transtorno de humor que acomete indivíduos de todas as idades, ocasionando alterações somáticas e cognitivas que afetam a capacidade de funcionamento do sujeito. Em decorrência do seu caráter estigmatizante, torna-se importante estudar o modo como as pessoas se comportam em relação aos deprimidos e a forma como atribuem estereótipos a estes. O presente estudo teve como objetivo analisar a distância social que os adolescentes estabelecem com pessoas acometidas pela depressão, bem como identificar os estereótipos comumente atribuídos a estas. O levantamento foi realizado em escolas públicas e particulares do Estado de Sergipe, em turmas de 1º a 3º anos do Ensino Médio. Participaram 258 estudantes, com idades entre 13 e 21 anos. Foram utilizadas uma escala sobre distância social, uma lista de estereótipos e um questionário sociodemográfico. Os resultados indicaram que, de modo geral, adolescentes parecem não se distanciar socialmente de pessoas com depressão, havendo uma possível relação de aproximação para com elas. A exemplo disso, aproximadamente 55% dos respondentes ficaria com uma pessoa deprimida, 60% convidaria para dormir em sua casa, 85% convidaria para um trabalho escolar e 90% permitiria que um deprimido sentasse ao seu lado em uma viagem longa. No entanto, aproximadamente 40% da amostra respondeu que evitaria casar com uma pessoa deprimida, enquanto 30% evitaria namorá-la. Ademais, estereótipos negativos foram mais atribuídos aos deprimidos, a saber: frágil (65,5%), fraco (48,8%) e irritante (31,1%). Em contrapartida, estereótipos positivos foram mais atribuídos a pessoas sem depressão. Entende-se que essa investigação é importante uma vez que a distância social pode acentuar o sofrimento psicológico e o distanciamento social da vítima de depressão. Além disso, pode influenciar negativamente a busca por ajuda profissional e suporte social, uma vez que a pessoa deprimida pode se sentir indesejada ou abandonada no convívio social.

Efeitos da pobreza e desigualdade social no desenvolvimento de crianças e adolescentes

Alana Madeiro de Melo Barboza (UFAL); Mariana Carvalho Van der Ley Freitas Lins (UFAL); Heliane de Almeida Lins Leitão (UFAL)

Objetivando analisar os efeitos da pobreza e desigualdade social no desenvolvimento de crianças e adolescentes, foi realizado um levantamento da produção da Psicologia nas plataformas SciELO e BVS-Psi, com recorte temporal de 2011 a 2016. Foram utilizados os descritores criança, infância, infantil, adolescente, adolescência, jovem, juventude e juvenil, combinados com os termos pobreza, desigualdade e exclusão. Foram encontrados 43 artigos, os quais apresentam grande diversidade de aportes teóricos, com prevalência de estudos empíricos e metodologia qualitativa. O ano com maior produção de artigos foi 2012, apresentando 12 resultados. Embora abordando o tema da infância, adolescência e juventude em contextos de escassez material, a maioria dos estudos não apresenta análise e discussão específica dos efeitos da pobreza e desigualdade social no desenvolvimento. Alguns artigos afirmam que a pobreza traz prejuízos para o desenvolvimento cognitivo e desempenho escolar, além de contribuir com a vulnerabilidade psicossocial, favorecendo a exposição à violência, evasão escolar e comportamentos infratores. Em particular, destaca-se os efeitos da precariedade das escolas e da experiência escolar de adolescentes pobres, como fator que favorece a falta de projetos de futuro e a criminalidade. Os autores tendem a considerar a estrutura familiar como mais importante no desenvolvimento de crianças e jovens do que as condições de pobreza. A análise dos artigos mostrou que os pesquisadores partem do pressuposto de que a pobreza influencia negativamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes, em particular a tendência à criminalidade. Tal assumpção nem sempre se apoia em dados de pesquisa, evidenciando-se o risco de conclusões não fundamentadas e estigmatizantes. Observou-se que expectativas negativas e preconceitos em relação ao comportamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social atinge mais intensamente o adolescente do que a criança, a qual é vista com mais benevolência e esperança. Destaca-se a responsabilidade ético-política de pesquisas sobre o tema.

Efeitos de uma intervenção comportamental em crianças sobrepesadas

Jasiely Ádna Dantas Sousa; Marcos Roberto Peixoto Martins (UNIVASF)

O aumento da obesidade, uma doença multifatorial e complexa, resultado de interações genéticas e ambientais, é observado nas diferentes faixas etárias, inclusive na população infantil, podendo interferir na diminuição da qualidade de vida, comprometer a autoestima e causar o aparecimento mais precoce de doenças crônicas na idade adulta (Poeta, Duarte & Giuliano, 2010). O presente trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos de uma intervenção comportamental com crianças participantes de um projeto interdisciplinar sobre a redução do sobrepeso e a percepção da qualidade de vida. Participaram 31 crianças, destas 15 compreendem o grupo experimental e 16 o grupo controle, com idades entre seis a 10 anos. Aplicou-se nas crianças que pertenciam aos dois grupos o Questionário de Avaliação de Qualidade de Vida em Crianças e Adolescentes (AUQUEI). A intervenção foi estruturada em 13 sessões, com temas específicos e cerca de duas horas de duração cada. Dentre os participantes deste estudo verificou-se que houve predominância de crianças do sexo feminino nos dois grupos, enquanto que em relação a idade, no grupo experimental prevaleceu entre seis a oito anos e no controle entre nove e 10 anos. Os resultados obtidos indicaram que após a intervenção houve redução de medidas antropométricas (35,7% reduziram o peso, e 71,4% reduziram CC), em relação ao AUQUEI verificou que os fatores que alcançaram maiores escores foram, “Função” (GE: 10,2/9,3 GC: 11,25/11) e “Família” (GE: 9,8/10,9 GC: 10,12/11,31), o menor escore o fator “lazer” (GE: 7,1/6,9 GC: 7,25/7,25) e observou que a média do fator geral do GC aumentou (38,31/39,06), enquanto que no GE reduziu (35,8/34,6). Identificou um aumento na média da escolha de alimentos saudáveis em detrimento aos não saudáveis (Pré: 7,44 (DP = 4,70) Pós: 16,33 (DP = 14,25)). Esses dados ratificam a importância de medidas públicas e intervenções interdisciplinares que tenham foco na mudança de comportamento.

Enfrentamento em doentes crônicas

Catiele dos Reis Santos (Centro de Referência em Assistência Social); Maisa Carvalho Silva (Universidade Federal de Sergipe); Joelma Santos Araújo (Universidade Federal de Sergipe); Maria Clara Lima Pereira (Universidade Federal de Sergipe); Sara Ryzia Andrade Silva (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

Conviver com a cronicidade de uma doença pode ser instável, com períodos de exacerbação ou remissão dos sintomas, afetando não somente a rotina do indivíduo em virtude do regime terapêutico, mas também os outros campos de sua vida como o social, financeiro e o psicológico. Assim, consideram-se as doenças crônicas como um evento estressor e que demanda o uso de estratégias de enfrentamento. Conceitua-se enfrentamento como um grupo de estratégias cognitivas ou comportamentais utilizadas pelas pessoas para lidar com um evento estressor que excede os seus recursos pessoais, sendo que existem dois grandes grupos de estratégias a saber:

com foco no problema (busca a modificação do quadro estressor) e/ou com foco na emoção (lida com os efeitos emocionais decorrentes do evento). Esta pesquisa se trata de uma revisão de literatura acerca do processo de enfrentamento de pessoas que convivem com doenças crônicas. Para isso, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados Scielo, Pepsic e BVS-psi com o intuito de analisar as principais estratégias utilizadas por doentes crônicos e quais delas podem ser funcionais e conseqüentemente ajudar profissionais de saúde a estimular as mais funcionais. Foi possível apontar o uso das seguintes estratégias como positivas: busca por atendimento médico, adesão ao tratamento, fé, ver Deus como força e amor, o suporte familiar e busca por lazer. Pode-se perceber que houve um maior uso de estratégias que modificam ou alteram o tratamento, tais como a resolução de problemas, seguida de suporte social e reavaliação positiva. As estratégias encontradas na literatura como disfuncional foram comportamentos ou crenças religiosas negativas, assim como o uso de fuga e esquiva. Em suma, as estratégias com foco na emoção podem ser vistas como disfuncional em detrimento das com foco no problema.

Evidências de validade do construto do Child-Rearing Practices Report com pais de crianças entre 4 a 6 anos

Fernanda Siqueira Valadão

As práticas parentais consistem no exercício da socialização educativa de pais em relação aos seus filhos, o que contribui para aprendizagens da criança e desenvolvimento da mesma. O projeto objetivou buscar evidências de validade de construto da escala Child-Rearing Practices Report, em pais com filhos entre 4 a 6 anos no Sul do Brasil. Participaram da presente pesquisa 344 pais (mãe e pai) biológicos ou não, sendo 172 famílias biparentais heteroaletivas, constituídas por 172 mães (100%), 163 pais (94.77%) e 9 padrastos (5.23%). Para isso, o presente trabalho apresentou natureza descritiva correlacional e com delineamento de levantamento de dados, de estudo quantitativo. O tratamento dos dados preconiza a utilização dos métodos estatísticos, como a análise de consistência pelo alpha de Cronbach e para a análise fatorial confirmatória será utilizado o critério de Kaiser-Meyer-Oskine e o teste de esfericidade de Bartlett.

Expectativas dos jovens quanto ao projeto de vida e carreira: demandas à orientação profissional

Gessica Nascimento dos Santos; Fernanda Aguilera (USP); Ana Karolina Nunes Silveira (Faculdade Pio Décimo)

As forças produtoras do capital exigem preparação de sua mão de obra e a juventude é a fase da vida em que a maioria das pessoas começam a vivenciar essas exigências, tendo que enfrentar dilemas referentes a planejamentos futuros como a busca por profissionalização. Mas, os jovens se sentem preparados para a escolha de sua carreira? Quais as suas expectativas quanto a isso? O presente estudo trata-se de pesquisa empírica a respeito das expectativas dos jovens diante da construção do projeto de vida e carreira. Participaram 65 alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas e privadas em Aracaju/SE, de ambos os sexos, com idade entre 16 e 26 anos. Como instrumentos, adotou-se um questionário de caracterização e o Questionário de Educação a Carreira - QEC, aplicados coletivamente. Os dados passaram por análise qualitativa e quantitativa, com uso de estatísticas descritivas. Comparando-se jovens de escolas particulares com os das públicas, os primeiros mostram-se mais otimistas em suas expectativas futuras, assim como mais inclinados à continuidade dos estudos, enquanto que os de escolas públicas evidenciam a necessidade de rápida inserção profissional. Mas identifica-se que os jovens, em geral, possuem crenças positivas em relação ao sentido e a importância do trabalho, embora, em contrapartida, fica evidente que possuem pouca informação sobre as profissões e aspectos que devem ser levados em consideração para se efetuar boas escolhas, para ingressar e se manter no mercado de trabalho. Frente a isso, discute-se que a educação brasileira tem falhado no sentido da preparação para o mundo do trabalho, conforme previsto na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. E considera-se evidente a necessidade de repensar práticas do psicólogo nas escolas, destacando-se a importância da orientação profissional, especialmente diante do novo Ensino Médio, que antecipa escolhas por área do conhecimento desde o início.

Fatores Psicológicos e emocionais de idosos praticantes de dança de salão

Hareta Fernandes da Silva; Hareta Fernandes da Silva (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Josy Rawane da Silva Paulo (Universidade Federal do Vale do São Francisco); José Roberto Andrade do Nascimento Junior (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

O envelhecimento é um processo do desenvolvimento humano, caracterizado por diversas alterações que podem refletir na qualidade de vida do idoso, dependendo de fatores como estilo de vida e condições genéticas, provocando uma adequação do mesmo na sociedade. O presente estudo teve como objetivo investigar os fatores

psicológicos e emocionais de idosos praticantes de dança de salão. A amostra foi composta por 93 idosos praticantes de dança, de ambos os sexos (19 homens e 74 mulheres), com média de idade de $70,4 \pm 7,1$ anos, que frequentavam clubes de dança de salão na cidade de Maringá, Paraná. Como instrumentos, foi utilizado um questionário semiestruturado para avaliar o perfil de saúde da amostra, a Escala de Estresse Percebido, o Inventário de Ansiedade Geriátrica, a Escala de Autoestima de Rosenberg, a Escala de Satisfação com a Vida e o Questionário SF-12. Os dados foram analisados por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov e do teste “U” de Mann-Whitney, com nível de significância adotado para valores de $p < 0,05$. Os resultados demonstraram que a maioria dos idosos não apresentou suspeita de ansiedade (64,5%) ou depressão (84,9%). Ao se investigar a percepção subjetiva de qualidade de vida, encontraram-se valores moderados para percepção de saúde física ($Md=59,4$) e alta percepção de saúde mental ($Md=71,9$). Ao comparar as variáveis psicológicas em função da percepção de saúde, houve diferença significativa ($p < 0,05$) em todas as variáveis, com exceção da qualidade de vida. Maior satisfação com a vida, melhor autoestima e menores níveis de ansiedade e de estresse caracterizaram os idosos com boa percepção de saúde, diferindo daqueles com percepção ruim/regular da saúde. Conclui-se que os idosos praticantes de dança de salão possuem, de maneira geral um perfil psicológico e emocional favorável ao seu bem-estar, sendo configurada a prática de dança como um promotor em potencial desse perfil.

Grupo Psicoterapêutico com Mulheres Idosas em um Hospital-Escola do Recife-PE: Um Relato de Experiência

Amanda Kamyllle Cavalcanti Guedes (IMIP/PE); Luiza Domingues Maia e Silva (IMIP/PE); Nathalia da Fonte Nogueira (IMIP/PE)

As reflexões resultam da experiência obtida em um grupo psicoterapêutico com mulheres idosas que são atendidas por múltiplas especialidades em um hospital da cidade do Recife e que possuíam encaminhamento para o setor de psicologia. Os grupos terapêuticos se caracterizam por adotarem atitudes de acolhimento, respeito e empatia às histórias dos seus participantes. Os encontros foram iniciados após a realização de triagens, momento em que a história da paciente era conhecida e o grupo apresentado, as quais foram realizadas com pessoas entre 55 e 75 anos; as participantes com idade inferior a 60 anos foram triadas para o grupo por se autodeclararem nessa fase da vida e frente ao processo de envelhecimento. Poderiam participar do grupo tanto homens quanto mulheres, porém só pessoas do sexo feminino demonstraram interesse. Os encontros foram facilitados por psicólogas residentes, visto que a intervenção em grupos psicoterapêuticos está presente no programa da residência em Psicologia da instituição, contando com a participação de 10 mulheres entre 55 e 73 anos. No total, houveram 22 encontros semanais entre o período de outubro de 2016 até junho de 2017. Os assuntos discutidos surgiam de forma espontânea em cada encontro, também sendo utilizadas técnicas de mobilização de grupos para tornar os encontros mais dinâmicos, tais como leituras de músicas, poemas, colagens e diversas outras atividades. Temáticas sobre autocuidado, sexualidade, sentimentos de solidão e tristeza, dinâmica familiar, violências sofridas e o próprio processo de envelhecimento, foram discutidas e acolhidas no grupo, bem como as particularidades das vivências de cada uma; vale ressaltar que como fatores homogêneos havia o fato de terem vínculo com o hospital e a maioria serem diagnosticadas com depressão. As participantes avaliaram os encontros positivamente, abordando-os como dispositivo de promoção ao cuidado de si e à possibilidade de ressignificação das suas respectivas histórias.

Indicadores de Qualidade de vida de Idosos em Centros de Convivência de Petrolina.

Maria Clara Coelho Lins; Jasiely Ádna Dantas Sousa (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Sinara Pereira da Silva (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Com o atual crescimento populacional de pessoas acima de 60 anos é necessário adaptar os contextos no qual esses indivíduos estão inseridos, uma alternativa que vem sendo utilizada é a disponibilidade de Centros de Convivência de Idosos (CCIs) com o intuito de ofertar uma área de entretenimento para esta categoria, proporcionando melhorias na qualidade de vida através destas ações (Miranda & Banhato, 2008; Gonçalves, 2015). Nesse trabalho o objetivo é explorar os indicadores de Qualidade de Vida (QdV) em idosos frequentadores de dois CCIs da cidade de Petrolina-PE. A amostra foi constituída de 30 participantes, sendo 70% do sexo feminino. A pesquisa foi realizada utilizando um questionário sóciodemográfico e o instrumento WHOQOL-Bref/OMS, que mensura os principais aspectos da QdV (físicos, psicológicos, sociais e ambientais). Os resultados obtidos foram analisados através do Microsoft Excel. Em uma escala de 0 a 100 pontos, a autoavaliação obteve um percentual de 65,43%, verificando que os idosos estão satisfeitos com a sua QdV, corroborando com estudos de Khoury & Sá-Neves (2014) que indicam que ambientes que oferecem conforto, privacidade, oportunidade para relações sociais, atividades variadas no dia a dia se fazem favoráveis para uma boa QdV. As dimensões com menores pontuações foram a que se refere ao ambiente (60,83%) e o físico (63,69%), onde este resultado pode

estar relacionado as comorbidades associadas às alterações decorrentes do processo de envelhecimento (Gonçalves, 2015). Já o domínio com maior valor foi o das relações sociais (77,22%), podendo estar associados ao bom funcionamento do trabalho prestado nessas instituições nas quais a amostra foi recolhida, pois de acordo com Pereira et al. (2006, citado por Braga et al., 2011) a inserção social minimiza os efeitos das transformações decorrentes do envelhecimento, melhorando a satisfação na QdV. Conclui-se que tais ações possivelmente colaboram para uma melhor qualidade de vida dessa categoria.

Insatisfação com a imagem corporal: um estudo com idosos praticantes de musculação

Josy Rawane da Silva Paulo; Daniel Vincentini de Oliveira (Faculdade Metropolitana de Maringá); Priscila Facini Favero (Faculdade Metropolitana de Maringá); Hareta Fernandes da Silva (Universidade Federal do Vale do São Francisco); José Roberto Andrade do Nascimento Júnior

A imagem corporal é a percepção que o sujeito tem do seu próprio corpo, podendo ser influenciada por diversos fatores, entre eles, o processo de envelhecimento. Diante disso, o objetivo da pesquisa foi analisar os fatores associados à insatisfação com a imagem corporal de idosos praticantes de musculação. Participaram deste estudo descritivo 174 idosos ($65,06 \pm 4,98$ anos), de ambos os sexos (104 mulheres e 70 homens), praticantes de musculação em academias ($n=15$) do município de Maringá-PR. Os instrumentos utilizados foram o Questionário semiestruturado e o Body Shape Questionnaire (BSQ). A análise dos dados foi conduzida por meio do teste de Qui-quadrado e Exato de Fisher ($p<0,05$). Os resultados evidenciaram associação significativa da insatisfação com a imagem corporal com as seguintes variáveis sócio demográficas: aposentadoria ($p = 0,031$) e estudar atualmente ($p = 0,035$). Ao associar a insatisfação da imagem corporal com as variáveis de saúde e de atividade física, foi encontrada associação significativa com a percepção de saúde ($p = 0,016$), percepção corporal ($p = 0,001$) e tempo de prática ($p = 0,027$). Ressalta-se que existe prevalência de indivíduos com ausência de insatisfação corporal que não são aposentados (85,9%), que não estudam atualmente (83,7%), com uma boa percepção de saúde (89,3%), que se percebem com corpo normal (91,9%) e que praticam musculação há mais de seis meses (88,3%). Concluiu-se que ter uma percepção adequada do próprio corpo e saúde, praticar atividade física regularmente e ainda ter situação ocupacional ativa são fatores que podem auxiliar na aceitação do próprio corpo.

Investigação das consequências da depressão na velhice

Nelma Caires Querez (Universidade Estácio); Nelma Caires Querez (Unicamp); Arianne Santos Ribeiro (Faculdade Estácio de Sergipe -FASE); Patrícia Maria Araújo Reis (Faculdade Estácio de Sergipe -FASE)

A depressão tem sido considerada um dos transtornos que mais afetam o idoso e os seus sintomas interferem no seu convívio social, na capacidade funcional, na competência comportamental e nas relações familiares. O objetivo desse estudo é descrever os fatores físicos, psicológicos e sociais da depressão na velhice e os possíveis fatores que poderão contribuir para minimizar as consequências da depressão nos idosos a partir da revisão de literatura. Foi estabelecido como critério de inclusão artigos com resumo e texto completo disponíveis em português, publicados entre 2005 a 2015. Foram analisados 41 artigos, onde apenas 12 artigos atendiam ao tema proposto. Os fatores físicos relacionados a depressão são as doenças, comorbidades, pseudodemência, vulnerabilidade física. Os fatores sociais encontrados estão associados à baixa renda, isolamento social, vulnerabilidade, discriminação, violência contra o idoso, falta de oportunidades no ambiente social. Os fatores psicológicos foram a ansiedade, dificuldade de elaboração do luto, estresse, apatia, psicossomatização e ideias suicidas. Alguns fatores podem contribuir para minimizar as consequências da depressão e apareceram com maior frequência esses fatores foram o tratamento adequado (psiquiátrico e psicológico), estilo de vida saudável, atividade física, religiosidade, e terapia musical e apoio familiar.

Mapeamento dos grupos de pesquisa da psicologia do desenvolvimento no diretório de grupos do CNPq

Alana Madeiro de Melo Barboza (UFAL); Enelise Krithine Santos Silva (UFAL); Laura Lima Branco (UFAL); Rebeca Domingos Pereira Cavalcante (UFAL); Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)

Tendo como finalidade apresentar o mapeamento realizado nos grupos de pesquisa da Psicologia do Desenvolvimento no diretório de grupos do CNPq e estruturar uma metodologia que auxilie na seleção de grupos e temas de pesquisa para a elaboração de trabalhos acadêmicos relacionados à Psicologia do Desenvolvimento, esta pesquisa propôs destacar o método empregado na investigação dos grupos de pesquisa e organização e interpretação dos dados obtidos por meio da análise de 302 grupos, analisando o campo de produção e de conhecimento dos grupos encontrados. Com base nos dados obtidos, verificou-se que, em sua maioria, os grupos são oriundos de universidades públicas, com 220 grupos, sendo a USP, a instituição pública com maior número,

tendo um total de 22. Entre as privadas, a que mais apresentou grupos foi a PUCRS com um total de 7 grupos. Os grupos cadastrados começaram a ser formados no ano de 1975, e registra-se que nos anos de 2002 e 2013 houve a maior incidência de grupos produzidos. A maior parte dos pesquisadores possui o doutorado como formação acadêmica, totalizando 1875 doutores, e a região Sudeste apresentou prevalência na formação de grupos de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento, sendo São Paulo o local com maior formação, igual a 83 grupos. Mas, todos os estados apresentaram pelo menos 1 grupo. Quanto a análise da situação dos grupos classificados no site do CNPq, 247 grupos estão certificados e apenas 5 foram excluídos. A partir da pesquisa realizada foi possível constatar a relevância de se conhecer como se constituem esses grupos de pesquisa atualmente e como se apresenta o campo das produções acadêmicas da área. Ressalta-se a constante atualização dos grupos, que posteriormente resultará numa alteração dos dados apresentados nesta pesquisa.

Maternidade na prisão: interações de mães e bebês no sistema carcerário. Um estudo observacional em uma penitenciária feminina no Sul do Brasil.

Cátia Bibiano dos Santos; João Rodrigo Maciel Portes (Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI)

Os objetivos dessa pesquisa foram compreender as características das interações das mães direcionadas a seus bebês e descrever características sociodemográficas das mães encarceradas e dos bebês. Essa investigação caracterizou-se como descritiva exploratória com metodologia observacional. Foi realizada em um berçário localizado dentro do presídio feminino no Sul do Brasil e contou com a participação de quatro díades de mães-bebê. A observação foi realizada através da gravação de vídeo e áudio, com duração de 20 minutos em três dias e horários alternados. As interações foram categorizadas e classificadas a partir de características preestabelecidas nos estudos de Kreutz e Piccinini. Os dados sociodemográficos das participantes revelaram que as mães apresentam idade entre vinte e oito e trinta e sete anos e tempo de reclusão variando de um ano e sete meses a quatro meses, sendo o principal motivo da detenção, o tráfico de drogas. Os comportamentos com maior frequência foram as categorias olha para o bebê e embala, sendo descritas como a mãe dirigir o olhar para o rosto e/ou corpo do bebê e quando a mãe embala, aconchega, ajeita o bebê, incluindo ainda nessa categoria colocar o bebê no colo ou sobre as pernas. Seidl de Moura et al (2004) retrata a dependência de crianças menores para iniciar as interações. Entende-se que as interações que tiveram maior frequência, sendo destacada pela díade B, totalizando em cento e cinquenta e quatro interações, acontecem dessa maneira, onde o bebê apresenta dois meses de vida e que tem uma dependência maior em relação à mãe, de modo que todo seu desenvolvimento provém dela. Conclui-se que o contexto carcerário, apesar de ser considerado atípico para a criação dos filhos também pode contribuir para a interação da díade mãe-bebê.

Níveis de ansiedade em usuários de substâncias psicoativas em um centro saúde no México

Stefanie Silva Vieira; William Alves de Oliveira (Universidade Tiradentes); Oscar Donovan Casas Patiño (Universidad Autónoma Metropolitana do México); Maria Eliane de Andrade (Universidade Tiradentes); Gabrielle Barrozo Novais (Universidade Tiradentes); Ana Karen Alameda Esquivel (Universidad Autonoma del Estado de México); Maria Isabel Santiago Rodriguez (Universidad Autonoma del Estado de México); Cristiane Costa da Cunha Oliveira (Universidad de Sevilla)

A ansiedade é considerada pela Organização Mundial de Saúde um dos transtornos comuns mais prevalentes no mundo. Tal relevância, implicou no desenvolvimento deste estudo, no qual analisou-se os níveis de ansiedade em usuários de substâncias psicoativas em um Centro de Saúde no município de Nezahualcóyotl, Estado do México, México. Trata-se de um estudo do tipo “survey”, com abordagem analítica quantitativa no período de maio de 2016 a setembro de 2016. A pesquisa foi submetida ao comitê de ética do município e aprovada com parecer 226 – 22 – DD. Os dados foram coletados por meio do Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), utilizou-se, ainda, uma ficha padronizada a fim de coletar os dados sociodemográficos dos sujeitos, aplicado após o inventário. A amostra foi do tipo não probabilística, consecutiva, em que foram recrutados os sujeitos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão do estudo e calculada segundo a fórmula de Barbeta (2010). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram analisados seguindo o manual do Inventário por supervisão do psicólogo responsável da pesquisa. Considerou-se um ponto de corte de 21 para sintomas sugestivos de ansiedade, descrito na literatura. Foram realizadas estatísticas descritivas, com distribuição de frequência absoluta e relativa dos dados. O estudo contou com 163 sujeitos, dentre aqueles que apresentaram sintomas sugestivos de ansiedade, estes correspondiam predominantemente ao nível moderado 23,3%, seguido do nível grave 19%. Entre os indivíduos que possuíam níveis sugestivos de ansiedade as mulheres apresentaram maior predominância 18,3%, destacando-se a faixa etária de adultos jovens 54%. Conclui-se que apesar do transtorno de ansiedade está associado ao uso de

substâncias psicoativas, os dados neste estudo, apontaram uma preocupação em relação aos níveis de ansiedade apresentados, bem como para o possível avanço da patologia por aqueles que não a apresentaram.

O Desenvolvimento Infantil Segundo Mães de Prematuros

Beatriz Ávila Fontes Silva; Elza Francisca Correa Cunha (Universidade Federal de Sergipe); Margarida Maria Silveira Britto de Carvalho (Universidade Federal de Sergipe)

O presente trabalho objetivou investigar o conhecimento de mães de crianças nascidas prematuras acerca do desenvolvimento infantil e os elementos que impactam estes conhecimentos. Foram investigadas 21 mães de bebês prematuros internados em uma maternidade pública de Aracaju/SE referência em atendimento de alto risco, na ala onde é realizado o Método Canguru. Foram aplicados um questionário sociodemográfico e o Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (KIDI), que avalia os conhecimentos das mães sobre desenvolvimento infantil normal e sobre cuidados em relação à saúde de crianças, a partir de quatro categorias e da contabilização de respostas corretas, incorretas e duvidosas/incertas das participantes. Quanto aos resultados sociodemográficos observou-se na amostra uma média de 24,8 anos, predomínio de mulheres em relacionamento estável (66,7%), donas de casa (47,6%), e com ensino médio completo (52,4%). Os resultados gerais do KIDI mostraram que as mães acertaram 53,8% das questões, erraram 34,3% e demonstraram incerteza ao responder 11,9% delas. O número de acertos predominou em todas as categorias analisadas pelo instrumento, com destaque para Saúde, com 64,28% de acertos. A categoria Princípios apresentou o maior índice de erros (37,53%) e Normas e Marcos do Desenvolvimento pontuou o maior número de incertezas (16,66%). Pode-se afirmar que o nível de conhecimento apresentado pela amostra pode estar associado aos benefícios do método canguru, como o incentivo à interação mãe e filho e sua participação ativa nos cuidados deste, além das reiteradas informações oferecidas pela equipe médica. Pôde ser observado que a questão cultural apresenta forte influência no modo como as mães responderam o questionário, assim como a relação entre os elevados níveis de escolaridade e de respostas corretas.

O que é felicidade? Concepções do termo para crianças participantes de um projeto de inclusão social em Santarém, Pará.

Raquel dos Santos Correa; Adria Juliana Miranda da Silva (UEPA); Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA); Samara Tavares Silva (UFOPA); Raimundo Nonato Aguiar Oliveira (UFOPA); Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA)

O bem estar subjetivo é compreendido como a avaliação que cada pessoa faz de sua própria vida e inclui conceitos como felicidade e satisfação com a vida. Essa pesquisa averiguou o conceito de Felicidade para crianças atendidas por um projeto de inclusão social. Participaram 13 crianças na faixa etária de 8-11 anos (M=8,16). O roteiro de grupo focal para coleta de dados contemplou as questões: Como é uma criança feliz? Como é uma criança triste? O que é felicidade? Os dados foram analisados segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Resultados: Para a questão “Como é uma criança feliz” foram encontradas 11 idéias centrais relacionadas a: características intrínsecas e de comportamento da criança (Idéias A, C, H, I), realizar atividades como brincar, passear e ganhar presentes (Idéias J, L, F) e aspectos relacionais como ter amigos, família e se sentir amada (Idéias B, D, E, G). Para a questão “Como é uma criança triste”, foram encontradas 11 idéias centrais que abarcaram: sentimentos negativos (Idéias A, B), aspectos relacionais (Idéias C, D e G), comportamentais (Idéia E e F) e situacionais (Idéias H, I, J e K). Para a questão “O que é Felicidade” foram encontradas 19 idéias centrais, que relacionaram felicidade a vivenciar afetos positivos (Idéia A), necessidades materiais supridas (Idéias C, G), relacionamentos interpessoais (Idéias E e F), percepção de si e do outro como sendo felizes (Idéias D, L, P e S), não vivenciar situações de abandono e maus-tratos (Idéias M e N), características pessoais (Idéias K e O), estar bem internamente (Idéias I, Q, H), ações religiosas (Idéia R), realização de sonhos (Idéia J) e uma criança afirmou não saber (B). Em síntese, evidenciou-se a importância dos vínculos relacionais com a família e amigos, os aspectos comportamentais e situacionais que podem interferir na felicidade da criança.

O que os bebês cantam? Relatos de cantos infantis presentes no cotidiano de participantes de um projeto musical de incentivo ao desenvolvimento saudável na primeira infância

Samara Tavares Silva; Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA); Raquel dos Santos Correa (UFOPA); Adria Juliana Miranda da Silva (UEPA); Iani Dias Lauer Leite (UFOPA)

Esse trabalho objetivou identificar os cantos infantis de participantes de um projeto de extensão voltado para o desenvolvimento musical, motor, afetivo e cognitivo de infantes na faixa etária de 3 meses a 4,5 anos de idade, em Santarém, Pará. O projeto trabalha com díades formadas por cuidador/bebê, na perspectiva da interação entre música, afeto e movimento. As atividades propostas focam aspectos psicomotricistas (como freio inibitório

e esquema corporal), afetivos (contato corporal, trocas afetivas), e musicais (ritmo, harmonia, melodia). São ofertadas 3 turmas semestralmente. Ao final de cada semestre é realizada uma roda de conversa com os mesmos, para averiguar a visão destes quanto às vivências musicais realizadas, o impacto das mesmas no cotidiano e sugestões de melhorias. Nesse estudo são relatados os resultados relativos ao canto dos bebês. Participaram 18 pais com bebês entre 1,3 e 4,10 anos. A idade dos cuidadores variou entre 21 e 50 anos, o maior percentual de cuidadores foi do gênero feminino, e quanto à escolaridade a maioria possui ensino superior incompleto. Os dados foram analisados com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados: Na questão “O que os bebês cantam” foram encontradas 6 idéias centrais: A. Vocalização de sons, B. Músicas de desenhos animados, C. Músicas Religiosas, D. Músicas do Musicaliza, E. Musicas Infantis, F. Musicas que os pais ouvem, G. Músicas criadas pelos pais, H. Canto espontâneo. Na 2ª questão “Em que momentos os bebês cantam”? Foram encontradas 10 ideias centrais: A. No carro, B. Em casa, C. Na hora de comer, D. Na hora de dormir, E. Não tem um momento exato, F. Na hora de brincar, G. Na creche, H. Na rede, I. Na hora do desenho, J. Na hora do Banho. Os resultados mostram que a música está presente no cotidiano dos bebês auxiliando no processo de desenvolvimento.

O Significado da Adolescência para Adolescentes

Ellen Borges Tenorio Galdino (Universidade Federal de Alagoas); Paula Orchiucci Miura (Universidade Federal de Alagoas); Kedma Augusto Martiniano Santos (Universidade Federal de Alagoas); Estefane Firmino de Oliveira Lima (Universidade Federal de Alagoas); Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa (Universidade Federal de Alagoas)

Adolescência é um período particular e singular na vida de um indivíduo que se situa entre a infância e a vida adulta. A palavra adolescência deriva do latim *adolescere*, cujo significado é crescer. Os adolescentes representam quase 1/4 da população mundial, sendo que 89% dos jovens de 10 a 24 anos vivem em países em desenvolvimento. Considerando a importância de compreender esse período da vida, este projeto teve como objetivo investigar e analisar o significado da adolescência para os adolescentes. Participaram da presente pesquisa 41 adolescentes (22 homens e 19 mulheres) entre 12 e 18 anos, de uma comunidade litorânea de Maceió. A aplicação do desenho-estória temático foi feita em grupo com até cinco participantes, foi solicitado que os adolescentes desenhassem “um adolescente na sua comunidade” e após o término, cada jovem devia escrever uma estória referente ao desenho no verso da folha e dar um título para produção textual. Foi realizada uma análise temática dos desenhos-estórias. Observou-se as temáticas apresentadas a seguir com suas frequências de aparição: contexto social (25); relações endógenas (22); relações exógenas (13); superação (8); escola (7); projeto de vida (5); resistência (4); infância (3); tecnologia (2); expectativas positivas (2); expectativas negativas (2); aliciamento de menor (1); prostituição (1); conselho tutelar (1). A partir dos dados, foi possível observar a importância do contexto social e das relações endógenas (familiares) e exógenas (de amizade e namoro) para a vivência da adolescência. Assim, a adolescência foi representada como experiência intimamente ligada ao ambiente. Situações onde foram apresentadas conflitos e sua resolução também surgiram, assim como a escola e projeto de vida. Compreender a representação da adolescência para os adolescentes torna possível a construção de políticas públicas que, de fato, alcancem este público, utilizando-se de referenciais por ele destacados.

Opiniões sobre a influência do tipo de arranjo familiar no desenvolvimento infantil da criança adotada por homossexuais

Gleidson Diego Lopes Loureto; Leogildo Alves Freires (Universidade Federal de Roraima); Maria Aparecida Trindade (Universidade Federal da Paraíba); Olidina Fernandes da Silva Neta (Universidade Federal da Paraíba)

Na década de 1980 no Brasil é possível identificar discussões acerca das lutas pelos direitos humanos dos homossexuais. Entretanto, apenas recentemente observa-se políticas mais favoráveis à essa população (e.g., em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu as uniões estáveis homoafetivas). Entretanto, a homossexualidade no Brasil ainda é entendida como “anormalidade”, gerando práticas discriminatórias. Nesse sentido, o presente estudo investigou as opiniões da população geral acerca do desenvolvimento infantil de crianças adotadas por casais homossexuais formados por dois homens e por duas mulheres. Contou-se com uma amostra de conveniência de 484 participantes com média de idade de 26,6 anos (DP = 8,31), sendo a maioria do sexo feminino (62%), heterossexual (70%) e católica (40%) que responderam a seguinte questão aberta: qual sua opinião sobre o desenvolvimento infantil de uma criança adotada por casais homossexuais formados por dois homens ou duas mulheres? Os dados foram analisados pelo software Iramuteq. Os resultados da Classificação Hierárquica Descendente geraram três classes. Na classe 1, “Amor”, os participantes consideram que o amor é o aspecto mais relevante na criação de uma criança. Na classe 2, “Papéis sociais”, sustentou-se a necessidade da presença ou referências de figuras masculina e feminina para as crianças. A terceira classe, “Indiferença”, indicou

que o fato do casal ser formado por dois homens ou duas mulheres não influencia o desenvolvimento da criança adotada. Contudo, os dados apontaram que a mulher foi percebida como mais competente em tarefas que envolvam cuidados com crianças recém-nascidas ou com idades mais avançadas. Conclui-se que os casais homossexuais no Brasil ainda enfrentam barreiras frente ao processo de adoção, evidenciando-se maiores obstáculos nos arranjos homossexuais formados por dois homens. Ressalta-se ainda que, apesar de avanços explícitos nessa temática, juristas indicam a existência de uma tendência negativa no âmbito legislativo brasileiro para a aceitação plena de tais arranjos familiares.

Orientação sexual para crianças de 9 a 11 anos de idade: o relato da experiência em um colégio de Aracaju-SE

Sammyra Ribeiro Donato; Vitória Maria Santos Menezes (UNIT-Universidade Tiradentes); Jamille Maria de Araujo Figueiredo (UFS-Universidade Federal de Sergipe)

A sexualidade permeada de tabus, principalmente quando relacionada à infância. Percebendo a dificuldade dos educadores de abordarem esse tema na escola, desenvolveu-se um projeto de extensão, vinculado à Clínica de Psicologia da Universidade Tiradentes, em um colégio particular de Aracaju-SE que solicitou intervenção voltada para turmas do 5º e 6º ano, indicadas pela coordenação da escola como aquelas que mais abordavam as questões sexuais. Com o objetivo de proporcionar o compartilhamento de saberes e esclarecimento das dúvidas levantadas por estudantes em relação à sexualidade, a intervenção ocorreu em três momentos. No primeiro com professores, realizou-se oficina sobre sexualidade na infância. No segundo, ocorreu essa oficina com os pais dos alunos e na terceira etapa, ações educativas a partir de recursos lúdicos estratégicos contextualizados com a realidade dos alunos. Ao considerar a tríade professores, pais e alunos percebeu-se o quanto orientações voltadas à sexualidade se faziam necessárias, com todos eles. Alguns professores relataram que se sentiam envergonhados em falar sobre sexualidade na sala de aula, então foram apresentadas estratégias para abordar essa temática imbricada às disciplinas. Os pais trouxeram experiências cotidianas e as dúvidas sobre como responder os questionamentos dos filhos referentes à dimensão sexual, e também foram discutidas possíveis soluções. Ademais, as crianças expuseram suas questões que foram elucidadas de forma lúdica. Nesse contato com elas emergiram temas como: sexo, reprodução, menstruação, gênero, dentre outros. Os participantes avaliaram de forma positiva o projeto de extensão. Conclui-se que há uma necessidade de se debater a sexualidade de forma mais natural e acessível às crianças, mostrando-lhes canais de informações mais confiáveis concebendo a escola e os pais como parceiros na promoção da saúde sexual. Espera-se com este trabalho compartilhar um modelo de orientação sexual na escola que possa inspirar outros profissionais envolvidos na educação de crianças.

Os benefícios da musicoterapia na gravidez: Uma revisão sistemática

Jessica Caroline Sabino Pimentel; Kedma Augusto Martiniano Santos (Universidade Federal de Alagoas); Sheyla Christine Santos Fernandes (Universidade Federal de Alagoas)

Os benefícios musicais podem ser obtidos por qualquer pessoa, porém, para ser uma terapia musical, um terapeuta se faz necessário, propiciando uma comunicação entre indivíduos. O terapeuta age sobre o paciente, utilizando a música como um instrumento ativo nesse processo terapêutico. A musicoterapia visa uma integração física, mental e psicológica do paciente e é um dos métodos utilizados como suporte na gravidez, sendo este um período acompanhado por mudanças físicas, hormonais, emocionais, podendo surgir ansiedade, insegurança, medo. Para a realização desta pesquisa buscou-se elaborar uma revisão sistematizada verificando publicações centralizadas nos benefícios da musicoterapia na gravidez. Foi efetuada uma busca nas bases de dados SciELO, PePSIC, Index Psi, LILACS, Google acadêmico e BVS Psico, utilizando os termos “musicoterapia AND gravidez”. O banco final incluído na análise foi constituído por 9 documentos científicos (artigos, teses, dissertações e monografias), publicados desde 2000 a 2017. A enfermagem foi a área de aplicabilidade da musicoterapia mais identificada nos documentos científicos. E os benefícios da musicoterapia na gravidez mais recorrentes foram o alívio da dor no parto e os benefícios desta prática na construção do vínculo mãe-bebê. Esta revisão sistemática possibilitou a averiguação de lacunas, como o número relativamente baixo de pesquisas brasileiras sobre a aplicabilidade e os benefícios da musicoterapia na gravidez, assim como a omissão de produções científicas sobre este tema advindos da psicologia. E assim, estes achados revelam que este campo do conhecimento ainda tem muito a se desenvolver no país.

Percepção acerca da "AIDS na Velhice" por idosos no contexto rural

Lúcia Robertta Matos Silva dos Santos; Josevânia da Silva (UFCEG); Francisca Marina de Souza Freire Furtado (UFPB); Raquel Medeiros dos Santos (UFPB)

No contexto rural, além das barreiras que enfrentam no acesso aos serviços de saúde, os idosos lidam com crenças sociais arraigadas acerca da velhice que contribuem para vulnerabilidades a doenças como o HIV/Aids. Objetivou-se verificar percepções acerca da Aids na velhice de idosos em contexto rural. Participaram 203 idosos com idades variando de 60 a 91 anos (M=68 anos; DP= 6,5), residentes em cidades paraibanas com menos de 11.000 habitantes. Utilizou-se questionário sociodemográfico, um instrumento contendo afirmativas acerca da Aids na velhice, analisados por meio de estatísticas descritivas. Utilizou-se teste de associação livre de palavras, a partir dos estímulos “Aids” e “Pessoa idosa com Aids”, analisadas por conteúdo. A maioria dos idosos era aposentada, casada, com ensino fundamental e renda até dois salários mínimos. As palavras enunciadas com base nos estímulos apresentados permitiu a construção de quatro categorias temáticas: 1) Contágio por HIV/Aids, 2) O adoecer por HIV/Aids, 3) Sentimentos e emoções envolvidos no (con)viver com Aids e 4) Apoio social e estratégias de cuidado. A categoria com maior expressividade de palavras foi “O adoecer por HIV/Aids. Todavia, observou-se que para o estímulo “Aids” sobressaíram palavras relacionadas ao sofrimento, à gravidade da doença e à morte nessa ordem, enquanto que para o estímulo “Pessoa idosa com Aids” essa ordem foi invertida, mostrando ser a relação com a morte a maior expressão para a Aids na velhice. Apesar dos avanços na qualidade, para os idosos investigados a Aids ainda é retratada mediante seus aspectos negativos e relacionada à morte, sobretudo no contexto da velhice, onde a doença apresenta-se potencializadora das visões sobre finitude e exclusão já atribuídas a esta faixa etária. Escassez de ações sobre HIV/Aids para este grupo específico e a desvalorização da velhice nos contextos rurais podem contribuir para estes achados.

Percepção de vulnerabilidade ao HIV/Aids e práticas preventivas de idosos rurais

Lúcia Robertta Matos Silva dos Santos; Raquel Medeiros dos Santos (UFPB); Francisca Marina de Souza Freire Furtado (UFPB); Josevânia da Silva (UFPB)

Dados recentes do Ministério da Saúde apresentam considerável aumento na taxa de detecção do HIV/Aids em pessoas a partir dos 60 anos. Crenças estereotipadas acerca da sexualidade na velhice trazem consequências que tornam esta população vulnerável às doenças sexualmente transmissíveis, sendo fundamental conhecer suas práticas sexuais/ preventivas, sobretudo em contextos socioculturais onde há deficiências e/ou escassez de políticas públicas de saúde como é o caso do contexto rural. Objetivou-se verificar práticas preventivas e percepção de vulnerabilidade ao HIV/Aids de idosos rurais. Participaram 203 idosos (65 homens/135 mulheres) com idades entre 60 e 91 anos (M= 68 anos; DP= 6,5) residentes em cidades paraibanas com menos de 11.000 habitantes. Utilizou-se um instrumento abarcando questões sobre práticas de prevenção e uma escala de 0 a 10 pontos para verificar a preocupação destes idosos com Aids e sua percepção de risco à infecção pelo HIV, analisados através de estatísticas descritivas e inferenciais. A maioria dos idosos afirmou não fazer uso do preservativo em suas relações sexuais (86,5%), atribuindo como razão a confiança no parceiro (54,1%). Sobre a possibilidade de contágio com o vírus HIV, a maioria apresentou percepção negativa (91%), afirmando nunca ter feito o teste HIV/Aids (87,4%), alegando como principais motivos achar desnecessário para o seu caso (54,4%) e a confiança no parceiro (81,5%). Acerca da percepção de vulnerabilidade, os idosos mostraram-se preocupados com a Aids. A não utilização de práticas preventivas em suas relações sexuais reflete na percepção da invulnerabilidade ao HIV/Aids nos idosos rurais. As mulheres idosas apresentaram se encontrar em situações mais desfavorável ao adoecimento e à infecção pelo HIV. Crenças arraigadas acerca da sexualidade na velhice aliadas à ausência de campanhas que visem esta faixa etária conscientizando sobre os riscos de uma prática desprotegida convergem para que o contexto rural seja cenário de vulnerabilidade ao HIV/Aids da população idosa.

Prevalência e Associações de Depressão em Mulheres: Estudo em Aracaju (SE)

Mariana Siqueira Menezes (UFS); André Faro (UFS)

Atualmente, aproximadamente de 5 a 10% da população mundial apresenta depressão e a literatura tem mostrado que a prevalência da doença é maior entre as mulheres. Ao longo da vida, são também as mulheres o grupo mais propício a desenvolver o transtorno, com um risco 25% maior. Buscou-se analisar a prevalência do transtorno depressivo em mulheres aracajuanas e identificar relações estatísticas entre o diagnóstico e o perfil sociodemográfico e de saúde da amostra. Participaram 386 mulheres que responderam a um questionário para a obtenção de informações sociodemográficas e de saúde, além do Inventário de Depressão de Beck. A estatística inferencial (qui-quadrado e t de Student) revelou que a média de depressão para as mulheres foi de 8,5 (Desvio padrão=8,58) e a média de idade foi de 35 anos (DP=12,62). Exibiram diagnóstico positivo 34,5% das mulheres. Dessas, 70,7% apresentaram depressão leve, 23,3% moderada e 6% grave. A maior parte da amostra foi composta por não fumantes (91,5%), pardas (52,8%), por pessoas que não fazem uso de remédio controlado (82,9%) e que têm filhos (88,6%). Verificou-se que o diagnóstico positivo para depressão teve associação com o uso de remédio

controlado, ter filhos, se perceber como doente e fumar ($p < 0,05$). Logo, a verificação da alta incidência de casos moderados e graves da depressão nas mulheres de Aracaju, que chegou a quase 30%, nos permite considerar tal fato como sendo um fator bastante preocupante, pois nesses graus, a doença pode afetar de modo significativo o funcionamento do sujeito, acarretando-lhe sérios prejuízos. Além disso, por serem as mulheres o grupo mais vulnerável e que mais sofre com as consequências da depressão, a presente pesquisa se diferencia ao realizar um estudo que prioriza tal população e ao permitir o conhecimento do perfil das mulheres de Aracaju que estão mais expostas à doença.

Problemas de comportamento e qualidade de vida em crianças hospitalizadas

Cálita Medeiros Machado de Oliveira; Tayane Costa Marques Martins (Universidade Federal de Mato Grosso); Aline Rosa Antunes (Universidade Federal de Mato Grosso); Tatiane Lebre Dias (Universidade Federal de Mato Grosso)

O surgimento de uma doença crônica na infância além de afetar o desenvolvimento, pode também se tornar um estressor afetando as relações sociais no sistema familiar. Em decorrência da condição crônica a rotina da criança e da família sofrem alterações por conta de consultas ao médico, medicações, recorrentes hospitalizações e ausência na escola. Todas as possíveis mudanças oriundas da condição crônica de saúde na infância podem causar reações adversas e sofrimento psíquico. Este estudo investigou os problemas de comportamento e qualidade de vida de 31 crianças com idade entre 5 e 7 anos ($M = 5,83$; $DP = 0,82$) internadas em um hospital público de Cuiabá. Foram aplicados nos cuidadores o Inventário de Comportamentos para a idade 1 ½ - 5 anos e a Lista de Verificação Comportamental para crianças/adolescentes de 6-18 anos (CBCL), e nas crianças o Autoquestionnaire Qualité de Vie Enfant Imagé (AUQEI) – Escala de Avaliação de Qualidade de Vida. Os resultados indicaram que do total de crianças 58,06% sugeriram problemas de comportamento internos (como ansiedade, depressão, retraimento). Em 32,25% verificou-se indicação para problemas externos (como sociais, de atenção pensamento, comportamento agressivo e opositor). No Autoquestionnaire Qualité de Vie Enfant Imagé 45,16% das crianças avaliaram a qualidade de vida geral como prejudicada (índice abaixo de 48,0). O fator autonomia foi indicado com maior comprometimento na percepção das crianças. Do total, 32,2% das crianças apresentaram problemas de comportamento e comprometimento na qualidade de vida. Esses problemas podem acentuar-se devido a saúde e hospitalização da criança, desse modo, intervenções programadas no contexto da hospitalização infantil e à família podem auxiliar no processo de desenvolvimento da criança e nas estratégias de enfrentamento à doença crônica.

Projeto de Desenvolvimento Infantil na Comunidade (DICa): um estudo da estimulação ambiental doméstica de crianças no contexto da Atenção Básica em Salvador - BA

Carina Pimentel Souza Batista (Universidade Estadual de Feira de Santana); Darci Neves dos Santos (Instituto de Saúde Coletiva – UFBA); Daise Pimentel Souza Pereira (Instituto de Saúde Coletiva – UFBA); Hebert Luan Pereira Campos dos Santos (Universidade Federal da Bahia); Laís Gomes da Silva (Universidade Federal da Bahia); Livia Pessôa de Aguiar (Universidade Federal da Bahia); Larissa da Conceição da França (Universidade Federal da Bahia); Gildênia da Silva Moreira (Universidade Federal da Bahia); Regiane Pereira Benevides (Universidade Federal da Bahia)

O desenvolvimento é uma função de forças que surgem de múltiplos contextos e parte das relações dos contextos (BRONFENBRENNER, 1979; 1996). Na primeira infância a família desempenha importante papel no desenvolvimento da criança, proporcionando vínculos, cuidados e estímulos principais. O ambiente doméstico e a interação com a criança configuram - se em importantes indicadores e promotores do desenvolvimento infantil (MARTINS ET AL, 2004). No entanto, o ambiente familiar também oferece riscos, pois o contexto de muitas famílias não possibilita um estímulo adequado (ANDRADE, 2005). Avaliar disponibilidade de ferramentas, que estimulem o desenvolvimento infantil, no ambiente doméstico, é um aspecto relevante na compreensão dos riscos ao desenvolvimento de cada criança. Objetivou-se avaliar a quantidade e qualidade da estimulação ambiental doméstica de crianças, no contexto da Atenção Básica. Estudo descritivo, realizado a partir dos dados preliminares da coorte prospectiva do Projeto Desenvolvimento Infantil na Comunidade (DICa), no contexto da Atenção Básica, em Salvador - BA, acerca dos efeitos das manifestações neurológicas congênitas associadas ao zika vírus no desenvolvimento infantil. Como instrumento de coleta utilizou-se o Home Observation for the Measurement of the Environment, versão IT HOME, para crianças até três anos, que contempla entrevista, observação do ambiente doméstico e interação da mãe/cuidador com a criança. Os dados foram coletados de abril a julho de 2017 e analisados no software SPSS versão 20. A amostra foi composta por 80 crianças, sendo que, 35% apresentaram baixa estimulação ambiental doméstica, 37,5% média estimulação e 27,5% ambiente adequado de estimulação. Evidencia - se a necessidade da identificação das crianças consideradas de risco e em

vulnerabilidade, no contexto da Atenção Básica, de estratégias de intervenção com as famílias para o estímulo ao desenvolvimento infantil no ambiente doméstico, e a capacitação dos profissionais para intervir junto a essas famílias na promoção do desenvolvimento infantil no ambiente domiciliar.

Psico-Oncologia e Cuidados Paliativos com Crianças e Adolescentes: Importância do Psicólogo na Equipe Multiprofissional

Amanda Kamyllle Cavalcanti Guedes (IMIP/PE); Ana Paula Amaral Pedrosa (IMIP/PE); Jacqueline de França Neto (UPE/ Hospital Getúlio Vargas); Mônica de Oliveira Osório (IMIP/PE); Thais Ferreira Pedrosa (IMIP/PE)

A Organização Mundial de Saúde define os Cuidados Paliativos como estratégia que tem como objetivo promover a qualidade de vida quando os pacientes enfrentam doenças que ameaçam a sua continuidade, não possuindo possibilidade de cura. Para isso, é importante que seja indicado desde o diagnóstico a fim de que medidas de prevenção, alívio da dor e sofrimento sejam realizadas precocemente. Para que os cuidados paliativos ocorram, é necessária uma equipe multiprofissional, atuando de forma interdisciplinar, devidamente treinada e com foco no sofrimento das partes envolvidas; essa forma de cuidar pode ser realizada em todas as fases do desenvolvimento. No Brasil, o câncer infantojuvenil é caracterizado como a segunda maior causa de falecimento entra a faixa etária de 0 a 19 anos, a atuação frente a ele compreende medidas de detecção precoce, diagnóstico, tratamento e palição. Estudos mostram que existem muitas dificuldades entre os profissionais acerca dos cuidados paliativos com crianças e adolescentes, questões ligadas à morte, por exemplo, são apreendidas por alguns como sinônimo de fracasso. Mesmo a morte fazendo parte do desenvolvimento humano, quando ocorre nessa fase é encarada com surpresa, como se não fizesse parte do ciclo natural da vida ou como se esta tivesse sido negada ao paciente. A dificuldade da equipe também está relacionada ao apego criado com os pacientes, relacionando-se com os seus cuidadores, comparando-os aos seus filhos e se colocando no lugar dos seus familiares. Portanto, a presença do psicólogo nas equipes de palição torna-se imprescindível à medida em que são realizados atendimentos aos pacientes, em suas dimensões psíquica, física, social e espiritual, possibilitando um local para elaborações das vivências associadas ao adoecimento, de suporte e acolhimento familiar e de apoio e orientação à equipe. Sendo importante, também, a manutenção do tripé estudo, supervisão e análise pessoal para que este também cuide de si.

Quem sou eu? Identidade adolescente e suicídio no CAPS

Nayara Régyla Silva Ribeiro

O suicídio é um fenômeno social com registros desde os mais remotos períodos históricos e em diversas culturas com repercussões sociais e psicológicas. Este trabalho é fruto da atuação psicoterapêutica junto a adolescentes atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial II de Quixeramobim, Ceará. Procurou-se compreender a construção da identidade do adolescente a partir da psicoterapia, enquanto facilitadora desse processo. Bem como identificar a relação entre a constituição da identidade e o fenômeno do suicídio na adolescência. Durante as sessões de psicoterapia foi possível vislumbrar semelhanças entre as demandas e os discursos dos clientes, os quais buscaram o serviço com queixas relacionadas à ideação e/ou tentativas de suicídio. Os conteúdos versavam sobre aspectos relacionais amplamente imbricados no processo de individuação e construção do self, relacionamento familiar e com os pares, bullying e vulnerabilidade social. Foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin para a apreciação dos dados, o que propiciou a emergência das categorias: identidade; sofrimento e relações sociais; que foram recortadas, a partir dos discursos trazidos pelos pacientes durante as sessões. Foi possível perceber que o suicídio ainda constitui um tabu que apenas recentemente passou a ser discutido mesmo que timidamente. O tema está repleto de mitos e crenças distorcidas, as quais dificultam o acesso dos adolescentes à ajuda necessária. Sendo assim, o presente trabalho se faz relevante pela compreensão dos fenômenos adolescência e suicídio, bem como, a utilização de recursos terapêuticos na prática clínica, atuando frente às demandas relacionadas à identidade desses indivíduos. Conclui-se por fim que o processo terapêutico auxilia na compreensão da identidade de adolescentes vivenciando algum sofrimento psíquico.

Referentes identificatórios em narrativas de crianças em vulnerabilidade social

Carla Cristina Borges Santos; Gabriela Pamplona Avelar (UFPA); Gean Holanda dos Santos (UFPA); Denise Radesca Alvares Scaff (UFPA)

Ao longo do desenvolvimento, referentes identificatórios atuam na constituição psíquica da criança. Tratam-se dos responsáveis por seus cuidados encarnados nas funções materna e paterna, não sendo, portanto, necessariamente seus pais biológicos. Com o objetivo de escutar como tais referentes se apresentam na narrativa da criança, realizou-se uma pesquisa em uma creche na periferia de Belém/PA com crianças entre 2 e 6 anos em

situação de vulnerabilidade social. Ao final, as produções de cada criança seriam entregues aos “autores”. Dez crianças participaram do estudo, as quais foram selecionadas a partir da observação dos pesquisadores em situação de uma apresentação de esquetes teatrais. Cada pesquisador (psicólogo em formação voluntário da pesquisa), responsabilizou-se analiticamente por uma criança em cinco encontros. Nesses, as crianças foram convidadas a construir narrativas orais (contar estórias), gráficas (desenhos) e a brincar (cena lúdica), a fim de compor produções individuais sobre suas experiências em suas relações cotidianas. A análise das produções aponta para o protagonismo da criança e da mãe, ficando o pai como coadjuvante ou mesmo escada para o desenrolar da trama, que teve como centro do roteiro experiências de distanciamento e perdas entre os protagonistas. A angústia da separação é vivida através de objetos danificados e/ ou criados pelas crianças, que se deixam ficar como espectadores das realidades narradas. Dentre as várias reflexões cabe ressaltar o papel da escola diante da real vulnerabilidade de vida desses sujeitos e as possibilidades de intervenção do psicólogo de orientação analítica em contextos institucionais com demandas infantis.

Repercussões da sintomatologia depressiva de mães jovens do Sul do Brasil no surgimento de sintomas psicofuncionais no bebê

Gabriela Nunes Maia (UFCSPA); Daniela Centenaro Levandowski (UFCSPA)

A presença de sintomas psicofuncionais (SP) em bebês constitui-se um tema pouco abordado na literatura brasileira e internacional. Também são escassas as investigações referentes à depressão em mães jovens. A partir de uma perspectiva psicanalítica, buscou-se compreender qualitativamente em que medida sintomas depressivos podem impactar a maternidade de jovens e estar relacionados ao surgimento de SP no bebê. Utilizou-se uma Ficha de Dados Sociodemográficos para caracterização das participantes, uma entrevista semiestruturada, o Symptom CheckList e a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS) com oito mães jovens (M=21,38; DP=1,061), do Sul do Brasil, com bebês de 6 a 15 meses. Metade das mães apresentava sintomas depressivos (10 pontos ou mais, EPDS) e seus bebês tinham indicativo de SP. As falas das jovens foram analisadas por análise de conteúdo (Bardin, 2009) e agrupadas em três eixos temáticos: preparação para a maternidade, primeiro desafio concreto (parto), adaptação à maternidade. Observou-se que mães jovens com sintomas depressivos tenderam a apresentar maior dificuldade durante a gestação para construir um espaço mental para seu bebê. Além disso, vivenciaram uma situação de parto ruim/traumática, quando comparadas às jovens que não apresentaram tal sintomatologia. Tais experiências, ocorridas nesse momento de preparo emocional para as demandas da parentalidade, podem ter dificultado o processo de “regressão” das jovens e, por consequência, a formação do vínculo entre a dupla, o que pode ter contribuído para o surgimento de SP no bebê. Coerentemente aos demais eixos, quanto à adaptação à maternidade, as mães de bebês com SP tenderam a não se mostrar tão disponíveis emocionalmente às demandas do bebê. Por fim, constataram-se inúmeras dificuldades das mães jovens com sintomas depressivos que afetam as suas próprias vidas e o desenvolvimento infantil inicial em relação à constituição psíquica do bebê, que precisa necessariamente que o cuidador seja continente, acolhendo angústias e transformando sensações.

Resiliência e Acolhimento Institucional: Um estudo de caso

Ananda Rosa Santos; Rejane Lucia Veiga Oliveira Johann (UFS)

Resiliência refere-se à capacidade do sujeito de se adaptar positivamente frente às adversidades da vida. O entendimento da resiliência em adolescentes que experimentaram o processo de acolhimento institucional é uma tentativa de refletir sobre o processo de resiliência em um público que já esteve em condição de vulnerabilidade social. O acolhimento institucional diz respeito à medida de abrigo, que tem como propósito proporcionar cuidados e proteção especial temporário às crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo de caso, que teve como finalidade obter informações a respeito da história de uma adolescente de 19 anos que vivenciou o processo de acolhimento institucional durante parte da infância e da adolescência, e retratar o processo de resiliência no seu percurso de vida. Os instrumentos utilizados foram um Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada e a Escala dos Pilares de Resiliência (EPR). Os fatores de risco e os fatores de proteção foram descritos a partir do contexto e do ambiente em que a adolescente esteve inserida. Entre os fatores de risco presentes na trajetória de vida da adolescente pode-se verificar a negligência, o abandono e a violência. Por outro lado, as características individuais, a boa relação com uma colega que desempenhou um papel de referência e a crença em Deus mostraram-se como fatores de proteção e colaboradores no processo de resiliência.

Rotina de cuidadores de crianças com TDAH

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico definido a partir de uma tríade que envolve dificuldades na atenção, hiperatividade e/ou impulsividade. É uma alteração do desenvolvimento que interfere predominantemente no comportamento da criança, influenciando na rotina familiar. As rotinas são processos diretamente ligados às atividades diárias. As rotinas de famílias de pessoas com TDAH sofrem intensas repercussões geradas pelas características desse transtorno. O objetivo deste trabalho foi descrever a rotina de cuidadores principais de crianças com TDAH. Foi uma pesquisa de caráter descritivo e abordagem qualitativa e quantitativa. Participaram do estudo 16 cuidadores cujas crianças tinham: entre 6 a 12 anos de idade; diagnóstico de TDAH e eram atendidas por um serviço especializado em saúde da mulher e da criança, localizado na cidade de Belém/PA. O instrumento utilizado foi um Inventário de Rotina (IR), organizado em linhas e colunas formando uma planilha. Nas colunas estavam dispostos os aspectos da rotina como: Atividade, Local, Companhia, Duração e Observações. Os dados foram tabulados no Software Excel, em seguida organizados em categorias (12 categorias). Após isso, o tempo dedicado pelas cuidadoras a cada categoria foi somado, gerando um tempo para cada categoria. Os resultados apontaram que as cuidadoras dedicam seu tempo a Tarefas Domésticas (3784 min.), Práticas Remuneradas (1950 min.), Lazer (1594 min.), Deslocamento (1593 min.) etc., totalizando as 12 categorias. Os dados mostraram que na maior parte do tempo, durante o desempenho de suas atividades, os cuidadores estão na companhia da criança com TDAH. A literatura aponta que existem diversas variações nas rotinas que estão relacionadas, por exemplo, às particularidades de cada criança. Logo pode-se constatar que a presença de uma pessoa com TDAH no ambiente familiar modifica a rotina do cuidador principal.

Seguimento longitudinal do desenvolvimento de bebês nascidos pré-termo com alto risco neonatal

Juliana Cunha de Lima Rodrigues

O nascimento prematuro (<37 semanas de idade gestacional) apresenta diversos riscos ao desenvolvimento infantil. Entretanto, as respostas desenvolvimentais são heterogêneas nessa população vulnerável. Para estabelecer medidas preventivas de problemas no curso do desenvolvimento, precisa-se avançar na compreensão do impacto longitudinal de outros riscos clínicos associados ao nascimento prematuro. O objetivo do presente estudo foi examinar a evolução dos indicadores de desenvolvimento (cognitivo, linguagem, motricidade e sócio-emocional) de bebês nascidos pré-termo com alto risco clínico neonatal. O alto risco clínico neonatal incluiu fatores tais como hemorragia intracraniana e deficiências do sistema nervoso central. A amostra foi composta por 30 bebês nascidos pré-termo (67% meninas) com muito baixo peso ao nascimento (<1.500g), seguidos nas fases de 6-8 a 12-15 meses de idade; de famílias de nível baixo sócio-econômico. Todas as crianças nasceram no mesmo complexo hospitalar, que atende pacientes do SUS. Os bebês foram internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal e receberam seguimento multidisciplinar após a alta hospitalar. O desenvolvimento das crianças foi avaliado pela Bayley Scales of Infant and Toddler Development. A análise estatística descritiva e de comparação intra-grupo (t-pareado) foi processada no SPSS. O nível de significância adotado foi de $p \leq 0,05$. Na análise descritiva verificou-se que, quanto às características neonatais, a média da idade gestacional foi de 28 semanas [$\pm 1,5$] e do peso ao nascimento de 1.077g [± 242]. Com relação aos indicadores de desenvolvimento, houve uma diminuição dos escores médios na fase de 12-15 meses nas escalas de linguagem ($p < 0,0001$) e sócio-emocional ($p = 0,004$), enquanto não houve alteração nas áreas cognitiva e motora de uma fase para a outra. Contudo, notou-se que todos os escores encontraram-se na faixa de normalidade. Os achados sugerem que os bebês nascidos pré-termo com alto risco neonatal necessitam de suporte clínico e educacional em sua trajetória de desenvolvimento, visando reduzir os impactos negativos dos riscos.

Sexualidade e os riscos de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis na terceira idade

Daniela Farias da Cruz; Daniela Farias dá cruz; Cristian Warley de Freitas Pereira; Aline Sousa Oliveira

A presente pesquisa objetivou investigar quais os possíveis motivos que levam os idosos a se exporem aos riscos de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (DST's), mesmo tendo conhecimento prévio sobre os métodos preventivos. Utilizou-se o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS) que se constitui em um método específico dentro da pesquisa qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com 19 idosos de ambos os sexos cuja faixa etária variou de 60 a 77 anos, para a seleção da amostra foi realizado um estudo piloto com 6 idosos de modo aleatório e posteriormente foram entrevistados 13 participantes frequentadores da Universidade da Terceira Idade/UFPA (UNITERCI/UFPA). Os resultados

levaram a formação de quatro eixos temáticos a partir da análise das entrevistas, a citar sexualidade na terceira idade, envolvimento afetivo, conhecimento acerca da contaminação por DST's e as atribuições ao aumento das DST's entre idosos. Emergiram nos discursos dos participantes atribuições a permanência de exposição às DST's, dentre elas estão a confiabilidade conjugal, a concepção individual de sexualidade e a sensação de imunidade diante dos riscos de contaminação. Portanto, o presente trabalho possibilitou observar que, em sua maioria, os idosos afirmam conhecer os riscos de contaminação por DST's e os métodos de prevenção e que possuem uma sexualidade que muitas vezes é negada pela sociedade, por isso, a necessidade de surgirem novas formas de abordarem conteúdos voltados aos idosos que debatam sobre esse tema, a fim de fornecer esclarecimento e orientações que auxiliem em uma vida sexual mais segura e saudável. Além, de políticas públicas assistenciais direcionadas a terceira idade sobre métodos de prevenção e a capacitação de profissionais da área de saúde para que trabalhem as presentes temáticas com o público em questão.

Sexualidade e os riscos de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis na terceira idade

Daniela Farias da Cruz; Daniela Farias dá cruz; Cristian Warley de Freitas Pereira; Aline Sousa Oliveira

A presente pesquisa objetivou investigar quais os possíveis motivos que levam os idosos a se exporem aos riscos de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (DST's), mesmo tendo conhecimento prévio sobre os métodos preventivos. Utilizou-se o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS) que se constitui em um método específico dentro da pesquisa qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com 19 idosos de ambos os sexos cuja faixa etária variou de 60 a 77 anos, para a seleção da amostra foi realizado um estudo piloto com 6 idosos de modo aleatório e posteriormente foram entrevistados 13 participantes frequentadores da Universidade da Terceira Idade/UFPA (UNITERCI/UFPA). Os resultados levaram a formação de quatro eixos temáticos a partir da análise das entrevistas, a citar sexualidade na terceira idade, envolvimento afetivo, conhecimento acerca da contaminação por DST's e as atribuições ao aumento das DST's entre idosos. Emergiram nos discursos dos participantes atribuições a permanência de exposição às DST's, dentre elas estão a confiabilidade conjugal, a concepção individual de sexualidade e a sensação de imunidade diante dos riscos de contaminação. Portanto, o presente trabalho possibilitou observar que, em sua maioria, os idosos afirmam conhecer os riscos de contaminação por DST's e os métodos de prevenção e que possuem uma sexualidade que muitas vezes é negada pela sociedade, por isso, a necessidade de surgirem novas formas de abordarem conteúdos voltados aos idosos que debatam sobre esse tema, a fim de fornecer esclarecimento e orientações que auxiliem em uma vida sexual mais segura e saudável. Além, de políticas públicas assistenciais direcionadas a terceira idade sobre métodos de prevenção e a capacitação de profissionais da área de saúde para que trabalhem as presentes temáticas com o público em questão.

Significado da morte para adolescentes

Laís Santos; Iracema Rocha Oliveira Freitas (Associação Psicanalítica de Aracaju); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

O significado da morte apesar de sofrer transformações ao longo dos anos, gera muitas dúvidas quanto aos processos e sentidos a ela associados. Em relação à saúde, o sentido atribuído a morte afeta substancialmente a forma como profissionais, familiares e pacientes lidam com as doenças e perdas. Frente a isso, realizou-se um estudo com o objetivo de descrever o significado atribuído a morte entre adolescentes de Aracaju. A amostra foi de 500 adolescentes, sendo 57,4% (n = 287) do sexo feminino de três escolas da capital aracajuana. Utilizaram-se a Escala de Visões da Morte (EVM) e um questionário sociodemográfico. Viu-se que a EVM apresentou oito fatores – Vida do além, Coragem, Desconhecido, Fracasso, Dor e solidão, Fim natural, Indiferença e Abandono, com valores de alfa de Cronbach de 0,61 a 0,82. A maior e menor média por fator foi de 20,2 e 11,6 para a morte como Desconhecido e Abandono respectivamente. Referente as variáveis sexo e fatores da EVM, o significado de morte como “Indiferença” e como “Desconhecido” apresentaram significância estatística (t = 2,839; p = 0,005 e t = 1,662; p = 0,097, respectivamente), sendo a significância deste último limítrofe. Para fator morte como “Indiferença”, o sexo masculino obteve maior média (M = 13,9; DP = 3,88) em comparação ao feminino (M = 12,9; DP = 3,70). Em relação ao fator morte como “Desconhecido”, o sexo masculino também apresentou maior média (M = 20,6; DP = 5,24) comparado ao feminino (M = 19,8; DP = 5,24). Em resumo, viu-se que a morte como “indiferença” e “desconhecido” foram os dois significados mais prevalentes entre os meninos. Compreender o sentido da morte pode ser uma importante ferramenta para o entendimento de outros aspectos relacionados ao processo de morte-morrer que variam também em relação ao sexo, como por exemplo a ideação suicida.

Sintomas depressivos e estratégias de enfrentamento em adultos com HIV/AIDS

Maria Gabriela Costa Ribeiro; Tátilla Rayane de Sampaio Brito (Universidade Federal da Paraíba); Layrthton Carlos de Oliveira Santos (Universidade Federal da Paraíba); Marina Tavares Sá (Universidade Federal da Paraíba)

Para compreender a adesão ao tratamento antirretroviral, estudos indicam que uma variável importante a ser considerada é o tipo de enfrentamento do indivíduo diante do diagnóstico soropositivo, uma vez que o enfrentamento adaptativo está associado à adesão em pacientes com HIV/Aids. Além disso, a não-adesão relaciona-se a sentimentos de desesperança, transtornos ou episódios psicopatológicos, como a depressão e estratégias de enfrentamento negativas, como a esquiva. Diante destas evidências, faz-se relevante investigar a relação entre presença de sintomatologia depressiva e tipos de estratégias de enfrentamento utilizadas por pacientes com HIV/Aids. Para alcançar este objetivo, contou-se com a participação de 199 pacientes diagnosticados com HIV/Aids que estavam em tratamento antirretroviral em um hospital de uma capital nordestina. Após submissão e aprovação pelo comitê de ética em pesquisa (CAAE: 48703315.7.0000.5188), realizou-se a coleta de dados, que consistiu em aplicação de um livreto com os instrumentos: Questionário de Saúde Geral, para avaliar a presença de sintomas de ansiedade e depressão; Escala de Adesão ao Tratamento Antirretroviral, que mensura a frequência de tomada de medicação, presença em consultas com o médico infectologista e ocorrência de desistências durante o tratamento; e Questionário clínico e sócio demográfico. De acordo com os resultados, observou-se que os sintomas depressivos relacionaram-se negativamente com estratégias positivas de enfrentamento, como aceitação e otimismo ($r = -0,23$, $p < 0,001$) e positivamente com estratégias negativas, como fuga, esquiva e negação ($r = 0,28$, $p < 0,001$). Estes resultados demonstram a importância de oferecer cuidados à saúde mental de pacientes soropositivos ao HIV, uma vez que, quanto menor a ocorrência de sintomatologia depressiva, maior a presença de estratégias positivas de enfrentamento à doença, ou seja, maior aceitação e engajamento ao tratamento.

Temperamento e estratégias de enfrentamento: um estudo com crianças hospitalizadas

Juliana Caroline de Amorim; Mariama Souza Bispo (Universidade Federal de Mato Grosso); Isabela de Almeida Alves (Universidade Federal de Mato Grosso); Tatiane Lebre Dias (Universidade Federal de Mato Grosso)

O processo de adoecimento e a hospitalização podem acarretar prejuízos para o desenvolvimento infantil, a depender de diversas variáveis, dentre elas, características individuais da criança tais como o temperamento e suas estratégias de enfrentamento (coping) à doença e suas consequências. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo investigar o temperamento e as estratégias de coping de crianças em contexto de hospitalização. No estudo participaram 24 crianças, com idade entre 5 e 7 anos ($M=5,92$; $DP=0,82$), internadas em hospitais público de Cuiabá-MT. Foi aplicado no cuidador o Questionário de Comportamento da Criança - Children's Behavior Questionnaire (CBQ) - Very Short Form, com 15 dimensões que foram agrupadas em três fatores do temperamento: extroversão, afeto negativo e controle por esforço. Para avaliar as estratégias de enfrentamento aplicou-se o Kidcope na criança, este identifica dez estratégias de coping as quais são classificadas em três categorias de coping: negativo, de evitamento e positivo. O instrumento também avalia o nível de distresse (reação emocional - ansiedade, tristeza e raiva) das crianças com o tratamento. Os resultados indicaram, de acordo com os pais que as características mais frequentes no temperamento dos filhos estão relacionadas ao fator controle por esforço ($M=5,47$; $DP=0,63$). Em relação às estratégias de coping as que mais apareceram foram as pertencentes à categoria de coping positivo ($M=2,75$) sendo que estas também foram consideradas mais eficazes, seguido pelo coping de evitamento ($M=2,62$). Em contrapartida, apenas nove crianças utilizaram estratégias de coping negativo. Quanto à demonstração do distress nove crianças apresentaram resultados acima média. A partir dos resultados pode-se refletir sobre as variáveis psicológicas que podem afetar o desenvolvimento da criança em contexto de hospitalização. Em relação às estratégias de enfrentamento às crianças parecem usar estratégias percebidas como eficazes.

Traços de personalidade e atitudes frente à criança com deficiência: um estudo correlacional

Maria Gabriela Costa Ribeiro; Karen Guedes Oliveira (Universidade Federal da Paraíba); Flávia Marcelly de Souza Mendes da Silva (Universidade Federal da Paraíba); Heloísa Bárbara Cunha Moizeis (Universidade Federal da Paraíba)

Este estudo objetivou averiguar a relação entre os traços de personalidade e as atitudes frente à criança com deficiência. A amostra consistiu em 314 crianças com faixa etária de 7 a 12 anos ($M=9,79$; $DP=1,45$), da cidade de João Pessoa-PB, a maioria do sexo feminino (51%), católica (58,9%), estudantes de escolas da rede privada

de ensino. Os instrumentos utilizados foram o Inventário dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade, a Escala de Atitudes Frente à Criança com Deficiência e questões sociodemográficas. Por meio das análises de correlação de Spearman entre as variáveis pesquisadas, os resultados mostraram que os traços de personalidade abertura à mudança ($\rho=0,15$; $p<0,05$), conscienciosidade ($\rho=0,14$; $p<0,05$), amabilidade ($\rho=0,26$; $p<0,01$) e neuroticismo ($\rho=0,12$; $p<0,05$) obtiveram correlações positivas com o componente atitudinal integração social da criança com deficiência. Por outro lado, de maneira inversa, os traços de personalidade conscienciosidade ($\rho=-0,15$; $p<0,01$), amabilidade ($\rho=-0,24$; $p<0,01$) e extroversão ($\rho=-0,12$; $p<0,01$) se correlacionaram de forma negativa com a atitude de isolamento social frente à criança com deficiência. Tais achados implicam afirmar que crianças que apresentam pensamentos mais flexíveis, são mais criativas e inovadoras, amáveis, com comportamentos pró-sociais e bondosos, prudentes e conscientes de seus deveres tendem a apresentar atitudes que refletem a integração social, ao invés de atitudes de isolamento social frente à criança com deficiência. Desse modo, os resultados apresentados ressaltam a importância dos comportamentos pró-sociais, amáveis e bondosos para a disposição em ajudar e aceitar a diferença dos demais, demonstrando respeito e atitudes favoráveis frente à criança com deficiência.

Vergonha e Distúrbios da Diferenciação do Sexo

Debora Araujo da Silva; Susane Vasconcelos Zanotti (UFAL); Patrícia Carvalho de Assis (UFAL)

Este trabalho analisa o sentimento de vergonha na clínica dos Distúrbios da Diferenciação do Sexo (DDS). Tal condição genética suscita diversas questões a respeito da definição do sexo, em decorrência do desenvolvimento atípico, seja no sexo cromossômico, gonadal ou anatômico (Maciel-Guerra; Guerra-Júnior, 2002). Trata-se de um estudo qualitativo a respeito dos efeitos desse distúrbio genético para pacientes atendidos em um Hospital Universitário do Nordeste. Foram analisadas 13 entrevistas semiestruturadas, realizadas entre o período de 2013 a 2016. O método de análise utilizado foi o de Bardin (1995), e a base teórica, psicanalítica. A partir da revisão da literatura sobre o sentimento de vergonha na obra de Freud e, em artigos sobre o tema, a discussão dos dados foi fundamentada na concepção freudiana de vergonha. Os resultados evidenciam a vergonha sentida pelos pacientes e sua aproximação ao conceito de Narcisismo (Freud, 1914). Com as entrevistas, foi possível identificar três categorias de análise: I. Estranhamento com o próprio corpo; II. Desconforto ao olhar-se no espelho, e III. Incomodo com o olhar do outro. Para alguns, a aparência física está pautada pela diferença que se apresenta através dos DDS. Uma malformação que aterroriza, em razão de sua diferença (Ansermet, 2003). A imagem do próprio corpo no espelho é evitada, em função dessa estranheza, que faz o sujeito deparar-se com a sua diferença, com a divergência do ideal almejado. Tal fracasso pode ser testemunhada pelo outro, depositário de uma projeção narcísica desvalorizada (Verzuman, 2014). Conclui-se que a vergonha configura uma das consequências subjetivas face aos Distúrbios da Diferenciação do Sexo à medida que relaciona-se à percepção que os entrevistados têm de seus corpos e suas divergências do ideal constituído por cada um.

A importância da interação familiar no processo de desenvolvimento do adolescente

Maria Lucieide Campos; Ylkary Mohara de Araújo (Faculdade Maurício de Nassau); Cintia Rafaeli Paulino da Silva Barbosa (Faculdade Maurício de Nassau); Anágila dos Santos Oliveira (Faculdade Maurício de Nassau); Gilson Aquino Cavalcante (Faculdade Maurício de Nassau); Rita Andreza Fernandes dos Santos (Faculdade Maurício de Nassau); Karoline Cavalcante Fonseca (Universidade Potiguar -UNP); Adriano Jonathan Pinheiro de Araújo (Faculdade Maurício de Nassau)

No século XX a adolescência se tornou um tema de crescente interesse na história da psicologia, por ser uma fase de grande relevância para o desenvolvimento do ciclo vital. Nesse período a interação familiar é muito importante. Sendo assim o objetivo desse estudo é compreender a importância da interação familiar no processo do desenvolvimento do adolescente. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a pesquisa ocorreu nas bases de dados BVS e SCIELO. No período de abril a junho de 2017, foram utilizados os seguintes descritores: Adolescente, Desenvolvimento e Família. Todos verificados no DECS. Obteve-se 41 artigos nos quais foram excluídos 35 artigos por não se enquadrar nos critérios de inclusão, que foram: Artigos originais disponibilizados na íntegra; em português e dos últimos sete anos. Como critérios de exclusão optou-se por não analisar artigos que não fossem originais, na íntegra; e dos últimos sete anos; assim como os que não atendiam ao objetivo do trabalho. Para a análise foram selecionados 6 artigos os quais foram analisados com auxílio de fichamento contendo: Título, Autores, Ano, Descritores, Objetivo e Resultados. Estes foram analisados e após, discutidos a fim de extrair os dados para compor este estudo. Os estudos revelam que o desenvolvimento saudável do adolescente está ligado ao processo de acompanhamento e empenho da estrutura familiar. Visto que é a partir das primeiras interações que se formam conceitos, pensamentos abstratos sobre si e sua relação com o mundo. O sistema familiar e adolescência revela que a coesão fraterna possui 20% da variância da qualidade de vida dos

adolescentes e ainda afirma que as famílias com os níveis mais elevados de conflito se encontram entre aquelas com maiores níveis de depressão, confirmando o encontrado em outros estudos, desta forma percebe-se a relação do contexto familiar na condução positiva do desenvolvimento do adolescente.

A Importância da Regulação Emocional no Desenvolvimento das Capacidades Socioemocionais

Jennifer Pires da Silva; Roberta Pereira Curvello (UERJ); Bruna de Lima Camelo (UERJ); Deise Maria Leal Fernandes Mendes (UERJ)

As emoções estão presentes em diversos âmbitos de nossas vidas, sendo vistas como uma arquitetura complexa que nos mobiliza à ação. Nesse sentido, o desenvolvimento das chamadas competências emocionais, é iniciado logo após o nascimento, passando por evoluções ao longo do tempo, ou seja, tornando-se mais complexo na medida em que passa a se articular com a habilidade de articular coordenar pensamentos, sentimentos e ações.

À luz da psicologia do desenvolvimento infantil, o presente ensaio teórico propõe a discussão e reflexões sobre a importância das aquisições no que se refere à regulação das emoções para o desenvolvimento das competências sociais. De acordo com esta concepção, crianças que desenvolvem estratégias eficazes para a regulação emocional adquirem maior competência socioemocional, tornando-se bem-sucedidas social, acadêmica e profissionalmente, diminuindo ou inibindo problemas de comportamento social e o desenvolvimento de psicopatias. Com isto, a regulação das emoções representa uma capacidade essencial para a interação social, sendo a utilização de estratégias eficazes um dos fatores de promoção de bem-estar na convivência das crianças com seus pares e adultos, em seus meios de interação. Enquanto isso, o processo de regulação emocional corresponde a saber lidar com as emoções, saber regulá-las de maneira que estejam apropriadas ao momento e, até mesmo, recorrer à ajuda de um agente externo para resolver um problema. A capacidade de regular as emoções é tida como essencial à competência socioemocional, sendo tais capacidades interligadas. Discutir o papel e relevância do desenvolvimento desta competência emocional e o processo de aprendizagem sobre os meios de enfrentamento e reações às emoções positivas e/ou negativas de si mesmo e de outras pessoas é necessário ao avanço da compreensão do desenvolvimento infantil pleno e saudável.

A influência da idade no comportamento de partilha de recursos através de um jogo ditatorial com crianças brasileiras de 3 a 12 anos.

Victor Eugênio de Santana Costa; Raick Bastos Santana (Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)); Maria Lucicléa Barros (Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)); Renata Mascarenhas Aleixo Reis (Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)); Leonardo Sampaio (Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf))

O comportamento de partilhar recursos com outrem está presente em diversas espécies, mas possui suas peculiaridades nos seres humanos (Moll & Tomasello, 2007). Para avaliar isso, pesquisadores utilizam do construto da justiça distributiva, que diz respeito ao modo como as pessoas realizam distribuição de bens (Sampaio, Camino & Roazzi, 2009). Variáveis como influência de gênero (Bencchetti et al, 2013), idade dos participantes (Posid, Fazio & Cordes, 2015), contexto público/privado (Sampaio & Pires, 2009), são algumas dentre as mais estudadas. Buscando avaliar como esse comportamento se modifica ao longo da infância é que esse estudo foi elaborado.

Utilizou-se um jogo ditatorial durante o qual as crianças podiam decidir partilhar ou não adesivos ganhos inesperadamente, com o experimentador indicando que elas deveriam alocar em um envelope os adesivos que elas queriam e em outro, adesivos para serem doados para uma outra criança. Após as instruções, o experimentador se retirava da sala e deixava o participante tomar sua decisão sozinha.

A amostra foi composta por 121 participantes (61 do sexo Masculino) de 3 a 12 anos, divididos em quatro faixas etárias. Os participantes foram categorizados em egoístas quando não doavam nada e pró sociais quando doavam pelo menos uma cartela de adesivos.

Os resultados demonstraram que 24,5% dos participantes foi egoísta e que a medida que a idade aumentava, esse padrão de comportamento distributivo diminuía, concomitante ao aumento do comportamento altruísta. Nenhuma diferença em relação ao sexo dos participantes foi encontrada, o que vai de encontro a estudos anteriores (Bencchetti et al, 2013).

Os resultados corroboram estudos anteriores relacionados ao aumento do comportamento pró-social no decorrer da idade (Posid, Fazio e Cordes, 2015), sugerindo uma adoção cada vez maior à norma de igualdade, perpassado por pressões sociais sobre como as pessoas esperam que nos comportemos em situações de partilha (Sampaio & Pires, 2009).

A influência da tecnologia nas famílias pós-modernas

Ariadny Suci de Campos Abbud; Marcia Aparecida Miranda de Oliveira (Universidade do Vale do Itajaí)

A família vem passando por transformações nos últimos anos, desde que a tecnologia passou a fazer parte do nosso dia-a-dia, vem provocando profundas mudanças nas relações sociais, inclusive nos grupos familiares, pois existe uma constante divisão entre espaços presenciais e virtuais, que pode dificultar a interação dos membros. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva exploratória cujo objetivo foi compreender qual o espaço que essas ferramentas têm ocupado no grupo familiar, e identificar quais os pontos positivos e negativos da interação com a tecnologia. Para tanto, realizou-se entrevistas com cinco famílias com filhos de 14 a 17 anos que compreende a segunda fase do ciclo vital pois representa a fase em que os filhos se afastam dos pais para buscarem outras identificações. A análise dos dados revelou que dentre os aparelhos tecnológicos utilizados, o smartphone tem sido o protagonista tanto para o uso e a aproximação do trabalho, quanto no ambiente familiar trazendo fatores preocupantes. Além disso, foi constatado que a tecnologia utilizada sem controle e regras, parece alterar negativamente o relacionamento familiar, e de maneira controlada pode contribuir para uma maior interação familiar, oferecendo mais vantagens de acordo com a amostra pesquisada. De modo geral, os participantes acreditam que a tecnologia trouxe mais benefícios do que malefícios para a família, principalmente em relação a comunicação. Contudo, a qualidade das relações, o distanciamento das pessoas, a falta de tempo, o trabalho invadindo o ambiente familiar, são questões que apareceram como desvantagens e que necessitam maior atenção do ponto de vista da psicologia.

Adolescência e Drogadicção: Estudo de Caso

Suzy Kamylla de Oliveira Menezes; Edilson José de Araújo Lopes (UFAL); Paula Orchiucci Miura (UFAL)

As relações do adolescente com o ambiente em que está inserido são fundamentais no processo de constituição da sua subjetividade. O uso e abuso de drogas pode ser um meio utilizado pelo adolescente para se adaptar ou fugir dos conflitos, bem como pode estar relacionado a uma psicopatologia desenvolvida a partir de falhas no processo do amadurecimento emocional. O objetivo deste estudo foi compreender o uso de drogas na adolescência à luz da psicanálise winnicottiana. Trata-se de um estudo de caso público sobre uma adolescente, sendo utilizado seu livro autobiográfico, *Eu, Christiane F., 13 anos, drogada, prostituída...*, como material de análise. Pôde-se observar que Christiane vivenciou situações de violência intrafamiliar por parte do pai na infância, bem como falta de proteção e acolhimento por parte da mãe tanto na infância quanto da adolescência. Seu ambiente familiar demonstrou não ser suficientemente bom, prejudicando seu amadurecimento emocional e para proteger-se desse ambiente hostil desenvolveu um falso self patológico. A adolescência, que já é uma fase marcada por conflitos, na vida de Christiane foi ainda mais caótica devido às suas experiências familiares invasivas, que culminaram em falhas no seu processo de amadurecimento psíquico, contribuindo para o desenvolvimento de uma psicopatologia, de modo que o uso e abuso de drogas ocupou um lugar privilegiado na dinâmica psíquica de Christiane. Conclui-se que as experiências de violência intrafamiliar possibilitaram condições hostis que se refletiram profundamente na vida da jovem, que na adolescência passa a apresentar comportamentos adictos com as drogas.

Adolescência nos grupos de pesquisa em Psicologia no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq

Suzy Kamylla de Oliveira Menezes; Vanessa Cristine Guimarães de Moraes (UFAL); Luciano Domingues Bueno (UFAL); Maria Laura Barros da Rocha (UFAL); Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)

Esta proposta pretende apresentar descrição dos grupos e pesquisadores que se dedicam ao estudo de adolescência, por meio da Plataforma - Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Para isso, em etapa exploratória buscou-se identificar as potencialidades do diretório, a partir das informações disponibilizadas e as ferramentas contidas no site. Posteriormente, em etapa de consulta realizou-se busca na referida base de dados com os filtros “Ciências Humanas” e “Psicologia” e os descritores: “Adolescência, Adolescências, Adolescente, Adolescentes, Jovem, Jovens, Juventude, Juventudes”. Esses foram inseridos em pares, utilizando o descritor no singular e no plural juntos. O critério de permanência na etapa de refinamento foi a presença dos descritores nos títulos dos grupos, e excluídas repetições. A etapa seguinte, de armazenamento e tratamento das informações, caracterizou-se pela criação de um banco virtual com os dados dos grupos, tabulados em planilha Excel, para a sistematização da amostra. Os resultados indicaram 26 grupos; o descritor “Adolescência” apresenta maior frequência, estando presente em 14 títulos dos grupos. O descritor “Adolescentes” está presente em 6 títulos dos grupos, “Juventude” em 3 grupos, “Jovens” em 2 grupos e “Adolescente” em um grupo e “Adolescências” e “Jovens” não foram identificados. O panorama institucional, geográfico e histórico sobre os grupos na pesquisa em adolescência, produzidos por meio da sistematização, tratamento e análise dos dados, permite afirmar a

predominância de grupos vinculados a instituições públicas do Sudeste, tendo maior presença o Estado do Rio de Janeiro, seguido pelo Estado de São Paulo. O ano de formação do primeiro grupo com descritor “Adolescência” foi 1992 e do mais recente, apresenta o descritor “Adolescência”, criado em 2017. O ano de maior formação de grupos foi em 2013. Conclui-se, que a metodologia desenvolvida pode contribuir para construção de redes de pesquisadores e produzir histórias de constituição de grupos de pesquisa científica brasileiros.

Associações entre temperamento materno e de crianças nascidas pré-termo na fase de 18 a 36 meses de idade.

Carolina Cruvinel Sandoval (FMRP-USP); Sofia M. A. Gracioli (FFCLRP-USP); Rafaela G. M. Cassiano (FMRP-USP); Cláudia M. Gasparido (FMRP-USP); Maria Beatriz Martins Linhares (FMRP-USP)

Crianças nascidas pré-termo apresentam riscos para problemas de desenvolvimento. O temperamento das crianças apresenta associações com o comportamento e o processo de autorregulação. Características do temperamento materno são relevantes preditoras do comportamento das crianças nascidas prematuras. O objetivo do estudo foi examinar associações entre temperamento das crianças nascidas pré-termo, na fase de 18-36 meses, e de suas mães, controlando-se variáveis clínicas neonatais. A amostra foi composta por 62 crianças nascidas pré-termo e suas mães. O temperamento das crianças foi avaliado por meio do Early Childhood Behavior Questionnaire, composto pelos fatores Afeto Negativo, Extroversão e Controle com Esforço. O temperamento materno foi avaliado por meio do The Adult Temperament Questionnaire, composto pelos fatores Afeto Negativo, Extroversão, Controle com Esforço e Orientação à Sensibilidade. Os questionários foram aplicados em entrevistas com as mães. Os dados foram tratados em termos de estatística descritiva e de análise de regressão linear hierárquica com os escores do temperamento da criança (variável predita) e as variáveis preditoras (variáveis clínicas neonatais e escore do temperamento das mães). O nível de significância adotado foi de 5%. Os resultados mostraram que tanto as crianças quanto as mães apresentaram escores moderados nos fatores do temperamento, situando-se em média ≥ 4 em uma escala de 1 a 7. Temperamento materno com mais orientação à sensibilidade, associado à maior idade gestacional, foi preditor de mais afeto negativo no temperamento das crianças. Temperamento materno com mais orientação à sensibilidade e afeto negativo foi preditor de mais extroversão no temperamento das crianças. Mais controle com esforço no temperamento materno foi preditor de mais controle com esforço das crianças. Programas de follow-up de prematuros devem incluir intervenções preventivas de orientação de pais, a fim de mediar o processo de regulação de comportamento das crianças levando-se em conta características do temperamento das díades mãe-criança.

Brincadeiras criativas em um parquinho público da cidade de Salvador-BA

Amanda Santos de Souza; Ingrid Mirele Carlos da Silva Oliveira (Universidade Salvador); Paula Sanders Pereira Pinto (Universidade Salvador)

A brincadeira possibilita e favorece o desenvolvimento global do brincante. No contexto dos parquinhos públicos, espaços destinados ao lazer infantil e que possuem equipamentos variados com funções pré-determinadas, as brincadeiras se desenvolvem de formas inusitadas, fugindo daquilo que é esperado. No momento em que o brincante explora o parquinho para além do seu uso original, pode-se dizer que está praticando Uso Criativo, ao passo que a exploração congruente com a função pré-estabelecida do espaço configura o Uso Funcional. As brincadeiras criativas diferenciam-se por possibilitarem à criança o exercício mais acentuado das funções criativas, permitindo a ampliação de sua expressão subjetiva. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar o desenvolvimento de brincadeiras criativas em um parquinho público localizado na cidade de Salvador- BA. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e analítico, dividido em duas etapas, no qual foram identificadas as brincadeiras criativas mais comuns antes e depois da reforma do parquinho. Os dados foram coletados mediante observação de 20 episódios de brincadeiras feitas por crianças entre 4 e 10 anos e analisados qualitativamente. Verificou-se que antes da reforma o uso criativo do espaço era realizado com maior frequência, desde o momento em que a criança se deparava com os equipamentos, visto que suas danificações estruturais dificultavam seu uso funcional, o que representava um risco para sua saúde; após a reforma, as crianças exploravam os equipamentos de forma funcional antes de iniciarem o uso criativo. Antes da reforma as crianças passavam menos tempo engajadas em uma mesma brincadeira, sendo a gangorra o brinquedo mais utilizado de forma criativa; após a reforma, os mais utilizados foram o carrossel e a escorregadeira. Presume-se que o uso criativo acontece em qualquer contexto, mais ou menos estruturado, sendo um aspecto inerente à brincadeira. Este estudo é importante pela sua relevância temática, ainda pouco explorada pela literatura.

Considerações sobre o bullying e a educação inclusiva na infância

Anna Karolina Santoro Borges (Prefeitura Municipal de Americana SP); Anna Karolina Santoro Borges (Pontifícia Universidade Católica de Campinas); Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

A inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares e a possibilidade de que elas possam sofrer bullying tem gerado questionamentos entre profissionais e pesquisadores da Educação e da Psicologia. Uma das principais dúvidas a esse respeito é se as crianças com deficiências, incluídas nas escolas regulares, sofreriam bullying ou se estariam apenas sujeitas a algum tipo de preconceito. Questiona-se também se as crianças com deficiência estariam na mesma hierarquia de poder do que os demais alunos, sobretudo as que apresentam deficiências intelectuais mais severas. Assim, o objetivo deste estudo é discutir, por meio de uma revisão de literatura não sistemática, a temática da inclusão de crianças com deficiência e o bullying, enfatizando o que os autores que estudam esse assunto pensam sobre o bullying relacionado à criança com deficiência. Utilizaram-se os descritores bullying, inclusão e deficiência. Os resultados revelaram que crianças com deficiência têm sofrido bullying com mais frequência do que as demais. Isso ocorre, pois as crianças com deficiência: (a) estão em destaque em função da sua deficiência e (b) não possuem os mesmos recursos para enfrentar e se defender do bullying do que as crianças que não têm deficiência. Esses resultados indicam que os profissionais que atuam na escola inclusiva devem estar atentos à possibilidade de que os alunos com deficiência se tornem alvos de bullying. Este estudo é apenas um primeiro passo no sentido de compreender melhor como ocorre o bullying em crianças com deficiência. Sugere-se que estudos empíricos sejam realizados a fim de investigar como os professores que atuam diretamente na escola inclusiva percebem a relação entre bullying e inclusão e o que fazem para lidar com a questão.

Criatividade e adicção: um estudo de caso

José Nilson Nobre Filho; Suzy Kamylla de Oliveira Menezes (UFAL - Universidade Federal de Alagoas); Ana Caroline dos Santos Silva (UFAL - Universidade Federal de Alagoas); Paula Orchiucci Miura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas); Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O impulso criativo pode ser considerado como algo necessário para que um artista produza uma obra de arte, como também constitui algo que está presente em qualquer indivíduo que se inclina de maneira saudável para fazer algo. O objetivo deste estudo foi compreender a luz da psicanálise winnicottiana como a criatividade se manifesta na vida de uma artista. Trata-se de um estudo de caso sobre o processo criativo da cantora britânica Amy Winehouse, sendo utilizado como material de análise o documentário biográfico Amy. Neste documentário, Amy tem sua vida retratada através de trechos de vídeos caseiros e profissionais. Nas filmagens mostradas, vê-se a história dela antes e depois da fama; seu relacionamento com a família e os amigos; suas relações com namorados; o uso abusivo de álcool e outras drogas e as consequências disso; seu convívio com a fama e sua morte. Percebe-se o quanto sua história de vida influenciou e estava inserida em suas músicas, e o quanto suas experiências poderiam não ser representativas do viver criativo, o que segundo Winnicott, não está relacionado apenas à criação artística bem-sucedida, este viver envolve todas as atividades que o indivíduo realiza enquanto ser vivo, tais como criar um quadro, preparar uma refeição, trabalhar, etc. Através da percepção criativa o indivíduo sente que a vida vale a pena. Em oposição a um viver criativo, o indivíduo não consegue sentir nem perceber a sua própria subjetividade, culminando numa sensação de que a vida não tem sentido. Os comportamentos “rebeldes” e a adicção de Amy também consistiam em pedidos de ajuda para o ambiente, que foram expressos verbalmente algumas vezes. Conclui-se que Amy deixou de expressar um viver criativo, submetendo-se a todas as vontades do mundo externo e não conseguindo lidar de forma organizada com seu mundo subjetivo.

Escudo Mais ENEM

Lavinia maria lima Andrade (Colégio máster); Diogo Araújo de Sousa (UFRG)

A preparação para vestibulares e ENEM é cenário para muitas oscilações emocionais. O medo, a angústia e a preocupação podem ser marcantes neste período de organização de estudos e treino para provas. O objetivo dessa proposta é instrumentalizar o estudante através de habilidades para além dos conteúdos curriculares. Através de 8 encontros em grupo, essas habilidades emocionais serão treinadas e desenvolvidas. O protocolo de sessões segue os preceitos teóricos e práticos da Terapia Cognitiva Comportamental. Os resultados esperados são a regulação emocional, desenvolvimento de habilidades de enfrentamento de situações problemas, aprendizagem de técnicas de relaxamento e mindfulness. Com acréscimo significativo, essa proposta de intervenção pretende a inserção de uma psicologia mais atuante e resolutiva no contexto escolar e na promoção de processos de resiliência e saúde mental.

Grupo de convivência de idosos: uma ferramenta para a promoção de saúde na terceira idade

Elisa Rodrigues de Souza; Geisa Maria Emilia Lima Moreira (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Este trabalho é o resultado do Estágio VI: O Psicólogo na Comunidade, parte integrante da grade obrigatória da Graduação em Psicologia da PUCMinas, que tem como proposta principal possibilitar aos alunos a vivência da inserção do psicólogo na comunidade e nas práticas grupais. O estágio foi realizado em um grupo de convivência de idosos, que tem como principal objetivo promover a integração e engajamento dos participantes entre si e com a sociedade, consequentemente possibilitando o desenvolvimento de uma velhice saudável. A metodologia de trabalho teve como principais influências as perspectivas sócio-histórica e do desenvolvimento e articulou-se por cinco meses com atividades práticas diversas. A saúde do idoso pode ser percebida como um estado multifatorial que é impactado por diversas experiências e vivências psicológicas, sociais, emocionais e físicas do sujeito. E, à partir do momento em que se reconhece estas facetas do indivíduo e sua pluralidade, consegue-se auxiliá-lo na busca deste objetivo. O grupo no qual foi realizado o trabalho existe há dezessete anos, mas sua contínua redução do número de membros era sua principal queixa. Promoveu-se durante o semestre atividades que satisfizessem as necessidades específicas dos idosos, fossem elas físicas, sociais ou psicológicas. Através da promoção da integração, mobilização e reconhecimento do saber, conseguiu-se revitalizar o grupo de modo a torná-lo um espaço de convivência que de fato promove o bem estar social e, consequentemente, físico de seus participantes. Atentando-se à necessidades específicas e prazeres destes idosos, o grupo reafirmou sua identidade e adquiriu confiança para perpetuá-la de maneira produtiva, contribuindo para seu fortalecimento interno e na comunidade.

Infância nos grupos de pesquisa em Psicologia no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq

Vanessa Cristiane Guimarães de Moraes; Suzy Kamylla de Oliveira Menezes (UFAL); Luciano Domingues Bueno (UFAL); Maria Laura Barros da Rocha (UFAL); Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)

Esta proposta apresenta a pesquisa que visa mapear os grupos de pesquisa e pesquisadores brasileiros que estudam a infância na área da Psicologia, através do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. Utilizou-se plataforma online do CNPq como instrumento para busca e coleta de dados, mediante aos descritores “criança, crianças, infância e infâncias”. A primeira etapa, exploratória, foi de reconhecimento dos recursos da base de dados estudada, sua estruturação e critérios de busca. Em seguida, em etapa de consulta, as buscas foram realizadas com os filtros “Ciências Humanas” e “Psicologia” e cada um dos descritores individualmente. Posteriormente, em processo de refinamento, estabeleceu-se como critério de permanência a presença de descritor no título do grupo. Em seguida, realizou-se cruzamento de dados, para exclusão de duplicações. Resultou o quantitativo final de 35 grupos. Posteriormente, foi estabelecida etapa de armazenamento das informações dos grupos de pesquisa, de forma online, em nuvem virtual de dados, processo que viabilizou a sistematização gradual da amostra, resultando em sua descrição em planilha eletrônica, do tipo Excel. Em tratamento e análise descritiva, verificou-se que no panorama institucional, geográfico e histórico dos grupos na pesquisa em infância, há uma maior produção no ano de 2013, sendo a USP a instituição que mais produz grupos e que 79% dessas instituições são públicas. Conclui-se que a metodologia empregada possibilita o acompanhar marcos históricos, geográficos e institucionais dos grupos investigados, de maneira que os próprios pesquisadores da Infância, no caso, conseguem saber exatamente quando e onde mais se produz sobre seu tema de interesse. Permite-se ainda a construção de uma rede de informações a respeito dos grupos de pesquisa em Psicologia que estudam a infância no Brasil, processo que possibilita interlocuções entre diferentes grupos e pesquisadores e compreensão panorâmica do campo estudado.

Interações entre crianças em um parquinho público de Salvador-BA: reflexões sobre o desenvolvimento psicossocial

Andressa Carvalho Militão (Desenvolver: Psicologia e Educação); Andressa Carvalho Militão (Unifacs); Sâmela Raiana Gomes Moreira Miranda (Unifacs); Paula Sanders Pereira Pinto (UFBA)

Os parquinhos públicos se configuram como espaços de convivência e brincadeiras para as crianças, possibilitando infinitas formas de interação com o mundo. Brincando, a criança se expressa e se relaciona, estimulando o seu desenvolvimento psicossocial. O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar interações entre crianças durante brincadeiras em um parquinho público de Salvador-BA. Para tanto, foram feitas 10 observações de brincadeiras e 7 entrevistas com crianças entre 5 e 13 anos e seus responsáveis. Para a reflexão proposta, utilizou-se como fundamentação teórica obras de Vygotsky e Winnicott. Vygotsky afirma que a fala

seria interiorizada a partir das interações sociais. Para Winnicott o ambiente é um meio decisivo para o desenvolvimento psíquico do ser humano. Pôde-se perceber através das entrevistas que o meio influencia na maneira em que a criança irá se relacionar com os estímulos apresentados. Algumas crianças afirmaram que o espaço onde brincavam possuía poucos brinquedos e que gostariam que tivessem mais opções para elas brincarem com seus pares e com os objetos que traziam, como bolas e skate. Nas observações percebeu-se que as crianças aprendiam regras e limites que rodeavam seu meio e a realidade do outro. Notou-se também que as crianças encontravam diferentes formas de expressão com os colegas, sendo esta uma das principais formas de construção e ampliação do seu círculo social. Nas entrevistas, os responsáveis relataram que o modelo arquitetônico do parquinho não propiciava muitas interações entre as crianças, sugerindo a implementação de outros espaços como quadras esportivas, partes cobertas e maior segurança para que as crianças pudessem circular livremente por todo o espaço. Através dos dados alcançados e da importância de se desenvolver pesquisas sobre o presente tema, a proposta reflexiva destacada neste trabalho, reconhece a necessidade de maior aprofundamento no assunto, no que cerne à leitura do brincar na contemporaneidade.

O Eu a partir do Outro: O Estádio do Espelho

Rayanne Caroline da Silva Amorim; Charles Elias Lang (Universidade Federal de Alagoas); Valesca Lidiane Dos Santos (Universidade Federal de Alagoas); Ana Flávia Roxsany Calheiros Souza (Universidade Federal de Alagoas); Marina De Lima Nemesio (Universidade Federal de Alagoas)

No período entre 1938-49, o psicanalista francês Jacques Lacan formulou o desenvolvimento da constituição psíquica do sujeito a partir de três complexos: do desmame, da intrusão e do Édipo. Este apresenta a importância do registro do Imaginário no desenvolvimento da constituição psíquica do sujeito e apresenta uma discussão sobre a problemática da agressividade, trazendo-a enquanto um elemento constitutivo tanto do eu, quanto das relações que se estabelecem com os objetos. Objetivo: analisar como Lacan estruturou o desenvolvimento psíquico no período entre 1938 a 1949 e como traz a agressividade enquanto constituinte desse processo. Metodologia: metodologia de leitura próxima, atenta e desconstrutiva, a partir do trabalho de Figueiredo (1999), Derrida (1997) e da tese de doutoramento de Lang (2002).

O Significado da Gravidez na Adolescência para Jovens

Kedma Augusto Martiniano Santos (Universidade Federal de Alagoas); Paula Orchiucci Miura (Universidade Federal de Alagoas); Ellen Borges Tenorio Galdino (Universidade Federal de Alagoas); Estefane Firmino de Oliveira Lima (Universidade Federal de Alagoas); Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa (Universidade Federal de Alagoas)

Gravidez na adolescência é um assunto complexo que deve ser estudado, considerando o contexto social, econômico, familiar e psicológico de cada adolescente. No Brasil, o percentual de mulheres com menos de 19 anos que deram a luz em 2012 ainda foi alto, 19,3%, em Alagoas esse percentual foi maior, 24,1%. Diante do exposto, este projeto teve como objetivo investigar e analisar o significado da gravidez na adolescência para os adolescentes. Participaram da pesquisa 37 adolescentes sem histórico de gravidez (22 homens e 15 mulheres) entre 12 e 18 anos, de uma comunidade litorânea de Maceió. A aplicação do desenho-estória temático foi feita em grupo com até cinco participantes. Solicitou-se que desenhassem “uma adolescente grávida na sua comunidade”, e requerida a escrita de uma história referente ao desenho no verso do papel. Foi realizada uma análise temática dos desenhos-estórias, e observou-se as seguintes temáticas com suas frequências de aparição: relações endógenas (17); relações exógenas (12); gravidez muito cedo (10); irresponsabilidade (6); contexto social (5); superação (5); aborto (4); saúde/doença positivo (3); saúde doença negativa (2); resistência (2); escola (2); segunda gravidez (2); idealização/realidade (2); anticoncepcionais/prevenção (1); projeto de vida (1). Os dados remetem uma relevância das relações endógenas (família), sendo acolhedora ou não acolhedora, e as relações exógenas (relações amorosa e/ou amizades). A abordagem da gravidez muito cedo pode ser associada à ínfima aparição do tema anticoncepcionais/prevenção. A superação dos conflitos implicados na gravidez foi abordada em alguns desenhos-estórias e a pequena aparição do tema escola e os projetos de vida podem ser em função das implicações da gravidez e sua realidade. A gravidez na adolescência, em sua maioria, foi vista como negativa. Desta feita, estes significados da gravidez na adolescência podem auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para esta população.

Orientação Profissional e de Carreira: Conscientizando Adolescentes nas Escolas Públicas e Particulares

Ana Karolina Nunes Silveira (COLÉGIO MUNDO CRIATIVO); Ana Karolina Nunes Silveira (Faculdade Pio Décimo); Fernanda Aguilera (USP); Géssica Nascimento dos Santos (Faculdade Pio Décimo)

Uma importante tarefa do desenvolvimento na adolescência é a escolha da carreira, sendo a Orientação Profissional (OP) uma possível atribuição do Psicólogo Escolar, em favor de promover junto aos estudantes seus potenciais e sua autonomia. Essa caracteriza-se como um processo que estimula o indivíduo a compreender o mundo do trabalho e das profissões, promovendo autoconhecimento, identificações e empoderamento, dos quais resultam decisões profissionais mais conscientes e autônomas. Mas as escolas pouco têm se encarregado de discutir o mercado de trabalho e suas exigências. Afirmando a falta da OP e sua importância nas escolas, a evasão de alunos do Ensino Superior tem sido alarmante, assim como trocas de curso durante a graduação. Frente a isso, relata-se experiência de orientação profissional e de carreira para adolescentes de escolas públicas e particulares que cursam ensino médio, voltado à sensibilização e instrumentalização para decisões criteriosas e assertivas. São discutidos fatores que contribuem para escolhas, visando à facilitação de decisões profissionais em sua trajetória de vida futura, instrumentalizando-os na construção de projetos de carreira. Na forma de intervenção grupal incorporada no horário regular de aula, pode ser realizada tanto em sala de aula como fora dela, em sessões de 50 minutos. São abordados temas como mercado de trabalho, crenças, interesses, habilidades, valores, critérios e estratégias para tomada de decisão, elaboração de projeto de carreira. Norteadas pela perspectiva desenvolvimentista de Super, as intervenções são divididas em etapas: 1) Diagnóstico, baseado em entrevistas individuais; 2) desmistificação da OP; 3) conscientização, explorando fatores que contribuem ou não na escolha; 4) autoconhecimento; 5) exploração das profissões; 6) realização, focando a tomada de decisão e construção de projeto de vida e carreira; e, 7) avaliação, com feedback dos estudantes em questionários (pesquisa de satisfação). Considera-se colaborar para escolha profissional dos adolescentes mais consciente, autônoma e apoiada em dados da realidade.

Pensando Sobre o Futuro: Expectativas e Ações dos Adolescentes sobre Construção de Projetos de Carreira

Ana Karolina Nunes Silveira (COLÉGIO MUNDO CRIATIVO); Ana Karolina Nunes Silveira (Faculdade Pio Décimo); Fernanda Aguilera (USP); Géssica Nascimento dos Santos (Faculdade Pio Décimo)

A orientação profissional (OP) nas escolas pode ser caracterizada como uma das práticas do psicólogo escolar, ainda que tenha se desenvolvido em larga escala no âmbito clínico. Seja nas escolas públicas ou particulares, esse processo contribui para que estudantes despertem para suas habilidades e competências, bem como para a proatividade, autonomia, tomada de decisão e outras características que são indispensáveis para sua inserção no mercado de trabalho, exigências com as quais terá de lidar no futuro. E com a falta de esclarecimento sobre o mercado de trabalho no ambiente educacional, grande parte dos jovens não realizam escolhas com as quais se identificam quando concluem o ensino médio, o que se reflete em altos índices de evasão do ensino superior, quando grande número de estudantes trocam de curso ou abandonam a faculdade para seguir outra profissão. Diante disso, foi realizada uma pesquisa empírica com 109 estudantes de ambos os sexos, com idade entre 16 e 20 anos, que frequentavam o 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas e particulares do município de Lagarto, em Sergipe. O objetivo foi verificar expectativas e ações dos estudantes do ensino médio com relação à construção de projetos de vida e carreira. Um questionário de caracterização e o Questionário de Educação a Carreira – QEC foram aplicados coletivamente nas escolas. Os dados passaram por análise qualitativa e quantitativa, com uso de análise de conteúdo e estatísticas descritivas, respectivamente. Os resultados mostraram a falta de esclarecimento dos adolescentes quanto ao mercado de trabalho, mesmo nas instituições que realizam processos de OP. Ficou evidente a importância de projetos que sensibilizem e instrumentalizem os adolescentes para escolhas profissionais mais conscientes e autônomas, colocando-se em discussão a eficácia de modelos de atuação convencionais em OP. Mais que indicar profissões, é preciso promover desenvolvimento, ensinar a escolher, preparar para decisões futuras.

Percepção de suporte social de idosos: análise por agrupamentos

Fernanda Silva Santos (Consultório de Psicologia e Psiquiatria); Dóris Firmino Rabelo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia); Anita Liberalesso Neri (Unicamp)

Objetivo: analisar relações entre o suporte social percebido, a configuração familiar e as condições de saúde física e psicológica de idosos. Método: Participaram 134 idosos, entrevistados em domicílio, utilizando os instrumentos: Questionário para avaliação da configuração familiar; Questionário de doenças e de sinais e sintomas auto-relatados; Índice de Independência nas Atividades de Vida Diária; Escala Lawton; Questionário de autorrelato sobre participação social; Escala de Depressão Geriátrica; Inventário de Ansiedade de Beck; ISEL Reduzido - Interpersonal Support Evaluation. Foi feita análise de conglomerados mediante o método da partição e a análise comparativa da sua composição mediante os testes Qui-Quadrado e Exato de Fisher ($p < 0,05$). Resultados: As atividades básicas de vida diária ($R^2 = 0,731$), o número de sinais e sintomas autorrelatados (R^2

=0,356) e as atividades instrumentais de vida diária ($R^2 = 0,0,321$) foram as variáveis que mais contribuíram para a formação dos três conglomerados 1) ($n=67$): idosos com idade ≥ 75 anos, com chefia familiar, com contribuição total para sustento familiar, com menor participação social, maior número de doenças, sinais e sintomas autorrelatados, com independência ou dependência parcial em atividades básicas e instrumentais de vida diária, com depressão, com ansiedade e menor suporte social; 2) ($n=02$): Idosos com idade ≥ 75 anos, com menor participação social, com maior número de doenças, com dependência total em atividades básicas e instrumentais de vida diária, sem depressão e com menor suporte social; 3) ($n=65$): Idosos entre 60-74 anos, sem chefia familiar, com contribuição parcial ou nenhuma para sustento familiar, com maior participação social, menor número de doenças, sinais e sintomas autorrelatados, com independência em atividades básicas e instrumentais de vida diária, sem depressão, sem ansiedade e maior suporte social. Conclusão: A percepção de suporte social de idosos está associada à sua configuração familiar e à sua saúde física e psicológica.

Psicologia do Desenvolvimento e a Dinâmica Psicossocial de Casamentos Hipogâmicos

André Luís Ribeiro Lacerda (UFMT); Fernanda Ferreira Pinho (UFMT/Cuiabá-MT); André L Ribeiro Lacerda (UFMT/Cuiabá-MT)

Dados do IBGE sobre crescimento de mulheres chefes de família têm mostrado que os casamentos hipogâmicos, em que a mulher casa-se com um esposo com status social abaixo dela, têm crescido. A literatura sociológica e psicológica tem dado ênfase apenas às características dos esposos que contraem casamento hipogâmico. O objetivo desse trabalho é investigar, de uma perspectiva que interessa à psicologia do desenvolvimento, a dinâmica psicossocial dos arranjos familiares hipogâmicos. Como eles mudam no tempo? Existem diferenças nas dinâmicas psicossociais de casamentos hipogâmicos? Dados de uma amostra de quinze professoras aposentadas da Escola Estadual de Primeiro Grau Dr. Fábio Silvério de Farias, em Nobres-MT, constituem um bom ponto de partida para se pensar uma tipologia das dinâmicas psicossociais dos casamentos hipogâmicos. As quinze professoras da amostra têm idade entre 50 e 60 anos, nível de escolaridade e salários mais altos do que seus maridos. Elas, escolaridade universitária e eles pré-universitária, com ocupações semi-qualificadas ou sem qualificação. Esses casamentos ocorreram em um contexto em que a escolaridade não era um indicador de sucesso econômico, por isso é necessário compreender quais deles não eram hipogâmicos e evoluíram para essa condição, pois, dessa maneira, será possível acompanhar mudanças nas dinâmicas psicossociais dentro de um mesmo arranjo, ou de homogâmico e hipergâmico para hipogâmico. 90% das mulheres da amostra tinham auxiliares para realizar o trabalho doméstico ou elas mesmas o realizavam, o que indica divisão não equitativa das tarefas domésticas, mesmo quando a esposa é a chefe de família. Uma boa hipótese é que talvez, nesse tipo de hipogamia, predomine a ideologia tradicional de gênero na divisão do trabalho doméstico.

Qualidade de vida dos idosos institucionalizados do SAME

Robert Santos do Carmo; Ingrid Gomes do Bomfim (Faculdade Pio Décimo); Susi Ferreira dos Santos (Faculdade Pio Décimo); Danilo Santos da Silva (Faculdade Pio Décimo); Marleide Dória da Fonseca (Faculdade Pio Décimo); Rayra dos Anjos Cardoso (Faculdade Pio Décimo)

O objetivo deste estudo foi mensurar a qualidade de vida em idosos institucionalizados do SAME – Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição, em Aracaju/SE. A amostra foi composta por 20 idosos capazes de responder os questionamentos do entrevistador e, sendo uma pesquisa de caráter quantitativo foi utilizado como instrumento o Perfil de Saúde de Nottingham (PSN), tendo em vista a simples aplicação e sua natureza avaliativa da qualidade de vida. Nos resultados ocorreu uma prevalência de mulheres (70%) sobre homens (30%), com idade média de 75,2 anos. Quanto à qualidade de vida a média identificada foi de 13,1, sinalizando um resultado proveitoso. Os idosos apresentaram um escore 70% positivo e 30% negativo, indicando assim que há uma boa qualidade de vida nos idosos institucionalizados do SAME. Entretanto, a partir da análise dos domínios compreendidos pelo PSN foi possível verificar um comprometimento desta qualidade de vida em relação às habilidades físicas (25,57%), a dor (20,61%) e as reações emocionais (19,46%) que apresentaram o maior índice de respostas. Dados esses que corroboram com as pesquisas com esse público alvo e denotam a importância da ampliação de recursos institucionais psicoeducativos para dedicar-se aos aspectos concernentes as reações emocionais, a julgar que os outros dois domínios (habilidades físicas e dor) são visualizados e trabalhados com maior frequência, apesar do predomínio de escores.

Rede Social de Idosos e Relação do Suporte Percebido com a Saúde Física e Psicológica

Elisângela Silva de Aquino (Universidade Federal da Bahia); Doris Firmino Rabelo (UFRB); Anita Liberalesso Neri (UNICAMP)

O objetivo foi avaliar a rede social (tamanho, à natureza, à função e à frequência de contato) e a relação do suporte percebido com a saúde física e mental em idosos. Método: Participaram 134 idosos sem déficit cognitivo. Os dados foram coletados por entrevista domiciliar, utilizando-se os instrumentos: Mapa Mínimo de Relações do Idoso – MMRI; Índice de Independência nas Atividades de Vida Diária; Escala Lawton de atividades instrumentais de vida diária; Escala de Depressão Geriátrica; Inventário de Ansiedade de Beck – BAI. Para análise dos dados, foi utilizado o teste qui-quadrado ou o teste de Exato de Fisher para comparar as variáveis categóricas ($p < 0,05$). Resultados: A fonte de suporte mais citada foi de natureza familiar (85,1%). O maior número de pessoas citadas estava na função de visita e o menor número no auxílio para atividades domésticas. A maior rede está na função de visita (média a grande=59%), sendo que nas outras funções a maior parte citou uma rede pequena. Contam com pelo menos uma pessoa para obter suporte afetivo (visita=94,8%; companhia=91,8%; emocional=86,6%), instrumental/material (auxílio atividades domésticas=92,5%, cuidados pessoais=91% e financeiro=87,3%) e informativo (80,6%). Verificou-se maior frequência de homens nos que não tem auxílio em atividades domésticas ($p=0,009$) e em atividades de cuidado pessoal ($p=0,027$); maior frequência nos que não recebem visita dentre os com dependência em AIVDs ($p=0,021$); maior frequência de ansiedade nos sem visita ($p=0,049$), nos sem companhia ($p=0,003$), nos sem auxílio financeiro ($p=0,026$) e nos sem suporte informativo ($p=0,039$); maior frequência de depressão nos sem suporte informativo ($p=0,017$). Conclusão: A família é a principal fonte de suporte e não ter apoio está associado à capacidade funcional e a saúde psicológica dos idosos.

Relações entre Julgamento Moral, Racismo e Empatia em Crianças de 7 a 12 anos de idade

Davison Danilo Silva de Souza; Daniela Santos Bezerra (UFAL); Mariana Diniz Lima (UFAL); Géssica Gabrielle Gomes da Silva (UFAL); Francycelly Oliveira Pereira dos Santos (UFAL); Sheyla C. S. Fernandes (UFAL)

O presente estudo objetivou analisar as relações entre julgamento moral, racismo e empatia em crianças. Participaram 76 estudantes de Maceió, com idades entre 7 e 12 anos ($M=9,71$; $DP=1,65$). Utilizou-se um dilema moral, com duas versões de desfecho, para análise de julgamento moral em duas dimensões: generosidade e justiça. Para empatia, utilizou-se a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes (EECA). Por fim, utilizou-se uma história sobre preconceito racial para analisar o racismo. Os resultados apresentaram maior adesão das crianças à generosidade e à empatia, com baixa adesão ao racismo. As dimensões generosidade e justiça se apresentaram inversamente correlacionadas, havendo também correlação inversa entre um dos fatores de empatia (não apresentar hostilidade para com o outro) e racismo. Evidencia-se que as crianças tenderam a avaliar como injusta e incorreta a discriminação e a inferir a experimentação de sentimentos negativos tanto por parte da criança discriminada como por parte da criança que discriminou.

Revisão de literatura – “Institucionalização de idosos: produção de significados na transição lar-ILPI”

Maria Eduarda Araújo Gonçalves

Este trabalho objetivou construir a revisão de literatura do projeto de pesquisa de mestrado, intitulado: “Institucionalização de idosos: produção de significados na transição lar-ILPI”. Considera-se na elaboração do projeto o processo de transição demográfica no Brasil, o conseqüente aumento no número de institucionalização de idosos e este processo enquanto uma transição/ruptura, a partir da perspectiva de desenvolvimento ao longo da vida.

Foram fontes de busca os portais SciELO, PePSIC e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores: “envelhecimento”; “institucionalização”; “idoso”; “asilo”; “instituições de longa permanência para idosos”; “instituições”; e “psicologia”, em combinações diversas.

Cada conjunto de resultados foi analisado pelo título, pelo resumo e, por fim, pela leitura completa. Foram excluídos estudos estritamente da área da saúde, que tratavam de aspectos técnicos/organizacionais das instituições de longa permanência para idosos – ILPI, estudos não desenvolvidos no Brasil e os que não tinham como foco os idosos e/ou sua institucionalização. Foi critério de inclusão, apresentar perspectiva de estudo psicossocial.

Totalizou-se 594 resultados, sendo selecionados 25 artigos. Destes, 52% são de áreas interdisciplinares e 20% da enfermagem. Nota-se predominância de estudos da saúde, mas pode-se dizer também que cresce a tendência em respeitar os aspectos multidimensionais da velhice. Todos os artigos selecionados foram posteriores a 2003, ano que marca a promulgação do Estatuto do Idoso, marco principal na defesa dos direitos do idoso e que dispõe também sobre as ILPIs.

Apesar de se aproximarem apenas minimamente do objeto de estudo deste projeto, os artigos selecionados evidenciam que a entrada na ILPI se caracteriza como uma transição importante. Uma mudança que exige dos

idosos recursos intra e interpessoais, além de “ambientais”, podendo ou não culminar em adaptação positiva à nova realidade, com o desenvolvimento de novos papéis, status e relações.

Revisão Sistemática da Literatura Nacional sobre Projetos de Vida na Adolescência

Gabriela Pagano Vieira; Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

A adolescência é um período do desenvolvimento profícuo para a construção de projetos de vida. Estudos indicam que adolescentes que têm projetos de vida são mais felizes e têm menores chances de se envolverem em comportamentos de risco típicos da adolescência. Entretanto, adolescentes têm apresentado cada vez mais dificuldades para construir um projeto de vida, devido às particularidades do mundo contemporâneo. Visando analisar as pesquisas feitas com a temática projetos de vida de adolescentes, este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura nacional no período de 2004-2014, a partir das bases de dados vinculadas a BVS-Psi. Os objetivos específicos: (a) analisar quais as metodologias empregadas e (b) investigar se existem e quais são os instrumentos quantitativos utilizados para acessar projetos de vida em adolescentes. Utilizaram-se os descritores “projeto de vida” ou “projetos de vida” ou “projeto vital” ou “projetos vitais” e “adolescência” ou “adolescente” ou “adolescente”. Foram encontrados 275 artigos, nos quais foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: estudos empíricos, disponíveis online na íntegra, com participantes adolescentes e cujo projeto de vida fosse tema central do estudo. Restaram 12 artigos. Os resultados evidenciaram uma prevalência de estudos qualitativos, com grande uso de entrevistas semi-dirigidas e oficinas. Foram encontrados poucos artigos que utilizassem metodologia quantitativa, prevalecendo questionários. Este resultado está de acordo com a literatura, a qual indica pouco uso de instrumentos quantitativos para estudar o projeto de vida de adolescentes. Assim, os resultados desta revisão de literatura sugerem que há uma lacuna quanto a instrumentos quantitativos para investigar projetos de vida de adolescentes no Brasil. Por essa razão, é necessário pensar na construção de instrumentos quantitativos que avaliem projetos de vida e que alcancem grandes populações adolescentes.

Sexo e Religião: um estudo sobre práticas pré-maritais entre jovens evangélicos

André Filipe Silva Meneses (Universidade Federal de Sergipe); André Filipe Silva Meneses (Universidade Federal de Sergipe); Elder Cerqueira Santos (Universidade Federal de Sergipe)

O objetivo deste estudo foi, de forma geral, investigar a relação entre religiosidade e sexualidade em jovens pertencentes a igrejas evangélicas. Procurando entender, assim, a possível existência de algum tipo de crise pelo pertencimento religioso, que reproduz uma crença no impedimento de práticas sexuais antes do casamento, e a manutenção da atividade sexual, comportamento que fere tal crença, e de que forma essa possível crise é superada. A pesquisa quantitativa, um questionário online, foi realizada através de grupos em redes sociais e por e-mail, a fim de coletar dados bio-psico-socio-demográficos, informações concernentes ao seu pertencimento religioso, considerações sobre a sexualidade, se existe crise, e as formas de resolução desta. Participaram do estudo 184 jovens pertencentes a igrejas evangélicas, com idades entre 14 e 24 anos, sendo 75,5% do sexo feminino e 24,5% do sexo masculino. Foi utilizado um instrumento de 29 questões, autoaplicado e confidencial. Foram utilizadas escalas que tratam sobre Coping Religioso, Bem-Estar Sexual, Religiosidade, Resolução da Crise, entre outras medições. Os resultados indicam que a religiosidade se mostrou um fator protetivo para o atraso do início da vida sexual, com grande aparição, em contraponto, de jovens evangélicos solteiros que relataram manter uma vida sexual ativa e um convívio religioso. Jovens que se relacionaram sexualmente antes do casamento demonstraram menores índices de religiosidade e maiores índices de bem-estar sexual. Os dados sugerem que o início da vida sexual está fortemente relacionado a um melhor entendimento da própria sexualidade, como algo natural e possível, pela readequação da crença religiosa de que esta deve se manifestar somente após o casamento.

Trajetórias de socialização da emoção: concepções, crenças e metas parentais em diferentes famílias do Rio de Janeiro

Marina Corrêa Balbo Monnerat (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Giovanna Maia Crivano (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Luciana Fontes Pessoa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

O impacto que as metas de socialização, crenças e práticas parentais relativas às emoções têm na vida dos filhos, e no seu desenvolvimento global é de extrema importância e, por isso, tem sido amplamente estudado nas últimas décadas. Este trabalho pretende apresentar um estudo sobre o modo como pais e mães de diferentes tipos de famílias criam seus filhos, baseando-se, para isso, em crenças e metas parentais. O conhecimento desse complexo sistema de ideias, noções e modos de cuidar assumidos pelos pais, no que concerne particularmente às emoções, parece fundamental para a compreensão dos processos de desenvolvimento socioemocional de crianças

e, por isso, o estudo dos mesmos se deu principalmente em relação à emoção e às dimensões de autonomia e relação interpessoal. Participaram da pesquisa um total de 30 famílias residentes da cidade do Rio de Janeiro, sendo 10 nucleares, 10 reconstruídas e 10 monoparentais, com pelo menos um filho de até dois anos de idade. A partir da análise dos dados foi possível identificar que os participantes valorizaram tanto autonomia, quanto relação, indicando preferência pelo desenvolvimento de self autônomo-relacionado. Para os dados sobre emoções, encontraram-se diferenças entre mães e pais, e entre pais dos diferentes grupos. Do total de participantes (pais e mães), 84,2% consideraram que cabe aos pais ensinar às crianças os nomes que damos às emoções e como podemos manifestá-las, e apenas 15,8% pensam que elas devem aprender isso sem orientações dos pais. Os resultados foram discutidos em termos dos perfis materno e paterno de cuidadores e do momento em que se encontram os filhos nas etapas iniciais da ontogênese, no contexto sociocultural estudado. Dessa forma, esse estudo possui implicações importantes para o entendimento das trajetórias de socialização da emoção e seus possíveis impactos no desenvolvimento infantil inicial.

Trilhando caminhos: orientação profissional em escolas públicas como sensibilização para projeto de vida e carreira

Gessica Nascimento dos Santos; Fernanda Aguilera (USP); Ana Karolina Nunes Silveira (Faculdade Pio Décimo)

No Brasil, o Ensino Médio parece ser o período educacional que demanda maior preparação do indivíduo como agente da sua própria vida. É quando o estudante começa a enfrentar dilemas referentes a planejamentos futuros; e a busca por profissionalização e preparação para o mercado de trabalho estão entre as necessidades fundamentais para o desenvolvimento de suas potencialidades. Discute-se, então, a demanda social a esse respeito na educação pública, defendendo a importância da Orientação Profissional nesse contexto, pois a falta de projetos futuros de seu público tem gerado dificuldades tanto na educação, quanto na inserção dos jovens no exigente mercado de trabalho. Diante disso, relata-se experiência cujo objetivo é orientar alunos do ensino médio das escolas públicas no processo de escolha profissional, bem como sensibilizá-los para a construção do projeto de vida e carreira. Volta-se a alunos que estejam cursando o terceiro ano do ensino médio em escolas públicas. O plano de ação é composto por sete etapas, tendo como metas: sensibilizar os jovens para as exigências do mercado de trabalho, possibilidades de escolha, preparação profissional e a importância de uma decisão consciente e autônoma; prover condições que estimulem o autoconhecimento e o conhecimento das profissões; discutir influências e determinantes, como aspectos socioemocionais e possíveis barreiras na escolha profissional, bem como estratégias para melhor lidar com essa realidade. Isso é operacionalizado na forma de 8 a 12 encontros grupais na própria escola, com uso de dinâmicas, atividades, rodas de conversa. Como resultados, observa-se facilitar a escolha profissional e a construção de um projeto de vida e carreira pelos adolescentes, colaborando em favor de tomada de decisões autônomas, além da construção de um projeto de vida e carreira, apoiados na realidade do mundo do trabalho e conscientes das fragilidades pessoais, das barreiras que interferem nas escolhas e das possíveis formas de superá-las.

Um caso de cuidado: esferas de experiência e reconfiguração do self.

Alane Ribeiro Leite (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Marilena Ristum (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Leonardo Lima (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Brena Carvalho (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Ana Clara Bastos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Julianin Araujo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

O envelhecimento populacional e o aumento da incidência de doenças crônico-degenerativas tornaram-se característicos do atual perfil demográfico e epidemiológico brasileiro. Destacam-se dois grupos populacionais: o idoso, com limitações parciais ou integrais nas atividades, decorrente de alguma doença ou acidente, e a família, considerada a principal cuidadora em tais situações. Um dos desafios desse contexto é a vivência do luto antecipatório, por ocorrer anteriormente à morte. Essa vivência favorece uma adaptação à situação, permitindo uma preparação para a morte, tanto para a família como para o paciente. Esses processos adaptativos estão em conexão com os de desenvolvimento do self. Assim, esse estudo objetiva compreender os processos semióticos envolvidos nas trajetórias de cuidado do cuidador jovem, analisando a dinâmica da construção dos signos relacionados às práticas desenvolvidas e à configuração dos seus selfs. Visa, também, analisar o luto antecipatório como um processo transicional e, conseqüentemente, à manutenção da estabilidade dinâmica do self dos cuidadores. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas narrativas, realizadas com três participante, cujas mães necessitavam de cuidados. Os dados foram organizados e analisados em categorias, sendo possível considerar que a prática do cuidado familiar é, muitas vezes, exaustiva e desgastante, acarretando em mudanças significativas em esferas da vida dos envolvidos. Dessa forma, a vivência das mudanças e perdas implicadas no

cuidado, ratificam a função do processo do luto antecipatório como um elemento que auxilia nas ressignificações e na adaptação a uma nova realidade. Por outro lado, os dados mostram que a experiência tem um aspecto gratificante, ao possibilitar novas dinâmicas de interação entre as pessoas envolvidas. É notável a carência de políticas que atendam às necessidades do cuidador, como a oferta de grupos de apoio e orientação sobre a prática de cuidados, e, além disso, a oferta de suporte psíquico e social para o idoso.

Aplicativo Android para Pesquisa e Inovação em Psicologia do Desenvolvimento.

Raphael Moura Cardoso (Pontifícia Universidade Católica de Goiás / Universidade de Brasília); Maria Luiza Bitencourt Silva Couto (Universidade Federal de Goiás); Ludmyla Bárbara Quirino Lima (Pontifícia Universidade Católica de Goiás); Patrícia Eiterer Souza Pinto (Universidade Federal de Goiás); Mateus Rodolpho Peres Farias (Universidade Federal de Goiás); Marcelo Barros de Carvalho Júnior (Universidade Federal de Goiás); Thais Rocha Souza Tavares (Pontifícia Universidade Católica de Goiás)

Dispositivos móveis baseados em tecnologia touchscreen oferecem novas formas de investigar a interação humano-computador e suas implicações no desenvolvimento infantil. Produzimos um aplicativo para tablets com sistema Android® com duas tarefas de causalidade destinadas para pesquisa com crianças em idade pré-escolar: 1) e-Marble Task foi desenvolvida utilizando LibGDX em JAVA; 2) e-Trap Tube Task foi desenvolvida em linguagem C# e utilizando a game engine Unity© 5.6.1. O desenvolvimento do aplicativo seguiu o modelo de desenvolvimento de software de prototipagem de ciclos incrementais de implementação. O aplicativo desenvolvido permite registrar dados relacionados ao desempenho como: tempo de interação; duração do gesto; trajetória do gesto; número de gestos, sucesso e fracasso por tentativa. O aplicativo também oferece a opção de representar graficamente a interação gestual do usuário durante suas tentativas de resolução da tarefa (heatmap e reprodução do gesto). A observação de uma amostra de crianças com idade entre 2 e 4 anos sugere que o desempenho das mesmas com a e-Marble Task se assemelha àquela observada com o aparato físico descrito na literatura. O engajamento na tarefa apresentada no aplicativo é facilitado pela demonstração do modelo. O aplicativo pode ser utilizado em pesquisas sobre desenvolvimento e entendimento de causalidade em crianças em idade pré-escolar ou por sujeitos não-humanos para fins comparativos.

As mídias sociais na vida dos adolescentes

Daely Luna da Silva Pimentel; Mariana de Oliveira Sobreira (Faculdade Martha Falcão); Adinete Sousa da Costa Mezzalira (Faculdade Martha Falcão)

Este trabalho relata as atividades práticas do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Faculdade Martha Falcão - DeVry realizadas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus - AM. Com base nas observações acerca da dinâmica escolar pôde-se constatar que as mídias sociais têm grande influência na vida dos adolescentes, pois estimulam os alunos a manifestarem comportamentos dissociados de sua realidade social. Assim, foi construída uma intervenção para identificar a influência dos Youtubers na vida dos adolescente. Para isto, foram realizados 4 encontros com os alunos do 6º ano com 12 anos de idade. No primeiro encontro, com a utilização da colagem de figuras, os alunos criaram um canal no Youtube. No segundo encontro, foi feito um debate sobre o lado "glamoroso" da vida dos youtubers. No terceiro encontro, foi apresentada a realidade dos youtubers, com vista a desconstruir a visão fantasiosa de alguns vídeos. No último encontro, após uma reflexão sobre os youtubers, os estudantes construíram outro canal, por meio da atividade de colagem. Com o desenvolvimento das intervenções focalizadas nesta problemática, constatou-se algumas mudanças de pensamento e comportamento nos adolescentes, tais como: (a) desconstrução das ideologias transmitidas pelas mídias sociais, (b) reflexão sobre o projeto de vida; e, (c) influência dos "Youtubers" na propagação da falsa aparência. Em geral, os alunos verbalizaram a necessidade de possuir bens materiais como forma de autoafirmação, mas depois das intervenções, percebeu-se elementos de conscientização, conforme observado no relato do aluno: "Eu sei que para eu alcançar os meus sonhos e ter tudo o que quero, preciso estudar e trabalhar muito, mas hoje, já entendo melhor a realidade da sociedade em que vivemos". Frente ao exposto, os resultados mostram a importância do psicólogo escolar desenvolver atividades que promovam o processo da conscientização e emancipação humana.

As transformações nas interações mãe-bebê: A influência tecnológicas das últimas décadas

Luciana Fontes Pessôa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Emilie Alice Will Martins (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio)

Segundo a Teoria do Apego de John Bowlby, para o desenvolvimento de segurança do bebê, base para exploração do meio ambiente em que está inserido, mãe e filho devem construir uma relação de afeto, acolhimento e confiança, sendo o primeiro ano de vida fundamental para essa relação (Vicente, 2009). A

responsividade materna faz-se fundamental para que um bom vínculo possa ser construído entre a díade mãe-bebê desde etapas iniciais do desenvolvimento (Ribas & Seidl-de-Moura, 2004). A qualidade na relação permitirá ao bebê construir referências sociais positivas para suas futuras interações sociais; assim como para organização de modelos de funcionamento psicológico e para regulação de suas emoções (Pontes, Silva, Garotti, & Magalhães, 2007). O presente trabalho buscou investigar, através de uma revisão integrativa, como as interações entre a mãe e o bebê vêm se transformando nas últimas décadas, a partir da inserção e influência da tecnologia nesse processo de construção interacional. Buscou-se identificar quais foram as transformações mais evidentes e como elas estão ocorrendo. Discutiu-se as possíveis consequências para o desenvolvimento infantil de uma geração que está nascendo e crescendo sob a influência cotidiana da tecnologia. Relatou-se ainda, como a tecnologia está sendo utilizada pelas mães, a importância atribuída à tecnologia dentro da relação mãe e bebê e o quanto esta é utilizada no cotidiano com as crianças. Instigar essa discussão e investigar as possíveis transformações na relação entre a mãe e seu filho, ainda em uma fase inicial de seu desenvolvimento, pode ser benéfico para diferentes áreas do desenvolvimento infantil. Acredita-se que tal investigação possa contribuir para a Psicologia, Educação e áreas afins, assim como para mães e pais que buscam o desenvolvimento saudável de seus filhos em um âmbito mais global, em termos físicos, sociais, psicológicos e emocionais.

Criatividade e Educomunicação: a tecnologia na educação, desafios para estudantes e professores

Stephane Lorrane fernandes Alves; Janete Cardoso dos Santos (UCB)

A sala de aula se tornou informatizada, conectada e interativa, possibilitando novos meios de desenvolvimento para estudantes e professores. Isso foi possível através do avanço tecnológico e da acessibilidade a estes recursos. A participação ativa e o estudante como parte do processo de aprendizagem trazem novas possibilidades de aprendizagem. O objetivo geral deste trabalho é compreender como a criatividade e os recursos da educomunicação podem ser ferramentas facilitadoras para o processo de aprendizagem dos estudantes dentro das escolas. Nesta pesquisa foi utilizado o método qualitativo descritivo. Foram realizadas entrevistas com professores de escola de Educação Básica e de Universidade do Distrito Federal. Foi utilizado também o método de grupo focal, pois condiz com as primícias da educomunicação, colocando o sujeito ativo nos meios, se apropriando das tecnologias da comunicação, fortalecendo e estimulando a comunicação social. A parte teórica foi elaborada a partir dos teóricos Yves Bertrand e Paula Sibilia, entre outros. A partir dos dados nesta pesquisa foi possível perceber que nas salas de aulas os alunos e professores preferem o método tradicional de ensino, com aulas expositivas. A internet de acordo com professores entrevistados não é utilizada como ferramenta de estudo entre os alunos, foi elencado também que as tecnologias podem promover criatividade, porém não voltada aos estudos. No contexto atual os espaços de aprendizagem estão cada vez mais ampliados, e suas configurações são diversas, porém estes espaços são insuficientes para dar conta das demandas dos estudantes. A educação é atravessada por diversos fatores, e a inserção da tecnologia para o aprimoramento dos processos educacionais encontram diversas barreiras.

Habilidades Sociais e Robótica Educacional: correlatos de adolescentes

Ana Amábile Gabrielle Rodrigues Leite (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ); Fauston Negreiros (UFPI); Ludgleydson Fernandes de Araujo (UFPI); Hemily Azevedo de Araújo (UFPI)

Com todas as alterações que vem transformando o cenário brasileiro, nascem propostas de recursos metodológicos a serem empregados no âmbito escolar, para auxiliar na construção de conhecimento e é nesse contexto que surge a Robótica Educacional - RE . Incluída desde a década de 60 por Papert, pelas suas possibilidades na facilitação do processo de aprendizagem. Na atualidade, a RE tem sido utilizada para contribuir no desenvolvimento de competências e algumas habilidades ao indivíduo em seu meio social. Objetivo: Este estudo buscou analisar e comparar os correlatos das Habilidades Sociais e RE entre alunos que fazem o uso de RE com arduíno frente a alunos que não fazem seu uso. Método: Contou-se com 60 alunos da rede privada da cidade de Parnaíba-PI, 30 alunos que fazem uso da RE e 30 que não a utilizam no processo de aprendizagem. A faixa etária dos alunos variava entre 12 a 17 anos com média de idade de 13 anos (DP = 1,76), sendo 61,7% do sexo masculino, e 71,7 % dos respondentes se encontravam no ensino fundamental. Os dados foram analisados no SPSS. Resultados: Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para as frequências nas subescalas: empatia, autocontrole, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social quando comparados os grupos. Os adolescentes que não fazem o uso de RE demonstraram maior dificuldade para manifestar comportamentos socialmente habilidosos para as classes: empatia, autocontrole, civilidade e assertividade. E também apresentaram menor frequência de comportamentos relativos à assertividade. É possível observar que adolescentes que fazem o não uso de RE emitem com maior dificuldade comportamentos relativos às subescalas:

empatia, autocontrole, civilidade e assertividade. A maioria das interações significativas apontam para um déficit no repertório de HS em adolescentes que não praticam RE, quando em comparação com adolescentes que já faziam seu uso há pelo menos um ano.

O Medo de Ficar de Fora: Implicações em Fatores Psicossociais

Vitória Ermel Córdova; Vitória Ermel Córdova (UFRGS); Fabiane Friedrich Schütz (UFRGS); Jorge Castellá Sarriera (UFRGS)

O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre autoeficácia, bem-estar e uso de tecnologias ubíquas em indivíduos com altos e baixos níveis de medo de ficar de fora (FoMO). FoMO se caracteriza pela percepção de que outros possam estar tendo experiências gratificantes em sua ausência. Participaram deste estudo 223 adultos entre 18 e 35 anos ($M = 25,8$; $DP = 5,04$), divididos quanto aos seus índices na escala de FoMO. Foram classificados em dois grupos: primeiro quartil de menor FoMO (Grupo 1) e último quartil de maior FoMO (Grupo 2). Aqueles do segundo e terceiro quartil não foram considerados para esse estudo. Para verificar em que medida as diferenças observadas entre os grupos revelam um perfil discriminante das variáveis, foi realizada uma Análise Discriminante. Foram consideradas como variáveis independentes os itens da escala Escala Geral de Autoeficácia Percebida (EGAP), a escala de item único de bem-estar Overall Life Satisfaction (OLS), cinco itens relativos à frequência de uso, oito itens relativos ao tipo de uso e, como variável dependente, o nível de FoMO (Grupo 1 e Grupo 2). A função discriminante obtida é significativa ($\chi^2(24) = 63,16$, $p < 0,001$), apresenta uma correlação canônica discriminante de 0,511, e é aceitável, pois classifica corretamente 73,1% dos participantes nos seus respectivos grupos. A variável com maior carga discriminante (.435) foi a de acesso às redes sociais a favor do Grupo 2. Cinco variáveis relativas à autoeficácia e o item de bem-estar discriminaram em favor do Grupo 1. Com relação a frequência de uso, três variáveis discriminaram a favor do Grupo 2. Os resultados do trabalho corroboram com a literatura encontrada que demonstra que indivíduos com altos níveis de bem-estar e autoeficácia apresentam baixos níveis de FoMO e que o uso de redes sociais está associado a altos níveis de FoMO.

Redes Sociais e Mudanças Comportamentais em Crianças e Adolescentes

Celia de Jesus Santana Iriarte; Jana Maruska Buuda da Matta (UESB); Karine Santana Silva (UESB); Moane de Carvalho Aguiar (UESB)

O desenvolvimento tecnológico se apresenta hoje como mecanismo de transformação em vários aspectos da vida humana, exercendo grande influência nos comportamentos, interferindo nas relações interpessoais e produzindo novas subjetividades. A internet, através das redes sociais como Facebook, WhatsApp, Twitter, Instagram, dentre outros, tem dado novo direcionamento na vida dos indivíduos conduzindo-os a novas maneiras de pensar, agir e de se relacionar, introduzindo-os em relações virtuais com pessoas de todo o mundo, possibilitando novas formas de acesso ao saber. O objetivo deste trabalho foi verificar o tempo em que crianças e adolescentes passam diante dos meios de comunicação midiáticos, perceber se há o monitoramento dos pais ou responsáveis, e ainda caracterizar as vantagens e desvantagens da Internet, sobretudo das redes sociais, na vida dos adolescentes e das crianças. Para isso foi realizada uma amostragem aleatória, com aplicação de questionário sobre o acesso à Internet, com 74 adolescentes com idade entre 12 e 20 anos, de um bairro periférico de Vitória da Conquista – BA. Constatou-se que 89% dos adolescentes pesquisados têm acesso a internet, seja em sua própria casa, seja em outros ambientes. Desses, 18% permanecem mais de 7 horas diárias conectados às redes de relacionamentos sociais, com total liberdade. Em relação às pesquisas desenvolvidas com as crianças, a entrevista com as mesmas e com os responsáveis, especificamente os pais, foi o instrumento utilizado para analisar os dados e seus respectivos resultados. Por conseguinte, existe a necessidade de uma reflexão sobre os efeitos colaterais causados pelos meios de comunicação midiáticos, quando estes são usados de forma irracional, considerando que tem potencial para influenciar na vida das pessoas interferindo em seu modo de ser, produzindo, enfim, indivíduos incapazes de agir de forma livre e consciente.

Releitura do Documentário “Pro Dia Nascer Feliz”: Considerando as Habilidades, Requisitos e Instrumentalização do Psicólogo para a Atuação Nos Contextos Educacionais

Bruna Larissa de Souza Porfírio; Andrea Mikaelly Teixeira Silva (FACESF); Amanda Kemylli P. Alves (FACESF); Maria Tatiane de Souza Oliveira (FACESF); Maria Eneilly Alves dos Santos (FACESF)

O presente trabalho é uma breve releitura do documentário “Pro dia nascer feliz” onde serão mostradas algumas situações escolares recorrentes e a importância da presença do Psicólogo Escolar/Educacional nessas situações, como ele pode utilizar de estratégias, junto à comunidade escolar, para uma intervenção eficaz ajudando o desenvolvimento educacional e prevenindo possíveis problemas futuros. Serão apresentadas ainda

algumas das ferramentas investigativas do qual o Psicólogo Escolar/Educacional utiliza para compreender o que acontece no ambiente escolar, os conflitos, os problemas, o todo e suas particularidades, para que assim possa utilizar das estratégias de intervenção que melhor se aplica a demanda observada.

O presente trabalho tem como objetivo divulgar as ferramentas de investigação que o psicólogo escolar utiliza para identificar situações/problemas bem como estratégias de intervenção e a importância do Psicólogo Escolar/Educacional na comunidade educacional, uma vez que há uma carência muito grande desse profissional. O método de pesquisa utilizada foi análise do documentário “Pro dia Nascer feliz” e leitura sobre a atuação e ferramentas utilizadas pelo psicólogo escolar/educacional. A partir da leitura fizemos uma análise sobre o documentário e mostramos a importância da Psicologia Escolar/Educacional para o ambiente escolar e sua comunidade. Como hipótese mostrar como o psicólogo escolar/educacional auxilia no desenvolvimento do ambiente escolar e na sua comunidade. Os resultados que esperamos obter seria chamar a atenção das políticas públicas para mostrar a influência de um psicólogo escolar/educacional dentro do ambiente escolar. Concluímos que o psicólogo escolar desenvolve, apoia e promove a utilização de instrumentos adequados para o melhor aproveitamento acadêmico do aluno a fim de que este se torne um cidadão que contribua produtivamente para a sociedade. É de extrema importância para a comunidade escolar uma vez que está ali para garantir um desenvolvimento educacional saudável e garantir um ambiente propenso ao processo de aprendizagem dos alunos.

Tecnologia Assistiva e inclusão escolar: a visão de pais de alunos que frequentam sala de recursos multifuncionais

Carina Pimentel Souza Batista (Universidade Estadual de Feira de Santana); Maria Natália Santos da Silva (Universidade Federal de Sergipe); Ana Evelyn dos Santos (Universidade Federal de Sergipe); Ery Karoliny Teles dos Santos (Universidade Federal de Sergipe); Suzana Maria Rosenda Nunes (Universidade Federal de Sergipe)

Durante muito tempo a deficiência foi vista como um problema individual, mas mudanças nos paradigmas sociais e científicos trouxeram avanços significativos para as pessoas com deficiência, principalmente em relação às ajudas técnicas, onde percebeu-se um movimento por parte da sociedade para melhor atender às demandas desta população. Nessa direção, compreende-se que, não apenas os professores, mas os pais têm papel fundamental na inclusão de seus filhos e devem, portanto, ter ciência dos benefícios destas tecnologias para o desempenho escolar de seus filhos para que sejam capazes de exigir, junto com a escola, os recursos que mais se adequam às necessidades daquela criança, que se refletem também em seus direitos. Este estudo é o resultado de um Projeto de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Sergipe, realizado no período de Agosto de 2016 a Junho de 2017, em instituições educacionais municipais que contam com sala de recurso multifuncional, cujo objetivo principal foi compreender a visão dos pais em relação ao uso de recursos de Tecnologia Assistiva no processo de inclusão escolar de seus filhos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 pais e submetidas à Análise Temática de Bardin (1977/2009). Surgiram três categorias: 1) Envolvimento dos Pais na Inclusão Escolar, 2) Desconhecimento sobre Tecnologia Assistiva e 3) Dificuldades para a inclusão. Percebeu-se, portanto, tentam se envolver neste processo através do reconhecimento e exigência de alguns direitos no processo de inclusão, porém não questionam as ações e recursos que são utilizados pelos seus filhos na sala de recursos. A pesquisa concluiu que os pais precisam se aproximar mais da escola para conhecer os recursos e estratégias que estão sendo utilizados pelos seus filhos, como também as dificuldades desse processo a fim de tentar garantir sua inclusão de forma mais eficaz.

A Psicologia na Atenção a População em Situação de Rua

Nathaly Gonçalves Bastos de Souza

O propósito deste estudo é abordar os resultados de uma pesquisa realizada a partir do olhar da Psicologia sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua, na cidade de Salvador no período de 2000 a 2014. Com as mudanças no cenário sócio-político brasileiro a partir da década de 80 e a ampliação da área de atuação da Psicologia, esta passa a expandir a Assistência para outras classes sociais, incluindo a População em Situação de Rua. Nesse sentido, o estudo identifica 10 (dez) dos Equipamentos/Serviços baseados nos princípios do Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, em atividade, que surgiram como desdobramentos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Neles, a Psicologia vem atuando na atenção à População em Situação de Rua, com práticas baseadas nos direitos sociais e no trabalho em Rede, tendo como conceitos norteadores a clínica ampliada e clínica peripatética, voltados para a construção de novos projetos de vida. Após realização de uma pesquisa documental, aliada a uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa de caráter descritivo, foi possível identificar as características: público alvo, atividades desenvolvidas,

ano de fundação, financiamento, Políticas Públicas e composição das Equipes. Dessa forma, a elaboração do presente trabalho possibilitou a ampliação do olhar sobre a atuação da (o) psicóloga (o) para uma área ainda pouco trabalhada no meio acadêmico, permitindo refletir que as situações que emergem nos cenários das ruas são singulares, reforçando a imperiosa necessidade de compreender o cuidado numa perspectiva íntegra e inclusiva.

Aprendizagem como direito às crianças: revisão integrativa de publicações da UNICEF

Matheus dos Santos da Silveira; Joana Maria Veiga de Lima (Universidade Federal do Pará)

O quarto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim como a Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Crianças atestam que uma educação inclusiva e equitativa de qualidade deve ser garantida, por ser um direito que toda criança possui e por ser capaz de desenvolver a personalidade e o talento de cada criança ao seu maior potencial. O Fundo das Nações Unidas para a Infância desempenha um significativo papel no que diz respeito a influenciar políticas e discussões referentes a temas como ao processo de aprendizagem infantil, por exemplo. O presente trabalho, nesse sentido, buscou analisar as publicações da Organização na última década, verificando como a mesma vem tratando da aprendizagem infantil como um direito, considerando esse processo como fundamental para o seguimento da educação de uma criança, e futuramente, de um adulto. Para o cumprimento desse objetivo foi empreendida uma revisão integrativa das publicações encontradas no site oficial da UNICEF, a partir da utilização de critérios de inclusão (data de publicação; palavras-chave) e de exclusão (publicações que não discutiam a aprendizagem infantil). Após a aplicação dos critérios 18 publicações foram selecionadas para a análise. A análise das publicações aponta que desigualdades políticas, econômicas e sociais acabam moldando as chances de crianças acessarem uma educação de qualidade; embora os indicativos tenham progredido, disparidades ainda existem em diversas regiões e países, sendo fatores como a pobreza condicionante ou não ao acesso; ademais, as necessidades infantis devem ser analisadas em conjunto ao seu processo de desenvolvimento, considerando a aprendizagem um resultado de um satisfatório desenvolvimento. Conclui-se que a UNICEF realizou significativas pesquisas e ações quanto ao tema, entretanto, é necessário um esforço conjunto, para o alcance da garantia do direito à aprendizagem satisfatória para as crianças, desde a sociedade civil a organismos multilaterais.

Comprometimento de adolescentes com a efetivação dos Direitos Humanos e percepção do estilo de socialização parental

Ana Beatriz Varela Gonçalves da Penha; Cleonice Pereira dos Santos Camino (UEPB); Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz (UFRN – FACISA)

O presente estudo investiga, em estudantes da cidade de João Pessoa – Paraíba –, as relações entre comprometimento que eles dizem que terão, no futuro, com os Direitos Humanos (DH) e os estilos de socialização que eles julgam que seus pais usam. As bases teóricas que fundamentam este estudo são relativas ao modelo dimensional de estilos parentais proposto por Musitu e García. Além disso, é utilizada a perspectiva psicossociológica adotada por Willem Doise para compreensão dos DH como uma construção social que ocorre através de várias gerações. Participaram dessa pesquisa 299 estudantes do ensino médio, do sexo masculino e do sexo feminino, alunos de uma escola pública, que responderam a questões sociodemográficas e às seguintes escalas: Parental Acceptance-Rejection Questionnaire (PARQ) e a Escala de Comprometimento com os DH (EC-DH). Dentre os resultados encontrados, verificou-se que as médias de comprometimento com os DH de diferentes gerações foram influenciadas pela forma como os estudantes perceberam o uso dos estilos de socialização pelos seus pais. Além disso, observou-se, com relação à idade dos participantes, que os adolescentes mais velhos apresentaram maior comprometimento com os direitos ambientais quando comparados com os mais novos. Não houve outros efeitos significativos com relação às variáveis “idade” e “sexo”, e não ocorreram interações significativas.

Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Direitos que a lei não garante

Rafaela Elias Da Silva; Lucas Miranda (UEPB); Maria Lígia De Aquino Gouveia (UEPB); Jailma Belarmino Souto (UEPB)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, representou grande avanço na luta pela promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente. Entretanto a existência de uma lei não assegura a sua efetivação. No campo da proteção, uma das medidas é o acolhimento institucional, que tem como público alvo crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, necessitando provisoriamente serem atendidos fora de seu núcleo familiar de origem. Este trabalho relata uma experiência de extensão em uma instituição de acolhimento localizada no município de Campina Grande-PB. A partir da problemática que estão submetidas estas crianças e adolescentes, foram desenvolvidas oficinas, com o objetivo de proporcionar um espaço de

construção singular através do brincar, desenhar, criar e se expressar livremente. As oficinas lúdicas proporcionaram a estas crianças e adolescentes se colocarem enquanto sujeitos, serem escutadas em sua dor e acolhidas na sua singularidade, abrindo possibilidades de criar novos caminhos e posições subjetivas para dar conta de forma produtiva de suas experiências. A partir de fragmentos colhidos nas oficinas, pode-se perceber que o direito a expressão afetiva, a fala e ao brincar, algo imprescindível para a constituição da subjetividade humana, não é tão contemplado no espaço institucional, sendo substituído pela disciplina, punição, rigidez e silenciamento. As crianças trouxeram, de forma recorrente, no espaço das oficinas, as ameaças de castigos e a preocupação constante de apresentar bom comportamento, assim, eram levadas a abrir mão de suas singularidades frente a possibilidade de serem punidas ou tidas como inadequadas. Podemos concluir que essas oficinas possibilitaram a estas crianças e adolescentes espaços de reconstrução de suas próprias histórias de vida, favorecendo sua participação social enquanto sujeito e cidadão.

Do silêncio ao poder da fala: Corpos que retratam experiências femininas

Larissa Bahia Ribeiro; Thainan Vargas de Souza (Universidade Federal da Bahia); Clara Guimarães de Macêdo (Universidade Federal da Bahia); Beatriz Germana da Silva Cruz (Universidade Federal da Bahia)

O trabalho descreve o processo de investigação da percepção de mulheres acerca da banalização da violência contra a mulher nos dias atuais, além da tentativa de compreender em quais instâncias isto se dá na sociedade. Para tanto foi escolhido um grupo de quatro mulheres que fazem parte de um coletivo composto pelas mães das crianças da creche Dinaelza Coqueiro, localizada na cidade de Vitória da Conquista – BA. A abordagem metodológica utilizada para coleta e interpretação dos dados foi a qualitativa, através da realização de rodas de conversa que trabalharam a questão da naturalização das formas de violência na sociedade – a violência doméstica sobretudo, as expressões do machismo, e as formas de empoderamento possíveis para a construção de um pensamento crítico e de formas de resistência a estas atitudes. Estes momentos culminaram na produção de cartazes contendo dizeres das participantes sobre seus pensamentos e vivências e um posterior ensaio fotográfico com as mesmas no intuito de potencializar as qualidades e reforçar a autoestima e a força que cada uma possui. Considerando que a configuração da sociedade durante muito tempo – e até hoje – se deu sobre bases patriarcais nas quais a visão difundida era a de que o corpo feminino pertencia ao homem e a ele a mulher devia subserviência, como mostram os registros históricos – e que dão respaldo a diversas práticas abusivas por parte dos homens para com suas companheiras, há que se pensar no feminismo e suas expressões enquanto movimento contrário que refuta esta visão.

Lar, Possível Lar: Projeto de Extensão em Psicologia Infante/Juvenil com Meninas em Casa de Acolhimento Institucional

Larissa Moura da Silva; Syzaine Pâmela Santana da Silva (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA); Jailma Belarmino Souto (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA); Maria Lígia de Aquino Gouveia (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA)

As ideias difundidas hoje acerca da infância e da adolescência resultam de movimentos históricos, econômicos e sociais que modificaram a sociedade, possibilitando a solidificação dos laços de família e a transformação dos sentimentos afetivos em relação à criança e ao adolescente. Contudo, a demarcação de tais conceitos mostra-se insuficiente para garantir o amparo necessário ao infante até sua autonomia, já que não se tratam de decretos oriundos do meio externo, mas da disponibilidade interior do casal em adotar um filho em seu desejo. Deste modo, diante da impossibilidade da criança ter os cuidados assegurados pelo par parental, o Estado assume sua tutela através de instituições de acolhimento. O presente trabalho apresenta uma experiência de extensão realizada com um grupo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na cidade de Campina Grande/PB, este, através de oficinas lúdicas, promove a escuta de sujeitos marcados pelo desamparo que nasce no seio familiar e estende-se ao âmbito institucional. As oficinas tem por objetivo abrir espaço para a fala das crianças do modo como as mesmas podem falar. É um espaço de acolhimento e reelaboração às questões colocadas, em que aposta-se no empoderamento do sujeito a partir da construção e ressignificação de sua história de vida.

Oficina de contação de histórias: uma intervenção da psicologia no CRAS

Cristina Sommer Murara; Michelly do Rocio Dellecave (Universidade do Vale do Itajaí)

O sistema único de assistência social está dividido em duas proteções sociais – básica e especial. Um dos serviços da proteção social básica é a Proteção e Atendimento Integrado à Famílias (PAIF), sendo um dos seus objetivos apoiar famílias por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2009). Esse trabalho foi realizado com crianças que acompanhavam as suas mães/responsáveis que

participavam de grupos de PAIF na sede de um CRAS localizado no litoral norte de SC. O objetivo era promover, através de oficinas de contação de histórias, um espaço de reflexão, de socialização e fortalecimento da convivência comunitária. O trabalho com crianças através do contar histórias, pode ser pensado como facilitador para que estas falem de seu cotidiano, produzindo movimentos em direção a espaços de vida e saúde mental (WAPERCHOWSKI, 2012). O público alvo foram crianças na faixa etária de 3 a 9 anos de idade. Para a realização das oficinas, utilizou-se miniaturas de bonecos e uma casa de madeira e problematizou-se a respeito das representações de família e das possíveis diferentes dinâmicas destas. Livros da literatura infantil também foram utilizados, tendo-se sugerido que cada participante contasse uma parte da história à seu modo. Após a contação de histórias, estas faziam um desenho daquilo que foi trabalhado. Durante as oficinas, algumas demandas foram sendo levantadas, como indícios de atraso no desenvolvimento, violência na família e isolamento social, sendo todas repassadas à psicóloga do PAIF, que fazia as intervenções necessárias. Foi possível perceber que através da arte, do lúdico e da fantasia, foi possível trabalhar as relações familiares e comunitárias, bem como, a importância do respeito à natureza, aos animais e às pessoas, além de despertar o gosto pela leitura.

Psicologia Comunitária e a Experimentação Política da Amizade: Um Bom Encontro

Gracielle Lima de Oliveira; Livia Godinho Nery Gomes Azevedo (UFS); Laís Sousa Batista de Oliveira (UFS); Ana Marillya de Matos Carneiro (UFS)

O presente trabalho analisa dados da pesquisa-intervenção realizada em uma comunidade rural, cujo objetivo foi auxiliar na articulação de trabalhos coletivos. Fazendo uso da experimentação política e discursiva da amizade, buscou-se desenvolver um engajamento entre a comunidade, viabilizando a abertura ao outro numa relação democrática. Em seu sentido político, a amizade possibilita o questionamento sobre ideias já formadas e a irrupção de ações inovadoras. A experimentação cria uma relação de afetações, resultando em um vínculo de acesso à alteridade, aumentando a capacidade de raciocínio e ação do amigo, sendo essencial no desenvolvimento das relações humanas. Incentivando a criação de vínculos afetivos e cooperação grupal por meio de rodas de conversas que visam fortalecer o corpo coletivo, almeja-se a autonomia dos moradores no enfrentamento e resolução dos problemas comuns.

Os dados provêm de visitas realizadas durante o período de um ano, registradas em diários de campo, e da análise de entrevistas semi-estruturadas feitas com 12 participantes adultos de ambos os sexos. Na análise das entrevistas foi possível notar a importância dada às rodas de conversas como força motivadora, possibilitando discussões e resoluções democráticas para algumas adversidades, assim como questionamentos quanto às políticas públicas. Com o fortalecimento dos vínculos, os participantes montaram uma horta coletiva, passando a participar de feiras, bem como fornecer produtos para uma companhia de produtos agrícolas.

Apesar desse reconhecimento, alguns participantes mostram certa aversão a esse modelo de organização, apresentando resistência quanto a estabelecer um horário fixo para rodas de conversa. Esse movimento ocasiona dificuldades na resolução de conflitos internos, gerando a desarticulação do coletivo. Aliadas a essa desarticulação, as falhas das políticas públicas atravessam a comunidade, ocasionando desânimo e dependência por parte dos moradores.

A formulação de problemas matemáticos por crianças

Leidy Johana Peralta Marín (UFPE); Alina Galvão Spinillo (UFPE); Maria Angélica Bandeira Serafim de Araújo (UFPE)

No campo da Psicologia da Educação Matemática, a resolução de problemas é tanto um processo cognitivo como uma estratégia didática. Recentemente, outra faceta do raciocínio matemático surge como relevante de ser entendida do ponto de vista psicológico e desenvolvida do ponto de vista educacional: a capacidade de formular problemas que requer tanto conhecimentos matemáticos como linguísticos. O presente estudo, de caráter inovador, investigou a formulação de problemas envolvendo o conceito de divisão e de multiplicação. Crianças de baixa renda, alunas do 5º ano, formularam, por escrito, problemas de multiplicação e de divisão. As produções foram classificadas em quatro tipos: Tipo 1: a criança não formula um problema (frases soltas, resolução de uma operação); Tipo 2: o problema é incompleto; Tipo 3: o problema não requer outra operação que não a solicitada; e Tipo 4: o problema é formulado de maneira adequada. Observou-se que 28,5% das formulações não consistiam, efetivamente, em problemas matemáticos. Dentre os problemas formulados, apenas 37,1% eram do Tipo 4 (formulação adequada), o que indica que a maioria dos entrevistados não foi capaz de formular problemas de multiplicação e de divisão apropriadamente. A principal dificuldade identificada consistia em formular um problema completo em que todas as informações necessárias para sua resolução estivessem presentes em seu enunciado (informações numéricas, pergunta do problema). Diferenças entre os dois tipos de operação foram

encontradas, apontando uma maior dificuldade com a formulação de problemas de multiplicação do que de divisão. Concluiu-se que as crianças entrevistadas não possuem uma compreensão clara do que seja um problema matemático e que muitas daquelas que possuem essa noção não formulam problemas completos e passíveis de serem resolvidos. Implicações educacionais são discutidas. (Apoio FACEPE e CNPq)

A importância do brincar no desenvolvimento infantil

Layane Emília Costa Martins Prudencio; Ana Flávia Roxsany Calheiros Souza (Universidade Federal de Alagoas); Nataniele Tertuliano da Silva (Universidade Federal de Alagoas); Sheyla Christine Santos Fernandes (Universidade Federal de Alagoas)

A pesquisa foi realizada com o intuito de investigar o papel do brincar no desenvolvimento infantil. Para isso, foi discutido o conceito de brincadeira, brinquedo e jogo e em seguida analisou-se as contribuições do brincar para o desenvolvimento infantil. Os dados coletados foram artigos em Bases de dados online, a saber, CAPES, PePSI e SciELO. Os resultados coletados apontaram que a brincadeira é uma atividade livre e prazerosa, o brinquedo é caracterizado como objeto suporte da brincadeira e o jogo como uma atividade que possui regras. Com relação às contribuições do brincar, constatou-se o seu papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico do infante. É importante salientar que os conceitos de brincar dependem do contexto cultural nos quais estão inseridos, pois se tratam de atividades que possuem representações e significados variáveis de acordo com o local e a época em que se encontram.

A utilização de jogos de regras no âmbito das dificuldades de aprendizagem: estudo de caso

Izabela Orlandi Môro; Claudia Broetto Rossetti (UFES); Larissy Alves Cotonhoto (UFES)

Especialistas em psicologia do desenvolvimento têm destacado a importância dos jogos nas avaliações e nas intervenções com crianças com dificuldades de aprendizagem. Toma-se aqui como referência a teoria piagetiana, que considera três tipos de jogos: de exercício, simbólicos e de regras. No contexto clínico de atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem o emprego de jogos de regras serve para avaliação e intervenção. Na intervenção, são considerados instrumentos que possibilitam a produção de experiências importantes em termos de conteúdos escolares e do desenvolvimento de habilidades e de competências. Esta pesquisa se configurou em um estudo de caso clínico de uma criança de 9 anos. O modelo de atendimento foi multidimensional, abrangendo a criança, seus familiares e sua escola. A metodologia consistiu em realizar anamnese com a mãe da criança e atendimento clínico à criança em regime semanal. Foram realizadas vinte e uma sessões de atendimento com a criança, além de visitas a sua escola e intervenções junto a sua família. Os procedimentos utilizados nos atendimentos foram principalmente jogos de regras. A criança cursava o 3º ano do Ensino Fundamental com reprovação no 2º ano. Não possuía diagnóstico e não fazia utilização de medicamentos. A queixa inicial era de dificuldades escolares relativas ao desempenho e à concentração em sala de aula. Como resultados constatou-se maior dificuldade na área de leitura e escrita. No decorrer das sessões, constatou-se que a criança apresentava automotivação e interesse em realizar as atividades propostas. Identificou-se também a utilização da memorização para diminuir o impacto de suas dificuldades. Todavia não foi identificada capacidade de planejamento, antecipação de estratégias e generalização de ações. As intervenções seguiram para que a criança desenvolvesse novos recursos cognitivos e foi orientado que fizesse acompanhamento de reforço escolar. Concluiu-se que o processo terapêutico associado ao reforço escolar o fez avançar em suas dificuldades.

BRINCANDO NO MUSEU: os desafios de uma brinquedoteca em um Museu de Ciências

Maria Mônica Gomes Divino; SOUZA, Elisa Rodrigues de (PUC Minas); DOMINGUES, Dinéia (PUC Minas); BIRCHAL, Paula de Souza (PUC Minas)

O Projeto Brincando no Museu surgiu em meados de 2015 e deu origem a brinquedoteca do Museu de Ciências Naturais da PUC Minas. O projeto tem como objetivo possibilitar aos alunos de psicologia e pedagogia um ambiente de vivências e problematizações do brincar e do desenvolvimento infantil. Concomitante a isso, disponibilizou-se um espaço dedicado ao brincar e às brincadeiras, um ambiente seguro e lúdico para as crianças em visita ao museu. A brinquedoteca também é itinerante, assumindo outros formatos durante eventos multidisciplinares como a Tenda da Leitura e o Dia dos Animais. De acordo com a Carta de Recomendação da Rede Nacional da Primeira Infância (2014), as crianças devem brincar para propiciar seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Ou seja, para promover a sua saúde física e emocional. Este trabalho foi elaborado a partir de uma coletânea de relatórios de monitores brinquedistas e de vivências próprias das autoras no cotidiano da brinquedoteca. Como embasamento teórico para a orientação dos monitores e a elaboração do espaço, utilizou-se obras de Jean Piaget, Françoise Dolto e Tizuko Kishimoto. Durante seus dois anos de existência, o projeto já contou com a participação de mais de cem monitores e centenas de crianças e pais. Também ampliou-se a

interlocução com o Movimento de Luta Pró-Creches de Belo Horizonte, disponibilizando espaços e práticas do projeto no museu para vivências das crianças atendidas pelas escolas comunitárias de ensino infantil, favorecendo que estudantes de psicologia ampliem a formação e atuação pela infância, em Psicologia e Educação. Os próximos desafios constituem-se em consolidar as metodologias utilizadas para permitir a reprodução do espaço e sua abertura como campo de práticas para outros cursos.

Estudo do Estado da Arte acerca da comunicação intencional infantil em episódios de brincadeira estabelecidas entre díades mãe-bebê

Ana Cristina Ramos Costa; Fabíola de Sousa Braz-Aquino (universidade federal da paraíba)

O presente estudo relata o estado da arte de pesquisas acerca da cognição social infantil, em especial, da habilidade de comunicação intencional de bebês, em episódios de brincadeira livre com as mães. Para tanto foram utilizadas as bases de dados Pubmed, Scielo, Lilacs, IndexPsi, Pepsic e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa foi conduzida por meio dos descritores toy, mother baby e intentional communication e inseridos os operadores booleanos. Para seleção foram inseridos os idiomas português, inglês e espanhol, além de publicações dos últimos 10 anos. Inicialmente foi realizada uma busca simples pelos títulos, em seguida uma busca sensibilizada por meio dos resumos e por fim a leitura na íntegra dos artigos. O resultado desse levantamento permitiu identificar 34 artigos nas bases de dados Pubmed [15] relacionados à intenção comunicativa, percepção, emoção e atenção conjunta, Scielo [8] sobre atenção conjunta, intenção comunicativa, Lilacs [5] relação brinquedo criança, IndexPsi [6] percepção da mãe sobre o desenvolvimento da comunicação, e 2 dissertações na BDTD. Referente aos artigos, o descritor mother baby trouxe o desenvolvimento da percepção, atenção compartilhada e comunicação. O descritor intentional communication apareceu em três bases (IndexPsi, Pubmed e Scielo) com pesquisas sobre o desenvolvimento das habilidades sociocomunicativas e a atenção compartilhada. O descritor toy obteve a maior quantidade de artigos, relatando estudos entre mãe e bebê em contextos de brincadeira livre ou direcionada, e brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e desenvolvimento. As duas dissertações foram de estudos realizados em 2014 e 2015 e abordavam temáticas relacionadas apenas a interação mãe/bebê e intencionalidade. Defende-se a importância do estudo dessa temática, sobretudo pelo potencial constitutivo da dimensão sociocomunicativa intencional para o desenvolvimento de habilidades tipicamente humanas, e pelo valor preventivo de estudos sobre esse tema para os campos da educação e saúde.

Intervenções na infância, adolescência e juventude a partir da Teoria da Ação Planejada (TAP).

Mariana Diniz Lima; Daniela Santos Bezerra (Universidade Federal de Alagoas); Davison Danilo Silva de Souza (Universidade Federal de Alagoas); Géssica Gabrielle Gomes da Silva (Universidade Federal de Alagoas); Sheyla C. S. Fernandes (UFBA);

A Teoria da Ação Planejada (TAP) parte do princípio da indicação de fatores motivacionais que podem influenciar o comportamento, seguido de quanto esforço os indivíduos estão dispostos a investir para realizar a ação e, finalmente, até que ponto iriam para concretizá-la. O presente estudo objetivou realizar uma revisão sistemática da literatura, a fim de descrever de que maneira a TAP vem sendo utilizada como suporte teórico e metodológico no estudo e predição do comportamento. Mais especificamente, pretendeu-se identificar de que forma a TAP vem sendo utilizada para a elaboração de intervenções que visam a aquisição de comportamentos adequados em crianças, adolescentes e jovens. Foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO, PePSIC, Index Psi - BVS Psicologia, LILACS; PsycINFO; Web of Science; PsyArticles e PubMed\MEDLINE, com os descritores: “teoria da ação planejada”, “teoria do comportamento planejado”, “planned behavior theory” e “teoría del comportamiento planificado”. O banco final incluído na análise deste estudo contou com 183 artigos. Identificou-se um total de nove intervenções realizadas a partir da TAP. Dessas, três foram realizadas com crianças, adolescentes ou jovens (sendo encontrado um estudo para cada uma dessas fases do desenvolvimento). As intervenções identificadas tiveram como foco questões de saúde (prevenção ao uso de drogas e consumo de alimentos saudáveis). De modo geral, os seus resultados se mostraram satisfatórios, a partir da identificação dos fatores psicossociais que intervém diretamente no comportamento que se deseja alterar e, posteriormente, com a elaboração do plano para ser colocado em prática. Considerando a eficácia da TAP, e a partir do número pouco significativo de intervenções baseadas nela voltadas ao público infanto-juvenil, identifica-se a necessidade da realização de mais estudos.

O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes

Clara Lohana Cardoso Guimaraes; Patrícia Nunes da Fonseca (Universidade Federal da Paraíba); Mayara de Oliveira Silva Machado (Universidade Federal da Paraíba); Rosicleia Moreira Palitot (Universidade Federal da Paraíba); Luíze Anny Cardoso Guimarães (Universidade Federal da Paraíba); Rayssa Soares Pereira (Universidade Federal da Paraíba); Juliana Henrique de Assis Albuquerque (Universidade Federal da Paraíba)

O acolhimento institucional é uma medida de proteção aplicável a crianças e adolescentes que se encontram em contextos de vulnerabilidade. Essa medida visa oferecer um ambiente favorável ao desenvolvimento físico, psíquico e social da criança e adolescente, além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Isto posto, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a vida dos adolescentes que se encontram em uma casa de acolhimento, especificamente buscou-se conhecer as relações sociais vivenciadas por esses adolescentes; saber acerca de sua vida acadêmica e identificar as perspectivas de futuro dos adolescentes. Para tanto, contou com a participação de 11 adolescentes acolhidos em uma instituição não governamental na cidade de João Pessoa (PB). Todos eram do sexo masculino, com idade média de 15,36 anos (DP = 1,36; variando de 13 a 17 anos). Utilizou-se um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado. Para análise de dados, foram empregados o pacote estatístico SPSS (versão 21) e o software Iramuteq (versão 0.7 alpha 2). Os resultados indicaram que, mesmo na casa de acolhimento, os adolescentes mantem vínculos com familiares e amigos por meio de visitas, telefonemas e acesso a redes sociais. Quanto à vida acadêmica, os jovens apresentaram baixo desempenho escolar, embora tenham demonstrado uma percepção positiva da escola. Com relação às perspectivas de futuro, os participantes manifestaram a intenção de formar uma família e mantê-la. Por fim, ressalta-se a importância das redes de apoio social para o bem-estar do jovem institucionalizado, pois os efeitos da institucionalização sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente vão depender do modo como a instituição é organizada, do seu projeto pedagógico e da qualidade das relações estabelecida dentro desses espaços. Neste sentido, destaca-se a necessidade da permanente capacitação dos profissionais que atuam nesses espaços, bem como a implementação de novas políticas nas instituições de acolhimento.

Produção e Participação De Crianças Em Seu Processo Terapêutico Em Um Serviço De Psicologia De Uma Clínica- Escola

Ana Laís Pales Pereira; Janaína Sampaio Bomfim (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA); Cristiane Sousa Leal (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Ana Lúcia Castilhano de Araújo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA); Carmem Virginia Moraes da Silva (UESB)

Este resumo apresenta algumas reflexões sobre a produção de crianças atendidas em uma clínica escola em um serviço de psicologia no interior baiano. A pesquisa, de caráter exploratório, teve o objetivo de compreender a participação das crianças em seu processo terapêutico. Participaram da investigação 30 crianças de 4 a 12 anos com queixas escolares ou não. A metodologia foi organizada em três etapas: entrevistas e atendimento individual às crianças, orientação às famílias, visitas às escolas e formação de grupo terapêutico com as crianças, etapa prevista para o segundo semestre de 2017. Os resultados parciais da pesquisa ressaltam o envolvimento da criança em seu próprio processo terapêutico como sujeito ativo na elaboração de seus conteúdos. Observou-se que as crianças melhoram sua condição de expressar suas questões ao longo do tempo. Isso pôde ser verificado por meio da brincadeira em sessões lúdicas e da produção de desenhos, havendo nas duas técnicas, envolvimento e elaboração de conteúdos por meio de verbalizações e complementação das atividades. Em termos das verbalizações, constatou-se a clara concordância de 16 crianças com a queixa principal apresentada por seus responsáveis. Para Antony (2015) a brincadeira é “um processo complexo de expressão, organização e estruturação psíquica da criança.” O mesmo pode ser dito sobre o desenho, que ao lado da brincadeira, oportunizam à criança simbolizar a sua realidade diante das exigências sociais. Assim, pode-se concluir que é preciso ampliar debates sobre práticas que envolvam mais diretamente as crianças, alcançando uma dimensão de conhecimento maior sobre o contexto infantil, considerando o todo da criança e não partes fragmentadas que focalizem apenas um problema. Pois, se assim fosse, além de se limitar a apenas uma causa para a queixa dada, dificilmente se perceberia as potencialidades de cada uma.

Relações entre queixas e concepções de desenvolvimento infantil em uma clínica-escola de Psicologia

Fernanda Lima Lemos; Hortência Pessoa Pereira (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Francielly Neves Nascimento (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Ana Lúcia Castilhano (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Carmem Virgínia Moraes da Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo que se propõe a entender as queixas provenientes de crianças atendidas em uma clínica escola de Psicologia, relacionando-as às teorias da Psicologia do Desenvolvimento. O Serviço tem proposta de pesquisa e extensão vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atendendo crianças, famílias e escolas. A partir da sistematização das anamneses de trinta e uma crianças atendidas, objetiva-se compreender e analisar a correlação entre as queixas apresentadas pelas famílias e as características e comportamentos descritos nas teorias do desenvolvimento infantil. A metodologia partiu da classificação das crianças em dois grupos: segunda (3 a 6 anos) e terceira infâncias (6 a 11 anos). Após relacionar essa classificação com as queixas, notou-se que algumas delas se repetiam em crianças da mesma faixa etária, estando a maioria relacionada a dificuldades de aprendizagem. Dentre as queixas apresentadas estão: agressividade, ansiedade, medo e dificuldade de socialização na escola. Apenas uma criança trouxe diagnóstico de problemas de ordens física e neurológica. Isto aponta um quadro em que as dificuldades das crianças na escola são compreendidas como problemas psicológicos, o que justificaria a procura por um Serviço de Psicologia para “consertar a criança”. Observa-se, em alguns casos, que o comportamento infantil apresentado como queixa é previsto nos contextos de desenvolvimento infantil. A discussão proposta se dá em torno de questões como o ideal social de normalidade, as relações entre o sintoma e a inadequação do sistema escolar (WEISS, 1992), e a patologização do comportamento infantil (CORRÊA, 2000; RIZZINI, 2014), principalmente pela marca que é atribuída à criança. Considerando-se que a família e o sistema educacional brasileiro tenham parcela significativa nos problemas enfrentados pelas crianças no processo de ensino-aprendizagem (WEISS, 1992; PAIN, 1985), são importantes as discussões sobre as gêneses das dificuldades escolares apresentadas pelas crianças atendidas.

Teoria da Ação Planejada e a predição de comportamentos

Géssica Gabrielle Gomes da Silva; Daniela Santos Bezerra (Universidade Federal de Alagoas); Dávison Danilo Silva de Souza (Universidade Federal de Alagoas); Mariana Diniz Lima (Universidade Federal de Alagoas); Sheyla Christine Santos Fernandes (Universidade Federal de Alagoas)

A Teoria da Ação Planejada (TAP) tem se colocado como ferramenta teórico-metodológica que aponta relações entre variáveis e se apresenta como capaz de discutir, em termos da previsibilidade, a comportamentos diversos, em variados campos do conhecimento, como saúde, educação, dentre outros, demonstrando poder preditivo significativo. O presente estudo objetivou analisar os diferentes tipos de comportamento e amostra em que a TAP vem sendo utilizada como suporte para sua predição. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura. A busca sistemática com os descritores “Teoria da Ação Planejada”, “Teoria do Comportamento Planejado”, “Teoria del Comportamiento Planificado” e “Planned Behavior/behaviour Theory” foi realizada nas bases de dados: Index Psi – BVS Psicologia, LILACS, PePSIC, PsycARTICLES, PsycINFO, PubMed/MEDLINE, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Web of Science. O resultado final para a análise principal deste estudo, constituiu um banco de 183 artigos científicos. Foram contabilizados 148 comportamentos distintos, sendo 174 empíricos e 09 teóricos, com amostras diversificadas quanto ao ciclo de vida categorizados em 3 grandes eixos: (1) Comportamentos Preventivos e de Saúde; (2) Comportamentos de Educação e Tecnologias e, (3) Comportamentos de Marketing e Empreendedorismo. A partir da análise, notou-se que a maioria dos estudos se voltou ao público adulto e que os comportamentos mais estudados são os pertencentes ao eixo “Comportamentos Preventivos e de Saúde” que contabilizou 98 estudos, o que corresponde a aproximadamente 54%, seguidos dos que pertencem ao eixo “Comportamentos de Educação e Tecnologias” contabilizando 49 estudos, e, finalmente, os comportamentos pertencentes ao eixo “Comportamentos de Marketing e Empreendedorismo” com 34 estudos. Os estudos realizados à luz da TAP abrem ainda para outras possibilidades, como a de colaborar para a definição de políticas públicas e viabilizar campanhas educativas, para que comportamentos indesejáveis por comprometerem a saúde da população sejam cada vez menos frequentes.

A capacidade de mentalização no contexto escolar: uma revisão sistemática

Karina Recktenvald (UNISINOS); Márcia Pinheiro Schaefer (Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS); Maira Noroef dos Santos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS); Tagma Marina Schneider Donelli (Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS)

Introdução: Ambientes escolares mentalizadores são importantes para a criação de um clima educacional favorável à aprendizagem, à redução da violência escolar e ao desenvolvimento da capacidade de mentalização dos alunos. Objetivo: identificar a produção científica nacional e internacional que trata da temática da capacidade de mentalização no contexto escolar, envolvendo professores, alunos e/ou pais. Método: utilizaram-se os termos de busca “(mentalization OR mentalizing)” AND “(school OR schools)” nas bases de dados Academic Search Complete, LILACS, Medline Complete, PsycINFO, Scielo e Scopus. Incluíram-se artigos científicos, teóricos e empíricos, em português, inglês ou espanhol, disponíveis na íntegra, gratuitamente, que abordassem a temática

em questão, sem restringir o ano de publicação. As categorias de análise foram: objetivo dos estudos, delineamento e participantes, intervenções, instrumentos e resultados. Realizou-se uma análise quantitativa das categorias para identificar a frequência de cada item e, qualitativa, para apreender seu conteúdo. Resultados: Selecionaram-se 19 artigos, sendo que 74% são teóricos e os cinco empíricos são de abordagem quantitativa. A maioria (42%) enfatizou a redução de comportamentos agressivos. Os alunos participantes tinham entre três e 14 anos. Conduziu-se apenas um estudo com pré-escolares. As intervenções almejavam, principalmente, atingir a escola como um todo, tornando-a um ambiente mentalizador, e obtiveram resultados positivos. Professores participaram das intervenções em 81,81% das pesquisas, o que sugere a relevância desses profissionais. Utilizaram-se 21 instrumentos diferentes, mas apenas dois estudos avaliaram a capacidade de mentalização dos alunos e, nenhum, a dos professores. Conclusão: faz-se necessário expandir o tema para além da redução da violência escolar, e pensar em prevenção ao invés de atuar apenas quando o problema já está instaurado. Sugere-se investigar a relação entre bebês e pré-escolares com seus professores, considerando a relevância desse período para o desenvolvimento da capacidade de mentalização. Logo, novos estudos são necessários, principalmente, empíricos, a fim de consolidar a teoria.

Concepções de Professores Sobre o Processo Educacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

Lucas Miranda; Maria Lígia Aquino Gouveia (UEPB); Jailma Souto Belarmino (UEPB)

O acolhimento institucional, de crianças e adolescentes, ocorre como parte da política pública de assistência social, trata-se de um serviço de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade que tem como público alvo crianças e adolescentes em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando provisoriamente ser atendidos fora de seu núcleo familiar de origem. A escola é uma das instituições mais importantes para o processo educacional de crianças e adolescentes, composta por múltiplas possibilidades de significações e negociações de posições sociais e simbólicas. Neste sentido, essa pesquisa teve por objetivo investigar concepções de professores sobre processo educacional crianças e adolescentes em acolhimento institucional. A pesquisa foi realizada em uma escola do município de Campina Grande-PB, participaram 4 professores da escola em que crianças e adolescentes em acolhimento estudam. A coleta de dados foi realizada através da técnica de grupo focal. Os dados foram analisados através de categorização temática. A partir da categorização temática obteve-se como resultados: as professoras tinham uma expectativa negativa sobre as crianças e adolescentes acolhidos em instituição, mas se surpreenderam ao recebe-las, pois as crianças e adolescentes se apresentaram, no discurso das professoras, como afetuosas, brincalhonas, exemplares, mais cuidadosas do que as que não estão em instituição de acolhimento; falaram que as crianças se apresentam com a necessidade de mostrar e dar retorno a instituição de acolhimento sobre seu desempenho e comportamento na escola; as professoras apresentaram também o discurso de que as crianças estão submetidas na instituição de acolhimento a uma disciplina rígida, mas que, para algumas professoras, esta disciplina ajuda na sala de aula.

CRIANÇAS NO MUSEU: Potencializando a visita de pré-escolares

Elisa Rodrigues de Souza; Dinéia Aparecida Domingues (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Esse trabalho é o resultado do Estágio V (Educação Infantil) da Graduação em Psicologia da PUC-Minas. A proposta do estágio foi acompanhar e problematizar vivências de crianças de até 5 anos que visitam o Museu de Ciências Naturais da PUC e a experiência dos monitores que as guiam. O acesso à Educação Infantil em creches e pré-escolas para as crianças até os 5 anos é um direito (BRASIL, 1988). Coloca-se como função destes estabelecimentos possibilitar o desenvolvimento pleno da criança através do cuidado, da educação, da integração social e da saúde. A Organização Mundial da Saúde(OMS) define que “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946, p.1). Assim, essas escolas são dispositivos impreteríveis para a promoção da saúde na primeira infância. Na educação infantil, o cuidar e o educar englobam a atenção ao corpo da criança, às suas vivências sociais e inter-relacionais. Segundo Piaget, indivíduo e meio se construirão dialeticamente e a atenção às interações que ocorrem tanto em sala de aula quanto fora dela são parte da experiência de construção do conhecimento (1979). Aliados às escolas estão estabelecimentos como o Museu de Ciências Naturais, espaço formativo cuja missão é promover e estimular o ensino e o lazer cultural. A partir de metodologias de observações e entrevistas refletiu-se sobre perspectivas e nuances das visitas ao museu, considerando a produção de conhecimento e as interações resultantes das trocas entre adultos e crianças, frente às exposições. Utilizando como embasamento produções de Dolto (1999), Maranhão (2002) e Piaget (1979), propôs-se intervenções visando responder às demandas da equipe técnica do museu para que, em campo, os monitores estejam melhor preparados para a especificidade de receber crianças de até 5 anos.

Educação infantil: o juízo de valor e sua influência na formação da subjetividade da criança

Andréa Ribeiro da Costa de Jesus Soares (Colégio São Paulo); Karla da Costa Seabra (UERJ)

Neste estudo, objetivou-se discutir como o juízo de valor direcionado a crianças em contexto escolar pode influenciar na formação de sua subjetividade. Para isso, buscou-se verificar como se formam as crenças dos profissionais envolvidos nesse contexto e quais são os processos de subjetivação das crianças. Por se considerar que a interação social assume papel preponderante no desenvolvimento humano, assumiu-se uma perspectiva sociointeracionista e histórico-cultural, pautando-se em pressupostos teóricos dos estudos da infância e da psicologia do desenvolvimento, com base em autores como Sarmiento, Corsaro, Vygotsky, Seidl-de-Moura e Mendes. Realizou-se um estudo longitudinal, tendo como metodologia a observação participante em sala de aula – uma vez por semana, num período de quatro horas por dia, durante dez meses –, com o mesmo grupo de crianças, em dois momentos de escolarização (maternal 2 e pré 1), em uma pré-escola da rede particular de ensino situada à Zona Norte do Rio de Janeiro. Realizaram-se registros escritos e fotográficos. Travou-se diálogo com as crianças e com os profissionais envolvidos (professores, auxiliares, psicólogos, coordenação pedagógica), os quais também foram entrevistados. Os dados coletados, analisados qualitativamente, permitiram concluir que: os juízos consolidados podem contribuir para estigmatizar ou para privilegiar as crianças; uma prática pedagógica capaz de favorecer o desenvolvimento das crianças implica a indissociabilidade entre pedagogia e psicologia; e o atendimento às demandas das crianças não requer apenas a prática do professor, mas, também, o suporte da equipe pedagógica da instituição escolar e o diálogo com as famílias das crianças. Anuncia-se, como desdobramento desta pesquisa, uma intervenção sobre a formação docente, por meio de um curso a ser oferecido a educadores, no qual estes venham a se conscientizar da importância de se apropriarem dos conhecimentos da psicologia do desenvolvimento e os incorporarem à sua prática, como meio de contribuir favoravelmente para a promoção do desenvolvimento infantil.

Estilos de Socialização Parental e Comprometimento de Jovens em Ressocialização com os Direitos Humanos

Saulo Bagatini Silva; Cleonice Camino (Universidade Federal da Paraíba (UFPB)); Pablo Queiroz (UFRN/FACISA)

No presente estudo investiga-se, numa população de adolescentes em processo de ressocialização, a percepção deles dos Estilos de Socialização Parental e da Verbalização Materna Sobre os Direitos Humanos (DH) e o quanto eles se comprometem com a defesa dos DH. Para compreender o processo de socialização parental, utilizou-se a teoria de Martin Hoffman sobre as técnicas de controle parental, e a perspectiva teórica de Musitu e Garcia, que descrevem quatro diferentes estilos parentais com base nos níveis de aceitação/implicação e de severidade/imposição: negligente, indulgente, autoritário e autoritativo. Também adotou-se a visão de Willem Doise sobre os DH enquanto representações sociais normativas, bem como sua classificação dos DH em quatro gerações. Participaram da pesquisa 53 adolescentes do sexo masculino, internos em uma instituição de ressocialização do estado da Paraíba. Os participantes foram entrevistados individualmente com base em três instrumentos: a Parental Acceptance-Rejection Questionnaire (PARQ); a Escala de Percepção das Verbalizações Maternas sobre os DH e a Escala de Comprometimento com os DH. Verificou-se que os filhos de pais autoritativos apresentaram significativamente as maiores médias de comprometimento com os DH, conforme esperado. Já, os filhos de pais autoritários apresentaram maior comprometimento com os DH do que os filhos de pais indulgentes e negligentes. Embora estas diferenças não sejam estatisticamente significativas, corroboram a literatura ao apontar o estilo negligente como o menos favorecedor do desenvolvimento dos filhos, e são compreensíveis ao considerar-se que em contextos de alta vulnerabilidade social o estilo autoritário se mostra mais benéfico do que em outros contextos. Por fim, constatou-se a existência de uma relação forte e significativa entre a Percepção da Verbalização Materna sobre os DH e o Comprometimento dos Filhos com os DH, o que reforça a importância da utilização de técnicas indutivas por parte dos pais, principalmente no que concerne ao tópico dos DH.

Interfaces da Psicologia com a Educação: Um estudo de levantamento em cursos de graduação em Psicologia

Nialda Sabrina da Silva; Nialda Sabrina da Silva (UFPB); Fabíola de Sousa Braz-Aquino (UFPB/PPgPS)

Aborda-se nesse trabalho o levantamento da produção científica acerca da formação do Psicólogo no âmbito da Educação, buscando a produção acerca dessa temática na área. Para uma melhor compreensão acerca da formação acadêmica em Psicologia Escolar Educacional ofertada nas instituições de Ensino Superior, foi realizada uma revisão na literatura tendo as seguintes bases acadêmicas de busca: SCIELO, LILACS,

PERIODICOS CAPES, PEPSIC e MEDLINE. Ao todo foram realizados quatro levantamentos. Como critérios de inclusão foram utilizados artigos completos que abordam o tema da estrutura e formação em cursos de graduação em psicologia de instituições de ensino superior com foco na área da educação. Os descritores utilizados foram: psicologia educacional, formação, diretrizes curriculares; formação, atuação, psicologia educacional; diretrizes curriculares, formação; psicologia; psicologia e formação. O estudo identificou a existência de oito artigos que faziam referência ao tema proposto de investigação. Notou-se um pequeno aumento de publicações sobre o tema entre os anos 2010-2016 e que tais trabalhos são provenientes de pesquisadores de IES públicas. A partir deste levantamento pontuou-se a necessidade de promover mais estudos e aporte teórico e prático para orientar a formação do psicólogo escolar para a atuação na Educação. Depreende-se que aprofundar a compreensão acerca da formação de psicólogos/as para atuar no campo da Educação permite vislumbrar o tipo de perfil profissional que está sendo construído desde a graduação. Além disso, esse aprofundamento possibilita discutir de que maneira, à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, a formação em psicologia no contexto atual atende (ou não) às demandas educacionais e sociais daqueles que buscam os serviços e intervenções psicológicas em contextos pré-escolares e escolares, aqui entendidos como promotores de saúde e desenvolvimento.

Intervenções no combate ao bullying homofóbico: a perspectiva de estudantes de Pedagogia

Paulo Yoo Chul Choi; Jackeline Maria de Souza (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo); Priscila Bonato Galhardo (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo); Luciana Maria Caetano (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)

Seja pela invisibilidade do bullying homofóbico ou pela alegação de que abordar o tema geraria conflito com os pais, os estudos vêm apontando que, frente essa violência, nenhuma ação é viabilizada, pois os professores não se sentem aptos e autorizados a abordá-la (Silva, Souza, & Barreto, 2012). Diante dessa problemática, este trabalho objetivou discutir a percepção de graduandos de Pedagogia acerca da intervenção frente situações de bullying homofóbico. Participaram 67 graduandos que responderam a um questionário que apresentava uma situação de bullying homofóbico seguida pela questão se devia ou não intervir. Se a resposta fosse sim, deveria explicar sua intervenção; caso fosse negativa, o participante deveria justificar. Os resultados indicaram que 84% dos participantes acreditam que essa é uma situação que demanda intervenção, em virtude do papel da escola e do educador. A principal intervenção foi o diálogo que sinalize a importância do respeito e o rompimento com estereótipos de gênero. Vale destacar que seis participantes afirmaram que é importante intervir, mas que não saberiam como fazer isso, reforçando a necessidade de formação acerca da temática, o que também é reforçada por posicionamentos que utilizam meios coercitivos e que responsabilizavam o aluno alvo pela violência sofrida. 16% dos estudantes relataram que não fariam nenhum tipo de intervenção em virtude principalmente de crenças religiosas que criticam a homossexualidade. Outras justificativas para a não intervenção foram: de que isso seria irrelevante, hierarquia de atividades, preconceito do próprio professor e naturalização da homofobia. A resistência de pais e professores não foram suficientes para cancelar a intervenção dos professores. Esses dados também são discutidos com formas de intervenção com crianças, adolescentes e professores com a finalidade de promover o desenvolvimento moral e o respeito às diferenças no ambiente escolar.

Orientação Profissional: Autoconhecimento e Construção da Identidade Ocupacional em Estudantes do Ensino Médio

Bruna Larissa de Souza Porfirio; Maria do Carmo Rodrigues da Silva (FACESF); Mirtes Ribeiro de Lira (Universidade Federal de Pernambuco)

Diante das transformações e das novas demandas contemporâneas do mundo da cultura e no âmbito educacional torna-se um desafio para a maioria dos jovens a preparação para a inserção ao trabalho e conseqüentemente para a escolha da profissão. Podemos dizer que nessa fase o jovem ainda não tem uma carga de experiências que ajude na sua decisão na escolha profissional. Assim, reconhecer a especificidade da orientação profissional numa vinculação com o mundo do trabalho e da cultura como categorias básicas formativas para o jovem torna-se relevante, pois, é um processo de tomada de consciência e de construção da identidade ocupacional. Entretanto, a escolha de um Curso seja ele técnico ou universitário na qual irá conduzir o adolescente a uma formação profissional torna-se conflituosa pelo fato de vir acompanhada não apenas por processos psicofisiológicos de mudanças típicos dessa fase como também das influências multifatoriais para a tomada de decisão que envolve todo contexto pessoal, familiar e social do adolescente. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar se as profissões exercidas pelos pais dos estudantes interferem na tomada de decisão deles. A pesquisa foi realizada com 54 estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública do município Belém do São Francisco – PE. Temos como referência na literatura sobre da orientação profissional Lucchiari

(1993), Bock (2002), Levenfus (2002), Bohoslavsky (2015), Soares (2002). Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário contendo 06 questões mistas as quais faziam referências sobre a escolha profissional e sua relação com as profissões dos familiares. No momento, estamos finalizando as análises, mas temos como hipótese é de que para a maioria dos jovens as profissões de seus familiares não correspondem com as perspectivas dos pais e devido à demanda das inovações do mercado de trabalho imposta para os futuros profissionais.

Percepção de Professores de instituições de ensino pública e privada sobre o trabalho do psicólogo escolar

Ana Luiza Alves Dias; Giselle Silvestre de Jesus (UFPB); Fabíola de Sousa Braz-Aquino (UFPB); Taciana Silva Negreiros (UFPB); Suiane Magalhães Tavares (UFPB); Iago Freitas Dantas de Souza (UFPB); Jesaias Leite Ferreira Junior (UFPB)

Partindo do pressuposto de que saber as opiniões dos professores acerca do que se constitui o trabalho do psicólogo dentro da escola seja importante para compreender e potencializar os processos de ensino e aprendizagem e a interação entre professores, alunos e demais seguimentos do espaço escolar, a presente pesquisa foi realizada objetivando verificar a percepção do trabalho do psicólogo escolar na perspectiva de professores do ensino básico da cidade de João Pessoa – PB. Assim, para a realização desta foram efetuadas entrevistas com dez professoras, individualmente, registradas por meio de um gravador de voz. Os resultados das análises permitiram verificar que a maioria das docentes considera o aluno o foco do trabalho do psicólogo na escola, seguido da família, a equipe pedagógica, os técnicos da instituição e centros de assistência social da região. Sobre as situações nas quais o psicólogo deve atuar, seis docentes mencionaram o trabalho com alunos que apresentam problemas de comportamento e de aprendizagem; três citaram o aluno com problemas familiares; duas apontaram a realização de encaminhamentos; de forma isolada foram citados: aconselhamento e orientação psicológica e profissional de alunos. As intervenções propostas pelos psicólogos escolares, segundo relatado pelas professoras incluíram conversas com os alunos e, caso necessário, com a família e com a equipe pedagógica. Os dados obtidos indicam que ainda se faz necessária uma maior compreensão dos docentes acerca das funções do psicólogo no contexto escolar. Apesar de terem citado o seu trabalho frente às questões de ensino-aprendizagem e mediação professor-aluno, ainda é perceptível o foco no estudante e/ou em sua família, indicando ser necessária a presença efetiva de psicólogos com formação em psicologia escolar para que seja demarcada a amplitude de atuação desse profissional e as potencialidades do seu trabalho nesse contexto, em especial na promoção de desenvolvimento e saúde.

Percepções de psicólogos escolares sobre suas funções em contextos públicos e privados

Marcela Marques de Queiroz; Bianca Fernandes de Souza (UFPB); João Vinícius de Araújo Lima (UFPB); João Victor Cabral da Silva (UFPB); Vanessa Soares Dias (UFPB); Fabíola de Sousa Braz-Aquino (UFPB/PPgPS)

O trabalho de psicólogos escolares é promover o desenvolvimento humano, mediar processos de ensino e aprendizado e as relações estabelecidas entre sujeitos em contextos educacionais como a escola. Considerando a relevância da presença desse profissional em espaços de desenvolvimento humano como o escolar, o objetivo desse trabalho foi conhecer e discutir a atuação de psicólogos escolares em contextos de escolas públicas e privadas da cidade de João Pessoa (PB). Para tanto, foram entrevistadas seis psicólogas de escolas públicas e quatro de escolas particulares, que responderam a uma entrevista semi-estruturada, transcritas integralmente para análise. Os resultados da análise de conteúdo das entrevistas permitiram levantar os motivos que levaram as profissionais à decisão de atuar na área da psicologia escolar, sendo mencionados a remuneração, a estabilidade financeira promovida por concursos públicos e o interesse pela área. No que se refere às funções e atividades específicas da(o) psicóloga(o) escolar, foram citados principalmente avaliação psicológica, escuta psicológica, observação dos espaços institucionais, além de promover a inclusão, intervir em casos de dificuldades ou problemas de desenvolvimento infantil e no processo ensino-aprendizagem. As profissionais relataram que as situações as quais seu trabalho foi mais solicitado foram aquelas relacionadas a conflitos de ordem comportamental, principalmente entre alunos, dificuldades de aprendizagem e a requisição de um trabalho psicoterápico, o que demonstra uma visão cristalizada da atuação do psicólogo por parte das instituições. Esses resultados são discutidos considerando a importância do envolvimento dos estudantes de psicologia durante a graduação em projetos de pesquisa e extensão na área, a formação inicial das profissionais entrevistadas e seu impacto nas práticas profissionais, bem como a importância de uma formação continuada que potencialize e favoreça intervenções conscientes, críticas e ampliadas, que demarquem as especificidades do trabalho de psicólogas(os) em contextos de educação.

Produção científica acerca da Atuação do Psicólogo Escolar na Educação Infantil: um estudo de levantamento da literatura

Amanda Costa Vicente (UFPB); Nialda Sabrina da Silva (UFPB); Fernanda Ferreira Lustosa (UFPB); Fabíola de Sousa Braz-Aquino (UFPB)

Aborda-se nesse trabalho o levantamento da produção científica acerca da atuação do Psicólogo Escolar na Educação Infantil visando a sistematização da produção acerca da temática escolhida e uma visão geral do que vem sendo produzido na interface entre esses campos. Para tanto foram realizados três levantamentos nas bases de dados Scielo, Periódicos CAPES, Medline, Pepsic e Lilacs. Os critérios utilizados foram a produção nacional dos últimos dez anos no âmbito da Psicologia Escolar e Educação Infantil, e os descritores utilizados nos três levantamentos foram: psicologia escolar, atuação, educação infantil; psicologia, psicologia escolar, educação infantil; intervenção, psicólogo escolar e educação infantil. A pesquisa identificou a existência de 11 artigos. Notou-se um pequeno aumento de publicações acerca do tema entre os anos de 2009-2013, no entanto, neste levantamento a produção concentrou-se nas regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil. Ademais, verificou-se que 64% dos trabalhos são oriundos de IES públicas. Quanto aos referenciais teóricos observou-se a prevalência da teoria histórico-cultural seguida da perspectiva Ecológica do Desenvolvimento Humano predominando a pesquisa qualitativa. A partir deste levantamento pontuou-se a necessidade de promover mais estudos e aporte teórico e prático para orientar a atuação do psicólogo na Educação Infantil, uma vez que, de acordo com as pesquisas encontradas a atuação do psicólogo escolar na educação infantil favorece a mediação das relações estabelecidas entre os atores institucionais, o desenvolvimento psicossocial das crianças, a elaboração de documentos e estratégias que contribuam no trabalho coletivo nestes espaços, e a promoção do desenvolvimento e processos de aprendizado infantil. Essa pesquisa, realizada durante uma disciplina de graduação em Psicologia, proporcionou uma reflexão crítica sobre o que vem sendo produzido no campo da Psicologia Escolar Educacional no contexto de Educação Infantil e contribuiu para a formação e futura atuação de psicólogos/os em contextos de educação infantil.

Psicologia escolar e educação infantil: relatos de experiência de graduando de Psicologia

Marina Campos da Silva (Universidade Federal da Paraíba); Amanda Bezerra de Barros (Universidade Federal da Paraíba); Amanda Costa Vicente (Universidade Federal da Paraíba); Nialda Sabrina da Silva (Universidade Federal da Paraíba); Leukênio de Caldas Alves (Universidade Federal da Paraíba); Moisés Sousa de Araújo (Universidade Federal da Paraíba); Fabíola de Sousa Braz-Aquino (Universidade Federal da Paraíba)

Relata-se uma atividade prática em contexto de três Centros de Referência em Educação Infantil (CREI) na cidade de João (PB) que teve como objetivo proporcionar a estudantes de Psicologia articulações entre pressupostos do modelo histórico-cultural de Vygotsky, pesquisas e documentos oficiais relativos à Educação Infantil e as possibilidades de atuação do psicólogo escolar no âmbito da Educação Infantil. A atividade englobou três visitas nas instituições de Educação infantil as quais não tinham psicólogos em sua equipe profissional. Inicialmente as gestoras foram contatadas pelos acadêmicos a fim de solicitar autorização para as visitas. Após autorização foram realizadas as visitas, sendo as duas primeiras destinadas ao conhecimento do ambiente físico da instituição, à observação das atividades realizadas e da dinâmica de trabalho dos profissionais nesse espaço. Também foi realizada uma entrevista com as gestoras com o objetivo de conhecer o histórico, perfil da população atendida, documentos que orientavam os profissionais e demandas endereçadas ao setor de psicologia da secretaria de educação. Na terceira visita os graduandos levaram a cada CREI um material escrito, em formato de folder, construído a partir das demandas e dúvidas apresentadas pelos gestores sobre a relação família-escola, a importância do brincar para o desenvolvimento infantil e o papel do psicólogo escolar em contexto de educação infantil. O material incluiu informações sobre o trabalho do psicólogo escolar neste contexto e possíveis intervenções diante das demandas apresentadas. Após leitura e discussão do material apresentado, segundo as gestoras, houve maior esclarecimento sobre o papel do psicólogo escolar e sua importância no âmbito da educação e promoção do desenvolvimento infantil, uma vez que as gestoras demonstraram desconhecer a amplitude de sua prática profissional. As ações realizadas possibilitaram a aproximação do alunado ao contexto de atuação profissional, dessa forma contribuindo para a sua formação.

A concepção de família na perspectiva de crianças com deficiência, seus familiares e profissionais

Simone Cerqueira da Silva (UniCEUB); Maria Auxiliadora Dessen (Universidade de Brasília)

É indiscutível a importância da família para a promoção do desenvolvimento humano, ainda que a concepção de família tenha se modificado nas últimas décadas. Este estudo investigou o que é ser família na visão da criança com deficiência, dos seus familiares – mãe, pai e irmão, dos profissionais de instituições de atendimento multiprofissional voltadas à pessoa com deficiência; e dos gestores das esferas da saúde e da educação nacional. Participaram 16 crianças com deficiência, 38 familiares e 28 profissionais. Todos participaram de uma entrevista semiestruturada. Os resultados mostraram que em todas as famílias, pelo menos um dos familiares considerou que a família é mais importante que tudo na vida. A concepção de família nuclear tradicional por laços de consanguinidade, embora continue sendo predominante, inclusive para as crianças, não é a única forma de família aceita. A visão de família que tem crianças com deficiência, segundo os familiares e os profissionais, é a de que “É uma família diferente”, especialmente, porque a criança demanda maiores cuidados e atenção. Para os familiares, ela possibilita experiências diferentes, mas também causa maior preconceito. Para os profissionais, ela permite valorizar pequenas coisas na vida, mas causa maior preconceito, exigindo maior rede social de apoio. Para os gestores das políticas públicas, ela exige maior cuidado e atenção. No entanto, os participantes também consideraram que “É uma família igual e normal a qualquer outra”. Uma família de criança com deficiência é, sobretudo, compreendida como sendo diferente, tanto pelos familiares quanto pelos diferentes profissionais. A concepção de família para todas essas pessoas revela a importância desse microsistema, bem como sua necessidade de apoio diante dessa experiência, o que denota o valor de outros microsistemas e do macrosistema, que por meio das políticas públicas pode vir a promover serviços e programas que atendam às necessidades especiais dessas famílias.

A educação parental no desenvolvimento das relações familiares

Maria Angela Mattar Yunes (Centro Universitário La Salle – Canoas); Deise Parula Munhoz (FURG); Maria Angela Mattar Yunes (UNILASALLE); Narjara Mendes Garcia (FURG)

Este trabalho foi desenvolvido junto aos pais ou responsáveis legais, por adolescentes que estavam em acompanhamento em um dispositivo de saúde mental, ligado à secretaria de saúde do município de Rio Grande-RS. A aplicação do programa de educação parental “Viver a adolescência em família” (RODRIGO, 2010), foi uma estratégia para investigar o desenvolvimento da parentalidade, por meio das relações entre pais e seus filhos adolescentes. Foram aplicados distintos instrumentos junto às famílias participantes, dentre esses: Diário coletivo, Entrevista inicial, Entrevista final e questionários procedentes do “Programa Viver Adolescência em Família”. Participaram efetivamente desse estudo, 31 responsáveis por adolescentes, distribuídos nos três grupos ofertados, com encontros semanais, ao longo de quatro meses. Inicialmente, foi observado que os participantes apresentavam muitas dificuldades para lidar com os filhos, principalmente no que se refere à questão do estabelecimento do diálogo. Alguns, manifestaram que muitas vezes recorriam a práticas coercitivas, enquanto recurso inicial, com objetivo de educar seus filhos. No decorrer dos encontros, foram notados os estágios que os pais foram desenvolvendo, primeiramente, de autorreflexão sobre as suas práticas, para finalmente ocasionar a mudança na relação com seus filhos. Dentre as mudanças observadas, a partir da aplicação do programa, foram: a melhoria na compreensão dos pais em relação aos filhos, a aproximação entre eles e também o estabelecimento do diálogo enquanto estratégia de resolução dos conflitos. Os participantes não reconheciam o seu papel dentro das relações familiares constituídas, e ao longo do desenvolvimento do programa, começaram a se perceber como parte desse processo, se empoderando para qualificar as suas relações. Diante disso, foi possível identificar a contribuição das intervenções realizadas, para os processos proximais e na melhoria das relações desenvolvidas no âmbito do microsistema familiar.

RODRIGO, M. J. et al. *Vivir la adolescencia en familia: programa de apoyo psicoeducativo para promover la convivencia familiar.* Toledo: Junta de Comunidades de Castilla La Mancha, 2010.

A percepção dos pais sobre o desenvolvimento psicológico, social e acadêmico dos filhos adotivos

Clara Lohana Cardoso Guimaraes; Patrícia Nunes da Fonseca (Universidade Federal da Paraíba); Nicole de Carvalho Macedo (Universidade Federal da Paraíba); Karoline da Silva Belarmino (Universidade Federal da Paraíba); José Farias de Souza Filho (Universidade Federal da Paraíba); Ricardo Neves Couto (Universidade Federal da Paraíba)

A adoção é um ato jurídico que efetiva o direito fundamental à convivência familiar após serem esgotadas todas as possibilidades de conservação da criança ou adolescente na família de origem. Todavia, a adoção é uma prática ainda atrelada a estereótipos negativos, perdurando a crença de que as pessoas adotadas são problemáticas. Assim, para compreender melhor o desenvolvimento da criança ou adolescente adotivo, a presente pesquisa buscou analisar as percepções dos pais acerca do filho adotivo, especificamente, do desenvolvimento psicológico,

social e cognitivo. Participaram 20 pais adotivos residentes em uma cidade da Paraíba. A maioria era do sexo feminino (65%), casado (85%) e com ensino superior completo (50%). Para coleta de dados foram utilizados um roteiro de entrevista semiestruturado e um questionário sociodemográfico. Empregou-se o programa estatístico SPSS (versão 21) para o cálculo de estatísticas descritivas, e o software IRAMUTEQ para processar o conteúdo das entrevistas. O resultado da Classificação Hierárquica Descendente indicou que o corpus Percepção dos pais acerca do filho adotivo subdividiu-se em dois subcorpus: Desenvolvimento Socioafetivo e Desenvolvimento Socioeducacional, originando seis classes: reações afetivas, emocionais, comportamentais, familiares, sociais e acadêmicas. Especificamente, os resultados revelaram que os pais avaliaram o desenvolvimento social do filho adotivo a partir da adaptação à escola e à família, afirmando que esta ocorreu de forma tranquila; quanto ao aspecto psicológico, os pais perceberam os filhos como afetivos e seguros no contexto da nova família; no que se refere ao desenvolvimento escolar, os pais relataram que o filho apresenta um bom relacionamento com colegas e professores, além de desempenho escolar positivo. Conclui-se que é preciso maior divulgação midiática das experiências positivas da adoção, levando em conta, especialmente, a percepção dos pais adotivos, para que se construam novas representações sociais sobre a criança adotada e, a partir de então, cesse o preconceito vinculado a esta prática.

A Rede De Cuidados Alternativos Com Crianças Na Família Contemporânea

Isabela Cristina Martins Gonçalves Sena (PUC RIO); Alexandre Rodrigues Sena (PUC-Rio)

O objetivo do presente trabalho foi discutir o quanto o nascimento de uma criança afeta o ciclo de vida da família e pressupõe um novo enquadre na estrutura familiar. Na família contemporânea os papéis feminino e masculino passam por transformações exigindo um novo modelo de parentalidade, mais participativa, assumindo diferentes responsabilidades. Nesse aspecto, torna-se necessário verificar a rede de cuidados alternativos que auxiliam a família contemporânea quando nasce uma criança, a saber: o lugar da babá e o papel da creche. A partir da revisão de literatura, o aprofundamento do tema fundamentou-se em dois eixos. O primeiro eixo refere-se ao lugar ocupado pela babá no processo de construção da subjetividade do indivíduo, a importância do vínculo no cuidado contínuo e singular entre a babá e a criança e a influência na vida afetiva-emocional na vida do infante. Ainda nesse eixo, evidencia-se que a babá, muitas vezes ocupa o lugar de uma mãe substituta. Embora haja argumentos que indiquem que a efetividade na relação mãe-bebê não alcance o mesmo potencial quando exercida por terceiros, a presença da babá torna-se fundamental para suporte quando os pais retornam à sua jornada integral de trabalho. O segundo eixo apresenta o papel da creche na família contemporânea. Apesar de ser inicialmente relacionado a um auxílio às mães que necessitam trabalhar fora de casa, colaborando para o sustento da família, a creche passa a ser mais uma alternativa de cuidado para a classe média. Atualmente, buscam-se padrões de qualidade nos serviços oferecidos, como tentativa de proporcionar às famílias, um lugar de desenvolvimento e de educação.

Análise Comparativa De Alguns Programas Psicoeducativos De Apoio Familiar Em Espanha E Portugal

Ana Almeida (U do Minho); Ana Almeida, Cristina S Nunes** & Orlanda Cruz*** (U. do Minho); U. Algarve** (U. Porto***); Susana Menéndez*, Lara Ayala Nunes** & Victoria Hidalgo** (U. Huelva e U. Sevilha)*

A importância de parentalidade positiva no desenvolvimento de crianças e jovens tem conduzido a um conjunto de iniciativas a nível europeu. Designadamente, sob o impulso do Conselho da Europa, um conjunto de orientações nesta matéria procuram sensibilizar os estados membros para a criação de políticas e programas de apoio parental que se constituam como medidas promocionais do bom relacionamento familiar e, a um nível mais específico, de prevenção do mau trato. Na generalidade, os estudos de avaliação dos programas de educação parental revelam que: (1) existe uma grande variedade de intervenções na parentalidade e que (2) estas intervenções produzem resultados positivos na parentalidade.

O presente estudo, integrado um projeto de maior dimensão financiado pelo programa à Universidade de Sevilha, apresenta uma análise comparativa de programas baseados em evidência em Espanha e Portugal, a partir da caracterização de aspetos básicos associados ao desenho, implementação e indicadores de impacto bem como aos participantes, profissionais e serviços. Com o objetivo de caracterizar estas intervenções foi desenhado um questionário para administração por entrevista presencial ou online. Os resultados reportam-se a uma amostra de 26 programas psicoeducativos de apoio familiar em Espanha (n = 20) e Portugal (n = 6), apresentando-se uma análise descritiva de diferentes indicadores que permitem revelar similitudes e diferenças no quadro das intervenções dirigidas às famílias.

No seu conjunto, os dados conferem a possibilidade de sistematizar a informação sobre ações de apoio psicoeducativo à parentalidade e contribuem para a discussão destas atividades e do seu impacto na parentalidade e no desenvolvimento infantil e juvenil.

Atuação do psicólogo no CRAS

Keylla de Carvalho Jesus (Cras - Centro de Referencia da Assistencia Social); Catiele dos Reis Santos (Cras); Luana Carvalho de Góis (Cras)

O presente trabalho objetiva discutir acerca do papel desempenhado pelos psicólogos em um CRAS localizado na cidade de Lagarto- Se e os desafios inerentes desta atuação. Confere-se ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) o papel de porta de entrada da rede de assistência social, diferenciando-se dos demais órgãos dentre outras coisas, por possuir as funções exclusivas do trabalho social com as famílias do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) por fazer a gestão territorial da rede de proteção social básica. Cabe ao psicólogo buscar compreender os processos psicossociais e fazer as devidas intervenções, bem como atuar na prevenção a situações de risco através do fortalecimento de vínculos entre as famílias, além de contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos usuários e não patologizar suas demandas. Deve-se buscar promover o desenvolvimento da autonomia dessas famílias, para isso, cabe a estes profissionais atividades em grupo com usuários atendidos pelo PAIF, acolhimento da demanda e mediação de conflitos entre familiares. Como atividades do PAIF existe o grupo de Gestantes destinado a acompanhar as necessidades inerentes do processo gestacional, grupo de idosos desenvolvido através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos que possui o intuito de melhorar a qualidade de vida durante a terceira idade. Dentre os desafios da prática da psicologia na Assistência Social, está a dificuldade em promover condições de autonomia as famílias acompanhadas e que as ações ofertadas gerem progressivamente uma independência dos benefícios oferecidos promovendo assim a autonomia do sujeito, visto que os serviços dos CRAS visam situações emergenciais e depende da equipe técnica e das famílias buscar maneiras de conseguir seu empoderamento sem depender por muito tempo das políticas públicas, contribuindo assim para a melhora da autoestima e da autonomia dessas famílias.

Avaliação de um programa de educação conjugal na perspectiva dos casais participantes

Bruno de Brito Silva; Adriana Wagner (UFRGS); Angélica Paula Neumann (UFRGS); Caroline Guimarães da Silveira Campos (FADERGS); Rosita Barral Santos (UFRGS)

Este trabalho tem como objetivo investigar indicativos de satisfação dos casais com o programa de educação conjugal “Viver a dois: Compartilhando este desafio”, que objetiva desenvolver a ampliação das estratégias de resolução de conflitos, sendo formado por seis oficinas em grupos de 4 a 8 casais. As oficinas, compostas por atividades psicoeducativas e vivenciais, abordam os temas: 1) História e mitos conjugais; 2) Conflitos conjugais; 3) Estratégias de resolução de conflitos; 4) Negociação e flexibilidade; 5) Sexualidade; 6) Lazer a dois. Participaram deste estudo 48 homens (M= 37,31 anos; dp=11,26) e 48 mulheres (M= 35,62 anos; dp=11,13), naturais de cinco cidades do Rio Grande do sul, em relacionamento de no mínimo seis meses. Ao final de cada oficina, os participantes avaliaram, em escala likert de 4 pontos, o quanto se sentiram à vontade e confortáveis, o quanto cada oficina fez sentido e o quanto foram úteis para o relacionamento. Após a última oficina, os participantes avaliaram o quanto se sentiram satisfeitos com o programa no quesito geral, com a equipe moderadora, com o relacionamento com os outros casais, com o tempo de duração e número de oficinas através de escalas likert de 6 pontos (1 = nada satisfeito a 6 = muito satisfeito). Os participantes avaliaram se sentiram à vontade (M=3,70; dp=0,33) e confortáveis (M=3,37; dp=0,42) nas oficinas, que fizeram sentido (M=,75; dp=0,27) e foram úteis (M=3,64; dp=0,34) para seus relacionamentos. Verificou-se também que a satisfação com o programa como um todo (M=5,14; dp=1,06), com o relacionamento estabelecido com os moderadores (M=5,10; dp=0,96) e com os outros casais (M=4,85; dp=0,98), o tempo de duração de cada oficina (M=4,96; dp=0,87) e número total das oficinas (M=4,72; dp=1,12) foram considerados satisfatórios pelos participantes. Os resultados encontrados evidenciaram indicativos de satisfação acima da média para todas as variáveis investigadas na avaliação do programa.

Clima familiar, configuração familiar e saúde física e psicológica de idosos

Doris Firmino Rabelo (UFRB); Anita Liberalesso Neri (Unicamp)

Objetivo: investigar associações entre clima familiar, idade, sexo, configuração familiar (arranjo de moradia, chefia familiar e contribuição financeira) e condições de saúde física (capacidade funcional, número de doenças, sinais e sintomas, envolvimento social) e a saúde psicológica (depressão e ansiedade) de idosos. Método: Participaram 134 idosos sem déficit cognitivo. Os dados foram coletados por entrevista domiciliar, utilizando-se

os instrumentos: Questionário para avaliação da configuração familiar; Questionário de doenças e de sinais e sintomas auto-relatados; Índice de Independência nas Atividades de Vida Diária; Escala Lawton de atividades instrumentais de vida diária; Questionário de autorrelato sobre participação social; Escala de Depressão Geriátrica; Inventário de Ansiedade de Beck – BAI; Inventário do Clima Familiar – ICF. Foi feita análise de conglomerados mediante o método da partição. A análise comparativa da composição dos conglomerados obtidos foi feita mediante os testes Qui-Quadrado e Exato de Fisher ($p < 0,05$). Resultados: As atividades básicas de vida diária ($R^2 = 0,887$) e o apoio familiar ($R^2 = 0,242$) foram as variáveis que mais contribuíram para a formação dos três conglomerados: 1) Mulheres física, psicológica e financeiramente oneradas, com tendência ao isolamento, que avaliaram negativamente o clima familiar ($n = 5$); 2) Homens financeiramente onerados, com tendência ao isolamento, com boa saúde física e psicológica e com avaliações negativas do clima familiar ($n = 74$); 3) Mulheres parcialmente responsáveis pelo sustento da família, com boa saúde, socialmente envolvidas e com avaliações positivas do clima familiar ($n = 55$). Conclusão: A interação entre o ônus gerado pela responsabilidade no sustento da família, a posição hierárquica do idoso na estrutura familiar e suas condições de saúde desempenham importante papel nas suas avaliações sobre o funcionamento da família.

Dinâmica familiar de crianças com TDAH: percepção dos cuidadores

Amanda de Aquino Peixoto (Universidade Federal do Pará); Ana Paula Pureza Pantoja (Universidade Federal do Pará); Simone Souza da Costa Silva (Universidade Federal do Pará); Fernando Augusto Ramos Pontes (Universidade Federal do Pará); Irlana Lessa França (Universidade Federal do Pará); Carolina Moraes Dourado (Universidade Federal do Pará); Ruth Daysi Capistrano de Souza (Universidade Federal do Pará)

O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é considerado uma desordem neurobiológica, com principais manifestações a desatenção, impulsividade e hiperatividade. No âmbito familiar, esse transtorno é sentido como um fator que promove dificuldades no convívio e dia-a-dia. Este trabalho teve por objetivo descrever as percepções de cuidadores de crianças com TDAH acerca da dinâmica familiar. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada, realizada com 8 cuidadoras, sendo 7 mães e 1 avó, atendidas no Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMUC), na região metropolitana de Belém. A metodologia utilizada foi análise do discurso que gerou as categorias: Ambiente familiar antes do nascimento da criança, onde as cuidadoras consideraram o ambiente como tranquilo; Efeitos do nascimento da criança, no qual, após o nascimento da criança o ambiente familiar foi compreendido como conturbado, gerando efeito de caos familiar e por vezes requerendo reorganização da estrutura da família. Entretanto, surgiram falas indicativas de fortalecimento familiar após o nascimento da criança, que promove a integração dos componentes da família; Relação mãe-criança com discurso de uma parte das cuidadoras apontando um relacionamento tranquilo com seu filho, e outra parte como uma relação difícil, envolvendo intensa agressão física e verbal, e as principais dificuldades apresentadas pelas mães para lidar com a criança, destacando-se as manifestações de comportamentos decorrentes do TDAH, como desatenção, desobediência, agressividade, irritação e dificuldade dos filhos em estabelecer rotina e Relação criança-família, onde as cuidadoras percebem o relacionamento da criança com outros membros da família como tranquilos, embora com os irmãos, sejam marcados por conflitos. Deste modo, fica evidente que o TDAH marca a dinâmica familiar, sendo necessário que os serviços de saúde ampliem suas ações, criando espaço para suporte e escuta as situações que envolvem a criança com TDAH e seus cuidadores.

Estudo descritivo da pobreza e estresse de 30 pais/cuidadores/responsáveis frequentadores dos CRAS de Belém Continental

Ísis de Cássia Palheta da Silva

O objetivo do presente estudo foi descrever o nível de estresse de pais/cuidadores/responsáveis de crianças que constituem famílias pobres atendidas pelos CRAS na região continental de Belém-PA. Participaram dessa pesquisa 30 pais, integrantes de um estudo maior. As variáveis estresse e pobreza foram investigadas através dos instrumentos Índice de Pobreza Familiar (IPF), Índice de Estresse Parental (PSI short form), adaptado da versão portuguesa de Santos (1992), além do ISD (Inventário Sociodemográfico) para alcançar as principais características demográficas dessa população. A pesquisa teve caráter quantitativo, de cunho descritivo e recorte transversal. Os participantes tiveram que se encaixar em três critérios: ter ou ser responsável por filhos de 5 a 18 anos, estar no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), possuindo o número do NIS (Número de Identificação Social), e morarem nas localidades pesquisadas. A idade média dos participantes foi 39,4 anos ($Dp = 11,66$). A idade média dos filhos foi de 11,2 anos ($Dp = 3,68$). Declararam-se casados 17 pais (56,7%) e solteiros 13 (43,3%). Dos 30 pais, 19 realizavam alguma atividade remunerada, formal ou informal. Através da

média dos níveis de pobreza das trinta famílias foi adquirido o grau de pobreza, resultante em 29%. Esse resultado, apesar de não ser considerado alto, segundo os parâmetros do instrumento (que considera os mais pobres aqueles mais próximos de 100%), se revela como acima da média, visto que a média nacional de pobreza é 25%. A respeito do estresse parental, evidenciou-se que 20 das 30 famílias foram classificadas com estresse normal ou baixo e 10 foram classificadas com estresse clínico. A aplicação do teste PSI/VR nos adultos que exercem funções parentais em famílias socialmente vulneráveis, aliada à aplicação do IPF, permitiu avaliar e descrever o nível de estresse parental vivenciado nessas famílias, assim como seu grau de pobreza, objetivo principal deste estudo.

Família e escola: como fortalecer esta relação?

Adinete Sousa da Costa Mezzalira (Universidade Federal do Amazonas); Izabela da Silva Dantas (Faculdade Martha Falcão)

A relação família e escola no nosso país se configura historicamente e culturalmente por uma divisão de papéis cristalizadas na dissociação entre o educar e o ensinar. A promoção de sujeitos críticos, ativos e emancipados exige uma ação coletiva que abarque os diversos segmentos da sociedade. Diante desta realidade, esta pesquisa teve como objetivo investigar e discutir os elementos que interferem na participação da família na escola, assim como, sugerir estratégias de intervenção que visam o fortalecimento desta relação. Este trabalho foi desenvolvido em uma escola pública de Manaus, participaram desta pesquisa uma professora e uma mãe de uma criança do 1º ano do ensino fundamental. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com as participantes e utilizou-se o modelo de análise de conteúdo sob a perspectiva construtivo-interpretativa apresentada por González Rey. Os resultados encontrados no que diz a promoção do estreitamento da relação família e escola, foram os seguintes: (a) utilizar ferramentas da internet e, com isto, transpor os espaços físicos da escola; (b) conhecer a família do aluno; (c) conversar com os pais sobre o desenvolvimento dos filhos no âmbito integral, focalizando as potencialidades e fragilidades. Com relação aos fatores que impedem a participação dos pais na escola, foram os seguintes: (a) as reuniões acontecem no horário administrativo; (b) a escola desconhece a realidade da família demonstrando desinteresse em conhecê-la; (c) os pais têm pouco envolvimento com o processo de desenvolvimento dos filhos. Em geral, é possível constatar que as estratégias de intervenção que visam à aproximação dos pais à escola não podem ser permeadas por ações que colocam a escola como formadora da família, mas por intervenções que assegurem um espaço de dialogicidade e fortalecimento.

Funcionamento familiar de idosos: dados do interior da Bahia.

Laila Lorena Nogueira Batista da Silva; Dóris Firmino Rabelo (UFRB); Anita Liberalesso Neri (Unicamp)

Objetivo: verificar, a partir da percepção de idosos, as associações entre a satisfação com a dinâmica familiar, o clima familiar e a afetividade e o conflito nos relacionamentos familiares. Método: Participaram 134 idosos sem déficit cognitivo. Os dados foram coletados por entrevista domiciliar, utilizando-se os instrumentos: APGAR da Família; Inventário do Clima Familiar – ICF; Familiograma. Para análise dos dados, foi utilizado o teste qui-quadrado ou o teste de Exato de Fisher para comparar as variáveis categóricas e o teste de Mann-Whitney para comparação das variáveis numéricas ($p < 0,05$). Resultados: A idade dos participantes variou de 60 a 95 anos, com média de 72 anos e desvio-padrão de 8 anos, sendo 77,6% do sexo feminino. A análise comparativa das variáveis mostrou maior frequência de menor apoio ($p = 0,048$), menor coesão ($p = 0,035$) e maior conflito ($p = 0,022$) entre os idosos que relataram disfunção familiar. A tipologia alta afetividade e baixo conflito é menor nos com disfunção familiar ($p = 0,010$) e a tipologia baixa afetividade e alto conflito é maior nos com disfunção familiar ($p < 0,001$); A tipologia baixa afetividade e baixo conflito é maior nos com menor apoio ($p = 0,018$); A tipologia alta afetividade e baixo conflito é menor nos com maior conflito familiar ($p = 0,011$) e a tipologia baixa afetividade e alto conflito é maior nos com maior conflito familiar ($p = 0,040$); A tipologia alta afetividade e baixo conflito é menor nos com maior hierarquia familiar ($p = 0,018$). Conclusão: O funcionamento da família percebido pelo idoso como disfuncional está associado ao baixo apoio, baixa coesão, baixa afetividade, menor hierarquia e maior conflito.

Idealizações de adolescentes de Londrina-PR sobre casamento, família e moradia

Lycia Rinco Borges Procópio (Universidade Federal de Sergipe); Célia Regina de Souza Salomão (Faculdade Pitágoras de Londrina); Ismara Ribeiro de Oliveira (Faculdade Pitágoras de Londrina); Yara de Souza Silva (Faculdade Pitágoras de Londrina)

O casamento e a família são instituições que participam do processo de desenvolvimento da subjetividade. A adolescência corresponde a um período de descobertas, curiosidades por experiências novas, de questionamentos dos valores e normas familiares. Nessa fase os projetos de vida vão sendo delineados e as ações

começam a ser planejadas para que esses projetos possam ser concretizados. No entanto, os novos arranjos familiares e a frágil estabilidade dos casamentos e dos valores sociais podem interferir nessas projeções, alternando rumos em relação ao padrão de família e de casamento almejados por esses adolescentes. O objetivo do trabalho foi conhecer as idealizações de adolescentes de Londrina-PR sobre o casamento, família e moradia, na contemporaneidade. Foram aplicados questionários a 30 adolescentes de 13 a 15 anos residentes em Londrina-PR, sendo 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino, todos estudantes de escola particular. Os dados apontam que o casamento (civil e religioso) deverá continuar sendo uma formalização na configuração das famílias das futuras gerações londrinenses. As meninas preferem se casar mais cedo que os meninos, 73% das meninas preferem se casar antes dos 25 anos. As meninas são mais otimistas quanto ao aumento de felicidade em suas vidas após se casarem. O divórcio não é encarado com naturalidade pelos adolescentes de Londrina, que preferem uma única relação estável ao longo de suas vidas. O número de filhos das futuras famílias de Londrina deverá se situar entre 1 e 2 filhos por casal, mantendo a atual tendência das grandes cidades do Brasil. Os adolescentes gostariam de se fixar em sua cidade natal após o casamento, tendo o apartamento como principal tipo de moradia pretendida. O meio rural foi considerado pouco atrativo para o estilo de vida das futuras gerações.

Intergeracionalidade de Habilidades Sociais Entre Mães e Filhos

Kátia Meuka da Cruz Lima (AUTÔNOMA); Kátia Meuka da Cruz Lima (Psicóloga Clínica); Diogo Araújo DeSousa (UNIT)

A família é o ambiente inicial de socialização, é neste ambiente que se aprende a estabelecer relações sociais. Assim, conhecer o padrão de comportamento apresentado pelos pais é importante para que se entenda o padrão de comportamento dos filhos. Intergeracionalidade é a linha de pesquisa responsável por investigar a repetição de padrões comportamentais ao longo de gerações. Este estudo teve como objetivo verificar a existência de intergeracionalidade de habilidades sociais entre mães e filhos. Para tanto, o repertório de habilidades sociais de mães e seus filhos foi investigado e correlacionado. Participaram deste estudo 25 alunos de duas escolas particulares da grande Aracaju com idades entre 7 e 11 anos e suas respectivas mães. Foram utilizados o Inventário de Habilidades Sociais (IHS-DEL PRETTE) para a aplicação com as mães e a Escala de Habilidades Sociais do instrumento Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS), tendo como informantes as mães e as próprias crianças. Os resultados apontaram a transmissão intergeracional de mães para os filhos da classe de habilidades sociais Assertividade, o que sugere a possibilidade de se atuar sobre o repertório das mães, a fim de se obter resultado sobre o repertório comportamental dos filhos.

Intervenção com Cuidadores e Responsáveis por Crianças e Adolescentes, Importância, Perspectivas e Resultados: Experiência de um Projeto Extensão.

Alberto Gamalier Vasconcelos Martins Filho (Universidade Federal do Pará); Alberto Gamalier Vasconcelos Martins Filho (Universidade Federal do Pará); Simone Souza da Costa Silva (Universidade Federal do Pará); Dahis Moana Lobato Tavares (Universidade Federal do Pará)

Orientação de pais e responsáveis por crianças e adolescentes sobre melhores práticas educativas é uma área de grande importância social, muitas vezes os responsáveis encontram dificuldade em exercer processos parentais básicos de modo adequado, podendo ocorrer problemas cotidianos devido ao estresse, resultando em “soluções” inadequadas para corrigir ou proteger seus filhos. O objetivo desse trabalho foi orientar pais/responsáveis com dificuldade em exercer a parentalidade de modo saudável. O projeto realizou intervenções em um CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) da periferia de Belém-Pará, entre agosto (2016) e junho (2017), compreendendo três intervenções, durante três meses, semanalmente, com três grupos distintos. Utilizou-se o Inventário de Estilos Parentais e um Inventário Sócio Demográfico contendo cinco itens: nome, se exerce atividade remunerada, idade do pais e dos filhos, quantidade de crianças e o ano escolar delas. O IEP era reaplicado para comparação dos resultados, este analisa as formas de educar em 42 itens divididos em sete dimensões: cinco práticas negativas (negligência, abuso físico, monitoria negativa, disciplina relaxada e punição inconsistente) e duas positivas (monitoria positiva e comportamento moral). Para análise foram criados scores de acordo com a validação do inventário. As atividades eram: rodas de conversa e dinâmicas referentes as práticas educacionais dos pais, participaram ao todo 50 cuidadores. Os responsáveis demonstraram uma melhoria em suas práticas parentais, atitudes que estariam dentro das práticas negativas diminuíram ou não aumentaram, nesses casos aumentaram apenas práticas positivas. Desse modo, as formas utilizadas pelos pais ou responsáveis para educar seus filhos precisam ser analisadas, para os filhos poderem ter maior suporte emocional e afetivo para se desenvolver. Foi possível observar a influência de iniciativas fomentadoras de suporte aos pais, alertando estes

para um nível mais adequado de condutas educacionais que visem a promoção e fortalecimento do vínculo, confiança e a perpetuação de valores.

Intervenção parental com adolescentes: melhoria nas relações familiares

Maria Angela Mattar Yunes (Centro Universitário La Salle – Canoas); Deise Parula Munhoz (FURG); Maria Angela Mattar Yunes (UNILASALLE); Narjara Mendes Garcia (FURG)

Este estudo foi desenvolvido junto aos adolescentes, no âmbito de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) no município de Rio Grande-RS, tendo por objetivo, investigar as relações parentais e familiares desenvolvidas entre os adolescentes e seus pais dentro do contexto familiar. Para tanto, foi desenvolvida uma intervenção na qual teve duração de três meses, com encontros semanais de 2h e 30 min cada. Participaram efetivamente 25 adolescentes distribuídos nos dois grupos ofertados. Sendo aplicados distintos instrumentos junto aos adolescentes, dentre esses: Entrevista inicial, Preenchimento do diário íntimo; Entrevista Final e após cinco meses de término da intervenção, foi aplicado o Follow up. No início da intervenção, os adolescentes destacaram não ter liberdade para conversar com seus pais, ressaltando ainda o desinteresse por parte desses em ouvi-los, o que refletiu na visão negativa que os adolescentes apresentaram do contexto familiar, tendo sido mencionado como um ambiente permeado por conflitos, inclusive entre os pais, em alguns casos também com presença de violência física. Ao longo da aplicação da intervenção, foi constatado a partir das manifestações dos adolescentes, a melhoria das relações entre esses adolescentes e seus pais, no que se refere ao estabelecimento e melhoria do diálogo, e também na aproximação entre eles, passando a estabelecer um conceito positivo em relação as figuras parentais, o que foi reafirmado por meio do follow up.

O que os pais inventam? Canto espontâneo e práticas parentais musicais no contexto de interação pais-bebês

Samara Tavares Silva; Iana Maria Rodrigues Cordovil (UFOPA); Raquel dos Santos Correa (UFOPA); Adria Juliana Miranda da Silva (UEPA); Larissa Monique Silveira Correia (UFOPA); Iani Dias Lauer Leite (UFOPA)

Vários estudos tem buscado identificar o papel da música no processo desenvolvimental. Ao considerar que os pais são os primeiros agentes a apresentar o som e a música aos bebês, esse trabalho teve como objetivo averiguar o que os pais cantam para seus filhos, em especial a presença do canto espontâneo. O canto espontâneo é conceituado como canção inventada criada pelos pais em interação com os filhos. Participaram 15 pais de crianças na faixa etária de 3 a 4,5 anos, matriculadas em um projeto de Musicalização de uma Universidade Federal em Santarém, Pará. A idade dos cuidadores variou entre 25 e 41 anos. O maior percentual de cuidadores é do gênero feminino. A maioria dos cuidadores possui Nível Superior Incompleto. Coleta de dados: roteiro de grupo focal. Os dados coletados foram transcritos e analisados mediante a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados foram: Na 1ª questão “O que os pais cantam” foram encontradas 5 idéias centrais (ICs): A. Cantigas de roda, B. Vários gêneros, C. Canções de Ninar, D. Canções de desenhos infantis e E. Canções de criança e de gente grande. Na 2ª questão “Em que momento os pais cantam para os filhos?” foram achadas 8 idéias centrais: A. Na hora do sono e de relaxar. B. No momento de organizar objetos. C. Durante o banho da criança. D. Na hora da alimentação. E. Para lavar as mãos. F. Não tem horário, canta o tempo todo. F. Na rede. Para a questão 3 “Vocês inventam canções para os filhos?”, foram encontradas 3 idéias centrais: A. Sim, inventa. B. Não inventa canções. C. Adapta canções já conhecidas. Os resultados indicaram que a música e o canto espontâneo estão presentes na vivência cotidiana entre pais e bebês, estreitando a relação e auxiliando as ações de cuidado.

O Sentido da Família na Construção da Subjetividade dos Adolescentes

Marcelly Ingrid Dantas Almeida; Adinete Sousa da Costa Mezzalira (Faculdade Martha Falcão Devry)

Este trabalho relata as atividades práticas do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Faculdade Martha Falcão - DeVry realizadas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus - AM. Com base nas observações e relatos trazidos pelos alunos, sentiu-se a necessidade de trabalhar o impacto da família no desenvolvimento dos adolescentes. Pautando-se em uma perspectiva materialista histórica e dialética, foi utilizada a escrita verbal e não verbal como instrumento que explorava ações reflexivas nos alunos sobre o significado e o sentido da família. Para a realização desta intervenção foi realizada uma oficina com adolescentes entre 12 e 13 anos. A oficina continha sete encontros, a saber: 1. Quem eu sou?; 2. Minha família; 3. Diversidade familiar; 4. Criação do vídeo: a família na minha vida; 5. Uma carta para meu filho; 6. Uma carta para meus pais; 7. Estabelecendo ligações familiares. Com base nas intervenções, pode-se pontuar três aspectos importantes trazidos pelos adolescentes: 1. possuem uma concepção ampla sobre o conceito de família; 2. têm consciência do

impacto familiar no seu processo de ensino-aprendizagem; e, 3. mostram descontentamentos com relação a ausência dos pais na escola. Em geral, a intervenção revela o quanto os adolescentes são próximos à família e sentem a necessidade de uma maior participação dos responsáveis no ambiente escolar. Diante destes resultados, o psicólogo escolar precisa potencializar a relação entre o aluno e sua família, por meio de atividades realizadas na escola, tendo em vista que a família influencia na formação de sua subjetividade.

Pobreza e relações coparentais de cuidadores nos Centros de Referência em Assistência Social de Belém Continental

Yasmin Borges Farias; Carolina Moraes Dourado (UFPA); Simone Souza da Costa e Silva (UFPA)

A coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação e decisões sobre a vida de seus filhos, ou seja, a divisão que ocorre nos cuidados à criança assim que ela nasce. O exercício da coparentalidade pode sofrer influência de diversos aspectos, com destaque para os socioeconômicos, como a pobreza e miséria. A pobreza é um fenômeno multidimensional, resultante de diversas privações relacionadas a fatores como saúde, educação, geração de emprego e renda, esporte e lazer. O objetivo desse trabalho foi avaliar as relações de coparentalidade em famílias em situação de vulnerabilidade social do município de Belém, considerando os aspectos de Cooperação, Triangulação e Conflito na relação parental. Foram coletados os dados com 22 pais frequentadores dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de dois bairros periféricos da região continental de Belém. Utilizou-se para a coleta de dados o Inventário Sócio Demográfico (ISD) e o Questionário de Coparentalidade (QCOP). Verificou-se que, de modo geral, dos 22 cuidadores entrevistados, 19 eram mães (86,4%); possuindo idade média de 35,55 anos ($dp=8,562$), com escolaridade até o Ensino Médio Completo (27,3%), sendo que 17 relataram estar casados ou em união estável (77,3%). Observou-se que os pais entrevistados, dos dois bairros, apresentaram boa coparentalidade nas três dimensões de modo geral. A dimensão de Cooperação exibiu a maior média (3,8) nas respostas dos pais de ambos os bairros. A Triangulação foi a dimensão que apresentou relativa diferença, 14,5 (pais do bairro 1) e 16 (pais do bairro 2). Aspectos que podem influenciar a boa coparentalidade, apesar das adversidades ocasionadas pela pobreza são discutidos neste trabalho.

Práticas educativas sob o olhar da criança: uma análise das relações parentais

Emily Ribeiro da Silva (UNIVASF); Melina de Carvalho Pdereira (UNIVASF)

Este trabalho parte de uma compreensão sociointeracionista de desenvolvimento, destacando a criança como construtora ativa de significações sobre si e sobre o mundo. Figuras parentais tendem a desenvolver estratégias de cuidado vivenciadas intergeracionalmente durante a infância, perpetuando o modelo parental aprendido. Apesar da forte influência ainda exercida pela cultura adultocêntrica, mudanças intrafamiliares e sociais nas últimas décadas acarretaram em relações menos fundamentadas nos valores tradicionais e hierárquicos do autoritarismo e mais voltadas para a compreensão dos desejos e necessidades dos filhos, contribuindo para o crescimento da participação destes nos processos decisórios da família. Diante disso, intencionou-se investigar como as crianças entendem e negociam práticas educativas com suas figuras parentais. O estudo qualitativo contou com a participação de 16 crianças, entre 7 e 10 anos, matriculadas em uma escola particular da cidade de Petrolina-PE e desenvolveu-se em duas etapas: a primeira constituída de entrevistas individuais semiestruturadas e, posteriormente, entrevistas com grupos focais. A análise de conteúdo realizada foi baseada em Bardin. As crianças relatam que compreendem as atitudes dos responsáveis como forma de cuidado, porém, o medo que sentem deles influencia na relação, reconhecendo-se muitas vezes não compreendidas pelas figuras de autoridade. Apesar disso, a maioria dos participantes afirma ter feito escolhas sobre algo que dizia respeito ao contexto familiar e se sentiram satisfeitos por serem atendidos em suas vontades. Picos de autoritarismo, permissividade e inconsistências entre as figuras parentais são percebidos pelas crianças, que se dizem confusas quanto às atitudes dos adultos. Disposto a acessá-la, espera-se que o estudo contribua para área da Psicologia do Desenvolvimento infantil e forneça subsídios para avançar na qualidade das relações parentais, tendo implicações diretas nas ações oferecidas à comunidade no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPPSI), serviço escola de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Rede de Suporte Social de Mães de Crianças com Paralisia Cerebral em Belém do Pará

Yuri Leandro do Carmo de Souza (Universidade Federal do Pará); Katiane da Costa Cunha (UEPA/ESAMAZ); Viviam Rafaela Barbosa Pinheiro Freire (UFPA); Simone Souza da Costa e Silva (UFPA)

O estudo de redes sociais permite um diagnóstico sobre uma determinada situação, localizar estruturas dentro de redes e observar a dinâmica do grupo em função das relações dos membros entre si. O objetivo deste trabalho foi analisar a rede social pessoal de mães de crianças com paralisia cerebral em relação ao tipo de apoio

oferecido, frequência de contato e intensidade de relações estabelecidas. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética do Instituto Evandro Chagas, com parecer favorável (1.758.751), seguindo o previsto pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Participaram deste estudo 30 cuidadores de crianças com paralisia cerebral atendidas em dois serviços especializados em reabilitação e desenvolvimento infantil em Belém do Pará. Foram aplicados um questionário sócio-demográfico e um questionário de Redes Sociais Pessoais. Os dados foram analisados com auxílio do pacote estatístico SPSS, versão 20.0 e do software de análise de redes sociais Egonet. Os resultados apontaram o predomínio de vínculos do tipo familiar, com redes compostas em maioria por adultos que ofertam apoio do tipo “afeto e carinho”. Foram ainda identificados fatores de risco ao desenvolvimento da criança, com ambientes urbanos precários e escolas sem adaptação ou sistema de inclusão. A contribuição deste estudo está na proposta de fortalecimento de redes sociais enquanto possíveis fontes de apoio, assim como os avanços na produção de conhecimento e tecnologia que possa estar a serviço do desenvolvimento infantil e da melhoria de condições sociais especialmente na região investigada, o que poderá impactar sobre a saúde familiar e consequentemente sobre o desenvolvimento da criança com deficiência.

Satisfação com a dinâmica familiar, arranjos de moradia, saúde física e psicológica de idosos.

Laila Lorena Nogueira Batista da Silva; Dóris Firmino Rabelo (UFRB); Anita Liberalesso Neri (Unicamp)

Objetivo: avaliar a satisfação com a dinâmica familiar percebida por idosos e verificar as associações com os arranjos de moradia e as condições de saúde física (indicadas por desempenho funcional, por número de doenças, sinais e sintomas e pelo envolvimento social dos idosos) e psicológica (indicadas por depressão e ansiedade). Método: Participaram 134 idosos sem déficit cognitivo. Os dados foram coletados por entrevista domiciliar, utilizando-se os instrumentos: Questionário de doenças e de sinais e sintomas auto-relatados; Índice de Independência nas Atividades de Vida Diária; Escala Lawton de atividades instrumentais de vida diária; Questionário de autorrelato sobre participação social; Escala de Depressão Geriátrica; Inventário de Ansiedade de Beck – BAI; APGAR da Família. Para análise dos dados, foi utilizado o teste qui-quadrado ou o teste de Exato de Fisher para comparar as variáveis categóricas ($p < 0,05$). Resultados: A maior parte vivia com descendentes (41%), outros com o cônjuge e descendentes (23,9%), sozinhos (17,9%), em outros tipos de arranjos (9,7%) ou só com o cônjuge (7,5%). Quanto às condições de saúde física, a maioria relatou ter de uma a duas doenças (52,2%), três ou mais sinais e sintomas (59,7%), menor envolvimento social (65,7%), independência para as atividades básicas (96,3%) e instrumentais (58,2%) de vida diária. Com relação às condições psicológicas, 82,9% dos idosos não apresentou sintomatologia depressiva e 76,9% não mostrou ansiedade. A maioria relatou boa funcionalidade de sua família (85,8%). A análise comparativa das variáveis mostrou maior frequência de disfunção familiar entre os idosos que moram sozinhos e em arranjos mistos com outras pessoas e maior frequência de disfunção familiar entre os idosos com depressão e ansiedade. Conclusão: Arranjos de moradia não continentais e a saúde psicológica do idoso estão associados a uma percepção negativa da dinâmica familiar.

Separação e Parentalidade: o viés dos filhos

Angela Roos Campeol; Caroline Rubin Rossato Pereira (UFSC)

O início do século XXI foi marcado socialmente pela diversidade de arranjos familiares. Os dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010) relativos às famílias brasileiras destacam o crescimento de divórcios, de famílias recasadas, de uniões estáveis, entre outras. Em relação aos números de divórcios, a maioria dos ex-casais possuem filhos com menos de 18 anos. Em 2006, 68,9% dos casos eram de casais com ao menos um filho (MARCONDES, 2008). Nesta conjuntura, entende-se que o evento da separação se constitui como um momento de crise no ciclo evolutivo familiar (CARTER, McGOLDRICK, 2001). O advento da separação não deve alterar a vinculação entre pais e filhos, afinal, o vínculo de parentalidade permanece para sempre (HOUSEL, 2004; BRITO, 2014). Nesse sentido, o estudo a ser apresentado concentrou-se em compreender, a partir do viés das crianças, a vivência da separação conjugal de seus pais. A pesquisa teve caráter qualitativo e exploratório. Participaram 4 crianças e suas mães. Os pais estavam separados judicialmente há no mínimo 6 meses e residiam em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Para coleta de dados utilizou-se o Questionário de Dados Sociodemográficos, preenchido pelas mães; e com as crianças, empregou-se o instrumento projetivo Procedimento de Desenho-Estória com Tema e uma entrevista Semiestruturada. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979). Como resultados, tem-se que as crianças foram sensíveis ao ambiente familiar e experimentaram a transição do divórcio como um momento de adversidade. A ausência de informações dificultou a elaboração da situação por parte das crianças. No que tange aos cuidados parentais, os homens permaneceram pouco disponíveis para o cuidado dos filhos no contexto pós-divórcio, tendo as mães

assumido o cuidado diário. Esta pesquisa se propõe como base para reflexões sobre como favorecer o melhor interesse da criança em tal contexto.

“Papai Bobinho!” – Uma análise psicossocial da figura paterna através dos desenhos animados infantis

Paulo Fernando de Souza Júnior (FAFIRE); Eduardo Pacheco de Aquino Fonseca (FAFIRE)

A partir do século passado, transformações socioculturais promovidas pelos movimentos feministas impactaram no modelo de família nuclear burguesa: as conquistas na vida pública, a liberalização sexual, a flexibilização das relações conjugais, etc. Os movimentos contraculturais propuseram questionamentos às instituições sociais, inclusive à família. Houve uma “democratização” das relações homem-mulher e os papéis masculino-feminino, nas configurações e dinâmicas familiares, demandaram revisão. Atualmente, há uma ideia de comprometimento da figura paterna com a criação dos filhos denominado “paternidade ativa”, que articula interação, acessibilidade e responsabilidade. Apesar das mudanças dos modelos familiares, o desempenho das funções parentais ainda é imprescindível para o desenvolvimento psíquico do indivíduo, especialmente na infância. Cada um a seu turno possui uma função específica, capaz de propiciar um desenvolvimento saudável: a inserção infantil no social dependerá, em boa parte, da resolução da trama engendrada durante o Complexo de Édipo, pelas relações objetais e identificatórias. Imagens parentais simbólicas, necessárias ao desenvolvimento afetivo, são propugnadas através de instituições sociais como família e escola, e através da mídia que veicula desenhos animados. Suas mensagens oferecem material para representações sociais no imaginário infantil. Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de iniciação científica desenvolvida em 2016-2017, que analisou as figuras paternas representadas em episódios dos desenhos “Peppa” e “O incrível mundo de Gumball”, produzidos para crianças em duas fases de desenvolvimento distintas; investigou a apresentação das personagens paternas, suas características físicas e psicológicas, e o desempenho de seus papéis; e discutiu as correlações entre estas figuras fictícias e a realidade brasileira. A hipótese foi a desqualificação da autoridade das figuras paternas através de representações sociais infantilizadas dos pais. A metodologia articulou conhecimentos em Psicologia (desenvolvimento infantil, na perspectiva psicanalítica) e Sociologia (teoria das representações sociais) para a compreensão de relações familiares saudáveis e, por extensão, de uma sociedade mais igualitária e menos violenta.

A afetividade na percepção do professor dos cursos de licenciatura de química e de matemática do Instituto Federal de Sergipe - Campus Aracaju

Michael Douglas Santos Monteiro (IFS); Michael Douglas Santos Monteiro (IFS); Laisa Barros da Silva (IFS); Shirley Santos Teles Rocha (IFS)

Para Wallon, as relações de ensino-aprendizagem envolvem um processo afetivo, cognitivo e motor. Dessa forma, a prática pedagógica atinge todas as dimensões, como o objetivo de promover o desenvolvimento em todas elas, uma vez que estas atuam de forma entrelaçada, influenciando-as e transformando-as. Nessa perspectiva, o professor desempenha um papel ativo na constituição da pessoa do aluno, buscando agir na correlação entre emoção e cognição, criando condições afetivas para que o aluno atinja a plena utilização do funcionamento cognitivo, e vice-versa. Da mesma forma, o aluno é uma pessoa concreta, constituída tanto de sua estrutura orgânica como de seu contexto histórico, e traz inúmeras possibilidades de desenvolvimento que podem ser efetivadas conforme o meio lhe ofereça condições. Assim, a presente pesquisa objetivou compreender a percepção dos professores dos cursos de Licenciatura de Química e de Matemática do Instituto Federal de Sergipe campus Aracaju, sobre a afetividade na relação professor – aluno. A pesquisa foi realizada através de entrevista aberta com 10 docentes dos cursos de Licenciatura de Química e de Matemática do Instituto Federal de Sergipe campus Aracaju. Os resultados preliminares apontam que a afetividade é valorizada pelos professores, porém estes ressaltam a ausência de espaços para debater e pensar essas questões, assim como pensar a sua prática. Esta pesquisa vem contribuir com a ação da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Nível Superior que é melhorar a qualidade de ensino na educação básica por meio de formação inicial consistente e contextualizada do professor em sua área de atuação, uma vez que a experiência acadêmica constituirá a atuação dos alunos enquanto docentes da Educação básica e/ou superior.

A Afetividade promovedora do mal-estar ou bem-estar na relação professor-aluno universitário

Fabyanne Wilke Costa Santos; José Murilo Oliveira Santana (UNIT); Livia de Melo Barros (UNIT)

O presente trabalho refere-se a um recorte da pesquisa Subjetividade e Sofrimento Psíquico do Docente, realizada entre os anos de 2015 e 2016, em Instituição de Ensino Superior Privado. A afetividade presente na relação professor-aluno é um campo curioso - por vezes negligenciado - e um tanto quanto desafiador para os envolvidos, pois traz implícitos significados na relação estabelecida. O modo como estes sujeitos encaram às situações vividas e dão sentido é que vão determinar a afetividade e a qualidade das relações, implicando no estado de mal-estar ou bem-estar. Foram coletadas entrevistas individual semiestruturadas com três professores da área Ciências Biológicas e da Saúde com mais de três anos de laboração e fontes bibliográficas de autores da Psicologia e da Educação indexadas na Scielo e capes periódicos para contrastar e teorizar os discursos produzidos. Trata-se, pois, de um estudo de abordagem qualitativa, com delineamento transversal, analisados à luz da Análise Textual Discursiva –ATD (Moraes e Galiazzi, 2016) e resguardados sob os aspectos éticos previstos na Resolução nº 466/12. Os principais resultados acerca da relação professor-aluno apontam contrapontos e contradições no discurso dos professores sobre a promoção do mal-estar ou bem-estar, isto porque o ensino-aprendizado, a motivação em continuar a carreira, o desempenho/progresso/participação do aluno e o respeito são linhas tênues para um envolvimento e relacionamento ora positivo, marcados pelo sentimento de prazer, satisfação e bem-estar, ora sinaliza aspectos negativos e insatisfação. Neste sentido, acreditamos que o estudo da relação professor-aluno e as expressões de afetividade viabilizam reflexões e compreensões que possibilitaram um olhar concreto para a saúde mental e seus desdobramentos do processo ensino-aprendizagem. Além de que, poderá proporcionar a tomada de medidas para a construção, manutenção e fortalecimentos de vínculos mais assertivos e pautadas na reciprocidade.

A arte como expressão do afeto no ambiente escolar

Adinete Sousa da Costa Mezzalira (Universidade Federal do Amazonas); Gilberto Luis Gussi Junior (Faculdade Martha Falcão)

Este trabalho relata as atividades práticas do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e Educacional, da Faculdade Martha Falcão - DeVry realizadas em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus - AM. Esta proposta de intervenção preocupava-se em promover o desenvolvimento integral das crianças a partir da perspectiva Walloniana. Para Wallon, o desenvolvimento encontra-se em constante processo de transformação em virtude da interação dos conjuntos funcionais da pessoa, no caso o afetivo, o cognitivo e o motor. Assim, com vistas a promoção do desenvolvimento infantil no espaço escolar, foi realizada uma oficina com crianças entre 4 e 5 anos, onde eram aplicadas atividades que trabalhavam de forma integrada os elementos funcionais por meio de manifestações teatrais ou lúdicas. Com base nas intervenções propostas, no que diz respeito a Cognição, as crianças no seu processo de aquisição de conhecimento apresentavam o pensamento sincrético, expressavam as ideias por meio de fábulas. Com relação a Afetiva, as crianças conseguiam expressar seus afetos agradáveis e/ou desagradáveis. Acerca da Motricidade, as crianças manifestavam-se por meio de movimentos corporais os seus interesses e temores diante das atividades propostas. Diante dos resultados observados, a intervenção revelou a predominância funcional da Afetividade nesta fase da vida, o que corrobora com a teoria de Wallon. Assim, a escola poderá contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças nesta faixa etária quando promove espaços de trocas de afetos. Frente ao exposto, cabe ao psicólogo escolar desenvolver intervenções na Educação Infantil que valorizam as relações sociais como componente importante para o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A importância da afetividade familiar: a percepção de adolescentes em medida socioeducativa de internação

Sammya Gabryella Soares Pereira Campos; Maria Jozina Ferreira (Centro Universitário de João Pessoa)

A criminalidade tem se tornado algo muito frequente atualmente, e, em relação aos atos cometidos por adolescentes vários questionamentos têm sido levantados em busca de uma resposta. Nesse sentido, é relevante evidenciar que a família possui uma forte influência nessa construção, portanto, quando a mesma não assume a sua responsabilidade afetiva, transmitindo segurança, e oferecendo o apoio e cuidado necessário, os resultados poderão ser desfavoráveis, podendo colocar em risco a evolução e o amadurecimento desse jovem. Nesse sentido, Fabrino (2012) afirma que a família será sempre espaço de afetividade, de demonstração de carinho e atenções delicadas. Pais e filhos necessitam deste ambiente para poderem continuar a viver como pessoas dignas e seguras em sociedade. Diante disso, essa pesquisa tem como foco principal analisar a importância da afetividade familiar na percepção de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. Desse modo, foi realizada uma pesquisa de campo descritiva e de natureza qualitativa, no qual participaram 20 adolescentes do sexo masculino com idades entre 12 e 18 anos incompletos, do Centro Socioeducativo – Edson Mota (CSE), localizado em João Pessoa - PB. Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: um questionário sociodemográfico e uma

entrevista semiestruturada com perguntas específicas de acordo com o objetivo da pesquisa. Os resultados, em andamento, do questionário sociodemográfico estão sendo tratados por meio do pacote estatístico SPSS em sua versão mais atualizada, utilizando-se da estatística descritiva, e as questões abertas estão sendo analisadas pela técnica de Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2010). Foram tomados todos os cuidados éticos de acordo com a resolução nº 466/12 do CNS e das disposições da lei nº 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Adoleser: Expressando as emoções por meio do Lúdico

Raissa Ferreira Ávila; Juliana Santos de Souza Hannum (PUC Goiás)

A Família é o primeiro núcleo social que o indivíduo se insere, é por meio dela que as relações sociais, bem como as manifestações emocionais se desenvolvem e se expressam nos relacionamentos construídos ao longo da vida. Nesse sentido, as emoções de acordo com alguns autores não são consideradas como inata ao ser humano, pelo contrário ela é construída e desenvolvida no decorrer de sua vida, à medida que os relacionamentos interpessoais, grupais e sociais vão se construindo e se consolidando. Diante disso, o presente estudo tem por objetivo identificar as emoções cotidianas de adolescentes com indicativos de Altas habilidades/Superdotação, por meio do desenho de seus familiares (mãe, pai, irmão, irmã, tio, tia, avó, avô, primo e prima), no projeto de extensão da PUC Goiás na cidade de Goiânia. Os resultados demonstram que sujeitos com altas habilidades/superdotação possuem particularidades específicas, mais precisamente no que diz respeito às emoções, porém nesse grupo a presente atividade proporcionou um espaço de descoberta não só de suas emoções, mas do outro e de seus familiares, proporcionando no grupo uma espécie de aliança e integração, no sentido do grupo ser um lugar de vínculos e de compartilhamento de emoções e experiências vividas por eles.

Emoções e Regulação Emocional em pacientes com Doenças Inflamatórias Intestinais.

Mariana Siqueira Menezes (UFS); André Faro (UFS)

As Doenças Inflamatórias do Intestino (DII) (Doença de Crohn (DC) e Retocolite Ulcerativa (RCU)) são inflamações crônicas que resultam no mau funcionamento do aparelho intestinal. Aspectos emocionais influenciam o curso das DII e interferem na capacidade de o indivíduo se adaptar a elas. Através da capacidade de Regulação Emocional (RE) é possível influenciar, controlar e modificar as próprias emoções. A RE possui duas estratégias básicas: Reavaliação Cognitiva (RC) e Supressão Emocional (SE). A RC tem sido relacionada com diminuição de emoções negativas e maior experiência e expressão de emoções positivas. A SE, por outro lado, parece intensificar o mal estar que as emoções negativas implicam. Esta pesquisa buscou investigar as emoções e a regulação emocional em pacientes com Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa. Participaram 63 indivíduos, que responderam a um questionário sociodemográfico e clínico, à Escala de Afetos Positivos e Negativos e ao Questionário de Regulação Emocional. Foi realizada uma análise de regressão logística e os fatores associados a maiores chances de apresentar emoções positivas foram: pontuar mais alto na subescala de reavaliação, conviver com a doença até cinco anos, ter tido a última crise a mais de um ano, ter Doença de Crohn, ter renda familiar acima de cinco salários, estar trabalhando, não ter outras doenças crônicas e ter se submetido a alguma cirurgia para tratar a DII. Já os fatores associados a maiores chances de apresentar emoções negativas foram: conviver com a doença a mais de cinco anos, ter tido a última crise em até um ano, ter Doença de Crohn, possuir escolaridade média ou superior, ter renda familiar de até cinco salários, não estar casado, estar trabalhando e não ter se submetido a alguma cirurgia para tratar a DII. Dado o exposto, esta pesquisa contribuiu para o conhecimento de aspectos emocionais em pacientes com DII.

Impactos laborais e emocionais em atores de teatro na produção de espetáculos

Fabyanne Wilke Costa Santos; José Murilo Oliveira Santana (UNIT); Livia de Melo Barros (UNIT)

O ator de teatro se depara com situações adversas, como as relações interpessoais com os colegas de trabalho, a má remuneração, pouca valorização do trabalho, bem como os conflitos emocionais e motivacionais (MENGER, 2005). As formas como eles encaram estas vivências e dão sentido vão apontar a qualidade das relações, a afetividade envolvida e percepção de mal-estar ou bem-estar. Objetivamos então, identificar os fatores envolvidos no processo laboral que podem proporcionar o mal-estar ou o bem-estar dos atores. Para tal, foram coletadas entrevistas semiestruturadas com cinco sujeitos do teatro, além do levantamento bibliográfico do tema em bases de dados da Scielo e capes periódico para contrastar e teorizar os discursos produzidos. Para a amostragem utilizamos a técnica nomeada de “bola de neve” – amostra não probabilística que utiliza cadeias de referências (Vinuto, 2014). Trata-se, pois, de um estudo exploratório, qualitativo, transversal, analisados à luz da Análise Textual Discursiva –ATD (Moraes e Galiazzi, 2016) e resguardados sob os aspectos éticos previstos na Resolução nº 466/12. As análises das entrevistas revelaram três categorias: Ato I - preparação do espetáculo, Ato II - o momento da apresentação e Ato III- após a exibição da peça. No primeiro, o sentimento de angústia,

preocupação e muita auto cobrança. A relação pautada na confiança e mediadas pelo líder/diretor. Na segunda, sentimentos de angústia e pensamentos negativos acerca de si mesmo, expectativa para com o público e cobrança de perfeição no momento da apresentação e a última, os sentimentos de culpa quando algo sai do planejado, dificuldades de auto avaliação e elogiar-se, bem como desejos de terminar as temporadas à medida que ocorre a sensação de vazio com o fechamento do ciclo e abandono da personagem. Sendo assim, esperamos trazer uma contribuição social e científica para este tema com poucas produções.

Linguagem, Emoção e Motivação: reconstituição da linguagem a partir das práticas sociais no ECOA

Hortência Pessoa Pereira; Nirvana Ferraz Santos Sampaio (UESB/DELL/PPGLin)

A presente pesquisa compõe-se em discorrer acerca da (inter)relação entre os conceitos linguagem, emoção e motivação, ao tempo que destaca a interface contributiva dos mesmos diante das intervenções ocorridas no Espaço de Convivência entre Afásicos e Não Afásicos - ECOA na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB campus Vitória da Conquista - BA. Para tal, foi necessário o uso de preceitos teórico-metodológicos da Neurolinguística Discursiva, tendo como referência bibliográfica principal as obras de Coudry (1988, entre outros), como também, o embasamento bibliográfico na área da Psicologia acerca da emoção e motivação (COSTA E PASCUAL, 2012; TOASSA, 2009; PRESTES, 1998) aliados à produção empírica construída por sujeitos/pesquisadores a partir das dinâmicas interacionistas realizadas quinzenalmente no grupo (ECOA), registradas por filmagens, gravações, fotografias e anotações. Com isso, A luz de uma concepção sociocultural da Neurolinguística acreditamos que é a partir da interação com o outro que o sujeito se apropria dos sistemas produtivos da linguagem num sentido de desenvolver mecanismos alternativos e próprios de se expressar e comunicar-se (SAMPAIO, 2006). Conseqüentemente, observamos que a subjetividade de cada sujeito influencia diretamente no seu processo linguístico, o que nos faz considerar a indispensabilidade de termos um olhar amplo e concomitantemente individual sob tal complexidade. Deste modo, é perceptível o quanto cada percurso linguístico (re)descoberto pelos sujeitos são característicos, gradativos e vão além do território da linguagem, estabelecendo relações necessárias com o campo psicológico principalmente no que diz respeito às emoções e motivações do sujeito neste processo de reconstituição da fala e escrita. Neste sentido, os aspectos cognitivos, socioculturais, linguísticos e psíquicos estão intimamente entrelaçados no desenvolvimento da produção de sentido do sujeito, sendo o afásico capaz de operar ativamente dentro desta construção individual e interpessoal presente na relação interacionista entre sujeitos e interlocutores no ECOA.

Relações entre as práticas maternas de socialização emocional e os problemas internalizantes e externalizantes em crianças entre três e cinco anos

Juliana Almeida Santos (Universidade Federal da Bahia); Taiane Lins (Universidade Federal da Bahia); Hevilla Oliveira (Universidade Federal da Bahia); Patrícia Alvarenga (Universidade Federal da Bahia)

A socialização das emoções é uma dimensão essencial do cuidado parental que repercute no desenvolvimento infantil. Apesar de haver um número crescente de estudos que investigam essas estratégias, ainda há poucas evidências da relação entre as práticas de socialização das emoções e os problemas internalizantes e externalizantes na infância. Este estudo investigou as relações entre diferentes tipos de práticas maternas de socialização emocional e os problemas internalizantes e externalizantes em crianças entre três e cinco anos de idade. Participaram 112 mães de crianças de ambos os sexos, entre três e cinco anos, residentes em Salvador, selecionadas por conveniência em escolas particulares da cidade que atendem a população de baixa renda. Foi utilizado um delineamento correlacional. As mães foram convidadas para participar do estudo e foi agendado um encontro na escola da criança em dia e horário de preferência das mães. Aquelas que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderam à Ficha de Dados Sociodemográficos, à Escala de Reações Parentais às Emoções Negativas dos Filhos (CCNES) e ao Inventário dos Comportamentos de Crianças entre 1½ e 5 anos (CBCL). Houve correlações positivas entre a frequência de práticas não apoiadoras da experiência emocional dos filhos utilizadas pelas mães e a existência de problemas tanto externalizantes ($r= 0,26$; $p= 0,01$) quanto internalizantes ($r= 0,28$; $p= 0,01$) nos filhos. Não houve correlações significativas entre as práticas apoiadoras da experiência emocional dos filhos e os problemas externalizantes ou internalizantes. Embora as correlações tenham sido fracas, os resultados indicam que as práticas não apoiadoras da experiência emocional podem ter um papel no desenvolvimento ou manutenção dos problemas de comportamento, tanto internalizantes como externalizantes. Discutem-se diferentes hipóteses teóricas que buscam explicar as relações entre as duas variáveis.

Resgatando a Autoestima de Crianças e Adolescentes de uma Instituição de Acolhimento no Município de Maceió-AL

Nivea Kelly Santos da Silva (Universidade Federal de Alagoas – Ufal)

Crianças e adolescentes inseridos em instituição de acolhimento possuem uma baixa autoestima ocasionada por seu afastamento do convívio familiar devido a situações que envolvem violação de direitos. Ao serem retiradas do seio familiar e inseridas em instituição de acolhimento, elas passam a fazerem parte de uma nova realidade, na qual terão que conviver com pessoas e regras determinadas, ao mesmo tempo em que terão que lidar com situações de preconceito, o que contribuem para que elas se sintam abandonadas, excluídas e discriminadas. Atentando para o fato de que a autoestima é fundamental para o desenvolvimento humano, o presente trabalho tem por objetivo relatar experiências de resgate da autoestima de crianças e adolescentes inseridas no Lar Batista Marcolina Magalhães. A referida instituição sem fins lucrativos foi fundada em 1953 e acolhe cerca de 17 crianças e adolescentes do sexo feminino nas idades entre 06 a 17 anos. A metodologia desenvolveu-se por meio de atividades lúdicas envolvendo oficinas de artesanato, cinema, contação de história, roda de conversa, dinâmicas de grupo, jogos e brincadeiras. Os encontros para o desenvolvimento das atividades lúdicas ocorreram semanalmente, no período de fevereiro a maio de 2017 e contou com a participação das 17 crianças e adolescentes, 05 discentes do 5º período do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e o apoio da psicóloga da instituição. Os resultados obtidos a partir das observações ao longo do desenvolvimento das atividades lúdicas mostraram que houve uma elevação na autoestima das crianças e adolescentes, as quais apresentaram mudanças de postura quanto à percepção da sua autoimagem. Concluímos a partir dessa experiência, que instituições de acolhimento como o Lar Batista Marcolina Magalhães, constituem-se como um espaço para o resgate da autoestima de crianças e adolescentes, contribuindo assim para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Atividades expressivas e autismo: um estudo exploratório

Marília Sena Barbosa Bragança (Instituto de Convivência e Pesquisa Nise da Silveira); Jéssica Brito dos Santos (Instituto de Convivência Estudo e Pesquisa Nise da Silveira)

O presente estudo tem por objetivo expor a relevância das atividades expressivas no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). É notório saber que algumas crianças com TEA possuem dificuldades nas áreas de linguagem, interação social, regulação emocional e sensorio-motor. Estes fatores prejudicam o desenvolvimento global da criança, reverberando no seu contexto psicossocial. Logo, a busca de recursos terapêuticos que facilitem a mediação da criança com o social se torna extremamente importante para os psicoterapeutas e profissionais atuantes nessa área. A revisão da literatura específica atesta que produções acadêmicas voltadas para os efeitos desta intervenção são escassas, o que aponta a necessidade de reflexão sobre a prática a partir do estudo de casos clínicos. Portanto, este trabalho apresenta reflexões acerca dos efeitos das atividades expressivas em uma criança com TEA, acompanhada em uma instituição localizada na cidade de Salvador/BA. Este estudo evidenciará o caso de uma criança que apresentou avanços significativos em seu desenvolvimento global ao longo de 2 anos de acompanhamento. Esta chegou à instituição com 4 anos de idade, apresentando atraso na comunicação e no desenvolvimento motor, dificuldades na interação social, fraca regulação emocional e comportamentos repetitivos. Atividades expressivas foram realizadas em sessões semanais, nas quais foram ofertados materiais para que a criança tivesse meios concretos para representar suas emoções e conflitos, viabilizando uma comunicação com o mundo externo. Ao longo do acompanhamento, foi observado o aumento do vocabulário verbal e da interação social, maior frequência do contato visual e mecanismos mais eficazes de regulação emocional. A análise desses procedimentos denota que as atividades expressivas podem ser utilizadas como recurso terapêutico no tratamento de crianças com TEA, possibilitando o advir do inconsciente, tornando-o acessível à realidade, ou seja, as atividades expressivas possibilitam a mediação entre o eu e o mundo.

Concepções dos professores do município de Petrolina (PE) sobre a dislexia do desenvolvimento

Marcela Fulanete Corrêa (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Lorrany Araújo Souza (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Murilo Ribeiro de Sousa (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

O presente estudo visa levantar o conhecimento dos professores de um município localizado no interior do estado de Pernambuco (PE) sobre a dislexia do desenvolvimento (DD). Este estudo objetiva ainda verificar a relação entre o conhecimento dos professores sobre a DD e variáveis sociodemográficas. Participaram do estudo 58 professores (56 mulheres) da rede municipal e urbana de ensino da cidade de Petrolina, PE. Os professores

tinham entre 23 e 55 anos ($M = 37,83$) e todos eles atuavam na regência de turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Do total de participantes, 50% possuíam mais de 10 anos de experiência de ensino, 41,4% tinham formação a nível de especialização e 63,8% recebiam de 1 a 2 salários mínimos. Além de um questionário socioeconômico, os participantes foram solicitados a responder um questionário que mensurava o conhecimento sobre a natureza, as causas, sintomas, consequências e tratamentos da DD. Os resultados demonstraram que 69% e 78% dos professores desconhecem, respectivamente, a etiologia hereditária da DD e o fato desse transtorno ser mais prevalente em meninos. Entre 57 e 72% dos professores acreditam que ver letras e palavras de trás para a frente é uma característica importante da DD, que as dificuldades de leitura desses indivíduos são explicadas por déficits intelectuais e que a DD afeta o desenvolvimento da criança exclusivamente na leitura. Esses resultados estão de acordo com os encontrados em estudos anteriores e sugerem que os professores apresentam um conhecimento equivocado sobre a DD. Diferente do que tem sido relatado na literatura, no entanto, no presente estudo a idade, a escolaridade, o tempo de experiência com o ensino e a renda dos professores não se correlacionaram com o conhecimento sobre a DD. As limitações e implicações desses resultados são discutidas.

Habilidades Sociais: Contribuições para pessoas com Síndrome de Down

*Ana Lúcia dos Santos Cabral; Raissa Ferreira Ávila (PUC-GO); Luciana Novais de Oliveira Brito (PUC-GO);
Juliana Santos de Souza Hannum (PUC-GO)*

A preocupação com a inclusão social de pessoas com deficiência tem aumentado, visto que o número de diagnósticos acendeu nos últimos anos. Assim, cada vez mais familiares, profissionais e pessoas em geral buscam desenvolver maneiras de facilitar e promover esse processo de inclusão. Com essa finalidade, um projeto de extensão da PUC-GO, inserido no Programa de Referência em Inclusão Social, desenvolve atividades cujo objetivo se pauta no auxílio as famílias, educandos e professores visando facilitar a inclusão social de pessoas com Síndrome de Down. O projeto conta com a participação de voluntários que, semanalmente, se encontram com os educandos participantes do projeto promovendo atividades lúdicas que visam seu desenvolvimento como, por exemplo, o jogo “Boliche Criativo”. A atividade tinha como objetivo trabalhar o desenvolvimento dos educandos em diversas áreas, como motor, afetivo, cognitivo, linguagem e empatia. O jogo foi realizado em duplas, cada educando escolhia sua dupla que poderia ser outro educando ou um voluntário. Um dos integrantes analisava o posicionamento dos pinos e elaborava uma estratégia, explicando ao colega que iria lançar a bola com deveria fazer, qual a força a ser lançada, a direção da bola e apoiando e incentivando o amigo. Após lançar a bola, a dupla ia até o local dos pinos, contavam quantos haviam derrubado e falavam a cor de cada pino, os quais eram marcados com seis cores diferentes. Desenvolver a atividade em duplas possibilitou incentivar a comunicação, a afetividade e a empatia. Diante disso, os resultados demonstram eficácia no método adotado: a chamada pesquisa ação, tendo como base o desenvolvimento de habilidades sociais. Assim os resultados qualitativos vieram para ampliar e qualificar o trabalho desenvolvido pelos voluntários, afim de favorecer o desenvolvimento global e social do educando. Portanto sugerem-se mais estudos que articulem o desenvolvimento humano ao de habilidades sociais.

Inclusão Social de pessoas com Síndrome de Down

*Ana Lúcia dos Santos Cabral; Raissa Ferreira Ávila (PUC-GO); Luciana Novais de Oliveira Brito (PUC-GO);
Juliana Santos de Souza Hannum (PUC-GO)*

Para promover a inclusão social de pessoas com deficiência faz-se necessário dedicação e desenvolvimento de ações que visem facilitar e possibilitar esse processo. Preocupados com a inclusão social de pessoas com Síndrome de Down, um projeto de extensão, inserido no Programa de Referência em Inclusão Social da PUC-GO, realiza atividades semanais com objetivo de auxiliar os educandos participantes no processo de desenvolvimento de habilidades que facilitem o convívio em sociedade. Os voluntários do projeto elaboram atividades lúdicas com foco no desenvolvimento da linguagem, cognitivo, motor, social e afetivo, buscando facilitar e auxiliar no processo de inclusão. Com esse objetivo elaborou-se a atividade “Delícias Compartilhadas”. Para realização da atividade contou-se com a participação dos educandos, os pais e os voluntários do projeto, os quais levaram comidas e bebidas que foram distribuídas em uma mesa no centro da sala. A atividade foi realizada em dupla, cada educando ia até a mesa acompanhado do pai/mãe, de um voluntário ou de um amigo, escolhido por ele. Ao se aproximarem da mesa o educando perguntava a sua dupla o que a pessoa gostaria de beber e comer, e, após obter a resposta pegava um prato e um copo e servia a comida e a bebida escolhida. Após servir o parceiro, era o educando que dizia o que gostaria de comer e beber e era servido pela dupla. Durante toda a atividade era enfatizado e incentivado o uso das “palavras mágicas”: obrigada, por favor, com licença. Os resultados demonstram que a atividade possibilitou o desenvolvimento da linguagem, motor e várias habilidades sociais como: comunicação, expressão de preferências, opinião, empatia, civilidade e afetividade, auxiliando assim, os

educandos no convívio diário com o próximo e facilitando o processo de inclusão social dos atores envolvidos (educandos, família e voluntários).

Inclusão social no contexto de ensino especial: A Educomunicação como ferramenta para promover o desenvolvimento humano.

João Lucas Araujo Assunção

Este estudo buscou compreender o processo de inclusão social de estudantes com transtorno global do desenvolvimento (TGD) em uma escola pública de ensino especial do Distrito Federal com ênfase nas relações e padrões interacionais. Nessa perspectiva, foi analisada a percepção da coordenadora geral da área de TGD sobre suas experiências escolares, sobre as atividades educativas e comunicativas que eram propostas na escola, com objetivo de identificar quais são os elementos do contexto escolar que promoviam os processos de desenvolvimento dos alunos por meio da Educomunicação como campo de intervenção social. Esse estudo tem como abordagem a metodologia qualitativa e com procedimento de análise de conteúdo dos dados obtidos por entrevista semi-estruturada. O referencial teórico que direcionou a investigação foi o Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner estabelecendo continuidade em conceitos sobre exclusão social, deficiência, educação inclusiva, inclusão social e escolar. Esse trabalho teve como foco compreender por meio da percepção da coordenadora da escola de como a Educomunicação facilita os processos de aprendizagem e interações dos sujeitos em contexto de segregação social. Diante disso, este estudo teve como resultado que há negligência do organismo social para incorporar os alunos do ensino especial em contextos externos à escola, porém a educomunicação mostra-se extremamente importante como ferramenta para abertura no sistema para que os alunos por meio de atividades educacionais possam ter ganhos no desenvolvimento e estabelecer autonomia para se expressar no meio social e subverter o sistema que é excludente. Esse trabalho foi financiado pelo CNPQ.

Linguagem E Posicionamentos Do Self De Crianças Com Transtorno Do Espectro Do Autismo

Jessica Caroline Sabino Pimentel; Lídia Micaely Ferreira da Silva Moraes (Universidade Federal de Alagoas); Thaís Beril Pimentel Vasconcelos (Universidade Federal de Alagoas); Nara Adrienne Rufino Lima (Universidade Federal de Alagoas); Nadja Maria Vieira da Silva (Universidade Federal de Alagoas)

Este estudo é propõe estudar os posicionamentos do self e os usos de linguagem de crianças com o diagnóstico do espectro autista. A perspectiva do posicionamento do self é defendida em abordagens dialógicas do desenvolvimento humano, onde se destaca o status central da linguagem para a constituição do self. Considerando-se esses pressupostos, empenham-se esforços nesta proposta para a exploração de uma abordagem sociocultural do desenvolvimento de crianças com este diagnóstico como alternativa à predominância de informações, fundamentadas em pressupostos estritamente neurológicos. Nesta pesquisa podemos discutir aspectos relevantes da interação e linguagem tomando-se como ponto de partida a essencial característica de variabilidade e transformações do desenvolvimento humano. A partir desses pressupostos realizamos investigações de situações de posicionamentos do self e os usos de linguagem na interação durante atividade terapêutica de crianças diagnosticadas com transtornos do espectro do autismo. Nessa investigação temos quatro crianças participantes que portam esse diagnóstico. Os dados registrados são a partir de interação em atividades durante atendimento em sessões de terapia ocupacional e abordagem para tratamento desses dados foi a análise microgenética.

Metas de Socialização de Mães e Pais para o Futuro do Filho Autista

Layta Sena Ribeiro; Layta Sena Ribeiro (UNIVASF); Ana Jamille Braga Maia (UNIVASF); Lucivanda Cavalcante Borges (UNIVASF)

As metas de socialização correspondem a um componente das etnoteorias parentais, compreendidas como modelos culturais compartilhados que orientam experiências, interpretações e objetivos a serem alcançados. Essas são desenvolvidas no contexto cultural, em um dado momento histórico e ajudam a explicar a organização do cuidado parental. Nessa pesquisa, objetivou-se conhecer as metas de socialização de mães e pais para o futuro do filho autista, visto que ainda se perpetua um modelo de deficiência em que a noção predominante é de um sujeito limitado, constituindo-se em um desafio social e familiar, e as expectativas criadas para estas crianças influenciam as práticas educativas relacionadas a ela, repercutindo em seu desenvolvimento em geral. O espectro autista caracteriza-se pela dificuldade na interação social, comunicação e comportamento, implicando na dinâmica familiar e nos cuidados dispensados à criança. A coleta de dados compôs um questionário sociodemográfico e uma entrevista semi-estruturada, tendo como participantes 10 mães e 09 pais, com idades

entre 25 e 59 anos; escolaridade variando do ensino fundamental incompleto à superior completo, tendo como renda média quatro salários mínimos. As falas dos participantes foram categorizadas de acordo como o modelo de categorias estabelecidas por Harwood et al. (1996) e traduzidas para o contexto brasileiro pelo grupo de pesquisas de Seidl-de-Moura Bandeira (et al., 2009). Os resultados encontrados entre os pais demonstraram maior predominância de metas de autoaperfeiçoamento e de expectativas sociais. Para as mães, no entanto, a categoria que prevaleceu foi o bom comportamento em relação aos seus filhos. Tais resultados sugerem que para esses pais e mães de filhos autistas, as metas estabelecidas para o futuro destes compreendem o desejo de que eles possam realizar o mesmo potencial que uma pessoa sem deficiência tem socialmente. Esses achados são discutidos com base na literatura da Psicologia do desenvolvimento e em considerações da perspectiva sociocultural.

Metas de Socialização de mães e pais para o futuro do filho surdo.

Ana Jamille Braga Maia (UNIVASF); Layta Sena Ribeiro (UNIVASF); Lucivanda Cavalcante Borges (UNIVASF)

As metas de socialização fazem parte das etnoteorias parentais, e são entendidas como padrões culturais compartilhados que norteiam experiências, práticas educativas e ideais. Se desenvolvem no contexto cultural e auxiliam a explicação do modo do cuidado parental. Nessa pesquisa buscou-se conhecer as metas de socialização de mães e pais para o futuro do filho surdo, visto que a sociedade tende a enfatizar um modelo normativo, em que o desejo de cura compromete a percepção do potencial que o sujeito da deficiência possa ter. Logo, as expectativas geradas para essas crianças influenciam as práticas educativas ligadas a elas, refletindo no seu processo de desenvolvimento. A surdez é caracterizada por uma lesão auditiva, podendo implicar em uma perda parcial ou total. A coleta de dados compôs um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, tendo a participação de 07 mães e 02 pais, com idades entre 25 e 51 anos; escolaridade variando do ensino fundamental incompleto à superior completo, e renda média de um salário mínimo. As falas dos participantes foram categorizadas de acordo com o modelo de categorias estabelecidas por Harwood et al. (1996) e traduzidas para o contexto brasileiro pelo grupo de pesquisas de Seidl-de-Moura Bandeira (et al., 2009). Nos resultados encontrados entre as mães destacou-se as perspectivas de autoaperfeiçoamento; expectativas sociais; e bom comportamento em relação aos seus filhos. Os pais, por sua vez, relataram maior relevância à categoria de bom comportamento. Sabe-se que a deficiência ainda é um tabu para a sociedade, assim, os achados mostram que as metas estabelecidas para o futuro dos filhos dos pais participantes consistem em um desejo de participação social do surdo tal qual o ouvinte, que pode ser impedida, no entanto, pelas barreiras de comunicação. A discussão dessa pesquisa é baseada na literatura da Psicologia do desenvolvimento, através de autores da perspectiva sociocultural.

Promovendo desenvolvimento no contexto escolar: consultoria colaborativa na perspectiva de educação inclusiva para professores

Milena Cardoso Silva (E.M.E.F Professor Florentino Menezes/ Escola Rural Rita Cacete); Milena Cardoso Silva (Pio Décimo); Fernanda Aguilera (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A Educação Inclusiva gerou aumento significativo de alunos com deficiência nas classes regulares na última década e, devido à diversidade de alunados em sala de aula, docentes enfrentam muitos desafios no cotidiano escolar para ensiná-los. O professor se depara com a necessidade de uma formação específica, adequações físicas no ambiente, adaptações nos aspectos pedagógicos e recursos adequados para bom desempenho da sua prática. A fim de motivar os professores e ajudá-los a criar estratégias de atenção às necessidades individuais, apresenta-se a proposta de “Consultoria Colaborativa” no contexto do ensino regular. O objetivo é assessorar a equipe docente a organizar um plano educacional, visando potencializar as habilidades dos educandos com deficiência, na sala de aula, numa proposta de educação para todos. Como objetivos específicos, tem-se: mapear problemas e dificuldades que alunos vivenciam em sala de aula; planejar e executar novas estratégias, junto aos professores, para solucionar demandas dos educandos com necessidades especiais; avaliar a efetividade das ações e, se necessário, modificá-las. O público alvo são professores do ensino regular de escolas públicas, em Aracaju. Como plano de ação são previstas entrevistas semiestruturadas com os docentes, discussões de casos fictícios, para analisar suas concepções e repertório sobre como lidar com desafios da Educação Especial, bem como observações das aulas, registradas em diário de campo. O Questionário de Comportamentos Socialmente Adequados e o Teste de Desempenho Escolar possibilitam analisar o repertório de cada aluno, a fim de se traçar planos individuais para aqueles com necessidades especiais, foco principal da intervenção. Toda ação e prática será registrada pelo docente no diário reflexivo, para discussão, orientações e acompanhamento. A avaliação da consultoria é processual, verificando necessidades de mudanças e novas

práticas. Acredita-se que a consultoria promoverá aos educadores condições de maior capacitação, reconhecendo-se como agentes importantes no processo de desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

Reabilitação da linguagem na afasia e a (re)inserção social dos sujeitos

Milena Cordeiro Barbosa(UESB) ; Nirvana Ferraz Santos Sampaio (UESB); Francielly Neves Nascimento (UESB)

Neste trabalho, abordamos a forma como as intervenções linguísticas atuam na (re)inserção social de sujeito que tornaram-se afásicos após Acidente Vascular Cerebral (AVC). A pesquisa se propôs a identificar os processos cognitivos e de significação envolvidos nas interações sociais desses sujeitos com a linguagem comprometida. Há diferentes abordagens que poderiam subsidiar as discussões acerca dessa temática, porém o referencial teórico adotado está ancorado na Neurolinguística Discursiva. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. Para se alcançar os objetivos delineados foram feitas observações participadas em reuniões do Espaço de Convivência entre Afásicos e Não-afásicos da UESB (ECO), além de acompanhamentos individuais. A afasia é compreendida como “o conjunto de perturbações da linguagem oral e/ou escrita que acompanha uma lesão cerebral” (PRESTES, 1998, p. 11). Diante desse distúrbio, o Sistema Nervoso Central responde alterando a sua estrutura morfológica, modificando-se funcionalmente de modo a atender às necessidades ambientais de comunicação apresentadas ao indivíduo (OLIVEIRA; SALINNA; ANNUNCIATO, 2001), a partir de atividades contextualizadas que permitem os sujeitos atuarem com e sobre a linguagem. Através das observações de encontros no ECO, pode-se afirmar que há o desejo dos sujeitos afásicos em estabelecer relações interpessoais. Foram verificados processos de significação verbais e não-verbais através de produções orais acerca do que pensam sobre si mesmo, sobre aspectos da sociedade e de outros indivíduos, e também produções artísticas com desenhos e músicas. Além disso, foram observadas comunicações não verbais através de focos visuais, piscadas dos olhos, sorriso, torção dos lábios, gestos de negação e afirmação, tentativas de fala. Conclui-se que as práticas enunciativas em ambientes de socialização, mediadas pelos pesquisadores, podem intervir de maneira colaborativa junto aos sujeitos com dificuldades de expressão e compreensão promovendo os desenvolvimentos cognitivo, motor e emocional e conseqüentemente a (re)inserção social.

Singularidade do sujeito e interdisciplinaridade: as práticas do Núcleo de Educação Inclusiva Interdisciplinar

Larissa Santana Cunha (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC); Luana de Araújo Lima Vizentin (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC); Ana Carolina Silva (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC); Andréa Junkes Rodrigues Prazeres (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC); Mirian Gêssica Gimenez Falcão (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC); Thaís Márcia Kons (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC); Léia Roselaine Raupp Trajano Westphal (Secretaria Municipal de Educação - Biguaçu/SC)

Com o objetivo de apresentar o Núcleo de Educação Inclusiva Interdisciplinar (NEII), vinculado à Secretaria de Educação Municipal de Biguaçu/SC, desde 2005, resgatamos as barreiras encontradas nos percursos da Educação Inclusiva no Brasil. Com base na teoria psicanalítica, discutimos a importância da singularidade e interdisciplinaridade como pilares formadores das práticas neste serviço. Trata-se de um relato de experiência. Embora garantido por diferentes marcos político-legais como a Constituição Federal (1988), o ECA e a LDB, o direito à igualdade muitas vezes se esvanece na prática da Educação. Na busca pela garantia de inclusão, as políticas públicas são guiadas pela utopia de uniformidade entre os sujeitos. Em vez de reconhecer as diferenças e levar em conta a subjetividade, tem-se a tentativa de apagamento das diferenças e se aposta em um discurso de que “somos todos iguais”. A Psicanálise reconhece que não somos forjados em uma lógica serial, mas constituídos singularmente. No lugar de pensar uma inclusão para todos, reconhecendo e respeitando diferenças e singularidades, ainda é erro comum diagnosticar e excluir para, então, garantir direitos fundamentais. Composto por equipe interdisciplinar (fonoaudióloga, psicopedagogas, psicólogas e pedagogas especialistas em educação especial), o NEII se destina a acolher e assessorar unidades escolares nas dificuldades oriundas do processo de ensino-aprendizagem, bem como atender os educandos. Na organização do serviço, contamos com um fluxo de encaminhamentos das unidades escolares, realizamos visitas nas escolas e utilizamos a reunião de equipe como ferramenta essencial no desenvolvimento da interdisciplinaridade. Compete ainda ao setor de Educação Especial a contratação de profissionais da área específica, assessoria, formação continuada e oferta do AEE (Atendimento Educacional Especializado) nos Polos. Concluímos que o conjunto de serviços do NEII forma um modelo de intervenção dotado de inúmeras potencialidades, uma vez que suas práticas visam o cuidado integral da criança e adolescente, compreendidos em suas diversas particularidades.

Um olhar para as mães de crianças autistas

Francielly Neves Nascimento; Fernanda Lima Lemos (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Milena Cordeiro Barbosa (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Ana Lúcia Castilhano (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Esta é uma pesquisa de campo de caráter qualitativo que visa entender os impactos no contexto familiar após o diagnóstico de autismo. O Transtorno do Espectro Autista, caracterizado como um transtorno do desenvolvimento, possui uma tríade de sintomas definidos como: dificuldades na socialização, na linguagem e disfunções comportamentais; compreendendo desde traços mais leves até ao autismo clássico (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012). Como metodologia, realizou-se entrevistas com sete mães de crianças autistas atendidas na Associação de pais e amigos de excepcionais – APAE da cidade de Vitória da Conquista, buscando compreender o impacto, as mudanças e as dificuldades vivenciadas por elas após o diagnóstico. Sobre o impacto após o diagnóstico, todas as mães entrevistadas caracterizaram o momento como difícil, o que Melo (2005) compreende como natural, pois no momento do diagnóstico não ocorre perda física, mas sim de parte dos sonhos e planos direcionados ao filho. Com relação às dificuldades após o diagnóstico, 100% das mães apontaram a questão financeira como a mais significativa, já que os custos para arcar com os cuidados e tratamentos adequados são bastante elevados, envolvendo uma equipe especializada em fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, dentre outros (MELO, 2013). Todas as mães também afirmaram que mudanças ocorreram em suas vidas após o diagnóstico, o que, de acordo Segeren e França (2014), dizem respeito ao tempo integral de dedicação aos cuidados dos filhos, tendo suas rotinas estabelecidas a partir das necessidades deles. No quesito discriminação, seis mães entrevistadas relataram preconceito em diversos espaços, caracterizados, geralmente, por olhares diferentes direcionados aos filhos. Deste modo, entendemos a importância em realizar estudos que apontem para os impactos do diagnóstico de autismo para a reorganização familiar.

A violência como estressor do ciclo vital no desenvolvimento da mulher: desafios e possibilidades para intervenção

Scheila Krenkel; Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (Universidade Federal de Santa Catarina); Leonor Maria Cantera Espinosa (Universidade Antònoma de Barcelona)

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos com sérias consequências para o seu desenvolvimento. O objetivo deste estudo qualitativo foi compreender o processo de reconstrução do projeto de vida e as estratégias de enfrentamento das vivências do cotidiano de mulheres ex-abrigadas por situação de violência, no contexto de seu ciclo vital de desenvolvimento. Foram entrevistadas seis mulheres que estiveram acolhidas em uma casa-abrigo da região Sul do Brasil, em momentos distintos, no espaço de tempo de três anos. Os dados foram organizados e analisados com base na Grounded Theory, com o auxílio do software Atlas.ti. Os resultados mostraram que a experiência da passagem pela casa-abrigo foi um momento de aprendizado, reflexões e desenvolvimento da autonomia e autoconfiança. O aperfeiçoamento profissional por meio de estudos esteve entre os principais projetos de vida das participantes. As estratégias de enfrentamento mencionadas foram: a busca pela rede social significativa e de suporte social, além da religiosidade/espiritualidade. Destaca-se o papel das (os) profissionais da casa-abrigo e dos membros das redes sociais significativas, principalmente familiares e amigos, no processo de reinserção social e reconstrução do projeto de vida das mulheres. Com base nos resultados desta pesquisa, sugere-se a criação medidas efetivas de seguimento/acompanhamento de mulheres ex-abrigadas e ações voltadas à reconstrução do seu projeto de vida, por meio da articulação dos diferentes setores da rede de suporte social. Em termos de intervenção profissional, faz-se necessário o estabelecimento de práticas de atenção integral à mulher, propondo espaços de escuta e acolhimento de suas necessidades, com base no seu ciclo vital de desenvolvimento, visando à promoção da saúde e à prevenção da violência no contexto familiar, por meio do trabalho com a comunidade e com as famílias de mulheres que vivem ou viveram situações de violência.

A vulnerabilidade social de travestis profissionais do sexo

Francielly Neves Nascimento; Fernanda Lima Lemos (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Adriane Caires da Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Hortência Pessoa Pereira (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Joice Pereira dos Santos (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Ana Mara Dutra (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Este é um estudo de cunho exploratório que visa discutir a situação de vulnerabilidade de travestis que trabalham como profissionais do sexo. Para isso, utilizou-se um questionário semi-estruturado em uma amostra de sete profissionais da cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Apesar da ocupação como profissional do sexo ter sido incluída em 2002 na lista de profissões da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações sob o código

5198, essa inclusão não regulamenta a profissão (RISSIO, 2011). Por vezes, travestis acabam se prostituindo pelo preconceito, que limita outras oportunidades de emprego, sofrendo uma desqualificação social que “caracteriza o movimento de expulsão gradativa para fora do mercado de trabalho” (PAUGAM apud GIORGETTI, 2013, p. 70). Quando questionadas com relação aos serviços básicos como saúde, educação e assistência social, seis das entrevistadas consideraram fácil o acesso à educação, quatro disseram ser difícil o acesso à saúde, mesmo havendo a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída pelo Ministério da Saúde em 1º de dezembro de 2011 e cinco entenderam como difícil o acesso à assistência social; além disso, todas as entrevistadas sentem-se propensas à violência física e/ou verbal e à contração de DST's e AIDS no trabalho. Com a análise das respostas, percebeu-se que as travestis que atuam como profissionais do sexo são extremamente vulneráveis, partindo do pressuposto de que vulnerabilidade social seja um conjunto de condições desfavoráveis de um indivíduo ou grupo, que envolvem múltiplos fatores: nível de escolaridade, saúde, alimentação, moradia, trabalho, dentre outros (BRONZO, 2015). Deste modo, é notável que as políticas públicas existentes para essa população não são suficientes para garantir-lhes bem-estar, precisando, assim, serem repensadas de forma que englobe medidas mais eficazes, bem como um acesso mais facilitado e efetivo.

Adolescência e Acolhimento Institucional: Um Relato de Experiência de Estágio em Psicologia Comunitária

Tatiane Alves Pereira; Hivana Raelcia Rosa da Fonseca (UFPI)

Este trabalho objetiva relatar a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado em Psicologia Comunitária em uma Instituição de Acolhimento para adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 18 anos incompletos, em situação de vulnerabilidade social, abandono, violação ou ameaça a seus direitos. Essa é uma medida de alta complexidade, provisória e excepcional. A adolescência é um período de intensas mudanças e conflitos. Vivenciar o acolhimento nessa fase pode significar um enorme desafio e potencializar sentimentos negativos e diversos sofrimentos. O estágio tinha como proposta contribuir com o fortalecimento dos vínculos na instituição e favorecer a convivência, em uma perspectiva comunitária. Foram realizadas escutas qualificadas das adolescentes e dos membros da instituição, observações e diagnóstico institucional, no qual foram identificados conflitos tanto entre as adolescentes, como entre estas e as cuidadoras, um número reduzido de interações afetivas, conflitos nas realizações de tarefas, carência de atividades distrativas, grande índice de evasão e ambiente físico impessoal e despersonalizado. Nas intervenções procurou-se responder às demandas e fortalecer as potencialidades identificadas. Utilizou-se de recursos distrativos e educativos com as adolescentes, atividades voltadas para o fortalecimento de laços afetivos, definição de regras de convivência, administração de conflitos e reconhecimento da importância do outro. Buscou-se promover algumas mudanças no ambiente físico, tais como confecção de objetos de decoração, quadros com fotos, favorecendo um ambiente mais acolhedor. Além disso, trabalhou-se a construção de projetos de vida, dinâmicas, oficinas e rodas de conversa. Entende-se que o trabalho contribui para reduzir os efeitos negativos do acolhimento nessas adolescentes, favorecendo o vínculo e a ressignificação dessa experiência. Além da avaliação positiva pelas adolescentes e instituição, considera-se que a experiência foi gratificante e muito valiosa, contribuindo significativamente para a formação profissional.

Adolescentes acolhidos institucionalmente em transição para a maioridade: a percepção dos cuidadores

Alana Carmine Alban; Michelly do Rocio Dellecave (UNIVALI)

O acolhimento institucional visa proteger e acolher crianças e adolescentes que se encontram em medida de proteção e situação de risco, buscando o menor prejuízo quanto ao seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2006). Os profissionais que se ocupam da rotina de cuidados diretos de crianças e adolescentes acolhidos são chamados de cuidadores e tendem a se constituir como uma referência de apoio, orientação e afeto (MOREÍ; SPERANCETTA, 2010). Essa pesquisa teve por objetivo compreender a percepção dos cuidadores do acolhimento institucional sobre o futuro de adolescentes em transição para a maioridade. Participaram desta pesquisa cinco cuidadores que atuam em quatro instituições de acolhimento, nos municípios de Gaspar, Itajaí e Tijucas, em SC. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada e analisados através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Após a identificação dos elementos temáticos, as seguintes categorias emergiram: a preparação dos adolescentes e nossas conversas. A primeira categoria foi dividida em três subcategorias: orientações/encaminhamentos; isso é com a equipe técnica; e considerações sobre o trabalho realizado. Os resultados encontrados indicam que a preparação para a saída do acolhimento por maioridade se volta, sobretudo, em orientações e conselhos para continuar estudando e começar a trabalhar, bem como, encaminhar-se para a nova moradia. Certamente todos estes encaminhamentos são necessários para a emancipação do adolescente, entretanto, permanecer independente e saber administrar e lidar com esta nova etapa não foi ressaltado como

parte da preparação. Assim, o adolescente precisa aprender a lidar com múltiplos fatores que possam vir a dificultar sua emancipação e isso não é um trabalho que se inicia alguns meses antes da saída, mas desde o momento em que este adentra ao abrigo. As instituições de acolhimento devem se estabelecer como rede de apoio, pois é no abrigo em que se configuram as relações que afetarão o seu desenvolvimento.

Análise da vulnerabilidade social em adolescente à luz do Modelo Bioecológico: Estudo de caso

Lais de Sousa Santos; Jamily Fehlberg

Trata-se de um estudo de caso o qual aborda um adolescente de 16 anos em situação de risco social que recebe atendimento psicológico em uma instituição filantrópica localizada no bairro Santa Maria (Aracaju-SE). Pretende-se com isso investigar a manifestação da vulnerabilidade social no contexto da violência urbana atual, em contraponto violência social que este percebe cotidianamente. De forma similar, pretende-se analisar os fatores de risco e os fatores proteção nesse cenário, bem como refletir a importância da articulação de políticas públicas para o desenvolvimento psicossocial. Para tanto, o presente estudo tem como referencial teórico o Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano desenvolvido por Urie Bronfenbrenner (1979-1996), que considera a inter-relação de recursos individuais e contextuais, os quais garantem proteção sócio-emocional em prol de um desenvolvimento adequado (Martins & Szymanski, 2004). Em contrapartida, a situação na qual os recursos de um indivíduo são considerados insuficientes para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade, tem sido definida como vulnerabilidade social (Cruz & Hillesheim, 2010). Nesse sentido, não se pretende compreender a vulnerabilidade social exclusivamente sob o olhar da falta de recursos, no entanto, busca-se considerar o acesso da população a serviços e políticas públicas, e, sobretudo, as potencialidades individuais no uso dos recursos existentes (Torossian & Revero, 2009). Ênfase que fora amplamente trabalhada com o referido adolescente ao longo de seu extenso processo terapêutico, o qual utilizou-se de métodos e técnicas com base na Terapia Cognitivo-Comportamental e Psicologia Positiva. Com isso, o estudo justifica-se pela necessidade de refletir sobre o desenvolvimento psicossocial do adolescente em situação de vulnerabilidade e a importância das políticas de proteção sociais na garantia dos recursos individuais para a reversão desta condição.

Análise preliminar do perfil dos serviços de acolhimento oferecidos a crianças em duas capitais da região norte: Belém e Macapá

Juliana Oliveira dos Santos; Monalisa Pereira Furtado (Universidade Federal do Pará); Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará); Jaiane Larissa Maués de Freitas (Universidade Federal do Pará)

O serviço de acolhimento é parte da assistência de alta complexidade, caracterizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como uma medida protetiva, provisória e excepcional. O estudo objetivou analisar os serviços de acolhimento oferecidos a crianças em duas capitais da região norte. Realizou-se a pesquisa em dois espaços de acolhimentos localizados em Belém e em Macapá. Foram entrevistados um gerente em cada instituição, 65 educadores, e consultou-se 54 prontuários de crianças que passaram pelas instituições entre 2014 e 2015. Utilizou-se três questionários de caracterização, referentes à instituição, aos educadores e às crianças. A coleta foi realizada após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética da Pesquisa. Para análise dos resultados focalizou-se em três aspectos principais: os procedimentos adotados por capitais em relação a organização do espaço e tarefas, a frequência de atividades desenvolvidas regularmente pelos educadores por capitais e as práticas do educador direcionadas às crianças. Os resultados indicaram que: (1) As estruturas dos locais não foram pensados para receber uma instituição de abrigo; (2) Ambas localizam-se em áreas urbanas, estando de acordo com o Manual de Orientações Técnicas; (3) Existe uma preocupação quanto ao desenvolvimento de atividades de lazer e educacionais, com um pequeno déficit em atividades culturais e esportivas; (4) A maioria dos educadores não passaram por capacitação para a execução do trabalho com as crianças; (5) Não existem atividades com o intuito de rememorar a história das crianças, indo contra o que é proposto nas Orientações técnicas. Compreendeu-se que apesar de existir um movimento significativo de mudança quanto às reorganizações dos serviços de acolhimento (Gulassa, 2010), ainda há faltas dentro dos serviços oferecidos, portanto, faz-se fundamental estudar a qualidade dos serviços propostos às crianças nas instituições, visando a adequação para que as crianças usufruam de serviços que contribuam para seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

As vivências de Crianças e Adolescentes nos Serviços de Acolhimento: uma experiência no Nordeste brasileiro

Ellen Borges Tenorio Galdino (Universidade Federal de Alagoas); Dayane Araújo da Rocha (Universidade Federal de Alagoas); Telma Alves Bezerra (Universidade Federal de Alagoas); Fernanda Ribas Moura Rezende (Universidade Federal de Alagoas); Karyllane Carvalho Rodrigues (Universidade Federal de Alagoas); Luciana de Araújo Vieira (Universidade Federal de Alagoas); Paula Orchiucci Miura (Universidade Federal de Alagoas); Adélia Augusta. Souto de Oliveira (Universidade Federal de Alagoas)

A presente proposta discute a inserção da Universidade, através das práticas de estágio curricular obrigatório, no âmbito da Formação de estudantes de Psicologia, com crianças e adolescentes em situação de alta complexidade (quando os vínculos são rompidos e há perda de referência e/ou ameaça com necessidade de retirada do núcleo familiar e/ou comunitário). Os campos de atuação se caracterizam pelos novos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em conformidade com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - Reordenamento Institucional de Unidades de Acolhimento. Desse modo, relata experiências em casas de acolhimento que buscam garantir a reintegração familiar de crianças e adolescentes e encaminham os casos de adoção para garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Os registros de diários de campo, descritivos e interpretativos, destacam a diversidade de pessoas, de situações e de envolvidos nessa teia de definição técnica/afetiva e de decisões que envolvem a vida de crianças e adolescentes. Defende-se uma proposta de “encontros potencializadores” entre Universidade e Serviços de Acolhimento, estagiários, supervisores, cuidadores, crianças e adolescentes, familiares. Analisa-se o lugar da Psicologia no campo de atuação e sua interface com o Serviço Social, Direito e Pedagogia.

Características e Vínculos Familiares dos Usuários Atendidos nos Serviços de Acolhimento Institucional de Aracaju.

Talita Andrade Leite; Polyana Santos Oliveira (Universidade Tiradentes); Priscila Cardoso Santos (Universidade Tiradentes); Marлизete Maldonado Vargas (Universidade Tiradentes)

Os Serviços de Acolhimento Institucional (SAI) surgiram com o objetivo de substituir os antigos “abrigos”. Através da Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009 (Lei de Adoção), o atendimento de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados passou a ter como objetivo principal o fortalecimento de vínculos e a reintegração familiar. A partir das reflexões sobre a efetividade do sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, e pela crescente preocupação sobre os tipos de serviços ofertados a essa população, a avaliação dos SAI's se configura como um tema de grande relevância. Diante deste cenário, esta pesquisa objetivou identificar, a partir da amostra de 220 sujeitos, as características sócio demográficas de crianças e adolescentes atendidas nos Serviços de Acolhimento Institucional na cidade de Aracaju. Por meio de análise dos registros dos acolhidos no período entre 2013 a 2015 e de questionários respondidos pelos funcionários dos SAIs, mensurou-se algumas variáveis sobre características dos serviços e acolhidos. O motivo de acolhimento mais frequente foi exposição à situação de risco e vulnerabilidade (55,2%). A maioria (54,5%) era do gênero feminino, na faixa etária de 0 a 3 anos (34,1%). Em relação à escolarização, 44,1% das crianças estavam matriculadas no ensino fundamental incompleto. Identificou-se que 62,7% dos sujeitos possuíam vínculos legais familiares, sendo que na maioria dos casos as genitoras eram as responsáveis pelo acolhido (68,2%). Quase metade dos sujeitos (50,9%) possuíam irmãos em acolhimento e apenas 17,3% estavam aptos à adoção. Os serviços de acolhimento prezam pelos vínculos fraternos e de parentesco, entretanto verificou-se que todos os serviços de Aracaju na modalidade Abrigo Institucional apresentavam especializações no atendimento. Nesse quesito, reforçamos a importância da união de irmãos, uma vez que possibilita a formação de suas identidades e referência familiar.

Implicações Psicológicas do Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes: Uma Revisão Bibliográfica

Tatiane Alves Pereira; Hivana Raelcia Rosa da Fonseca (UFPI)

Este estudo objetiva identificar e discutir as implicações psicológicas decorrentes do abuso sexual em crianças e adolescentes. Utilizou-se pesquisa bibliográfica, através de consulta a livros, artigos e revistas científicas que abordavam o tema. É alarmante a proporção em que vêm crescendo os casos de abuso sexual a menores, configurando-se como um grave problema de saúde pública. A infância e adolescência abrangem processos de intensas transformações e descobertas. Sem dúvidas é um período crítico e sensível, requerendo assim mais proteção. Entretanto, casos de violência são muito comuns. O abuso sexual promove desequilíbrio e/ou rompimento do processo natural de desenvolvimento, pois invade o mundo pessoal da vítima. A criança não tem maturidade física, psicológica ou cognitiva para prática sexual. Em virtude disso, o abuso tem consequência direta na sua saúde e na qualidade de seu desenvolvimento. Os resultados desse estudo apontam a ansiedade, depressão, transtorno do estresse pós-traumático, baixa autoestima, isolamento social, estigmatização, fobias, crenças distorcidas, sentimentos de rejeição e comportamento sexual inapropriado como consequências mais

comuns da violência sexual nesse grupo. O segredo carregado de angústia e medo da revelação também foi assinalado. Destacou-se ainda o momento da revelação, a reação negativa da família e o despreparo dos profissionais como danos secundários. Considera-se que as implicações variam de uma vítima para outra, a depender da subjetividade da experiência e de outros elementos como: tempo e intensidade do abuso, idade e condição cognitiva, relações afetivas e suporte recebido. Dessa forma conclui-se que o abuso sexual nesse grupo etário tem implicações psicológicas significativas podendo se perpetuar por toda vida e a não compreensão das mesmas, bem como o manejo inadequado, possibilitam seu agravamento. Diante disso destaca-se a importância de maiores estudos sobre o tema, fornecendo assim subsídios para atuações e favorecendo o debate e a prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Instituições de acolhimento, jovens acolhidos e suas imagens sociais

Bruna Wendt (UFRGS); Débora Dalbosco Dell'Aglio (UFRGS)

Este trabalho teve por objetivo investigar e discutir as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento e aos jovens institucionalizados, a partir de dois estudos empíricos exploratórios. O estudo I investigou as imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento. Participaram da pesquisa 202 adultos selecionados por conveniência, com idades entre 16 e 69 anos ($M=32,76$, $DP=11,67$). Os participantes responderam a um questionário aberto utilizando até cinco palavras para descrever uma instituição de acolhimento. A partir de uma análise de conteúdo, foram geradas seis categorias temáticas (Acolhimento/Proteção; Organização/Funcionamento; Recursos; Formação/Preparação; Permanência/Provisoriamente; Outros). O estudo II investigou as imagens sociais atribuídas aos jovens em acolhimento institucional. Participaram 224 adultos selecionados por conveniência, com idades entre 18 e 71 anos ($M=33,97$, $DP=11,42$). Foi utilizado um questionário fechado, com 37 palavras de valência negativa e positiva para descrever os jovens típicos e em acolhimento, com itens em escala Likert. Os resultados do primeiro estudo indicam que as imagens sociais sobre as instituições de acolhimento, em geral, são positivas e que predominam as percepções relacionadas às categorias de acolhimento/proteção e à organização. Os resultados do segundo estudo apontam que as palavras consideradas negativas foram significativamente mais associadas aos jovens em acolhimento institucional, indicando haver uma imagem social negativa desta população. Embora as mudanças legais e políticas referentes à proteção infantojuvenil venham contribuindo para a qualificação dos serviços de acolhimento, ainda permanecem concepções e estigmas oriundos da cultura de institucionalização que se busca superar, evidenciando a presença de um processo de transição. É preciso investir em estratégias de modificação do imaginário social que ainda rotula e discrimina essa população para que as práticas institucionais estejam cada vez mais adequadas a uma perspectiva positiva de cuidado.

O profissional da Psicologia no Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes no município de Sobral/CE

Carlos César Porto Carneiro Filho (Prefeitura Municipal de Sobral - Abrigo Institucional para a População em Situação de Rua); Bianca Vilarins de Souza (Universidade Tiradentes)

O presente trabalho é resultado da experiência profissional desenvolvida no Abrigo Domiciliar de Sobral/CE, que acolhe crianças e adolescentes sob custódia judicial. A iniciativa do mesmo se deu partir da problematização da experiência em campo, onde se pôde observar e (re)pensar a atuação do profissional da Psicologia em contexto da alta complexidade no âmbito da Proteção Social Especial (PSE) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O mesmo tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela equipe técnica, em especial pelo psicólogo, no equipamento supracitado, articulando com o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes construído pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que serviu para execução deste trabalho juntamente com os registros específicos da instituição, tais como: diagnóstico institucional, prontuários dos acolhidos e relatório de gestão. Os resultados permitem compreender o redirecionamento da Psicologia no Brasil para as problemáticas sociais, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 com a crise econômica e os movimentos para mudanças na atuação profissional dos psicólogos. Desse modo, a Psicologia historicamente vem problematizada e posto seu desenvolvimento a serviço da superação dos problemas humanos, sociais e econômico próprios dos contextos de pobreza e tem construído uma práxis libertadora neste sentido. Portanto, intervenções psicológicas pautadas na ética e na busca da efetivação da Assistência Social enquanto Política Pública contribuirão para o desenvolvimento positivo do público em acolhimento institucional.

Violência contra idosos: Uma revisão bibliográfica

Segundo a Organização Mundial da Saúde a violência contra o idoso é um ato de acometimento ou omissão, que pode ser tanto intencional como involuntário. O presente estudo objetivou analisar a produção científica sobre violência contra idosos. Os artigos foram coletados nos portais Periódicos CAPES, LILACS e Scielo, no interstício de 2006 a 2016. Foram utilizados os descritores: “violência contra idosos” e “violência e idosos”. Além disso, foram aplicados critérios de inclusão, dentre eles: aptos a serem analisados somente artigos científicos que mencionassem não somente o tema no título como também no seu corpo textual, escritos em língua portuguesa, publicados entre os anos de 2006 a 2016 e seu conteúdo disponível gratuitamente online. Os critérios de exclusão abrangiam artigos que não explanassem o tema em seu título e corpo textual, não escritos em língua portuguesa e que se repetiam nos periódicos. Os dados foram registrados em forma de fichas de leitura em formato de tabelas no instrumento Word Office 2007. Para a análise dos dados foram utilizadas as seguintes categorias: Região, ano de publicação, revista, amostragem e tipos de violências. Foram identificadas inicialmente 86 publicações, que após aplicados os critérios ficaram reduzidas a 27 artigos. Os principais resultados indicaram: 1- O ano de maior produção correspondeu a 2012, com a publicação de cinco textos (18,52%); 2- A região Nordeste foi responsável por (37,04%) dos artigos, seguida da região Sudeste com oito artigos (29,93%). Assim, caracteriza a importância e a necessidade de mais estudos sobre violência contra idosos nas demais regiões, especialmente o Norte, para que o Estado consiga efetivar por meio de políticas públicas eficazes, o combate à violência contra o idoso, estabelecendo e mantendo delegacias especializadas, ouvidorias e as chamadas Instituições de Longa Permanência (ILPs), em que o idoso, vítima da violência, possa encontrar amparo institucional.

Violência Doméstica contra a Mulher: uma revisão sistemática

Nivea Kelly Santos da Silva (Universidade Federal de Alagoas – Ufal); Estefane Firmino de Oliveira Lima (Universidade Federal de Alagoas – Ufal); Sheyla Christine Santos Fernandes (Universidade Federal de Alagoas – Ufal)

O objetivo deste artigo foi realizar uma revisão sistemática sobre os estudos nacionais sobre violência doméstica contra a mulher, publicados no período de 2006 a 2015. Foi realizada uma busca nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC, Index Psi, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), e PsycINFO, utilizando os descritores “violência doméstica” AND “mulher”. A pesquisa utilizou a Análise de Conteúdo de Bardin. O banco final incluído na análise foi constituído por 22 artigos publicados em língua portuguesa que apresentaram como tema principal a violência doméstica contra a mulher. Foram identificadas 18 revistas diferentes nos trabalhos analisados, sendo 09 referentes à área de Enfermagem, 07 da área de Psicologia, 05 da Saúde Coletiva/Pública e 01 da área da Sociologia. Quatro das cinco regiões do país publicaram artigos sobre a violência contra a mulher, tendo à região Sul a maior predominância de trabalhos. A análise dos artigos permitiu a criação de cinco categorias temáticas: percepção/representação da violência doméstica; caracterização da violência; formas de enfrentamento/atuação; funcionamento do serviço/intervenção; e consequências. Foram identificadas algumas lacunas com relação a estudos que tenham como participantes familiares, agressores, crianças e adolescentes. Também foi constatada a necessidade de produções de pesquisas na região norte do país. São escassas, ainda, pesquisas voltadas à intervenção e prevenção da violência doméstica contra a mulher.

Violência intrafamiliar: determinantes da violência à população idosa no Brasil

Pedro Aleixo Soares; Juarez Ferreira do Nascimento Junior (UFAL); Julycleid Borges Ramalho (IBESA)

O artigo analisa o histórico de violência à população idosa no Brasil, descreve os tipos de violência contra o idoso e classifica os agentes causadores da violência contra idosos a partir de notícias veiculadas nos meios eletrônicos de comunicação. Foram processadas 54 notícias veiculadas eletronicamente no site Google Notícias, no período de outubro de 2013 a setembro de 2016. As matérias encontradas foram submetidas a um processo de seleção: catalogamos as matérias que possuem maior relevância para a pesquisa, elaborando um quadro de registro das matérias. Com base nesses dados, no presente estudo analisamos o histórico de violência intrafamiliar à população idosa no Brasil presente nos registros midiáticos, tendo como uma das bases teóricas o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Os resultados, obtidos por meio de uma pesquisa documental de caráter descritivo e classificatório, apontaram que os índices de violência contra a pessoa idosa continuam a crescer. No entanto, os poucos registros de matérias jornalísticas dificultam a identificação dos agentes causadores das violências intrafamiliares contra os idosos.

A percepção de crianças sobre o brincar espontâneo e dirigido

Emile Cristina do Nascimento; Emile Cristina do Nascimento (UNIFACS); Paula Sanders Pereira Pinto (UNIFACS)

Introdução: O comportamento de brincar está presente na espécie humana e relaciona-se aos desenvolvimentos físico, social, emocional e cognitivo das crianças. Por brincar espontâneo entende-se o envolvimento de crianças em atividades livres, escolhidas autonomamente por elas. O brincar dirigido refere-se às brincadeiras propostas pelos adultos. Objetivo: compreender a percepção de crianças acerca da importância do brincar espontâneo e dirigido para o seu desenvolvimento. Método: trata-se de um estudo exploratório, analítico e qualitativo, com uma metodologia participativa de crianças. O contexto do estudo foi um parque público e um condomínio residencial situados na cidade de Salvador-BA. Foram entrevistadas 12 crianças (6 meninos e 6 meninas) de 7 a 12 anos e observados 26 episódios de brincadeiras. Por se tratar de um projeto que envolve seres humanos este foi submetido e aprovado por um comitê de ética e pesquisa direcionado pela Plataforma Brasil. Resultados: tanto as crianças entrevistadas no condomínio quanto aquelas do parque relataram a importância das brincadeiras espontâneas e dirigidas para o seu desenvolvimento, afirmando perceberem os benefícios do brincar, principalmente, para a aprendizagem. Declararam aprenderem e desenvolverem mais habilidades enquanto brincam. No condomínio, as brincadeiras mais observadas foram pega-pega, esconde-esconde, entre outras. Essas crianças eram limitadas pelo espaço, demonstrando menos autonomia para explorar o ambiente. Crianças de faixas etárias diferentes interagiam menos entre si, sendo notada maior interferência de babás. No parque, brincadeiras livres, patins, parquinho, foram as mais notadas. As crianças tinham maior autonomia para escolherem brincadeiras e ambientes a serem explorados, dispendo de mais tempo. Havia menos interferência de adultos. Conclusões: evidenciou-se que as crianças percebem as brincadeiras como um fenômeno importante para o seu desenvolvimento social e psicológico. Contudo, ainda são poucos os estudos acerca da percepção de crianças sobre o brincar nestes contextos da presente pesquisa, fazendo-se necessária maior investigação deste tema.

Alterações neurológicas de crianças portadoras da Síndrome Congênita do Zika vírus em Salvador-BA.

Mirela Maisa da Silva Souza (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA); Lucas Monteiro Santos (Universidade Federal da Bahia); Lais Gomes da Silva (Universidade Federal da Bahia); Karla Nicole Ramos de Oliveira (Universidade Federal da Bahia); Marcos Paulo Almeida Souza (Universidade Federal da Bahia); Cristiane Wanderley Cardoso (Secretaria Municipal de Saúde – Salvador); Letícia Marques dos Santos (Universidade Federal da Bahia); Darci Neves dos Santos (Universidade Federal da Bahia)

Introdução: O desenvolvimento cerebral possui especial relevância na primeira infância – 0 a 6 anos - período no qual o cérebro é capaz de modificar-se constantemente e formar novas redes neuronais em resposta à estímulos aos quais está exposto. Após a identificação da presença do Zika vírus (ZIKV) em tecido cerebral, confirmou-se que o mesmo apresenta neurotropismo com possível persistência viral nesse tecido, corroborando para um grave comprometimento neurológico. A microcefalia foi a primeira consequência relacionada à infecção intrauterina pelo ZIKV, posteriormente outras condições foram associadas. O conjunto dessas alterações neurológicas atualmente passa a ser conhecido como Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZ).

Objetivo: Descrever as alterações neurológicas associadas à SCZ em crianças residentes em Salvador-BA.

Métodos: Trata-se de um estudo descritivo a partir de informações de 203 casos oriundos do banco de investigação do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) do município de Salvador e integrantes da coorte do projeto Desenvolvimento Infantil na Comunidade (DICA).

Resultados: Nos exames de neuroimagem foram observadas as seguintes alterações: 49% das crianças apresentaram ventriculomegalia, 7% hidrocefalia, 70% apresentavam calcificações cerebrais, 9% lisencefalia, 12% cistos subependimários e a proporção de agenesia e disgenesia de corpo caloso foi de 9%.

Conclusão: A evolução clínica destas crianças ainda é desconhecida, portanto reafirma-se a necessidade de acompanhamento dessa população para melhor conhecer as repercussões neurológicas desse agravo e direcionar abordagens psicológicas necessárias.

Fonte(s) de Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo número: 440577/2016-0.

Avaliação Cognitiva para credenciamento em campeonato paraesportivo

Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapiao (FACESF)

O presente estudo consiste numa Avaliação Cognitiva para credenciamento em Campeonato Paraesportivo. Foi realizada com um adulto jovem, 25 anos e 7 meses, sexo masculino, solteiro, paratleta na modalidade de corrida, praticante desde os 18 anos de idade. Apresenta diagnóstico de Deficiência Intelectual, frequente a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE, desde 1995. O processo avaliativo ocorreu em 04 (quatro) sessões, com duração entre 60 e 90 minutos cada, sendo uma para entrevista com o treinador da associação a qual está vinculado e outras 03 (três) sessões com o paratleta. Os instrumentos utilizados foram: observações e intervenções terapêuticas, entrevista com o treinador, relato da coordenação e da psicóloga da instituição, a Escala Wechsler de Inteligência para Adultos - WAIS III e os critérios do DSM-V. O avaliando esteve durante todo o processo, bem humorado, disponível e engajado no que fora proposto. Por vezes, antecipava-se as instruções, confabulando durante a realização de tarefas retornando a argumentação das tarefas já concluídas. Os resultados mostraram perfil cognitivo global igual a 74, QIV = 70 e QIE = 74, IOP = 85, ICV = 73, IVP = 79 e IMO = 78. A avaliação qualitativa dos dados sugere que o avaliando demonstra sua inteligência através dos materiais manipulativos melhor que através da compreensão e expressão verbal. Apresenta aspectos cognitivos de visuo-percepção e visuo-construção preservados. E aspectos mais impactados raciocínio verbal e atenção para conteúdos verbais. Os resultados obtidos pelo paratleta enquadram-se nos critérios exigidos pela ABDEM – Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais.

NEUROPLASTICIDADE E FUNÇÕES COGNITIVAS: percepções da neuropsicologia em um estudo de caso de hidranencefalia e paralisia cerebral

Ana Paula Matos Carregosa (CRAS); Isis Gomes Vasconcelos

Com o objetivo de compreender a neuroplasticidade e as funções cognitivas apresentadas em um menino que viveu até a idade de 8 anos e 7 meses diagnosticado com hidranencefalia e paralisia cerebral, foi realizado um estudo de caso de caráter subjetivo e exploratório, por meio de entrevistas semiestruturadas com a mãe da criança e seu neuropediatra e com o apoio de pesquisa bibliográfica. A hidranencefalia é uma lesão neurológica grave que é considerada incompatível com a vida e é caracterizada pela redução da massa cerebral e sua substituição por líquido, restando apenas alguns remanescentes do córtex. A paralisia cerebral é uma condição secundária e consiste em uma alteração do sistema nervoso central imaturo que resultou em alterações profundas do desenvolvimento motor. Apesar de sua condição, a rede neural do menino foi modificada pela estimulação interna e externa. Os dados coletados permitiram uma avaliação neuropsicológica do repertório do garoto. O conjunto dos resultados mostrou que o desenvolvimento cognitivo foi semelhante ao de um recém-nascido, o que está diretamente relacionado com o diagnóstico de hidranencefalia. No nível físico o menino apresentou pequenos fragmentos do córtex, a maior parte do cerebelo e tronco encefálico ileso e baixíssima atividade eletroencefalográfica. No desempenho cognitivo verificou-se que este foi estruturado e dirigido por sua estrutura anatômica do sistema nervoso e estímulos externos. Por último, verificou-se, após a avaliação neuropsicológica que, apesar de o estado ser grave, ele apresentou neuroplasticidade.

O Brincar Espontâneo e o Desenvolvimento Neuropsicológico e Cerebral da Criança: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Fernanda Vilas Boas Fahel; Paula Sanders Pereira Pinto (Unifacs)

Brincadeira espontânea é todo comportamento para o qual a criança se inclina naturalmente, sem noção de obrigatoriedade, tendo como objetivo único o ato de brincar em si, pois estimula a liberação dos neurotransmissores de bem estar e prazer. Ela é encontrada em crianças de todas as idades e culturas, pré-termo e prematuras, portadoras ou não de disfunções cromossômicas ou psíquicas. A ludicidade está presente em diversos mamíferos, especialmente aqueles de infância prolongada e protegida, grande capacidade intelectual e vida adulta mais complexa e flexível. A persistência da brincadeira durante milhões de anos de pressão seletiva indica que ela possui funções vantajosas o suficiente para superar seus custos – tempo, energia e segurança. O objetivo geral deste trabalho foi investigar a influencia da brincadeira espontânea para o desenvolvimento neuropsicológico e cerebral infantil por meio de uma revisão sistemática da literatura, nacional e estrangeira, dos últimos cinco a dez anos. Foram investigadas dez revistas científicas publicadas na Scielo e selecionados 31 artigos. As informações coletadas tratam principalmente de três aspectos: 1) vantagens evolutivas; 2) regulação emocional e social; 3) desenvolvimento intelectual. A brincadeira possui benefícios em curto e longo prazo. Ela funciona como um treinamento de habilidades físicas, sociais, cognitivas e afetivas para a vida adulta e como reguladora das emoções e comportamentos inerentes à infância. Estudos de neuroimagem, experimentos sociais e em animais apontam para a relação positiva entre o brincar e o desenvolvimento cerebral e neuropsicológico da criança. Contudo, ainda se carece de investigações sobre o impacto do brincar no desenvolvimento. Este trabalho deseja incentivar o aprofundamento nessa área. Os resultados finais poderão auxiliar o desenvolvimento de novos

cuidados familiares, métodos de ensino, programas e ações de intervenção para prevenção e amenização de problemas e dificuldades emocionais, comportamentais e cognitivas, que, tratados de maneira inadequada, podem se transformar em transtornos psiquiátricos.

O processo de aplicação e adaptação da Escala Bayley em crianças acometidas pela Síndrome congênita do Zika Vírus: Dados Preliminares

Tamiles Cerqueira Lopes da Silva; Darci Neves dos Santos (Universidade Federal da Bahia – UFBA); Paula Sanders Pereira Pinto (Universidade de Salvador – UNIFACS); Letícia Marques dos Santos (Universidade Federal da Bahia – UFBA); Cíntia Figueiredo Amaral (Universidade Federal da Bahia)

A primeira infância se constitui no período desde o nascimento até os 6 anos de idade, quando ocorre o desenvolvimento de estruturas cerebrais, além da conquista de capacidades essenciais para aquisição de habilidades futuras. Crianças acometidas por infecções congênitas associadas ao Zika Vírus, podem apresentar alterações no sistema nervoso central (SNC), com repercussões no crescimento e desenvolvimento. Recomenda-se, portanto, a avaliação do desenvolvimento para o planejamento de estratégias de intervenção eficazes. Contudo, há uma escassez de instrumentos validados e padronizados para população com limites sensoriais e motores significativas. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo discutir formas de adaptar a aplicação da Escala Bayley (BSID-III) na avaliação de crianças acometidas pela síndrome congênita do ZIKV. Trata-se do baseline de um estudo de coorte prospectiva, com 202 crianças portadoras de alterações neurológicas, nascidas em Salvador entre outubro/2015 e julho/2016. A BSID-III avalia o desenvolvimento global infantil entre 0 a 42 meses. Na aplicação da Escala para avaliação da cognição, linguagem e motricidade usou-se uma escala de acomodações, construída no intuito de permitir a coleta de dados de maneira padronizada. Esta é composta por 16 possíveis adaptações, organizadas de acordo com as facilitações visual (uso de iluminação e contrastes), motora (posicionamento) ou geral, que podem ser utilizadas em todas as subescalas de avaliação da BSID-III. Foram realizadas 56 avaliações, dentre as quais, 29 precisaram ser adaptadas para os examinados. Foram utilizadas 66 adaptações na escala cognitiva, 10 na escala de linguagem e 31 na escala motora. Tais dados apontam para a importância da construção de novas perspectivas na avaliação de crianças com desenvolvimento atípico que facilitem a demonstração do real desenvolvimento dessa criança, diminuindo a influência de possíveis déficits sensoriais e/ou motores que dificultam a expressão do desenvolvimento cognitivo e de linguagem da criança no momento da aplicação.

Os índices de Memória Operacional no Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade : Uma análise estatística

Cleidson Felipe Damasceno de Macedo; Cleidson Felipe Damasceno de Macedo (UFPA); Carolina Queiroz Monteiro (UFPA)

O transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um dos diagnósticos mais frequentes entre crianças e adolescentes do mundo todo. Caracteriza-se por padrões persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade que podem ocasionar, além dos déficits atencionais, alterações nas funções executivas. Sua sintomatologia é classificada pelo DSM V em três subtipos específicos: Subtipo predominantemente desatento, subtipo hiperativo ou impulsivo e subtipo combinado. O TDAH pode resultar em déficits cognitivos que se refletem no prejuízo das funções de aprendizagem escolar, dificuldades interpessoais e outras, afetando a qualidade de vida do portador. Dentro os processos cognitivos, a Memória se apresenta como responsável por tudo o que é aprendido ao longo da vida, através do Armazenamento, do resgate e da elaboração de informações. O objetivo deste estudo é analisar descritivamente os índices de Memória Operacional de crianças portadoras do diagnóstico de TDAH. Participaram do estudo 9 Crianças, com faixa etária de 6 - 13 anos, portadoras do diagnóstico de TDAH, sem comorbidades. Os ambientes da coleta: 01) Consultório particular; 02) Sala de aula de uma universidade. 03) Centro de atenção à saúde da mulher e da criança. Os instrumentos utilizados foram: 01) Questionário Clínico e Sócio-Econômico; 02) MTA-SNAP IV; 03) Escala Wechsler de Inteligência para Crianças – 4a Edição (WISC-IV). Os dados foram organizados no programa estatístico SPSS-20. A Média dos resultados do índice de Memória Operacional (IMO) dos participantes foi de 82,44. Já a média do Ranking Percentil foi de 18.9%. 22,222% dos participantes obtiveram classificação Média Inferior e apenas 11,111% obtiveram um desempenho mediano. Acredita-se que os prejuízos na memória operacional estejam associados um baixo desempenho atencional. Essa desatenção acarretaria numa utilização menor dos recursos cognitivos, ocasionando assim, um déficit na retenção de informações de memória de curto prazo.

Perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em Rio Verde-GO: Uma discussão pautada nas neurociências

Emanuel Duarte de Almeida Cordeiro; Germano Gabriel Lima Esteves (UniRV); Márcio Braga de Melo (UFAL); Carine Sousa da Silva (Estácio/FAL); Karla Polyana de Barros Correia

O presente trabalho teve como objetivo geral traçar e discutir sob um viés neuropsicológico o perfil de adolescentes que cumprem medida socioeducativa (MSE) em meio aberto no município de Rio Verde – GO. Especificamente, buscou-se averiguar médias de idade e reincidência infracional, sexo predominante, grau escolar e tipos de infração mais praticados, além de discutir esses resultados a partir de concepções sobre desenvolvimento neural. Para tanto, realizou-se um estudo documental e retrospectivo com 390 prontuários de usuários adolescentes de ambos os sexos e com idades entre 12 e 21 anos, que passaram pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Rio Verde-GO nos anos 2015-2016 visando cumprir MSE. Notou-se que o adolescente que cumpre MSE em Rio Verde- GO no período estudado apresenta média de idade de 15,58 (DP=1,39), é predominantemente do sexo masculino (87,7%), tem ensino fundamental incompleto (42,6%), apresenta média de 1,71 (DP=0,45) de reincidência e tem como principal ato infracional o roubo (42,3%). Esses dados estão de acordo com relatos apresentados na literatura, os quais mostram o envolvimento de uma região cerebral conhecida como 'Córtex Pré-Frontal' (CPF) no controle inibitório de comportamentos agressivos, impulsivos e antissociais por meio da ação sobre estruturas límbicas como o núcleo amigdalóide. Esses comportamentos, que podem levar um indivíduo a cometer atos infracionais, podem estar envolvidos com o amadurecimento da circuitaria neural associada ao CPF, que do ponto de vista ontogenético demora aproximadamente 21 anos. Além disso, reporta-se que crianças e adolescentes com déficits cognitivos provenientes de disfunções pré-frontais tendem a apresentar maior frequência de comportamentos socialmente inadequados, resultando em problemas que podem tirá-los da escola. Assim, compreende-se a contribuição das neurociências no debate envolvendo adolescentes e atos infracionais, bem como ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de programas de MSE que objetivem reduzir a alta taxa de reincidência apresentada.

"Na época da ditadura não era tão ruim". Efeitos da idade no autoritarismo

Felipe Vilanova de Gois Andrade (UFRGS); Ângelo Brandelli Costa (PUCRS); Diogo Araújo DeSousa (UNIT); Silvia Helena Koller (UFRGS)

Introdução: A Escala de Autoritarismo de Direita (EAD), originalmente denominada Right-Wing Authoritarianism, é o instrumento mais utilizado mundialmente para avaliar autoritarismo. Ela avalia autoritarismo decorrente de crenças associadas à direita política, correlacionando-se diretamente com construtos como homofobia. Ela foi adaptada para o Brasil e apresentou boas propriedades psicométricas. Embora ela já tenha sido utilizada no Brasil, ainda não foram conduzidos estudos nacionais que avaliem a influência da idade no autoritarismo. Assim, o objetivo do presente estudo foi investigar os efeitos da idade no escore geral da EAD.

Método: A coleta de dados foi realizada por meio de formulário online entre outubro e novembro de 2016. Participaram do estudo 518 indivíduos com idades entre 18 e 79 anos (M = 39,31; DP = 17,93), 59,8% do sexo masculino. Primeiramente, a idade dos participantes foi categorizada a partir dos percentis 25, 50, 75 e 100, a fim de que as faixas etárias não fossem desproporcionais segundo o tamanho amostral. Em seguida, foram realizadas Análises de Variância (ANOVAs) entre os diferentes grupos etários e o escore geral na EAD.

Resultados: Foi encontrada diferença significativa entre as faixas etárias ($F = 14,738$; $p < 0,001$). Testes post-hoc Bonferroni demonstraram que houve diferença significativa entre os indivíduos que possuem entre 18 a 23 anos e os que possuem 57 a 79 anos ($p = 0,001$), entre os que possuem de 24 a 32 anos e os que possuem 33 a 56 anos ($p < 0,001$), bem como entre os que possuem de 24 a 32 anos e os que possuem de 57 a 79 anos ($p < 0,001$). Em todas as comparações, quanto maior a faixa etária, mais autoritários tenderam a ser os participantes. Com isso, são levantadas hipóteses culturais e desenvolvimentais para explicar o fenômeno.

A importância do brincar no desenvolvimento infantil: relato de experiência

Thatyanny Gomes Fernandes (YUPI CASA DE BRINCAR); Adinete Sousa da Costa Mezzalira (UFAM); Mylane Lima de Brito Araújo (MARTHA FALCAO)

Este trabalho relata a experiência de atuação profissional em Psicologia do Desenvolvimento, realizada na Yupi Casa de Brincar, em Manaus - AM. As propostas de intervenção do psicólogo desenvolvidas neste espaço fundamentavam-se na perspectiva histórico cultural. Propor, portanto, ações neste contexto, implicava em disseminar o ato de brincar bem como possuir um olhar atento e sensível para a primeira infância e para as relações familiares, para assim, sugerir ações direcionadas ao processo de conscientização e valorização da importância do brincar no desenvolvimento infantil. Frente ao exposto, a intervenção na Yupi casa de brincar teve dois objetivos: (1) resgatar o ato de brincar na infância por meio de atividades dirigidas e livres (2)

sensibilizar os pais, a família e os profissionais sobre o potencial que a brincadeira tem para o desenvolvimento saudável da criança. Para alcançar este objetivo, realizamos juntos com os professores a elaboração de atividades brincantes com a proposta de estimular o potencial de cada criança desafiando suas diversas inteligências e respeitando sempre a sua individualidade e seu tempo de exploração. Realizamos também palestras direcionadas aos cuidadores e responsáveis sobre a necessidade do lúdico para infância e como brincar no dia a dia com a criança. A partir dessas intervenções, observou-se que mesmo sendo um tema bastante discutido, ainda existem lacunas de conhecimentos sobre o conceito e os processos envolvidos na brincadeira, tendo em vista, que estamos inseridos em uma cultura que desvaloriza e/ou desmerece o ato de brincar. Diante desta realidade, acredita-se que uma das ações do psicólogo encontra-se em promover espaços de reflexão sobre a seriedade e a necessidade do brincar para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, afinal, brincando a criança pode criar, explorar, construir, socializar, construir vínculos e aprender.

A Reconstrução Psicossocial de Idosos com Esquizofrenia

Manoela Oliveira dos Santos; Anderson Gerônimo da Silva (Estácio de Alagoas); Frederico Porto Viana (Estácio de Alagoas); Luciana Carla Lopes de Andrade (Estácio de Alagoas)

Introdução: A esquizofrenia traz em suas características um regresso ao desenvolvimento social e afetivo-emocional resultando numa dependência e dificuldade à sociabilidade. Com a chegada da terceira idade, o núcleo familiar é o alicerce do idoso quando o enxerga além dos fenômenos da doença e o incentiva à autonomia proporcionando-lhe um envelhecer equilibrado e produtivo. De tal modo, se faz necessário a atuação de uma equipe multidisciplinar ampliando a integração de conhecimento junto a um profissional da psicologia, o qual enriquece estas práticas com a compreensão do psiquismo humano. Objetivo: Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Efetuou-se a entrevista semiestruturada com duas psicólogas e observação naturalística de atividades comunitárias entre idosos diagnosticados com esquizofrenia. Metodologia: Analisar o incentivo à autonomia social de sujeitos com esquizofrenia na terceira idade através da tríade paciente-família-terapeuta somada às práticas em um Centro de Atenção Psicossocial. Resultados: As análises demonstraram que a inserção dos idosos com esquizofrenia nas intervenções de atenção psicossocial contribui para o alívio de sintomas psicóticos, através de ações terapêuticas que os reintegram à comunidade e os incentivam às realizações de tarefas rotineiras, sem reduzi-los à incapacidade de elaborá-las. Ainda segundo as informações coletadas, a família que busca atuar mutuamente, de fato coadjuva em razão de fortalecer o que já foi produzido. Conclusão: A terceira idade sob os fenômenos da esquizofrenia não deve ser vista como um declínio. É essencial que o idoso, dentro das suas capacidades, tenha um suporte social para despertar novos aprendizados e desenvolver autonomia. O projeto de reinserção social restabelece as forças psicossociais e subjetividade do esquizofrênico enquanto sujeito.

Análise dos estilos e das práticas educativas dos pais sob o olhar das crianças

Alanna Silva dos Santos; Bianca Silva Araujo (Universidade Estadual da Paraíba); Larissa Moura da Silva (Universidade Estadual da Paraíba); Daniela de Jesus Bezerra da Silva (Universidade Estadual da Paraíba); Ana Cristina Rabelo Loureiro (Universidade Estadual da Paraíba)

A família é considerada uma das instituições sociais mais antigas e complexas na sociedade. A importância dos pais no processo de desenvolvimento dos filhos é reconhecida por teóricos e pesquisadores, levando em consideração os diversos tipos de estilos e práticas educativas de acordo com o contexto sociocultural. Alguns estudos defendem que a criança é um ser ativo, capaz de se posicionar criticamente diante das suas relações parentais. Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o olhar das crianças de escolas privadas, sobre os estilos parentais e as práticas educativas adotadas pelos pais. Participaram do estudo 55 crianças de 6 a 12 anos (de 6 a 9 anos foram dez crianças para cada faixa etária e de 10 a 12 foram cinco crianças para cada faixa etária), estudantes de escolas privadas da cidade de Campina Grande-PB. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, devidamente gravadas, com duração média de 15min e analisados com base na análise de conteúdo bardiniana. Os resultados indicaram que, de acordo com o olhar das crianças, o estilo parental predominante é o autoritário, caracterizado por práticas educativas punitivas e coercitivas. Por outro lado, as crianças afirmaram que os aspectos mais valorizados nas relações parentais são o carinho e a companhia dos pais e destacaram que não gostam quando estes brigam com elas. Evidencia-se, portanto, a capacidade crítica das crianças para identificar suas principais necessidades nas relações com os pais.

Avaliação da percepção ao respeito de estratégias usadas no Dilema do Prisioneiro: na procura de uma standardização nos experimentos de dilemas sociais com seres humanos.

Matheus Fernandes dos Santos Pereira (Universidade Federal de Sergipe (UFS)); Diogo Conque Seco Ferreira (Universidade Federal de Sergipe (UFS)); Hector Julián Tejada Herrera (Universidade Federal de Sergipe (UFS))

Experimentos que reproduzem a situação descrita no Dilema do Prisioneiro (DP) têm sido amplamente usados no contexto da psicologia do desenvolvimento, da economia, da sociologia, da etologia, entre outros, com o intuito de investigar a cooperação. Nessas situações parte-se da premissa de que os participantes compreendem a situação, e de que as suas ações são controladas pela estrutura de incentivos que definem as consequências de suas escolhas. Não obstante, nem mesmo o conhecimento prévio da situação consegue prevenir que o comportamento do participante seja controlado por outros fatores estranhos ao experimento, o que pode comprometer a qualidade dos dados obtidos. Nesse contexto, a presente pesquisa experimental pretende determinar as condições mínimas necessárias para garantir que o desempenho do participante num experimento que reproduz uma situação do DP esteja sendo controlado pelo seu entendimento do problema. Para tal fim desenvolveu-se uma situação experimental na qual um participante joga o DP contra um computador em duas sessões consecutivas, sendo que a estratégia usada pelo computador muda de uma sessão para outra. Os nossos resultados indicam que o desempenho se aproxima do esperado quando na primeira sessão o participante compete contra uma estratégia aleatória (considerada, a priori, difícil de identificar) e posteriormente é confrontado contra uma estratégia “olho por olho”. Nessas condições, foi possível observar como o participante não optou simplesmente por calar, reproduzindo a estratégia do computador, mas sim por calar e desertar de forma intercalada, obtendo uma melhor recompensa. Esses resultados permitirão definir um protocolo de treinamento e teste em experimentos que utilizem uma situação do DP em humanos.

Comportamento Distributivo Infantil: um estudo experimental em contexto privado

Maria Lucicléa Barros; Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Renata Mascarenhas Aleixo Reis (Universidade Federal da Bahia (UFBA)); Raick Bastos Santana (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Victor Eugênio Costa (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Por volta dos cinco anos de idade as crianças tendem a ser mais egoístas quando distribuem bens, em comparação com aquelas de oito anos, que demonstram maior preocupação com a igualdade (Sampaio, Camino & Roazzi, 2007; Smith, Blake & Harris, 2013). O objetivo desse trabalho foi avaliar o comportamento distributivo infantil em uma amostra composta por setenta e dois participantes, divididos em três faixas etárias. Para tanto, foi usado um jogo ditatorial contendo cartelas de adesivos com personagens da Disney e envelopes (verde, laranja e azul). Durante a tarefa, o pesquisador apresentava os adesivos à criança e perguntava o quanto ela ficaria feliz se os ganhasse. No envelope verde a criança deixava suas cartelas, enquanto que no laranja ela poderia doar ou não adesivos para outra criança. Na sequência, era apresentado o envelope azul e questionado quantos adesivos outra criança que brincara antes deveria ter deixado para ela. Os resultados apontaram que as crianças doaram em média 1,03 adesivos, enquanto que esperavam ganhar 2,38 em média, adotando assim um raciocínio distributivo egoísta, mas esperando que outros lhes tratassem de forma igualitária. Não foram observadas diferenças significativas em relação ao sexo, concordando com o estudo de Liu et al (2016). Quanto à idade, as crianças mais novas mostraram ser menos altruísta, em comparação com as mais velhas corroborando com o estudo de Sampaio & Pires (2015). Esses resultados indicam que as crianças mais jovens ainda não aderem a norma da igualdade, mas reconhecem que outras pessoas deveriam aplicá-la, especialmente em uma situação na qual elas mesmas poderiam se beneficiar.

Concepções morais de professores em situações do contexto escolar

Priscila Bonato Galhardo; Daniela Munerato de Almeida Valadares (Universidade de São Paulo); Luciana Maria Caetano (Universidade de São Paulo)

O estudo sobre a moralidade tem sua relevância por atingir amplas dimensões na sociedade. Uma das dimensões é o contexto escolar, que enfrenta situações e problemas morais cotidianos. O professor nesse cenário encontra-se, muitas vezes, como autor na resolução de conflitos e dilemas entre alunos e gestão escolar. Para tanto, ter como base a educação moral, contribui para o bom desenvolvimento desses profissionais. A educação moral pauta-se na coordenação de pontos de vista entre sujeitos, em trocas de valores, em relações de cooperação e em uma participação social crítica e responsável (Piaget, 1996). Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o julgamento do professor diante de situações que exijam uma conduta moral a ser seguida. Como proposta metodológica, a presente pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de caráter exploratório, pautando-se em uma coleta de dados com 27 professores de ensino infantil e fundamental de duas escolas do Estado de São Paulo, sendo uma pública e outra privada. O instrumento utilizado constituiu-se por duas situações fictícias que retratam

a realidade das escolas brasileiras. Para cada situação o professor decidiu se concordava ou não com a conduta tomada e justificou sua resposta. A análise de dados baseou-se na Análise de Conteúdo, pela classificação das justificativas em categorias (Bardin, 2016). A primeira situação relatava a postura de um professor autoritário com uma criança que possui comportamentos agressivos. A segunda tratava de um professor que filma e fotografa comportamentos inadequados de outro professor para mostrar à gestão escolar. Os resultados da primeira situação mostraram que 41% dos professores concordam com a postura autoritária, enquanto 59% pensam em compreender o comportamento da criança. Na segunda situação, 19% dos professores concordam e consideram justa a atitude de filmar e fotografar, enquanto 81% discordaram da atitude, sugerindo, por exemplo, o diálogo com o professor e a gestão escolar.

Crenças estereotípicas e autoconceito de crianças

Alexsandro de São Pedro Santiago; Gessica Dutra (UNIFACS- Universidade Salvador); Marianne Cunha (UNIFACS- Universidade Salvador); Vanessa Andrade (UNIFACS- Universidade Salvador); Saulo Almeida (UNIFACS- Universidade Salvador)

As crenças são formadas, refletidas, mantidas ou alteradas, desde cedo, no processo de desenvolvimento cognitivo e moral associado ao processo de socialização. Neste estudo compreende-se que as crenças, destacando os estereótipos, têm papel importante no processo de desenvolvimento das crianças. Eles afetam diretamente como estas categorizam e entendem o mundo, além de subsidiar como elas se relacionarão com as pessoas e grupos sociais. Este estudo procurou identificar os estereótipos raciais apresentados pelas crianças. Para este estudo, foi necessária a participação de 50 crianças, com faixa etária entre oito a 11 anos de idade. A categorização racial foi avaliada em níveis de classificação e reconhecimento através da organização das fotografias em grupos raciais. As perguntas serão dirigidas às crianças de forma padronizada e simples, utilizando as categorias beleza, riqueza, inteligência, contato (brincar) e proximidade (adotar como irmão), uma por vez, e pedindo as crianças que escolham qual dos dois alvos se enquadraria melhor nos atributos determinados. Quanto a autocategorização, esta foi avaliada a partir do questionamento de qual das crianças das fotografias se parece mais com ela, podendo indicar também a rejeição da criança à sua categoria de pertença. A avaliação emocional da pertença também foi avaliada a partir do questionamento de quanto a criança gosta de ser daquela cor escolhida, e se ela gostaria de ser diferente.

Esterótipos e desenvolvimento cognitivo de crianças

Alexsandro de São Pedro Santiago; Gessica Dutra (UNIFACS- Universidade Salvador); Marianne Cunha (UNIFACS- Universidade Salvador); Vanessa Andrade (UNIFACS- Universidade Salvador); Saulo Almeida (UNIFACS- Universidade Salvador)

O desenvolvimento cognitivo realiza-se junto ao sentimento de obrigatoriedade que as crianças terão para respeitar as regras, onde enquanto os menores dependem da coação, os maiores atribuem valor a cooperação, ou seja, a importância do respeito à regra para o bem coletivo. À medida que um indivíduo pode escolher e decidir, ele tem a possibilidade de cooperar voluntariamente com os outros e construir seu próprio sistema moral de convicções, e quando não se permite escolher e decidir, ele estará apto somente a seguir a vontade dos outros. O objetivo deste trabalho foi, portanto, analisar a relação entre o nível de desenvolvimento cognitivo e traços e conteúdos estereotípicos expressos por crianças. Para este estudo, fez-se necessária a participação de 50 crianças, com faixa etária entre oito a 11 anos de idade. As crianças foram convidadas a se classificarem quanto a cor de sua própria pele, e também a exporem seus pensamentos acerca da associação das categorias sociais beleza, riqueza, inteligência, bondade, contato e proximidade frente a alvos (criança negra e outra branca) apresentados em fotos. As crianças participantes desta pesquisa apresentaram crenças fundadas no processo de socialização e mostraram o quanto os agentes socializadores são importantes no desenvolvimento do ser humano, na construção da sua identidade, uma vez que as crianças introjetam as normatividades sociais aprendidas em seu meio social.

Julgamento Distributivo em Crianças na Terceira Infância ou Comportamento Distributivo na Terceira Infância

Raick Bastos Santana (UNIVASF); Vitor Eugênio Costa (UNIVASF); Maria Lucicléa Barros (UNIVASF); Renata Mascarenhas Aleixo Reis (UFBA); Leonardo Rodrigues Sampaio (UNIVASF)

Piaget (1932/1980) identificou o uso de três princípios distributivos ao longo do desenvolvimento: autoridade, igualdade e equidade. O presente estudo objetivou avaliar o comportamento distributivo infantil em um contexto privado. Participaram da pesquisa 49 crianças (25 meninos) divididas em duas faixas etárias: 9 a 10 anos e 11 a 12 anos. O comportamento distributivo foi avaliado através de um jogo ditatorial com cartelas de adesivos e envelopes coloridos. Uma escala Likert (muito triste a muito feliz) foi utilizada para avaliar o grau de

satisfação dos participantes, em relação aos adesivos. Inicialmente a criança recebia quatro adesivos e era informada que os adesivos pertenciam a ela, mas que se quisesse poderia compartilhar alguns com outra criança que chegaria depois. O pesquisador orientava que o participante usasse os envelopes coloridos para partilhar seus adesivos, se assim desejasse, e saía da sala durante a distribuição. Com a distribuição terminada o pesquisador retornava à sala e apresentava um envelope azul de outra criança que esteve na mesma condição que o participante e perguntava quantos adesivos ela deveria ter compartilhado. Observou-se que as crianças doaram em média 2,04 cartelas de adesivos, ao mesmo tempo que esperavam receber 1,41 cartelas. Quanto à idade, constatou-se uma diferença significativa entre os grupos etários, no que diz respeito à quantidade de adesivos doados, mas não em relação aos esperados. Esses resultados corroboram a pesquisa de Piaget, demonstrando que por volta dos 8 anos as crianças tem uma forte predileção pelo princípio da igualdade e que por volta dos 11 e 12 anos começa-se a utilizar o princípio da equidade. Além disso, são considerados efeitos decorrentes de uma possível preocupação com a reputação social e por uma necessidade de maior conformidade social, à medida que a idade aumenta.

Moralidade e Educação: Diálogos entre a Teoria do Juízo Moral e a Teoria do Domínio Social

*Paulo Yoo Chul Choi; Natani Alves Rodrigues (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo);
Jackeline Maria de Souza (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo)*

Este estudo abordou questões vinculadas às concepções educativas morais de crianças e adolescentes na perspectiva da Teoria do Juízo Moral (Piaget, 1932) e da Teoria do Domínio Social (Turiel, 1983). Os objetivos foram: investigar o que as crianças e os adolescentes pensam sobre o papel de seus pais como educadores; as concepções sobre a independência e a contingência da autoridade parental classificados em diferentes domínios prévios; comparar as concepções educativas morais de crianças e adolescentes com as concepções educativas morais de pais (Caetano, 2009); e estabelecer as correlações entre essas concepções e as concepções de legitimidade parental de crianças e adolescentes. A pesquisa desenvolvida por este projeto é exploratória, descritiva e de análise quali e quantitativa. Participaram deste estudo, 45 sujeitos, de 10 a 13 anos de idade. Foram utilizados, dois instrumentos: ECEM (Caetano, 2009) e Stimuli Items for the Parental Authority Questionnaire (Smetana & Asquith, 1994), ambos adaptados à realidade dos entrevistados. O projeto foi submetido e aprovado pelo CEPH-IPUSP (CAE: 57269816.0.0000.5561). Com os resultados do Stimuli Test adaptado, afirma-se que os adolescentes legitimaram mais a autoridade parental na dimensão do Domínio Moral e Convencional e foi encontrado que os maiores conflitos estão associados com Domínio Pessoal. Todavia, os jovens brasileiros também legitimaram a autoridade dos pais no domínio Prudencial e Multifacetado, diferente dos americanos (Smetana & Asquith, 1994), a predominância do Domínio Convencional nas justificativas dos participantes, e a legitimidade da autoridade parental nos resultados da ECEM, demonstraram a coerência entre os dados pelos instrumentos de pesquisa. Dessa forma, pode-se concluir que mais pesquisas poderiam ser realizadas a fim de confirmar os resultados apresentados por meio deste, principalmente aplicando os instrumentos em outras regiões brasileiras e em instituições privadas, sugerindo assim, que o(a) futuro(a) pesquisador(a) continue o trabalho sobre essas duas perspectivas teóricas.

Os estudos sobre identidade e desenvolvimento humano em periódicos das bibliotecas eletrônicas SciELO e PePSIC

Mariana Uchôa Simões Barbosa; Mariana Uchôa Simões Barbosa (FAFIRE); Patrícia Maria Uchôa Simões (FUNDAJ)

As transformações socioculturais, políticas e econômicas que se aprofundaram a partir do final do século XX colocaram em questão a própria identidade cultural do homem moderno que se pensava unificada e coesa. Os novos códigos culturais e outras mudanças estruturais da sociedade vêm causando fragmentação na ideia de sujeito e de suas identidades. Nesse sentido, as categorias sociais de classe, gênero, etnia e nacionalidade que localizavam os indivíduos em tempos e territórios estão sofrendo mudanças que atingem a formação das identidades pessoais e modificam a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. O presente estudo, que se configurou como uma pesquisa bibliográfica, teve como objetivo analisar a produção acadêmica em periódicos das bibliotecas eletrônicas SciELO e PePSIC sobre as temáticas da identidade e do desenvolvimento humano. Foram identificados 23 artigos que tinham como descritores as palavras identidade e desenvolvimento no campo assunto das bases investigadas. Foram excluídos seis desses artigos nos quais a palavra desenvolvimento não estava relacionada ao desenvolvimento humano. As dezessete publicações analisadas foram publicadas entre 2000 e 2016, em dezesseis periódicos diferentes. A maioria dos artigos, num total de oito estudos, se referia especificamente ao desenvolvimento e identidade profissional, cinco estudos tratavam de temas relacionados à adolescência e quatro analisaram questões de gênero e sexualidade. Destaca-se a presença de dois

estudos que não discutem identidades de grupos sociais, focalizando o desenvolvimento moral e a identidade pessoal. Quanto ao tipo de pesquisa, foram identificadas oito pesquisas de campo, três pesquisas bibliográficas e seis estudos teórico-conceituais. Como conclusão, os resultados descrevem um recorte da produção acadêmica sobre a temática da identidade marcada pelas transformações da contemporaneidade que fortalecem as identidades locais. Por fim, observou-se a preocupação entre os autores com a discussão teórica no sentido da construção de novos paradigmas para o estudo da identidade.

Raciocínios morais da justiça e do perdão em padres

Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo; Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo (UFPB); Frankleudo Luan de Lima Silva (UFPB); Júlio Rique Neto (UFPB); Eloá Losano de Abreu (UFPB)

O presente estudo tem por objetivo identificar os estágios de raciocínios morais de justiça e de perdão dominantes em padres católicos e verificar a relação de desenvolvimento entre esses dois raciocínios. A teoria do desenvolvimento do julgamento de justiça, de Lawrence Kohlberg, e a teoria desenvolvimento do raciocínio de perdão, de Robert Enright, foram as principais abordagens adotadas. Participaram do estudo 29 padres de um Estado do Nordeste brasileiro. Como instrumento, utilizou-se um questionário composto por dois dilemas morais voltados para identificar os estágios dominantes do pensamento de justiça e de perdão. Verificou-se o uso predominante de raciocínios de justiça pautados na valorização da obediência à lei ou às convenções para a manutenção da ordem social (estágio 4 na tipologia de Kohlberg), e de raciocínios baseados na compreensão de que as pessoas têm direitos individuais, sendo possível, democraticamente, alterar leis ou injustos (estágio 5). Para o raciocínio de perdão, foram dominantes os estágios 3 (na classificação de Enright), consonante com as expectativas do grupo de pertença; seguido do estágio 2,5, baseado em uma compensação moral exemplificada no pedido de desculpas e na mudança atitudinal do ofensor. Comprovou-se, por meio de um teste de correlação de Spearman, uma relação de necessidade entre raciocínios de justiça e raciocínios de perdão, indicando que quando o pensamento de justiça avança, o pensamento de perdão também avança em algum grau.

Relações entre Ansiedade e Stress com a Maturidade Psicossocial em crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares de João Pessoa – PB.

Alexmara de Barros Medeiros (Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ); Maria da Luz B. Rodrigues Vale Dias (Universidade de Coimbra)

É consenso na literatura que a maturidade psicossocial de crianças e adolescentes é permeada por variáveis que podem contribuir positivamente ou negativamente para sua adequação. A escola termina sendo um cenário propício ao aparecimento de ansiedades e estresses que podem afetar o desempenho cognitivo, emocional e as perspectivas sociais de si e dos outros, favorecendo comportamentos de riscos. A presente dissertação buscou conhecer relações entre a Ansiedade e o Estresse com a Maturidade Psicossocial em 157 estudantes, sendo 103 crianças e 54 adolescentes, com média de idade de 12, 11 anos de ambos os sexos, pertencentes a escola pública e particular na cidade de João Pessoa – PB. Os estudantes responderam aos instrumentos: Questionário Sociodemográfico e de Comportamentos Sociais, Questionário Infanto-Juvenil, Escala de Stress Infantil, Escala de Stress para Adolescente e o Questionário de Relacionamento, todos aplicados em sala de aula. Os resultados indicaram que crianças e adolescentes não apresentaram ansiedade, mas apresentaram estresse, com índices em todas as fases, diferenciando-se em termos de fatores e sexo. Diferenças também foram verificadas entre série, tipo de escola e por etapas de educação ou séries entre a amostra e as variáveis envolvidas. Houve correlações positivas entre ansiedade e estresse e uma correlação negativa entre o fator da maturidade psicossocial, denominado de Habilidades Inerpersonais Hipotéticas com a ansiedade entre os adolescentes. Contudo, considera-se que os objetivos desta dissertação foram parcialmente alcançados, confirmando a pertinência das relações entre as variáveis propostas. Estudos futuros podem aprofundar a temática com a inclusão de variáveis de personalidade e por meio de análises confirmatórias que tentem explicar a relação proposta. Intervenções que auxiliem crianças e adolescentes a reduzirem a ansiedade e o estresse, e, conseqüentemente, contribuirão na adequação da maturidade psicossocial com a série e as idades, também poderão ser subsidiados pelos resultados aqui encontrados.

Schadenfreude e Desenvolvimento Cognitivo de Crianças

Erik Cunha de Oliveira; Ícaro Cerqueira (UNIFACS - Universidade Salvador); Saulo Almeida (UNIFACS - Universidade Salvador); Juliana Ribeiro (UNIFACS - Universidade Salvador); Patrícia Rozendo (UNIFACS - Universidade Salvador); Ana Carolina Pinto Santos (UNIFACS - Universidade Salvador)

De maneira geral, as crianças apresentam um forte índice de favoritismo ao alvo branco e a rejeição ao alvo negro diante de traços e conteúdos relativos a atratividade física, nível socioeconômico, inteligência, contato e

proximidade. Estudos apontam uma possibilidade da manifestação de estereótipos negativos em relação aos negros nos discursos das crianças, independente da faixa etária. Mais especificamente, fica demonstrado que o aumento da idade desperta o aumento do índice de rejeição ao exogrupo e identificação com o próprio grupo, ao contrário do que a literatura demonstrava, pois ora os autores defendiam que um desenvolvimento cognitivo seria responsável pela diminuição das manifestações de estereótipos negativos e preconceito, ora outros autores afirmam que seria a introjeção de normas sociais que impactariam nessa diminuição do preconceito, mais particularmente da discriminação. Se os estereótipos são suficientes para ativar o preconceito, o Schadenfreude (termo sem tradução que significa satisfação perante o infortúnio de outros) pode ocorrer mesmo que o grupo invejado não seja apresentado em um contexto explicitamente competitivo. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a atribuição de estereótipos e a Schadenfreude apresentados por 50 crianças, entre 08 e 11 anos de idade, frente a alvos sociais em situação de infortúnio, facilitadas ou não a atribuírem tais estereótipos. A criança pôde assumir uma atitude de pertencente a um determinado grupo, e ao se pensar no negro, a introjeção de crenças e estereótipos transforma-o em um ser estigmatizado, e isto pode levar a criança a carregar estereótipos que influenciam negativamente a autopercepção das pessoas pertencentes a um grupo que foi estereotipado culturalmente, socialmente e historicamente.

A Sexualidade como Construção cultural: O papel da escola na formação acerca do gênero e sexualidade.

Joyse Yasmim Felisberto Silva; Sâmara Bianca Vasconcelos Feitosa (Universidade Federal de Alagoas); Sara Fabiana Brasileiro dos Santos (Centro Universitário Cesmac)

O presente resumo originou-se de estudos relacionados às discussões de sexualidade, gênero e educação e tem o objetivo de mostrar a importância de discutir gênero e sexualidade na educação, trazendo discussões acerca da necessidade da desmistificação da sexualidade e do gênero, com o propósito de desestimular preconceitos dentro da escola. Os temas Gênero e Sexualidade possui definições que mudam através dos autores, sociedades e tempo. A sexualidade é muito tratada e discutida em seu sentido biológico, porém, a mesma abrange questões que vão muito além do biológico, como o psicológico, o emocional e o histórico. Assim como a sexualidade, o gênero precisa ser discutido na escola, de forma que se entenda que também vai além do biológico, envolvendo outras questões como o psicológico e o afetivo. As discussões sobre tais temáticas, devem ser mantidas através de uma perspectiva sociocultural, ampliando a compreensão do aluno e ajudando-o a refletir como a questão do gênero e sexualidade se apresenta, fazendo assim com que o mesmo tome melhores decisões sobre as questões relacionadas a esses assuntos. É importante que na escola tenham discussões que envolvem as construções de identidades, pois lá é um espaço fundamental de construção de saberes e formação de cidadãos, pois é lá onde se promove a cultura do reconhecimento de identidades e comportamentos relativos às diferenças. Sendo assim, através desta pesquisa, fica comprovado a necessidade de se discutir a questão do gênero e sexualidade na sala de aula, através de uma perspectiva crítica, questionando quaisquer tipos de opressão ao sujeito, é fundamental buscar avanços para uma construção de uma educação emancipatória, que combata preconceitos e tabus firmados em algumas práticas educacionais.

Análise dos pareceres de psicólogos para Adoção Homoparental.

Aline Pompeu Silveira (PROFINT); Elder Cerqueira Santos (Universidade Federal de Sergipe); César Augusto de Sá Gouveia Carvalho (Universidade Federal de Sergipe); Poliana Freitas Costa (Universidade Federal de Sergipe)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, não há vedação legal para a instituição da adoção de crianças por indivíduos homossexuais no país. Ao mesmo tempo, segundo o Conselho Federal de Psicologia, nenhum profissional da psicologia deve proceder de forma discriminatória no que tange à homossexualidade. A partir destas considerações, cabe indagar como tem se dado a emissão de pareceres psicológicos que auxiliarão na tomada de decisão acerca da adoção por homossexuais, sendo esta análise e descrição o objetivo do presente estudo. Para tanto, foram analisados os pareceres emitidos pela 16ª Vara Cível Privativa da Infância e da Juventude da Comarca de Aracaju do TJSE, durante o período de 2011 a 2016. Foram encontrados 7 (sete) casos de adoção homoparental entre as centenas de casos de adoção processados. Utilizando a metodologia de Bardin (1977), foram construídas e discutidas 5 categorias e 14 subcategorias temáticas, a partir da análise do conteúdo dos documentos. Na discussão sobre o conteúdo encontrado é dado destaque, entre outros aspectos, para o posicionamento positivo, por parte dos psicólogos, no sentido de concessão da adoção, ao mesmo tempo que é percebida uma preocupação em apontar para os papéis de gênero implicados na divisão de cuidados do adotado.

Apoio Social na Autoestima e Identidade Social de Travestis, Transexuais e Transgêneros Brasileiros

Bruno de Brito Silva; Elder Cerqueira Santos (UFS)

Este estudo empírico teve por objetivo explorar o impacto do suporte da rede de apoio social na autoestima e na identidade social de travestis, homens e mulheres trans e pessoas transgênero. Fizeram parte 203 pessoas trans brasileiras(os), os quais responderam um questionário online que incluía as escalas dos questionário Juventude Brasileira, a Escala de Necessidade de Identificação Social, Escala de Autoestima de Rosenberg, e a de Satisfação com o Suporte Social. Análises de Variância (ANOVAs) e de Correlação de Pearson, mostraram relações entre o apoio familiar e o escore de autoestima. Análises multivariadas de regressão linear mostraram que a idade, o fato de estar ou não em tratamento hormonal e a satisfação com o suporte social atuaram como variáveis associadas à identidade social dos participantes. Discute-se que apoio social proveniente de comunidades em prol do público LGBT pode atenuar o estresse psicológico da estigmatização, melhorar a autoestima e a afiliação ao grupo de pertença trans, fornecendo um ambiente livre do estigma, bem como suporte para experiências negativas perpetradas por uma sociedade heteronormativa.

CONFORMIDADE DE GÊNERO E INFÂNCIA: revisando a produção científica

MARIANA VALADARES MACEDO DE SANTANA (UFS); ELDER CERQUEIRA-SANTOS (UFS)

Revisou-se sistematicamente a produção científica que abordasse a variabilidade de gênero em crianças. Assim, pesquisou-se os termos “criança (e) transgênero” e “não conformidade de gênero (e) crianças” escritos em português, inglês e espanhol nas bases SciELO, BVS, Pepsic, PubMed, PsycINFO e CINAHL. Dos 836 artigos encontrados, incluiu-se 72 a partir de critérios de concordância. Analisaram-se os dados bibliométricos e de conteúdo através de três eixos com base no delineamento de pesquisa: (1) Revisões e ensaios teóricos, 33,3%; (2) Pesquisa bibliográfica e documental, 16,7%; (3) Levantamentos, relatos de experiência e estudos de caso, 50%. Observa-se um crescimento na produção a partir de 2012 e uma concentração da publicação e dos pesquisadores nos EUA. Abordou-se principalmente o cuidado com a saúde e a dinâmica familiar. Sugere-se uma nova revisão que abarque outros indexadores e línguas.

Crenças Dos Estudantes Do Programa Universidade Aberta Da Terceira Idade Sobre O Exercício Da Sexualidade Na Terceira Idade.

Henio Dos Santos Rodrigues (Universidade Federal de Sergipe)

Segundo a Organização Mundial da Saúde vivem atualmente no Brasil cerca de 20 milhões de idosos, ou seja, pessoas com idade acima de 60 anos, e essa quantidade pode aumentar com o passar dos anos. O crescimento vertiginoso desse eixo da população, vêm despertando o interesse de vários setores da sociedade, sendo um deles, o âmbito acadêmico. Buscar informações de como se concretizam diversos acontecimentos nessa fase, sendo a sexualidade um deles é de suma importância para ampliar as visões acerca dos fenômenos que circundam a vida destes indivíduos. No que se trata a sexualidade é concebido pelo senso comum que o exercício desta é algo inerente a juventude e que pessoas da terceira idade não podem se expressar sexualmente, sendo vistos como sujeitos assexuados. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é investigar as crenças acerca do exercício da sexualidade na terceira idade à partir da perspectiva dos estudantes que fazem parte do programa Universidade da Terceira Idade – Sergipe. O presente trabalho tem um delineamento transversal, descritivo, quantitativo e analítico. A coleta foi realizada com 80 estudantes participantes do programa Universidade Aberta da Terceira Idade Sergipe. Para atingir o objetivo foram utilizados instrumentos devidamente validados e adaptados para a realidade brasileira (escala ASKAS e escala EAVASI), como também, um questionário biosociodemográfico. Resultados preliminares apontam que os estudantes que fazem parte do programa têm crenças mais positivas sobre o exercício da sexualidade na terceira idade. O que denota uma maior abertura a discutirem sobre a temática dentro e fora dos espaços acadêmicos, promovendo menor estigma sobre o assunto na terceira idade.

Descobrir a sexualidade: o jogo como estratégia para a realização de orientação sexual para crianças no contexto escolar.

*Karla de Goes Bezerra (Universidade Tiradentes); KARLA GÓES BEZERRA (Universidade Tiradentes);
LYLLIAN THAIS DOS SANTOS (Universidade Tiradentes); JAMILE MARIA DE ARAUJO FIGUEIREDO
(Universidade Tiradentes)*

A sexualidade na infância ainda é um tema considerado tabu circunscrito de valores, costumes e crenças, geralmente provoca desconfortos e se apresenta para alguns educadores como um desafio para ser trabalhado. A partir dessas premissas, foi desenvolvido um projeto de extensão, vinculado à Clínica de Psicologia da

Universidade Tiradentes, de orientação sexual para crianças de 9 a 11 anos de idade. As intervenções ocorreram em três momentos, um com os professores, outro com os pais dos estudantes e depois com os alunos das turmas de 5º e 6º anos de um colégio particular de Aracaju-SE. Com os escolares ocorreu um encontro de identificação das demandas deles em que foi apresentada a “caixa dos grilos” onde eles depositaram dúvidas que escreveram anonimamente. Posteriormente a equipe do projeto leu as perguntas e as transformaram em um jogo, realizado em um segundo encontro, com orientações apresentadas de maneira lúdica contextualizadas com a realidade do grupo. Destarte, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar o jogo, nomeado de Descobrimo a sexualidade, que consistiu em um grande tabuleiro fixado no chão contendo informações, perguntas e imagens referentes à sexualidade de maneira interativa, de modo que as equipes avançavam ou retrocediam casas e os primeiros grupos que conseguiram chegar ao final venceram o jogo. Foram abordados no jogo temas como: menstruação, sexo, reprodução, gênero, relacionamento, autoestima, dentre outros. Os resultados foram satisfatórios e apontaram a relevância da orientação sexual desde a infância, pois os estudantes apresentaram muitas dúvidas e demandas. Ademais, foi possível trabalhar com muita leveza temas carregados de tabus e preconceitos. Espera-se que esse trabalho possa inspirar outros profissionais a abordarem as questões referentes à sexualidade no âmbito escolar a partir de recursos lúdicos e que o jogo supracitado possa ser replicado em outros contextos auxiliando na promoção de uma vivência sexual saudável.

Implicações da Religiosidade e da Homofobia sobre Atitudes direcionadas à Adoção

Poliana Freitas Costa (UFS); César Augusto de Sá Gouveia Carvalho (Universidade Federal de Sergipe); Aline Pompeu Silveira (Universidade Federal de Sergipe); Lucas Menezes Nunes (Universidade Federal de Sergipe); Elder Cerqueira-Santos (Universidade Federal de Sergipe)

O objetivo do estudo foi investigar a relação entre religiosidade, homofobia e atitudes acerca de casais solicitantes de adoção. Partindo da hipótese de que a religiosidade e a homofobia são variáveis de forte argumento moral negativo sobre casais adotantes, especialmente para com os pertencentes à minorias sexuais, tais como homossexuais. Participaram do estudo 731 indivíduos, 288 homens e 442 mulheres com idades entre 18 e 69 anos. O instrumento conteve uma vinheta descrevendo o histórico de três casais (um heterossexual, outro de gays e um terceiro de lésbicas) que buscavam adotar uma criança, seguido de uma série de questões nas quais o sujeito deveria avaliar o casal enquanto potencial adotante. Além disso, o instrumento investigou outras três dimensões: dados sociodemográficos, religiosidade e homofobia. Os dados foram coletados em plataforma on-line e analisados a partir de correlação de Pearson com desfecho para a avaliação de cada casal. Foi realizada também uma regressão linear com as variáveis estatisticamente significativas da correlação (ter amigos(as) homossexuais, tipo de contato com homossexuais, idade, escore de religiosidade e homofobia) considerando como variável dependente a Avaliação sobre os casais. Os resultados do modelo de regressão final apontaram atitudes negativas entre o grupo com maior religiosidade e maior homofobia, confirmando a hipótese inicial. Os dados alertam para a importância da influência de comportamentos como a religiosidade e homofobia na formação de atitudes acerca da adoção, especialmente para com casais homoparentais. Acrescentando que a religiosidade teve um impacto menor na opinião dos sujeitos na avaliação do casal de lésbicas do que na avaliação do casal de gays, o que pode ser pensado na perspectiva de que a ideia da dupla maternidade é mais aceita socialmente quanto à capacitação de cuidar de uma criança do que a dupla paternidade.

Indicadores de ansiedade e vivência do preconceito homofóbico na população LGB

Lucas Menezes Silva (UFS); Amanda Silvestre Santos Gonçalves (Universidade Federal de Sergipe); Lucas Menezes Nunes (Universidade Federal de Sergipe); Elder Cerqueira-Santos (Universidade Federal de Sergipe)

O seguinte estudo objetivou investigar os níveis de ansiedade na população LGB e suas associações com variáveis comportamentais desta população, assim como à vivência do preconceito homofóbico. A literatura aponta que por vivenciarem fatores estressores relacionados ao preconceito e estigma, pessoas de grupos LGB expressem maiores níveis de ansiedade em relação às suas contrapartes heterossexuais, assim como outros espectros de transtornos mentais. No seguinte estudo, participaram 416 indivíduos que se autodeclararam LGBs (255 homens e 152 mulheres), com idade entre 18 e 64 anos ($M= 24,25$ $DP= 5,76$), e que contribuíram com o mesmo de forma livre e esclarecida. O instrumento utilizado englobou medidas de Saúde Geral (Questionário de Saúde Geral), Homofobia (Escala de Homofobia Internalizada e Externalizada), Ansiedade (OASIS) e Afetos (PANAS). Os dados foram coletados em plataforma on-line, disponível de Outubro de 2016 a Janeiro de 2017. Para uma análise aprofundada, explorou-se multifatorialmente as variáveis do estudo com o desfecho em Ansiedade. No instrumento utilizado para o acesso aos níveis de Ansiedade constaram 5 itens em que se podia pontuar de 0 a 4, totalizando 20 pontos possíveis no escore máximo do Instrumento. A média dos escores de Ansiedade para a seguinte amostra demonstrou-se moderada ($M = 7,84$, $DP = 4,63$). Para a análise de médias na

pontuação de Ansiedade, os grupamentos de alta e baixa Homofobia, tanto internalizada quanto externalizada, demonstraram diferenças significativas, tendo, em ambas as formas de Homofobia, os grupos de maior pontuação nessa escala expressado maiores níveis de Ansiedade. Em análise regressiva linear, as variáveis relacionadas à Homofobia Externa, Homofobia Interna, Afetos Positivos, Afetos Negativos, Idade, Saúde Geral e Escolaridade apresentaram 53,4% de variância explicada da variável de ansiedade. Os resultados sugerem efeito da vivência da homofobia sobre o desfecho ansiedade, mas não foram encontrados altos níveis de ansiedade para a amostra geral.

Indicadores de Saúde Geral para a população LGB e Vivência do Preconceito Homofóbico

Amanda Silvestre Santos Gonçalves (UFS); Lucas Menezes Silva (Universidade Federal de Sergipe); Lucas Menezes Nunes (Universidade Federal de Sergipe); Elder Cerqueira Santos (Universidade Federal Sergipe)

O preconceito, a discriminação e o estigma sofrido com frequência pelas minorias sexuais contribuem para o aumento da prevalência de transtornos mentais, como estresse, depressão, ansiedade e suicídio. Considera-se também que o preconceito pode afastar usuários dos serviços de saúde, por não se sentirem contemplados pelo atendimento e recomendações. Por conseguinte, foi realizado este estudo objetivando investigar a saúde mental de homossexuais e bissexuais e a existência de uma relação entre a saúde geral e aspectos da vivência do preconceito homofóbico. Participaram 414 homossexuais e bissexuais, 255 homens e 152 mulheres com idade entre 18 e 64 anos ($M=24,25$; $DP=5,762$), de vários estados do Brasil. Utilizou-se o Questionário de Saúde Geral (QSG), visando detectar doenças psiquiátricas não-severas (não-psicóticas), e a Escala de Homofobia Internalizada, que avalia o nível de internalização do preconceito sofrido pelos homossexuais através das dimensões de percepção interna e externa do estigma. Também foi investigado no instrumento dados sociodemográficos, sexualidade, ansiedade e afetos. Todos os participantes responderam on-line a partir de ampla chamada em redes sociais e listas de e-mails. No Questionário de Saúde Geral, constavam 12 itens nos quais se pontuavam de 1 a 4, configurando um mínimo de 12 pontos (maior Saúde Geral) e um máximo de 48 pontos. A média da amostra demonstrou-se razoável ($M=29,64$; $DP=2,85$) com os valores mínimos e máximos obtidos na amostra não tendo atingido os extremos no escore de Saúde Geral ($Min=27$, $Max=34$). Foi realizado teste t para médias de amostras independentes, agruparam-se as amostras segundo níveis de homofobia baixa (abaixo do primeiro tercil) e alta (acima do segundo tercil), avaliando seus respectivos escores de saúde geral. Não foi encontrada uma relação significativa entre as variáveis testadas tanto para a percepção interna quanto externa da homofobia, não havendo diferença entre as médias de saúde geral para os grupos.

Infidelidade: Uma revisão integrativa de publicações nacionais

Lais Rocha Santos

Esta revisão integrativa tem o objetivo de analisar de que forma o fenômeno da infidelidade conjugal vem sendo investigado no cenário científico nacional. Os artigos foram selecionados a partir do uso dos descritores: infidelidade e traição na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Psi – Brasil), resultando em 207 artigos, sendo que 136 artigos fugiam da temática de análise proposta, 34 duplicados, 23 publicações internacionais e um artigo indisponível para download, totalizando 13 artigos aptos para análise. Estes foram agrupados de acordo com proximidades temáticas; Considerações sobre a infidelidade; Relações e questões de gênero; Infidelidade e outros fenômenos; Infidelidade e possíveis consequências; A infidelidade e o conceito das Relações líquidas. Nota-se que a temática é pouco investigada, as publicações analisadas versam mais sobre causas, repercussões e fenômenos atrelados, principalmente às questões emergentes do cenário contemporâneo, como o debate sobre as novas configurações relacionais e o conceito de liquidez postulado por Bauman (2004).

O lugar da sexualidade na escola: uma análise do que alunos do terceiro ano do ensino médio pensam sobre educação sexual

Jean Jesus Santos (UNIAGES); Fernanda Cristina Andrade Uzeda (UNIAGES)

Este trabalho busca analisar o modo como a educação sexual é abordada no ensino básico a partir do ponto de vista de adolescentes do município de Paripiranga, na Bahia, concludentes do ensino médio. Ele propõe conhecer como esses jovens avaliam a forma como assuntos referentes a sexualidade são abordados na escola e a influência disso sobre o seu desenvolvimento. A análise de dados parte de uma pesquisa de campo realizada com vinte e dois adolescentes, faixa etária média de 17,5 anos, voluntários que responderam um questionário com o fim de conhecer as suas percepções sobre como questões relacionadas a sexualidade são abordadas na escola a partir das suas experiências desde as séries iniciais até o presente momento. Essa produção tem uma relevância social dada as discussões políticas sobre orientação sexual e identidade de gênero na atualidade, além da necessidade da escola compreender esse tipo de problemática que atravessa os processos de formação nessa

instituição de educação. Os dados da pesquisa apontam que há a necessidade de construção de um currículo escolar que aborde o tema de maneira crítica e reflexiva possibilitando a abordagem mais ampla e significativas das questões de orientação sexual e gênero. Partindo dessa perspectiva, compreende-se que a escola tem práticas pouco satisfatórias ao abordar esses assuntos, embora grande parte dos participantes considerem que muito do que sabem e vivenciam sobre sexualidade tem influência dessa abordagem, conforme dados da pesquisa indicam. Com efeito, os resultados desse trabalho podem contribuir para repensar o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficientes na abordagem de questões que envolvem esse tema para que jovens que estão inseridos nesse ambiente possam alcançar maiores níveis de satisfação quanto a orientação sexual recebida e os processos educacionais possam contribuir melhor para do desenvolvimento humano integral desses sujeitos considerando o bem-estar sexual como uma questão de saúde.

O psicólogo no combate à feminização da AIDS em adolescentes.

Eliane dos Santos Lima

No Brasil a Aids vem se desenvolvendo como epidemia entre as mulheres heterossexuais o que caracteriza o fenômeno da feminização da Aids.(BASTOS, 2001). Em estudo do NESAs, o grupo das adolescentes e jovens vem sendo o principal alvo da epidemia. (TAQUETTE et al., 2003;2004).A pauperização, a baixa escolaridade, a discriminação racial e desigualdade entre os gêneros onde a mulher é vítima de violência e sexual, configuram a complexidade desse fenômeno atual. (SANCHEZ, 2007; SEFFNER, 2009). O padrão de gênero masculino é predominante em nossa sociedade, ao que potencializam o homem, e não raramente impedem a mulher de negociar o uso de preservativo deixando -as mais suscetíveis às DST'S/Aids. (TAQUETTE et al., 2005). Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo levantar ações possíveis do psicólogo no combate da feminização da Aids entre os adolescentes. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica integrativa onde o método de pesquisa trabalhado são sínteses de estudos científicos.

Na adolescência o elemento sócio- cultural implica como um fator categórico porém deve se levar em consideração que por trás dessa expressão existe um embasamento psico biológico, o psicólogo em seu atendimento aos adolescentes, deve considerar o sujeito adolescente, sua personalidade, sexualidade assim como o todo contexto que o envolve. (KNOBEL; ABERASTURY, 2010).

Algumas atuações possíveis do psicólogo em interseções adjuntas a ações preventivas sociais são:

- O acolhimento das demandas de saúde sexual reprodutiva respeitando e valorizando as relações cotidianas.
- Viabilizar novos espaços de diálogo onde possa ser promovido a igualdade entre os gêneros, partindo do princípio de falas que gerem novas práticas de saúde e visões para as adolescentes e a vivência da sexualidade, de forma prazerosa e segura .
- Em: escolas, grupos comunitários e religiosos, dialogando com os pais e os próprios adolescentes .(CALLIOU; SAMPAIO; SANTOS; SOUZA, 2011)

Pessoa idosa vivendo com Aids: Representações elaboradas por residentes de contextos Rurais e Urbanos

Rafaela Elias Da Silva; Bruna Aquino Gomes (UEPB); Josevania da Silva (UEPB)

As representações são elaboradas a partir de contextos de pertencas, os quais são perpassados pelas comunicações cotidianas que, dentre outros aspectos, norteiam o modo como as pessoas significam os fenômenos. Este estudo teve por objetivo analisar as representações sobre a Aids na velhice elaboradas por pessoas com idades iguais ou superior a 50 anos. Participaram da pesquisa 286 pessoas com idades igual ou superior a 50 anos, sendo 136 residentes em contextos rurais e 150 residentes em contexto urbano. (M=64; DP=8,91), sendo a maioria do sexo feminino (75,2%). Foram utilizados como instrumento o Questionário sociodemográfico e o teste de associação livre de palavras, solicitando a enunciação de três palavras a partir dos estímulos “Aids” e “Pessoa idosa com Aids”, sendo estas analisadas por conteúdo. Dentre os resultados, para ambos os grupos, a Aids na velhice apresenta-se como um evento perpassado por medo, preconceito, dor, sofrimento e como sinônimo de morte e fim da vida. Entre os participantes a área urbana, emergiram 356 unidades temáticas, as quais versaram, sobretudo, acerca dos aspectos negativos, tais como: morte, desespero, doença horrível, dentre outros. Também pode-se verificar a associação com aspectos da dimensão social, tais como: discriminação, abandono, solidão. Entre os participantes das cidades rurais, emergiram 234 unidades temáticas, as quais também versaram sobre os impactos negativos e sociais de ser pessoa idosa vivendo com Aids. Conclui-se que representações perpassadas por aspectos negativos foram evidenciadas em ambos os grupos. Contudo, os aspectos como a discriminação são mais evidenciados em associação com a idade, como se viver com Aids fosse mais impactante entre as pessoas mais velhas. Tais representações podem apontar para um duplo preconceito sobre ser idoso e viver com aids.

Preconceito e Discriminação: Policiais Militares Homossexuais

Tiago Damasceno Pereira (PMSE)

A questão da homossexualidade tem sido debatida por todos os seguimentos sociais, as religiões, as ciências, as leis, as diversas áreas profissionais e a sociedade em geral. Até hoje, não foi possível se chegar a um consenso para se entender as causas e efeitos deste fenômeno no meio social. Estudar a homossexualidade e suas implicações de preconceito e discriminação dentro da Instituição Militar é muito importante, visto que não existe qualquer evidência empírica de que a orientação sexual seja pertinente a qualquer aspecto da eficácia profissional militar, incluindo a coesão da unidade, moral, recrutamento e retenção. A orientação sexual é irrelevante para a coesão de tarefa. O presente estudo objetivou o fenômeno da homossexualidade e suas implicações de preconceito e discriminação dentro da Instituição Militar com vista a motivar uma discussão social sobre o tema. O levantamento foi realizado na Companhia de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Participaram 80 policiais militares declaradamente heterossexuais, com idades entre 19 e 47 anos. Para avaliar a percepção do policial heterossexual e o preconceito/discriminação para com policiais homossexuais foi aplicado um questionário elaborado pelo autor e um questionário sociodemográfico. Para 15 policiais militares declaradamente homossexuais foi aplicado um roteiro de entrevista. Os resultados indicaram que os policiais militares heterossexuais não apresentam preconceito e discriminação sexuais. Observou-se que policiais militares homossexuais não vivenciaram qualquer manifestação de preconceito e discriminação na Instituição Militar. Entende-se que essa investigação foi importante visto que apresenta uma relevância social à medida que propõe aumentar a compreensão deste tema. O conhecimento acerca dessa pesquisa possibilita perceber que a sexualidade do indivíduo não ocasiona prejuízos profissionais a esta categoria.

Promoção de saúde para o público LGBT, construção de identidade e sua relação com a Moda.

Gabriela Cristina Maximo; Carina Nunes Bossardi (Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI))

Este trabalho centra-se na construção da identidade e desenvolvimento do público LGBT. É resultado de uma pesquisa realizada durante a experiência de estágio regular do curso de Psicologia com ênfase em Saúde e Integralidade. Tal pesquisa foi respondida pelo público LGBT através de um questionário online que buscou compreender a relação entre construção da identidade e moda, tendo em vista a promoção de saúde da população LGBT, já que a moda é tida como forma de expressão da identidade, personalidade, gostos e desejos. Os 100 respondentes possuíam em sua maioria entre 18 e 25 anos. Sobre sua relação com a moda, 60,4% dos respondentes afirmaram que seguem um estilo próprio. Dentre eles 56,6% disseram que a roupa interfere na construção de identidade, por permitir expressão, afirmação da identidade LGBT, identificação social, estar relacionada a uma época específica do seu desenvolvimento. O estilo de vestimenta confortável e sem gênero predominou entre os respondentes. A maioria (81,3%) afirmou ter evitado alguma peça de roupa por medo de assédio, de agressões e do preconceito. Pode-se dizer que o consumo da moda está relacionado à construção de identidade sendo através do cotidiano e das relações estabelecidas que a escolha por uma peça é feita. Pode ser atribuída à promoção de saúde, pois ao escolher uma peça de roupa o sujeito encontra a si mesmo, se identifica com grupos, cria relações e estabelece um estilo. Em consonância com os resultados, a literatura afirma que a moda contribui para o desenvolvimento humano e permite a composição da criação de uma identidade a partir dela. Sendo notória a influência da sexualidade nessa construção e os elementos que a compõem, no qual busca-se através da roupa afirmação de uma escolha e a luta por seu espaço de direito na sociedade.

Reconfigurando Um Modo De Ver O Parto Na Graduação

Janaína Sampaio Bomfim; Ana Laís Pales Pereira (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA); Monalisa Nascimento dos Santos Barros (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA)

Este trabalho objetiva apresentar os impactos de um projeto de extensão sobre a visão dos alunos acerca da assistência humanizada ao parto baseada em evidências. O projeto iniciou em julho de 2016, coordenado por professoras de Psicologia e Medicina, com 20 estudantes de Psicologia, Medicina, Direito e Enfermagem e realizou estudos sobre: Fisiologia do Parto; Psicologia da Gravidez e Parto; Recepção Humanizada ao bebê; Amamentação; Mídia, Sexualidade; Participação do homem e Doula; Parto Domiciliar Planejado; Plano de Parto e outros. 8 dos 20 participantes responderam a 11 questões, com o objetivo de analisar os resultados do projeto. Os dados indicam que: Todos mudaram a visão inicial sobre parto ao longo do processo. 7 em 8 consideram a relação entre violência obstétrica e machismo. De 0 a 10, 8 atribuíram 10 ou 9, a relevância do parto humanizado; quanto a importância da autonomia da mulher durante o parto, 6 atribuíram 10; quanto a escolha do ambiente, 7 atribuíram o valor entre 8 e 10; 7 em 8 pessoas atribuíram 10 a importância do conhecimento do próprio corpo

no parto; quanto a presença da doula, 7 pessoas consideram benéfica com nota 10 ou 9; quanto o impacto da violência obstétrica no desenvolvimento do bebê, 7 pessoas atribuíram valor entre 8 e 10 e uma não soube responder; quanto ao risco de uma violência obstétrica ter impacto negativo sobre a saúde mental da mulher, 7 creditam valor 10 e apenas uma de valor 9. Percebe-se que esta experiência produziu impactos entre os estudantes reconfigurando o modo de ver o parto, sua assistência e repercussões na vida das mulheres. Indica a urgência em debater estas questões nestes cursos, com o objetivo de, no futuro, termos profissionais mais humanizadas, somando à luta por uma melhor saúde pública e maior equidade de gênero no Brasil.

Ser mulher na sociedade atual

Denise Barbosa Santos; UELITON SANTOS MOREIRA PRIMO (CENTRO UNIVERSITÁRIO AGES); DENISE BARBOSA SANTOS (CENTRO UNIVERSITÁRIO AGES)

No primeiro semestre de 2016, desenvolvemos o Projeto de Pesquisa e Intervenção que buscou analisar Representações Sociais de Mulheres sobre Ser Mulher na Sociedade Atual. Foi um projeto construído na prática de estágio básico da disciplina de Psicologia do Cotidiano e teve como princípio norteador analisar como as próprias mulheres se veem nas relações sociais. A pesquisa foi realizada na cidade de Paripiranga/BA.

Inicialmente, fomos até as ruas e, de forma aleatória, realizamos levantamentos de dados entrevistando cerca de 20 mulheres, amostra significativa para que pudéssemos analisar e discutir como essas mulheres, apresentando suas representações, dizem sobre si e sobre tantas outras formas de Ser Mulher. No mesmo encontro com elas fazíamos o convite para participarem de rodas de conversas semanais promovidas por nós, ao total de (6) semanas. Muitas se fizeram presentes e tivemos um público entre 8 a 11 mulheres, semanalmente.

O objetivo do grupo foi elucidar e discutir sobre as padronizações que as discussões acerca do Gênero e da Sexualidade promovem, analisando as concepções sobre o ser mulher nas conjunturas históricas e atuais e discutir essas percepções ao compreender que a mulher e o homem ocupam um lugar simbolicamente diferente, propagado por inúmeros setores e instituições sociais e construído pela própria sociedade.

O espaço que ofertamos foi um lugar de construção, de muitas discussões e ensinamentos. Não temos como validar as certezas e/ou incertezas para o futuro das mulheres que por ali passaram, mas tivemos a responsabilidade de acolher e de construir possibilidades de reflexões, junto a elas, para que fosse um lugar de troca, de reflexão, de empoderamento e autonomia da consciência de direitos e possibilidades de serem e se fazerem mulheres.

SEXUALIDADE DE IDOSAS: “Graças à Deus, estamos vivendo como dois irmãos dentro de casa”

Estephania de Lima Oliveira (Faculdade Maurício de Nassau); Andreza Lopes Freire (Faculdade Maurício de Nassau); Juliandre Aparecida Rocha Amaral (Faculdade Maurício de Nassau); Natália Brasil Nunes (Faculdade Maurício de Nassau); Iolete Ribeiro da Silva (Universidade Federal do Amazonas)

O trabalho irá apresentar uma pesquisa realizada com seis idosas vinculadas ao Centro de Atenção Integral a Terceira Idade, situado na cidade de Manaus-AM, entre 60 e 64 anos. Nesta pesquisa tinha-se como objetivo discutir a sexualidade das idosas sob o referencial da psicanálise. Segundo esta concepção teórica, a sexualidade precisa ser analisada, dentre outros aspectos, sob o viés da pulsão, do desejo e do tabu que permeia esta temática. Para isto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com as participantes e utilizou-se o modelo de análise de conteúdo para identificar os conteúdos psíquicos afetivos. Com base nestas entrevistas, constatou-se nos relatos das idosas sentimentos e posturas acerca da sua trajetória sexual, a saber: 1) a obrigatoriedade do sexo; 2) perda da libido; 3) assexualidade; 4) normatização do sexo; 5) prazer sexual. Foi possível observar, também, que as idosas em alguns momentos apresentavam-se preconceituosas ou intolerantes à respeito de atividades sexuais diferentes das aceitas pela sociedade, expondo a sua cultura heteronormativa e patriarcal. Diante destes relatos, a promoção de debates temáticos na terceira idade como namoro, sexo e masturbação são intervenções que devem ser incluídas na atuação do psicólogo que pretende desconstruir a ideia difundida sobre a negação da sexualidade no idoso. Sabe-se que esta negação tende a reprimir e a silenciar a sexualidade das mulheres, deixando-as constrangidas para manifestar seu desejo, o que pode dificultar no seu amadurecimento psíquico-afetivo.

Um novo olhar para o amor: poliamor e suas vivências na contemporaneidade

Tatiana Spalding Perez (Autônoma); Yaskara Arrial Palma (FADERGS)

Socialmente, o amor construiu-se a partir do ideal do amor romântico - patriarcal, heteronormativo e de monogamia compulsória. No momento presente, novas formas de pensar e viver o amor - dentre elas o poliamor - tem defendido e demonstrado a possibilidade de amar e/ou se relacionar sexualmente com mais de uma pessoa simultaneamente. A presente pesquisa, qualitativa descritiva e exploratória, teve por objetivo compreender os

dispositivos do poliamor. Foram realizadas entrevistas narrativas com seis participantes que se identificaram como poliamoristas ou autodeclararam estar envolvido em relação amorosa e/ou sexual múltipla consentida por todos. Os dados foram analisados pela Análise do Discurso Foucaultiana. Como resultado, a pesquisa demonstra que o poliamor fundamenta-se nos dispositivos do amor livre, da não monogamia, da responsabilidade, da compersão, do respeito à individualidade, da liberdade sexual, da equidade de gênero e do diálogo. Identificou-se também as dificuldades enfrentadas pelos poliamoristas, tais como insegurança na exposição da relação publicamente e pressões sociais de estereótipos de gênero.

Uma análise psicossocial do envelhecimento LGBT entre brasileiros

Ana Amábilie Gabrielle Rodrigues Leite (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ); José Victor de Oliveira Santos (UFPI); Ludgleydson Fernandes de Araújo (UFPI)

Para além da senescência, cada sujeito têm a sua forma peculiar de envelhecer, a partir das dimensões que se está inserido, pois além do âmbito biológico, o meio psicossocial influencia na saúde do idoso. A maioria dos estudos realizados sobre sexualidade nesta fase do desenvolvimento humano é direcionado a pessoas heterossexuais cisgênero, diante disto, reflete-se sobre as características desenvolvimentais de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis. Objetivos: O presente estudo tem como escopo analisar as concepções que adultos brasileiros tem acerca da velhice LGBT. Método: Participaram 1005 brasileiros (M= 27,5 anos; DP= 9,25), sendo maioria do gênero feminino (64,9%), com idades entre 18 e 63 anos. Os dados foram analisados através do software Iramuteq. Resultados: Ao realizar a Classificação Hierárquica Descendente o corpus textual foi repartido em quatro classes de proximidade lexical. As concepções direcionam a velhice LGBT como fase de solidão e sofrimento, que esta fase do desenvolvimento pode acarretar em sintomas depressivos. Do outro, discussões baseadas em respeito, atenção e cuidado, além de velhice LGBT como uma conquista atribuída a felicidade, além de destacar que envelhecer é comum a todos, o que vai diferenciar é o legado construído e as vivências. Discute-se que o envelhecimento de pessoas LGBT, que hoje estão na velhice, é marcado por repressão social, que provavelmente as manifestações de preconceito vivenciadas afetam negativamente o desenvolvimento humano. Identifica-se que a sociedade está se adaptando aos construtos sobre identidade de gênero e orientação sexual, que provavelmente irá auxiliar na qualidade desenvolvimental da comunidade LGBT.

Vulnerabilidades às IST's/HIV em contextos rurais e urbanos: estudo com pessoas acima de 50 ano

Bruna Aquino Gomes; Rafaela Elias da Silva (Universidade Estadual da Paraíba); Josevânia da Silva (Universidade Estadual da Paraíba)

Indicadores epidemiológicos têm apontado para perfis de vulnerabilidades às IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) com número significativo de pessoas que adentram aos 60 anos já com o HIV. Os estudos sobre a vulnerabilidade às IST's/HIV em pessoas idosas têm considerado a inclusão de pessoas com idades iguais ou superior a 50 anos, tendo em vista o manejo adequado das ações de prevenção. Este estudo teve como objetivo identificar e comparar aspectos relacionados com a vulnerabilidade às IST'S/Aids associados às práticas sexuais e preventivas, entre os residentes de contextos rurais e urbanos com idades iguais ou superior a 50 anos. Participaram 286 pessoas, sendo 136 residentes em contexto rural e 150 residentes em contexto urbano. A idade variou de 50 a 91 anos (M=64; DP=8,91), sendo a maioria do sexo feminino (75,2%). Foram utilizados os instrumentos: Questionário sociodemográfico e Questionário Temático sobre práticas sexuais e vulnerabilidades. No que se refere à vulnerabilidade, verificou-se que, ao se perguntar sobre o quanto se preocupam com a Aids, num intervalo de 0 a 10, as pessoas das cidades rurais pontuaram uma média igual a 7,09 (DP=3,79) e da área urbana 7,4 (DP=3,82), indicando uma preocupação moderadamente alta. Já sobre o quanto avaliavam seu risco de contrair Aids, a média foi de 1,74 (DP=3,12) para as pessoas de contextos rurais e de 3,27 (DP=4,14) para o contexto urbano. Quando questionados se já sentiram que poderiam ter sido contaminados com o vírus da Aids, 89,5% das pessoas de cidades rurais e 84,2% das cidades urbanas disseram que não. Conclui-se que para ambos os grupos, embora os participantes apresentem uma preocupação em relação à Aids, a maioria possui baixa percepção de risco e moderada preocupação com a doença. Ademais, os participantes apresentaram práticas sexuais e preventivas que aumentam as chances de exposição e vulnerabilidade às IST's/Aids.

A Diversidade de Arranjos Familiares das crianças atendidas em um Núcleo de Práticas Psicológicas

Hortência Pessoa Pereira; Fernanda Lima Lemos (UESB); Carmem Virgínia Moraes da Silva (UESB); Ana Lúcia Castilhana de Araújo (UESB)

Esta pesquisa exploratória propõe-se a apresentar os arranjos familiares das crianças atendidas no Núcleo de Práticas Psicológicas – NUPPSI, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus Vitória da Conquista. O levantamento foi realizado por um grupo composto por 15 estagiários de Psicologia, supervisionado e orientado por duas professoras psicólogas junto a 31 crianças atendidas no projeto de extensão Triagem e Grupo de Apoio em Queixas Escolares com Foco em Orientação Psicológica e Psicopedagógica. Como procedimento inicial utilizou-se entrevista de anamnese com os responsáveis pelas crianças; posteriormente, como forma de explorar os arranjos familiares foram feitas entrevistas com as crianças, mediadas por desenhos e atividades de brincadeira, além de entrevistas com professores e integrantes da coordenação e/ou direção das instituições educacionais nas quais as crianças estudam. Os dados apontam que o arranjo familiar de 9 (29%) crianças é composto pelos pais biológicos e filhos, considerado modelo tradicional; o arranjo familiar de 22 (71%) crianças, ou seja, a maioria dos arranjos, se configura por diversas composições familiares, havendo a adesão dos componentes diversos, tais como tios, primos, avós, padrinhos, padrastos e responsáveis por adoção. Tais resultados possibilitaram uma discussão acerca da diversidade de composições familiares correspondentes às crianças atendidas pela referida clínica-escola, estabelecendo possíveis ligações com as demandas apresentadas, bem como uma reflexão acerca da importância dos laços afetivos familiares no desenvolvimento infantil (ARAÚJO, 2003; FABRINO, 2012). Para tal, foi empregado um referencial bibliográfico composto por artigos relacionados ao tema, aliados à produção empírica. Com isso, percebeu-se que o perene modelo familiar tradicional e histórico composto por pai, mãe e filhos, está distante das realidades familiares que nos deparamos. Ressalta-se, assim, a relevância de ampliar a discussão sobre a diversidade das configurações familiares no Brasil.

Desenvolvimento humano e arte: uma experiência em serviço escola no Vale do São Francisco

Ana Soares Teixeira Leite; Ana Soares Teixeira Leite (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Melina Pereira (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Shirley Macêdo (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Há tempos sabe-se da estreita relação entre a arte e o desenvolvimento humano. A capacidade criativa do homem é o que lhe distingue dos outros animais, uma vez que lhe insere na possibilidade de abertura para o que ainda não é, mas pode vir a ser, lhe impulsionando, assim, ao crescimento. O presente estudo visa apresentar um projeto de extensão que vem ocorrendo desde março de 2016 no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia - CEPPSI - na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. O projeto, denominado “Artes e expressão da subjetividade: mapeando demandas, promovendo saúde e capacitando estudantes de Psicologia” tem como objetivo geral promover práticas clínicas de produções artísticas como vias de expressividades que favoreçam mudanças em processos de subjetivação e promoção da saúde para usuários e seus acompanhantes no serviço escola CEPPSI/UNIVASF e tem funcionado como porta de entrada no mesmo. Tal iniciativa tem alcançado um público de 238 pessoas de diferentes faixas etárias e trazido benefícios diversos para o serviço, estudantes e usuários. Houve um grupo infantil, facilitado por uma estudante de psicologia e uma artista plástica, em que participaram oito crianças e as queixas trazidas eram, em sua maioria, referentes ao âmbito escolar. Ao final dos oito encontros com oficinas semanais, de duas horas cada, recebeu-se uma devolutiva positiva dos responsáveis, que trouxeram relatos de melhoras nas notas escolares, no sono, na agitação e nos relacionamentos interpessoais das crianças. Destas, apenas três crianças ainda necessitavam do acompanhamento psicológico, sendo devidamente encaminhadas, diminuindo consideravelmente a fila de espera. Percebeu-se, com essa experiência, a importância da Arte no processo de autonomia e desenvolvimento das capacidades intelectuais através da expressão da criatividade, de sentimentos e do lúdico. Espera-se a ampliação e difusão dessa iniciativa, visto a importância das práticas clínicas desenvolvidas durante sua vigência.

Desenvolvimento humano na academia: um olhar à saúde mental do estudante da UFPA

Yuri Leandro do Carmo de Souza (Universidade Federal do Pará); Daniela Ferreira Leite de Oliveira (UFPA); Caroline Pinheiro Lobato (UFPA); André Maurício de Lima Barretto (UFPA)

O desenvolvimento humano apresenta múltiplas facetas de investigação e debates. Influências sobre seu curso são levadas em consideração ao se pensar práticas e intervenções. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar as principais contribuições do projeto de extensão “um olhar em atenção à saúde do estudante” para a saúde mental e dos alunos atendidos, em nível acadêmico e pessoal, assim como a contribuição para a formação em psicologia e serviço social por meio de estagiários que compõe a equipe. O Projeto faz parte do Programa Estudante Saudável – PES, visando promover ações de saúde por meio de serviços integrados aos Hospitais Universitários: João de Barros Barreto, Bettina Ferro de Souza e Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes (SAPS) tem financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará para pagamento dos

profissionais envolvidos e dos estagiários bolsistas, além de custos administrativos. O projeto emergiu no contexto da clínica-escola de psicologia, com a oferta do acolhimento e atendimentos em psicoterapia, psiquiatria e social a estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) em vulnerabilidade socioeconômica, tendo por base o desenvolvimento do sujeito como discente e indivíduo. Com início em 2010, o projeto já realizou 794 atendimentos a alunos com diversas demandas, que foram acompanhados pela equipe atualmente composta por um psiquiatra, uma assistente social, cinco psicólogos, incluindo o coordenador do projeto, quatro estagiários de psicologia e um de serviço social. As principais atividades realizadas são: acolhimento por demanda espontânea, com atendimentos em psicoterapia, psiquiatria e serviço social, tendo ainda a realização de mini-cursos abertos à comunidade, desenvolvimento de atividades acadêmicas internas e produção científica. Atualmente o projeto, apesar da necessidade de expansão, encontra dificuldades com cortes de verba federais para ampliação de equipe e viabilização de novas vagas para atendimento.

Medicalização da Infância: um relato de experiência na clínica escola

Marianna Ribeiro Guimarães (UFPA)

Nos últimos anos, as discussões sobre a medicalização e infância vêm gerando interesse e discussões pertinentes às dinâmicas contemporâneas; expressão de um tempo onde a lógica diagnóstica tem sido problematizada. A partir da experiência na clínica escola e as possibilidades de diálogo com o campo da saúde mental, foi possível uma discussão sobre medicalização da infância. Desse modo, foi possível compreender uma inversão de papéis, o remédio tem participado da nomeação dos transtornos das crianças. No que concerne à esta nomeação, a clínica escola possibilitou acesso e acompanhamento de pacientes cujo uso de medicamentos se iniciou na infância, e atrelado a este uso veio a nomeação dos transtornos. Este movimento reduziu a subjetividade das crianças a nível diagnóstico em esferas como família e escola. Assim, a proposta é pensar como o processo de medicalização se inscreve na infância, considerando os efeitos na subjetividade a partir da experiência na clínica escola. Assim, esse estudo se caracteriza por um relato de experiência, onde as informações obtidas vêm da experiência de estágio realizado na clínica escola, através de atendimentos realizados com pacientes, junto a discussão da literatura sobre medicalização e infância. Foi observado que a infância se insere no paradigma dominante de medicalização, onde há naturalização da vida e de seus processos e relações que são socialmente constituídos. Ou seja, a discussão de saúde mental e o processo de medicalização que a infância vem sofrendo, evidenciam a necessidade de problematizar e refletir sobre as práticas clínicas e os impactos da naturalização da vida e nos processos de constituição da infância, que reverberam na subjetividade na criança.

O desenho da Escola: Percepção e expressão da criança no grafismo.

Thauany Martins Viana (FACULDADE MAURICIO DE NASSAU); Andressa Rayana Rocha Neves (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Ana Lúcia Castilhanos de Araújo (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Carmem Virgínia Moraes da Silva (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

O presente trabalho parte de um projeto de intervenção e pesquisa em uma clínica-escola de psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia na cidade de Vitória da Conquista. Esse projeto realiza atendimento à comunidade por meio de triagem, atendimento individual e em grupo de crianças e orientação a pais e à instituição escolar. Não se trata de psicoterapia no sentido formal, mas de um espaço terapêutico cujo enfoque é a criança e as condições possíveis para que ela, juntamente com a escola e a família, possa ultrapassar suas dificuldades. Assim, apresentamos uma pesquisa exploratória acerca da percepção que as crianças têm de suas escolas, como instrumento foi usado o grafismo. O projeto possui orientação de base gestalista (PERLS, 1997; ANTONY, 2015). Uma das atividades realizadas no projeto em 2017 foi o grafismo com as crianças. Para aquelas que traziam queixa escolar, foi proposta, dentre outras atividades, a realização de um desenho da escola (“desenhe uma escola”). Acreditamos que no desenho a criança “designa”, brinca e apresenta uma história (MOREIRA, 1999). A partir dos desenhos produzidos, pudemos observar elementos em comum, como a representação de escolas apresentando grandes muros, fachadas, grades, portões sempre fechados e uso de poucas cores. Aspectos como contenção, divisão entre o interior da escola e o mundo externo, a representação de um espaço intransponível nos traz a sensação de controle, de aprisionamento. Para Costa (2016) a infraestrutura escolar está diretamente ligada ao desenvolvimento e aprendizado do aluno, inclusive, pelo fato de se tratar de um lugar onde ele passa a maior parte do seu tempo. As conclusões do trabalho ainda são preliminares, mas apresentam uma visão da escola apenas em seu lado externo o que nos faz questionar até que ponto a criança se sente parte desse lugar.

Perfil sociodemográfico e clínico da clientela de crianças de 3 a 6 anos em uma clínica-escola de psicoterapia psicanalítica

Karina Recktenvald (UNISINOS); Fernanda Romeiro (UNISINOS); Fábio Saute (Contemporâneo); Júlia Contessa (Contemporâneo); Maricéia Cossio (Contemporâneo); Camila Piva da Costa Cappellari (UFRGS)

Introdução: conhecer possíveis alterações comportamentais e patologias de crianças é mister, considerando a importância da infância para o desenvolvimento do indivíduo. Objetivo: Descrever o perfil sociodemográfico e clínico de crianças de três a seis anos encaminhadas para atendimento psicoterápico. Método: estudo transversal com delineamento descritivo. Instrumentos utilizados: 1) Questionário de dados sociodemográficos e clínicos da criança; 2) Child Behavior Checklist (CBCL), versão de 1½ a 5 anos de idade e de 6/18 anos. O primeiro divide-se em duas escalas (Sintomas e Problemas Internalizantes e Externalizantes) e o segundo em três (Competência Social, Sintomas e Problemas Internalizantes e Externalizantes), além de uma escala adicional orientada pelo DSM. Participaram do estudo 196 crianças com idades entre três e seis anos atendidas em um ambulatório de psicoterapia na região Sul. Resultados: A maioria dos pacientes eram meninos (68,4%). Os principais motivos de busca foram comportamento agressivo (30%) e ansiedade e depressão (27,8%). 33% das crianças já haviam realizado algum tratamento prévio. Escolas (38%) e médicos (16,2%) foram as maiores fontes de encaminhamento. A partir do CBCL 1½ a 5 anos, obteve-se que 46,3% da amostra (n=82) apresentou escore clínico em sua média total para problemas internalizantes e externalizantes (M=63,7; DP=10,35). Através do CBCL 6/18, encontrou-se que 60,5% da amostra exibiu escore clínico para problemas internalizantes e externalizantes (M=66,89; DP=8,30), e 71,4% para a escala de competência social (M=41,89; DP=47,03). O comportamento agressivo foi o único sintoma com escore clínico significativo (M=70,23; DP=13,79), evidenciado em 42,5% da amostra. A escala orientada pelo DSM mostrou que 9,6% da amostra apresentou escore clínico para problemas desafiantes opositivos. Conclusão: Estes dados apontam a presença de dificuldades e sintomas, portanto, de sofrimento psíquico, em crianças pequenas, os quais demandam novas investigações. Conhecê-los possibilita aprimorar o desenvolvimento de estratégias de prevenção e tratamento que busquem a redução da sintomatologia.

Psicoterapia Infantil: um olhar para os dados de uma clínica escola

Jéssica Ortega Ventura; Natália Abido Valentini; Higor Souza da Silva; Gabriella Roberta Santos de Oliveira; Letícia Dias Branquino; Daniela Yumi Tsuchiya; Paola Biasoli Alves

A maioria dos estudos em relação ao cuidado da saúde mental na infância vem de hospitais e clínicas-escola, que não são vinculados ao SUS (Santos, 2006). Nas clínicas-escola, uma das possibilidades de atendimento à infância é a modalidade psicoterápica. Alguns exemplos de queixas frequentes são dificuldades acadêmicas, agressividade, desobediência, dificuldades na interação e queixas somáticas (Silvares, 1993). No estudo aqui descrito são apresentados dados de 59 prontuários de atendimentos psicoterápicos infantis realizados por meio da abordagem sócio-histórica, tendo em vista uma perspectiva desenvolvimental bioecológica, realizados em uma clínica-escola em Mato Grosso. Nos procedimentos iniciais para a psicoterapia realizou-se uma entrevista com o(s) cuidador(es) para investigar a rotina da criança e a queixa que o adulto apresenta da mesma. Os dados aqui apresentados foram coletados pela leitura das entrevistas iniciais. As perguntas do roteiro foram categorizadas e as categorias com maior representatividade nas respostas são: 1) Dia comum: atividades escolares formais; 2) Final de semana: convivência familiar; 3) Tempo que a criança tem para si: brincar/jogar; 4) Queixa: características pessoais da criança; 5) Tempo de presença da queixa: superior a 6 meses; 6) Hipóteses: eventos familiares; e 7) Expectativa para o tratamento: melhora da criança. Os dados evidenciam que há, na rotina das crianças, a prevalência das atividades escolares e da convivência familiar. Ao mesmo tempo, os eventos familiares são considerados fontes de origem para as queixas, que se encontram definidas por características pessoais das crianças (agressividade, medo, desobediência). É importante discutir o atendimento psicoterápico infantil como promoção do desenvolvimento e que existam espaços de formação e acolhimento dos pais e dos professores das crianças, legitimando estratégias de desenvolvimento saudável e a desalienação do aspecto recorrente sobre características pessoais como fontes de problemas na infância.

Aspectos éticos da avaliação do desenvolvimento infantil em crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus

Thalita Madeira de Almeida (UFBA); Cíntia Figueiredo Amaral (UFBA); Letícia Marques dos Santos (UFBA); Darci Neves dos Santos (UFBA)

Introdução: a epidemia de Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) impôs aos profissionais de saúde a necessidade de se debruçarem sobre os possíveis impactos das alterações neuroanatômicas no desenvolvimento neuropsicomotor. Diversas tem sido as pesquisas realizadas com esta população de crianças, o que traz questões éticas no que se refere aos procedimentos de testagem, uma vez que os instrumentos de avaliação de desenvolvimento infantil disponíveis são elaborados com normas padronizadas para crianças com

desenvolvimento típico. Objetivo: analisar aspectos éticos implicados na avaliação de desenvolvimento infantil em crianças com a SCZV. Metodologia: trata-se do relato de experiência de aplicação da Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil (BSID III) em 203 crianças nascidas com a SCZV, na cidade de Salvador, Bahia, participantes do projeto Desenvolvimento Infantil na Comunidade. Resultados: as crianças avaliadas no presente estudo apresentavam limitações motoras e sensoriais, que afetavam o desempenho nos testes indicados para sua faixa etária, causando angústia e ansiedade nos cuidadores ao perceberem a discrepância entre o que estava sendo solicitado e a capacidade de resposta da criança. Desta forma, a equipe utilizou como estratégia, iniciar a aplicação da escala do princípio, desconsiderando a idade cronológica da criança. Além disso, focou-se no estabelecimento de um rapport adequado, favorecendo a confiança entre a tríade cuidador-avaliador-criança. Essas escolhas foram muito eficazes, pois minimizaram a frustração dos cuidadores, além de diminuir o tempo de aplicação da escala, pois só eram apresentadas provas correspondentes ao nível maturacional da criança. Em muitos momentos, foi observado que a avaliação funcionou como um momento de maior aproximação e conhecimento das verdadeiras potencialidades da criança, que eram subestimadas. Considerações Finais: Neste contexto, evidencia-se a relevância no manejo de aspectos éticos para minimizar o desconforto dos cuidadores e garantir um ambiente de avaliação acolhedor e agradável.

Avaliação da resiliência em estudantes universitários (i)migrantes

Emily Souza Gaião e Albuquerque (UFPE); José Maurício Haas Bueno (UFPE)

A resiliência é definida como a capacidade de suportar e de se recompor de transtornos consideráveis que um sistema dinâmico possui. Considera-se que essa capacidade possuiria um papel relevante no processo de adaptação vivenciado por pessoas que mudam de domicílio com finalidade acadêmica, ou seja, pelos estudantes universitários migrantes e imigrantes. Por isso, o presente estudo teve como objetivo avaliar a resiliência nessa população. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e a versão da Escala de Resiliência para Adultos adaptada e validada para o português brasileiro, composto por 33 itens que são respondidos em uma escala de sete pontos em formato de diferencial semântico e cobrem seis fatores: percepção de self; planejamento do futuro; competência social; estilo estruturado; coesão familiar; recursos sociais. A amostra foi composta por 64 estudantes vinculados a alguma IES da cidade de Porto Alegre – RS, provenientes de outros estados brasileiros ou de outros países. A média de idade dos participantes foi de 23,75 anos (DP = 2,9), majoritariamente do sexo feminino (52,3%), latino-americanos (50%), graduandos (75%) da área de humanas (57,8%). Os dados foram armazenados em planilha eletrônica e analisados com auxílio do SPSS versão 20.0. Em seguida, eles foram submetidos análises de estatísticas descritivas de medidas de tendência central e de dispersão assimetria e curtose. Os resultados dessa análise apontaram para escores intermediários a bons na escala de resiliência (Percepção do self: M = 5,25; DP = 0,94; Planejamento do futuro: M = 5,19; DP = 1,05; Competência social: M = 5,42; M = 0,90; Estilo estruturado: M = 4,85; DP = 1,05; Coesão familiar: M = 5,36; DP = 1,08; Recursos sociais: M = 5,97; DP = 0,64). Pode-se concluir que se fazem necessárias medidas de cuidado a esses estudantes por parte das universidades que os recebem, objetivando apoiá-los nesse processo adaptativo.

Escala de Atitudes frente à Criança com Deficiência (EAFCD): evidências de validade fatorial e consistência interna

Lucas José Bacalhau Silveira; Karen Guedes Oliveira (Universidade Federal da Paraíba); Layrthton Carlos de Oliveira Santos (Universidade Federal da Paraíba); Olidina Fernandes da Silva Neta (Universidade Federal da Paraíba)

Este artigo objetivou conhecer as evidências de validade da Chedoke-McMaster Attitudes towards Children with Handicaps Scale – CATCH (Escala de Atitudes frente à Criança com Deficiência - EAFCD) para o contexto brasileiro. Para tanto, foram realizados dois estudos: No Estudo 1, participaram 196 crianças paraibanas, estudantes do segundo ao sétimo ano do Ensino Fundamental de escolas da rede privada, com idade média de 10,7 anos (DP= 0,88), 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Os participantes responderam a EAFCD, em sua versão original com 36 itens e ao questionário sociodemográfico. Os resultados indicaram que por meio dos critérios de Catell e Horn, a medida apresentou uma estrutura tridimensional, com componentes relacionados à integração social ($\alpha = 0,85$), isolamento social ($\alpha = 0,65$) e alta valorização ($\alpha = 0,54$), sugerindo uma estrutura da EAFCD reduzida em 18 itens. Os achados sugeriram evidências de validade e propriedades psicométricas adequadas do instrumento para seu uso no contexto brasileiro. Desse modo, após checar a análise fatorial exploratória, foi realizado o Estudo 2, o qual objetivou realizar uma análise fatorial confirmatória da escala supracitada, a fim de testar sua estrutura trifatorial, com seis itens em cada um dos três componentes: a) integração social, b) isolamento social, e c) alta valorização. Participaram 200 crianças paraibanas, com idades variando de 7 a 12 anos (M = 9,89; DP = 1,30), a maioria do sexo feminino (59,5%), católica (55%), de classe média (38%) e

média alta (35%). Os resultados corroboraram sua estrutura trifatorial com indicadores satisfatórios de ajuste: $\chi^2/gf = 1,37$, GFI = 0,99, AGFI = 0,99, RMSEA = 0,01 (IC90% = 0,015-0,0,62). Conclui-se que a Escala de Atitudes frente à Criança com Deficiência mostrou ser uma medida psicometricamente adequada para avaliar as três dimensões das atitudes frente às crianças com deficiência, podendo ser empregada em estudos futuros.

Escala de desejabilidade social infantil (EDSI): parâmetros psicométricos de uma medida breve

Gleidson Diego Lopes Loureto; Flávia Marcelly de Souza Mendes da Silva (Universidade Federal da Paraíba); Bruna de Jesus Lopes (Universidade Federal da Paraíba); Marina Tavares Sá (Universidade Federal da Paraíba)

Entende-se por desejabilidade social (DS) uma propensão por parte de participantes (e.g., em contextos de pesquisas) a emitirem respostas de forma tendenciosa às questões apresentadas (e.g., em escalas de atitude, inventários de personalidade, etc.). No que tange especificamente às amostras de infantes, algumas questões acerca da DS devem ser consideradas, tais como: a) tal população apresenta maior dispersão cognitiva, b) dificuldade na manutenção da atenção por muito tempo e c) vocabulário reduzido. Dessa forma, torna-se fundamental o desenvolvimento de medidas parcimoniosas desse construto, considerando um formato apropriado para tal fase do desenvolvimento. Nessa direção, tendo em vista a carência de instrumentos no cenário brasileiro que dimensionem tal construto, o presente estudo objetivou verificar os parâmetros psicométricos da Escala de Desejabilidade Social Infantil (EDSI), em sua versão reduzida, no contexto brasileiro. Contou-se com uma amostra de conveniência de 203 alunos com idades variando de 8 a 13 anos ($M = 10,8$, $DP = 1,04$), sendo a maioria do sexo masculino (51,7%) e de escolas privadas (85,2%). Além do questionário sociodemográfico, os sujeitos responderam a EDSI composta por 14 itens respondidos em uma escala de resposta dicotômica (“verdadeiro” ou “falso”). A análise fatorial exploratória categórica (Unweighted Least Squares), revelou uma estrutura unifatorial para os 12 itens que compuseram a versão final do instrumento. Tal estrutura explicou 35,7% da variância e apresentou um índice de consistência interna (Kuder-Richardson) de 0,71. Conclui-se que a EDSI reúne evidências de validade fatorial e precisão no Brasil, apresentando propriedades psicométricas adequadas. Ademais, o instrumento é passível de ser empregado em estudos futuros que mensurem a desejabilidade social na população infantil, consistindo em uma medida breve e parcimoniosa.

Escala de perspectiva de futuro infantil (EPF-I): evidências de sua adequação psicométrica no contexto brasileiro

Alessandro Teixeira Rezende (Universidade Federal da Paraíba); Alessandro Teixeira Rezende (Universidade Federal da Paraíba); Ana Karla Silva Soares (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul); Anderson Mesquita do Nascimento (Universidade Federal da Paraíba); Daysa Maria Saraiva Rocha (Universidade Federal da Paraíba)

Na busca por compreender os comportamentos dos indivíduos é válido assumir uma perspectiva temporal, uma vez que as condutas realizadas no presente sofrem influência do futuro, pois é neste que residem às metas, planos, sonhos, receios e esperanças. Tal dimensão temporal constitui-se de passado, presente e futuro, ao passo que os três são de suma importância para a codificação de informações, ao influenciar nas motivações, e formação de expectativas dos seres humanos. Cada vez mais os cenários presentes na sociedade questionam os caminhos e apresentam as condutas ideais a serem seguidas na vida das pessoas. No que tange especificamente às amostras de infantes, essas indagações se expressam por meio das expectativas dos pais, familiares, bem como da escola, que desde cedo recaem sobre os jovens para norteá-los a tomar a melhor decisão, de modo a construir uma vida promissora. Dessa forma, torna-se fundamental o desenvolvimento de medidas parcimoniosas desse construto, considerando um formato apropriado para tal fase do desenvolvimento. Nessa direção, tendo em vista a incipiência de instrumentos no cenário brasileiro que dimensionem tal construto, o presente estudo objetivou verificar os parâmetros psicométricos da Escala de perspectiva de futuro infantil (EPF-I) para o Brasil. Para tal, contou-se com uma amostra de conveniência de 203 alunos com idades variando de 8 a 13 anos ($M = 10,8$, $DP = 1,04$), sendo a maioria do sexo masculino (51,7%) e de escolas privadas (85,2%). A partir de uma análise fatorial exploratória realizada no software SPSS versão 21, foi verificada a existência de três fatores: otimismo frente ao futuro ($\alpha = 0,69$, 5 itens), aspirações por bens materiais ($\alpha = 0,67$, 5 itens) e aspirações por família ($\alpha = 0,67$, 4 itens). Conclui-se que este instrumento reúne evidências de validade fatorial e consistência interna, podendo ser empregado para mensurar a perspectiva de futuro em crianças.

Escala dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade Infantil: testando sua estrutura no contexto brasileiro

Alessandro Teixeira Rezende (Universidade Federal da Paraíba); Alessandro Teixeira Rezende (Universidade Federal da Paraíba); Valdiney Veloso Gouveia (Universidade Federal da Paraíba); Ana Karla Silva Soares (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul); Tailson Evangelista Mariano (Universidade Federal da Paraíba)

Diferente de outros modelos de personalidade que se constroem a partir de observações clínicas de pacientes emocionalmente perturbados, a abordagem dos traços é construída na observação de pessoas emocionalmente saudáveis. O modelo dos cinco grandes fatores, também conhecido como Big Five, constitui-se, atualmente, como um dos mais utilizados para o entendimento da estrutura da personalidade. Embora existam divergências quanto a denominação de cada fator, há um consenso substancial ao usar as seguintes denominações: extroversão, amabilidade, neuroticismo, conscienciosidade e abertura a mudança. Apesar de existirem na literatura diversos estudos pautando sobre a estrutura de personalidade em adultos, percebe-se uma incipiência de trabalhos que abordem a personalidade em amostras de infantis. Dessa forma, torna-se fundamental a investigação de medidas desse construto, considerando um formato apropriado para tal fase do desenvolvimento. Nessa direção, tendo em vista a carência de instrumentos no cenário brasileiro que dimensionem tal construto, o presente estudo objetivou verificar os parâmetros psicométricos da Escala dos cinco grandes fatores de personalidade infantil (ECGFP-I). Para tal, contou-se com uma amostra de conveniência de 203 alunos com idades variando de 8 a 13 anos ($M = 10,8$, $DP = 1,04$), sendo a maioria do sexo masculino (51,7%) e de escolas privadas (85,2%). Além do questionário sociodemográfico, os sujeitos responderam a Escala dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade Infantil (ECGFP-I). A partir de uma análise fatorial confirmatória (Weighted least squares mean and variance-adjusted) realizada no software R, testou-se o modelo composto por cinco fatores, observando-se indicadores de bondade de ajuste satisfatórios ($CFI = 0,95$; $GFI = 0,99$; $AGFI = 0,99$; $RMSEA = 0,03$). Conclui-se que a ECGFP-I reúne evidências que corroboram o modelo teoricamente preconizado na literatura, apresentando propriedades psicométricas adequadas. Dessa forma, o instrumento é passível de ser empregado em estudos futuros que mensurem os traços de personalidade na população infantil no Brasil.

Estudo de adaptação e validação da Escala de Estresse Parental para o português brasileiro

Ariane de Brito; Brenda Fernanda Pereira da Silva (Universidade Federal de Sergipe); André Faro (Universidade Federal de Sergipe)

A validação e adaptação cultural dos instrumentos de medidas padronizadas são relevantes para garantir maior fidedignidade dos resultados e minimizar os vieses culturais de origem dos instrumentos. O estudo objetivou adaptar e investigar evidências de validade da Escala de Estresse Parental para o português brasileiro, bem como avaliar a validade concorrente desta com a Escala de Estresse Percebido (PSS-14) e o Inventário de Práticas Parentais (IPP) e comparar os índices de estresse parental por sexo (pais e mães). Inicialmente foram realizados os procedimentos de tradução e validação do conteúdo dos itens da escala. Em seguida, com a versão preliminar da escala, foi realizada a parte empírica da pesquisa, com 304 indivíduos, 152 pais e 152 mães. Os instrumentos utilizados foram a EEPa, a PSS-14, o IPP e um questionário sociodemográfico. O resultado da Análise Fatorial Exploratória indicou como melhor solução estrutural para a EEPa a formada por dois fatores e 16 itens ($\alpha = 0,81$). O Fator 1 foi denominado Satisfação Parental (8 itens; $\alpha = 0,69$) e o Fator 2, Estressores Parentais (8 itens; $\alpha = 0,79$). A correlação entre os fatores foi negativa e moderada, indicando viabilidade de escore único da EEPa. Quanto a validade concorrente, observou-se que a EEPa e PSS-14 se correlacionaram positivamente com força moderada, e que a EEPa e o IPP tiveram correlação negativa e também moderada. A média da amostra total e por sexo ficou abaixo do corte de 50,0% da escala, além disso, pais e mães apresentaram diferenças quanto aos níveis de estresse parental relatados, de modo que estas apresentaram maior média de estresse parental. Contudo, a EEPa se mostrou um instrumento capaz de medir o estresse parental de pais e mães de crianças em geral, com características bastante interessantes, como a fácil aplicação, quantidade reduzida de itens e gratuidade do acesso.

Evidências de validade relacionadas à estrutura interna da escala cognitiva do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil

Euclides José de Mendonça Filho (UFRGRS); Denise Ruschel Bandeira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Mônia Aparecida da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A prevalência de crianças com atrasos no desenvolvimento é estimada em torno de 16 a 18%, sendo que menos de um terço dessas crianças são identificadas por serviços básicos de saúde. Estima-se que no Brasil a taxa de identificação de crianças com problemas do desenvolvimento é ainda menor uma vez que existe uma lacuna

de instrumentos validados e normatizados para crianças de idades entre zero a seis anos de idade. A identificação de atrasos e comprometimentos do desenvolvimento cognitivo de crianças é essencial já que quanto mais cedo houver encaminhamento para intervenção, maiores são os benefícios. A escala cognitiva do Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil (IDADI) é composta por 106 itens que avaliam o desempenho em funções como formação de conceitos, simbolização, abstração, percepção, atenção, velocidade de processamento da informação, processamento visoespacial, solução de problemas e memória. O presente estudo objetivou investigar as evidências de validade relacionadas à estrutura interna da escala cognitiva do IDADI e descrever as transformações das estimativas de desenvolvimento cognitivo ao longo das faixas etárias da amostra. 1336 crianças foram avaliadas a partir das respostas das mães aos itens do inventário. Análises de Rasch indicaram consistência interna plenamente satisfatória e ótima discriminação dos participantes. Os itens forneceram uma medida compreensível do traço latente avaliado indicando validade de construto e precisão da escala. As faixas etárias tiveram diferenças significativas com grande tamanho de efeito e análises de agrupamento apontaram para diferentes padrões de associação entre desenvolvimento e idade ao longo do tempo. Deste modo, a escala cognitiva do IDADI se mostrou um instrumento válido e útil capaz de avaliar os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo infantil.

Interesses profissionais de adolescentes em diferentes etapas de desenvolvimento na preparação para o ensino superior

Leonita Chagas de Oliveira; MATHEUS SOUSA DE MACENA (UNIVERSIDADE TIRADENTES); GLEICE KELLY NASCIMENTO SANTOS (UNIVERSIDADE TIRADENTES); JOSÉ AGNALDO DOS SANTOS JUNIOR (UNIVERSIDADE TIRADENTES); EDILAINE SANTOS MATOS (UNIVERSIDADE TIRADENTES); WISLA ALVES ROCHA (UNIVERSIDADE TIRADENTES); DIOGO ARAÚJO DeSOUSA (UNIVERSIDADE TIRADENTES)

Decisões vocacionais têm início na infância, mas é durante a adolescência que o jovem sofre maiores influências internas e externas para tomada de decisão quanto à futura profissão. Os objetivos deste estudo transversal foram descrever e comparar os interesses profissionais demonstrados por jovens aracajuanos em diferentes etapas da adolescência. Participaram do estudo 532 adolescentes com idades entre 14 e 18 anos ($M = 16,45$; $DP = 0,98$). Destes, 263 possuíam entre 14 e 16 anos (49,4%), compondo o grupo na adolescência jovem e 269 possuíam entre 17 e 18 anos (50,6%), compondo o grupo na adolescência tardia. A partir do teste de Avaliação de Interesses Profissionais (AIP), foram investigados os interesses dos jovens em dez diferentes campos de interesses. Para a amostra geral, o campo de interesse com escores percentis mais altos foi o comportamental-educacional ($M = 57,31$; $DP = 26,70$) e o campo com escores percentis mais baixos foi o cálculo-financeiras ($M = 36,29$; $DP = 28,43$). Foram comparadas as médias dos escores percentis dos grupos de adolescentes mais jovens e mais velhos para todos os campos. Os resultados demonstraram diferenças significativas para três dos dez campos investigados. Os adolescentes mais velhos demonstraram significativamente maior interesse em relação aos campos cálculo-financeiras ($M_{velhos} = 39,06$ x $M_{novos} = 33,45$; $p = 0,023$) e organizacional-administrativo ($M_{velhos} = 40,32$ x $M_{novos} = 35,84$; $p = 0,051$), enquanto que os mais novos demonstraram significativamente maior interesse em relação ao campo jurídico-social ($M_{velhos} = 52,66$ x $M_{novos} = 60,12$; $p = 0,004$). Tais resultados são discutidos a partir de uma perspectiva cognitivo-evolutiva do desenvolvimento de interesses profissionais, considerando a hipótese de influência do ciberativismo das mídias sociais como promotora do interesse pelo campo jurídico-social e das demandas de mercado e remuneração como promotoras do interesse pelos campos de finanças e administrativo.

Linguagem receptiva e expressiva na Síndrome Congênita do Zika Vírus: resultados preliminares da linha de base da coorte do Estudo DICa, Salvador, Bahia

Brenda Sousa Santos; Silvia Ferrite (UFBA); Karla Nicole Ramos de Oliveira (UFBA); Melissa Catrini (UFBA); Letícia Marques dos Santos (UFBA); Darci Neves dos Santos (UFBA)

Introdução: No contexto da Síndrome Congênita associada ao Zika Vírus (SCZV), apresenta-se como um desafio conhecer o efeito das alterações neurológicas sobre o desenvolvimento infantil. Esse efeito envolve manifestações claras nos primeiros meses de vida, mas também outras que apenas o decorrer do tempo permite evidenciar, como frequentemente é o caso daquelas relacionadas ao campo da linguagem. Atrasos e/ou distúrbios na aquisição de linguagem são comuns em outras síndromes virais congênicas, mas a descrição do comportamento linguístico de crianças com a SCZV ainda é uma lacuna no conhecimento. Objetivo: Avaliar o desempenho de linguagem de crianças com alterações neurológicas potencialmente associadas com a SCZV. Metodologia: Trata-se de estudo descritivo, com dados preliminares, oriundos da linha de base da coorte do Estudo DICa, Salvador/BA. Utilizou-se a Escala Bayley de Desenvolvimento Infantil III (BSID-III) para avaliar o

comportamento linguístico dessas crianças, nos aspectos de linguagem receptiva e expressiva. Resultados: Das 202 crianças potencialmente afetadas pela SCZV, nascidas entre outubro de 2015 e agosto de 2016 em Salvador, 52 já foram avaliadas. Destas, 59,6% eram do sexo feminino e a idade variou de 13,2 a 20,7 meses, com média de 17,7 meses (DP=1,4). De acordo com a Escala Bayley, a idade desenvolvimental (ID) média das crianças foi de 9,9 meses para linguagem receptiva (DP=6,2) e 7,1 meses para linguagem expressiva (DP=6,4). A diferença entre a idade cronológica e a idade desenvolvimental apresentou média de 7,8 e 10,6 meses, respectivamente, para linguagem receptiva e expressiva. Conclusão: Os resultados sugerem que, nessa população, o comportamento linguístico se caracteriza por alterações no processo de aquisição de linguagem, que se manifestam em ambos os aspectos, receptivo e expressivo. Assim, o efeito das alterações neurológicas associadas à SCZV parece também acometer o desenvolvimento da linguagem, mais fortemente da linguagem expressiva, conhecimento relevante para o planejamento de políticas públicas.

Reconhecimento de Expressões Faciais Emocionais: Construção e testagem de um instrumento Psicométrico

Pâmela Rocha Bagano Guimarães (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO); Maria Aline Rodrigues de Moura (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO); Franciela Félix de Carvalho Monte (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO); Laila Barbosa Reis de Santana (UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO)

O interesse pela expressividade emocional através de gestos, vem crescendo e se especializando cada vez mais, especificamente sobre o reconhecimento de expressões faciais emocionais. Estudos corroboram a ideia de universalidade das emoções de Darwin, e concebem que pelo menos seis emoções possuem traços semelhantes entre a espécie humana: Alegria, Tristeza, Raiva, Medo, Surpresa e Nojo. Atualmente os métodos de investigação desenvolvidos para mensurar o reconhecimento emocional (RE) são variados, passando de técnicas visuais, auditivas e até fisiológicas. Neste contexto, buscou-se com esse trabalho elaborar um instrumento que apresentasse mais pistas situacionais, com imagens dinâmicas para o RE. No instrumento são apresentados estímulos em diferentes intensidades para cada uma das seis emoções. Para construção deste instrumento dois estudos foram realizados. O primeiro contou com a colaboração de 23 jovens, da cidade de Petrolina-PE. Nesta etapa foi realizada a criação do instrumento, partindo da seleção dos vídeos disparadores das emoções básicas, até as análises de juízes das imagens capturadas e construção da versão informatizada do instrumento. O segundo estudo contou com a colaboração de 201 jovens. Para análise dos dados cada emoção foi avaliada separadamente. De forma geral, resultados apontaram para uma boa adequação do instrumento. Determinou-se um fator geral composto por todas as seis emoções. Quando as emoções foram analisadas separadamente, a emoção de Surpresa apresentou um resultado pouco satisfatório, sendo apontada a necessidade de um melhoramento dos itens. Com relação às variáveis dependentes do estudo, identificou-se influência da intensidade das expressões no reconhecimento das emoções, com exceção dos itens da emoção e do medo. Quanto ao sexo do participante, o estudo encontrou um melhor desempenho dos homens. Por fim, considera-se que a pesquisa atingiu seu objetivo construindo e testando um instrumento de RE, que considera a influência da intensidade da expressão e o sexo do ator no estímulo desencadeador.

Saúde Mental de Adolescentes: Adaptação do Social and Emotional Health Survey para o português brasileiro

Carla Regina Santos Almeida; Claudia Hofheinz Giacomoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Visando à avaliação de variáveis positivas na saúde mental em adolescentes, desenvolveu-se o Social and Emotional Health Survey – Secondary (SEHS-S), nos Estados Unidos da América, com base na proposta de uma abordagem unificada do desenvolvimento. O instrumento, que investiga o metaconstruto covitalidade, é composto por quatro dimensões, a saber: crença em si, crença em outros, competência emocional e vida engajada. Cada uma abrange três construtos da Psicologia Positiva, distribuídos ao longo de 36 itens. A versão original possui uma ótima consistência interna (alfa de Cronbach=0,92), reforçada pelos estudos de adaptação já realizados para outros idiomas. Além disso, a literatura aponta que essas dimensões são preditoras de maior bem-estar subjetivo e menores sintomas de depressão. Diante dos potenciais benefícios de um único instrumento que mensure aspectos positivos a partir de um modelo fortalecido por evidências empíricas, objetivou-se traduzir e adaptar o SEHS-S para o português brasileiro. Para tanto, atendeu-se aos seguintes passos: (1) tradução do instrumento para o novo idioma; (2) síntese das versões traduzidas; (3) avaliação da síntese por experts; (4) avaliação pelo público-alvo; (5) tradução reversa; e (6) estudo-piloto. Apresentam-se, detalhadamente, as etapas e o resultado do processo, discutindo-se as potencialidades da escala para a população brasileira.. O SEHS pode ser utilizado em escolas, identificando as forças dos estudantes, para que sejam planejadas intervenções orientadas a fatores protetivos e que favoreçam o desenvolvimento biopsicossocial.

Uma escala infantil para educação ambiental: versão brasileira da New Ecological Paradigm Scale for Children

Zenith Nara Costa Delabrida (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE); Carla Regina Santos Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Camila Bolzan de Campos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

As atitudes ambientais despertaram o interesse dos pesquisadores desde a década de 70, quando ocorreu uma mudança de paradigma nas questões ambientais. Com foco nas novas gerações foi desenvolvida uma versão da New Ecological Paradigm Scale (NEP) para crianças. Um dos fatores que influencia as atitudes pró-ambientais é a idade. Crianças menores possuem uma visão mais utilitarista da natureza, assumindo uma posição mais ecocêntrica gradativamente (Kellert, 2002). Assim, há maior preocupação com o ambiente na faixa etária de 10 a 12 anos (Pol, 2009; Larson et al., 2010). Durante a adolescência, este envolvimento reduz-se significativamente, retomando novamente em universitários, entretanto estes não atingem as mesmas pontuações dos alunos de até 12 anos (Pol, 2009; Pol & Castrechini, 2013). Sendo assim, objetivou-se investigar as propriedades psicométricas da versão infantil da NEP com uma amostra brasileira. Participaram 463 crianças ($m = 10,97$ anos, $dp = 0,94$; 54,9% meninas) das regiões Nordeste e Sul do Brasil. Os resultados corroboram os dados da literatura mostrando a aceitação do Novo Paradigma Ecológico pelas crianças (New Ecological Paradigm - $m = 4,21$; $dp = 0,57$; Paradigma Social Dominante - $m = 2,94$; $dp = 0,79$), um maior ecocentrismo e um menor antropocentrismo. Além disso, foram analisadas as propriedades psicométricas pela Análise de Componentes Principais (KMO = 0,686), que indicou dois fatores: ecocentrismo (alfa de Cronbach = 0,598) e antropocentrismo (alfa de Cronbach = 0,484). Desta forma, a tendência de aceitação do novo paradigma e o maior interesse em questões ambientais sugerem que esse momento desenvolvimental é ideal para intervenções que objetivem modificar atitudes e comportamentos ecológicos. A validação e padronização de instrumentos de medição para atitudes pró-ambientais é fundamental para avaliar intervenções de educação ambiental e aproveitar o potencial das crianças para a condução de mudanças.

As motivações e as estratégias para permanecer na rua: uma análise dos discursos de pessoas em situação de rua em Belém-PA

Aline Baía dos Santos; Aryanne Gabriela Pinheiro De Souza (Universidade Federal do Pará); Cristiane Sarges da Silva (Universidade Federal do Pará); MICHELE DE NAZARÉ PALMEIRA MOURA (Universidade Federal do Pará); PÂMELLA SUYLY GOMES LOPES (Universidade Federal do Pará)

Neste trabalho, buscou-se analisar as motivações e as estratégias que fazem com que moradores em situação de rua permaneçam nesse ambiente em condições bastante adversas. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo pesquisa de campo. Participaram 11 pessoas da cidade de Belém-Pará, sendo 1 mulher e 10 homens com idade entre 18 e 44 anos. Para coleta de dados, optou-se por entrevistas baseadas no Método de Explicitação do Discurso Subjacente – MEDS - de saturação da informação. Destas, 4 entrevistas foram realizadas diretamente nas ruas e as demais no Centro de Referência Especializado para a População de Rua - CREPOP. Para análise dos dados foram estabelecidas 7 categorias: tempo de permanência na rua; a rua e as drogas; família; vínculos afetivos na rua; órgãos ou entidades assistencialistas; situações conflituosas e religiosidade. Os resultados mostraram que o tempo de permanência na rua é influenciado pelas vivências de cada sujeito, onde predominou o envolvimento com as drogas. A maioria deles vêm de famílias em situação de vulnerabilidade social, e no espaço da rua eles constroem vínculos afetivos. Apontam as comunidades religiosas e assistenciais como suporte para auxiliar a vida nas ruas. Conclui-se que esse grupo desenvolve estratégias individuais e coletivas para se manter nas ruas, e os motivos mais evidentes que proporcionaram a permanência destas pessoas nas ruas, foram: o consumo de drogas; a ampliação dos vínculos com pessoas que passam por situações semelhantes e o bloqueio em buscar auxílio de familiares.

Cercca para quê?

Diana Maria Oliveira Andre Gomes (Policlinica Lessa de Andrade); Mariana Bentzen Aguiar (UFPE)

O Centro de referência para o cuidado de crianças e adolescentes (CERCCA) oferta apoio psicológico e psicossocial, combatendo e prevenindo através de ações multidisciplinares e intersetoriais qualquer forma de violência contra criança, adolescente e seus familiares. Destarte, visamos defender e fomentar o desenvolvimento integral, biopsicossocial, do ser humano. No Brasil, aspectos do desenvolvimento encontram-se ameaçados pelas múltiplas violências submetidas cotidianamente, independentemente do contexto social (fragilidade extrema ou ambientes socialmente estruturados). Os dados estatísticos indiciam o aumento da violência, que incide sob todas as classes sociais (CENDHEC, 2005). Registrou-se, no ano de 2014, 91.000 denúncias de violência no Disque-

Denúncia Nacional. Sabemos, contudo, a fragilidade dos dados sobre violência, pois muitas ocorrências são veladas pelo silêncio e preconceito. É com base nessa grande incidência, importância e repercussão social que dispositivos como o CERCCA se fazem imperiosos. Passando de um serviço da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos humanos para um serviço da Secretaria de saúde, propõe-se um cuidado integral com base na metodologia da Linha do Cuidado – desenvolvida pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2012). Os resultados de 2016 destacam que o CERCCA possibilitou o acolhimento de 128 famílias e o atendimento de 54 dessas. Ainda, foram feitas 123 atividades educativas ou orientações em grupo e 34 ações de articulação de redes intra e intersetoriais envolvendo: (1) campanhas de prevenção e sensibilização pela rede pública de saúde e educação; (2) capacitações de conselheiros tutelares da cidade do Recife recém-eleitos; (3) cursos de escuta qualificada para o Departamento de Polícia da criança e do Adolescente. Todas as ações mencionadas possibilitaram experiências exitosas para a aproximação e construção de vínculos com as famílias e a rede, bases primordiais para se efetivar o Plano de Enfrentamento à Violência Infantojuvenil. Concluímos, então, defendendo a importância da continuidade e o incremento das atuações de serviços desta ordem.

Correlatos entre adesão ao tratamento antirretroviral e sintomas depressivos em adultos com hiv/ aids

Thiago Medeiros Cavalcanti; Tátilla Rayane de Sampaio Brito (Universidade Federal da Paraíba); Tailson Evangelista Mariano (Universidade Federal da Paraíba); Marina Tavares Sá (Universidade Federal da Paraíba)

O nível de adesão em tratamentos de doenças crônicas sofre influência tanto de fatores pessoais, quanto sociais. Variáveis como o nível socioeconômico, o alcoolismo e a presença de transtornos psicológicos, sobretudo a depressão também se relacionam com a adesão, de acordo com pesquisas científicas. Estes dados fundamentam a importância do empreendimento de estudos que avaliem os aspectos psicopatológicos relacionados à adesão ao tratamento antirretroviral, uma vez que, mesmo possuindo acesso gratuito no contexto brasileiro, os níveis de adesão ainda não são os ideais, pois a mortalidade por Aids ainda é alarmante. De tal modo, investiga-se neste trabalho a relação entre a presença de sintomatologia depressiva e o nível de adesão ao tratamento apresentado pelo paciente com HIV/Aids. Para tanto, contou-se com 199 pessoas diagnosticadas com HIV/Aids e que estão em tratamento antirretroviral em um hospital especializado de uma capital do nordeste brasileiro. Após aprovação de comitê de ética (CAAE: 48703315.7.0000.5188), procedeu-se com a coleta de dados, que consistiu em aplicação de um livreto com os instrumentos: Questionário de Saúde Geral, para avaliar a presença de sintomas de ansiedade e depressão; Escala de Adesão ao Tratamento Antirretroviral, que mensura a frequência de tomada de medicação, presença em consultas com o médico infectologista e ocorrência de desistências durante o tratamento; e Questionário clínico e sócio demográfico. Os resultados apontaram que a presença de sintomas depressivos relacionam-se negativamente com a adesão ao tratamento ($r = - 0,25$, $p < 0,001$). Estes achados amparam a necessidade de maiores discussões e planejamento de intervenções que promovam maior saúde psicológica em pessoas com HIV/Aids, para que se obtenham melhores índices de adesão e consequentemente maior qualidade e expectativa de vida.

Cuidado e Prevenção ao HIV/AIDS na População em Situação de Rua: uma revisão integrativa

Givanildo da silva Nery (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA); Silas Santos Carvalho (UEFS); Paulo Roberto Falcão Lima do Vale (UEFS); Aline Macedo Carvalho Freitas (UEFS); Vanderleia Alves de Oliveira (UEFS); Letícia Carvalho (UEFS); Ingrid Violetta Rodrigues Mendes (s/i); Gilvando da Silva Nery (s/i)

Introdução: O vírus da imunodeficiência humana (HIV), responsável pela AIDS é associado aos principais problemas que atacam diretamente o sistema imunológico e provocam o aparecimento de doenças. A vulnerabilidade ao HIV/AIDS se torna mais evidente em contextos marcados por processos de exclusão e pobreza, onde a prevenção é precária, as práticas de cuidado são insalubres e a adesão aos serviços de assistência a saúde é baixa. Nesse sentido são diversos os grupos populacionais que se apresentam e inter cruzam no mesmo cenário da situação de rua, como as prostitutas, os meninos e meninas que trabalham e/ou moram na rua e as famílias desabrigadas. Assim a população em situação de rua é nitidamente destacada como uma população sob alta vulnerabilidade e alto risco social a infecção pelo HIV/AIDS em virtude das formas perigosas que vivem a vida e compartilham determinados comportamentos culturalmente estabelecidos, como por exemplo, as relações sexuais desprotegidas, o uso e abuso de drogas, a prostituição e exploração sexual entre outros. Objetivo: identificar na produção da literatura nacional os fatores que influenciam na gestão do cuidado e prevenção ao HIV/AIDS nas populações em situação de rua. Metodologia: revisão integrativa, realizada entre 2009 a 2016, a

partir de busca avançada nas bases de dados Lilacs, Scielo e BVS com os descritores: “população em situação de rua” “cuidado” “Atenção Primária à Saúde” “Infecções por HIV” “Vulnerabilidade em Saúde” Resultados: deficiências na efetiva integralidade da atenção, estigmatização e dificuldades de construção de vínculos que possibilitem o acolhimento e reprodução das práticas institucionais no ambiente da rua são alguns desafios da realidade Conclusão: o estudo revelou a necessidade de um olhar intersectorializado e interdisciplinar que possam ampliar os horizontes das práticas direcionadas a este público e sistematizar abordagens terapêuticas eficazes na redução da morbimortalidade, integrando políticas, serviços e ações na melhor gestão do cuidado.

Dor, saúde física e psicológica, suporte percebido e satisfação com a vida de idosos negros

Fernanda Silva Santos (Consultório de Psicologia e Psiquiatria); Dóris Firmino Rabelo (UFRB)

Objetivo: Verificar em idosos negros a associação entre capacidade funcional, participação social, saúde psicológica, percepção de suporte e satisfação com a vida com a dor persistente. Método: Participaram 92 idosos negros, entrevistados em domicílio, utilizando-se os instrumentos: Para identificação da dor, utilizou-se o Questionário de doenças e de sinais e sintomas autorrelatados; Índice de Independência nas Atividades de Vida Diária; Escala Lawton; Questionário de autorrelato sobre participação social; Escala de Depressão Geriátrica; Inventário de Ansiedade de Beck – BAI; ISEL Reduzido - Interpersonal Support Evaluation; Uma questão com item escalar para avaliar a satisfação geral com vida. Para análise dos dados, foi utilizado o teste qui-quadrado ou o teste de Exato de Fisher para comparar as variáveis categóricas e o teste de Mann-Whitney para comparação das variáveis numéricas ($p < 0,05$). Resultados: Verificou-se que 51,1% dos idosos sentem algum tipo de dor persistente (23,4% fraca, 42,5% moderada e 34,1% forte). Pelos resultados, idosos com dor persistente no seu dia-a-dia são mais frequentes entre os com dependência nas atividades básicas ($p = 0,024$) e instrumentais ($p = 0,034$) de vida diária, os com sintomas depressivos ($p = 0,008$) e ansiedade ($p = 0,001$) e os com menor percepção de suporte social ($p = 0,007$). Conclusão: A saúde da população idosa negra é frequentemente ignorada e os mecanismos explícitos de superação de barreiras no acesso à saúde interpostas pelo racismo, são insuficientes. Os resultados indicaram que a dor crônica associa-se a importantes complicações funcionais, psicológicas e sociais no idoso. Destaca-se a importância da inclusão de práticas de promoção da saúde da população idosa negra nas dimensões individual, social e política, que interligadas atuam na produção de maior ou menor vulnerabilidade.

Interações iniciais de bebês no primeiro ano de vida em uma penitenciária do sul do Brasil: um estudo observacional da díade mãe-bebê

Cátia Bibiano dos Santos; João Rodrigo Maciel Portes (Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI)

Os objetivos dessa pesquisa foram compreender as interações dos bebês sob os cuidados de suas mães encarceradas e descrever características sociodemográficas das mães encarceradas e dos bebês. Essa investigação caracterizou-se como descritiva exploratória com metodologia observacional. Foi realizada em um berçário localizado dentro do presídio feminino no Sul do Brasil e contou com a participação de quatro díades de mães-bebê. A observação foi realizada através da gravação de vídeo e áudio, com duração de 20 minutos em três dias e horários alternados. As interações foram categorizadas e classificadas a partir de características preestabelecidas nos estudos de Kreutz e Piccinini. Os dados sociodemográficos das participantes revelaram que as mães apresentam tempo de reclusão variando de um ano e sete meses a quatro meses, sendo o principal motivo da detenção, o tráfico de drogas. Os bebês têm de seis dias a sete meses de vida, sendo três do sexo masculino. Os comportamentos com maior frequência dos bebês em direção as mães foram vocaliza e irrequieto, sendo essas categorias descritas como toda tentativa de comunicação verbal com a mãe, caracterizado por balbucio, choramingo e resmungo, podendo ser em resposta à estímulos da mesma ou sem resposta, e a categoria irrequieto quando o bebê se encontra visivelmente desconfortável, inquieto ou excitado com a atividade na qual ele está envolvido. Ressalta-se que a díade B, cujo o bebê tem dois meses de vida teve uma frequência elevada em comparação as demais, totalizando sessenta interações em todas as categorias. As crianças a partir de dois meses de idade começam a perceber mudanças faciais e se expressam de diferentes formas, além de exercer certa regulação de suas emoções. Conclui-se que o contexto carcerário, apesar de ser considerado atípico para a criação dos filhos também pode contribuir para a interação da díade mãe-bebê.

Perspectiva de futuro de adolescentes acolhidos institucionalmente e em transição para a maioridade

Alana Carmine Alban; Michelly do Rocio Dellecave (UNIVALI)

O acolhimento institucional é um serviço de caráter provisório e excepcional para crianças e adolescentes que se encontram em medida de proteção e situação de risco (BRASIL, 2006). Por mais que o objetivo seja

permanecer o menor tempo possível no serviço, muitos adolescentes permanecem até alcançarem a maioridade. Assim, ao completarem 18 anos, estes devem ser desligados do acolhimento (BRASIL, 1990). Quanto à adolescência, nesta fase inicia-se a ampliação da autonomia e independência, no entanto, há processos sociais e culturais que podem afetar o seu desenvolvimento. O abrigo institucional passa a fazer parte de seu microsistema, afetando, portanto, seu desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1996). Essa pesquisa teve por objetivo compreender a perspectiva de futuro de adolescentes acolhidos institucionalmente e no processo de transição para a maioridade. Participaram desta pesquisa onze adolescentes acima de 15 anos que estão acolhidos em quatro instituições de acolhimento, nos municípios de Gaspar, Itajaí e Tijucas em SC. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada e analisados através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Após a identificação dos elementos temáticos, as seguintes categorias emergiram: vou sair e agora?; meus sentimentos ao pensar em sair do abrigo; o abrigo: minha casa; a preparação para minha saída. A primeira categoria foi dividida em três subcategorias: profissão e trabalho; família; estrutura financeira. Os resultados encontrados indicam que os adolescentes possuem expectativas de futuro em ter uma profissão e constituir uma família. A alegria é o sentimento mais manifestado pelos adolescentes em relação à saída do abrigo, apesar de que estes veem o mesmo como um lugar bom para se viver. A preparação para a saída se volta, sobretudo, em ter moradia e trabalho. O ambiente que os adolescentes estão inseridos, as relações estabelecidas dentro da instituição e o tempo de permanência também afetam seu desenvolvimento e seu processo de emancipação.

Processo de exclusão social: um olhar a partir da população em situação de rua de um município do sudoeste baiano

Milena Cordeiro Barbosa; Ana Mara Dutra Souza (UESB); Ana Luiza Ribas Carvalho (UESB); Ivana dos Santos Silva (UESB); Lígia Fernandes Barbosa (UESB); Rebeca da Silva Fernandes (UESB)

O processo de exclusão, numa perspectiva apresentada por Sawaia (2001), é resultante do funcionamento do sistema social vigente não tendo, portanto, uma única forma e sendo determinado por dimensões sociais, políticas, culturais, relacionais e subjetivas. Esta pesquisa se propôs a analisar a exclusão social a partir de uma população em vulnerabilidade, pessoas em situação de rua na cidade de Vitória da Conquista – BA. Diante disso, utilizou-se como método revisão bibliográfica, observação não-participante e entrevista semiestruturada com onze sujeitos em situação de rua abordados em praças, no Centro de Referência Especializado para População de Rua e em uma comunidade vinculada à igreja católica. As questões que direcionaram esta pesquisa foram: como as pessoas em situação de rua se sentem em relação às que têm moradia fixa e como se relacionam com os serviços de saúde? Na pesquisa realizada, dos onze entrevistados, nove qualificaram as pessoas que não vivem em situação de rua como negativas. Sobre isto eles alegaram maus-tratos, indiferença e julgamentos negativos. A pesquisa executada apontou para uma porcentagem de 64% de discriminação e 36% de aceitação, no que diz respeito a maneira como pensam ser vistos. A percepção de saúde entre os indivíduos em situação de rua se relaciona à sobrevivência e à capacidade de resistir às intempéries da rua, além disso o corpo é reconhecido como instrumento para a garantia da subsistência (AGUIAR; IRIART, 2012). Foi percebido ainda que 54% dos entrevistados veem dificuldade em ter acesso à saúde, relatando que percebem resistência no atendimento por parte da equipe médica. Os resultados obtidos, com as entrevistas feitas no município, apontam para uma realidade verificada de forma ampla na sociedade brasileira. Conclui-se que a população em situação de rua está sujeita à exclusão social com vivências de discriminação inclusive nos serviços de saúde.

Produção científica brasileira sobre gravidez na adolescência: revisão de literatura

*Gline Cavalcante Costa (UFAL); Paula Orchiucci Miura (UFAL); Marianna Ribeiro Guimarães (UFAL);
Luciana de Araújo Vieira (UFAL)*

A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, multifacetado e que atualmente no Brasil o índice ainda é alto, principalmente, em populações vulneráveis. Este trabalho teve como objetivo identificar e analisar a produção acadêmica nacional sobre gravidez na adolescência. Pesquisou-se na base de dados indexados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no portal de periódicos da Capes e na plataforma Scientific Library Online (SciELO), no período de julho de 2016, artigos com os seguintes descritores: “Gravidez na adolescência”, “maternidade”, “relação mãe- bebê”, sendo a busca feita de forma pareada (combinação simultânea de dois descritores), totalizando três combinações. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, leitura dos resumos e descarte do material repetido, obteve-se uma amostra final de 30 artigos. A análise dos artigos, possibilitou a identificação das seguintes categorias temáticas: significados/experiências da maternidade; gestação na adolescência, educação e mercado de trabalho; relacionamento da gestante com familiares e equipe de saúde e; experiências de parto e puerpério. Percebeu-se que, a prevalência de trabalhos abordando a temática da compreensão e atribuição de sentidos na gestação, alertou para as experiências e particularidades, não adotando

assim perspectivas universais e generalizantes acerca da gestação na adolescência. Também foram identificadas nas produções encontradas, a gestação como um projeto de vida almejado, tornando assim, a maternidade como algo valorizado e mantido por adolescentes de alguns contextos investigados. Entende-se também a relevância acerca do relacionamento e suportes sociais e profissionais para atuar com gestantes nessa faixa etária, alertando para a elaboração de práticas interventivas que acolham e cuidem, para além de métodos prescritivos e orgânicos, durante a gravidez, parto e pós parto. Concluiu-se que, a revisão realizada revelou características específicas referentes a aspectos sociais, culturais e psíquicos, que devem ser levados em consideração para a compreensão da gestação na adolescência, diferenciando-a da gestação na idade adulta.

Psicologia e Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Relato de experiência no Abrigo Institucional para a População em Situação de Rua no município de Sobral/CE

Carlos César Porto Carneiro Filho (Prefeitura Municipal de Sobral - Abrigo Institucional para a População em Situação de Rua); Bianca Vilarins de Souza (Universidade Tiradentes); Edna Maria Pimenta de Souza (Faculdade Luciano Feijão); Brunna Siqueira Carneiro (Faculdade Luciano Feijão)

Este trabalho é fruto da experiência profissional no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente na Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade, desenvolvida desde março de 2016. O mesmo tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas no Abrigo Institucional para a População em Situação de Rua em Sobral/CE, equipamento este que acolhe homens na adultez (18 a 59 anos e 11 meses de idade) com histórico de situação de rua e desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou em trânsito e sem condições de autossustento. A iniciativa deste trabalho se deu a partir da experiência do profissional de Psicologia com o lócus de atuação, que estimulou o desenvolvimento de um olhar crítico e questionador acerca da realidade, motivando a instrumentalização do referido trabalho a fim de contribuir com as discussões da ciência psicológica no que tange o clico vital e a práxis. Para a execução deste trabalho, foram realizadas revisão bibliográfica acerca da temática e análise dos registros feitos durante o trabalho (diário de campo, observações dos prontuários e diagnóstico institucional). Os resultados obtidos permitem compreender o papel do profissional da Psicologia no âmbito da PSE de Alta Complexidade, campo de atuação historicamente novo que articulado ao Ensino e à Pesquisa é capaz de redimensionar a formação do psicólogo, possibilitando maior compromisso com a transformação positiva da realidade. A Psicologia Comunitária, referencial teórico-metodológico do presente trabalho, busca através da prática profissional comprometida com a transformação social da realidade, potencializar os espaços de (re)construção dos sujeitos. Assim concluímos que é necessário a criticidade acerca da realidade, distanciando-se do modelo tradicional de Psicologia como ferramenta da ideologia burguesa, repensando a nossa práxis enquanto psicólogos comprometidos com os Direitos Humanos e a efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Variáveis sociodemográficas e saúde mental materna em contexto de vulnerabilidade social

Hevilla Pereira de Oliveira; Patrícia Alvarenga (Universidade Federal da Bahia); Laís Nunes Souto (Universidade Federal da Bahia); Isabela Gil Santana (Universidade Federal da Bahia)

A gestação e o nascimento de um filho são eventos que geram mudanças marcantes na vida familiar, especialmente, para as mulheres. As alterações físicas características da gestação e as incertezas em relação ao parto e à maternidade, além de preocupações financeiras e ajustes a serem implementados na rotina familiar, podem ser considerados eventos estressores significativos. Esses e outros eventos podem desencadear sintomas de transtornos mentais nos períodos pré e pós-parto, causando grande sofrimento à mulher e podendo também repercutir na sua relação com o bebê. Quando a família está inserida em um contexto de vulnerabilidade social, esses problemas tendem a se agravar. Este estudo investigou a relação entre fatores sociodemográficos, depressão pós-parto e transtornos mentais comuns em uma amostra de 60 mães de bebês de três meses de vida, com perfil de vulnerabilidade social de duas comunidades de Salvador/Brasil. As mães responderam a um questionário sociodemográfico, à Escala Beck de Depressão (BDI) e ao Self-Report Questionnaire of Minor Psychiatric Disorders (SRQ-20). Alguns dos resultados encontrados apoiaram a hipótese inicial que quanto maior a exposição a condições sociais adversas, maiores os escores de transtornos mentais. Foi encontrada uma correlação negativa entre a escolaridade materna e a depressão pós-parto, e uma correlação positiva entre o número de filhos e os transtornos mentais comuns. A análise de regressão confirmou o poder preditivo das duas variáveis. As demais variáveis analisadas como a renda, a idade da mãe e o status ocupacional, não estiveram relacionadas aos transtornos mentais comuns e à depressão pós-parto. Discute-se o papel do acesso à educação de qualidade e ao planejamento familiar como possíveis fatores protetivos contra o surgimento ou agravamento de sintomas de transtornos mentais comuns e depressão no pós-parto.

A biblioterapia como prática preventiva na promoção de saúde de jovens e adultos

Bianca Lopes de Souza; Bianca Lopes de Souza (Instituto de Psicologia Gestalt em Figura); Aline Gomes de Carvalho (Instituto de Psicologia Gestalt em Figura)

O Brasil vive um “espaço de crise”. Segundo dados da OMS, 2017, somos o país com maior prevalência de depressão na América Latina e mais casos de transtorno de ansiedade do mundo. Neste cenário, a biblioterapia se apresenta como possibilidade de resistência e promoção de saúde. O presente estudo versa sobre um projeto que utiliza a biblioterapia como prática preventiva no cuidado de jovens e adultos no âmbito da psicologia clínica no Rio de Janeiro. O projeto foi criado em 2016 objetivando construir um espaço coletivo de empoderamento e resiliência a fim de possibilitar o enriquecimento de estratégias para o viver criativo. Destinou-se a pessoas com idade acima dos 18 anos, interessadas por literatura e com disponibilidade lúdica para a troca de experiências em grupo. Sua metodologia consistiu na realização de rodas biblioterapêuticas mensais, com duas horas de duração e até 12 participantes por encontro. Para este estudo, foi feita uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a observação participante das 8 primeiras rodas biblioterapêuticas realizadas, com um total de 35 participantes diferentes, numa variação de 18 a 60 anos. Após cada observação foi feito registro num diário de campo. Para análise dos dados seguiu-se a metodologia de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que as rodas funcionaram como facilitadoras na construção de redes de apoio, potencializando experiências de assecuramento e superação de dificuldades emocionais; atuaram no resgate da ludicidade e da possibilidade do fortalecimento da convivência baseada na ética e na amorosidade; facilitaram a vivência e o compartilhamento de sentimentos de esperança, pertencimento e de amor. A multiplicidade no perfil dos participantes e dos textos utilizados favoreceu a troca de saberes e o amadurecimento emocional individual e coletivo. Concluimos, portanto, que a biblioterapia é uma prática a favor do desenvolvimento de estratégias do viver criativo e da promoção de saúde.

Aplicação de Práticas Educativas Parentais da Psicologia Positiva em Grupo

Ariadny Suci de Campos Abbud; Josiane da Silva Delvan da Silva (Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI)

O presente trabalho refere-se a ações realizadas em um programa de orientação parental denominado EducaPais. As atividades foram realizadas no estágio específico do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI. O objetivo do programa foi auxiliar os pais a desenvolverem práticas parentais positivas na criação dos filhos no sentido de guiar e monitorar o comportamento da criança sem o uso da violência ao utilizar práticas pró-sociais. Utiliza-se como base o programa ACT para educar Crianças em Ambientes Seguros foi desenvolvido pelo Escritório de Prevenção da Violência da Associação Americana de Psicologia (APA). Como metodologia, os encontros foram realizados em um Centro de Educação Infantil uma vez por semana, com duração de 90 minutos, totalizando oito encontros com as temáticas relacionadas ao desenvolvimento infantil, consequências da exposição a violência para as crianças, como os pais podem controlar a raiva, como lidar com a raiva das crianças, impacto da mídia eletrônica no comportamento dos filhos, estilos parentais e como disciplinar sem utilizar violência. Os participantes do programa foram 12 pais e cuidadores com filhos de 0 a 8 anos que frequentavam a instituição de educação infantil, representando u. Além disso, o Programa EducaPais conta com um site que são disponibilizados os conteúdos discutidos nos encontros afim de atingir maior número de pessoas e propagar o conhecimento. Como resultado, pode-se constatar que o grupo consolidou vínculo, participou ativamente das atividades, relatou aplicar os conhecimentos adquiridos na criação dos filhos, divulgou os conhecimentos com demais familiares e colegas e acreditam que a metodologia positiva auxiliou também nos conflitos conjugais proporcionando um ambiente familiar mais seguro. Além disso o grupo se tornou uma rede de apoio para os participantes uma vez que possibilitou dividir ideias, angústias e experiências relacionadas a criação dos filhos.

Desenvolvimento infantil: o Canto do Brincar enquanto uma proposta interventiva da Maison Vert em PE

Diana Maria Oliveira Andre Gomes (Policlinica Lessa de Andrade); Mariana Bentzen (UFPE)

O Canto de Brincar é uma proposta interventiva desenvolvida pela Centro de Referência para o Cuidado de Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de violência, risco e vulnerabilidade social em Recife-PE. Inspirados na Maison Verte (DOLTO, 2005) e na Casa da Árvore (LIMA, 2010), esse espaço permite pela palavra e pelo brincar prevenir e elaborar possíveis conflitos relacionais ocasionados pela ausência/dificuldade na comunicação simbólica na relação cuidador-criança. Facilita-se, assim, o desenvolvimento infantil. Todas as crianças podem frequentar o espaço. O único requisito é estar acompanhadas de pelo menos um responsável, pois neste espaço o cuidador e a criança brincam junto a um técnico – profissional com atuação orientada pela linha psicanalítica (DOLTO, 2005). Desde a inauguração do espaço, foram atendidas cerca de 350 famílias, com assiduidade semanal. Destacamos 3 principais resultados: (1) transformação das projeções cristalizadas dos pais

sob as crianças, que impõe modelos ideacionais próprios, por relações francas – invés de falar pela criança, falam com a criança, dentro e fora deste espaço lúdico; (2) estabelecimento e fortalecimento de laços sociais da criança. Implicando os adultos na vida destas e aproximando-os; (3) conscientização dos pais da importância de ouvir a criança a partir de seu modo de expressão e elaboração mais autêntico e legítimo: o brincar; (4) propicia um deslocamento subjetivo para crianças e adultos, podendo ambos ressignificar fatos de sua própria história e colocarem-se no local de sujeitos. Concluímos que estas intervenções são imprescindíveis para um espaço de saúde pública, podendo, inclusive, serem utilizadas em outros espaços públicos. Por possibilitar um atendimento imediato e acompanhamento semanal, permite tratar de questões pontuais que podem vir a ocasionar sofrimentos psíquicos futuros. Assim, este é um sítio imprescindível para o desenvolvimento saudável das crianças que por lá circulam.

Entraves em Cuidados Paliativos: Projeto de Intervenção em Hospital Oncológico (GAAP-CP)

Thamires Wanke Alves Palma; Laisa Costa Fraga (Universidade Federal da Bahia)

O cuidado a pacientes gravemente adoecidos normalmente envolve a díade profissionais de saúde e família. Segundo Guimarães e Lipp, (2011) o cuidador principal no processo de qualquer doença é fundamental, pois irá se ocupar do paciente e, junto à equipe de saúde se tornará o intermediário que, acompanhará e/ou executará o plano terapêutico. Floriani e Schramm (2008) ao olhar para o cuidador do paciente com câncer avançado sinaliza três premissas: de que a maior parte dos cuidadores emerge do núcleo familiar; que isto implicará significativo ônus a sua vida e que haverá necessidade de medidas de suporte a este cuidador. Assim, considera-se relevante o desenvolvimento do GAAP - CP (Grupo de Apoio à Acompanhantes de pacientes em Cuidados Paliativos internados). Trata-se de um projeto de intervenção que visa garantir assistência integral em cuidados paliativos em um Hospital Oncológico. O grupo destina-se aos acompanhantes de pacientes internados em cuidados paliativos e é realizado semanalmente, no Serviço de Psicologia, com duração de aproximadamente 1 hora. O convite é feito pela equipe da UCP, mediante folheto. Pretende-se proporcionar escuta sobre o adoecimento, oferecer acolhimento psicológico, trabalhar sentimentos e fantasias frente à morte e favorecer o compartilhamento de experiências entre familiares. Nos encontros, trabalha-se com dinâmicas a partir das demandas trazidas, girando em torno da temática do autocuidado. Observou-se semelhante ao trabalho de Guimarães e lipp(2011) presença marcante de mulheres, por um fator histórico cultural ligado ao cuidado; como também uma satisfação pessoal, na busca de uma sensação de dever cumprido ou evitação de provável culpa. Assim, o grupo ocupa lugar na psicoeducação e diminuição da ansiedade, proporcionando espaço de cuidado, além de favorecer o mapeamento dos casos mais graves na unidade em que o serviço de psicologia possa atuar preventivamente.

Gravidez na adolescência: uma proposta de aconselhamento psicológico em Unidade Básica de Saúde

Mércia da Silva Santos (Faculdade Pio Décimo); Fernanda Aguilera (Universidade de São Paulo)

Estudos sobre gravidez na adolescência evidenciam a necessidade de assistência especializada e multidisciplinar nessa condição, mas pouco mencionam práticas específicas em atenção a gestante adolescente, inclusive da Psicologia. Considerou-se relevante a inclusão de práticas voltadas às adolescentes grávidas nas Unidades Básicas de Saúde, ressaltando-se a importância da assistência psicológica nesses dois momentos da vida: adolescer e engravidar. Justifica-se tal proposta pela alta incidência de gestações na adolescência, demandas psicológicas que se apresentam durante a gravidez nessa fase da vida, além dos impactos dessa experiência nos relacionamentos das jovens após a descoberta da gravidez. Relata-se experiência cujo objetivo é prestar aconselhamento psicológico a adolescentes grávidas. Propõe-se a: oferecer auxílio para gerenciar mudanças, possivelmente existentes, em suas relações afetivas; estimular reconhecimento e expressão dos sentimentos; facilitar a interação com o meio e sua nova realidade, através do compartilhamento das experiências em grupo; elaborar estratégias para conciliar a maternidade e continuidade de seus projetos pessoais. O atendimento à gestante adolescente é proposto a partir do ingresso da mesma no serviço de saúde ambulatorial para acompanhamento do pré-natal, sendo realizada ainda busca ativa de adolescentes grávidas atendidas pela UBS via análise de prontuários. A intervenção prevê encontros semanais para aconselhamento individual às adolescentes, encontros grupais para discussão da experiência e planejamento da vida pessoal, quando couber, além de encontros quinzenais para orientação aos familiares. Os profissionais envolvidos, além do psicólogo, são o médico que realiza o pré-natal, enfermeiro, nutricionista e assistente social em caso de eventualidades, variando de acordo com demandas. Além do acompanhamento processual das adolescentes atendidas, resultados serão verificados por avaliação de reação e reaplicação da entrevista inicial. Como resultados, espera-se que a gestante

adolescente perceba-se capaz de exercer sua autonomia para obter satisfação de suas necessidades, buscando garantir que seu desenvolvimento, seu desempenho materno e suas relações afetivas sejam preservados.

O Programa de Educação Familiar Fundamentando o Grupo de Apoio a Pais - Uma Experiência na Formação de Psicólogos

Simone Cerqueira da Silva (UniCEUB); Caio Ribeiro Có Soares (UniCEUB); Laura do Nascimento Pertence (UniCEUB)

A contribuição da família para a promoção do desenvolvimento infantil é inegável, sendo a infância compreendida como uma janela de oportunidades para a promoção da saúde. Implementar um atendimento em grupo para os pais de crianças que estão em atendimento psicológico, onde eles possam trocar experiências, serem orientados e provocados para mudanças, é um desafio para as Clínicas Escolas de Psicologia. Os Programas de Educação Familiar consistem em uma alternativa promissora para o trabalho com as famílias de crianças que se encontram em atendimento psicológico, tendo como ênfase as relações parentais. A família é ensinada, orientada, acolhida e reconhecida em seus saberes e estimulada a encontrar soluções para os seus problemas. Assim foi proposto o Grupo de Apoio a Pais - GAP na Clínica Escola de Psicologia do curso de Graduação em Psicologia do UniCEUB no I semestre de 2017. Esse tipo de atendimento foi oferecido como estágio e Projeto de Extensão na área de Psicologia Clínica. Foram realizados doze encontros, semanalmente, aos sábados, com duração de uma hora e trinta minutos. A coordenação do grupo foi realizada por um terapeuta e coterapeuta, alunos da graduação em Psicologia, e sob supervisão de uma professora. Foram trabalhados diferentes temas - vínculo afetivo, diálogo, autonomia da criança, coparentalidade e práticas educativas parentais - sempre considerando as demandas apresentadas pelos participantes e com procedimentos diversos: discussão de textos, vídeos, tarefas de casa e dinâmicas de grupo. O grupo desenvolveu uma identidade grupal, compreendendo o grupo como suporte e importante rede de apoio, as práticas educativas parentais coercitivas foram questionadas e revistas, de modo a favorecer a construção de práticas indutivas e colaborativas. O aprendizado sobre desenvolvimento humano e familiar, e a prática do manejo grupal e da promoção do diálogo reflexivo foram fundamentais no processo de formação dos novos psicólogos.

O uso da arte no fazer psicológico: uma ferramenta para o processo de desenvolvimento humano

Gisele Cerqueira Santos; Melina de Carvalho Pereira (UNIVASF); Kaline Pereira Ramos de Oliveira (UNIVASF); Shirley Macêdo Vieira de Melo (UNIVASF)

Este estudo parte de uma atividade vivencial da prática psicológica, a qual foi possível perceber o humano como um ser em constante desenvolvimento em diversas instâncias. No Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPPSI), serviço escola da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), há um Projeto de Extensão, intitulado Artes e expressão da subjetividade, desenvolvido por estudantes de Psicologia, cursando entre o 6º e o 8º períodos, que são responsáveis por formar e facilitar grupos com usuários que estão na fila de espera do serviço, tendo como critério a faixa etária destes. Os principais objetivos do projeto são a promoção do autoconhecimento, desenvolvimento das potencialidades dos usuários e diminuição da fila de espera. Sob a supervisão de uma docente e uma psicóloga, ambas efetivas do quadro da Universidade, os estudantes, em duplas, realizam atendimentos semanais. As atividades são planejadas considerando a demanda observada e a arte é utilizada como recurso em todos os atendimentos. O grupo em questão inicialmente foi composto por nove usuários entre 18 e 23 anos de ambos os sexos. Por meio desses encontros percebeu-se que a demanda do grupo estava relacionada à dificuldade de lidar com a ansiedade, sendo não apenas algo que incomodava, mas trazia prejuízos à rotina, pois alguns não conseguiam executar atividades diárias em decorrência desse sintoma. Nos encontros, utilizaram-se como recursos artísticos teatro, construção de maquete, momentos de respiração, e produção, a partir de materiais recicláveis. Não havendo grande evasão – seis pessoas permaneceram até final dos encontros – as mudanças eram percebidas a cada encontro: os usuários comumente relatavam o sentimento de angústia e ansiedade no início e, ao final, apontavam que saíam tranquilos, identificando-se a efetividade do processo. Por fim, a atividade grupal configurou-se como espaço propício para o desenvolvimento de competências sociais e habilidades artísticas nos participantes.

Oficinas de Saúde Mental: Uma iniciativa comunitária

Janaina Valadares de Melo Franco Silva; Amanda Sena de Matos Oliveira (PUC Minas)

O presente trabalho é fruto das experiências proporcionadas pelo Estágio VI da graduação em Psicologia da PUC Minas: O Psicólogo na Comunidade. Durante a prática do estágio, que propõe a atuação do psicólogo no contexto comunitário, foram realizadas visitas semanais na Paróquia Cristo Luz dos Povos, em Belo Horizonte.

A instituição é sede do grupo de convivência Desejo de Viver, que vem promovendo oficinas de arte para usuários de saúde mental há 22 anos. As reuniões acontecem às quartas-feiras, das 14hrs às 16hrs, e nelas há confecção de bijuterias, pinturas em tecido e atividades musicais. A partir de uma perspectiva sócio histórica, buscou-se estudar e analisar os papéis terapêuticos desempenhados pela oficina e a integração dessa prática com a comunidade. As políticas públicas se inserem em um contexto amplo buscando enxergar o indivíduo a partir de sua complexidade, sendo, assim, sujeito histórico e social. Dessa forma, as oficinas comunitárias surgiram como alternativa aos métodos terapêuticos tradicionais que, centrados na patologização e em internações em instituição psiquiátricas, possuem condições altamente precárias referentes à dignidade e bem-estar dos usuários. O grupo vai para além da doença, buscando a promoção dos direitos fundamentais de cidadania - que deve ser trabalhada a partir das subjetividades de cada um, de forma que tenham suas potencialidades desenvolvidas. As vivências experimentadas demonstraram alta potencialização das relações sociais, além da diminuição do desenvolvimento de sintomas e patologias dos sujeitos, exemplificadas na prática pelos próprios participantes; as internações psiquiátricas diminuiriam efetivamente tal como a necessidade frequente de acompanhamentos clínicos. Constatase, assim, a importância da saúde mental para o ciclo da vida e da inserção de práticas terapêuticas na comunidade, demonstrando a necessidade de um melhor desenvolvimento dos tratamentos oferecidos a esses indivíduos e as consequências geradas não só nos sujeitos, mas na sociedade como um todo.

Os desafios do primeiro contato com a educação inclusiva: relato de experiência.

Mylane Lima de Brito Araújo; Thatyanny Gomes Fernandes (Faculdade Martha Falcão / DeVry Brasil.); Adinete Sousa da Costa Mezzalira (Universidade Federal do Amazonas / UFAM.)

Este trabalho relata a atuação do Psicólogo Escolar em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental em Manaus. As propostas de intervenção psicológica desenvolvidas neste espaço, pautou-se em investigar de forma comprometida os elementos sociais envolvidos na cultura escolar, assim como os desafios encontrados na prática de ensino e aprendizagem e o processo de inclusão escolar no primeiro contato com alunos portadores do Transtorno do Espectro do Autismo. Para isto, buscou-se: (1) conhecer o contexto de vida dos alunos e suas necessidades particulares; (2) compreender a visão dos educadores; (3) proporcionar reflexões sobre a necessidade do trabalho com a rede de apoio. A partir da intervenção, observou-se que os alunos chegam à escola com poucas informações nos prontuários sobre as necessidades educacionais especiais. Além disso, as dificuldades dos educadores em lidar com as demandas específicas e particulares se configuravam em tentativas frustrantes por falta de conhecimentos e recursos pedagógicos necessários que resultavam em negligência na sala de aula, ignorando a presença do aluno ou culpabilizando as famílias e ainda a descrença dos programas de apoio oferecidos pela secretaria de educação. Os diálogos foram fundamentais para problematizar a necessidade da formação continuada e a solicitação de apoio multiprofissional. Apesar das políticas e programas educacionais inclusivos que garante o ensino em escolas regulares a prática inclusiva é um movimento que requer conscientização e comprometimento da comunidade escolar, configurando-se um desafio no cotidiano das instituições de ensino.

Projeto Adolescer: promovendo desenvolvimento e saúde para adolescentes em comunidade do sertão sergipano

Andréia Andrade Santos; Fernanda Aguilera (Faculdade Pio Décimo)

Somos um país desigual que exclui parcela significativa da população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. E agrava-se, lamentavelmente, a propensão à desigualdade, com indicadores elevados de pobreza e vulnerabilidade social, sendo a população infanto-juvenil um dos segmentos mais prejudicados nesse contexto. Destaca-se, pois, a importância de projetos sociais voltados a esse público, envolvendo contribuições da psicologia na promoção de desenvolvimento e saúde. Essa experiência se propôs a criar espaço em comunidade do sertão sergipano, para desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e/ou esportivas, como forma de lazer para adolescentes em risco social, e atrativo a reflexões que possibilitem um desenvolvimento positivo e melhor enfrentamento de problemáticas pessoais e sociais. Tem como objetivos: identificar, através do diálogo e atividades recreativas, as principais demandas sócio emocionais dos adolescentes; planejar atividades de acordo com demandas levantadas, compreendendo a realidade e necessidade do público alvo; e, implementar atividades como forma de lazer, promovendo um trabalho de atenção psicossocial preventivo e voltado a seu desenvolvimento e fortalecimento enquanto sujeitos. Participam adolescentes de ambos os sexos. São previstas três etapas, iniciando-se por diagnóstico na comunidade, através de rodas de conversa e aplicação de questionário acerca de problemas psicossociais comumente vivenciados na adolescência. Diante dos resultados, programa-se oficinas vivenciais, com dinâmicas, brincadeiras, jogos, rodas de conversa, exposição/discussão de filmes, sobre temáticas levantadas, tais como: cidadania, sexualidade, drogas, família, trabalho, perspectivas de futuro. Por

fim, além da avaliação processual pela equipe técnica, que registra mudanças obtidas durante todo processo de implantação desse trabalho, está prevista avaliação de satisfação com os participantes. Espera-se, como resultados, melhor administração do tempo livre dos adolescentes em risco social, contribuindo para que eles tenham espaços para discutir assuntos de sua vivência comunitária, melhor enfrentamento de problemáticas do seu cotidiano, vivências de lazer e um desenvolvimento mais positivo e saudável.

Promovendo o desenvolvimento de habilidades para a vida junto a adolescentes: uma experiência no SENAC/SE

Arima de Andrade Santana (Faculdade Estácio de Sergipe); Tainara de Jesus Andrade (Faculdade Estácio de Sergipe); Sâmara Raquel Ribeiro (Faculdade Estácio de Sergipe); Vivian Firmino (Faculdade Estácio de Sergipe); Fernanda Aguilera (Faculdade Estácio de Sergipe); José Paulo Andrade Araújo (Faculdade Estácio de Sergipe)

Oportunizar meios para adolescentes e jovens desenvolverem habilidades para a vida potencializa que tenham um enfrentamento mais eficaz nas demandas do dia-a-dia, ainda mais se considerada essa fase do desenvolvimento, em que estão em busca de sua identidade, de como se portar e entender o mundo e as pessoas a sua volta. Diante disso, a Organização Mundial de Saúde – OMS passou a incentivar nas escolas projetos dedicados a alavancar habilidades psicossociais, defendendo que norteiam os jovens a uma vida mais saudável. Coerente com tal proposta, a presente experiência teve como objetivo promover a discussão sobre habilidades para vida e enfrentamento de questões cotidianas junto a jovens aprendizes, impulsionando reflexões sobre si mesmo, sobre o outro e o mundo. A intervenção foi realizada em uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em Sergipe. Participaram 24 estudantes do ensino profissionalizante, com idade entre 14 e 17 anos. Na forma de oficina vivencial, foram abordadas as habilidades para a vida sugeridas pela OMS: autoconhecimento, lidar com sentimentos, lidar com estresse, relação interpessoal, empatia, comunicação eficaz, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão e solução de problemas. Incluiu-se os temas racismo, homofobia e machismo para discussão de problemas cotidianos vivenciados pelos jovens. Ao final foi aplicado breve questionário para avaliação de reação. Como resultados, observou-se que os participantes já exerciam várias habilidades para lidar com suas questões pessoais, embora outras não tenham sido evidenciadas; e os questionários revelaram elevada satisfação com a experiência. Registrou-se grande carência de espaços de discussão sobre tais assuntos, em especial sobre questões de gênero, evidenciando necessidade de mais atividades dessa natureza, incluindo momentos de educação sexual na escola. Considera-se, assim, a importância das habilidades para vida serem incluídas nas pautas educativas, compreendidas como ferramentas para lidar com desafios e exigências diárias, questão de promoção de saúde.

Protocolos clínicos em saúde com adolescentes usuários de drogas: o caso anamnese vivencial

Michelly Farias Rocha; Henrique Figueiredo Carneiro (Universidade de Pernambuco)

O uso de álcool e outras drogas na adolescência vem crescendo nacionalmente e tem sido considerado um problema de saúde pública. Vários estudos foram realizados para contribuir com programas de prevenção e tratamento. Diante das peculiaridades da população adolescente, diferentes estratégias de intervenção têm sido implementadas e avaliadas. Para lidar com essa problemática, faz-se necessário compreender a adolescência de hoje como uma operação de passagem (Rassial, 1997) e uma “crise psíquica” (Melman, 1995), na qual a busca por referências ocupa um lugar fundamental. Atualmente, esse processo se desenvolve em um contexto social no qual os valores vigentes se colam a padrões de consumo marcados pelo individualismo e pela instantaneidade, confundindo as novas gerações pela falta de referências (Bauman, 1998, 2001; Milnitsky-Sapiro, 2005). Nesse contexto de hedonismo, consumismo e referenciais voláteis, o abuso de drogas pode surgir como um caminho para o alívio das tensões inerentes ao processo adolescente e como uma fuga da invisibilidade pela via do consumo, realizando simbolicamente o ideal de nossa sociedade (Conte, 1998). O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões teórico-práticas sobre a avaliação e o atendimento de adolescentes que são dependentes de substâncias psicoativas e que foram encaminhados para o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD) na cidade de Garanhuns – Pernambuco. Consideramos importante finalizar esse estudo ressaltando que não existem “fórmulas mágicas” nem tratamentos infalíveis para lidar com uma questão tão complexa quanto o abuso de drogas na adolescência. Nesse sentido, esse estudo buscou dar visibilidade a diferentes concepções e práticas de atenção que ocupam um importante espaço na rede de atenção do município, a partir da pesquisa em locais de atendimento representantes desses modelos, visando, principalmente, problematizar o lugar destinado ao adolescente em cada local.

Relato de Experiência Acerca da Fobia de Fogos

Claudia Mara de Oliveira Bezerra (Universidade Federal de Sergipe); Claudia Mara de Oliveira Bezerra (Universidade Federal de Sergipe); Neuraci Goncalves de Araújo (Instituto Minerva de Educação Avançada)

Este trabalho teve como objetivo principal realizar uma intervenção com uma criança do sexo masculino, de 9 anos, que apresentava sintomas agudos de fobia de fogos de artifícios, tratado sob o enfoque da Terapia Cognitivo-Comportamental. Durante o processo psicoterapêutico, buscou-se identificar as alterações no padrão do comportamento e do funcionamento do paciente, avaliando os aspectos que mantinham o comportamento fóbico. Desse modo, foi realizada a psicoeducação com o cliente e seus pais acerca da fobia específica para auxiliar na compreensão do quadro clínico apresentado. Com estes também foi realizado o treinamento de pais, orientando-os sobre como lidar com o comportamento fóbico e para auxiliar no processo de estimulação do paciente no enfrentamento dos seus medos. Nesse relato de pesquisa, as metas estabelecidas foram alcançadas, uma vez que ocorreram a remissão dos sintomas e o controle da ansiedade, pois diante do quadro apresentado antes do processo psicoterapêutico o paciente tinha danos na vida social, embora não se pode afirmar que ela foi extinta, pois não houve tempo para fazer a prevenção de recaída e acompanhamento do cliente, durante os festejos juninos. A colaboração do paciente durante todo o processo propiciou na compreensão das técnicas utilizadas durante o processo psicoterapêutico, possibilitando o sucesso no tratamento do quadro fóbico apresentado pelo cliente. Nesse sentido, aponta-se a importância da família da criança que foi incluída durante todo o processo psicoterapêutico, atuando como mediadora externa. Por fim, a Terapia Cognitivo-Comportamental mostrou-se fácil para o cliente, sendo com caráter educativo e eficaz no tratamento da fobia de fogos. Por fim, diante do objetivo do estudo entende-se que a intervenção do caso clínico alcançou resultados positivos na remissão dos sintomas.

Relato de experiência sobre escutas psicológicas realizadas com adolescentes em conflito com a lei

Sammya Gabryella Soares Pereira Campos; Maria Jozina Ferreira (UNIPÊ); Isabella de Paula Alves da Silva (UNIPÊ); Alexmara de Barros Medeiros (UNIPÊ)

O presente trabalho vem discorrer sobre a experiência da prática psicológica vivenciada em uma instituição para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. O projeto teve início no ano de 2004 no Centro Educacional do Adolescente (CEA), instituição referente à internação provisória, na qual os adolescentes passam no máximo 45 dias aguardando pela sentença. Atualmente o mesmo tem sido desenvolvido no Centro Socioeducativo – Edson Mota, na cidade de João Pessoa – PB, sendo o público alvo composto por aproximadamente 180 adolescentes. Os objetivos do projeto são os de identificar caminhos para uma prática psicológica que facilite as mudanças que os adolescentes autores de atos infracionais necessitam, assim como o de incentivar o exercício da escuta psicológica como prevenção da prática profissional. Sendo assim, uma das intervenções utilizadas são as escutas grupais, baseada na teoria de Pichon Rivière (2005), no qual se acredita que o grupo é o agente de cura, e que o terapeuta reflete e devolve as imagens dessa estrutura em contínuo movimento, representando, além disso, as finalidades do grupo. Para tanto, além das técnicas utilizadas a fim de trabalhar a emoção e sentimentos desses adolescentes aborda-se também temas contemporâneos sobre sexualidade, drogas, relações interpessoais e familiares. Nesse sentido, pode-se afirmar que a prática profissional tem apontado indícios de que essas escutas têm favorecido na promoção e atenção à saúde integral do adolescente, considerando, dessa forma o projeto de uma grande relevância social, contribuindo satisfatoriamente na ampliação dos conhecimentos acadêmicos e favorecendo a desmistificação de estereótipo criado com relação ao adolescente em conflito com a lei.

Superexposição nas redes sociais: intervenção grupal com adolescentes

Walter Lisboa Oliveira (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Aline dos Santos (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Franciane Meline Leite Souza Freire (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Jéssika Maria Gomes da Silva Chaves (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Kimberly Góes Santos Melo (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Leandro Prachedes de Gois (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Mônica Nunes Santos (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Jaisley Wilzenanda de Jesus Santos (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Shirley Ramos Soares Ferrão (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE); Cláudio José Souza Santos (Faculdade Estácio de Sergipe – FASE)

A adolescência é um período de intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais e a escola é um ambiente no qual se dão relações sociais importantes que podem influenciar toda a vida do adolescente e refletir muitas dessas mudanças. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma intervenção em grupo com adolescentes de uma escola do município de São Cristóvão/SE diante da existência de problemas de

relacionamento entre alunos, conflitos, bullying, agressões verbais e físicas decorrentes de uma exposição exacerbada na internet dos alunos com nudez, linguagem e conteúdos sexuais inapropriados para a idade. Durante visita técnica dos autores à instituição, como parte das atividades de estágio curricular, a demanda foi apresentada e os autores foram convidados a intervir. Foi realizado um grupo com 48 alunos do 8º ano do Ensino Médio no auditório da escola, com cadeiras dispostas em círculo de maneira que os coordenadores do grupo e membros poderiam interagir uns com os outros. Inicialmente houve um diálogo de aquecimento para verificar as demandas e além das citadas pela direção, emergiram ainda questões familiares, principalmente a separação de pais. Os adolescentes relataram situações de exposições voluntárias e involuntárias em redes sociais, nas quais colegas tiveram suas fotos devidamente expostas por ex-companheiros ou outras pessoas. Quanto às intervenções realizadas no grupo, os facilitadores adotaram uma postura acolhedora, sem julgamentos, promovendo discussões acerca da autopreservação e que pudessem desenvolver a empatia dos alunos. Além da atuação em grupo, ocorreram diálogos com a equipe, procurando orientá-los no atendimento desses alunos, levando em conta não só os problemas que emergem, mas a realidade e o momento de vida em que estão inseridos. Os alunos evidenciaram empatia pelo sofrimento e incômodo causados às vítimas desse tipo de situação, mas o trabalho está em andamento e será necessário uma intervenção continuada por um tempo maior.